

A partir do vol. 163 — a numeração da **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, que se publica desde 1839, obedecerá — unicamente — á ordem do **VOLUME**, cessando a do Tomo.





REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO  
BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

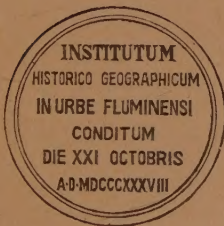
TOMO 108 — VOL 162

(2º DE 1930)

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

*Dr. B. F. Ramiz Galvão*



\* \* \* RIO DE JANEIRO  
IMPRESA NACIONAL \* 1931





Este tomo da *Revista* encerra  
unicamente a **Historia do Brasil**, de  
**Henrique Handelmann**.





# HISTORIA DO BRASIL

POR

Henrique Handelmann

Doutor em Philosophia e docente privado de Historia  
Contemporanea na Universidade de Kiel

---

TRADUCÇÃO BRASILEIRA

FEITA PELO

Instituto Historico e Geographico Brasileiro

1931









Para os estudiosos da nossa História havia a difficuldade de compulsar a obra de G. Henrique Handelmann, que ainda até hoje não fôra traduzida para vernaculo.

Em Janeiro de 1918 o sr. Arthur Guimarães de Araujo Jorge, quando director da *Revista Americana*, iniciou de facto a publicação da traducção feita pelo sr. Raphael de Mayrink, mas esse bom serviço não teve maior prosequimento.

Desde o 1º Congresso de História Nacional de 1914, o sr. Max Fleiuss, secretario perpetuo do nosso INSTITUTO desejou dar execução a esse trabalho, e isto communicando mais tarde ao seu intimo amigo, o eminente patricio e nosso saudoso consocio sr. Manuel de Oliveira Lima, recebeu dêste applausos calorosos á idéa, por julgar tambem indispensavel trazer ao conhecimento do público a excellente obra de Handelmann.

Para realiza-lo deliberou o INSTITUTO incumbir da traducção a sua bibliothecaria d. Lucia Furquim Lahmeyer, que deu cabo da importante tarefa, offerecendo um bom trabalho, o qual, para maior perfeição, foi revisto cuidadosa e proficientemente pelo sr. general Bertholdo Klinger.

A este distincto collaborador aqui se protesta a nossa gratidão indelevel.

Não bastava entretanto traduzir. Em certas passagens o texto alemão carecia da necessaria clareza; cumpria pois annota-lo, elucida-lo, e aqui entrou tambem a valiosissima

cooperação de um dos maiores cultores da nossa História, o sr. Basilio de Magalhães, digno e prezado collega, que deu magistral desempenho á difficil e laboriosa missão. O INSTITUTO HISTORICO lh'o agradece cordialmente.

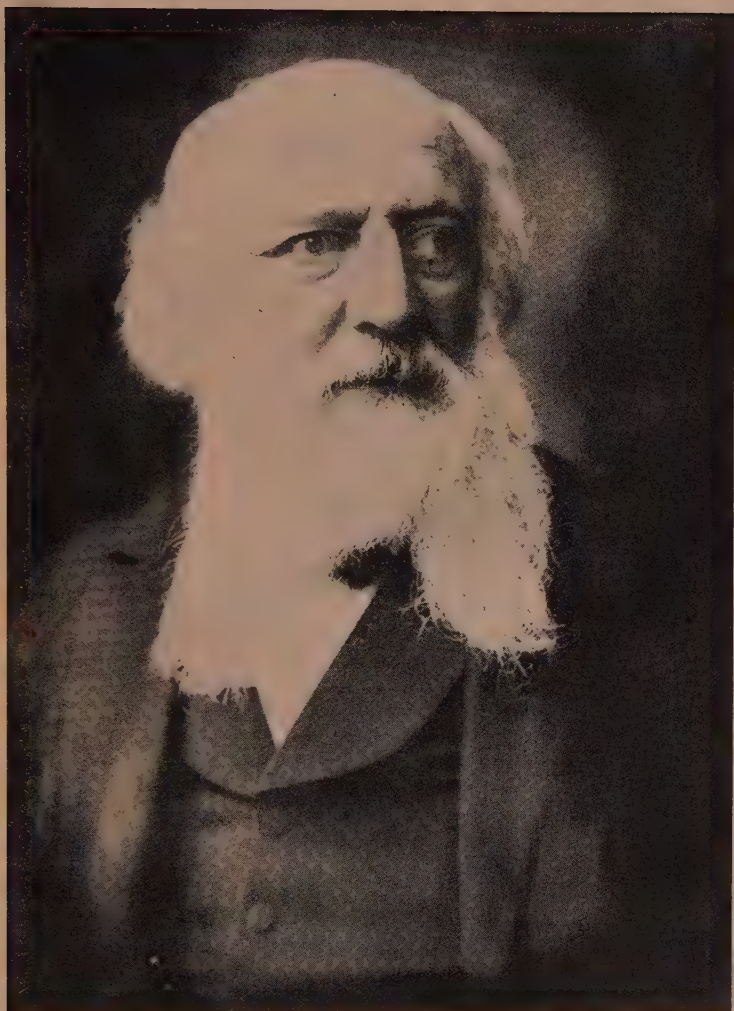
Como remate é de justiça consignar egualmente a nobre contribuição prestada a este trabalho pelo eminente consocio, sr. dr. Hubert Knipping, ministro da Alemanha juncto ao nosso Governo, a cuja solícita intervenção devemos não só o retrato, como a biographia e a bibliographia de Handelsmann, que completam esta publicação.

Dest'arte pensa o INSTITUTO HISTORICO dar mais uma prova de que continúa fiel ao seu compromisso, já quasi secular, de enriquecer os fastos da História patria.

(Da Direcção da *Revista*.)







Gottfried Heinrich Handelmann, 1827-1891



A SUA ALTEZA REAL

O PRINCIPE ADALBERTO DA PRUSSIA  
ALMIRANTE E COMMANDANTE EM CHEFE DA ARMADA NACIONAL

HUMILDEMENTE DEDICA

O AUTOR.







Serenissimo,

excellentissimo principe e senhor !

A história de um paiz que, em seu desenvolvimento e organização, muitas analogias offerece com a de nossa Patria; de um povo em que, como no nosso, se observa contraste entre o sentimento da unidade nacional e o particularismo de cada provincia: merecerá, ao menos, o interesse de todo patriota esclarecido e acostumado a pesquisar no passado a chave da comprehensão do presente.

E, si acaso ainda accresce que, nessa história, representam importante papel muitos dentre os personagens eminentes da nossa nacionalidade e da nossa raça; e mais, quando esse paiz, offerecendo uma nova patria aos nossos compatriotas levados a emigrar, se reveste para nós de immediato interesse actual e ha annos vem sendo objecto de vivos debates nas letras: em taes circumstancias, o auctor, que procurou ser sério e imparcial no traçar o quadro fiel do grande imperio da America do Sul, pôde especialmente nutrir a esperança de que o seu trabalho não passe despercebido.

E de quem poderia eu contar com mais viva sympathia do que de vossa alteza real ?

O Brasil é, de ha largos annos, conhecido de vossa real alteza, *de visu*, pelo que posso confiar em que a minha narração venha despertar-lhe a grata recordação de episodios pessoaes e observações de outrora.

Por outro lado, o pendor e a profissão de vossa alteza real por egual asseguram a sua attenção e o seu exame aos

interesses alemães em regiões remotas, de um modo geral, assim como é notorio o alto apreço em que vossa alteza tem especialmente o problema da immigração germanica no Brasil. Dahi virá, quem sabe, o seu bondoso acolhimento aos reparos e suggestões, que ousei apresentar sôbre o assumpto.

Digne-se, pois, vossa alteza real de acceitar este livro e servir-lhe de benevolo juiz.

Kiel, 12 de Julho de 1859.

Humillimo subdito de vossa alteza real,

*Heinr. Handelsmann.*





PREFACIO





## PREFACIO

Cumpro aqui a promessa, feita ha tres annos passados, ao traçar o plano da nossa *História da colonização e independencia da America*: enfileira-se a presente *História do Brasil*, immediatamente, com a parte primeira da *História dos Estados Unidos da America do Norte* e a *História da ilha do Haïti* (ambas apparecidas em Kiel no anno de 1856); e, assim, completa-se a série historica dos tres Estados americanos, que denominei *Estados das raças branca e negra*.

Quanto ao Brasil, pela significação historica e politica adquirida pela raça autochtone, ao menos na bacia potamo-graphica do Amazonas, onde ella se conservou, forma elle a transição natural para o segundo grupo, mais consideravel, de Estados americanos, que reuni sob a classificação — *Estados das raças branca e vermelha*. O estudo ulterior destes, por fórma identica, é empresa que, a depender de mim, deixo como interrogação ao futuro.

Circunstancias extranhas á minha vontade fizeram apparecer esta terceira parte, *História do Brasil*, sensivelmente destacada das duas primeiras histórias dos Estados Americanos, de modo a assumir a feição de obra autonoma. Mas essa condição não é de todo destituída de justificação intima: a superabundancia das fontes da materia historica e o interesse por ella despertado fizeram que a história do Brasil se desenvolvesse fóra da medida prevista, e tanto avultou, que lhe permittiu fazer jús á existencia independente.



Sôbre a fôrma de dispôr e tractar o assumpto e quanto aos pontos de vista basicos, não direi aqui, pois que isso vai adiante exposto pormenorizada e repetidamente, sobretudo nas observações preliminares de cada capítulo; não desconheço, contudo, que, si, de um lado, ha preponderantes vantagens na solução que adoptei, surgem, por outro, certos inconvenientes, como o de ter que repisar, aqui e alli, o que já foi dicto.

Afóra isso, terá em consideração o crítico bondoso que, em se tractando da história geral tão circunstanciada de um paiz, sem embargo do maior zêlo na pesquisa, sempre escapa um ou outro lapso.

Posso, pois, contar com certa indulgencia nesse sentido; em compensação, graças a uma cuidadosa revisão, creio haver expurgado o livro de erros orthographicos e typographicos. O editor, por seu turno, não poupou esforços nem despesas na feitura material do livro, motivo pelo qual já recebeu, para satisfação minha, francos elogios de numerosos órgãos da imprensa.

Resta-me ainda o dever de assegurar o mais cordial agradecimento ás bibliothecas públicas, assim como aos innumerados collaboradores e amigos, que sobremodo me auxiliaram na composição desta obra com seus subsidios litterarios, informações e bons conselhos.

Antes de concluir este exordio, tomo, entretanto, a liberdade de adduzir algumas considerações relativamente ao capítulo final dêste livro, *O Brasil e a immigração*, capítulo esse que foi escripto no principio do anno transacto, 1858, e se baseou no material e nos ultimos dados informativos, de que então dispunhamos.

Em resumo, pôde-se dizer que ahi se descreve o estado da questão immigratoria referente ao anno de 1856 e até á abertura das camaras, em Maio de 1857.

Desde então, decorreram agora dous annos, a camara brasileira funccionou em duas sessões legislativas e ha pouco se reuniu pela terceira vez; contudo, não foi tomada nenhuma das medidas legais, que a opinião pública desde muito indicava como indispensaveis á immigração voluntaria alemã.

Ao contrario, vêm-se muitos indicios de recuo. O governo imperial, que já adquirira a visão exacta do problema

immigratorio, de nôvo está desorientado pela poderosa influencia da aristocracia rural, dentro e fóra da assembléa legislativa, e voltou a consumir muito dinheiro e esforços para alliciar uma immigração artificial de trabalhadores assalariados e parceiristas.

Recordaremos, de passagem, como, desde o fim do anno de 1856, se organizou, no Rio de Janeiro, uma grande associação central colonizadora, com o proposito declarado de soccorrer a lavoura e as obras públicas, na premente crise de braços, angariando 50.000 colonos, e como o govêrno imperial, em Março de 1857, assignou um contracto com a mesma, pelo qual essa sociedade receberia um determinado premio *per capita*, á razão de cada colono introduzido no Brasil; em Abril de 1858, foi alterado esse contracto, elevou-se o premio por cabeça, e, em compensação, o govêrno passou a exercer preponderante influencia, tornando-se a sociedade uma especie de repartição pública; e a camara, por sua vez, apressou-se a sancionar e apoiar a empresa, votando vultosas verbas. A par desse instituto principal de recrutamento, reanimaram-se os esforços das pequenas sociedades de colonização, como a Companhia Mucuri e outras; e a consequencia de tudo isso foi repetirem-se as mesmas scenas, por nós já presenciadas ha poucos annos atrás.

Por toda parte brotaram, como cogumelos, agências de immigração para o Brasil; pela costa alemã, do mar do Norte e do Baltico, e terra a dentro até ao Tyrol, fôram praticados os peores abusos pelos agenciadores e mercadores de almas; sob falsas promessas, encobriam as clausulas dos contractos pouco claras e elasticas; e, desta maneira, tiveram de intervir novamente os verdadeiros conhecedores das condições brasileiras e a imprensa alemã bem intencionada, pondo embargo á acção dêsses falsos amigos do Brasil.

Mas, por maiores que fôssem esses esforços e advertencias, nada impediu que fôssem seduzidos alguns milhares de emigrantes e com isso se enriquecesse de mais exemplos a história da miseria humana.

Mal se abafára um pouco o écho da grita dolorosa dos parceiristas suissos e alemães em São Paulo; eis que nos chegavam noticias de novas vítimas dos embustes e da má administração dos serviços de colonização no Brasil.

Bastar-nos-á lembrar apenas alguns dos principaes factos do inicio dêste anno de 1859: a revolta dos mineiros alemães (naturaes do Harz) nas minas de Arassuahy (Bahia); os innumerados casos de reclamações sôbre deficiente alimentação e sonegação de salarios, apresentadas á embaixada austriaca pelos Tyrolezes, empregados na construcção de estradas na Provincia do Rio de Janeiro; e sobretudo o terrivel drama das colonias do Mucuri (provincias do Espirito Sancto e Minas Geraes) (1).

Mesmo com relação ás colonias, sob direcção alemã, de D. Francisca e Blumenau, que, a principio, se recomendavam especialmente, como de justiça, nada de louvavel se ouve nos ultimos tempos; parece, como aliás tem acontecido a todas as colonias brasileiras, que sobreveio um periodo de dispersão, por falta de trabalho compensador.

Deante de taes noticias desfavoraveis, é evidente que não pôde melhorar a disposição de animos, reinante na Alemanha, para com o Brasil. Mas a isto accresce outra circumstancia: a aposentadoria, decretada em fins de 1858, do então imperial consul geral do Brasil na Prussia, o sr. J. D. Sturz.

A desambiciosa e incansavel actividade que o sr. Sturz, de origem alemã, por mais de vinte annos, primeiro em character particular e pela imprensa, e, depois, com character official, dedicou á sua patria adoptiva, é conhecida tanto na Alemanha como no Brasil, e tem sido reverenciada publicamente, quer na Alemanha, quer, por várias vezes, no parlamento brasileiro. Apenas aqui lembrarei a grande parte que lhe toca na fundação, em 1838, da carreira regular de navegação costeira a vapor no Brasil, cuja importancia historico-politica, para a conservação da união do imperio, já foi apreciada (cap. XV); os seus planos e suggestões em prol da navegação a vapor dos grandes cursos de agua, como o Amazonas, o São Francisco, o Maranhão e outros, — esforços esses seus que, então, se mallograram deante do indif-

---

(1) Reporto-me ao livrinho que acaba de apparecer, do dr. R. C. B. A. Lallemand: "No Mucuri. Uma história da selva brasileira, para illustração, advertencia e castigo de todos a quem importe". Hamburgo, 1859. Confrontar tambem com o cap. X dêste meu livro.



ferentismo ou da opposição das camaras, ao passo que actualmente se acham firmados contractos sôbre taes serviços em condições muito menos vantajosas para o Brasil; o bom exito da sua propaganda, pela redução dos elevados direitos que gravavam a importação do carvão de pedra no anno de 1839; e os meios de que lançou mão, no sentido de melhorar os nossos serviços postaes, de saúde pública, com especialidade o estabelecimento de postos de vaccinação, de indústrias agricolas e mineralogicas etc. Sobretudo, ninguem poderá negar que elle, com as suas incessantes publicações na imprensa brasileira e mais tarde a sua assidua correspondencia da Europa, lithographada ou impressa, occupando-se de differentes ramos de sciencia e de actividade práctica, influiu de modo fecundo e variado, e concorreu poderosamente para despertar o interesse por assumptos até então pouco conhecidos e versados no Brasil.

Tudo isso, entretanto, recúa para segundo plano, deante da relevante attitude assumida pelo sr. Sturz na questão de immigração e colonização.

Por assim dizer, foi elle o primeiro a prégar insistentemente aos Brasileiros esta indiscutivel verdade: a salvação do Brasil repousa na immigração unicamente espontanea de agricultores livres europeus, e são suas condições essenciaes a extincção do tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de solido systema de distribuição das terras a colonizar, junctamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legaes.

Ardua campanha teve o sr. Sturz de sustentar contra preconceitos tradicionaes, dominantes em todo o paiz; não tardou, porém, que surgissem partidarios das suas idéas e collaboradores entre os mais exclarecidos estadistas brasileiros; e muito logrou alcançar, embora não tudo que era indispensavel. Além disso, no desempenho do cargo de consul-geral, o sr. Sturz é por egual credor da gratidão da Alemanha e do Brasil, pela sua actuação nas questões da emigração alemã.

Enquanto a grande maioria dos agentes brasileiros a tudo se prestavam a troco de vergonhoso lucro, e por suas manipulações se comprometiam a si mesmos e a dignidade da sua propria nação e do govêrno, elle soube conservar sempre a mesma attitude viril e digna, e aqui, como lá, sempre

se oppoz abertamente a tal systema infame de seducção de emigrantes; é de assignalar o combate que elle deu á escandalosa fraude Delrue em 1846; assim como levantou sua voz contra o systema de parceria, quando os agricultores brasileiros pretendiam fazer supprir a falta do braço africano pelo proletariado alemão. Foi assim que na Alemanha nos habituamos, até certo ponto, a considera-lo como o defensor dos seus principios, nessa materia.

Não se póde negar, outro tanto, que, no Brasil, o governo e os homens de bom senso e bem intencionados patriotas o applaudiram sempre em suas judiciosas objecções; mas o partido exaltado, formado pela aristocracia rural, que só visava ao proprio interesse, em detrimento do interesse geral da patria e da humanidade, enfureceu-se extremamente com isso. E, afinal, veio a prevalecer o prestigio dêsse partido: ao tempo dos contractos de parceria, o sr. Sturz, sem ser ouvido, foi transferido para Genova (embora o acto fôsse promptamente revogado), e, como elle, apesar de assim advertido, não mudasse de opinião, decretou-se recentemente a sua aposentadoria, que ainda não foi annullada pelo nôvo gabinete ministerial brasileiro.

Dissemos já e repetimos aqui que esta medida, alliada ás tristes prácticas da época, tem causado a peor impressão em toda a Alemanha; e cumpre-nos accentuar que a actual opinião corrente aqui sobre o Brasil é tão pouco sympathica, como jámais o fôra.

A gente sensata de lá não tem a minima illusão a esse respeito; e na imprensa vemos um editorial do *Correio Mercantil*, de 26 de Fevereiro deste anno (1859), assim se manifestando:

“Sem querermos esmiuçar agora a conveniencia das medidas adoptadas pelo governo, que só produziram engano e confusão e perda de tempo e de dinheiro, vamos occupar-nos hoje sómente com um facto que muito concorreu para esse resultado, que é o geral descredito em que caiu na imprensa alemã a emigração para o Brasil.

“Não procuremos mais enganar-nos a nós mesmos. O paiz precisa saber, enfim, que nenhuma folha influente alemã, nenhuma daquellas que têm posição independente e gosam de consideração, se presta a favorecer a emigração para nosso paiz.

“Ao contrario, todas são absolutamente unanimes em nos pintar com as tintas mais negras, e descrevem as nossas circumstancias como as peores para o progresso das colonias alemãs.

“A nossa defesa está refugiada em algumas folhazinhas sem importancia, as quaes não têm a minima influencia na opinião pública.

“Estas folhazinhas, com a sua actuação turbulenta e de todo mal applicada; os grandes capitaes gastos de um modo desbriado por nossos encarregados do serviço; as mentirosas informações de nossos agentes na Europa; o engajamento e condução para aqui até de raparigas, por individuos habilitados com recommendações de altos funcionarios daqui, aos quaes souberam peitar; as exaggeradas, mentirosas promessas; o recrutamento de gente inferior e de máos costumes; tudo isso que se fez, quando não com a participação, entretanto sob as vistas de agentes officiaes do governo imperial, produziu na Alemanha tão profundo golpe no nosso credito, que difficil tarefa ha de ser sana-lo. A consequencia poderia mesmo vir a ser uma formal prohibição de emigração para o Brasil, prohibição não só dêste ou daquelle governo, porém dos 38 governos da Alemanha. Entretanto, já nos sentimos attingidos pelas consequencias dêsse descredito, traduzidas no grande retrahimento de emigrados voluntarios de valor, não obstante os nossos agentes procurarem attrahi-los com fabulosas promessas”.

E entrementes resulta cada dia mais premente a falta de braços no Brasil; todos os inconvenientes da cessação do tráfico de Africanos, sem, por outro lado, se attrahirem trabalhadores de fóra para substitui-los, se tornam cada vez mais patentes.

Verdade é que a aristocracia rural das provincias centraes se exforça por sustentar a producção para a exportação, procurando açambarcar em suas mãos toda a escravatura; mas, com isso, decae cada vez mais a cultura das plantas alimenticias; até o presidente da provincia da Bahia, na sua Mensagem dos principios dêste anno, queixa-se da “alta dos preços de todos os imprescindiveis generos alimenticios, a qual desde alguns annos vem sempre subindo”.

E accrescenta:

“O mal é tanto mais ameaçador, quanto é facto que elle se faz sentir não só nesta provincia, mas em todas as partes do Imperio.”

A última fala do throno do imperador o confirma; e o relatorio da presidencia de Minas Geraes, de 20 de Março de 1859, informa, ao mesmo tempo, que nessa provincia a fome estava batendo á porta, e reclama soccorro urgente dos poderes do imperio. Desta maneira bem poderá acontecer que um paiz nôvo, todo agricola, chegue ao poncto de precisar recorrer, para a sua alimentação, á importação estrangeira.

Já na última sessão da camara foi apresentado um projecto de redução dos impostos de importação sôbre a farinha de trigo, peixe, carne e sôbre a baeta (tecido grosseiro de lã), buscando dar o aspecto de tractar-se de medida absolutamente necessaria e em beneficio dos colonos e das classes pobres e livres, sendo a verdade, porém, que os pobres no sertão não usam baeta, e, com o alto frete, não vêem facilmente farinha estrangeira; realmente só se visava a beneficiar os fazendeiros, afim de que, em vista do crescente preço do escravo, ao menos pudessem vesti-lo e alimenta-lo mais barato. Si as cousas continuarem do modo por que vão presentemente, em breve será necessario, de certo, tomar sérias e importantes providencias nesse sentido, mas em favor da totalidade da população. Então será rôto o systema de altos impostos, em que se tem baseado até aqui a receita da Nação brasileira; e ahi?

Abstemo-nos, entretanto, de mais considerações. Em resumo: por tudo é infelizmente notorio que, si em breve não houver soccorro, o Brasil caminhará para a ruina economica; e tambem a carestia actual poderá determinar, ao menos aqui e alli, sérios perigos, dadas as condições especiaes da população, — pequena aristocracia de proprietarios territoriaes, em face de uma grande massa de povo sem propriedades.

E', portanto, mais que tempo de decidir-se o Brasil seriamente, e com vigor lançar mão dos meios que realmente possam valer-lhe nesta emergencia; isto é, por um lado, favorecendo efficazmente, com verdadeira e sincera bôa vontade, a immigração européa alemã voluntaria e, por outro, pro-



duzindo, com o auxilio dêsse meio e com a cooperação efectiva do povo e do govêrno, uma transformação economica ao Sul, no sentido de substituir o systema das grandes fazendas agricolas pela pequena lavoura livre, facilitando-se destarte a concentração da escravatura nas provincias centraes e septentrionaes, de clima quente.

Infelizmente, não se sabe até agora de iniciativa enérgica; ignoram-se os resultados da começada medição de terras, pela qual se devia poder avaliar a porção das que se encontram disponiveis, isto é, que o Estado ainda possui, para localizar o colono estrangeiro e para attender á grande massa dos seus subditos sem terra; tanto mais ha motivo para acolhermos aquella asserção constante do supracitado artigo do *Correio Mercantil*: “As terras do Estado, que actualmente são applicaveis á immigração alemã, não têm o menor valor; situadas longe da costa, difficilmente accessiveis, pela grande falta de estradas, ellas não são de utilidade alguma para o immigrante, que se arrisca para alli”.

Não se cuidou tambem, até aqui, das indispensaveis medidas legaes; todavia, a última fala do throno, de 10 de Maio de 1859, faz menção dessa materia, como sejam: validade dos casamentos protestantes, “que pela legislação actual não são garantidos”; esclarecimento da questão da herança dos residentes estrangeiros; a reforma da legislação e jurisprudencia; eliminação dos abusos do recrutamento militar e sua melhor organização; cuidados para com o systema de communicações interiores. Mas tudo isso referido num tom de tamanha timidez, que a nós se nos afigura que o proprio govêrno duvida do seu bom exito.

Digno de nota é, ainda, que ultimamente haja resurgido uma agitação provocada pelo dr. Ernesto Ferreira França para a introdução do imposto territorial. Em artigo do *Correio Mercantil*, de 23 de Abril de 1859, define o auctor o nôvo imposto como sendo “o primeiro, indispensavel e mais solido alicerce das réceitas do Estado, bem como a unica verdadeira base de toda a legislação agraria e imprescindivel garantia dos pequenos fazendeiros, particularmente nos paizes esclavagistas, onde a producção é ainda obtida pelo braço escravo, e, finalmente, como meio de protecção contra o monopolio das melhores terras, que, ordinariamente, consoante a natureza das cousas, são possuidas pelos maiores

fazendeiros, os quaes, contudo, as deixam permanecer incultas, enquanto um imposto territorial não vier alterar a situação dos factores de que depende a solução do problema". "Estamos convencidos, continúa elle, de que a necessidade destas reformas já se fez sentir em geral, e bem fortemente, e que só as difficuldades do processo de execução, neste momento, têm impedido a sua realização".

Não partilhamos infelizmente, por inteiro, essa convicção; tanto mais intensamente fazemos votos porque o melhor exito corôe os esforços realizados nesse sentido por parte dos verdadeiros amigos do Brasil.

Concluimos aqui com um voto: — Possamos, para o bem geral do Brasil, ver, em breve, acções e factos !



---

## INTRODUÇÃO

---





---

## INTRODUÇÃO

GOTTFRIED HEINRICH HANDELMANN

Nasceu a 9 de Agosto de 1827 em Altona; filho do mestre carreiro Johann Conrad Heinrich Handelsmann, da mesma cidade, e Catharine Louise Selle, de Hamburgo; frequentou o Christianeum, em Altona, de 1841-1847, depois a Universidade de Heidelberg, desde a Paschoa de 1847 até á de 1848; depois esteve, de 1848 a 1850, no 2º Corpo de Caçadores do Schleswig-Holstein; estudou, porém, no inverno 1848-1849 e 1849-1850, em Kiel (Prof. Droysen); frequentou a Universidade em Berlim, da festa de São Miguel 1850 até São Miguel 1851 (Profs. Rancke e Hirsch); e em Göttingen, desde São Miguel 1851 até á Paschoa 1853 (Prof. Waitz); foi bacharelado em Kiel, a 1º de Fevereiro de 1854; habilitou-se então em Kiel, como docente particular, em São Miguel de 1854, e ficou de 1861 em diante á testa do Museu Nacional de Antiguidades, na mesma cidade. Handelsmann foi em 1866 nomeado conservador do Museu de Antiguidades do Schleswig-Holstein e professor de História em Kiel. A obra de sua vida são os seus escriptos, aos quaes elle se dedicou sob o poncto de vista histórico e como historiador philosopho. Caracteriza-o como polygrapho o catalogo de seus escriptos, que contém as mais importantes obras de Handelsmann. Falleceu a 26 de Abril de 1891, em Kiel, como director do Museu Nacional de Antiguidades.

*Catalogo das Obras de Gottfried Heinrich Handelsmann* (contendo tambem separatas e artigos de periodicos; estes últimos só puderam ser determinados até 1865):

1) Os últimos tempos da dominação hanseatica no Norte Escandinavo. Kiel, Homann, 1853. 8º, XII-284 pags. Refe-

rencias no *Semenario Alemão* de Gödecke (Hannover, 1854), N. 5; no *Atheneu Alemão* (Londres, 1854), N. 48; em *Noticias Scientificas de Göttingen*, 1856, N. 104, de 30 de Junho.

2) História da Colonização e Independência da America. Kiel, 1856.

Volume I. *Os Estados da raça branca e preta.*

1ª parte — Tomo 1º — *Os Estados Unidos.*

2ª parte — Tomos 2º e 3º — *Hayti, Brasil.*

3) História dos Estados Unidos. Parte 1ª — *Ô Desenvolvimento Histórico do Paiz, do Povo e da Constituição.* Kiel, Homann, 1856. — 2ª (Titulo) edição, 1860. 8º, XVI-688 paginas.

4) História da Ilha de Hayti. Kiel, Homann, 1856. 2ª (Titulo) edição, 1860. Gr. 8º, VIII-192 pags. Referencias nas noticias de Petermann, do Instituto Geographico de J. Perthes, 1856. H. I. e IV; Magazine para a *Litteratura Estrangeira*, 1860, n. 46, 47, e 1861, N. 6 (Koner); *Revista de Geographia Geral*, 1861, vol. X, pags. 316 e 317.

5) História do Brasil. Berlim, Springer, 1860. Gr. 8º, XXIV-989 pags. Referencias no Magazine para a *Litteratura Estrangeira*, 1859, n. 11, 134-136; em Noticias de Petermann, 1859 — H. IV; em *Saturday Review*, 31 de Dezembro de 1859.

6) Jogos populares e infantis do Ducado de Schleswig-Holstein-Lauenburg. Kiel, Homann, 1862. G. 8º, IV-100 pags. Desses, foram os ns. 1-36 ao mesmo tempo impressos nos *Annaes* de Schleswig-Holstein-Lauenburg para a *Geographia*, volume V (1862), pags. 142-173. Reproduzido na *Folha Central Litteraria*, 1862, N. 46.

7) Relação synoptica de todas as histórias dos tempos mais recentes. S. I. 2ª e 8ª.

8) Desenvolvimento historico na Europa desde os Tractados de Vienna. Uma introdução para as conferencias sobre História mais recente. Kiel, Homann, 1863. Gr. 8º — SS 17. Primeiro publicado no Mensageiro da Fronteira Alemã do Norte, 1862, ns. 53-55; mais tarde tambem impresso nos *Annaes* para a *Geographia* do Schleswig-Holstein-Lauenburg, vol. VI (1863), pags. 311-325.

9) Plano das prelecções sobre a História moderna (1492-1815) e a História mais recente (1815-1848). Kiel, Livraria Schwer, 1863. Gr. 8º, 12 páginas.

10) O duque Adolf de Holstein-Gottorp, coadjutor postulado da diocese de Lübeck, cabo de guerra imperial sob

as ordens de Tilly e Wallenstein. Subsidio para a História da Guerra dos 30 annos, segundo fontes na maioria ineditas. Com um supplemento. Cartas e registos não impressos do duque Adolfo, da Guerra dos Camponezes na Alta Austria. Kiel, Livraria Schwer, 1865. Gr. 8°, 70 pags. O texto, sem o supplemento, está também impresso nos Annaes de Geographia do Schleswig-Holstein para a geographia, vol. VIII (1865) S. 35-81. Reproduzido no *Leipziger-Grenzbote* (Correio da fronteira de Leipzig) 1865 — N. 15.

11) Humorismo Popular Topographico. Nomes de logares em verso e prosa, do Schleswig-Holstein, Hamburg, Lauenburg e Lübeck. Kiel, Livraria Schwer, 1866. Pequeno 8°, 67 pags. Reproduzido no *Litterarisches Centralblatt*, 1866 — N. 11.

12) Natal no Scheswig-Holstein. Kiel, Livraria Schwer, 1866. Pequeno 8°, 108 pags. Reproduzido no *Leipziger Grenzboten*, 1865, em Dezembro, n. 51.

13) Da Côrte de Vienna na epoca da imperatriz Maria Teresa e do imperador José II. De despachos não impressos do conde Baschoff von Echt. Vienna, 1867. S. A. — Archivo para Noticias de fontes historicas da Austria.

14) Monumentos de pedra prehistoricos. Kiel, 1872. 4°.

15) Historia do Schleswig-Holstein. 1873, Kiel e Hadersleben.

16) Excavações officiaes sobre Sylt. 1873-82.

17) Achados de corpos em pantanos no Schleswig-Holstein (m. Ad. Pausch) 1873.

18) De collaboração com o dr. Klander: Catalogo da Collecção de Moedas do Museu Nacional de Antiguidades em Kiel. Kiel, Livraria da Academia H. 1, 1863. Descobertas de Moedas, Moedas de Oldenburg e Pre-Oldenburguezas, gr. 8°, IV-64 pags. (Publicado primeiro como supplemento ao Volume VI dos Annaes de Schleswig-Holstein para a geographia); 1864 H. 2 — Moedas Antigas e Orientaes, gr. 8°, 24 pags. (Publicado primeiro como supplemento ao XXIV Relatório da Associação de Schleswig-Holstein para Collecção e Conservação de Antiguidades Nacionaes); H. 3. Medalhas Religiosas e Moraes. Suppl. 1866 — 8°. As partes I, II, III, 1 — 2, e V são delle; III, 3, e IV são de Klander.

19) Publicou os Relatorios XVII-XXIII da Sociedade Real do Schleswig-Holstein para Collecção e Conservar as Antiguidades Nacionaes. Kiel, Livraria da Academia, 1859-63. Gr. 8°.

Alli estão compostas por elle, além das proprias noticias annuaes e catalogação: XVIII; X) pags. 1-15. Sôbre alguns jogos antigos e sua significação original; XX 7. pags. 28-30, supplemento a isso; 9) Algumas Marcas de Casas, pags. 47-51; XXII; I) Descobertas de Moedas no Holstein, pags. 7-12; XXIII ; 5), 7), 9), 13), 14), 15), 16) e 18).

20) Publicou com Theodor Lehmann: *Annaes para a geographia do Grão Ducado de Schleswig-Holstein e Lauenburg*. Volumes I a VI. Kiel, Livraria da Academia, 1858-1863. Gr. 8°.

Ahi acham-se espalhadas as lendas, fabulas e canções dos costumes e usos no Schleswig-Holstein e Lauenburg da collectanea por elle promovida (como supplemento á Collecção Mullenhoff); o volume I contém: n. 1-10; volume III, n. 11-39; volume IV, n. 40-100; volume V, n. 101-125; volume VI, n. 126 a 130; volume VII, n. 13-138. Além do volume I, pags. 355-410, *Holsatia Cantans*; volume III, pags. 162-176, sobre alguns *Jogos antigos* (tambem em 17 Relatorios Antigos de Schleswig-Holstein); volume IV, pags. 17-21, *Algumas Marcas de Casas* (tambem em 20 Relatorios Antigos de Schleswig-Holstein), pags. 215-237. *As Igrejas do Grão Ducado*. Primeira parte: pags. 268-293, *Nataes ao Norte do Elbe* (impresso, Kiel, Hermann, 1861. Rec. *Folha Central Litteratura* (Literarisches Centralblatt, 1862, n. 24); pags. 191-193, 294-296, 380 do Museu Nacional de Antiguidades; volume V, pags. 31-70, *As Igrejas do Grão Ducado*, 2 pags.; pags. 142-173 e 281-283. Fragmentos de jogos populares e infantis e noticia dos mesmos (S. n. 5) pags. 221-223 do Museu Nacional de Antiguidades; pags. 377-384. Das noticias da vida juridica alemã; pags. 385-387, *Necrologio de Theodor Lehmann*; volume VI, pags. 234-236. Um antigo proverbio, pags. 311-325. *O Desenvolvimento Historico na Europa* (S. n. 6), pags. 385-391. *Descobrimento da Prata de Farve*, pags. 391-393. Pequena Sociedade para colleccionar e conservar as Antiguidades Nacionaes do Schleswig-Holstein em Kiel (publicado ao mesmo tempo no Norddeutschen Grenzboten, 1863, n. 90, e na *Correspondenz Blatt da Associação Conjuncta de Historia e Antiguidades Alemãs*, 1863, pags. 45-46. Nos seguintes volumes até IX (1866) muitas contribuições delle, entre as quaes:

21) Catalogo do Museu de Schleswig-Holstein. 1878-79.

22) Museu Nacional de Antiguidades do Schleswig-Holstein. Relatorios sobre Historia Antiga, no mesmo "Catalogo". 1878-85.



23) Guia para Estrangeiros no Museu de Schleswig-Holstein. 1883; 2ª Edição, 1886.

24) A pedra runica de Gottop (com R. de Liliencron). 1888.

25) Novas noticias sobre as pedras runicas no Schleswig (com W. Splieth). 1889.

26) O Krinkberg em Schenefeld e os Descobrimentos de Prata do Holstein. 1890.

27) Elle collaborou para as seguintes obras e revistas:

1) Diccionario alemão dos Estados, de Bluntschli, volume II, pags. 216-234, no Artigo sobre o Brasil;

2) no Lexico de Conversação de Brockhaus, 2ª edição, o Artigo Dinamarca, Hansa, Holstein (1865);

3) nos Annaes Prussianos: A Questão dos Negros e os mais recentes acontecimentos na America; volume VIII, 147 a 161; 478-493; 589-629;

4) na Correspondenzblatt para Associação Conjuncta de Historia e Antiguidades Alemãs, anno XI, 1863, pags. 14 e 42: O Anel de Bronze de Sühren, pags. 45 e 46. A Sociedade Real do Schleswig-Holstein para conservar e colleccionar Antiguidades Nacionaes;

5) Revista para o Direito Publico Alemão e Historia da Constituição Alemã, publicada por Aegidi H. 2 — pags. 159 a 171 (1865). A *Annezação* do Schleswig no anno 1721. Um ensaio para esclarecimento;

6) para as Investigações para a Historia da Alemanha volume V, pags. 591-612 (1865). A politica de reunião dinamarqueza na época da guerra dos Sete Annos, primeiro artigo;

7) para a Revista para Historia e Geographia da Prussia (publicada por Foss), anno 2º (1865), pags. 674-678. Para a Historia da Guerra dos Sete Annos, anno 3º (1886), pags. 27-31. Para a Situação Politica para a Europa Norte e Occidental nos annos 1773-1774;

8) para os Annaes de Geographia do Grão Ducado de Schleswig-Holstein e Lauenburg, volume VII, os artigos II-IX e XI e pequenas noticias; — 3-4 H., volume VIII, os artigos III e X;

9) para os Relatorios da Sociedade para conservar e colleccionar Antiguidades Nacionaes do Schleswig-Holstein, XXV, pequenas noticias 6 e 7; e XXVI, pequenas noticias II, I. Catalogos sobre os accrescimos de Antiguidades do Museu Nacional publicados por elle desde 1861 regularmente, tanto nos men-

cionados reatorios como nas folhas diarias, especialmente na Kieler Wochenblatt. Finalmente elle collaborou no *Nord-deutscher Grenzbote* (Hamburg, 1861-1863), nas Schleswig-Holstein sobre Blätter (Kiel, 1864), (de 1 de Abril a 17 de Junho, ns. 35-66, escreveu como redactor); na Kieler Correspondenzblatt e na Kieler Wochenblatt, assim como elle redigiu o volume IV dos Livros Negros sobre o mau governo dinamarquez no Ducado de Schleswig (Kiel, 1865).





## PARA EXCLARECIMENTO SÔBRE AS MOEDAS REFERIDAS

O real (plural: réis) constitue desde antigamente, em Portugal e Brasil, uma unidade simplesmente imaginaria: 100 réis, um tostão; 1.000 réis, um mil réis; 1.000.000 réis, um contô de réis; além disso: um vintem, 20 réis; uma pataca, 320 réis; um cruzado, 400 réis; um cruzado novo, 480 réis; uma moeda de ouro (moidoro), 4.800 réis.

São estas as mais importantes entre as antigas e novas variedades de moedas. Deve-se notar, além disso, que o quilate, no correr do tempo, se tornou mais leve, tanto que hoje as moedas de cunho mais antigo valem cêrca do dôbro do valor nominal.

O papel-moeda (notas do banco), de valôr relativo, sujeito naturalmente ás mais variadas oscillações, é de resto actualmente o meio principal de contagem e moeda corrente. Segundo informação de passagem, o cambio do mesmo se tem depreciado consideravelmente no commêrcio exterior, durante os ultimos decennios, e não se pôde, portanto, acceitar de todo como indicativas de valor, em absoluto, as columnas de numeros da nossa taboa III; á reducção, pelo cambio do momento, o resultado não seria tão brilhante.





---

BIBLIOGRAPHIA

---





## BIBLIOGRAPHIA

Ao apresentar nas páginas seguintes uma relação, si bem que certamente incompleta, contudo bem rica, da litteratura historico-géographica attinente ao Brasil, tenho o proposito de preencher, de alguma fórma, uma lacuna, que eu mesmo demasiadas occasiões tive de sentir no correr do meu trabalho, justamente por não existir, ao que me consta, nada na especie.

Como esclarecimento sôbre a organização dessa bibliotheca, devo observar o seguinte. E' claro que não tive pessoalmente sob as vistas todos os livros e brochuras que arrolei; porém a maioria dessas publicações eu as pude ver e utilizar, pois que, além de diversos auxilios amigaveis particulares, tive á minha disposição principalmente a bibliotheca do "Hamburger Commerceium", tão rica sobretudo em cousas transatlanticas. Assim é que o catálogo dessa bibliotheca serviu de base á relação que organizei; para o periodo mais antigo, eu a completei com a ajuda de Ternaux-Compans, "Bibliothèque Americaine, ou catalogue des ouvrages relatifs à l'Amérique qui ont paru depuis sa découverte jusqu'à l'an 1700" (Pariz, 1837); e toda obra, de que no correr de meus trabalhos preliminares encontrei referencia, eu a fui incluindo no lugar competente.

Sôbre a maneira que adoptei para essa organização, pôde-se discutir; talvez um ou outro preferisse o criterio puramente alphabetico para ordenação da relação, ao passo que eu preferi conservar tambem aqui a successão da minha narração, quanto possivel; nutro, porém, a esperanza de que, mesmo assim, esse pequeno trabalho será benvindo.

## OBRAS GENERICAS

Nesta categoria temos que consignar, até ao fim do século XVIII, um unico livro, e este ha muito antiquado:

*"Historia da America Portuguesa, desde o anno de 1500 até 1724, composta por Sebastião da Rocha Pitta".* Lisboa, 1730. Folio.

A transmigração da casa real portugueza e a abertura do Brasil ao commercio estrangeiro, primeiramente o inglez, deram origem na Inglaterra a uma literatura sôbre o imperio sul-americano, visando apenas á utilização no momento, e que, assim, não teve valor duravel; taes:

*"History of Brazil, comprising a geographical account of that country, together with a narrative of the most remarkable events which have occurred there since its discovery, a description of the manners, customs, religion, etc., of the natives and colonists, interspersed with remarks on the nature of its soil, climate, productions and foreign and internal commerce. To which are subjoined cautions to new settlers for the preservation of health. By Andrew Grant, M. D."* London, 1809, 8°. Traducção franceza, São Petersburgo, 1811; alemã, Weimar, 1814.

Simultaneamente surgiu tambem na Inglaterra um livro de especie bem differente:

*"History of Brazil, by Robert Southey".* Volume I, Londres, 1810, 2ª edição, 1822; vol. II, 1817; III, 1819. In-4°. O auctor, já celebre como poeta, estava de posse de quasi toda a respectiva literatura antiga e, além disso, de um abundante material manuscripto, que houvera accumulado seu tio Herbert Hill, durante uma permanencia de mais de 30 annos em Portugal. Assim, logrou elle organizar uma obra que conservará sempre o mais alto valor como fonte; infelizmente o seu traçado é improprio: em vez de cingir-se ao territorio do Imperio, Southey tracta, com egual desenvolvimento e sem separação no texto, tambem das vizinhas provincias do Rio da Prata, de modo que a história do Brasil, já de si tão rica de aspectos, se torna totalmente caleidoscópica.

A obra de Southey alcança até ao anno de 1808; tem uma continuação: *"The history of Brazil from the period of the arrival of the Braganza family in 1808 to the abdication of don Pedro I, in 1831, compiled from state documents and*

other original sources and forming a continuation of Southey's history, by John Armitage." Londres, 1836, dous volumes, in-8°.

Na obra de Southey, e só no seu 1º volume, baseia-se quasi exclusivamente a "*Histoire du Brésil* depuis sa decouverte en 1500 jusqu'en 1810. Par Alphonse de Beauchamp". Pariz, 1815. Tres volumes. Versão portugueza, Rio de Janeiro, 1818-19.

Não obstante, o auctor reivindicou a gloria de obra original e até verberou Southey como "compilador, que nenhum exalacreimento accrescenta". Isso induziu Southey a uma encouraçada réplica no prefácio de seu 2º volume.

Nesse interim, surgira, mesmo no Brasil, uma verdadeira obra original, á qual, como diz na dedicatória, o auctor "sacrificara os melhores annos de sua vida", que é condignamente equiparavel á obra de Southey, tanto que perdurará como fundamento da geographia brasileira e da história das provincias; é a "*Corografia brasílica*, ou relação historico-geographica do reino do Brasil, composta por hum presbítero secular (padre Manuel Ayres do Casal)". Rio de Janeiro, 1817, dous volumes.

Tambem este livro soffreu um atrevido roubo litterario: "A history of the Brazil, comprising its geography, commerce, colonisation, aboriginal inhabitants, etc.—By James Henderson, recently from South America. With 27 plates and 2 maps". Londres, 1821, 4º. E' nada mais que uma traducção da obra de Casal, com algumas suppressões e alguns additamentos de opiniões pessoaes.

De pouco vulto e importancia são: Ferdinand Dénis, "*Resumé de l'histoire du Brésil*", Pariz, 1823; traducção alemã sob o titulo de: "*Geschichte von Brasilien* von Ed. Lebrecht", Gotha, 1827, e de Ernst Münch: "*Geschichte von Brasilien*", Dresden, 1829; dous pequenos volumes.

E', ao contrário, muito rica em material, mas pouco elaborada a "*Geschichte und Beschreibung von Brasilien* von Ferdinand Dénis. Aus dem Französischem von Dr. C. A. Mebold". Stuttgart, 1838, com 92 figuras e uma carta. Do "Univers-Pittoresque", Pariz, Didot Frères.

Ainda mais importante, como auxilio em todos os assumptos, é o "*Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brasil*, por J. C. R. Milliet de Saint Adolphe, trasladado em portuguez do manuscripto inédito francez



pelo Dr. Caetano Lopes de Moura, publicado pelas diligencias de J. P. Aillaud". Pariz, 1845. Dous volumes, 8º, com atlas in-folio.

Finalmente, surgiu mais recente a "*Historia geral do Brasil*, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento dêsse Estado, hoje imperio independente, por um socio do Instituto Historico do Brasil". Vol. I, Rio de Janeiro, 1854, 8º (vae até á ascensão da dynastia de Bragança; dous outros volumes devem completar a obra) (1).

O auctor, Francisco Adolpho von Varnhagen, natural de Sorocaba (São Paulo), actualmente encarregado de negocios do Brasil em Madrid (filho do hesseniano Frederico V., que outrora dirigiu a fabrica de ferro da provincia de São Paulo), esteve em situação de abeberar-se na plena riqueza dos archivos do Brasil, Portugal, Espanha e Hollanda, e assim logrou trazer a público muita cousa nova, mórmemente da época mais antiga; mas é de lamentar que lhe faltasse a arte da exposição historica.

Das obras de viagens menciono aqui as seguintes, que, si não se referem a todo o Brasil, todavia tocam a sua maior parte:

"*Malerische Reise in Brasilien* von Moritz Rugendas". Pariz e Mülhausen, folio, em quatro secções (I — Paysagens: 30 quadros lith. e texto; II — Trajes e retratos dos habitantes pretos e brancos: 20 quadros lith. e texto;

---

(1) Handelsmann cita apenas o vol. I da 1ª edição da *História geral do Brasil*, de Varnhagen. Esse vol. I appareceu em 1854, saído da Impr. da Viuva de Domínguez, em Madrid, com XVI-496-VIII pags., e o vol. II foi dado a lume em 1857 pela Impr. de J. del Río (tambem da capital da Espanha) e tem XXVIII-484-V pags., sendo ambos enriquecidos por 22 estampas, tres mappas e dous *fac-similes*. Em vez do nome do auctor, trouxe apenas "Por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba". A segunda edição, "muito augmentada e melhorada pelo auctor", com o título *História geral do Brazil antes de sua separação e independência de Portugal — Pelo visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba*, dous vols. in-4º, com ao todo 1.260 pags. e 14 fls. gravs., foi impressa em Vienna, no anno de 1877. A terceira edição, annotada por J. Capistrano de Abreu, é dos prelos da Companhia Typographica do Brasil (Rio, 1906) e ficou lmitada ao tomo I (in-8º de VIII-522 pags.), por motivo do incendio que devorou a officina impressora. Da quarta edição, na qual ao trabalho de Capistrano se junctam as desenvolvidas e excellentes notas de Rodolfo Garcia, já appareceram os tomos I e II (São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1927 e 1929), com XXII-532-I pags. e 15 ests. e 475 pags. e 14 estampas.

III — Usos e costumes dos Indios e Europeus: 30 quadros lith. e texto; IV — Vida e habitos dos negros: 20 quadros lith. e texto).

"Reise in Brasilien, auf Befehl S. Majestät Maximilian Joseph I., König von Bayern, in den Jahren 1817-1820, gemacht und beschrieben von Dr. Joh. Bapt. von Spix und Dr. Carl Fr. Ph. von Martius". München, 1823-31, tres volumes, 4°.

"Voyage dans l'intérieur du Brésil, par Auguste de St. Hilaire". I. Partie, Tomes 1, 2: "Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes", Pariz, 1830. — II. Partie, Tomes 3, 4: "Voyage dans le District des Diamans et sur le littoral du Brésil", Pariz, 1833. — III. Partie, Tomes 5, 6: "Voyage aux sources du rio São Francisco et dans la province de Goiaz", Pariz, 1848. — IV. Partie, Tomes 7, 8: "Voyage dans les provinces de St. Paul et de Sainte Catherine", Pariz, 1851.

Foi ainda annunciada uma V. Partie: "Voyage dans la province de Rio Grande do São Pedro do Sul" (2).

Esta obra de viagem distingue-se de todas as outras, em absoluto, por haver sempre colhido tambem um abundante material para a história regional das porções a que se refere.

.. "Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Pará, exécutée par ordre du Gouvernement Français pendant les années 1844-47, sous la direction de François de Castelnau". — I. "Histoire du voyage", 6 vols. 8°, Pariz, 1850-51 (3).

(2) Tendo fallecido Auguste de Saint-Hilaire em 1853, R. de Dreuzy, de accordo com a derradeira vontade daquelle illustre naturalista, publicou o trabalho a que se refere Handelmann, embora do seu "faux-titre" não conste a declaração de ser a quinta e última parte das viagens do auctor pelo Brasil. Saú apenas com o seguinte titulo: *Voyage à Rio Grande do Sul (Brésil)* (Orleans, 1887). Esta obra é valorizada não só por um bom retrato do sabio francez, como ainda por uma carta geographica, denominada *Itinéraire des cinq voyages accomplis dans l'intérieur du Brésil, 1816-1822, par Aug. de Saint-Hilaire*.

(3) O nome do auctor da *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud* não é François de Castelnau, como escreve Handelmann, e, sim, *Francis* de Castelnau. A obra só acabou de ser impressa em 1857, compondo-se dos seis volumes citados pelo historiador alemão e de mais 14 vols., de vistas, itinerarios, mappas e parte scientifica (geographia, geologia e historia natural).

Como carta mais moderna e mais completa, cito: "*Mappa geral do Imperio do Brasil*. Cartas topographicas e administrativas das provincias do Brasil". Por J. de Villiers. Rio de Janeiro, 1848-51, dezeseite folhas.

Para terminar, resta lembrar a publicação periodica editada pelo Instituto Historico e Geographico do Brasil, fundado a 21 de Outubro de 1838 e posto sob a immediata protecção de s. m. o imperador d. Pedro II: é a "*Revista trimensal de história e geographia*, ou Jornal do Instituto Historico-Geographico Brasileiro", que apparece no Rio de Janeiro desde 1839, um volume por trimestre, e traz as mais variadas noticias; agora está com o título um pouco mudado: "*Revista trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brasil*, fundado no Rio de Janeiro".

Infelizmente não me foi dado ver uma collecção completa dessa revista; tive que contentar-me com alguns poucos numeros avulsos, de sorte que não consegui formar uma impressão de conjuncto.

#### COM REFERENCIA A' 1ª SECÇÃO

##### I. — *História geral, geographia e viagens, principalmente sobre o Estado do Brasil*

Amerigo Vespucci: "*De ora Antarctica per Regem Portugalliae pridem inventa*". Argentinae, 1505. 4°. Traducção alemã, 1506, 4°.

"*Itinerarium Portugalsium e Lusitania in Indiam et inde in occidentem et demum ad aquilonem*". Mediolani, 1508, f.

"*Copia der neuen Zeitung aus Presillig (Brasilig) Landt*"; s. l. et a.; mitgetheilt bei A. v. Humboldt: *Kritische Untersuchungen über die historische Entwicklung der geographischen Kenntnisse von der Neuen Welt und der Fortschritte der nautischen Astronomie im 15. und 16. Jahrhundert*". Do Francez, por Ideler, Berlin, 1836-52, tres volumes.

"*Wahrhaftige Historie und Beschreybung eyner Landschafft der wilden, necketen grimmigen Menschenfresser Leuthen, in der newen Welt America gelegen, vor und nach Christi Geburt im Land zu Hessen unbekannt bis auf die newest vergangene Jar, da sie Hans Staden von Homburg aus Hessen durch seine eygene Erfahrung erkannt und ytzo durch den Truck an Tag gibt*". Marburg, 1557, 4°; Antwerpen,

1563 e no de Bry "America Buch", III; contém a mais antiga e mais minuciosa descrição dos indígenas da costa, de que principalmente se serviram todos os escriptores subsequentes (4).

Quanto ao idioma desses indios, Anchieta: "*Arte da grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*". Coimbra, 1595, 12°.

"*Catecismo brasilico da doutrina christã*, com o ceremonial dos sacramentos, composto por padres doutos da Companhia de Jesús, aperfeiçoado e dado á luz pelo padre

---

(4) Em seu recente e proíbido trabalho *Hans Staden — Arca-bucero alemán de la expedición Sanabria al Río de La Plata* (Buenos Aires, 1927), pag. 4, escreve, com razão, o douto Lehmann-Nitsche o seguinte, referindo-se á *Wahrhaftige Historia* do aventureiro tudesco do seculo XVI: — "Hasta la fecha, falta un estudio bibliográfico de las ediciones y traducciones de la obra, que corresponda a las modernas exigencias". Das investigações a que procedemos, chegámos, pelo menos, a um quadro exacto e synoptico dessa bibliographia, conforme passamos a expor. Das edições alemãs conhecem-se as seguintes: — 1ª, 1556 (Francfort-sobre-o-Meno); 2ª, 1557 (Marburg); 3ª, 1567 (Francfort-sobre-o-Meno), da coll. "Neuve Welt", de Franck-Feyrabend; 4ª, 1592 (Francfort-sobre-o-Meno), da coll. "Americae tertia pars", de Th. de Bry, em latim; 5ª e 6ª, 1592 e 1593 (Francfort-sobre-o-Meno), da coll. "Dritte Buch Americae", de Th. de Bry, em alemão; 7ª e 8ª, 1605 e 1630 (Francfort-sobre-o-Meno), reimpressões da 4ª ed. acima citada, em latim; 9ª, 1631 (Francfort-sobre-o-Meno), em alemão; 10ª, 1664 (Oldenburg), em alemão; 11ª, 1859 (Stuttgart), em alemão, vol. XLVII da "Bibliothek des Libe-rischen Vereins; 12ª, 1925 (Francfort-sobre-o-Meno), ed. fac-similar da de 1557 e devida a Richard N. Wegner, que lhe juntou 27 paginas de guia e o retrato de Hans Staden. Na Hollanda saíram as edições seguintes: — 1ª e 2ª, 1558 e 1563 (Antuerpia); 3ª e 4ª, 1630 e 1640 (*id.*), com o título *Hans Staden van Homburgs Beschryvinghe van America*; 5ª, 1686 (Amsterdam), illustrada; 6ª, 1706 (Leyden), traducção popular, publicada por Pieter Vander Aa; 7ª, 1714 (Amsterdam); e 8ª, 1727 (Leyden), reimpressão da 6ª ed. acima citada. Edição franceza, ha apenas a de 1837 (Pariz), da coll. *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l'histoire de la découverte de l'Amérique*, de Ternaux-Compans. Em inglez, existe excellente traducção (da ed. alemã de 1557), feita por Albert Tootal, que na mesma se declara "Esq., of Rio de Janeiro", e annotada pelo erudito Richard F. Burton, a qual foi publicada em 1874 (Londres) pela Hakluyt Society. Em portuguez, viram a luz, no Brasil, as traducções seguintes: — 1ª, 1892 (Rio, na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. LV, p. 1ª, pags. 267-360), por Tristão de Alencar Araripe; 2ª, 1900 (São Paulo, ed. commemorativa do 4º centenario do descobrimento do Brasil), com ill. (reproduzidas da ed. alemã de 1557), por Alberto Löfgren e annotada por Theodoro Sam-



Ant. de Araujo, emendado pelo padre B. de Leam". Lisboa, 1686, 12° (5).

"*Catecismo da doutrina christiana na lingua Brasil da nação Kariri*, composto por L. Vicentio Mamiani". Lisboa, 1698, 8°.

C. F. P. von Martius: "*Von dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern von Brasilien*". München, 1832, 4°. — "*Die Vergangenheit und die Zukunft der amerikanischen Menschheit*", publicado na "Deutsche Vierteljahresschrift", 1839, II, pags. 235-270.

A. Thevet: "*Les Singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amérique, etc.*". Pariz, 1588, 4°. Completado quanto á colonia do francez Villegaignon no Rio de Janeiro: "*Copie de quelques lettres sur la navigation du chevalier de Villegaignon es terres d'Amérique, oultre l'Equinoctiale Jusques sous le tropique du Capricorne*". Pariz, 1557 e 1558, 12°. — "*Discours de Nicolas Barré, sur la navigation du chevalier de Villegaignon en Amérique*", Pariz, 1558, 12°. — "*Histoire des mémorables choses advenues en la terre du Brésil, sous le gouvernement de M. le chevalier de Villegaignon, depuis 1555 jusqu'en 1558*", S. l., 1561, 12°. — "*Brief recueil de l'affliction et dispersion de l'église des fidèles au pays du Brésil, où est contenu le voyage fait par Nicholas de Villegaignon et ce qui en est advenu*". S. l., 1565, 8°. — "*Histoire d'un voyage, fait en la terre du Brésil, dite Amérique, par Jean de Lery*". Rouen, 1578, 8°; Genebra, 1580; La Rochelle, 1585; traducção alemã por de Bry: *America Buch*, III.

Pero de Magalhães de Gandavo: "*Historia da provincia de Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*". Lisboa,

---

paio; 3ª, 1926 (São Paulo), "texto ordenado literalmente por Monteiro Lobato", ed. "muy inferior" á de 1900, conforme em sua monographia acima citada (pag. 5) observou, com razão, Lehmann-Nitsche. Este preclaro escriptor alemão, ao serviço da Republica Argentina no Museo de La Plata, publicou em 1921, na *Revista de la Sociedad Científica Alemana de Buenos Aires*, uma redução modernizada do texto original de Hans Staden, reproduzindo, então, alguns artigos de Julius Pistor, Victor Hantzsch e Claudius Bode sobre aquelle aventureiro e sua obra; e ainda preparou para o estabelecimento de F. A. Brockhaus, de Leipzig, uma redacção nova, acompanhada de notas, do texto antigo de Staden, a qual formará um dos tomos da série "Alto Reisen und Abenteuer", que vem sendo editada por aquella velha e acreditada casa impressora.

(5) Da 2ª ed. do *Catecismo brasillico* (citada por Handelsmann), "aperfeiçoado e dado á luz pelo padre Antonio de Araujo" e emendado pelo padre Bartholomeu de Leão, deu Julio Platzmann excellente e hoje rara edição facsimilar (Leipzig, 1898).



1576, 4°; tradução franceza de Ternaux-Compans, Pariz, 1837. Duas obras da mesma época, que Varnhagen cita, ambas escriptas por volta de 1587, só fôram publicadas recentemente, de Fernão Cardim (*Narrativa epistolar*), 1847, e Gabriel Soares, editados por Varnhagen, Rio de Janeiro, 1851.

"*Our Ladys*" retournes to England, accompanied with "S. Frances" and the "Good Jesus" of Viana in Portugal, who coming from Brasell, arrived at Chavelly in Devonshire the 3 of June 1592". Londres, 1592, 4°. Outras narrações inglezas de viagens, de Anton Knivet, Thomas Candish, etc., in "Purchas' Pilgrims". London, 1625, quatro volumes, e collecções contemporaneas.

A. de S. Roman: "*Historia general de la India Oriental, los descubrimientos y conquistas que han hecho las armas de Portugal en el Brasil y otras partes de la Africa y la Asia*". Valladolid, 1603, f.

Diogo de Meneses (ou Diogo de Campos): "*Razão do Estado do Brasil no govêrno do Norte até o anno de 1612*", onde Diogo de Meneses foi governador geral, de 1607-1612. Citado por Varnhagen. Ignoro si existe impresso (6).

Manuel de Figueiredo: "*Hydrographia. Exame de pilotos com os roteiros de Portugal para o Brasil, Rio da Prata, etc.*". Lisboa, 1614, 4°.

Pyrard de Laval: "*Voyage aux Indes Orientales et au Brésil*". Pariz, 1615; 1697.

"*Discurso sôbre los comercios de las Dos Indias*", auctor Duarte Gomez, natural de Lisboa, anno de 1622, 4°.

Pedro Cudena (ou, mais exactamente, Pedro Cadena Villasant): "*Beschreibung des portugiesischen Amerika*", Madrid, 20 de Septembro de 1634; um ms. espanhol, publicado na Wollfenbüttelsche Bibliothek, editado por Lessing, com annotações de Christian Leiste. Braunschweig, 1780. Additamentos ("*Zusätze*") de Eckart, Nürnberg, 1785, 8°.

A. de Quelen: "*Brièfve relation de Phernambucq, dédié à l'assemblée des XIX pour la très noble Compagnie d'Ouest-Inde*". Amsterdam, 1640, 4°.

A. Richshofer: "*Brasilianische und Westindische Reisebeschreibung*". Strassburg, 1677, 4°.

---

(6) Existe no Instituto Histórico e Geographico do Brasil o original da *Reção do Estado do Brasil*, preciosa offerta de d. Pedro II. Foram nelle feitas certas interpolações de mappas, posteriores a 1612 e da autoria de João Teixeira, cosmographo official. Conforme expoz Varnhagen (*História geral do Brasil*, vol. II, 3ª ed., pag. 140), a redacção da obra coube ao sargento-mór Diogo de Campos.

J. Nieuhof: "*Gedenkweerdige Brasiliaensche Zee-en Landtrise*". Amsterdam, 1682, f.

Froger: "*Voyage fait en 1695-1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brésil et Iles Antilles par une escadre, commandée par M. de Gennes*". Pariz, 1698, 12°.

"*Memoires de M. Du Gay-Trouin*". Amsterdam, 1740, 4°.  
Almirante francez que no anno de 1711 conquistou o Rio de Janeiro e cobrou resgate.

João Ferreira da Rosa: "*Tractado único da constituição pestilencial de Pernambuco, em que traz preservativos e remedios para o dicto mal*". Lisbôa, 1694, 4°.

Dr. Sigaud, medico particular de Pedro II: "*Du climat et des maladies du Brésil*". Pariz.

Rob. Dundas, M. D.: "*Sketches of Brazil, including new views on tropical and european fever*". London.

"*Ueber Brasilien, nebst Beobachtungen der Gelb-Fieber-Epidemie in d. J. 1849-52*". Hamburg, 1852.

André João Antonil: "*Cultura e opulencia do Brasil*". Lisbôa, 1711.

J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho: "*Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias*". Lisbôa, 1794; traducção alemã de Murhard, Hamburg, 1801.

J. Rodrigo de Mello: "*De rusticis Brasiliae rebus Carminum Libri IV. Accedit Prud. Amaralif Brasil de sachari opificio Carmen*". Romæ, 1781.

## II — A Companhia de Jesús e os aspectos ecclesiasticos

*Francisci Henrici*, soc. Jesu, epistola de XII socfis pro catholica fide in mari Brasilico interfectis, anno MDL. Neapoli, 1572, 8°.

*Pedro Rodriguez*: "Anua do Brâsil sendo provincial escrita, em 1° Maio 1597, ao padre assistente João Alvarez". Lisbôa, 1598; trad. franceza: "*Lettres du Japon et du Brésil envoyées au général des Jesuites*". Pariz, 1598. Evidentemente, relatorios annuaes identicos fôram regularmente remettidos ao geral dos Jesuitas, embora nem sempre impressos; Ternaux-Compans cita-os em diferentes linguas: Lisbôa, 1605; Augsburg, 1620; Roma, 1627, etc.

*P. Diaz*: "*Epistolæ duæ de LII Jesuitis interfectis in Brasilia*". Antuerpiae, 1605, 8°.

*Sebastianus Beretarius*: "*Vita R. P. Josephi Anchietae societatis Jesu sacerdotis, in Brasilia defuncti*". Colonie Agripp., 1617.

...*Lorenzo Hurtado de Mendoza*, bispo do Rio de Janeiro: "Memorial al rey, pidiendo remedio a los excesos que se cometen en el Brasil". 1638, f.

"Gloriosa corôa de esforçados religiosos da Companhia de Jesús mortos pela fé catholica nas conquistas dos reynos da corôa de Portugal". Lisboa, 1642, f.

*Simão de Vasconcellos*: "Vida do P. João de Almeida, da Companhia de Jesús, thaumaturgo do Nôvo Mundo". Lisboa, — "Continuação das maravilhas que Deus he servido obrar no Brasil por intercessão do ven. P. João de Almeida". Lisboa, 1662, f. — "Chronica da Companhia de Jesús do Estado do Brasil". Lisboa, 1663, f. — "Noticias curiosas e necessarias das cousas do Brasil". Lisboa, 1668, 4°.

*Antonio de Macedo*: "Vita patris Johannis de Almeida". Patavi, 1669, 8°. — "Vida do ven. P. José Anchieta, da Companhia de Jesús, thaumaturgo do Nôvo Mundo". Lisboa, 1672, f.

*P. Antonio Vieyra*, 1608-1696: tanto a sua biographia ("Vida", pelo P. André de Barros), como os seus sermões e cartas, são muito importantes, mórmente para a história do Maranhão. As "Cartas selectas do P. A. Vieyra, orden. por J. J. Roquette", Pariz, 1823, são uma nova edição das dictas cartas, trazendo uma breve biographia. Existe uma separata da "Arte de furtar, etc., composta no anno de 1652 pelo P. A. Vieyra, de novo reimpresso", Londres, 1821.

Infelizmente, os missionarios jesuítas do Brasil, depois de sua expulsão em 1759, não tiveram meios, como seus ermãos das colonias espanholas, de escrever os seus conhecimentos e experiencia adquirida, a respeito da vida das missões e das condições dos aborígenes; os seus papeis fôram confiscados, elles proprios ficaram alquebrados de corpo e alma pelo duro tractamento.

E, ao contrário, as accusações que contra elles se faziam estão colleccionadas em um pequeno folheto: "Relação abreviada da República que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal e Espanha estabeleceram nos dominios Ultramarinos das duas Monarchias, etc."

Vêr "*Schäfer*: Geschichte von Portugal"; trad. franceza, Amsterdam, 1758, 8°.

## III — A guerra com os Holandezes

(Capitulos V e VI)

*P. M. Netscher*: "Les hollandais au Brésil — Notice historique sur les Pays Bas et le Brésil au 17<sup>e</sup> siècle". Com retrato, *fac-similes* e carta. Haya, 1853.

"Plain and true relation of the going forth of a Holland fleet to the coast of Brazil, by J. B.". Rotterdam, 1623.

*Bartolomeu Guerreiro*: "Jornada dos Portuguezes á restauração da Bahia de Todos os Sanctos". 1625, 4°.

*J. G. Aldenburgk*: "Westindianische Reise und Beschreibung der Eroberung von São Salvador in Brasilien". Coburg, 1627, 4°.

*Tomas Tamaio de Vargas*: "Restauración de la ciudad del Salvador y Bahia de Todos Santos en la provincia del Brasil". Madrid, 1628. — Traduzido do espanhol, addicionado de notas por I. A. de Cerqueira Silva, Bahia, 1847, f

"*Veroveringhe van de Stadt Olinda* ghelegen in de Capitanía van Phernambuco door den E. E. manhaften gestrenghe Hendrick C. Lonck, generaal te water en te lande". Amsterdam, 1630, 4°.

"Oorspronklike Missive geschreven bii den Generaal Weerdenburch an H. M. H. Staaten General, noopende de *Veroveringhe van de Stadt Olinda* de Fernambuco met al hare Forten". Haag, 1630, 4°.

*J. Baers*: "Olinda ghelegen in Landt van Brasil in de Capitanía van Phernambuco met mannelicke Dopperheet ende groote Couragie inghenommen". Amsterdam, 1630, 4°.

*Sam. Ampzing*: "Fasciculus epigrammatum super expugnata Olinda". Haerlen, 1630, 4°.

"*Relação breve e verdadeira* da memoravel victória que houve o capitão-mór da capitania da Parahiba, Antonio de Albuquerque, dos rebeldes da Olanda". Lisbôa, 1632, 4°.

"*Relacion de la toma de Parayba* por los Olandeses, 1628 — y como se apoderaron de Nazareth". S. l., 1636, f.

"*Muerte de Pie de Palo*, o relación de la batalla que tuvieron los galeones con la armada de los Olandeses, mandada por Pie de Palo". 1638, 4°.

"*Relación de la victória de las armas catolicas en la Bahia de Todos Santos* en el Brasil contra los Holandezes, 14 Julio 1638". 1638, f.

"*Relación verdadera y carta nueva* enviada del Brasil por un artillero, llamado Bernardo Muñoz, a un hijo suo,

dandole cuenta de una gran victoria que las armas católicas han tenido sin pensar en el sitio del Brasil, al 29 Noviembre 1638". Madrid, 1639, 4°.

"*Relación nueva y verdadera* de los felices sucesos que ha tenido el señor D. Fernando Mascarenhas, general de la armada de Portugal; dáse cuenta de la batalla que se tuvieron con 36 navios de Olanda que iban socorrer la plaza de Pernambuco". S. l. et a. (1640), 4°.

"*Auctentük verhael* vant remarquabelste at is vorgefallen in Brasiil tuschen den Hollandtschen Admiral Willem Corneliszoon en de spaensche Vloote". Amsterdam, 1640.

"*Journalier* verhael ofte copie van sekeren bref geschreven uit Brasil noopende de victorii van Januarii 1640, aan de Bewindthebberen ter Kammer van de Mase". Rotterdam, 1640.

D. *Pedro Enríquez*: "De las batallas en el Océano contra el Mulato y Pié de Palo, piratas". 1641, f. (Pié de Palo, holl. Hootebeen, o "*Pé de páo*", é o almirante Cornelis Jol).

*Johannes de Laet*: "De Nieuwe Wereld, of Beschryving van West-Indien". Leyden, 1626; 2ª edição, 1630, f. — "Historie ofte jaerlijk verhael van de verrichtinghen der Geotroyeerde Westindische Compagnie zedert halt begin tot het eyende vant jaer 1636". Leyden, 1644, f.

"Outdeckinghe van rijke Minen in Brasil". Amsterdam, 1639, 4°. (Não metaes preciosos, mas lavoura, commercio, industria; vêr Netscher).

*Gaspari Barlaei*: "Rerum per octennium in Brasilia et alibi gestarum sub praefecturam Mauritii, Nassovii comitis, historia". Amstelodami, 1647. F. Cleve, 1660. (Tambem em tradução alemã).

*Francisci Plante*: "Mauritiados libri XII". Lugduni Batavorum, 1647, f.

*Marcgravius et Piso*: "Historia naturalis Brasiliæ, auspiciis et beneficio illustrissimi D. Mauritii, Comitis Nassau". Lugduni Batav., 1648, f.

M. D. *Veegens*: "Leven van Joan Maurits, Graaf van Nassau-Siegen". Haerlen, 1840.

L. *Driesen*: "Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau-Siegen". Haerlen, 1840.

Fr. *Manuel Calado*: "O valeroso Lucideno, e triumpho da Liberdade; tracta-se da restauração de Pernambuco e da expulsão dos Olandeses". Lisboa, 1648, f.



*"Relação dos successos da armada que a Companhia Geral do Commercio expediu ao Estado do Brasil, o anno passado de 1649".* Lisbôa, 1650, 4°.

*P. Moreau*: "Histoire des derniers troubles du Brésil entre les Hollandais et les Portugais". Pariz, 1651, 4°. — *"Klare en vaarachtige Beschryving van de lest Beroerten en Afval der Portuguesen in Brasil, en de fransche Taal beschreven door P. Moreau en door J. A. Glazman vertaalt"*. Amsterdam, 1652, 4°.

*Mathaeus van den Broeck*: "Journael wegent begin van de revolt van de Portuguese in Brasil". Amsterdam, 1651, 4°.

*Francisco Barreto*, governador de Pernambuco: "Relação diaria do sitio e tomada da forte praza do Recife, e recuperação das capitánias de Itamaracá, Parahiba, Rio Grande, Ceará e ilha de Fernando de Noronha". Lisbôa, 1654, 4°.

*"Viagem da Armada da Companhia do Commercio e frotas do Estado do Brasil, a cargo do general Francisco de Brito Freyre"*. Lisbôa, 1655, f.

*Francisco de Brito Freyre*: "Relação da viagem que fez ao Brasil a Armada da Companhia, anno de 1655". Lisbôa, 1657, 12°.

*Duarte de Albuquerque Coelho*, marquez del Basto: "Memorias diarias de la guerra del Brasil por discurso de 9 annos; empezando desde el de 1630". Madrid, 1654, 4°.

*Francisco de Brito Freyre*: "Nova Lusitania: Historia da guerra brasilica; decada I". Lisbôa, 1675, f.

*Arnoldus Montanus*: "De nieuwe en onbekende Wereld of beschryving van Amerika ent Zuidland". Amsterdam, 1671, f. (Particularmente minucioso sôbre a guerra no Brasil).

*"Castrioto Lusitano*: Parte I — Empreza e restauração de Pernambuco — Successos entre os Portuguezes e Belgas — pelo discurso de 24 annos". Lisbôa, 1679, f.

*Fr. Gioseppe di Santa Teresa*: "Historia delle guerre del regno del Brasile, accadute tra la corona di Portugallo e la republica di Olanda". Roma, 1697, 4°.

## COM REFERENCIA A' 2ª SECÇÃO

I—A *Historia do Estado do Maranhão*

## (Capitulo VII)

*Sir Walter Raleigh*: "The discoverie of the empire of Guiana, with a relation of the city of Manoa, which the Spaniards call El Dorado". London, 1696, 4°.

"*Voyages des Français aux Indes Orientales, etc., et Brésil depuis 1601-1610*". Pariz, 1612, dous volumes.

*Claude d'Abbeville*: "Histoire de la mission des pères Capucins dans l'île de Maragnon et terres circonvoisines". Pariz, 1614, 12°.

— De um livro de um collega deste auctor, *P. Yves d'Evreux*, referente á expedição franceza do Maranhão, dedicado a Luiz XIII, dizem que resta um único exemplar na bibliotheca real; toda a edição foi destruida por ordem do governo francez. (Vêr *Denys*: Historia e descripção do Brasil).

*Simon Estacio de Sylveira*: "Relação das cousas do Maranhão". S. l., 1624.

*Luiz Figueira*: "Relação de varios successos acontecidos no Maranham e Gram Pará". Lisbôa, 1631.

*Christovam de Lisbôa*: "Relação geral de toda a conquista do Maranhão. Lisbôa.

"Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas, por el *P. Cristobal de Acuña*". Madrid, 1644, 4°.

*J. de Laon*, Seigneur d'Aigremont: "Relation du voyage des Français fait au Cap Nord (Cabo do Norte, Pará), par les soins de la Compagnie établie à Paris et sous la conduite de Mr. de Royville". Pariz, 1654, 12°.

"An historical and geographical description of the grand country and river of the Amazons in America, written in French by the *Count de Pagan*, and translated into English by William Hamilton". London, 1661, 12°.

"*Gründlicher Bericht* des in Amerika zwischen dem Rio Orinoco und Rio de las Amasonas an der vesten Küste in Guiana gelegenen Strich Landes, welchen die westindische Compagnie der Ver. Niederlande, den 18. Juli 1669, an Grafen Friederich Casimir zu Hanau überlassen hat". Frankfurt, 1669. (Vêr C. Q.: "Zur Geschichte des deutschen Handels im 17 Jahrhundert und der Bemühungen überseeische Kolonien zu gründen. I — Eine deutsche Besizung in Wes-

tindien". Deutsche Vierteljahresschrift, October bis Dezember 1857, Nr. 80).

*Gomberville*: "Relation de la rivière des Amazones, traduit de l'espagnol du père C. d'Acuña". Pariz, 1682.

*P. Manoel Rodrigues, S. J.*: "El Marañon y Amazonas. História de los descubrimientos, entradas y reducción de naciones, trabajos malogrados de algunos conquistadores y dichos de otros, etc.". Madrid, 1684, f.

*Bernardo Pereira de Berredo* escreveu os "Annaes historicos do Estado do Maranhão", Lisbôa, 1749, f., onde elle, em 1717 etc., foi governador-geral.

"Instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão". Lisbôa, 1755.

"Directorio que se deve observar nas povoações dos Indios do Pará e Maranhão". Lisbôa, 1758.

*Baena*: "Compendio das Eras da Provincia do Pará". Pará, 1838, 8°.

*W. H. Edwards*: "A voyage up the river Amazon, including a residence at Pará". London, 1847. — *M. F. Maury*: "The Amazon and the Atlantic Slopes of South America. A serie of letters under the signature of "Inca". Washington, 1853. — *Wm. Lewis Herndon*: "Exploration of the valley of the Amazon". Washington, 1854. — Mais rico em materia é *Alfred R. Wallace*: "A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the Amazon Valley". London, 1853.

As melhores informações sôbre Piauí e Ceará são de *George Gardner*: "Travels in the interior of Brazil, principally through the Northern Provinces and the Gold and Diamond Districts, 1836-1841". London, 1846.

Além disso, sôbre o Ceará, vêr o respectivo titulo na obra seguinte.

## II — História do Estado do Brasil

Temos sôbre a história provincial dêste grupo de Estados uma grande e valiosa obra de conjunto:

"Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas á jurisdicção do vice-rei do Estado do Brasil". Por *José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo*. Rio de Janeiro, 1820-22. Nove volumes, dos quaes os seis primeiros tractam, talvez com desenvolvimento algo excessivo, da história do

Rio de Janeiro, notadamente de seus bispos e igrejas; o VII descreve o estado actual da cidade e da provincia, e os volumes finaes referem-se ás provincias annexas: VIII, primeira metade — 1. Bahia; 2. Pernambuco; 3. Alagôas; 4. Rio Grande do Norte; 5. Parahiba; 6. Ceará; 7. São Paulo; VIII, segunda metade — 8. Minas Geraes; IX-10, Cuiabá e Matto Grosso; 11. Goiaz; 12. Ilha de Sancta Catharina; 13. Rio Grande do Sul; 14. Nova Colonia do Sacramento (hoje pertencente ao Uruguai).

#### 1. — *A capitania geral de Pernambuco* (Capítulo VIII)

*“Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Parahiba”*. Lisboa, 1759.

*P. Luiz Corrêa*: “Sublevações de Pernambuco”. Ms. de uma testemunha ocular sobre o levante de 1711, que serve de base á narrativa de Southey, III volume. Não menos importantes, sobre a revolução de 1817 e em geral sobre a descripção da terra e da gente, são as “Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil, en 1816. 1817 et 1818”, por *L. F. de Tollenare*, das quaes Denys, num e noutro poncto, aproveita grandes trechos. — Especialmente sobre a escravatura e o tráfico de escravos: “Tratos y contratos de mercaderes, etc.”, por *Fr. Thomas de Mercado*, Salamanca, 1569; cap. XV: “Do tracto dos negros do Cabo Verde”; consignado em Varnhagen. — “Ethiopia resgatada, empenhada, sustentada, instruida e liberada”, pelo *P. Manuel Ribeiro da Rocha*, Lisboa, 1758. — “Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos”, pelo *P. José Joaquim da Cunha*, bispo de Pernambuco, Lisboa, 1808.

*H. Koster*: “Travels in Brazil from Pernambuco to Ceara; also a voyage to Maranhão; the whole exhibiting a picture of the state of society, etc.”, 2ª ed., London, 1817, dous volumes; em alemão na nova bibliotheca de Bertuch, das mais importantes descripções de viagens, Weimar, 1817. — Não tive notícia de obra mais moderna de viagem ou de historia especial, razão por que me fôram apreciaveis as notícias, embora reduzidas, que sobre Pernambuco e a Bahia fornece o já citado George Gardner, e as mais recentes, sobretudo commerciaes, de *William Hadfield*: “Brazil, the River Plate and the Falkland Islands with the cap Horn Route to Australia; including notices of Lisbon, Madeira, the Canaries and Cap Verde. Illustrated from the South American sketches of Sir W. Gore Ouseley, and from the dra-

wings of Sir Charles Hotham during his recent mission to Paraguay". London, 1854 (em resumo, obra mediocre).

## 2. — O governo geral (vice-reino) da Bahia (Capítulo IX)

*Th. Lindley*: "Reise nach Brasilien und Aufenthalt daselbst in den Jahren 1802 und 1803; nebst einer Beschreibung der Städte und Provinzen Porto Seguro und S. Salvador (Bahia)". Traduzido por *Ehrmann*, Weimar, 1806. O original inglez é de Londres, 1805.

*Maximiliano, Principe zu Wied-Neuwied*: "Reise nach Brasilien in den Jahren 1815-1817". Frankfurt am Mein, 1820-21, dous volumes. — "Nachträge, Berichtigungen und Zusätze", idem, 1850. E' o único descriptor de viagens que perlustrou toda a costa desde o Rio de Janeiro até á Bahia.

*Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva*: "Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia". Tomos I-IV, Bahia, 1835-1837. Contém os tres primeiros volumes a história colonial, com especial desenvolvimento do periodo de 1817-1823, durante a lucta da independencia; o fim do terceiro volume e o quarto são história da egreja.

Os dados estatisticos do fim desta secção fôram extra-hidos da "Fallá recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, pelo presidente da provincia *João Mauricio Wanderley*, a 1º de Março de 1855", Bahia, 1855; e do "Relatorio da Thesouraria Provincial da Bahia, apresentado em 1855", Bahia, 1855. Certamente em todas as provincias se publicam similhantes relatorios provinciaes officiaes, porém chegam raramente á Europa; a mim, pelo menos, só esses dous vieram ás mãos, por um feliz acaso.

## 3. — A capitania geral (vice-reino) do Rio de Janeiro

### (Capítulo X)

*Balthasar da Silva Lisboa*: "Annaes do Rio de Janeiro, contendo o descobrimento e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a história civil e ecclesiastica, até á chegada del rei João VI; além de notícias topographicas, zoologicas e botanicas". Tomos I e II, Rio de Janeiro, 1834-1835.

Aqui tambem caberiam em parte as duas primeiras secções (vols. I-IV), da grande obra de viagens, de Auguste de St. Hilaire, sendo que o vol. IV traz um "Tableau general de la province d'Espirito Sancto"; da mesma fôrma



a supra citada descripção da viagem do principe Wied-Neuwied.

*Th. von Leithold*: "Meine Ausflucht nach Brasilien, oder Reise von Berlin nach Rio de Janeiro und zurück. Nebst einer ausführlichen Beschreibung dieser Hauptstadt, etc.". Berlin, 1820.

*J. Luccock*: "Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil, taken during a residence of ten years in that country from 1808-1818". London, 1820, 4°. (Traducção alemã, Weimar, 1821, dous volumes).

*F. L. von Rango*: "Rio de Janeiro wie es ist. Beiträge zur Tages-und Sittengeschichte der Hauptstadt von Brasilien". Hannover, 1829.

*Ernst Ebel*: "Rio de Janeiro und seine Umgebungen im Jahre 1824. In Briefen eines Rigaers". S. Petersburg, 1828.

*Theodor's Briefe* e Ego-Heft. Rio de Janeiro, 1832-34. Hamburgo, 1839.

*Hermann Burmeister*: "Reise durch die Provinzen Rio de Janeiro und Minas Geraes". Berlin, 1853. Do mesmo um atlas com 11 figuras. Idem.

*F. Avé-Lallemant*: "Erinnerungen an Brasilien". Lubeck, 1854.

Finalmente ainda mencionamos que desde alguns decennios apparece no Rio de Janeiro uma especie de almanack official, que proporciona as mais variadas informações sobre todo o paiz, especialmente, porém, sobre a capital e a provincia do Rio de Janeiro. Era antigamente o "*Almanak dos negociantes do Imperio do Brasil*", publicado por Plancher-Seignot", Rio de Janeiro, 1827, etc.; depois foi o "*Almanak Geral do Imperio do Brasil*", publicado por Sebastião Fabregas Surigué", Rio de Janeiro, 1838, etc., e é hoje o "*Almanak administrativo, mercantil e industrial da Côte e Provincia do Rio de Janeiro*", organizado e redigido por Eduardo Laemmert", Rio de Janeiro, 1844, etc. — Carta da provincia, por *H. Mahlmann*, Berlin, 1848, Qu., f.

*José Feliciano Fernandes Pinheiro*, visconde de São Leopoldo: "Annaes da provincia de São Pedro (Rio Grande do Sul)". Rio de Janeiro, 1819; appareceu 2ª ed. em Pariz, 1839, trazendo como annexo um "Resumo historico da provincia de Sancta Catharina", com uma carta especial de ambas as provincias.

*Auguste de St. Hilaire*: "Esquisse générale de la province de Sainte Cathérine" e viagem pela provincia, no volume VIII da sua obra geral.

*C. van Lede*: "De la colonisation au Brésil. Mémoire historique, descriptif, estatistique et commercial sur la province de Sainte Cathérine etc". Bruxelles, 1843.

*Hörmeyer*: "Beschreibung der Provinz Rio Grande do Sul in Südbrasilien, mit besonderer Rücksicht auf deren Kolonisation". Editado por Mich. Kroeff, Koblenz, 1854.

*Arsène Isabelle*: "Voyage à Buenos Ayres et Porto Alegre". Havre, 1835. Em alemão, no "Atlas" de A. Lewald, III, Leipzig e Stuttgart, 1836.

#### 4. — A capitania geral de São Paulo (Capítulo XI)

*W. L. von Eschwege*: "Journal von Brasilien oder vermischte Nachrichten, auf wissenschaftlichen Reisen gesammelt". Weimar, 1818; duas partes, com "Brasilien, die Neue Welt, in topographischer, geognostischer, bergmännischer, naturhistorischer, politischer und statistischer Hinsicht, während eines elfjährigen Aufenthaltes, von 1810-1821, beobachtet". Braunschweig, 1830. Duas partes, com "Geognostisches Gemälde von Brasilien", Weimar, 1822, — "Beiträge zur Gebirgskunde Brasiliens", Berlin, 1832, com quatro cartas. — "Pluto Brasiliensis. Eine Reise von Abhandlungen über Brasiliens Gold-, Diamanten- und anderen mineralischen Reichtum, über die Geschichte seiner Entdeckung, über das Vorkommen seiner Lagerstätten, den Betrieb, die Ausbeute und die darauf bezügliche Gesetzgebung, u. s. w.". Berlin, 1833. Com oito cartas lithographicas e desenhos.

*J. Parigot*: "Memória sobre as minas de carvão de pedra no Brasil". Rio de Janeiro, 1841.

*Fr. Gaspar da Madre de Deus*: "Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo". Lisboa, 1797.

A esta parte pertence principalmente a grande obra de viagens de Auguste de St. Hilaire, que offerece rico material referente ás provincias de São Paulo, Minas Geraes e Goiaz; assignalamos especialmente os seguintes aspectos historico-estatísticos: "Tableau abrégé de la Province de São Paulo" (VII); "Histoire du Distrit des Diamans (Minas Geraes)" (III), e "Tableau général de la province de Goyaz" (V). Igualmente a citada descripção de viagem de Hermann Burmeister. Num e noutro pontos, também é de interesse

confrontar estes dous auctores com as notícias de George Gardner, que, no tempo intermediario ás excursões daquelles, tocou as mesmas regiões, quando regressava.

*J. Mawe*: "Reise in das Innere von Brasilien, vorzüglich nach den dortigen Gold-und Diamanten-Distrikten. Nebst einer Reise nach dem La Plata Fluss". Traduzido do inglez e editado com annotações por A. W. v. Zimmermann. Bamberg e Leipzig, 1817, duas partes.

*J. E. Pohl*: "Reise im Innern von Brasilien. Auf Befehl seiner Magestät des Kaisers von Oesterreich, Franz I, 1817-21 unternommen". Wien, 1832 a 1837; dous volumes (tracta principalmente de Goiaz).

Para toda a 2ª secção, precisam ainda ser mencionadas, como importantes contribuições, as fontes dos minuciosos *relatorios*, que ao tempo costumavam todos os annos apresentar os diversos ministerios á abertura do parlamento em Maio; tive em mãos, como mais recentes, o *Relatorio do Ministerio do Interior de 1855* e o do *Ministerio das Finanças de 1856*; dos demais relatorios dêsses dous annos, apenas tive occasião de ver notícias avulsas.

### III — Immigração alemã e colonização

*Aug. Fr. Wilh. Crome*: "Brasilien eine neue aufblühende Monarchie in Südamerika". Giessen, 1819.

*Chr. A. Fischer*: "Neuestes Gemälde von Brasilien". Pesth, 1819, dous volumes.

*G. H. von Langsdorff*: "Bemerkungen über Brasilien. Mit gewissenhafter Belehrung für auswandernde Deutsche". Heidelberg, 1821.

*Schäffer*: "Brasilien als unabhängiges Reich, in historischer, mercantilischer und politischer Beziehung geschildert". Altona, 1824.

*G. W. Freyreiss*: "Beiträge zur nähern Kenntniss des Kaiserthums Brasilien, nebst einer Schilderung der neuen Kolonie Leopoldina und der wichtigsten Erwerbszweige für europäische Ansiedler, sowie auch einer Darstellung der Ursachen, wodurch mehre Ansiedlungen missglückten". Frankfurt, 1824. I Parte (única).

*Chr. L. Hahn*: "Brasilien wie es ist. Ein Leitfadn für alle diejenigen, welche sich nähere Kenntniss über dies Land erwerben wollen". 2ª ed., Frankfurt, 1826.

*J. F. von Weech*: "Brasiliens gegenwärtiger Zustand und Kolonialsystem; besonders in Bezug auf Landbau und Handel. Zunächst für Auswanderer". Hamburg, 1828.

*F. X. Ackermann*: "Das Kaiserreich Brasilien. Beobachtungen und praktische Bemerkungen für deutsche Auswanderer. Nebst der Ansicht einer Fazenda (Länderei) und einer Karte vom Stromgebiet des Rio Doce". Heidelberg, 1834.

*F. Schmidt*: "Grundzüge einer geregelten Auswanderung der Deutschen, mit besonderer Rücksicht auf Südbrasilien". Hamburg, 1842.

"Die belgischen Kolonien in Guatemala und Brasilien. Versuch einer Zusammenstellung des Tatsächlichen, mit einem Hinblick auf die Hoffnungen, welche sich daran knüpfen". (Em beneficio da construção da cathedral de Colonia, Rheno). Colonia, 1844.

*C. v. Lede*: "Rapports à la Société Belge-Brésilienne de Colonisation, etc.". Bruxelles, 1843-1846.

"Ideen zu einem Vereine zum Schutz und zur Unterstützung deutscher Einwanderer in Südbrasilien". Impresso como manuscrito. (Por *J. D. Sturz*, 1845).

"Memória sobre meios de promover a colonização, pelo visconde de Abrantes, etc.". Berlin, 1846.

*L. F. Kalkmann*: "Reisebriefe aus Brasilien, mit besonderer Rücksicht auf die Auswanderung". Bremen, 1847. — O mesmo, com *J. F. Koeler*: "Memorial relativo a uma companhia que pretendem organizar, que encaminhe a emigração alemã para o Brasil". Rio de Janeiro, 1847.

*Hermann Blumenau*: "Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Colonisation. Abgerissene Nachrichten, Bemerkungen und Winke, besonders für Auswanderer". Rudolstadt, 1850. — "Die deutsche Kolonie Blumenau in der südbrasilianischen Provinz S. Catharina. Eine genaue Beschreibung für Auswanderungslustige". Rudolstadt, 1851. — "Leitende Anweisungen für Auswanderer nach der Provinz S. Catharina in Südbrasilien". Rudolstadt, 1851. — "Die deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz S. Catharina in Südbrasilien. Bericht bis Juni 1855 und Aufforderung zum Anschluss. Nebst Bemerkungen über deutsch-brasil. Colonisation im Allgemeinen, Beschreibung des Itajahy-Gebietes und einer Karte". Rudolstadt, 1856.

*R. J. Mittenberg*: "Die deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilianischen Provinz S. Catharina. Dargestellt nach authentischen Quellen, etc.". Berlin, 1852.

*Th. Rodowicz-Oswieczinsky*: "Die Kolonie Dona Francisca in Südbrasilien. Beiträge zur Chronik derselben in Verbindung mit andern Notizen und mehr als 50 Abbildungen, etc.". Hamburg, 1853.

*W. Hühn*: "Mittheilungen betreffend Dona Francisca". Em fasciculos mensaes. Hamburgo, 1852-1853.

*L. von Alvensleben*: "Die deutsche Kolonie Dona Francisca in Brasilien, der vortheilhafteste Punkt für deutsche Auswanderer. Ein Rathgeber und Wegweiser für deutsche Auswanderer dahin und nach Brasilien überhaupt. Nach zahlreichen Privatmittheilungen und offiziellen Nachrichten des Hamburg. Kolonisations-Vereins von 1849". Leipzig, 1854.

*Peter Kleudgen*: "Die deutsche Kolonie S. Cruz, Prov. Rio Grande do Sul, Südbrasilien". Hamburg, 1852. — "Die deutsche Kolonie S. Cruz, nach den neuesten Nachrichten dargestellt". Hamburg, 1853. Com uma carta.

*S. G. Kerst*: "Die Kolonien der Brasil. Provinz Rio Grande do Sul. Auszug aus dem Bericht des Vicepräsidenten der genannten Provinz, etc., mit Anmerkungen bebleitet". Berlin, 1853. Com uma carta.

*Ch. Perret-Gentil*: "Considerações sobre a colonia Senador Vergueiro". Santos, 1851, 4°.

*F. Schmidts*: "Die geregelte Auswanderung nach Brasilien und ihr erster glänzender Erfolg. Blätter zur Bekämpfung der gegen dieses Land herrschenden Vorurtheile und zur Belehrung der dorthin Auswandernden". Rudolstadt, 1852, e outros.

*G. Gade*: "Bericht über die deutschen Kolonien der drei grossen Grundbesitzer am Rio Preto (Provinz Rio de Janeiro) in Brasilien. Nebst einer kritischen Beleuchtung und Würdigung der Schriften des Hern Dir. Kerst". Kiel, 1853.

*S. G. Kerst*: "Über brasilianische Zustände der Gegenwart mit Bezug auf die deutsche Auswanderung nach Brasilien und das System der brasil. Pflanze, den Mangel an afrikanischen Sklaven durch deutsche Proletarier zu ersetzen. Zugleich zur Abfertigung der Schrift des Kaiserl. Brasil. Prof. Dr. Gade". Berlin, 1853.

"Die Schweizer auf den Kolonien in S. Paulo, Brasilien, Bericht des Hern Dr. Heusser an die Direktion der Polizei des Kantons Zürich". 1857.

*Thomas Davatz*: "Die Behandlung der Kolonisten in der Provinz S. Paulo und deren Erhebung". Chur, 1858.



*J. L. Moré*: "Le Brésil en 1852 et sa colonisation future. Notice écrite sur des documents communiqués par le Consulat Suisse à Rio de Janeiro (Ch. Perret-Gentil)". Genève et Paris, 1852. — "Taschenbibliothek der Reise-Zeit- und Lebensbilder". Rudolstadt, 1854-55. N. VI. Brasilien. Tres números.

"*Betrachtungen über das Länderei-Vertheilungs-Gesetz und die Kolonisation in Brasilien*". Rio de Janeiro, 1854.

*C. F. Kotte*: "Brasilien und seine Bedeutung für die deutsche Auswanderung. Mit besonderer Rücksicht auf die Mucury-Kolonie, Prov. Minas Geraes". Leipzig, 1855.

*Dr. R. C. B. A. Lallemand*: "Am Mucury". Hamburg, 1859. "Die deutsche Kolonie Petropolis in der Provinz Rio de Janeiro. Ein Beitrag zur Kenntniss Brasiliens von *Prof. Dr. Th. Wiedemann*, weiland Pastor der deutschen Kolonisten in Petropolis". Freysing, 1856.

*Graf v. Rozwadowsky*: "O Govêrno e a Colonização". Rio de Janeiro, 1857.

"Brasilien und Deutschland" (Carta aberta ás redacções da imprensa diaria alemã, pelo *Dr. E. Ferreira França*). Leipzig, 1858.

"Brasilien für deutsche und schweizerische Auswanderer, beschrieben von *Dr. Adolf Steger*". Lichtenstein, 1857. — Vêr tambem um artigo meu, "Brasilien", na obra de *Bluntschli*: "Deutsches Staats Wörterbuch", volume II.

*J. Hormeyer*: "Südbrasilien. Ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann, insbesondere für Auswanderer". Hamburg, 1858. Com uma carta.

#### IV. — *História da formação da fronteira*

##### (Capitulo XII)

Sóbre este assumpto, devem ser principalmente confrontadas a "Geschichte von Portugal", de Schäfer, volume V, a história do Brasil de Southey, e a história da provincia de São Pedro pelo visconde de São Leopoldo; como complemento, a história geral dos paizes vizinhos.

Encontra-se, em geral, no annuario de Gust. Wilhelm Hugo: "*Jahrbücher der Geschichte von Amerika*", Karlsruhe, 1829, na data respectiva, o logar em que fôram lavrados os differentes tractados de fronteiras.

Sôbre a Nova Colonia do Sacramento, vêr a respectiva secção do volume IX das "Memorias historicas, etc.", de J. de S. A. Pizarro e Araujo.

"*Noticia y justification del titulo y buena fe con que se fundó la Nueva Colonia del Sacramento en las tierras de la Capitania de San Vicente, en el sitio llamado S. Gabriel, a la ribera del Rio de la Plata*". 1680, f.

D. Luiz Cerdenno y Monçon: "*Manifiesto legal, cosmografico y historico en defensa del derecho del Rey y de la sentencia del 20 de febrero, dada por los juezes plenipotenciarios de Castella y Portugal, sobre la situacion de la Nueva Colonia del Sacramento*". Madrid, 1680, f.

Silvestre Ferreira da Silva: "*Relação do sitio que o govêrnador de Buenos Ayres, D. Miguel Salcedo, poz no anno de 1735 á praça da Nova Colonia do Sacramento*". Lisbôa, 1748.

#### COM REFERENCIA A' 3ª SECÇÃO

José da Silva Lisbôa, visconde de Cairú: "Memória dos beneficios politicos do govêrno del rey d. João VI". Rio de Janeiro, 1818, duas partes.

"Synopse da legislação principal do senhor d. João VI, pela ordem dos ramos da economia do Estado". Rio de Janeiro, 1818.

"Codigo Brasiliense, ou collecção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc., promulgadas no Brasil, desde a feliz chegada do principe regente a estes Estados. Com hum indice chronologico". Tomos 1-4, 1808-1826, Rio de Janeiro, f.

"Correspondance de d. Pedro I, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roi de Portugal, Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil; traduite sur les lettres originales; précédée de la vie de cet empereur et suivie de pièces justificatives — Par F. E. Garay de Monglave". Paris, 1827.

V. L. S. M. Angliviel de la Beaumelle: "De l'empire du Brésil, considéré sous ses rapports politiques et commerciaux". Paris, 1823.

Maria Graham: "Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821-1823". London, 1824, 4°.

W. Chr. G. Feldner: "Reise durch mehrere Provinzen Brasiliens. Aus seinen nachgelassenen Papieren". Liegnitz, 1828, dous volumes, 8°.

*J. F. von Weech*: "Reise über England und Portugal nach Brasilien und den Vereinigten Staaten des La Plata Stroms während der Jahre 1823-1827". München, 1831, tres volumes.

*P. H. Schumacher*: "Beschreibung meiner Reise von Hamburg nach Brasilien im Juni 1824, nebst Nachrichten über Brasilien bis zum Sommer 1825 und über die Auswanderer dahin". Braunschweig, 1826. — "Darstellung meines Schicksals in Brasilien und der von mir genachten Erfahrungen über die Behandlung der durch den Major Dr. Schäffer dahin beförderten Europäischen Auswanderer, besonders in militärischer Hinsicht". De *J. F. von Lienau*, capitão da reserva dinamarquez, Schleswig, 1826, 8°.

*Julius Mannsfeldt*: "Reise nach Brasilien im Jahr 1826". Magdeburg, 1828.

"Erindringer om mit Ophold og mine Reiser i Brasilien, af *C. Belman*, forhen Officer i K. Br. Tjeneste". Magdeburg, 1828.

"Beiträge zur Geschichte des Kriegs zwischen Brasilien und Buenos Ayres in den Jahren 1825, 26, 27, 28, von einem Augenzeugen". Berlin, 1834 (7).

*R. Walsh*: "Notices of Brazil in 1828-1829". London, 1830, dous volumes.

*Carl Seidler*: "Zehn Jahre in Brasilien während der Regierung dom Pedros und nach dessen Entthronung. Mit besonderer Hinsicht auf das Schicksal der ausländischen Truppen und der deutschen Kolonisten". Quedlinburg, 1835, dous volumes (8).

---

(7) O livro *Beiträge zur Geschichte des Kriegs zwischen Brasilien und Buenos Ayres in den Jahren 1825-1828 — Von einem Augenzeugen* (Berlim, 1834) vem no *Historisch-geographischer Katalog für Brasilien — (1500-1908)* (in vol. XXXV dos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*), de Joseph Scherrer, com a declaração "nicht genannten", relativa á sua autoria. Mas o barão do Rio Branco, em suas *Ephemerides brasileiras* (Rio, 1918), pag. 132, diz que aquella obra é attribuida ao capitão barão Karl von Leenhof. Este auctor, entretanto, não figura na grande *Bibliotheca exotico-brasileira*, recém-publicada, de Alfredo de Carvalho, um dos que mais vantajosamente andaram pesquisando estes assumptos. O referido trabalho de 1834 tem especial interesse no tocante ao aspecto militar, e, em razão disso, mereceu traduzido, no corrente anno de 1930, pelo nosso distincto compatriota general Bertholdo Klinger, que, todavia, ainda não deu a lume a sua versão.

(8) O general Bertholdo Klinger tambem trasladou para o vernaculo o que de mais importante se lhe deparou na obra de Karl

"Brasiliens Kriegs-und Revolutions Geschichte seit dem Jahre 1825 bis auf unsere Zeit". Leipzig, 1837.

F. Tietz: "Brasilianische Zustände. Nach gesandtschaftlichen Berichten bis zum Jahr 1837". Berlin, 1839.

Daniel P. Kidder: "Sketches of residence and travels in Brazil: embracing historical and geographical notices of the Empire and its several provinces". London, 1845, dous volumes.

H. Kletke: "Reise des Prinzen Adalbert von Preussen nach Brasilien im Jahr 1842". Berlin, 1856.

F. Aschenfeldt: "Memoiren aus meinem Tagebuch geführt während meiner Reisen und meines Aufenthalts in Brasilien in den Jahren 1843 bis 1847". Oldenburg in Holstein, 1848.

A. Ebeling: "Bruchstücke aus der Beschreibung meiner Reise nach Brasilien". Hamburg, 1849.

"Die deutsche Legion im kaiserlich brasilianischen Dienst von 1851. Nebst einem Anhang für Auswanderer nach Rio Grande do Sul". Marburg, 1853 (9).

"Rückblick auf den Krieg gegen Rosas und das Schicksal der deutschen Truppen im Dienste Brasiliens, von einem Augenzeugen". Berlin, 1854 (10).

Seidler, *Zehn Jahre in Brasilien während der Regierung dom Pedro's I und nach dessen Enthronung — Mit besonderer Hinsicht auf das Schicksal der ausländischen Truppen und der deutschen Kolonisten* (Quedlinburg, 1835, em dous volumes). O referido traductor, entretanto, julgou esse trabalho destituído de interesse, quanto ao ponto de vista militar.

(9) A obra editada em Marburg (1853) e citada por Handelsmann, *Die deutsche Legion im kaiserlich brasilianischen Dienst von 1851 — Nebst einem Anhang für Auswanderer nach Rio Grande do Sul*, acha-se também no já mencionado catalogo de Joseph Scherrer (pag. 328), com o titulo: *Die deutsche Legion im kaiserl. brasil. Dienst von 1851*. Mas Alfredo de Carvalho (v. *Bibliotheca exotico-brasileira*, vol. III, pags. 192-193), que a traduziu (e essa versão vae ser brevemente dada á estampa), registou-a com a seguinte differença no titulo: *Zur Charakteristik der deutschen Legion von 1851 im kaiserlich brasilianischen Dienst*. Além disso, o douto escriptor pernambucano descobriu que o auctor da mesma foi o major Von Lemmers.

(10) O trabalho editado em Berlin (1854) e mencionado aqui por Handelsmann, *Rückblick auf den Krieg gegen Rosas und das Schicksal der deutschen Truppen im Dienste Brasiliens — Von einem Augenzeugen*, acha-se com este mesmo titulo no citado catalogo de Joseph Scherrer (pag. 371). Mas Alfredo de Carvalho, que também o traduziu (velo a lume na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. LXXVIII, p. 1ª, pags. 377-529, com uma separata, já ex-

*Auguste von den Straten-Ponthoz*: "Le budget du Brésil ou recherches sur les ressources de cet empire dans leurs rapports avec les intérêts européens du commerce et de l'immigration". Bruxelles, 1854, tres volumes.

*Charles Reybaud*: "Le Brésil". Paris, 1856. Traducção allemã, Hamburgo, 1857, — evidentemente uma réplica semi-official a Straten-Ponthoz.

Em summa, a literatura historica moderna, especialmente de 1830 em deante, ainda está muito pobre, e, tanto quanto me conste, até hoje ainda não se tentou collocar synopticamente o material esparso em documentos officiaes, folhetos e jornaes; tal trabalho, porém, só no Rio de Janeiro poderá ser emprehendido. Por minha parte, não pude obter nem ao menos uma collecção completa de jornaes brasileiros. Assim é que, para a última parte de minha narração, tive que me contentar com o material esparso, que se offerece, aqui e alli, na imprensa diaria allemã.

Depois que encerrei esta relação (fim de 1857), ainda cresceu bastante a literatura sôbre o Brasil, sobretudo em brochuras; mas, das publicações apparecidas em 1858, vamos mencionar uma única grande obra, datada no seu prefacio de 1º de Setembro, obra que é de relevante importancia e cuja posse devemos á bondade do seu auctor. O título é: "Chorographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e política do Imperio do Brasil, contendo noções historicas e políticas, a começar do descobrimento da America e particularmente do Brasil; o tempo em que fôram povoadas as suas differentes cidades, villas e logares; seus governadores, e a origem das diversas familias brasileiras e seus appellidos, extrahida de antigos manuscriptos historicos e genealogicos, que em éras differentes se puderam obter; os tractados, as bullas, cartas régias, etc.; a história dos ministerios, sua politica e côres com que appareceram; a história das assembléas temporaria e vitalicia, e tambem uma exposição da história da independencia, escripta e com-

---

gottada, no mesmo anno de 1916), dá-lhe o título seguinte: *Rückblick auf den Krieg gegen Rosas und die Schicksale der deutschen Truppen im Dienste Brasiliens — Von einem Augenzeugen*. Conforme o inesquecivel polygrapho pernambucano, o auctor dêsse interessante escripto foi o capitão Siber.



prohada com documentos ineditos e por testemunhas oculares que ainda restam, e dos outros movimentos politicos; descripção geographica, viagens; a história das minas, do quinto do ouro, etc.; afim que se tenha um conhecimento exacto não só da geographia do Brasil, como da sua história civil e política — Pelo Dr. Alexandre José de Mello Moraes, natural da cidade das Alagôas". Tomo I, Rio de Janeiro, 1858. (A obra está calculada para dez volumes). (11).

O patriotico auctor, já conhecido por diversos trabalhos no mundo literario do Brasil (citamos apenas o "Ensaio corographico do Imperio do Brasil", um volume, 12º), partiu, portanto, da mesma idéa fundamental, que tambem nos guiou ao publicarmos este nosso livro, e que é a de synthetizar o estado attingido neste momento pelos conhecimentos sôbre o imperio sul-americano. Porém, elle seguiu outro caminho; em vez de uma narração concatenada, apresenta uma série de composições monographicas, graças ás quaes se lhe torna possivel (além disso, favorecido pelo intencional grande desenvolvimento da obra) examinar e apreciar os pormenores mais detidamente do que nos foi dado e possivel. Assim, o 1º volume apresenta diversas amplas secções referentes á história do descobrimento, sôbre a fundação e a sorte das septe mais velhas capitánias hereditarias, como tambem de algumas capitánias régias e, por fim, um estudo sôbre a formação da fronteira, mórmente ao Norte, do lado da Guiana franceza.

O maior valor da obra é, entretanto, realizado pela communicação de diversos documentos originaes, que o auctor poudo obter, parte em livros, mas principalmente ineditos do Archivo Nacional, do dos ministerios, do Instituto Historico e Geographico e de outras collecções officiaes e particulares;

---

(11) A *Corographia historica* de Mello Moraes não chegou aos dez volumes, que Handermann esperava. Saíram primeiramente quatro volumes, de 1858 a 1860, e, em 1863, appareceu mais um, com a designação de "I, 2ª parte". O tomo I teve, em 1866, 2ª ed., correctea e augmentada, com o retrato do auctor e sem a *Nota sôbre a negociação pendente para se fazer effectivo o tractado do imperio do Brasil com a Guiana Franceza*, pelo conselheiro A. de M. Vasconcellos de Drummond, a qual vinha *in-fine* da 1ª edição. Mello Moraes fez, em 1872, uma reedição integral dos ts. III e IV, dando-lhe o título de *História dos jesuitas e suas missões na America do Sul*. A *Corographia historica* do operoso escriptor brasileiro teria maior mérito, si elle lhe houvesse applicado melhor methodo, ou, antes, si tivesse elle a *vis organizatrix* que, infelizmente, não se patenteia nos muitos volumes que deixou sôbre a nossa heurística.

e não são sómente antigos, mas também modernos, como por exemplo, vem neste primeiro volume minuciosas notícias e correspondencia original sôbre as últimas negociações franco-brasileiras de fronteira.

Podemos, pois, saudar gostosamente o livro do dr. Mello Moraes como provisorio representante e precursor do futuro "Livro brasileiro de documentos historicos".

Typ. de Ernst Köhn, Berlin.





## HISTORIA DO BRASIL

O imperio do Brasil, herança americana da raça portugueza e unico Estado autonomo, no qual ainda o descendente de uma dynastia real européa se assenta no throno, comprehende mais ou menos a terça parte oriental de todo o continente sul-americano; e méde de superficie (segundo foi avaliado pelo Imperial Instituto Historico e Geographico Brasileiro) 3.956.800 milhas quadradas inglezas, mais de 160 mil lèguas geographicas quadradas, ao passo que a sua população é computada em 6.065.000 almas ou, conforme a mais recente estatistica, em 7.677.800, sendo quasi metade escravos.

O imperio, quanto á sua conformação natural, se divide em tres grandes grupos. Um planalto interior fórma o nucleo propriamente dicto e a massa principal, em cuja estrutura geologica predominam a pedra arenosa, o gneiss e o granito, e que, na maior parte, é coberto de mattas, conquanto, em muitos sitios, se apresente em chapada núa; desce a Léste em pequeno declive para o oceano Atlantico, ao passo que, nos seus espigões occidentaes, se approxima das extremas da cordilheira dos Andes. Ao planalto interior apoia-se pelo Noroéste o valle do rio Amazonas, pelo Sudoéste o do rio da Prata, e entre elles os referidos espigões occidentaes formam o divisor das aguas; ambas as bacias hydrographicas, que se extendem consideravelmente além dos limites do Brasil, aos Estados vizinhos, mal tiveram até aqui contacto com a civilização, de modo que conservam na primitiva pureza os seus caracteristicos naturaes: o valle do

Amazonas, os das suas florestas virgens tropicaes; o valle do Prata, os de seus campos.

Por estes tres grandes grupos naturaes dividem-se as actuaes 20 provincias do imperio do Brasil, do seguinte modo:

I—A bacia do Amazonas comprehende: 1) a provincia do Alto-Amazonas; 2) a provincia do Pará (palavra que, no idioma indiano, quer dizer "Rio");

II—O planalto interior, com a vertente atlantica, as provincias de: 3) Goiaz; 4) Maranhão; 5) Piauí (ind., "Águas ricas de peixe"); 6) Ceará; 7) Rio Grande do Norte; 8) Parahiba (ind., "Rio mau"); 9) Pernambuco (ind., "Braço de mar"); 10) Alagoas\*; 11) Sergipe; 12) Bahia\*; 13) Espírito Santo; 14a) Rio de Janeiro e 14b) o Municipio Neutro, desmembrado dêste último, isto é, a capital do Imperio, "Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro", e respectivo municipio; 15) Minas Geraes\*, inclusive o denominado "Districto Diamantino", outrora com divisão administrativa á parte;

III—O systema do Prata abrange as provincias de: 16) São Paulo; 17) Paraná (ind., "Água grande"); 18) Santa Catharina; 19) São Pedro, ou communmente, Rio Grande do Sul; e 20) Matto Grosso (\*).

Nesta última Provincia se entrelaçam os systemas hydrographicos do Prata e do Amazonas, bem como os espigões occidentaes do planalto interior.

Fóra do continente e de suas dependencias immediatas, fluctua a bandeira brasileira ainda sôbre algumas ilhotas rochosas, que ficam situadas longe da costa, no oceano Atlantico, a saber, os grupos de Fernando de Noronha e da Trindade.

O imperio do Brasil tem conservado, em todo o seu desenvolvimento historico, uma rara continuidade; desde o comêço até agora, o seu territorio permaneceu inteiro nas mãos de um povo unico; e, embora tivesse havido invasões estrangeiras e nelle se estabelecessem advenas, até hoje esses elementos extranhos não vingaram exercer no Brasil influencia forte e duradoura; de igual maneira as tempestades, que accompanharam as transformações politicas actuaes, na

---

(\*) (I. H. e G. B.). Provincias do Brasil designativas das expressões portuguezas.

verdade o têm sacudido de rijo, todavia não tocaram nem os altos cimos das instituições do Estado, o throno, nem os seus alicerces fundamentaes, a constituição do paiz e do povo.

Por outro lado, o seu progresso assume variados aspectos; a dispersão dos nucleos de fraca immigração, sôbre a enorme vastidão de terras, a grande separação entre esses estabelecimentos isolados, assim como a diversidade das condições naturaes das várias regiões do paiz, forçosamente haveriam de produzir certas particularidades na raça luso-brasilica, manifestando-se conforme o modo de sua colonização, e, de accôrdo, principalmente, com os seus mais importantes ramos da actividade; ao mesmo tempo, entretanto, essa dispersão geographica, pelo facto mesmo de impedir a sensível cohesão contínua, gerou necessariamente um espirito de patriotismo local, ou de particularismo provincial, que, innumeradas vezes, degenerou em ciosas barreiras internas; e a corôa, pela organização dada ás divisões territoriaes, ainda mais veio alimentar esse espirito de regionalismo.

As provincias do Brasil não são, portanto, méras divisões administrativas, sinão verdadeiros membros do imperio, apresentando cada qual maior ou menor gráo de desenvolvimento peculiar, e com a sua história propria; e mui fragil é o liame dos interesses communs, quer internos, quer relativos ao exterior, que enfeixa a história dessas provincias numa história geral do Imperio.

A presente exposição historica procurou levar em conta taes circumstancias.

Divide-se em tres grandes secções: a primeira abrange o periodo decorrido de 1500 a 1660, durante o qual a raça lusitana gradualmente se foi apossando de toda a extensão costeira do Brasil, periodo em que, pela invasão do elemento estrangeiro, ainda era incerto si essa posse lhe seria ou não garantida; ahi a direcção centralizada da colonização e o perigo de fóra, que obrigavam á actividade em commum, mantiveram unido, como á viva fôrça, o curso historico das cousas. Mas essa fôrça de cohesão cessou, terminada a ameaça externa; a raça portugueza, ficando vencedora, diffundi-se pelo vasto continente, surdindo então um sem número de Estados embryonarios, independentes uns dos outros, vinculados apenas pela mesma obediencia á corôa. A segunda secção tracta, assim, da colonização dos varios



grupos de Estados e de cada um dêstes de per si, formando uma série de capitulos de monographia, que se estendem desde as origens até ao presente; reserva-se o último capítulo para as poucas relações políticas externas do Imperio, principalmente a formação historica dos limites do Brasil.

A terceira secção versará, finalmente, sôbre os negocios interiores, a fôrma do seu desenvolvimento político e constitucional, estudando como de imperio colonial se transformou o Brasil em reino unido e depois imperio independente, como passou do govêrno absoluto ao constitucional, e como, enfim, na monarchia federativa, achou a sua mais consentanea fôrma de Estado livre.

Ainda nesse poncto, apenas uma pequena parte do imperio cooperou decisivamente; entretanto, as demais provincias intervêm, uma vez ou outra, sempre para o beneficio do todo; destarte, offerece esta terceira secção, tal qual a primeira, a feição de uma história geral do imperio.

**PRIMEIRA SECÇÃO**

**A LUCTA PELA POSSE DO BRASIL**





## CAPITULO I

### O descobrimento

A história dos tempos primitivos do imperio do Brasil é tão desconhecida e obscura como a dos Estados Unidos da America do Norte, até ainda mais, pois nem ao menos um raio de luz penetra alli a espessa treva.

Acontece, entretanto, ter chegado ao nosso conhecimento um ou outro monumento, que attesta factos de remota antiguidade.

E' assim que, não longe do Tejuco, no Districto Diamantino, Minas Geraes, mostraram os habitantes ao viajante Saint-Hilaire uma inscripção representando principalmente aves, em côr vermelha, sôbre rocha polida, e havida desde tempos immemoriaes como originada dos autochtones. "Mas — observa o excursionista francez — fôram essas as unicas antigualhas americanas que pude ver em minha dilatada exploração (por todo o quadrante suêste do imperio)".

Em compensação, outro explorador, Koster, encontrou mais para o Norte, no Ceará, um certo padre, que havia copiado hieroglyphos identicos; e os academicos de Munich, Spix e Martius, descobriram na serra do Anastacio, sertões da Bahia, uma série de escriptas grosseiramente esculpidas na rocha viva; e consta que nas mal exploradas solidões piauienses possam existir inscripções runicas do mesmo typo.

Analogamente na bacia do Amazonas, não longe da fronteira occidental do Brasil, na provincia do Alto Amazonas, á margem do rio Japurá, verificaram estes ultimos viajantes a existencia de uma rocha coberta de insculpturas, re-

presentando figuras humanas e outras, que se destacam pela clareza, precisão e certa pericia de execução; gravuras idênticas e debuxos singelos fôram recentemente encontrados pelo naturalista inglez Wallace em Monte Alegre, no Amazonas (Provincia do Pará), nos rios Negro e Uaupés.

Baste, porém, esta breve enumeração; certamente ainda outras inscripções analogas e monumentos diversos hão de ter sido descobertos; por exemplo, Elias Herckmann diz que em 1641 encontrou no interior de Pernambuco pedras lavradas e amontoadas, á feição dos tumulos dos Hunos na Hollanda; e o dr. Alexandre Ferreira (fins do seculo XVIII) diz que viu tambem numa grande gruta, em Matto Grosso, baixos relevos artificiaes, de mixtura com as formações estalactíticas (1); e quando, algum dia, o gigantesco imperio fôr explorado mais minuciosamente em todas as partes componentes do seu territorio, sem dúvida alguma o número dêsses documentos iconologicos crescerá notavelmente; não obstante, a história nada terá que lucrar com isso. E' certo que, na maioria dos casos, procedem taes monumentos de uma raça indiana, já desaparecida, ou emigrada para muito longe, e constituem eterno mysterio, tanto para os seus actuaes incolas como para o branco descobridor. E quando tal não se dê, isto é, supposto que ainda seja a mesma raça a possuidora do terreno, que com os seus debuxos sagrou, os seus descendentes já de ha muito olvidaram o sentido litteral emprestado por seus ancestraes a taes inscripções, si não as degeneraram em lenda.

Mas, dado mesmo que lhes penetrassemos o verdadeiro significado, — que aprenderiamos nós com ellas sinão os

---

(1) E' a Gruta do Inferno, nas vizinhanças (meia legua a NNO) do forte de Coimbra e que foi visitada pelo dr. Alexandre Rodrigues Ferreira em 1791. Antes, porém, do illustre botanico bahiano, isto é, em 1786, alli estivera o engenheiro portuguez Ricardo Franco de Almeida Serra, que foi quem lhe deu a denominação até agora conservada. Percorreram-na tambem, embora não em toda a sua vasta e labyrinthica extensão, o tenente-coronel Joaquim José Ferreira, em 1792, e Castelnau, em 1845, tendo ambos manifestado (v. do ultimo "Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud", Pariz, 1850, t. II, pags. 406-410) a impressão maravilhosa que alli tiveram. Dentre os patricios nossos que, mais recentemente, penetraram na famosa caverna mattogrossense, destaca-se o dr. João Severiano da Fonseca, que deixou della extensa e curiosa descripção, em sua obra "Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878" (Rio, 1881), vol. I, pags. 271-275. Das grutas calcareas existentes em nosso paiz, uma das mais



minimos factos, referentes a uma população de Indios, que nunca viveu num grande meio de importancia historica, e cujo nome, ao cabo de algumas gerações, terá por completo desaparecido ?

Cumpre, contudo, que nos detenhamos um instante a estudar alguns dêsses monumentos, que, não sendo embora, como os já citados, obra do engenho humano, revelam, todavia, para o Brasil uma expressão historica. E' facto conhecido que em todo o mundo se têm encontrado pronunciadas depressões na superficie de rochas, que de alguma fórma se assimilham, por admiravel capricho da natureza, á impressão do pé ou da mão do homem. Lembremos apenas as pégadas de casco de cavallo, a impressão de pés e dedos, que se vêem por todo o sólo da Europa, e que são attribuidas pela lenda a uma raça de gigantes desaparecida; na Asia as pégadas no Pico de Adão, da Ilha de Ceylão, que se attribuem ao deus Buddha; e na America, os naturaes mostram com mysteriosa reverencia, em varios logares, identicas pégadas, produzidas por Bochica, o homem sancto dos Muyscas (Nova-Granada), ou de Quetzalcoatl, o divino reformador dos Toltecas (Mexico).

Egualmente no Brasil: tambem aqui os Indios amigos na provincia da Bahia aponctaram ao jesuita portuguez Manuel da Nobrega, por volta de 1550, assim como antes e depois disso em outros sitios a outros descobridores, fortes pégadas impressas na rocha viva, e contaram a respeito uma lenda muito antiga e já meio esquecida. "Havia muito tempo que — refere essa lenda — appareceram no paiz dous sanctos homens, dos quaes um se chamava Zomé (*Sumé*), e ensinaram os seus habitantes a cultivar a terra, especialmente o plantio e uso da mandioca; entretanto, os ante-

---

proximas e accessiveis é a chamada Casa da Pedra, nos arredores de São João del Rey (Estado de Minas Geraes). Além da interessante descripção que della fez Bernardo Guimarães (o qual a denominou "Gruta de Irabussú"), em seu romance *Mauricio ou os paulistas em São João del Rey* (Rio, 1877), vol. I, caps. XXII e XXIII, pag. 276-308, á mesma tambem se referiu o insigne philologo Aureliano Pereira Corrêa Pimentel, em seus *Apontamentos sobre o municipio de São João del Rey* (Rio, 1881), pag. 27, e, mais desenvolvidamente, della tractou o distincto engenheiro Alvaro da Silveira, no "Boletim n. 3" da Commissão Geographica e Geologica do Estado de Minas-Geraes (Rio, 1895), pag. 91-95 (com planta).

passados descontentaram-se com os seus bemfeitores e perseguiram-n-os de arcos retesados.

Ahi manifestou Zomé o seu poder divino: as flechas que o alvejavam retrocediam e traspassavam os seus perversos atiradores; as mattas e os rios abriam-se, afim de dar livre caminho ao deus fugitivo. Destarte, abandonou Zomé a terra, cansado da ingratidão dos homens; prometeu, porém, voltar e, para signal da promessa feita, imprimiu a sua pégada na rocha".

Essa lenda india forneceu base para uma fabulosa pre-história do Brasil.

Naquella época, principios do seculo XVI, os descobridores europeus, levados por uma falsa sciencia, muitas vezes comprehendiam mal os nomes indó-americanos, de que os aborígenes se serviam, divulgando nelles outro sentido, mais condicente com as suas theorias, desejos e intenções.

Sabemos que Colombo julgou ouvir dos habitantes do Haíti, Cuba e Veragua nomes de cidades da China e do Indostão, que Marco Polo visitara e descrevera; haverá, pois, motivo para nós admirarmos de que tambem os Portuguezes no Brasil houvessem reconhecido em Zomé um dos 12 apóstolos, São Thomé? Tanto mais que antes haviam visto nas Indias Orientaes, immensamente fóra do ambito da egreja christã, communidades de christãos filiados a São Thomé. Dahi nasceu, talvez a principio sem querer, um equívoco historico, de que se aproveitaram em breve, consciencemente, os sacerdotes catholicos, justificando-o com empenho inteiro de uma falsa erudição e desenvolvendo-o em avantajada legenda. Christo disse a seus discipulos: "Ide por todo o mundo e prégae o Evangelho a todas as criaturas". "Portanto — assim argumentava o jesuita Vasconcellos (1589) — deve tambem ter vindo um apóstolo á America e especialmente ao Brasil; e quem poderia ter sido sinão São Thomé?" "E justamente para este apóstolo, — assim prégava outro, o padre Vieira, — foi a missão no Brasil uma merecida expiação, pois que havia, com obstinada descrença, duvidado da resurreição de Christo e, dahi, lhe haver competido converter os povos mais endurecidos e descrentes do mundo.

As rochas do Brasil conservaram a sua lembrança; porém nos corações dos naturaes não se encontra vestigio da crença que elle lhes communicou!"

Para os crentes, era certo que São Thomé veio ao Brasil como evangelizador, e a piedosa superstição ou a piedosa illusão explorou, um após outro, os referidos signaes como confirmação do facto. Ora aqui, ora alli, descobria-se a sua pégada, a impressão do seu cajado de pastor, da cruz ou uma inscrição; mais para Oéste, nas regiões remotas de Goiaz ou Matto Grosso, existia até, assim diziam, um rochedo que encerrava todos os instrumentos da Paixão.

Continúa a peregrinação lendaria dêsse missionario através do Brasil até ao Perú e, para corôamento, fez-se finalmente o vulcão Arequipa lançar intactas a capa e as sandalias do sancto.

Basta, porém, dessa lenda pouco interessante: lancemos um olhar aos primitivos povos que habitaram o Brasil. A propria fábula da vinda e expulsão de Zomé parece mostrar que, noutros tempos, penetraram no paiz elementos de cultura, ou, talvez mais exactamente, que os aborígenes da época do descobrimento tenham expulsado do seu *habitat* um povo mais culto e mais antigo, ao mesmo passo que lhe assimilavam uma parte dos conhecimentos e costumes.

Associando essa hypothese com as inscrições symbolicas, com as pedras amontoadas e outros monumentos enigmaticos, que referimos, talvez se possa admittir haja sido o Brasil, como succedeu ao interior dos Estados Unidos da America do Norte, habitado em época prehistórica por um povo desaparecido, superior em seus habitos e artes a seus successores, si bem que, de muito, inferior aos primitivos expoentes da civilização americana, os povoadores do altiplano do Perú, Nova Granada, America Central e Mexico.

Com essa hypothese concordam, até certo poncto, os testemunhos dos mais antigos escriptores, segundo os quaes os dous agrupamentos de povos, que habitavam o Brasil no tempo do seu descobrimento, declaravam um ao outro como invasor; é, pois, provavel que sejam ambos extranhos ao elemento primitivo e aos traços de sua documentação iconographica. E tambem se distinguíam bem um do outro, embora vivendo em accentuada mixtura ou vizinhança.

Os denominados *Tapuias* (inimigos) ou Indios do Matto, dos quaes os mais conhecidos eram no littoral os *Aimorés* ou *Botocudos* (assim chamados devido ao uso de um batoque introduzido no labio inferior ou nas orelhas) e no

Alto Amazonas os *Muras* ou *Mundurucús* (2), eram indiscutivelmente os mais atrasados; viviam da caça e da pesca, não sabiam cultivar a terra, alimentavam-se, em geral, com os seus productos espontaneos, e até em caso extremo saciavam a fome com certas especies de terra. Habitavam em commum, porém em grupos os mais reduzidos e levavam vida errante; dahi não admira que os descobridores houvessem entre elles contado 76, ou até 100 diferentes nações e idiomas.

Quanto ao segundo grupo de povos—a raça *Tupi-Guarani*, ou “indios mansos”, comprehendia tres grandes subdivisões: os *Tupis*, fixados no planalto interior e nas costas; os *Guaranis*, do valle do Prata; e os *Omaguas*, do Alto Amazonas; cada subdivisão, por seu turno, se differenciava em várias tribus; todas, porém, se uniam por estreita identidade de linguagem, tanto assim que, com o decurso do tempo, a lingua guarani, com alguns accrescimos de outros dialectos, poudo converter-se na “lingua geral”, para a maioria dos Indios sul-americanos.

Todas essas nações tupis-guaranis, no que respeita á civilização, estavam um passo á frente dos *Tapuias*, achavam-se mais ou menos no mesmo nivel dos Indios norte-americanos: sabiam cultivar e usar o milho e a mandioca; esse trabalho era, porém, tido por secundario e era confiado ás mulheres; estas tambem se occupavam em fiar e tecer o algodão, em fabricar utensilios domesticos de barro, e preparar toda especie de adornos para se enfeitarem a si e aos guerreiros. Os homens, quando muito, tomavam o encargo de roçar o mattagal bravio, construir as choças e canoas; no mais, entregavam-se á caça, á pesca, quando não á ociosidade.

---

(2) Handelsmann confunde, erroneamente, os *Muras* com os *Mundurucús*, enquadrando-os entre os *Tapuias*. Os *Mundurucús* parecem, realmente, pertencer ao grupo *Gê*; os *Muras*, porém, nada tendo de commum com aquelles, até se diziam oriundos do Perú, conforme consignou Lourenço da Silva Araujo e Amazonas, no seu excellente e hoje muito raro “Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto Amazonas” (Recife, 1852), pag. 207. Os *Mundurucús* moveram tenaz perseguição aos *Muras*, na segunda metade do seculo XVIII, e foi até em consequencia dessa guerra que os dictos Indios vieram, afinal, a ser submettidos pelos Portuguezes, em 1785. Martius registou, em “Glossaria linguarum brasiliensium” (Erlangen, 1863), pags. 18-20 e 20-21, os vocabularios, tão diversos um do outro, dos *Mundurucús* (que elle graphou *Mundurucús*) e dos *Muras*, aos quaes tambem já se referira no vol. III da sua “Reise in Brasilien”

Ao contrario dos *Tapuias*, congregavam-se os *Tupis* em grandes nucleos, chegando a 5.000 almas; possuíam vastas aldeias defendidas com fortes paliçadas; contudo, tambem elles raro se demoravam muitos annos no mesmo logar, naturalmente pelo facto de exgottar-se em breve a caça nas proximidades.

Esse constante nomadismo, mais ou menos habitual nos Indios do Brasil, produzia, tanto antes como depois da chegada dos Europeus, como é natural, os mais variados contactos entre as tribus vizinhas, aparentadas ou não.

Si acaso succedia uma tribu expulsar outra da sua séde territorial, em consequencia disso originava-se uma interminavel série de alianças e contra-alianças, triumphos e derrotas.

E nessas desavenças davam expansão aos instinctos da mais barbara ferocidade; os *Tapuias* abatiam os seus adversarios, até por flechas hervadas de veneno; e, conquanto os da raça tupi não empregassem tal processo, era, entretanto, de uso, tanto delles como do inimigo, dar morte cruel e devorar aos prisioneiros de guerra, até mesmo ás creanças (3),

---

(München, 1823-1831), escripta de collaboração com Spix. Sôbre os *Mundurucús*, ha ainda interessantes referencias e vocabularios na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. XL, p. 2<sup>a</sup> (trabalho do dr. A. M. Gonçalves Tocantins), em varias paginas da *Revista da Exp. Anthropol. Bras.* (Rio, 1883) e no "Relatorio da Commissão Rondon" (Rio, 1915), vol. III, pags. 179-183. Daquelles indios ainda cogitaram Henri Coudreau ("Voyage au Tapajoz", Pariz, 1897) e Savage Landor ("Across unknown South America", London, 1913, vol. II). Sôbre elles têm escripto o missionario franciscano Hugo Mense ("Cabi-ã — Pequeno catecismo em idioma mundurucú", Bahia, 1924). E, finalmente, existem na Bibliotheca Nacional muitos e preciosos aponctamentos, infelizmente até agora inéditos, sôbre elles deixados pelo preclaro cientista yankee Charles Hartt.

(3) Affirma o auctor que *Tapuias* e *Tupis* devoravam "até mesmo as creanças, fructo da união do prisioneiro com uma das raparigas da propria raça dos vencedores". Ora, a verdade é que só era sacrificado o fructo da dicta união, si pertencesse ao sexo masculino. Os nossos selvagens nunca se banquetevam ritualmente com a carne de individuos do sexo feminino. Eram apenas andróphagos. Quando da cohabitação do prisioneiro de guerra com uma das mulheres da tribu vencedora resultava um producto do sexo feminino, era este poupado, e impunha-se-lhe a condição irrevogavel de conservar a virgindade, afim de não se alterar a virtude da cabilda, inflexivelmente endogamica. A isso é que se vincula a instituição da "marabá", perpetuada no lindo poemeto de Gonçalves Dias.



fructo da união do prisioneiro com uma das raparigas da propria raça dos vencedores.

Desde então, o sagrado dever da vingança de sangue tornava-lhes eternamente impossivel uma reconciliação duradoura; a inimizade, a lucta de vida e de morte, não se extinguiram sinão quando uma das nações inimigas era completamente exterminada. Debalde se exforçaram os missionarios jesuitas por acabar com isto e fazer vigorar um direito internacional entre os povos selvicolas; conseguiram, na verdade, attrair algumas das principaes raças, reuni-las sob a fórma de aldeamentos fortificados, e habitua-las ao regime de vida estavel da lavoura; sôbre a maioria do gentio, porém, elles quasi nenhuma influência tiveram, ou, pelo menos, foi muito passageira; a velha usança — a guerra de todos contra todos — proseguiu sempre, e os colonos europeus, uma vez postos em contacto com os Indios, viam-se, na maioria dos casos, na contingencia de practicar esses mesmos barbaros processos da guerra de exterminio.

Por outro lado, esses aldeamentos de Indios, fundados pelo zêlo piedoso dos sacerdotes catholicos, caíram, quasi todos, em ruinas; em certa época, fôram essas aldeias indigenas muitas vezes destruidas e saqueadas por bandos de colonos da vizinhança; seus moradores eram levados para escravos, de sorte que os sanctos padres se viram muitas vezes forçados a tomar o cajado do peregrino, seguidos de milhares de familias conversas, á procura de nova patria, além das fronteiras do Brasil, no Paraguai; as restantes povoações missioneiras, que resistiram ao embate, pouco duraram, contudo: uma vez retirado o amparo espiritual e collocadas sob a administração civil, para logo caíram em decadencia ou mesmo em ruinas.

Destarte, avalia-se actualmente o total dos povos indios dêste collossal imperio apenas em 500 mil almas, das quaes mui poucas são as que se approximam dos costumes europeus, vivendo ao lado e no meio de colonos brancos, misturando-se com elles cada vez mais no caldeamento das raças. Os outros, ao contrário, conservaram inteiramente o seu primitivo estado selvagem; acham-se dispersos por toda parte, no interior do imperio brasileiro; algumas pequenas tribus ainda habitam nas mais populosas provincias do planalto e da costa, em immediata vizinhança dos povoadores brancos, porque os Brasileiros, de facto, não repelliram os Indios, como fizeram os Anglo-Saxões, no Norte, mas contentaram-se,

ao desbravar o seu tracto de terra, em que os naturaes se retirassem para regiões mais invias, para a espessura impracticavel da floresta, afugentados pelo écho dos golpes do machado e pelo estampido do fuzil.

A grande maioria delles habita agora, em geral, o longinquo Occidente e o Septentrião, nas bacias do Prata e do Amazonas, já caçadores e pescadores, já cavalleiros habeis, nos interminaveis pampas sul-americanos, em correrias de um lado para outro, das antigas terras castelhanas para as terras brasileiras da fronteira.

O destino de todos elles está fóra de dúvida: á medida que se tornarem mais densas as colónias situadas no littoral e no planalto central, que as florestas virgens primitivas fôrem clareadas — pois que, até hoje, mesmo as principaes provincias são fracamente colonizadas — o branco, em breve, desalojará, por bem ou por mal, o vizinho selvagem, que até então alli havia achado abrigo. E quando, por fim — como póde succeder e se dará por certo, — uma forte e contínua corrente de colonos europeus fôr subindo pelo Prata a tomar posse das suas ferteis planuras, então alli tambem não haverá mais refugio algum para o selvagem.

Sómente nas solidões das florestas tropicaes da bacia do Amazonas, onde uma immigração européa immediata é inconcebivel e impossivel, e onde uma futura colonização brasileira, partindo do littoral para o sertão e remontando o curso do Prata, só poderá penetrar muito lentamente, e depois de longo prazo, — alli terão ainda os indigenas, por seculos, espaço livre; mas ainda ahi mesmo, um dia, fatalmente soará para elles a hora derradeira, e desaparecerá da face da terra o caboclo do Brasil, com poucas excepções de alguns restos sem patria, tal qual o Pelle Vermelha dos Estados Unidos.

★ ★ ★

Voltemo-nos, agora, da raça que, nos primordios, occupava o continente brasileiro, para o povo que, daqui em diante, vai receber a sua herança.

Nos ultimos seculos medievaes, salientavam-se, como se sabe, de todas as nações européas, os povos da Peninsula Iberica, na sciencia da navegação e aventuras nauticas bem succedidas, principalmente no Oceano Atlantico Sul.

Entre elles, estavam, a principio, em evidencia, os Catalães; era a Ilha de Majórca, especialmente desde o se-

culo XIII, o centro de todos os conhecimentos scientificos na difficil arte de navegar.

Desde muito antes de 1286, serviam-se os Majorquinos e Catalães da carta maritima; fabricavam-se na Majorca instrumentos nauticos, pelo systema de Raymundo Lull, sem dúvida muito incompletos ainda, mas que serviam para determinar a bordo dos navios o tempo e a altura do pólo; e dahi se espalharam esses conhecimentos, tomados originariamente dos Arabes, a todos os povos da bacia do mar Mediterraneo.

Contudo, a partir do comêço do seculo XV, passou a hegemonia, em todos esses assumptos, dos Catalães para os Portuguezes; animados e estimulados pelo infante d. Henrique, o *Navegador*, fallecido em 1463, vieram estes ultimos a constituir um povo de marinheiros audazes e bem succedidos; de perto e de longe, affluiram á côrte de Lisboa homens de sciencia e de experiencia, afim de concorrerem com os seus conhecimentos; e assim se iniciou uma série de importantes descobrimentos, corôados finalmente com o do caminho maritimo para as Indias Orientaes, em 1497-98, por Vasco da Gama. Eis que subito Portugal perdeu a deanteirã, todos os seus successos ficaram na sombra, deante do espirito audaz do genovez Colombo, que, sob o pavilhão de Castella, foi o primeiro a atravessar o oceano Atlantico e a abrir para as actividades da raça européa um Novo-Mundo — as Indias Occidentaes e a terra firme da America, 1492-1498.

Portugal e Espanha duplicaram quasi, por esta fórma, os conhecimentos geographicos daquella época; entabularam importantes e vantajosas relações com paizes até então quasi inattingiveis para os Europeus, si não de todo ignorados; nada mais natural que exigissem como recompensa a posse unica e o monopolio do commercio com essas partes do mundo.

Com este objecto appellaram para a Sancta Sé, que, segundo o espirito da época, tinha o direito de dispôr dos paizes e dos povos da terra, livre e illimitadamente, sobretudo dos que se achavam fôra do círculo das nações christãs.

Assim, primeiro o infante d. Henrique, como grão-mestre da Ordem de Christo lusitana, conseguiu do papa Calixto III a bulla de 8 de Janeiro de 1454, pela qual todas as terras então e de futuro descobertas, desde os cabos africanos Não e Bojador até ás Indias, seriam adjudicadas ao Grão-Mestrado da Ordem de Christo, — doação que o papa

Xisto IV confirmou em segunda bulla, de 21 de Junho de 1481, e das quaes a corôa portugueza se apossou, pelo facto de haver incorporado esse Grão-Mestrado, após o fallecimento do infante d. Henrique. Concessão semelhante vieram a solicitar, depois, os soberanos catholicos da Espanha, Fernando e Isabel, e justamente na cathedra de São Pedro sentava-se então um Espanhol, Alexandre VI, que, de bôa mente, por uma bulla de 3 de Maio de 1493, concedeu aos monarchas espanhóes, quanto aos seus descobrimentos americanos, o mesmo que seus antecessores haviam concedido aos Portuguezes, quanto aos descobrimentos africanos.

E, no intuito de prevenir qualquer contestação futura, publicou o mesmo soberano pontifice, dias após, outra bulla, pela qual se tomou por linha divisoria um meridiano situado 100 leguas a Oéste das Ilhas de Cabo Verde e Açores; tudo o que fôsse descoberto para o poente dessa linha pertenceria aos Espanhóes; e ao Oriente á corôa de Portugal.

Por esse meio seria este último paiz inteiramente excluido do continente occidental. Mas o rei d. João II não se conformou; levou o seu protesto perante a Curia Romana e juncto á côrte de Castella, pela extrema redução soffrida nos legitimos direitos de conquista de seus antepassados, como pelo cerceamento ao espirito emprehendedor dos navegadores lusitanos; e, effectivamente, por meio de algumas negociações, obteve uma importante ampliação da concessão.

Pelo tractado de Tordesillas, de 7 de Junho de 1494, sancionado 12 annos mais tarde, a 24 de Janeiro de 1506, por uma bulla do papa Julio II, o rei catholico concordou em renunciar á linha de demarcação do papa e em admittir outra nova linha, que seria traçada 370 leguas a Oéste das ilhas de Cabo Verde.

Essa linha, tomando-se para referencia o poncto extremo Oéste dêsse grupo de ilhas, corresponde mais ou menos ao gráo 31° de longitude occidental da ilha do Ferro e passa sómente na America do Sul, primeiro ao Norte da ilha de Marajó e não longe da cidade de Belém (provincia do Pará), e ao Sul muito perto da cidade e bahia de Paranaguá (provincia do Paraná) e, finalmente, pela cidade e bahia de Laguna (provincia de Sancta Catharina).

Nessas condições, tornou-se possessão da corôa de Portugal, em virtude de um tractado e do arbitramento papal, quasi todo o planalto interior do Brasil, com a estreita vertente do Atlantico, além da costa e ilhas de São Paulo e de Sancta Catharina, ao passo que ao rei catholico de Espanha

coube todo o restante da America, especialmente do continente brasileiro as duas bacias do Amazonas e do Prata.

Verdade é que nenhuma das duas nações ibericas sabia então o que havia ganho ou perdido com isso, pois só mais de cinco annos decorridos sobre o tractado de Tordesillas chegaram os primeiros descobridores europeus ás costas do Brasil.

★ ★ ★

Primeiramente foi um Espanhol, Vicente Yáñez Pinzon, companheiro de Colombo na sua primeira expedição, que agora se lançava, por conta propria, á aventura dos descobrimentos. Em Dezembro de 1499, zarpou com quatro caravellas do porto de Palos, seu berço natal, navegando para o SO., até que — primeiro Europeu a arriscar-se por essas paragens — passou o Equador e perdeu de vista a estrêlla Polar. Por fim, avistou para o Occidente um grande promontorio, juncto do qual desembarcou a 20/26 de Janeiro ou 20 de Fevereiro; era o cabo de Sancto Agostinho (provincia de Pernambuco), que foi por elle denominado *Cabo de Sancta Maria de la Consolación*, e ulteriormente por outros descobridores *Rostro Hermoso* ou *Cabo de Sancta Cruz*, e é o ponto extremo oriental do Continente Sul-Americano.

Depois de haver Pinzon tomado posse da terra para a corôa de Castella, e feito gravar inscripções em rochas e em arvores, tendo ainda procurado, debalde, travar relações amistosas com os naturaes, fez-se novamente de vela e navegou em rumo do NO., ao longo da costa. Assim descobriu, primeiro, a foz do rio Maranhão (provincia do Maranhão), onde teve de empenhar-se com os Indios em porfiada escaramuça; e depois attingiu um “Mar de aguas doces”, no ponto em que a vigorosa massa do rio Amazonas se mette como uma cunha, na extensão de varias leguas, pelo oceano a dentro; e finalmente alcançou na fronteira norte o rio Oiapock, que hoje separa o imperio do Brasil da Guiana Franceza. O proseguimento da sua viagem ao longo da costa colombiana e ás Indias Occidentaes não cabé aqui; queremos apenas mencionar que, em fins de Setembro de 1500, Pinzon regressou a Palos e, como recompensa de seus serviços, lhe foi conferido, por decreto real de 5 de Setembro de 1501, em nome da soberania da Espanha, o direito — de que não fez uso algum, entretanto, — de colonizar e governar as terras por elle descobertas.



Poucas semanas depois de Pinzon, surgia em aguas brasileiras, ao Norte, segundo Espanhol, Diego de Lepe, que provavelmente zarpou nos ultimos dias de 1499 do porto de Palos; tambem este alcançou o cabo de Sancto Agostinho, bordejou pelo mesmo cabo rumo Sul, descobrindo dêste modo que a costa do outro lado do promontorio corria para SO.

Assim, graças a de Lepe, já se tinha, desde 1500, a idéa da configuração de pyramide que apresenta a America do Sul. Pena é que não tivesse proseguido na derrota, que lhe teria aberto caminho para novos descobrimentos; tambem voltou, como Pinzon, para o N. e deixou a costa brasileira.

Antes, porém, que ambos os Espanhóes houvessem regressado ao porto de origem, appareceu em latitude mais meridional uma armada portugueza, que ia levar adeante os seus descobrimentos.

Alguns mezes antes, a 10 de Julho de 1499, havia tornado ao Tejo o descobridor do caminho das Indias Orientaes, Vasco da Gama; deante do seu relatorio, resolveu el-rei d. Manuel de Portugal (1495-1521) mandar uma nova frota pelo mesmo caminho, afim de estabelecer relações permanentes e fundar feitorias em Calecut, e assim a 9 de Março de 1500 treze navios saíram da embocadura do Têjo. O seu almirante, Pedro Alvares Cabral, recebeu instrucções, dadas pelo proprio Vasco da Gama, de afastar-se, na altura de Guiné, o mais possivel da costa africana, afim de evitar, dêste modo, as calmarias ardentes e insalubres daquella região; e Cabral tomou o conselho. Pelo facto, porém, de levar o rumo demasiado a O., a sua esquadra veio dar na corrente maritima conhecida pelo nome de "corrente brasileira", e esta a conduziu, embora um pouco mais ao S., á mesma costa que Pinzon e de Lepe haviam deixado algumas semanas antes.

Foi na semana paschoal, a 22 de Abril de 1500, que a gente de Cabral avistou de bordo das náos, a O., uma terra desconhecida — ou, como a principio se suppoz, uma grande ilha — sendo que, em primeiro logar, um monte alto, de fórma arredondada; da parte do S. prolongava-se por uma cadeia de montanhas (Serra dos Aimorés); as encostas, levemente inclinadas, eram cobertas de grande matta. O almirante considerou adequado dar a esse monte o nome da festa, em cuja semana justamente se achavam; dahi ter-se-lhe posto o nome de Monte Paschoal; e deu á terra descoberta o de terra da verdadeira cruz, "Terra da Vera Cruz".

Ainda no mesmo dia, foi de bote á terra, onde os selvicolas, em multidão cerrada, haviam accudido para saudar o

navio estrangeiro; debalde, entretanto, procuraram entender-se com elles por meio de interpretes, em dialectos asiaticos e africanos. Cabral resolveu, então, dar a seus navios nestas novas costas uma pequena folga e completar o seu abastecimento; navegou ao longo da costa, rumo N., afim de procurar um bom porto, e a cêrca de 10 leguas do Monte Paschoal achou uma bahia que assegurava bom ancoradouro á sua esquadra, reduzida a 12 naus, pois que uma se havia perdido pelo caminho — e a que, assim, deu o nome de Porto Seguro, que até hoje se conserva (provincia da Bahia).

Alli permaneceu a frota oito dias, travando relações com os indigenas, fazendo aguada e abastecendo-se do que precisava; mas o que ahi se fez de mais importante foi que na sexta-feira, 1º de Maio de 1500, mandou Cabral erguer, num outeiro, onde ficava visivel de grande distancia, uma grande cruz de madeira, com as armas e a divisa do rei d. Manuel; fez celebrar missa solenne, e tomou então posse da nova terra em nome da corôa de Portugal.

No dia seguinte, 2 de Maio, prepararam-se para continuar a derrota, deixando na terra dous criminosos, condemnados á deportação, afim de aprenderem o idioma dos naturaes e mais tarde poderem servir de interpretes.

Cabral proseguiu na sua viagem para as Indias Orientaes com 11 náus; Gaspar de Lemos, que commandava a 12ª, foi encarregado de levar immediatamente á côrte de Portugal a bôa nova e o relatorio official, que o escrivão da frota (4), Pero Vaz Caminha, havia redigido.

Gaspar de Lemos, nessa viagem de regresso, seguiu provavelmente a costa brasileira até ao cabo de São Roque (provincia do Rio Grande do Norte); e com isto se estabelecia a continuidade entre os descobrimentos de Pinzon e de Lepe, por um lado, e de Cabral, por outro.

Póde-se imaginar a alegre surpresa que produziu em Lisbôa a nova levada por Gaspar de Lemos, pois era o segundo continente aberto, no espaço de poucos mezes, pelo espirito emprehendedor da nação portugueza. Na verdade, do que até então era conhecido, não se podia comparar o Brasil com o Indostão; o tracto com as suas hordas bravias promettia muitissimo menos que o dos antigos povos civilizados daquella península; logo se aferiu, porém, á primeira

---

(4) Pero Vaz de Caminha não era "escrivão da frota" de Cabral; era, sim, escrivão da feitoria que ia ser installada em Calicut.

vista, a importancia de uma terra situada, por assim dizer, a meio caminho do Cabo da Bôa Esperança, para a navegação para as Indias Orientaes — podemos accrescentar agora, para a navegação ás costas orientaes americanas e á Australia — e já el-rei d. Manuel chamava a attenção para isso aos seus reaes vizinhos, na sua carta de 29 de Julho de 1501, em que lhes dava parte dêsse descobrimento.

Sob tal poncto de vista, era já de importancia proseguir nas iniciadas explorações da costa; e para esse fim zarpou da foz do Téjo, a 10 de Maio de 1501, uma segunda frota, constante de tres vélas. E' ainda incerto qual fôsse o seu commandante; em todo caso, o homem mais eminente nella embarcado era o cosmographo Amerigo Vespucci, de Florença, que, antes, na comitiva de Alonso de Hojeda (Maio de 1499 a meado de Junho de 1500) e sob a bandeira espanhola, havia explorado as costas da Guiana e da Colombia, e que, agora a convite especial do rei, havia entrado para o serviço de Portugal.

Na altura de Cabo-Verde, toparam estas embarcações com a frota de Cabral, de regresso das Indias; dahi rumaram para o Poente, tocando a costa brasileira nas alturas do cabo de São Roque, no dia dêsse sancto, 16 de Agosto de 1501. Proseguiram para o Sul, ao longo da costa, e delles provavelmente procedem as denominações dos seguintes accidentes geographicos, que applicaram á proporção que os iam descobrindo, com o calendario catholico romano na mão: cabo de Sancto Agostinho, 28 de Agosto; rio São Francisco (?); cabo São Thomé, 18 de Setembro, e Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1501, na provincia dêste nome; na provincia de São Paulo, a ilha de São Sebastião, 20 de Janeiro de 1502, o porto de São Vicente, 22 de Janeiro, e finalmente a bahia de Cananéa. Na altura da provincia do Rio Grande do Sul, ou talvez do vizinho Uruguai (cabo de Sancta Maria, 34-35° latitude Sul), deixou, enfim, Vespucci a costa sul-americana, a 13 de Fevereiro, afim de tomar rumo de regresso, descrevendó larga curva para SE., e, depois de longa e tormentosa travessia, alcançou elle felizmente o ancoradouro de Lisboa, a 7 de Setembro de 1502.

No anno seguinte, accompanhou Vespucci a segunda expedição portugueza, que foi lançada provavelmente sob o commando de Gonçalo Coelho, a 10 de Maio de 1503, afim de procurar um caminho occidental para a peninsula de Malaca, ou as Molucas. Na verdade, essa expedição não rea-

lizou essa missão, contudo enriqueceu consideravelmente os conhecimentos possuídos até ali sobre o Brasil.

Primeiramente foi descoberta a ilha de Fernando de Noronha, em cuja vizinhança a nau almirante sossobrou e dispersou-se a frota; alli ficou Vespucci algum tempo ancorado, para tomar novas provisões de viveres; proseguindo depois na sua derrota com as duas náus que lhe restavam, alcançou a bahia de Todos os Sanctos (provincia da Bahia) a 1º de Novembro de 1503 e navegou ainda umas 260 leguas, descendo ao longo da costa.

Ahi, nas vizinhanças de Porto Seguro, demorou-se uns cinco mezes em amistosas relações com os indigenas; em companhia destes, alguns marujos foram pelo paiz a dentro cerca de quarenta leguas; foi construida a feitoria fortificada de Sancta Cruz — o primeiro estabelecimento portuguez no Brasil — provida com o necessario armamento e abastecimento de generos alimenticios por seis mezes, e vinte quatro homens da equipagem ficaram alli de guarnição; Vespucci carregou o seu navio de madeiras de tinturaria e, após 77 dias de viagem de retôrno, entrou no Téjo a 28 de Julho de 1504. Por esta fórma, toda a extensão costeira do actual imperio ficava conhecida em seus lineamentos geraes; mas o principal merecimento de Amerigo Vespucci é o de haver reconhecido que não podia esta terra ser uma “ilha de Vera-Cruz”, como a principio Cabral suppoz; que, ao contrario (conforme elle expressava em sua carta de 4 de Julho de 1501), estava-se “deante de uma parte do mesmo paiz”, “que eu antes descobri para o rei de Castella, apenas mais para Léste”.

Assim, si se deve a Diego de Lepe a primeira idéa da configuração pyramidal da America do Sul, foi Vespucci o primeiro a formular a supposição de que a costa oriental da America do Sul não era formada de um grande grupo de ilhas, mas pertencia a um continente inteiriço, especialmente que o Brasil se unia num só todo continental á Colombia e á Guiana.

Depois disso, por algum tempo nada mais fez a corôa de Portugal em prôl do Brasil; contudo ficou este considerado como uma estação intermediaria para as longas viagens ás Indias Orientaes; e as grandes esquadras, uma após outra, que sob o commando de Affonso de Albuquerque (1503) e de outros herôes do mar, seus contemporaneos, navegavam para o Indostão, ancoraram alli, provavelmente nas

immediações de Porto Seguro e da feitoria de Sancta Cruz, recién-construida.

Além disso, entravam agora as empresas commerciaes a dirigir a sua attenção para essa costa; naturalmente a corôa de Portugal havia, a principio, reservado para si o monopolio do commercio com essa terra, e por seu lado passou a arrenda-lo a um rico armador, Fernando de Noronha, que, além disso, recebeu em feudo a ilha, que tomou seu nome, desde 24 de Janeiro de 1504. Porém, nem mesmo os mercadores portuguezes respeitavam esse monopolio, muito menos os de outras nações, que tambem souberam seguir o roteiro para o Brasil, muito embora houvesse Portugal prohibido a seus marinheiros o servirem nas armadas estrangeiras, e houvesse prescripto a seus cartographos que omittissem nos seus mappas geographicos e cartas maritimas as terras abaixo do Equador, aquem e além do Atlantico. Não obstante, dentro de pouco tempo, alli chegavam navios mercantes espanhóes, hollandezes e especialmente francezes, que, numa enseada qualquer, levantavam feitoria provisoria ou mesmo permanente, e tractavam de estabelecer relações commerciaes amistosas com os indigenas, ao mesmo passo instigando-os de todos os modos contra os seus concorrentes.

Sabe-se da tradição de um horrivel exemplo da ferocidade com que esses rivaes se perseguiram uns aos outros; e citamo-lo aqui, por ser durante muitos annos caracteristico das relações entre os Europeus nas costas brasileiras.

No anno de 1549, um alemão, Hans Staden, natural de Homberg, em Hesse, cujo amor ás viagens o impellira a atravessar o oceano, e que por algum tempo tivera o commando de um fortim portuguez na provincia de São Paulo, havia caído prisioneiro dos selvagens. Succedeu que, justamente por essa occasião, chegou á mesma tribu um interprete de um navio mercante francez, fundeado nas proximidades, para o commercio de permutas; foi-lhe apresentado o prisioneiro, e como este não pudesse incontinenti responder ao interrogatorio, que lhe foi dirigido em francez, gritou então o interprete para os indigenas no idioma gentio: "Matem e comam este malvado! E' um legitimo Portuguez, inimigo vosso e meu!"

Quando dahi a poucas semanas o Francez regressou da sua excursão aos aldeamentos vizinhos e encontrou de nôvo Staden, só então verificando que se tractava de um alemão,



manifestou-se arrependido das suas crueis palavras e fez todo o possivel para libertar esse infeliz: "Suppunha-o Portuguez — disse elle para desculpar-se, — e os dessa raça são uns refinados perversos. Pudessemos nós deitar as unhas a alguns delles, e os mandariamos logo enforcar" (5).

Deprehende-se dahi que, si os Europeus procediam dêsse modo uns com os outros, muito menor consideração haveriam de usar, por certo, para com o gentio. Para se fazerem agradaveis a uma tribu, com a qual haviam entabulado lucrativa mercancia, não trepidavam em atacar sem razão alguma aos inimigos della; assim, por exemplo, narravam os indigenas, entre os quaes Hans Staden esteve prisioneiro:

Certa vez, havendo arribado á costa, onde se achavam, um navio portuguez, fôram ter a bordo em grande número os Indios dessa tribu, no intuito de fazer trocas, como habitualmente se praticava com os Francezes; logo, porém, a gente da equipagem caíu-lhes em cima e os entregou amarrados de pés e mãos a inimigos mortaes, para serem devorados.

---

(5) Na edição *fac-similar*, devida ao dr. Richard N. Weigner (Frankfurt am Mein, 1925), da "Warhafftige Historia" de Hans Staden, o trecho em questão é o seguinte (cap. XXXVI): — "Vnd thet jme eyne vermanung in jrer Wilden spraachvnd sagte ob er auch hette eyn Christlich hertz im leibe gehabt oder gedacht hette das nach diesem leben eyn anders komen würde das er so hette darzugeraten das man mich tödten solt. Da begunt es jnen zurewen vnd sagte er hette nicht anders gemeynt dann ich were eyn Portugaleser welches so arge böszwichter weren wenn sie da etliche bekommen konten in der prouincien von Prasilien die wölten sie gleich hencken welches nun wahr ist. Auch sagte er Sie müsten sich auch drucken vnder jnen vnd wie die Wilden mächten mit jren feinden müsten sie zufriedren sein dann sie weren der Portugaleser erbfeinde. — Eis como esse paragrapho foi traduzido por Alberto Löfgren ("Hans Staden — Suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil — Edição comemorativa do 4º centenario", São Paulo, 1900, pags. 71-72): — "Fiz-lhe uma admoestação, na lingua dos selvagens, e perguntei si elle não tinha um coração christão no peito e si não se lembrava que depois desta vida ha ainda uma outra, para elle ter recommendado a elles que me matassem. Começou então a se arrepender e disse que tinha pensado que eu era portuguez, que é gente tão má, que, quando os indios apanhavam algum nas provincias do Brasil, elles o enforcavam logo; o que é verdade. Tambem me disse que elles (os francezes) tinham de se contentar com os costumes dos selvagens, e faziam causa commum com seus inimigos, porque eram inimigos hereditarios dos portuguezes". — Estas transcripções, como se vê, põem nos devidos termos o caso a que se refere Handelsmann, rectificandolhe o equivoco.

Aliás, era muito commum o facto de fazer-se attrair ao navio alguns Indios, aprisiona-los e vendê-los na patria como escravos, tal qual practicava então o Portuguez Gaspar de Côte Real, nas costas do Labrador (1501).

Tambem nesse sentido consta-nos outro exemplo fri-sante: a 22 de Fevereiro de 1511 largava Christovam Pires, com a nau *Bretôa*, de Lisboa para o Cabo Frio (provincia do Rio de Janeiro); havia tido elle instrucções positivas dos seus armadores para tractar bem aos selvagens, e não trazer con-sigo para a Europa um só que fôsse, "pois que, si acontecesse algum delles morrer em viagem, ou por al não regressar, os outros pensariam que houvessem sido mortos, para serem comidos, como de seu costume". Isso não obstou, porém, a que se contassem, por occasião do seu regresso, no carrega-mento da nau *Bretôa*, nada menos de 36 Indios escravizados.

Ao sitio onde um navegador houvesse perpetrado simi-lhante roubo de homens, não se atrevia elle a tornar facil-mente, preferia sempre experimentar a sorte por outras paragens; mas os Indios, vendo assim arrebatados os seus amigos e parentes, em represalia buscavam tirar desfôrço sangrento no primeiro Europeu que lhes apparecesse. Por esta fôrma, viu-se peorar de muito com o tráfico europeu o estado selvagem em que jaziam os povos autochtones do littoral do Brasil; até então só se guerreavam elles uns aos outros; agora, porém, concorriam tambem os brancos; e cada nação européa tomava por alliados certo número de tribus indigenas, de maneira que o total das inimizades e dos actos de crueldade foi sempre crescendo.

Naturalmente, o commercio brasileiro era todo feito pelo systema de permutas; os Europeus costumavam trazer pannos para vestuario, instrumentos de ferro para o trabalho e, a par disso, na maioria, objectos de ornato para os seus fre-guezes, os selvagens, taes como espelhos, chocalhos, collares, etc.; em troca, recebiam, em parte, méras curiosidades, en-feites de pennas artisticamente confeccionados, armas e utensilios indigenas, papagaios e macâcos, que, na patria, eram adquiridos por bom preço; e em parte, valiosos pro-ductos da terra, algodão, pimenta, etc.; contudo, a princi-pal carga trazida pelos navegantes de regresso do Brasil era sempre o páu vermelho de tinturaria, chamado pelos indi-genas *ibirapitanga*, cujo equivalente era já desde muito conhecido na Europa com o nome de *páu brasil* (Bresil, Brasilly, Braxilis, Brasilium).

Com effeito, desde muito era trazida das Indias Orientaes uma especie congenere de madeira, propria para tingir lã e algodão, podendo-se encontrar a noticia dêsse precioso producto do Oriente nas tarifas ou pautas aduaneiras das cidades italianas, por exemplo, em Ferrara até 1193, em Modena até 1306, e nos documentos relativos ao tráfico dos Catalães até o anno de 1221-1243; até mesmo, remontando ao seculo IX, o viajante arabe Abuzeid el Hacen, e posteriormente, em 1153, o geographo Edrisi, gabavam a excellencia do pau vermelho da ilha de Alrami ou Sumatra, empregando para elle o texto arabe a palavra *bakkam*, que no latim se traduziu por *bresillum*, designação esta que, de certo modo, se relaciona com a raiz romanica *bras* “fulgor do fogo” (no portuguez *brasa*, no italiano *brace*, no francez *braise*, no inglez *to brase*, soldar, bronzear; compare-se ao sanscrito *bhradsch*, luzir, brilhar, e *bhakam*, amante do brilho).

A Geographia phantastica da Edade Média referiu-se a uma ilha do Brasil (*Brazir*, *Bracie*, *Bersil*), situada em remota paragem occidental do Oceano Atlantico, cujo nome parece provir da sua origem ignea, de algum vulcão, ou de haver delle soffrido devastação; essa ilha não tem posição certa entre os parallelos do cabo de São Vicente (Portugal) e da Irlanda, e foi assim que, na Geographia nova, apparece o nome duplamente fixado, sôbre o *Brasil rock* a 6° a O. da extrema poneta meridional da Irlanda, e sôbre a *Punta del Brasil* da Ilha Terceira (grupo dos Açores).

Finalmente, ao ser descoberto o Nôvo-Mundo, nelle encontraram igualmente os seus devassadores um pau vermelho de tinturaria; assim Colombo, na sua segunda expedição, em Haíti, e na terceira, na costa da Colombia, tomou um carregamento do mesmo, bem como, tempos depois, Vespucci, 1503-1504, foi o primeiro a fazer igual carregamento na costa do Brasil.

Foi então adoptado para o pau americano o nome da madeira das Indias Orientaes; e em parte alguma se encontrava em tal abundancia esse producto, como nas costas do paiz, que official e primitivamente recebera o nome de “Terra de Vera Cruz”, ou, segundo a mais antiga feitoria, “Terra de Sancta Cruz”. Nada mais natural, portanto, do que referir-se, em breve, todo o mundo commercial europeu á *Terra do pau brasil*, ou, para encurtar, “Brasil”, ao passo que as designações anteriores iam caíndo, cada vez mais, em esquecimento.

O nome do lenho do martyrio, sanctificado pela fé christã, cedeu logar ao de um precioso pau de tinturaria, "mudança, que, — na expressão de um historiador portuguez, Barros, — o demonio havia inspirado, pois a miseravel madeira que tinge o panno de vermelho, não compensa o sangue derramado para a salvação de nossas almas" (6).

Assim se transplantou o nome de "Brasil", do archipelago das Indias Orientaes, com escala por um cabo da Ilha Terceira, para costas orientaes do Nôvo Continente (Humboldt).

★ ★ ★

Proseguiu, entretanto, sem interrupção, o cyclo das viagens e descobrimentos nas plagas sul-americanas, sob os auspícios da corôa de Espanha; mas nem por isso deixaram de ter significação para o Brasil, pois em seguida foi descoberto o grande rio que deveria ser a arteria vivificante de todo o continente sul-americano.

A 29 de Junho de 1508, partiram da Espanha para a America do Sul duas naus, sob o commando de Vicente Yáñez Pinzon e Juan Diaz de Solis; tendo alcançado a costa brasileira junto ao cabo de Sancto Agostinho, navegaram ao longo da mesma até 40° de latitude S., sem terem, entretanto, avistado a embocadura do Rio da Prata, situado 5° mais ao N.

---

(6) O trecho de João de Barros, imperfeitamente citado por Handermann, é o que se encontra na década I, livro V, capitulo II, terminando pela fôrma seguinte: — "... per o qual nome Santa Cruz foi aquella terra nomeada os primeiros annos, e a cruz arvorada alguns durou n'aquelle logar. Porém como o demonio pelo signal da Cruz perdeu o dominio que tinha sôbre nós, mediante a Paixão de Christo Jesus consummada n'elle, tanto que d'aquella terra começou de vir o páu vermelho chamado Brazil, trabalhou que este nome ficasse na boca do povo, e que se perdesse o de Santa Cruz, como que importava mais o nome de um páu que tinge pannos, que d'aquelle páu que deu tintura a todos os Sacramentos per que somos salvos, por o sangue de Christo Jesus, que n'elle foi derramado; e pois em outra cousa n'esta parte me não posso vingar do demonio, amoesto, da parte da Cruz de Christo Jesus, a todos os que este lugar lerem, que dêem a esta terra o nome que com tanta solennidade lhe foi posto, sob pena de a mesma Cruz, que nos ha de ser mostrada no dia final, os accusar de mais devotos do páu Brazil que d'ella". Foi inefficaz essa admoestação do historiador e grammaticographo lusitano: — o nome da madeira de tinturaria desbancou o do symbolo christão.

Mais feliz foi a segunda expedição espanhola, que zarpeti a 8 de Outubro de 1515, sob o commando unico de Juan Diaz de Solis; depois de haver seguido a costa do continente desde o cabo de São Roque, alcançou finalmente aos 35° de latitude S. um "mar de aguas doces", e tendo o chefe da expedição ordenado alli entrar, descobriu-se então um magestoso rio, ao qual deu o proprio nome, Rio de Solis, e é o actual Rio da Prata.

Nas margens dêste rio encontrou Solis a morte; os Indios, que se achavam na praia, por meio de signaes o chamaram e elle accudiu ao convite, na intenção talvez de capturar algum dos selvagens; estes, porém, alimentavam, por sua vez, perfidos designios, e quando menos o esperava foi a sua canôa destruida e cortada toda retirada. O proprio Solis e oito dos seus homens fôram mortos e os seus corpos carregados para serem comidos, Agosto de 1516; o restante da equipagem levantou ferros e depois de, em caminho, haver feito carregamento de pau-brasil, regressou á Espanha.

Estas duas expedições marítimas deram então, pela primeira vez, ensejo a desavenças diplomaticas entre as corôas de Portugal e de Espanha; na primeira dellas, haviam ficado septe marinheiros espanhóes, provavelmente proximo á bahia de Cananéa (São Paulo), dentro, portanto, da linha de demarcação portugueza, e alli caíram nas mãos dos portuguezes; por outro lado, havia Solis, na segunda viagem, aprisionado um barco com 11 Portuguezes, que se deixaram surprehender dentro da linha de demarcação espanhóla, e os remetteu para a Espanha. A este respeito houve facil accôrdo, fazendo-se a troca de prisioneiros, uns pelos outros;

Mas d. Manuel oppoz logo objecções contra as repetidas excursões costeiras ao longo de suas possessões, e exigiu não só a entrega dos carregamentos, mas, tambem, das equipagens, afim de que pudesse castiga-las como contrabandistas. Com isso não se conformou o govêrno castelhano, principalmente porque já estava auctorizado, pela linha de demarcação, a reivindicar para si não sómente os novos descobrimentos de Solis, mas igualmente a parte meridional dos mais antigos de Vespucci.

De facto, sem tardar foi explorado minuciosamente por parte da Espanha o curso do rio descoberto por Solis.

No verão de 1525, surgiu na fóz dêsse rio uma frota commandada por Sebastião Caboto, agora ao serviço da Espanha, que antes havia descoberto para a Inglaterra a ilha



da Nova Finlândia e o continente norte-americano; navegou elle rio acima pelo Paraná (ind. "agua grande", "mar"), até á confluencia do Paraguai (ind. *para-guazú*, o "rio grande"), proseguiu neste último em uma grande extensão e foi, por toda parte, tomando posse das terras marginaes para a corôa de Castella.

Ainda estava nisso entretido, eis que uma segunda frota espanhola, do commando de Diego Garcia, visitava essas mesmas aguas; e foi ella, provavelmente, a que primeiro avistou a embocadura do rio Uruguai, sem contudo deter-se na exploração dêsse rio, pois desde que soube, pelo posto deixado alli por Caboto, que este navegava pelo rio acima, tomou tambem por esse curso até encontrar enfim no rio Paraguai o seu predecessor (1527).

Desta expedição em deante, tomou o rio Solis o seu nôvo nome de Rio da Prata. Tanto Caboto como Diego Garcia receberam, nas trocas com os Indios nesta prolongada viagem, uma porção de pequenas placas de prata, que, provavelmente, no decorrer dos tempos, haviam vindo do Perú, passando de mão em mão, até estas plagas, trazendo-as agora os indigenas como ornatos. E como então se vivia em toda Europa na persuasão de que todo o continente occidental, de N. a S., deveria conter inextinguíveis jazidas de metaes preciosos, julgaram os descobridores haver achado alli um nôvo Eldorado, e em recordação disso deram ao caudaloso curso de agua o nome de Rio da Prata, designação que actualmente, como se sabe, foi fixada e limitada propriamente ao estuario do rio.

Os seus tres grandes formadores, ao contrario, conservaram o seu antigo nome indiano; assim, o Uruguai, que nasce aos 28° de latitude S., na provincia brasileira do Rio Grande do Sul; o Paraná, cujos formadores correm para L. e para o N., na provincia de São Paulo até 23°, na de Minas até 21°, e na de Goiaz até 17°, latitude S.; finalmente o Paraguai, que nasce na provincia de Matto Grosso, a 14° latitude S. O conhecimento das linhas geraes dêsse systema fluvial demorou muito a ser adquirido e ainda é superficial em muitas partes. Menos ainda se tem curado até aqui de utilizar para o tráfico essa densa rêde de rios, afluentes e lagunas, que penetra em todas as direcções no coração do continente sul-americano.

Toda essa bacia potamographica apresenta-se, ainda hoje, quasi no mesmo estado em que a acharam ha trezentos annos atrás os primeiros descobridores; por um lado,

as colonias brasileiras, por outro as de origem castelhana, somem-se como oasis na interminavel selva virgem, e uns poucos miseraveis bandos de Indios erram por alli, onde muitos milhões de agricultores, de origem européa, poderiam encontrar uma patria rica e feliz.

Como a bacia do Prata, assim tambem a outra grande bacia fluvial do imperio sul-americano deve a sua primeira exploração minuciosa aos Espanhóes, e conquanto entre o descobrimento de uma e outra distem muitos annos, em que na costa brasileira se deram não pequenos acontecimentos historicos, vamos desde já expôr a história da primeira exploração fluvial no Amazonas, para assim concluir a história do descobrimento do Brasil.

Desde Vicente Yáñez Pinzon (1501), o primeiro Europeu que navegou no "mar de aguas doces", na foz do Amazonas, outros navios repetidas vezes visitaram essas aguas; a corôa de Espanha até commetteu a um dos conquistadores do Mexico, Diego de Ordas, quando se fez de véla em 1530, para fundar uma colonia na actual Venezuela, a incumbencia expressa de valer-se do ensejo para explorar o rio que Pinzon havia avistado e ao qual se dava ainda então geralmente o nome de Marañon.

De todas essas expedições, não houve, entretanto, resultado digno de nota; o valle do Amazonas quedou, por largos annos, sendo a mesma terra desconhecida, até que enfim um descobridor, vindo de O., nelle penetrou. Foi Francisco de Orellana, cavalheiro espanhol, vindo na comitiva do governador de Quito, Gonzalo Pizarro, em sua aventureira expedição rumo occidental, em busca da terra phantastica do ouro, o Eldorado.

Encarregado por seu chefe do commando de um bergantim, que devia acompanhar nos affluentes do Amazonas a marcha do exército expedicionario, sentiu-se possuido do mesmo enthusiasmo que dominava então a alma da juventude espanhóla: quiz fazer descobrimentos por sua conta, achar, si possivel, essa terra rica que Pizarro debalde procurava. Finalmente um dia em que a rapida correnteza do rio Napo (no actual Equador) distanciara muito o bergantim, das tropas que marchavam demoradamente ao longo da margem dêsse rio, não poudo Orellana resistir por mais tempo á tentação: reuniu em conselho a sua equipagem e com palavras de enthusiasmo lhe fez a proposta de se desligarem da expedição aventureira de Pizarro, afim de proseguirem

a viagem pelo rio, em que agora navegavam, até ao lugar onde elle desembocca no mar, e assim alcançar para a patria uma nova provincia, e para si a glória e a recompensa pela realização de um nôvo descobrimento. Sómente um dos homens se recusou, e ficou na margem, afim de informar a Pizarro e ao exército de terra, da separação de Orellana; os demais, porém, concordaram jubilosos com o plano audaz; e, dessa fórma, proseguiu o bergantim a derrota a 31 de Dezembro de 1540, primeiro pelo curso do Napo e depois rio abaixo pelo Amazonas, viagem em que os ousados exploradores tiveram, dentro em pouco, de soffrer não só as mais duras privações, como as hostilidades das tribus marginaes, achando, porém, em outros sitios ribeirinhos, hospitaleira acolhida pelos Indios e generoso auxilio em tudo que precisavam.

Não é aqui o lugar proprio para relatar por miudo as aventuras de Orellana e seus companheiros; destacamos apenas a circumstancia seguinte, pelo facto de haver dado ao rio o nome que hoje tem. Era no dia 22 de Junho (1541); os Espanhóes estavam combatendo com uma horda de Indios, no meio da qual se avistavam umas poucas mulheres armadas, provavelmente mulheres que acompanhavam os seus maridos ao combate, segundo ainda é costume entre algumas tribus brasilienses; os Espanhóes, entretanto, illudidos por uma falsa erudição, lembraram-se das lendarias amazonas da antiguidade, e viram nessas mulheres guerreiras as rainhas, a chefiar os exercitos da nação inimiga. Do tracto com alguns prisioneiros, ou com Indios vizinhos, haviam deprehendido que aquella tribu era vassalla de uma poderosa e numerosa nação de Indias guerreiras, cuja nação habitava, mais além, no interior, em povoados esplendidos e bem fortificados, mui temida e famosa nos arredores; nenhum homem era admittido entre ellas; mas, em épochas determinadas, recebiam visita de Indios das tribus vizinhas, e após algum tempo despediam os seus hospedes, obsequiando-os com presentes e com os filhos homens nascidos dessas relações.

Eis como chegou ao remoto Occidente, ao valle do Amazonas, a migrante lenda oriental das amazonas, procedente das margens do Don e do mar Negro, com escala por uma ilha fabulosa da geographia mythologica da Edade-Média ("Ilha dos homens e mulheres solitarios", que figura no mappa-mundi de Behaim).

Bem se vê que, depois de Orellana, nenhum outro viajante avistou jámais a nação de mulheres guerreiras na America do Sul; apesar de tudo, não parece ser essa lenda producto apenas da imaginação européa; antes, até certo ponto, já era corrente; em todo caso foi encontrada mais tarde, entre algumas tribus ribeirinhas amazonicas, pois por várias vezes se referem as successivas relações de viagens alli feitas ás narrações, mais ou menos phantasiosas, a respeito das amazonas, ouvidas pelos viajantes, da propria bocca dos Indios. E assim poderá talvez existir um traço de verdade nessa fábula: effeito do jugo servil que pesava sôbre as mulheres, é possível que, de tempos a tempos, pequenos grupos de Indias se evadissem das malocas dos seus crueis esposos, para o matto, afim de nelle procurarem a sua salvação na independencia primitiva, dando tal facto origem á lenda romantica. Seja como fôr, o facto é que essa lenda deu ao grande rio o nôvo nome que lhe ficou; o de Maranhão designou o rio mais a L., na parte costeira, e a provincia por causa d'elle chamada de Maranhão; o nome de rio Orellana, que se lê nos mappas mais antigos, em honra ao descobridor, breve desapareceu, para sómente persistir o de Amazonas.

A 26 de Agosto de 1541, Orellana desemboccou do Amazonas e penetrou no Oceano Atlantico; havia concluido a obra do descobrimento; o Brasil ficava agora conhecido em seus contornos geraes, em suas tres grandes divisões naturaes; e, o que era principal: assim como anteriormente Vespucci estabelecera a continuidade da massa continental entre as diversas partes da costa de Léste, assim verificou Orellana não haver solução de continuidade entre essa costa e a occidental da America do Sul. Assás merecida foi, portanto, a recompensa, que lhe conferiu a corôa de Espanha, com o govêrno das terras por elle descobertas no valle do Amazonas, região que deveria ter, a partir dahi, o nome de Nova-Andaluzia, 27 de Fevereiro de 1544; deviam caber-lhe os *onus* da conquista e da colonização, e, em compensação, seriam suas todas as rendas do nôvo Estado agricola, por dez annos. Investido dessa concessão, organizou Orellana uma expedição, e a 11 de Maio de 1544 zarpuu, com quatro vélas, das costas espanhólas; desta vez, porém, foi-lhe infiel a sorte, que tão firmemente o havia favorecido em sua primeira viagem de aventuras. Já de caminho pereceu grande parte da sua gente e perdeu dous navios; depois levou mezes a procurar, em toda a vastidão do estuario, o braço do rio

que deveria leva-lo ao coração do continente, e nesse entrementes as febres reinantes habitualmente nas margens baixas do Amazonas devastavam a sua equipagem, com uma virulencia tanto maior quanto se achavam os homens enfraquecidos, á mingua de alimentos e á fôrça de pesados trabalhos.

O proprio Orellana acabou por ser vítima do clima; seus companheiros tomaram então caminho de regresso; e um grupo delles que, a princípio, por livre vontade, haviam permanecido numa ilha do delta fluvial, entre Indios afeiçoados, muito se alegraram quando, pouco depois, alli surgiu uma embarcação portugueza, vinda de Pernambuco, offerecendo-lhes oportunidade de abandonar aquellas regiões torridas, equatorias, em extremo malsãs, ao menos para os Europeus.

Nada mais foi feito, a seguir, pela Espanha para a posse e colonização do Amazonas; apenas das colonias castelhanas do Prata e do Perú penetravam bandos armados aqui e alli, nas cabeceiras do rio, em busca do fabuloso Eldorado ou das cidades maravilhosas das Amazonas. Eram, contudo, simples expedições aventureiras, sem plano e sem significação duravel, e quando, depois de muito vaguearem por alli, não apparecia a cubigada terra do ouro, e se exgottavam os viveres, retrocediam e procuravam obter alguma compensação dos trabalhos e canseiras por meio da venda dos prisioneiros de guerra, que haviam arrastado para longe da sua terra natal.

Assim, continuou a bacia amazonica, então como dantes, quasi completamente desconhecida, até que afinal, quasi um seculo depois de Orellana, foi tomada, em Quito, a iniciativa de reencetar a exploração rigorosa dêsse rio, podendo-se bem dizer que para redescobri-lo. Com effeito, por volta do anno de 1635, enviou o govêrno de Quito alguns missionarios franciscanos, com uma pequena escolta armada, afim de ir ter com os Indios que habitavam as margens do rio Napo; debalde, porém, procuraram elles reduzir o gentio á lei do Evangelho; varios dêsses missionarios fôram trucidados e os sobreviventes desesperaram do exito da empresa.

Nessas condições, tornaram alguns a O. para Quito, enquanto dous irmãos leigos e seis soldados, receando emprehender viagem pôr terra, tão penosa e cheia de perigos, vogaram, a exemplo do que fizera Orellana, pelos rios Napo e Amazonas, em pequena embarcação, que os levou, com bom exito, á colonia portugueza de Gurupá (Provincia do Pará).



Dalli os conduziram a São Luiz, á presença do governador do Maranhão, Raimundo de Noronha, que, á vista das informações delles colhidas, decidiu-se logo a mandar explorar cuidadosamente essa via fluvial, tão importante para o comércio interior com o Perú; uma frota, composta de 45 embarcações leves, 70 soldados e 1.200 Indios, foi constituida para esse fim e deixou o porto de Gurupá, a 28 de Outubro de 1637, sob o commando de Pedro Teixeira, a emprehender a primeira entrada rio acima no Amazonas.

Após penosa viagem de dez mezes, alcançou a expedição as extremas povoações espanholas, e dahi Pedro Teixeira tomou caminho por terra para Quito, em Agosto de 1638. Alli chegados, souberam o govérno e o povo dar o devido aprêço a esse importante feito; Pedro Teixeira foi acolhido nessa capital com uma festiva procissão; o então vice-rei, conde Chinchon, quando Pedro Teixeira lhe mostrou o seu diário, com um esboço cartographico do rio, convidou-o a regressar pela mesma rota, e por este meio completar os seus descobrimentos; elle dar-lhe-ia por companheiros dous homens illustrados, que o deveriam auxiliar. Teixeira logo se dispoz á empresa; Christovam d'Acuña, reitor do Collegio dos Jesuitas em Cuenca, e André de Artieda, professor de theologia do Collegio de Quito, embarcaram com elle e, depois da segunda expedição de dez mezes, de 16 de Fevereiro a 12 de Dezembro de 1639, desembarcavam de nôvo nas costas do Pará.

Datam desta segunda viagem de descobrimento, em que uma a uma, fôram exploradas as confluencias dos tributarios do Amazonas, e fôram dados os nomes a estes, os primeiros dados precisos sobre o rio Amazonas; porém muitissimo mais tardou que fôsem conhecidos, mesmo perfunctoriamente, esses mesmos affluentes e as numerosas cabeceiras que remontam além das fronteiras brasileiras, em todas as direcções, nas Repúblicas do Perú e da Colombia, e até hoje não se pôde considerar completo o conhecimento geographico dessa rêde fluvial.

Ainda menor é a importancia até hoje assumida pela colonização européa, nessa bacia potamographica amazonica.

De facto, teremos que acompanhar, quando tractarmos do historico da provincia do Pará, como fôram pouco a pouco os Lusos levando avante, ao longo do rio principal e dos seus mais importantes affluentes, uma série de estabelecimentos, todos, porém, de pouca importancia, a não ser alguns portos mais consideraveis no delta do rio; e, mesmo

actualmente, pôde-se dizer que até o despovoado valle do Prata, em comparação com o do Amazonas, é densamente povoado. Tal qual está, certamente permanecerá durante seculos. As causas, as razões de tal asserto parecem evidentes, quando se cotejam entre si os dous grandes rios da America do Sul.

O Prata offerece ao Europeu, logo na sua embocadura, um clima moderado e saudavel, um sólo fértil e productivo; accresce que a terra consiste, na maior parte, em campinas, mais facil, portanto, de cultivar; e tanto a lavoura, como a criação de gado, pôdem alli tomar o maior incremento. Si, nada obstante, as terras platinas ainda permanecem meio despovoadas, a culpa é das circumstancias exteriores, do velho systema exclusivista dos Espanhóes, que, incapazes e fracos demais para explorarem elles mesmos as colonias, não permitem que o façam os estrangeiros; e, modernamente, das contínuas dissensões políticas e guerras civis, as quaes necessariamente afugentam qualquer immigrante, sobretudo o colono lavrador. Contudo esses empecilhos exteriores pôdem ser removidos, e então o valle sul, temperado, do Rio da Prata virá a attrahir, sem dúvida, as fôrças vivas do trabalho e o capital europeu, em **não menor escala do** que actualmente succede nos Estados Unidos da America do Norte.

Mais para o Norte, fica o valle do Prata sob a zona torrida, e, portanto, inconveniente para a immigração directa da raça européa; mas, pouco a pouco, tambem essas regiões, onde o algodão, o assucar e outros productos dos tropicos prosperam admiravelmente, receberão colonos da superabundancia da immigração para o Sul, e tambem alli a colonização progredirá com vigor, transbordando o incessante povoamento do frio Sul para o Norte cáldo, exactamente como agora acontece, sómente em sentido contrário, com a população branca, e ainda mais com a preta, que se derrama do N. para o S., na região algodoeira do valle do Mississipi.

Cousa toda diversa se dá com o Amazonas: de O. para L., elle corre na zona torrida, quasi debaixo do Equador; o territorio do seu delta é insalubre, e até mesmo a criação do gado vaccum e cavallar, que antes se fazia em escala relativamente grande, presentemente não mais medra; numa extensão de centenas de leguas, ao longo do rio, apresentam-se terrenos baixos, sujeitos a inundações periodicas, e onde reinam malignas febres biliosas e domina uma asquerosa

praga dos insectos; finalmente, a terra é, na maior parte, recoberta de mattas virgens tropicaes, difficultando muito por isso a sua lavoura. E já temos a história do valle do Mississipi a ensinar quantos exforços e quanto sacrificio de vidas humanas custa a colonização das marcas fertéis, mas insalubres, do estuario de um grande rio e como exigirá ainda sacrificios por muitas gerações, e isso não obstante o Mississipi desaguar fóra da zona torrida, enquanto o Amazonas o faz justamente sob o Equador.

De mais, a experiencia nos tem ultimamente demonstrado que o immigrante europeu, mesmo do S., não se dá bem nos climas tropicaes, ao ar livre, como lavrador ou operario, e ainda menos em terras planas e baixas; a maioria das empresas de colonização, nessas condições, uma após outra, tem-se extinguido desastrosamente, e não é um dos peores exemplos o facto de que dos 14.867 naturaes da ilha da Madeira, que em 1846-1848 fôram para as Indias Occidentaes Britannicas e para as Guianas, succumbiram em breve 6.668 de febre amarella e outras molestias.

Não se póde, pois, pensar em colonização do territorio amazonico, rio acima, pelos Europeus, e si não obstante recentemente o govêrno perúano buscou attrair colonos alemães do Norte para o alto valle do rio, e a Companhia Brasileira de Navegação do Amazonas. para o baixo valle, o mesmo foi que seduzir infelizes para a ruina certa, sem de modo algum aproveitar ao paiz!

Será necessario contentar-se a principio com o commercio feito pelo rio Amazonas, com a exportação dos productos das selvas tropicaes e talvez attrair algumas lévas de trabalhadores chinezes ou naturaes das Indias Orientaes, para attender aos serviços das feitorias.

Quanto, porém, a colonos verdadeiramente agricolas, o valle do Amazonas só poderá recebe-los, quando o vizinho planalto interior do Brasil, até hoje deserto e deshabitado, se houver povoado tão densamente a poneto de extravasar as demasias da população para os terrenos baixos.

Até lá — e isso haja talvez de durar seculos — a raça dos Indios, naturaes do Amazonas, campeará senhora dessa região; as outras nações indigenas suas ermãs, a pouco e pouco enxotadas de outros ponctos do sertão brasileiro, do planalto e dos territorios do Prata, alli encontrarão uma nova patria, e do seu caldeamento com o immigrante branco e de côr, se formará finalmente o povo de mestiços, que será

destinado a tornar algum dia rendosa para o commercio do mundo a fertilidade assombrosa daquella região equatorial.

Mas, mesmo assim, jámais o Amazonas culminará numa significação historica egual á do Prata ou do Mississipi; o commercio amazonense permanecerá sempre monotono, porque o valle do rio apresenta quasi que os mesmos productos em suas partes superior e inferior, não proporeionando, pois, a permuta de productos de differentes climas; identicamente nelle não florescerá jamais uma vida politica intensa, porquanto as condições de colonização, e com ellas as characteristics e a formação das classes populares, têm necessariamente de ser as mesmas em todo o valle.









## CAPITULO II

### Os principados feudaes portuguezes

Voltemos agora ao littoral brasileiro. Ficou já referido como ahi, nos primeiros decennios do seculo XVI, não só os Portuguezes rendeiros de monopolios, como tambem mercadores de outras nações, maximé francezes da Bretanha e da Normandia, exploravam lucrativo tráfico no littoral e fundaram até feitorias em varios pontos.

Em vão Portugal havia procurado pôr cõbro a isso, por meio de successivas reclamações á cõrte de Pariz, contra taes violações dos seus direitos.

Os reis de França, entretanto, não podiam ou não queriam restringir essa actividade por parte dos seus vassallos, e, sendo assim, mercadores, que partiam de Honfleur e de Dieppe para o Brasil, proseguiram, como dantes, na exploração do seu negócio.

Em vista disso, decidiu-se d. João III de Portugal (1521-1557) a reprimir por si mesmo esses desmandos; e, para esse fim, mandou aprestar uma frota armada, que deveria estacionar nas costas sul-americanas e fazer o cruzeiro contra taes contrabandistas; o almirante nomeado foi Christovam Jacques, que, em fins de 1526, appareceu com seis náos nas costas da provincia de Pernambuco.

Alli, na embocadura de um rio, repetidas vezes demandado por navios europeus, e que, por esse motivo, os Indios denominaram "Rio das grandes canôas", Igara-aquí, fundou Christovam Jacques uma feitoria fortificada, para servir-lhe de quartel-general; foi essa estação militar que, prova-

velmente, então recebeu, pela vez primeira, a denominação que hoje é da actual provincia, Parambuco (*paraná*, mar, e *mbo* ou *mbuk*, braço).

Uma das náos regressou logo a Lisbôa, carregada de pau de tinturarias; e Christovam Jacques partiu com as restantes a cruzar a costa até ao estuario do Prata, e na volta — segundo a voz geral, na altura da bahia de Todos os Santos, provincia da Bahia — teve de dar combate a tres navios mercantes da Bretanha.

Durou a lucta por um dia inteiro, mas tiveram os Francezes que se render, e, em número de trezentos, fôram recolhidos como prisioneiros á feitoria de Pernambuco. Logo após, foi, porém, Christovam Jacques chamado a Portugal, e levou consigo os seus prisioneiros; succedeu-lhe, no commando da estação brasileira, Antonio Ribeiro, de cuja actuação não temos noticia.

Provavelmente, foi a esquadra pouco depois empregada alhures, ficando a feitoria de Pernambuco ao abandono, e já ao cabo de poucos annos era saqueada e destruida por um galeão francez.

Com isto, ficou novamente a costa brasileira franqueada a toda gente, sem vestigio sequer do dominio lusitano; não obstante, essa primeira medida mal succedida, transitoria, foi o primeiro impulso para uma verdadeira colonização do Brasil. O proprio Christovam Jacques, que, durante o seu tempo de serviço naquella estação, achou opportuniidade de conhecer de perto o paiz, teve despertado o seu espirito emprehendedor.

Houvera elle estado nas ilhas da Madeira e Açores, e conhecera muitas familias ricas e distinctas, cujos avoengos haviam iniciado, com poucos recursos, a colonização dessas ilhas, como feudatarios da corôa. Imaginou poder esperar o mesmo do Brasil, para si e para a sua descendencia, e apresentou então ao govêrno a seguinte proposta: "Este repartiria, como antes aquellas ilhas, o continente sul-americano entre donatarios hereditarios, os quaes então, por suas proprias mãos e á propria custa, deveriam coloniza-lo; elle mesmo estava prompto a tomar um dêsses feudos e para isso poderia angariar mil colonos".

Um sabio portuguez, Diogo de Gouvêa, que, na época, residia em Lisbôa, apoiou a proposta do modo mais caloroso; o govêrno, porém, embora houvesse deliberado repetidas vezes sôbre o restabelecimento da estação brasileira, e fun-

dação de uma colonia alli, não se decidia ainda a tomar uma resolução firme.

Eis que uma carta, procedente de Sevilha, datada de 2 de Agosto de 1530, traz a noticia de que Sebastião Caboto, o descobridor do Paraná e do Paraguai, havia regressado á Espanha, havendo descoberto uma nova terra rica no Sul da America, e justificando o nôvo appellido do rio Solis, "Rio da Prata". Essa nova inflammou como faísca electrica; o governo portuguez resolveu tomar a deanteira dos Espanhões, apossar-se do Rio da Prata; e de toda parte se apresentaram voluntarios a fazer parte da expedição, de tal geito, que, em breve, uma esquadra composta de cinco náos, com guarnição de 400 homens, se achava no ancoradouro de Lisboa, prompta a fazer-se de véla.

Foi nomeado almirante e ao mesmo tempo governador da nova colonia Martim Affonso de Sousa, a 20 de Novembro de 1530, investido de poderes extraordinarios: era auctorizado a tomar posse de todo o territorio até á linha de demarcação convencionada, que, de facto, ainda não estava fixada, bem assim a proceder ás necessarias divisões e provêr todos os cargos, exercer absoluta jurisdicção civil e criminal, inclusive o direito de vida e de morte, excepto com respeito aos fidalgos. Além disso, poderia assignar datas de terras de sesmarias a todos que as pedissem, mas a título precario, pessoal e vitalicio, não podendo passar por herança de paes a filhos.

No último dia de Janeiro de 1531, surgiu essa expedição á altura do cabo de Sancto Agostinho, e veio fundear juncto á feitoria de Pernambuco, em cujas proximidades esbarrou logo, nas primeiras semanas, com tres navios de contrabandistas francezes, que fôram successivamente caçados e apresados.

Sousa dividiu depois a sua frota: uma das presas, com os prisioneiros, seguiu para Portugal; duas náos, sob o commando de Diogo Leite, foram incumbidas de seguir pela costa septentrional, a plantar nella, em pontos convenientes, marcos indicativos da posse — missão esta no desempenho da qual Diogo Leite se adeantou, pelo menos, desde o cabo de Sancto Agostinho até á Bahia de Gurupi, divisa entre as provincias do Pará e Maranhão, de onde, segundo parece, regressou directamente a Lisboa.

Com as restantes naves tomou Sousa o rumo Sul, tocando primeiramente na Bahia, onde encontrou amigavel acolhimento, pois alli residia, havia já 22 annos, um nau-

frago portuguez, Diogo Alvares, que se havia casado, com uma India (Paraguassú, ou, como foi baptizada — *Catharina*), e exercia grande ascendencia sôbre as tribus circunvizinhas (7). Alvares, com a sua numerosa familia, assim como todos os caciques, fôram a bordo visitar o almirante, presenteando-o com victualhas, e, sob a protecção delles, fôram deixados ficar alguns novos colonos, que, munidos fartamente de toda a especie de sementes, deviam experimentar qual seria a cultura mais productiva nessa terra. Dahi vele-

---

(7) Sôbre Diogo Alvares, escreveu Varnhagen curiosa dissertação, que foi inserta na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. X, 2ª ed., pags. 129-152. A'quelle famoso colonizador da Bahia tambem se referiram Candido Mendes de Almeida e Antonio Henriques Leal (cit. *Revista*, t. XXXIX, p. 2ª, pags. 17-22, e t. XXXVI, p. 2ª, pags. 69-70). Consagrou-lhe Sancta Rita Durão o seu conhecido e inspirado poema (Lisbôa, 1781). Em sua *Historia geral do Brasil* (t. I da 4ª ed., pags. 307-308), assim diz delle o visconde de Porto Seguro: "Morador na Bahia desde o anno 1510, ahi resistira a todas as inconstancias dos gentios; porque, tendo-se creado entre elles desde moço, talvez fôra já outro gentio em tudo, menos na côr da pelle e no pouco que ainda se lembraria da sua lingua. Tinha muitos filhos, e estava assim apparentado por afinidade, ao modo da terra, com muitos da cabilda a que se aggregára. A tradição, em harmonia com alguns documentos, faz-nos crêr que, em certa conjunctura, vendo-se em grande aperto e ameaçado do gentio, usou de um artil que o salvou, e foi causa de receber dos indios a alcunha de *Caramurú*, por que ficou sendo conhecido. Vejamos qual foi este artil, e deixemos de parte a questão secundaria de averiguar si teve logar por occasião do primeiro desembarque do colono e quando elle ainda seria muito moço, ou si depois, como imaginamos nós, quando foi arrojado com o donatario Coutinho na costa da ilha de Itaparica. Diz a tradição que, achando-se Diogo Alvares na praia, armado de uma espingarda, e vendo-se cercado de muitos gentios, julgou que os amedrontava disparando um tiro, o que tão bom effeito sortiu, que o julgaram munido de um poder sôbrehumano, e estiveram logo por tudo quanto quiz. O nome *Caramurú* é o de certa enguia electrica, isto é, o de um peixe comprido e fino como uma espingarda, que, por suas virtudes de fazer estremecer, e por damnar e ferir, poderia ser applicado ao tremendo instrumento (oriundo tambem agora do mar) e, por uma facil e insensivel ampliação, ao seu portador". Conforme Rodolfo Garcia (*in Glossario* annexo á "Reprodução fac-simile da Historia da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão pelo padre Claude d'Abbeville", Paris, 1922, pag. 23), "a phantasia dos primeiros chronistas traduziu o nome como *dragão saído do mar* ou *homem do fogo*, com fundamento em lendario episodio, a que attribue o salvamento de Diogo Alvares das mãos dos selvagens, quando, por naufragio, deu ás costas da Bahia; mas, por esse facto mesmo, pôde-se suppôr *caray*, o branco, o eu-

jou Sousa para o Sul e chegou, a 30 de Abril, á bahia do Rio de Janeiro, onde resolveu permanecer por mais tempo; fez levantar alli uma casa-fôrte, cingida de paliçada, e ao seu lado uma officina de ferreiro; fez os reparos exigidos pelos navios, reabasteceu-se de viveres e, enquanto isso, expediu esculcas com o encargo de explorar a região em tórno, e de entabolar relações amistosas com os chefes indios.

Só nos primeiros dias de Agosto foi reencetada a viagem e poucos dias depois, a 12 de Agosto, foi a esquadra ancorar na bahia de Cananéa (provincia de São Paulo).

Tambem se lhes deparou alli um pequeno nucleo de colonos europeus, e entre elles um bacharel, portuguez, que havia

---

ropeu, e *murú*, molhado, o naufrago, como alvitra Sampaio". Theodoro Sampaio, com effeito, em "O tupi na geographia nacional" (2ª ed., São Paulo, 1914), pag. 210, admite, sôbre aquella alcunha, duas hypotheses explicativas, pela fôrma seguinte: *Caramurú*, appellido de Diogo Alvares entre os Tupinambás da Bahia. Os primeiros historiadores ou chronistas deram-lhe por significado — *dragão saído do mar* ou *homem do fogo*. Si o appellido barbaro não está alterado, e o mesmo que *moreia*, especie de cobra marinha (*Bepidosiren paradoxa*); si, porém, está corrupto, pôde vir de *caray-murú*, que se traduz — *o homem branco molhado*, ou, figuradamente, o naufrago, o branco que deu á costa. V. *caray* ou *carahyba*". Confirmando, enfim, o primeiro asserto de Theodoro Sampaio no verbete acima transcripto, Rodolfo Garcia, em nota á referida *Historia geral do Brasil* (ed. cit., pag. 307), volveu ao etymo já previsto por Varnhagen, dizendo o seguinte: "O nome *caramurú* designava um peixe de mar (*Lycodontis moringa*), hoje mais vulgarmente conhecido por *moreia*". Em razão dos serviços que prestou no Brasil á colonização portugueza, corre que o Caramurú não só foi feito "cavalleiro" pelo seu soberano, como até recebeu deste carta, em 1548, para auxiliar a missão de Thomé de Sousa (cit. *Historia geral do Brasil*, pags. 190-191 e 297-298). Da alliança de Diogo Alvares com a índia Paraguassú, que, segundo alguns historiadores, recebeu na pia baptismal o nome de Catharina (mas por frei Vicente do Salvador, que ainda a conheceu pessoalmente, é chamada Luisa, na sua "Historia do Brasil", liv. III, cap. I, pags. 149-150 da ed. de 1918), provieram muitos filhos, entre os quaes os de nomes Marcos (*apud* Southey, "Historia do Brasil", trad. de L. J. de Oliveira e Castro, vol. I, pag. 304), Gaspar, Gabriel e Jorge, sendo que estes tres fôram "cavalleiros da casa real" (cit. *Historia geral do Brasil*, pags. 260-261, nota de Capistrano de Abreu), e duas filhas, Magdalena, que foi casada com Affonso Rodrigues, e Philippa, que foi mulher de Paulo Dias, havendo ainda outra, que se matrimoniou com João de Figueiredo, um filho do Caramurú, de quem não se conhece o nome, foi morto pelo chefe indio Mirangaba (cit. *Historia geral do Brasil*, pag. 320). Diogo Alvares falleceu na Bahia a 5 de Outubro de 1557 e foi enterrado no mosteiro de Jesús, tendo designado para testamenteiro a seu genro João de Figueiredo,



30 annos tinha vindo com Vespucci e alli ficara (8), e quando delles se tomaram informes sôbre as ricas minas de prata, que deviam existir na vizinhança, offereceu-se um tal Francisco de Chaves, com a promessa de que, si lhe dessem 80 homens, bem armados, traria, ao cabo de 10 mezes, 400 escravos carregados de ouro e prata.

(8) Admira que, tractando-se de um "bacharel", titulo tão raro entre os primeiros povoadores portuguezes do Brasil, não lhe houvesse Pero Lopes, que o conheceu pessoalmente, indagado o nome e dado assento ao mesmo em seu *Diário da navegação*. Ahi (pag. 29 da edição devida a Varnhagen, Lisboa, 1839), referindo-se á chegada da frota á Cananéa, apenas relata o seguinte sôbre o famoso desconhecido: "Quinta-feira, desasete dias do mes d'agosto veo Pedre Annes Piloto no bargantim, e com elle veo Francisco de Chaves e o bacharel, e cinco ou seis castelhanos. Este bacharel havia trinta annos que estava degradado nesta terra...". Assim, á honraria, com que o aureolava a sua não vulgar laurea academica, addicionava elle a circumstância de ter sido "o primeiro habitante europeu das terras sulinas do Brasil", como bem assignalou Eugenio de Castro (*Diário da navegação*, Rio, 1927, vol. I, pag. 390). Ruy Díaz de Guzmán (pags. 8 e 54 do vol. I da *Argentina*), repetido por Charlevoix e Simão de Vasconcellos, assegura que o bacharel de Cananéa se chamava Duarte Pérez (*Peres* ou *Pires*?), fidalgo portuguez, desterrado por d. Manuel para as costas do Brasil. O nosso Candido Mendes de Almeida, em suas monographias *Quem era o bacharel de Cananéa?* e *João Ramalho, o bacharel de Cananéa*, precedeu Christovam Colombo na descoberta da America? (*Revista do Instituto Historico e Gographico Brasileiro*, t. XL, p. 2ª, paginas 163-247 e 277-373), tentou identificar com o universitario encontrado no referido porto paulista o celebre genro do cacique Tibirecá, sem se lembrar de que João Ramalho era analphabeto, o que patenteava de sobra não haver o mesmo alisado nenhum dos bancos das faculdades coimbrãs. Além disso, a idade, que declarou ter em 1564 (*Actas da camara de São Paulo*, vol. I, pag. 37), não lhe houvera possibilitado o destêrro em Cananéa, por volta de 1501. José Toribio Medina (*El portugués Gonzalo de Acosta al servicio de España*, 1908, pags. 18-23) affirma que o bacharel encontrado pelos ermãos Martin e Pero Lopes de Sousa em Cananéa era Duarte Coelho, filho e companheiro de Gonçalo Coelho na exploração por este feita em 1503, no littoral brasileiro e de quem foi genro Gonçalo da Costa. Capistrano de Abreu (in *Prolegomenos* á cit. *História do Brasil*, de fr. Vicente do Salvador, pags. 83-84) considera "imprevista" a conclusão a que chegou aquelle notavel historiador chileno. O eximio e sisudo Varnhagen, no que respeita ao bacharel de Cananéa, infelizmente baralhou toda a questão, como se pôde verificar facilmente, cotejando as pags. 20, 50 e 425 do vol. I da sua *História geral do Brasil*, 1ª ed., com as pags. 83 e 85, da 2ª ed. (v. da 4ª ed. ás pags. 115-117). O que parece certo, de tudo quanto elle assegurou quanto ao celebre bacharel, é que este foi deixado em Cananéa, como degradado, em 1501, pela expedição de d. Nuno Manuel. O que tal universitario não podia ser

Sousa deixou-se seduzir por essa irreflectida, mas tentadora offerta; chamaram-se 80 voluntarios, e á sua frente Francisco de Chaves se poz em marcha para o sertão, a 1.<sup>o</sup> de Setembro de 1531, quicá no intuito de investigar as encostas da cordilheira, ricas de ouro.

Debalde, porém, se esperou pelo regresso da expedição, no tempo aprazado; passaram-se mesmo muitos annos, até

---

como queria Varnhagen, era, ao mesmo tempo, Gonçalo da Costa e sogro de Gonçalo da Costa... Como Capistrano de Abreu revelou (*in cit. Prolegomenos*), existem dous depoimentos importantes sobre o bacharel de Cananéa, embora nenhum delles lhe insira o nome: o de Diogo Garcia, que, em 1527, "encontrou em São Vicente um bacharel, que alli vivia haveria uns trinta annos, e tinha genros. Um destes chamava-se Gonçalo da Costa..."; e o de um anonymo espanhol, que (conforme cópia existente em nossa Bibliotheca Nacional) escrevia por 1540 o seguinte: — "en la ysla de Cananéa y en la tierra firme della ay pobló el bachiller dexo muchas ñaranjeras y limones y zidras y otros muchos arbores y hizo muchas casas, que se despoblaron después por los pobladores de San Vicente que tuvieron guerra los unos con los otros por que pretendia que el bachiller les avia dar obediencia". Sobre João Ramalho e o bacharel de Cananéa, além da carta de Thomé de Sousa, de 1.<sup>o</sup> de Junho de 1553 (estampada na monumental *História da colonização portugueza no Brasil*, vol. III, pag. 365), enfeixou a *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, em seus tomos VII (1902) e IX (1904), interessantes estudos, devidos a Theodoro Sampaio, Manuel Pereira Guimarães, Horacio de Carvalho, Leoncio do Amaral Gurgel, Francisco de Campos Andrade, Ernesto Young e Washington Luis (este último tractou de um dos mais curiosos assumptos, qual *O testamento de João Ramalho*). Algumas dessas excellentes monographias, — quaes as de Campos Andrade e Horacio de Carvalho, — foram editadas em separado. Trouxeram alguns desses trabalhos adminiculos de valia inestimavel para a identificação do bacharel de Cananéa. Assim, graças aos escriptos de Horacio de Carvalho, *A assignatura symbolica de João Ramalho e O kaf de João Ramalho* (t. VII, pags. 303-368), mais argumentos se reuniram para não ser confundido com o bacharel de Cananéa o genro do cacique Tibiregá. Ernesto Young, nos seus *Subsidios para a historia de Iguape* (cit. vol., pags. 286-298), levantou, baseado em documento, a hypothese de que o bacharel de Cananéa podia bem ter sido Cosme Fernandes Pessôa, tambem chamado "mestre Cosme, bacharel". Por essa hypothese se inclinou, com a sua auctoridade de grande peso, Theodoro Sampaio. Este, não só apoiado no documento trazido a lume por Young, como ainda no documento já antes publicado por Azevedo Marques (*Apontamentos*, vol. II, pag. 99), não hesitou em chegar á seguinte conclusão: — "Tudo nos leva a crer que o *mestre Cosme, bacharel*, do documento de 1542, é o mesmo *Cosme Fernandes Pessôa*, de Iguape, o mesmo bacharel deixado em degrêdo em Cananéa, em 1501". Apesar, porém, de tão respeitavel assêrto, *adhuc sub judice lis est*.

que os Portuguezes vieram a saber que toda a expedição havia perecido, trucidada pelos Indios, no interior da provincia do Paraná, não longe das nascentes do rio Curitiba ou Iguassú.

Foi enquanto a frota de Martim Affonso de Sousa alli permaneceu ancorada, que se levantou um monumento de origem européa, provavelmente o mais antigo que hoje se encontra em sólo brasileiro. A' entrada da bahia de Cananéa, do lado de terra, erguem-se numa saliencia de rocha tres marcos de quatro palmos de altura, dous de largura e um de espessura, de marmore europeu, da variedade que vulgarmente se encontra nos terrenos vulcanicos das immedições de Lisboa. São assignalados com as armas lusitanas: cinco pequenos escudos dispostos em fórma de cruz, cada um dos quaes com cinco chagas, que por sua vez formam uma cruz de Sancto André; falta, porém, a orla do escudo com as sete torres, e tampouco parece haver jámais nelles figurado qualquer inscripção (9).

---

(9) Um desses marcos, cuja exacta descripção foi feita por Handermann, exorna, presentemente, a sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, conforme a seguinte communicação, feita pelo seu digno presidente perpétuo, sr. conde de Affonso Celso, a 6 de Agosto do corrente anno (v. *Diario Official* de 29 de Agosto de 1930): — "...antes, porém, de encerrar a sessão, assignala uma circumstancia significativa. Na sala das reuniões solennes, installara-se, no dia da sessão, e ahi permanecerá doravante, uma das reliquias historicas mais preciosas possuidas pelo Instituto: o marco de pedra collocado na costa brasileira por uma das primeiras frotas exploradoras do Brasil, no comêço do seculo XVI, e que, de certo, prompto para ser erigido, o trouxe de Portugal. Eis o que sobre elle consta da *Revista* e *archivos* do Instituto: — "Os primeiros exploradores de nossa patria lançavam pela costa padrões de marmore, como documentos primitivos e perennes do conhecimento do paiz. O barão de Capanema, percorrendo, em 1866, no desempenho de uma incumbencia da Repartição dos Telegraphos, a costa da ilha do Cardoso, ao sul da barra de Cananéa, encontrou numá rocha argillosa um desses marcos, já carcomido pelo tempo. O promontorio, em que foi achado, é conhecido pela designação de pontal do Itacurussá. Um anno antes, passara por alli um inglez ou americano, que tentara depois levar o marco; mas o barão de Capanema o impediu, officiando ao ministro do Imperio, afim de que se obtivesse da municipalidade de Cananéa o consentimento de trasladação do dito marco para o Instituto Historico. Assim se fez, sendo portador o proprio barão. Veio tambem um dos *tenentes* do marco. Marco e *tenente* já tinham sido descobertos, em 16 de janeiro de 1767, pelo coronel Affonso Botelho de Sampaio e Sousa. Varnhagen, guiado pela descripção de frei Gaspar da Madre de

Não ha dúvida nenhuma que esses monumentos fôram erigidos em signal da tomada de posse; naturalmente, entretanto, em vista da falta de menção do anno, originou-se uma contenda esteril sôbre qual dos primeiros descobridores effectivamente fez erigi-los, si Martim Affonso de Sousa em 1531, ou si Amerigo Vespucci em 1502 ou 1503.

A 26 de Setembro de 1531, a expedição portugueza novamente levantou ferros, afim de sair da bahia de Cananéa e dirigir-se ao poncto de seu destino — o Rio da Prata; em caminho, porém, na altura da actual fronteira entre o Brasil e o Uruguai, foi surpreendida por violenta tempestade; perdeu-se um bergantim completamente, o navio-almirante deu á costa, duas outras náos ficaram tão sériamente ava-

---

Deus, foi, com alguns companheiros, ao local, em 1841, e ahi viu tres desses padrões, com as quinas, sem espheras, nem castellos, nem data. Quem os teria posto alli? Frei Gaspar, Machado de Oliveira, Porto-Seguro e Azevedo Marques asseveram que foram deixados por Martim Affonso de Sousa, em 1532. Ayres de Cazal e Constancio, por Gonçalo Coelho, em 1501. Gabriel Soares, por Christovam Jacques, em 1525. Candido Mendes, pela armada lusitana de 1501, chefiada por André Gonçalves, servindo de piloto ou cosmographo Americo Vespuccio. Moreira de Azevedo julga mais certa a opinião de Candido Mendes, que, firmado na carta de Ruysch, de 1508, e no mappa da America, da edição de Ptolomeu, de 1513, provou que não passou de Cananéa a armada de André Gonçalves, a qual, após alguma demora nesse poncto do littoral, continuou a viagem em 15 de Fevereiro de 1502, deixando degredados e plantando padrões, para assignalar seu direito de propriedade e senhorio. Candido Mendes affirmou, ainda, que o ultimo poncto da nossa costa do sul, em que tocou a frota exploradora portugueza, na qual servia Vespuccio, foi precisamente Cananéa ou Cananã. Capistrano de Abreu, no seu trabalho *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no seculo XVI*, corrobora a opinião de Candido Mendes, de que foi Cananéa o último poncto da costa do Brasil aonde chegaram os exploradores. Diz mais Moreira de Azevedo que os marcos não podiam ter sido levados por Martim Affonso, porque, muito antes de sua vinda, já era conhecido o porto de Cananéa. Seja como fôr, o marco em questão tem o inestimavel valor da authenticidade e da vetustez, sendo um dos raros vestígios materiaes legados á posteridade pelos navegantes que, ha quatro seculos, iniciaram o conhecimento das costas brasileiras. Ha muitos annos, figurava no museu do Instituto, onde se guardam numerosas cousas de subido preço, colleccionadas desde a fundação. Transportado agora para o poncto principal do edificio, por suggestão do sr. Affonso Taunay, juncto á mesa da directoria, em face das cadeiras dos socios e dos espectadores, em destacado logar de honra, tornará, com a cruz nelle esculpida, ainda mais sagrado o recinto em que o Instituto realiza o rito do seu culto patriotico e scientifico (*vibrantes applausos*)".



riadas que não mais era possível aventura-las nas aguas revôltas do Prata; e, por cumulo, já se começava a fazer sentir a falta de provisões de bocca. Nessa conjuntura, reuniu Martim Affonso um conselho, que opinou pela renúncia da colonização do Rio da Prata; apenas um bergantim, com 30 homens, sob o commando do ermão do almirante Pero Lopes de Sousa, entrou por esse rio e penetrou no Paraná até muito além da confluencia do Uruguai, por toda parte plantando marcos nas margens, assim realizando a cerimonia da investidura da posse para a corôa de Portugal, de 23 de Novembro até 26 de Dezembro de 1531.

Mas, nesse entrementes, os pilotos da frota, que haviam ficado para traz, descobriram, provavelmente por meio das observações astronomicas, que o Rio da Prata era situado no lado espanhol da linha de demarcação; viu-se, ao menos, que dahi por deante o governo portuguez não levantou mais pretensão alguma sôbre essa parte, nem proseguiu ahi em seus planos de colonização; o proprio Martim Affonso, tanto que regressou o ermão, volveu logo a subir a costa, afim de procurar mais para o Norte, dentro das terras de possessão verdadeiramente portugueza, logar adequado para um estabelecimento. Afinal, chegou á bahia de São Vicente (provincia de São Paulo) a 21 de Janeiro de 1532, e ahi se encontrou de nôvo com um portuguez, João Ramalho, que já durante vinte annos convivia entre os aborigenes. As eloquentes descripções dêsse homem, que “achara alli um outro sólo e clima como os do seu amado torrão natal — Coimbra”, o risonho aspecto dessa terra, que, opulenta em mattas e aguada, é dominada pelos alcantis da serra costeira, e, por fim, o bello fundeadouro, que offerece a bahia abrigada pelas duas ilhas de São Vicente e Sancto Amaro — tudo isso concorreu para resolver o almirante a fazer alto ahi e a fundar a primeira colonia agricola regular do Brasil. Duas aldeias fôram estabelecidas: uma, a de São Vicente, sôbre um pequeno planalto, na ilha do mesmo nome; a outra, em terra firme, perto do povoado indio, onde morava Ramalho com sua numerosa familia e seus alliados, e cujo nome de Piratininga se estendeu á nova fundação européa. Actualmente assenta a capital de São Paulo mais ou menos no mesmo local, e sómente um curso dagua das proximidades manteve aquella denominação indigena.

O almirante repartiu por essas duas aldeias os colonos que se achavam a bordo dos seus navios; designou para cada



uma a área urbana e a zona rural commum, bem como distribuiu a cada colono uma sesmaria (garantia de terra, concessão de terra); nomeou os representantes da auctoridade ecclesiastica e da judicatura, constituiu um conselho da communa, em resumo organizou as duas colonias no que diz respeito ás cousas espirituaes e á administração municipal, segundo a fórmula em voga em Portugal, pois era natural que as leis e costumes da mãe-patria valessem, a todos os respeitois, para sua filha, a colonia.

Emquanto Martim Affonso agia em São Vicente, fez-se de vóla o seu ermão Pero Lopes de Sousa para as bandas do Norte, onde em breve teve ensanchas de defender pelas armas os direitos de Portugal. Por aquelle tempo, no estio de 1531, um navio marselhez, a *Pélerine*, armado de 18 canhões e com 120 homens, que o almirante francez do Mediterraneo, Bertrand, Baron de Saint-Blancard, havia equipado e entregue ao commando de Jean Duperret, surgiu deante da feitoria de Pernambuco, e apoderou-se daquelle importante porto, apesar de vigorosa resistencia que lhe offereceram os seis guardas portuguezes e seus alliados os Indios. Foi então construido alli um poderoso forte, e nelle permaneceram 70 Francezes de guarnição; após muitos mezes de estada, tornou o navio á França, com um rico carregamento. Um estabelecimento tão forte não se destinava, evidentemente, a méras operações mercantis, transitorias, mas a perduradora tomada de posse; e bem pudera tornar-se o nucleo de uma colonia franceza, que lançaria inteiramente na sombra a dos Portuguezes de São Vicente, e mesmo os titulos de direitos de Portugal no Brasil.

A isso, porém, se antecipou Pero Lopes; si por informação recebida, si casualmente, o facto é que elle ancorou deante do forte de Pernambuco em Dezembro de 1532, com diversas naus, e obrigou-o á rendição, depois de have-lo sitiado e bombardeado durante 18 dias; da guarnição, segundo a versão franceza, 20 homens fôram enforcados, dous entregues aos Indios para serem comidos, e os restantes conservados prisioneiros para serem julgados pela justiça portugueza. Deixou Pero Lopes parte da equipagem, sob o commando de Paulo Nunes, no forte conquistado; e elle proprio regressou a Lisboa em comêço de 1533, com o fructo do saque e os prisioneiros feitos (10).

---

(10) Já anteriormente, a 15 de Agosto de 1532, havia o navio *La Pélerine* caído nas mãos dos navios de guerra portuguezes que

Seguiu-lhe o destino alguns mezes mais tarde o seu irmão Martim Affonso de Sousa, após haver ultimado a organização da colonia de São Vicente e nella provido, como seu substituto, a Gongalo Monteiro.

Portanto, dispunha agora Portugal nas costas do Brasil de duas fundações de alguma importancia, que promettiam maior duração: ao Norte, o forte e a feitoria de Pernambuco; ao Sul, as colonias agricolas de São Vicente e Piratininga (provincia de São Paulo). Nisso, porém, não ficaria. Fôra despachada a toda pressa a expedição dos dous irmãos Sousas, quando ainda o govêrno não havia assentado idéas sôbre a questão de colonização; mas, nesse entretanto, houvera tempo para deliberações e, finalmente, em 1532, fôra tomada uma resolução definida.

Foi então adoptado, segundo Christovam Jacques e Diogo de Gouveia haviam proposto desde 1527, o mesmo systema que já se applicara com vantagem aos grupos insulares da Madeira e dos Açores, e que, com o tempo, viera a ser imitado por outras nações para a colonização da America: o continente brasileiro seria repartido entre senhores feudaes hereditarios, donatarios, os quaes deveriam prestar vassallagem á corôa portugueza pelas terras concedidas, assim como colonizalas á sua propria custa (11).

A idéa primitiva, como se deprehende do teôr de uma carta régia de d. João III, de 28 de Septembro de 1532, era conceder a cada donatario apenas uma faixa de 50 leguas ao longo do littoral, e sómente a Martim Affonso tocaria o dôbro, 100 leguas; todavia, o govêrno posteriormente aban-

---

cruzavam no estreito de Gibraltar e fôra declarado bôa presa, o que determinou seu proprietario, o barão de Saint-Blancard, a fazer vivas reclamações á côrte de Pariz. O mesmo havia acontecido antes a outros subditos francezes, que de igual modo haviam perdido os seus navios no Brasil, e especialmente os armadores da Bretanha pediam cartas de corso contra Portugal, afim de poderem, dêste modo, colher indemnização — pedido que o rei Francisco I, em muitos casos, realmente deferiu.

Isso deu então origem a delongadas controversias políticas, que duraram até 1537, quando finalmente se concordou em estabelecer uma commissão mixta luso-franceza, que deveria examinar as reclamações de ambas as partes e resolver sôbre as indemnizações. Isso, contudo, não produziu resultado definitivo, e a situação, nas costas brasileiras, permaneceu ainda por muito tempo, segundo já descrevemos alhures — uma luta de vida e de morte.

(11) Por igual fórma, foi, mais tarde, dividida a Nova-Hollanda, entre os "patronos" hollandezes; o Canadá, pelos "seigneurs" francezes; a Carolina, pelos "staroths" inglezes.

donou esse criterio e deu a cada feudo (ou como officialmente se chamava — capitania) maior ou menor extensão, segundo o seu donatario fôsse mais ou menos favorito da côrte, ou dispuzesse de maiores ou menores recursos para applica-los á colonização.

Depois de ouvidos os ermãos Sosas, recém-regressados, sôbre a redacção dos titulos de doação, fôram estes ultimados e afinal distribuidos aos candidatos mais favorecidos, em Abril e nos seguintes mezes de 1534.

A cada donatario indicava a patente sua respectiva extensão de terras, e com maior ou menor exactidão os pontos da costa brasileira, que, ao Norte e ao Sul, constituiriam os limites de seu dominio; comprehendia a capitania tudo quanto ficasse situado entre os dous parallelos, isto é, para Léste inclusive as ilhas que não distassem mais de 10 leguas da costa, e para Oéste uma faixa que se extendia até á linha de demarcação; de sorte que o Brasil ficou fraccionado numa série de faixas alongadas, parallelas entre si.

Doze eram, ao todo, os donatarios, porém o numero dos feudos creados subiu a quinze, pois que os dous ermãos Sosas, que assim o mereceram, fôram melhor aquinhoados na repartição do Brasil, recebendo um delles a respectiva capitania com dous lotes separados, e o outro com tres.

Ao longo da costa escalonaram-se esses territorios, um após outro, do seguinte modo:

1 e 2) No extremo Sul, da bahia da Laguna até á bahia de Paranaguá, se extendia o primeiro dos tres lotes de terras doados a Pero Lopes de Sousa, abrangendo, por conseguinte, a costa e as ilhas da actual provincia de Sancta Catharina; alongava-se o segundo, pela costa da provincia de São Paulo, desde a ilha de Sancto Amaro até ao rio Juqueriquerê, justamente ao Norte da ilha de São Sebastião. Ambos reunidos formavam a capitania denominada de Sancto Amaro, e abrangiam um littoral de 50 leguas (titulo de 1º de Setembro de 1534).

3 e 4) Entre os dominios de Pero Lopes, portanto nas costas de São Paulo e Paraná, entre a bahia de Paranaguá e a ilha de São Vicente, inclusive esta, ficava o primeiro feudo de Martim Affonso de Sousa; o segundo, ao Norte do rio Juqueriquerê até á bahia e á cidade de Macahé, comprehendia a esplendida bahia do Rio de Janeiro e quasi toda a provincia dêsse nome. Toda a capitania, cujo littoral corria em 100 leguas, recebeu o nome da colonia mais antiga,

São Vicente, que Martin Affonso havia fundado em 1532 (título de 20 de Janeiro de 1535).

5) Do porto de Macahé, provincia do Rio de Janeiro, até proximidades do rio Itapémirim, provincia do Espirito Sancto, extendia-se num littoral de 30 leguas a capitania de São Thomé, também chamada Parahiba do Sul, nome tomado de um rio da vizinhança, ou Campos dos Goitacazes, dos primitivos habitantes; foi doada a Pero de Góes, companheiro dos irmãos Sosas na sua expedição, mais notavel porém, como irmão do historiador portuguez da época, Damião de Góes.

6) A seguinte capitania, Espirito Sancto, incluída na actual provincia do mesmo nome, entre a foz do rio Itapémirim e a do Mucuri, numa extensão de 50 leguas de costa, foi concedida em feudo, a 1º de Junho de 1534, ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, em recompensa dos serviços por elle prestados nas Indias Orientaes.

7) A esta se ligava a capitania de Porto Seguro, igualmente de 50 leguas, comprehendida em terras da actual provincia da Bahia, que foi doada a um rico proprietario de terras do Norte de Portugal, Pero do Campo Tourinho (27 de Maio de 1534).

8) Ainda na costa da Bahia, até ás proximidades da bahia de Todos os Sanctos, por 50 leguas de costa, extendia-se a capitania dos Ilhéos, assim chamada em razão dos ilhotes deshabitados existentes na região; foi doada ao secretario de Estado das finanças, Jorge de Figueiredo Corrêa.

9) Ao donatario Francisco Pereira Coutinho, que se illustrara como militar nas campanhas das Indias Orientaes, couberam a restante costa da Bahia e a totalidade da provincia de Sergipe, até á foz do São Francisco, dominio esse que se costuma designar pelo nome de Bahia, do seu melhor porto, a magnifica bahia de Todos os Sanctos.

10) Duarte Coelho, que houvera igualmente servido com destaque durante annos no Oriente, recebeu a capitania immediata, denominada Pernambuco, nome do seu ponto central, a feitoria fortificada, com uma extensão de 60 leguas, desde o rio São Francisco até ao Igarassú, ao longo das costas das actuaes provincias de Alagoas e Pernambuco (título de 2º de Outubro de 1534).

11) Com a capitania de Pernambuco, limitava-se ao Norte o terceiro feudo de Pero Lopes de Sousa, com um littoral de 30 leguas, e comprehendia, portanto, a maior parte da actual

provincia da Parahiba e a fertil ilha de Itamaracá, hoje pertencente a Pernambuco, a qual deu o nome á capitania (título de 21 de Janeiro de 1535).

12) Dous donatarios, João de Barros, o notavel historiador da Asia portugueza, e Ayres da Cunha, official que se distinguira nas campanhas das Indias Orientaes, se haviam associado para o fim de emprehender a colonização e a administração das capitancias que lhes fôram concedidas (título de 18 de Junho de 1534); possuiam, assim, dous feudos situados em pontos differentes, um dos quaes será mais adiante referido na costa norte brasileira. O outro feudo, confrontante com a capitania de Itamaracá, comprehendia 100 leguas do littoral, ao longo das actuaes provincias do Rio Grande do Norte e Ceará. A esse feudo seguiam-se:

13) a capitania de Antonio Cardoso de Barros, 40 leguas ao longo da costa norte do Ceará;

14) a capitania de Fernando Alvares de Andrada, depois thesoureiro-mór de Portugal, 75 leguas ao longo da costa do Piauí e Maranhão; finalmente

15) o segundo feudo de João de Barros e Ayres da Cunha, 50 leguas ao longo da costa do Maranhão e Pará, que, tal qual se verificava com a capitania de Sancto Amaro, ao Sul, tocava ao Norte a linha de demarcação de 1494.

Todo o littoral brasileiro, tanto quanto a este tempo pertencia a Portugal, estava assim distribuido.

Vejamos agora como se estabeleceram as relações reciprocas de direito público das capitancias brasileiras, simultaneamente pelos titulos de doação e pelas pautas de impostos (os foraes). Quanto ao que diz respeito, primeiramente, á corôa, reservou-se ella, como era natural, a vassallagem e a sancção, toda vez que houvesse mudança de donatario; a par disso, tambem os impostos de exportação e importação, o monopolio das drogas e especiarias, o quinto de todos os metaes e pedras preciosas, e finalmente o dizimo de todos os productos — imposto este último que deveria servir, segundo o antigo direito da Igreja Catholica, para a dotação e manutenção do culto.

O feudatario, ou como era designado pelo seu título official — “capitão e governador” — podia legar a sua capitania, não só á descendencia masculina em linha recta, como tambem á linha feminina, aos parentes collateraes e bastardos; e, no caso de perder o seu feudo, segundo leis do



paiz, passava elle, automaticamente, ao mais proximo herdeiro, e sómente em caso de alta traição se reservava á corôa o direito de confisco; estabelecia-se, em resumo, o direito feudal da Edade Média em sólo brasileiro, sob uma fórma muito abrandada.

Aos donatarios eram outorgados os seguintes vantajosos direitos: a propriedade exclusiva da decima parte do quinto real sôbre os metaes e pedras preciosas e do dizimo destinado ao serviço da Igreja, bem como um vigesimo do producto das pescarias, e, até á lei de 5 de Março de 1557, tambem do producto do pau brasil; a exploração de salinas, moinhos d'agua, balsas de passagem fluvial etc., ou concessão de taes estabelecimentos a terceiros, mediante um instrumento idoneo; além disso, podiam escravizar os Indios pagãos, o gentio, para o seu proprio serviço ou para o dos seus navios, bem como mandar annualmente um certo número delles para serem postos á venda, com isenção de direitos, nos mercados de Lisboa; finalmente, foi reconhecido aos donatarios o direito de reservarem para seu dominio proprio, dentro dos limites de seu feudo, uma faixa de terra de 10 leguas costeiras, sob a condição, contudo, de que estas 10 leguas fôsem divididas em quatro ou cinco partes diferentes, com o intervallo minimo de duas leguas.

Por outro lado, podiam os donatarios, em virtude do seu poder senhorial, conceder sesmarias, fundar cidades, conceder a estas jurisdicção propria e privilegios, fazer nomeações para os cargos de administração, judiciaes e militares, e tambem influir na eleição das auctoridades municipaes por um exame prévio das listas de eleição, e pelo véto. No que dizia respeito á sua competencia judicial, podiam sancionar, sem appellação, as condemnações em casos criminaes, tractando-se de réus plebeus, escravos e pagãos, até a pena de morte inclusive, e sôbre pessoas gradas até 10 annos de deportação e multa de 100 cruzados; tambem, no que dizia respeito ao civil, era sómente concedida a appellação quando se tractasse de mais de 100\$; tudo naturalmente segundo as Ordenações do Reino, que o rei d. Manuel, o Grande, havia feito recopilar (1521, e que, sob a redacção ulterior, adoptada no reinado de Philippe II, 12 de Janeiro de 1603, estão ainda actualmente, em grande parte, em vigor).

Por fim, a côrte se havia compromettido, por sua parte, a não se immiscuir na administração da justiça colonial; nenhum donatario podia ser por ella suspenso ou julgado,

enquanto não fosse pessoalmente chamado á presença do rei e por este interrogado; prometteu, sobretudo, nunca mandar ás capitánias qualquer magistrado investido de plenos poderes; mas reservava-se o direito de designar para cada uma funcionarios destinados á fiscalização das rendas que lhe competiam.

Si, assim, a côrôa de Portugal renunciava no Brasil a quasi todos os direitos régios, conservando apenas, por assim dizer, um protectorado sôbre os donatarios, fartamente privilegiados e quasi independentes, por outro lado não cuidava dos colonos, os quaes, fôssem fidalgos ou peões, ficavam entregues, quasi sem garantias, á mercê dos governadores hereditarios.

Os direitos que fôram concedidos aos colonos limitavam-se a isto: podiam adquirir sesmarias e possui-las, e o governador hereditario não podia lesar seus bem adquiridos direitos em proveito proprio, nem de seus parentes; era-lhes permittido negociar entre si, mesmo de uma capitania para outra, e só elles podiam fazer transacções commerciaes com os naturaes; além disso, toda capitania devia ser considerada, para o resto do mundo, como asylo (couto e homizfo), e nenhum dos habitantes podia ser chamado a contas por crimes anteriormente commettidos em outra parte.

Os unicos impostos eram em especie: para o rei, o quinto dos metaes e pedras preciosas; para o culto religioso, o dizimo de todos os productos; para o govêrno, o vigesimo do rendimento das pescarias e do pau-brasil; em compensação estavam os colonos a salvo de quaesquer impostos indirectos, do imposto sôbre o sal etc., bem como do imposto de importação e exportação; e só pela venda do seu producto nos mercados portuguezes pagariam as taxas usuaes.

Finalmente, quanto aos direitos politicos, eram-lhes concedidas as liberdades municipaes, conforme os usos da mãe-patria, mas de fôrma que ao governador fôsse reservada preponderante influencia nas eleições municipaes.

Para ser admittido como colono, a principal exigencia era professor a religião christã; sómente cristãos, — e em Portugal isso queria dizer catholicos, — podiam adquirir sesmarias. Ainda não se oppunha todavia, restricção alguma no que diz respeito á nacionalidade: assim é que catholicos estrangeiros podiam emigrar para o Brasil e ahí estabelecer-se; era-lhes facultado, outrosim, percorrer as costas brasileiras como mercadores, com a condição de pagar 10 % do valor das suas mercadorias, como imposto de im-

portação, e de nenhuma fôrma poderiam **tráfico** com os indigenas, nem mesmo de sociedade com subditos portuguezes. Essa restricção, que collocava o commerciante estrangeiro em tão significativa desvantagem perante o nacional, devia, em todos os pontos da costa sob o dominio portuguez, actuar como verdadeira medida prohibitiva; e effectivamente desde os fins do seculo XVI pouco a pouco passou a ser ponto de doutrina do governo lusitano a total exclusão de todos os estrangeiros.

Esta primeira organização do Brasil mostra-nos immediatamente, como num espelho, os mais importantes traços característicos do seu futuro desenvolvimento, as suas vantagens, assim como os seus defeitos, taes quaes em parte perduram até á actualidade: a intolerancia religiosa, a desconfiança, e dahi a falta de liberalidade para com os estrangeiros; a tendencia para o enfeixamento de immensos latifundios nas mãos de um só, que não póde ter a esperanza de tirar provento delles, nem para si nem para a sua familia, por muitas gerações, ao passo que, por outra parte, a grande massa tem de jazer servilizada, sem recursos nem protecção, sob o poderio do senhor das terras; liberdade minima aos municipes, em côtraste com os excessivos poderes dos governadores; finalmente, um fraco poder central no ultramar, que mantém tenazmente separadas umas das outras as provincias brasileiras, mesmo no que entender com o direito e a assistencia judiciaria; ao passo que confere a cada uma dellas vasta cópia de liberdade para se desenvolver sôbre a base geral das instituições portuguezas, a seu talante, e segundo as proprias necessidades, produzindo com isso accentuada autonomia das differentes provincias, o que forçosamente levaria á formação de uma monarchia meramente federativa.

★ ★ ★

Logo após o despacho dos titulos de doação, tractaram os donatarios apressadamente de seus preparativos para a tomada de posse e colonização dos dominios que lhes haviam sido attribuidos, e uma frota de emigrantes após outra zarpuu das costas de Portugal para as brasileiras. Sómente um, o donatario da 13ª capitania, Antonio Cardoso de Barros, a quem, na verdade, havia tocado apenas uma estreita faixa de terra ao longo da costa septentrional do Ceará, deixou-a abandonada e

parece que, nem mais tarde, jamais se preocupou com o seu feudo transatlântico, que, por conseguinte, tacitamente, revertiu á corôa de Portugal.

Tanto mais zelosos se mostraram os seus vizinhos, João de Barros, Ayres da Cunha e Fernando Alvares de Andrada, senhores das capitánias 12ª, 14ª e 15ª, portanto, de quasi todo o littoral Norte, desde os confins septentrionaes da Parahiba até ao Pará, aos quaes, além disso, o rei d. João III, ainda por título de 8 de Junho de 1535, cedera o direito de propriedade de todo o ouro e prata que encontrassem em seus dominios.

Elles se haviam reunido numa expedição conjuncta, sob o commando de um dos tres donatarios, o official de marinha Ayres da Cunha, ao passo que os outros dous se fizeram representar, Andrada, por um homem da sua confiança, e Barros, por dous de seus filhos. Avultadas quantias fôram dispendidas, e em breve ancorava uma frota magestosa no porto de Lisboa: 10 naus com o total de 900 homens, mais de 100 cavallos e abundante material de guerra.

Esses aprestos bellicos, como nenhum dos outros donatarios os havia reunido em tal vulto, deram motivo ao boato de que a esquadra não visava apenas á colonização, antes se destinava a conquistar as novas fundações espanholas do Prata, e que até o contingente de tropa embarcado deveria internar-se pelo continente até alcançar e tomar as terras inexgotavelmente ricas dos Incas, no Perú. E esse boato alcançou ser tomado a serio, não só no seio do povo, como chegou a despertar a attenção do embaixador espanhol em Lisboa, tanto que se apressou em communica-lo á côrte de Castella, em 11 de Julho.

Na verdade, os successos ulteriores não confirmaram essas esperanças e temores: em Novembro de 1535, zarpou de Lisboa a frota, e, passando pelas Canarias e Pernambuco, tomou ahi o rumo NO., em direcção ao littoral da hoje provincia do Maranhão, onde, por erro ou por negligencia, arribou á ilha e foz do rio do mesmo nome.

Até os ultimos tempos tem sido essa bahia conhecida e temida dos navegantes por seus perigosos baixios e bancos de areia; não nos deve, por isso, admirar que fôsse funesta aos seus primeiros visitantes. Só umas poucas e pequenas embarcações lograram escapar, a maioria dellas dispersou-se ao longo da costa, onde a sua tripulação succumbiu ás privações ou aos ataques dos Indios; uma dellas, contudo, ganhou o alto mar, e navegou errante, sem provisões de bocca e sem goita d'agua, durante dias, até avistar-se com um navio

espanhol, que tòmou a bordo a equipagem quasi morta de inanição e a conduziu ao Haïti.

A maior parte das náos da expedição naufragaram na bahia do Maranhão; o chefe Ayres da Cunha, com muitos dos seus homens, succumbiu afogado; os restantes conseguiram salvar-se, aterrando numa ilha á entrada do Maranhão, á qual deram a denominação de *Trindade*, e alli construíram uma aldeia, Nazareth. A principio supportaram bem a vida ahi, porque, de uma parte, se haviam salvado muitas provisões de bordo, e por outra parte podiam, com a permuta de utensilios de ferro, obter dos indigenas abundantes recursos de subsistencia; em breve, porém, exgotaram-se os viveres e os objectos para as trocas; não se podia pensar em lavoura em tal ilhota e, assim, se viram obrigados os colonos a vaguear por uma grande extensão em tórno, afim de satisfazer a fome com fructos e raizes da matta-virgem. Essa vida de miserias, ainda mais triste por ser de temer que acabassem por attrahir sôbre si a cobiça e a inimizade dos indigenas, se lhes tornou em breve por demais afflictiva; resolveram abandonar a inhospita costa e, para esse effeito, construíram tres embarcações, nas quaes tomou logar o remanescente da expedição, 45 colonos; e levando em sua companhia mais de 200 Indios navegaram para o mar das Antilhas, onde afinal dous barcos chegaram a Porto Rico, e o terceiro a Haïti (1538). Nesta última ilha, principalmente, tiveram os Portuguezes acolhida nada hospitaleira; não só fôram despojados de todos os seus haveres e reduzidos os Indios, seus companheiros, á condição de escravos, mas ainda, consoante ordem da côrte de Espanha, ficaram prohibidos de regressar a Portugal, e se lhes impoz a permanencia em Haïti como colonos; a muito custo e por alto preço obteve o historiador João de Barros, para ambos os seus filhos, que eram dêsse número, a licença para regressarem á patria.

Assim, mallogrou-se essa expedição tão grandiosamente organizada, sem deixar o mais insignificante vestigio. Os dous donatarios sobreviventes, Barros e Andrada, cujas condições de fortuna ficaram, de resto, profundamente abaladas por tão custosa empresa, descoroçoaram de vez de leva-la avante, preferindo renunciar á posse e colonização das suas capitánias.

Desse modo, reverteram as quatro capitánias septentrionaes, — toda a costa norte do Brasil, — á corôa de Portugai, que, aliás, por então absolutamente não se preoccupou com ellas.



Pouco tempo depois, em 1544, em contraste com isso, a Espanha fez uma tentativa de colonização um pouco mais para o Norte, no estuário do Amazonas, — a empresa mal succedida de Francisco de Orellana, de que já nos occupámos (cap. I).

Pela mesma época, no outono de 1544, outro fidalgo espanhol, Diego Nunes de Quesada, que já havia servido longos annos no Perú, offereceu-se ao govêrno portuguez, para uma empresa no Amazonas; propunha-se elle a navegar pelo rio acima até ás serras peruanas; e parece que, de facto, o rei d. João III lhe concedeu, e ao seu companheiro João de Sande, um auxilio para as despesas; apromptaram-se quatro naus; mas da propria expedição, nem de seus fructos, nada sabemos.

Insufficientes são, igualmente, as noticias de uma segunda tentativa de colonização, que, consta, o Portuguez Luis de Mello da Silva emprehendeu no Maranhão, com autorização e auxilio do rei, em 1554. Tambem a sua frota naufragou nos baixios do Maranhão; entretanto, elle escapou são e salvo, e mais tarde foi ás Indias Orientaes, onde durante muitos annos serviu gloriosamente e adquiriu grande fortuna. Tambem consta que, quando afinal embarcou, em 1573, de volta a Portugal, teria manifestado a sua intenção de, agora, com as suas riquezas, tentar outra vez a colonização do Maranhão; mas nem do navio em que se embarcou, nem d'elle proprio, jamais se tornou a saber.

Permaneceu a costa Norte brasileira o que havia sido até ahí, um inculto campo de batalha das hordas indigenas e da concorrência dos mercadores europeus, e só no principio do seculo XVII veio ella a entrar na éra da colonização, na História.

Tal qual succedeu ás quatro capitánias do Norte (12<sup>a</sup> a 15<sup>a</sup>), tambem mais ao Sul, em duas outras, fôram por completo mallogradas as tentativas de colonização dos donatarios: na 9<sup>a</sup> (Bahia), de Francisco Pereira Coutinho, e na 5<sup>a</sup> (Parahiba do Sul), de Pero de Góes. Comecemos pelo primeiro. O donatario era um bravo official, cheio de merecimento, porém já muito entrado em annos; tendo-lhe, por isso, faltado o espirito de decisão prompta, bem como a energia, imprescindiveis antes de tudo para empresas dessa ordem, já de muito os outros donatarios haviam tomado posse de seus feudos no Brasil, e ainda elle não terminara os seus preparativos de expedição.

Afinal, no anno de 1537, ou até depois, surgiu elle nas costas de sua capitania, e desembarcou na magnifica bahia de Todos os Sanctos, á margem direita, onde fundou a primeira colonia, sôbre uma lingua de terra, talvez uma hora ao Sul da actual cidade. Já se encontrava alli um pequeno nucleo de colonos europeus, entre os quaes Diogo Alvares e dous outros Portuguezes que, desde 1509, o primeiro, e os outros desde 1531, após a visita de Sousa, lá residiam, alliados pelo casamento aos aborígenes, e já tornados meio selvagens — circumstancia que veio favorecer os principios do nôvo Estado agricola, porquanto esses pioneiros e a sua descendencia meio sangue formaram, por assim dizer, o vinculo natural entre os recémchegados e os indigenas; serviram esses antigos colonos já como interpretes, já como seguros guias e mediadores entre ambas as partes. Tinha, todavia, essa circumstancia, por outro lado, os seus inconvenientes: o estreito convívio com esses compatriotas, meio involuidos ao estado selvagem, foi de effeito desmoralizador para os colonos; ao passo que aquelles viviam indianamente descuidosos, tinham estes agora de arcar com todo o fardo do serviço bruto do primeiro estabelecimento; nada mais natural do que fugirem para as selvas muitos Portuguezes, inimigos de trabalhar, afim de alli partilharem da plena liberdade primitiva.

Demais, parece que essas tão amistosas relações inicias entre brancos e Índios haviam inspirado demasiada confiança ao donatario: ao invés de ter os seus homens o mais possivel unidos, dispersou-os por extensas sesmarias, ao longo da bahia semicircular (Reconcavo), o que ao mesmo passo enfraqueceu a capacidade de resistencia e a disciplina da colonia; subtrahidos á continua inspecção do chefe, os colonos deram largas a seu pendor para a rapina e a violencia contra o selvicola, ficando, ao reverso, desamparados de qualquer socorro contra a vingança exasperada. Naturalmente, deram-se em breve varios attritos, chegou-se ao rompimento de hostilidade, e, por fim, emprehenderam os Índios contra o quartel general fortificado um ousado golpe de mão, que, entretanto, foi felizmente repellido.

Só então notou Pereira Coutinho o êrro que havia commettido e tractou de reconcentrar todos os colonos; muitos, porém, não lhe attenderam ao chamado e fôram por isso victimas da desobediencia, nas suas solitarias quintas.

Contudo, reuniu-se ainda uma consideravel tropa em tôrno do governador, e si este a houvesse lançado resolutamente contra o inimigo, e devastado a ferro e fogo as tabas

indianas, tudo ainda teria podido ir bem; ao invés disso, limitou-se, porém, á defensiva, deixou-se cercar e reduzir, passo a passo, a uma lingua de terra, onde faltavam viveres e agua potavel.

Lavraram, assim, o descontentamento e a insubordinação entre as tropas; muitos soldados desertaram para as capitánias vizinhas, outros entraram em conluio de traição com os contrarios; e, finalmente, fizeram, do já edoso Pereira Coutinho o joguete de uma aventura perigosa.

Appareceu então na Bahia uma embarcação que trazia um padre, que já desde alguns mezes havia fugido da colonia; affirmando que viera de regresso de Portugal, exhibiu um autographo de el-rei, falsificado, em que era ordenada a prisão do donatario. As auctoridades subordinadas, — quer fôsssem illudidas, quer se deixassem embair, — obedeceram a essa ordem; o governador foi preso; com isso, porém, se esvaiu o último vestigio de disciplina; a colonia desfez-se de facto, indo cada qual para onde muito bem lhe aprouve, sendo que a maioria para a vizinha capitania de Ilhéos. O proprio donatario, abandonado por todos, retirou-se para Porto Seguro e se demorou alli por espaço de um anno, quando Diogo Alvares e outros Portuguezes semi-selvagens, que na lucta haviam tomado o partido dos Indios, mas que, já agora, sentiam a dolorosa falta dos seus compatriotas, ou dos seus artigos, o convidaram a voltar á Bahia, assegurando-lhe acolhimento amigavel por parte dos seus alliados indigenas.

Pereira Coutinho deixou-se persuadir e poz-se a caminho; antes, porém, de ter attingido á antiga séde da sua capitania, naufragou a sua embarcação nas costas da ilha de Itaparica; elle proprio e sua comitiva caíram nas mãos dos selvagens habitantes dessa ilha, que mataram quasi todos os naufragos e devoraram os cadaveres (1545).

Não fôram de tal modo tragicos os successos, de que foi theatro a capitania de Parahiba do Sul, nos Campos dos Goitacazes. Por volta de 1536, fundou alli o donatario Pero de Góes, com auxilio de seu ermão Luis e de outros amigos, a primeira colonia — a villa da Rainha, nas ferteis baixadas do rio Parahiba (provincia do Rio de Janeiro), tendo ao mesmo tempo introduzido alli o cultivo da canna de asucar, trazida de São Vicente. Como lhe faltassem os capitaes necessarios para tornar essas plantações devidamente proveitosas, apprehendeu em breve uma viagem a Lisbôa, onde

conseguiu attrahir, de facto, a essa empresa varios negociantes ricos.

Contente e esperançoso, regressou á sua capitania, e não desanimou, apesar das más noticias que alli veio encontrar: durante a sua ausencia, muitos colonos e até seu proprio substituto se haviam evadido da colonia.

Fizeram-se novas plantações, construíram-se dous engenhos de assucar, perto da costa, projectou-se levantar um terceiro á margem do rio e, em breve, Pero de Góes participou, cheio de confiança, a seus socios: "No prazo de um anno, espero remetter 2.000 arrobas de assucar para Portugal" (12). Os socios, por seu turno, deveriam mandar mais colonos, especialmente 60 escravos negros de Guiné.

Eis que um incidente, como então eram bastante frequentes nas costas do Brasil, veio derruir todas as suas esperanças.

Um chefe indio das circunvizinhanças, que em confiança fôra a bordo de um navio mercante estrangeiro (da capitania do Espirito Sancto), foi aprisionado á traição e entregue aos seus mais figadaes inimigos. Pero de Góes e a sua gente não tiveram culpa de especie alguma nessa infamia; até então se achavam em relações de boa amizade com os autochtones, e mutuamente se auxiliavam; não obstante, a tribu offendida saciou a sua sêde de vingança em Pero de Góes e sua gente. As plantações fôram incendiadas; as povoações e

---

(12) A carta, datada de 12 de Agosto de 1545 e dirigida a Martin Ferreira por Pero de Góes, foi integralmente publicada por Augusto de Carvalho, em seus *Apontamentos para a historia da capitania de São Thomé* (Campos, 1888), pags. 54-57. Ahi, o trecho da informação, a que se refere Handelman, daquelle donatario a seu socio, é textualmente o seguinte (pag. 56): — "Entretanto, que estes homens roçam, faço eu cá no mar dois engenhos de cavallos, que moia um delles para os moradores, e outro para nós somente; e isto, presentemente, para os entreter, porque, para estes dois engenhos, bemdicto seja Deus, tenho gente; e o mais que lhes pertence, que são canas, planto agora, e, querendo Nosso Senhor, da feitura deste a anho e meio, poderei, Deus querido, mandar um par de mil arrobas de assucar nosso, destes engenhos; e dahi para diante mais. Nisto eu porei toda a diligencia que puder, e Deus porá a virtude. Isto determino ao presente". Provavelmente, Augusto de Carvalho extrahiu de mão apographo (si não fôr erro typographico) a expressão acima "Deus querido", que deve ser substituida, como é licito presumir, pela de "Deus servido". No texto publicado por Mello Moraes (*Brasil historico*, 2ª série, vol. I, pags. 87-88), embora o documento haja conservado a sua graphia primitiva, aquella expressão é a mesma.

engenhos assaltados e destruidos; e elles proprios, quando se aventuraram a um ataque em campo raso, fôram rechacados com a perda de 25 vidas. Debalde tentou Pero entabolar negociações; não foi possível restabelecer a paz internacional; todos os dias os Portuguezes eram traiçoeiramente trucidados, nem já havia então colono que se arriscasse a trabalhar na lavoura.

A fome veio bater-lhe, assim, ás portas; não havia esperança de abastecimento e auxilio de fóra; foi preciso, afinal, resolver a evacuação da colonia; Pero de Góes refugiou-se, com toda a sua gente, na vizinha capitania do Espirito Sancto, de onde regressou a Portugal, extinguindo-se, com isso, para sempre, a sua capitania.

Afóra essas seis capitancias, em que os ensaios de colonização se viram por completo mal succedidos, houve duas outras, a primeira (provincia de Sancta Catharina) e a quarta (provincia do Rio de Janeiro), respectivamente de Pero Lopes de Sousa e de Martim Affonso de Sousa, nas quaes nada se empreendeu por parte dos donatarios para o effeito da posse e colonização das mesmas; restam, portanto, só septe capitancias, em que os titulos de doação do rei d. João III crearam verdadeiras colonias estaveis.

Consideremo-las, tambem, na ordem geographica, a partir do Sul para o Norte.

Na capitania extrema sul, São Vicente (provincia de São Paulo), havia o donatario Martim Affonso de Sousa fundado, como já se referiu, na primavera de 1532, a pequena villa de São Vicente, situada na ilha dêsse nome, e em terra firme a povoação de Piratininga, as quaes ambas se tornaram propriedade d'elle, em virtude do titulo real de doação, de 20 de Janeiro de 1535.

Infelizmente não lhe foi possível continuar a vigiar em pessoa o progresso das mesmas colonias, pois que logo após a sua chegada a Lisbôa o govêrno lhe confiou um commando nas Indias Orientaes, onde por largos annos serviu gloriosamente como almirante e governador (falleceu em 1571); apesar disso, elle fez remetter de tempos em tempos refôrço de abastecimento e de colonos de Portugal para a sua colonia brasilica e assim esta teve, em geral, prospero desenvolvimento.

★ ★ ★

Distribuiram-se sesmarias num raio cada vez maior; os sesmeiros lançavam-se ao trabalho, com os seus escravos,



entre elles alguns Indios prisioneiros de guerra, na maioria, porém, pretos, em parte trazidos com as frotas, ou mandados vir de Guiné, via Lisbôa.

A matta-virgem cedia ao machado, adubavam o sólo as cinzas das arvores abatidas, e na roça assim feita, que necessariamente só occupava e occupa parte minima da sesmaria, estabelecia-se o plantio nos canteiros lavrados.

Só depois de exgottada a virginal fertilidade do sólo assim tractado, é que o proprietario emprendia novo assalto á matta-virgem, ficando o velho roçado ao abandono, até que a rica vegetação tropical de novo o revestisse de matto, menos pujante (capoeira), que, com as suas innumerar arvores baixas, emmaranhado de trepadeiras, comparado á magestosa floresta virgem, mais se assimilava a uma inextricavel brenha.

Tal é o systema de agricultura no Brasil !

Cultivavam-se, de preferencia, as plantas alimenticias indigenas, cujo uso foi aprendido dos Indios: a raiz da mandioca, o milho, a banana; em pequena escala os cereaes europeus, porque a principio só se usava a farinha de trigo para a hostia da communhão do Natal; ainda, de plantas indigenas, o tabaco e o algodão, tudo, porém, quasi só para o proprio consumo. O verdadeiro producto principal para o commercio exterior era, contudo, a canna de assucar, trazida desde 1532 da ilha da Madeira para São Vicente, de onde se extendeu pouco a pouco por todo o littoral, e durante seculos manteve o primeiro logar na exportação brasileira, até que ultimamente o caféiro, introduzido sómente por volta de 1770 pelo vice-rei marquez do Lavradio, veio adquirir decidida e sempre crescente preponderancia.

★ ★ ★

No que diz respeito ás relações dos colonos com os primitivos habitantes, já deu bastante mostra o historico sobre Pero de Góes e Pereira Coutinho, de como facil e rapidamente se alteravam, passando os Indios da mais confiante dedicação á mais acirrada inimizade, como a sua ardente sêde de vingança se não apacava, uma vez que fôsem offendidos por um colono ou por qualquer dos capitães de navios mercantes inteiramente extranho. Não podia, pois, absolutamente haver estabilidade nessas relações: ora era a guerra declarada, ora a paz, mas sempre um tracto muito in-

tenso que, sob muitos pontos de vista, devia ser instructivo para o colono, que, como extranho á nova terra, tinha que primeiramente adaptar-se.

Já foi referido como, no tocante á lavoura, os colonizadores aprenderam com os naturaes o adequado cultivo das plantas do paiz; adoptaram egualmente em grande parte os seus utensilios de caça e de pesca, as embarcações leves para a navegação fluvial e costeira, taes como a jangada, a canôa, constituída da casca de arvores, ou a *piroga*, cavada num tronco, e, finalmente, muitos utensilios domesticos, especialmente a rêde, que por ser adequada ao clima tropical conquistou o uso generalizado e permanente.

Não se limitou, porém, a isso a adaptação: ao contrário dos europeus de sangue alemão, os latinos na America sempre se decidiram promptamente a contrahir matrimonio com as mulheres indigenas; especialmente assim fizeram os Portuguezes no Brasil.

Logo os primeiros colonos isolados, como Diogo Alvares na Bahia, João Ramalho em Piratininga, e outros, tomaram como bem lhes parecia uma ou mais Indias para suas mulheres, formando assim numerosa progenie de meio-sangue.

Cousa similhante se verificou muitas vezes mais tarde, porque eram consideravelmente mais numerosos os homens brancos do que as mulheres que immigravam nas colonias, como tambem porque as jovens indias de boa vontade davam ouvidos aos requestos do Europeu, por encontrarem no seu lar vida muito mais suave do que sob o severo dominio de um marido indio.

Uniões dessa ordem desde logo attrahiam a familia da recém-casada para juncto de seus novos parentes na colonia portugueza, em cujo meio se conformavam com uma vida de semi-civilizados, sendo em poucas gerações todos incorporados numa população de mestiços. Por outra parte, tambem as guerras proporcionaram taes mesclas; abertas as hostilidades, era certo que acabavam vencidos os selvagens, devido á superioridade que a arma de fogo dava aos Europeus: estes levavam consigo amarrados os homens cujas vidas haviam sido poupadas, particularmente as mulheres e as creanças; algumas vezes, tambem, apesar dos castigos com que os donatarios e a corôa ameaçavam a captura de homens, faziam-se pequenas incursões pelo sertão, afim de capturar das tribus vizinhas alguns escravos. Além disso, frequentemente os proprios Indios vendiam aos colonos os seus prisioneiros de guerra das tribus adversarias, e até nas

quadras de grande penuria alguns chegavam a vender os proprios filhos; e desta sorte avolumava-se, em cada colonia, maior ou menor numero de escravos indigenas, que se mesclavam com os negros africanos, seus companheiros de infortunio.

Assim se iniciou, no Brasil, desde os primordios de sua colonização, o caldeamento das tres differentes raças, produzindo a maior variedade de mestiçagem: os *Mamelucos* (designação portugueza applicada ao descendente de christão e sarracena, mas aqui empregada para os filhos de Indias com brancos); os *Mulatos* (de brancos e pretos); os *Curibocas* (de indias e negros); os *Cafusos* (de negros e mulatos); no fim de contas, entretanto, o sangue branco e o preto, pouco a pouco, recalcaram o indio para segundo plano.

Esse baralhamento de raças determinou, além dos já referidos pontos, de muita maneira os traços característicos da colonia; por exemplo, a lingua portugueza enriqueceu-se aqui de um sem número de locuções indianas e africanas; mas, de modo geral, conservavam-se, não obstante, quanto possivel, na nova terra, os costumes, usos e modos de vida da mãe-patria.

\*\*\*

Voltando, porém, dessas considerações geraes, que dizem respeito não sómente a São Vicente, mas a todo o littoral do Brasil, á história especial daquella capitania, muito pouco acharemos para assignalar nos primeiros decennios. Primeiramente uma pequena dissensão entre a nova colonia regular e os colonos precursores, tornados meio selvagens.

Já referimos como, em 1531, Martim Affonso de Sousa veio encontrar na bahia de Cananéa um pequeno grupo de Europeus, entre elles um bacharel portuguez, que já desde 30 annos vivia entre os Indios; ordenou-lhe o governador Gonçalo Monteiro que se mudasse para São Vicente, sujeitando-se alli ás auctoridades locaes. O bacharel obedeceu; os seus companheiros, porém, zombaram da auctoridade do governador, e, quando este marchou para coagi-los á obediencia, não só o repelliam, como, por sua parte, passaram á offensiva.

A cidade de São Vicente foi atacada de surpresa e completamente saqueada, antes de 1537; e após isso apressa-

ram-se os malfeteiros em regressar aos seus solitarios esconderijos, onde ficavam a salvo do merecido castigo (13).

Outra circumstancia prejudicou ainda mais São Vicente: desde os primordios não se teve contemplação alguma em devastar as mattas da ilha; perdendo assim as praias a sua natural protecção e, dêsse modo, ficando sujeitas ao embate das ondas, isso deu em resultado o ancoradouro entulhar-se de areia dentro de poucos annos. Perdeu por isso São Vicente a sua importancia como porto de mar; e o seu progresso ficou para sempre paralyzado, e actualmente esta mais velha das cidades do Brasil é apenas uma pobre cidadezinha de 500 a 600 almas.

Em compensação, erigiu-se na outra banda e extremo norte da ilha de São Vicente, onde se encontra melhor porto, uma nova cidade, a de Sanctos, provavelmente fundada no dia

---

(13) O episodio, a que se refere Handelman, resente-se de algumas obscuras, não do proprio autor allemão, mas oriundas da falta de documentos, que se perderam completamente, com a submersão de parte do primitivo povoado de São Vicente, por effeito de transbordamento do mar, que, em 1542, trouxe não só a matriz de Nossa Senhora da Assumpção, como tambem a Casa do Conselho, onde se encontrava o archivo da administração local. Do caso, porém, ora em aprego, tractou Ruy Díaz de Guzmán (*Argentina*, livro I, cap. VIII), repetido por Charlevoix (*Histoire du Paraguay*, Paris, 1762, pags. 51 e segs.). Dos nossos chronistas, fizeram-lhe referencias: fr. Gaspar da Madre-de-Deus (*Memorias para a historia da capitania de São Vicente*, Lisboa, 1797, pags. 86 e segs.), o conego João Pedro Gay (*Historia da república jesuitica do Paraguay*, Rio, 1863, pags. 14-15) e Azevedo Marques (*Apontamentos historicos, geographicos, biographicos, estatísticos e noticiosos da provincia de São Paulo*, Rio, 1879, vol. I, pag. 182, e vol. II, pag. 139). No excellente e ora bastante raro trabalho do conego Gay (e cuja publicação foi um dos mais meritorios servicos prestados ás nossas letras historicas pelo Instituto), acha-se a narração do incidente que expelliu de terras então do dominio castelhano para o littoral brasileiro a Ruy Mosqueira e outros aventureiros do seu bando. Vamos tentar resumil-a. Por motivo da violenta paixão que uma formosa espanhola, Lucia de Miranda, inspirou aos ermãos Mangoré e Siripó, morubixabas da tribo dos *Timbús*, atacaram estes e trucidaram a maior parte da guarnição deixada por Sebastião Caboto na povoação fortalezada do Espirito-Sancto, por elle fundada em territorio do depois vice-reino do Prata e que confiara ao commando de d. Nuno de Lara. Escaparam daquella hecatombe, por haverem saído antes á procura de viveres, Ruy Garcia Mosqueira e 39 soldados (eram 40, entre os quaes o marido da "nova Helena", mas este, por nome Sebastião Furtado, retrocedeu rapido, por amor da mulher, e foi barbaremente victimado por Siripó), os quaes, num brigue, ganharam a costa brasileira e refugiaram-se em Iguape. Ahi, e não mais em Cananéa, residia então o famoso bacharel (o que torna

de Todos os Sanctos (1º de Novembro) em 1545, e esta dentro em pouco attrahiu todo o commércio, pondo a sua rival mais velha completamente á sombra.

Quanto á segunda colonia, Piratininga, fundada em terra firme, pôde-se salientar que, cêrca de 20 annos após a sua fundação, a sua séde soffreu uma mudança, embora pequena.

Foi isso determinado pela Companhia de Jesús, ordem religiosa, a qual, por volta de 1550, se estabelecera na capitania, fundando na capital, na ilha de São Vicente, o seu primeiro collegio. Em breve, foi resolvido construir-se segundo collegio, no continente, e para esse fim fôram mandados a Piratininga alguns irmãos da Ordem. Não lhes

---

ainda mais verosimil a hypothese, levantada por Ernesto Young e corroborada por Theodoro Sampaio, em favor de Cosme Fernandes Pessoa). Leia-se, agora, o que, servindo-se dos melhores elementos que pôde consultar, relata sôbre os successos posteriores o brigadeiro Machado de Oliveira, em seu *Quadro historico da provincia de São Paulo até o anno de 1822* (2ª ed., São Paulo, 1897), pags. 24-25: — "Logo que a noticia de semelhante intrusão em Iguape chegou ao conhecimento de Gonçalo Monteiro, loco-tenente do donatario, intimára este aos refugiados que pontualmente evacuassem os sítios occupados por elles, pois que eram dependencias da capitania concedida a Martim Affonso pela corôa portugueza. A esta intimação obedeceu o bacharel, apresentando-se em São Vicente; porém, desprezára-a Moschera com arrogancia, dizendo que estava em possessões do rei de Castella, e que alli se sustentaria, até quando lhe aprouvésse. Semelhante resposta decidiu Gonçalo Monteiro a proceder vigorosamente contra os intrusos de Iguape, e, para esse fim, mandou aprestar alguns barcos pequenos e canôas, para transporte de gente armada, que obrigasse aquella evacuação. Sem poder fixar a época em que se levou a effeito esta empresa, porque a história a não menciona, e os documentos, que a podiam relatar, foram extraviados ou consumidos num incendio, presume-se que ella teve logar entre os annos de 1535 a 1536, porque, no de 1537 Moschera, depois de repellido de São Vicente, se retirára de Iguape para as possessões espanholas do Rio da Prata. Como quer que seja, é certo, porém, que a expedição contra os espanhões fugitivos do forte do Espirito Sancto no rio da Prata, e asylados nas terras de Iguape, formada de vicentistas e de indios a seu serviço, aportára a Cananéa, e, descendo em terra, depois de observar que ninguem havia alli a affrontar, seguiu para o interior com afouteza e descuidosa de deparar com obstaculos. Não tardou muito que fosse de improviso acommetida por detrás pela gente de Moschera, que, reforçada com o gentio daquellas paragens, se poz de emboscada no matto, esperando em silencio a passagem dos contrarios. Esta surpresa deu facil victória aos emboscados, pondo em fuga e completa debandada os da expedição; em seguida ao que se apoderou Moschera dos barcos abandonados e, mettendo-se nelles com os seus companheiros e os indios que couberam, navegou para o norte, á procura



agradou, porém, a situação dêsse povoado, com assento na baixada do valle do rio do mesmo nome; preferiram para sitio da construcção o topo de uma elevação que se extendia nas immediações; e, no dia da conversão de São Paulo, 25 de Janeiro de 1554, foi alli festivamente inaugurada a séde da Ordem, tomando o nome do seu padroeiro — São Paulo. Em breve, convenceram os sanctos padres aos moradores da povoação de Piratininga que abandonassem a sua antiga residência (14) e viessem levantar as suas casas em derredor da

---

da povoação de São Vicente, levando por guia a um dos Indios que pertenceram á expedição. A povoação foi de súbito assaltada, e Moschera deu-a á pilhagem dos seus, e retirou-se depois para o sul, tão promptamente, como lhe aconselhava o medo da reacção, levando consigo alguns dos descontentes da colonia. Passado o pânico da surpresa, e depois de reconhecida a retirada dos assaltantes, alguns vicentistas, dirigidos por Pedro de Góes e Ruy Pinto, foram em seu encalço; porém elles, contando com a perseguição, deram maior pressa á sua retirada, e foram de rompida para o sul, sem nem siquer tocarem em Cananéa para o desembarque dos indios, que foram dalli arrancados para o assalto em São Vicente". Cumpre-nos consignar, ainda em tempo, que a matança da guarnição de Espirito-Sancto foi primeiro exposta pelo padre Nicolás del Techo, em sua *História provincia Paraguarie* (v. *História de la provincia del Paraguai y de la Compañia de Jesús*, Madrid, 1897, vol. I). Ahí vem, egualmente, o episodio da paixão dos caciques *timbús* pela tentadora Lucia de Miranda, o qual Southey (*op. cit.*, vol. I, pag. 94), a nosso ver sem razão, julga simples "anecdota", dizendo-a "tão contrária aos hábitos dos indios, que em si mesma traz a melhor refutação".

(14) Handelman confunde Piratininga com Sancto André da Borda do Campo. Esta foi fundada á margem do ribeirão Guapituba (no territorio da actual villa de São Bernardo, da qual distava cerca de uma legua) por João Ramalho, filhos e indios aggregados. Erigida á categoria de villa em 8 de Abril de 1553, pelo capitão-mór Antonio de Oliveira, loco-tenente de Martim Affonso de Sousa, foi-lhe esse predicamento confirmado por Thomé de Sousa, que, em sua carta a d. João III, datada de 1 de Junho de 1553 (in *História da Colonisação Portuguesa do Brasil*, vol. III, pag. 365), assim relata o caso: "...hordeney outra villa no começo do campo desta villa de São Vicente de moradores que estavam espalhados por elle e os fiz cerquar e ayuntar pera se poderem aproveitar todas as povoações deste campo e se chama a villa de Sancto André porque honde a situey estava hũa ermida deste apostollo e fiz capitão della a Johão Ramalho, natural do termo de Coimbra, que Martim Afonso ya achou nesta terra quando ca veyo. Tem tantos filhos e netos e bisnetos e descendentes delles ho nom ousio de dizer a V. A., não tem cãa na cabeça nem no rosto e anda nove leguoas a pé antes de yantar...". A vereança municipal de Sancto-André da Borda do Campo funcionou até 1560, e disso existem os respectivos documentos (*Actas da camara de Santo André da Borda do Campo*, São Paulo, 1914), cuja publicação se deve ao sr. Washington Luis. Fundado, porém,

egreja; desapareceu, por essa fórma, a velha séde, e, em seu lugar, ergueu-se a nova, primitivamente denominada São Paulo de Piratininga, depois, por abreviatura, São Paulo, que pelo donatário foi elevada a villa em 5 de Abril de 1558, e com o tempo, a exemplo do que a principio se passou com São Vicente, veio a estender o nome a toda a provincia; a 24 de Julho de 1711, obteve os fóros de cidade, e, afinal, a 17 de Março de 1823, o título de cidade imperial.

em 1554, pelos jesuitas, o seu depois celebre collegio, entre os riachos Tamanduatehy e Anhangabaú, no planalto de Piratininga, — não tardou a romper entre elles e o genro de Tibireçá porfiosa lucta, a qual acabou pela victoria dos discipulos de Loyola. Eis como a refere Machado de Oliveira (*op. cit.*, pags. 44-47): "...eram entre si rivaes a villa de Sancto André e a povoação de São Paulo. João Ramalho e os seus numerosos filhos, adherentes e escravos indios, esforçavam-se em dar vida e augmento á villa, que tinham como feudo, sustentando que, quanto maior fosse o seu povoamento, maior segurança haveria ao de São Paulo, porque, por sua posição no fim das mattas da serra, a villa servia de antemural ás hostilidades dos Tamoios, que, a coberto com ellas e pelas encostas septentrionaes da mesma serra, vinham de suas terras impunemente ter aos campos de Piratininga, e ahi commetter atrocidades; e os padres fundavam-se em que esse augmento devia ter o seu povoado, porque assim se favoreciam e activavam os elementos da catechese e civilisação dos indios do campo, que, por sua submissão e annuência aos mandados dos padres, se prestavam dóceis ás doutrinas ensinadas por elles e sua voz de auctoridade para a edificação da povoação de Piratininga. "E (no dizer do chronista fr. Gaspar da Madre de Deus), como os incrementos de qualquer dellas atrazavam os progressos da sua competidora, nem os jesuitas podiam tolerar a subsistencia de Sancto André, nem os Ramalhos soffrer a de São Paulo". A despeito dessa dissidência, que não passava de contrariedades entre individuos sem auctoridade e que só se arrogavam a que tinham sobre a consciencia dos indios, catechumenos ou administrados, formando a massa principal, ou, para melhor dizer, a força bruta dos dous povoamentos, estes progrediam rapidamente, e sempre pelo teor da idéa fixa de que, quanto maior fôsse o de uma dessas povoações, quanto mais crescesse em sua edificação, maior seria a preponderancia sobre sua competidora, nas tendencias em que ambas se achavam, de ser uma dellas a predestinada para o almejado dominio da região alta da capitania de Martim Affonso. Tomou esta contenda um tom energico e, porventura, teve ella o seu desfêcho em 1560, no tempo da governança de Mem de Sá, o terceiro governador investido com a administração geral do Brasil; o que, por certo, se deveu ás assíduas e vehementes instancias dos padres de Piratininga, impostas ao governador pelo conducto de Manuel da Nobrega. O provincial da Companhia, que soube insinuar-se na amizade do nôvo governador, e, a título de seu director espiritual, tinha ingerência na gestão dos negocios temporaes, embora profanos

Ao passo que a capitania de São Vicente progredia, lenta mas viçosamente, manteve-se muito atrasada em relação a ella a vizinha, Sancto Amaro, parte Norte da actual provincia de São Paulo. O seu donatario, Pero Lopes de Sousa (título de doação de 1º de Setembro de 1534), desde que voltou a Lisboa, entregou-se todo á vida de guerra: accompanhou voluntariamente a Carlos V, na sua expedição contra Tunis em 1535; commandou, a seguir, diversas estações navaes nas costas africanas; e navegou, afinal, com uma es-

fossem, e, em imitação do que ia pela metropole, serviu de vehiculo aos reiterados pedidos dos jesuitas do campo, para conseguir do governador a transferencia da villa de Sancto André, que medrava a olhos vistos, e, na mente dos seus adversarios, era isso o elemento da sua destruição, instaurando-a juncto ao collegio da missão, situado nas abas da povoação, habitada exclusivamente pela raça indigena e por alguns descontentes evadidos do feudo de João Ramalho. Por vezes, fôra na Bahia investido o governador para semelhante transferencia, e, enquanto alli esteve, poudo excusar-se disso, a pretexto de que lhe faltavam informações, que só podia obter nas proprias localidades; mas o mesmo não se deu, vindo a São Vicente, onde, sempre obsidiado por Nobrega, foram ter alguns padres de Piratininga, no proposito commum de aventar e conseguir a solicitada transferencia. Entre as allegações, que faziam os padres, em justificação ao inculcado direito para a mudança de Sancto André, era que nesta villa vivia a gente embrutecida e altaneira, por falta de missionario, que alli tomasse a si o regime espiritual e impuzesse nas consciencias os dictames do bem-viver. Taes allegações não quiz o governador tomar como negativas ao proposito dos padres, porque a estes era mais imputavel semelhante falta de educação religiosa na gente de Ramalho, pois que, havendo em Piratininga numero crescido de religiosos, excedente ás exigencias da missão nos campos de Piratininga, nem ao menos um fôra dispensado para a de Sancto André, mediando entre os dous povoados apenas a distância de tres leguas. Em summa, e por força desse lidar ostensivo, menos esforçado que o clandestino, foi, em 1560, e por mandado do governador-geral Mem de Sá, que a esse tempo se achava em São Vicente, extincta, e, o que é mais odioso, demolida a villa de Sancto André, a primogenita de Martim Affonso nos campos de Piratininga, com a qual o donatarjo da capitania de São Vicente remunerou a João Ramalho os importantissimos serviços prestados por este no seu desembarque em Bertioga; transferindo-se o seu foral de villa para a povoação juncto ao collegio dos jesuitas, que tomou o nome de villa de São Paulo de Piratininga. Ficaram pertencendo a esta villa os campos de Sancto André, que antes faziam parte do territorio da villa de São Vicente. Consummado o acto da transferencia da villa de Sancto André para São Paulo de Piratininga, no mesmo anno (1560) em que foi ella disposta, ainda se trabalhava em sua demolição, quando por alli passou, dirigindo-se á nova villa, o governador Mem de Sá, sem que, talvez, se commovesse do resultado dêsse acto injusto e attentatorio do direito que

quadra para os mares das Indias Orientaes, onde em 1539 falleceu.

Em taes circumstancias, não era possivel, sem dúvida, ter conseguido fazer muito pela capitania; ficou esta, a principio, sob a fiscalização do governador de São Vicente, e este alli concedeu diversas sesmarias; mais tarde, em 1536, mandou Pero Lopes, por algum tempo, um substituto, e fez por este fundar, na ilha vizinha de São Vicente, a nova capital, a villa de Sancto Amaro, cujo nome dahi por deante passou á ilha e a toda a capitania. Pouco a pouco fôram affluindo para alli os colonos, que, entretanto, viam os seus trabalhos perturbados pelas constantes investidas dos Indios, habitantes das circunvizinhanças, e nem o donatario, nem sua viuva e filhos, jámais tomaram qualquer medida efficiente no sentido de protege-los, de sorte que a capitania só a custo conseguiu manter-se; e, certamente, sem o auxilio dos compatriotas de São Vicente, com os quaes ellas voltaram, em breve, a ficar sob um só govêrno, a capitania de Sancto Amaro ter-se-ia completamente arruinado.

Não foi melhor a sorte da capitania do Espirito-Santo, embora nella fôsse residente o donatario, Vasco Fernandes Coutinho, que havia empenhado alli grandes capitaes. Logo depois de haver recebido a sua patente, a 1º de Junho de 1534, Coutinho reduziu a dinheiro todos os seus haveres em Portugal, ainda tomou de emprestimo avultada quantia, e com esses recursos aprestou uma tão importante expedição, que mais tarde o accusaram, seus inimigos, de haver pen-

---

devia ser mantido a João Ramalho, visto como, sendo-lhe as terras da Borda do Campo, em que se fundou a villa de Sancto André, cedidas por Tibiregá, primeiro senhor dellas, por haver esposado uma sua filha, foi-lhe legitimada essa doação, qualificando-a como feudo Martim Affonso, quando alli (1533) delineou a povoação, dando a Ramalho o cargo de seu capitão-mór, e em seguida o de alcaide-mór por um dos seus loco-tenentes, e que foi ratificado pelo governador-geral Thomé de Sousa, quando em 1552 se dirigiu ao campo". A Companhia de Jesús, por seu então provincial, logrou, dez annos depois, apossar-se do territorio da extincta villa de Sancto André da Borda do Campo, como se vê dos dous documentos dados pela primeira vez á estampa por Azevedo Marques (*op. cit.*, vol. II, pags. 145-146). Com effeito, em 1570, o padre provincial Luiz da Grã obteve a posse da sesmaria de duas leguas de terras, a qual fôra concedida á Companhia de Jesús, em 26 de Março de 1560 (por Francisco de Moraes, loco-tenente de Martim Affonso de Souza) e que comprehendia parte do patrimonio de Sancto André da Borda do Campo.



sado em fundar no Brasil um principado independente. Si, realmente, alimentou tão audaciosas esperanças, maior lhe deveria ter sido a desillusão. Logo após o seu desembarque, em 1535, foi fundada na bahia do mesmo nome a pequena cidade do Espirito-Sancto, actualmente miseravel aldeia de pescadores, constituida de umas quarenta choupanas, mais conhecida pelo nome de Villa-Velha, ao passo que a nova cidade, Victoria, pouco depois fundada numa ilha proxima, hoje e desde muitos annos, é a capital e porto da provincia.

Fôram concedidas sesmarias em toda a circunjacencia, uma decisiva derrota abateu a coragem dos Indios, que a principio quizeram resistir á occupação dos seus dominios, e desta maneira parecia assegurado um prospero desenvolvimento á obra da colonização.

Não era, todavia, Vasco Fernandes homem talhado para governar um nôvo Estado agricola; já bastante edoso, sem enêrgia, portanto, sem fôrça moral sôbre si mesmo, nem sôbre o proximo, amigo da ociosidade e dos prazeres, não podia impôr consideração nem temor aos seus subordinados, e não tardou a indispôr-se com os colonos mais influentes. Demais, tivera que trazer de Portugal uma leva de criminosos desterrados; e, como si já não fôra bastante a vigilancia a ser exercida sôbre estes, offereceu couto e homizio em seus dominios a todos aquelles que nas outras capitánias brasileiras se houvessem tornado convencidos de algum delicto.

Não podia, portanto, faltar no Espirito-Sancto motive de perturbação da ordem externa e interna; formaram-se partidos entre os colonos, surgiram contendas e romperam hostilidades, sem que ninguem se importasse com a auctoridade do donatario; animados pelo exemplo, os Indios, extremamente excitadas pelos maus tractos, pegaram novamente em armas, destruíram plantações e fizeram constantes guerrilhas contra os brancos.

Os melhores e os mais activos dentre os colonos fugiram dessa malsinada terra: desde então, tudo retrogradou, e, si a colonia ainda subsistia, via-se, entretanto, a braços com a mais fraqça anarchia e na mais absoluta miseria.

Cansado de governar, o donatario, nos seus ultimos annos, por varias vezes, offereceu á corôa a reversão da sua capitania; não logrou, contudo, ver deferida essa pretensão, e, fallecido esse seu primeiro donatario, Vasco Fernandes Coutinho, em 1561, continuou ainda o Espirito-Sancto, por muitos annos, em poder da sua familia.



Mais feliz foi a vizinha capitania de Porto-Seguro, que Pero de Campos Tourinho havia recebido em feudo a 27 de Maio de 1534.

Rico senhor de terras na provincia portugueza do Minho, gosava elle um vasto circulo de grande consideração; e, como, tendo-se disposto a emprehender uma verdadeira transmigração para o Brasil, houvesse promettido uma sesmaria em seus dominios de ultra-mar a todos quantos o accompanhassem, apresentou-se tanta gente, ansiosa de emigrar, que elle se viu levado e obrigado a fazer selecção.

Desembarcou na velha bahia denominada por Cabral de Porto-Seguro, fundou num extenso planalto vizinho a capital e porto do mesmo nome, e repartiu as terras em derredor pelos colonos.

Revelou-se o capitão-mór, de modo geral, habil regente; primeiramente, si bem que fazendo relações de amizade com o gentio, não descurou, no entanto, as necessarias medidas de precaução, pelo que se tornaram frustos os ataques de surpresa dados por algumas tribus vizinhas, e em breve formou-se alli uma paz estavel. Tambem internamente manteve Pero, com a mesma severidade, a ordem, e assim poudo a colonia viver em socêgo e desenvolver-se, embora com lentidão.

A principal industria dos habitantes era a pesca, cujo producto levavam não só ás regiões proximas, mas até a Fortugal; a par disso, a exportação consistia, na maior parte, de carregamentos de pau-brasil; na producção de assucar ficava muito aquem de São Vicente e Pernambuco, mesmo porque a agricultura era aqui explorada apenas na medida das necessidades do proprio consumo.

Pero de Campos deve ter morrido cêrca de 1550, e o seu feudo passou, por transmissão hereditaria, a seu filho Fernão, e dêste á sua ermã Leonor, viuva de Gregorio de Pasqueira, cuja posse foi confirmada pelo título real de 30 de Maio de 1556. Mas, logo dous mezes passados, era vendida a capitania de Porto-Seguro, com licença da corôa, a d. João de Lencastre, duque de Aveiro, que a destinou, como quinhão hereditario, a seu segundo filho; o preço foi de 600\$, pagos á vista, além de uma renda vitalicia de 12 1/2 mil réis e dous moios de trigo. Tão baixo se cotava então um principado brasileiro!

Segue-se a essa uma fundação colonial um tanto mal succedida. O donatario da capitania dos Ilhéos (provincia

da Bahia), Jorge de Figueiredo Corrêa, não estava propenso a largar por isso o cargo, que exercia na côrte portugueza, julgando talvez que, com a influencia e as numerosas relações que o mesmo lhe proporcionava, poderia cuidar, com muito mais proveito, do florescimento da sua capitania, inclusive assegurando-lhe ininterrupta corrente immigratoria.

Por seu substituto, despachou o experimentado capitão espanhol Francisco Romero, que estabeleceu a primeira colonia na ilha Tinharé, pouco distante da bahia de Todos os Sanctos; essa colonia, contudo, foi em breve abandonada, pois uma exploração mais minuciosa da costa veio demonstrar que, mais para o Sul e mais no meio do littoral da capitania, havia um porto de muito melhores condições, o dos Ilhéos, nome oriundo do facto de existirem quatro ilhotas á sua entrada.

Edificou-se então alli a nova capital, que teve o nome de São Jorge dos Ilhéos, não se sabe si em honra do donatario, si por causa do sancto.

Toda a terra em volta era coberta de densa vegetação, rica em nascentes de agua e de grande fertilidade; e, com os avultados capitães que Jorge de Figueiredo e seus amigos de Lisboa alli empregaram, desde logo se entrou a explorar, em larga escala, a industria assucareira.

Não tinha, porém, o governador Romero as qualidades necessarias ao cargo que lhe fôra confiado: velho soldado, tudo queria subordinar á rispidez da disciplina de caserna, sem consideração pelas leis do Reino, nem pelos direitos individuaes dos habitantes da colonia, e dentro em pouco por tal fórma irritou a estes, que se sublevaram e o remeteram prêso ao donatario em Portugal.

E este commetteu o êrro de reconduzir ao seu posto de governação esse homem odiado, o que naturalmente provocou em toda a capitania o maior descontentamento e incessantes attritos.

Disso se aproveitaram os Indios das circunvizinhanças, especialmente a tribu dos ferozes Aimorés (*Botocudos*), abatidos a principio pela habilidade guerreira de Romero e pela unanime resistencia dos colonos; agora renovaram as suas investidas, saqueando e destruindo, e pondo breve termo á prosperidade dêsse nascente Estado agricola, do qual apenas se poudo salvar a capital, São Jorge, com o seu districto rural.

Morto a 26 de Setembro de 1551 o primeiro donatario, succedeu-lhe seu filho Jeronymo de Alarcão, que, logo após,

com licença régia, passou a capitania dos Ilhéos, por venda, a Lucas Giraldes.

Muito mais ao Norte, separada da dos Ilhéos pela deserta capitania da Bahia, demorava a de Pernambuco (provincia das Alagoas e de Pernambuco), que, na distribuição, havia tocado a Duarte Coelho (2 de Outubro de 1534), o qual logo no anno seguinte se havia empossado. Encontrou elle já alli uma antiga colonia portugueza, a feitoria fortificada de Pernambuco, originariamente fundada por Christovam Jacques (1526), nas margens do riacho Igarassú, e depois transferida pelos Francezes, em sua passageira occupação (1531), para o rio Beberibe, que tambem tinha o nome de Marim ou Mairi, isto é, "o rio francez" (porque entre os Indios "Mair" significava francez, como "Pero" queria dizer portuguez).

Sem dúvida fôra muito conveniente essa mudança de local, pois a feitoria se achava agora melhor situada, num magnifico ancoradouro, protegido contra o ataque das encapelladas ondas do mar pelo recife, que, interrompido por várias entradas estreitas, se estende por algumas leguas a par da costa.

Por isso, essa mudança obteve primeiramente a approvação de Pero Lopes de Sousa, que alli deixou situada a feitoria quando, em 1532, restabeleceu o dominio portuguez nessas regiões; e igualmente agradou ao donatario Duarte Coelho, tanto que resolveu fundar a nova capital em sua immediata vizinhança. Juncto á fóz do Beberibe, avança pelo mar grande peninsula, que é a ponta de uma cadeia de colinas, que penetra no continente; nessa elevação, a uma bôa hora de caminho a contar do extremo da ponta, lançou Duarte Coelho, no dia 9 de Março de 1535, com auxilio de seus companheiros e dos Indios habitantes dos arredores, os fundamentos da cidade de Olinda—nome a que, segundo a tradição commum, deu motivo uma exclamação do donatario: "*O'que linda é esta região!*" (15). Admittimos, porém, como

---

(15) E' muito provavel que Handelmann houvesse haurido de Southey (*op. cit.*, vol. I, pag. 77) a lenda que deu a registo sôbre a origem do toponymo *Olinda*. A este proposito, basta-nos reproduzir o interessante capitulo (pags. 13-17) que áquella e outras denominações pernambucanas consagrou Alfredo de Carvalho, em suas *Phrases e palavras* (Recife, 1906), e que é o seguinte: "Na sua grande obra *Dossier de la bêtise humaine*, que a morte o impediu

mais verosimil, que o fundador houvesse applicado á nova colonia o nome de algum castello, ou quinta, que possuísse em Portugal (nas vizinhanças de Lisbôa existem umas freguesiaz de Linda ou Olinda a Velha, Linda Pastora etc.) De facto, aquella exclamação teria alli achado plena justificativa, pois a situação de Olinda, sôbre diversas collinas, é de um pinturesco encantador; é, contudo, menos propria para o commercio, pelo facto de não existir, desde muito, nessas vizinhanças, um bom ancoradouro, e por essa razão, embora a princípio a cidade se desenvolvesse rapidamente, teve, em breve, de ceder o passo a uma rival mais joven.

Mais avançada para o mar, ergueu-se desde fins do seculo XVI a cidade chamada Recife, por causa da formação geologica dêste nome, cidade a que, ás vezes, os Brasi-

---

de acabar, certo Gustave Flaubert reservava longo capítulo ao registro das extravagancias dos etymologistas improvisados, raça fertilissima em comicos dislates. O que, na faina de interpretar vocabulos de sentido obsceno e guiados apenas pela homophonia das dicções, elles têm attentado contra o bom senso, é verdadeiramente assombroso. Nieuhof, escriptor hollandez do seculo XVII, enganado pela graphia franceza *Fernambouc*, não duvidou em asseverar que o nome da então capitania era composto de duas palavras portuguezas exprimindo "bocca do inferno"; Moreau, outro chronista seu contemporaneo, é do mesmo parecer, accrescentando, todavia, a modo de explicação, que assim designavam o porto do Recife *à cause qu'il est facile d'y entrer & mal aisé d'en sortir*. Mais tarde Patroni, o lunatico philosopho paraense, encontrou-lhe outro significado mirifico: depois de dizer que "a America Meridional era um presunto de fiambre" e que o seu "Codigo Remuneratorio servia de incognita á portentosa equação de Pernambuco", affirmou compor-se este nome "de dois vocabulos gregos, *perna ambiko*, pernil de porco de panella ou frigideira, perna de porco feita de forno..., optima cousa para beber vinho". Egualmente ridícula, porém muito mais engenhosa, é a etymologia de Tejucopapo, dada por um curioso no *Almanack de Lembranças Luso-Brasileiro* para 1874; segundo este douto philologo, o nome daquelle povoado, immortalizado na nossa história pela heroica proesa de suas matronas na guerra hollandeza, vem de um caboclo, que, tendo ido pescar a um pantano no sítio onde é hoje a villa, atolou-se nelle, e, de volta á casa, contava que caíra em um *tijuco* (lamagal), onde jazera atolado com agua até ao *papo*. O autor do artigo dava para garante desta exdruxula interpretação o imperador d. Pedro II, por quem, segundo elle, mereceu ser referida á gente que a ignorava. Muito semelhante a esta é a origem que a tradição attribue ao nome Olinda. Na sua preciosa *História do Brasil*, terminada em 1627, já frei Vicente do Salvador consigna o incidente que pretendem havel-o gerado: "A villa se chama de Olinda, nome que lhe poz hum gallego, criado de Duarte Coelho, porque andando com outros por entre o mato buscando o sítio em que se edificasse, achando este, que he em hum monte alto, disse

leiros (16), dão o nome de — “tres cidades” (Tripolis), pelo facto de occupar a extrema ponta da península, a ilha de Sancto Antonio, e a vizinha costa em terra firme (Bôa Vista). E mesmo nesta cidade já se vai verificando o processo do entulhamento do porto pelas areias, facto que, como em São Vicente, succede a muitas outras enseadas e embocaduras fluviaes no littoral brasileiro, desde as primeiras origens da colonização do paiz; o porto de cima, proximo da cidade, cha-

com exclamação e alegria, Olinda”. Esta versão, repetida depois por quantos escreveram sobre a primitiva história de Pernambuco, foi-se modificando sensivelmente, ao poncto de Southey, no principio do seculo passado, pôr na bocca do proprio Duarte Coelho a exclamação, já ampliada para: “*Olinda situaçam para se fundar huma villa!*” E, assim, foi-se perpetuando esta legendaria procedencia, a que, entretanto, não fallece certa dose de plausibilidade, sem despertar protestos, antes merecendo crença geral, até que Varnhagen ousou primeiro duvidar da sua authenticidade. Referindo-a, conforme fica exposto, o benemerito historiador addicionou-lhe as seguintes reflexões criticas: “Ridículo, como nos parece este conto, temos por muito mais natural que aquelle nome fosse o de alguma quinta, ou casa, ou burgo, por qualquer titulo caro ao donatario na sua patria, e que elle no Brasil quizesse perpetuar; como, sem tanta felicidade, quiz, tambem, com o maior empenho, practicar acerca do de *Nova Lusitania* para toda a capitania, que alguém, depois, com ainda menos felicidade, indicou para o Brasil todo. Sabe-se tambem que Olinda era o nome de uma das bellas damas na novella do *Amadis de Gaula*, cuja leitura estava então muito em voga, não faltando leitores que lhe davam tanta fé, como em nossos dias se dá á história”. Tão judiciosas ponderações não necessitam de commentarios, que as justifiquem; a primeira hypothese, sobretudo, parece assás verosimil, tanto mais quanto perto de Lisboa existem freguezias com os nomes de “Linda-a-Pastora”, “Linda-a-Velha”, e outros semelhantes. A verdadeira origem, porém, ainda permanece ignorada, e só pesquisas bem rumadas sobre os antigos toponymos portuguezes poderão vir a determina-la”. Além do que ahi fica transcripto do interessante opusculo do erudito Pernambucano, ainda convém consignar aqui mais uma curiosa observação do visconde de Porto Seguro sobre o toponymo em questão. Com effeito, elle, em sua *História das lutas com os holandezes no Brasil desde 1624 a 1654* (ed. de Vienna, 1871), á pag. 312, attribue a figura da “donzella remirando-se em um espelho”, posta no brasão de armas concedido a Pernambuco por Mauricio de Nassau, á exclamação “O’ linda! que alguns havlam dado como origem do nome da villa capital”.

(16) Talvez em alguma poesia, que, contudo, não logrou entrada nas anthologias vulgares, haja dado algum patricio nosso ao Recife, além da de “Veneza brasileira”, a denominação de “Tres Cidades”, ou “Tripolis”, consignada aqui por Handelmann. Nem no extenso e minucioso *Diccionario chorographico, historico e estatístico de Pernambuco* (Rio, 1908-1921), de Vasconcellos Galvão, nem em outros autores brasileiros e alienigenas, encontramos meio de justificar a asserção do historiador germanico.



mado Mosqueirão, já não dá accesso sinão aos navios de dez a doze pés de calado, vendo-se os paquetes maiores obrigados a fundear na enseada exterior, no Poço, o qual pouco os abriga contra os temporaes. Todo esse grupo, formado pelas cidades vizinhas, Olinda e Recife, com as suas dependencias, costuma ser geralmente designado, na linguagem corrente, pelo nome commum da praça commercial de Pernambuco.

Depois da fundação de Olinda, Duarte Coelho promoveu activamente o estabelecimento e a organização de sua colonia: entaboula relações pacíficas e amistosas com os naturaes, e estimulou os immigrants portuguezes a estreitar essas relações, principalmente por meio do casamento; e, assim, elle contou com o mais energico auxilio dos chefes das tribus vizinhas, quando outras tribus, da serra, lhe moveram guerra, incitadas por traficantes francezes e por condemnados portuguezes foragidos, assim alcançando a victória e assegurando duradoura paz para o seu Estado agricola.

Internamente, Duarte Coelho soube manter com a maior energia o regime da ordem, do trabalho e da justiça: fez rapidamente progredir o cultivo da terra, avultando principalmente a producção do assucar e do algodão, tanto mais que algumas casas commerciaes de Lisboa, com que o donatario entrou em transacções, investiram grandes sommas, necessarias para as installações indispensaveis, em particular para os engenhos de assucar. Affluiram não só novos colonos de Portugal, da Espanha e das ilhas Canarias, mas tambem das outras capitánias acudiram immigrants em larga escala, afim de assentar residencia nessa colonia, onde reinavam de mãos dadas a ordem e o bem-estar, de tal sorte que, em breve, alcançou Pernambuco um gráo de florescimento relativamente elevado, tanto que nenhuma outra capitania, á excepção sómente da de São Vicente, podia ser-lhe comparada.

Nada obstante, dos primeiros decennios da existencia de Pernambuco não ha registo de facto algum historico de importancia; contudo, mencionaremos que Duarte Coelho fundou, no limite septentrional de sua capitania, a actual cidade de Iguarassú, que, em 1548, foi durante um mez inteiro atacada pelos Indios, e ter-se-ia rendido, si não fosse o socorro de um navio chegado da Europa; viajava nesse navio Hans Staden, de Homberg em Hesse, que foi o primeiro viajante alemão a visitar o Brasil e a dar minucioso relato sobre este paiz e das vicissitudes por que ahí passou.

Finalmente, a 7 de Agosto de 1554, falleceu o primeiro donatario de Pernambuco, Duarte Coelho. A sua viuva, Brites de Albuquerque, encarregou-se da administração da capitania, até que, em 1560, seu primogenito Duarte Coelho de Albuquerque, segundo donatario, regressasse por ordem régia, de Portugal, onde então se achava estudando, para assumir no Brasil as rédeas do governo.

Immediatamente ao Norte de Pernambuco ficava a ultima capitania feudal, Itamaracá, comprehendendo a ilha do mesmo nome e a terra fronteira (hoje pertencente á provincia de Pernambuco), e, além disso, a costa da actual provincia da Parahiba.

Coube, como se sabe, a Pero Lopes de Sousa, e isso explica que fizesse por esta capitania tão pouco quanto pela de Sancto Amaro, mais ao Sul.

Appareceu, entretanto, como substituto de Pero Lopes, um tal João Gonçalves, que fundou na ilha a colonia de Conceição de Itamaracá e estabeleceu alli alguns colonos (1535); mas no comêço esse local só possuia importancia como homizío de malfeitoses, que se subtrahiam á acção severa da justiça de Pernambuco, ou como esconderijo de contrabandistas, na maior parte Portuguezes e Francezes, que persistiam em barganhar com os Indios da costa carregamentos do pau-brasil, sem pagar imposto algum á corôa, nem aos donatarios.

★ ★ ★

Recapitulando agora o resultado que a corôa de Lisbôa conseguiu com a grande providencia de 1534 para a colonização do Brasil, podemos resumir tudo nas seguintes linhas: sete capitancias se achavam fundadas, mas dessas, sómente tres, Porto Seguro, São Vicente e Pernambuco, apresentavam efficiente progresso, e até certo poncto se achavam em condições de subsistencia propria; as outras quatro, ao contrário, estavam pobres, anarchizadas internamente e fracas exteriormente, correndo mesmo sério risco em sua existencia, si não fôsses decididamente soccorridas sem demora pela mãe-patria.

Mesmo aquelles tres Estados agricolas florescentes ainda eram relativamente de pouca importancia; ao que sabemos, São Vicente, ao cabo de 14 annos de existencia, afóra os escravos negros, não contava mais que seiscentos habitantes; muito mais devia contar Pernambuco; as outras menos, na maior parte muito menos, de sorte que não errare-

mos muito avaliando a população global brasileira, de raça européa e africana, por volta do anno de 1550, quando muito em cinco mil almas, — mediocre resultado na verdade, depois de cincoenta annos da tomada de posse, e vinte de colonização. Cumpre, porém, neste particular, ter sempre em conta que o proprio Portugal é pobre em população e difficilmente seria então mais povoado do que hoje, com seus tres e meio milhões de habitantes; desta fórma, poucos emigrantes tinha para dar á colonia. E dêsse restricto número de emigrantes, sómente tocou para o Brasil a menor fracção: quem poderia ser tentado a conquistar thesouros do sólo, com o arado, num paiz semi-barbaro, quando se lhe offerencia uma rica terra de velha civilização, como o Indostão, onde se poderiam adquirir melhores proventos, com menos trabalho, na carreira das armas?

Para alli, portanto, tinham sempre volvidos os olhos o povo e o govêrno; uma porção de heróes conquistadores abriam a toda gente uma carreira de honra e de riqueza; para lá affluíam a juventude emprehendedora, o mercador, o navegante; e, em compensação, escôava-se das Indias Orientaes uma farta e ininterrupta corrente de thesouros para Portugal. Com tal concorrência, facil é avaliar as difficuldades e o pouco exito que deveriam ter os donatarios, quando tractavam de alliciar colonos para as suas capitánias brasileiras; debalde recrutavam suas caravanas de emigrantes, não só em Portugal como nas provincias espanholas vizinhas e nos grupos de ilhas ao Norte da Africa; não lo-gravam abastecer-se de colonos.

Para, até certo poncto, attenuar essa deficiencia, tomou a côrte de Lisbôa a providencia, já empregada na insalubre colonia da Africa Occidental, á qual tambem por si só não bastava a emigração: declarou-se igualmente o Brasil logar de degrêdo, e até de degrêdo do peor gráo, de modo que os usurarios e defraudadores no primeiro delicto e na reincidencia iam para a Africa, ao passo que no terceiro delicto deveriam ser deportados para o Brasil. Nesse sentido, achava-se, portanto, o Estado agricola sul-americano preterido por todos os outros; recebia não só o rebutalho da galeria dos criminosos portuguezes, mas tambem a menor fracção, contudo, na especie, número consideravel.

E essa immigração forçada de degredados pudera ter sido benefica ao nôvo paiz, si (como, em breve, foi usado nas colonias inglezas) os deportados sómente fôssem consi-

derados escravos brancos e submettidos ao regime do trabalho sob a vigilancia de um colono honesto. Nada disso, porém, se verificava: em Portugal, como na Espanha, valia o destêrro em si como bastante castigo, e, pois, logo que o degredado chegava a seu destino, podia, sem impedimento algum, adquirir terras e em todas as cousas concorrer com os demais colonos. (\*).

Empregado destarte, o remedio era peor que o proprio mal, e as perniciosas consequencias de tal systema muito depressa se fizeram sentir, mesmô em Pernambuco, onde, sem embargo, um administrador de pulso impunha com energia ferrea a justiça e a ordem.

“Eu asseguro a vossa alteza e juro pela hora de minha morte”, assim escrevia Duarte Coelho ao rei d. João III, em carta de 20 de Dezembro de 1546, “que os deportados não trazem vantagem nem bem algum para o paiz, mas muitos males. Póde vossa alteza crer: esta gente é aqui peor do que a peste; rogo-lhe, por isso, pelo amôr de Deus que, para o futuro, me poupe dêsse veneno”.

Quão peor deveria ser onde faltava govêrno forte! Ahi se introduziram logo a desmoralização geral, o desprezo das leis, as dissensões internas; e, o que era peor: como cada capitania gosava do direito de asylo, em relação ao resto do mundo, ficava formalmente garantida a impunidade do malfeitor, logo que este transpuzesse as suas fronteiras. Debalde solicitou especialmente Duarte Coelho a revogação de tão absurdo privilegio; a corôa não queria intervir nisso, e os donatarios apegavam-se, fortemente, como era natural, aos seus direitos de soberania; até alguns delles, como os do Espirito Sancto e Itamaracá, pareciam fazer disso negocio, garantindo couto e homizio a quesquer criminosos. Tambem nesses dous feudos as condições de vida eram as peores; era alli que os contrabandistas portuguezes tinham os seus refugios, em seus constantes cruzeiros ao longo da costa, nos quaes incidentemente não desprezavam um pouco de pirataria.

Precisamente das costas do Espirito-Sancto foi que saiu o navio que offendeu mortalmente os Indios dos Campos dos Goitacazes e determinou, por isso, a ruina da colonia de Pero de Góes.

A costa oriental do Brasil, a partir do cabo de Sancto Agostinho para o Sul, embora pontuada de pequenos nucleos coloniaes, viu-se quasi no mesmo estado do Norte do Brasil, frustradas todas as tentativas de colonização; aqui, como

lá, nem se radicara o dominio da ordem, nem se fazia respeitada ou temida a auctoridade da corôa de Portugal.

As nações estrangeiras, e principalmente os Francezes, assim tambem aqui não se deixavam em absoluto constranger em seus antigos habitos de commercio costeiro clandestino; quando muito, evitavam os portos, onde agora, de facto, já fluctuava a bandeira portugueza, entre os quaes os então bem frequentados portos de Pernambuco e da Bahia; em compensação, tornou-se a bahia do Rio de Janeiro, ainda então abandonada, o seu quartel-general, o centro das suas operações.

Em resumo, e no total, o commercio que a Bretanha e a Normandia exerciam no Brasil não ficava aquem do de Portugal. Nessas duas provincias francezas estava-se no minimo tão bem informado, quanto na côrte de Lisboa, sôbre a natureza dessa terra, e os usos e costumes dos seus primitivos habitantes; e até mesmo se chegava a ver alli especimes de selvagens brasilienses que atravessavam o Atlantico em navios francezes. E foi assim que numa feita a cidade de Ruão, num festival realizado nos dias 1º e 2 de Outubro de 1550, em vez do habitual torneio, poudé exhibir á assistencia maravilhada o espectáculo de um combate e dansa festiva entre legítimos Indios do Brasil (17).

Conforme de tudo isso resalta, era o estado de cousas bastante desanimador; para que não decaísse a novel colonização fundada por Portugal no Brasil ou não fôsse prêsa de qualquer usurpador estrangeiro, quiçá o francez, urgia que a mãe-patria lhe proporcionasse recursos e soccorros.

Representações nesse sentido fôram feitas repetidas vezes á côrte de Lisboa; ninguem, todavia, as formulou com tanta seriedade e franqueza como Luis de Góes, ermão do infelizmente donatario dos Campos dos Goitacazes: "Si dentro de pouco tempo — escrevia elle de Sanctos (São Vicente), ao rei d. João III, em 12 de Maio de 1548 — vossa alteza nã

---

(17) Handelsmann, cuja obra sôbre a nossa patria foi editada em 1860, por certo bebeu a informação relativa a esse espectáculo na unica fonte que lhe estava então ao alcance e que é o interessante opusculo (já não vulgar), saído a lume em Paris, em 1850, illustrado por estampa muito curiosa e devido a Ferdinand Denis, com o título *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550. Suivie d'un fragment du XVe. siècle roulant sur la théogonie des anciens peuples du Brésil et des poésies en langue tupique de Christovam Valente.*



acudir ás capitánias e costas do Brasil, então perderemos vida e propriedades; vossa alteza perderá, porém, o paiz”.

E, com receio de que a propria perspectiva dê tal perda pouco alarmasse a côrte, contanto que lhe ficasse a posse das ricas Indias Orientaes, accrescentou Luis de Góes, mais adeante, que em tal emergencia o desastre não se cifraria a essa perda; facilmente então dobrariam tambem os Francezes, e com facilidade, o cabo da Bôa Esperança e, uma vez tendo-se apoderado da America portugueza, atacariam egualmente a Asia portugueza.

“Si, entretanto — dizia elle em conclusão — todas estas perspectivas desastrosas não impressionarem vossa alteza, tenha então compaixão das tantas almas christãs desta terra e venha em nosso soccorro com braço forte, pois isso é urgente”.



### CAPITULO III

#### A corôa de Portugal e a primeira guerra franceza

As eloquentes representações de Luis de Góes, além dos anteriores conselhos do donatario Duarte Coelho, e, talvez, mais do que tudo, a notícia do luctuoso destino do donatario da Bahia, incitaram afinal o rei d. João III a interessar-se sériamente pela colonização do Brasil.

A principio, cogitou, de facto, apenas de pequenos auxilios: mandaria alguns navios com provisões e novos colonos; cederia a uma companhia de negociantes o monopolio e a protecção do Brasil. Felizmente, porém, a conselho do experimentado donatario Pero de Góes, estes mesquinhos projectos fôram abandonados e, em seu lugar, lançou-se mão, mais uma vez, de uma providencia de vulto, como se fazia mistér. Foi resolvido que a propria corôa se interessaria na colonização brasileira e fundaria neste paiz uma capitania real, que deveria ser bastante forte para proporcionar ás demais auxilio e protecção, toda vez que disso precisassem.

Para séde de tal estabelccimento foi escolhida a antiga capitania da Bahia, preferida por estar situada como que no poncto geographico central da então America portugueza; e os herdeiros do donatario Francisco Pereira Coutinho, completamente empobrecidos, não podendo pensar em tomar posse da sua capitania, concordaram do melhor grado em cedê-la de nôvo á corôa, mediante uma renda annual hereditaria de 400\$000.

Ahi, pois, nas margens da bahia de Todos os Sanctos, — assim rezava um titulo régio de 7 de Janeiro de 1549, —

deveriam ser construídas uma fortaleza e uma grande cidade fortificada, como capital da nova capitania real, sendo igualmente séde de um poder central colonial, cuja auctoridade se estenderia sôbre todo o Brasil.

O nôvo poder central se compunha de tres altos funcionarios da corôa, cada um delles inteiramente independente dos outros na sua esphera de attribuições, cabendo a um, o governador-geral, a administração, a outro, o ouvidor-geral, a justiça, e ao terceiro, o provedor-mór da Fazenda, as finanças; finalmente, assistia-lhes um capitão-mór da costa, que ficava incumbido, com a sua estação naval, da vigilancia do littoral brasileiro.

Quanto á competencia de cada uma destas auctoridades, ao governador geral competiam dentro da capitania real da Bahia plenos poderes de govêrno, mas nas outras capitanias apenas uma especie de inspecção superior: deveria intervir quando o donatario e seus substitutos practicassem abusos e usurpações, quer contra os direitos da corôa, quer contra os dos colonos, e, por outro lado, dar-lhes apoio em seus legitimos direitos sôbre os colonos, bem como, sobretudo, prestar soccorros, em caso de guerra contra os Indios ou contra outros inimigos.

Cuidou-se ao mesmo tempo de crear uma guarda territorial: cada donatario deveria manter na sua capitania, além da polvora necessaria, um verdadeiro pequeno arsenal (14 peças pequenas de artilharia de diversos calibres, 20 arcabuzes ou mosquetes, 20 béstas, 20 lanças e chuços, 40 espadas e 40 couraças acolchoadas de algodão, que no clima quente eram as mais commodas e de todo bastantes contra as flechas dos Indios); relativamente menos consideravel era o que deveria ter em casa o rico proprietario de terras; e até o homem do povo não poderia deixar de possuir uma arma defensiva em casa, sob pena de ser punido por occasião da revista de mostra geral do armamento.

O provedor-mór da Fazenda tinha de cuidar dos interesses financeiros, dos direitos de rendas da corôa em todo o Brasil; está claro que, assim, lhe competia a fiscalização sôbre os empregados de Fazenda, que desde o comêço, o govêrno puzera juncto aos donatarios, para o fim de cobrarem, em cada capitania, as rendas e impostos reaes, mas que, até então, na maior parte, procediam com o maior desleixo.

Não era facil ao terceiro órgão do govêrno, o ouvidor-geral, crear a sua esphera de actividade, visto que a corôa, nos titulos de doação, havia delegado ao donatario o pleno

poder judicial em suas capitánias. Mas, em geral, havia sido tão mal administrada a justiça no Brasil, que se não podia levar a mal ao governo annullar agora esse privilegio, desprezando uniforme e irreductivelmente as reclamações dos donatarios, e recuperando a regalia de fazer justiça.

Do seu exercicio ficou encarregado, portanto, o ouvidor-geral, assistido, em cada capitania, por juizes inferiores que, entretanto, não se viram reintegrados na sua primitiva competencia plena.

Só podiam essas instancias sentenciar definitivamente: nas causas civeis, quando inferiores a 60\$; nas causas-crimes, tractando-se do julgamento de pessoas gradas, no maximo podiam condemnar até cinco annos de degredo, e mesmo no caso de plebãos livres, ou de escravos pagãos, só era executada uma sentença de morte, si o governador-geral desse a sua confirmação; nos demais casos, o processo e o réo seguiam para Lisboa, a julgamento final pelo tribunal da corte.

No correr do inverno de 1548-1549, fôram tomadas em Portugal as disposições necessarias, afim de dar execução a essa dupla medida, a fundação da capitania real da Bahia, assim como o estabelecimento de um poder central provincial para o Brasil.

O cargo de governador-geral coube a Thomé de Sousa, bastardo de uma das mais nobres familias, que já na Asia havia provado os seus talentos como general e homem de Estado; para ouvidor-geral foi nomeado Pero Borges, que, em breve, com a sua severa applicação da justiça, attrahiu sobre si a censura de excessiva e rigorosa dureza; os dous outros altos cargos fôram conferidos pelo rei d. João III a dous dentre os primitivos donatarios mal-succedidos, o de provedor-mór da Fazenda Real a Antonio Cardoso de Barros, a quem houvera sido doada a 13ª capitania, e o de capitão-mór da costa a Pero de Góes, ex-donatario da 5ª capitania.

Aprestou-se uma esquadra, na qual, além de numerosos colonos, embarcaram 600 homens de armas e 400 condemnados á deportação; tambem vieram alguns religiosos da Companhia de Jesús, tendo como superior o padre Manuel da Nobrega, que ia fundar a primeira casa de sua ordem nos dominios portuguezes de além-Atlantico.

A 1º de Fevereiro de 1549, partiram da embocadura do Tejo, e a 29 de Março alcançava a armada o porto de seu destino, fundeando na bahia de Todos os Sanctos.

De todas as partes, affluíram logo alli ao seu encontro mais de 40 Portuguezes, para darem as boas-vindas a seus compatriotas. Eram, em parte, os sobreviventes da dispersada colonia de Pereira Coutinho, e, em parte, colonos ainda mais antigos, como o já muito edoso Diogo Alvares, que não faltou, e fôra o primeiro Europeu habitante do Brasil (18), pois se achava alli desde 1509 (fallecido em 5 de Outubro de 1557).

Guiada por elles, dirigiu-se a nova léva de immigrantes para a antiga colonia, entre cujas ruínas ainda dominava a capella da Victória, erigida por Pereira Coutinho, em comemoração de sua primeira victória sôbre os Indios; e nessa egrejinha arruinada celebrou-se a primeira missa de acção de graças. Cuidou-se então da fundação da nova cidade.

A lingua de terra, pobre de agua, que Pereira Coutinho havia outrora escolhido para a sua séde, e onde hoje se ergue o arrabalde de Victória, não agradou ao governador-geral, que preferiu procurar outro sitio, explorando para esse fim toda a bahia.

E essa investigação valia a pena, pois para onde quer que se volte o olhar do viajante nessas aguas, sempre se lhe antepara um nôvo espectaculo da mais variada belleza.

A bahia de Todos os Sanctos é protegida contra a impetuosidade dos ventos e das ondas pela ilha de Itaparica, que se estende na sua entrada, e fórma como que um lago interior, semeado de ilhotas pinturescas. As suas margens em tôrno são de uma conformação de variedade pouco commum, pelo facto de, por toda parte, serem as terras rendilhadas de profundas enseadas e de desaguiarem numerosos rios e riachos, que mixturam as suas aguas ás da bahia; terra a dentro, porém, eleva-se a costa, ora aspera ora suavemente, numa série diversa de pequenos planaltos, sôbre os

---

(18) Affirmando Handelman que Diogo Alvares, o *Caramurá*, "fôra o primeiro habitante do Brasil, pois se achava alli desde 1509", poz em olvido que o "bacharel", encontrado em Cananéa por Pero Lopes de Souza, em 1531, já estava em terras da colonia luso-americana desde 1501. Além disso, si o *Caramurá* só pisou as plagas bahianas em 1509, muito antes d'elle, isto é, em 1500, alli foram deixados dois degredados por Pedro Alvares Cabral, como se lê na carta de Pero Vaz de Caminha, que tambem informa ao soberano portuguez haverem fugido da esquadra, na vespera da partida desta em demanda das Indias, dois grumetes, ignorando-se, contudo, tanto os nomes destes, quanto os daquelles criminosos, bem como o destino que tiveram.



quaes se desenvolve na mais exuberante plenitude a vegetação tropical.

Depois de demorada reflexão, decidiu-se, afinal, Thomé de Sousa por um dos planaltos, situado justamente ao Norte da antiga séde, não longe do velho costumado ancoradouro; no tópo dêsse planalto lançou elle os fundamentos de sua nova colonia, actualmente conhecida por "Cidade Alta", em contraste com a "Cidade Baixa", que mais tarde se formou ao sopé da elevação, juncto ao mar, e na qual se centraliza hoje todo o movimento commercial da Bahia.

Recbeu ella o nome de "Cidade do Salvador" (19), denominação que na linguagem corrente foi substituida, quasi de todo, pelo simples nome de Bahia; por brazão concedeu-lhe o governador-geral uma pomba em campo azul, com um ramo de oliveira no bico, envolto nesta legenda: "*Sic illa ad Arcam reversa est*".

A construcção da cidade se fez rapidamente, pois que os Indios da circunvizinhança, mediante pequena retribuição, de bom grado ajudavam nesse trabalho, como nos de lavoura; em breve, desapareceram os ranchos de folhas de palmeiras e ramagens, sob os quaes os immigrants de chegada haviam procurado abrigar-se, e em seu logar elevaram-se solidas casas de morada, occupando a parte central a igreja e os edificios do govêrno.

Em volta de toda a praça, mandou o govêrnador correr uma cêrca de paliçada, para protecção contra qualquer inopinado ataque dos inimigos, cêrca essa que foi substituida, ao fim de alguns annos, por forte parapeito de terra, com seis torres, duas voltadas para o mar e quatro para o interior; de todas essas obras de defesa não resta hoje vestigio algum.

Assim ficava fundado um forte nucleo central urbano para a nova capitania; em sêguida, Thomé de Sousa reparitiu em sesmarias o territorio circunvizinho, entre os seus companheiros; mandou um dos seus navios ás ilhas do Cabo

---

(19) Apesar de attribuir á primeira capital do Brasil-colonia a denominação exacta que lhe deu o seu fundador, e que foi "Cidade do Salvador", — Handelman, empregando muitas vezes com acerto essa expressão locativa, prefere contudo, algumas vezes, usar a fôrma "São Salvador", que é a erroneamente vulgar. Como "Salvador" é epitheto de Christo, do mesmo modo que "Redemptor", — comprehende-se facilmente o absurdo que resulta de affixar-se-lhe o adjectivo "são", apócope de "sancto"...

Verde, em busca de animaes domesticos europeus; e como não faltassem braços para o trabalho e chegassem tambem, de anno para anno, novos immigrants, tomou rapido incremento na Bahia a lavoura, notadamente a producção do asucar.

Quanto ás relações do nôvo estabelecimento para com os Indios, tambem desta vez a influencia de Diogo Alvares e dos outros colonos, precusores meio recaídos ao estado de selvagens, muito contribuiu para que fôssem amigaveis desde o comêço; travou-se activo commercio de permutas, e os naturaes do paiz de bom grado auxiliavam os immigrants em seus trabalhos, a troco de qualquer utensilio europeu de ferro, ou de objectos de ornato.

Com o correr dos annos, naturalmente, não podiam deixar de occorrer perturbações; a colonia viu-se inquietada com ladroagens, provocações e mesmo rompimento de hostilidades, e, por fim, um bando de Indios teve a ousadia de carregar consigo quatro colonos, que se haviam afoutado de mais para o sertão, e os sacrificaram nas suas festas cannibalescas. Tal occorrença poderia ter sido o signal de rompimento de uma lucta de vida ou de morte, cujo desfêcho seria pelo menos duvidoso para o nôvo e fragil Estado agricola; revelou-se, porém, o governador-geral, nessa emergencia, como um habil estadista. Deixando em paz a tribu, restringiu a sua justa represalia a castigar dous dos principaes culpados, que lhe haviam caído nas mãos; na presença de grande multidão de Indios, mandou amarrar os dous deante da bocca de um canhão carregado e fe-lo disparar, de modo que os membros despedaçados voaram pelos ares.

Conseguiu elle, destarte, infundir terror, num vasto círculo, ás tribus indigenas e conservar-lhes, não obstante, a amizade!

De muito lhe valeu tambem o auxilio prestado pelos padres da Companhia de Jesús, essa ordem de monges (20),

---

(20) A exemplo de Southey, e talvez por influencia da leitura dêsse historiador inglez, Handelmann dá aos jesuitas, em comêço, a denominação de "monges" e "frades". A Sociedade de Jesus, não obstante ser uma ordem religiosa, sujeita a regra especial, traçada por seu fundador Loyola e approvada pelo papa Paulo III, não admittiu nunca fôssem chamados os seus membros pelo mesmo appellativo applicado aos cenobitas, e, por isso, os ignacianos, que recebem ordens sacras, são "padres" e não "frades". E' certo, contudo, que o historiador allemão, mais adeante, lhes applica a denominação usual.

cujos membros, volando-se a chamar os povos selvagens ás prácticas do christianismo e a fixar-se ao sólo, demonstraram sempre o maior tino e recolheram os mais bellos fructos. Assim succedeu tambem na Bahia; apenas ahi desembarcados, o padre Manuel da Nobrega e os demais frades começaram logo a exercer a actividade missionaria; com intelligente affabilidade, por meio de presentes e obras de caridade, souberam conquistar a amizade dos adultos e a affeição das creanças.

A imponente solennidade dos actos ecclesiasticos, a pompa dos cerimoniaes catholicos, por seu turno, tambem muito influiram; mas sobretudo a musica e os canticos religiosos encantavam de modo irresistivel aos Indios, a ponto de, por muitas vezes, referirem os evangelizadores: "Aqui no Brasil renova-se a antiga fabula grega de Orpheu".

Os jesuitas souberam aproveitar-se admiravelmente dessa circumstancia; logo dos primeiros catechizados, ensinaram a algumas creanças os canticos da Egreja, de modo que, quando os missionarios, com estes meninos coristas, levando á frente o crucifixo e cantando litanias, penetravam numa aldeia de Indios, acudiam alegres os moradores para lhes darem as boas-vindas, e até as creanças fugiam de seus paes para tomar parte nesse ensinamento e afim de poderem concorrer ao canto.

Além disso, tractou logo o mais instruido dentre os er-mãos da Ordem, que era o padre João Aspilcueta Navarro, de estudar a lingua dos Indios: projectou uma grammatica, traduziu as orações e os artigos de fé e em breve estava elle tão senhor da lingua, que prégava no proprio idioma dos Indios; e para não descurar de cousa alguma que pudesse produzir impressão nos seus ouvintes, observou a macabra gesticulação dos feiticeiros indios, com que estes costumam acompanhar os seus discursos, e conseguiu imita-la com felicidade nas suas prégações. Por outra parte, não eram poucas, todavia, as difficuldades; sobretudo a energia com que os missionarios se oppunham á matança dos prisioneiros de guerra e á anthropophagia, suscitou repetidas vezes inimizades e riscos de vida. Entretanto, fôram, por fim, coroados os exforços dos sanctos padres jesuitas, em muitos logares, do mais completo exito; os Indios deixavam-se baptizar, entregavam ao governador-geral os seus arcos, em signal de paz, e este lhes designou, então, um trecho de terra, onde quatro ou cinco pequenas tribus se agruparam para passar a uma vida regrada de lavoura, á européa.

A direcção superior de similhante "missão" cabia ao ernão da Ordem, destinado para seu missionario e parochio; era, porém, auxiliado por um meirinho indio que, ao menos apparentemente, exercia o poder temporal.

O primeiro estabelecimento dêste genero parece ter sido a missão São Paulo, no Rio Vermelho, um rio da costa não distante de São Salvador; em breve, havia grande número dessas missões na capitania da Bahia; e, ao funda-las, procurava sempre o govêrno que ficassem como em círculo, em volta da colonia, de modo que servissem de defesa contra os Indios bravios, ainda não convertidos.

Dalli, então, pouco a pouco se diffundiu esse systema de missões pelas demais provincias do Brasil, graças aos esforços dos padres jesuitas.

O culto da religião pela Companhia de Jesús não se limitava aos Indios, mas extendia-se tambem aos colonos brancos, e não tinham menos que fazer com estes do, que com aquelles.

Longe estavam de reinar ao longo de toda a costa a ordem no culto religioso e a disciplina ecclesiastica: a população em geral caíra na mais profunda desmoralização e não havia esperança de melhoras, enquanto faltasse a base de toda ordem moral — a vida de familia organizada.

A maioria dos colonos continuava, a exemplo dos seus predecessores, meio recaídos em estado de semi-barbárie, a viver em união livre, ora com uma, ora com várias Indias, que, segundo o costume da terra, elles haviam escolhido dentre as que eram livres ou dentre as suas escravas; nem os proprios sacerdotes que alli serviam faziam melhor, a tal ponto que o padre Nobrega, em carta de 9 de Agosto de 1549, assim informava ao rei: "Os leigos tomam o máo exemplo do clero, os pagãos imitam os christãos. O sertão está cheio de christãos, grandes e pequenos, homens e mulheres, que vivem e se multiplicam segundo o costume pagão. Por toda parte reinam o odio e as dissensões; os interesses da Igreja são mal dirigidos; e egualmente mal os da justiça".

A isto era preciso remediar, a começar pela Bahia; os jesuitas, apoiados pelo governador-geral, tractaram de impôr, com todo o rigor, que os matrimonios fôsem contrahidos regularmente e mantidos com sagrado respeito.

Muitos colonos escolhiam então para esposa uma escrava, davam-lhe a liberdade e contrahiam casamento; outros só pretendiam por esposa mulher européa, e as poucas

que haviam acompanhado a expedição, logo se casaram, de sorte que o padre Nobrega, na já referida carta, suggeria ao govêrno: "Seria conveniente mandar para aqui jovens órfãos ou também raparigas decaídas; todas ellas achariam marido, porque o paiz é grande e extenso". Esse pedido foi attendido já no anno seguinte, e ainda repetidamente depois.

A Companhia de Jesús, a pouco e pouco, foi attrahindo as restantes capitánias para a esphera do seu trabalho de reforma. Nobrega, que era a principio director do Collegio do Salvador, mas desde 1550, como vice-provincial para todo o Brasil, exercia a direcção superior, distribuia os seus companheiros de missão pelos diversos Estados agricolas; elle proprio nos annos seguintes percorreu por duas vezes a costa, da Bahia para o Sul até São Vicente, e por determinação sua fôram fundadas, dentro em pouco, em muitos sítios, casas da Ordem, egrejas e collegios, onde os irmãos da Ordem ministravam, sem distincção, tanto aos brancos como aos Indios, os ensinamentos e o conforto da religião.

O geral da Companhia de Jesús, ainda então Ignacio de Loyola, seu fundador, soube desde logo dar o devido merecimento a essa nova conquista: mandou aos activos obreiros, por várias vezes, novos auxiliares; e já no anno de 1553 elevou o Brasil, até ahi annexo da provincia da Ordem de Portugal, á dignidade de provincia autonoma da Ordem, e nomeou por seu primeiro provincial a Manuel da Nobrega (fallecido em 1570).

Entremettes, fôram também tomadas disposições attinentes á reorganização geral do clero secular. O Brasil pertencêra até então, na divisão ecclesiastica, a uma remota diocese do Funchal, na ilha da Madeira; os padres seculares e parochos ficavam assim completamente entregues a si mesmos, punham e dispunham a seu bel prazer, e disso proveio, como já foi dicto, a franca desmoralização do clero.

Nem o governador-geral Thomé de Sousa, nem o provincial dos Jesuitas, tinham poderes para melhorar esse estado de cousas; fizeram representações ao govêrno portuguez, suggerindo que o unico remedio seria nomear um bispo; e esse conselho foi attendido. A 31 de Julho de 1550 dirigiu-se á Curia Romana, com esse objecto, o rei d. João III: propoz para séde do nôvo bispado a cidade do Salvador, na Bahia, e para primeiro dignitário o até então vigario-geral de Gôa, Pero Fernandes Sardinha; ambas as propostas fôram acceitas, e já em Outubro de 1551 o recém-nomeado diocesano tomava posse de sua séde episcopal; a respectiva



bullá papal de sua instituição, contudo, só foi publicada em Março de 1555 (21).

Ao mesmo tempo, a posição do príncipe da igreja, e sobretudo da igreja no Brasil, em relação ao poder temporal foi definitivamente regularizada: concedeu-se aqui á corôa uma interferencia muito maior do que a qualquer outro príncipe de paiz catholico europeu.

Isso se explica pela origem historica: a bullá de Calixto III, de 8 de Janeiro de 1454, sôbre a qual se baseavam os direitos de posse transatlantica de Portugal, fôra lavrada, originariamente, não em favor da corôa, mas no da ordem religiosa dos Cavalleiros de Christo; e por isso comprehende-se que a Sancta Sé concedesse ao grão-mestre da ordem de Christo, além da posse, tambem o patronato ecclesiastico, sôbre as terras recém-descobertas, isto é, o direito de alli cobrar o dizimo, para dotação do culto, de estabelecer fundações ecclesiasticas de toda especie, de propôr os candidatos a todos os bispados e prebendas ou de fazer as nomeações correspondentes, com clausula de ratificação pontificia. Acontece, porém, que de facto desde muito a corôa portugueza havia já annexado aquelle grão-mestrado e a Curia Romana silenciara; destarte, a corôa de Portugal tomara posse effectiva de todos aquelles amplos direitos; e mui difficilmente abriria mão delles, maximé por haverem sido, nesse interim, concedidos á corôa de Espanha identicas regalias quanto ás suas possesões americanas.

Resolveu assim, finalmente, o papa Julio III, por uma bullá de 1551, transferir para sempre o grão-mestrado da Ordem de Christo aos reis de Portugal, e com isso obteve definitivamente o poder temporal no Brasil completa superintendencia e decisivo predominio sôbre a Igreja Catholica, o que se conservou felizmente até hoje.

---

(21) A diocese do bispo de Salvador, que a principio comprehendia todo o Brasil, soffreu, ao cabo de poucos annos, uma restricção, porque, por um breve papal de 19 de Julho de 1575 e ordem régia de 11 de Maio de 1577, as capitancias do Sul foram della desmembradas e adstrictas a um administrador espirital autonomo, com residencia em São Sebastião do Rio de Janeiro. Cêrca do anno de 1614, tambem Pernambuco (com a Parahíba etc.) recebeu administração ecclesiastica independente; fôram, contudo, mais tarde, as provincias do Norte, por um breve papal de 1623 e por ordem régia de 27 de Setembro de 1624, reincorporadas no bispado do Salvador.

Para concluir, devemos accrescentar que tambem o terrivel tribunal da Inquisição, que havia creado raizes em Portugal desde 1530 a 1536, dahi extendeu ao Brasil seu sinistro poder; contudo, este último paiz nunca teve tribunal proprio dêsse genero, ficando sempre sujeito ao Sancto Officio de Lisboa.

\*\*\*

Tornemos, agora, ao curso exterior dos factos.

Assim que a capitania real se estabeleceu de modo permanente, e a cidade do Salvador, agora capital temporal e espirital de todo o continente brasileiro, ficou construida, volveu o governador-geral Thomé de Sousa a sua attenção para as demais capitánias. Primeiramente, ainda no verão de 1549, embarcavam na esquadra do capitão-mór da costa o ouvidor-geral e o provedor da Fazenda, para fazerem uma viagem de inspecção ás capitánias do Sul; demoraram-se em cada uma dellas mais ou menos tempo, e deixaram por toda parte traços salutaes de sua actividade. Um sem-número de criminosos teve de prestar contas á justiça; sobretudo muitos colonos, que viviam em mancebia, fôram condemnados á deportação para outra capitania; além disso, agora, o ouvidor-geral, por uma lei, excluiu os degredados, que em muitos logares gosavam de influencia preponderante, do exercicio de todo e qualquer cargo official; e o que foi o principal: as finanças e os serviços da justiça fôram reorganizados com adequada simplificação, como convinha ás condições de tão nôvo paiz.

Em Outubro de 1549, tornava a esquadra á Bahia, onde foi apresentado ao governador-geral um relatorio completo. Tres annos depois, em fins de 1552, fez elle proprio, somente acompanhado do capitão-mór da costa, segunda viagem de inspecção, na qual procurou tanto quanto possivel estabelecer, por toda parte, a ordem interna e a segurança; empenhou-se, porém, especialmente em garantir a defesa externa do paiz, concentrando em maiores povoações os colonos espalhados e fundando praças fortes nos pontos mais ameaçados; e nas cidades já existentes, insistiu elle para que, ao menos, se levantasse uma muralha em tôrno ou uma paliçada, para protecção contra ataques de surpresa.

Logo após o seu regresso, Thomé de Sousa despachou para Lisboa o capitão-mór Pero de Góes, seu companheiro de viagem de inspecção, afim de apresentar os seus relatorios á côrte e completa-los com o thesouro de sua propria expe-

riencia; encarregou-o, outrosim, de advogar certas suggestões suas, que visavam a uma radical reforma nas condições do Brasil.

Por uma dellas manifestava Thomé de Sousa que o governador-geral, como unico funcionario superior da capitania real da Bahia, não podia nem de longe dedicar ás demais capitanias os necessarios cuidados, nem fazer com a necessaria frequencia viagens de inspecção, pelo que propunha que, para o futuro, se lhe dêsse um immediato, que se encarregaria, durante a sua ausencia, de reger os negocios somente da Bahia; e esta suggestão foi em breve attendida, pois o rei d. João III nomeou, a 2 de Maio de 1554, Diogo Muniz Barreto primeiro alcaide-mór da cidade do Salvador.

Outra idéa de Thomé de Sousa: parecia-lhe de bom alvitre maior concentração do poder central provincial; tambem nessa parte foi ouvido pelo rei; pois, após o fallecimento do provedor-mór da Fazenda Antonio Cardoso de Barros (1555), fôram as suas attribuições transferidas ao ouvidor-geral, e ambos esses cargos permaneceram por muito tempo nas mãos de uma só auctoridade, até que a experiencia veio provar a inconveniencia de tal medida.

Em terceiro lugar, finalmente, o governador chamava a attenção para a irresponsabilidade com que geralmente procediam os substitutos dos donatarios ausentes, e insistia para que fôsse o donatario obrigado a residir no seu proprio feudo, quando não objectasse razão forte bastante; mas isso não foi facil de conseguir, e continuou a faltar muitas vezes nas capitania a mão ou o olho do dono.

Quanto a occorrencias especiaes, pouca cousa ha que registar no periodo de govêrno de Thomé de Sousa, merecendo, entretanto, menção o facto de já então tractar-se de fundar outra capitania real, além da da Bahia. Essa idéa nasceu do ciume: a côrte de Lisboa havia sido informada de que a bahia do Rio de Janeiro servia de refugio habitual aos navios mercantes francezes, e de que esse sitio se havia, de certo modo, tornado o emporio principal de toda especie de contrabando; assim, recebeu o governador-geral ordem de alli fundar uma colonia fortificada e tomar posse efectiva daquella bahia, pondo assim termo a taes abusos. Em virtude dessa ordem, Thomé de Sousa visitou tambem o Rio de Janeiro na sua viagem de inspecção de 1552; e pela magia do seu scenario, bem como a importancia maritima dessa enseada, que a nenhum viajante deixa de impressionar, achou

nelle um espontaneo admirador, a poncto de ser levado a fazer desenhar uma vista dessa bahia, para manda-la ao rei.

Era, porém, Thomé de Sousa prudente demais para obedecer incondicionalmente a tal ordem, tanto mais que a esse tempo nem a Bahia nem as outras capitánias poderiam, sem se enfraquecer, dar gente necessaria para novas empresas de colonização; por isso escreveu elle a respeito ao govêrno: "Certamente é este o sitio para se edificar nelle uma bôa e soberba cidade", mas objectava que elle mesmo "não reputava acertado dispersar mais ainda as fracas fôrças de que dispunha; si se desejava realmente fundar uma nova colonia, importava que viesse de Portugal directamente uma expedição especial". E acrescentava: "O caso não comporta delonga"; e caro custou o não ser ouvido o seu conselho, porque 10 annos mais tarde, quando afinal se apprehendeu a colonização do Rio de Janeiro, foi preciso começar por conquista-lo á mão armada aos Francezes.

Não eram, contudo, estes ultimos a unica nação que punha em risco os direitos de posse dos Portuguezes no Brasil; o mesmo succedia, em latitude mais meridional, da parte dos Espanhões, que tambem tiveram de ser expulsos.

Na primavera de 1541, Alvaro Nunez Cabeça de Vacca, recém-nomeado governador das terras espanholas do Prata, havia desembarcado na bahia de São Francisco (provincia de Sancta Catharina) e dalli se fôra internando pelas provincias de São Paulo e Paraná, até ao rio Paraná, de onde alcançou a cidade de Assumpção, no Paraguai; por toda parte em que passava foi tomando posse das terras para a corôa de Espanha, mesmo na costa, que indubitavelmente pertencia a Portugal, inclusive na capitania de Sancto Amaro (22).

Desde essa expedição ficou formalmente estabelecida uma estrada real directamente de Assumpção á costa sul-brasileira, e São Vicente tornou-se de certo modo um emporio de commercio de exportação do Paraguai espanhol — tráfego esse que, para ambos os Estados agricolas, novos e

---

(22) Em sua *Relación* (cuja primeira edição é de 1542) e nos *Comentarios* (Valladolid, 1555) escriptos por seu secretário Pero Hernández, vêm minuciosamente expostos os acontecimentos dessa expedição de Alvaro Núñez Cabeza de Vaca, o segundo adelantado de Buenos Aires, nomeado em 1541. Antonio de Herrera, em sua *História general de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del mar Oceano* (Madrid, 1601-1615), tambem tracta detidamente della, ser-

ainda fracos, deveria ser igualmente proveitoso, mas que, entretanto, podia dar motivo a perigosos dissídios de fronteiras, enquanto estas não fôsem rigorosamente determinadas.

Já por esse facto, já como represalia contra o zêlo com que os Espanhóes fechavam aos estrangeiros suas possessões americanas, a côrte de Lisboa e o govêrno central do Brasil ter-se-iam logo opposto a isso; parece, entretanto, que esses factos fôram delles ignorados, até que, em 1552, uma esquadra espanhola, sob o commando de Diego de Sanabria, naufragou nas costas de Sancta Catharina, e então a maior parte da equipagem salva marchou para Assumpção, por terra, passando pelas colonias portuguezas (23).

vinde-se, seguramente, dos relatos acima citados. Conforme o exposto por ambos, Cabeza de Vaca entrou pelo littoral fronteiro á ilha de Sancta Catharina, tomou posse das terras que denominou "Provincia de Vera", passou e repassou o Iguassú, alcançou o Pepirí, desceu o Paraná, e, finalmente, costeando o rio Mandaf, foi sair em Asunción, a 11 de Março de 1542. E' singular que Handelmann não haja feito a menor referencia ao seu compatriota Ulrich Schmidel, cuja viagem, desde o Paraná castelhano até Sancto André da Borda do Campo, realizada de 1534 a 1554, se perpetuou em letra de fôrma desde 1567 (na collecção Franck-Feyrabend). Essas excursões, além de outros aspectos importantes que apresentam, tiveram como resultado mais memoravel a demonstração de poder a capital paraguaia communicar-se facilmente por terra com o littoral brasileiro, deixando Schmidel a indicação do itinerario até São Vicente e abrindo Cabeza de Vaca o roteiro até á costa fronteira á ilha de Sancta Catharina.

(23) Sôbre a expedição de Sanabria, — cujo relato se encontra inçado de erros na citada obra de Herrera, — existem as interessantes informações das *Cartas de Indias* (Madrid, 1877), de Carlos Morla Vicuña, no seu *Estudio histórico sobre el descubrimiento y conquista de la Patagonia y de la Tierra del Fuego* (Leipzig, 1903, pags. 131-138, op. 17-20), de Luis Roque Gondra, *La armada de don Diego de Sanabria y la carta descripción de Juan Sánchez de Viscaya* (in *Rev. de la Univ. de Buenos Aires*, vol. XI, 1909, paginas 317-332 e 559-568) e de Roberto Lehmann-nitsche, *Hans Staden — Arcabucero alemán de la expedición Sanabria al Río de la Plata* (Buenos Aires, 1927). Diego de Sanabria (em successão do pae, Juan de Sanabria, que fallecera sem chegar a partir para a posse de governador do Prata), auxiliado pela madrastra, d. Mencía de Calderón de Sanabria, aprestou uma frota de tres naus, a capitanea "San Miguel" e dous bergantins, que zarparam de San Lúcar em Abril de 1550, sob o commando de Juan de Salazar (o fundador de Asunción). Diego só partiu da Espanha para a America em 1551, tendo naufragado perto da ilha de Sancta Margarita, no mar Caribe. Da armada dirigida por Salazar, perdeu-se logo um dos bergantins; o outro, de um tal Becerra, que a commandava e nella trazia mulher e filhos, bem como o arcabuzeiro allemão Hans Staden (que, nos



Justamente por esse tempo achava-se em São Vicente o governador-geral Thomé de Sousa, na sua viagem de inspecção ao Sul; accudiu elle proprio, solícito, com os meios de que dispunha, aos naufragos retardatarios, e deixou os que se achavam a caminho para o interior continuarem a sua róta sem ser estorvados; resolveu, todavia, que, para o futuro, se puzesse termo a qualquer tráfico, a toda communição terrestre entre o Brasil e o Paraguai.

Baixou uma prohibição rigorosa e fundaram-se algumas povoações que deviam barrar a estrada; e ao mesmo tempo Sousa deu conhecimento dessa occorrença á côrte de Lisboa, que, por seu turno, apresentou sem demora reclamações em Madrid (Dezembro de 1553). As negociações diplomaticas que se originaram dahi não são bem conhecidas, também fôram de pouca monta; o que é certo, porém, é que as ordens prohibitivas de Thomé de Sousa fôram energicamente executadas; as communicações por terra com o Para-

---

primeiros capitulos de sua *Warhaftige Historia* se refere a todos os tristes acontecimentos da expedição), aportou á ilha de Sancta Catharina em 25 de Novembro, arribando alli em comêços ou meiaados do mez seguinte a "San Miguel" (em que vinha d. Mencía, acompanhada por suas tres enteadas), que, mal chegou, foi ao fundo. Por falta de viveres na ilha de Sancta Catharina, a gente da expedição, posta no bergantim que restava, foi estabelecer-se mais abaixo, na costa, num lugar chamado Viaçá ou Imbiacapé, em cuja barra naufragou a dicta embarcação. Dalli, o grosso dos expedicionarios, sob a chefia de Hernando de Salazar e Alonso Vellido, guiados por Indios, rumaram por terra para a capital paraguaia, onde, reduzidos a menos de 50, chegaram a 24 de Julho de 1552. Juan de Salazar e alguns outros (entre os quaes Hans Staden), em pequeno bergantim que haviam construido, dirigindo-se a São Vicente, naufragaram em Itanhaem, mas afinal chegaram ao poncto de destino, onde o chefe da expedição obteve um navio que para alli transportou, em duas viagens, a gente que ficara em Viaçá. Parte desta, porém, sob a direcção de Hernando de Trejo (casado com Maria de Sanabria, ermã de don Diego), fôra fundar, na costa alli perto, fronteira, a povoação de São Francisco (chamada pelo conego Gay "São Francisco de Cananéa"), onde nasceu, provavelmente, um filho daquelle espanhol, que se chamou d. Fernando de Trejo y Sanabria, depois bispo de Córdoba e fundador da universidade daquelle cidade argentina. Thomé de Sousa, então em visita ao sul do Brasil, chegando a São Vicente, em 1553, alli achou Juan de Salazar, e, informado por este de tudo quanto occorrera com a mallograda expedição, enviou a São Francisco uma caravela, que trouxe para a séde da capitania de Martim Affonso toda a gente alli encontrada. Eis como o dicto governador-geral do Brasil, na sua já citada carta de 1 de Junho de 1553, dirigida a d. João III, conta o que fez a tal proposito: "De Castella partiu hua armada com 300 pessoas pouco mais ou menos para o

guai fôram supprimidas, e a colonização e navegação espanholas excluídas da costa brasileira no Sul.

Cumpre ainda mencionar que sob o governo de Thomé de Sousa correu, pela primeira vez, a notícia do inextinguível thesouro de metaes e pedras preciosas que jaziam nas montanhas do Brasil, para herança das futuras gerações.

Até então era o paiz estimado sómente pelos productos da sua natureza virgem e da lavoura, e só explorado como colonia agricola; ouro e prata não se haviam ainda encontrado em parte alguma da costa; quando muito alguns granulos apanhados na areia dos rios, que não compensavam o trabalho de recolhe-los; mas, apesar disso, se firmou a crença de que o Brasil, e em geral todo o continente americano, deveria ser rico de metaes preciosos, a exemplo do que succedia com as possessões espanholas; e o descobrimento do rio Amazonas por Orellana, demonstrando a continuidade continental com o Perú, muito serviu para mais arraigar essa convicção.

Assim foi que a corôa de Portugal, nos titulos de doação de 1534, expressamente havia reservado para si o quinto

---

rio da Prata, a quoaill parte della na ilha do Princepe na costa da Guiné e parte na costa entre ho Rio da Prata e São Vicente 60 lloguoas delle honde se chama o Rio dos Patos se perdeo casi toda e se sallvarão soamente 60 pessoas casy a metade molheres honde entrava a molher do governador que tão bem falleceo que se chamava Fernando de Saraiva e suas filhas e parentes em que erão nove ou dez molheres fidalgas afora outras, os yndios como virom que era gente que se parceia com nosquo e dizerem lhe elles que erão yrmãos nossos nam lhes fizeram mall allgum antes muyto guasalho, como se vyão asy perdidos veyo hum capitam daquella companhia que se chamava Johão de Sollazar que foi criado do duque d'Aveiro a quem fez deitár o abito de Santiago e chegando este homem a São Vicente cheguei eu e me peidio que mandasse buscar aquelles homens e molheres que estavam ally perdidos, pareceome serviço de Deus e de V. A. mandallos buscar em hum navyo he trazellos a São Vicente parecendome que as molheres virão tão emfadadas dos trabalhos que passarão que casarão ahy com quem lhes der de comer e os homens que farão cada hum sua roça. E parti com elles dessa pobreza minha que levava e nom foy tão pouquo que nom fose mais do que eu tinha de meu de trinta e cinco anos". Apesar de soccorridos assim por Thomé de Sousa, não deixaram os naufragos de queixar-se, conforme observa Capistrano de Abreu (em nota á *História Geral do Brasil*, ed. cit., vol. I, pag. 336), "do modo por que foram tractados em São Vicente", onde, a 13 de Junho de 1553, ainda os encontrou Ulrich Schmidel, procedente de Asunción, em companhia do genovez Gambarotta. Juan de Salazar, com a mulher,

real dèsses metaes, e Thomé de Sousa, ao partir em 1549, trouxe tambem o encargo de procurar activamente as minas. Por felicidade, era elle bastante sensato para se não distrahir á cata de supostos thesouros, em detrimento de interesses de maior e mais immediata necessidade; contentou-se em despachar para o Norte uma galera, sob o commando de Miguel Henriques, com ordens de subir os rios em direcção ao Perú, a vêr se descobria vestigios de metaes preciosos. Nada sabemos dos resultados collidos por essa expedição; talvez não houvesse ella regressado; em todo caso, Thomé de Sousa, ao que parece, não mais se preoccupou com as minas, pois sempre evitou empregar homens e dinheiro, inutilmente.

Eis que de subito, em 1552, correu o boato, ao mesmo tempo em differentes regiões, São Vicente, Pernambuco e Porto Seguro, de que se havia descoberto ouro alli; e as noticias mais verosimeis eram as oriundas de Porto Seguro, pois alguns Indios dalli haviam informado que muito além no sertão (hoje provincia de Minas Geraes), nas margens e nascentes do rio São Francisco, elles proprios tinham visto os veios de ouro das montanhas; haviam mesmo trazido de lá pedras raras, que apresentavam, entre ellas umas verdes, que pareciam esmeraldas (eram turmalinas). Em taes circunstancias não podia o governador-geral deixar de mandar fazer rigorosa investigação naquellas regiões.

Em principio de 1553, um bando de 12 homens, conduzidos por um sobrinho do donatario local, Jorge Dias, e acompanhado pelo missionario jesuita Aspilcueta Navarro, largou de Porto Seguro, transpoz as montanhas da costa e navegando por um pequeno confluyente fôram ter ao curso superior do rio São Francisco. Porém, a fortuna não favoreceu essa audaciosa empresa; por mais que procurassem,

---

alguns amigos e doze soldados, seguiram por terra para a capital paraguaia, onde chegaram em Outubro de 1555. Hernando de Trejo, com a familia Sanabria e o resto do pessoal, todos os quaes haviam regressado de São Vicente e São Francisco do Sul, tambem tomaram, finalmente, o caminho terrestre para Asunción, onde entraram nos ultimos dias do mesmo anno de 1555. Segundo o conego Gay (*op. cit.*, pag. 33), a essa expedição commandada por Juan de Salazar foi que se deveu a introducção, no Paraguai, de um touro e sete vaccas, donde resultou a pecuaria platina (v. Emilio A. Coni, *Las siete vacas de Goes — Reconstrucción sobre documentos del Archivo de Indias — Orígenes de la ganadería argentina* (in *La Nación*, de Buenos Aires, numero de 8 de Novembro de 1924).

não encontraram indício algum dos thesouros da natureza, que porventura encerrasse aquelle tracto de terra, e, afinal, regressaram de mãos vazias.

Foi certamente uma felicidade para o Brasil, ou, pelo menos, para a nacionalidade portugueza no Brasil; pois si já então tivesse sido descoberta a riqueza do sertão, sem dúvida a totalidade dos colonos portuguezes teriam deixado de mão o arado, para ir garimpar no planalto, em busca dos metaes preciosos; as costas do Brasil teriam ficado, por assim dizer, despovoadas, e todo o continente brasileiro á mercê do primeiro occupante estrangeiro.

Antes ainda de haverem aquelles pesquisadores de ouro regressado á costa, já o governador-geral Thomé de Sousa havia obtido do rei d. João III, conforme por várias vezes lhe solicitara, a permissão de transferir a outrem o pesado cargo que gloriosamente exercera durante quatro annos, e em Julho de 1553, embarcava na Bahia, de regresso a Portugal, onde, por premio dos seus serviços, foi agraciado com a dignidade de commendador da Ordem de Christo, e nomeado para o cargo de veador da casa real; e, enquanto viveu, sempre o seu conselho teve influencia decisiva em se tractando de cousas brasileiras.

Teve por successor a Duarte da Costa, que, desde Julho de 1553 até ao anno de 1558, exerceu o cargo de governador-geral; foi uma quadra triste para o Brasil, pois do principio ao fim dêsse govêrno teve o paiz de soffrer desgraças externas e dissensões no interior. Nesta última parte cabe quasi exclusivamente a culpa ao governador-geral: havia elle trazido em sua companhia o filho, Alvaro da Costa, joven e bravo soldado, de não pequenas capacidades militares, mas desenfreado e sem escrúpulos de ordem moral, de tal sorte que, em breve, dava o peor exemplo á população da colonia.

O bispo da Bahia, d. Pero Fernandes Sardinha, que era muito inclinado á benevolencia, viu-se forçado a intervir, apesar de que recentemente, em missiva ao rei, escripta a 12 de Julho de 1552, assim se externara: "No comêço e especialmente num paiz tão nôvo, melhor é fazer vista grossa a muitas cousas, do que castigar sempre". Em público, do pulpito, o bispo reprehendeu a Alvaro da Costa, por seu procedimento; este, exasperado em extremo, não descansou enquanto se não vingou da pública affronta.

Declarou-se assim aberta a discordia interna; Duarte da Costa, em vez de promover a reconciliação, tomou ostensiva-

mente o partido do filho, e consentiu nas desordens e violencias pelo mesmo praticadas.

Por seu turno, o proprio governador deu motivos a descontentamentos, abusando do poder, em todos os sentidos, afim de satisfazer a sua cobiça; dizem que fez vender por meio de agentes seus não só sesmarias, como cargos publicos e o direito de negociar com os Indios, e que empregou, em viagens de commercio, os navios do govêrno que deviam fazer o cruzeiro das costas; o certo é que soube reservar para si e sua familia extensa sesmaria.

Nessas condições, scindiu-se a população em dous partidos: de um lado, o bispo e com elle uma porção dos mais conceituados colonos, o provedor-mór da Fazenda, o segundo capitão-mór da costa, o proto-medico da colonia e todo o Conselho da Camara de São Salvador; de outro lado, o governador e seu filho, com os seus partidarios. Entre os dous grupos reinavam constantes divergencias, nas quaes naturalmente o governador, como detentor do poder civil, ficava decididamente com as vantagens, tanto mais que o ouvidor-geral, segundo parece, pendia para o seu lado.

Apresentar queixa á corôa não era cousa facil, pois a todos que não fôsem do seu partido Duarte da Costa prohibia formalmente o ausentarem-se da colonia, e, quando alguem, apesar disso, o tentava, era logo mandado metter na cadeia. Finalmente, embarcou para Lisbôa o proprio bispo d. Pero Fernandes Sardinha; junctaram-se-lhe o deão e dous conegos do seu capitulo, o provedor-mór da Fazenda e o donatario Antonio Cardoso de Barros, assim como muitos outros descontentes, ao todo cêrca de cem pessoas; mas na embocadura do rio Cururipe (provincia das Alagoas) encalhou o navio que os conduzia, e, buscando salvamente em terra, caíram nas mãos de uma tribu de *anthropophagos*, os Caetés.

Sómente um Portuguez e dous escravos indios conseguiram fugir para a Bahia, como mensageiros do desastre; todos os demais, homens, mulheres e creanças, fôram implacavelmente trucidados pelos selvagens (1555).

Foi indescriptivel o effeito dêsse tragico acontecimento: "mal thaveria uma casa em São Salvador", assim referia o provincial Nobrega, "onde não entrasse a viuvez e a orphanidade, onde não resoasse dolorosa lamentação".

A exasperação contra o governador-geral elevou-se ao mais alto grão, de sorte que o Conselho da Camara, "em nome de todo o povo, pelas chagas de Christo", supplicava ao go-



vêrno portuguez que mandasse substituir immediatamente aquelle funcionario (1556).

A criminosa tribu foi condemnada á escravidão, ao anniquilamento.

Assim se saciou a vingança; porém, do dever piedoso de prestar homenagem á memoria dos desgraçados não se cuidou, e até hoje nenhum monumento indica o lugar onde o primeiro principe da egreja do Brasil e com elle tantos infelizes soffreram o martyrio; ao revés, creou-se uma lenda, segundo a qual aquelle sitio, em que se ostentara, outr'ora, vegetação tropical eternamente verde, depois que o regou o sangue dos martyres se tornou exsiccado e esteril.

Era natural que a discordia interna, que lavrou na colonia durante a administração de Duarte da Costa, enfraquecesse a resistencia contra o inimigo externo; alentaram-se, de nôvo, os Indios e obtiveram novos triumphos, e embora na Bahia houvesse o bravo Alvaro da Costa repellido victoriosamente um assalto á cidade do Salvador, e submettesse a ferro e fogo as tribus num largo espaço em derredor (Maio de 1555), foi impossivel levar socorros sufficientes ás demais capitánias.

E não só aquellas que, de ha muito, supportavam o pêso intoleravel de uma guerra de vida ou de morte, como eram as de Ilhéos, Espirito Sancto e Sancto Amaro, tambem as outras se viram agora em apuros.

Depois da morte do primeiro donatario de Pernambuco (1554), os aborigenes, que o nome d'elle mantivera em respeito, atreveram-se a sair novamente das suas tócas; destruíram as plantações onde puderam, e só depois de arduos combates se conseguiu de algum modo restabelecer a paz e a ordem.

Mais para o Sul, achava-se Porto-Seguro envolto na guerra de exterminio que desde muito a tribu dos Botocudos movia contra a capitania de Ilhéos; foi anniquilado o seu antigo bem-estar, e até sériamente compromettida a sua existencia.

Tambem São Vicente não foi poupada: todas as tribus ao longo da costa, desde Cabo Frio (provincia do Rio de Janeiro) até á bahia de São Vicente, haviam agora formado uma confederação, a cuja frente se achava o grande cacique Cunhambebe — guerreiro tão bravo quanto cruel, que se gabava de haver trucidado cêrca de 5.000 inimigos e comido da sua carne.

Cada vez mais frequentemente e com maior violencia, eram atacadas as colonias, tanto nas ilhas, como em terra

firme; e, não satisfeitos com isso, reuniam-se os Indios nas suas leves canoas, formando verdadeiras esquadras, e punham-se á espreita dos navios mercantes europeus, que passassem á vista; até das naus armadas em guerra não mais se abstinham, desde que pouco a pouco se haviam habituado ao estrondo dos canhões. Esses audaciosos ladrões do mar atacaram muitas embarcações de surpresa, na escuridão da noite, levando consigo amarrados os homens da descuidosa equipagem, para os festins canibalescos, de sorte que a navegação e o reabastecimento para São Vicente estavam perturbados de fôrma a mais ameaçadora; e o nome de Cunham-bebe, num vasto circulo, grangeou a mais terrivel fama.

Mais perigoso, entretanto, do que tudo isso, era que agora uma nação européa se mostrava firmemente resolvida a fixar-se no Brasil.

Já referimos por várias vezes que os Francezes, especialmente os habitantes da Bretanha e da Normandia, desde muito mantinham ininterruptas relações commerciaes com o litoral brasileiro; conheciam elles perfeitamente as disposições naturaes e condições locaes, e arrogavam-se, além disso, direitos pelo menos eguaes aos dos Portuguezes sobre a terra, e mesmo costumavam dar não só ao Brasil, como a todo o continente sul-americano, em lembrança da patria, o nome de "Ffança Antartetica" (24).

A effectiva tomada de posse e a repartição do territorio, que, desde 1532, havia sido feita pela corôa de Portugal, em nada alteraram esse facto; na costa, ao Norte, onde haviam falhado todas as tentativas de colonização, proseguiram os Francezes no seu commercio maritimo, na fundação das suas feitorias, sem nenhum estôrvo; mais ao Sul, porém, na costa oriental, era mistér naturalmente tomarem certas precauções, pelo menos evitar a vizinhança estreita das colonias lusitanas; e desta maneira os Francezes haviam-se retirado dos seus primitivos portos principaes, Pernambuco e Bahia,

---

(24) O que se lê, em geral, nos escriptos de Brasileiros e alienigenas, que tractaram de taes episodios da nossa história, é que a denominação de "França Antartetica" foi dada á colonia fundada por Villegaignon no Rio de Janeiro, havendo ainda quem attribua a de "França Equinoxial" á tentativa de La-Ravardière no Maranhão. Aquella primeira expressão, contudo, pôde bem ter sido applicada, em comêço, a todo o Brasil, si se tomar á letra o modo por que a empregaram os seus creadores, Nicolas Barré e André Thevet. Aquelle

para a bahia do Rio de Janeiro, ainda então desocupada, e que, em consequencia disso, se transformou, nos ultimos tempos, no unico ponto de convergencia da navegação mercante entre a França e o Brasil.

Como era natural, tão perigosa vizinhança para os seus Estados agricolas veio a despertar os zêlos da côrte de Lisboa, pelo que, já por volta de 1550, havia el-rei d. João III incumbido a Thomé de Sousa de expulsar os Francezes da bahia de Guanabara e de fundar alli uma colonia fortificada; mas o governador-geral viu-se na impossibilidade de dar cumprimento á ordem régia, vistos os escassos meios de que dispunha na colonia; aconselhou ao govêrno que despachasse directamente, de Portugal, uma expedição para colonizar o Rio de Janeiro, mas não logrou ser ouvido.

Ficaram assim os Francezes na posse indisputada daquelle porto de mar; tornou-se este cada vez mais frequentado por seus navios, assim como era sempre maior o número de seus interpretes e agentes commerciaes, que alli fixavam domicilio e que, com a sua descendencia meio-sangue, formavam uma raça de colonos precusores, quaes os que os Portuguezes haviam encontrado na Bahia e São Vicente; e, finalmente, decorridos poucos annos, eis que são lançados no Rio de Janeiro os fundamentos de um estabelecimento em regra, que em França foi, com jubilo, considerado como o nucleo de um futuro imperio colonial franco-brasiliense.

A idéa de similhante empresa partira de um nobre da Provença, Nicoláo Durand de Villegaignon, cavalleiro da Ordem de Malta. Bravo e glorioso marinheiro, que já havia prestado os melhores serviços á sua patria, havia, nas suas viagens, feito conhecimento pessoal das cousas brasileiras, e especialmente reconhecera as vantagens que a tomada de posse do Rio de Janeiro e a sua colonização, em regra, po-

---

companheiro de Villegaignon, em uma das suas cartas, escripta logo após a chegada ao Rio de Janeiro (v. Gaffarel, *Histoire du Brésil français au seizième siècle*, Paris, 1878, pags. 378-379), assim começa: "Ad flumen Genabara, in Brasilia, Franciae Antartictiae provincia..."; e o outro intitulou o seu livro (Paris, 1557): "Singuliaritez de la France Antartictique, autrement nommé Amérique...". E' de crer que a asserção de Handelsmann, abrangendo naquella denominação "todo o continente sul-americano", provenha de haver mal interpretado o pertinente trecho de Southey (*op. cit.*, vol. I, pag. 381): "Com a costumada arrogancia, olhárão os Francezes logo como proprio todo o continente, dando-lhe por isso o nome de *França Antartctica*."

deriam acarretar para o desenvolvimento do commercio francez e do poder naval da França. Impotente por si mesmo para levar avante semelhante plano, dirigiu-se Villegaignon ao almirante francez Gaspard de Coligny, que abraçou a proposta com o maior enthusiasmo, pois via nella não só um meio de promover a grandeza e a glória da França, mas — o que era para elle certamente o principal, como zeloso adepto da seita calvinista — esperava, ainda, valer-se dêsse meio afim de fundar além-mar um refugio seguro para os seus correligionarios da Reforma, os huguenotes, aos quaes na patria o Estado e a Igreja porfiavam em perseguir duramente.

Graças á influencia de que dispunha na côrte de França, obteve aquelle almirante que o rei Henrique II puzesse á disposição de Villegaignon dous navios e um pequeno transporte; emigrantes de todas as condições sociaes embarcaram com elle, e depois zarpou essa esquadilha do Havre de Grâce para o Occidente; entretanto, mal haviam perdido de vista a costa, fôram obrigados, por violenta tempestade, a buscar refugio no mais proximo porto, Dieppe.

Desta circumstancia se valeram muitos dos emigrantes para se desligarem da expedição; com os restantes, fez-se de vela, novamente, Villegaignon, e depois de uma longa e tormentosa viagem alcançou o desejado porto do Rio de Janeiro, em Novembro de 1555.

Não é aqui o logar de reproduzir a entusiastica descripção dêsse porto de mar, qual foi feita pelos expedicionarios francezes, que fôram unanimes em reconhecer-lhe a primazia em belleza pinturesca, mesmo acima da encantadora bahia de Napoles; mas temos que lançar-lhe pelo menos um olhar sôbre a configuração geographica, pois que esta lhe assegura a mais alta importancia entre os portos americanos da costa oriental. A' direita da bahia, estende-se o littoral brasileiro, em longa recta de rumo Léste, até ao promontorio conhecido por Cabo Frio, tendo a segui-lo parallelamente, ao fundo, uma cadeia de montanhas baixas; á esquerda, empinam-se as montanhas bem juncto ao mar, na direcção SO, até ao grupo saliente dos montes da Gavea; e o viajante acredita ver no contôrno da serraria o perfil de um gigante extendido para dormir (25), á maneira dos

---

(25) A imagem do "gigante deitado" (a que se refere Handellmann), tambem aproveitada pela tiorba nacional, veio a ser applicada como symbolização do Brasil e parece ter influido na letra do

Indios; ao centro, por entre diversas ilhas, e apresentando de cada lado rochas de fôrma conica — á esquerda o Pão de Assucar, e á direita o Pico de Sancta Cruz — acha-se a entrada na “agua escondida”, Niterói, uma das denominações dadas pelos Indios á bahia.

Para o interior, dilata-se esse golfo por mais de quatro leguas alemãs, a principio com a configuração de um braço de mar, muito recortado, até ao poncto em que actualmente estão situadas — á esquerda a capital do Imperio, cidade do Rio de Janeiro, e á direita a capital da provincia dêsse mesmo nome, a cidade de Niterói (Praia Grande), uma defronte da outra; depois, dilata-se em uma bacia, de fôrma de triângulo irregular, que se apresenta semeada de inumeras ilhas, das quaes uma de maiores dimensões — ilha do Governador — como que divide em duas metades a enseada; é abastecida em tórno por muitos riachos e correjos, e emmoldurada, em parte, por collinas cobertas de abundante arvoredado; servem de fundo, ao Norte, os atrevidos pinheiros azulados da serra dos Orgãos.

Bastante vasta para comportar em seu seio todas as esquadras do mundo, offerece, ao mesmo tempo, o mais seguro ancoradouro contra a impetuosidade dos ventos e das vagas, bem como contra o ataque exterior. Realmente, a natureza debuxou alli, desde o principio, um systema de defesa: primeiro, a estreita entrada entre os dous cones de rocha, de apenas 850 braças de largura, tendo além disso no meio della uma ilha de rocha, a Lage, que domina o canal de ambos os lados.

Mais para o interior, em frente á cidade do Rio de Janeiro, emergem mais duas ilhas que a defendem, assim como ao porto, de ambos os lados: a Sudéste, a ilha de Villegaignon, e a Nordéste, a ilha das Cobras — ambos ponctos de importancia, agora corôados pela arte militar com obras de defesa, garantindo-se assim a segurança permanente da bahia.

Assim não era, porém, ao tempo de Villegaignon; veio

---

hymno “A mocidade academica” (musica de Carlos Gomes), devida a Bittencourt Sampaio, e cujo estribilho (num vernaculo que não brilha pelo primor) é o seguinte:

“Mocidade, eia avante! eia avante!  
Que o Brasil sôbre vós ergue a fé!  
Esse immenso colosso gigante,  
Trabalhae por erguel-o de pé!”



elle encontrar toda a redondeza da bahia do Rio de Janeiro ainda deserta e não colonizada, e, de livre escolha, poudo eleger o poncto mais conveniente para o estabelecimento da sua colonia. Com isso, pelo menos, patenteou elle não pequeno tino militar; primeiramente, decidiu-se pela ilha da Lage, e começou a construir alli um fôrte; a ilha, porém, era muito rasa, e a maré arrancava dalli os troncos de arvores empilhados e não havia tempo para construir alicerces de alvenaria, de sorte que, afinal, teve de abandonar essa vantajosa posição.

Os immigrantes, no total de uns 80 homens, transferiram-se então para a ilha de Villegaignon (26), onde fundaram na ponta da rocha um forte, a que chamaram de Coligny, em homenagem ao almirante protector.

Tambem este sitio estava bem escolhido para a defesa e dominação da bahia, e difficilmente se poderia achar melhor, como poncto central e de apoio para uma futura grande colonia; para o momento, porém, e para primeiro estabelecimento, apresentava não pequenas desvantagens. A ilha de Villegaignon não possuia agua nascente e era de sólo esteril; assim, os colonos, tanto que se exgotaram as provisões que haviam trazido, necessitavam transportar-se todos os dias á terra firme, afim de buscar agua potavel e alimentos, ao passo que eram por seu chefe obrigados a uma severa disciplina militar e trabalho intensivo.

---

(26) A ilha aqui chamada da "Lage" foi denominada "Rattier" pelos Francezes, quando estes invadiram a bahia de Guanabara, em 1555. Gaffarel (*op. cit.*, pag. 187) pensa, com razão, que Villegaignon não cogitou nunca de estabelecer colonia na dicta ilha, pois para isso não se prestava aquelle pequeno espaço de terra, quasi todo inundavel pelo mar circundante. A ilha, que depois tomou o cognome do fundador da "França Antarctica" (apesar de haver-lhe este dado o de "Coligny"), era então chamada "Seregipe" ou "Serigipe", pelos Indios, e "Ilha das Palmeiras", pelos Portuguezes. O toponymico "Serigipe", conforme nota de Varnhagen (*op. cit.*, vol. I, pag. 359), "consta dos apontamentos das informações que Mem de Sá obteve dos linguas em 1558, e que remetteu á côrte...". Quanto ao significado de "Serigipe", dá-lhe o visconde de Porto Seguro o de "ferrões de carangueijo", ao passo que Theodoro Sampaio, em *O tupi na geographia nacional* (ed. cit., pag. 264), attribue a "Sergipe", contração de "Serigipe", o de "no rio dos siris". Capistrano de Abreu, a proposito desta ultima etymologia, assim se exprime, ao annotar a obra de Varnhagen (*loc. cit.*): "Pertencerá a palavra á lingua geral? Parece muito pouco natural dar o nome de rio a uma ilha privada de agua nativa".

Quem, portanto, havia emigrado para o Brasil com desmedidas esperanças, logo se desenganou amargamente, si bem que, no mais, tudo corresse bem, pois os naturaes dessa região, com a velha estima votada ao pavilhão francez, acudiam sempre amistosos aos immigrados; e, embora contassem em breve os colonos francezes com os reforços trazidos de França, nada obstante, a maioria logo se revelou descontente com a sorte e exasperada contra o seu despotico chefe, conforme o consideravam.

Uma causa insignificante veio a dar logar á explosão do mau humor; Villegaignon havia, de chegada, concedido aos seus companheiros franca liberdade de relações com as mulheres indigenas, porém, sómente por meio de uniões licitas, nunca por ligações livres; fiel a este principio, quando um de seus subordinados, um interprete da Normandia, á maneira dos colonos, se junctou com uma India, immediatamente o chefe o chamou á ordem e o intimou a optar: ou renunciava á companheira ou casava com ella. Irritado em extremo, ordiu este uma conspiração, á qual pouco e pouco se fôram reunindo umas trinta pessoas; planejaram a morte violenta dos restantes, ou pelo menos do chefe e dos seus mais fiéis partidarios; felizmente, porém, foi a trama descoberta ainda a tempo, e mallogrou-se; os cabeças da conjuração fôram executados, na fórma da justiça militar, e os menos culpados condemnados a servir como escravos e a duros trabalhos forçados.

Com isso restabeleceu-se apparentemente a ordem; porém, o essencial, a concordia e a paz interna, continuaram a faltar, como dantes; e tambem exteriormente as cousas tomavam agora aspecto mais ameaçador, porque o principal culpado, o tal interprete, havia escapado ao merecido castigo, e procurava nos arredores sublevar os colonos precursores e os Indios.

Nos annos seguintes, recebeu o Estado agricola franco-brasileiro consideravel reforço de gente, graças aos exforços do almirante Coligny; um sobrinho de Villegaignon, Bois le Comte, trouxe uma esquadra de tres navios, com trezentos immigrantes, para o forte Coligny; e então fôram gradativamente tomando posse e colonizando as ilhas mais proximas, principalmente a extensa e fertil ilha do Governador (27),

---

(27) A ilha do Governador só veio a ter essa denominação, em consequencia de haver sido a metade della doada por Mem de Sá de sesmaria (confirmada por d. Sebastião, a 13 de Fevereiro de

assim como a margem ocidental da bahia. Ao mesmo tempo, extendia-se cada vez mais a influência política dos Francezes, tanto ao longo da costa, como pelo interior; a intelligente amabilidade e liberalidade com que Villegaignon tractava os Indios, a severa e recta imparcialidade com que fazia justiça a qualquer, sem distincção de côr, grangearam-lhe, por toda parte, o coração dos indigenas, e sempre novas tribus desejavam ser admittidas á sua alliança, de sorte que as colonias portuguezas vizinhas já olhavam com cioso receio para a rival, que tão rapida e robustamente crescia no meio dellas.

Na verdade, porém, as condições do Estado agricola francez estavam longe de ser tão boas como pareciam; a velha discordia lavrara mais e mais, e, sobrevindo um novo factor, o elemento religioso, tornou-se ainda mais exacerbada e aguda a situação.

Villegaignon escolheira por protector, como já foi referido, um dos potentados calvinistas, o almirante francez Colligny, e para obter-lhe as boas graças adheriu ao culto da seita religiosa dos huguenotes, como tambem havia de boamente promettido fazer de sua fundação um lugar de refugio para o protestantismo francez. Parece, porém, que não foi realmente séria, de sua parte, essa adhesão religiosa; e quando, com a segunda expedição, chegaram ao forte de Colligny mais pastores calvinistas e alli começaram sua faina, declarou-se em breve o rompimento (28). E' hoje impossivel

---

1576), a seu sobrinho Salvador Corrêa, primeiro governador (1587) da capitania real do Rio de Janeiro. Pelos Indios, era chamada "Paranapeçú" ou "Paranapucú", toponymio que, conforme Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pag. 255), significa "o mar comprido, o braço de mar, o canal maritimo"; e os Portuguezes davam-lhe, primitivamente, consoante com o que affirma Porto Seguro (*op. cit.*, vol. I, pag. 415), o nome de "Maracaiá" ou "do Gato", porque o chefe dos Indios al-cunhado Maracayás ou gatos bravos ahi residia". Ao tempo da expulsão dos Francezes (1567), segundo nota de Capistrano de Abreu (*loc. cit.*), o cacique dos Maracajás (ou Temiminós) já não mais residia alli, porquanto esses selvagens "foram antes obrigados a emigrar para o Espirito Sancto, e combatiam agora contra os Tamoios".

(28) Sobre as questões religiosas, que influram no mallogro da tentativa de colonização franceza do Rio de Janeiro, cumpre que se leiam alguns trabalhos posteriores á obra de Handermann. Não obstante defeltos inevitaveis pela carencia de documentos decisivos sobre as luctas que Villegaignon teve de sustentar, ao aspecto theologico principalmente, com os ministros e colonos protestantes, inserem informações curiosas e dilucidativas os livros de Arthur Heu-lhard, "Villegaignon, roi de l'Amérique" (Paris, 1897), Zeferino Candido, *Navegação e conquistas* (Rio, 1900), e José Carlos Rodrigues,

reconhecer a verdadeira feição dos acontecimentos á luz das notícias desfiguradas, apaixonadas, dos contemporaneos; os pastores protestantes accusam ao chefe da colonia de haver publicamente apostatado da Reforma, e de os haver perseguido com tal fanatismo, que preferiram confiar-se ao Oceano, num navio que fazia agua, a permanecer mais tempo sujeitos ao seu govêrno; por outro lado, porém, tendo-se em consideração a maneira pela qual se desenvolvia o estado-modêlo do calvinismo naquella época, sob a direcção do proprio Calvino, em Genebra (1535-1564), cumpre observar que o calvinismo, por seu turno, demonstrava então a maior intolerancia, e que o clero calvinista assumia nas questões politicas accentuado espirito de mando, o que, sem dúvida, não podia agradar a um velho lóbo do mar, como Villegaignon, habituado á severa disciplina militar.

Fôsse como fôsse, depois de prolongados dissidios, no correr dos quaes alguns fôram executados, segundo as leis militares, e outros tiveram que buscar refugio entre os Indios, os pastores reformistas se embarcaram de regresso á França, junctamente com os seus mais fervorosos partidarios; e o que alli deram de informações sôbre Villegaignon, "o Caim americano", fez que os huguenotes, em geral, renunciassem á emigração para o Brasil; cessou desde então todo auxilio em dinheiro e homens, que o partido religioso reformista até ahi havia concedido á colonia.

Não perdeu ânimo, entretanto, Villegaignon: gabava-se elle de que nem o rei de Espanha, nem o Grão-Turco poderiam desaloja-lo; pensava até em conquistar as colonias luso-brasileiras; e no anno de 1559 fez elle mesmo uma viagem á França, afim de alli buscar recursos para uma tal empresa.

---

*Religiões acatholicas no Brasil* (Rio, 1904). Heulhard esforça-se no sentido de rehabilitar Villegaignon, estigmatizado pelo epitheto de "Caim da America", que lhe lançaram os pastores calvinistas, por elle expulsos da nascente colonia fluminense. A parte, relativa á França Antartica, da longa e interessante obra de Jean Crespin, *Martyrs persecutez et mis à mort pour la vérité de l'Evangile, depuis le temps des Apostres jusques à present (1619)*" (ed. nova em 3 vols., Toulouse, 1885), — a qual muito concorreu para o ferrete que pesava sôbre a memória de Villegaignon, foi trasladada a portuguez e publicada por Domingos Ribeiro, com o titulo *A tragedia de Guanabara ou historia dos protomartyres do christianismo no Brasil* (Rio, 1917). Merece lida para o caso em questão,



Chegou em occasião impropria, pois justamente acabava de morrer o rei Henrique II; succederam-lhe os filhos menores e sob o seu fraco govêrno os dous grandes partidos politicos e religiosos enfrentaram-se de armas na mão, começando então a época historica das guerras de religião. Em taes condições, naturalmente, ninguem tinha vagar nem dinheiro para as questões americanas; nem mesmo Villegaignon voltou ao Rio de Janeiro, a sua colonia ficou entregue á propria sorte, e nos annos seguintes succumbiu ao ataque inimigo de seus vizinhos mais felizes.

Ao passo que o Estado agricola franco-brasileiro assim caminhava para a sua decadencia, surgia nova éra, mais venturosa, para as colonias portuguezas.

O segundo governador-geral, Duarte da Costa, recebeu ordem de regressar ao reino e foi substituido por Mem de Sá que, durante dezeseis annos (1558-1573), empunhou o leme do Estado brasileiro.

Homem bastante instruido, dotado de incansavel actividade e severa rectidão, começou desde logo a exercer a mais benefica influencia; internamente a lucta, até então empenhada entre o clero e o poder civil, cessou incontinenti, passando a operar ambos em perfeita harmonia de vistas, tanto para o restabelecimento da ordem e dos bons costumes entre os colonos, como para a conversão e civilização dos aborigenes; não se descurou, outrotanto, o nôvo governador-geral das fontes de riqueza natural do paiz, nomeadamente fazendo proseguir ininterrupta, si bem que sem bom exito, a pesquisa no sertão á cata de pedras e metaes preciosos.

Não menor attenção prestou Mem de Sá a tudo quanto se relacionava com a defesa das colonias contra o inimigo exterior; nas vizinhanças da Bahia, submetteu elle muitas das ainda não vencidas tribus, assim como salvou da completa ruina as fortemente ameaçadas capitancias de Ilhéos, Porto Seguro e Espirito Sancto, fornecendo-lhes promptos e efficientes soccorros; tambem Sancto Amaro e São Vicente fôram amparadas contra os ataques do chefe Cunhambebe: de tal sorte que, por toda parte, ao menos provisoriamente, a paz, ou em todo caso a supremacia das armas européas, foi restabelecida.

Restava, porém, ainda o mais perigoso inimigo, — o Estado agricola franco-brasileiro, duplamente odiado pelos Portuguezes, pois os que se haviam domiciliado alli não eram sómente rivaes no commercio, mas eram ainda protestantes, hereges, e Mem de Sá não podia, portanto, considerar a sua



tarefa cumprida, nem julgar em perfeita segurança as colonias confiadas á sua guarda, antes de dominado esse outro estabelecimento, de vêr-se o porto do Rio de Janeiro restituído ao dominio lusitano. Para esse fim, já havia o seu antecessor, e tambem elle proprio, requisitado fôrça de Portugal, sem ter podido, contudo, obter cousa alguma da regencia, que governava em nome do rei d. Sebastião, ainda menor (1557-1578).

Só em Novembro de 1559 appareceram alguns navios de guerra no porto da Bahia, e Mem de Sá convocou então todos os homens que podiam tomar armas, colonos e Indios alliados, que se encontrassem disponiveis na cidade do Salvador e seus arredores, a se arregimentarem com a tropa expedicionaria; ao mesmo tempo, mandou uma mensagem aos habitantes de São Vicente, para que se mobilisassem e fôsseem encontra-lo a meio caminho.

Em meado de Março de 1560, reuniu-se o conjuncto da expedição á entrada da bahia do Rio de Janeiro, sendo do Norte dous navios grandes e oito pequenos, e do Sul um bergantim e grande quantidade de canôas indigenas; o proprio governador-geral exercia o commando, e a seu lado se achava o provincial dos jesuitas, Manuel da Nobrega. Em breve foi cercada a ilha de Villegaignon por todos os lados e tomado o desembarcadouro; apesar disso, ainda o forte de Coligny, do alto da rocha, offerecia vigorosa resistencia aos atacantes; e sómente após ter soffrido violento bombardeio durante dous dias e duas noites consecutivas, exgottadas por completo as suas provisões de polvora e agua potavel, a guarnição depoz as armas.

Mem de Sá satisfez-se, no momento, com esse triumpho; não se sentindo, porém, bastante forte para guardar e sustentar os postos conquistados, mandou arrazar a cidadella e embarcou novamente, com os prisioneiros e o producto do saque; as outras colonias francezas, feitorias e povoações agricolas espalhadas pelas ilhas e pela margem da bahia, continuaram a subsistir sem ser atacadas; os navios mercantes francezes podiam ainda alli aportar, como de costume, sem estôrvo; mas o seu baluarte, o reducto do Estado agricola franco-brasileiro, esse estava para sempre anniquilado.

Mem de Sá não mais perdeu de vista o Rio de Janeiro. Desde comêço, logo que tomou conhecimento das circumstancias do Brasil, se havia convencido, e em repetidos relatorios representara á côrte de Lisbôa, de que era uma necessidade política, si a corôa de Portugal queria conservar

o seu domínio sul-americano, a fundação além, para o Sul, de uma segunda capitania real, segunda cidade grande e fortificada, que, como Salvador, na Bahia, para o Norte, estivesse no Sul em condições de proporcionar a qualquer momento protecção e auxilio ás capitánias feudaes vizinhas.

Tivera elle, a principio, em idéa, a região do Espirito Sancto, que para tal fim estava bem situada; depois, porém, que viu o Rio de Janeiro, deu naturalmente preferencia a esta bella bahia.

Com crescente zêlo insistiu o governador por que a corôa despachasse para alli uma expedição com o fim de tomar posse e colonizar e, apesar de seu exôrço, só conseguiu o que desejava do fraco, irresoluto govêrno da pátria, após repetidas representações.

Em Fevereiro de 1564, entrou na Bahia a esquadra destinada á colonização do Rio de Janeiro, commandada por Estacio de Sá, sobrinho do governador-geral, que o recebeu de braços abertos; a expedição foi abastecida, abundantemente, de todo o necessario e reforçada consideravelmente com o recrutamento de colonos e militares, ao mesmo tempo que eram concitadas as restantes capitánias a prestarem todo o auxilio. Enquanto, assim, activamente se faziam preparativos ao longo da costa, navegou Estacio de Sá directamente para o logar de seu destino, afim de alli, onde fôsse possivel, firmar o pé; fez o reconhecimento da bahia, procurou desembarcar em diversos logares; os Indios, porém, embargaram-lhe, por toda parte, os passos, em attitude hostil, de sorte que afinal achou elle mais acertado esperar primeiramente no porto de Sanctos (provincia de São Paulo) a chegada dos reforços, que alli affluíam em grande número, especialmente vindos da capitania de São Vicente.

Nas primeiras semanas do anno seguinte (1565) appareceu novamente Estacio de Sá, com a sua esquadra, na bahia do Rio de Janeiro; ancorou logo á entrada, juncto ao Pão de Assucar, e ao pé dessa rocha, na península, que de um lado é banhada pelo Oceano e de outro pela primeira enseada da bahia, lançou elle os fundamentos da sua colonia, á qual, provavelmente em homenagem ao joven rei, deu o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro e, por armas, os instrumentos de martyrio do seu padroeiro: um feixe de flechas.

Sob continuos e sangrentos combates com os Indios, com os restantes colonos francezes e capitães de navios mercantes, foi edificada a nova cidade, ao modo dos aldeamentos indigenas, defendida por uma forte paliçada, um paraiteito de

terra e numerosas baterias; roçou-se o matto em redor, afim de dar logar ás necessarias plantações e, logo que se concluíram estas primeiras installações, despediu Estacio de Sá todos os seus navios, cortando com essa providencia, para si e seus companheiros, toda a possibilidade de fuga; não havia dahi em deante sinão vencer ou morrer.

Começaram, então, para os colonos de São Sebastião dous annos tristes, de trabalhos, privações e combates; sem navios grandes, não podiam impedir que navios mercantes francezes penetrassem continuamente na bahia e levassem para os colonos seus compatriotas novas provisões, especialmente armas e munições, das quaes tambem os Indios alliados recebiam a sua parte; e dentro em pouco sabiam estes manejar as armas de fogo com tanta habilidade como um Europeu, pelo que ainda mais perigosos se tornaram, como inimigos, para os Portuguezes.

Não obstante, conseguiu Estacio de Sá manter a ordem e a coragem dos seus companheiros; um ataque após outro, ora da terra, ora do mar, fôram todos repellidos; em breve houve tambem uma sortida nos arredores, procurando tomar ao inimigo provisões, ou escravos; ou dava-se um encontro naval na bahia com embarcações precarias, contra um navio mercante francez, contra uma flotilha de canôas de Indios e, assim, se sustentou a nova colonia, com felicidade, embora soffrendo grandes perdas, até que uma nova expedição portugueza acudiu para levantar o cerco.

Mem de Sá não exquecia o sobrinho e os compatriotas; informado da sua tragica situação, de como elles tinham, incessantemente, que lutar, ora contra o inimigo, ora contra a fome, tornou o governador-geral a dirigir as suas representações á côrte de Lisbôa, que, depois de alguma hesitação, resolveu mandar em soccorro tres navios de guerra, sob o commando de Christovam de Barros, esquadra que préviamente ancorou na Bahia, em fins de 1566.

Neste interim fez tambem Mem de Sá os seus preparativos; chamou dous navios que cruzavam a costa, seis navios mercantes fôram rapidamente armados para a guerra; as capitancias vizinhas, principalmente Bahia e Pernambuco, mandaram mantimentos e homens; o governador-geral em pessoa assumiu o commando, e, a 18 de Janeiro de 1567, a frota reunida entrou na bahia do Rio de Janeiro, onde estabeleceu communicação com os colonos de São Sebastião.

Desta vez, tractava-se de combate decisivo de vida ou de morte, e tambem os Francezes se preparavam diligentes

para tal fim; os colonos esparsos reuniram-se nas duas principaes colonias, das quaes uma era em terra firme, juncto ao riacho Catete, mesmo ao Sul da actual cidade, e outra na ilha do Governador; os Indios alliados fôram chamados em auxilio, e bem preparados se puzeram á espera do inimigo, que no dia de São Sebastião — 20 de Janeiro — deu inicio ao ataque.

A aldeia do Catete foi tomada na primeira investida, grande parte da guarnição foi passada á espada e cinco prisioneiros de guerra Francezes fôram immediatamente enforcados; os restantes fugiram para a ilha do Governador; mas tambemahi se decidiu a sorte em favor de Portugal: depois de demorado, feroz combate, no qual Estacio de Sá recebeu ferimento mortal, os sobreviventes Francezes tiveram que procurar a salvação na fuga, ao passo que os vencedores arrasaram as aldeias e feitorias. Com isto se poz termo, para sempre, ao Estado agricola franco-brasileiro do Rio de Janeiro; e não obstante nos proximos annos diversos navios francezes ainda penetrassem sorateiramente na bahia, e ainda subsistissem algumas feitorias ao longo da costa, especialmente em Cabo Frio e na embocadura do Parahiba, nunca mais foi sériamente ameaçado o dominio portuguez nessas paragens.

Quanto ao desenvolvimento ulterior desta região — a capitania real do Rio de Janeiro — deve-se antes de tudo mencionar que o governador-geral, logo depois da victória de 1567, marcou outro sitio para a cidade de São Sebastião.

A séde dada por Estacio de Sá, denominada Villa Velha, na pequena península juncto ao penedo do Pão de Assucar, foi abandonada, e em muito pouco tempo caiu completamente em decadencia; em troca, a nova colonia cresceu mais para o interior da bahia, no seu sitio actual, a saber, primeiramente proxima ao morro do Castello, em frente á ilha de Villegaignon.

Repartiu o governador-geral o territorio em volta em sesmarias entre os colonos; a Companhia de Jesús recebeu tambem uma consideravel porção de terra, na qual se estabeleceram os Indios convertidos da Bahia e de São Vicente, que haviam acompanhado a expedição.

Tambem não tardou que os sanctos padres attrahissem algumas tribus da vizinhança, que se tornaram seus proselytos, de sorte que São Sebastião se achou por todos os lados coroada por um círculo de missões — baluarte esse de tanto



maior valor, visto que a maioria dos Indios da vizinhança continuou por muito tempo em relações amigaveis com os contrabandistas francezes e com desconfiança contra os Portuguezes.

Quanto á administração e constituição, foi a nova colonia inteiramente egualada ás mais velhas, notadamente á cidade de Salvador.

Quando Mem de Sá, depois de uma estada de 12 mezes, voltou á Bahia, nomeou, para substituir o fallecido Estacio de Sá, outro sobrinho seu, Salvador Corrêa de Sá, para governador da capitania do Rio de Janeiro; e, sob a direcção desse intelligente funcçionario (1568-1572), assim como sob a do seu successor Christovam de Barros (1572-1576), o nôvo Estado agricola floresceu lentamente, mas com segurança, e pouco a pouco foi ganhando para a esphera da colonização não só a margem da bahia, como tambem a costa vizinha, do Oceano.

★ ★ ★

Afóra isso, pouca cousa mais se pôde narrar a respeito de grandes acontecimentos historicos no govêrno de Mem de Sá; apresentou-se, porém, durante elle, pela primeira vez, á discussão e solução provisoria, uma questão importante para a constituição interna da colonia, questão que já desde então, por muito tempo, havia de representar importante papel na história do Brasil e de perturbar, por diversas vezes, a paz interior. Tractava-se principalmente de saber que posição os primitivos habitantes indios deviam tomar na nova communnidade europeu-christã; e dous systemas, dous partidos se oppuzeram um ao outro, com a maior acrimonia e violencia.

De um lado, os colonos; desde o princípio haviam elles, do modo mais diverso, escravizado um não pequeno número de indigenas; e como, naturalmente, num paiz nôvo se estava em contínuo apuro pela falta de braços, procuravam elles sempre adquirir maior número delles. Na verdade, teriam preferido, em geral, os escravos pretos, pelo facto de se adaptarem melhor aos trabalhos da lavoura, por terem mais fôrça physica e resistencia; porém os pretos só com grandes despesas podiam vir de longe; ao passo que os Indios podiam tê-los em qualquer tempo na immediata vizinhança, com facilidade e por pequeno preço; eram, assim, preferidos estes ultimos, e de anno para anno cresceu em todas as colonias o povoamento de escravos indios, de modo consideravel.



De outro lado estavam os jesuitas; usavam elles, para com os indigenas, de um systema humano, tractando de convertê-los ao christianismo, reuni-los em missões, e habitua-los á vida de costumes europeus e de trabalho da lavoura. E, não satisfeitos com isso, os sanctos padres atacavam ao mesmo tempo, tanto nas prédicas, como por escripto, o systema dos colonos, pugnando incansaveis pela liberdade e contra a escravização dos Indios; e, pela preponderante influencia de que a Ordem já então dispunha na côrte portugueza, conseguiu ella que tambem esta adoptasse o seu modo de ver.

Repetidas vezes eram despachadas cartas régias endereçadas aos brancos: "que deviam renunciar ao roubo de homens e ao uso da violencia contra os indigenas; que, ao contrário, deviam de todos os modos auxiliar os jesuitas, na sua obra de catechese"; especialmente eram aconselhados a tractar bem os Indios baptizados, não os offendessem, nem tambem os expulsassem de suas antigas propriedades, "afim de que elles se pudessem compenetrar de que os christãos querem a salvação das suas almas, não as suas propriedades, e assim tambem os indigenas ainda não convertidos que tivessem desejo de receber o sacramento do baptismo".

E' de imaginar-se que a população branca do Brasil não andava nada satisfeita com o zêlo dos jesuitas e com as advertencias reaes, como antes os Espanhões de Haïti, com as reclamações do "protector dos Indios", Las Casas; sentiam-se lesados do modo mais grave nos seus interesses materiaes, pois cada Indio ganho para a missão representava para elles prejuizo de futuro escravo, perda duplamente sensivel, deante da geral falta de braços para o trabalho.

Infelizmente os jesuitas em absoluto não se mostraram tão desinteressados, que o seu systema não offerecesse tambem ponctos fracos e lados sombrios á critica malevola.

A organização, a administração das missões foi essencialmente a mesma em ambas as partes da America: na California e no Paraguai, assim como no Brasil; em verdade, os Indios habitantes das mesmas eram em nome homens livres, e tambem lhes pertenciam as terras que cultivavam; mas de facto eram servos da gleba, sujeitos á mais severa disciplina, e o fructo do seu trabalho ia para as mãos do director da missão, que o applicava em proveito da sua igreja, da sua Ordem, ao passo que só concedia aos trabalhadores, em compensação, o necessario para viverem e uma escassa instrução christã. E' verdade que os Indios convertidos sen-

tiam-se bem e satisfeitos; sentiam amizade e afeição particular para com os seus padres e, em todo caso, era muito melhor a sua situação do que a que encontravam sob o chicote do colono; pôde-se, porém, condemnar a população branca do Brasil porque, cega pelo interesse pessoal, só queria ver o lado mau e não o bom?

“Os discursos sobre philanthropia soam muito bem”, — commentava-se; — “infelizmente só se tracta, no fundo, de egoismo: os jesuitas, ao passo que combatem contra a escravidão dos indigenas, querem simplesmente subtrahir braços aos colonos, afim de os conservarem para si; os Indios nas missões não eram, de facto, sinão escravos e as proprias missões não eram sinão plantações de primeira ordem, que faziam concorrência aos colonos com os seus productos; todavia, os colonos pagam impostos, enquanto os jesuitas missionarios recebem ainda mais o dizimo da egreja para o seu salario annual”.

Depois de muitas disputas, foi a questão afinal levada á decisão de um tribunal, que o rei d. João III havia instituido para dar parecer sobre dúbidas de consciencia — a “Mesa da Consciencia” de Lisboa; este tribunal aconselhou então um meio termo.

Julgava elle não poder, sem prejuizo para a colonia, prohibir inteiramente a escravidão dos indigenas; indicava, porém, limites determinados, estabelecendo “que os colonos só podiam reter, por direito, em escravidão, tres classes de Indios: primeiro, os aprisionados em guerra justa; depois, os que eram vendidos pelos seus proprios paes; e, finalmente, os que, vendendo-se a si mesmos, passavam para o poder de um senhor”. Qualquer outro meio de acquisição era prohibido, como abuso.

Naturalmente, com isso, não se acabaram os abusos; prisioneiros de guerra, ainda quando adquiridos numa guerra injusta, eram, como antes, escravizados; não se investigava si o vendedor era realmente o pae do Indio proposto á venda, bastava que elle se dêsse como tal; e quanto ás vendas da propria pessoa, eram na maioria realizadas pela força, pela astucia, ou pelo embuste.

Por outro lado, tambem os jesuitas não se satisfizeram com a decisão do tribunal e obtiveram que, ao menos, o rei d. Sebastião (cêrca do anno de 1565) nomeasse uma commissão que fôsse encarregada de investigar e acabar com todos esses abusos.

Essa commissão, em que o governador-geral, o bispo, e ouvidor-geral e alguns membros da Companhia de Jesús tinham voto e assento, concordou em diversas providencias: nomeou um curador para os Indios e, de facto, o primeiro foi Diogo Zorrilla; declarou nulla toda venda de gente entre brancos e indigenas, desde que não fôsse concedida licença das auctoridades\* do local; cortou tambem aos colonos as desculpas que lhes haviam servido tantas vezes para augmentar o seu rebanho de escravos, prohibindo-lhes casar os escravos negros com Indias. Além disso, as relações entre as missões e os proprietarios de escravos, que repetidas vezes questionavam a respeito do direito de possuir escravos indios, foram regularizadas com as seguintes medidas: quando um Indio pedisse asylo numa missão e confessasse ser escravo fugido, era o missionario obrigado a entrega-lo sem demora ao seu senhor; mas, na falta dessa confissão, competia ao dono eventual do escravo reclama-lo e provar o seu direito de posse; e, depois, sómente mediante ordem especial do governador-geral, ou do ouvidor-geral, lhe era o fugitivo restituído; si, ao contrário, o dono do escravo procurasse, por si mesmo, rehaver pela fôrça o fugido, incorria, por isso, na perda de todos os seus direitos e o Indio ficava na missão.

Por outro lado não deviam, tambem, os missionarios reter á fôrça nenhum de seus pupillos, que mostrasse desejo de entrar para o serviço de algum colono; e, finalmente, eram os juizes dos districtos obrigados a percorrer as missões, de quatro em quatro mezes, para velar pela observancia dessa lei e harmonizar eventuaes contendas.

Comprehende-se que, em regra geral, essas decisões deviam redundar em favor das missões. Na maioria dos casos, quando fugia um escravo indio de um colono, era-lhe difficil, ou mesmo quasi impossivel, apresentar prova de seu verdadeiro direito de posse, e então se via constrangido a deixar o fugitivo na missão; ao passo que de certo muito raramente, ou nunca, aconteceu que um Indio, por sua livre vontade, quizesse trocar o serviço leve das missões pelo pesado de um fazendeiro.

Ficaram, portanto, os colonos muito descontentes com a lei; em breve, porém, ia crescer muito mais o seu descontentamento, pois dentro de poucos annos alcançaram os jesuitas uma nova vantagem.

A 20 de Março de 1570, expediu o rei d. Sebastião uma carta aberta, cujo teor era: "Elle havia sido informado de

que ainda no Brasil os indigenas eram escravizados de modo illegal e illicito, o que não era menos funesto para a consciencia dos que se tornavam culpados dêsses abusos, do que para o serviço da Corôa e o bem do Estado; por esse motivo, havia consultado a Mesa da Consciencia, e, a conselho della, prohibia dahi em deante todos os meios e modos até então usados e permittidos para a escravização dos Indios. Para o futuro, seriam escravizados sómente os Indios que fôsem aprisionados numa guerra justa, emprehendida com a licença e a ordem da corôa ou do governador-geral, e os que costumavam atacar as tribus da vizinhança, ou as colonias portuguezas, para saciar o seu sinistro gôsto pela carne humana, como, por exemplo, os ferozes Botocudos (Aimorés), em Ilhéos e em Porto Seguro. Finalmente, para a verificação, era intimado quem houvesse adquirido escravos dêsse unico modo permittido a mandar fazer a inscripção no prazo de dous mezes, no registo público official; de outro modo, incorria na perda do seu direito e o prisioneiro voltava a ser homem livre”.

Este regimento régio, considerado sob o poncto de vista de pura humanidade, merece, certamente, o mais alto louvor, porque não só abolia o commercio de escravos entre os Indios de um lado e os colonos de outro, mas tambem reconhecia por princípio a liberdade dos Indios e só admittia a unica excepção, que ainda facilmente se podia conciliar com os direitos do homem.

Por outro lado, na verdade, muito se poderia objectar: primeiro, como até então para cultivo das terras não bastavam os colonos europeus, necessitavam elles de muito mais fôrças de trabalho e auxilio e, privados dos Indios, a consequencia natural foi que a necessidade fez progredir a importação de escravos pretos das costas da Africa, como de facto aconteceu nos annos seguintes. Além disso, os fazendeiros brasileiros queixavam-se, e com razão: essa nova providencia dava á Companhia de Jesús quasi exclusivo monopolio sôbre o braço dos Indios; as missões desenvolver-se-iam cada vez mais em grandes plantações e fariam esmagadora concorrência aos cidadãos que pagavam impostos.

Teve assim o govêrno que reconsiderar em breve. Já no anno de 1573, determinava o rei d. Sebastião: “O tráfico de escravos (resgate) não deveria ser dahi em deante inteiramente prohibido, visto que os grandes possuidores de terras necessitavam da escravatura; não se consentiriam, po-



rém, as vendas de escravos, notoriamente injustas; deviam ser abolidos os costumados abusos de até então”.

Na mesma ocasião, fôram encarregados ambos os governadores-geraes, Luis de Brito d'Almeida e Antonio Salema (29), que na ocasião substituíram Mem de Sá, de elaborar uma lei nesse sentido; tomaram elles em seu conselho e ouvidor-geral e alguns ecclesiasticos, e de suas deliberações resultou o decreto de 6 de Janeiro de 1574, que, em 10 capitulos, reorganizava as condições dos Indios e novamente procurava conciliar, num meio termo, os interesses antagonicos.

Em primeiro lugar, fôram declarados livres para sempre todos os Indios convertidos e acolhidos nas missões dos jesuitas; e sómente quando fugissem das aldeias das missões, para o matto, e se ausentassem, por mais de um anno, podiam ser de novo escravizados.

Todos os outros Indios, ao contrário, podiam ser escravizados, e de dous modos: 1º) por aprisionamento, numa guerra justa; e como guerras justas deviam ser consideradas dahi em diante não só asprehendidas por ordem da corôa, ou dos governadores-geraes, mas também aquellas que, em caso de necessidade, emprehendiam os donatarios das capitánias com approvação dos mais distinctos funcionarios, dos missionarios jesuitas e outras pessoas experimentadas; 2º) por compra. Estava assim restabelecido o commercio de homens, embora com grandes restricções; pois os colonos não podiam comprar aos Indios sinão escravos de 21 annos de idade feitos, que preferissem, por livre resolução, o jugo de um senhor branco á escravidão sob alguem da sua propria raça, e a compra devia ser effectuada com o conhecimento e permissão de auctoridade colonial. Todo e qualquer Indio que, do outro modo, fôsse prêso e conservado em escravidão, seria formalmente declarado livre; egualmente o era aquelle cujo senhor lhe omittisse a inscripção no registro official.

Uma vez, porém, devidamente registado um escravo indio, ficava elle assegurado, para sempre, ao seu senhor, e, quando fugia e era apanhado por terceiro, devia este res-

---

(29) Handelmann, algumas páginas mais adeante, esclarece que a colonia luso-americana foi dividida em dous govêrnos, continuando um delles a ter por séde a cidade do Salvador e mandado estabelecer o outro na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Sabe-se que para o primeiro foi nomeado o conselheiro Luiz de Brito e Almeida (1572-1577) e para o outro o desembargador Antonio de Salema (1574 a 1577 ou 1578), constando haver este último escripto, afim de historiar a sua administração, um livro que, infelizmente, se perdeu.



titui-lo ao dono, recebendo o pagamento de mil réis e a indemnização das despesas effectuadas. Finalmente, determinava a lei, para cada transgressão, uma multa de 40 cruzados e, além disso, o culpado, si era homem da plebe, seria açoitado publicamente e, si de alta posição, soffreria dous annos de banimento.

★ ★ ★

Temos ventilado a questão dos Indios, desde os primordios, com todos os pormenores que habilitam a determinar exactamente a feição das cousas, mostrando como os dous partidos, de um lado a Companhia de Jesús, de outro a população colonial, se apresentavam em acerba opposição nas suas opiniões, interesses e desejos, e como a corôa, a legislação, em rapidas alternativas, oscillavam entre uma e outra. Ficou assim egualmente mais tarde.

Em primeiro logar, subsistia a lei de 6 de Janeiro de 1574 em reconhecida validade, sem, contudo, contentar ou reconciliar os partidos litigantes. De um lado, teimavam os colonos na prática dos antigos abusos; de outro, permitiam-se os missionarios diversas violações, entre as quaes citaremos só uma, para exemplo. Em fins do seculo XVI, numa correria de Indios, viu-se o chefe dos colonos, Feliciano Coelho, obrigado a atacar algumas aldeias e destrui-las; os seus habitantes eram, sem dúvida, inimigos e pagãos; sem embargo, reclamou a Companhia de Jesús, como si fôsem sua posse, porque já haviam alli prégado o Evangelho alguns de seus missionarios, e exigiu uma indemnização; e com esta pretensão condescendeu o governador-geral, que condemnou Feliciano Coelho a paga-la.

Nestas circumstancias, naturalmente, a tensão de animos entre ambos os partidos se tornava de anno para anno mais acirrada: ora um, ora outro, appellavam para o govêrno da mãe-patria e obtinham um decreto favoravel aos seus interesses; porém, na totalidade, essas leis não tiveram influencia duravel para a situação dos Indios.

Ambos os partidos, ambos os systemas, como fôram estabelecidos a princípio, assim continuaram inalterados, irreconciliaveis, um ao lado do outro, e, afinal, no decorrer do seculo XVII, em muitos logares chegaram as cousas até á declarada hostilidade.

★ ★ ★

Retrocedamos agora ao curso dos acontecimentos historicos.

A administração do terceiro governador-geral, Mem de Sá (1558-1573), foi no seu todo, mesmo abstrahindo-se dos successos exteriores que elle obteve sôbre os Francezes e os Indios, muito benefica para o Brasil.

Com o clero estava nas melhores relações e favoreceu os seus designios no que poudes, infelizmente tambem nas cousas seculares, havendo proporcionado especialmente á Ordem dos Jesuitas a posse de grandes fazendas e novos rendimentos, tirados dos recursos da colonia. Isso não era apreciado, de todo, pela população leiga; não obstante, tambem ella dedicava affeição ao governador-geral, porque não somente soube elle manter a ordem e a lei com zêlo e, ao mesmo tempo, com brandura, mas tambem votou incansaveis cuidados e a sua protecção aos seus interesses materiaes, á lavoura, á navegação, ao commércio. Assim, durante a sua administração, floresceram esplendidamente as capitánias da Bahia e Pernambuco e, além dessas, a recém-fundada do Rio de Janeiro.

Pena foi não haver a côrte de Lisbôa auxiliado bastante os seus exforços. "Tomo a Deus por testemunha"—escreveu Mem de Sá ao ministerio — "que faço mais do que posso; sou, porém, apenas um homem, e tudo o que fiz durante todo o tempo que estive no Brasil, outro desfará numa hora. O govêrno concede os cargos a qualquer que os pede, sem averiguar si é digno delles. Não ha aqui nenhum funcçionario que preste bons serviços, nenhum donatario que seja capaz de defender uma ovelha, muito menos uma capitania contra tantos pagãos e criminosos deportados. A graça unica — assim concluia a carta — que eu supplico é a permissão para voltar á patria, porque não parece justo que, em recompensa dos meus fiéis serviços, seja eu retido como um desterrado numa colonia, com a qual a patria tão pouco se importa" (30).

Repetidas vezes Mem de Sá escreveu no mesmo sentido e pediu a sua demissão, antes que a côrte portugueza acce-

---

(30) O texto da carta de Mem de Sá, tal qual se acha em Handermann, resente-se de erros graves, como, por exemplo, a expressão "durante o tempo que estive no Brasil", pois que elle falleceu na Bahia, não havendo retornado a Portugal, enquanto governou a colonia luso-americana. O documento em questão foi escripto na cidade do Salvador, a 10 de Agosto, sem indicação do anno, que se presume ter sido o de 1569. Endereçou-a elle ao secretario de Estado, Pero d'Alcaçova Carneiro. Ei-la como se encontra na *História geral do*

desse; afinal, foi nomeado Luis de Vasconcellos para seu successor, e embarcou; com elle veio o padre Ignacio de Azevedo, que devia occupar o lugar do edoso padre Manuel da Nobrega no cargo de provincial, e mais sessenta e nove irmãos da Companhia de Jesús (1569).

Todavia, a frota que os trazia ao Brasil jámais alcançou o lugar de seu destino: uma violenta tempestade dispersou os navios em todas as direcções, e da sua maioria nunca mais houve noticias. Os dous ultimos, finalmente, um perto das ilhas das Canarias, outro no alto mar, encontraram dous corsarios francezes, Jacques Sore, de Rochelle, e Jean Cap de Ville, ambos zelosos huguenotes. E aconteceu então um daquelles tristes espectaculos, como nas guerras de religião do tempo frequentemente succediam; desencadeou-se encarniçado combate, no qual ninguem dava nem esperava quartel, havendo-se, finalmente, decidido a victoria pelos Francezes, mais fortes.

O governador-geral e a equipagem portugueza tombaram com as armas na mão. Por fim, lançaram-se os vencedores sobre os padres da Ordem — o padre Azevedo e 39 companheiros, que, sem armas e sem perder o ânimo, esperavam'o desenlace. Um após outro, vivo ou morto, fôram todos lançados ao mar.

Esta atrocidade enriqueceu com mais uma lenda o archivo das lendas da egreja catholica e, sobretudo, da Companhia de Jesús, e a cathedral de Salvador com uma supposta reliquia do martyr padre Azevedo; no mais, ficou isto sem influência sobre os destinos do Brasil. Sómente Mem de Sá soffreu as consequencias; a sua esperança de voltar breve á patria desvaneceu-se; por mais quatro annos teve elle de continuar no seu cargo, e, mal havia obtido a almejada demissão e entregado ás mãos do seu successor o bastão de commando, foi surprehendido pela morte na Bahia em 1573.

---

*Brasil*, do visconde de Porto Seguro (ed. cit., vol. I, pag. 437): "Senhor. Todas as vezes que poder hei de alembrar a V. Mcê. o perigo em que todas estas capitánias estão pela sua má ordem e pouca justiça, porque trabalhe, por serviço de Deus, com Suas Altezas que a provejam de algumas cousas que na sua carta aponto. Eu sou um homem só, e quanto tenho feito, em todo o tempo que ha que estou no Brasil, desfaz um filho da terra em uma hora. S. A. dá as capitánias e os officios a quem lh'os pede, sem exame se os merecem. E cá não ha official que preste, nem capitão, que

O governo portuguez dividira, agora, o Brasil em dous governos, um ao Norte e outro ao Sul, o primeiro tendo séde em São Salvador, na capitania real da Bahia, e o outro com séde em São Sebastião, na capitania real do Rio de Janeiro. Não foi, assim, Mem de Sá substituído por um só governador-geral: substituíram-no, na Bahia, Luis de Brito d'Almeida, e no Rio de Janeiro, Antonio de Salema.

Sôbre a administração dêstes dous governadores (1573 até principios de 1578) pouco ha para notar; no interior, ficou a situação tal qual estava; no exterior, repetidas vezes foi preciso combater contra as tribus selvagens vizinhas. Os colonos prestavam o seu concurso ás auctoridades, com o maior empenho, porque uma correria de Indios era para elles o meio menos dispendioso e mais seguro para se fornecerem de braços de escravos indios, necesarios ás suas lavouras.

De maior gravidade, porém, eram as relações com os Francezes. Desde que os navios mercantes dessa nação fôram, com a edificação da cidade de São Sebastião, cada vez mais excluidos da sua antiga praça de commercio, — a bahia do Rio de Janeiro, — haviam concentrado, de preferencia, o seu negocio de contrabando em dous outros pontos da costa oriental: ao Norte, no Rio Real (provincia de Sergipe), e mais para o Sul, em Cabo Frio (provincia do Rio de Janeiro); e alli haviam procurado garantir-se por meio de aliança com os indigenas moradores proximos. Apesar de tudo, fôram desalojados de ambas as posições.

Ao Sul, Antonio Salema mobilizou tropas das capitánias que lhe eram subordinadas — São Vicente, Sancto Amaro, Rio de Janeiro e Espirito Sancto — para uma expedição contra Cabo Frio; depois de renhido combate, venceram os Portuguezes, mas os Francezes obtiveram, nas cláusulas de capitulação, livre retirada, ficando, porém, os seus al-

---

defenda uma ovelha, quanto mais capitánias, de tanto gentio e degradados. Tomo'a Deus por testemunha, e a V. Mcê. lhe lembro, que faço mais do que posso. A mercê que lhe peço é que me haja licença de Suas Altezas para me poder ir, que não parece justo que, por servir bem, a paga seja terem-me degradado em terra de que tão pouco fundamento se faz. Nosso Senhor a vida e estado de V. M. accrescente. — Do Salvador, a 10 de Agosto. — Servidor de V. M. — *Mem de Sá*". E' imprescindivel cotejar esta carta com o trecho vertido por Handelsmann, afim de rectificar os equívocos em que caíu o historiador allemão.

liados indios como prêsa dos vencedores, que os arrastaram para a escravidão, em número de oito a dez mil.

Não menos feliz foi o collega de Salema, Luis de Brito d'Almeida, ao Norte, no rio Real; logo após a primeira derrota, submeteram-se-lhe as tribus daquelle logar, que ficaram estabelecidas sob a jurisdicção portugueza e direcção de missionarios, na actual região de Sancta Luzia.

Fôram, por essa fôrma, os Francezes finalmente arredados da costa oriental brasileira; uma vez ou outra, mais tarde, appareceu alli algum de seus navios, porém, em geral, dahi por deante, o seu negocio costeiro limitou-se ao Norte do Brasil, onde tinham grande campo de acção, pois a ilha de Itamaracá, com o porto Conceição (provincia de Pernambuco), era e ficou sendo por então o extremo posto avançado portuguez, effectivamente o limite do dominio lusitano.

Em verdade, procurou Luis de Brito estender esse limite mais para o Norte; já nos ultimos annos haviam alguns colonos precursores alcançado o extremo limite norte da capitania de Pernambuco, o rio Goiana; e agora ordenou o governador ao donatario de Pernambuco, Fernão da Silva, que tomasse posse do adjacente trecho de terras, a actual provincia da Parahiba, para a corôa de Portugal; encontrou este, porém, tenaz resistencia da parte dos indigenas e soffreu, por fim, decisiva derrota, salvando-se, entretanto, em rapida fuga para a ilha de Itamaracá.

Segunda expedição, armada com 12 velas e sob o commando do proprio governador, que zarpou da Bahia em Setembro de 1575, teve, egualmente, pouco exito; em caminho foi a esquadra dispersada por violenta tempestade, seriamente avariada e obrigada a voltar ao seu porto, vendo-se então Luis de Brito impossibilitado de fazer mais tentativas para a conquista e colonização da Parahiba.

Esta capitania e todas as outras mais ao Norte permaneceram durante alguns annos o que haviam sido até então: um campo livre de acção para os selvagens indigenas e para os contrabandistas francezes.





## CAPITULO IV

### A dominação espanhola e a segunda guerra franceza

Decorrido o tempo de serviço de ambos os governadores Luis de Brito d'Almeida e Antonio Salema, voltou a cõrte de Lisbôa ao uso antigo: nomeou em logar delles um só governador-geral para todo o Brasil, e foi Lourenço da Veiga.

Em principio do anno de 1578, chegou elle á Bahia, e segundo o antigo costume fez a sua séde em Salvador, onde falleceu tres annos depois, em meados de 1581, antes de extinto o seu mandato; não estando nomeado o seu successor, teve de assumir a direcção dos negocios publicos uma regencia provisoria, na qual o bispo, o ouvidor-geral e a Camara de Salvador tinham voto e assento, até á chegada do nôvo governador, em Maio de 1583.

A administração de Lourenço da Veiga não foi para o Brasil de importancia alguma, e apenas se poderia mencionar della um ou outro facto digno de nota. Muito importantes fôram, porém, os acontecimentos verificados nesse interim na mãe-patria.

Perto de Alcacerquibir, em Marrocos, havia tombado morto o joven rei d. Sebastião e a seu lado a flôr da nobreza, em uma batalha contra os Mouros (4 de Agosto de 1578); teve como successor no throno o seu já edoso tio-avô, cardeal d. Henrique, herdeiro último, sem filhos, da casa de Bragança; e com a morte dêste, a 31 de Janeiro de 1580, extinguiu-se a velha dynastia real, que governara Portugal durante quasi duzentos annos.

Sabe-se como um sem número de parentes collateraes se apresentaram candidatos á corôa vaga; entre elles, d. Antonio, grão-prior do Crato (e como tal representante da

lingua portugueza na Ordem de São João), a duqueza de Bragança e o rei Philippe II, de Espanha.

A voz do povo decidiu-se pelo primeiro e tumultuosamente foi elle acclamado rei; a sorte das armas, porém, se decidiu pelo último, e após pequena resistencia submetteu-se todo o Portugal ao vencedor, no que foi acompanhado pelas colonias portuguezas. Assim tambem o Brasil. Verdade é que appareceram alli, em 1581, diversos navios francezes com cartas do prior do Crato, nas quaes elle exigia submissão, como mais proximo herdeiro e rei acclamado; a menagem, porém, chegou tarde demais, pois já haviam as autoridades reconhecido o rei de Espanha, além de que viera sob uma bandeira, que os Brasileiros desde muito estavam habituados a considerar como a de seus mais acirrados inimigos e, assim, foi ella rejeitada sem mais cerimonia. As capitánias, uma após outra, prestaram submissão ao rei Philippe II, provisoriamente com simples manifestações de contentamento, e mais tarde, por ordem expressa, foi-lhe prestado o juramento formal na Bahia, aos 25 de Maio de 1582.

Esta mudança na dynastia quasi não fez differença alguma no direito público de Portugal e suas colonias, pois no parlamento, em Thomar, concedeu Philippe II que, entre ambos os reinos da Peninsula Iberica, a união se effectuaria sómente na pessoa do monarcha: Portugal conservaria a sua lingua, as suas leis, as suas colonias, e tanto aqui, como lá, occupariam os cargos sómente os filhos do paiz.

Estas promessas, todavia, não fôram estritamente cumpridas e, assim, Portugal sentiu-se dentro de pouco tempo profundamente ferido na sua nacionalidade, execrando a imposta dominação espanhola.

Differentemente succedia no Brasil: aqui se sentiam as pequenas humilhações menos apaixonadamente que além-mar, pois para o Brasil era de facto indifferente que o seu rei residisse em Lisboa ou em Madrid, que fosse um Portuguez ou um Espanhol occupar os mais importantes cargos da colonia.

Até, em resumo, esta colonia, em geral abandonada de modo cruel pela mãe-patria, tinha motivo para regosijar-se por possuir um rei do qual podia esperar mais zelosos cuidados, visto já elle estar incessantemente solicitado a ter esses cuidados nas outras possessões do continente occidental: podia esperar que dahi em diante a protecção da poderosa potencia colonial hispano-americana e as relações com as

colonias espanholas vizinhas lhe seriam proveitosas. Todavia, essas esperanças sómente em parte muito diminuta se realizaram: em geral, durante o dominio espanhol, ficou o monopolio do commercio nas mãos de negociantes portuguezes; no mais, este paiz, que só como colonia agricola tinha importancia, pois não eram ainda conhecidos os seus thesouros de pedras e metaes preciosos, ficou com o seguir do tempo não menos abandonado do que antes; assim como a côrte de Lisboa volvia anteriormente, de preferencia, os olhares para o rico Indostão, agora egualmente o fazia a de Madrid para as lucrativas colonias exploradoras das minas do Perú e do Mexico.

E, finalmente, o peor era que, desde a reunião de ambas as corôas na cabeça de Philippe II, os inimigos da Espanha tambem se tornaram inimigos de Portugal e do Brasil. Philippe II, que se havia arvorado, na Europa, campeão do catholicismo, emprehendia então uma guerra contínua e encarniçada contra as duas jovens e florescentes potencias maritimas protestantes, — os Paizes Baixos e a Inglaterra, — guerra que não se limitava á terra firme da Europa occidental e aos mares europeus occidentaes, porém, tambem, se extendia ao pleno oceano e a todo o globo terrestre, pois, onde quer que tremulasse a bandeira espanhola ou a bandeira portugueza, encaminhavam-se as esquadras hollandeza e ingleza, ora como conquistadoras destemidas, ora como corsarios avidos de prêsas.

Tambem o Brasil já nos annos seguintes era attingido pelas tormentas desta guerra; e, de facto, fôram em primeiro lugar os Inglezes que perturbaram a sua paz, que appareceram como inimigos nas suas costas.

Demais, não era agora, absolutamente, a primeira vez que a bandeira das Ilhas Britannicas se desfaldava nessas aguas; em verdade, dirigiam-se, de preferencia, o commercio inglez e a navegação ingleza para outros paizes; porém, de tempos a tempos, pelo menos desde o anno de 1530, apparecia um ou outro barco pelo littoral brasileiro, afim de alli participar do lucrativo commercio costeiro e de Indios.

E nos ultimos tempos fazia-se até, entre a Inglaterra de um lado e a capitania de São Vicente de outro, tráfico commercial regular.

Um Inglez, John Whitehall, que se havia estabelecido na cidade de Sanctos e casado com uma Brasileira, escreveu a seus amigos na patria que lhe mandassem para cá um navio

carregado de toda especie de mercadorias (26 de Junho de 1578), e lhes conseguiu um passaporte do donatario portuguez.

De facto, no anno seguinte, o "Predilecto de Londres" (*Minion of London*) entrou ricamente carregado no porto de Sanctos, onde foi amistosamente admittido e com grande lucro permutou os productos da indústria patria por assucar brasileiro (31).

---

(31) A graphia exacta do cognome do inglez é Whithall, e o documento, a que se refere Handelsmann, foi estampado na *Hakluyt's Collection* (vol. IV, pag. 199). Eis como Capistrano de Abreu, em nota a Porto Seguro (*op. cit.*, vol. I, pag. 481), tractou dêsse episodio: "De Santos, a 26 de Junho de 1578, John Whithall escreveu a Richard Staper, dizendo que uns tres dias' antes casara com a filha unica do Genovez Joffo Dore, e que naquellas partes lhe tinham mudado o nome para João Leitão. Convidava o amigo a mandar um navio a São Vicente, que poderia carregar de assucar, e trazer mercadorias, de que dá uma lista, muito curiosa, mas difficil de traduzir para quem não é especialista. Na relação figuram varias fazendas, chapéus, camisas, fechaduras para portas e arcas, papel, copos, espelhos, pratos de estanho, especiarias, sabão, prégos, cintos de couro, machados, martellos, ferro, etc. Cinco mercadores mandaram, de facto, um navio, chamado *Minion of London*, que partiu de Harwich, a 3 de Novembro de 1580, e chegou a Santos, em 3 de Fevereiro do anno seguinte. Houve algumas duvidas sobre a permissão de commerciar; do Rio, o administrador ecclesiastico Bartholomeu Simões Pereira mandou lembrar que os Inglezes eram hereges; mas as relações correram pacificas, e o *Minion* saiu de Santos só em Junho. Thomas Grigs, narrador da viagem, impressa na collecção de Hakluyt, faz as seguintes observações a respeito de Santos: aos generos e mercadorias, que não passam pela alfandega, costuma-se pôr o prego por que hão de ser vendidos, o que fazem os magistrados da cidade, conforme as ordenações reaes (estes magistrados eram os almotacés, como sabemos). As mercadorias, que passam pela alfandega, os negociantes vendem com o maior proveito e vantagem, que podem. Não se consente que os Portuguezes usem dos thesouros das minas, sob pena de morte". Como logo depois, em 1582, entraram na barra de Santos dous navios commandados por Edward Fenton, os quaes alli travaram combate com parte da poderosa armada de Diogo Flores Valdez, — isso é tambem attribuido á influencia da carta de Whithall por fr. Vicente do Salvador (*op. cit.*, pags. 267-268), que refere o caso pela fórma seguinte — "No mesmo tempo foram dous galeões de Inglezes de tresentas toneladas cada um, á capitania de São Vicente com intento de povoar e fortificar-se, por relação de um Inglez, que se havia alli casado, das minas de ouro e outros metaes que ha naquella terra, e publicavam que el-rei catholico era morto e d. Antonio tinha o reino de Portugal, offerecendo da parte da rainha de Inglaterra grandes cousas. Porém os Portuguezes pela carta que tinham estiveram mul firmes por el-rei catholico, sem querer admittir os Inglezes, os quaes ameaçavam de entrar por força e realmente o fizeram si naquella conjuncção não chegaram tres náus de Caste-

Estes tão promettedores inicios de commercio, egualmente vantajosos para ambas as partes, fôram repentinamente, e para sempre, interrompidos com o accesso ao throno do Espanhol Philippe.

Logo depois, no anno de 1582, aportaram outra vez a Sanctos dous navios inglezes, que, sob o commando de Edward Fenton, viajavam com destino ás Indias Orientaes e China; parece que não alimentavam qualquer proposito hostil; em todo caso, asseguraram que cuidavam sómente de se abastecer de frescas provisões para continuar viagem e fazer algumas reparações necessarias. Não ousaram, contudo, os Brasileiros confiar nessas declarações e evitaram tractar com o inimigo de seu rei; fortificaram á pressa a sua cidade, puzeram as mulheres e creanças a salvamento e mandaram então uma commissão rogar aos Inglezes que, ao menos provisoriamente, não puzessem pé em terra.

Estavam ainda em negociações, quando chegou, com tres navios de guerra, o almirante espanhol Diego Flores de Valdez, que estacionava na costa sul-americana, e saudou, com o fogo de seus canhões, os hospedes indesejados; e então, á tarde, ao findar o dia, se travou combate, que continuou com incessante violencia durante toda a noite de luar.

A vantagem coube aos Inglezes. Elles afundaram um dos navios espanhóes, avariaram os outros dous e puderam assim, no dia seguinte, deixar o porto, sem nenhum impedimento; e, sem serem perseguidos, proseguiram a viagem.

Esta primeira hostilidade, na qual elles ao menos não haviam sido os atacantes, foi para os Inglezes o signal para uma série de empresas bellicas, ou, mais verdadeiramente, empresas de flibusteiros, contra os mais importantes pontos da costa brasileira.

---

lhanos que começaram a pelejar com elles, os quaes logo abateram estandarte, pedindo paz, que os Castelhanos lhes não deram, antes jogaram a artilheria toda a noite, porque pelas correntes não os puderam abordar. Ao outro dia, ainda que deixaram uma nau tão maltractada que se foi ao fundo, desampararam a empreza e saíram do porto mui maltractados, sem antenas e as náus furadas por muitas partes e mais de cincoenta homens mortos e quatorze feridos. Entraram as náus castelhanas em o porto, sendo bem recebidas dos Portuguezes, que rogavam mil bens a Sua Magestade, pois (ainda que acaso) tão presto os começava a defender". O tal Genovez Joffo Dore, a quem se refere a carta de Whithall como seu sogro, era José (Giuseppe) Adorno, então senhor de engenho em Santos ou São Vicente.



Primeiramente, penetrou uma esquadra, sob o commando de Robert Withrington, na Bahia, para tomar de surpresa a rica cidade do Salvador; porém o plano foi mal succedido, pois de todos os lados accudiram rapidamente os Indios convertidos e repelliram os atacantes dos muros da cidade; entretanto, não puderam impedir que os Inglezes dominassem seis semanas na Bahia e num largo círculo a saqueassem e lhe devastassem as plantações (1586).

Cinco annos depois, appareceu nas paragens do Sul outro pirata — Thomaz Cavendish. Sanctos foi por elle atacada de surpresa; saqueou-a. Incendiou a velha cidade de São Vicente e tentou, finalmente, tambem dar assalto á velha capital do Espirito Sancto, donde, porém, depois de violento combate e com grandes perdas, foi rechassado (1591-1592).

De maior importancia e maiores consequencias foi uma terceira expedição, contra Pernambuco, para a qual se haviam associado dous flibusteiros inglezes — James Lancaster, de Londres, e o capitão Venner. A 29 de Março de 1595, chegaram elles á altura de Olinda e lançaram os botes ao mar; o pequeno forte que dominava a passagem pelo Recife foi tomado de assalto, penetrando, então, no porto toda a esquadra, constante de 12 velas; apoderaram-se, sem resistencia, da cidade, cujos habitantes haviam todos fugido apressadamente para Olinda. Acharam os vencedores ali enorme prêsas, pois todos os armazens estavam repletos dos mais valiosos productos brasileiros, além de que se havia, justamente nas últimas semanas, alli acolhido o rico carregamento de um navio das Indias Orientaes, que naufragara; era mais do que os navios inglezes podiam carregar e teriam sido necessarias, no minimo, algumas semanas para transportar tudo para fóra da cidade.

Visto isso, installaram-se os Inglezes para uma prolongada demora; do outro lado do Recife, sôbre todo o isthmo da península, foi levantada ás pressas uma paliçada, installada uma bateria, cujas peças dominavam a estrada de Olinda. Em seguida, entrou o almirante Lancaster em negociações com tres navios hollandezes, que já se achavam no porto á sua chegada, convidou-os a concorrer com a sua equipagem para o serviço de vigilancia e da defesa, com o que teriam a sua parte na prêsas, o que, contentes, acceitaram; e tambem uma esquadra de cinco navios francezes, que pouco depois aportou, se associou á expedição, sob as mesmas condições.

Durante quatro semanas occuparam-se os marujos, incessantemente, em encher os seus navios, até ás bordas, ao passo que os Pernambucanos, sem ousar ataque aberto, tentavam, de todos os modos, estorva-los ou molesta-los.

Tres vezes vieram brulotes fluctuando de Olinda; foram, porém, apanhados a tempo, e afundados; uma vez, na escuridão da noite, habeis nadadores procuraram cortar as amarras das ancoras; acharam, entretanto, alertas as sentinellas e voltaram sem ter conseguido cousa alguma. Completou-se, afinal, o carregamento, e Recife foi abandonada: os alliados, Inglezes, Hollandezes e Francezes, levantaram ancoras, em Maio de 1595, e alcançaram os seus portos patrios sãos e salvos com a prêsa.

Certamente, o lucrativo exito, que James Lancaster havia tão facilmente obtido, teria achado imitadores na Inglaterra e determinado novas expedições dêsse genero; porém, para felicidade do Brasil, estava justamente então, em Londres, sir Walter Raleigh reavivando a antiga lenda da sonhada terra do ouro — El Dorado, que agora deveria ser situada nos sertões da Colombia e da Guiana, e isso desviou a phantasia, o espirito emprehendedor dos aventureiros inglezes, para latitudes mais ao Norte.

Para dizer a verdade, ainda algumas vezes, um ou outro navio inglez aportou ás costas brasileiras, como contrabandista, ou como corsario; entretanto, empresas de monta nunca mais fôrão tentadas e alguns annos depois, desde o tractado de paz de 18 de Agosto de 1604, que restabeleceu as boas relações entre as corôas da Grã-Bretanha e da Espanha, cessaram completamente as depredações de navios inglezes na America hispano-portugueza.

Durante esses embates exteriores, o desenvolvimento interno do Brasil foi seguindo a sua marcha habitual.

Já se mencionou ha pouco que o governador, em cujo periodo se deu a mudança da dynastia — Lourenço da Veiga, falleceu antes do termo de seu mandato, e que em seu logar se estabeleceu um govêrno provisório, composto do bispo, do ouvidor-geral e da Camara Municipal da Bahia, que tomou em mãos as redeas do Estado, em meados de 1581.

Sómente dous annos depois, o successor de Lourenço da Veiga, Manuel Telles Barreto, o primeiro governador-geral nomeado em Madrid, chegou á Bahia, a 9 de Maio de 1583, e tomou conta do govêrno. Tambem este morreu antes de completar o tempo que devia permanecer no seu cargo

(Março de 1587), sendo necessario, por isso, formar-se nova juncta administrativa, na qual, desta vez, sómente tinham assento o bispo, o ouvidor-geral e o provedor-mór. Foi maior o interregno dêste govêrno provisorio, mas em 1588 a côrte de Madrid nomeou nôvo governador-geral, recaíndo a escolha no donatario de Ilhéus, Francisco Giraldes, que embarcou nesse mesmo anno. Duas vezes, entretanto, os ventos desfavoraveis o forçaram a regressar a Lisbôa e, como julgasse ver na dupla desventura um aviso do céu, renunciou ao cargo antes de se haver nelle empossado.

Foi seu successor Francisco de Sousa, que, finalmente, appareceu em Salvador, no anno de 1591, e governou durante 11 annos, isto é, até Maio de 1602.

Da história desses 20 annos, podem destacar-se como actos mais importantes: a colonização, a conquista ao longe da costa, que foi continuando energica para o Norte, e a fundação de tres novas capitánias reaes — Parahiba, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Primeiro a Parahiba: já se disse que, cêrca do anno de 1575, o então governador-geral, Luis de Brito, procurou tomar posse dessa região, mas as expedições que organizou, uma por terra e outra por mar, ficaram ambas sem resultado.

Alguns annos depois, um particular tomou a si renovar o plano: Fructuoso Barbosa, rico proprietario de terras de Pernambuco, offereceu-se para colonizar, á sua custa, aquella zona, sob a condição de lhe serem concedidos por 10 annos o govêrno e todas as rendas da nova capitania; a côrte de Lisbôa annuiu á sua pretensão (1580), providenciando elle então para incontinenti dar cumprimento á sua palavra. Não foi, todavia, coroada de exito a empresa: da primeira vez, uma violenta tempestade destruiu a expedição preparada por Fructuoso Barbosa, antes de haver alcançado a Parahiba; da segunda vez, chegou elle a tomar pé na costa e combater, a principio com felicidade, contra os indigenas e os contrabandistas francezes; em breve, porém, a fortuna lhe foi adversa: parte da sua gente foi attrahida a uma emboscada e trucidada, sua colonia ameaçada por todos os lados por fôrças superiores, e, dêste modo, viu-se Fructuoso Barbosa, dentro de poucas semanas, forçado a fugir para Itamaracá, de volta a Pernambuco, e a renunciar aos seus planos de colonização.

Sómente sob a dominação espanhola foi que se tomou medida séria em favor da Parahiba. Quando, em principio

de 1584, o almirante espanhol Diego Flores Valdez, ao qual estava confiada a vigilância da costa oriental sul-americana, entrou na Bahia, pediu-lhe então o governador-geral, Manuel Telles Barreto, a sua colaboração para uma nova tentativa de conquista; Flores acquiesceu e navegou com sete navios de guerra espanhóes e dous portuguezes para o Norte, a 1º de Março de 1584. A 20 de Março alcançou Recife, onde já alguns funcionarios da colonia o haviam precedido, afim de recrutar gente. O donatario de Pernambuco, Jorge de Albuquerque, armou apressadamente um exercito de terra, composto de 100 cavalleiros e mais de 200 infantes; uma tropa de mais de 1.500 Indios alliados, além de mais de 100 escravos negros, teve de incorporar-se a essa expedição; o commando supremo coube a Philippe de Moura. Os dous chefes puzeram-se de accôrdo: ao passo que Moura abria caminho por entre as tribus de Indios inimigos, navegou o almirante ao longo da costa, onde teve que sustentar combate com seis navios contrabandistas francezes e os venceu. Finalmente, reuniu-se toda a expedição juncto do rio Parahiba (o "rio mau" na lingua dos Indios).

Aqui, e precisamente á margem esquerda, ao Norte da bahia que o rio fórma na sua embocadura, fez Diego Flores levantar um forte, que foi chamado — Cidade Philippea, em honra ao rei; nomeou Francisco Castejon primeiro governador da nova capitania da Parahiba, e fez-se depois á vela com a sua frota, de regresso á Espanha, a 1º de Maio de 1584.

Apenas se havia elle afastado da costa, caiu a desgraça sôbre o nôvo Estado agricola: os indigenas, além de já mal intencionados para com os Portuguezes, estavam ainda mais exasperados pela destruição de seus aldeamêntos e pelas caçadas ao homem, que os colonos e os seus alliados de Pernambuco haviam practicado, e só esperavam occasião opportuna para tirar vingança; conseguiram, finalmente, attrair grande tropa a uma emboscada e massacraram-na, e, animados com este successo, emprehenderam nôvo ataque directo, em que fôram victoriosos, e, finalmente, puzeram até cêrco formal ao forte de São Philippe, cêrco no qual um bom número de contrabandistas francezes ajudaram os Indios com conselhos e acções.

Os Portuguezes fôram, em verdade, num dos mezes seguintes, libertados pelo donatario de Itamaracá, mas apenas por um momento; de facto, logo após a partida dêsse, viram-se os colonos novamente cercados pelos inimigos e rechassados para os seus entrincheiramentos. Vieram em seu soccorro



todas as fôrças das vizinhas capitánias de Pernambuco e Itamaracá; reuniu-se uma tropa de 200 homens a cavallo e 300 a pé, além de numeroso bando de Indios aliados e escravos negros; esta tropa entrou em campanha sob o commando de Martim Leitão, em Fevereiro de 1585, e abriu caminho, com as armas, através das tribus inimigas que procuravam tolher-lhe a passagem, e como a precedesse o terror, os Indios julgaram de bom conselho levantar apressadamente o cêrco da praça. Quando alli chegou Leitão e já não encontrou mais inimigo algum, julgou resolvida a sua missão; emprehendeu apenas mais algumas sortidas pela vizinhança e, em seguida, tomou a expedição o caminho de regresso a Pernambuco.

Apenas, porém, virara as costas, resurgiram os Indios de suas tocas e novamente tiveram os colonos de lutar no exterior contra um inimigo encarniçado e no interior com privações de toda especie. Então o governador Francisco Castejon desesperou de vencer, e, assim, incendiou a sua fortaleza, lançou os canhões ao mar, e, após, embarcou com a sua gente e se refugiou em Itamaracá (Junho de 1585).

Mallograram-se, assim, pela terceira vez, os esforços de longos annos; apagou-se todo vestigio do dominio portuguez nas costas da Parahiba; eis que os Brasileiros conseguiram o que não haviam logrado até então por suas proprias fôrças, e isso graças á discordia interna de seus inimigos. De facto, mal se haviam os Indios daquellas regiões livrado do conquistador estrangeiro, começaram as rixas de uns contra outros; chegaram á aberta hostilidade e o resultado foi que um dos mais poderosos caciques, Pirajiba, para se vingar dos seus conterraneos, formou alliança com os Portuguezes.

A 2 de Agosto de 1585, appareceu um funcionario colonial de Pernambuco, João Tavares, afim de apalavrar-se com o nôvo alliado; tres mezes depois, seguiu Martim Leitão com muitos colonos e soldados, e lançou, á margem direita da bahia em que o rio Parahiba desembocca, os fundamentos de um nôvo forte, a actual cidade da Parahiba, que logo foi fortificada debaixo da inspecção de um official allemão, Christoph Linz, segundo as regras da arte (4 de Novembro de 1585).

Em verdade, tiveram os colonos que combater repetidas vezes contra os selvagens vizinhos; porém, com o auxilio de seus alliados rechassaram com exito todos os ataques; deniro em pouco, tambem chegaram novos reforços da Europa, principalmente de Pernambuco, podendo-se, então, com a



cooperação de Pirajiba, emprehender uma devastadora expedição de desforra sertão a dentro, o que, num vasto circulo, estabeleceu o panico entre as tribus inimigas (Dezembro de 1586).

A existencia da capitania ficou com isso assegurada, e si, nos primeiros annos, frequentemente, ainda contrabandistas francezes, uma vez mesmo com esquadra de 13 navios, em 1597, inquietaram estas costas, fôram sempre energicamente repellidos e, finalmente, obrigados a limitar as suas operações a paragens mais ao Norte.

Muito menos trabalho custou aos Portuguezes a tomada de posse e fundação da capitania de Sergipe. Já se mencionou como em 1574 o governador-geral da Bahia, Luis de Brito d'Almeida, havia expulsado os contrabandistas francezes dêsses seus portos habituaes e dominado os Indios; e desde então conseguira a Companhia de Jesús reunir várias tribus indigenas em missões, como, por exemplo, a actual Sancta Luzia.

Pouco a pouco, vieram tambem colonos brancos; construiu-se uma capital — São Christovam ou Sergipe, e, finalmente, todo o territorio entre o rio Real, ao Sul, e o rio São Francisco, ao Norte, ficou constituindo uma capitania real (1589), sob o nome de Sergipe d'El Rey (Sergipe deriva de Serigi, nome de um cacique indigena).

Alguns annos depois, foi incorporada mais uma terceira região ao imperio colonial brasileiro: a actual provincia do Rio Grande do Norte. Deu oportunidade a isso, como acontecia em geral em todas as fundações coloniaes, o ciúme dos Portuguezes contra os mercantes estrangeiros na costa; effectivamente, desde a colonização da Parahiba, os Francezes, que só recuavam passo a passo, haviam transferido a sua principal praça de commercio para algumas leguas mais ao Norte, na embocadura do rio Potengi (Rio Grande do Norte). Tractava-se agora de expulsa-los tambem dalli.

Por ordem da côrte de Madrid e do governador-geral Francisco de Sousa, poz-se em campo para lá, em fins de 1597, o governador de Pernambuco, Manuel Mascarenhas; acompanharam-no 300 colonos e grande número de Indios e escravos pretos, e lançaram-se, então, á margem direita do Potengi, os fundamentos da cidade de Natal, assim denominada porque no dia de Natal, 25 de Dezembro de 1599, se inaugurou a igreja parochial. O nôvo Estado agricola do

grande rio do Norte custou outros tantos trabalhos, bem como outro tanto dispendio de dinheiro e de homens, como a Parahiba. Os indigenas, instigados e sustentados pelos capitães de navios mercantes francezes, combateram encarniçadamente contra os colonos, e não fôra o auxilio de um cacique da vizinhança—Sorobabé—e os continuos reforços que accudiam da Parahiba, tudo teria sido, de nôvo, perdido. Sómente no govêrno do segundo donatario, Martin Soares Moreno, 1608, e seguintes annos, as cousas tomaram melhor feição; com sua conducta intelligente, tolerante, accommodando-se com facilidade aos costumes da terra, soube elle, no mais alto gráo, obter a afeição dos Indios, e assim conseguiu, não só estabelecer, com segurança, a existencia da propria colonia, como se tornou apto a estender, além, para o Norte, os limites do dominio portuguez.

★ ★ ★

Lancemos agora, nos fins do seculo XVI, um olhar para o estado em que então se achava o imperio colonial luso-americano.

Constava, então, o Brasil de doze capitánias. No extremo Norte, do cabo de São Roque para baixo: — Rio Grande do Norte desde 1597, depois Parahiba desde 1585, cujos primordios acabamos de narrar. Em seguida, a capitania de Itamaracá, que (com Sancto Amaro) pertencia a Pero Lopes de Sousa; fundada cêrca do anno de 1535, estava, todavia, quasi tão atrasada como as suas novas vizinhas; o cultivo limitava-se quasi exclusivamente á ilha do mesmo nome, e sómente a capital (Conceição) tinha alguma importancia, devida ao seu excellente porto. Ao contrário, a vizinha Pernambuco, fundada em 1535, se havia elevado á mais alta florescencia e era agora em absoluto o mais rico e importante entre todos os Estados coloniaes brasileiros. Esta capitania, feudo hereditario da familia Coelho de Albuquerque, contava agora mais de 2.000 proprietarios de terras e o dôbro de escravos pretos; os indigenas, depois de porfiadas luctas, fôram escravizados ou recalcados para o longinquo sertão (cêrca de 1560) e assim poude progredir, sem estôrvo, a colonização por todos os lados; todavia, ainda provisoriamente, não tocava o Sul da capitania, o qual, por causa das suas innumeradas lagôas e pantanos, recebeu o nome de “Alagôas”; limitava-se á actual provincia de Pernambuco.

Cêrca de 1590, estavam aqui em actividade 66 engenhos de assucar, que annualmente carregavam 14 navios dessa mercadoria e rendiam um dizimo de 19.000 cruzados; 100 colonos, approximadamente, tinham rendimento annual de 5.000 cruzados e alguns ainda mais; ao donatario, porém, rendiam os respectivos direitos senhoriaes 10.000 cruzados por anno. Nestas condições, comprehende-se como um escriptor da época, Fernão Cardim, assim se exprimisse: — “Em Pernambuco ainda se vê muito mais soberba que em Lisboa” (32). Homens e mulheres ostentam damascos, velludos e sêdas, com ouro e pedras preciosas; as residencias são installadas com o maior luxo; celebram-se festas umas após outras, e sempre encontram comprador os mais ricos estofos da India, os vinhos da Europa, etc.

Infelizmente, não sabia a maioria dos ricos fazendeiros guardar a devida moderação nas suas prodigalidades e amor ao luxo; apesar dos lucros, enormes para aquelle tempo, estavam, por isso, quasi sempre enterrados em dívidas, e eram seus credores principaes os traficantes de escravos, que incessantemente (pois não duravam os pretos em Pernambuco) traziam novos braços da costa africana para alli.

Da região immediata, a capitania real de Sergipe d'El-Rey, apenas se pôde mencionar alguma cousa. Organizada sómente em 1589, ainda estava nos seus inicios e só devia a sua importancia ao facto de estabelecer relações mais seguras como comunicação terrestre entre a Bahia, de um lado, e Pernambuco, de outro, caminho que até então era muito frequentemente infestado pelos bandos de criminosos foragidos.

Mais importante era a vizinha Bahia, igualmente posse da corôa desde 1549. Embora uma das mais novas entre as colonias brasileiras, havia, contudo, tomado a deanteira sôbre a maioria de suas ermãs mais velhas e conseguido o segundo lugar, pois que o primeiro cabia a Pernambuco. Consistia a sua população de 2.000 brancos, 4.000 escravos negros e 6.000 Indios convertidos; a indústria do assucar occupava 36 engenhos, e, além disso, se exploravam, especialmente, a creação do gado e a pesca, com grande exito, e

---

(32) A phrase de Fernão Cardim, já aproveitada por Varnhagen (*História geral do Brasil*, 1ª ed., vol. I, pag. 297), vem na *Narrativa epistolar* (Lisbôa, 1847, edição devida ao depois visconde de Porto Seguro, pag. 46, e é precisamente a seguinte: — “Emfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa”.

assim, ainda que em menor escala do que em Pernambuco, eram bastante notáveis a opulencia e o luxo.

Obteve ainda a Bahia especial importancia e muitos proveitos materiaes pela circumstancia de constituir constantemente o verdadeiro ponto politico central de todo o imperio colonial; na sua capital, Salvador, tinham residencia official não só os altos funcionarios da corôa, o governador-geral, o ouvidor-geral e o provedor-mór da Fazenda, mas tambem o bispo e o provincial da Companhia de Jesús, e, ainda, desde 1588, se projectava estabelecer alli uma Relação de segunda instancia—que fazia falta no Brasil. Esse projecto, porém, sómente 20 annos mais tarde teve realização (Regulamento de 7 de Março de 1609).

Triste contraste com a florescente Bahia formavam as tres capitancias seguintes, de Ilhéos, Porto Seguro e Espirito Sancto, fundadas em 1535. Ao longo de toda essa costa, mórmente ao longo da metade norte da mesma, reinava permanentemente hostilidade por parte dos Indios. Anno após anno, renovavam os selvagens Aimorés (Botocudos) as suas devastadoras correrias, recalcando os colonos cada vez mais e, si não fôsem os continuos soccorros do governador-geral, teriam tido que evacuar completamente a região.

A capitania de Ilhéos, posse, por compra, da familia Giraldes, limitava-se agora á capital, ou, para dizer melhor, á pequena aldeia de São Jorge e seus proximos arredores, mal contando 100 habitantes, os quaes arrastavam vida miseravel. Todavia, nos annos seguintes melhoraram, de algum modo, ao menos, as suas condições; foi que logo em principio do seculo XVII, graças a esforços de um morador da Bahia, Alvaro Rodrigues, conseguiu-se harmonizar as relações com os Aimorés, e avultado número delles renunciou, em consequencia, á sua vida selvagem, para fazer parte das missões.

Quasi tão má quanto a de Ilhéos era a situação do vizinho Porto Seguro. Esta capitania, que sob o govêrno de seu primeiro donatario razoavelmente havia progredido, passara desde o anno de 1556, por compra, á posse de João de Lancastre, duque de Aveiro, e dahi em diante recebeu muitos auxilios do nôvo donatario; transportaram-se imigrantes para a região, fundaram-se novas aldeias, os indigenas fôram catechizados pelos Jesuitas e reunidos em missões. Quasi por esse tempo, porém, haviam por outro lado os selvagens Aimorés extendido até alli as suas correrias e, pouco a pouco, fôram destruindo completamente o



bem-estar da colônia, de sorte que, nos fins do século XVI, além da capital do mesmo nome, sómente subsistiam uma pequena localidade e algumas aldeias de missões de Índios.

Nestas desgraçadas circunstancias, Porto Seguro continuou vegetando, e da história de sua vida provincial, durante muito tempo, nada ha que se mencione, a não ser a sua elevação de categoria, que a influente familia do donatario obteve no seu paiz para a possessão transatlantica; effectivamente, quando Affonso de Lancastre se casou com Anna de Sande, dama de honor da rainha, Philippe IV, rei de Espanha e Portugal, elevou a capitania de Porto Seguro a um marquezado (18 de Abril de 1627), e até hoje continuou esse titulo usado na Espanha pela casa ducal de Abrantes.

A Porto Seguro segue-se, ao Sul, a capitania do Espirito Sancto, onde governava ainda a familia do primeiro donatario, Vasco Fernandes Coutinho. Aqui o aspecto da situação era um pouco melhor; de facto, durante os primeiros 30 annos, havia chegado ao cairel da ruina, pela hostilidade dos Índios e o descontentamento no interior; porém, o governador-geral, Mem de Sá, prestou-lhe opportunos e energicos soccorros, e em seguida conseguiram os zelosos missionarios da Companhia de Jesús induzir ao menos as tribus indigenas da costa a adoptar o christianismo e a vida domiciliada. Embora, com o correr dos tempos, novas hostilidades de Índios irrompessem, o substituto do donatario restabeleceu sem demora a paz, com armas na mão, de sorte que, nos fins do século XVI, alguns Portuguezes se puderam arriscar a penetrar no sertão muitas leguas a dentro. Ponde assim a capitania levantar-se de algum modo da sua decadencia, mas jámais chegou a uma verdadeira prosperidade, por ser muito escassa a sua população, e ainda porque qualquer immigração vinda para essas paragens era logo attraída pela vizinha colônia do Rio de Janeiro.

Segue-se agora Campos dos Goitacazes, ou a denominada capitania de Parahiba do Sul, que, desde as tentativas mallogradas de colonização do primeiro donatario, Pero de Góes, por volta de 1536, continuava ainda deserta; a familia contentava-se em conservar os seus direitos de posse, não se preocupando com o seu feudo transatlantico, até que, finalmente, pelo anno de 1623, Gil de Góes retomou os planos de colonização de seus antepassados. Associou-se elle com diversos capitalistas ricos, repartiu com elles varias sesmarias de sua capitania (19 de Agosto de 1627) e ficou resolvida uma expedição conjuncta; todavia, não chegou a realizar-se,



pois, nesse interim, havendo fallecido Gil de Góes, por disposições testamentarias reverteu a capitania á corôa, a qual, dahi em diante, annexou provisoriamente os Campos de Goitacazes á capitania real do Rio de Janeiro (cêrca de 1627).

Esta última capitania, por seu turno, fundada em 1565, havia feito grandes progressos sob o govêrno forte e prolongado de Salvador Corrêa de Sá (1568-1572, 1576 até 1598) e de seu filho Martim Corrêa de Sá (1602-1608, 1618-1631); os Indios, abatidos por consecutivas derrotas, permaneciam socêgados; as colonias, os engenhos de assucar extendiam-se cada vez mais em volta da bahia e ao longo da costa do mar, e já em 1615 fôra incluída na esphêra da colonização a região de Cabo Frio, estabelecendo-se com isto a ligação com os mencionados Campos dos Goitacazes. Demais, concentrou-se aqui, em breve, importante commercio, não sómente pelo mar, mas tambem pelo lado da terra. Já se mencionou como desde cedo se realizavam relações commerciaes animadas entre as colonias espanholas da bacia do Prata e as praças das costas brasileiras do Sul, e como o primeiro governador-geral portuguez, Thomé de Sousa, lhes poz termo, mediante severa prohibição (1552).

Mudaram, porém, as cousas, desde que as corôas de Portugal e Espanha se acharam reunidas numa só cabeça: a côrte de Madrid aboliu facilmente essa prohibição, e via calmamente os seus subditos, dêste e daquelle lado, em activas relações commerciaes uns com os outros; a velha estrada de caravanas para o Paraguai reviveu, e até com os ricos districtos mineiros do Perú se entrou em tráfico por essa via; e, como dantes para o porto de Sanctos (São Vicente), agora tudo redundava de preferencia em proveito da cidade de São Sebastião (Rio de Janeiro).

No que, finalmente, diz respeito ás duas capitánias mais meridionaes—São Vicente e Sancto Amaro—as condições não eram absolutamente tão brilhantes quanto se devia esperar da sua existencia de longos annos (1532 a 1535) e do rapido crescimento do princípio; até São Vicente, que 14 annos depois da sua fundação já contava 600 habitantes, sem incluir a escravatura negra, depois disso havia retrogradado. Todavia, devemos procurar as razões do facto não tanto na decadencia interior, como nas circumstancias exteriores: é que estas capitánias haviam cedido a maior parte de seus homens para o povoamento do Rio de Janeiro, e, além disso, induzidos pela cobiça de rapidos lucros, muitos de seus

habitantes se retiraram para as paragens do Norte, Bahia ou Pernambuco.

Com estas provincias tropicaes incontestavelmente não podiam rivalizar as duas capitancias do Sul: a indústria do assucar, que aquellas forneciam ao commercio mundial e ao qual deviam a sua prosperidade, estava longe de dar aqui tão bons resultados, e assim sempre permaneceu de somenos importancia a producção dêsse artigo; occupava ella, em 1550, seis engenhos, e, cêrca de 1590, apenas o mesmo número. As principaes indústrias eram a creação do gado e a lavoura; cultivavam-se, ao lado das plantas alimenticias nativas, os cereaes europeus, e isso com grande resultado; egualmente a vinha, e, em breve, o vinho daqui fazia tão séria concorrência ao vinho portuguez nas capitancias do Norte, que o govêrno da mãe-patria achou acertado abolir de todo a plantação da vinha em São Vicente. Eram os habitantes um povo simples, forte, que conservava fielmente os costumes dos antepassados. Ao passo que os povos das outras colonias apenas se limitavam ás costas, internavam-se elles, impavidos, pelo sertão, em busca do ouro, ou para apanhar escravos, e ao seu incansavel zêlo, á sua coragem invencivel, deveu o Brasil, mais tarde, a descoberta e a conquista de quasi todo o seu interior.

Aqui se travou, por isso, mais vivamente, a lucta sôbre a questão fundamental da posição dos Indios, já antes mencionada. Os Vicentinos haviam logo subjugado os indigenas da costa ou os absorveram pelos casamentos; agora extendiam elles, mais longe, as suas incursões, as suas caçadas ao homem, e cada tropa que regressava trazia consigo um certo número de Indios presos que, em parte, conservavam para o seu proprio serviço, em parte levavam para vender nos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro; dêste modo milhares de indigenas fôram escravizados. Debalde os Jesuitas davam queixa, obtinham do govêrno ordens e prohibições: os habitantes não se importavam com isso, e já nos primeiros decennios romperam as hostilidades entre os dous partidos, terminando com a expulsão dos Jesuitas e a destruição das missões.

Para concluir, devemos ainda lançar um olhar sôbre as particularidades das relações mutuas em que estavam as capitancias de São Vicente e Sancto Amaro; cada qual dividia-se, como consta das disposições dos titulos de doação, em duas partes, e estavam todas entremeadas e ao lado uma da outra; as capitaes e o proprio coração das colonias eram

situados em immediata vizinhança, sem terreno algum de permeio, apenas limitadas por imaginaria linha geographica de separação. Havia, pois, ahi, sobejo logar para constantes questões de fronteira e rixas de toda especie; todavia, isso por muito tempo felizmente se evitara.

Os primitivos donatarios, dous irmãos, em São Vicente, Martim Affonso de Sousa, morto em 1571, em Sancto Amaro, Pero Lopes de Sousa, fallecido em 1539, viviam no melhor accôrdo, governavam mesmo, em quasi todos os sentidos, com unidade de vistas, o que continuou da mesma fórma, enquanto as capitancias fôram herdadas em linha directa, até princípio do seculo XVII. E' evidente qué isso assim não podia ficar sempre; logo que os direitos de herança tocaram a parentes collateraes, surgiram demorados processos sôbre a herança e os limites, ácerca dos quaes faremos considerações mais adeante.

Taes eram as condições internas do Brasil, nos fins do seculo XVI.

No que diz respeito ás suas relações com o exterior, forneciam os seus 120 engenhos, dos quaes 66 em Pernambuco e 36 na Bahia, cêrca de 60.000 caixas de assucar, annualmente, cada uma de 10 quintaes, para exportação, ao passo que a importação sómente em mercadorias estrangeiras, isto é, não portuguezas, devia regular por 400.000 cruzados, e tudo passava, quasi exclusivamente, pelas mãos dos negociantes portuguezes.

Tambem a corôa portugueza tirava dos seus direitos reservados uma importante renda, a qual, todavia, ao menos desde 1585, em grande parte era applicada no proprio paiz, na colonização de novas capitancias da corôa, como Parahiba e Rio Grande do Norte.

O Brasil já era, desta arte, uma colonia de valor e podia attrahir sôbre si a cobiça de potencias inimigas; as suas costas estavam quasi sempre inteiramente sem defesa, a qual se achava tão só confiada ás milicias da terra.

Sómente sob a dominação espanhola foi que mudou este estado de cousas: deante das representações do governador-geral, Manuel Telles Barreto, fôram mandados para aqui officiaes engenheiros com o encargo de cuidar da fundação de novas praças fortificadas, para melhor protecção das costas; dos arsenaes reaes fôram distribuidos armamentos e munições ás capitancias, e tambem os portos mais importantes receberam guarnições regulares; por outro lado, o que

era de maior necessidade e que já havia sido previsto na organização primitiva, — a manutenção de uma estação naval militar nas aguas brasileiras, — a Espanha o negligenciou, não menos que dantes Portugal.

Ainda resta, finalmente, mencionar uma importante mudança que foi resolvida nessa época, concernente ás relações e andamento dos negocios entre a administração da colonia e o govêrno da mãe-patria. Até então estavam os Estados agricolas portuguezes de além-mar, portanto, tambem o Brasil, sob a immediata direcção do gabinete real; agora, porém, estabelecia-se em Lisbôa, seguindo o exemplo de Madrid, um collegio especial para o govêrno da colonia, o chamado Conselho das Indias, cuja competencia judiciaria, assim como administrativa, incluia todos os ramos da administração, tanto civil como ecclesiastica, e por suas mãos devia passar tudo que, de qualquer modo, dissesse respeito ás possessões de além-mar. Esta instituição, em geral, provou muito bem, e, conquanto a quêda da dominação espanhola em Portugal (Dezembro de 1640) arrastasse a do Conselho das Indias, tomou logo o seu logar uma repartição semelhante, o Conselho Ultramarino (14 de Junho de 1642) ao qual ficou o Brasil especialmente subordinado até ao fim da dependencia colonial.

★ ★ ★

Voltemos agora desta digressão, na maior parte referente ás provincias, para a história geral do Brasil.

Em Maio de 1602, deixou o cargo o então governador-geral Francisco de Sousa, e succedeu-lhe Diogo Botelho (1602-1607); vieram depois Diogo Meneses e Siqueira (1607-1612) e Gaspar de Sousa (1612-1617).

Desses governos pouco ha que narrar: na verdade, a recém-creada alçada, o Conselho das Indias, desenvolveu grande actividade nos differentes sentidos; cuidou elle da defesa exterior do paiz, procurou acabar com os antigos abusos, que se haviam introduzido na administração, e regularizou a situação dos Indios, de modo satisfactorio para ambos os partidos, e os governadores-geraes lhe prestaram zeloso auxilio.

Todavia, não interior tudo ficou mais ou menos como dantes, pois esses esforços louvaveis fôram sériamente estorvados por uma desavença que se declarou por esse tempo na Bahia, entre o poder civil e o ecclesiastico,



O então bispo de Salvador, Constantino Barradas, 1600-1618, era um homem irrequieto e dominador, que queria estender sempre mais a sua propria influência e a do clero, em prejuizo da auctoridade civil; não menos se empenhava elle, sem descanso, por augmentar, de todos os modos, as rendas da sua egreja, e nesses esforços teve como alliados muitos membros da Companhia de Jesús, demasiado zelosos.

Nestas circumstancias, as cousas não podiam deixar, naturalmente, de chegar a attritos e rixas declaradas; Diogo Botelho ficou tão desgostoso com o seu cargo, que embarcou para a Europa, mesmo antes de haver chegado o seu successor, e teve Diogo de Meneses de se conformar com a arbitraria imposição de interdicto, que sobre elle e seus mais altos funcionarios lançou o bispo; e para tudo isso olhava indifferente o govêrno da mãe-patria, e, até quando se tractava de questão pecuniaria, cedia de todo á vontade do clero.

Foi igualmente desvantajoso para o Brasil o adoptar-se de novo o já experimentado recurso (1573-1578) da divisão do paiz em dous govêrnos geraes. O governador geral de então, Francisco de Sousa, durante todo o tempo que occupou o cargo (1591-1602), havia com o maior zêlo mandado continuar as desde muito começadas pesquisas do sertão, á cata de metaes e pedras preciosas, nos mais differentes logares, e, si bem que ainda não se houvesse descoberto mina alguma de valia, absolutamente não perdeu elle a esperanza; nesse sentido, após o seu regresso actuou juncto á côrte de Espanha e com a sua solida fé angariou outros crentes; assim conseguiu que fôsse elaborado o primeiro codigo mineiro para o Brasil, o qual, a 15 de Agosto de 1603, recebeu, em Valladolid, a sanção régia, mas sómente dezeseis annos mais tarde foi publicado. E quando, pouco depois, dous pesquisadores de ouro brasileiro informaram a côrte de seus suppositos descobrimentos e solicitaram um privilegio para a exploração (1607), fez ainda mais o govêrno espanhol: Francisco de Sousa foi nomeado superintendente das minas nas capitánias do Sul, Espirito Sancto, Rio de Janeiro, Sancto Amaro e São Vicente, e, afim de que alli tivesse plena liberdade de acção, fôram-lhe outorgados alguns mezes depois (2 de Janeiro de 1608) o cargo e os direitos de governador-geral para o mesmo districto.

Esta segunda divisão do Brasil encontrou em Diogo de Meneses, que naquella época exercia o govêrno geral da



Bahia, viva opposição, em verdade não tanto por seu proprio interesse, apesar de lhe causar naturalmente desagrado tal restricção de poder, mas pelo interesse do paiz.

Representou elle a proposito do risco que poderia determinar essa subdivisão da unidade e do poderio do imperio colonial, numa occasião em que um nôvo inimigo, além dos Francezes, — os Hollandezes, appareciam cada vez mais numerosos nas aguas da vizinhança; alludiu á insensatez do desperdicio de grandes quantias em dinheiro, com expedições de aventura pelo sertão, quando poderiam ser melhor applicadas nas colonias da costa. "Creia-me Vossa Majestade", assim concluia elle, "as verdadeiras minas do Brasil são o assucar e o pau brasil".

Não fôram, todavia, essas considerações tomadas em apêço; Francisco de Sousa assumiu o govêrno geral do Sul e, depois de sua morte (1610), foi seu filho Luis de Sousa confirmado no mesmo govêrno; mas, alguns annos depois, em seguida á demissão de Gaspar de Sousa (1617), foi-lhe tambem transferido o govêrno geral do Norte, cessando, assim, de nôvo, a divisão até ahi existente.

Luis de Sousa governou então durante cinco annos, na Bahia, como governador-geral do Brasil (1617-1622) e, em seguida, succedeu-lhe no cargo Diogo de Mendonça Furtado, de Outubro de 1622 até á tomada de Salvador pelos Hollandezes (9 e 10 de Maio de 1624).

★ ★ ★

Mais importante do que esses acontecimentos no ambito da região desde muito colonizada, é o facto de se haver dilatado ainda o imperio colonial brasileiro, justamente nesse tempo, mais para o Norte, trazendo toda a costa septentrional, desde o cabo de São Roque até ao estuario do Amazonas, para a esphera do senhorio portuguez.

Este trecho da costa, que actualmente contém as quatro provincias — Ceará, Piauí, Maranhão e Grão-Pará, permanecia ainda deserto, entregue aos Indios, desde as mallogradas tentativas de colonização dos donatarios João de Barros. Ayres da Cunha e Fernando Alvares de Andrade (1535 e seguintes), do espanhol Francisco de Orellana (1544) e do portuguez Luis de Mello e Silva (1554). Sómente os Francezes faziam ahi, desde muito, ininterrupto commercio costeiro, que nos ultimos tempos se tornara sempre mais in-

tenso, desde que a bandeira das flôres de liz fôra pouco a pouco inteiramente excluída da costa oriental brasileira.

Sómente sob o govêrno de Diogo Botelho volveram também os Portuguezes as vistas para alli. Um rico residente da Parahiba, Pero Coelho, pediu e obteve licença para uma expedição de conquista, e poz-se então a caminho para o Norte, com 80 colonos e 800 Indios (1603). Invadiram o Ceará, onde muitas das tribus indigenas se junctaram amistosamente com os immigrants, ao passo que outras, que já estavam em relações com os Francezes, fizeram violenta opposição, em parte bem succedida; finalmente, resolveu o chefe estabelecer uma colonia, na fôz do rio Jaguaribe, não distante dos actuaes limites orientaes da provincia, denominando-a *Nova Lisbôa* e, por sua solicitação, foi-lhe despachado de Pernambuco mais um consideravel refôrço. Pouca vantagem, porém, lhe trouxeram taes auxilios: os Pernambucanos, sob o commando de João Soromenho, consideraram a expedição apenas como uma caçada ao homem, em grande escala, e, o que foi peor, não pouparam nem mesmo as tribus indias, com as quaes Pero Coelho havia formado alliança, de sorte que, dentro em breve, toda a população indigena era contrária aos Portuguezes. E agora não se podia mais sustentar a nova colonia: um colono após outro se retirava e, afinal, também Pero Coelho, com a mulher e filhos, teve que peregrinar, de regresso á Parahiba, em longa e penosa caminhada, com as maiores privações.

Resolveu então a Companhia de Jesús tomar em mãos a colonização do Ceará; alcançou ella, primeiramente, que Soromenho fôsse castigado, que os Indios que elle havia escravizado fôsem libertados e despachados com ricos presentes para as suas terras, tudo na esperanza de que essas providencias, dictadas pela brandura, impressionassem bem os indigenas e assegurassem aos missionarios bom acolhimento. A 20 de Janeiro de 1607, puzeram-se então a caminho dous padres jesuitas, Francisco Pinto e Luis Figueira, para pré-garem o evangelho nas selvas do Ceará; entretanto, a primeira tribu com que tiveram contacto era alliada dos Francezes e mal intencionada para com os Portuguezes: o padro Pinto foi trucidado e sómente pela rapida fuga escapou com vida seu companheiro.

Apesar do duplo mallôgro, o govêrno geral do Brasil não perdeu mais de vista a costa Norte; Diogo de Meneses

por diversas vezes fez esforços para que a côrte espanhola lhe dêsse licença e os meios para uma grande expedição alli.

Ainda pouco antes de deixar o seu cargo, numa carta de 12 de Março de 1612, fez elle minuciosas propostas para a futura organização daquelle trecho de costa, e recommendou a fundação, naquella região, de tres colonias reaes: a primeira no rio Jaguaribe (Ceará), a segunda no rio Camocim (Piauí) e a terceira na bahia do Maranhão. Ao menos na primeira destas tres regiões, ainda sob o seu govêrno, teve começo nova e mais feliz tentativa de colonização. O então donatario da capitania do Rio Grande do Norte, Martim Soares Moreno, havia anteriormente tomado parte na expedição de Pero Coelho ao Ceará e, por toda parte, havia grangeado a amizade dos Indios por sua attitude intelligente e affavel. Ainda perdurava a mais grata recordação daquelle Portuguez, que, onde quer que houvesse uma festa dos seus alliados selvagens, não hesitava em trocar as suas vestes européas pelos simples adornos coloridos dos Indios; e um dos poderosos caciques — Jacaúna — chamava-lhe seu filho.

Esse homem tão habil foi então encarregado pelo governador-geral, Diogo de Meneses, de levar o dominio portuguez ao Ceará, e elle promptamente emprehendeu a tarefa. Tractava-se primeiramente de expulsar os Francezes daquelle costa; para esse fim, foi Martim Soares ter com o seu amigo Jacaúna, a quem persuadiu que emigrasse com a sua gente para a embocadura do rio Ceará, em cuja immediata vizinhança, no promontorio Mucuripe, se achava a principal praça de commercio dos contrabandistas estrangeiros, e quando, logo depois, alli entrou um navio francez e a equipagem desembarcou descuidada, confiante na disposição amigavel dos indigenas da costa, encontrou subitamente a mais acerba hostilidade, e toda ella foi massacrada sem perdão.

Esse terrivel exemplo assustou os commandantes de navios mercantes francezes, que evitaram ulteriores desembarques naquelle porto, ficando, dêsse modo, assegurada a posse dos Portuguezes. Mandada á Bahia pelo cacique Jacaúna a nova do successo recentemente obtido, despachou o governador-geral, "para auxilio dos seus novos allidados", dez soldados e um padre, que seguiram para o rio Ceará; e, com este pequeno bando, ao qual se seguiram em breve naturalmente reforços, e com o auxilio dos Indios seus amigos, estabeleceu Martim Soares o fundamento de uma nova co-

lonia fortificada, que desde ahí se manteve com exito e até ao dia de hoje conserva o nome de "Fortaleza", a actual capital do Ceará (1612-1613).

Com isto, fôram os Francezes recalcados mais um passo na zona de que antes francamente dispunham, a "França Antartica", limitando-se apenas á costa extrêma noroêste do Brasil; mas aqui ainda uma vez se oppuzeram corajosamente os seus rivães Portuguezes, mais felizes, todavia sem lograr melhor resultado.

Desde muitos annos a bahia de Maranhão, em cujos perigosos baixios outróra sossobraram ás expedições dos donatarios portuguezes (1535-1554), era praça muito frequentada pelos contrabandistas francezes; especialmente citam-se os commandantes de navios Rifault e Charles des Vaux, que fizeram alliança com os indigenas daquellas ilhas e costas e fundaram uma feitoria fortificada, cêrca do anno de 1594. Rifault desapareceu sem deixar vestigios; Des Vaux, porém, dirigiu-se depois para a França, á côrte de Henrique IV, á qual forneceu informações sôbre quanto o Maranhão favorecia a tomada de posse e colonização pelos Francezes; e o rei mostrou-se inclinado a acceitar a suggestão.

Todavia, mandou primeiramente um fidalgo protestante, Daniel de La Touche, Sieur de La Ravardière, com Des Vaux, afim de alli verificar mais exactamente o estado das cousas. Quando esses dous homens regressaram de sua viagem de investigação, havia sido assassinado Henrique IV, a 14 de Maio de 1610; seu filho menor, Luiz XIII, havia subido ao throno, sob a tutoria de sua mãe, e nestas condições não mais se podia pensar numa expedição á custa e sob a immediata direcção da corôa. Em compensação, uma associação particular de fidalgos, parte catholicos, parte protestantes, tomou em mão a causa; foi aprestada uma esquadra de tres navios de guerra, e a rainha-regente presenteou-a com uma magnifica bandeira de almirante e nomeou os chefes escolhidos, La Ravardière e François de Rasilly, governadores-geraes do reino das Indias Occidentaes e do Brasil.

A 19 de Março de 1612 fez-se á vela a expedição, no porto de Cancale, na Bretanha; em fins de Junho chegou á ilha de Fernando de Noronha e em 26 de Julho á ilha de Sanct'Anna, na entrada da bahia do Maranhão, onde, provisoriamente, ancorou, ao passo que Des Vaux se adeantou para avisar os alliados Indios da chegada de seus conferraneos.

Amistosamente deram elles as boas-vindas a esses novos

hóspedes e lhes prestaram bom auxilio nos primeiros trabalhos da colonização; na ilha do Maranhão, que os chefes designaram para ponto central do nôvo Estado agricola, foi erigida uma cruz, juncto á qual seis caciques Indios arvoraram a bandeira das flôres de liz. Lançou-se, a seguir, numa bahia da costa sul da ilha, defronte da embocadura do Mearim, o fundamento de uma fortaleza, a qual, em honra do rei, foi chamada São Luiz, a actual capital da provincia — São Luiz do Maranhão.

Após isso, um dos governadores-geraes, Rasily, regressou á França, afim de buscar novos reforços; o outro, La Ravardière, permaneceu em São Luiz e sob sua sábia administração a nova colonia rapidamente se levantou e consolidou.

Não somente no interior manteve a ordem com successo e boa intelligencia entre os dous partidos religiosos — catholicos e huguenotes — e favoreceu zelosamente o cultivo da terra, mas tambem no exterior soube adquirir sempre novos alliados; as tribus da vizinhança, ao que se diz, num perimetro de 100 a 200 leguas, fôram, uma após outra, induzidas com presentes e promessas a reconhecer a soberania da França, e depois trasladadas para a ilha do Maranhão, onde, sob a direcção de officiaes francezes e de frades capuchinhos, se estabeleceram em aldeias fortificadas.

Os Francezes, porém, não ficaram por muito tempo socegados.

Apenas chegou á Espanha a noticia do apresto e partida da expedição, a côrte de Madrid ordenou ao governador-geral do Brasil, Gaspar de Sousa, que tomasse posse do Maranhão para a corôa de Portugal e o colonizasse (9 de Outubro e 8 de Novembro de 1612). Esta ordem chegou naturalmente tarde demais; já os Francezes haviam tomado posse daquella região, e agora só pelas armas podiam ser elles expulsos.

Nestas circumstancias, julgou Gaspar de Sousa necessario proceder com cautela; antes de mais nada, era preciso ter na costa Norte uma praça de armas, proxima, quanto possivel, da colonia franceza, e que pudesse servir de base ás futuras operações; para esse fim, mandou Jeronymo de Albuquerque fundar, na costa do Ceará, pouco distante do actual limite oriental do Piauí, um forte, o presidio do Rosario, ao passo que, ao mesmo tempo, o donatario do Rio Grande do Norte, Martim Soares Moreno, foi encarregado de fazer



reconhecimentos, por mar, da posição e força inimigas (1613).

Martim Soares desempenhou-se com exito da sua incumbencia; porém, ao regressar, foi desviado do rumo por ventos contrarios e tão longe, para Oéste, que julgou prudente velejar directamente para a Espanha; ahi fez então á côrte um relato circunstanciado do occorrido, e della conseguiu a vinda de um destacamento de tropas frescas, que aportaram a Pernambuco em Abril de 1614.

Assim estimulado, resolveu o governador-geral dar segundo passo á frente contra os Francezes, transferindo mais para deante, para Oéste, a praça de armas. Mais uma vez mobilizaram-se em Pernambuco e na Parahiba um destacamento e uma pequena esquadra (Agosto de 1614); Jeronymo de Albuquerque e Diogo de Campos collocaram-se á frente e seguiram ao longo da costa, pelas recémcreadas colonias de Fortaleza e Presidio do Rosario, até alcançar a bahia do Maranhão. E na costa oriental dessa bahia, juncto ás boccas do rio Mamuna, levantou-se então uma nova colonia fortificada, dos Portuguezes, a qual foi chamada pelo antigo nome indigena local — Guaxenduba — ou pelo nome da padroeira Sancta Maria (28 de Outubro de 1614).

Assim se defrontavam no sólo maranhense, mais uma vez, a última, ambos os inimigos, de armas na mão; somente um pequeno braço de mar, numa distancia de poucas leguas, os separava, e sem tardar começou uma série ininterrupta de escaramuças, nas quaes, entretanto, para principiar, representaram o principal papel, de ambos os lados, os Indios alliados. Os Francezes estavam com a vantagem em todos os sentidos, pois tinham, afinal, suas obras fortificadas, a superioridade numerica, e a alliança com os indigenas lhes assegurava farto aprovisionamento de viveres, ao passo que aos Portuguezes tudo faltava; e ainda que o governador-geral La Ravardiére houvesse querido limitar-se a observar, a bloquear o inimigo, certamente seria seu afinal o triumpho. Arriscou elle, porém, tudo numa cartada e perdeu-a: um ataque geral ás fortificações dos Portuguezes (19 de Novembro de 1614) foi repellido victoriosamente e com grandes sacrificios para os Francezes, desastre este que produziu uma inversão nas disposições de espirito dos Indios: muitas tribus abandonaram o acampamento dos Francezes, para se associarem aos Portuguezes, ou para ficarem de longe, á espera do resultado da batalha.

La Ravardière, então, entrou em negociações e ficou resolvido um armistício, por espaço de um anno, e que nesse interim viveriam em relações como bons vizinhos; entretanto, deveriam seguir para Madrid e Pariz um delegado francez e outro portuguez, para submeter ao arbitrio de ambas as côrtes a decisão sôbre qual das duas partes devia desocupar o territorio em beneficio da outra (Novembro-Dezembro de 1614).

Esse ajuste redundou inteiramente favoravel aos Portuguezes; podiam elles, agora, estabelecer-se socegados na sua colonia, mandar vir reforços de Pernambuco e da Bahia, ao passo que os Francezes ficaram desamparados pela mãe-patria.

Dentro em pouco, achou-se Jeronymo de Albuquerque bastante forte para scientificar ao seu adversario que elle se devia desalojar da ilha do Maranhão, e La Ravardière concordou, sob a condição, porém, de lhe darem prazo de cinco mezes, bem como razoavel indemnização pelos bens dos Francezes, que não pudessem ser transportados (31 de julho de 1615). Mas tambem essa concessão não foi cumprida, pois em Outubro appareceram novamente navios portuguezes, em numero de oito, trazendo novecentos soldados e colonos, que o governador-geral Gaspar de Sousa, por ordem expressa da côrte de Madrid, havia mandado a tomar posse do Maranhão e coloniza-lo; o commandante desta esquadra, Alexandre de Moura, de posto mais alto que Albuquerque, recebeu dêste o commando supremo das forças, e, por não se julgar prêso ás promessas de seu antecessor, fez que os Francezes, sem tardança e sem indemnização alguma, evacuassem a colonia, dando-se ainda por satisfeitos por se lhes garantir a livre retirada para a patria (3 de Novembro de 1615).

Alexandre de Moura deu então ás terras recém-conquistadas a organização de capitania real; nomeou Jeronymo de Albuquerque (fallecido em 11 de Fevereiro de 1618) primeiro governador do Maranhão, e transferiu a séde do governo de Sancta Maria de Guaxenduba para a colonia de São Luis, que, em homenagem a Philippe III, passaria a chamar-se — São Philippe; o antigo nome, porém, foi o que perdurou.

Moura voltou em seguida a Pernambuco, depois de haver ordenado, fiel ás instrucções recebidas, que tambem a costa mais ao Norte, mormente a região do delta do rio Amazonas, fosse occupada para a corôa de Portugal.

Francisco Caldeira de Castello-Branco, que foi encarregado dessa empresa, poz-se a caminho a 25 de Dezembro de 1615, partindo de São Luis com tres navios e, quando vigilante seguia a costa, entrou no golfo, a que os Indios deram o nome de rio "Pará", e que é separado da verdadeira embocadura do Amazonas pela ilha de Marajó, estando, contudo, ligado a elle por um canal natural.

A' margem direita do Pará, cêrca de umas trinta leguas da embocadura, lançou Castello-Branco os fundamentos de uma cidade, que foi collocada sob o patrocínio de "Nossa Senhora de Belém", a qual, assim, se costuma chamar ora Belém, ora pelo nome do rio, Pará, nome este que se estendeu, ao mesmo tempo, a toda a capitania real que Caldeira, a partir dêsse ponto, conquistou e colonizou.

Ambas as novas terras da corôa — Maranhão e Pará — tiveram que soffrer, na primeira phase, desordens internas. No Pará foi o 1º governador Caldeira tumultuosamente deposto pela população quando, para favorecer um parente, curvou a justiça; no Maranhão, após a morte de Jeronymo de Albuquerque, os membros do govêrno provisório, que elle havia instituido, começaram a hostilizar-se; e, si bem que o governador-geral do Brasil (que desde alguns annos residia em Pernambuco, para estar em ponto mais central do império colonial) interviesse, ora castigando, ora conciliando, foi-lhe, contudo, a principio, impossivel estabelecer duravel disciplina e ordem naquelle variado aggregado de populações.

Por esse mesmo tempo, principalmente o Pará teve que sustentar violentos combates no interior, em começo com as tribus indigenas. E' evidente que, junctamente com a tomada de posse, se estabeleceu alli o principal motivo de disputas em voga no Brasil: o que dizia respeito á condição dos indigenas. Aqui, porém, souberam os fazendeiros, desde o começo, assegurar o seu predomínio, pois forçaram os primeiros jesuitas, que se estabeleceram em São Luis, a fazer a promessa de se não intrometterem, de modo algum, nas relações com os Indios, sob pena de immediato banimento e perda de todas as eventuaes posses da Ordem. Teve, assim, a população colonial completa liberdade de acção e o resultado foi que, dentro de pouco tempo, todos os indigenas do Pará até o Maranhão pegaram em armas, para se livrarem da ameaçadora escravidão. Desencadeou-se uma longa e terrivel guerra, na qual, do lado dos Portuguezes, commandava Bento Maciel, mais tarde governador do Pará, que se distinguuiu tanto pela indomita bravura como pela mais inexo-

ravel crueldade; devastaram-se, por toda parte, os aldeamentos dos Indios, a ferro e fogo, venderam-se os seus habitantes como escravos, e podiam considerar-se felizes as tribus que logravam achar seguro abrigo á sombra das florestas virgens tropicaes. A par disso, algumas tribus mesmo no interior do paiz conservaram-se em liberdade, ao menos aparentemente: fôram aquellas que voluntariamente se haviam convertido e submettido ao dominio portuguez.

Domiciliados em aldeias proprias, ficaram aqui no Maranhão sob a inspecção das auctoridades civis, ao passo que, como se sabe, nos outros pontos do Brasil, todas as tribus nas mesmas condições eram incorporadas ás missões, submettidas á direcção dos missionarios.

Denominavam-se elles *Indios livres*, mas eram, de facto, tractados como escravos do Estado e, segundo o costume espanhol, distribuidos em grupos (repartimentos), em parte utilizados nos serviços publicos, em parte empregados no proprio serviço dos governadores, ou alugados provisoriamente a particulares.

Além dos Indios naturaes do paiz, appareceram tambem inimigos europeus nas vizinhanças. Logo a principio, chegou ao Pará a noticia de que no estuario do Amazonas numerosos contrabandistas de diversas nações — Hollandezes, Francezes e Inglezes — costumavam negociar e mesmo haviam estabelecido algumas feitorias fortificadas e nellas feito plantações de fumo. Em consequencia, ordenou a côrte de Madrid que se aprestasse uma expedição, sob o commando de Luis Aranha de Vasconcellos; a ella se juntou o governador do Pará, Bento Maciel, que mobilizou cêrca de setenta soldados e mil Indios frecheiros, e, de combinação, fôram explorar então as terras do extenso delta do grande rio equatorial. Em verdade, os estrangeiros na maior parte escaparam ás forças superiores do inimigo, mas os seus estabelecimentos, muitos dos seus navios, fôram destruidos e uma nova fortaleza, á margem direita, Sancto Antonio do Gurupá, assegurou dahi em diante a supremacia da bandeira portugueza sôbre o Amazonas (1623).

Estas extensas aquisições chamaram a attenção da mãe-patria e della receberam muito auxilio; numerosos colonos dos Açores emigraram para alli á custa do govêrno e, além disso, ordenou o rei que os criminosos, cuja sentença fôsse de deportação para o Brasil, deveriam agora, sem excepção, ser levados á costa do Norte; e com isto recebeu o Norte do Brasil um continuo affluxo de braços, novos, embora egualmente



perigoso elemento de povoação. Mas o principal era que as capitánias reaes da costa Norte estavam demasiado distantes da Bahia, séde regular do poder central da colónia, para que o governador pudesse fazer a conveniente inspecção e prestar-lhes soccorros rapidos; e, ainda mais, os ventos e as correntes marítimas nessas regiões em certas épocas difficultavam as communicações marítimas entre as costas oriental e norte do continente sul-americano — difficultade que sómente nos ultimos decennios foi plenamente vencida com o emprego da força do vapor.

Nestas condições, a côrte de Madrid achou vantajoso separar inteiramente a costa Norte do imperio colonial brasileiro, para colloca-la sob um govêrno independente: um decreto real, de 13 de Junho de 1621, reuniu as mais novas capitánias da corôa — Ceará (com Piauí), Maranhão e Pará — num outro imperio, que recebeu o nome de "Estado do Maranhão", para o qual foi nomeado primeiro governador-geral Francisco Coelho de Carvalho (1624-1636).

\*\*\*

Chegamos agora a um periodo importante da história do Brasil: parece conveniente lançar um rapido retrospecto sôbre o desenvolvimento historico que, no decorrer de um seculo, se havia effectuado alli.

Primeiro que tudo, no que diz respeito á constituição interior, como estava mudado o Brasil em comparação com o plano primitivo de sua colonização, do anno de 1532-33! Naquelle tempo, fôra todo o continente dividido, em beneficio de doze familias, em quinze principados feudaes, quasi independentes; agora tambem existiam quinze capitánias, das quaes, porém, oito pertenciam á corôa e sôbre as sete feudaes tinha ella, no minimo, o direito da alta justiça, de inspecção administrativa e de protecção. Apesar de tudo, não se havia alcançado, nem tentado, uma centralização geral, pois as distancias tornavam-na fundamentalmente impossivel.

O imperio colonial brasileiro dividia-se não somente em dous grandes Estados, o Brasil propriamente dicto, com doze capitánias, e o Maranhão, com tres, cada um dos quaes possuia um govêrno completamente distincto e era somente sujeito ao govêrno da mãe-patria; mas tambem cada uma das suas subdivisões, as capitánias feudaes, como as reaes, tinha uma administração sua, em quasi todos os pontos autonoma.



Por esse modo, o desenvolvimento historico, embora com modificações importantes, conservou o mesmo rumo que havia tomado desde o principio, a caminho da monarchia federativa.

Outro aspecto de importancia são os limites. A linha de demarcação do tractado de Tordesilhas, 1494, era ainda a fronteira juridica internacional entre os direitos de posse dos Espanhões de um lado, os dos Portuguezes do outro; mas ao Sul e no Oéste não haviam até então alcançado aquella linha nem a colonização portugueza nem a espanhola. As colonias brasileiras tinham apenas ultrapassado no Sul os limites actuaes da provincia de São Paulo, e para Oéste não haviam galgado o planalto interior; os Espanhões limitavam-se á margem oriental do rio da Prata e do Paraguai, aos planaltos do Perú e da Colombia; de permeio restava um gigantesco espaço, aberto para o espirito comprehendedor de ambas as partes, e o futuro, a história, ainda tinham que traçar alli novas linhas de demarcação.

Já havia tal acontecido, em parte, no Norte; com a colonização do Pará, com a tomada de posse do estuario do Amazonas, haviam os Portuguezes já transposto o meridiano de 1494; não tardou que tambem penetrassem á margem Norte do Amazonas, na denominada Guiana brasileira, não encontrando obstaculos em parte alguma. Porque a Espanha, de resto agora unida a Portugal sob uma unica corôa, havia de facto abandonado aqui, desde muito, as suas pretensões convencionadas: o rei Philipe IV até conferiu ao Portuguez Bento Maciel, em recompensa por serviços que elle havia prestado quando governador do Pará e em combate contra os Indios, um extenso feudo hereditario no Cabo Norte (14 de Junho de 1634), o qual, naturalmente, foi depois annexado á capitania do Pará.

Sómente muitas leguas mais ao Norte, á margem esquerda do rio Oyapock, havia um unico monumento da tomada de posse espanhola, uma columna com a firma do imperador Carlos V, agora completamente esquecida, enterrada na matta virgem tropical, sómente de nôvo encontrada cem annos depois (1723), por um official da guarnição portugueza do Pará.

Vejamos, finalmente, ainda as relações com o exterior.

O Brasil, não obstante o zêlo com que se empenhava a mãe-patria por afastar d'elle toda a influencia estrangeira, não deixou tambem de ser tocado pela lucta historica mundial que naquella época justamente lavrava entre o catholi-

cismo e o protestantismo; na verdade, o foi apenas muito superficialmente, pelo apparecimento de alguns navios corsarios, na maioria inglezes.

Mais importante e mais séria foi a outra lucta que se desenrolou nas costas brasileiras, entre o monopolio colonial e o commercio livre mundial. Os mercadores francezes — pois eram estes e não o governo francez — durante cem annos bateram-se por este último principio, contra a supremacia da corôa de Portugal; mas passo a passo fôram cedendo; por duas vezes, na bahia do Rio de Janeiro, 1555 e seguintes, e na bahia do Maranhão, 1612 e seguintes, chegaram a ousar combate aberto decisivo, sendo, porém, vencidos e alcançando então o monopolio portuguez completo predomínio.

Dahi em deante contentaram-se os Francezes em crear uma nova "França Antartica" ao Norte do rio Oyapock, na Guiana, e alli estabelecer limites firmes para a colonização portugueza. Em logar delles, appareceu, porém, agora outro povo, que mais uma vez — a última — reabriu a questão: — si o Brasil devia pertencer ao monopolio portuguez, ou si á nacionalidade portugueza.

Eram os Hollandezes.

---

## CAPITULO V

### Os Holandeses no Brasil

É sabido que a Confederação das Sete Províncias Unidas, constituída pela União de Utrecht, de 23 de Janeiro de 1579, teve que sustentar, para o reconhecimento da sua independência, uma guerra de setenta annos contra a corôa de Espanha (1579-1609 e 1621-24 de janeiro de 1648), e que durante a mesma, e por obra della, a Confederação se elevou á categoria de primeira potencia naval e commercial européa.

Nessa guerra, desde a sua união com a Espanha, era agora tambem envolvido Portugal, e o seu commercio, as suas colonias indefesas, eram os que mais soffriam com isso.

De preferencia, iam os Holandeses levantando feitorias, tomando e arrancando uma posse após outra na Asia Portuguesa; além disso, porém, já nos primeiros tempos alguns contrabandistas e corsarios holandeses appareciam na America Portuguesa.

Pela primeira vez, tanto quanto se sabe, appareceu, no anno de 1584, um navio nas costas brasileiras com a bandeira dos Paizes Baixos, causando alli grande sensação; depois, em 1595, como já mencionámos, encontrou o flibusteiro inglez Lancaster, na bahia de Pernambuco, tres navios holandeses que promptamente se associaram a elle e, partilhando do roubo do Recife, enriqueceram; de nôvo, em 1604, penetraram sette veleiros holandeses na Bahia, dahi levaram consigo um navio ricamente carregado e incendiaram outro.

Havia, em verdade, o governo brasileiro lançado mão de uma série de medidas de precaução: extraordinarios direitos de importação fôram decretados sôbre o vinho (1600) e o seu avultado rendimento foi quasi todo empregado na

fortificação da costa; repetidas ordenações determinaram aos navios mercantes que navegassem sómente em grandes frotas e sob comboio; tudo, porém, era baldado, pois de anno para anno crescia o número de corsarios hollandezes e que arrecadavam despojos cada vez mais ricos; assim, por exemplo, caíram-lhes nas mãos, em 1616, vinte e oito navios brasileiros e em 1623 esse número foi de 70.

Póde-se imaginar que esses incessantes sobresaltos na costa, simultaneamente com as tentativas francezas de colonização no Norte, produziam profunda impressão: toda a população da colonia vivia em exaltação febril e não pensava noutra cousa sinão em ataques de inimigos; receavam-se os Hollandezes, os Inglezes, os Francezes; e mesmo das regiões infestadas de piratas na costa norte-africana, que naquelle tempo já incluíam os grupos de ilhas dos Açores e Madeira na zona de suas expedições maritimas, receava-se perigo para o Brasil.

Tambem o govêrno da mãe-patria compartilhava desses receios: desde muito tempo, cogitava-se, novamente, do estabelecimento de uma estação naval regular no Brasil e, a proposito, consultaram-se as diversas capitánias e com ellas se negociou ácerca das despesas que acarretaria tal empresa, ouvindo-se tambem pessoas experimentadas; nada, porém, de positivo se fez neste assumpto, tão altamente importante e necessario.

Tanto mais zelosamente foi executada outra medida, cujo fim era inutilizar qualquer poncto de apoio no paiz que favorecesse uma eventual invasão estrangeira. Sabe-se que desde o principio havia para os estrangeiros liberdade de entrada e colonização no Brasil, si bem que com grandes restricções. Alguns poucos immigrants de diferentes nações — Inglezes, Francezes, especialmente Italianos e Espanhóes — tinham-se aproveitado dessa permissão e haviam-se estabelecido sob a bandeira portugueza. Sob a dominação espanhola isso mudou: uma ordenação do rei Philippe II, cerca de 1600, renovada em 1627, excluiu terminantemente todos os estrangeiros do Brasil; todavia essa lei não foi a principio executada rigorosamente, e ao menos aquelles que estavam estabelecidos permaneceram sem incommodos. Agora, porém, o ciume do govêrno e a angustiosa preocupação do povo combinaram-se numa formal perseguição aos estrangeiros: prohibiu-se empregar estrangeiros como administradores de fazendas ou ao serviço particular; recommendou-se ás auctoridades que fizessem a

estatística do número, domicilio e cabedaes de todos os estrangeiros, ou mesmo deu-se-lhes á escolha, como melhor lhes parecesse, interna-los no sertão ou desterra-los; e, como consequencia, em muitos logares, taes estrangeiros receberam ordem de embarque para a sua patria, qual aconteceu em Pernambuco, em 1607.

E não era tudo. Existia, além disso, uma classe de habitantes, dos quaes se podia com razão suppôr que, aborrecendo o dominio iberico, de bom grado o trocariam por outro: eram os chamados novos christãos, isto é, judeus e mouros, que á força haviam sido baptizados e deportados para o Brasil, para castigo de sua obstinada incredulidade; tambem estes fôram agora recommendados á especial vigilancia das auctoridades coloniaes, e com isto se abriu franco pretexto para toda sorte de suspeitas e oppressões. Tudo eram providencias que se accommodavam bem ao systema acanhado da politica espanhola colonial, que, porém, para a protecção do Brasil, não podiam ser de utilidade alguma, como se verificou logo nos annos seguintes.

Até aqui as empresas dos mercadores e armadores holandezes nas aguas americanas haviam sido inteiramente avulsas: faltava-lhes organização centralizada, como a que no Levante produziu tão avultados lucros á Companhia das Indias Orientaes, privilegiada a 29 de Março de 1602; e debalde se exforçaram, durante muito tempo, por uma organização semelhante.

Quando os commandantes de navios das Indias Occidentaes, pela primeira vez, pediram licença e privilegios para uma Companhia das Indias Occidentaes, receberam uma resposta negativa (1607), pois que os Estados Geraes receavam naquelle tempo, e com razão, que uma providencia dessa especie irritasse ainda mais o rei de Espanha e perturbasse as negociações de paz que estavam em andamento.

Assim permaneceu o estado de cousas durante o armistício de doze annos (1609-1621); quando, porém, este se exgotou e a Espanha fez de nôvo menção de recommençar a velha guerra, ficava-se livre de quaesquer contemplações e o desejo dos negociantes encontrou attenção.

Um decreto dos Estados Geraes, de 3 de Junho de 1621, sancionou a instituição de uma Companhia Hollandeza das Indias Occidentaes e outorgou á mesma, para campo de suas actividades, toda a America e a costa oriental da Africa e, além disso, para toda essa esphera de acção, o monopolio, o



direito de conquista e de colonização, tudo primeiramente por vinte e quatro annos (renovado a 22 de Março de 1647 e extinto em 1674).

Constituiu-se então e preparou-se sem tardar esta sociedade, e o seu primeiro golpe feriu o Brasil.

No principio do anno de 1624 fez-se de vêla dos portos holandezes uma poderosa esquadra, sob o commando do almirante Jakob Willekens e do vice-almirante Pieter Heyn; constava de 23 vêlas, com 500 peças de artilharia e 1.600 marinheiros e, além disso, achava-se a bordo o coronel Hans van Dorth, com 1.700 homens de tropa de desembarque.

Tiveram uma viagem demorada e tormentosa, na qual a frota muitas vezes foi dispersada e de novo teve de se reunir. Quando transpuzeram o equador, abriram os chefes as suas cartas de prégo (21 de Abril) e acharam nellas a ordem para atacar o Brasil, primeiramente para conquistar a capital — Salvador.

Para alli rumou então Willekens e, depois de haver cruzado ainda alguns dias na costa, tambem com o fim de esperar os ultimos navios retardatarios, penetrou, tocado por vento favoravel, com toda a sua força reunida, na Bahia (9 de Maio).

Estavam alli ancorados quinze navios portuguezes, que não ousaram fazer opposição séria, e a equipagem, depois de haver trocado alguns canhoneiros e haver lançado fogo ás suas proprias embarcações, fugiu nos botes e ficou em segurança na margem, a observar como os Holandezes abordavam os navios incendiados e, depois de apagar as chammas de oito delles, os carregaram como bôa presa. Ainda na mesma tarde, fôrão tambem ambas as fortalezas do porto —São Marcello e Santo Antonio da Barra—tomadas de assalto, com poucas perdas, e com isso ficaram os victoriosos Holandezes na posse incontestada da bahia.

Salvador, a capital, egualmente pouca resistencia offereceu. Havia, em verdade, o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado, logo á primeira noticia da approximação da frota inimiga, mandado mobilizar toda a gente da redondeza que pudesse usar armas; a sua ordem, entretanto, poucos obedientes encontrou, e, por isso, era impossivel uma resistencia efficaz.

Nessa mesma noite, a maioria da população, em rapida fuga, procurou a sua salvação: e os que ficaram, quando no dia seguinte (10 de Maio de 1624) os Holandezes avançaram,

abriram-lhes as portas e entregaram-se aos vencedores, que por sua parte não pouco admirados ficaram de tão facil e rapido successo.

O governador-geral que, com alguns funcionarios, se havia recolhido ao seu palacio, foi aprisionado sem resistencia; em seu lugar Hans van Dorth tomou o commando da cidade do Salvador e mandou construir a toda a pressa extensas obras de fortificação, de modo que dentro de poucos dias a cidade estava sufficientemente protegida, tanto do lado de terra como do mar.

Em seguida, regressou Willekens com a metade da esquadra para a Hollanda, ao mesmo tempo que o vice-almirante Heyn se fez á vela, com o resto dos navios, para as costas africanas, afim de procurar tambem alli fazer conquistas, no que não logrou successo (Agosto de 1624).

Conservaram-se, entretanto, os Portuguezes fugitivos escondidos nas mattas vizinhas, sempre crentes ainda de que, como havia feito Lancaster, no Recife, assim tambem Willekens só tencionava uma occupação provisoria e saquear a Bahia; dia por dia esperavam a partida do inimigo, a evacuação da cidade natal: tudo, porém, debalde.

Em vez disso, vinham proclamações, nas quaes o commando hollandez convidava os fugitivos a se submeterem, assegurando aos que regressassem a posse pacifica de suas propriedades, justiça e livre practica da sua religião. Poucos, na maioria novos christãos e escravos (33), attenderam ao convite; a maior parte desdenhou de submeter-se ao inimigo ou de com elle negociar e resolveu reconquistar, com as armas, a cidade natal que elles, tomados de panico, haviam abandonado vergonhosamente ao primeiro assalto.

Em magotes cada vez maiores, a população se aggregava á bandeira portugueza, de sorte que em breve estavam em armas 1.700 homens, entre elles 250 Indios convertidos; e as auctoridades da capitania reuniram-se numa aldeia missioneira, afim de escolherem um chefe provisorio para substituir o governador-geral prisioneiro, e a escolha recaiu no

---

(33) Em logar de "novos christãos" (tradução de "neuen Christen"), como se encontra aqui (e ainda mais adeante, á pag. 190), a expressão pragmatica da época foi sempre "christãos novos". Desta já fez uso d. Manuel, em sua carta de lei de 16 de dezembro de 1524, confirmada por d. José, a 21 de Maio de 1773.

ouvidor Antão de Mesquita que, entretanto, poucas semanas depois, desistiu da investidura, para passar o lugar a mais habil successor, o bispo de Salvador, Marcos Teixeira. Sob a direcção dêsse bravo prelado e mais tarde, — quando depois de passados alguns mezes, elle succumbiu ás canseiras da campanha, — sob o commando de Francisco Nunnez (34) Marinho, deu-se comêço'a uma especie de cêrco irregular á Bahia, o que, embora não fazendo perigar a segurança da bem defendida cidade, contudo de diversos modos causava damno ao inimigo.

Feriu-se uma série de sangrentas escaramuças; numa dellas foi morto o commandante Hans van Dorth e noutra o seu successor Albert Schoutens (35); e Wilhelm Schoutens, que então assumiu o commando supremo, não estava á altura de cargo de tal responsabilidade, de modo que os Holandezes, em breve privados de toda perspectiva de successos futuros, viram-se reduzidos a ficar dentro das muralhas da cidade fortificada.

Nesse interim, chegava á Europa a notícia da perda da cidade do Salvador, a 26 de Julho, em Lisbôa, e cinco dias mais tarde, em Madrid (31 de Julho de 1624), produzindo tanto na côrte como no povo geral consternação. Consideraram muitos o facto como castigo divino pelos peccados da nação e, por isso, ordenou Philippe IV expiações públicas, preces extraordinarias e outros actos do serviço divino, de accôrdo com a superstição religiosa daquelles povos e da-

---

(34) Em alguns patronymos portuguezes, Handelmann prefere tambem, ás vezes, uma graphia inusual, que foi respeitada na traducção. Aqui, por exemplo, vem *Francisco Nunnez Marinho*, expressão na qual o primeiro termo do cognome é commummente graphada *Nunes* pelos auctores lusitanos e brasileiros.

(35) Não são muito accordes com os escriptores neerlandezes certas graphias, usadas por Handelmann, de militares a serviço da empresa batava, que tomaram parte nas invasões do Brasil, durante o seculo XVII. Assim é que emprega elle aqui (e ainda mais adiante, á pag. 176). *Schoutens* como cognome de *Albert* e *Wilhelm*, vindos na expedição de 1624, contra a Bahia. Basta, entretanto, que se recorra a Laet (*História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu comêço até ao fim do anno de 1636*, trad. dos dñs. J. H. Duarte Pereira e P. Souto Maior, in *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vols. XXX e XXXVIII, lvs. I e II), para que se veja que o referido appellido era *Schouten* e pertencia aos irmãos *Alert* e *Willem*, como tambem ao "commandeur" *Pieter*. Por via de regra, sempre que teve de citar nomes holandezes, Handelmann nunca deixou de germanizar os de baptismo.

quelles tempos e tendentes a applacar a colera do céu. De mais importancia foi que se tomaram, sem demora, providencias bellicas e dentro de poucas semanas fizeram-se de véla diversas pequenas esquadras, partidas da embocadura do Tejo. Uma dellas seguiu em direcção ás costas africanas orientaes, onde logrou chegar a tempo de repellir o ataque de Pieter Heyn ás colonias portuguezas; outros navios, com munições de guerra e importantes despachos, rumaram para o Brasil e levaram ao governador de Pernambuco, Mathias de Albuquerque, a nomeação régia de governador-geral, e ás outras capitánias a ordem de se prepararem e accudirem sem demora aos combatentes bahianos, com tropas e provisões.

Além disso, accrescentava-se a advertencia ás auctoridades ecclesiasticas de que deviam exforçar-se, de todo modo, para que a heresia hollandeza, o calvinismo, não creasse raizes no paiz.

Em breve nova esquadra conduzia para alli outro general, Francisco de Moura, que assumiu o commando na Bahia, em substituição de Francisco Nunez, e intensamente activou o cêrco.

Era, porém, tudo isso apenas o preludio. Ainda e sempre, e com o maior ardor, embora tambem com o vagar caracteristico dos Espanhóes, fôram activados nos dous reinos da Peninsula Iberica grandes preparativos; os fidalgos, as cidades de Portugal, honradas com convite de proprio punho do rei, deram contribuições voluntarias. Assim, Lisbôa deu 100.000 cruzados, o duque de Bragança 25.000, e alistaram-se os filhos das mais nobres familias. Finalmente, zarpou do porto de Lisbôa a esquadra portugueza — 27 velas, com 4.000 homens da guarnição — commandada por Manuel de Meneses; nas ilhas do Cabo Verde ficou ainda nove semanas á espera, até que chegassem tambem os alliados espanhóes, dom Fradique de Toledo Osorio, com 40 velas e 8.000 soldados (6 de Fevereiro de 1625), e então tomou rumo do Brasil a esquadra reunida, como jámais igual haviam transportado as ondas do oceano Atlantico do Sul.

A 29 de Março de 1625, appareceu ella na Bahia, onde justamente ancoravam uns vinte navios hollandezes; este pequenos número, na maioria navios mercantes, não estava em condições de se oppôr á entrada do, por demais, poderoso adversario; recuaram, por isso, os Hollandezes, para ficarem sob a protecção das baterias de terra e deixaram o dominio do porto aos almirantes inimigos, que, sem tardar, depois de haverem feito a união das suas tropas de desem-

barque com o exército de Francisco de Moura, simultaneamente estabeleceram rigoroso bloqueio de São Salvador, tanto pelo lado do mar, como pelo de terra.

Constava, alli, a guarnição da praça de 2.000 homens, no maximo, e estava, portanto, em grande minoria; sem embargo, defenderam elles as suas bem fortificadas muralhas, a principio com bravura e ousaram mui bem succedidas sortidas; com o correr do tempo, ficaram, porém, em desvantagem, pois cada vez mais apertado se fechava o cêrco dos atacantes; os navios holandezes, no porto, fôram mettidos a pique e a propria cidade foi bombardeada.

Debalde esperavam soccorros. Em verdade, voltara o vice-almirante Pieter Heyn da sua expedição africana para as costas brasileiras e, embora sem successo, havia atacado a capitania do Espirito Sancto (10 a 18 de Março) e apenas de passagem mostrou, deante da Bahia, á distancia, a sua insignia; fraco demais para forçar a entrada, sem o auxilio promettido, e que tardava, da frota da Companhia das Indias Occidentaes, que devia vir da Hollanda, após um mez de espera, viu declarar-se o descontentamento na guarnição da praça. Em primeiro logar, foi o commandante superior Wilhelm Schoutens tumultuosamente deposto do seu cargo e depois as tropas mercenarias recusaram-se a continuar a combater por uma causa perdida.

Em consequencia, o successor de Schoutens, Jan Kiif, viu-se forçado a entabolar negociações com o almirante espanhol e ficou resolvida a capitulação, na qual os Holandezes obtiveram a concessão de livre saída e regresso á sua patria; deviam, entretanto, entregar a cidade com todas as armas e provisões de guerra, assim como os prisioneiros e despojos, e tambem comprometter-se a não mais tomar armas contra a Espanha e Portugal, antes de pôrem pés nas terras patrias.

A 1º de Maio de 1625 foi assignada essa capitulação; no mesmo dia desapareceram as bandeiras das Sete Provincias Unidas das muralhas de Salvador e no seu logar foi içada a portugueza. Estava o Brasil, novamente, liberto do dominio estrangeiro.

Os vencedores cumpriram o tracto da capitulação com escrupulosa fidelidade; contudo, passaram-se muitas semanas antes que pudessem mandar vir as necessarias embarcações para o transporte dos Holandezes e, nesse interim, appareceu a tão esperada segunda frota da Companhia das Indias Occidentaes, composta de trinta e quatro vélas, sob o



commando do almirante Balduin Hendrikszoon (26 de Maio de 1625) (36). A sua apparição, todavia, em nada mudou a feição das cousas: quando o almirante viu a cidade de Salvador perdida, não ousou dar combate, mesmo porque grassava grave epidemia a bordo dos seus navios e estavam as equipagens muito enfraquecidas.

A esquadra navegou para o Norte, passou de largo por Pernambuco, e desembarcou na Parahiba: e quando tambem ali se approximavam inimigos, que vinham de todos os lados, deixou ella, inteiramente, as aguas brasileiras. Seguiu-a, dentro em pouco, a frota de transportes que conduzia á Hollanda a antiga guarnição de Salvador.

Finalmente, tambem reembarcaram, de regresso á patria, os almirantes vencedores, Fradique de Toledo Osorio e Manuel de Meneses, após haverem equipado a praça de Salvador com uma guarnição de mil Portuguezes e confiado o commando da cidade a Francisco de Moura. O cargo de governador-geral ficou, por outro lado, provisoriamente nas mãos de Mathias de Albuquerque, até que, no anno seguinte, passasse, por ordem do rei, a Diogo Luis de Oliveira, conde de Miranda (1626-1635).

Falhara, dêsse modo, completamente, a primeira tentativa de conquista do Brasil pela Companhia Neerlandeza das Indias Occidentaes, com sacrificio inutil de avultadas quantias.

Não fôrão mais felizes os Hollandezes nas regiões mais ao Norte. Um duplo ataque á fortaleza do Ceará foi repellido por Martim Soares; duzentos Hollandezes, que de nôvo se haviam estabelecido em Gurupá, á margem do Amazonas, tiveram que evacuar o campo depois de encarniçado combate (1626); igual sorte tiveram diversos bandos de aventureiros, parte Hollandezes, parte Inglezes, que nos annos de 1629 e seguintes haviam procurado fortificar-se na illhá Tojucos, na costa do Pará.

Um capitão de navio hollandez, Cornelius Jol, conseguiu, é verdade, no oceano Atlantico, tomar pé no grupo de ilhas brasileiras de Fernando de Noronha, fundando alli uma colonia; ilhas de demasiada importancia maritima para que as auctoridades portuguezas se desinteressassem da sua occupa-

---

(36) A's erradas graphias *Jan Kijf* e *Balduin Hendrikszoon*, que se encontram aqui, devem ser preferidas as certas, *Hans Kijf* e *Boudewijn Hendrickszoon*, que se lêem em Laet (*op. et loc. cit.*) e e outros auctores neerlandezes.

ção, para ellas foi despachada uma esquadra de sette vélas, com mil homens, a qual forçou os Hollandezes a retirar-se em 1629.

Apesar de tudo, mantinha a Companhia das Indias Occidentaes o predominio da bandeira batava nas aguas do Atlantico, e o seu almirante Pieter Heyn era temido de todos que navegavam para o Brasil. Penetrou elle, em Março de 1627, na Bahia, onde sustentou forte canhoneio contra as baterias fluctuantes e de terra e, embora o seu navio almirante fôsse a pique e outro voasse pelos ares, conseguiu completo triumpho e arrebatou do porto oito navios mercantes ricamente carregados.

Após haver dominado a bahia cêrca de um mez, fez-se de véla, afim de comboiar as suas presas durante parte do caminho; voltou depois e trouxe para fóra tres dos sette navios que se haviam refugiado muitas leguas rio acima, num tributario da bahia (11 de Junho de 1627).

Sem ter em conta o pequeno exito dos seus collegas, lançou-se Pieter Heyn (8 e 9 de Setembro de 1628) sôbre a *esquadra da prata* hispano-mexicana, e tambem esta succumbiu á fôrça do seu braço e constituiu o mais rico despojo que jámais tocou a uma esquadra de guerra em mares livres. Indemnizou-se com isso, e ricamente, a Companhia das Indias Occidentaes de todos os prejuizos e teve bastante dinheiro para emprehender nova tentativa de conquista contra o Brasil.

Desta vez, tocou á capitania de Pernambuco, que na Hôllanda já era conhecida como o mais rico territorio brasileiro e que, além disso, offerecia para a navegação ás Indias Orientaes mais apropriado porto de escala. Iniciaram-se grandes preparativos e, para melhor conservar occulto o plano, simultaneamente, em differentes portos, oito esquadras, uma após outra, fizeram-se de véla, e fôram reunir-se na altura de Cabo Verde.

Constava então a frota de setenta velas e de mais de sette mil homens; Henrique Loncq tinha o commando supremo e auxiliavam-no, como almirante, Pieter Adryanszoon Ita, e como chefe das tropas de terra, o coronel Weerdengurgh (37).

---

(37) Em Laet *op. cit.*, liv. V) acha-se a graphia *Adriaenszoon*, tão exacta, quanto erronea é a de *Adryanszoon*, empregada aqui por Handelsmann. No tocante ao cognome *Weerdenburgh* (que se en-

No dia seguinte ao natal de 1629, a expedição reunida tomou rumo para Oêste, e a 13 de Fevereiro de 1630 appareceu nas costas de Pernambuco, deante de Olinda.

Aqui achou o conquistador facilidades. Realmente, havia o governo espanhol da Belgica farejado, ainda a tempo, o segredo dos preparativos hollandezes e informado delles aos govêrnos de Madrid e Lisbôa; a notícia, porém, não achou ouvidos crentes; não se fez mais que despachar o antigo governador-geral Mathias de Albuquerque, que justamente se encontrava em Madrid, com o pequeno refôrço de tres navios com destino á colonia ameaçada. A 18 de Outubro de 1629, desembarcara elle em Olinda, onde assumiu o commando militar e, embora a população teimosamente descrente não o coadjuvasse quasi nada, começou, sem demora, a cuidar de melhorar a defesa do porto. Levantarani-se novas fortificações e em muitos logares afundaram-se navios.

Estas medidas fôram bastante efficientes como obstaculo á entrada da esquadra que alli ia penetrar; teve ella de contentar-se com abrir bombardeio de longe; mas, ao passo que assim chamava a attenção sôbre si, desembarcava o coronel Weerdenburgh com as suas tropas algumas leguas mais para o Norte, na costa. Isso foi decisivo. Os habitantes de Olinda e Recife, logo que appareceu a bandeira inimiga, abandonaram, na sua maioria, a cidade, conduzindo todos os seus bens; e, após saberem do desembarque dos inimigos, fugiram tambem os derradeiros e até ás tropas faltou a necessaria coragem.

Weerdenburgh em toda a sua marcha só encontrou aparente e fraca resistencia; Olinda fôra completamente abandonada, excepto por um pequeno bando que se havia recolhido ao claustro fortificado dos jesuitas e se defendeu alli com bravura, até que as portas do edificio fôram destroçadas pelas balas hollandezas.

Tambem a cidade do Recife havia sido desoccupada por Mathias de Albuquerque, sem lucta, depois de haver elle mandado incendiar os depositos e os navios no porto; as fortalezas do porto por fim capitularam, depois de alguns dias de resistencia.

---

contra logo abaixo), já não é mais aconselhavel a graphia que se acha em Laet (*op. cit.*, liv. VI), *Wardenburgh*, e, sim, a de *Waerdenburch*, que é a do fac-simile da assignatura autographa do famoso coronel batavo (doc. publicado por Netscher, em sua preciosa obra *Les hollandais au Brésil*, La Haye, 1853).

Pequena foi a prêsa, mas o triumpho foi completo. Ao passo que as tropas de terra occupavam as cidades recém-conquistadas e as fortificavam segundo as regras da arte, a esquadra penetrou triumphante no porto; e poucos dias depois chegou ao Recife segunda frota, vinda da Hollanda, trazendo reforços novos (principios de Março de 1630).

Ia repetir-se agora em Pernambuco o mesmo espectáculo que seis annos atrás se havia presenciado na Bahia. Reuniram-se os fugitivos ao abrigo das mattas; accudiram em soccorro as milicias, os Indios convertidos das capitánias vizinhas, mesmo algumas tribus do Ceará e finalmente alguns navios de Portugal; viu-se, agora, Mathias de Albuquerque que apto a tomar a offensiva. A meio caminho, entre Olinda e Recife, mandou elle levantar um acampamento fortificado — o *Arraial do Bom Jesus* (4 de Março de 1630); dêsse ponto central partiam constantemente pequenas sortidas, que estorvavam as communicações entre ambas as cidades, e como que mantinham prisioneiro o inimigo dentro de suas muralhas.

Assim proseguiu a guerrilha por todo o anno, ao passo que qualquer tentativa de grande escala, um ataque dos Holandezes ao arraial, um assalto de surpresa dos Portuguezes a Olinda, falhava completamente. Ambas as partes mantinham-se nas suas posições: os Holandezes, senhores de ambas as cidades e do porto de mar, os Portuguezes, senhores da terra livre, esperando, quer um, quer outro, reforços promettidos pelas respectivas patrias.

Estes chegaram no anno seguinte, 1631; primeiramente alcançou o Recife uma frota da Companhia das Indias Occidentaes, de 16 velas, sob o commando de Adrian Janszoon Pater, e trouxe tropas frescas; a ella seguiu-se, quatro mezes depois, em Agosto, um almirante espanhol, Antonio de Oquendo, com 19 navios de guerra, que primeiramente desembarcou tropas na Bahia e em seguida tomou rumo do Norte, afim de conduzir homens para as capitánias de Pernambuco e Parahiba. Porém, de caminho, encontrou a esquadra hollandeza e desenrolou-se, então, uma encarnçada batalha, na qual especialmente ambos os almirantes combateram com a maior bravura; abordando-se mutuamente, trocaram as salvas mortaes, até se incendiar o navio almirante hollandez; envolveu-se, então, o almirante Pater na sua

bandeira e atirou-se ao mar, preferindo a morte á prisão pelo inimigo, 12 de Septembro de 1631 (38).

Este encarniçado combate naval não foi decisivo; depois de haverem ambas as esquadras perdido uma grande parte de suas equipagens e muitos navios, cessaram o com-

---

(38) Em *Aventuras e aventureiros no Brasil* (Rio, 1930), paginas 153-163, foi inserto o interessante artigo com que o erudito Alfredo de Carvalho dilucidou *A lenda do almirante Pater*. Vejamos, de accôrdo com o douto escriptor pernambucano e outros auctores respeitaveis, como foi que se creou a tradição, — aproveitada pelo exaltado romantismo dos nossos historiographos, — de que Pater, podendo salvar-se, preferiu arrojarse ao seio das ondas, envolto pela bandeira patria e exclamando: “O oceano é o unico tumulto digno de um almirante batavo!” Em nenhum escripto hollandez ha a menor referencia á bandeira e á exclamação. No archivo real de Haya, figura o depoimento de um tripulante da capitânea de Pater, Jacob Janssen Ves, do qual consta o seguinte: “Abandonados a bordo do nosso navio em chammas, cercados de inimigos, lançámo-nos á mercê das ondas, sôbre taboas e pavezes, cada qual como melhor poude; assim tambem o senhor general Pater se postou sôbre o mastro do gurupês, para se salvar; mas, estando este mastro ainda em parte ligado pela cordoalha, não era possivel permanecer sentado nelle, por causa da agitação das vagas, e o senhor general afogou-se, e com elle a maior parte da equipagem”. Escrevendo dez dias depois da batalha, o soldado allemão Richshoffer, cuja obra *Brasilianische und Westindianische Reise Beschreibung* (Strasburg, 1677) foi traduzida por Alfredo de Carvalho, com o título de *Diario de um soldado da Companhia das Indias Occidentaes* (1629-1632) (Recife, 1897), conta (á pag. 119 da traducção citada) que “...o navio do nosso senhor general incendiou-se e foi ao fundo, salvando-se apenas, dos 250 homens da tripulação, quatro soldados e dous marinheiros, e perecendo o esforçado herôe sr. general Pater”. Laet (*Historie ofte Iaelwijck Verhael van de verrichtinghen der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie*, Leyden, 1644, pag. 64, e trad. cit., liv. VIII) refere que: — “No meio do combate, ateou-se o fogo na popa do navio do general Pater, e, posto que se empregasse toda a diligência para apagar o incendio, elle tomou tal incremento, que a guarnição teve de se refugiar na parte deanteira da nau, não esperando outro meio de salvar-se do que sendo recolhida pelas outras embarcações. Em tão angustiado transe lhes faltou, porém, este soccôrro, e o general, tendo estado, por muito tempo suspenso de um cabo, deante da prôa de seu navio, desfalleceu de cansaço e afogou-se”. Barlaeus (*Rerum per octennium in Brasilia*, Amstelodami, 1647) attribue a morte involuntaria de Pater á circumstancia de não haver sido este soccorrido pelos seus: — “...desertusque a suis, partita ferè cum hoste victoria, gloriosè occubuit”. Thysius (*Historia navalis*, Lugduni Batavorum, 1648) fala não só no abandono em que ficou o almirante neerlandez, como ainda na fome e no cansaço que do mesmo se apoderaram, tendo tudo concurrido para a sua quêda no pégo oceanico: — “...perfidâ a suis desertus, diu fame apprehensus, tandem lassitudine confectus, ani-



batá, e os Holandezes regressaram ao Recife, afim de fazer as devidas reparações nos seus navios avariados. Ia nas suas águas, a grande distancia, em navios-transportes portugueses, uma divisão de tropas, sob o commando do

mam oceano dedit". Netscher (*op. cit.*) guia-se pelo relato de Laet e põe em duvida qualquer exclamação proferida por Pater, ao cair no mar. Finalmentê, Verssén, que representava em Bayona os Estados Geraes da Hollandá, dalli lhes enviou uma carta de Lisboa, escripta logo após o retôrno da esquadra de Oquendo, e na qual se lê que Pater, "dando tudo por perdido e tendo recebido muitos ferimentos, se havia atirado ao mar". Foram, portanto, outros chronistas, que não os Holandezes, os creadores da lenda. Limitaram-se alguns a envolver Pater na bandeira. Brito Freire (*Nova Lusitania — História da guerra brasileira*, Lisboa, 1675, pag. 219) assim gongoriza quanto a Pater: "...do modo em que se achava armado, cingiu o Estandarte. E recebendo mayor dano da mesma indignação, do que quanto podia esperar da violencia contraria, precipitando-se ao mar, fez a soberba, & a desesperação, tumulto do valor ao Oceano". Fr. Rafael de Jesús (*Castrioto Lusitano*, Lisboa, 1679, pag. 66) pouco se differencia do anterior, asseverando que "conheceo o Patres a certeza do perigo, envolveo-se no Estandarte General dos Estados, & amortalhado na honra, se sepultou vivo nas agoas". Imitou-os mais tarde Rocha Pitta (*História da America Portuguesa*, Lisboa, 1730, pag. 254), afirmando que o almirante batavo, "fazendo vaidade de ter escolha na última desgraça, se lançou ao mar armado, e envolto no Estandarte da sua Republica, a qual pudera levantar Estatuas á sua posteridade, posto que este seu famoso Capitão, querendo poupar-lhe os mausoleos, escondesse no profundo do Oceano o seu cadaver". O unico que relata o episodio com as mesmas tintas de verdade e simplicidade dos historiadores neerlandezes é Duarte de Albuquerque (*Memorias diarias*, ed. do Rio, 1855, pag. 35): — "O incendio procedeu de uma bucha de nossa artilharia; o que vendo d. Antonio, ordenou aos mosqueteiros de atirarem sempre alli, para que o inimigo o não pudesse apagar. E assim ateou-se de fôrma que toda a capitanea do general João Adrião Pater se queimou, morrendo elle tambem, por não querer retirar-se, podendo, pois que as caravellas salvaram muitos dos seus". Agora, entremos na investigação das exclamações attribuidas á Pater. Inventaram-n'as dois frades. O primeiro foi o hosso fr. Manuel Calado ("espírito pequenino e parcialissimo", na opinião justa de Varnhagen), que, em *O valeroso Lucideno* (Lisboa, 1648), pag. 13, assim conclue a exposição do caso de Pater: "Começou-se a atear o fogo na nao, & sahir della fumo, o que visto por o General Olandez, se envolveu no Estandarte de Olanda, dizendo: *Muy grán soldado es Don Antonio de Oquendo!* E dizendo isto se deitou ao mar, & morreo afogado, por não se ver cativo; & os riais que na nao ficarão, huns morrerão abrazados, & outros se deitarão ao mar, dos quaes os nossos salvarão a alguns que levarão consigo prisioneiros". O outro tonsurado, o carmilita lusitano fr. Giovanni Giuseppe di Santa Teresa, em sua *Istoria delle guerre del regno del Brasile* (Roma, 1698), pags. 114-115, ao invés da inverosimil exclamação inventada por fr. Manuel Calado, poetizou da seguinte ma-

Napolitano, conde de Bagnuolo (39), que desembarcou num ponto solitario da costa de Pernambuco e marchou, dando uma grande volta, para o arraial do Bom Jesús. Por outro lado, a esquadra espanhola logo deixou as aguas sul-americanas

neira o episodio: "...mà, cingendosi a dosso lo stendardo, armato com' egli era, si gettò barbaramente nell'onde, dicendo: — *che solo tutto l'Oceano era degno tumulto del suo invitto cuore*". Quem, todavia, mais contribuiu para a vulgarização dessa lenda, da qual se apropriou e até explorou numa gravura, "singulármemente defeituosa, quanto á perspectiva, que precede ao vol. II da obra", foi "o falsificador maximo da historia do Brasil, o francez Adolphe de Beauchamp, compilador e plagiario impudente, que, ampliando a Santa Thereza, poz na bocca do bravo marinheiro aquella tirada emphatica, mais do que heroica, posteriormente repetida em incontaveis selectas e outros livros didacticos", — conforme Alfredo de Carvalho, que ássim conclue: — "Com effeito, foi na sua *Histoire du Brésil*, impressa em Paris no anno de 1815, que pela primeira vez appareceu a phrase "*O oceano é o unico tumulto digno de um almirante batavo!*" (vol. II, pag. 275)". Foi intensa a repercussão que teve na Espanha o celebre combate em aguas do nosso littoral, no anno seguinte ao da invasão hollandeza em Pernambuco. Talvez por ordem régia, um pintor da época perpetuou na têla a famosa acção bellica. Existe ella até agora na pinacotheca do Museu Naval de Madrid e tem o título seguinte (v. Porto Seguro, *História das luctas com os Hollandezes no Brasil desde 1624 a 1654*, ed. de Lisboa, 1872, pag. 77): "Combate naval occorrido el 12 de Sep. de 1631 sobre la costa del Brasilien que la armada española mandada por Don Antonio de Oquendo venció y destruyó á la holandeza bajo las ordenes del general Hanspater que murió en la acción".

(39) E' este um nome que anda geralmente errado nos livros de auctores nossos e estrangeiros sobre a história do Brasil. Tracta-se, entretanto, de uma personalidade notavel, sobre a qual, felizmente, já existe excellente monographia, devida a João Nogueira Jaguaribe, *O conde de Bagnuolo...* (S. Paulo, 1918). Servir-nos-emos de alguns dos dados biographicos ahi colligidos, para consignar aqui certos esclarecimentos relativos ao nobre militar italiano. Filho de Fabio Sanfelice (senhor de Bagnuoli e de Rhodes) e de Lucrezia Mormillo, nasceu Giovanni Vincenzo Sanfelice em Napoles, onde, ao átingir á maioridade, se dedicou, preferentemente, ao estudo da mathematica. Abraçando a carreira marcial, serviu no terço commandado pelo marquez de Camarola, em Milão, subindo alli até ao posto de sargento-mór. Depois de haver tomado parté em várias batalhas, quer no paiz natal, quer em Flandres, regressou a Napoles, onde organizou uma companhia de guerra, a qual não tardou a ser incorporada ao terço do marquez de Terracuzo (Carlo Andréa Caracciolo) e embarcada na esquadra luso-espanhola, que, sob o commando de d. Fradique de Toledo Osorio, se destinava a arrancar a Bahia do poder dos hollandezes, em 1625. Voltando ao velho mundo, depois de haver prestado aqui assinalados serviços, Giovanni Vincenzo Sanfelice continuou alli a sua actividade militar e foi tambem governador da provincia de Calabria. Aprestada, porém, em 1631, na península iberica, nova ar-

e contentou-se em escoltar um numeroso comboio de navios mercantes, que iam do Brasil para a metropole.

Mais importante, embora tampouco decisiva, foi a guerra em terra. O commando hollandez em Olinda, desde que havia recebido reforços em Abril de 1631, pensou utilizar-se de sua supremacia no mar para atacar a costa brasileira, em differentes logares — na esperança de conseguir, dêste modo, dispersar de nôvo as fôrças inimigas de terra, que, cada dia mais numerosas, se haviam reunido deante dos muros da cidade. Primeiro, emprehendeu-se uma expedição maritima á ilha de Itamaracá, 22 de Abril de 1631; porém a capital, Conceição, repelliou valentemente o assalto, e assim tiveram os Hollandezes que se contentar em construir, na ponta sudoeste da ilha, defronte da cidade de Igarazu (40), o forte

mada, cujo commando foi confiado a d. Antonio de Oquendo, afim de soccorrer a capitania de Pernambuco, tomada no anno anterior pelos Neerlandezes, — nella foi embarcado um terço de Napolitanos, sob a chefia de Giovannni Vicenzo Sanfelice. O conde de Bagnuoli (título que já antes lhe fôra outorgado) esteve no Brasil desde 1631 até 1641, em constante acção bellica, principalmente depois que foi nomeado mestre-de-campo-general, como successor de d. Luis de Rojas y Borja, morto na batalha de Matta Redonda, a 18 de Janeiro de 1636. Concorreu efficazmente para impedir, em 1638, a tomada da cidade do Salvador, tentada por Mauricio de Nassau, — o que lhe valeu ser elevado a principe de Napoles e a receber o feudo de Monte Verde (em Otranto), premios que lhe conferiu Philippe IV (III de Portugal). A sua retirada do Brasil em 1641 foi consequencia da aclamação de d. João IV, a cujo govêrno não quiz servir, preferindo lealmente continuar como subdito da Espanha, á qual então pertencia Napoles. O conde de Bagnuoli foi casado com uma nobre Flamenga, da casa de Orange, tendo resultado dêsse consórcio tres filhos varões, um dos quaes se enclausurou na vida monastica (o dominicano fr. Miguel), dedicando-se á carreira das armas os dois restantes. Fabio e Marco Antonio, que, sob o commando paterno, combateram no Brasil. Recebeu-lhe o último a herança dos premios militares (por virtude da carta régia de 17 de Agosto de 1646, firmada por Philippe IV) e consta que Fabio chegou a escrever a história das façanhas bellicas do pae, em livro que, infortunosamente, se perdeu. Como informa d. José de Mirales, em sua *História militar do Brasil* (Rio, 1900), pag. 143, o conde de Bagnuoli falleceu na cidade do Salvador, a 26 de Agosto de 1640, e foi sepultado alli, na egreja do convento do Carmo. O retrato de Bagnuoli saiu a lume, pela primeira vez, na obra de Raffaele Maria Filamondo (existente em nossa Bibliotheca Nacional), *Il genio bellicoso di Napoli — Memorie istoriche d'alcuni capitani celebri napolitani, chi han militato per la fede, per lore, per la patria* (Napoli, 1694).

(40) Aqui e logo adeante (pag. 185), prefere Handelmann graphar, sem razão alguma, *Igarazu* o toponymo *Igarassú*, cujo etymo elle acertadamente consignara á pag. 55.

Orange, que lhes assegurava o dominio, primeiramente, sôbre um porto conveniente, além disso, para tempos futuros, uma bem situada base de operações contra a capitania da Parahiba.

Em breve, cuidou-se de preparar novas expedições semelhantes; porém, afim de ter para isso maior desembaraço e mais consideraveis meios, tomou o conselho de guerra a resolução de concentrar todas as suas fôrças no Recife, evacuando Olinda. Assentado isto, foi despachada uma mensagem ao arraial portuguez, perguntando aos possuidores das casas si queriam resgata-las das chammas do incendio; como estes recusassem, a guarnição incendiou a cidade e reuniu-se aos seus companheiros no Recife (Novembro de 1631). E então começou uma série de expedições navaes: a primeira, á capitania da Parahiba, contra a cidade do mesmo nome; a segunda, contra Natal, no Rio Grande do Norte, Dezembro de 1631); porém em ambos os logares encontraram os atacantes a costa bem defendida e tiveram que voltar sem haver effectuado nada. Terceira expedição, dirigiu-se contra o forte e porto de Pontal de Nazareth, situado na costa de Pernambuco, septe leguas ao Norte de Recife, e no qual, desde que esta última cidade estava na mão dos inimigos, se havia concentrado, por assim dizer, todo o commércio de exportação da provincia; esperavam os Hollandezes alli fazer grande presa; mas ainda desta vez a sorte não lhes sorriu, e fôram repellidos com grandes perdas, (Fevereiro de 1632).

Haviam já passado dous annos, e ainda permaneciam os Hollandezes, como a princípio, adstrictos a dous pontos da costa; Recife e forte Orange, suas bem fortificadas praças de armas, zombavam de todos os assaltos; porém, fóra dellas não lhes pertencia nem mesmo um palmo de terra. Egualmente, tampouco haviam conseguido ganhar adhesão da população colonial.

Na verdade, havia a Companhia das Indias Occidentaes, logo após o desembarque, convidado os fazendeiros da redondeza a fazer permutas vantajosas de mercadorias, e a principio em muitos logares acharam annuencia; porém, o general portuguez logo lhes poz termo, mandando enforcar, sem processo, como traidores da patria, os colonos que se verificassem culpados de relações com o inimigo.

Nestas circumstancias, a situação dos conquistadores era quasi desesperada; difficilmente podiam esperar successo;



foi então que a passagem de um só homem para seu partido fez revirar a sorte das armas e encadeou a victória irresistivelmente ás bandeiras hollandezas. Era elle Domingos Fernandes Calabar, mulato, originario de Porto Calvo, na actual provincia de Alagôas.

Não discutamos o motivo que o levou a passar para o outro partido; si tinha razões justas para descontentamento; si, como dizem as informações portuguezas, para escapar aos castigos em que incorrera por seus crimes; ou si queria tirar vingança por um castigo que soffrera; o facto é que fugiu para o lado dos Hollandezes, e prestou-lhes, não menos por sua bravura desassombrada como por seu conhecimento detalhado do terreno e da costa, os mais valiosos serviços (1632 e seguintes). Sob a sua direcção foi, em seguida, emprehendida uma série de sortidas dentro dos limites de Pernambuco; todas fôram bem succedidas, todas deram aos Hollandezes glória e prêsas: atacaram de surpresa e saquearam Olinda, onde os habitantes acabavam de se alojar de nôvo; egual sorte teve, mais ao Nrote, a cidade de Igarazu; ao Sul, o forte do rio Formoso, depois de heroica resistencia, foi tomado de assalto; e, o que foi mais importante, tambem as guerrilhas, nas quaes os Batavos até então sempre haviam soffrido perdas, soube Calabar conduzi-las com tantas astucia e habilidade que as fôrças combatentes dos Portuguezes ficaram por toda a parte em desvantagem.

Nessa época, Janeiro de 1633, vieram ao Recife, mandados da Hollanda pela Companhia das Indias Occidentaes, dous commissarios (*gedelegeerde bewindhebbers*), Johann Gysselingh e Mathias van Keulen; eram munidos de plenos poderes extraordinarios, e da sua decisão dependeria que se abandonassem immediatamente as conquistas brasileiras, que até então davam apenas com que cobrir as despesas, ou que nellas se permanecesse e tractasse de extende-las. Elles resolveram pelo último alvitre; e, como haviam trazido algumas tropas, julgaram-se então os Hollandezes bastante fortes para emprehender ataque ao quartel general inimigo, o Ar-raial do Bom Jesús, sexta-feira sancta, 24 de Março de 1633. Porém debalde; o assalto foi repellido com grandes perdas, e teve-se que procurar compensação dêste mallôgro em outros logares.

E isto realizou-se com extraordinario resultado. Se-gismundo van Schkoppe, general-chefe, a quem Calabar as-



sistia com seu conselho e auxílio, invadiu e submetteu agora toda a ilha de Itamaracá (16 de Junho de 1633 e seguintes); depois fez Calabar uma devastadora incursão nos districtos do Sul de Pernambuco, a actual Alagôas; e dalli seguiu-se de nôvo ao Norte, para o Rio Grande do Norte, onde van Keulen, depois de ligeiro combate, arvorou a bandeira hollandeza nas muralhas do forte do porto e da capital, Natai (Dezembro de 1633).

O anno seguinte trouxe novos sucessos. Justamente ao arraial do Bom Jesús havia de nôvo chegado um pequeno reforço, e os Portuguezes, de seu lado, aproveitando-se de que uma parte da guarnição havia saído em expedição, ousaram dar assalto ao quartel general hollandez. De facto, um bando de cem homens, sob Martim Soares Moreno, subiu noite escura, sem ser presentido, ás obras avançadas; e, si lhe houvesse seguido sem demora o corpo principal, talvez a cidade descuidada tivesse caído em suas mãos; porém a hesitação perdeu tudo; os navios de sentinella no porto presentiram algo suspeito, alarmaram a guarnição, e, ao raiar a madrugada, Martim Soares teve que recuar rapidamente (1-2 de Março, de 1634).

Mais sorte tiveram os Hollandezes: primeiro tractaram de conquistar os differentes portos na costa de Pernambuco, pelos quaes se fornecia de viveres o arraial do Bom Jesús, e isto conseguiram, na maior parte delles, pela pericia de Calabar (verão de 1634). A 9 de Agosto chegaram então novos reforços da Companhia das Indias Occidentaes, pelos quaes o exército de terra elevava seu effectivo a 32 companhias, isto é, mais de 4.000 soldados, a fôrça naval a 42 velas, com 1.500 marinheiros, e agora podia de nôvo o commando hollandez pensar em grandes conquistas.

A 24 de Novembro saíram do porto de Recife o coronel Sigismundo van Schkoppe e o almirante Lichthart, acompanhados por Calabar, com mais ou menos a metade de sua fôrça de combate; a 4 de Dezembro appareceram elles deante da embocadura do rio Parahiba, e, depois de violento combate, que durou muitos dias, foi forçada a entrada, fôram tomados os fortes do porto e os vencedores entraram sem estôrvo na capital da Parahiba. Porém toda a população havia fugido com os bens e haveres, e, sem dúvida, teria aqui acontecido o mesmo que dantes na Bahia e Pernambuco, si não houvesse a intervenção de dous dos mais considerados cidadãos, Bezerra e Sylveira, que (não se sabe por que motivo)

adheriram aos Hollandezes; com os seus esforços alcançaram que a maior parte da população da cidade regressasse e se submettesse; tractou-se uma formal capitulação (26 de Dezembro de 1634), na qual o commando hollandez, em nome da Companhia das Indias Occidentaes, garantia plenamente aos novos subditos a vida e os haveres, direitos eguaes aos dos Hollandezes; o direito de usar armas, isenção do serviço militar e livre prática da religião catholica pelos sacerdotes da terra. Além disso, o commercio animado e lucrativo, que logo se estabeleceu entre a cidade da Parahiba e a Hollanda, muito contribuiu para reconciliar os cidadãos com o nôvo dominio. Os municipios ruraes da capitania da Parahiba fôrão pouco a pouco seguindo o exemplo da capital; tambem a vizinha capitania do Rio Grande do Norte, onde até então a bandeira hollandeza só tremulava em Natal, submetteu-se sob as mesmas condições. Até as tribus indigenas saíram de suas mattas para fazer amizade com os novos donos do paiz, ao passo que, por outro lado, as tropas portuguezas, acompanhadas pelos colonos e Indios que haviam permanecido fiéis, emigraram de ambas estas capitanias para Pernambuco (fins de 1634).

Ahi agora era questão da guerra decisiva. A situação das cousas na capitania de Pernambuco, no principio de 1635, era a seguinte: tres praças fortificadas pertenciam ainda aos Portuguezes — ao Norte, perto de Olinda, o Arraial do Bom Jesus e o forte do Pontal de Nazareth, e na vizinhança dos mesmos operavam em campo aberto tropas portuguezas, commandadas pessoalmente pelo general Mathias d'Albuquerque e seu irmão mais velho, o donatario da capitania, Duarte d'Albuquerque Coelho; por outro lado, estava o conde de Bagnuolo, com outro exército, mais ao Sul, nas denominadas Alagôas, região de brejos e lagoas, e apoiava-se na fortificada Porto Calvo. Estes tres pontos fôrão agora, todos a um tempo, assaltados, cercados pelos Hollandezes e, apesar de todos os esforços para sua libertação, caíram, um após outro, em poder do inimigo: primeiro Porto Calvo, em Março, depois o Arraial do Bom Jesus, a 7 de Junho, e finalmente Pontal de Nazareth, a 2 de Julho de 1635.

Nestas circumstancias, tiveram os dous Albuquerquees que pensar no regresso, pois a função que exerciam até agora, tornava-se inutil, insustentavel; elles convidaram a que os acompanhassem todos os colonos que quizessem permanecer fiéis á patria e á religião, e milhares de pessoas

de todas as edades, de ambos os sexos e de todas as categorias sociaes, attenderam ao appêllo; puzeram-se então a caminho para o Sul, afim de se reunirem ás tropas do conde de Bagnuolo, que havia tomado posição em Alagôas. Era longa a caminhada, penosa e com toda a sorte de privações; porém todos os soffrimentos fôram compensados, ao saciarem a sêde de uma vingança; e foi que, em caminho, conseguiram tomar de surpresa Porto Calvo e aqui, na sua cidade natal, caíu nas mãos de seus compatriotas exasperados o temido Calabar, que pagou com a vida a traição á patria (Julho de 1635). Elle havia concluido a sua missão e a sua morte não mudou cousa alguma; porque os dous Albuquerque, impossibilitados de conservar a cidade conquistada, logo proseguiram na sua marcha para o Sul; seguiu-lhes nas pégadas um destacamento de inimigos, que de nôvo plantou as côres hollandezas em Porto Calvo.

Foi este o primeiro capítulo da guerra batavo-brasileira, que, limitada ao espaço entre o cabo São Roque e o rio São Francisco, depois de uma lucta de cinco annos, rematou com a conquista de quasi todo este trecho da costa pelos Hollandezes. O imperio colonial da Companhia das Indias Occidentaes ou, como era costume chamar-se, "Nova Hollanda", comprehendia agora quatro das antigas capitánias portuguezas, Rio Grande do Norte, Parahiba, Itamaracá e quasi todo Pernambuco; as suas fortalezas avançadas eram, ao Norte, a cidade de Natal, ao Sul, Porto Calvo, porém o posto central propriamente dicto e a principal praça de armas era sempre Recife, e o seu porto era ao mesmo tempo estação para os navios hollandezes das Indias Occidentaes e para os corsarios que cruzavam no Atlantico contra o pendão hispano-portuguez. Por fim, o Recife tambem era sêde do govêrno e este, mandatario com plenos poderes da Companhia das Indias Occidentaes, era a princípio exercido pelo Conselho Político de cinco membros (*politieke Raden*) que se constituiu, a 21 de Abril de 1630, segundo um regulamento de 13 de Outubro de 1629. Mais tarde passou a auctoridade governamental provisoriamente aos dous commissarios Johann Gysseling e Mathias van Keulen, que vieram em Janeiro de 1633, com attribuições proconsulares, e conservaram-na em suas mãos até ao seu regresso á patria (1º de Setembro de 1634), occasião em que se reempossou o Conselho dos Cinco.

Quanto á actividade dessa administração, foi ella em geral branda e orientada no sentido de reconciliar os Portuguezes-Brasileiros com a dominação hollandeza. Já se disse como havia sido expressamente garantido aos habitantes da Parahiba, numa capitulação, a plena segurança das vidas e dos bens, direitos eguaes aos dos Hollandezes, livre práctica do culto catholico com sacerdotes seus; as mesmas concessões tiveram todas as praças conquistadas anterior e posteriormente, e, além disso, contentou-se o govêrno com os impostos tradicionaes e prometeu não crear novos.

Porém, tudo isso que o Conselho dos Cinco procurava fazer de bom, em grande parte desfaziam, como sóe succeder em tempos de guerra, as auctoridades subalternas, principalmente os militares, mercenarios lansquenets embrutecidos; não faltaram violencias, oppressões de toda sorte, e qualquer communicação dos colonos portuguezes com o exêrcito de seus compatriotas era castigada com implacavel severidade, como traição de guerra.

Junctava-se a isso o antagonismo de nacionalidade e de religião, o qual difficilmente poderia ser maior do que esse que existia entre os fleugmaticos calvinistas hollandezes e os ardorosos habitantes das terras do Sul, catholicos intransigentes; especialmente tomaram os Brasileiros muito a mal que a mesma liberdade de religião que os vencedores lhes concediam fôsse extendida a todas as outras religiões. Porque não só colonos, funcionarios e prégadores calvinistas, mas tambem Judeus portuguezes expulsos da sua patria pela Inquisição, e que se haviam refugiado nos Paizes Baixos, vinham agora em multidão para o Brasil, onde podiam falar a sua lingua materna e sob a protecção hollandeza podiam confessar e praticar ás claras a sua crença; e até era aqui permittido aos "novos christãos" reverter publicamente da igreja catholica obrigatoria para a synagoga.

Tal era o estado da Nova Hollanda brasileira; um extenso imperio colonial com recursos naturaes inexgotaveis; porém, sempre ainda ameaçado no exterior, nada consolidado no interior, e ainda mais, o que aos olhos da companhia commercial dominante era talvez o peor inconveniente, não produzira até então lucro algum. Porque, devido á guerra, e ainda muito mais pela emigração em massa da população, que se associara á retirada das tropas portuguezas, estava deserto por toda parte o territorio, e a Companhia das Indias Occidentaes via-se impossibilitada de mandar vir novos braços para remediar isso cabalmente; ella não pos-



suia até então territorio algum na costa da Africa e, portanto, não podia estabelecer sufficiente abastecimento em negros; a immigração européa permanecia escassa, e nestas latitudes tropicaes, nas baixadas da costa, camponezes do Norte da Europa de pouco teriam valido.

Em consequencia disto, decaía cada vez mais o principal ramo de industria das capitánias conquistadas, a producção de assucar, o que redundava forçosamente na diminuição do commercio e dos impostos dessas regiões. Por outro lado, para a defesa incessante dessas colonias, eram necessarias forças militares muito dispendiosas; a esquadra, na verdade, obtinha com os seus corsos bastante rendimento, e no Norte era sufficiente uma pequena guarnição, porque aqui os vastos desertos do Rio Grande e Ceará separavam as possessões hollandezas das vizinhas colonias portuguezas.

Tanto maior tropa da terra exigiam as regiões do Sul, pois, á margem norte do rio São Francisco, onde mantinha ligação com a Bahia, e coberto pelas lagôas e pantanos das Alagôas, ainda permanecia sempre o conde de Bagnuolo, com um destacamento portuguez, e dalli partiam incessantes guerrilhas (41) que, onde podiam, devastavam a ferro e a fogo as colonias hollandezas, até no interior da Parahiba.

E não ficou sómente nisso: a mãe-pátria do Brasil faria agora um nôvo exfôrço militar. Deve causar admiração que a corôa hispano-lusitana, que na Bahia tão rapidamente e com tanta energia prestara soccorro, abandonasse Pernambuco á sua sorte, com tanta indifferença; mas para isto ha duas razões a considerar. De um lado, estavam as finanças espanhólas profundamente desorganizadas, impossibilitadas de enfrentar frequentes expedições de tanta monta; depois — e isto era certamente o principal — a Bahia era uma capitania real, ao passo que Pernambuco era capitania feudal, e como tal competia a sua defesa primeiramente ao donatario, a familia Coelho d'Albuquerque.

E esta — ao menos assim se pensava em Portugal — parece que de seu lado não solicitou, nem sobretudo, desejou,

---

(41) Como chefes dessas guerrilhas distinguiram-se, principalmente, o cacique indio Poty (dom Antonio Philippe Camarão), o preto Henrique Dias e os brancos Francisco Rebello e Sebastião de Souto, que foram todos agraciados com carta-real de nobreza e ornados com o habito da Ordem de Christo, 1638 (Nota do auctor).



com bastante empenho, o auxilio da corôa; ella receava que esta, libertando Pernambuco, o conservasse para si, como conquistado pela espada e a título de indemnização das despesas, e por isso o donatario preferia exorçar-se pelas proprias mãos e com pouco auxilio guardar o seu feudo hereditario. Contudo, esse systema não dera bons resultados; não sómente Pernambuco e mais outra capitania feudal, Itamaracá, mas tambem duas capitancias reaes, Parahiba e Rio Grande do Norte, haviam sido perdidas; a potencia maritima hollandeza com os dous novos pontos de apoio no Atlantico Sul, cada dia se tornava mais perigosa, e destarte despertando a côrte de Madrid da sua lethargia, viu-se obrigada a intervir seriamente.

Seu primeiro acto foi uma mudança de funcionarios: no logar de Luis de Oliveira, foi nomeado governador-geral do Brasil Pedro da Sylva (1635-1639); no logar de Mathias d'Albuquerque, Luis de Rojas y Borja, general-chefe; ambos estes homens embarcaram sem demora, com cêrca de 1.700 soldados, para o logar do seu destino, e no fim de Novembro de 1635 appareceu a esquadra na altura de Pernambuco. Provavelmente, o Recife, que então só dispunha de fraca guarnição, haver-se-ia rendido deante de um rapido ataque; todavia, Rojas preferiu proceder com seguridade: reuniu-se nas Alagôas com as tropas do exercito, que alli estacionavam, e depois avançou para o Norte. Sem combate, caíu Porto Calvo em suas mãos; porém, ao outro lado desta cidade, em Mata Redonda, topou com um destacamento hollandez, sob o commando do coronel Areiszewsky, e soffreu uma completa derrota (18 de Janeiro de 1636). O proprio Rojas succumbiu; o seu successor no commando, conde Bagnuolo, voltou á segura região dos pantanos, ao seu antigo systema de lucta de guerrilhas; e assim passou todo o anno de 1636, sem que houvesse mudança importante no estado das cousas.

★ ★ ★

De muito maior significação para o Brasil fôram as deliberações nesse tempo tomadas no seio da Companhia Neerlandeza das Indias Occidentaes. Era evidente que o imperio colonial, que a Companhia havia conquistado na America do Sul portugueza, não podia dar lucro, antes de ser perfeitamente defendido e pacificado; porém, para isso era necessaria não sómente uma incessante convocação de fôrças

frescas de combate, mas, antes de tudo, radical reorganização da administração. O vigente regime collegial do Conselho Politico, ao qual eram subordinadas todas as auctoridades civis e militares, não servia para um paiz que ainda permanecia sempre em pé de guerra; importava confiar a uma só mão forte toda a auctoridade suprema, especialmente, porém, os negocios militares; e nesse sentido então accordou a Companhia num nôvo systema, cujos traços característicos essenciaes fôram fixados num regulamento de 23 de Agosto de 1636.

Um parente da casa principesca de Orange, que na Republica das Sete Provincias Unidas era detentora da dignidade do govêrno hereditario, Johann Moritz, conde de Nassau-Siegen (nascido a 16 de Junho de 1604, fallecido a 20 de Dezembro de 1679), assumiu o supremo govêrno do imperio colonial batavo-brasileiro, por escolha da Companhia e com approvação dos Estados Geraes, recebeu o titulo de governador-geral, capitão-general e almirante (*gouverneur, Capiteyn ende Admiral-generael oever de platzen by de Westindische Compagnie in Brasil*). Nas suas mãos se enfeixava todo o poder militar; quanto á administração civil, porém, foi-lhe dada a assistencia de um Consellio Secreto, de tres membros (*Hooge ende secrete Raden*), no qual, todavia, elle presidia e tinha dous votos. Sob esta nova auctoridade superior, conservou-se como auctoridade de segunda instancia o antigo Conselho Politico (*Politieke Raden*), que, por sua vez, se entendia com o funcionarios judiciaes e administrativos dos diversos districtos. Este era o plano geral do nôvo govêrno colonial; contudo, deante da eminente personalidade do conde Moritz, cuja actividade abrangia com igual zêlo e aptidão os grandes problemas como os pequenos, todas as limitações e restricções regulamentares eclipsavam-se e, de facto, só elle governava, dependendo sómente da directoria da Companhia das Indias Occidentaes.

A 25 de Outubro de 1636, fez-se de vela do Texel o conde Moritz de Nassau; a princípio haviam-lhe promettido 32 navios para o accompanharem, porém, a economica directoria baixou em breve esse número para 12 navios, com 2.700 soldados, e tambem o seu preparo demorou tão extraordinariamente, que o conde afinal chegou ao Recife sómente com quatro velas, a 23 de Janeiro de 1637. Em número era pequeno esse refôrço; porém, sómente a reputação do experimentado general já bastava para insufflar nova coragem no exército hollandez, e sem tardar elle começou a campanha.

Dirigiu-se, para o Sul, ás Alagôas, onde os Portuguezes, sob o commando do conde de Bagnuolo, ainda se mantinham e recentemente se haviam mesmo fortificado em Porto Calvo; em meados de Fevereiro deu-se o encontro, e depois de sangrenta batalha, na qual de ambos os lados se combateu com a maior bravura, tocou a victória aos Hollandezes.

Agora o conde de Bagnuolo teve que se resolver a tambem abandonar Alagôas; elle deixou apenas uma pequena fôrça em Porto Calvo, que por sua corajosa resistencia deteve o inimigo durante quatorze dias, até 3 de Março; e, durante esse tempo assim ganho, executou elle proprio, com o grosso das fôrças, uma retirada tão rapida quanto habil; acompanharam-no todos os colonos estabelecidos nessas regiões, levando o seu gado e haveres, e destruindo o que não poudé ser transportado.

Debalde o conde Moritz, logo depois da expedição de Porto Calvo, em marchas forçadas, correu no encalço dos retirantes, e, quando elle alcançou o rio São Francisco, a 27 de Março, já estes o haviam transposto e se haviam estabelecido em Sergipe, e persegui-los até lá não lhe pareceu prudente. Contente de haver expulsado completamente o inimigo da capitania de Pernambuco, o conde de Nassau fez alto no rio São Francisco; á margem norte dêste rio, no mesmo lugar onde está actualmente a cidade do Penedo, levantou-se uma poderosa fortificação de fronteira, o forte Moritz, no qual ficou Sigismundo van Schkoppe, com uma guarnição; tambem as tribus indias da vizinhança, attraidas com presentes e alliança de amizade, comprometteram-se a oppôr-se, quanto possivel, ás invasões devastadoras das guerrilhas portuguezas, e com isto ficaram, finalmente, em segurança, de algum modo, as fronteiras do Sul.

Poucos mezes depois, fôram tambem mais extendidas, e mais asseguradas as fronteiras ao Norte; bastou um pequeno destacamento hollandez para conquistar Fortaleza, a principal fortificação do Ceará; alli ficou uma guarnição. Portanto, agora extendia-se a Nova Hollanda brasileira desde a margem sul do rio Ceará até á margem norte do caudaloso rio São Francisco.

Na verdade, todas estas conquistas e possessões de pouco auxilio podiam ser, enquanto alli não acudissem novos braços para as tornar rendosas, e neste sentido se pronunciou repetidas vezes o conde Moritz, e tambem fez o que era possivel com as fôrças de que dispunha.

Quanto á immigração européa, elle recommendou a Alemanha, onde justamente nessa época milhares de diligentes trabalhadores estavam sem eira nem beira, por causa da devastadora guerra dos Trinta Annos; “poder-se-ia”, — escreveu elle á directoria, — “embarcar para o Brasil o maior número possível de Alemães empobrecidos e sem lar; no caso, porém, de não se poder obter-los ou de não serem em número bastante, dever-se-ia ao menos mandar para aqui os condemnados das galés e penitenciarias holandezas, pois a terra fértil só espera trabalhadores para ricamente recompensar os seus esforços”.

Todas essas representações absolutamente não mereceram bastante consideração, com prejuizo da propria Companhia das Indias Occidentaes.

Ao mesmo tempo o governador dirigiu as suas vistas tambem para a Africa; do Recife zarpou uma esquadra para as costas de Guiné e conquistou alli a colonia portugueza de São Jorge da Mina (29 de Agosto de 1637); mais tarde, fôram tambem arrancadas aos Portuguezes São Paulo de Loanda (26 de Agosto de 1641) e a ilha São Thomé (16 de Outubro de 1641); e com isto ficou garantida para o Brasil hollandez ao menos a possibilidade de regularmente introduzir negros.

Desde o regresso de sua primeira campanha (Março de 1637), dedicou-se o conde de Nassau inteiramente e sobretudo á administração interior de seu Estado e tomou importantes disposições; todavia, não teve por muito tempo a tranquillidade necessaria para esses trabalhos de paz. Por um lado, os Portuguezes não ficaram socegados; elles renovaram de Sergipe as suas guerrilhas devastadoras; por outro lado, a Companhia das Indias Occidentaes, cobiçosa de terras, instigava a novas conquistas, porém ratinhando dinheiro e homens, pelo que o governador se via reduzido á necessidade de bastar-se a si mesmo e vender, em favor do thesouro colonial, as propriedades territoriaes de todos os colonos emigrados. Começou então uma nova série de operações militares. Primeiramente reuniu van Schkoppe juncto do forte Moritz, no rio São Francisco, um poderoso exército; porém, o general portuguez, Bagnuolo, teve aviso a tempo e retirou-se com o seu exercito e a maior parte da população de Sergipe para a Bahia, onde se foi aquartelar em Salvador, juncto do governador-geral, Pedro da Sylva. Os Hollandezes seguiram-lhe as pégadas; todavia, não conseguiram obrigar o experimentado inimigo a dar



combate decisivo, e assim, depois de haverem tudo destruído no interior de Sergipe, o que ainda restava para ser destruído, regressaram ao forte Moritz (1637).

Em seguida, fez-se de vela o almirante hollandez Licht-hart, ao longo das costas da capitania de Ilhéos. A capital, São Jorge, rendeu-se; porém, quando os vencedores se dispersaram para saquear, tomaram armas os habitantes e depois de violento combate enxotaram os Hollandezes para os seus navios, para longe da costa.

E, finalmente, no principio do seguinte anno (1638), começou, sob a direcção pessoal do conde Moritz, uma terceira grande empresa, que, segundo se esperava na Hollanda, ia decidir definitivamente da posse do Brasil em favor da Companhia das Indias Occidentaes; tractava-se de um ataque á Bahia.

Até então viviam alli embalados em plena segurança: nem o povo, nem o governador-geral, queriam crer que os Hollandezes, depois do primeiro assalto tão lamentavelmente mallogrado, ousassem dar segundo, e quando o conde de Bagnuolo chegou com as suas tropas de Sergipe, para defender a capital, recebeu acolhimento nada amistoso. Desde sempre os Portuguezes do Brasil o haviam perseguido com mesquinha inveja, por ser estrangeiro (elle era de Napoles), e carregavam com todas as culpas a sua cautelosa conducta militar, que era acoimada de covardia; o mesmo acontecia agora, e recusaram decididamente acolher as suas tropas dentro dos muros de São Salvador. Todavia, o conde de Bagnuolo não se deixou desencaminhar; tanto quanto lhe era possível sem auxilio de ninguem, tomou medidas de precaução, ao mesmo tempo que os seus espiões tractavam de descobrir os planos do inimigo; e depois, sem prévia consulta, entrou em Salvador, e o governador-geral, Pedro da Sylva, na imminencia do perigo, teve o necessario bom senso e entregou ao experimentado general o supremo commando militar.

No Recife, entretanto, faziam-se da parte dos Hollandezes intensos preparativos; a 8 de Abril de 1638, zarpou do porto a frota, a 14 appareceu na Bahia, e dous dias depois, enganado o inimigo com um ardil de guerra, effectuou o conde Moritz, sem ser estorvado, o desembarque de suas fôrças, que constavam de 3.000 soldados e 1.000 Indios, em todo caso superiores ás dos Portuguezes. Apesar disso,



a população de Salvador, pouco disposta aos sustos de um cerco, reclamava em tumulto que se buscasse a decisão em campo aberto; e o conde de Bagnuolo, simulando ceder a essa exigência, saiu com todas as suas forças, a pretexto de procurar o inimigo, em 19 de Abril; mas ao cabo de algumas horas elle voltou, e dahi em diante limitou-se prudentemente a cuidar da defesa da capital, cujos parapeitos foram reforçados e melhor protegidos.

Assim caíram um após outro os fortes avançados nas mãos dos Hollandezes; porém, quando investiram contra a posição principal e tentaram dar assalto nocturno, foram rechassados com perdas (21 de Abril). Também segundo ataque nocturno, embora precedido de longo bombardeio, não teve melhor successo; de ambos os lados empregaram-se todas as forças; todas as tropas foram conduzidas ao fogo; contudo os Portuguezes, nas suas posições bem fortificadas, resistiram com felicidade á superioridade numerica, e, depois de haver tumultuado o combate mortifero durante a noite inteira, até romper o dia, teve o conde Moritz que mandar tocar á retirada (18 de Maio).

Nesse interim, começara a estação das chuvas e com ellas irromperam as doenças no acampamento hollandez; ainda mais, faltaram viveres, pois toda tentativa de abastecimento se tornava arriscada, mesmo impossivel, diante das sortidas portuguezas; e, o que era peor, os ardentemente desejados reforços da Hollanda tardavam sempre. Nestas circunstancias, desta vez, o conde Moritz descoroçoou; levantou o cerco e reembarcou com as suas tropas para o Recife, depois de haver soffrido a perda, ao menos segundo relação dos Portuguezes, de uns dous mil homens, nas trincheiras da Bahia (26 de Maio de 1638).

Este foi o primeiro grande successo que os Portuguezes obtiveram depois da perda de Pernambuco, e duplamente importante, porque elle livrava da invasão inimiga a capital, a cidadella do seu imperio colonial sul-americano. A população da Bahia regosijou-se, como era natural, por estar felizmente arredado o perigo, e cumulou com provas de gratidão o general que antes menosprezara, e que agora se tornara seu salvador; dezeseis mil cruzados deu a cidade, para serem repartidos entre as suas tropas. O rei Philippe IV, porém, recompensou o conde de Bagnuolo, por seu merito militar, com um principado napolitano; ao governador-geral Pedro da Sylva, por sua abnegação em submeter-se ao subalterno experimentado, não obstante sua

mais alta posição, premiou com o título de conde de São Lourenço.

Nos tempos logo seguintes, limitaram-se ambos os partidos ás suas antigas fronteiras, ao seu antigo systema de pequena guerra; serviram-se os Hollendезes da sua supremacia no mar, para inquietar as costas inimigas, como então foi, principalmente, de todo devastado o reconcavo da Bahia durante quatorze dias (Novembro de 1638); por seu lado, despacharam de nôvo os Portuguezes pequenas columnas para saquearem e destruirer as colonias hollandezas.

Todavia, esse systema, ao menos do lado dos Hollandezes, não era practicado por livre escolha; o conde Moritz, de bom grado, tiraria desforra do mallogrado ataque a Salvador, com emprehendimentos novos; tambem a Companhia das Indias Occidentaes veria com bons olhos novas conquistas; porém, a economica directoria regateava continuamente dinheiro e homens. "Guerra, privações, doenças e exhaustivas marchas — assim escrevia o conde de Nassau para a patria — dizem dia a dia os soldados; quatro mil homens seriam necessarios só para as guarnições, e mal tenho esse número sob as bandeiras; como então atacar o inimigo, defender o paiz contra as suas devastadoras correrias?" Promessas vinham bastantes; porém, nada de auxilios; de tempos a tempos, até o exército e a estação da esquadra do Brasil precisavam dar o seu contingente para expedições maritimas no Atlantico e nos mares das Indias Occidentaes: de sorte que o conde repetidamente se queixava: "não era o céu, não era a sorte, eram os seus proprios compatriotas que lhe sonhavam a victória".

Nesse interim, emprehenderam-se de nôvo preparativos na Espanha e em Portugal, para soccorrer o Brasil; ordenados já no verão de 1637, proseguiram, a principio com incrível lentidão e sómente com a notícia do cerco de Salvador (verão de 1638), fôram de algum modo apressados. Finalmente, no fim do anno, fez-se ao mar, de Lisboa, uma poderosa esquadra portugueza, commandada pelo recém-nomeado governador-geral, Fernando de Mascarenhas, conde da Torre.

Em Janeiro de 1639 appareceu essa frota na altura de Recife, porém não ousou dar ataque, porque violenta

epidemia havia causado grandes baixas na equipagem; ella passou de largo para a Bahia, onde o conde da Torre tomou das mãos de Pedro da Sylva o governo-geral do Brasil (Janeiro de 1639-5 de Julho de 1640). Aqui proseguiram então os preparativos: todos os navios mercantes, de que se poudo ter mão, fôram armados, as milicias mobilizadas; além disso, veio nôvo refôrço da Espanha, e, afinal, ficou prompta para partir uma esquadra de 90 velas, a 20 de Novembro de 1639.

Tractava-se de atacar simultaneamente por terra e por mar; ao passo que o proprio governador-geral seguia a bordo, mandou elle um bom número de pequenos destacamentos, por terra, a caminho do Norte, os quaes de Parahiba em diante deveriam repartir-se por todo o interior das possessões holandezas, e, logo que a esquadra se mostrasse, avançariam a ferro e a fogo.

Todavia, a execução dêste plano falhou; a princípio foi a esquadra portugueza dispersada pelos temporaes, de sorte que só em Janeiro de 1640 se acharam de nôvo reunidos na altura da Parahiba 63 navios, dos quaes 20 de primeira classe; teriam agora tentado o desembarque, para operarem de conjuncção com as tropas de terra, que de seu lado já haviam encetado a obra da devastação; mas apressadamente accudiram de Recife os almirantes holandezes Willem Corneliszoon Loos e Jakob Huygens, com 41 velas, das quaes 14 de primeira classe, e offereceram combate ao inimigo no mar alto. Quatro vezes accommetteram-se encarniçados, primeiro na altura de Itamaracá, 12 de Janeiro; depois entre o rio Goiana e o cabo Branco, 13 de Janeiro, em seguida na Parahiba, 14 de Janeiro; finalmente, depois de uma trégua de dous dias, durante a qual as esquadras fôram impellidas pelos ventos sempre mais para o Norte, feriu-se na altura do Rio Grande do Norte o combate decisivo, 17 de Janeiro, e "Deus abateu a arrogancia do inimigo" (inscripção na medalha hollandesa da victória). Os Holandezes, que relativamente haviam soffrido apenas pequeno prejuizo, regressaram logo directamente para o Recife; porém os Portuguezes procuraram salvação atrás do cabo São Roque e dalli dispersaram-se por todos os lados; sómente com um pequeno resto de navios realcançou a Bahia o governador-geral.

Assim escapava, com felicidade, ao perigo que a ameaçara, a brasileira Nova Hollanda; mas sempre havia sentido

o peso da mão do inimigo. Pois, antes de deixar a esquadra portugueza o cabo São Roque, desembarcou todas as suas tropas de terra, cêrca de uns 2.000 homens, nas costas do Rio Grande do Norte; recebeu o commando superior Luis Barbalho, que se encarregou de reconduzir á Bahia as tropas a elle confiadas, por terra, através do territorio inimigo. E elle executou com successo o seu proposito, realizando uma retirada como ha poucas eguaes na história das guerras. Debalde, repetidas vezes saíram fortes columnas hollandezas para lhe embargar o passo: Luis Barbalho sumia-se de repente nas brenhas das montanhas do planalto interior, e com egual presteza resurgia de lá, para atacar a ferro e a fogo uma colonia longinqua, para cair de chofre sôbre um posto mal defendido e o aniquillar; um após outro, foi elle aggregando os bandos volantes de Portuguezes que, desde muito, estacionados ás costas dos Hollandezes, haviam completado a sua obra de devastação: tambem muitos colonos portuguezes se aproveitaram da oportunidade de se pôrem a salvo, sob as bandeiras da patria, com mulher e filhos e todos os bens. Foi assim seguindo a expedição militar centenas de leguas através do territorio inimigo, dos campos de caçada das tribus selvagens; sempre crescente em número, porém sempre em boa ordem, transpoz o rio São Francisco e alcançou por fim, necessariamente com muitas canseiras e privações, todavia sã e salva, as praias amigas da Bahia.

Esta expedição, tão audaz quanto bem succedida, de Luis Barbalho, causou aos Hollandezes enormes prejuizos: porém, elles souberam tirar desforra; já num dos seguintes mezes appareceram suas esquadras de nôvo na Bahia, assim como deante do Espirito Sancto (Dezembro de 1640), e, embora não conseguissem firmar alli o pé, todavia tiraram nestas costas uma vingança, a ferro e a fogo, da devastação de suas colonias do Norte.

★ ★ ★

Façamos agora, em poucas palavras, um resumo do estado das cousas. Desde a occupação de Recife, em Fevereiro de 1630, cram passados dez annos; durante esse tempo, de um lado as corôas de Portugal e Espanha, de outro lado a Companhia Hollandeza das Indias Occidentaes, haviam com-

batido pela posse do Brasil, e ainda a sorte não se tinha decidido por nenhum dos dous partidos. Mesmo até este momento as duas partes mais afastadas do continente brasileiro, na costa norte — as capitanias de Maranhão e Pará — na costa sudeste — as capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Sancto Amaro — ainda não haviam sido tocadas directamente pelas tempestades da guerra ibero-hollandeza; essas regiões resentiam-se sómente por lhes levar a guerra os seus filhos aos seus acampamentos tão distantes, ao passo que estorvava o seu commercio, além de que impedia a livre immigração européa e o tráfico de escravos africanos; porém, ainda nenhum soldado estrangeiro havia pisado o seu sólo, e sem perturbação ia o seu desenvolvimento nacional progredindo na fórma do costume.

Ao contrário, no centro estava o proprio theatro da guerra: estava de um lado a Nova Hollanda brasileira, que comprehendia, com a capital Recife, as capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Parahiba, Itamaracá e Pernambuco; de outro lado estava Salvador, a cidadella portugueza, com as capitanias de Sergipe, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro e Espirito Sancto; incessante lavrava a lucta entre essas duas potencias coloniaes; logravam fazer mal uma á outra, destruir o bem-estar uma da outra, porém nenhuma estava em condições de dominar completamente.

Nestas circumstancias nada mais natural do que surgir de ambos os lados o anseio por acabar com a inutil guerra de exterminio; não se desejava talvez a paz, mas pelo menos uma trégua, para pôr fim á decadencia interna, para obter novas fôrças com que continuar a guerra; e a este anseio deu voz official, em primeiro logar, o general-governador batavo, conde Moritz de Nassau.

A 5 de Junho de 1640 appareceu em Salvador Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão, nomeado successor do até então governador-geral conde da Torre; foi o primeiro no Brasil a quem foi concedido o titulo sumptuoso de vice-rei e capitão-general de terra e mar. Algumas semanas depois, apresentou-se na sua côrte uma embaixada hollandeza, que lhe entregou officialmente uma carta de boas vindas do conde Moritz; secretamente, porém, propunha uma trégua, e o marquez de Montalvão accedeu; elle despachou dous embaixadores ao Recife, para levar officialmente os seus agradecimentos, e para entabolar secretamente negociações.



Todavia, o Portuguez não procedia com boas intenções; ha dúvidas si elle realmente esperava e procurava, com a offerta de um marquezado portuguez, seduzir o principe imperial allemão protestante, para que entregasse Pernambuco e abandonasse as suas crenças e a sua bandeira; provavelmente elle queria, ao menos, aproveitar a occasião para sondar as disposições de ânimo em Pernambuco. E o que é peor, sabe-se com certeza que, nesse mesmo tempo, quando os seus delegados negociavam, o marquez de Montalvão despachou os seus mais experimentados chefes de guerrilhas, para novas depredações, e logo mandou informar officialmente no Recife, que “uns desertores do exercito portuguez haviam escapulido para o dominio hollandez e certamente alli iam fazer estragos; fizessem, pois, o favor de submette-los ao justo castigo” — informação cujo verdadeiro valor e significação o conde Moritz, sem dúvida, adivinhava perfeitamente.

Ainda estavam estas enganadoras negociações em andamento, quando a marcha das cousas européas lhes deu outra direcção, uma verdadeira significação.

Como se sabe, a 1º de Dezembro de 1640, o povo de Lisboa corajosamente sacudiu o desde muito odiado jugo espanhol, elevou ao throno o duque de Bragança, d. João IV, que pelo lado feminino descendia da antiga casa real nacional de Borgonha, e todas as provincias do Reino de Portugal, sem vacillar, prestaram submissão ao rei recém-escolhido.

A 16 de Fevereiro de 1641 chegou essa noticia á Bahia; sem demora, convocou o vice-rei as auctoridades e os mais conceituados cidadãos a conselho; todos resolveram unanimes seguir o exemplo da mãe-patria, e ainda no mesmo dia, içada a bandeira portugueza solennemente, foi proclamado d. João IV de Portugal soberano do Brasil. O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro (10 de Março de 1641), e dentro de poucas semanas, em todo o territorio brasileiro ao Sul do rio São Francisco, mais tarde na costa norte, no Maranhão e Pará; os regimentos espanhóes e italianos, que alli estavam em guarnição, não oppuzeram resistencia alguma, fôram desarmados e embarcados para a America espanhola. Então seguiu depressa o filho do vice-rei, Fernando de Mascarenhas, para Lisboa, afim de depôr aos pés do nôvo rei a submissão de sua colonia sul-americana.

Esta importante revolução, que restituia ou conservava o Brasil á corôa portugueza, não exigiu lucta, não custou

uma gotta de sangue, e quem, sómente, teve que soffrer com isso, foi o vice-rei.

E' que em Portugal dous de seus filhos se haviam oposto á elevação da dynastia de Bragança ao throno e fugido para Madrid; desta arte a fidelidade e o patriotismo de toda a familia Mascarenhas ficaram suspeitos; por isso o rei d. João IV despachara para a Bahia o jesuita Francisco de Vilhena, com um documento do proprio punho, de 4 de Março de 1641, que, no caso do marquez de Montalvão recusar submissão, decretava a sua demissão. Quando Vilhena chegou, em meados de 1641, estava desde muito restabelecida a soberania portugueza, no Brasil, a sua tarefa estava, de facto, resolvida; não obstante, serviu-se elle do manuscripto real, e os tres homens designados no mesmo, Pedro da Sylva, bispo de Salvador, o coronel Luis Barbalho e o provedor-mór da Fazenda, Lourenço de Brito Corrêa, deixaram-se cegar pela ambição: constituíram-se em regencia provisoria, destituíram o vice-rei de seu cargo, e remetteram-no prêso para Portugal.

Alli, as investigações deixaram clara a sua innocencia, a sua patriótica participação na revolução nacional, pelo que Barbalho e Brito Corrêa fôram por sua vez chamados a contas e castigados; sómente ao bispo protegeu-o a dignidade ecclesiastica. No lugar delles, assumiu Antonio Telles da Silva, o primeiro governador-geral, de nôvo nomeado em Lishôa, a administração do Estado do Brasil portuguez (26 de Agosto de 1642 até 22 de Dezembro de 1647); e a elle succederam no mesmo cargo, mais tarde, Antonio Telles de Menezes, até 7 de Março de 1650; João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, conde de Castello Melhor, até 4 de Janeiro de 1654; Jeronymo de Ataide, conde de Atouguia, até 18 de Junho de 1657; finalmente, Francisco Barreto de Meneses, que governou de 18 de Junho de 1657, até 24 de Junho de 1663, e que, depois da expulsão dos Hollandezes, de nôvo enfeixou todas as doze capitancias do Estado do Brasil sob um govêrno unico (dahi em deante na verdade apenas nominal).

A declaração da independencia portugueza mudou inteiramente as relações entre as duas nações que, antes, se combatiam no Brasil; Portugal, até então amigo e aliado da Espanha, passava agora a ser amigo, natural aliado, dos inimigos da Espanha, mórmente os Paizes Baixos, e certamente em parte alguma foi o primeiro mensageiro do rei d. João IV saudado com maior alegria do que em Haya,

pelos muito altos e poderosos Estados Geraes das Septe Provincias Unidas.

Assim tambem na capital da brasileira Nova Hollanda: o conde Moritz de Nassau brindou com uma custosa joia o mensageiro que, a mandado do marquez de Montalvão, lhe levou a bôa nova, e manifestou numa carta, de 12 de Março de 1641, os mais sinceros votos de felicidade pela independencia de Portugal e da nôva dynastia; e tres dias duraram no Recife os festejos com que Hollandezes, Portuguezes e Brasileiros celebraram unanimes a elevação de d. João IV ao throno.

Não se podia ter a menor dúvida de que dahi em diante ambas estas nações tomariam o mesmo caminho na política europêa, e já se iniciavam em Haya negociações para uma alliança de guerra contra a Espanha; havia, porém, uma segunda questão, que não era tão facil de resolver.

Durante os sessenta annos da união entre Espanha e Portugal, havia a Hollanda arrancado a este último reino innumerâs colonias: agora os delegados portuguezes reclamavam a sua restituição, pois não era justo fazer a sua patria expiar as culpas de Espanha, um alliado deter a legítima propriedade do outro; contudo, como bem se depreheende, os Estados Geraes não podiam concordar com tão ingenua argumentação, tanto mais que todas essas conquistas não pertenciam directamente á Republica batava, porém a duas associações particulares — nas Indias á Companhia das Indias Orientaes, no Brasil á das Indias Occidentaes.

Neste sentido arrastavam-se as negociações; chegou-se á convicção de que o melhor era adiar por enquanto esta questão insolúvel; e ao passo que para as suas relações na Europa, tractavam a paz e alliança, deviam contentar-se, no que dizia respeito ás possessões fóra da Europa, em negociar uma trégua provisoria sôbre a base do actual estado de cousas. E agora os Hollandezes tornaram-se culpados de uma quebra de lealdade. Enquanto em Haya os delegados ainda deliberavam, a directoria da Companhia das Indias Occidentaes escreveu, a 26 de Fevereiro de 1641, ao seu governador: "Elle devia aproveitar o intervallo e, antes que a imminente suspensão de hostilidades lhe tolhesse o braço, estender adeante, quanto possivel, o dominio hollandez". E o conde Moritz de Nassau obedeceu a esta manhosa ordem, embora de seu lado já estivesse de facto em trégua com os Portuguezes, havendo até a seu pedido a regencia provisoria de Salvador feito logo regressar as suas devastadoras guerrilhas.

Na verdade, não ousou assaltar a Bahia, como a directoria propunha; porém, uma esquadra de quatro navios tomou posse da capital, São Christovam, e de toda a capitania de Sergipe, sem resistencia; e o limite sul dêsse territorio, o rio Real, foi então sancionado como sendo o da Nova Hollanda brasileira, pelo armisticio de dez annos, firmado em Haya, a 12 de Junho de 1641.

O teór dêsse ajuste de suspensão de hostilidades prestou-se ulteriormente, de algum modo, para desculpa de usurpações praticadas pelos Hollandezes, pois declarava que as hostilidades no Brasil só cessariam após a publicação do armisticio ahi. Essa publicação, porém, só poude ter logar no Recife em Junho de 1642, pois a ratificação por Portugal fez-se esperar até 18 de Novembro de 1641, pelos Estados Geraes até 22 de Fevereiro de 1642 (42).

Proporcionou o tractado de Haya de 1641 ás regiões da costa oriental brasileira, ao menos, algum tempo de paz, da qual tanto precisavam, depois da pesada guerra de dez annos; em compensação, porém, mais ao Norte, nas costas do Estado do Maranhão, accendeu-se no mesmo momento nova guerra entre Portuguezes e Hollandezes.

Essa parte do Brasil quasi não havia sido tocada até então pelas tempestades da guerra; na verdade, alguns aventureiros — parte Hollandezes, parte Ingлезes — haviam feito depredações com as suas expedições maritimas e tentativas de colonização, 1626-1629, e seguintes, especialmente nas terras do estuario do Amazonas; os Hollandezes haviam-se, de facto, apoderado do unico forte portuguez do Ceará, e com isso de toda a capitania de igual nome, 1637; porém, o coração do Estado, o territorio do Maranhão e Pará, até então não tinha visto inimigo e podia sem estôrvo entregar-se ao seu desenvolvimento interno, ao seu commercio interior.

Quanto ao que se refere ao tempo do primeiro governador-geral, Francisco Coelho de Carvalho, que, nomeado em 1624, só a 3 de Septembro de 1626 assumiu o seu cargo, apenas ha que mencionar que no seu govêrno proseguiram

---

(42) De mais a mais, a opinião publica na Hollanda não estava nada satisfeita com o tractado, pois cortava-lhe todas as opporrtunidades de novas piratarias e conquistas á custa de Portugal, e deixava-a sem garantia pelas já feitas; as acções da Companhia das Indias Occidentaes baixaram de 128 para 114 por cento (as das Indias Offientaes de 500 a 440 e até 400 por cento). (*Nota do auctor*).

os primeiros trabalhos de colonização e as guerras com os indigenas, como até então, e também que no seu tempo a questão, que por toda parte se levantava entre os missionarios e os fazendeiros, a respeito da posição dos Indios, egualmente se suscitou alli.

A 15 de Setembro de 1636, falleceu Coelho; foi seu successor Raymundo de Noronha, especialmente notavel porque durante a sua administração se realizou a segunda já citada descoberta do Amazonas (Capítulo I). Porém Noronha não havia recebido o seu cargo de modo regular, por nomeação real, mas simplesmente como eleito pelo conselho municipal de São Luis; por esta razão foi elle demittido já o anno seguinte e chamado a Madrid para justificar-se. Passou o governo-geral a Bento Maciel, homem antes cruel, que corajoso; já havia exercido a administração da capitania do Pará, e feito nome na guerra contra os Indios, porém agora sustentaria com menos glória o ataque dos Hollandezes.

Justamente nesse intervallo entre as negociações e a conclusão do armisticio de Haya, ao passo que se fazia a occupação de Sergipe, o governador hollandez, conde Moritz de Nassau, resolveu também atacar o Maranhão e para lá despachou o almirante Lichthart, com quatorze velas.

Ainda a tempo foi Bento Maciel informado do facto por um navio mercante inglez; mas elle se descuidou das medidas preventivas, e mesmo quando a esquadra hollandeza appareceu deante de São Luis e sem pedir licença foi entrando no porto, elle não resolvia si devia tracta-la como inimiga ou como amiga; retirou-se para a fortaleza, ao passo que a população, tomada de panico, fugia da cidade com os seus teres e haveres. O almirante Lichthart aproveitou-se dessa irresolução; desembarcou as suas tropas e negociou, entretanto, uma estadia provisoria; apresentou-se depois, porém, de surpresa, deante da fortaleza, obrigou-a a render-se e proclamou o dominio hollandez (13 de Novembro de 1641); Maciel foi levado prêso e pouco tempo depois morreu na prisão, no Rio Grande do Norte.

Já temos visto muitas vezes, todavia, que nas guerras brasileiras a conquista de uma capital de provincia pouco adeantava; assim também aconteceu aqui; uma grande parte da população conservou a sua liberdade, refugiando-se nas mattas virgens; outros se submeteram a principio por li-



vre vontade; porém o commandante hollandez, Jan Cornelis, alienou de si em breve todos os corações pelas extorsões e crueldades de que se tornou culpado, como, por exemplo, uma vez por causa de uma simples suspeita entregou a seus alliados Indios, para serem comidos, 24 lavradores portuguezes. Assim, apenas havia decorrido um anno depois da tomada de São Luis, reinavam abertamente as hostilidades.

Antonio Moniz Barreiros poz-se á frente dos descon- tentes; na noite de 30 de Septembro de 1642 atacou elle de surpresa uma fazenda hollandeza, á margem do Itapicurú, com a sua pequena tropa, trucidou todos os residentes, e, depois de haver dêsse modo expulsado inteiramente o inimigo da terra firme, passou para a ilha do Maranhão, começou um bloqueio contra a capital, São Luis. Debalde o commandante publicou officialmente o armisticio de Haya, que elle até então havia occultado; os patriotas não se deixaram enganar com isto; e começou então uma guerrilha, que de ambos os lados foi feita com a maior crueldade. Os Brasi- leiros não poupavam nem um só dos hereges hollandezes; os Hollandezes, por seu lado, não se vingavam sómente nos prisioneiros de guerra, inimigos declarados, mas tambem nos pacificos cidadãos, suspeitos, quando muito; fôram de novo entregues muitos delles ao canibalismo dos alliados Indios, outros eram embarcados e offerecidos á venda como escravos nas ilhas das Indias Occidentaes; e ainda deviam considerar-se como os mais felizes aquelles que conseguiam escapar-se nús e na miseria.

Para decidir a guerra, ambos os partidos esperavam por auxilios de fóra, e na verdade contavam os patriotas do Ma- ranhão primeiramente com a vizinha capitania do Pará. Porém esta estava ella mesma na maior confusão; o com- mandante e o conselho municipal de Belém, que, na falta de um governador nomeado regularmente, exerciam o govêrno, logo nos primeiros dias receberam a noticia da tomada de São Luis, e, como tivessem que temer agora para si mesmos o perigo, chamaram em seu soccorro os commandantes dos diversos districtos. Estes accudiram, de facto, mas, em vez de agirem todos de commum accôrdo, puzeram-se a brigar; cada um queria em Belém o commando, do qual a camara municipal não abriu mão, e assim ficaram muito tempo ar- mados em guerra, uns defronte dos outros; pouco faltou para declarar-se uma guerra civil.

Por felicidade estavam os Hollandezes impossibilitados de aproveitar essa briga, que lhes teria tornado tão facil a

conquista do Pará; por outro lado, a capitania do Pará pouco ou nenhum auxílio podia dar á vizinha capitania do Maranhão; e, quando mesmo uma vez alguns commandantes dissidentes accudiram em soccorro de Antonio Moniz, pouco depois novamente o abandonaram, afim de cuidarem, egoistas, dos seus proprios interesses em causa. De nôvo estava a capitania do Pará na imminencia de uma guerra civil; felizmente appareceu no porto de Belém, em Junho de 1643, Pedro d'Albuquerque, que por patente real fôra nomeado governador-geral do Estado do Maranhão, e restabeleceu a ordem com severas providencias; todavia poucas semanas depois elle morreu, antes que pudesse levar soccorro á capitania do Maranhão.

Ficaram assim os patriotas do Maranhão completamente abandonados a si mesmos; todavia elles se exorçavam enérgicos, a princípio sob o commando de Antonio Moniz Barreiros e, quando este morreu em Janeiro de 1643, sob o de Antonio Teixeira de Mello; os Hollandezes fôram cada vez mais apertados, e como tambem elles não recebessem reforços que bastassem, por fim desesperaram do exito.

A 28 de Fevereiro de 1644 a guarnição de São Luis embarcou para regressar a Recife por mar; no mesmo dia, entrou triumphante Antonio Teixeira nas ruinas da cidade natal libertada; elle havia salvado o Maranhão do jugo estrangeiro, o Pará da vizinhança perigosa. E agora tambem o Ceará, a terceira capitania do Estado do Maranhão, voltava ao dominio portuguez. Durante a lucta no Maranhão haviam os Hollandezes chamado grande número de Indios do Ceará e os haviam empregado no seu serviço; estes pediram então agasalho a bordo, quando a guarnição evacuou a praça de São Luis; contudo os desattenderam, deixando por sua conta que batessem em retirada para as suas terras através do territorio inimigo.

Irritados em extremo, resolveram os guerreiros indios tirar desforra; amotinaram os seus compatriotas, atacaram de surpresa um após outro os fortes hollandezes no Camocim, Ceará, e em todos os rios da vizinhança; depois mandaram mensagem de paz aos Portuguezes, que sem tardar tomaram de nôvo posse da capitania do Ceará, e reconstruiram a capital, Fortaleza, em 1644.

Desta fórma, ficava todo o Norte do Brasil perdido para os Hollandezes, e, como parece, elles se resignaram facilmente com isso; sómente uma vez ainda appareceram oito navios hollandezes, commandados pelo almirante Van der Goes, e fi-

zeram uma tentativa de colonização nas terras do estuario do Amazonas; porém fôram ao cabo de poucas semanas energeticamente rechassados (1647). Dahi em diante, não foi mais perturbado o dominio portuguez no Estado do Maranhão.

Pela guerra no Maranhão voltou a Nova Hollanda brasileira de nôvo aos seus antigos limites septentrionaes, reconduzidos ao cabo de São Roque, de sorte que daqui em diante abrangia sómente as cinco capitánias, Rio Grande do Norte, Parahiba, Itamaracá, Pernambuco (com Alagôas) e Sergipe (43) — ainda um imperio colonial extenso, do maior valor, desde que fôsse bem administrado, fôssem as riquezas naturaes convenientemente exploradas. E sob o govêrno sabio do conde Moritz de Nassau foi alli effectivamente estabelecido o fundamento para progresso interno muito promettedor.

Quanto ás condições materiaes, como já dissemos, a guerra em primeiro logar e ainda mais a emigração em massa dos Portuguezes dos territorios neo-hollandezes causaram prejuizo incalculavel; Sergipe e Alagôas estavam completamente desertas; nas outras capitánias o principal ramo de industria — a producção de assucar — ficára muito enfraquecido; em Pernambuco, onde existiam antes da guerra, em 1630, 121 fazendas de canna, havia sómente 87 pelo anno de 1640; Itamaracá, em vez de 23, contava só 14; Parahiba, em vez de 20, sómente 18; Rio Grande, em vez de duas, sómente uma; em summa, o número de engenhos de assucar caiu de 166 para 120, e com elle proporcionalmente a receita do Estado, a qual sem distincção de nacionalidade era arrecadada, segundo o velho systema de impostos portuguez, de todos os proprietarios de terras; a receita normal montava agora apenas a 280.000 libras, e, si não fôsse a venda de propriedades ruraes particulares, confiscadas por

---

(43) Todas estas capitánias receberam, agora, do conde Moritz, como antes Bahia e Rio de Janeiro, os seus escudos de armas; e eram: o do Rio Grande do Norte — um avestruz sôbre uma travessa ondulada; o da Parahiba — seis pães de assucar em tres ordens — tres, dois e um, uns sôbre os outros; o de Itamaracá — tres cachos de uva; o de Pernambuco — uma virgem corôada, trazendo na mão direita uma canna de assucar, na esquerda um espelho; o de Alagôas — tres peixes, superpostos; e o de Sergipe — um sol cercado de raios, sôbre tres corôas abertas (*Nota do auctor*).

causa da emigração dos donos, ou por sentença judicial, que proporcionava extraordinaria receita, absolutamente não se teria podido cobrir as despesas da guerra e da administração.

★ ★ ★

Senã dúvida alguma não se podia reconstituir tudo isso de uma assentada; contudo fez o conde de Nassau ao menos tanto quanto estava nas suas mãos.

Por uma parte, elle proporcionou importantes facilidades ao commercio. Como era costume geral então, monopolizava a Companhia das Indias Occidentaes a principio todo o commercio nas suas terras conquistadas, e o Brasil, até então habituado ao monopolio da mãe patria, tinha agora que padecer sob peor monopolio, o de uma companhia commercial; a importação e a exportação ficaram paralyzadas; nem os colonos podiam vender os seus productos, nem podiam abastecer-se com as mercadorias européas de que necessitavam.

A questão chegou em breve á discussão no seio da directoria, e esta pediu o parecer do conde Moritz, o qual aponctou essencialmente as desvantagens políticas do nôvo systema, que chocava os habitos dos colonos, lhes tolhia o lucro, como também devia afugentar a immigração, tão indispensavel para o grande paiz deserto. A sua opinião prevaleceu; voltou-se ao monopolio da mãe-patria e abriu-se a todos os negociantes hollandezes o commercio da Nova Hollanda brasileira; a Companhia das Indias Occidentaes conservou para si sómente o monopolio do pau brasil, das provisões de guerra e o tráfico de negros, prohibindo, porém, em absoluto, aos seus funcçionarios no Brasil a prática do commercio, afim de prevenir abusos da auctoridade no interesse pessoal.

Em segundo logar importava trazer novos braços ao paiz, sempre pobre de homens e agora ainda mais deserto, e já se mencionou como o conde Moritz providenciou nesse sentido. Elle fez conquistar diversos pontos da costa da Africa, para facilitar um regular tráfico de negros; pediu á Companhia das Indias Occidentaes que angariasse emigrantes alemães para o Brasil e ao govêrno hollandez que esvaziasse aqui as suas galés e carceres; mais tarde ainda propoz que se offerecessem propriedades ruraes aos soldados da Republica, que terminassem o seu tempo de serviço, afim de que fôsse assegurada, por meio de colonias militares, a posse da nova região conquistada, á moda da antiga Roma;



todavia, todas estas bem pensadas propostas, levadas á patria, fôram prégadas no deserto.

Além dos funcionarios, soldados e negociantes batavos, vinham para a Nova Hollanda brasileira apenas judeus portuguezes e só isoladamente algum colono europeu. Nestas circunstâncias, o conde Moritz teve que pôr a sua principal mira em fazer regressar a população de lingua portugueza que havia emigrado; elle publicou proclamações nas quaes assegurava, a todos que se submettessem, as mesmas vantagens da capitulação da Parahiba, isto é, garantia das vidas e dos bens, livre prática de sua religião, além disso, sob as leis hollandezas, eguaes direitos aos dos Hollandezes natos.

Demais, proporcionou áquelles que accedessem ao appêllo muitos auxilios materiaes: o thesouro colonial concedia-lhes crédito, quando elles queriam comprar uma qualquer das fazendas confiscadas; e para o cultivo das mesmas podiam tambem ser-lhes fornecidos a crédito os necessarios negros pela Companhia das Indias Occidentaes — providência que por um lado induziu muitos emigrados a regressarem e com isso deu nôvo impulso á lavoura; por outro lado, porém, não deixou de ter seus inconvenientes, pois muitos Portuguezes que, por este modo, obtiveram grandes propriedades, muito se envidando com isso perante o govêrno hollandez, não almejavam outra cousa sinão uma revolução, afim de se libertarem ao mesmo tempo dêsse govêrno e do pêso de sua dívida.

Não se pôde em absoluto affirmar que a maioria dos Brasileiros-Portuguezes assim pensassem; a origem régia, o cavalheirismo e a amavel simplicidade do conde Moritz fizeram muito boa impressão sôbre elles, e além disso percebiam que elle desejava sériamente attender tanto quanto possivel aos melindres de sua nacionalidade e crença.

Na reorganização das auctoridades municipaes — a “Camara” portugueza fôra agora transformada num Conselho de Vereadores hollandezes; fôram nomeados os vogaes em egual número, tanto de Hollandezes como de Portuguezes; o alcaide ou governador da cidade, que presidia ás sessões e ao poder executivo, era na verdade sempre hollandez, como tambem eram hollandezes todos os altos funcionarios e membros do govêrno. Porém, em compensação, se achavam muitos Portuguezes em alta estima do conde, assim por exemplo João Fernandes Vieira, mais tarde heróe da guerra da libertação pernambucana; esses eram muitas vezes em cón-



fiança admittidos no Conselho e exerciam com isso, embora indirectamente, não pequena influência politica.

Egualmente dava o conde Moritz de bom grado ouvidos ao eremita brasileiro frei Manuel do Salvador, quando se tractava de assumptos da egreja catholica, e si este recebeu da Sancta Sé uma carta laudatoria por suas actividades (4 de Junho de 1641), havia nisso de certo modo uma approvação ao systema adoptado. Na verdade, toda communicação com o bispo de Salvador era prohibida; os padres do local tinham que prestar juramento de fidelidade, padres forasteiros não podiam entrar no paiz sem uma licença especial, e a sotaina não mais protegia o réo contra o Estado, como dantes sob o dominio portuguez; todavia, por outra parte, o governador protegia liberalmente o culto catholico, deixava á egreja os seus rendimentos, construiu novas egrejas onde era preciso; e quando a intolerancia estreita dos prégadores calvinistas procurava impôr restricções aos catholicos, como por exemplo uma prohibição da Directoria impedindo as procissões públicas, o conde não o admittia; “conceda-se aos Brasileiros, não um limitado culto da egreja — declarou elle — mas, sim, a livre e pública práctica de sua religião”.

Mesmo os preconceitos dos catholicos fôram tolerados; aos judeus foi significado que deviam practicar o seu serviço divino não mais com ruidoso esplendor, porém com toda a reserva, não construir novas synagogas, ainda menos fazer proselytos. Fóra isto, tinham os Brasileiros, quizessem ou não quizessem, que presenciar o culto calvinista de seus vencedores, que em todas as occasiões officiaes figurava a par ou á frente do culto catholico; tinha o clero catholico que se conformar com que o prégador protestante procurasse, pela palavra e por escripto, desviar os seus fiéis brancos ou Indios, e elle se tranquillizava provisoriamente deante disso, porque os exforços dêsses missionarios eram todavia de resultados duvidosos, pois se via que a imparcialidade do governador o protegeria contra todas as influencias injustas.

Esta convicção mesmo servia de consôlo ao povo brasileiro quando, como acontecia demasiadas vezes, tinha que soffrer violencias e extorsões dos empregados subalternos e soldados hollandezes; na verdade, pela enorme extensão dos dominios, só em casos muito excepcionaes podiam as queixas dos opprimidos chegar aos ouvidos do príncipe; porém, quando tal acontecia, a justiça vinha rapida; e no castigo de alguns culpados achavam tambem consolação aquelles cujas queixas não eram ouvidas.

Soube, portanto, o conde Moritz de Nassau, com grande senso de governo, conter os elementos antagonicos do imperio colonial hollandez e socega-los externamente; porém, reconcilia-los, fundi-los, não era cousa facil de realizar. A dissidencia entre vencedores e vencidos, entre nortistas e sulistas, entre catholicos e calvinistas, permaneceu sempre de pé, e o signal verdadeiro da reconciliação nacional, os casamentos mixtos, ainda se fazia esperar; durante os vinte e cinco annos da dominação hollandeza, como nos affirmam escriptores contemporaneos, apenas uns cem casos occorreram de Brasileiras que se casassem com Hollandezes; porém de casamento de Brasileiros com Hollandezas pôde-se dizer que nenhum caso houve.

Somente com muito tempo poderiam aplinar-se estes contrastes, e com esse factor contava o conde Moritz, si é lícito assim deprehender dos trabalhos e despesas que elle empregou para constituir uma digna capital á Nova Hollanda brasileira.

Falou-se uma vez de transferir a séde do govêrno para a ilha de Itamaracá, e esta abençoada ilha, situada no poncto central do imperio colonial, era certamente entre todas a mais adequada, dominando toda a costa do mesmo, como uma cidadella, podendo, além disso, em caso de perigo, as frotas da mãe-patria, poderosa no mar, mais facilmente defende-la e liberta-la de um cêrco; porém o governador e as auctoridades, habituados ao Recife, deram preferencia a este porto.

E então esta cidade foi embellezada e augmentada, de conformidade com o seu nôvo destino: o velho bairro da península, o Recife propriamente dicto, estava á cunha, poncto central da circulação, muito acanhado para uma residencia de principe; por isto mandou o conde Moritz construir para si, na ilha vizinha, Sancto Antonio, na extremidade norte, um palacio, Vrijburg; mandou transplantar para ahi muitas centenas de arvores já crescidas, em todo o esplendor da florescencia, que, com pasmo da população, crearam raizes, e já no anno seguinte produziram fructos; e, finalmente, surgiu nessa mesma ilha uma cidade nova, chamada Maurícia, em honra do principe; assim se crearam como ao toque de vara de condão, um castello de recreio, um parque, uma capital, em 1639 e annos seguintes.

Uma ponte permanente estabelecia communicação dêste nôvo bairro com o velho Recife; em seguida, foi construido segundo palacio, na margem occidental da ilha Sancto Antonio,

Bôa Vista (1643), e dalli tambem uma ponte, voltada para o Poente, ligava-se á terra firme, na mesma parte onde actualmente está o terceiro bairro, Bôa Vista. Em toda a volta circundava, protectora, uma corôa de ferro, de baterias do porto e obras de fortificação.

Nesta sua residencia principesca, tinha Moritz de Nassau a sua côrte, qual a America não teve igual, nem antes nem em seculos futuros, pois não eram sómente homens da vida práctica, militares, funcçionarios civis e ecclesiasticos, negociantes e navegantes, que se reuniam sob o seu tecto, á sua mesa: tambem alli achavam protecção, estímulo e assumpto digno para as suas actividades creadoras, artistas e scientistas.

As construcções de nota dentro e perto de Mauricia eram dirigidas por um architecto hollandez, Pieter Post; seu ermão, o pintor Franz Post, foi encarregado de immortalizar com o seu pincel os scenarios da natureza e as obras da mão do homem, e ao menos alguns de seus quadros, as primeiras paizagens brasileiras de valor que fôram conhecidas na Europa (44), logo nos proximos annos se espalharam por toda parte pelas reproducções cuprographicas; essas gravuras e tambem muitas plantas e mappas serviram como ornamento para as impressões de luxo da obra que o historiador do conde, Gaspar Barlaeus, publicou em latim, em Amsterdam, em 1647. Além disso, as sciencias naturaes fôram enriquecidas de modo notavel pelas investigações diligentes do Hollandez Wilhelm Piso, que havia acompanhado o conde como seu medico, e pelas do seu joven amigo H. Markgraf (publicadas em 1648). E finalmente tambem a musa da poesia não ficou sem um cultor, pois o capellão do conde, Fran-

---

(44) Sôbre as producções plasticas, a que se refere Handelsmann, os mais completos e fidedignos esclarecimentos, que possuímos, são os constantes da monographia *A arte hollandesa no Brasil*, devida ao dr. Pedro Souto Maior e inserta na *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, t. LXXXIII, pags. 101-131. A *Revista do Instituto Archeologico Pernambucano* publicou tambem informações preciosas sôbre esse assumpto (vol. V, n. 33, pags. 167-177; vol. XI, n. 60, pags. 181-195; e vol. XII, n. 61, pags. 18-46). Dos trabalhos publicados no extrangeiro, um dos mais completos com relação aos quadros e objectos de arte, colleccionados em Pernambuco por Mauricio de Nassau, e aos pintores que este teve alli a seu serviço, é o de Georg Galland, *Der Grosse Kurfürst und Moritz von Nassau, der Brasilianer — Studien zur Brandenburgischen und Holländischen Kunstgeschichte* (Frankfurt-am-Mein, 1893).

ciscus Plante, compoz um poema épico em doze cantos, as "Mauritias" (Leyden, 1647), no qual glorificou poeticamente as façanhas de seu protector (45).

\*\*\*

Todavia essa idade de ouro não teve longa duração. O conde Moritz havia-se estabelecido como si fôsse príncipe independente, e era apenas o governador, representante da Companhia das Indias Occidentaes. Com esse contraste devia a sua obra naufragar. A directoria, animada do espirito estreito de mercantilismo, não podia ou não queria comprehender os grandiosos planos do príncipe estadista; ao passo que elle, encarando o futuro e sem olhar a despesas no presente, empenhava-se em lançar os fundamentos de um grande imperio, os directores queriam lucros immediatos; elles só aspiravam a elevar os rendimentos, a diminuir as despesas, sem cuidarem si, com essa avareza mal a propósito, faziam perigar a segurança da possessão transatlantica. Durante toda a guerra fôram avarentos em homens e dinheiro: e ainda peoraram nisso depois do armistício; exactamente no último momento, deslealmente, com ataques de surpresa, fizeram mão baixa sobre Sergipe e Maranhão, offendendo os Portuguezes do modo mais grave; e, sem embargo, queriam agora immediatamente reduzir o exército, baixar o soldo dos militares.

O conde Moritz protestou contra isso; elle exigia justamente agora novas tropas (24 de Setembro, 25 de Outubro de 1642); e o curso dos acontecimentos, o estalar da guerra da independencia no Maranhão, que terminou com a expulsão dos Hollandezes, convenceu, mas tarde demais, os directores de que elle havia visto claro.

Além disso, havia ainda outra circumstancia, que na verdade nunca se patenteou bem claramente, mas que não obstante se reconhece no fundo do scenario. A directoria, segundo parece, jámais teve inteira confiança no seu governador; temia que elle se exforcasse, não para o serviço e lucro da companhia, mas, sim, que desejava fundar, para si mesmo e sua familia, um reino americano — suspeita de

---

(45) Acha-se na propria bibliographia organizada por Handelman o poema de Plante, *Mauritiados libri XII* (Lugduni Batavorum, 1647), que o historiador allemão, entretanto, transformou no texto em *Mauritias*. Deve elle, uma vez vernaculizado por nós, tomar o suffixo peculiar á nossa lingua, e, assim, cumpre-nos dizer *Mauriceida* e não *Mauricias*.



todo o modo infundada, porque ninguem melhor que o conde Moritz sabia que a Nova Hollanda Brasileira, sem o concurso da mãe-patria dominadora dos mares, não se poderia absolutamente sustentar.

Sabe-se que uma feita o coronel Arciszewsky, velho e distincto militar, fôra encarregado de vigiar secretamente o governador; porém, elle procedeu com muito pouca habilitade, deixando circular os seus relatorios antes de mandalos para a Hollanda; assim ficou desvendado o facto, e, em consequencia, deante das reclamações do conde, foi Arciszewsky desterrado pelo Conselho Secreto do Recife (20 de Maio de 1639). Não se sabe si mais tarde outros funcionarios exerceram similhante vigilancia secreta; talvez soubessem melhor esconder o seu jogo.

Todas essas mesquinhas deviam desgostar o conde Moritz do seu cargo, turvar-lhe o prazer de sua creação; repetidas vezes pediu demissão, porém sempre o assaltavam com súplicas os funcionarios coloniaes, tanto como a população colonial, para que ficasse; e a directoria não queria privar-se dos seus serviços.

Finalmente, a 9 de Maio de 1643, foi-lhe concedida, por deliberação da Companhia e consentimento dos Estados Geraes, a almejada exoneração, que a 30 de Septembro lhe chegou ás mãos. Ainda então entraram numerosos protestos e petições escriptas, parte em Mauricia, parte em Haya, contra sua retirada; mas não se podia mais mudar as cousas; a 6 de Maio de 1644 entregou Moritz o seu cargo ás mãos do Conselho Secreto e apresentou ao mesmo o seu testamento político, no qual elle expunha detalhadamente os caracteristicos de sua administração e os recommendava á observancia do seu successor.

Depois, o conde Moritz de Nassau disse adeus á sua capital, Mauricia, a 11 de Maio; seguiu por terra até á Parahiba e, depois de haver pelo caminho recebido pela última vez as homenagens, as saudações de despedida dos Hollandezes, assim como da população da terra, embarcou elle, no porto alli, na esquadra que o devia levar de regresso á patria. A 22 de Maio de 1644 suspenderam-se as ancoras; estava terminada a idade do ouro da Nova Hollanda brasileira.

\*\*\*

Não era facil ser successor de tal homem; a posição independente, conciliadora, que havia assumido o principe im-



perial alemão, entre ambas as nacionalidades, entre a Companhia e seus subalternos, não podia ser sustentada pelo Conselho Secreto, um conjuncto de funcionarios e negociantes holandezes.

A directoria exigia agora obediencia absoluta, dava ainda menos attenção a representações, e regateava sôbre despesas, ainda mais que no tempo do conde Moritz; os Brasileiros, de seu lado, não podiam nem queriam prestar ao seu successor o respeito e obediencia que demonstravam ao principe governador, seu protector, seu "Sancto Antonio", como dizia frei Manuel do Salvador; elles desdenhavam o nôvo govêrno como um aggregado de plebeus holandezes, que não sabiam impor-se nem pela attitude physica nem pela do espirito, e tinham em mira só os lucros. E nesse sentido não deixavam de ter alguma razão; entre todos os funcionarios que dahi em diante operaram na Nova Hollanda brasileira, não se salientou nenhum por especial tino administrativo; entretanto, sem dúvida, muitos, mesmo funcionarios altamente collocados, estavam promptos a vender os interesses de sua patria.

Já nos primeiros tempos depois da partida de Nassau, conta-se, aconteceu um caso dêste genero: no anno de 1644 seguiu uma deputação do Recife para a Bahia, afim de se estipular uma assistencia mutua contra os desertores, devedores mal intencionados, etc., e na mesma oportunidade espiar as fortificações da capital Salvador; em ambos os sentidos elles não obtiveram vantagem digna de nota; aproveitou-se, porém, um dos delegados, Dirk van Hoogstraten, commandante da fortaleza holandeza do Pontal de Nazareth (Pernambuco), para offerecer ao governador-geral Antonio Telles os seus serviços, em caso de guerra, e a entrega de seu forte — promessas que fôram ouvidas de bom grado, porém sem acceitação nem recusa.

Nestas circumstancias deviam os Brasileiros cada vez mais criar coragem e desejo de romper com os Holandezes, senhores da terra; e pretextos para isto não faltaram. Agora, que cessava a vigilancia que o conde Moritz havia exercido, permittiam-se os funcionarios holandezes as mais grosseiras arbitrariedades; nos órgãos governativos de membros das duas nacionalidades, relegaram os Holandezes os seus collegas brasileiros sempre mais para a sombra; a egreja catholica não era mais, como antes, protegida e acatada, e quando então fôram descobertas suas relações secretas com o bispo de Salvador, com a côrte de Lisboa, procedeu-se com

excessivo rigôr contra os membros do clero, fôram expulsos todos os frades do dominio hollandez.

A tudo isso junctou-se então uma forte crise de dinheiro. Já se descreveu como uma grande parte dos possuidores de terras estavam em bases nada solidas; haviam comprado a crédito as suas fazendas ao thesouro colonial, os negros á Companhia das Indias Occidentaes, e o conde Moritz concedia-lhes sempre novos prazos.

Agora, as cousas deviam mudar; a Companhia exigia o seu dinheiro, só queria vender á vista; o Conselho Secreto, do seu lado, não recebendo quasi recursos da directoria e ainda tendo que pagar as custas da defesa das terras, o soldo do exército, via-se na necessidade de reclamar de seus devedores os pagamentos; e quando não os recebia, logo era ordenada a cobrança judicial, a colheita era confiscada no campo. Muitos fazendeiros procuraram sustentar-se quanto possivel; tomaram dinheiro emprestado ao mais alto juro, porém afinal tiveram que fallir.

E assim, por toda parte, começou uma rapida mudança, uma completa revolução nas condições das propriedades, com todos os males e tribulações inseparaveis de uma crise de numerario. A's vezes oppunha-se o fazendeiro devedor, de armas na mão, ao sequestro de sua fazenda; outras vezes comprava uma resalva do govêrno, que lhe concedia um prazo de pagamento em prejuizo do credor; em outras occasiões entravam em conflicto o thesouro colonial e o credor particular; cada qual queria ser satisfeito primeiro e cada qual lançava mão do que podia alcançar por seus proprios meios.

Além disto os muitos leilões fizeram desvalorizar os bens de raiz; e quando, por fim, o devedor perdia casa e terras, era mettido na prisão por dívida e não podia pagar ao credor, via este deante de si a propria ruina.

Assim estavam as circumstancias materiaes em confusão e decadencia; o sentimento nacional, o sentimento religioso do povo estavam feridos; em summa, os elementos para uma revolução estavam promptos; só faltava ainda um chefe que dêsse o signal.

E tambem esse chefe já existia.

---

## CAPITULO VI

### A insurreição pernambucana

Esse chefe era João Fernandes Vieira. Nascido no Funchal, na ilha da Madeira, viera menino, pobre e só, para Pernambuco, para alli tentar a sorte; alli havia elle a principio servido a um negociante, só pelo sustento, porém em breve conseguiu elevar-se e ao tempo da tomada de posse hollandeza (1630) já era chefe da sua propria casa de negócio: E, assim como na paz se mostrara trabalhador industrioso, na guerra se distinguio pela coragem e aptidão militar; logo a principio, na defesa do forte do porto de Recife, elle salientou-se; depois, tomou parte gloriosa em toda a guerra, de 1630 a 1635, até que finalmente á tomada do Arraial do Bom Jesus (6 de Junho de 1635) caiu prisioneiro dos Hollandezes e teve que pagar uma avultada quantia para o seu resgate. Nessa época estava perdida a causa portugueza em Pernambuco, e para emigrar não tinha Fernandes Vieira vontade alguma; assim, submetteu-se ao govêrno hollandez, voltou aos seus negocios pacificos, e no espaço de dez annos fez fortuna, adquiriu uma fazenda, como não havia igual em toda a capitania.

Nesta posição eminente soube elle manter boas relações de amizade com ambas as nacionalidades; catholico fervoroso até á superstição, generoso como um principe, ao mesmo tempo de severa rectidão e de procedimento cavalheiresco, tanto como affavel, gosava elle entre os seus compatriotas de lingua portugueza da mais geral consideração; tinham-no como um modelo, como um chefe nato e elle podia tanto mais lhes prestar serviço, por gosar ao mesmo tempo da grande

estima do governador hollandez, conde Moritz de Nassau. Porém, não somente o conde, também os outros Holandeses consideravam Vieira um amigo um subdito leal; elles nada temiam de tão abastado cidadão, que só tinha a perder, nada a ganhar, com uma revolução, e elle soube confirma-los nessa persuasão. Quando certa feita elle despachou uma carta para Lisbôa, foi o seu proprio denunciador, apresentou-se espontaneamente ao Conselho Secreto e convenceu-o, apresentando supposta cópia de que aquelle escripto era inteiramente innocente, continha somente uma recommendação para um parente; ao mesmo tempo, para despertar ainda maior confiança, aconselhou elle o desarmamento geral dos habitantes portuguezes (Dezembro de 1642). Com esta astucia alcançou desviar toda suspeita; quando mais tarde surgiram outros denunciadores, a accusar essa correspondencia, como de traição ao Estado, não acharam acolhimento; e, como antes, o governo hollandez continuou a contar com a lealdade de João Fernandes.

O que aquella carta possa realmente haver contido, não podemos asseverar; talvez o original fôsse de facto tão innocente como a cópia apresentada, visto que, em geral, enquanto governou o conde Moritz de Nassau, não se tornou Vieira culpado, nem mesmo suspeito, de nenhuma tentativa revolucionaria. Não obstante — assim ao menos affirmou elle mais tarde — já acalentava durante todo esse tempo a idéa de libertar o Brasil, sua patria adoptiva, da dominação heretica dos Holandeses e reconduzi-lo á legitima soberania da corôa de Portugal; elle investigou as condições do paiz, o estado dos espiritos do povo e ajunctou secretamente provisões necessarias para a guerra imminente.

Quando o conde Moritz se retirou e sob o nôvo govêrno o antagonismo se foi exacerbando e o descontentamento mais se generalizou, julgou elle afinal chegada a oportunidade; sómente então communicou a dous amigos o seu plano, até ahi guardado secreto no seu peito.

Em Setembro de 1644, haviam chegado ao Recife dous viajantes do Brasil portuguez, que vinham alli procurar parentes; era um o beneditino (46) frei Ignacio, outro um experimentado militar, André Vidal de Negreiros, natural da

---

(46) Foi no govêrno de Manuel Telles Barreto (v. Varnhagen, *História geral do Brasil*, 1ª ed., vol. I, pag. 293, e 4ª ed., vol. I, pags. 496-497) que se estabeleceram no Brasil os beneditinos e os franciscanos. Quer ainda o mesmo auctor que tenham vindo pela

Parahiba, que muitas vezes se havia distinguido, especialmente em guerrilhas, e agora havia recebido em recompensa o cargo de governador da capitania do Maranhão. Fôram os primeiros cúmplices de Vieira: encarregaram-se de levar cartas delle ao governador-geral em Salvador e á côrte de Lisbôa. e Vidal enthusiasinou-se tanto com os planos de seu amigo, que prometeu não só advoga-los quanto possível, mas também renunciar ao seu nôvo cargo, afim de poder cooperar pessoalmente.

Estas cartas testemunhavam tanto um conhecimento vigoroso das circumstancias como uma resolução inabalavel: "desde a partida do conde de Nassau — escrevia Vieira — estava o exército hollandez decadente; os melhores officiaes haviam deixado o serviço, os soldados de tempo concluido haviam tido baixa sem serem substituidos, as fortalezas estavam mal defendidas; os Hollandezes que existiam ainda no paiz eram apenas negociantes e fazendeiros, que se presumiam completamente seguros, e só se preocupavam com o seu negocio. Porém, muito mais numerosos eram os judeus portuguezes, que tinham abertamente as suas synagogas, para

---

mesma época os carmelitas; mas, pelo que se infere de Loretto Couto (*Desaggravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, 3, II, 16), os dictos frades só em 1589 obtiveram licença do donatario para se fixarem em Pernambuco, escolhendo para sua séde a cidade de Olinda, de onde depois vieram para Sanctos. Os beneditinos em 1584 já estavam installados na cidade do Salvador, donde logo se passaram para o Rio de Janeiro e para Pernambuco, ainda no mesmo seculo XVI. Sôbre elles, além de outros chronistas, existe o monumental e precioso trabalho de Ramiz Galvão, *Apontamentos historicos sôbre a ordem beneditina em geral e em particular sôbre o mosteiro de N. S. de Monserrate, da ordem do patriarcha São Bento, desta cidade do Rio de Janeiro* (1869), publicado primeiramente na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (t. XXXV, p. 2<sup>a</sup>), e em 1879 saído a lume em separado. Quanto aos franciscanos ou capuchos, formaram a custodia de Olinda em 1585 e dali, pouco a pouco, se foram extendendo por todo o Brasil. Sôbre os mesmos, ha o desenvolvido trabalho de fr. Antonio de Sancta Maria Jaboatão, *Novo orbe serafico brasilico, ou chronica dos frades menores da provincia do Brasil* (cuja publicação completa se deve ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Rio, 1858-1861). Foi tal a proliferação de conventos em nossa patria, pelos fins do seculo XVI e começos do seculo XVII, que a metropole se alarmou e tomou justas providencias em defesa da sua colonia americana. Assim, pela carta régia de 16 de Outubro de 1609, vedou a fundação de mais conventos sem licença especial do soberano portuguez; e, por determinação de 23 de Fevereiro de 1624, fixou a côrte as condições para a edificação de mais cenobios franciscanos no Brasil. Finalmente, no primeiro quartel do seculo XVIII, foi terminantemente prohibida a fundação de novos conventos no Brasil (alvará de 22 de Junho de 1723).



indignação dos christãos orthodoxos; por conseguinte, á guerra contra a dominação hollandeza ia ser ao mesmo tempo uma questão religiosa. As difficuldades da empresa continuava elle — não eram para dissimular; porém a cartada estava jogada; e, si as colonias ermãs, a mãe-patria, negassem o auxilio de que necessitava Pernambuco, então se impunha recorrer á estrangeiros”.

O governador-geral em Salvador, Antonio Telles da Silva, quando recebeu essa mensagem, não teve facil a escolha; rompimento ás claras com os Hollandezes, elle não devia ousar, pois esses sustentavam além dos mares o throno de seu rei d. João IV contra o predomínio espanhol; mas podia elle negar aos patriotas de Pernambuco a sua adhesão, quando elles ameaçavam volver-se para estrangeiros, quem sabe recorrer á Espanha? Restava sómente uma sahida unica — a astucia; devia-se officialmente respeitar o armisticio, occultamente despachar soccorros aos patriotas; e por esse alvitre se resolveu Antonio Telles. Elle mandou significar a Vieira que devia este, antes de começar, considerar as consequencias, mas, uma vez começando, então cumpria proseguir decisivamente; e logo lhe mandou uma tropa de sessenta militares experimentados, sob o commando de Antonio Dias Cardoso, os quaes, para não despertar suspeitas, fôram um a um e desarmados; transpondo as fronteiras, apresentaram-se em casa de Vieira e por elle fôram levados a seguro esconderijo (Dezembro de 1644). Seguia-se, em breve, uma remessa de armas e munições; e, por fim, dous dos mais gloriosos heróes da guerrilha, o chefe indio Antonio Philippe Camarão e o preto Henrique Dias, ambos cavalheiros da Ordem de Christo, receberam a missão de reunir as suas tropas de voluntarios e, logo que se declarasse o rompimento, pôrem-se em comunicação com os pátriotas de Pernambuco.

Assim, seguro da adhesão da Bahia, Vieira metteu mãos á obra; num banquete reuniu elle todos os seus amigos e parentes, expoz-lhes os seus planos, os recursos de que dispunha, e lembrou o exemplo glorioso, feliz, do Maranhão, onde o povo por suas proprias mãos se havia libertado do oppressor estrangeiro. E, quando elle então lhes pediu resposta, prometteram todos unanimes devotar á causa da independencia os seus braços e fortunas; proclamaram Vieira o chefe, o “Governador da Liberdade”.

Estava assim organizada a revolução; porém ainda faltava muito, antes que ella se pudesse declarar; primeiro, ne-

cessitava Vieira remetter o seu gado, os seus abastecimentos de generos, armas e munições das suas propriedades para depositos secretos, que fôram estabelecidos nas brenhas da matta virgem, á disposição do exército da revolução; tambem os alliados da Bahia faziam-se esperar; e, o que foi peor, os patriotas de Pernambuco, os cumplices do plano, punham obstaculos.

Dissipado o primeiro arroubo de enthusiasmo, pensando nas difficuldades do empreendimento, a maioria perdeu então a coragem; alguns, para se pôrem a salvamento em qualquer eventualidade, denunciaram secretamente o plano ás auctoridades hollandezas; e poucos dias depois daquelle banquete apresentaram-se todos os convivas de nôvo em casa de Vieira, para dar-lhe parte de que o Conselho Secreto estava sciente da conjuração, dos nomes dos conjurados, e de que patrulhas estavam a caminho para colhêr Cardoso e seus companheiros no seu esconderijo; aconselhavam que se abandonasse a empresa; alguns até se offereceram para obter um salvo-conducto, afim de que Cardoso pudesse regressar sem embarço á Bahia. Porém estas mesquinhas representações mallograram-se deante da resolução dos dous chefes; Vieira atinou immediatamente quem e quaes dentre essa assistencia o haviam traído; todavia, não deu nada a perceber e demonstrou não ter mêdo. "Qual era o seu conceito perante o govêrno hollandez — dizia elle — era cousa conhecida; em caso de necessidade, uma mentira delle valia mais do que si cem outros dissessem a verdade, sob juramento".

Mais energica e mais ameaçadora, ainda, foi a resposta de Cardoso: "Elle não precisava de outro salvo-conducto si não a sua espada; e, si elle succumbisse, ai dos traidores, elle os conhecia bem; sómente a esses elle denunciaria aos Hollandezes como seus cumplices, desmentiria qualquer cumplicidade de Vieira e dos verdadeiros patriotas"; e neste sentido elle escreveu uma carta, que numa eventual busca serviria como justificação de Vieira. A attitude tão resoluta dos chefes socegou os cumplices leaes, ao passo que assustou terrivelmente os denunciantes desleaes; e os preparativos da revolução proseguiram irresistiveis; novos patriotas alistaram-se e organizaram-se militarmente; tambem das provincias vizinhas apresentaram-se alguns voluntarios.

E, além do mais, correu agora um boato que, absurdo ao último poneto, entretanto achou crentes, como acontece

nos tempos criticos, pois a opinião pública por toda parte vê phantasmas: com secreto horror contava-se de bocca em bocca que o Conselho do Recife premeditava aqular os Indios do sertão contra as colonias, e havia resolvido exterminar todos os habitantes masculinos de lingua portugueza, entre 15 e 35 annos de idade, de todo o imperio colonial hollandez. Si fôram os conjurados que maquinaram esta fabula, ou si elles apenas della se aproveitaram, o facto é que em todo caso ella serviu á causa e exacerbou a generalizada agitação dos espiritos.

Entretanto, estava o Góvêrno hollandez na maior perplexidade; accumulavam-se as denúncias anonymas e indicavam sempre mais accentuadamente João Fernandes Vieira, seu sogro Francisco Berenguer de Andrada e Antonio Cavalcanti como chefes da conjuração, e que para a festa do Espirito Sancto (1645) estava marcado o rompimento; porém todas essas delações não bastavam para determinar um processo legal; e medidas extraordinarias de segurança, devassa domiciliar, desarmamento da gente da terra, não ousava o Conselho Secreto ordenar, pois receiava com isso apressar o surto da revolução.

E, para fazer frente a ella, não se estava em condições no momento; as fôrças de terra hollandezas apenas bastavam para defesa da cidade, porém de modo algum para sustentar a ordem e a tranquillidade no interior. O Conselho contentou-se, pois, a principio, em mandar espionar os preparativos dos conjurados, ao passo que em reiteradas cartas á directoria da Companhia das Indias Occidentaes a scientificava do desgraçado estado das cousas brasileiras e cada vez mais insistia, porém sempre debalde, na reclamação de immediata remessa de tropas frescas.

Assim iam correndo as semanas, sem que se chegasse á declaração de hostilidades; ainda sempre permaneciam os dous inimigos, o góvêrno hollandez e o "Governador da Liberdade", aparentemente em bôa harmonia e relações amistosias, e ambos criam ainda poder construir os seus planos sobre essas apparencias, cada qual na esperanza de conseguir enganar o outro.

Vieira projectou um abominavel attentado que, por felicidade para sua reputação, não chegou a realizar-se; elle pretendia numa festa de casamento de pessoa da sua familia convidar á sua casa os mais grados funcionarios civis e militares da Companhia das Indias Occidentaes, trucidá-los e depois precipitar-se com a sua gente sôbre a capital, Recife,

privada de seus chefes. Do seu lado, os Holandezes procuravam, ora com convites amistosos, ora a pretexto de negocios, attrair Vieira e apoderar-se delle; porém, felizmente, um confiava no outro tão pouco como este outro nelle.

Com o correr do tempo, naturalmente esse estado de cousas não podia ser mantido; o Conselho Secreto, sempre melhor informado por novas denúncias, assaltado por cartas anonymas, era instigado a proceder sem detença contra Vieira; este, por seu lado, estava sempre preparado, noite e dia, contra um eventual ataque, tanto para a defesa, como para a fuga; e quando, finalmente, chegou a notícia de que as tropas de voluntarios da Bahia estavam a caminho, sob as ordens de Antonio Philippe Camarão e Henrique Dias, que já haviam transposto o São Francisco (7 de Junho de 1645), achou elle opportuno abandonar a sua morada; depois de haver posto a salvamento a sua familia num esconderijo distante, acoitou-se elle com os seus vizinhos e os seus bem armados escravos nas mattas.

Era mais que tempo; pois justamente por aquella notícia tambem o Conselho Secreto resolvera providenciar. Na tarde de 12 de Junho saiu das portas do Recife um forte destacamento hoilandez; na escuridão da noite bateu toda a redondeza para prender os suspeitos; porém por toda parte estavam as casas vazias, e, quando finalmente essa tropa regressou, havia apanhado apenas duas pessoas entre todas as que lhe haviam sido indigitadas: uma dellas, completamente insignificante e innocente, a outra um dos perfidos denunciadores que, depois de se haver feito reconhecer, se alegrou em achar abrigo numa suave prisão holandeza.

Apenas amanheceu o dia e os Holandezes se haviam retirado, appareceram de todos os lados os Brasileiros fugitivos, saíndo de suas tócas, a se reunirem na egreja matriz da planicie do Recife, algumas leguas distante da cidade, para ouvirem missa. Era o dia de Sancto Antonio de Lisbôa (13 de Junho de 1645), festa que os Portugueses e, a seu exemplo, os Brasileiros, costumam sempre celebrar com a maior devoção e ainda maior pompa; porém agora, além do mais, ainda se estava num especial arrebatamento de espirito, pois o sancto nacional, dizia-se, poucas semanas antes, na capella da casa de Vieira, por signaes milagrosos prevenira aos habitantes que não mais confiassem na protecção do seu tecto, e assim se frustrara o golpe do inimigo.



E agora subiu ao pulpito o reverendo frei Manuel do Salvador; elle tomou como texto as palavras: "Cingi os vossos rins"; e inflammou com ardente sermão o sentimento nacional e religioso dos seus ouvintes. A impressão desta prédica foi tão profunda, como efficaz, e póde-se considera-la como o signal, a declaração da insurreição. Pois, assim que se concluiu o serviço divino, regressou Vieira de nôvo ás mattas, onde todos os homens que podiam usar armas, das suas innumeradas fazendas, libertos e escravos, se reuniram em tôrno d'elle; e depois tomou uma forte posição mais ao Sul, na região pantanosa das Alagôas, perto de Camaragibe, entre as actuaes cidades de Porto das Pedras e Mazayo (40). E foi dalli que o "Governador da Liberdade" dirigiu a primeira proclamação aos seus compatriotas; cada vez em maior número acudia ás suas bandeiras, em multidão, a gente do campo, brancos e de côr, escravos e libertos.

Começaram então as guerrilhas, que todavia se limitaram primeiramente a devastar a ferro e a fogo as fazendas dos Hollandezes e dos judeus portuguezes; para empresas de maior vulto, o exército da Revolução ainda estava muito fraco e pouco treinado. Por felicidade, tambem estavam as fôrças de terra hollandezas em más condições; os reiterados pedidos de reforços não haviam sido attendidos e assim teve o Conselho Secreto que se contentar, do seu lado, em cuidar de melhor fortificar as cidades e manter communicação entre ellas por meio de pequenos corpos volantes; não lhe era possivel attingir com as armas o proprio fóco da revolução.

Em compensação, tentava o govêrno no Recife resolver a situação com proclamações e negociações. A todos os participantes da revolta, com a unica excepção dos chefes, promettia-se completa amnistia, si elles se apresentassem em Recife e alli renovassem o juramento de fidelidade: então poderiam desimpedidos regressar ás suas propriedades, munidos de um salvo-conducto. Entretanto esta providencia trouxe mais prejuizo que lucro, pois os funcionarios inferiores cubiçosos, tanto como sem consciencia, viram nella sómente um meio de enriquecer; exigiam pelos salvos-conductos preços exorbitantes, estigmatizavam com o nome de suspeitos aquelles que não os queriam comprar; em muitos logares os mais ricos residentes, sem motivo algum, fôram

---

(47) *Mazayo* — graphia usada aqui por Handelman, — está por *Maceió*, ora capital de Alagôas. Mais adeante (em nota á pag. 355 do original) emprega elle outra graphia: *Maçayo*.



encarcerados como traidores do Estado, até que se conformassem a pagar um resgate; e, em consequencia, muitos Brasileiros que até então permaneciam socegados nas suas fazendas, agora com essas novas extorsões procuraram protecção sob a bandeira dos patriotas.

Egualmente desatinadas e inefficazes fôram as negociações que se travaram com Vieira; o Conselho Secreto offereceu-lhe 200.000 cruzados em letras seguras, em qualquer praça, si elle quizesse desoccupar em paz o dominio hollandez; elle respondeu que tão barato não podia vender a sua vindicta. E, quando então se poz a premio a sua cabeça por 4.000 cruzados, offereceu elle, em resposta, o dobro pela cabeça de cada membro do Conselho Secreto que fôsse entregue ás suas mãos, vivo ou morto.

Nesse interim iam-se extendendo cada vez mais as ligações dos patriotas; espalharam-se por todo o paiz as proclamações do “Govrenador da Liberdade”, nas quaes chamava ás armas todos os Portuguezes, e em que tambem aos estrangeiros e aos Judeus promettia a protecção das leis portuguezas, si elles se submettessem; eram affixadas, durante a noite, nas proprias ruas da capital hollandeza; e em breve fôram seguidas de uma carta de Vieira ao Conselho Secreto, avisando-o de que “dentro de pouco tempo elle proprio iria fazer uma visita ao Recife com um exército regular de 14.000 soldados, uma milicia de 24.000 homens armados”, numeros estes destinados sómente a encorajar os patriotas, atemorizar o inimigo, e que, já se vê, eram muito exaggerados, pois na realidade constava então o exército da Revolução apenas de uns mil homens.

De resto, a segurança de ánimo com que o “Governador da Liberdade” se manifestou nesta occasião e noutras, não deixou de produzir o desejado effeito; disso dá testemunho especialmente o seguinte exemplo. No principio de Julho publicou o govêrno hollandez a ordem de que “todas as mulheres e creanças, cujos maridos e paes estivessem participando da Revolução, deviam dentro de seis dias abandonar casa e quinta; quem se descuidasse de aproveitar-se dêsse prazo e quem dêsse agasalho aos banidos, seria tractado como rebelde”.

Esperava-se com esta medida assustar e dispersar os insurgentes; cada qual regressaria á sua casa para livrar a sua familia da miseria do exilio, ou pelo menos para a levar a logar seguro; porém, si a ordem fôsse realmente executada, seria necessaria uma atroz falta de escrupulo, que forçosa-

mente irritaria ao mais alto ponto tambem a população leal de lingua portugueza. E sobretudo nesse sentido foi o Conselho Secreto muitas vezes sériamente advertido: "Tudo perdôa o Portuguez, porém nunca um desacato contra sua mulher ou suas filhas"; mas estas advertencias não achavam ouvidos. Então publicou Vieira uma proclamação (15 de julho de 1645), que foi affixada por toda parte, mesmo no Recife; elle declarava nulla a ordem do Govêrno hollandez, por ser barbara e contra o direito das gentes, e prohibia que se lhe obedecesse; aconselhava ás senhoras brasileiras que permanecessem confiantes nos seus lares, porque elle saberia protege-las e vingar terrivelmente o minimo agravo que soffressem.

E o Conselho Secreto que, desta maneira, se via desafiado publicamente, não mais ousou proseguir; todas as familias, que ao primeiro susto não haviam recorrido á fuga, permaneceram socegadas nos seus lares.

Entretanto, continuavam as guerrilhas á maneira antiga, com assaltos, saques, mortes e incendios; o mais importante acontecimento foi a tentativa de bloqueio, feita por um bando de patriotas a dous pequenos fortes no cabo de Sancto Agostinho; porém o bando foi em breve dispersado e repellido, no fim de Junho. E quando pouco a pouco se foi reunindo um maior exército hollandez, afim de operar em campo aberto, o corpo principal de patriotas evitava prudente um encontro e retirou-se das Alagôas, rumo norte, para o valle do Capiberibe, na actual fronteira norte da provincia, onde tomou de nôvo posição, protegido por mattas e pantanos.

Era certamente necessaria essa maneira de conduzir a guerra, porque não se podia ainda fazer frente ao inimigo aguerrido, e era tambem vantajosa, pois no caminho sempre novos voluntarios se iam aggregando; porém as incessantes retiradas desmoralizavam completamente o joven exército revolucionario, e os chefes tiveram em breve que ouvir queixas em voz alta, falas sediciosas, mesmo corriam risco pessoal e de traição.

Então, recorreu Vieira ao extremo recurso; quando na occasião de um rebate falso as suas tropas se haviam agrupado em diversos destacamentos, apresentou-se elle deante de cada um dêstes e lamentou que o primitivo ardor estivesse esfriado; por esse motivo elle resolvera dar licença a cada qual que estivesse cansado de servir á causa nacional, que regressasse á casa, sem ser embaraçado. Nem um unico quiz

ou ousou utilizar-se dessa licença; com tumultuosas acclamações juraram os soldados perseverar sob a bandeira da Liberdade, não abandonar o seu chefe.

E então proseguiu Vieira: "Havia, mais do que qualquer outro, posto em jogo a sua vida, a sua grande fortuna, assumindo a responsabilidade; portanto, exigia para o futuro incondicional obediência, e quem mais uma vez ousasse perturbar a ordem por palavras ou acções, seria sem compaixão enforcado com traidor". Isto produziu effeito, o espirito sedicioso calou-se e se foi desvanecendo pouco a pouco, ao passo que progredia a organização militar; novos voluntarios accudiram em massa e ao mesmo tempo veio do Sul a noticia de que, dentro de poucas semanas, chegariam as tropas voluntarias bahianas, commandadas por Camarão e Dias, cuja marcha houvera sido detida pelas enchentes do tempo das aguas.

Entretanto, chegava agora ao quartel-general uma luctuosa noticia: um bando de Indios havia apparecido no aldeamento de Cunhaú (Rio Grande), havia convidado os habitantes a uma reunião amigavel nas egrejas, e quando estes, sem suspeita, acceitaram o convite, fôram todos, em numero de 69, trucidados sem misericordia, pelos perfidos selvagens. Esta crueldade, dizia ainda a noticia, fôra praticada por ordem do govêrno hollandez, e era apenas um preludio para ainda maiores mortandades da parte dos Indios — accusação certamente infundada, que, porém, achou incondicional crença entre os Portuguezes e exacerbou ao último poncto a irritação, a sêde de vingança dos patriotas.

A oportunidade de combater não se fez esperar muito. O corpo de operações hollandez, sob os coroneis Hous e Blaer, depois de as haver debalde procurado na redondeza, recebeu, afinal, informações certas e penetrou no valle do Capiberibe, afim de, si possivel, tomar de surpresa o inimigo na sua tóca. Contudo, chegou tarde demais; Vieira tivera a tempo noticia da sua approximação e a 31 de Julho de 1645 trocara a posição, que occupava até então, por outra, que, escolhida pelo atilado senso militar de Cardoso, mais se prestava para a defesa.

O campo dos patriotas era agora situado numa elevação, o monte das Tabocas, á margem do Tapacora (48), tributario

---

(48) A *Tapacora* falta o accento tónico da vogal derradeira. Esse toponymio, applicado ao curso de agua das fraldas do monte das

do Capiberibe (na região da actual freguezia de Sancto Antão); o lado de Oéste, de onde devia vir o inimigo, era justamente protegido por este rio que, pequeno regato na estação sêcca, agora, na cheia, com as chuvas tropicaes, se tornara uma torrente caudalosa; em volta do monte elevava-se, como muralha, quasi impenetravel tabocal, e, finalmente, o cume do morro e a sua encosta sul eram cobertos de espessa matta virgem, que proporcionava ao mesmo tempo uma última defesa e segura linha de retirada.

Assim, tinham os Brasileiros a vantagem da posição; porém só contavam 1.300 homens, ao passo que a bandeira hollandeza, sem contar os bandos irregulares, era seguida por 700 soldados holandezes, e estes eram de muito superiores aos seus adversarios em disciplina e experiencia de guerra.

A 3 de Agosto de 1645, travou-se a batalha, que durou o dia inteiro, até á noite a dentro, e de ambos os lados bateram-se com a maior bravura. Depois de haverem os Hollandezes com grande difficuldade forçado a passagem do Tapacora, avançaram contra o tabocal e procuraram nelle penetrar á viva força; porém alli ehcontraram numa triplice emboscada, que Cardoso havia preparado e elle proprio commandava, descargas mortaes de fuzilaria; depois de perdas avultadas, os atacantes retiraram-se em boa ordem. Em breve seguiu-se segundo ataque; esta vez penetraram mais adeante e chegaram a feroz combate corpo a corpo; os Brasileiros reagiram valorosamente; e até seus padres eram vistos a percorrer as fileiras com a espada numa das mãos e o crucifixo na outra, animando a gente, consolando os moribundos, pelejando contra os inimigos. Pela segunda vez tiveram os Hollandezes que evacuar o campo; todavia, novamente se puzeram em ordem as suas hostes para terceiro, decisivo ataque, e como agora já tivessem conhecimento do terreno, já estivessem mais informados da posição do

---

Tabócas, é encontrado nos trabalhos de escriptores brasileiros com as graphias *Tapacorá* e *Tapacurá*. Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pagina 268) dá preferencia a esta última fôrma, attribuindo ao vocabulo os significados de "os cueiros, as ligas". Cumpre-nos consignar aqui, afim de evitar annotações constantes e fastidiosos, que Handelman, por via de regra, deixa de empregar os accentos tónicos em grande número de nomes proprios portuguezes. Assim é que escreve *Ceara*, em vez de *Ceará*. Quanto ao til, inexistente no alphabeto allemão, elle não o usa nunca, escrevendo, portanto, *Camarao*, em lugar de *Camarão*.

inimigo, lograram abrir caminho na espessura e rechassaram e puzeram em fuga a emboscada, que havia exgottado as suas munições.

Parecia ganho o dia. Porém sempre ainda, qual nuvem ameaçadora, estava lá em cima o "Governador da Liberdade", com a sua guarda de corpo, que até então não havia tomado parte alguma no combate; constava ella, na maioria, de gente recrutada na escravidão de suas fazendas, tudo homens escolhidos, bem armados, de toda a alma affeiçãoados ao seu senhor.

A estes dirigiu elle então palavras cheias de ardor, prometeu-lhes a liberdade, si elles combatessem com bravura; e logo lhes deu a ordem de atacar; e, enquanto os escravos arrebatados se precipitavam em passo de carga morro abaixo, soltando brados selvagens, os que ficaram em cima, padres e leigos, rogavam a Deus com preces e promessas; o proprio Vieira fez voto á Sanctissima Virgem que, si ella o protegesse esta vez, mandaria construir uma egreja em sua honra. A impetuosa carga da guarda de corpo restabeleceu de nôvo a batalha; atrás della reuniram-se os fugitivos Brasileiros e passo a passo fôram os Holandezes repellidos do tabocal, pela terceira vez rechassados para a outra margem do rio.

Pela quarta vez repetiram elles o ataque; de nôvo estava indecisa a sorte da batalha; eis que Vieira, apesar da palavra dada, apesar dos rogos de seus amigos, ia precipitar-se na peleja, quando um padre elevou a voz num hymno em louvor da Sanctissima Virgem; todo o exército brasileiro acompanhou-o em cântico, e ao som dêsse cântico sagrado cessou a batalha.

Com a costumada rapidez do crepusculo tropical, baixou a escuridão sôbre a terra, e, enquanto sob sua protecção os Holandezes se retiraram á margem do Tapacora, puzeram-se os Brasileiros a cantar o *Te-Deum*. Sentiam-se felizes por haver conservado a sua posição; só na manhã seguinte souberam que haviam ganho uma victoria completa. Não se via mais signal do inimigo; no campo de batalha jaziam cêrca de quatrocentos mortos d'elle e grande quantidade de armas abandonadas e munição; em breve chegaram compatriotas com a notícia de que os Holandezes em marcha accelerada seguiam a caminho do Recife; e chegou uma mensagem dos coroneis holandezes, pedindo compaixão para os feridos, que em comprida fila de carretas seguiam a sua retirada. Então as manifestações de jubilo passaram todas as raias; Vieira cumpriu a sua palavra e deu a liberdade a cincoenta escravos,



depois, de chapéo na mão, foi, de homem em homem, agradecer a cada um os seus serviços, a sua bravura.

E, de facto, era enorme o feito; não sómente o exército dos patriotas havia sustentado com successo a prova do fogo e imposto o reconhecimento da realidade da Revolução, mas também, por seu triumpho, elle ficava senhor do interior do paiz, e as fôrças militares hollandezas tinham que se recolher absolutamente ás suas praças fortificadas.

\* \* \*

Ainda mais que a victória, alcançou a sua fama, e quanto mais se propalava, mais se embellezava e maravilhava. Dizia-se que a propria Sanctissima Virgem, o proprio Sancto Antonio haviam baixado ás fileiras dos patriotas e haviam com o resplendor de sua apparição cegado e aterrado os hereges hollandezes. A lenda dêsse auxilio do céu deu á guerra da Independencia nova sagração religiosa, e, ao passo que da vizinhança accudiam cada dia em maior número os voluntarios, o povo brasileiro, até das mais afastadas capitánias, entrou a interessar-se pelos soffrimentos e combates de seus compatriotas de Pernambuco, dedicando-lhes a sua sympathia, as suas preces.

Tambem o governador-geral portuguez do Brasil, Antonio Telles da Silva, agora quasi publicamente tomava partido pelos patriotas.

Algumas semanas antes da batalha (7 de Julho de 1645), e dias seguintes de nôvo lhe appareceu em Salvador uma embaixada hollandeza, que, á ordem do Conselho Secreto, dava parte da revolta declarada em Pernambuco e trazia a queixa de que tropas de voluntarios bahianos, sob o commando de Camarão e Henrique Dias, haviam transposto o rio São Francisco; solicitavam que elle os fizesse retroceder ou os declarasse banidos. Antonio Telles fez-lhes os maiores protestos: "Ambos aquelles cabecilhas haviam procedido sem o seu conhecimento, por sua livre vontade, e difficilmente tomariam em consideração as suas ordens, a proscricção; elle, porém, estava firmemente resolvido a manter de pé a trégua, havia-se recusado terminantemente ao pedido de soccorro de Vieira; elle mesmo, si fôsse do agrado do Conselho Secreto, de bôa vontade assumiria o papel de mediador e, no caso de necessidade, auxiliaria, com fôrças armadas, a

submeter a revolução". Durante estas conferencias officiaes, renovou, secretamente, um dos membros da delegação hollandeza, o já mencionado Dirk van Hoogstraten, as perfidas offerτας que elle havia feito o anno antecedente; de nôvo offercia elle passar para as mãos dos Portuguezes o forte do Pontal de Nazereth, e desta vez o governador-geral, sem vacillar, entrou em accôrdo: prometteu ao traidor alta recompensa e o negocio ficou fechado.

Começaram então os preparativos na Bahia; dous regimentos, um sob o commando de Martim Soares Moreno, conhecido na história dos principios coloniaes do Rio Grande e Ceará, outro sob André Vidal de Negreiros, o amigo de confiança de Vieira, receberam ordem de partida; uma frota de oito velas, ao commando de Jeronymo Serram de Payva, tomou-os a bordo, desembarcou-os na bahia de Tamandaré, pouco distante da cidade de Serenhem ou Formosa (Pernambuco) e, para qualquer eventualidade, ficou na vizinhança. Por outro lado, segunda esquadra, que tinha que comboiar para a Europa uma grande frota mercante, velejou para o Recife, afim de alli informar o governo hollandez de que "o governador-geral, fiel á sua promessa, havia mandado dous homens experimentados com bastantes tropas para obrigarem, por mal ou por bem, os rebeldes á obediencia".

Porém a estas palavras não corresponderam, de modo algum, as acções. Os coroneis da Bahia, animados com as noticias da victória de 3 de Agosto, procederam logo de inicio, não como mediadores, pacificadores, mas como arbitros supremos entre as auctoridades hollandezas e os patriotas de Pernambuco.

Justamente quando elles chegaram, havia estalado na cidade de Serenhem um levante; os habitantes haviam-se opposto ao desarmamento decretado, feito recolher ao forte a guarnição hollandeza, destruido tres navios hollandezes no porto, e agora appellavam para o soccorro das tropas bahianas apenas desembarcadas. Os dous chefes, Vidal e Soares, não vacillaram um instante; "na verdade, haviam vindo — declararam elles — para castigar os suppostos rebeldes; mas achavam que a causa dêstes era justa, que os Hollandezes se haviam tornado indignos da soberania"; tal mensagem elles a despacharam para o commandante hollandez e exigiram a rendição do forte; elle não ousou oppôr-lhes resistencia alguma; a guarnição depoz as armas, e nas muralhas de Serenhem foi içada a bandeira portugueza.

Puzeram-se então as tropas bahianas em marcha para o interior, á procura do exército da Revolução de Pernambuco; este, por seu lado, já havia recebido notícia do desembarque, abandonado o seu acampamento do monte das Tabocas, e puzera-se em marcha forçada ao encontro dos compatriotas e recebera em caminho o refôrço das tropas de voluntarios de Camarão e Dias, desde tanto tempo esperadas.

A 15 de Agosto de 1645, encontraram-se os dous exercitos e representou-se então uma scena simulada que, embora não pudesse enganar os Holandezes, visava a disfarçar a quebra das tréguas. Quando os dous exercitos se defrontaram, na presença de grande multidão de povo adeantou-se Vidal das fileiras e declarou: "Havia-o encarregado o governador-geral da Bahia, Antonio Telles, de prender e chamar á responsabilidade o denominado "Governador da Liberdade" e todos os chefes da rebelião, e de restabelecer a auctoridade do govêrno hollandez em Pernambuco". Respondeu Vieira: "Elle contava, sabia, que os seus compatriotas não o condemnariam sem ser ouvido"; e quando elle então com palavras eloquentes começou a justificar-se e a expôr os padecimentos do povo, retumbaram de ambos os lados acclamações unanimes, tanto dos Pernambucanos como dos Bahianos. Os soldados confraternizaram; e Vidal e Soares, á vista disso, desistiram de cumprir a referida missão e puzeram-se com as suas tropas sob as ordens de Vieira.

Ficava o "Governador da Liberdade" com estes importantes reforços em condições de emprehender maiores operações, principalmente dividindo o seu exercito; despachou uma parte contra o forte do Pontal de Nazareth, para dar inicio ao cêrco e reclamar do traidor Hoogstraten o cumprimento de sua palavra; e elle proprio, com o grosso do exército, marchou contra a capital hollandeza do Recife, e aqui achou elle, logo no dia seguinte, oportunidade para um nôvo importante successo.

A 16 de Agosto haviam os coroneis Hous e Blaer saído com mais de 200 homens da guarnição do Recife, afim de saquear nos arredores as casas dos rebeldes e prender as suas esposas como refens; haviam sido bem succedidos na sua empresa, e estavam em caminho, de regresso, com muitas mulheres prisioneiras e rico despojo, quando caíu a noite e resolveram prenoitar numa fazenda, a uma legua da cidade.

Foi a sua desgraça. Vieira, informado immediatamente por seus vedetas, accudiu alli a toda a pressa; na escuridão

da noite aprisionou as sentinellas avançadas, e ao despontar o dia precipitou-se sobre o quartel-general, onde os Hol-landezes, descuidados, absolutamente não contavam ser atacados, e depois de curto, encarniçado combate, cercados estes por todos os lados, tiveram que entregar as armas e seguir em caminho da Bahia, para a prisão portugueza, ao passo que Vieira reconduzia triumphante as senhoras libertadas, ás suas casas (17 de Agosto).

Este successo assegurou ao exército da Revolução o dominio do interior do paiz; consideravelmente enfraquecida por dupla derrota, não estava a fôrça hollandeza de terra em condições de operar em campo aberto; restringia-se ás muralhas do Recife.

As restantes praças fortes de Pernambuco ficaram inteiramente entregues a si mesmas, e uma após outra fôram caindo ás mãos dos patriotas; primeiro Olinda, que desde o incendio de 1631 estava ainda em grande parte em ruínas, foi atacada de surpresa e occupada por um destacamento de voluntarios; depois caíu o solido forte do Pontal de Nazareth, em seguida a um curto simulacro de resistencia; a guarnição, persuadida por seu chefe, Dirk van Hoogstraten, consentiu, mediante o pagamento de seu soldo atrasado, em entregar o posto que lhe fôra confiado; paga a quantia, 9.000 cruzados, dos quaes Vieira contribuiu com 7.000 da sua fortuna, elles depuzeram as armas e entraram para o serviço de Portugal (8 de Setembro de 1645).

Este primeiro exemplo de traição achou imitadores logo nos dias seguintes, em Porto Calvo, a 17 de Setembro, e na continuação da guerra. As guarnições hollandezas, mercenarias de todas as nacionalidades, desinteressadas da causa pela qual combatiam, estavam na maioria dispostas a vender as fortificações; os prisioneiros, que na batalha se rendiam á capitulação, sem hesitação juravam ás bandeiras portuguezas e, embora não se pudesse confiar em absoluto nos desertores (o primeiro regimento de transfugas hollandezes já em Novembro de 1645 teve que ser dissolvido por motivo de traição), sempre esta circumstancia facilitou consideravelmente a faina do exército da Revolução.

Póde-se imaginar que impressão deviam produzir todos estes acontecimentos no Conselho Secreto do Recife; a perfidia, a insidiosa quebra da trégua que antes, 1644, a Directoria da Companhia das Indias Occidentaes havia or-

denado e o conde Moritz de Nassau executara, era agora vingada nelle.

Justamente a 12 e 13 de Agosto de 1645, acabava de lhe trazer a frota mercante portugueza, que navegava da Bahia para a Europa, os hypocritas protestos de amizade do governador-geral Antonio Telles; e immediatamente depois entravam as noticias da junção das tropas bahianas com os rebeldes, da derrota de 16 de Agosto, da perda de Serenhem, Olinda, Pontal de Nazareth; a toda a pressa, escreveu-se para a Hollanda á Directoria, supplicando rapida remessa de reforços importantes.

De momento nada se podia fazer; na verdade, a estação da frota hollandeza, sob o commando do almirante Lichthart, conservava ainda a supremacia sobre as aguas brasileiras; ella destruiu a esquadra que havia conduzido as tropas da Bahia a Pernambuco (8 de Setembro); porém o interior do paiz, as praças fortificadas estavam perdidas; em breve caíu tambem, depois de demorada resistencia, o forte Moritz, no rio São Francisco (18 de Setembro); os restantes pontos no Sul foram evacuados espontaneamente, e as guarnições chamadas ao Recife.

Com isto estava a metade Sul da Nova Hollanda brasileira como que inteiramente entregue; das tres regiões do Sul, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, só restava na posse dos Hollandezes uma unica praça de guerra, a capital, Recife.

E tambem contra esta Vieira já havia começado as suas operações; as suas tropas acampavam na proxima vizinhança e mantinham do lado de terra um bloqueio irregular, porém rigoroso, ao passo que algumas leguas para o interior elle mandava construir, para ponto de apoio e cidadella do exército sitiante, um castello fortificado, que, planejado grandioso e segundo todas as regras da arte, exigiu tres mezes para a sua conclusão.

Os Hollandezes de seu lado preparavam-se para a reacção, e agora a magnifica criação do conde Moritz cedia ás necessidades da guerra; como as tropas não fôsem sufficientes para todo o desenvolvimento da cidade, fôram entregues á destruição as casas em terra firme, depois Mauricia, na ilha Sancto Antonio, e derribadas as pontes; toda a população da cidade, a guarnição e as auctoridades concentraram-se de novo no velho bairro da península, no Recife propriamente dicto (Setembro-Dezembro de 1645).



Enquanto a guerra da independencia se estabilizava deante do Recife, ao mesmo tempo se extendia sôbre a parte norte da Nova Hollanda brasileira, ás regiões de Itamaracá, Parahiba e Rio Grande do Norte. Logo no princípio da Revolução, o "Governador da Liberdade", Fernandes Vieira, havia tambem tomado contacto com a Parahiba; porém o Conselho Secreto expediu opportunamente um destacamento de tropas; com acertado tino fôram reconhecidos os mais perigosos entre os suspeitos, e encarcerados; e assim conseguiu-se abafar, por ora, o espirito revolucionario. Entretanto, não por muito tempo; primeiro sublevou-se a cidade fronteiriça de Goiana, que entrou em ligação com os patriotas de Pernambuco (Julho de 1645); depois chegou a noticia da mortandade feita pelos Indios em Cunhaú (Rio Grande do Norte) e o boato de que o govêrno hollandez tinha o designio de exterminar a população portugueza; e ainda mais, invadiam as tribus selvagens as fronteiras do Rio Grande, conduzidas por um agente hollandez, Willem Lambartz, a unir-se ao exêrcito hollandez, em Pernambuco, e commettiam em caminho, não obstante as advertencias de seu chefe, crueldades de toda especie.

A excitação na capitania da Parahiba subiu ao mais alto gráo; os habitantes, animados com as noticias da victória do monte das Tabocas, reclamaram em tumulto armas para a sua defesa propria, e o commandante hollandez não ousou recusar-lh'as; ao passo que elle se retirava com as suas tropas para a capital, depois ao forte do porto, armava-se a população portugueza, fortificava-se nos seus povoados abertos e obrigava as hordas de Indios, com a sua attitude decidida, a se retirarem.

De nome ainda subsistia o dominio hollandez; porém algumas semanas mais tarde, quando o exêrcito da Revolução, depois da victória de 19 de Agosto, poude dispensar tropas, despachou Vieira alguns officiaes com um destacamento para socorrer os patriotas da Parahiba, e declarou-se então abertamente a independencia; dentro de um dia a capital e toda a capitania prestaram submissão ao rei de Portugal.

Os Hollandezes tentaram ainda uma vez a sorte das armas; porém fôram batidos em campo aberto, a 11 de Setembro de 1645, e dahi em deante restava-lhes alli uma última praça de armas, o forte do porto na embocadura do rio Parahiba.

Não fôram tão felizes os patriotas na vizinha capitania de Itamaracá; na verdade, a terra firme foi sem delongas occupada; por outro lado, a guarnição hollandeza com os seus alliados indios repelliu com successo um ataque á ilha; e os Brasileiros tiveram que se contentar em observar da costa essa ilha e impedir as suas communicações com a terra..

Quanto á terceira região ao Norte, o Rio Grande do Norte, accendeu-se alli a guerra com á maior violencia. A população de lingua portugueza estava alli não menos irritada, talvez ainda mais, que noutro qualquer logar; sob os seus olhos, acontecera a carnificina de Cunhaú e mais tarde, quando as hordas selvagens de Willem Lambartz regressaram da Parahiba, repetiram-se eguaes crueldades; porém, por seu número diminuto, não podiam oppôr-lhes resistencia alguma, nem declarar revolta, sem se exporem a immediata perdição; porque todas as tribus de Indios eram partidarias dos Hollandezes, e estes ultimos, apoiados na sua praça de armas fortificada, o forte Van Keulen, na embocadura do rio Grande do Norte, estavam bem preparados, sempre alertas.

Tambem o Conselho Secreto havia votado especial attenção a esta capitania; pelo facto de estar em toda parte nas outras capitanias dominado o interior pelo exército da Revolução e não bastar o reabastecimento de generos da Europa, dependia assim a capital Recife, para seu aprovisionamento, quasi que só dos rebanhos e dos productos do Rio Grande; importava-lhe, pois, conservar a todo preço esse celleiro; e todos os soldados, especialmente alliados indios, que pudessem ser dispensados no Recife, em Itamaracá, eram despachados para o forte Van Keulen.

Por seu lado, o "Governador da Liberdade", como era natural, tanto mais fazia questão de conquistar, de libertar o Rio Grande; não sómente com isso privaria os Hollandezes dos indispensaveis fornecimentos, mas tambem porque elle proprio necessitava dêsse abastecimento de generos para a sua gente, pois, assim como na cidade sitiada, havia escassez de victualhas no acampamento. Para esse fim mandou Vieira, depois de haver já expedido um pequeno destacamento, no fim de Janeiro de 1645, o chefe indio Antonio Philippe Camarão, com as suas experimentadas tropas e um bando de alliados indios, para o Norte, e encarregou-o de

começar as guerrilhas no Rio Grande, tirar desforra do morticínio dos Portuguezes e, além disso, obter abastecimento de viveres para o acampamento. Camaráo correspondeu cabalmente a essa confiança nelle depositada, como de costume: na primeira metade do anno de 1646 invadiu elle duas vezes o Rio Grande, devastando e saqueando; destruiu as plantações holandezas e os aldeamentos das tribus indias inimigas, e até uma vez, quando os Holandezes com fôrças reunidas o atacaram numa posição fortificada, obteve uma victória em campo aberto, e por fim regressou triumphante, com grande quantidade de provisões e innumeras boiadas, ao quartel-general brasileiro.

Similhanes expedições repetiram-se tambem nos annos seguintes, sob sua direcção, ou do seu amigo, o chefe negro Henrique Dias, em geral no tempo da colheita, e sempre arrecadaram consideravel prêsa. Porém, para conquista propriamente dicta, ainda não estavam estas tropas ligeiras em condições; o forte Van Keulen repellia todos os ataques; as tribus indias permaneciam fiéis á alliança hollandesa, e assim a Companhia das Indias Occidentaes conservava, contudo, apesar de todos os estorvos, o dominio sôbre a capitania do Rio Grande do Norte—posse que nas circumstancias de então pouco proveito financeiro lhe trazia, na verdade.

A situação das cousas brasileiras era, portanto, agora a seguinte: do seu antigo imperio colonial, Nova Hollanda, possuia a Companhia das Indias Occidentaes ainda a capitania do Rio Grande do Norte, o forte do porto, na embocadura do Parahiba, na capitania do mesmo nome, e da capitania de Itamaracá a ilha do mesmo nome e, finalmente, a capital Recife (Pernambuco); deante das muralhas desta última cidade, onde as fôrças principaes dos Holandezes e dos patriotas brasileiros se confrontavam esbailizadas, estava pendendo a decisão final.

Não cabe aqui contar por miudo as vicissitudes do cêrco e das guerrilhas, que em identicas circumstancias são semelhantes em toda parte. Mencionaremos sómente que nos primeiros mezes os sitiantes tiveram que padecer uma doença epidemica, e perderam muita gente, o que entrou o curso das operações; porém, talvez ainda peor foi a falta de provisões de bocca, especialmente grave entre os Holandezes. O exército da Revolução tinha pelo menos o territorio em derredor, embora muito pouco pudesse abastecer, pois a guerra, abstrahindo-se as eventuaes devastações, ti-

rava quasi todos os braços da lavoura; porém os sitiados precisavam fornecer-se de tudo de fóra, do Rio Grande, e com as expedições depredatorias de Camarão exgottou-se tambem essa fonte de recursos, quasi completamente.

Assim, declarou-se no Recife formalmente a fome, que de semana para semana se aggravava; uns após outros remettiam-se para o Rio Grande todos os alliados indios, que se haviam reunido alli e em Itamaracá, em grande número; para o mesmo destino seguiram todos os soldados que de qualquer modo puderam ser dispensados. Tudo quanto eram viveres existentes foi collocado sob a administração pública, e passou-se a distribuir a cada cidadão e a cada soldado, sem distincção, a sua parca ração; a de pão reduzia-se a uma libra por semana; e, por fim, tiveram os cidadãos que renunciar mesmo a isto, afim de que sómente a guarnição fôsse satisfeita; cães e gatos eram considerados petiscos e eram pagos a peso de ouro; quanto á população escrava, morria de fome a maioria. A situação da cidade era desesperadora; de mez para mez debalde se investigava o mar, na esperança de algum navio que trouxesse da Hollanda para alli os desde muito pedidos soccorros de bocca e de homens; os soldados murmuravam; muitos se passavam para o acampamento dos sitiantes; e, si não fôsse o patriotismo dos Judeus, que repetidas vezes fizeram grande distribuição de dinheiro, a guarnição certamente, como em outros logares, teria dado ouvidos aos seductores offerecimentos de Vieira e vendido os seus postos ao inimigo.

Já o proprio govérno não ousava mais ter esperança; no seio do Conselho Secreto falava-se de uma sortida desesperada, com o conjuncto das fôrças, na qual se haveria de succumbir ou de romper o bloqueio; cogitava-se de capitulação; porém, tambem aqui encontravam ouvidos as representações e instantes súplicas dos Judeus, que a preço algum queriam voltar de nôvo ao jugo portuguez.

Essa tenaz resistencia recebeu, finalmente, a merecida recompensa; durava o cerco já tres quartos do anno, as rações bastavam apenas para mais dous dias, para a guarnição, eis que entram duas embarcações com bandeira hollandeza no porto, a 22 de Junho de 1646; traziam ellas algumas provisões e, o que era mais importante, a noticia de que uma poderosa esquadra da Companhia das Indias Occidentaes estava a caminho, estava para chegar a todo momento.

A cidade angustiada tomou nôvo folego, entregou-se ao mais illimitado júbilo; e, ao passo que o conselho municipal, em sessão solenne, decretava para cada um dos com-mandantes dos navios uma medalha de ouro com a inscripção — “Pelo *Falken* e o *Elisabeth*, foi o Recife salvo do cêrco” (Door de *Valk* en *Elisabeth* is het Recif outzet), em signal de gratidão pela feliz nova, o alegre troar dos canhões annun-ciava ao exercito brasileiro da Revolução que por esta vez estava salvo o Recife, a praça de armas do imperio colonial hollandez.

★ ★ ★

Devemos agora lançar uma vista de olhos do Brasil para a Europa, afim de tomar em consideração as relações entre as mães-patrias de ambos os partidos combatentes, Portugal e Hollanda. Ao passo que para as posses de além-mar, mórmente as brasileiras, se havia firmado uma trégua de dez annos, em relação á política européa achavam-se os Estados Geraes das Septe Provincias Unidas e o gabinete de Lisbôa, como era notorio, na mais estreita união; estavam ligados por uma alliança de guerra, afim de forçar o com-mum inimigo, a corôa de Espanha, á paz e ao reconheci-mento de sua independencia.

Nesta alliança, porém, eram os Estados Geraes na ver-dade os protectores, a côrte de Lisbôa a que carecia ser protegida. Os Paizes Baixos haviam assegurado cabalmente a sua autonomia política; figuravam entre as grandes po-tencias européas; e o reconhecimento de sua independencia era apenas questão de fórma, e a Espanha não podia recusa-lo por mais tempo; já haviam começado as nego-ciações a respeito, no Congresso de Paz em Munster (Abril de 1645). Inteiramente outro era o caso em Portugal; aqui, obstinava-se a Espanha nas suas pretensões, nas suas esperanças, e recusava-se a qualquer negociação; o throno da casa de Bragança continuava a vacillar sob os ataques do exterior e as perturbações internas, e, a não ser nos Paizes Baixos, tinha ella somente em França seguros ali-ados. Nestas circumstancias, via-se a côrte de Lisbôa na necessidade de usar da maxima consideração para com os Hollandezes.

Quando veio do Brasil a noticia da occupação illicita de Sergipe e Maranhão (1641), chegou a pensar o rei d. João IV um momento na desforra; ao primeiro calor,



quiz elle aprisionar a esquadra hollandeza de soccorro, que se achava ancorada no Tejo, como penhor para a restituição daquellas provincias; mas, depois de madura reflexão, abandonou esse projecto e contentou-se com reclamações diplomaticas, que ficaram desattendidas.

Agora, ainda mais, chegavam do Brasil notícias da guerra da independência, da restauração do dominio portuguez, e isto devia naturalmente causar grande regosijo na côrte de Lisboa; porém, por outro lado, punham-na em não pequeno embarço.

Approvava-se o levante dos patriotas e o procedimento do governador-geral, e de bom grado se tomaria partido abertamente; mas que aconteceria, si os Estados Geraes tomassem a mal a cousa, si rompessem a alliança, ou mesmo declarassem a guerra? A corôa de Espanha havia offerecido á Republica dos Paizes Baixos (assim ao menos corria o boato), como preço de uma alliança contra Portugal, a cessão de todo o Brasil. Nesse caso, só a simulação, a astucia diplomatica podiam valer, e, para esse fim, o enviado portuguez em Haya, Francisco de Sousa Coutinho, era justamente o homem conveniente.

Quando chegou á Hollanda a primeira noticia da conjuração de Vieira, da revolução de Pernambuco, a directoria da Companhia das Indias Occidentaes pouco se importou; do seu lado Francisco de Sousa protestou que o rei, seu senhor, desapprovava peremptoriamente a rebellião, e de modo algum os seus funcionarios no Brasil concederiam o minimo apoio á mesma. Porém em breve chegavam peores noticias: a batalha no monte das Tabocas (3 de Agosto de 1645); e com ella todo o interior do paiz havia sido perdido para os Hollandezes; tropas reaes portuguezas da Bahia haviam-se associado aos insurrectos.

Então não podiam mais os directores desconhecer a significação da cousa; apesar dos continuos protestos de Sousa, elles se exasperaram ao mais alto ponto contra Portugal, e por seu gosto teriam promovido uma declaração de guerra.

Com isso, porém, não concordaram os Estados Geraes; contudo, concederam á Companhia um emprestimo de 700.000 libras, um recrutamento de 3.000 soldados, além disso, o direito de tomar como boa prêsa todo navio mercante, sob bandeira portugueza, ou de outra nacionalidade, que hou-

vesse estado nos portos em poder dos rebeldes. Desta última limitada licença, fez a directoria um tão illimitado uso que em breve mais nenhum navio portuguez tinha segurança de navegar.

Chegou a vez de apresentar protestos o enviado portuguez em Haya; porém foi-lhe significada a curta resposta de que a captura dos navios mercantes em Pernambuco era justificada, por se haverem tornado culpados de lesar o monopólio colonial hollandez, de estabelecer relações com os rebeldes, e que a côrte de Lisboa havia de achar estas providencias tanto mais acertadas quanto por suas proprias declarações ella desaprovava a insurreição brasileira; por outro lado, quanto ás demais prêsas illegaes practicadas pelos corsarios, o govêrno hollandez nada tinha que ver com ellas, nem de tal havia elle sido informado. Como já se vê por esta resposta, não só na Companhia das Indias Occidentaes, mesmo na sêde dos Estados Geraes, lavrava em todos os Paizes Baixos contra Portugal uma irritação que muitas vezes se expandia em palavras ameaçadoras.

Com isto não se deixava amedrontar Francisco de Sousa Coutinho; como a principio, elle agora insistia em aconselhar o seu rei: publicamente renegar a guerra da independencia brasileira, em segredo auxilia-la. Todavia o gabinete de Lisboa não tinha bastante coragem para seguir este conselho; assustado com as ameaças hollandezas, preferia perder uma parte do Brasil, a expôr-se aos riscos de um rompimento, que podia custar ao rei o throno, e ao paiz a independencia. E assim foi despachada uma ordem severa ao governador-geral Antonio Telles da Silva, em Salvador: que se abstivesse de toda intromissão na guerra da independencia pernambucana e immediatamente fizesse regressar as tropas bahianas que estavam no acampamento dos patriotas (fins de 1645).

Ao findar-se o mez de Maio de 1646, devera ter chegado esta ordem ao quartel-general deante de Recife e pôde-se imaginar a consternação que alli produziu. Contudo, o "Governador da Liberdade", Vieira, recobrou logo ânimo: "Si o rei d. João IV soubesse do pé em que estavam as cousas — declarou elle — nunca elle teria expedido uma tal ordem, e portanto não se devia cumpri-la; não se devia abandonar tão levemente uma guerra na qual já se haviam alcançado tão grandes triumphos, e na qual se tractava de salvar tantos milhares de almas da dominação dos hereges, da servidão civil e da condemnação eterna".

Era natural que Vieira assim se exprimisse; elle havia posto em jogo tudo pela causa da liberdade, de sorte que não lhe restava sinão vencer ou morrer; além disto, em relação ao rei de Portugal, elle era um patriota independente; não assim, porém, os outros dous chefes do exército da Revolução, que, ambos, como officiaes do rei, não tinham tão facil a escolha. Martim Soares Moreno, prezando a severa disciplina militar, decidiu-se pela incondicional obediencia e abandonou o acampamento, André Vidal de Negreiros ao contrario, resolveu servir o seu rei, mesmo contra a vontade d'elle, e permaneceu juncto de Vieira, e com elle as tropas bahianas.

Na guerra da independencia, o cêrco continuou sem interrupção; e como vimos, só faltavam dous dias para que Recife, completamente sem viveres, se tivesse visto obrigada a render-se pela fome.

O facto de haverem os patriotas ficado tanto tempo sitiando sem serem estorvados, de haver ficado tanto tempo a guarnição do Recife sem soccorro, devia-se sobretudo ao enviado portuguez em Haya. Já no verão de 1645 havia a directoria da Companhia das Indias Occidentaes dado ouvidos aos urgentes pedidos de soccorro do govêrno do nôvo imperio colonial hollandez; começaram-se os preparativos para uma expedição, contudo muito lentamente, porque as finanças da Companhia não estavam nada brilhantes, e Francisco de Sousa Coutinho soube faze-la protelar ainda mais. Dizia elle: "Agora, assim que os sentimentos amistosos do rei d. João IV sejam conhecidos no Brasil, logo a revolta perderá com isto todo o amparo e se extinguirá por si mesma; para que então esses tão dispendiosos preparativos?" Mais tarde, quando não se quiz mais dar credito ás suas afirmações, elle sustentou que estava investido de plenos poderes para tractar da suplantação da revolta, em commum accordo; elle apresentou aos Estados Geraes as suas suppostas instrucções, que pareciam muito bem intencionadas; porém eram apenas fórmulas em branco, com a assignatura real, que elle proprio havia enchido; e dessa arriscada cartada informou ao seu rei, declarando-se, entretanto, prompto a tomar toda a responsabilidade, quando fôsse necessario mesmo entregar ao carrasco a sua cabeça.

Porém d. João IV não ousou accceitar agora os serviços de seu delegado; tal qual anteriormente, não tomou o seu conselho; mandou communicar em Haya que estava firme-

mente resolvido a manter de pé a alliança e a trégua; elle participou as severas ordens que havia mandado para a Bahia, e mesmo instou que a Companhia das Indias Occidentaes procedesse contra os rebeldes de Pernambuco. Assim era estragado antes de tempo o trabalho da diplomacia de Sousa; em todo caso, sempre elle havia proporcionado á guerra da Independencia brasileira um prolongado ganho de tempo. A esquadra hollandeza, que devia seguir já no outomno de 1645, foi retardada, até que veio o gelo, e ficou presa todo o inverno no porto, e somente na primavera (1646) se fez de véla para o Brasil.

A 1º de Agosto de 1646 apresentou-se a esquadra da Companhia das Indias Occidentaes deante do Recife: trazia alguns mil homens de tropa fresca e um nôvo commandante-chefe — Sigismund van Schkoppe, que já havia servido no Brasil, antes do tempo do conde Moritz e durante o mesmo; conhecia, portanto, perfeitamente o modo de conduzir a guerra neste paiz; porém o adversario havia certamente evoluido com grande vantagem, de sorte que o velho guerreiro, logo depois dos primeiros encontros, fazia a seguinte observação: “O queijo e a manteiga de Hollanda muito aproveitaram aos rapazes de Pernambuco”.

A chegada dêstes reforços melhorou consideravelmente o estado das cousas; o Conselho Secreto, tomando coragem, intimou os rebeldes a se submeterem e prometeu amnistia (5 de Setembro); contudo, esta proclamação não teve resultado algum, e no levantamento do cerco do Recife pela fôrça, na reconquista do interior do paiz, não se podia pensar por enquanto, pois o exército da Revolução ainda agora tinha grande superioridade de número.

Nestas circumstancias, resolveu van Schkoppe recorrer á mesma tactica que os Hollandezes haviam observado no princípio da guerra: ao passo que se conservava na defensiva no Recife, empregava sua supremacia maritima na offensiva, e emprehendeu contra diversos pontos da costa uma série de expedições, que eram destinadas a colher despojos e viveres para a guarnição, e obrigar os sitiantes a dispersões de fôrças.

Primeiro alvo foi a Parahiba; porém Vieira havia atinado com o plano antecipadamente; á sua ordem a população daquellas paragens, ao menos a dos pontos situados na costa, havia abandonado os lares, destruido as suas plantações e se havia estabelecido em Pernambuco. Assim os Hollandezes



só acharam um deserto; si queriam colhêr alli, para encher os seus colleiros do Recife, tinham primeiro que cultivar elles proprios a terra, e muitas vezes lhes aconteceu perder inteiramente o fructo de seus trabalhos, pois Camarão e Dias, de tempos em tempos, repetiam as suas incursões devastadoras.

Mais feliz foi a segunda expedição, ao rio São Francisco (Novembro de 1646); quasi sem resistencia occuparam os Hollandezes o meio arrazado forte Moritz, cuja vizinhança se havia restaurado inteiramente dos males da guerra, e poudes fornecer abundante abastecimento para o Recife; ao mesmo tempo, cortaram-se com isso as communicações do inimigo, o soccorro da Bahia, de modo que agora o exército da Revolução tinha, de seu lado, que soffrer grandes privações.

Para completar ainda mais este seu successo, resolveu van Schkoppe fazer uma expedição á Bahia, sem se preocupar si, com isso, rompia abertamente a trégua, que na apparencia continuava a subsistir entre o governador-geral portuguez e o govêrno colonial hollandez. Em Janeiro de 1647 embarcou elle proprio com a maior parte de seus homens nos navios, apresentou-se deante de Salvador e fortificou-se na ilha de Itaparica; quando os Portuguezes procuraram desaloja-lo, fôram repellidos com grandes perdas e agora tiveram que assistir, como espectadores, aos feitos dos Hollandezes, que saqueavam completamente todo o reconcavo da Bahia e o devastavam a ferro e a fogo; todavia, contra o proprio Salvador não poudes van Schkoppe nada fazer. Alguns mezes depois, chegando a notícia de que o exército da Revolução opprimia cada vez mais o Recife, até mesmo havia aberto um mortal bombardeio, regressou ás pressas o general hollandez, e finalmente, no princípio de Janeiro de 1648, fôram completamente abandonadas todas as posições em Itaparica e no rio São Francisco; todas as tropas voltaram ao quartel-general, de sorte que agora de nôvo se defrontavam as forças principaes de ambos os lados, como a princípio.

Decorreu um anno inteiro sem que acontecesse nada de importancia; ambos os partidos sustentavam-se nas suas posições; contudo, não podiam os sitiantes, tendo agora pela frente inimigo muito mais forte, sustentar o bloqueio com o mesmo vigor de antes; as suas baterias fôram reduzidas ao silencio, e Recife respirou um pouco mais desafogadamente.



De ambos os lados perseveravam, estavam á espera de soccorro; contavam os patriotas que agora, depois de haver van Schkoppe com o ataque á Bahia annullado completamente a apparencia de respeito á tregua, Portugal tomaria o partido delles. Na verdade, á noticia de tal, havia sido mandada uma esquadra portugueza para levantar o cêrco de Salvador; porém, ella só chegou depois que os Hollandezes já se haviam de nôvo retirado (Janeiro de 1648), e, contentando-se com isto, não mais se immiscuiu na guerra brasileira. Assim desenganados das suas esperanças, fôram os patriotas, todavia, de nôvo reanimados com uma pequena prova de interesse; nomeou a côrte de Lisbôa Francisco Barreto de Menezes para general-chefe da insurreição pernambucana e com elle mandou dous navios bem aprestados. Como era natural, caiu esta pequena frota nas mãos da estação da esquadra hollandeza, e assim se perdeu todo o soccorro material em homens e munições de guerra; porém Barreto evadiu-se, no fim de alguns mezes, da prisão hollandeza, e apresentou-se no acampamento, onde a sua chegada produziu o mais vivo entusiasmo; saudaram-no como representante do rei, e os chefes de até então, Vieira e Vidal, logo se puzeram sob as suas ordens; todavia, com prudente modestia, nada ousou elle emprehender, sem ouvir a opinião e sem a approvação dêsses dous homens experimentados.

Assim ficou tudo provisoriamente como antes, até que os Hollandezes, de seu lado, tomaram a offensiva.

\* \* \*

A 18 de Março de 1648, de nôvo uma frota da Companhia das Indias Occidentaes chegou ao Recife; trazia importantes reforços, de modo que van Schkoppe se julgou agora bastante forte para fazer levantar o cêrco e operar em campo aberto; saiu da cidade, conquistou os obras avançadas da linha de bloqueio e avançou contra a fôrça principal inimiga; esta, depois de haver feito reunir a si todos os destacamentos e chamado todos os homens da região capazes de trazer armas, esperou o ataque nos Guararapes, uma cadeia de collinas a tres leguas ao Sul do Recife.

A 19 de Abril de 1648 chocaram-se os dous exercitos; os Hollandezes tinham na verdade a superioridade do número; porém essa era grandemente compensada pela vantagem da posição inimiga; pois para chegar ao proprio acampamento dos Portuguezes havia somente um estreito desfiladeiro, que de um lado era marginado por um brejo com espessa matta,

por outro lado, seguia entre filas de morros. Durante muitas horas combateram com o maior encarniçamento, e as mais das vezes á arma branca, pela posse dêsse desfiladeiro, até que os Holandezes, em bôa ordem e sob protecção da noite, se puzeram em retirada; deixaram no campo de batalha mais de 400 mortos, toda a sua bagagem, muitas peças e bandeiras; mais de 500 homens, entre elles o commandante-chefe, fôram feridos, ao passo que os Brasileiros, ao todo, entre mortos e feridos, apenas perderam 500 homens, segundo consta.

Esta derrota frustrou outros planos de operações de van Schkoppe; no mais não produziu alteração alguma no estado das cousas; ambos os partidos voltaram ás suas antigas posições, á sua velha tactica; e de nôvo decorreu mais um anno sem incidente. Então novamente tentaram os Holandezes a sorte em campo aberto; a 19 de Fevereiro de 1649, travou-se segunda batalha nos Guararapes, com igual resultado; de nôvo os Brasileiros obtiveram completo triumpho, e os Holandezes tiveram de evacuar o campo de batalha com pesadas perdas.

Foi a última vez que o commandante hollandez van Schkoppe empreendeu romper o bloqueio; as suas tropas estavam agora de tal modo diminuidas, que mal bastavam para a defensiva, e assim ficou doravante o exército da Revolução na posse tranquilla do interior do paiz, nas suas linhas de assedio. Os Holandezes, de seu lado, conservavam sempre e utilizavam a sua supremacia maritima (49); a estação naval do Recife mantinha as communicações com os diversos postos no Rio Grande, Parahiba e Itamaracá, saqueava e devastava de tempos em tempos os trechos por-

(49) Apesar da supremacia hollandeza no Atlantico Sul, havia Portugal mesmo aqui obtido um consideravel successo, que devemos especialmente mencionar, porque nelle em grande parte cooperaram forças brasileiras. Sabe-se que nos annos de 1637 e 1641 os Holandezes se haviam apoderado de várias das velhas colonias portuguezas na costa de Guiné, das quaes costumava o Brasil haver os escravos negros de que necessitava; agora recebia o governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, o encargo secreto de reconquistar as mesmas. Porém a esquadra, que para este fim lhe era mandada, cinco navios, era insufficiente; então elle appellou para o patriotismo da sua capitania, e esta lhe concedeu um donativo de 55.000 cruzados e um recrutamento de 900 homens. A 12 de Maio de 1648, zarpou a esquadra, agora de 15 velas, do porto do Rio de Janeiro; alguns mezes depois estava restabelecido o dominio portuguez em São Paulo de Loanda e na ilha de São Thomé (*Nota do auctor*).

tuguezes da costa, sobretudo no rio São Francisco e na Bahia. E ao mesmo tempo cruzavam as aguas do Atlantico muitos navios da Companhia das Indias Occidentaes e innumerous corsarios isolados, dando caça a tudo que nessas aguas se apresentasse sob a bandeira portugueza; costumavam rebocar as suas prêsas ao Recife e alli vende-las, o que garantia a esta praça ininterrupto aprovisionamento de viveres e commercio muito animado. Assim estava, na verdade, a "cidade dos Recifes" isolada e fechada do lado de terra; em compensação, conservava a sua primitiva importancia como porto e praça de commercio da navegação hollandeza no Oceano Atlantico Sul, e do lado do mar affluíam para alli continuos reforços, que a punham em condições de resistir muitos annos ao cerco.

Ao passo que em Pernambuco a guerra proseguia no seu curso, tambem na Europa succederam factos que não menos influíram na sorte futura do Brasil.

Em primeiro logar havia a Republica dos Paizes Baixos concluido a paz com a Espanha (24 de Janeiro de 1648); com isto, estava a sua alliança de até então com Portugal de facto desfeita, e somente restava como compromisso internacional entre as duas potencias o ajuste de 12 de Junho de 1641, referente á tregua de 10 annos. Todavia esse ajuste já estava rôto desde muito no Brasil, por ambas as partes, e dest'arte nada mais se oppunha ao rompimento official. Porém tal rompimento, tal declaração de guerra pela Hollanda, devia Portugal duplamente agora teme-la, pois sempre tinha ainda que combater para a sua independencia contra a prepotente Espanha, e somente um unico alliado ainda havia conservado, a corôa de França, de cujo auxilio pouco podia esperar.

O gabinete de Lisbôa tinha, pois, todas as razões para conservar a todo preço a paz com a Hollanda, e para isto teria sido necessario, antes de tudo, como em fins de Janeiro de 1645, que de nôvo deixasse em completo desamparo os patriotas de Pernambuco e impuzesse ao governador-geral da Bahia a mais severa neutralidade; todavia, faltou o ânimo para tomar tal medida.

A guerra da independencia brasileira havia, nesse interim, achado na opinião pública de Portugal sempre maior approvação; o povo enthusiasmava-se pelos bravos patriotas que, mesmo contra a vontade do rei, ousavam reconquistar uma rica provincia; parecia-lhe um dever de honra, de consciencia, livrar os compatriotas, verdadeiros crentes de

além mar, do jugo heretico hollandez. Sem dúvida era um signal dos tempos si, justamente, então (27 de Outubro de 1645), o rei d. João IV revestia o seu filho primogenito, Theodosio (fallecido a 15 de Maio de 1653), com o título de "Príncipe do Brasil", titulo que dahi em diante ficou sendo, até 9 de Janeiro de 1817, apanagio de todo herdeiro da corôa de Portugal.

Assim perduraram as enganadoras relações no velho systema; de facto combatiam-se os Hollandezes e Portuguezes no Oceano e no Brasil; porém, apesar disto, permanecia c ajuste da trégua em reconhecida validade; e ao contraste encobria de certo modo o jogo diplomatico, que o enviado portuguez em Haya, Francisco de Sousa Coutinho, desempenhava com a habitual virtuosidade. Si lhe pediam contas da revolução pernambucana, negava elle toda a cumplicidade, toda a participação do seu rei; si elle de seu lado fazia reclamações sôbre as piratarias hollandezas, sôbre o ataque á Bahia, lastimavam os Estados Geraes que sem o seu conhecimento e contra a sua ordem occorressem faés violações; enganavam-se á porfia, um ao outro; cada qual fazia bôa cara ao mau jogo; e os Portuguezes estavam de melhor partido, pois reconquistavam, entretanto, as suas possessões brasileiras e africanas, quasi completamente.

Deve-se pasmar como a poderosa república não rompeu immediatamente a artificiosa trama, tanto mais por se lhe oppôr apenas fraco adversario; mas é que os Estados Geraes não estavam directamente interessados na questão; não a elles, mas á Companhia das Indias Occidentaes pertencia a soberania sôbre o imperio colonial batavo-brasileiro, e assim elles contemplavam na verdade essa guerra, não sem tomar partido, contudo com bastante indifferença. De facto, haviam os directores repetidamente insistido para a guerra; porém não tinham mais bastante influencia para fazer valer o seu desejo. Tambem a outras portas bateram debalde, para pedir auxilio; entabolaram negociações para uma fusão da sua companhia com a ermã mais feliz, das Indias Orientaes; os homens mais influentes, os proprios Estados Geraes, secundaram tal plano; contudo, quantas vezes se insistisse na proposta, era esta sempre peremptoriamente rejeitada da parte da Companhia das Indias Orientaes (1644-1647).

Por outro lado, o conde Moritz de Nassau, quando lhe propuzeram assumir de nôvo o govêrno do Brasil, exigiu um exército de 12.000 homens e ordenado vitalicio annual



de 50.000 libras — condições que a Companhia não podia ou não queria acceitar (1647).

Dêste modo foram decaindo cada vez mais o seu bem-estar e a sua potencia; a guerra havia exgottado as reservas de capital; as colonias que lhe restavam não só não rendiam mais nada, mas necessitavam, para a sua defesa, de um adeantamento annual de dinheiro, que a muito custo era coberto com o resultado da guerra de corsarios; as acções caíam continuamente, e quem podia se retirava da Companhia. O Brasil, que absorvia sempre mais dinheiro, sempre mais homens, sem que de lá viesse lucro algum, sem que ao menos viesse uma notícia de victória, perdia cada vez mais na opinião do povo. Apesar de tudo, ter-se-ia certamente resistido, com a tenacidade hollandeza, si o Brasil fôsse a unica posse colonial; mas tinha-se fóra disto o rico Indostão, que offerecia bastante espaço para empregar de modo remunerativo os capitaes e o espirito emprehendedor de toda a nação.

Nestas circumstancias, julgava o rei d. João IV finalmente haver achado uma saída que o tiraria da sua situação equívoca em relação á Hollanda e poria termo, satisfactoriamente para ambas as partes, á guerra pelo Brasil: propoz-se elle a "comprar da Companhia das Indias Occidentaes não sómente as posições que lhe restavam ainda presentemente, mas tambem as reivindicações sôbre todo o dominio que na tregua de 1641 lhe era outorgado como posse provisoria"; e o enviado portuguez em Haya foi encarregado de entabolar negociações nesse sentido (1648). Todavia, esta offerta não teve o desejado exito; os directores da Companhia ainda não tinham absolutamente desesperado da sua causa; esperavam ainda (era logo depois da conclusão da paz com a Espanha) auxilio dos Estados Geraes e, acima de tudo, elles conheciam perfeitamente o valor e as fontes de renda das suas feitorias brasileiras, não haviam de vender o seu direito sôbre ellas por vil quantia.

Ao invés de concordar com a proposta, exigiam elles, do seu lado, da corôa de Portugal formal e definitiva desistencia das provincias cedidas provisoriamente no tractado de 1641, e, além disso, para indemnização de seus prejuizos, um subsidio durante vinte annos, parte em assucar, parte em gado, e mais, em dinheiro á vista, 100.000 cruzados annuaes; finalmente, como penhor para a manutenção dessas condições, devia-lhes ser cedida, pelo mesmo prazo de vinte



annos, a ilha Tinhare, que, situada a Sudeste e não distante da entrada da Bahia, lhes entregaria a chave dêsse porto e da cidade de Salvador.

Estas exigencias iniciaes fôram-se moderando, todavia, no correr das negociações; a directoria desistia da ilha de Tinhare e se contentava com indemnização menor. O *ultimatum* afinal dizia: Portugal renegaria formalmente a insurreição de Pernambuco e desistiria de toda vantagem decorrente, cederia definitivamente á Companhia das Indias Occidentaes a Nova Hollanda brasileira, e para a reconquista da mesma concorreria com um subsidio de 600.000 cruzados.

Sob esta fórma transmittiu Francisco de Sousa ao seu rei as contra-propostas; eram exigencias exaggeradas, de fórma alguma justificaveis, pois, ante o estado de cousas no Brasil e as circumstancias da Companhia das Indias Occidentaes, não mereciam ser tomadas em consideração; porém a côrte de Lisbôa tinha de pensar na precaria posição de Portugal, nas possessões das Indias Orientaes; tinha de levar em conta que atrás da enfraquecida Companhia das Indias Occidentaes estava a poderosa Republica das Septe Provincias Unidas, e atrás destas a forte Companhia das Indias Orientaes Hollandezas.

E, si houvesse rompimento official, si estas tres entidades se reunissem para ataque de conjuncto, certamente seria de todo perdido o Indostão, talvez tambem o Brasil, e a propria mãe-patria, que, de resto, sempre era opprimida pela Espanha, ficaria a dous passos da ruina; não seria melhor, então, acautelar-se deante do perigo, renunciar a algumas capitánias, que constituíam apenas a menor parte do Brasil e desde a guerra devastadora tambem a menos valiosa? Mas contra isso se oppunha o sentimento de honra nacional.

A questão foi longa e seriamente discutida, as opiniões divergiam muito, e o rei não se resolvia; elle não ou-sava acceitar nem rejeitar as contra-propostas hollandezas. Dêste modo as negociações não se romperam directamente, porém fôram procrastinadas e ficaram estacionarias; a situação ambigua e o jôgo diplomatico continuaram na velha fórma. Nem mesmo a expiração da trégua de 10 annos alterou a situação.

Em parte os interesses do commércio de ambos, em parte a habilidade da diplomacia portugueza, mantiveram na Europa a paz entre Portugal e a Hollanda; os Estados Geraes conservaram-se neutros, ao passo que a Com-

panhia das Indias Occidentaes continuava em guerra nas suas possessões de além-mar e a Companhia das Indias Orientaes iniciava uma nova guerra. Debalde a directoria das Indias Occidentaes supplicava auxilios repetidamente: o govêrno hesitava sempre e sempre, e, afinal, quando se resolveu a conceder serio soccorro, o andamento das cousas na Europa tornou impossivel presta-lo. A Inglaterra declarou a guerra a 7 de Julho de 1652; a república batava necessitava agora de todas as suas fôrças, de todas as suas esquadras, para conservar a soberania sôbre os mares vizinhos, e teve assim que abandonar á sua sorte a Nova Hollanda brasileira.

Tambem o gabinete de Lisboa não se intrometteu mais directamente na guerra brasileira; porém decretou uma medida que, embora fundamentalmente fôsse destinada a outros fins, incidentemente influiu de modo decisivo na terminação da guerra.

Durante a dominação espanhola, havia Portugal perdido não só a maioria das suas colonias, mas tambem o seu commercio e a sua navegação, que antes tinham na Europa a primazia, haviam caído na mais profunda ruina, e sómente desde a declaração de independencia, desde a ascensão da casa de Bragança ao throno, começavam lentamente a reerguer-se. Todavia, não podiam desenvolver-se devidamente enquanto lhes faltasse uma organização consentanea com as necessidades daquelles tempos.

Os Portuguezes negociavam ainda como no seculo antecedente, cada negociante por si só, ao passo que alhures as associações commerciaes congregavam um grande número de socios e enormes capitaes, para um emprehendimento em commum; assim, tornava-se impossivel a concorrência. E o que era peor: em caso de guerra, os navios mercantes portuguezes, que seguiam cada qual a sua rota, eram presa de qualquer; disto se havia aproveitado especialmente a Companhia das Indias Occidentaes; apenas escapava um ou outro navio mercante brasileiro ás suas esquadras, e o commercio portuguez para alli estava de facto interrompido. Para remediar a esse mal, foi preciso aprender do inimigo, copiar o seu exemplo; o capellão da côrte, padre Antonio Vicira, da Companhia de Jesús, talvez o mais capaz estadista portuguez de então, e muitos outros conselheiros da corôa recommendaram a fundação de uma sociedade commercial privilegiada, se-

gundo o modelo hollandez; e depois de demoradas deliberações achou esse plano approvação geral.

A 8 de Março de 1649 creou o rei d. João IV uma companhia luso-brasileira (de nôvo dissolvida pelo rei d. João V, em 1º de Fevereiro de 1721); a 4 de Novembro do mesmo anno (1649) saiu do Tejo a frota dessa companhia para iniciar a sua primeira viagem á Bahia, e quem quizesse ir para o Brasil podia embarcar nella; ao mesmo tempo, as viagens de navios mercantes por propria conta fôram por lei severamente prohibidas. O exito desta medida correspondeu á espectativa; a ligação commercial entre Portugal e Brasil estava dahi em deante completamente assegurada; a Companhia das Indias Occidentaes, porém, perdia as rendas que auferia até então das suas piratarias, pois os seus cruzadores isolados nada podiam contra o numeroso comboio bem armado, e poucos annos depois chegou mesmo tal comboio a defender-se com successo contra o ataque da frota da estação hollandeza-brasileira, no cabo de Sancto Agostinho (1652).

Nesse interim, proseguiam sem interrupção no Brasil as guerrilhas e o cêrco do Recife; ambos os partidos, agora deixados em completo abandono por suas mães-patrias, sustentavam as suas posições, sem poder effectuar nada serio contra o inimigo. Assim continuava a guerra de anno para anno, e certamente teria durado ainda muitos annos, não tivesse o espirito inventivo do "Governador da Liberdade", J. F. Vieira, achado solução onde ninguem esperava.

Os antigos acontecimentos deante de Salvador (1624-25), a experiencia de tantos annos, haviam-no persuadido de que mesmo o mais rigoroso cêrco pelo lado de terra nada poderia conseguir contra o Recife, enquanto essa cidade ficasse aberta para o mar, enquanto não cooperasse uma esquadra de bloqueio com o exército sitiante; da corôa de Portugal sabia elle que tal concurso não podia esperar; porém, não se promptificaria a esquadra da Companhia de Lisbôa, si se appellasse para seu patriotismo?

Estas idéas Vieira as communicou aos seus collegas Francisco Barreto e André Vidal; elles as approvaram; e quando, a 20 de Dezembro de 1653, de nôvo appareceu a frota da sociedade commercial luso-brasileira nas costas do Brasil, na altura do Recife, o commando geral do exército da Revolução despachou immediatamente uma embarcação, para convidar os commandantes da esquadra a uma entrevista.

O encontro teve logar uns dias depois, em Olinda; os almirantes Pedro Jacques de Magalhães e Francisco de Brito Freire, quando ouviram a proposta de Vieira, negaram-se a principio; segundo as suas instrucções, não podiam desviar um passo do itinerario indicado, muito menos envolver-se em hostilidades; elles teriam de pagar com as suas cabeças; contudo, não puderam resistir muito tempo á eloquencia de Vieira, e já no dia de Natal ficou completamente combinado o plano para um ataque de conjuncto.

O almirante despachou para os seus destinos os navios mercantes mais fracos da sua esquadra; os restantes e os navios de comboio fôram aprestados para o combate; em seguida penetrou no porto do Recife e encetou o mais rigoroso bloqueio, sem que isso lhe custasse qualquer acto de fôrça; pois os navios da estação hollandeza, fracos demais para resistirem, logo que perceberam o intento, puzeram-se ao largo. Por outro lado, tomou o "Governador da Liberdade" os seus dispositivos; concentrou as tropas, chamou ás armas os paisanos e começou, de baterias rapidamente levantadas, um violento bombardeio; em seguida, marchou ao assalto (15 de Janeiro de 1654), e dentro de poucos dias caíram em seu poder todas as fortificações exteriores, depois de maior ou menor resistencia.

Estava agora a cidade do Recife no mais apertado cêrco por todos os lados; na verdade ella ainda poderia ter resistido, as suas provisões de bocca e de guerra poderiam ter durado mais uma anno, porém a guarnição e a população haviam perdido a coragem, desde que estava cortada a communição com o mar; ainda mais acovardados ficaram com as proclamações de Vieira que, na plena certeza da victória, ameaçava com terriveis represalias, si se chegasse á extremidade; assim o commandante van Schkoppe e o presidente do Conselho Secreto, Walter van Schoonembach, viram-se obrigados a entabolar negociações para entrega da praça (23 de Janeiro).

Dentro de poucos dias, ultimou-se a capitulação (26 de Janeiro): os Hollandezes compromettiam-se a entregar o Recife e todos os outros postos que elles até então ainda possuiam no Rio Grande do Norte, Parahiba e Itamaracá, com todas as peças e provisões de guerra; em troca, era-lhes permittido retirarem-se livremente do paiz, com as suas posses particulares, e em tantos navios armados quantos fôsem necessarios para o seu repatriamento; aquelles que fôsem casados com mulher portugueza poderiam a seu livre

alvitre ficar, porém então tinham de submeter-se á soberania, ás leis de Portugal; finalmente tambem as pessoas de lingua portugueza, de côr ou brancas, que até ao último momento se houvessem conservado partidarias dos Hollandezes, teriam completa amnistia.

A 28 de Janeiro de 1654 realizou-se esta capitulação no Recife; o "Governador da Liberdade", João Fernandes Vieira, recebeu das mãos do commandante van Schkoppe as chaves da cidade e entregou as mesmas ao representante do rei, Francisco Barreto de Meneses, que em nome da corôa de Portugal tomou novamente posse da cidade e do paiz. O mesmo aconteceu dentro em breve e sem resistencia alguma em todos os pontos onde ainda fluctuava a bandeira hollandeza, e ao cabo de poucos mezes até o último Hollandez se havia retirado das costas do Brasil; o regime da Companhia das Indias Occidentaes estava para sempre acabado. A entidade do Estado que os Hollandezes, que o conde Moritz de Nassau havia creado, desvaneceu-se, como um resplandecente meteoro depois de ephemera irradiação, sem deixar vestigio, e hoje em dia apenas um nome, um qualquer monumento, recorda a existencia do antigo imperio colonial, da Nova Hollanda brasileira.

Não é preciso mencionar quão alegre surpresa a noticia da rendição do Recife causou em toda a terra de lingua portugueza, de aquem e de além-mar; e, com regosijo não menor que o do povo, recebeu o rei d. João IV a mensagem do triumpho, que um dos heróes da guerra da Independencia, André Vidal de Negreiros, lhe levou pessoalmente (18 e 19 de Março de 1654). Foi qual um clarão de esperanza, tanto mais grato, porque elle tinha razões de sobra para considerar o futuro com sombrios receios.

O throno de Portugal continuava a vacillar, deante das aggressões da supremacia espanhola; no Indostão portuguez conquistava a companhia batava das Indias Orientaes um posto após o outro; a propria Ceylão, a perola do Oceano Indico, estava perdida; assim ao menos a America portugueza em toda a sua extensão era de nôvo ganha, assegurada á casa de Bragança uma unica herança! E o rei d. João IV sabia apreciar devidamente o valôr dessa herança, como prova o seguinte testemunho: depois de sua morte (elle morreu a 6 de Novembro de 1656, e succedeu-lhe o filho menor, Affonso VI, sob a tutela da rainha-mãe), achou-se no seu armario secreto um manuscripto de seu proprio punho,



assignado com tres cruzeiros, contendo o seguinte: quando Portugal se achasse impossibilitado de sustentar mais tempo a guerra desigual contra a força maior, então deveria a sua familia retirar-se para além-mar, estabelecer a sede do reino no Brasil (50).

Pouco faltou que já nos annos seguintes teria sido necessario realizar esta sua última vontade; a situação das cousas apresentava-se tão desesperadora que a rainha re-

(50) A transmigração da rainha d. Maria I e do principe regente d. João VI de Lisboa para o Brasil fez-se, como se sabe, a 29 de Novembro de 1807; a idéa de tal mudança, porém, já muito antes, na primeira metade do século XVIII, havia resurgido e fôra tomada seriamente em consideração, si não pela corte e pelo gabinete, ao menos por um dos mais distinctos estadistas de Portugal. Pela attitude que tomara, favoravel ao pretendente austriaco, durante a guerra de successão espanhola (1701-1715), Portugal attrahira no mais alto grau a inimidade do depois rei de Espanha, Philippe V, de Anjou (1701-1746), e de todas as potencias bourbonicas; tanto que o governo francez, pelo anno de 1740, propoz ao espanhol a conquista e repartição de Portugal, de maneira que a Espanha ficasse com as terras europeas e as ilhas, a França por seu lado com o Brasil. Todavia, a corte de Madrid rejeitou avisadamente a proposta, e, morrendo Philippe V, a subida ao throno de Fernando VI de Espanha, que era casado com uma infanta portugueza, estabeleceu um bom entendimento entre os dous reinos da peninsula iberica e assegurou a existencia de Portugal (1746). Porém já antes, em vista dessas complicações, Luis da Cunha, um dos mais notaveis conselheiros do rei d. João V e depois do rei d. José I, de Portugal, havia retomado em consideração o plano da transmigração. "O rei", opinava elle, "devia emigrar para o Brasil, estabelecer a sede de sua corte no Rio de Janeiro e tomar então o titulo de "Imperador do Occidente". Com Portugal, em summa, não se perdia grande cousa, um canto da terra, do qual um terço não era cultivado, outro terço era propriedade da igreja, e o terceiro terço não estava em condições de sustentar os seus habitantes; contudo, a transmigração era o que menos faria perigar a independencia de Portugal, pois, abstraindo o facto de que as outras potencias europeas haviam de oppôr-se á avidez de conquista da Espanha, certamente se arrecearia o rei da Espanha de, atacando as posses portuguezas na Europa, excitar o monarcha do Brasil a represalias, pois elle ameaçava o rico Perú, os estados coloniaes do Prata, toda a America do Sul espanhola. A mira principal, porém, proseguia elle, "devia voltar-se para um conveniente arredondamento do Brasil; o Oyapock ao Norte, o Prata ao Sul, a Oeste o Paraguai, até ás suas nascentes e dalli uma linha para Oeste até ao rio Madeira, taes deveriam ser os limites do Brasil (com isto á extensão actual seriam accrescentados Entre Rios, Paraguai e Uruguay). Mesmo seria possível talvez uma troca; a Espanha exforçava-se pela posse da provincia dos Algarves e estaria certamente prompta a ceder em troca o

gente já estava pensando em trocar a sua capital Lisboa pelo Recife, e Francisco de Brito Freire foi despachado na frente, em fins de 1660, segundo se dizia, para assumir o governo de Pernambuco, de facto afim de preparar a residência para a família real.

A pressão do momento passou depressa. Em breve teve a Espanha que se conformar em assignar a paz, reconhecer solennemente a independencia de Portugal e a nova dynastia real (13 de Fevereiro de 1668); porém, mais uma vez, cento e quarenta annos depois, chegou o momento fatal em que a casa de Bragança teve que se lembrar do testamento politico de seu illustre antepassado, teve que lhe dar cumprimento.

Para concluir, temos ainda que considerar mais uma circumstância. Estava feita a reconquista do Brasil; porém Portugal não podia regosijar-se com isso, nem gosar da sua colonia tranquillamente, enquanto faltasse a sancção do direito internacional a este facto historico.

Já se disse que a Companhia das Indias Occidentaes. quando viu claro que estava imminente a perda da sua colonia, pediu auxilios com insistencia cada vez maior; estava, contudo, a República das Sete Provincias Unidas no momento enredada numa guerra perigosa com a Inglaterra e não podia impedir a capitulação do Recife. Tambem quando, pela conclusão da paz de 5 de Abril de 1654, de novo teve liberdade de acção, recusou-se de momento a República a uma declaração de guerra, por mais que instasse a Companhia das Indias Occidentaes, e a mediação que o rei Luiz XIV de França offerecia a ambos os partidos na questão brasileira foi aceita tanto em Lisboa como em Haya.

Porém, immediatamente depois da morte do rei d. João IV, os Estados Geraes mudaram de parecer; esperaram que com attitude ameaçadora mais facilmente alcançariam maiores

---

Chile e todas as terras até ao estreito de Magalhães (as provincias de La Plata e Patagonia)".

Deprehende-se quão gigantesco Imperio Occidental occorria á imaginação de Luis da Cunha; elle teria abrangido dous terços de todo o continente sul-americano !

E concluindo: "Remato esta minha visão observando que, admittido ainda não seja tempo para ser tomada em consideração, pôde entretanto chegar uma occasião que comporte lembra-la com proveito!" (*Nota do auctor*).

concessões do rei menino, que trazia então a corôa de Portugal, e da sua mãe. Dous commissarios holandezes, Ten Hove e Gisbert de Wit, appareceram na foz do Tejo, com elles uma esquadra de guerra de 14 velas, estando a frota do Mediterraneo igualmente posta á sua disposição; elles exigiam dentro do prazo de quatorze dias a incondicional acceitação do *ultimatum* de 1648, isto é, além de indemnização de dinheiro e de valor em dinheiro, a restituição de toda a Nova Hollanda brasileira, entre o rio São Francisco e o Ceará.

O gabinete de Lisboa, tomado de enorme surpresa, não se deixou, entretanto, atemorizar; depois de curta reflexão, elle respondeu que a restituição era impossivel, por ser contrária aos interesses da religião catholica, que era impracticavel sob o actual estado de espirito em Portugal e no Brasil, e, ainda que o rei na verdade desistisse de Pernambuco, retirasse de lá a sua guarnição, todavia os colonos nunca mais se submeteriam aos Holandezes, antes appellariam para a Espanha ou outra potencia catholica em seu soccorro; finalmente, que a legislação do reino prohibia qualquer cessão de territorio enquanto, como no momento, o rei estivesse na menoridade e sem possibilidade de sancionar a mesma.

Os Holandezes deram então novo prazo de oito dias para reflectir, e baixaram algum tanto as indemnizações exigidas a principio; o encarregado de negocios francez intercedeu, afim de ajustar ainda novas modificações; porém debalde; ambos os commissarios insistiam pela restituição, ao passo que os Portuguezes sómente queriam condescender no pagamento de uma indemnização.

Então, a rainha regente expoz a questão a todas as camaras e tribunaes, e pediu o seu parecer; todos declararam unanimes ser illegal a cessão de terras da corôa durante a menoridade do rei, jámais tal havia acontecido e tambem agora era impossivel; todas as pessoas, que conheciam de perto as questões brasileiras, accrescentavam que a restituição era de facto impracticavel. A esta resposta levantou ferros a esquadra batava; os commissarios pediram audiencia de despedida na côrte, e, quando isto lhes foi recusado, entregaram elles ao ministerio uma carta lacrada; continha a declaração de guerra (22 de Outubro de 1657).

A guerra que agora se accendia, teve somente no Indostão significação historica; nas aguas européas limitou-se

de ambos os lados á pirataria, e no Brasil ella não tocou absolutamente. A intercessão da França, a attitudo ameaçadora da Inglaterra, cujo rei Carlos II, Stuart, estava justamente a ponto de tomar por esposa uma princeza portugueza, e finalmente as complicações no Baltico, nas quaes a República baiava estava seriamente implicada, inclinaram pouco a pouco os Estados Geraes a maiores condescendencias, e assim achou o mediador portuguez, conde de Miranda, em Haya, ouvidos attentos ás suas propostas.

A 6 de Agosto de 1661 concluiu-se a paz de Haya, cujas ratificações foram alli mesmo permutadas a 14 de Dezembro de 1662. Este tractado poz termo á questão brasileira definitivamente, a contento de ambas as partes; a Portugal foi reconhecida solennemente a posse de todas as suas conquistas, tanto pela República batava, como pela Companhia das Indias Occidentaes; para isto elle pagou á Companhia uma indemnização de quatro milhões de cruzados ou oito milhões de libras hollandezas, a vencer em 16 annos, em dinheiro contado, ou em sal, assucar e fumo; e, além disso, para satisfazer aos brios militares do adversario, deviam os Portuguezes restituir a seu legitimo dono todas as armas tomadas no Brasil que tivessem a divisa da República ou da Companhia.

A guerra pela posse do Brasil estava extineta; durara cento e sessenta annos, ora lavrando sob as cinzas, ora accesa em chammas, contra a Espanha, França, Inglaterra e Paizes Baixos; defendêra a nacionalidade portugueza com honra o seu imperio colonial sul-americano; e, finalmente, o conservara com felicidade.

Dahi em diante nunca mais foi o seu dominio nessas terras sériamente ameaçado, e dêste modo segue-se agora ao primeiro periodo de guerra externa um segundo espaço de tempo de pacifico desenvolvimento interno.

**SEGUNDA SECÇÃO**  
**A COLONIZAÇÃO DO BRASIL**







## A colonização do Brasil

### PRELIMINAR

*“Um paiz de vastissima extensão como o nosso, onde a população se acha disseminada em grupos, em muitos pontos separados uns dos outros por grandes distancias e pessimas estradas; — onde, portanto, é difficil levar a instrucção necessaria para convencer os habitantes dos seus verdadeiros interesses a muitos respeito; — onde tambem difficilmente pôde chegar a acção da auctoridade, a toda parte, seja para levar soccorro rapido a todos os habitantes, quando elles o necessitam, seja para applicar medidas coercitivas contra aquelles que não se querem submetter ás ordens do govêrno, para o bem geral...”* (Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Interior, no seu relatório official ao Parlamento Brasileiro, 11 de Maio de 1855).

O segundo periodo da história do Brasil obriga-nos, por suas condições internas, a escolher outro modo de narração.

No primeiro periodo, de um lado, a organização interior e a influência que o govêrno de Lisboa e o govêrno geral da Bahia exercem sôbre a colonização e a manutenção das diversas capitánias, de outro lado, as relações exteriores, os ataques dos Inglezes, Francezes e Hollandezes, que sempre abrangem sob seu dominio, ao mesmo tempo, uma grande parte do continente brasileiro e a obrigam a esforços em conjuncto, como que conservam á fôrça a unidade na marcha historica dos acontecimentos.

E, onde se torna necessario registrar particularidades historicas, accrescentamo-las como complementos nas synopses geraes de 1550 e de 1600; contudo, tivemos que deixar quasi inteiramente de parte a história das provincias do Sul,

desde Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XVII, pois ellas ficaram de todo alheias ao facto historico mundial do momento — a guerra hollandeza.

Identicas difficuldades repetir-se-iam, ainda em muito maior escala, no segundo periodo; pois por uma parte limitam-se agora as relações exteriores, quando não inteiramente resolvidas na Europa, a divergencias e hostilidades de fronteiras, e formam assumpto de uma provincia ou de algumas; por outra parte, tambem cessa dahi em diante a unidade organica. O “Principado do Brasil” é agora separado em dous Estados independentes, o Estáo do Brasil e o Estado do Maranhão, que possui cada um o seu proprio govêrno geral, um na Bahia, outro em São Luis; sob o govêrno dêstes e a seu lado, tomam os governadores das grandes capitánias, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro, posição cada vez mais independente, e tambem as restantes, menos significantes, capitánias, ou succumbem inteiramente e são incorporadas ao vizinho mais poderoso, ou procuram egualmente a autonomia provincial — portanto, uma contínua mudança das relações do direito público, que se tornam ainda menos claras, pelo facto de que os governadores das diversas capitánias, conforme a sua personalidade, conforme a extensão de seus plenos poderes e conforme o estado das cousas no momento, tomam, ora em maior ora em menor consideração, o governador-geral, a quem são, de direito, subordinados.

E’ impossivel apresentar, numa narração histórica sem descontinuidade, esta diversidade de formação historica, o desenvolvimento das várias provincias, a processar-se parallelamente ou divergente; quem o tentar, sempre se verá obrigado, a todo instante, a interromper o fio, entremear uma interposição após a outra, e afinal resultará a falta absoluta de um aspecto de conjuncto.

Por este motivo, tomamos por um outro caminho; ao passo que em toda parte retomamos o fio no ponto onde o interrompemos na primeira secção (assim quanto ás provincias do Norte e do meio, em meados do século XVII, quanto ás do Sul, nos principios do mesmo), vamos numa serie de capitulos monographicos, parallelamente, tractar da história individual das differentes partes do Brasil, cada uma de per si. Assim possamos tornar intelligivel como no curso de 200 annos se constituíram das 15 velhas capitánias de então as 20 provincias actuaes do Imperio Brasileiro.



## CAPITULO VII

### O Estado do Maranhão

Começamos com o Estado do Maranhão, que, constituido pelo decreto real de 13 de Junho de 1621, comprehendia as actuaes provincias do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Alto Amazonas, portanto, toda a costa norte e quasi todo o valle do Amazonas.

E, na verdade, existiam então nesse territorio, subordinadas ao governo geral de São Luis do Maranhão, as tres capitánias do Ceará (com a unica colonia fortificada, Fortaleza), Maranhão e Pará; a quarta capitania, do Cabo do Norte, existiu só transitoriamente, pois, fundada em 1637, extinguiu-se de facto logo á morte do donatario, em 1642, e o seu territorio foi englobado ao do Pará.

Esta região, desde o fim da curta occupação hollandeza, 1641-1644, gosou dahi em deante de continua e completa tranquillidade externa, sómente interrompida passageiramente por insignificantes hostilidades de fronteira com os Franceses de Caiena, os Espanhóes da Colombia e Perú (51). Por outro lado, a paz interior foi diversas vezes perturbada com guerras civis; a razão dellas estava na controversia de principios, que se travou desde os começos da colonização brasileira, a respeito da posição dos indigenas.

---

(51) Dessas hostilidades, relacionadas com a regularização dos limites do Norte, se tractará, mais tarde, junctamente com essa regularização geral dos limites exteriores; quanto ao estabelecimento historico dos limites interiores, isto é, de uma provincia com a outra, não pudemos em parte alguma achar completo esclarecimento, e teremos que nos contentar neste sentido com o recurso dos mappas (*Nota do auctor*).

Já havemos anteriormente (cap. III) descripto a origem e o seguimento dessa pendencia; como de um lado o clero, mórmente a Companhia de Jesús, defendia a liberdade e egualdade de direitos dos Indios, ao passo que, por outro lado, os fazendeiros e possuidores de terras reclamavam o direito de se apoderarem dos Indios, e torna-los escravos hereditarios, havendo-os fôsse como prisioneiros de guerra, fôsse pela caçada ao homem ou fôsse por compra; indicámos como entre ambos os partidos o govêrno ficava indeciso e procurava estabelecer uma conciliação.

Na verdade, havia a população do Maranhão procurado obviar a essa lucta sôbre a questão, obrigando os jesuitas, logo á sua entrada em São Luiz, a tomar o compromisso de jámais se immiscuirem de modo algum nas relações dos Indios com os colonos; porém debalde; os humanitarios religiosos não puderam manter a promessa extorquida, não puderam calar acêrca dos abusos da escravidão, e, si elles proprios não tomaram directa iniciativa, exforçaram-se, entretanto, por fazer vigorar tambem no Maranhão os actos geraes de lei que favoreciam os Indios.

Dessas leis citámos por último, detidamente, o decreto de 6 de Janeiro de 1574; depois d'elle seguiu-se um grande número de novas ordenações. Determinava, assim, uma lei de 22 de Agosto de 1587 que os Indios deviam ser considerados, não como escravos, mas como jornaleiros livres, podiam mudar de patrão a seu belprazer, podiam abandonar o trabalho; segunda lei, de 11 de Novembro de 1595, permittia, como legitimo motivo para escravizar, sómente a prisão feita numa guerra effectuada por ordem directa da corôa.

Ainda mais liberaes eram os decretos de 5 de Junho de 1605, 4 de Março de 1608 e 30 de Julho de 1609, que supprimiam inteiramente a escravidão, e declaravam por principio a liberdade e a egualdade de direitos politicos da raça indigena; quem escravizasse um Indio era ameaçado com o castigo do rapto. Porém esta lei não se poudo executar; não sómente por ser contrária aos interesses materiaes de toda a população branca tão grave baixa nos braços do trabalho, qual teria causado a emancipação dos Indios, como porque de um golpe arruinaria a lavoura, aniquilaria o bem-estar da colonia; e, assim, em breve, conseguiram as representações dos fazendeiros a suspensão da lei.

Uma nova ordenação, de 10 de Septembro de 1611, fez voltar, de um modo geral, o systema de 1574: os Indios apri-



sionados numa guerra approvada pelas altas auctoridades civis ou ecclesiasticas, ou resgatados da escravidão do martyrio dos seus compatriotas, deviam ser escravos, porém, segundo a regra, sómente durante dez annos e, passado esse prazo, recuperavam a sua liberdade; ao mesmo tempo fôram tomadas medidas para protecção das missões e dos Indios que lhes eram aggregados; e por fim previa-se ainda a construcção de aldeamentos de Indios livres, sob a direcção da auctoridade civil.

A lei de 1611 subsistiu 40 annos em reconhecida validade, e durante todo esse tempo a escravidão perdurou sem impedimento, com todos os seus velhos abusos; então interveio de repente d. João IV contra os mesmos; elle restabeleceu o decreto de 30 de Julho de 1609, prohibindo toda especie de escravidão, e proclamou a liberdade, a egualdade de direitos dos indigenas brasileiros (cêrca de 1650).

Este acto legislativo ia agora vigorar tambem no Estado do Maranhão e pôde-se imaginar que justamente alli encontrou o maior obstaculo. Si a colonização devia ser conduzida e mantida á maneira costumada, si os productos da selva tropical deviam ser explorados para o commercio, então não podia a população, fraca em número, dispensar o effectivo existente de escravos Indios, nem deixar de augmenta-lo, conforme o fazia pelas regulares caçadas ao homem no interior. Além disso, estavam os habitantes ainda no infimo grau de cultura do homem das mattas, completamente recaídos no estado selvagem e promptos a todo momento, ao menor motivo, ao recurso violento de se defenderem pelas proprias mãos e a se sublevarem, quanto mais agora, quando eram postos em jôgo os seus mais importantes interesses materiaes. O nôvo governador-geral, Balthasar de Sousa Pereira, chegando ao seu dominio, em 1652, e querendo publicar os decretos da emancipação dos Indios, logo provocou a mais decidida opposição; reuniram-se os habitantes da capital de São Luis em armas, na praça do mercado, e d. Balthasar só poude evitar um levante declarado, suspendendo até nova ordem a validade da lei repudiada. O mesmo obteve á força a segunda capital, Belém do Pará; e em ambas as cidades o povo elegeu, com a approvação das auctoridades, deputados que fizessem representações em Lisboa e buscassem o parecer do rei (1652).

Ainda estava em caminho esta deputação, quando des- embarcou em São Luis um homem que, na questão do dia,

— emancipação dos Indios — ia representar papel extraordinario: o padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesús, nascido em Lisboa em 1608 e fallecido na Bahia em 1697, ex-prêgador da côrte de Lisboa e (como já se mencionou de passagem), muito versado nos negocios politicos e diplomaticos, e de grande merecimentô. Levado por sua vocação, havia renunciado á sua posição de até então, afim de trabalhar no meio dos Indios como missionario; e d. João IV, depois de haver debalde tentado rete-lo, o havia nomeado, a 21 de Outubro de 1652, superior da missão do Maranhão e o revestira de plenos poderes extraordinarios.

Chegado a São Luis, na primavera de 1653, declarou-se o padre Vieira, como sempre tambem o fizera a sua Ordem, advogado da população aborigene opprimida; logo no primeiro domingo da quaresma, quando elle, pela primeira vez, subiu ao pulpito, aproveitou a oportunidade para falar seriamente aos donos de escravos.

O seu sermão começou com um decidido ataque contra a instituição da escravidão em geral: "Sem dúvida, qualquer um que retenha na escravidão um seu semelhante, estando em condições de lhe dar a liberdade, achava-se em peccado; nem siquer o Turco, nem siquer o diabo poderia justificar a escravidão ou desculpa-la, muito menos o christão, o ecclesiastico. Pois o proprio Deus havia falado clara sentença, dado ao Pharaó e aos Egypteos um claro exemplo; recusavam-se elles a libertar da escravidão os filhos de Israel, e o Senhor feriu-os por isso com innumeradas pragas; elles perseguiram os Judeus, que se retiravam, afim de reconduzi-los á escravidão, e a mão de Deus derrotou todo o exército egypcio; os seus corpos, enguliu-os o mar Vermelho; as suas almas, o inferno. Portanto, o povo do Maranhão devia cair em si, afim de que não pesasse a cholera de Deus sôbre elle neste mundo e no outro; todas as desculpas com que quizessem disfarçar a escravidão dos Indios, a necessidade, o bem do Estado, não poderiam dar resultado, pois era o dever christão tudo sacrificar em favor da consciencia".

Porém Vieira era homem experimentado demais nas cousas do mundo para esperar, para exigir rigorosa realização dessas suas idéas; elle comprehendia que era impossivel a emancipação geral dos Indios, como a decretava a lei de 1650; elle queria, contudo, alliviar a sorte delles, cohibir os abusos do systema em vigor; e por isto contentava-se em associar a todas aquellas exhortações geraes uma proposição práctica, muito moderada.

O effectivo de Indios então existentes no Maranhão dividia-se em duas classes: uns eram escravos particulares, pertencentes a certas familias, e em parte nascidos e creados em suas casas; estes, propunha Vieira, deviam ter a faculdade de escolha e, conforme resolvessem, permañecer com os seus senhores ou passar para a outra classe.

A segunda classe, os denominados Indios livres, eram primitivamente alliados dos Portuguezes e, sob a administração de auctoridades civis, estabelecidos em aldeias proprias (missões e aldeias de missões ainda não existiam no Maranhão); contudo, eram desde muito tempo tractados como escravos do Estado e empregados pelos governadores, quer no proprio proveito, quer alugados a particulares, em turmas, por determinado tempo; a sua sorte era, portanto, ainda muito mais desgraçada que a dos escravos particulares, porque cada particular, que obtinha uma tal turma para seu serviço, procurava durante o prazo concedido tirar a maior vantagem possivel do seu trabalho e poupar o mais possivel na sua alimentação, morressem ou definhassem depois. A respeito destes, reclamava o padre Vieira que se limitasse a sua servidão e que fôsse estabelecido um determinado ordenado mensal; todo Indio livre devia servir aos Portuguezes seis mezes ao anno, ao menos dous de cada vez, porém não maior tempo.

Finalmente, no tocante ao augmento do seu número, promettificava-se o padre Vieira a reconhecer as causas legítimas de escravidão, as que eram sancionadas pela lei e pela tradição, isto é, a prisão numa guerra justa e o resgate da servidão de tribus inimigas; porém os abusos deviam acabar.

Até então qualquer particular, quando e como entendesse, emprehendia uma expedição ao sertão, uma caçada ao homem, e encobria o seu projecto com o pretexto de que visava sómente resgatar os "Indios das cordas" (assim eram denominados os prisioneiros de tribus inimigas, que, segundo o costume do cannibalismo, eram condemnados ao martyrio); os prisioneiros que elles, no regresso, traziam, e que não ousavam protestar, eram, sem excepção, declarados como resgatados. Exigia o padre Vieira que, para o futuro, as expedições deste genero só se fizessem com a licença e sob a inspecção das auctoridades, e um tribunal especial, composto das mais altas auctoridades civis, do clero secular e do claustro, devia julgar acêrca dêsses Indios apanhados. Todos aquelles de quem se pudesse provar que estavam incluídos em uma daquellas cláusulas legítimas seriam reconhecidos, por di-

reito, escravos de seus senhores, e os demais deviam ser incluídos na classe dos denominados Índios livres.

Testimunhava a proposta grande moderação, e sob a impressão da eloquência do pregador pareceu aceitável, mesmo aos mais zelosos defensores da escravidão; não só todas as pessoas presentes manifestaram a sua aprovação, mas ainda nessa mesma tarde, numa reunião popular, sob a presidência do governador-geral, teve a proposta do padre Vieira formal sanção; preparou-se um documento para esse fim, em forma legal, assignado pelos funcionarios da corôa e pelos mais influentes fazendeiros, no primeiro domingo da quaresma de 1653.

Parecia assim resolvida a causa da escravidão no Maranhão, por meio de uma conciliação, e nos primeiros tempos andou tudo muito bem, na verdade; ficou estabelecida uma comissão para investigar a condição dos escravos particulares, e muitos destes por sua vontade passaram para a classe dos Índios livres; estes ultimos, por sua vez, puderam regosijar-se de um tractamento mais benigno, de sorte que muitas tribus saíram do interior das mattas virgens para se submeterem sob eguaes condições ao dominio portuguez; e simultaneamente começou o padre Vieira, secundado pelos irmãos da Ordem, as suas abençoadas actividades das missões. Todavia breve occorreu completo reviramento; dentro de poucos mezes lastimava-se toda a população branca de que, no enthusiasmo do momento, havia sacrificado parte de seus lucros materiaes; os particulares não queriam mais abrir mão dos escravos, os funcionarios não queriam renunciar ao ganho que costumavam haurir do trabalho e do aluguel dos Índios livres; para onde quer que o padre Vieira se voltasse, por toda parte eram só difficuldades; retardavam-se, impediam-se as viagens de missão que elle queria empreender no sertão; seus conselhos não tinham mais ouvintes, e, ao cabo de um anno, já nem se falava dos dispositivos do compromisso. Tambem pouco depois foi elle formalmente revogado; a deputação, mandada em fins de 1652 para Lisboa, afim de fazer representações ao rei, a respeito da emancipação dos Índios, havia tido exito e alcançara uma lei que restabelecia, em geral, as normas de 1574 e 1611; foi este decreto registado a 3 de Junho de 1654 pelos funcionarios municipaes da Camara em Belém, e com isso entrou em validade; estava annullada a obra do padre Vieira, a conciliação, e tudo voltava a ser como antes.

Todavia, não podia o humanitario missionario conformar-se com isso; já alguns mezes antes, em principio de 1654, havia elle numa carta ao govêrno portuguez feito descripção do estado de cousas, e apresentado ponderações; agora, em meados de Junho, elle proprio embarcava, afim de conferenciar pessoalmente com o rei. Na verdade, achou elle tambem em Lisbôa adversarios acirrados, que tomavam a peito defender o antigo estado de cousas, a escravidão dos Indios; especialmente a deputação do Maranhão, ainda presente, empregava todas as suas forças para manter de pé o antigo systema; porém, tanto no gabinete do rei, como na commissão extraordinaria, que se reunia para resolver esta questão, composta dos homens mais eminentes do reino, prevaleceu a eloquencia do padre Vieira, a sua influencia pessoal; e, assim, de conformidade com a sua proposta, resultou a 9 de Abril de 1655 um nôvo decreto sôbre a situação dos Indios.

Esta lei baseava-se, de um modo geral, nos principios da conciliação de 1653 e attestava, como esta, grande moderação, sérios exforços para accommodar as vantagens materiaes dos colonos brancos com a causa da humanidade. A escravidão particular continuava a existir e, tractando-se de Indios prisioneiros de guerra, devia ser vitalicia e hereditaria, porém a dos resgatados devia durar sómente cinco annos.

Por outro lado, a condição dos assim chamados Indios livres era inteiramente mudada; em vez de caber a fiscalização, como até então, a funcionarios civis, seriam doravante os Indios livres, no Estado do Brasil, como no Maranhão, governados pelos missionarios da Companhia de Jesús; o superior da missão devia ter voto decisivo em todas as expedições ao sertão, e estabelecer, segundo o seu parecer, as tribus submettidas em aldeamentos de missão; e, mais, eram os missionarios obrigados a alugar os seus pupillos Indios annualmente, durante seis mezes, sempre dous de cada vez, mediante o pagamento estipulado por lei. Foi tambem organizado, como na conciliação de 1653, assim na lei da 1655, um tribunal, que se compunha das summidades dos funcionarios publicos, do clero secular e conventual, que devia sentenciar sôbre os Indios apanhados, prisioneiros de guerra ou resgatados. O proprio padre Vieira foi confirmado na sua dignidade de até então, como superior da missão do Maranhão, e encarregado da execução da pretendida reforma.

Afim de lhe garantir nesse pesado encargo um collaborador seguro, desinteressado, energico, nomeou o rei d. João IV.



a seu pedido, para governador-geral do Estado do Maranhão, André Vidal de Negreiros, natural da Parahiba, que se havia distinguido gloriosamente na guerra da liberdade pernambucana.

A escolha não podia ser mais feliz; quando o padre Vieira, em meados do anno, regressou a São Luis, já havia Vidal tomado posse do seu nôvo cargo (11 de maio de 1655), e elle achou nesse governador o que delle esperava, um zeloso partidario de seus planos para o bem dos Indios. E de tal precisava elle, na verdade, muito; pois apenas se proclamou o teor da nova lei, rebentou de nôvo a effervescencia; mesmo chegou a declarar-se a revolta, que Vidal, contudo, subjogou a tempo, com severidade rapida e bem succedida.

Apparentemente submetteu-se então toda a população branca ao nôvo systema; porém considerava-o com decidida má vontade; pois todas as classes, funcionarios e cidadãos, padres e leigos, eram interessados e partidarios dos velhos abusos. Onde quer que pudessem, punham obstaculos ás tentativas de reforma, e não olhavam aos meios, de sorte que Vidal e Vieira, apesar de toda a boa vontade, se viam muitas vezes impossibilitados de fazer executar a nova lei. Isto foi principalmente o caso, quando, em São Luis e em Belém, os tribunaes se reuniram, afim de dar o julgamento a respeito dos Indios escravos, trazidos das correrias e caçadas ao homem. Mais da metade destes foram occultados e não apresentados, e, no processo sôbre os outros, não recuavam os ladrões de homens deante da mentira, do perjurio, afim de assegurar a posse de suas propriedades humanas; os Indios, do seu lado, aterrados pelas mais terriveis ameaças, declaravam unanimes o que os seus senhores lhes haviam ordenado. Finalmente, os juizes estavam sempre promptos a reconhecer a escravidão vitalicia e hereditaria; pois não eram elles todos donos de escravos? Tanto os funcionarios, como os padres seculares e os monges das Ordens (além da Companhia de Jesús), domiciliados no Maranhão? E não tinham estes ultimos, além disso, inveja dos Jesuitas e da sua influência recémfundada?

Vieira e Vidal, que na congregação tinham sómente um voto cada um, fôram na maioria das vezes derrotados, e, do grande número de Indios exhibidos, só conseguiram proteger alguns contra a escravidão.

Noutros casos mostrava-se mesmo a opposição por meio de violencias. Assim haviam alguns Jesuitas fundado estação

em Gurupá, no Amazonas, de onde elles apprehendiam por todos os lados expedições ao sertão; porém os habitantes que, pela presença dos missionarios, se viam estorvados nas suas costumadas caçadas ao homem, cansaram-se em breve dos hóspedes; agarraram os sanctos padres, metteram-n-os num navio e devolveram-n-os a Belém. Contudo, esta violencia não ficou sem castigo; o governador-geral Vidal mandou prender os cabeças do motim, leva-los á justiça e fôram todos para sempre expulsos do Estado do Maranhão, e a missão foi restabelecida em Gurupá.

Nesse interim proseguia Vieira com incansavel ardor nos seus trabalhos humanitarios, e, com a zelosa cooperação que achou nos seus irmãos da Ordem, tanto como no governador-geral Vidal, apesar de todos os obstaculos, sempre alcançou resultados importantes. Os aldeamentos de Indios livres do Maranhão fôram agora postos sob a direcção de missionarios jesuitas; a situação de seus moradores foi sensivelmente melhorada; ao mesmo tempo os Indios, que haviam sido escravizados de modo illegal e agora por sentença judicial recuperavam a liberdade, eram despachados com dadivas, ás suas terras, ás suas tribus. Assim se espalhou no sertão a noticia do nôvo systema, da actuação humanitaria da Companhia de Jesús; onde quer que apparecessem os "padres negros" nas suas viagens, em toda parte encontravam acolhimento amigavel. Esta boa disposição dos indigenas soube Vieira logo aproveitar-la; em todas as direcções mandou apprehender viagens de missão. Os naturaes da ilha Marajó, á embocadura do Amazonas, que até aqui se haviam defendido corajosamente contra o ataque dos Portuguezes, fôram agora domesticados e subjugados pela catechese christã.

De Belém seguiam missionarios pelo rio Tocantins, de Gurupá subiam pelas rios Xingú e Tapajós; outros tomavam pelo curso do Amazonas, penetravam primeiro até ao rio Negro; e muitas vezes resolviam tribus inteiras acompanhar o prégador ao dominio da colonia portugueza, trocar a sua liberdade selvagem pela suave soberania dos missionarios. Todavia, os cuidados de Vieira não se limitavam exclusivamente ao valle do Amazonas; ao mesmo tempo elle despachava missionarios ás solidões do Piauí e do Ceará; e não sómente na costa, na fóz do rio Camocim e do rio Ceará, tambem no sertão, na serra da Ibiapaba, era prégado o evangelho, eram as tribus indigenas convertidas a uma vida séria de lavradores. Uma série de aldeamentos de missão surgiu

tambem aqui, duplamente importante, por haver assegurado o primeiro meio de communicacão terrestre entre Maranhão e Pernambuco.

Por esta maneira havia Vieira actuado durante cinco annos, 1655-1660, como superior das missões do Maranhão, sem que, além de pequenos estorvos, soffresse opposição séria. Sem dúvida estavam os colonos, como antes, extremamente descontentes com o nôvo systema, porém sujeitavam-se calados, pois sabiam que Vieira muito podia na côrte de Lisboa, e que já por este motivo as auctoridades civis o apoiariam zelosas. Contudo, pouco a pouco, foi mudando a situação; no rei d. João IV, fallecido em 6 de Novembro de 1656, perdeu Vieira o seu mais poderoso protector, e o unico patrono influente que lhe restava, André Fernandes, bispo titular do Japão e confessor da rainha regente, falleceu tambem em 1660; além disso, exônerou-se o até então governador-geral do Estado do Maranhão, André Vidal de Negreiros, a 23 de Setembro de 1656, afim de assumir o govêrno de Pernambuco. O seu successor, Pedro de Mello, era homem sem moralidade alguma, egoista e cubitoso; apparentemente era o mais zeloso promotor do nôvo systema, o melhor amigo de Vieira, enquanto viveu o bispo do Japão; secretamene, entendia-se com os descontentes e atiçava o mau humor, afim de obter para si o favor do povo.

\* \* \*

Nestas circunstancias tomou nôvo ânimo o partido dos escravocratas, as auctoridades de ambas as capitaes, São Luis e Belém, entenderam-se, e começou então nova agitação para o restabelecimento da escravidão sob o velho systema (1661).

A' frente do movimento apresentava-se a municipalidade de Belém; num officio a Vieira, descrevia as suppostas consequencias prejudiciaes do nôvo systema, o declinio da prosperidade particular e pública; Indios livres nada podiam servir á colonia, só escravos. Um segundo escripto ainda ia mais longe: não sómente nelle se exigia o direito de, como antes, sem consentimento e sem fiscalização dos Jesuitas, fazer expedições para angariar escravos no sertão, mas tambem eram abertamente contestados os poderes extraordinarios e a superintendencia sôbre os denominados Indios livres, que a lei de 1655 havia sonferido á Companhia de Jesús.

Ao mesmo tempo vinham deputados de Belém, afim de apresentar em São Luis as reclamações do povo ao governador-geral, e em Lisboa ao govêrno da mãe-patria.

Assim estavam as cousas, quando um incidente, em si mesmo insignificante, levou a agitação dos espiritos a rompimento violento.

Foi que por esse tempo regressou de Lisboa um frade ao seu convento em São Luis, trazendo de lá algumas cartas do punho de Vieira, que elle havia conseguido (não sabemos como) do inventario do bispo do Japão; acontece que estas cartas continham uma descripção fiel dos costumes do Maranhão e, justamente por estarem conforme a verdade, eram nada lisonjeiras para a população.

Estavam então, como já se disse, todas as ordens religiosas do Maranhão abertamente em indisfarçada opposição contra a Companhia de Jesús; assim, não hesitaram um instante em utilizar-se dessa arma contra os seus odiados rivaes e tornaram públicas as cartas.

Estalou então em São Luis uma arruaça tumultuosa; o povo ajunctou-se, escolheu um chefe revolucionario, um juiz do povo, que, como os tribunaes da antiguidade, devia representar e defender os direitos do povo perante o govêrno; e depois arremetteu um povaréo desenfreado contra o Collegio dos Jesuitas.

Debalde advertia o governador-geral que soçegassem; não se lhe dava ouvidos e é difficil crer que fôsem sérias as suas exhortações, porque não empregou meio algum para restabelecer a ordem; porém os padres seculares e os frades tiraram completamente as mascaras e estimularam o povo enfurecido, com discursos em público e com promessas, a practicar ainda maiores violencias. Assim, foi assaltado o Collegio dos Jesuitas; obteve-se, á fôrça, do director, um documento, no qual elle renunciava a qualquer influência em relação aos Indios; em seguida, foi arrastado com seus ermãos da Ordem para fóra da cidade, provisoriamente com elles embarcado a bordo de um navio, sob custodia; logo que se prendessem e trouxessem os restantes das outras estações — assim decretava uma resolução do povo — seriam todos embarcados e deportados do Estado do Maranhão.

Durante estes acontecimentos, estava Vieira casualmente ausente; chamado a negocios em Belém, estava elle justamente de regresso a São Luis, quando, em caminho, teve no-

tícia dos factos alli occorridos. Nestas circumstancias, a sua presença em São Luis nada mais podia valer; então elle se apressou, rapidamente resolvido, a voltar a Belém, afim de impedir, si possível, que o sedicioso movimento se transplantasse tambem para alli. Chegando lá, apresentou elle immediatamente um memorial ao Conselho Municipal, no qual expunha detidamente as vantagens que o nôvo systema havia trazido para o bem-geral: "Pela actividade pacifica dos missionarios, havia o rei ganho grande número de nôvos subditos, a igreja novas almas; os Indios de Marajó, deante dos quaes Belém tantas vezes havia tremido, estavam pacificados; a Oeste, todo o curso do Amazonas, a Leste as solidões do Piauí e Ceará, estavam abertos ao dominio portuguez, á colonização e ao commercio. Todos estes proveitos de nôvo se perderiam, si se abandonasse o systema empregado até aqui; por este motivo, pedia elle, o Conselho Municipal devia manter a lei existente e empenhar tudo para que os acontecimentos de São Luis não fôsem imitados em Belém".

Todavia, ficaram sem effeito estas representações; o Conselho Municipal deu resposta evasiva; mas, pela sua conducta de antes, não podia haver dúvida de que elle approvava absolutamente o motim dos Maranhenses; assim tambem não poz obstaculo algum ás noticias, ás mensagens e aos agentes excitantes que chegavam de São Luis.

Em consequencia, o povo de Belém tambem se amotinou; tambem alli foi assaltado o Collegio dos Jesuitas. Vieira, que, audaz, fez frente aos amotinados, foi vaiado e maltractado, em seguida mandado prêso para São Luis, onde teve de soffrer novas offensas.

Debalde reclamou elle que o levassem á presença do Conselho Municipal, do governador-geral; não foi attendido. Depois de algumas semanas de prisão, foi finalmente publicado um decreto que o condemnava para sempre á deportação do Estado do Maranhão, e o navio que devia leva-lo, com uma parte dos seus irmãos da Ordem, para Portugal, levantou ancora.

Saíu, assim, o padre Vieira, como desterrado, do paiz, onde elle havia entrado com tão grandes esperanças e planos e onde duas vezes havia perdido os fructos de trabalhos extenuantes, abençoados: nunca mais elle tornaria a ve-lo!

A revolta havia vencido; todavia, o seu successo não foi completo, nem teve longa duração. Consummados os actos das



duas capitães, São Luis e Belém, naturalmente as pequenas colonias deram a sua adhesão; porém a terceira cidade do Estado do Maranhão, Gurupá, á entrada do Amazonas, recusou tomar parte. Alli o commandante mantinha as leis e concedia aos missionarios da Companhia de Jesús seguro abrigo. Duas vezes seguiram para alli expedições armadas, vindas de Belém, afim de obriga-lo á submissão; a primeira foi repellida e o seu chefe aprisionado; a segunda apoderou-se de facto da cidade, e alli muitos Jesuitas lhe caíram ás mãos; porém o castello, fortificado, resistiu a seus ataques e assim ella teve que retroceder sem haver conseguido cousa alguma.

Tambem a decretada deportação dos Jesuitas foi protelada. No Pará, para completar o número, ainda faltavam alguns que se conservavam escondidos, uns nas mattas, outros no fórte de Gurupá, e o povo insistia teimoso em que se deportassem todos juntos de uma vez. No Maranhão haviam-se, de facto, depois da partida de Vieira, embarcado os restantes num navio; porém, não longe da costa, este caíu em poder de um cruzador hollandez, o qual poz de nôvo em terra os passageiros.

Ficaram assim provisoriamente presos os irmãos da Ordem, parte em São Luis, parte em Belém.

Nesse interim, havia chegado a Lisbôa o navio, no qual navegava Vieira; elle levou a primeira notícia do levante no Maranhão e, si bem que um deputado do povo, que ia tambem a bordo, procurasse desculpar do melhor modo os acontecimentos de lá, não deixou de ficar bem patente a sua feição violenta e revolucionaria. O govêrno demonstrou a maior indignação; ao primeiro impeto ordenou a rainha regente que embarcassem immediatamente 200 soldados, para bater os rebeldes; contudo, depois de madura reflexão, reconheceu que em tal paiz seriam de difficil execução medidas violentas, e contentou-se então em nomear outro governador, Ruy Vaz de Sequeira, para substituir Pedro de Mello, e encarregado de pacificar os animos e restabelecer a ordem com brandura e prudencia.

Embarcou logo Sequeira e chegou a 25 de Março de 1662 a São Luis, onde ainda encontrou o povo na maior effervescencia; o juiz do povo declarou-lhe francamente: "Si elle tivesse trazido consigo soldados ou Jesuitas, ter-lhe-ia sido opposta resistencia com armas na mão; assim, porém, estava-se prompto a reconhece-lo, mas sob condições".

Comportou-se Sequeira intelligentemente; fez uma publicação, na qual promettia nada emprehender sôbre a ques-

tão com a Companhia de Jesús, sem se pôr de accôordo com o Conselho Municipal e com o povo; e consentiu que, das suas instrucções, o que fôsse contrário a isso fôsse expressamente annullado em nome do povo; só então tomou o Conselho Municipal conhecimento da sua patente de nomeação régia e lhe prestou a devida homenagem.

Já se vê que Sequeira não tencionava manter de pé essas promessas, extorquidas, que feriam a auctoridade do seu cargo e a prerogativa da corôa; porém, a principio, achando-se impotente deante dos funcionarios rebeldes, não teve remédio sinão contemporizar; aparentemente elle fez côro com a grita geral contra os Jesuitas, deixou os irmãos da Ordem nas suas prisões e ordenou até ao commandante de Gurupá, que se mantinha fiel ao seu dever, que viesse prestar contas em São Luis. Ao passo que elle dêste modo enganava o zêlo suspeito dos chefes da facção popular, tomou ás caladas os seus preparativos. Com severa justiça e generosidade foi ganhando a affeição dos soldados; ao mesmo tempo ia atando relações com os habitantes da cidade, o que lhe foi tanto mais facil, porque muitos, mórmente da classe mais distincta e mais abastada, já estavam cansados das machinações dos revolucionarios, receosos pelas suas posses, si continuasse esse estado de cousas.

Já ao cabo de algumas semanas elle se sentiu bástante forte para actuar. Convocou a Camara Municipal, as auctoridades ordinarias e os chefes populares para uma sessão commum; depois, dirigiu-se elle proprio á Camara Municipal, acompanhado por 20 mosqueteiros seguros. Quando elle alli chegou, encontrou a praça do mercado com uma turba compacta de gente, cuja attitudo fazia recear o peor; porém, impávido e em voz alta, ordenou aos seus soldados que immediatamente fizessem fogo, apenas alguem por palavra ou acção ousasse perturbar a ordem.

O povo, intimidado com esta attitudo decidida, dispersou-se, e Sequeira entrou na sala das sessões, onde em curtas palavras declarou que era o seu intento propôr a readmissão da Companhia de Jesús, ao menos para cuidar de suas posses particulares e das suas actividades em prôl das almas, contudo, em consideração pela opinião pública, ainda se abstinha; a anarchia reinante devia, porém, cessar. Elle significou em seguida ao juiz do povo que despisse immediatamente a sua auctoridade usurpada, que não era justificada nem pela lei nem pela tradição, e á Camara Municipal, que se limitasse á

sua competencia legal: "De hoje em diante, começava elle governador-geral, a governar, elle proprio".

Ninguém ousou contestar e assim foi restabelecida a ordem legal sem lucta armada. E não ficou nisso; depois de tão violento levante contra os Jesuitas, não podia deixar de haver reacção; pouco a pouco muitas vozes se levantaram em seu favor, parte de velhos amigos, parte de antigos adversarios, que julgaram opportuno, por uma accommodação amigavel, evitar averiguações; e assim chegou em breve ao governador-geral uma petição para entabolar a conciliação entre o povo do Maranhão e a Companhia de Jesús.

Sequeira estava prompto para isso; convocou uma reunião popular para 29 de Maio e apresentou-lhe uma proposta: "Convinha restituir a liberdade aos Jesuitas e permitir-lhes regressarem aos seus collegios; por outro lado, deviam ficar suspensas as prerogativas seculares da Ordem, mórmente o direito de fiscalização sôbre os Indios, até que se recebesse noticia da vontade da corôa".

Esta moderada proposta foi acolhida com geral regosijo e approvação; sómente uma pequena minoria, a cuja frente se havia posto o ex-governador-geral Pedro de Mello, deu pública demonstração de descontentamento e de querer impedir com tumultos a deliberação regular. Porém Sequeira tomou-lhe a deanteira; elle havia tomado providências para qualquer emergencia: a egreja, onde se realizava a reunião, estava cercada por suas tropas, e, mal a maioria déra o seu voto favoravel, elle encaminhou-se para os descontentes, tomou Pedro de Mello pelo braço e, com amigavel constrangimento, o conduziu para fóra, ao passo que o repicar dos sinos e as salvas de canhão festejavam a realização da conciliação. Nos dias seguintes foi este accôrdo effectuado; os Jesuitas tomaram de nôvo posse da sua Casa da Ordem e conformaram-se com as limitações impostas; mas Sequeira annunciou, numa proclamação, plena amnistia por tudo que havia acontecido e ao mesmo passo ameaçava toda nova perturbação da ordem com os mais severos castigos (2 de Junho de 1662).

Estava terminada a revolução; porém o motivo della, a questão dos Indios, ainda estava para ser resolvida, e passou mais de um anno antes que o govêrno de Lisbôa, apertado por ambos os partidos, pudesse chegar a uma resolução. Finalmente, foi dada a lei de 12 de Setembro de 1663, que satisfazia inteiramente os interesses dos escravocratas; o

rei confirmou a plena amnistia concedida por Sequeira, prohibiu ao padre Vieira voltar ao Maranhão e retirou da Companhia de Jesús toda auctoridade civil. Para o futuro deviam exclusivamente as Camaras exercer fiscalização sôbre as relações com os Indios; o cuidado das almas dos mesmos devia ser repartido entre todas as ordens monasticas estabelecidas no Maranhão, pois era de justiça que todos trabalhassem na vinha do Senhor.

Estas resoluções satisfizeram de algum modo o povo do Maranhão; na verdade a nova lei tambem impunha algumas restricções, que deviam cohibir eventuaes abusos, porém a exclusiva decisão na questão estava nas mãos das Camaras Municipaes, e dessas não havia que recear demasiados escrupulos, pois os seus membros, escolhidos dentre o povo, eram elles proprios interessados na escravidão.

Por outro lado, aos funcionarios régios não agradou de nenhum modo o decreto de 1663; antigamente, antes do tempo de Vieira, elles tinham exercido, mórmente o governador-geral, a fiscalização superior sôbre os Indios e com isso ganhavam grossas quantias; agora, depois da derrota dos Jesuitas, elles contavam rehaver esse direito, porém desenganaram-se amargamente, pois as auctoridades municipaes os preteriram. Por este motivo resolveu Sequeira suspender a nova lei, até que conseguisse alteração no seu sentido; elle protelou a sua publicação o mais que poudé, com grande descontentamento do povo; porém, finalmente, viu-se forçado a ceder, pela Camara Municipal de Belém, que ameaçava proceder por sua propria auctoridade, e, no correr do anno de 1666, foi feita a publicação regulamentar em todo o Estado do Maranhão.

Não obstante, reviveu a mesma contenda nos govêrnos dos successores de Sequeira, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, 1667-1672, e Pedro Cesar de Meneses, 1672-1679, e, si bem que fosse evitado o rompimento formal, não faltaram continuos attritos. Muitas vezes precisavam agora as auctoridades municipaes, como procuradores dos Indios, de intervir contra as usurpações do governador-geral; chegou a tanto, que o Conselho de Belém apresentou queixa formal contra Albuquerque, em Lisbôa, e mandou a juizo o filho bastardo dêste, como réu; do seu lado, Meneses escapou, por um triz, de uma conjuração que, com a cumplicidade de diversos cidadãos conspicuos, padres e leigos, havia sido tramada contra a sua vida.



O anno de 1679 foi de importantes alterações para o Estado do Maranhão. Primeiro, foi nomeado um nôvo governador-geral, Ignacio Coelho da Silva (1679-1682), que, já como o seu antecessor e também o seu successor, Francisco de Sá de Meneses (1682), e seguintes, estabeleceu a séde de seu govêrno em Belém, de sorte que esta cidade, durante algum tempo, foi agora, ao invés de São Luiz, a propria capital do Estado. Além disso, foram reorganizados os negocios ecclesiasticos no Estado, ficando inteiramente separados dos do proprio Brasil (1677); dahi em deante devia o Maranhão ter um bispo seu e, de facto, foi revestido em primeiro logar com esta dignidade Gregorio dos Anjos, em 1679. Ainda neste mesmo anno tomou posse da sua séde episcopal e emprehen-deu, sem tardar, uma viagem de inspecção pela sua nova diocese, na qual achou oportunidade de se informar rigorosamente a respeito das condições dos Indios.

Não haviam estas melhorado em nada, sob a fiscalização das auctoridades municipaes; todos os antigos abusos floresciam com renovado vigor, como antes, sob a administração dos funcionarios da corôa; também o cuidado das almas, a obra das missões estavam em grande decadencia, desde que todas as ordens monasticas delles tomavam igualmente parte, porque só os Jesuitas lidavam á maneira antiga, com zêlo verdadeiramente humanitario, ao passo que a maioria dos outros religiosos negligenciavam a nova obrigação assumida e se empenhavam sómente por sua propria vantagem. Neste sentido informou o bispo ao govêrno em Lisboa, depois de se haver entendido com o governador-geral; as suas representações acharam logo ouvido attento, e já em Abril do anno seguinte o rei d. Pedro II decretou uma série de medidas legislativas, que tendiam para profunda reforma.

Primeiramente a lei de 1º de Abril de 1680 supprimia quasi por completo a escravidão dos Indios; ella declarava libertos todos os prisioneiros resgatados de tribus indigenas e ordenava que fôsem sem excepção agasalhados nos aldeamentos indios; sómente os prisioneiros de guerra permaneciam escravos; todo aquelle que de futuro se tornasse culpado de transgressão dessas ordens seria prêso immediatamente, sem consideração pela sua categoria social e pelo fôro proprio, e deportado para Lisboa.

Segundo decreto, de 10 de Abril de 1680, ordenava que os habitantes dos aldeamentos indigenas livres não mais fôsem alugados annualmente durante seis mezes, mas sómente dous mezes por anno, afim de trabalharem para os



colonos brancos; e finalmente, terceira lei, de 30 de Abril de 1680, restituiu os plenos poderes sobre a população indigena, a fiscalização temporal tanto como o cuidado das almas, exclusivamente ás mãos dos Jesuitas.

Pode-se imaginar quanto descontentamento estas leis produziram; eram ainda mais desfavoraveis aos interesses materiaes dos colonos do que antes o decreto de 1655, por motivo do qual o povo se havia abertamente revoltado.

★ ★ ★

Sobreveio segunda razão para descontentamento, quando, no anno de 1682, o govérno da mãe-patria deu a uma companhia de negociantes portuguezes um privilegio de vinte annos para o exclusivo commercio do Maranhão, ao passo que até então, ao menos, todos os Portuguezes tinham alli igual liberdade de commercio. De facto, similhante monopolio é sempre odioso e prejudicial para uma colonia; duplamente se resentiu, porém, o Maranhão. Como na maioria dos Estados escravocratas, tambem aqui se considerava o trabalho braçal na lavoura, justamente porque cahia de preferencia ao escravo, como indigno do branco livre, que quanto possivel o evitava; em compensação a actividade da população dedicava-se de preferencia ao commercio, de sorte que em quasi nenhum outro logar, relativamente, existiam mais negociantes, mercieiros, vendedores ambulantes do que aqui; mesmo os ecclesiasticos, e, apesar de insistentes prohibições, tambem os funcionarios da corôa eram interessados no commercio; e agora ia tudo isso acabar, em favor de uma Companhia e de seus agentes.

Essa sociedade privilegiada, além disso, parece que abusou demais de sua vantagem; na verdade, os preços de cada artigo de commercio em retalho estavam desde logo estipulados no privilegio, porém indemnizavam-se os especuladores desse constrangimento, falsificando a qualidade e quantidade das mercadorias. Por outro lado, o privilegio tambem continha uma clausula que de certo modo poderia reconciliar os Maranhenses com o nôvo monopolio, isto é, a Companhia havia assumido a obrigação de fornecer annualmente 500 escravos negros, ao preço fixo de cem mil réis por cabeça, e tal introduccão teria sido muito desejavel num paiz tão pobre em braços de trabalho; porém esta obrigação não foi cumprida; passou-se o primeiro anno, e

nem um só negro desembarcou na costa. Então o descontentamento não se conteve mais.

Em Belém, sob as vistas e a vigilância do governador-geral, limitou-se o povo a recorrer aos meios legais, fez uma petição ao rei para supressão do monopólio e ao mesmo tempo restabelecimento da escravização dos Índios. Ao contrário, em São Luis os acontecimentos tomaram feição perigosa, pois ali estava o governo nas mãos de um fraco logar-tenente do governador, ao passo que os descontentes, de seu lado, tinham como chefe um concidadão habil e resoluto.

Era elle Manuel Beckman, estrangeiro, como o seu nome indica, talvez de origem alemã ou hollandeza, porém nascido em Lisboa (52) e agora estabelecido numa fazenda á margem do rio Meari (provincia do Maranhão), homem de não pequenos dotes intellectuaes, mas que, como fazendeiro, compartilhava plenamente das idéas de seus vizinhos a respeito dos Índios, dos Jesuitas e do monopólio; além disso, elle guardava particular resentimento contra o governo colonial que o havia antes, de modo bastante arbitrário, condemnado a longo exílio por causa de machinações revolucionarias. Na sua fazenda se fizeram as primeiras reuniões secretas dos conjurados; dalli partiam por vias secretas as cartas que espalhavam por todos os lados as sementes da revolução; e nessa obra de sublevação elle encontrou, na maioria do clero, collaboradores mais que promptos.

Houve mesmo um religioso que se permittiu de, na cathedra de São Luis, prégar abertamente contra o monopólio e exhortar o povo a defender-se a si proprio, porque por milagres debalde se esperaria!

Quando os animos se achavam bastante preparados, appareceu o proprio Beckman em São Luis, onde elle já contava mais de 60 cúmplices, para aguardar o momento opportuno. Este não tardou. Ao findar a tarde, a 24 de Fevereiro de 1684, teve logar uma procissão nocturna que

---

(52) Diz Handelman que Manuel Beckman era "talvez, de origem alemã ou hollandeza, porém nascido em Lisboa". João Francisco Lisboa (*Obras*, São Luiz do Maranhão, 1865, vol. III, pag. 205) affirma que Manuel Beckman nascera na capital lusitana, provindo "de pae alemão e mãe portugueza". E, corroborando o que já antes havia asseverado Gonçalves Dias (in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. XVI, pag. 378), accrescenta que o sobre-dicto chefe da revolta maranhense de 1684 aportuguezara o seu cognome, transformando *Bekman* (aliás, *Beckman*) em *Bequímão*.

levava a imagem de um sancto de uma egreja para outra; os conjurados aproveitaram esta occasião para convocar dissimuladamente o numeroso ajuntamento de povo para uma reunião que teria logar immediatamente depois, á meia-noite de 24 para 25.

Quasi todos compareceram no logar determinado, no adro do convento franciscano, justamente deante das portas da cidade, onde então Beckman num discurso vehemente lhes explicou a situação das cousas.

"Não resta outra cousa, — concluiu elle, — sinão cada um defender-se por si mesmo; duas cousas são necessarias: a revogação do monopolio e a expulsão dos Jesuitas, afim de se recuperar a mão livre no que diz respeito ao commercio e aos Indios; depois haverá tempo de mandar ao rei representantes eleitos e obter a sanção d'elle".

Sómente uma voz em todo o ajuntamento se elevou com palavras de advertencia; porém essa voz foi abafada pelos applausos dos demais; mesmo si não fosse a protecção que lhe deu Thomaz Beckman, irmão do agitador, o seu protesto poderia ter-lhe custado a vida.

E agora cumpria aproveitar rapidamente o momento, as boas disposições da hora; um dos presentes, Manuel Serram de Castro, puxou a espada: "Era agora ou nunca o tempo opportuno para agir!" Todos imitaram o seu exemplo. Correram de volta á cidade, atacaram de surpresa e prenderam o sub-governador, as auctoridades civis e militares; a guarnição adheriu aos revoltosos, e, antes de amanhecer o dia 25 de Fevereiro, estava toda a cidade, com o arsenal e todas as fortalezas, nas mãos dos revolucionarios. Logo em seguida convocaram uma juncta dos tres estados, na qual cada um delles, clero, nobreza e povo, tinha dous representantes; reuniu-se ella, e, sob a preponderante influencia de Beckman, decretou a revogação do monopolio, a expulsão dos Jesuitas, finalmente, a deposição do sub-governador e do governador-geral, resoluções que foram aclamadas tumultuosamente pelo povo rejubilante, sancionadas com todas as formalidades pelo Conselho Municipal e depois solennizadas por festivo *Te-Deum* na egreja matriz.

A revolução triumphante agora constituiu-se regularmente; o poder executivo era conferido a uma commissão de tres nobres, com a cooperação das auctoridades civis ordinarias; assistiam-lhe dous "Procuradores do Povo" que eram presentes ás deliberações e olhavam pelos interesses de seus eleitores.

Entre esses procuradores estava o proprio agitador Manuel Beckman, que, por seu espirito e sua influencia sobre as massas, dominava todos os demais, e dentro de pouco tempo transformou de tal modo as recém-creadas auctoridades revolucionarias, que só restaram entre ellas os seus mais dedicados partidarios; estava assim, de facto, si não de nome, todo o poder nas suas mãos, e elle manejava-o com o maior rigor, de modo que nenhuma divergencia podia manifestar-se. Entre os funcionarios, quem não parecesse seguro era despedido; a guarnição e a milicia fôram reorganizadas, sob novos officiaes; finalmente, no domingo de Ramos de 1684, foi tambem executado o decreto de banimento contra os Jesuitas; elles fôram deportados, parte para Pernambuco, parte para Belém.

Nesse interim procuraram os despotas do Maranhão tambem attrahir ao seu partido a capitania ermã, do Pará; um frade seguiu para Belém, levando correspondencia; porém o Conselho Municipal de lá informou immediatamente o governador-geral da proposta e pediu o seu auxilio para castigar os rebeldes. No primeiro momento Francisco de Sá de Meneses logo declarou que elle proprio se poria a caminho contra São Luis; todavia, por dissuasão das auctoridades, elle desistiu do plano, tanto mais porque elle tambem não podia contar, em absoluto, com a fidelidade da população do Pará, e contentou-se em mandar um plenipotenciario. Este, munido com as necessarias cartas dissuasorias, logo se poz a caminho; elle pediu ingresso em São Luis e uma entrevista com os chefes; todavia isto lhe foi recusado, porque não se podia responder por sua vida, e assim elle teve que voltar, nada feito. Segundo negociador, embora fosse admittido, não teve melhor sorte; era investido de plenos poderes para offerecer a todos completa amnistia, a Beckman especialmente uma quantia de 4.000 cruzados, e a perspectiva de honrarias e postos, si se submettessem; contudo, Beckman repelliu com desprezo o subôrno e ordenou que o enviado se retirasse immediatamente de São Luis. Com isso estava plenamente declarado o rompimento. Os movimentos revolucionarios anteriores, como os de 1661, ainda haviam guardado as apparencias de legalidade, e ao menos respeitado os funcionarios da corôa; esta vez, porém, haviam os chefes, logo de comêço, lançado na prisão o sub-governador, proclamado a deposição do governador-geral, e agora, apesar de duas intimações, se haviam recusado a voltar á obediencia;

tractava-se evidentemente de uma revolução, que só vencedora podia achar perdão.

Até a esse ponto havia Beckman arrastado o povo, no primeiro calor do enthusiasmo; porém a maioria aterrou-se agora com as consequencias futuras, e por suas meias-medidas a obrigou a tomar de nôvo o caminho da legalidade.. O seu irmão, Thomaz Beckman, foi enviado a Lisbôa, afim de tractar com o govêrno; ao mesmo tempo consentiu-se que Miguel Bello da Costa, nomeado pelo governador-geral commandante da cidade, assumisse o seu cargo. Este official demonstrou-se perigoso adversario; elle reorganizou a guarnição; os voluntarios, que ao primeiro enthusiasmo haviam tomado as armas e agora estavam mais que fartos do serviço, elle, de bom grado, os despediu, e conservou sob as bandeiras sómente os soldados effectivos, nos quaes elle podia de nôvo confiar completamente.

Por outro lado, a gente da lavoura, que no princípio do motim havia em grandes bandos affluido á cidade, agora pouco a pouco voltava para casa, ás suas occupações. Assim ficou Miguel Bello, embora nominalmente subordinado, dentro em breve com egualdade de poder deante das auctoridades revolucionarias.

Não passava despercebida a Beckman esta mudança da situação; elle comprehendeu que a sua posição se tornava de dia para dia mais insustentavel, carecia de ser de nôvo fortalecida; para esse fim convocou elle uma reunião do povo, na qual elle queria que lhe conferissem a dignidade de commandante superior da capitania do Maranhão, com poderes dictatoriaes. Todavia, esse plano fracassou; informado a tempo, o commandante da cidade tomou com as tropas tal posição, que os partidarios de Beckman não ousaram expor-se, e o proprio agitador se retirou para a sua casa.

Com isto quebrava-se a fôrça da revolução; si Miguel Bello, ou talvez o governador-geral, houvesse procedido energicamente, todo o Maranhão teria voltado á ordem. Contudo, Beckman não deu por perdida a partida; elle estabeleceu relações com João de Lima, Portuguez de origem elevada, que, depois de mocidade tormentosa, se havia devotado ao officio de flibusteiro e agora tornava inseguras as aguas do Norte do Brasil, com uma esquadra de piratas; a este elle chamou em seu soccorro, offereceu-lhe o porto de São Luis e a cidade para refugio; e, como parece, estava elle então firmemente resolvido a fazer aberta resistencia á corôa



de Portugal. Por outro lado, o commandante da cidade e o governo colonial não ousavam dar golpe decisivo; elles esperavam reforços de Portugal; e assim se prolongou a insurreição do Maranhão até ao anno seguinte, 1685.

Entretanto o gabinete de Lisboa acompanhava o estado de cousas no Maranhão com a maxima attenção. Receava-se que os insurrectos se lançassem aos braços dos seus vizinhos, o governo colonial de Caiena; e de tal oportunidade não deixaria certamente de se utilizar o rei de França daquelle tempo, o ambicioso Luiz XIV, tanto mais porque desde muito já elle lançava vistas cubiçosas para o valle do Amazonas e as terras do Norte do Brasil. Por este motivo foram tomadas as necessarias disposições, a toda a pressa, armados uns duzentos soldados, dous navios, e o commando supremo da expedição, junctamente com o governo geral do Maranhão, o rei d. Pedro II os passou ás mãos de um experimentado estadista e militar, Gomes Freire de Andrada (53).

Este assumiu promptamente a incumbencia, porém exigiu plenos poderes, os mais amplos, porque só assim elle podia tomar toda a responsabilidade. Isto lhe foi concedido; e Gomes Freire escolheu, elle proprio, então, com a maior habilitade, os mais distinctos funcionarios que o deviam acompanhar, tudo gente que pela capacidade, em parte tambem pelo conhecimento das condições locais ou pelas ligações de familia no Maranhão, era especialmente apta para esse serviço; ao mesmo tempo activava elle os preparativos, muitos dos quaes á sua custa, de modo que já a 25 de Março de 1685 poudo fazer-se de vela.

Em São Luis, á vista das costumadas delongas anteriores, não se tinha absolutamente imaginado que o governo fosse desta vez providenciar tão rapidamente. Quando á tarde de 15 de Maio a esquadra ancorou alli no porto, julgou o governo revolucionario reconhecer nella o pirata João de Lima e mandou immediatamente um enviado a bordo. Naturalmente, este último teve a maior surpresa ao encontrar, ao invés dos desejados alliados, o novo governador-geral; todavia, o acolhimento amigavel e o interesse com que este último falou dos

---

(53) O governador-geral do Maranhão, nomeado por d. Pedro II para jugular a revolta de 1684, Gomes Freire de Andrada (nome que Handelman grapha ás vezes *Gomez* e sempre *Freyre*), era avô do seu homonymo, conde de Bobadella, que falleceu aqui a 1º de Janeiro de 1763, depois de trinta annos de actividade administrativa e bellica no sul do Brasil.

padecimentos do povo, dissiparam todo o seu receio e quando, á despedida, Gomes Freire indicou dous passageiros extenuados pelo enjôo do mar, que suspiravam por se achar em terra firme, o enviado logo se mostrou solcito em leva-los á cidade no seu bote.

Eram elles um official portuguez, Moraes, e um cidadão de Belém; apenas desembarcados, procuraram estes em São Luis os seus parentes e amigos e ainda na mesma noite voltou um delles para bordo, com a informação de que uma grande maioria dos cidadãos desejava o restabelecimento da ordem, e estava prompta, no caso de necessidade, a prestar auxilio para esse fim. Chegaram recados do mesmo teôr de muitas localidades vizinhas, que logo, á vista das bandeiras reaes nos mastros, accudiram para se pôr em communicação com os navios; e assim resolveu o governador-geral tentar o desembarque já no dia seguinte de manhã.

O partido revolucionario achava-se, entretanto, em plena dissolução. A narrativa do enviado sôbre o acolhimento amigavel a bordo produziu profunda impressão; além disso, o nome de Gomes Freire, as suas qualidades militares, tanto como o seu bom coração, eram conhecidos em geral; e a maioria achou de bom conselho submeter-se sem mais. Sômente aquelles que se haviam demasiadamente compromettido, para que pudessem esperar perdão, insistiram em que se oppuzesse resistencia ao desembarque do governador-geral, ou que se lhe impuzesse primeiramente a condição de dar amnistia geral; e Beckman convocou uma reunião do povo para a manhã seguinte, na qual elle esperava obter uma resolução nesse sentido.

Todavia, Gomes Freire não lhe deixou tempo para isso, pois, logo que alvoreceu o dia, entrou a todo panno no porto; na verdade, apressou-se ao seu encontro uma deputação do Conselho Municipal, com o pedido de que elle esperasse mais um dia, afim de se disporem os preparativos para a sua recepção festiva; porém ella recebeu, com toda a cortezia, uma resposta negativa, e os navios proseguiram.

E apenas lançadas as ancoras no porto, logo foram deitados á agua dous botes, com 50 soldados, que immediatamente, sem reacção, tomaram posse das mais importantes baterias do porto; com elles fraternizou a guarnição de São Luis e uma multidão dos mais resolutos cidadãos e trabalhadores da lavoura, sob o commando de Moraes;

alguns minutos depois desembarcou o proprio Gomes Freire. Tudo isto aconteceu á vista de immenso ajuntamento de povo que se comprimia á beira do mar, irresoluto si devia dar ouvido ás intimações de Beckman, si devia, calado, submeter-se; a attitude calma, decidida do governador-geral fez pender a balança, tudo affluio para elle. Beckman e seus companheiros tractaram de escapar a toda a pressa, afim de se refugiarem nos seus lares; e Gomes Freire fez a sua entrada em São Luis no meio de regosijo do povo e tomou com mão forte as redeas do govêrno; estava finda a revolução. Poucos dias depois, publicou elle uma proclamação, em que concedia pleno perdão ao grosso da população; eram sómente exceptuados os cabeças do motim, e estes não escaparam muito tempo ao braço punidor da lei.

Logo nas primeiras semanas, foram muitos agarrados e encarcerados; de Lisbôa veio um navio que trouxe como prisioneiro o representante do povo, Thomaz Beckman; sómente Manuel Beckman escapou mais tempo a todas as pesquisas, e elle fez ainda diversas vezes baldadas tentativas para libertar das prisões os seus cúmplices; mas afinal, á traição de um joven maranhense, de quem elle havia sido padrinho e tutor, tambem caiu nas mãos da justiça. Um tribunal extraordinario deu a sentença: a maioria dos accusados foi condemnada apenas a pagar as custas do processo; Thomaz Beckman, ao exilio por dez annos; e o frade que havia prégado do pulpito a defesa propria e revolta, foi condemnado a severa clausura no seu convento; sómente Manuel Beckman e Jorge de Sampaio soffreram a pena de morte.

Tambem os bens de Beckman foram confiscados; todavia Gomes Freire na hasta pública comprou-os de seu bolso e os restituiu á viuva e filhos do desgraçado agitador (1685).

Dêstes acontecimentos datam os principios de um regime de ordem, baseada na lei. Na verdade, ficou o povo do Maranhão e do Pará ainda muito tempo desacreditado, por sua desabrida selvageria e violencia; em parte alguma havia tão pouca consideração pela saúde, pela vida dos escravos, assim como dos homens livres, e ainda actualmente em todo o Brasil as leis da moral e do Estado em parte alguma são tanto e tão publicamente transgredidas como alli; porém a história não mais regista revoluções que ameçassem seriamente a existencia e a constituição do Estado, ao menos du-

rante o seculo e meio que se seguiram. E' isto, em grande parte, merecimento de Gomes Freire de Andrada; com a sua brandura inicial conquistou todos os corações; elle os conservou por seu altruismo e zeloso interesse, e assim conseguiu acostumar á obediencia e á ordem a população, de resto exgottada pelas contínuas revoltas.

A actividade pública e privada votou-se novamente aos trabalhos da colonização; novos colonos fôram attrahidos; as tribus selvagens, que já desde muitos annos tinham antigas offensas a vingar e que repetidas vezes atacaram a colonia e devastaram inteiramente muitos trechos de antiga colonização no Amazonas, fôram combatidas e submettidas, e assim começou o paiz pouco a pouco a levantar-se da profunda decadencia; o commércio e a lavoura refloresceram.

Decisiva foi tambem a attitude que Gomes Freire tomou em relação ás duas questões principaes. O monopolio, que a revolução havia abolido, foi na verdade restabelecido, porém logo em seguida pediu elle o parecer dos Conselhos Municipaes de São Luis e Belém, e, como ambos se declarassem unanimes contrarios ao mesmo, então elle advogou e actuou juncto da côrte, para obter a suppressão da Companhia do Maranhão, de sorte que o commércio ficou alli aberto a todos os Portuguezes.

Por outro lado, na questão dos Indios, declarou-se o governador-geral pela manutenção das leis existentes; a liberdade do indigena devia ser respeitada, e quando muito aquelles que fossem aprisionados numa guerra justa ficariam na escravidão; isto era necessario no interesse da religião, porque de outro modo o christianismo jámais criaria raizes entre as tribus selvagens, e era necessario no interesse da corôa e do proprio povo, pois de outro modo nunca desfructariam uma posse tranquilla, nunca trabalhariam em socêgo. Neste sentido falou o proprio Gomes Freire ás auctoridades municipaes, e o povo conformou-se. Havia-se tido nos ultimos decennios a experiencia do que elle lhes dizia; enquanto a lei de 9 de Abril de 1655 vigorava e Vieira actuava, viviam os Portuguezes em paz e amizade com os indigenas; de então para cá, porém, havia-se reaccendido, por toda parte, a hostilidade dos Indios e muitas vezes resultado em prejuizo dos brancos, de modo que agora, como já se mencionou, maiores esforços se impunham para pôr em segurança as fronteiras da colonia. Em consequencia, foram tambem os Jesuitas reconduzidos ao seu collegio de São Luis, e novamente começaram elles, ao

lado das outras ordens de frades, as suas beneficicas actividades das missões.

Depois de dous annos de administração, obteve Gomes Freire de Andrada a exoneração pedida; o povo separou-se delle com pesar. "Si jamais tivessem tido um justo motivo de queixa do rei, escreveu o Conselho Municipal de Belém, esse teria sido a exoneração de Andrada"; e ambas as capitães, Belém e São Luis, decidiram ornamentar os seus paços municipaes com o retrato do meritissimo homem (1687).

Na série dos seus successores, destacam-se sómente alguns nomes: primeiramente Arthur de Sá de Menezes (1687-1690) e Antonio d'Albuquerque (1690-1697), ambos os quaes tiveram com os Francezes de Caiena pequenas questões de fronteira; em seguida Christovam da Costa Freire (54), Senhor de Pancas (1706-1717); depois, Bernardo Pereira de Berredo (1717 e seguintes), notavel como historiador do Estado do Maranhão, e, finalmente, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751 e seguintes), irmão do conhecido marquez de Pombal. Nem todos usaram o simples título do Maranhão; muitas vezes era-lhes tambem acrescentado o do Pará, que até em alguns precedia (capitão-general do Pará e Maranhão),—mudança que não correspondia sinão ao curso natural das cousas, pois naturalmente o Pará alcançava, á medida que avançavam as descobertas e a colonização, com a vastidão phantastica do valle do Amazonas, cada vez maior preponderancia sôbre o pequeno Maranhão; encontravam-se alli os mais avultados interesses, pelo que estabeleceu o governador-geral quasi sempre a sua séde em Belém, ao passo que em São Luis residia apenas um sub-governador.

De um modo geral, não entrando nos méros detalhes de interêsse historico local, pouca cousa se pôde destacar dêsse tempo da história do Maranhão; a vida historica já se confina mais nas regiões distinctas, que pouco a pouco se destacam do corpo principal e formam provincias independentes.

---

(54) O nome exacto do successor de Gomes Freire de Andrada, como governador do Maranhão, é Arthur de Sá e Menezes, e não *Arthur de Sá de Menezes*, como escreve Handelman. Depois de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governou aquelle Estado d. Manuel Rolim de Moura, após o qual veio Christovam da Costa Freire, cuja posse foi em 1707 (e não em 1706, como diz o historiador alemão).



Contudo, antes de passarmos a essa phase, ainda nos resta levar a succinta conclusão os dous assumptos principaes, que foram um dia a causa de tão profunda commoção em todo o Estado: — a questão dos Indios e a do monopolio.

Primeiramente, o monopolio de uma sociedade commercial, que fôra supprimido no anno de 1685, foi restabelecido setenta annos mais tarde e justamente pelo celebre estadista e ministro do rei d. José Manuel — Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, marquez de Pombal. Como se sabe, a requerimento feito ao rei pelos moradores da capitania do Pará, de 15 de Fevereiro de 1754, foi fundada a "Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão", por negociantes de Lisboa, a 6 de Junho de 1755, e no dia seguinte, 7 de Junho, confirmada pelo rei; ella tinha por objecto estimular o commercio e dêste modo ao mesmo tempo cuidar de alli fazer progredir a lavoura e o povoamento, que nestes Estados se achavam em tão grande decadencia; o seu capital inicial foi fixado em 1.200 acções de 400 mil réis cada uma, e sómente os nacionaes ou naturalizados podiam ser accionistas da Companhia.

Não é aqui o logar para aprofundar os motivos dessa medida, pois ella se relaciona de preferencia com a politica commercial geral de Pombal e as condições commerciaes de Portugal; sómente mencionaremos que ella despertou em Lisboa a mais viva opposição dos negociantes nacionaes e residentes estrangeiros. Ao contrário, o povo do Maranhão e do Pará, que antes tão energicamente se oppuzera a este mesmo systema, parece que desta vez se mostrou inteiramente passivo, e tambem esta medida resultou de modo excepcional para vantagem sua. Um tão avultado capital, que devia começar por procurar e fundar campo para suas actividades alli, deu naturalmente poderoso impulso á lavoura e ao commercio.

Agora que se contava certo com comprador, entraram os colonos a colher os productos da matta virgem com a maxima actividade; cacau, arroz e algodão fôram cultivados mais diligentemente; por outro lado, a producção de assucar, fundada logo a princípio, porém que nunca havia tomado importancia, por assim dizer, desappareceu inteiramente. De seu lado a Companhia remediou em certa medida á falta de braços de até então, trazendo para alli, da Costa da Africa, grande número de escravos negros; e assim a permuta de generos, sobretudo em Belém, de anno para anno, ia tomando maior vulto.

Depois da queda do marquez de Pombal, seu fundador (5 de Março de 1777), foi a Companhia abolida; já era mais que tempo, pois o seu capital inicial não mais chegava para as, cada vez, mais avultadas transações. Pará e Maranhão reverteram com isso ao simples monopólio da mãe-pátria, e sob o mesmo permaneceram, até que o decreto de 28 de Janeiro de 1808 abriu os portos de todo o Brasil á navegação de todas as nações amigas e ao commercio mundial.

Tambem a questão dos Indios não passou despercebida á actividade legislativa do marquez de Pombal.

Até ao seu tempo estava de pé a lei de d. Pedro II, de 1º de Abril de 1680, á qual em breve haviam seguido diversos decretos complementares. Em todo caso, ella não foi rigorosamente observada, ao pé da letra; os antigos abusos da escravidão, do commercio humano e da caçada ao homem, persistiram; contudo não se apresentavam mais tão cruamente como em outros tempos, e assim as auctoridades, quando não era de mais, faziam vista grossa sobre aquillo que na maioria dos casos não podiam impedir. Por outro lado, mallogravam-se todos os ataques ao systema, deante da firme decisão do governo portuguez; debalde os Conselhos Municipaes de São Luis e Belém endereçavam petições para o restabelecimento da escravidão dos Indios, com a antiga intensidade, allegando que sem elles o Estado e a lavoura não podiam subsistir; debalde apresentavam queixas e mais queixas contra os missionarios; não achavam satisfação; e quando uma vez, em 1734, se fez devêras uma averiguação, ella redundou em prejuizo dos colonos, em favor do systema vigente; pouco faltou para que os reclamantes fôsem castigados como calumniadores. Nestas circumstancias, o princípio da liberdade dos Indios foi sempre ganhando, pouco a pouco, mais terreno; e para isso muito concorreu o facto de terem agora os fazendeiros opporunidade de recrutar os seus rebanhos de escravos de outro modo melhor.

O tráfico de escravos africanos, que no decorrer do seculo XVIII, e mórmente desde a fundação da Companhia do Maranhão, tomou grande incremento, fornecia negros em massa, e em breve mereceram estes em geral a preferencia, porque superavam de muito os Indios em fôrça e aptidão para o trabalho.

Assim puderam os missionarios durante todo este periodo continuar mais ou menos socegados em sua actividade.

Uma série de missões, aldeias, aldeamentos de Índios mansos, estendeu-se pelo sertão, do Ceará acima, até aos limites da Guiana Franceza e profundamente a dentro pelo valle do Amazonas, ao longo do curso principal e especialmente dos seus affluentes do Norte, onde elles mantinham relações com as missões espanholas do Perú e da Colombia. No anno de 1755 montava o número dessas colonias ecclesiasticas a 60, das quaes pertenciam 28 á Companhia de Jesús, 15 á dos Capuchinhos, 12 á dos Carmelitas e 5 á Ordem dos Mercenarios. Para obviar á concorrência hostil, havia sido attribuida a cada Ordem uma região reservada á sua missão. Contudo, não deixou de haver contendias esporadicas, pois onde essas regiões se tocavam, ora um, ora outro, se julgava lesado; e de uma feita chegou mesmo o caso a aberta hostilidade.

Quando os Jesuitas estabeleceram uma missão no Alto Amazonas, a Oéste da foz do rio Negro (1751), mandou o vizinho missionario carmelita uma partida de Índios, na escuridão da noite, arrancar todas as recentes plantações; os Índios da missão atacada ameaçaram tirar vingança sangrenta; todavia a auctoridade do seu confessor conteve-os, e dentro em breve se restabeleceu o bom accôrdo entre as duas colonias vizinhas. Esta foi a chamada guerra entre os Carmelitas e a Companhia de Jesús.

Quanto ás condições das missões do Maranhão e do Pará, eram estas, apesar de muitos pontos geraes de similitude, essencialmente differentes das missões da America espanhola (California, Paraguai) e mesmo das propriamente brasileiras.

Na verdade tambem aqui estava a auctoridade civil e ecclesiastica ao mesmo tempo nas mãos do missionario, assistido por um chefe indio, o maioral, para cuidar dos negocios; tambem aqui eram os Índios diligentemente instruidos nos mysterios do christianismo, na lavoura e outros officios europeus, ao passo que, por outro lado, se respeitavam a sua nacionalidade e lingua; tal como no Paraguai o guarani, assim se conservou o tupi até hoje no valle do Amazonas, como "lingua geral", ao lado da portugueza. Porém a organização do trabalho era muito diversa.

Em outras partes explorava-se a lavoura, a criação do gado, tudo em commum; o producto das plantações era depositado nos colleiros da missão, dahi repartido a cada um, segundo necessitasse para a sua alimentação e vestuario; aqui, ao contrario, por occasião da divisão annual de terras das

missões, cada familia recebia um pedaço de terra para o seu sustento; a fiscalização limitava-se a fazer que elles cultivassem realmente o seu pedaço de terra e obtivessem sufficientes provisões com que viver; o que sobrava do consumo, podiam elles, á sua vontade, vender ou gastar.

Propriamente para a missão trabalhava sómente um pequeno número, 25 homens annualmente durante seis mezes, que para isso recebiam o salario da lei, o mesmo que teriam a serviço de um fazendeiro; por meio destes colhia o inspector da missão os productos da matta virgem, etc., que eram então mandados em grande quantidade para Belém ou para Lisbôa, aos mercados, e vendidos por conta da missão; com a renda dêsse pequeno commércio tinham os missionarios que custear as despesas para a manutenção e decoraçãõ de suas egrejas e aldeamentos, para o seu sustento proprio, assim como para o desenvolvimento da obra das missões.

Ainda maior contraste offerecia a situação em relação ao exterior.

Na California e no Paraguai, onde os missionarios haviam alcançado formal soberania territorial, elles fechavam as suas missões a todo o mundo exterior; o mesmo se ensaiou no Brasil; a legislação de Pedro II determinava que nenhum Portuguez podia morar nas aldeias dos Indios, sob a pena de exilio si o transgressor era fidalgo, com castigo corporal, si plebeu; mesmo para uma simples visita, era precisa licença formal do governador. Porém estes preceitos não podiam conter o espirito emprehendedor do Brasileiro; licenças especiaes nunca fôram recusadas e os missionarios, de bõa vontade, concediam hospitalidade a todo viajante; assim seguiram os pesquisadores de ouro, os negociantes de Indios, nas pégadas dos apostolos; na sua immediata vizinhança estabeleciam-se colonos, que logo se utilizavam da egreja da missão, como de sua parochia.

E, além disso, houve segunda circumstancia: ainda sempre o Estado e a população de colonos continuavam a ter direito ao trabalho dos Indios das missões, de sorte que cada Indio, entre 13 e 50 annos de idade, devia trabalhar seis mezes do anno para os brancos, mediante um salario estipulado; eram os missionarios obrigados a fornecer de tempos em tempos ao governo, em São Luis ou em Belém, uma lista authentica de todos os seus convertidos, capazes de trabalhar; o governador, por seu lado, dava então a cada fazendeiro que o pretendesse uma concessão de tantos Indios assalariados, e o possuidor de similhante attestado recebia

do missionario o número estipulado, que elle no fim de seis mezes devia restituir, com o salario regulamentar.

Resumamos a distincção. Na California e no Paraguai, era a missão uma grande familia, na qual os Indios convertidos, longe de todo tracto com o mundo exterior, simples povo da natureza, viviam em commum, como pupillos; o missionario era para elles a unica auctoridade espiritual e civil e affeçoavam-se a elle com amor e obediencia infantis. Ao contrário, no Maranhão e no Pará o Indio já tinha propriedade, tinha a sua vida domestica; o mundo de fóra vinha a elle e, inversamente, elle tinha que ir para o mundo — relação que de modo algum influa beneficemente sobre elle, pois os brancos, com os quaes elle tinha sobretudo contacto, eram na verdade os pioneiros, porém, na maioria, também a escória da civilização; o missionario, finalmente, era para elle sómente uma auctoridade civil e ecclesiastica, o instrumento de funcionarios estrangeiros, que por ordem destes entregava periodicamente á servidão dos fazendeiros, não sendo assim possivel desenvolverem-se muito íntimas relações entre o padrinho e os seus Indios convertidos.

Certamente, considerado do poncto de vista theorico, approximava-se a situação no Maranhão mais da idéa de um verdadeiro Estado e não de um simples patriarchado, como na California e no Paraguai; porém, em todo caso, esta última fórmula, entre todos os systemas, foi sempre a mais benefica para o bem-estar physico e espiritual da raça vermelha.

Nesse estado de cousas intromette-se então, profundamente, a legislação do marquez de Pombal. Sabe-se como este tão bem dotado estadista, o primeiro e talvez o mais poderoso representante do despotismo exclarecido, havia assumido a tarefa de reerguer Portugal da profunda decadencia em que jazia, ao bem-estar e importancia dos tempos anteriores, e como elle para esse fim deu inicio a uma completa transformação do Estado.

Nisso tinha elle que reccar naturalmente a opposição de todos aquelles que eram interessados na manutenção do estado das cousas de até então; mormente o clero devia ter aversão a essas mudanças, e neste meio sobretudo a Companhia de Jesús, que desde a subida ao throno da Casa de Bragança dispunha de preponderante influéncia na côrte e no Estado; e já por este motivo, desde o princípio, mostrou-se Pombal o mais acirrado adversario dessa Ordem.



A repercussão logo se fez sentir no Maranhão e Pará. O governador-geral dalli (desde 1751), Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, não se dava ao mínimo trabalho de esconder a sua aversão contra os Jesuitas e em geral contra os frades; elle procurava estorvar e importunar os missionarios de todo modo, e tambem apresentava na côrte queixas que de preferencia feriam os Jesuitas, mas tambem além delles as outras Ordens, que compartilhavam da obra das missões.

“Os missionarios—dizia elle—conservavam os seus pupillos Indios na mais lamentavel servidão, na ignorancia e na miseria, ao passo que se enriqueciam com o trabalho delles; a sua ambição e cobiça eram por egual perigosas: attrahir a si o monopolio e mesmo a soberania sôbre o Estado do Maranhão, talvez seja o alvo de seus exforços”.

Por mais absurdas que fôsem essas accusações, obtiveram alguma consistencia pelos acontecimentos do Paraguai naquelle tempo. Esse territorio de missões dos Jesuitas era justamente então cortado em duas partes pelo ajuste de fronteiras entre a America espanhola e a portugueza; porém, quando se quiz dar cumprimento ás medidas, encontrou-se alli formal resistencia; os Indios das missões, com armas na mão, fizeram frente ás tropas espanholas e portuguezas (1752-1757), si com ou contra a vontade de seus tutores é o que resta a saber. Em todo caso, esses acontecimentos no Paraguai e as queixas que chegavam do Maranhão pareceram ao marquez de Pombal justificativa bastante para proceder contra as missões em geral; elle resolveu pôr termo á auctoridade que os frades exerciam nas missões e collocar os Indios inteiramente sob a jurisdicção das auctoridades civis. Neste sentido publicou elle uma série de ordenações.

Primeiro, fôram publicadas solennemente em Belém e São Luiz as duas antigas bullas do papa Bento XIV, de Fevereiro e Dezembro de 1741, que prohibiam formalmente a todo ecclesiastico e mormente aos Jesuitas todo commércio e toda auctoridade secular, e que além disso prohibiam aos mesmos conservassem no territorio de suas missões Indios como escravos, ou vende-los, etc.

Em seguida, um decreto real, de 6 de Junho de 1755 (sôbre cujas determinações voltaremos), aboliu a escravidão dos Indios, completamente e sem excepção alguma. Finalmente, segunda lei, de 7 de Junho de 1755, retirava dos missionarios toda auctoridade civil, que elles até então exerciam nas suas missões, de par com o cuidado das almas.

"O nôvo systema da completa liberdade da raça vermelha — assim argumentava o mesmo — não podia ser executado sem um govêrno bem organizado e firme; a união do podêr secular e ecclesiastico de até então, numa mesma mão, era contrária ao interesse do Estado, ás leis da egreja, e ao voto monacal. Por isto deviam as missões e aldeias de Indios de até então ser organizadas inteiramente do mesmo modo que as colonias dos brancos, cada uma sob o seu proprio dirigente local e todas sob a fiscalização do govêrno colonial".

Segundo a determinação dessas leis, podiam, contudo, os missionarios, mesmo entregando o podêr civil, ficar como parochos e chefes espirituaes nas suas antigas missões; mas até isto o ermão de Pombal, o governador do Maranhão, soube impedir.

Já se explicou como os missionarios, sem auxílio nem salario algum official, bastavam a si mesmos e á manutenção da sua egreja; agora elles perdiam todo direito ao serviço dos Indios; elles não puderam conseguir ao menos que a cada um fôsem concedidos quatro caçadores e pescadores, com o salario regulamentar, e assim se viram em breve obrigados, por extrema necessidade material, a abandonar os seus antigos postos. Elles recolheram-se aos seus claustros, onde os frades das outras ordens viveram socogados; ao contrário, sôbre os Jesuitas descarregou-se em breve nova perseguição. A tentativa de assassinio contra o rei d. José Manuel, da qual se tornaram culpadas as nobres familias Tavora e Aveiro (3 de Setembro de 1758), deu, como é notorio, um motivo ao marquez de Pombal, ou antes um pretexto, para o decreto de expulsão de 3 de Setembro de 1759 contra todos os membros da Companhia de Jesús, e por toda parte, em Portugal, como em todas as suas colonias, foi o mesmo posto em execução sem contemplações e muitas vezes com atroz severidade. O mesmo aconteceu tambem no Estado do Maranhão; todos os Jesuitas dalli, em número de 115, fôram aprisionados, roubados dos seus bens, mettidos num pequeno navio e, depois de uma viagem tragica, desembarcados nas costas do Estado da Egreja. Era a terceira vez que a Ordem tivera que soffrer aqui o castigo da deportação; aqui, ao menos, ella não havia merecido tal sorte.

Ao mesmo tempo e do mesmo modo fôram tambem os Jesuitas afastados do resto do Brasil, onde elles então ainda possuiam 27 missões (septe na diocese de Pernambuco, nove

na da Bahia, cinco na do Rio de Janeiro, seis na de São Paulo).

Isto quanto ao lado negativo das ordenações de Pombal; si examinarmos agora o que elle quiz pôr no logar das velhas condições que destruiu, veremos que a lei de emancipação, de 6 de Junho de 1755, já continha os traços geraes fundamentaes do nôvo systema, e, mais tarde, no directorio para as aldeias de Indios do Maranhão e Pará (3 de Maio de 1757, que em breve, pelo decreto de 17 de Agostó de 1758, teve validade em todo o Brasil), foi o mesmo fixado em 95 paragraphos, até os ultimos pormenores.

Estas importantes leis, no seu tempo, apenas fôram tomadas em consideração na Europa; mais tarde exaggerou-se-lhes o valor e ainda na actualidade as recommenda um historiador de Portugal (Schaefer, II, cap. X) como modêlo para todas as futuras tentativas de civilizar povos selvagens. Nós, todavia, não podemos concordar com isso.

Em todo caso, um grandioso sentimento humanitario servia-lhes de base: deviam os Indios ser civilizados ao nivel europeu, deviam ser considerados em pé de egualdade com a população colonial branca e fundir-se com ella; porém, abstrahindo inteiramente da questão principal, isto é, si com o estado natural da raça vermelha brasileira tal cousa seria exequivel, os meios para esse fim eram em parte inapplicaveis, em parte inadequados, e muitas das disposições eram francamente contradictorias com a feição humanitaria da lei. O seguinte breve resumo, ao qual somos obrigados a restringir-nos, sufficientemente o indicará.

Primeiro que tudo, determinava a lei: "Todos os Indios deviam ser livres e isentos de toda escravidão; deviam, segundo o seu belprazer, dispôr da sua pessoa e de seus bens, somente obedecer ás leis geraes, e gosar de todas as honras, privilegios e liberdades como os demais subditos, sem excepção nem distincção".

A odiosa separação de até aqui, baseada na ignorancia e na injustiça, entre a gente branca e os Indios, devia cessar; tal qual os brancos, podem elles adoptar nomes de familia e devem ser tractados pelas auctoridades com respeito e consideração; todo individuo de puro sangue indio, que se achar em servidão, poderá, sem mais, reclamar a sua liberdade. Para o futuro, a maldicção da escravidão pesará exclusivamente sôbre a raça africana; os Indios, que se mesclarem com elles, terão de soffer necessariamente as consequencias,

e mestiços com sangue negro, filhos de negras, nascidos na escravidão, escravos serão; e ao mesmo tempo é prohibido com o maximo rigor deixar de considerar a completa separação entre estas duas raças; ninguem poderá, como até aqui era costume, chamar de negros os Indios.

As colonias indias serão organizadas, conforme o seu tamanho, em cidades, villas ou aldeias, e, taes quaes as dos brancos, terão as suas auctoridades municipaes nomeadas dentre os seus moradores; além disso, cada povoação receberá um pedaço de terra como propriedade inalienavel, que será dividida entre as diversas familias, para posse hereditaria; os brancos de modo algum, mesmo por meio legal, poderão adquirir propriedades nessas terras reservadas aos Indios.

Até ahi era perfeita a egualdade e favoravel aos Indios; porém a isso se seguia uma restricção capital. O velho imposto do serviço obrigatorio, embora incompativel com o nôvo systema, era mantido no nôvo regime; em attenção á situação, como antes, eram todos os Indios entre 13 e 60 annos obrigados a trabalhar seis mezes do anno para os colonos brancos, mediante determinado pagamento. E ainda mais, tinha esta nova egualdade de direitos tambem o seu lado de sombra: os Indios deviam agora contribuir para os impostos do Estado; tal qual a população branca, dahi em deante, haviam de pagar o dízimo de todos os seus productos — imposto que no Brasil, como se sabe, tocava á corôa, não ao clero. Além disso, havia mais um encargo. No que dizia respeito á organização interna das povoações indianas, recebiam todas um padre cura, tirado do clero secular, o qual, na maioria dos casos, não pertencia aos ornamentos do seu estado; o govêrno civil, por outro lado, devia ser exercido, em via de regra, por auctoridades municipaes escolhidas entre os habitantes da povoação, tal qual acontecia nas povoações dos brancos. Todavia era evidente que, ao menos no comêço, isto não ia bem; mesmo que se revestissem alguns Indios de titulos e dignidades européas, não bastava isso para se constituir com elles um conselho municipal á européa; impunha-se uma transição, e disso cuidara a lei.

Para cada aldeia india era nomeado um director, que alli devia exercer a tutoria, até certo poneto; sem se immiscuir propriamente no govêrno e na administração, devia elle intervir em tudo, inspecionando, ensinando e estimulando. As suas attribuições eram, portanto, de feição muito vaga, ambigua; por mais que se exforçasse o legislador em precisa-las, sempre a limitação era tenuissima, e com a melhor vontade do mundo



não podia ser observada exactamente; como os Indios eram em tudo completamente inexperientes, tinha o director que se immiscuir necessariamente em todas as cousas, tomar tudo aos seus hombros; toda a auctoridade civil ficou em suas mãos, ao passo que o titular indigena ao lado d'elle não tinha mais significação que antes o maioral (meirinho) junto do missionario.

Quando então succedia cair esse poder, de facto e necessariamente absoluto, em mãos improprias, então tudo se tinha a recear; a lei prescrevia por este motivo que os directores haviam de ser homens de rectidão, zêlo, bom senso, desinteressados e morigerados; porém homens dessa especie não se achavam muitos; e ainda menos tinham vontade de se enterrar no interior das mattas, ao lado de uma tribu de selvagens. Assim, os directores, na maioria, eram homens rudes, ignorantes, que tyrannizavam os pobres Indios da peor fórma e viviam em continua lucta com os padres curas, quando esses tomavam o partido dos opprimidos.

A cousa tornou-se peor ainda por causa de mais outra determinação da lei: os directores não tinham ordenados fixos, porém recebiam como indemnização o sexto de tudo que os Indios produzissem além do necessario para o seu consumo; era, portanto, de seu interesse que elles produzissem o mais possivel, e assim não hesitavam deante de todos os meios para obrigar a duro trabalho os seus subditos.

A situação material da população india, portanto, decididamente peorou com as ordenações de Pombal; elles agora se diziam cidadãos livres, com egualdade de direitos, porém, tanto quanto antes, delles se abusava como escravos do Estado a serviço dos seus concidadãos brancos, durante seis mezes por anno; além disso, agora tinham que entregar um decimo do fructo de seus trabalhos á corôa, uma sexta parte das sobras ao director, e este director não era para elles nenhum bondoso patriarcha, como o era antes o missionario, porém imperava como um feitor de escravos, interesseiro, de coração duro.

Tambem o nivel da cultura espirital nada ganhou. As leis de Pombal prescreviam que se induzissem os Indios a cuidar do seu vestuario e morada á moda portugueza; porém ainda actualmente subsistem os velhos costumes. Ainda mais: que tudo se fizesse para substituir a lingua tupi pela portugueza, como meio mais seguro para civiliza-los, ganhar o seu affecto e assegurar a sua obediencia. Nada se conse-



guiu; o tupi é ainda hoje no sertão a lingua usual do Indio. Outro artigo da lei era directamente impracticavel: em cada aldeia de Indios, estabelecia elle, devem ser installadas duas eschololas, uma de meninos, para instrui-los na religião, leitura, escripta e contas, outra de meninas, afim de, além disso, instrui-las nos trabalhos manuaes femininos. Como si instrucção pública desta especie já existisse então em Portugal! No Brasil, pelo menos, mal a tem actualmente a população branca.

Mais importante, mais judicioso foi o que Pombal prescreveu, mandando que se instigassem os Indios com exhortações e recompensas á actividade e indústria. Assim o haviam feito os missionarios; porém os directores não eram de modo algum adequados a isso, e os novos encargos que o nôvo systema trouxe consigo não podiam propriamente dar estímulo aos diligentes.

Finalmente, para introduzir entre os Indios ainda mais elementos de cultura pessoal e encaminhar a sua fusão com a raça branca, ordenava a legislação que se facilitasse o mais possivel o estabelecimento de colonos brancos dentro ou proximo das aldeias indias; contudo, não podiam estes ultimos nunca adquirir propriedades nas terras reservadas para os Indios e, si elles, por preguiça ou falta de moralidade, dessem mau exemplo, deviam ser immeditamente afastados; casamentos mixtos deviam ser quanto possivel animados, e devia-se explicar ás mulheres brancas que, pelo casamento com um Indio, não soffriam nenhuma diminuição de honra e de condição.

Esta última disposição ficou absolutamente sem effeito; jámais uma mulher de sangue branco puro no Brasil se casaria com um Indio, como na União Norte-Americana não se casará com um negro; ao contrário, os casamentos mixtos de homens brancos com Indias eram e são muito frequentes, especialmente no sertão, porém na maioria irregulares, simples concubinatos.

Por outro lado, houve muitos colonos brancos que se estabeleceram na vizinhança de Indios meio civilizados e mesmo de tribus selvagens, porém não para a vantagem dêstes ultimos; frequentemente elles se apoderaram, apesar de lei, dos terrenos reservados aos Indios e, onde tal não acontecia, actuavam elles, pelo menos, de modo pernicioso, pelo mau exemplo. O pioneiro branco nas selvas do Amazonas é quasi sempre um negociante de Indios, que permuta os productos da matta virgem, o despójo da caçada e da pesca com

mercadorias européas, objectos de adôrno e principalmente aguardente; quasi todos os seus vizinhos Indios são seus devedores e dependem d'elle; elle proprio, dado á embriaguez, e a todos os excessos, vive amancebado com uma India ou sustenta um harem inteiro, que renova a seu bel-prazer.

Quanto a funcionarios publicos e ecclesiasticos, que dão á costa naquellas regiões, em geral não são de melhor estôfo. Mesmo ao mais zeloso e respeitavel padre cura, sob taes condições não restava outro alvitre sinão dirigir a seguinte exhortação aos Indios: "Não se afflijam a respeito dos brancos; elles vão todos para o purgatorio: porém vós não sereis tão nescios ao poncto de vos expordes a igual destino!"

"Os brancos aqui domiciliados — accrescenta o viajante inglez Wallace, que assistiu a essa prédica, em Janeiro de 1851, no Alto Rio Negro (provincia do Alto Amazonas) — riram ás gargalhadas, e os pobres Indios pareciam muito espantados."

Descrevêmos acima, já considerando o futuro, a influencia desastrosa que a legislação de Pombal exerceu sobre as condições materiaes e espirituaes dos Indios; mas resta ainda narrar uma consequencia funesta.

Aquella grandiosa successão de missões e aldeamentos, que se extendiam através do Estado do Maranhão e contavam no anno de 1755 sessenta nucleos, como que desaparecera completamente. Apenas dez annos antes, o afamado viajante francez Condamine havia visitado as missões portuguezas no Amazonas e elle as descrevia muito favoravelmente; as egrejas e as casas dos parochos eram construidas de alvenaria, as choupanas dos Indios eram de material mais leve, porém se achavam em bom estado; utensilios e ornamentos europeus existiam em abundancia, e os missionarios podiam gabar-se de que aos domingos, na missa, os seus protegidos Indios se apresentavam tão bem vestidos como os seus vizinhos, os colonos brancos. Trinta annos depois, 1784-1788, empreendeu o então bispo do Pará, d. Caetano Brandão, uma viagem de inspecção aos mesmos territorios, e a sua descripção já foi bem differente; sómente poucos aldeamentos, tendo á testa um director humanitario e um virtuoso parochos, ainda gosavam de certa prosperidade; porém, na maioria delles, quasi não restava vestigio do primitivo bem-estar; as casas jaziam em ruinas, na praça do mercado crescia o

matto, os campos de plantio tornados bravios; todas as indústrias que os Jesuitas haviam fundado, os fornos de cal, as olarias, as manufacturas de algodão, estavam decaídas; os Indios viviam em miseraveis choupanas sujas, na maior indigencia e não tinham outra preocupação sinão satisfazer as mais grosseiras necessidades animaes. Diminuiu a população; ninguem mais, como antes os missionarios, penetrava nas profundezas das mattas virgens, afim de catechizar os selvagens, convence-los á submissão.

Na verdade, algumas hordas fracas, apertadas por vizinhos mais poderosos (na primeira metade do seculo XVIII appareceram duas numerosas tribus, os Muras e os Mundrucus (55), no valle do Amazonas, como fortes conquistadores ainda procuraram protecção juncto das auctoridades portuguezas e agasalho nos aldeamentos; porém, em troca, pelo menos, outro tanto dos antigos habitantes meio civilizados foram-se para longe, parte para a vizinhança das colonias dos brancos, onde como jornaleiros ganhavam o seu sustento, parte para o sertão, onde regressaram ao modo de vida barbaro de seus antepassados. Nestas circumstancias, ora aqui ora alli, uma das antigas missões ficara completamente despovoada; outras mais fracas desappareceram, e assim, de decennio em decennio, o seu número foi sempre escasseando.

Sôbre o decurso ulterior dos factos, pouco ha para relatar. Cêrca de uns cincoenta annos depois de decretadas as leis pombalinas, findou o estado de transição por ellas determinado; o principe regente, mais tarde rei d. João VI (1799 e seguintes), acabou com os directores e a obrigatoriedade do trabalho, de modo que os Indios ficaram inteiramente entregues a si mesmos, o que, si não peorou directamente o estado de cousas, tambem absolutamente não o melhorou. Seguiu-se depois para o Brasil uma quadra agitada, em que havia mais no que pensar do que nesta questão, e assim ella ficou completamente estacionaria, até que, a 24 de Julho de 1845, appareceu de novo um regulamento para os aldeamentos de Indios pacificos; todavia, tambem este não deu bom resultado. Em seguida, o govêrno, por isso, reuniu, a título de ensaio, nos aldeamentos recém-fundados,

---

(55) Handelmann grapha aqui (bem como ainda mais adiante, á pag. 310) *Mundrucus*, em logar de *Mundurucús*. Veja-se, a proposito dessa tribu, a nossa segunda nota ao cap. I.

o podêr espiritual e secular nas mãos de um missionario — portanto, um regresso ao systema que vigorava antes do anno 1755. O tempo dirá si se adoptara de nôvo este systema como principio, si nas condições tão mudadas elle se poderá manter com proveito, como antigamente; de todo modo, os missionarios, a bem dizer, terão de recommear de nôvo. Pois em todo o conjuncto do antigo Estado do Maranhão, onde antes floresciam 60 missões, actualmente ficaram sómente 20 aldeamentos indios: quatro na provincia do Alto Amazonas, no Pará seis, com 3.100 almas, e no Maranhão dez, com 4.000 almas (Relatorio official de 11 de Maio de 1855).

Assim, accompanhámos a questão dos Indios, nos seus traços geraes e em face da legislação, até ao fim; agora, em conclusão, devemos ainda acrescentar que, sob todos os systemas e apesar de todos elles, os velhos abusos continuaram secretamente e continuam sempre. Ainda na actualidade se fazem caçadas ao homem; existe uma especie de escravidão de Indios. “Quando os mercadores de Indios penetram no sertão — assim escreve o viajante Wallace — elles levam muitas vezes a encommenda de negociantes ou mesmo das auctoridades, de lhes arranjarrem uns meninos ou meninas indias; toda a gente sabe que isto só é possível de um modo, e a cousa é, por conseguinte, até certo poncto, formalmente permittida pelas auctoridades”.

O mercador de Indios entende-se com uma tribu amiga, que então vai atacar um outro aldeamento de selvagens, e os que, nesse ataque, não morrem, são trazidos amarrados para a venda. Estes prisioneiros são entregues, em seguida, aos committentes e tornam-se servos nas suas casas; “perante a lei, elles são livres e podem abandonar os seus amos, logo que o desejarem; porém raras vezes o fazem, si fôram apanhados creanças e amansados”.

Muitas vezes os funcionarios tomam parte directa nessas empresas; o acima citado viajante narra como, em Março de 1852, um tenente brasileiro, que o govêrno provincial do Alto Amazonas mandara em uma especie de missão diplomatica ás tribus amigas do Rio Negro, se aproveitou desta oppor-tunidade; por toda parte mobilizou homens e atacou de surpresa os selvagens Caparanas (56), a 4 de Abril regressou a expedição, toda uma frota de canôas, em triumpho, e trazia vinte prisioneiros, entre elles um homem; os restantes eram mulheres e creanças; no ataque fôram mortos, do lado brasileiro, um só homem, do lado dos Caparanas sete homens e

uma mulher; os demais escaparam. E finalmente: que outra cousa era sinão rapto de homens, quando em Belém, para completar o recrutamento, especialmente da frota, todo Indio que na boa fé navegava rio abaixo, trazendo os seus productos, era agarrado á força e mettido na farda? Chamava-se a isto "alistamento voluntario".

Assim foi durante muitos annos, e o estado de cousas tornou-se afinal tão grave, que os indigenas do sertão, com grande prejuizo do commercio, quasi não ousavam mais entrar nas cidades; só então, e aos mais vivos protestos da população, que ameaçava um levante, o governo imperial brasileiro poz termo aos abusos (primavera de 1848); a provincia do Pará (junctamente com o Alto Amazonas), que até então fornecia a maioria dos recrutas (calculam-se desde 1835 em perto de 10.000 homens), naturalmente quasi todos Indios e mestiços, foi inteiramente desobrigada do recrutamento durante quinze annos.

Tambem o preconceito contra a população indigena é sempre o mesmo de antes, e parece mesmo especialmente hostil agora, que o progresso do commercio no Amazonas faz sentir de nôvo a falta de braços para o trabalho.

O tenente norte-americano Herndon narrou-nos uma conversação que elle teve em Março de 1852 com um digno senhor de idade, o juiz municipal de um logarejo no rio Xingú (provincia do Pará); nós a reproduzimos aqui, porque é uma descripção, na verdade crua, porém, no fundo, certamente fiel, da opinião pública. "Nós falavamos — diz elle — sobre projectos de reforma em favor da população india. O juiz municipal julgava ser necessario empregar fôrça militar, afim de subjuga-la inteiramente; era mistér força-la de todo modo a trabalhar (portanto, o mesmo desejo de escravidão india e trabalho obrigatorio, como no seculo XVII). Eu lhe respondi que um Portuguez me dissera que a melhor reforma seria enforçar todos os Indios. Com isto o meu amigo pareceu ficar um tanto horrorizado: não havia necessidade de remedio tão radical; contudo, elle concordava em que

---

(56) O historiador alemão faz aqui (e tambem logo adeante), referencia a uns selvagens *Caparanas*, do rio Negro, no valle do nosso rio-mar. Nunca houve alli selvicolas com semelhante denominação. Handermann, provavelmente, quiz referir-se aos *Caripúnás*, "considerados os beduinos da America", conforme assevera Araujo e Amazonas (*op. cit.*, pag. 88), e que habitavam na região convizinha da Caribana.



seria de vantagem matar os velhos; porém podia-se mata-los a tiro. Creio que o homem falava mesmo a serio (*bona fide*)".

A questão indigena, a questão da posição que a população aborigine deve occupar no Estado, ainda não está resolvida, ao menos nas provincias do Amazonas; ainda sempre as opiniões se combatem, como nos principios da história colonial, embora desde muito não façam guerra propriamente dicta uns aos outros. A discordia, todavia, durou bastante, causou bastantes males. Si desde o principio se houvesse somente adoptado com coherencia e applicado um dos dous systemas, mesmo o peor, teria sido preferivel ás eternas mudanças que impediam toda a estabilização da ordem e estorvavam o progresso do paiz, sem trazerem proveito algum para a causa de humanidade. Agora passou o tempo sobre ambos os systemas; deante da opinião pública do mundo, difficilmente alguem ousará recorrer á escravidão e ao trabalho obrigatorio dos tempos antigos; por outro lado, o systema das missões, agora que a especulação, e o commercio mundial penetram no valle do Amazonas, já não terá mais razão de ser. Egualmente é hoje impossivel, já é tarde, para tomar o expediente que os norte-americanos desde o principio tomaram; si se quizesse excluir a raça indigena do Estado e interna-la no sertão, não somente elles se opporiam, como tambem a raça branca.

Pois somente as poucas tribus que vivem longe das arterias principaes de communicações, nos territorios de fronteira, perto das nações vizinhas e da provincia de Matto-Grosso, conservaram os costumes dos seus antepassados mais ou menos puros; os mais estão em constantes relações com os brancos, perderam, uns mais, outros menos, as suas peculiaridades nacionaes e vivem segundo as exterioridades do catholicismo, em estado meio civilizado, povo ignorante e miseravel, desleixado e indolente. Não obstante, constituem elles (ao lado dos escravos negros) a classe dos trabalhadores propriamente dictos; elles colhem os productos da matta virgem, servem como caçadores, como pescadores, como barqueiros, e, por mais mediocre e desvalioso que seja, em summa, o seu serviço, de modo algum se póde dispensa-lo. Essa massa indistincta, meio selvagem, de Indios e de mestiços, os denominados Tapuias, constitue a parte principal da população total do valle do Amazonas; faz vinte annos, na grande revolta de 1835, elles demonstraram que perigosa arma elles são nas mãos de um rebelde decidido, e como são capazes de, com um levante, destruir num apice o bem-es-

tar de toda a vastidão da região por annos e annos. Portanto, tem o estadista brasileiro sempre motivo para reflectir sobre a questão dos Indios.

★ ★ ★

A segunda secção da história do Estado do Maranhão, para a qual agora passamos, occupa-se com a formação da independencia das suas differentes regiões e seu destino ulterior; e começamos por aquella região que, pelo tamanho e importancia, excede a todas as outras.

A capitania, mais tarde capitania-geral, e, segundo a denominação moderna, provincia do Pará ou do Grão-Pará, como se sabe, comprehendia até a poucos annos o conjuncto do valle do Amazonas brasileiro ao Norte do grau 8-9, latitude sul, uma superficie de cerca de 89.000 leguas quadradas portuguezas. Ahi se costumavam distinguir antigamente duas grandes porções de territorio por nomes differentes; assim, pelo facto de se incluirem durante muito tempo sob o nome commum de Guiana todas as terras entre o Orenoco e o Amazonas, chamava-se a menor porção da provincia, ao Norte do Amazonas, de Guiana portugueza ou brasileira; porém a outra parte no extremo Oeste, entre o Amazonas e o rio Madeira, denominava-se a região do Solimões; contudo, ambas estas denominações eram méras noções geographicas. Por outro lado, a verdadeira divisão politica, o número de districtos de governo, que se chamavam antes capitancias, actualmente comarcas, naturalmente foi de tempos em tempos mudando; portanto, seria inutil seguirmos essas oscillações.

Da história especial do Pará pouco resta a acrescentar, de parte o ponto mais importante, a questão dos Indios; e, na verdade, durante todo o seculo XVIII, o unico acontecimento de interesse historico é a formação separada da provincia, o seu desmembramento do antigo Estado do Maranhão. A separação fez-se a principio em assumptos ecclesiasticos. No anno de 1719 retirou o papa Clemente XI, de combinação com o rei d. João V de Portugal, a provincia do Pará da auctoridade do bispo de São Luis do Maranhão, e erigiu em Belém um bispado proprio, ao qual era sujeito todo

o interior occidental, isto é, além do Pará, ainda Goiaz e Matto Grosso; os dous últimos fôram, todavia, por sua vez, separados pela bulla papal de 6 de Dezembro de 1746, e a diocese do bispo de Belém comprehende, por conseguinte, actualmente, só as provincias do Pará e Alto Amazonas.

Não é tão clara e tão precisa a separação política. O curso de nossa narração historica assignalou que o governador-geral do Estado do Maranhão residia sempre alternadamente em uma das capitaes, ora em Belém, ora em São Luis, e na verdade, desde o fim do seculo XVII, de preferéncia em Belém; durante a sua ausencia, governava na segunda capital um logar-tenente, que se achava, segundo o sentido das suas instrucções, em maior ou menor subordinação; para consummar a separação, bastava, portanto, que o segundo governador obtivesse para o seu territorio plenos poderes e direitos eguaes aos do governador-geral. Isto parece ter sido a regra, desde o ministerio Pombal (cêrca de 1760); Pará e Maranhão fôram desde então provincias equiparadas, ambas sujeitas apenas ao gabinete de Lisbôa, e extinguiu-se o velho Estado do Maranhão.

Nesse interim, progredia incessantemente a colonização, não em todas as direcções como a norte-americana, porém (exceptuadas as colonias da costa, que se extendiam desde os limites do Maranhão, sôbre a ilha Marajó, até ao cabo Norte) seguindo o curso dos rios. Eram os seus pioneiros os missionarios, os negociantes dos Indios, os caçadores de escravos; atrás dêsses, vinha o colono, que, onde a opporrtunidade de caça ou de pesca convidava, ou onde com uma pequena roçada, ou melhor com a simples colheita dos productos da matta virgem, podia commodamente ganhar o seu sustento, construia a sua ligeira habitação, em nada melhor que as choupanas dos indigenas selvagens.

Dahi se seguiram as missões e finalmente as fortificações do govêrno. Portugal, de facto, vigiava o valle do Amazonas com o mais cioso zêlo, mormente contra a França e a Espanha; logo que as relações se turbavam na Europa e havia perigo imminente de guerra, levantavam-se á margem dos mais importantes rios, dominando a navegação, novas fortalezas, que, restabelecido o socêgo, novamente se deixavam arruinar. Assim fôram os Portuguezes penetrando sem demora no coração do continente; firmaram-se elles, porém, sobretudo em tres cursos de agua. Uma série de colonias foi bordando o caudaloso curso do Amazonas, de Gurupá até á

povoação de São José e ao forte de São Francisco Xavier de Tabatinga, pouco distante dos limites peruanos, fundado cêrca de 1780; segunda série, partindo de Belém, seguia o rio Pará e Tocantins até á embocadura do Araguaia, onde se acha a alfandega da fronteira da provincia de Goiaz, a actual cidadezinha de São João das Duas Barras; terceira série, finalmente, margeava o rio Negro. Os restantes affluentes principaes do rio Amazonas, o rio Xingú, o Tapajoz, o Madeira, fôram colonizados somente na embocadura e algumas leguas a montante. Contudo, sempre o rio Madeira adquiriu grande importancia, pelo facto de constituir o caminho fluvial para o commercio entre o Pará e Matto Grosso; da povoação Borba Moura partiam os navegantes em verdadeiras frotas de canôas, rio acima pelo Madeira, e entravam pelo Guaporé, que os levava a Villa Bella (Matto Grosso); por este caminho abastecia-se a provincia de Matto Grosso, desde 1750, de todas as suas mercadorias, até que, cêrca do anno 1780, as hostilidades continuas dos selvagens Muras e Mundrucus interromperam completamente por muitos annos esse commércio tão rendoso para Belém.

Tiremos dahi as conclusões. A colonização do valle do Amazonas fôra nas linhas geraes rapidamente esboçada; porém Portugal, ao passo que ciosamente excluia todo o estrangeiro, não dispunha elle proprio de homens, nem de capitães bastantes, para preencher as lacunas, e, por isso, até actualmente ficou tudo em esbôço. Assim as provincias do Pará e Alto Amazonas contam (exceptuando-se os Indios ainda selvagens) apenas uns 50.000 habitantes, dêstes 207.400 do Pará (?). As diversas povoações, míseras aldeias ou pequenas cidades insignificantes, estão afastadas muitas leguas umas das outras, e o unico meio de communicação entre ellas é o rio, a via fluvial; as roças nas suas vizinhanças estão como que enterradas na matta virgem, somente accessiveis por estreitas picadas, e por toda parte, logo que o abandono, a interrupção do cultivo offerecem oportunidade, as selvas dentro de curto prazo recuperam o seu perdido predomínio.

O povo, na maioria creado sem instrucção alguma, está ainda por toda parte no grau de cultura de matuto; em parte alguma do Brasil reinam como aqui a indolencia, a violencia, a immoralidade; e antigamente ainda eram os Paraenses famigerados especialmente por sua crueldade contra os escravos; para os negros das provincias do Sul não havia ameaça mais efficaz do que a de serem ven-

didos para o Pará. Somente a capital, Belém, importante como sede das autoridades ecclesiasticas e civis, ainda mais como principal emporio do commercio do valle do Amazonas, havia tomado uma especie de feição européa, sobretudo depois que o marquez de Pombal alli mandou construir magnificos edificios publicos; a elle deve Belém egualmente a sua elevação a cidade de primeira ordem; contudo, só no Brasil póde ella ser como tal considerada.

No anno de 1848, orçava a população urbana somente em 14.010 almas, das quaes 4.726 escravos; e immediatamente ás portas se ostenta ainda a matta tropical primitiva, em todo o seu virginal esplendor.

Da história mais recente do Pará ainda se podem destacar alguns factos. Belém foi a primeira cidade, Pará a primeira provincia do Brasil, onde soldados e povo adheriram á revolução portugueza de Agosto-Septembro de 1820 e reclamaram um governo constitucional (1º de Janeiro de 1821).

Por outro lado, ella foi a última que adheriu á declaração de independencia e ao novo imperio do Brasil; somente em Septembro de 1823, quando um navio de guerra brasileiro, sob o commando do capitão Grenfell, chegou deante da cidade e se apresentou como vanguarda de uma grande esquadra que estava no Maranhão, sob o commando de lord Cochrane, depuzeram as autoridades portuguezas o seu poder, foi instituida uma juncta provincial, e a cidade e a provincia renderam homenagem ao imperador d. Pedro I. Mas immediatamente depois irrompeu uma arruaça em Belém, a qual, em si e por si mesmo insignificante, foi suplantada no mesmo dia com o auxilio dos soldados do mar; contudo, por causa de um tragico incidente, tomou celebridade tremenda.

Os rebeldes prisioneiros, em número de 253, foram levados alta noite ao porto, para bordo de um navio, e alli mettidos num estreito espaço; loucos de sede e de calor, procuraram os desgraçados sair da prisão e alcançar a coberta do navio; porém a guarda os rechassou a tiro; as escotilhas foram fechadas, e para fazer peso foram rolados canhões para cima da cobertura. E então desencadeou-se no estreito e tenebroso porão do navio uma terrivel luta de vida e morte entre os companheiros de infortunio; sem compaixão, os mais fortes calcaram aos pés os mais fracos,



para garantirem para si um lugar, ar para respirar, uma gotta de agua; toda a noite durou o tumulto, ressoou o clamor do desespero, até que finalmente pela madrugada todo o rumor cessou. Era o silencio da morte: quando as escotilhas fôram reabertas, achou a guarda sómente quatro dos prisioneiros ainda com vida; em seguro esconderijo, atrás de uma pipa de agua, haviam escapado á geral mortandade.

De maior importancia historica são os acontecimentos durante a minoridade do imperador d. Pedro II, especialmente a grande revolução dos Cabanos (moradores de cabanas), que assolou de 1835 até 1837 o valle do Amazonas (57). Como todos os levantes daquelle periodo, tambem este apresentava um fim político, sôbre o qual, entretanto, são muito diversas as versões: ora cita-se como motivo o descontentamento com o govêrno provincial, ora cobiças particularistas. Porém era tudo pretexto: o verdadeiro motivo era o odio dos Brasileiros contra os Portuguezes — odio que se originava, não numa passageira antipathia nacional, explicavel logo depois da separação inamistosa entre a patria-mãe e a patria-filha, porém em fundamentaes motivos materiaes; é, por conseguinte, de origem mais antiga e perdura sempre.

Comprehende-se que os Portuguezes preferiam entre todos os paizes da terra emigrar para o Brasil, onde encontram a lingua e os costumes de sua patria e onde podem adaptar-se mais facilmente ás novas condições; o número de Portuguezes aqui é, portanto, muito grande, e quasi sem excepção dedicam-se ao commercio; como mercieiros, vendedores ambulantes, mercadores de Indios, percorrem elles em todos os sentidos o paiz, e, como em geral superam em instrucção, habilidade e, o que é o principal, em actividade os seus indolentes concorrentes brasileiros, alcançam, assim, em toda parte, a supremacia; elles monopolizam o pequeno commercio, e na maioria conseguem dentro de pouco tempo consideravel bem-estar.

O povo baixo brasileiro considera-os verdadeiros sanguessugas estrangeiros (como os Europeus consideram os Judeus);

---

(57) Sôbre a revolta dos *cabanos*, da qual tracta Handelmanm resumidamente, existe um consciencioso e desenvolvido trabalho, com o título *Motins políticos ou história dos principaes acontecimentos políticos da provincia do Pará — Desde o anno de 1821 até 1835* (Rio-Pará, 1865-1891), em cinco vols., devido a Domingos Antonio Raiol, barão de Guajará.

elle odeia os Portuguezes por causa de seu espirito commercial judeu, inveja-lhes a fortuna, e por toda parte, onde se declara algum levante sério, são elles as primeiras vítimas do seu furor. Assim tambem aconteceu aqui no Pará, quer numa arruaça na cidade de Belém (17 de Abril de 1833), quer novamente em 1835. Todavia essa feição primitiva apagou-se, quando os chefes das revoltas chamaram ás armas as populações indias meio selvagens, os Tapuias, e a sublevação apresentou-se como uma guerra de Indios contra os brancos, dos destituidos de bens contra os que possuiam bens.

Definida assim a feição do movimento, cuidemos agora dos factos. Podemos considerar como um preludio os levantantes que começaram em 1834 no rio Acará, algumas leguas a Sudéste de Belém; estes fôram em breve dominados, e o indigitado cabeça do motim, Felix Antonio Clemente Malcher, foi mandado prêso para a cidade.

Porém, logo em seguida, desencadeou-se a borrasca na propria Belém. A 7 de Janeiro de 1835, de manhã muito cedo, rebellou-se a guarda do palacio do govêrno, assassinou o presidente e commandante militar da provincia; a mesma sorte tiveram os officiaes que procuraram restabelecer a ordem; um primeiro sargento assumiu o commando. Toda a guarnição levantou a bandeira da sedição; a plebe adheriu; arrombaram as prisões, soltaram cincoenta presos, entre elles Malcher.

E voltaram-se então contra os Portuguezes; cêrca de uns vinte negociantes abastados fôram trucidados, as suas casas saqueadas, ao passo que uma fila de sentinellas postadas no porto fuzilavam qualquer pessoa que procurasse refugiar-se a bordo dos navios.

Depois dêstes actos de crueldade, tractaram os cabeças de estabelecer nova ordem nas cousas; uma proclamação annunciava que a provincia do Pará, durante a menoridade de d. Pedro II, nada teria que vêr com o govêrno do Rio de Janeiro, nem dalli receberia funcionario, nem ordem alguma; em seguida, por suffragio popular, foi nomeado Malcher presidente, e Francisco Pedro Vinagre commandante militar da provincia. Todavia, estes chefes revolucionarios logo se desavieram; Vinagre, assim que soube que estava resolvida a sua prisão, antecipou-se ao seu rival, chamou ás armas soldados e plebe, a 19 de Fevereiro. Depois de muitos dias de combates, que custaram a vida de uns duzentos homens, conseguiu elle tomar de assalto o forte onde Malcher se havia refugiado; este foi prêso e trucidado, e Vinagre tornou-se

então senhor unico. A noticia dêstes acontecimentos chegou somente ao cabo de 60 dias ao Rio de Janeiro, via Inglaterra (58); assim tiveram os revolucionarios no Pará tempo para se firmar; quando, finalmente, a 12 de Maio, chegou a Belém uma esquadra de treze barcos de guerra, estavam elles bastante fortes para repellir a mesma, impedir qualquer desembarque.

Em breve, porém, seguiram novas fôrças de combate, com ellas um recém-nomeado presidente, Rodriguez (59), e este poudé, sem combater, tomar posse de Belém (24 de Junho). E' que Vinagre se havia retirado para o sertão, onde então elle chamou ás armas os Indios, em massa, e assim accendeu a chamma da rebelião, a guerra dos sem terra (Indios) contra os proprietarios (brancos), em todo o valle do Amazonas. O interior, ou, melhor, a matta virgem ficou em breve nas mãos dos Tapuias sublevados; as reconditas colonias e plantações fôram saqueadas e destruidas, os seus habitantes trucidados; somente as grandes povoações resistiram ainda, porém não muito tempo. Mesmo a capital, Belém, não foi poupada; a 14 de Agôsto appareceu Vinagre com as suas hordas de Indios deante das suas portas; desencadeou-se sangrento combate nas ruas, no qual os Indios matavam desapiedadamente todo branco, sem olhar nacionalidade. Na verdade, os cidadãos fizeram energica resistencia;

(58) As correntes aereas e maritimas, como se sabe, oppõem durante certos periodos do anno extraordinarias difficuldades á ligação directa entre as costas brasileiras norte e oriental; somente a navegação a vapor poudé supera-las; por este motivo preferiu antigamente o govêrno portuguez sujeitar o Estado do Maranhão, portanto, a costa norte, directamente, á côrte de Lisboa e não ao govêrno geral da Bahia (*Nota do auctor*).

(59) Este Rodriguez, a quem se refere assim *tout court* o auctor alemão, é o marechal Manuel Jorge Rodrigues, agraciado (em 1845) com o título de barão de Taquarí (com grandeza). Era portuguez (e, por isso, chamado de "bicudo" pelos *cabanos*), pois nasceu em Lisboa, a 23 de Abril de 1777. Nomeado presidente do Pará, tomou posse do cargo a 26 de Junho de 1835; mas, cêrca de dois mezes depois, a 23 de Agosto, viu-se obrigado a buscar refugio a bordo da fragata *Campista*, surta no porto de Belém. Alli permaneceu longo tempo, tentando ainda dirigir a provincia. Entretanto, Eduardo Francisco Nogueira Angelim tomou conta da capital, a 24 de Agosto de 1835, e, aclamado pelo povo para presidente da provincia, conseguiu manter-se nesse posto até 11 de Abril de 1836, que foi quando assumiu alli o govêrno o marechal Francisco José de Sousa Soares de Andréa (depois barão de Caçapava), que poz termo á porfiada lucta.

tambem os navios estrangeiros, que ancoravam no porto, desembarcaram os seus soldados de marinha; porém, o presidente Rodriguez perdeu o ânimo; abandonou a cidade (23 de Agosto de 1835); e então tractou cada qual, nacional e estrangeiro, de ao menos salvar a vida, com rapida fuga para bordo dos navios. O chefe dos rebeldes, Eduardo (Vinagre morreu no combate), por seu lado fez na verdade o que poute para domar, pelo terror, os selvagens e salvar a vida e os bens, sobretudo dos estrangeiros; tudo, porém, debalde: entre os seus partidarios, declararam-se scisões; violencias de toda especie; assassinio e matança estavam na ordem do dia; todos os negocios ficaram paralisados e a cidade tornou-se deserta.

O mesmo aconteceu em toda a provincia: sómente uma unica cidadezinha no Alto Amazonas (Barra do Rio Negro?) conseguiu conservar a ordem legal durante todo o tempo; todas as outras caíram, uma após a outra, no poder dos rebeldes; dia a dia devastaram os Indios novas plantações, mataram o gado e os escravos, e em diversos vastos districtos nem um homem branco ficou com vida.

Finalmente, em Maio do anno seguinte, chegou do Rio um nôvo presidente provincial, o general Andréa, acompanhado por uma consideravel força de guerra: elle forçou o desembarque, apoderou-se de Belém (13 de Junho de 1836) e declarou o estado de sitio. Pela severidade e energia, conseguiu de nôvo restabelecer a ordem; porém, sómente depois de demoradas e penosas luctas, tanto mais sangrentas, quanto em breve em ambos os partidos, quer dos rebeldes, quer imperia-listas, combatiam Indios selvagens e mansos; só no fim de 1837 estavam as mais importantes povoações ao longo dos rios principaes nas mãos das legitimas auctoridades, e as últimas convulsões duraram até o anno de 1839.

Este levante, denominado dos Cabanos, destruiu quasi completamente o bem-estar da provincia; passou muito tempo antes que os commerciantes estrangeiros e capitaes estrangeiros ousassem alli accudir novamente, antes que os negocios obtivessem a antiga opulencia; e o que era ainda peor: a revolução, segundo se dizia, custára a vida de dez a doze mil homens, dos quaes a maioria succumbiu na lucta, mas tambem muitos pereceram na prisão, á falta de alimentação e pelos crueis tormentos; só a bordo de um navio-

prisão, o *Xin Xin*, morreram no correr de cinco a seis annos 3.000 prisioneiros (60).

★ ★ ★

Ultimamente, foi a provincia do Pará dividida em duas partes; a maior metade, a Oéste de uma linha traçada de Norte a Sul, juncto dos affluentes do Amazonas, — rio Trombetas e rio Tupinambaranas, — foi separada, e, pelo decreto de 5 de Setembro de 1850, constituida em provincia independente, do Alto Amazonas (com 42.600 (?) habitantes). A esta nova provincia couberam, assim, pela divisão de fronteiras que acaba de ser mencionada, todas as colonias ao longo do Amazonas, da Villa Nova da Rainha, rio acima, até á fortaleza da fronteira, Tabatinga, assim como as do rio Madeira; o seu nucleo propriamente dicto, porém, é o que fórma a terceira série de colonias que se escalonam ao longo do rio Negro.

O valle do rio Negro é, na opinião unanime de todos os viajantes, uma das mais bellas regiões da terra e é com tanto maior enthusiasmo gabado pelo facto de serem as

---

(60) No meio das tropas que a regencia brasileira mandou então ao Pará, havia tambem uma porção de Alemães enganados, cuja tragica sorte merece citação especial. O missionario norte-americano Kidder viu-os ainda em 1840, em Belém, prestando serviço de guarda: "A principio 300, elles se fôram reduzindo pelas guerras, doenças e deserções, até ao número de 60". Noticias mais detalhadas encontram-se em Kerst, *Paizes na bacia do Prata* (Berlim, 1852, pag. 7): "Fôram despachados ao Pará no anno de 1838 uns 500 homens, por Antonio da Costa e o armador inglez Wilcox, com a cooperação do consul geral brasileiro em Hamburgo e um dr. Schmidt, ao prego de septe libras por cabeça aos dous primeiros e duas libras por cabeça aos traficantes hamburguezes, no anno de 1838. Quando elles alli chegaram, estava subjugada a revolução e estalara a fome; esses custosos sustentaculos do governo brasileiro já não eram mais necessarios e a sua manutenção dahi em diante seria muito dispendiosa: fôram, por isso, á sua chegada em Belém, tractados como prisioneiros, encarcerados no porão de um navio e vigiados por negros armados de pistolas carregadas.

"A fome os enfureceu, contrahiram febres da agua salobra do rio, que era a sua bebida, de sorte que muitos em delirio se atiraram de bordo ao rio; os restantes, apenas podendo arrastar-se, tinham que limpar as cloacas que circundam a cidade (situada sob o Equador) e que durante annos não haviam sido limpas.

"Assim é o teór das minhas noticias — continua Kerst — que nunca fôram desmentidas, por conseguinte nunca serão desmentidas!" (*Nota do auctor*).



águas muito escuras dêsse rio negro (uma notavel excepção em toda a bacia do Amazonas) completamente isentas da terrivel praga dos venenosos mosquitos. Além disso, é incomparavel a sua importancia para a navegação interior: por um canal natural, o Cassiquiare, elle se comunica com o Orenoco, ao passo que, por outro lado, o seu affluente oriental, de aguas quasi côr de leite, o rio Branco, se origina de nascentes quasi confundidas com as do Essequibo (Guiana).

Este bello rio já desde cêdo attrahiu as vistas dos Portuguezes; nas suas margens fundaram os Carmelitas oito missões de Indios; em seguida, estabeleceram-se colonias de brancos, que se extendiam desde o forte, na embocadura da actual cidade de Barra do Rio Negro, fundada em 1674, até ao forte de São José dos Marabitanas, não distante dos limites da Colombia. Em breve foi o valle do rio elevado a districto autonomo, a princípio com o nome de capitania do Rio Negro, que com o tempo mudou pelo de comarca, finalmente, pelo de provincia do Alto Amazonas; a séde de suas auctoridades era primeiro em Barcellos, porém desde fins do seculo XVIII e actualmente é em Barra do Rio Negro.

Factos historicos, poucos ha para mencionar nesta provincia. Nos humbraes de sua história, apresenta-se um poderoso cacique, Ajuricaba, da raça dos Manãos que, em 1720 dominava o rio Negro com uma frota de canôas, e levava os seus prisioneiros de guerra pelos rios Branco e Essequibo á Guiana, afim de alli os vender como escravos aos Holandezes. Muitas vezes esta sorte tocou tambem aos catechumenos dos Carmelitas, de modo que estes pediram soccorro ao govêrno provincial de Belém; appareceu um destacamento de soldados, e, depois de demorado combate, fôrão aprisionados mais de 2.000 Manãos, entre elles o proprio Ajuricaba, e remettidos para serem julgados em Belém. De caminho, na oscillante canôa que o levava, assim como mais alguns dos seus companheiros de infortunio, fez o ousado selvagem tentativa de se libertar; foi subjugado, amarrado: então elle saltou o bordo da canôa e afundou-se nas aguas do Amazonas. Durante muitos annos ainda era o seu nome recordado, o seu povo esperava a volta do grande cacique!

Depois, no anno de 1757, estalou uma terrivel guerra de Indios. Um Indio convertido foi obrigado pelo missionario a abandonar uma mulher com a qual vivia em casamento livre; irritado ao mais alto grau, tramou uma conspiração com algumas tribus selvagens, assaltou e destruiu a

missão, onde elle havia soffrido a supposta vergonha. Então lhe accudiram em multidão de todos os lados novos confederados selvagens; diversos aldeamentos pacificos e diversas povoações de brancos fôram destruidos; mesmo Barcellos foi ameaçada, e, sem os rapidos soccorros que o govêrno provincial de Belém para alli despachou, toda a colonia portugueza, á margem do rio Negro, teria sido aniquilada.

Estas correrias, depois a transformação e a ruina das missões, em seguida um levante passageiro em que o territorio do Rio Negro formalmente se separou da provincia do Pará, 23 de Junho de 1832, finalmente, a revolução de 1835, que tambem aqui lavrou, — tudo isto muito atrasou o valle do rio, e o Alto Amazonas permanece actualmente num grau de cultura ainda mais baixo que o interior bravio do Pará. A nova capital, Barra, conta só 6.000 habitantes, na maioria Indios e mestiços, e quando muito tem alguma importancia, como praça de commercio dos Indios, no qual quasi todos os cidadãos participam. A velha capital, Barcellos, está quasi deserta; sómente as largas ruas delineadas, que no meio do matto mal se reconhecem, sómente uns blócos de marmore mandados vir de Portugal, desde muitos decennios, para construcção de edificios publicos, e que agora jazem inuteis á margem do rio, recordam a antiga importancia da cidade.

Ainda em peores condições estão as outras povoações; muitas dellas, que estão assignaladas no mappa, acham-se vazias ou habitadas por uma unica familia.

A' outra banda de Barcellos estão apenas fortalezas meio arruinadas e aldeias de indigenas; fala-se quasi exclusivamente a lingua dos Indios, e os unicos brancos alli são alguns padres, funcionarios, negociantes de Indios e constructores de canôas. Nestas circumstancias, o Alto Amazonas sem dúvida não estará ainda por alguns decennios em estado de cobrir as suas despesas de administração, mas terá que ser sustentado inteiramente, á custa do thesouro do imperio, pelas rondas aduaneiras de Belém.

A sua constituição independente, que torna necessario um grande aparelho de govêrno, foi por isto muitas vezes combatida, porém com pouca razão; o novo estado de cousas sempre trará na pessoa dos funcionarios alguns elementos de cultura, e com os seus vencimentos algum dinheiro, e ambas estas cousas faltam aqui mais que em qualquer outro logar do Brasil.

Ultimamente o gabinete do Rio de Janeiro tomou uma medida igualmente importante para o Pará e o Alto Amazonas.

A bacia do Amazonas (em natural comunicação com a do Orenoco) estende-se, como se sabe, longe, além dos limites brasileiros, pelos Estados vizinhos de Venezuela, Nova-Granada, Equador, Perú e Bolivia; não obstante, o Brasil, como possuidor da maior parte dessa bacia e especialmente da fôz, conservava até recentemente rigoroso exclusivismo e com isso cortava toda a comunicação fluvial de todos aquelles Estados com o oceano Atlantico. Agora já se abriu mão disso; o govêrno brasileiro estabeleceu o princípio de reciprocidade, de sorte que cada Estado marginal que franqueasse aos outros Estados a sua porção, teria a livre navegação de todo o systema do Amazonas; e sôbre essa base concluiu-se primeiro com a República do Perú um convenio (de limites e de navegação), 23 de Outubro de 1851. Os restantes Estados marginaes fôram incontinenti convidados a adherir; todavia, os tractados de navegação ajustados com Venezuela e Nova-Granada (de 25 de Janeiro e 14 de Junho de 1853) até agora ainda não fôrão ratificados; o Equador ainda não se declarou, e a Bolivia fancamente se recusou, não por mesquinho exclusivismo, mas, ao contrário, porque a medida lhe pareceu acanhada e insufficiente.

Em vez do princípio adoptado pelo Brasil, de liberdade reciproca para os Estados marginaes, queria a Bolivia que fôsse transplantado para todas as aguas interiores da America do Sul o princípio da "liberdade dos mares", e tomou mesmo a deanteira, dando o exemplo, pelo decreto presidencial de 27 de Janeiro de 1853, que abriu todos os rios navegaveis da República, que correm para o Amazonas e para o Prata, á navegação e ao commércio de todas as nações da terra. "E' o unico meio" — diziam as razões justificativas — de levar o commércio, a civilização, o progresso ás extensas, fecundas selvas sul-americanas; devia-se appellar para o auxilio das energias e da concorrência de todas as nações commerciantes, visto que os Estados sul-americanos, com as suas escassas populações e com a falta de recursos, são incapazes de desempenhar essa tarefa".

Esta tão liberal e verdadeira argumentação não achou, contudo, ainda acolhimento no Rio de Janeiro; tambem as reclamações diplomaticas, que os Estados Unidos da America do Norte levantaram no mesmo sentido que a Bolivia e

continuaram durante annos, não obtiveram resultado algum, e assim continúa por ora a liberdade reciproca da navegação fluvial no rio Amazonas um direito exclusivo dos Estados marginaes.

Todavia, já é um progresso consideravel, em comparação com a situação anterior, si bem que de modo algum sufficiente; mais cedo ou mais tarde, queira ou não queira, terá o Brasil que convir na applicação da liberdade dos mares para o Amazonas, como já aconteceu com o segundo rio principal sul-americano, o Prata, e sómente então começará para a bacia do Amazonas uma nova éra de progresso.

Segundo importante acontecimento da historia moderna dêsses territorios é a applicação da fôrça do vapor na navegação do Amazonas, que até então sómente se fazia com embarcações muito imperfeitas, a remo e a véla. Já desde muitos annos se cogitava disso. A princípio, em Janeiro de 1827, procurou o enviado brasileiro juncto do gabinete de Washington, Rebello, interessar capitalistas norte-americanos em tal empresa, e, como elle promettesse da parte de seu govêrno amplos privilegios e todos os possiveis auxilios, fôram os seus exforços coroados de successo. Fundou-se em Nova York, com vistas especialmente ao Amazonas, a "Companhia Sul-Americana de Navios a Vapor", que para fazer o reconhecimento mandou um vapor a Belém e fez muitos outros dispendiosos preparativos. Todavia, a empresa falhou, porque as auctoridades brasileiras não accudiram com nenhum auxilio, e muito tempo a companhia reclamou debalde a restituição do desembolso feito. No correr do seguinte decennio recusou o govêrno brasileiro redondamente ao menos uma offerta de navegação com vapores no Amazonas, sem subsidio, porém com privilegio; ao que parece, simplesmente por ser empresa estrangeira.

O plano ficou então abandonado, até ao já mencionado tractado de 23 de Outubro de 1851, no qual os dous govêrnos pactuantes, do Perú e do Brasil, se entenderam logo para o estabelecimento de uma navegação fluvial a vapor.

Em consequencia, organizou-se no Rio de Janeiro a Companhia de Commércio e Navegação do Amazonas, entre cujos membros teve posição proeminente um banqueiro dali, o barão de Mauá; e esta obteve, por um contracto, que o imperador d. Pedro II sanccionou com o decreto de 30 de Agosto de 1852, por trinta annos, o exclusivo privilegio de

navegar naquelle rio com embarcações a vapor, e junctamente a garantia de avultados subsidios. As clausulas primitivas não vigoraram, contudo, muito tempo; como logo se comprehendeu o inconveniente de semelhante medida monopolizadora, o gabinete do Rio de Janeiro, auctorizado pelo Parlamento, em 3 de Outubro de 1853, de nôvo cortou o privilegio; e conseguiu firmar nôvo contracto com a Companhia do Amazonas (2 de Outubro de 1854), o que ao menos retirava o exclusivismo.

Por elle obriga-se a Companhia a fazer a navegação em quatro linhas de vapores, as duas primeiras no curso principal do Amazonas, de Belém até Barra do Rio Negro (Alto-Amazonas) e de Barra do Rio Negro até ao porto peruano de Nauta; a terceira linha navega no rio Tocantins (Pará), de Belém, passando por Cametá, até Baião, onde começam as primeiras corredeiras; e a quarta de Barra, pelo Rio Negro acima, até á miseravel aldeia de Sancta Isabel, ou, alternando, um trecho do rio Branco; e deviam nas primeiras tres linhas viajar os vapores, por ora, duas vezes por mez, na quarta, provisoriamente, uma vez por mez. Tinha a Companhia que transportar gratis as malas do correio, dinheiros públicos e um determinado número de passageiros do govêrno, a troco do que este lhe garantia uma determinada subvenção para cada viagem; no todo cêrca de 400 contos annuaes.

De par com este contracto de navegação, estabeleceu-se uma série de cláusulas que se referem a uma collaboração da Companhia para promover a colonização, mórmente na provincia do Alto Amazonas. O govêrno cedia á Companhia 70 trechos de terra do dominio da nação, á livre escolha, e gratuitamente, cada um de duas leguas quadradas, sendo 20 na margem do curso principal do Amazonas; 10 em cada um dos rios Javari, Madeira e Purús; 10 nos rios Negro e Tapajóz; 10 em outros affluentes; podia ella ahi estabelecer, com approvação do govêrno, fundações de aldeias de Indios ou outras colonias agricolas; fóra isto, era-lhe cedido gratuitamente todo o terreno á margem dos rios quanto necessario, para estabelecer pontes, desembarcadouros, depositos, etc., contanto que elle seja ainda do Estado.

Em compensação, obriga-se a Companhia do Amazonas a fundar 12 colonias, sendo quatro no Amazonas, quatro nos rios Negro e Tapajóz, duas no rio Purús, finalmente, uma no rio Madeira e uma no Javari, dependendo a sua situação, entretanto, da approvação do govêrno. Cada uma destas colonias deve contar, ao menos, 600 habitantes, todos de origem



europeia e da nacionalidade que o governo designar, e é attribuição da empresa recrutar os colonos e transporta-los; fóra isto, no que diz respeito aos prazos, devem estar fundadas seis colonias, no minimo, dentro dos primeiros cinco annos, as outras seis dentro do prazo de dez annos.

Este contracto entrou a vigorar desde poucos annos; inaugurou-se a navegação a vapor na fórma estipulada, installou-se a primeira colonia, Mauá, no Amazonas, pouco distante da Barra do Rio Negro, povoada com 100 colonos portuguezes (dos Açores), entre esses somente oito mulheres e tres creanças (Dezembro de 1854).

Em resumo, entretanto, consideramos a empresa mal succedida. O que pensamos sobre a futura colonização do valle do Amazonas e sobre uma directa immigração europeia para alli, já o manifestámos noutro poncto; por este motivo, apenas insistimos: a Europa póde empregar os seus capitães, o seu espirito emprehendedor na bacia desse grande rio, porém um povoamento agricola propriamente ella não póde nem deve fornecer, sem se sobrecarregar com a maior responsabilidade. A fundação de 12 colonias agricolas europeas, parece-nos, portanto, impossivel; e mesmo no caso de que se conseguisse ajunctar alguns mil Europeus do Sul, com maior facilidade Portuguezes, estes dentro de curto espaço de tempo abandonariam o arado, para se entregarem á irresistivel vocação pelo commercio. As novas estações não serão jámais colonias agricolas modelos, que deveriam ser, não serão, nem mais nem menos do que as outras povoações do valle do Amazonas, sinão simples feitorias para a venda dos productos da matta virgem, do producto da pesca e da caçada. As avultadas quantias que o governo brasileiro emprega na subvenção da Companhia não serão, pois, applicadas pelo melhor. Mais intelligente e mais proveitoso teria sido, si o Brasil tivesse aberto o Amazonas ao commercio mundial e deixado a navegação a vapor á livre concorrência, sem se sobrecarregar com compromissos, os quaes pesarão tanto mais sobre o thesouro do Imperio quanto elle está por todos os lados attribulado de modo extraordinario. Aqui no Norte — ninguém deve illudir-se — só a collaboração do mundo todo póde obter grandes resultados e crear nas selvas do rio Amazonas, talvez dentro de seculos, uma segunda India!

Em conclusão, antes de deixarmos o valle do Amazonas, vamos ainda accrescentar a descripção do character da terra e da gente, que o Inglez Wallace esboçou; a sua permanen-

cia de tres annos nas mais diversas regiões (Maio de 1848-Julho de 1852) habilitou-o, como a poucos, a julgar com acêrto, e o seu julgamento tem para nós tanto maior valor, quanto elle, não offuscado pelo esplendor tropical, se conservou rigorosamente no ponto de vista de um Europeu do Norte.

“Talvez não exista nenhum outro paiz no mundo, que possa recompensar o agricultor de modo tão opulento, e entretanto esteja tão pouco cultivado; não ha logar onde a terra possa dar tal diversidade de productos preciosos, e onde esteja tão completamente abandonada; nenhum onde a natureza tivesse feito tão facil a communicação interior, e onde seja mais difficil e mais demorado viajar de um ponto para outro; nenhum, que em tal abundancia possua os meios naturaes para formidavel commercio com o mundo inteiro, e onde o commercio seja tão restricto e insignificante. Disso devemos admirar-nos, verificando que os habitantes são de origem portugueza — de uma nação que ha poucos seculos estava á frente de todas as descobertas e empresas commerciaes, que extendia as suas colonias por todo o mundo e que, quando se tractava de superar os perigos da navegação em mares desconhecidos e de abrir negociações commerciaes com povos barbaros e não civilizados, demonstrava o mais cavalheiresco espirito emprehendedor. Contudo, tanto quanto as minhas observações alcançam, o character nacional não mudou.

Os Portuguezes e seus descendentes demonstram aqui a mesma perseverança, a mesma resistencia ás provações e o mesmo genio errante, que dantes tinham e que ainda hoje os anima a se internarem nos mais bravios e reconditos paizes, em busca do commercio e do ouro. Porém, ao mesmo tempo, mostram aversão pelas actividades do agricultor e do operario, aversão que desde tempos immemoriaes, ao que parece, é um traço characteristico nacional, e que é a causa de sua actual baixa na balança das nações.

Assim é que vemos as terras do Amazonas inundadas de negociantes, dos quaes a maioria não merece outro nome que o de vendedores ambulantes (mascates), sómente com a differença que levam as suas mercadorias numa canôa e não ás costas. Como a aversão pela agricultura, e talvez ainda mais a paixão irresistivel pelo commercio, não permitem a ninguem domiciliar-se e produzir alguma cousa para o commercio, as unicas fontes de recurso para os negociantes são os indigenas; porém estes pouca inclinação sentem para o regular e continuado trabalho da lavoura e não plantam

sinão o sufficiente para o seu gasto; melhor condiz aos seus costumes a inconstancia da vida errante, na qual elles ao mesmo tempo podem colher e apanhar os productos naturaes, e por conseguinte são esses productos espontaneos os unicos artigos de commercio; no commercio de sertão, especialmente figuram o peixe sêcco, o oleo de ovos de tartaruga e do peixe-boi; na exportação apparecem a borracha (ind. *cauchu*), o cacáo, as castanhas, o balsamo de capivara, salsaparrilha e piassava (61). Embora o café, a canna de assucar medrem quasi em toda a parte (62), entretanto, assucar e café são importados; a carne de vacca é má em toda parte, pelo facto de não existirem na vizinhança das cidades pastagens para a engorda, e ninguem pensa em estabelecer roçados para esse fim; hortaliças são raras e caras, assim como as fructas, com excepção de laranjas e bananas que, uma vez plantadas, é só colher; gallinhas custam no Pará por cabeça tres shillings e seis dinheiros, e o assucar custa tão caro como na Inglaterra. E isto tudo porque ninguem quer occupar-se de fazer dessas cousas negocios, abastecer os mais com esses artigos! Não obstante, operarios profissionaes e trabalhadores de todos os mistéres abandonam sempre é sempre as suas occupações, tomam a credito algumas mercadorias, e vão mascatea-las pelo paiz.

Esta paixão geral pelo commercio é, como eu creio, a principal causa dos tres vicios dominantes, bebida, jogo e mentira, sem contar uma theoria completa de artimanhas, intrigas e excessos de toda especie. A vida de um negociante de rio e de Indios não permite ao homem, que não tem recursos espirituaes proprios, sinão poucos gosos; não admira, pois, que a maioria dessa gente mais ou menos se

---

(61) O total da exportação de Belém (Pará) foi declarado, no balanço de 1854-55, como montando a 3.854 contos; dêsse total, sómente a borracha bruta 722, preparada 1.922 contos; cacáo, 358; castanhas, 216; couros, 178 contos; por outro lado, os productos da lavoura — arroz, 59; assucar e cachaça, 28; algodão, 11 contos. A importação montou a 4.298 contos, sendo: da Inglaterra 1.617; da America do Norte 1.117; de Portugal 918; da França 322; e das cidades hanseaticas 246 contos (*Nota do auctor*).

(62) A proposito da justa ponderação de Handelmann, quanto ao café, — o facto foi demonstrado cabalmente por Manuel Barata, em seu optimo estudo sobre *A antiga producção e exportação do Pará* (Belém, 1915). Foi em terras paraenses que se plantaram, no anno de 1727, as primeiras mudas e sementes do caféeiro, trazidas então da Guiana Franceza pelo benemerito Francisco de Mello Palheta.

entregue á embriaguez, tanto mais que por toda parte pôde obter a credito vinho e aguardente.

A paixão pelo jogo, em maior ou menor escala, é quasi geral, e devemos attribui-la ao mesmo desejo immoderado pelo ganho facil, sem exfôrço physico, que incita a tantos para o commercio. Finalmente, o grande número de negociantes que querem ganhar a sua subsistencia, quando, entretanto, o negocio apenas dá para um terço dos que a elle se entregam, é a causa por que as mentiras e alicantinas de toda especie vigoram como meio honroso para apanhar um freguez ou arruinar um concorrente. De facto, nos negocios pouco uso se faz da verdade; mesmo quando a mentira de nada pôde valer, e quando o ouvinte a percebe perfeitamente, parece, contudo, ter a falsidade a preferencia, e a polidez portugueza não permite que por palavra ou gesto se manifeste uma dúvida (63). Sôbre a reinante especie de immoralidade, é-me impossivel dizer sem revelar factos que são repugnantes demais para confia-los ao papel. Vícios a que no nosso paiz nem se pôde alludir, são aqui assumpto corrente de conversa, e não se deixa escapar nenhuma oportunidade de dar a mais ignobil interpretação a qualquer palavra, a qualquer acção do proximo.

“Entre as razões que favorecem o desenvolvimento de tão espalhada immoralidade, talvez possamos contar a posição geographica, as condições políticas e o especial estado de cultura do paiz. A um nacional offerece o clima dos tropicos certamente menor variedade de divertimentos e occupações do que na zona temperada. O calor nos mezes sêccos (Junho a Dezembro) e a humidade no tempo das aguas (Janeiro a Maio) não permitem os exercicios e recreios ao ar livre, aos quaes recorrem os habitantes de um clima temperado, quasi continuamente, para alegrar-se e desafogar-se. O curto crepusculo dura apenas alguns instantes, entre o pôr do sol deslumbrante e a escuridão da noite. A propria natureza, na sua eterna e quasi immutavel florescencia, offerece áquelles, que desde a sua infancia a vêem, apenas um espectáculo monotono.

No interior do paiz, fóra das cidades, não ha uma estrada, não ha uma vereda, por onde com prazer e commo-

---

(63) “Qual a letra desse A B C do vício que competirá ao nosso Maranhão? Sem dúvida o M. M Maranhão, M murmurar, M mo-tejar, M maldizer, M malsinar, M mexericar, e, mais que tudo, M mentir, mentir em palavras, mentir em acções, mentir em pensamento” (Dos sermões do muito citado Antonio Vieira). (*Nota do auctor*).



didade se possa caminhar; tudo é matta fechada ou roçado ainda mais intransitavel. Aqui não existem prados com variegado revestimento de flôres, nem relvados, nem áleas niveladas, ensombradas, que encantem o amigo da natureza; aqui não existem enxutos passeios ensaibrados, onde se possa, logo que a chuva cessa, fazer exercicio agradável e saudavel; aqui não existem atalhos por entre trigoas de ouro e luxuriantes trevos. Aqui não existem as compridas tardes de verão, nas quaes, com vagar, se passeia errante, admirando lentamente as cambiantes côres vivas de esplendidos occasos; aqui não existem os serões compridos de inverno, onde as chammas alegres da lareira convidam a se reunirem em tôrno todos os membros da familia, e, com isso, favorecem a íntima convivencia, o gôso da vida domestica, que o habitante dos climas tropicaes só pôde conhecer e realizar em pallido reflexo !”

\*\*\*

Seguindo agora para fóra da fóz do Amazonas, ao longo da costa do oceano Atlantico, encontramos primeiro no nosso caminho a provincia do Maranhão, o terceiro membro e noutro tempo o proprio coração do Estado dêsse nome, cujas auctoridades superiores, civis e ecclesiasticas, primitivamente tinham a sua séde na actual cidade capital, São Luis. Já se disse como, politicamente, o Pará (e Alto Amazonas) se separou, e o mesmo aconteceu, com o tempo, quanto ao Piauí (1758) e ao Ceará (1799).

Egualmente em referencia á igreja: o bispado de São Luis, instituido em 1679, perdeu em 1719 o valle do Amazonas, para o qual foi instituida em Belém uma alta jurisdicção independente, de sorte que a sua diocese dahi em diante se limitava a Maranhão e Piauí; o Ceará já fôra antes collocado sob o bispado de Pernambuco, 1676.

Sómente na organização judiciaria conservava o Maranhão ainda a antiga alta soberania; a Relação de 2ª instancia, creada pela ordenação régia de 13 de Maio de 1812, em São Luis, abrange até actualmente toda a extensão do antigo Estado do Maranhão, as cinco provincias: Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Alto Amazonas.

Quanto ás circumstancias internas do Maranhão, são, em geral, muito semelhantes ás da provincia vizinha, do Pará. O terreno, subindo gradativamente da costa para o planalto brasileiro interior, conserva ainda predominantes os



characteristicos de matta virgem, pela qual se espalha bastante esporadica uma população de 360.000 (?) almas; todavia, firmou-se a colonização de preferencia na ilha e na bahia do Maranhão e seguiu depois o curso do Itapicurú, de onde vae approximar-se, a Léste, do rio Parnahiba, a Oéste, do rio Meari. No Itapicurú está a unica cidadezinha, Caxias das Aldeias Altas, fundada no principio do seculo XVIII, no logar de um aldeamento abandonado de Indios; é a que, a par da capital, São Luis, merece de certo modo menção. Tambem aqui têm os productos da matta virgem ainda grande importancia para a exportação; contudo, já predominam, como mercadorias de embarque, productos da lavoura, principalmente algodão (no anno de 1854-55 o valor de sua exportação foi de 1.632 contos, num total de 2.017 contos); neste artigo o Maranhão tornou-se mesmo o principal territorio productor do Brasil, ao passo que a producção do assucar, que a principio foi exercida com grande zêlo, pôde-se dizer que acabou. Embora já os brancos e os negros sejam relativamente em maior número na população, predomina ainda sempre a raça india, na maioria Tapuias, meio civilizados, que se misturaram mais ou menos com os brancos e negros; contudo, tambem existem ao Sul e a Oéste do rio Meari tribus inteiramente selvagens, que dalli vagueiam errantes, por Goiaz e Pará a dentro.

Da história provincial do Maranhão, não temos mais nada para mencionar do tempo colonial; exgottado pelas revoluções internas do seculo XVII, constantemente enfraquecido pela emigração para o valle do Amazonas, teve que perder a sua população a desembaraçada feição rebelde que a principio apresentara, e, com a ordem pública, o proseguimento da colonização não foi mais interrompido.

Depois da declaração da independencia do Brasil, a provincia ainda hesitou algum tempo em pronunciar-se; a capital, São Luis, submetteu-se sómente ao nôvo imperador, quando uma esquadra brasileira, sob o commando de lord Cochrane, chegou a seu porto, em 27 de Agosto de 1823; e no interior, na pequena cidade de Caxias, as auctoridades portuguezas, sob a protecção de um destacamento de tropas, sustentaram-se mesmo até 12 de Agosto de 1824, quando pela capitulação lhes foi concedida retirada honrosa. Rebutaram então levantes internos; os chefes das tropas, que haviam combatido contra os Portuguezes, não quizeram reconhecer a auctoridade do govêrno provincial recém-estabe-

lecido, nem o presidente constitucional; este último, Miguel Bruce, Brasileiro, mas de origem escosseza, procurou apoio na população de côr; e assim se defrontaram dous partidos, que arvoravam ambos a bandeira imperial de d. Pedro I, ao passo que se accusavam mutuamente de aspirações republicanas. Chegaram á aberta hostilidade, a que só poz termo a intervenção de lord Cochrane, quando elle, pela segunda vez, ancorou deante de São Luis, a 9 de Novembro de 1824.

Então governou lord Cochrane alguns mezes dictatorialmente o Maranhão e tirou proveito de um modo singular, não precisamente muito honroso. Almirante brasileiro desde 27 de Março de 1823 (64), até então não havia recebido por seus importantes serviços, principalmente na Bahia e em Pernambuco, e por seus desembolsos na organização da esquadra brasileira, sinão o vão título de marquez do Maranhão; demais, julgava-se prejudicado, elle com os seus marinheiros, pelos tribunaes brasileiros de prêsas; resolveu então agora no Maranhão indemnizar-se. Depois de haver mandado prêso o presidente Bruce, a prestar contas no Rio de Janeiro, e de have-lo substituído por Manuel Telles da Silva Lobo, sôbre cuja docilidade podia contar com segurança, exigiu elle, com uma argumentação pouco accetivel, a quantia de 160 contos—exigencia que, depois de alguma reluctancia do govêrno provincial, foi approvada, e foi dada ordem á alfandega de São Luis para o pagamento.

A esta extorsão seguiram-se outras arbitrariedades; João Antonio Garcia de Abranches, redactor do jornal *Censor*, que usou dar ás cousas o seu verdadeiro nome, foi, sem mais, banido do Maranhão e deportado para Lisboa, por um decreto presidencial. Em Fevereiro de 1825 desembarcou Pedro José da Costa Barros, que o gabinete do Rio

---

(64) Alexandre Thomas Blair, lord Cochrane, nascido a 27 de Dezembro de 1775, serviu com distincção na esquadra ingleza e no parlamento, até que, em 1813, por cumplicidade num golpe fraudulento de especulação de bolsa, foi duramente condemnado, e teve que pedir demissão. Elle tomou parte, depois, nas guerras de independencia daquelle periodo, serviu como almirante, primeiro á República do Chile, 1818-23, depois ao Imperio do Brasil, 1823-25, e, finalmente, á República Grega, á qual elle levou uma esquadra, apresada pela liga ingleza em favor da Grecia (1827 e seguintes). Mais tarde, elle foi de novo admittido na Marinha ingleza, depois da morte do seu pae, conde de Dundonald e par da Escossia, 1831 (*Nota do auctor*).

de Janeiro havia nomeado presidente da provincia, no lugar de Bruce; elle, porém, mostrou-se menos docil que Lobo, e por este motivo negou-se Cochrane francamente a reconhecer-lo; quando Barros então procurou tomar posse pela fôrça, a 10 de Março, o almirante mandou prende-lo como conspirador e leva-lo para Belém.

Afinal, a alfandega effectuou completamente o pagamento estipulado, e então lord Cochrane se retirou de São Luis, para regressar, a bordo do seu navio-almirante, á Inglaterra, a 20 de Maio de 1825. E sómente então foi de nôvo restabelecida uma ordem legal nas cousas do Maranhão.

Mais ameaçadores que estes, fôram os successos durante a menoridade de d. Pedro II; primeiro, um tumulto na capital, a 13 de Septembro de 1831; depois, no interior, o levante dos "Bemtevis", assim chamado de um passarinho de paiz, cujo gorgeio parece dizer as palavras portuguezas do seu nome. A allegada causa dêsse levante foi uma lei local que modificava essencialmente as attribuições das autoridades judiciaes primarias; pôde bem ser que ella haja provocado algum descontentamento, porém a verdade é que as agitações de uns demagogos inconscientes da peor especie é que deram a feição ao caso. O velho odio e inveja contra os Portuguezes abastados foram novamente atizados; para isto, espalhou-se o boato de que os brancos tencionavam escravizar toda a população de côr, os Indios livres, os negros e mestiços, sem excepção alguma; e assim rompeu no interior, quando menos se esperava, um pavoroso levante, uma guerra, dos que não tinham posses, contra os abastados (Novembro-Dezembro de 1838).

Os rebeldes, chefiados por um mestiço, Raymundo Gomes, alcunhado o "Cara Preta", e um Indio, o "Balaio" (porque elle antes havia sido fabricante de balaio), assolavam a região, a principio como simples bandos de ladrões, e contentavam-se em assaltar fazendas ou logares reconditos, saqueando e incendiando. Depois, como seu número tivesse engrossado sempre mais, elles enfrentaram as tropas do governo em campo aberto e alcançaram alguns triumphos; até que afinal foi aprisionado um destacamento de 300 soldados, que teve que se junctar, quizesse ou não quizesse, ás fileiras dos insurrectos. Animado com isto, logo Gomes poz cêrco formal á cidadezinha de Caxias. Na verdade, os cidadãos oppuzeram a principio viva resistencia; porém discordias internas em breve enfraqueceram a sua fôrça; o,

depois de passado um mez, caíu a desgraçada cidade, a segunda da provincia, nas mãos dos rebeldes. Primeiro foi concluida uma capitulação formal, a 30 de Junho de 1839, na qual Gomes estipulou sómente a entrega de todas as munições de guerra e uma contribuição na importancia de 70 % do valor de todas as mercadorias e bens móveis; porém, á noticia de que do Piauí marchavam tropas para libertação de Caxias, os revoltosos quebraram esse tractado. Diz-se que foi terrivel a devastação que fizeram; muitos dias durou o saque, e aquillo que dos despojos não era utilisavel no momento, foi prêsa da destruição; os habitantes mais acatados, principalmente Portuguezes, uns 200, segundo se diz, fôram encarcerados, outros massacrados nas suas casas ou em fuga (Julho de 1839).

A noticia dêstes acontecimentos produziu um grande panico em toda a provincia; ás centenas, fugiam os fazendeiros para a capital, São Luis; apenas alli se julgavam em segurança. E, de facto, tivessem os revoltosos aproveitado o seu triumpho, o panico generalizado, o exito não poderia ter sido duvidoso, dado o enfraquecimento da guarnição; porém deixaram passar o momento favoravel; foi declarado o estado de sitio; as provincias vizinhas mandaram reforços, e com desacostumada rapidez poudo a navegação costeira a vapor, alli justamente então inaugurada, levar soldados e munições de guerra das distantes cidades da Bahia e Rio de Janeiro. Com isso restringiu-se o levante ao interior, onde ainda até ao anno seguinte continuou a lavar incessante, sobretudo nas vizinhanças de Caxias; esta pequena cidade foi repetidas vezes tomada e retomada pelos imperialistas e pelos rebeldes, até que finalmente o general imperial, Luis Alves de Lima, obteve completa victória, em 1840; dahi a sua elevação a barão de Caxias.

Do último decennio, apenas, si ha alguma cousa de importancia para relatar, citamos, ainda, que recentemente (depois da definitiva abolição do tráfico de negros), o Maranhão, como outras provincias do Brasil, votou nova attenção á colonização e exforçou-se por attrahir a emigração européa. Até agora se fundaram tres colonias e de preferencia povoadas com emigrantes portuguezes: duas colonias arrendadas de meação, Sancta Isabel, desde 1852, com 61 almas, e Sancta Teresa, desde 1855, com 140; na terceira, Arapapehi, desde 1854, o govêrno provincial localizou 216 trabalhadores, alistados para a construcção de um canal.

Tambem aqui cabe o boato que se espalhou nos fins de 1854 de que o Maranhão era uma segunda California; que nas selvas virgens, nos limites com o Pará, a Oéste, entre o rio Gurupi e o rio Turi-Assú, se haviam descoberto as mais ricas minas de ouro, que antes só eram conhecidas dos negros fugidos; agora, porém, deviam ser examinadas por uma comissão e exploradas por uma sociedade em acções, organizada no Rio de Janeiro.

Esse boato pouca repercussão teve na Europa e de nôvo se desvaneceu; parece ter sido uma pura machinação para attrahir immigrants ao paiz pobre de gente. Todavia, pôde ser que sempre haja um grão de verdade no fundo. Si é verdade, segundo seguras informações (do antigo inspector de minas portuguez Eschwege), que os rios e riachos do Ceará carregiam algumas provas de riqueza em ouro do planalto interior, que de tempos em tempos affloram, assim tambem no Maranhão pôde acontecer o mesmo; porém difficilmente será cousa bastante para indemnizar um trabalhador europeu das privações a que elle se expõe nas selvas tropicaes, e das doenças que contrahiria nos insalubres valles dos rios, principalmente no tempo das chuvas, e só este é especialmente proprio para a pesquisa do ouro, porque no tempo sêcco deve faltar agua.

★ ★ ★

A vizinha provincia do Piauí, 7.600 leguas quadradas, com 150.400 habitantes, estende-se entre os seus naturaes limites, as montanhas Ibiapaba a Léste, o rio Parnahiba a Oéste, em formato de um triangulo irregular, e possui sómente uma pequena porção de costa no mar, com o insignificante porto de Parnahiba.

Já ahi se nota um vivo contraste com as provincias até aqui citadas, que todas possuem extensos trechos costeiros, parte no Oceano, parte nos seus rios e enseadas semelhantes ao mar. Ainda maior differença apresenta a feição do territorio. Das formações alluviaes do valle do Amazonas, que se prolongam pela costa norte brasileira, eleva-se, como se sabe, para Sudéste, o planalto interior brasileiro; a matta virgem tropical, que recobre de eterna verdura todos os terrenos baixos e as encostas, vai pouco a pouco escasseando e o planalto apresenta-se em completa nudez; vastas steppes estendem-se, a perder de vista; em todas as direcções um mar de



grama, onde apenas excepcionalmente uma elevação, uma arvore, dá um ponto de referencia ao olhar do viajante.

No tempo da sêcca — muitas vezes nesse planalto a sêcca dura annos — esses campos offerecem triste espectáculo; o sol ardente do meio dia requeima o tapete de relva, os riachos e correjos sêccam completamente; aos milhares morrem de inanição os animaes esfomeados nos campos, os homens vêm-se ameaçados da mesma sorte; e muitos viajantes só escapam dos tormentos da morte pela sede, graças a uma arvore abençoada, o imbuzeiro, que no meio da selva privada de agua offerece como refrêscos os seus fructos saborosos e succulentos (65).

E' outra cousa inteiramente, quando os aguaceiros do tempo das chuvas fertilizaram de nôvo o sólo; a chaga ressequida da relva transforma-se em prado verdejante; as mais luxuriantes pastagens convidam á creação de gado; a natureza, tendo espalhado salinas e lambedouros salgados na região, creou ao mesmo tempo pontos de reunião onde o gado creado meio selvagem se agglomera por si mesmo e com isto facilita a tarefa do pastor. Tambem ninguem melhor que o pastor das selvas sabe apreciar este dom do céu; muito tempo

---

(65) Ha nos sertões septentrionaes do Brasil algumas variedades de *Spondias*, o utilissimo vegetal, a que tão acertadamente se refere Handelman. Almeida Pinto, em seu *Diccionario de botanica brasileira* (Rio, 1873), cita tres. Uma dellas é a *Spondias venulosa* (de Arruda e Caminhoá), tambem chamada *Spondias myrobolanus* (Jacq.) e *Spondias purpurea* (Linn.), que cresce no Amazonas, dando um fructo vermelho, alli conhecido por "mombim" ou "ameixa de Espanha"; é denominada *imbuzeiro* ou *acayá*, por assemelhar-se á cazeira. Mas o imbuzeiro do nordeste, encomiado pelo historiador alemão, é a *Spondias tuberosa* (de Arruda), pertencente á familia das therebintaceas. Eis o que diz della Almeida Pinto (pags. 236-237): "Arvore indigena e habitante exclusiva dos sertões; é conhecida em quasi todo o imperio. E' uma arvore propriamente dicta. Suas raizes são tuberosas. As folhas dispostas em palmas. Flores miudas, em cachos. O fructo é do tamanho de 12 a 15 centimetros, redondo, oblongo, tendo na base tres a quatro aculeos molles; é amarellado, quando maduro. Seu pericarpo é membranoso; por dentro, ha uma massa branca esverdinhada e aquosa; e um caroço grande no centro, com os mesmos aculeos. Chupa-se esta massa, que faz passar a fructa por uma das melhores do sertão. O succo do fructo, espremido e misturado com assucar e leite (imbuzada), constitue as sobremesas nos sertões da Bahia e mais provincias. As batatas, que dão nas raizes, — em tempo de carestia e fome nos sertões do norte, o povo as procura e come; ellas são acidas, assim como a fructa. Tambem se applica este succo nas febres. Ella serve de alimentação a certos animaes, e principalmente aos reptis". A outra *Spondias*, dada a re-

o sal nesse paiz era até exclusivo instrumento de permuta, e mesmo as auctoridades civis e ecclesiasticas o recebiam em pagamento de seus vencimentos.

Estas esteppes extendem-se longe, além dos limites da provincia do Piauí, mórmente pelo Maranhão a dentro, e são emmolduradas em semicirculo pelos prolongamentos occidentaes da serra da Ibiapaba, que correm approximadamente ao longo dos limites do Ceará, Pernambuco e Goiaz e, sobretudo, se espalham em pequenos taboleiros; essa região é exclusiva partilha do estado pastoril, que com isso se differença essencialmente, em colonização e em povoamento, das regiões vizinhas. O criador de gado não póde supportar vizinhança proxima alguma, porque para pastagem elle precisa de vastas extensões de terreno. A cada colono, que queria estabelecer uma criação de gado, era concedida uma área de tres leguas quadradas, e, para evitar desavenças, devia ficar de permeio entre as fazendas, de duas em duas, um terreno de uma le-

---

gisto por Almeida Pinto, é um imbuzeiro semelhante ao que acaba de ser por elle descripto, "mas a fructa é, como cajá, de côr desbotada, e o gôsto é differente do do outro imbú: tem mais travo". Ponderaremos, contudo, que o fructo da *Spondias tuberosa* raramente attingirá ao tamanho acima referido por Almeida Pinto: — quando muito, ficará entre oito e dez centímetros. Conforme se lê em *O tupi na geographia nacional* (ed. cit., pags. 225-226), o mais exacto nome do fructo, de accôrdo com a etymologia, é *imbú*, tambem o mais popular em todo o norte do paiz; mas delle existêm as variantes *ambú*, *ombú* e *umbú*, tambem ainda em uso. *Imbú*,—como affirma Theodoro Sampaio,—é corruptela de *y-mbo-ú*, "o que faz beber, o que dá de beber, — allusão aos tuberculos grandes desta planta, que nas raizes seggregam agua abundante e matam a sêde aos viajantes do sertão, em tempo de sêcca". Eis, finalmente, as palavras verdadeiras e entusiasticas que ao imbuzeiro consagrou o dr. Nogueira Paranaçuá, no seu trabalho *Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do paiz — Impressões de viagem* (Rio, 1905), pags. 113-115: — "Esta preciosa arvore é de inestimavel valor para o sertanejo e deste bem merecia mais efficaz protecção. No rigor da mais terrivel sêcca, em uma natureza apparentemente morta, ostenta ella folhas intensamente verdes; e os animaes, que fogem aos ardentes raios solares, procuram abrigo na aprazivel sombra do copado imbuzeiro. Nada se perde desta arvore providencial! As folhas, flores e fructos são boas forragens para o gado vaccum, quando esta especie está ameaçada de exterminio, pela falta de alimento apropriado, causada pela sêcca. As flores, alvas e aromaticas, e tambem as folhas, verdes e lustrosas, são empregadas em infusão, adoçada com mel de abelhas ou assucar, para combater os defluxos e bronchites. Os fructos são aproveitados desde muito verdes até completamente maduros. Verdes, são usados como legumes, dando agradavel sabor aos ensopados de carne, au-

gua quadrada, sem dono, para commum usufructo, onde, porém, nenhum dos vizinhos podia levantar casas ou cercados.

Por outro lado, bastava muito pouca gente para manter uma tal fazenda; era raro tivesse um fazendeiro mais de 10 ou 12 escravos ou servos alugados, que cuidavam do gado montados a cavallo, quasi inteiramente vestidos de couro, com formidaveis esporas, de pés nús, empunhando o comprido agulhão e o laço, que alcança longe; são elles gente rude, alheios de todo á ordem e aos gosos da civilização, sómente obedi- entes á auctoridade patriarchal do seu patrão.

Nestas circumstancias é quasi que para sempre impos- sível que essa região possa alcançar povoamento denso, nem alta condição de cultura; a extensa terra de pastagens do Norte do Brasil terá que permanecer escassamente povoada e em estado meio selvagem. Não obstante, sempre conser- vará grande importancia, pois numa vasta circumferencia

---

gmentando-lhes as propriedades nutritivas e facilitando a digestão dos mesmos alimentos. Inchados, são preferidos para o preparo da imbuzada, delicioso manjar feito com a massa do imbú, cozida e mis- turada com leite, também cozido, e mel de abelhas ou assucar. Ma- duros, sendo doces, são de sabor tão delicado, que nada ficam a dever á melhor uva. Em alguns logares, prepara-se excellente vinho com o succo do imbú. O doce e a gelatina do imbú são muito apreciados no sertão. Por occasião das grandes sêccas, os famintos, depois de se saciarem nos fructos, fazem no chão ligeiras fôrmas quadrilateras, que revestem com cascas de imbú, e nellas expremem o succo do fructo. Com o calor do sol e a irradiação do terreno, dentro de al- gumas horas, uma gelatina rosea, translucida e consistente, se acha em cada fôrma. Levantam-n'a, enrolam-n'a, como se fosse folha de papel, formando rôlos cylindricos, que são amarrados, para maior facilidade do transporte. A gelatina, assim obtida, é conhecida pelo nome de *esteira de imbú*, e resiste, sempre em boas condições, por tempo indefinido. E', por si, um bom alimento, e ainda se presta para o fabrico de doces e de imbuzadas. Os tuberculos do imbuzeiro, doces e aquosos, são encontrados nas raizes da arvore e avidamente pro- curados pelos famintos, que com elles saciam a fome e mitigam a sede. O sertanejo está tão practico na acquisição dos tuberculos ou *batatas de imbú*, como elles as chamam, que, chegando debaixo de uma arvore, conseguem saber onde se encontram as tuberas pelas modificações de sons causados pelos batidos dos pés ou ôlho de uma enxada, no terreno por onde o imbuzeiro estende as suas raizes. As batatas novas são muito mais doces e appeteciveis do que as velhas; já temos tido occasião de saboreal-as com prazer. Tão preciosa arvore é aqui encontrada, não só nos arredores das casas, como pelas caatingas, mais além". O autor, é claro, refere-se ao interior do Piauhy.

as provincias vizinhas dependem exclusivamente della para o seu abastecimento em gado de cria e rezes de consumo.

Annualmente, desde seculos, emigram dalli grandes boiadas, a principio sómente para Léste e Sudéste, principalmente para Pernambuco, Bahia e Minas Geraes, em larga caminhada pela campina deserta, na qual, todavia, pouco a pouco houve o cuidado de estabelecer, de pouso em pouso, pela açudagem de pequenos correjos, reservatorios de agua, para bebedouro de gado.

Porém, desde o anno de 1769, foi tambem aberta uma nova communicação, pelo Norte, com o mar, e desde então annualmente apparecem na fóz do rio Parnahiba, juncto do porto do mesmo nome, numerosos navios costeiros, que transportam as boiadas e a carne sêcca do Piaui para o Maranhão, Pará e até para o Alto Amazonas.

Passemos agora destas considerações geraes para a história provincial do Piaui. No anno de 1716, habitava o sertão de Pernambuco, á margem norte do rio São Francisco, um rico creador de gado, Domingos Affonso, natural de Mafra, na provincia portugueza de Extremadura; a sua antiga fazenda lhe causara desgosto, em parte pelas repetidas sêccas, em parte pelas incessantes aggressões de uma tribu de Indios vizinha; e assim resolveu elle emigrar para além, ao Nordeste, onde, segundo a antiga narração de viajantes e dos exploradores que expedira, existiam ricos pastos.

Ainda nesse mesmo anno abalou elle com grande acompanhamento, transpoz a montanha dos Dous Ermãos e desceu então aos mananciaes do rio Parnahiba, que, pela riqueza de suas aguadas, é certamente uma das mais bellas porções da grande região de pastagens. Alli toparam com conterraneos, uma bandeira de Paulistas, que estavam empenhados na caçada ao homem. Já se mencionou repetidas vezes como os habitantes das capitancias de São Vicente e Sancto Amaro, mais tarde reunidas na provincia de São Paulo, entre todos os Brasileiros eram os que mais se empenhavam em correr atrás dos Indios e escravizar os livres filhos das selvas; no correr do seculo XVI e no principio do XVII haviam elles dirigido as suas caçadas ao homem principalmente para Oéste e Sul; porém, gradativamente, foi-se exgottando essa região das caçadas, e, assim, elles avançaram para Noroéste e Norte (como, por exemplo, já cêrca de 1672, as tribus convertidas no Tocantins, Pará, atacadas por uma bandeira de



Paulistas, sob o commando de Manuel Paes de Araujo, pediram soccorro e protecção ao governo provincial de Belém).

Assim havia tambem entrado no Piauí um Paulista, Domingos Jorge, acompanhado de numeroso troço de cavalleiros, para apanhar escravos, e Domingos Affonso acolheu-o amistosamente, como alliado; reunidos, deram elles caça aos indigenas sem defesa; depois regressaram os Paulistas para sua terra, com algumas centenas de Indios amarrados, e a terra sem gente ficou para o immigrante pernambucano. Estabeleceu Domingos Affonso o seu quartel-general na região das nascentes do Parnahiba, pouco distante do Piauí, "agua rica de peixe" (66), sitio onde antigamente existira uma aldeia india, Cabrobó, e dalli elle espalhou os seus rebanhos e cercados ao longo dos rios, em todas as direcções.

Em breve chegaram novos immigrantes; o governador-general do Maranhão, que reclamava para a sua jurisdicção a terra recém-descoberta, mandou para alli 300 deportados; porém, enquanto viveu Domingos Affonso, foi elle o unico senhor que distribuia a cada recém-chegado a sua terra e, quando havia altercações, era elle quem as apaziguava patriarchalmente. No seu leito de morte, o principe dos pastores do Piauí legou todos os seus bens ao Collegio dos Jesuitas da Bahia, afim de que, com as rendas, pudesse dotar moças solteiras, vestir viúvas e órfãos e dar esmolas aos pobres: eram trinta grandes fazendas (diversas outras havia elle vendido ou doado), e este número, durante a administração pela Ordem, elevou-se a trinta e tres. Sob o ministerio do marquez de Pombal, quando a Companhia de Jesús foi expulsa do Brasil, a 3 de Setembro de 1759, estas propriedades fôram com as outras tambem confiscadas em favor da corôa; fôram collocadas sob a gestão de tres administradores, cada um com 11 fazendas; e este estado de cousas permanece, ao que nos consta, até á actualidade, assim como ficaram sempre em reconhecida validade as disposições testamentarias do instituidor.

Ao lado dos colossaes dominios do Estado, existem naturalmente no Piauí muitas propriedades particulares, na maioria da extensão acima mencionada, porém muitas ainda maiores, que se estendem em todas as direcções do paiz.

---

(66) O vocabulo *Piauí* não significa "agua rica de peixe", como diz Handelman, porém sim "rio dos piáus", conforme Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pag. 257).



A medida que se extendiam os pastores brasileiros, recuavam os indigenas, assustados, pois não achavam em parte alguma um matto, uma montanha, um refugio favoravel. Sómente as tribus do rio Poti, a cuja frente se achava um chefe bravo e não inexperimentado nas artes européas — chamavam-lhe o “Mandú latino”, porque elle havia sido educado num Collegio de Jesuitas — offereceram valente resistencia e causaram diversas perdas graves aos invasores de 1716; porém do Maranhão veio em soccorro um destacamente de tropas, que afinal ficou senhor do terreno; e Mandú, quando na fuga procurava atravessar a nado o rio Parnahiba, achou a morte nas suas aguas.

Dahi em diante, não foi mais seriamente ameaçada a soberania do branco nessas regiões; os poucos Indios, que restavam, tiveram que se acostumar com o modo de vida de seus vencedores e fundiram-se pouco a pouco na população mestiça. Todavia, nas fronteiras dos campos, mórmente nas encostas da montanha dos Dous Ermãos e no valle do rio São Francisco, conservavam-se algumas pequenas tribus independentes, que dalli emprehendiam, de tempos a tempos, sortidas depredatorias; passageiramente, na segunda metade do seculo XVIII, tomaram essas expedições tal extensão e importancia, que os creadores se viram obrigados a abandonar, ao menos provisoriamente, algumas das fazendas mais distantes.

Quanto á organização política do Piauí, a princípio dominou, como já se mencionou, o fundador Domingos Affonso, como principe dos pastores; sómente depois de sua morte tomou o govêrno geral do Maranhão maior influencia, passou a nomear e empossar os funcçionarios que alli eram necessarios.

No anno de 1718 elevou então o rei d. João V a região á categoria de capitania independente; porém esta organização só teve execução muitos annos depois, quando, em 1758, o primeiro governador, nomeado directamente pelo rei, alli empunhou as rédeas do govêrno; e ainda então conservava o govêrno provincial do Maranhão, ao menos em cousas militares, uma especie de soberania, até que o principe regente, d. João VI, pelo decreto de 10 de Outubro de 1811, acabou tambem com essa sujeição; com isto completou-se a emancipação da provincia do Piauí. A sua capital é ainda o velho quartel-general de Domingos Affonso, no rio Canindé, um affluente do Piauí; primitivamenteahi era Cabrobó, uma aldeia de Indios; foi em 1718 elevada a villa e

chrismada com o nome de Mocha; afinal, sob o ministerio Pombal, subiu á categoria de cidade e recebeu o nome actual de Oeiras, em honra do ministro (do seu segundo titulo, conde de Oeiras); em 1758 ou 1762; hoje é uma pequena cidade, quando muito de 3.000 habitantes (67).

Como a história antiga do Piauí, também a sua história moderna tem um certo interesse pelos seus característicos proprios. Como as outras provincias, seguiu esta o exemplo da mãe-pátria, Portugal, e exigiu uma carta constitucional, pelo que o governador da corôa depoz o seu cargo nas mãos de um governo provisório (principios de 1821). Menos as-sentimento achou alli o desejo de independencia; sómente a cidade marítima Parnahiba adheriu; porém o commandante

---

{67} No original alemão, em vez de *Cabrobó*, *Canindé*, *Oeiras*, só se encontram as graphias *Cabrobo*, *Caninde*, *Oeyras*. Conforme F. A. Pereira da Costa, em sua *Chronologia historica do Estado do Piauí* (Pernambuco, 1909), pag. 12, foi em 1696 que se creou a freguezia da Mocha, em territorio desmembrado da parochia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó. E', todavia, certo que em 1718, por um alvará com força de lei, creou d. João V a capitania do Piauí (separando-a, assim, da jurisdição do Maranhão) e elevou Mocha á categoria de villa. Esse acto régio, entretanto, ficou sem effeito pelo espaço de quarenta annos, pois que só foi mandado executar por d. José, pela provisão de 29 de Julho de 1758, quando recebeu o Piauí o seu primeiro governador, João Pereira Caldas, tendo, simultaneamente, subido Mocha á alçada de cidade, mudado, contudo, o seu nome, peculiar da zona da pecuaria, para o de Oeiras, em homenagem ao então conde de Oeiras e depois marquez de Pombal. Quando safu a lume a obra de Handelman, já a capital do Piauí não era mais Oeiras e sim Teresina. Assumindo a presidencia daquella provincia José Antonio Saraiva (1850-1853), resolveu este transferir a villa do Puti para a vasta "Chapada do Corisco", á margem do rio Parnahiba e distante do litoral umas setenta léguas. Para isso, poz elle em prática, a 20 de Outubro de 1851, a lei provincial de 1º de Dezembro de 1842; e, consoante com o que assevera F. A. Pereira da Costa (*op. cit.*, pags. 287-288), receberam, em 1853, 1:500\$ de indemnização os proprietarios do terreno alli expropriado para o sobredito fim e que constava de um quarto de legua de norte a sul, medido da matriz de Nossa Senhora do Amparo, e abrangendo de leste a oeste toda a zona comprehendida entre os rios Parnahiba e Puti. Em 1852, a nova povoação, que tomara a denominação de "Villa Nova do Puti", recebeu as honras de cidade, com o toponymo de "Teresina", em homenagem á então imperatriz, d. Teresa Christina Maria de Bourbon, esposa de d. Pedro II. Pelo mesmo acto, foi autorizada a mudança, para a nova cidade, da capital da provincia, a esse tempo em Oeiras. Tão importante foi considerada pelos piauienses a medida alli posta em execução por José Antonio Saraiva, que a este erigiram uma estatua na praça central de Teresina.

militar da província, João José da Cunha Fidié, apressadamente acudiu de Oeiras e alli restabeleceu o velho estado de cousas, em 2 de Novembro de 1822. Também o governo provisorio de Oeiras e os mais influentes fazendeiros perseveraram na fidelidade á corôa de Portugal e, sem máis, rejeitaram os conselhos das províncias vizinhas, as ordens que chegavam do Rio de Janeiro, do imperador d. Pedro I. Então tım só homem realizou uma completa mudança.

Manuel de Sousa Martins, nascido em 1776, filho de um immigrante dos Açores, havia na sua mocidade, sem instrucção especial, crescido no negocio de creação de gado e muitas vezes havia conduzido as suas boiadas á feira na Bahia; depois havia elle accessoriamente entrado para a milicia, ao serviço do Estado, e assim havia conseguido um assento no governo provisorio, sem, contudo, alli exercer de qualquer modo grande auctoridade ou prestigio. Agora resolveu elle dar o seu braço á causa da independencia; depois de se haver entendido, por meio de negociações secretas, com as auctoridades do Ceará, e garantido, além disso, um apoio para o que dêsse e viesse, reuniu elle secretamente os seus numerosos parentes e amigos, cercou de surpresa os seus collegas do governo provisorio e fe-los encarcerar junctamente com os membros mais proeminentes do partido portuguez.

A massa do povo, a quem a attitudo enérgica do agitador se impoz, deu-lhe apoio; e foi arvorada em Oeiras, a 21 de Janeiro de 1823, a bandeira do Imperio do Brasil independente, e Martins foi aclamado presidente da provincia do Piauí. A milicia correu ás armas e marchou contra as tropas portuguezas, que já estavam em caminho da recém-pacificada Parnahiba para Oeiras; em meio caminho, a pouca distancia de Campo Maior, toparam as duas tropas uma com a outra, e, depois de curto combate, tocou a victoria aos Brasileiros, a 13 de Março de 1823, pelo que Fidié se retirou para Oeste, ao dominio da provincia do Maranhão, onde se fortificou na pequena cidade de Caxias. Mas tambem alli o perseguiu o presidente Martins, á frente da milicia provincial do Piauí e do Ceará, e a elle, principalmente, se deve que Fidié e as outras auctoridades portuguezas, depois de haverem gloriosamente résistido onze vezes ás forças superiores, fôsem finalmente forçadas a entregar Caxias e desoccupar completamente a provincia do Maranhão, a 12 de Agosto de 1824.

Estes importantes serviços, que Martins prestou á causa da independencia brasileira, não ficaram sem recompensa: o

imperador d. Pedro I confirmou-o na presidencia do Piauí e promoveu-o a coronel; em seguida, depois da intervenção no Maranhão, elle subiu ao posto de brigadeiro-general e foi agraciado com o título de barão de Parnahiba, título que, na coroação de d. Pedro II (18 de Julho de 1841), foi elevado a visconde de Parnahiba. Affirma-se que, além disso, Martins não deixava escapar occasião de recompensar-se a si mesmo; especialmente no Maranhão, teria elle vendido por avultada quantia a sua protecção aos mais implicados partidarios da causa portugueza. Em todo caso, foi justamente naquelle tempo da revolução que elle lançou o fundamento de sua futura riqueza, que, como dono de muitas fazendas grandes, elle soube continuamente augmentar, graças a um intenso commercio de gado com a Bahia; e com elle tambem a sua familia alcançou alta consideração e grande bem-estar. Contudo, seja como fôr, de todo modo muito tem o Piauí que agradecer ao visconde de Parnahiba; ao passo que por toda parte os presidentes provinciaes mudavam em poucos annos, elle governou o leme de seu Estado mais de 20 annos sem interrupção; e em todo esse periodo, quando em volta reinavam as mais desenfreadas tempestades politicas, que abalavam profundamente o bem-estar das provincias vizinhas, aqui não foi a paz seriamente perturbada.

Costuma-se, portanto, chamar o visconde de Parnahiba de "Francia do Piauí" (em comparação com o Francia do Paraguai, que, no meio das revolucionadas provincias da bacia do Prata, mantinha identico estado de ordem para o paiz). O seu governo foi certamente despotico em absoluto, sem especial consideração pelas disposições da constituição brasileira, e em resumo elle foi mais temido que estimado; sobretudo suscitaram grande descontentamento entre as classes abastadas as leis provinciaes que elle decretou para favorecer a população pobre, e que, em parte, não se justificam (como, por exemplo, foi para sempre fixado por lei um preço maximo muito baixo para ambos os principaes generos de alimentação, carne de vacca e farinha); porém ninguém ousou protestar publicamente contra o poderoso presidente, que sómente com os seus parentes e amigos podia mobilizar 2.000 guarda-costas, dispostos e cegamente devotados; só uma vez, quanto sabemos, a 17 de Janeiro de 1838, correu risco a sua vida, ameaçada por um assassino, porém sem consequencia.

Assim, em ambos os limites da história provincial do Piauí, no principio e no fim, encontra-se um grande



principe de pastores que, sob as fórmās de Estado moderno e apesar dellas, governou á maneira dos antigos patriarchas — um phenomeno que, embora nos pareça singular, todavia se explica facilmente pela feição particular desta terra de pastores.

★ ★ ★

A provincia do Ceará (imitação indiana do grito de uma especie de papagaio natural dalli, ou, segundo outros, corruptela do vocabulo indio “sira”, veação, caça, (68), com 4.600 leguas quadradas de superficie e 385.300 habitantes, e a terra extrema oriental do antigo Estado do Maranhão, e até certo poncto já região em litigio, pois tambem o vizinho grupo de Estados, a capitania geral de Pernambuco, a reivindicou repetidas vezes como dependencia sua.

Pela sua disposição natural, fórmula ella, de facto, a transição, e está sobretudo em estreita connexão com a provincia do Rio Grande do Norte. Ambas, junctas, têm, á guisa de moldura, a continuação oriental da serra Ibiapaba, em planalto, que, seguindo ao longo dos limites do Ceará e Pernambuco, entra na Parahiba. A costa aqui não apresenta mais a alluvião que o poderoso Amazonas transporta até ao Maranhão e ao Piauí, porém já tem a natureza arenosa, como o resto da costa brasileira; e, ao passo que de ordinario esta faixa de areia é estreita e em parte coberta de vegetação tropical, aqui ella se desvenda em vasta extensão, em completa nudez. As ondas do oceano Atlantico banham grandes areas, nos quaes as tempestades do mar produzem dunas das mais variadas fórmās, e, sómente nos logares onde os rios costeiros regam á sua passagem o solo reseccado, é que elle adquire verdadeira fertilidade.

Mais pela terra a dentro, extendem-se campinas que lentamente se vão elevando, contudo de menor extensão que no Piauí, e differenciam-se destas por mais rica vegetação, por uma relva mais tenra, de sorte que a criação de gado do Ceará, quanto á qualidade, é superior á dessa provincia vizinha; porém ella certamente não tem a possibilidade, nem

---

(68) A voz *Ceará* não é “imitação indiana do grito de uma especie de papagaio natural dalli”, como entende Handelman, nem, segundo outros, como elle ainda dá a registo, é “corruptela do vocabulo indio *sira*, veação, caça”. Como acertadamente ensina Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pag. 212), aquelle toponymico quer dizer “canta ou fala o papagaio”.



de longe, de concorrer na quantidade do gado, e por este motivo foi por assim dizer inteiramente suplantada nos mercados do Norte, Maranhão, Pará etc.

Além disto, presta-se muito bem para a lavoura o terreno da margem dos grandes rios Camocim e Jaguaribe, e mórmente a região dos mananciaes dèste último, como também disso dá testemunho o nome de uma povoação alli situada, Sancto Antonio do Bom Jardim.

Porém um impedimento grave sempre permanece no facto de que o Ceará e o Rio Grande do Norte, com o Piauí, são sujeitos ás terriveis seccas, que ameaçam de periodico aniquilamento a vida de todas as plantas e animaes.

Especialmente memoravel é a grande sêcca de 1792-96, quando o tempo das chuvas quatro vezes seguidas faltou; todo o gado pereceu, os homens sustentavam miseravelmente a vida com mel silvestre, e dizem que a população de septe grandes freguezias morreu, até o último homem.

Apenas menos rigorosa foi a sêcca de 1825; os habitantes do sertão, flagellados pela mais cruel fome, correram ás pressas para a costa, onde haviam chegado abundantes viveres; porém muitos morreram de inanição, no caminho, e as suas ossadas branqueavam no areial; as perdas em vidas humanas fôram avaliadas em milhares.

Afóra esses periodicos acontecimentos excepçionaes reincidentes, gosa a provincia de certo bem-estar.

Além dos productos da criação de gado, ella fornece para a exportação madeira de tinturaria e algodão; ha também uma especie de assucar bruto, que é produzido ao menos para o consumo local e da vizinhança. Finalmente, como a maioria dos rios costeiros carreiam algum ouro, estabeleceram-se alli, em differentes logares e datas, bateias de ouro; mas sempre no fim de alguns annos eram abandonadas, visto que o escasso producto não compensava o trabalho.

Os começos historicos da provincia do Ceará, a sua conquista e libertação do dominio hollandez já fôram narrados. Quando os Hollandezes tiveram que se retirar do paiz, em 1644, ficou na costa uma unica colonia portugueza, Fortaleza, fundada em 1613, então, como q nome diz, uma simples fortificação, que, porém, dahi em deante, foi crescendo para uma povoação de 10.000 almas, e a 17 de Março de 1823

foi elevada á categoria de cidade, com o nome de Fortaleza de Nova Bragança.

Em breve, seguiu-se segunda colonia, a actual cidade de Aracati, não distante da fôz do Jaguaribe; e foi-se adeantando a colonização do interior, quer a partir destes pontos, pelos rios acima, quer pelos caminhos por terra, partindo de Pernambuco e Parahiba. Os indigenas procuraram a principio oppôr-se; porém, depois de guerras de muitos annos, entre 1680 e 1690, elles fôrão vencidos e obrigados, uns a se submeterem, outros a fugirem. Contudo, a sua sorte, em summa, foi mais feliz que a dos do Piauí; e as naturaes condições do Ceará já offereciam ao Indio mais facilmente abrigo; e depois tambem os Jesuitas haviam já muito cêdo, cêrca de 1655, tomado pé firme na serra de Ibiapaba, de onde elles fôrão extendendo gradualmente as suas actividades missionieras por toda a provincia, de sorte que, provavelmente, a maioria das povoações do interior deveu a sua origem aos aldeamentos primitivamente fundados por aquella Ordem.

Depois da abolição das missões, voltaram sem dúvida muitos dos Indios convertidos ao seio de seus irmãos pagãos e reverteram ao estado de completa selvageria; porém a maioria ficou na vizinhança dos colonos, pelo facto de não poderem mais dispensar as mercadorias e alimentos europeus. Toda essa gente, inteiramente india ou de meio sangue, constituia, portanto, no Ceará, como no Maranhão e no Pará, o coefficiente principal da população, e mais para o interior, na cercania de Crato, predomina com decidida superioridade; estes sertanejos, os chamados Cairiris (69), são desacreditados num vasto círculo, por seu genio indomavel e por sua vida irregular e immoral.

---

(69) Martius classificou entre os *guicks* ou *côcos* da sua taxinomia ethnographica do Brasil os Indios, a que elle chama *cairiris*, *cayriris*, *cariris* e *kiriris*. Esta última fórma foi a preferida pelo padre jesuita Luis Vincencio Mamiani, em sua *Arte de grammatica da lingua brazilica da nação kiriri* (Lisbôa, 1699; e 2ª ed., devida á nossa Bibliotheca Nacional, Rio, 1877). Milliet de Saint Adolphe, em seu *Diccionario geographico, historico e descriptivo, do imperio do Brazil* (Paris, 1845), vol. I, pag. 196, depois de mencionar as aldeias, que, com o mesmo nome de "Cairiri", existiram nas provincias de Parahiba e Pernambuco, assim informa sobre os referidos selvícolas: — "Cairiris. — Indios duma numerosa tribu, que vivião em toda a serra ou cordilheira Borborêma, quando se fez o descobrimento do Brazil. Chamão-nos hoje os Cariris-Velhos, Cariris e Ca-

No que diz respeito á organização política do Ceará, já se mencionou que, a princípio, tanto os governadores-geraes do Maranhão, como os capitães-generaes de Pernambuco, reivindicaram a soberania sôbre elle; todavia, ambos alli exerceram pouca influência. Os dous funcionarios superiores da provincia, o commandante de Fortaleza, que dirigia as cousas militares, o auditor (desde 1723), que superintendia a justiça e a administração, eram inteiramente independentes, tanto para fóra, como um para com o outro; finalmente, nomeou o principe regente d. João VI um governador regular, com os plenos poderes usuaes, em 17 de Janeiro de 1799, e com isso se completou a autonomia do Ceará.

Dahi em diante, pouca cousa digna de nota aconteceu; na verdade, verificou-se aqui tambem, durante o tempo tormentoso de 1820-1840, uma violenta guerra de partidos, que de tempos em tempos se desafogava em revoluções abertas (a última foi no anno de 1842); mas todas fôram sem grandes consequencias.

Resta sómente ainda mencionar que uma vez, em 1840, se tractou, no parlamento brasileiro, de dividir o Ceará: o setrtão, propriamente dicto (referia a proposta), devia, conjunctamente com as partes contiguas do Piauí, Parahiba e Pernambuco, ser reunido numa provincia (sem costa do mar); e para este Estado, para essa nova formação, propunha-se para capital a povoação de Crato, e para o Estado o nome de Cairiri Novo (tirado da antiga tribu de Indios alli estabelecidos); todavia, o projecto não chegou á deliberação, nem á realização.

Em cousas ecclesiasticas, o Ceará, desde 1676, sempre fez parte essencial da alta jurisdição de Pernambuco, até que, no correr dos ultimos annos, 1855, alli foi erigido um bispado proprio.

---

*Cariris-Novos*, segundo o logar que habitão e o tempo em que forão conhecidos. Os que o são d'ha mais tempo, ou *Cariris-Velhos*, vivão nas serras que reúnem a provincia de Parahiba com a de Pernambuco, e a aldeia delles, conhecida com o nome de Cairiri, tomou o título de villa do Pilar. Outros Indios da mesma nação se forão successivamente descobrindo, á proporção que os Portuguezes se forão entranhando nesta cordilheira. Os que forão achados na provincia de Pernambuco conservarão o simples nome de *Cariris*, e os da provincia de Ceará receberão o de *Cariris-Novos*. São estes Indios em geral feios, rolhos e refeitos do corpo, com cabellos negros e bastos. Vivem de caça, e dos fructos das arvores, especialmente de diversas especies de côcos. Os mais civilizados semeão milho, e cultivão os algodoeiros".

---

## CAPITULO VIII

### A capitania geral de Pernambuco

O segundo grupo de Estados brasileiros é a capitania geral de Pernambuco, que se extendia entre os limites do antigo Estado do Maranhão de um lado, o rio São Francisco de outro lado, e comprehendia as actuaes provincias do Rio Grande do Norte, Parahiba, Pernambuco e Alagôas.

Foi esta mesma região a que formou o principal elemento do imperio colonial da Companhia Hollandeza das Indias Occidentaes, a Nova-Hollanda Brasileira, e nós interrompêmos a sua história justamente no momento em que com a capitulação do Recife, a 26 de Janeiro de 1654, ficou completamente restabelecida a soberania portugueza. Com isto as antigas condições de nôvo se estabeleceram, si bem que com grandes modificações.

Antes da invasão hollandeza existiam, como se sabe, entre o Ceará e o rio São Francisco, quatro capitancias, sendo duas da corôa, Rio Grande do Norte e Parahiba, e duas feudaes, Itamaracá e Pernambuco; estas ambas ainda se transmittiam por via de successão á descendencia dos primitivos donatarios: Itamaracá, á de Pero Lopes de Sousa; Pernambuco, á de Duarte Coelho. Os governadores hereditarios não haviam, porém, podido conservar os seus dominios nem reconquista-los; a guerra de independencia contra os Hollandezes foi conduzida não nos seus nomes, mas sob as bandeiras reaes, e assim o rei d. João IV julgou-se com direito de confiscar os dous feudos e reuni-los á corôa. Naturalmente protestaram contra isso as duas familias interessadas e por meio de reclamações e queixas judiciaes procuraram obter a revogação desta medida. Assim, em primeiro logar

quanto a Pernambuco, Duarte d'Albuquerque Coelho, o último herdeiro feudal que havia estado realmente empossado, fallecera ainda durante a guerra de libertação e havia deixado uma unica filha herdeira, a esposa de d. Miguel de Portugal, conde de Vimioso; esta intentou um processo contra o rei, para a restituição do seu feudo hereditario, e os seus descendentes continuaram o mesmo durante sessenta annos, com alternativas da sorte, isto é, diversas vezes obtendo sentença favoravel; porém, sempre lhes foram contrapostos novos embargos.

Finalmente, quando se compenetraram de que a corôa de modo algum desistiria desta importante provincia, propuzeram uma accommodação; com a sanção do rei d. João V concluiu o pretendente, d. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, um ajuste com o procurador da corôa, no qual elle renunciava para si e seus herdeiros a todos os direitos sobre Pernambuco, e em troca receberia, a titulo de indemnização, a quantia de 80.000 cruzados, pagaveis em dez eguaes prazos annuaes e além disso o marquezado portuguez de Valença, que sob o mesmo titulo passaria ao seu filho e, sob o titulo de conde, deveria passar aos seus seguintes descendentes (1716).

Mais feliz foi a familia de Pero Lopes de Sousa, em Itamaracá: depois de um processo de quasi quarenta annos, conseguiu o herdeiro de direito, d. Luis Alvares de Castro Athide e Sousa, uma sentença favoravel, e foi de novo empossado do seu feudo hereditario (1693), onde os seus descendentes ainda dominaram durante setenta annos. Finalmente, no anno 1763 comprou o rei d. José Manuel este territorio pela quantia de 40.000 cruzados, para a corôa; e, dahi em deante, a ilha de Itamaracá, com as suas dependencias em terra firme, fez a principio parte da capitania da Parahiba, até que por ordem do gabinete, de 30 de Maio de 1815, della foi separada e incorporada definitivamente á actual provincia de Pernambuco. Isso quanto á extincção dos dous velhos dominios feudaes; vejamos agora a sua nova constituição politica. Immediatamente depois da capitulação do Recife, Francisco Barreto de Menezes, que até então havia actuado como representante do rei juncto do exército da revolução, assumiu o governo, tanto nesta cidade, como em todo o dominio da Nova Hollanda brasileira (28 de Janeiro de 1654), e continuou provisoriamente, até que tres annos depois foi elevado ao governo geral da Bahia. Nesse interim, reuniu o rei d. João IV todo o trecho de terras ao Norte do rio São Francisco até ao Ceará



ou inclusive este (a este respeito houve depois litigio) numa capitania geral, de Pernambuco, que, nominalmente, ficava sujeita ao governo geral do Estado do Brasil na Bahia, de facto, porém, estava mais ou menos equiparada a elle, com egualdade de direitos.

O primeiro, a quem foi confiado este governo geral, foi André Vidal de Negreiros (22 de Março de 1657 até 26 de Janeiro de 1661), natural da Parahiba, que fôra um dos chefes do exército da revolução pernambucana e depois governador-geral do Estado do Maranhão. Tambem o segundo governador-geral, Francisco de Brito Freire (26 de Janeiro de 1661 até 25 de Março de 1664), merece menção especial; havia elle sido um dos almirantes que com a esquadra de commercio luso-brasileira havia collaborado de modo tão importante para a final conquista do Recife, e ainda maior glória obteve elle mais tarde, como historiador da guerra hollando-brasileira. Por outro lado, nada adeantaria citar a longa série de seus successores; accrescentamos por isso sómente que o cargo de governador-geral subsistiu quasi até ao tempo da independencia; só em 1792 se separou a Parahiba, em 1818 Alagôas, em 1820 Rio Grande do Norte, e fôram elevadas a provincias, com eguaes direitos; e com isso extinguiu-se a capitania geral de Pernambuco, a antiga primazia da provincia de igual nome. Sómente em materia de justiça ella a conservou; a Relação que foi fundada na sua capital, Recife, pelo decreto de 6 de Fevereiro de 1821, é ainda actualmente o unico tribunal de 2ª instancia a que todas as quatro provincias da antiga capitania geral de Pernambuco recorrem judicialmente.

Além disso, no que diz respeito á organização ecclesiastica d'este grupo de Estados, pertencia elle, como todo o Brasil, primitivamente, á diocese do bispo de São Salvador (Bahia), até quando Paulo V, por uma bulla de 15 de Julho de 1614, instituiu para Pernambuco e os territorios mais ao Norte um prelado, administrador proprio; todavia esta administração independente foi de novo revogada, por uma bulla do anno de 1623 e uma ordem régia de 27 de Setembro de 1624, sendo Pernambuco, com as suas dependencias, de novo incorporado á diocese da Bahia. Sómente no governo do rei d. Pedro II foi feita, neste sentido, uma modificação: a seu desejo erigiu o papa Innocencio XI um bispado de Pernambuco (16 de Novembro de 1676), porém de modo que o bispo

dalli devia ser suffraganeo do arcebisado brasileiro em São Salvador, e indicou como limites da alta fundação, ao Sul, o rio São Francisco, ao Norte a fronteira Norte do Ceará, área na qual se conservou até aos tempos mais recentes.

Todavia nos ultimos annos obteve o Ceará o seu bispado proprio, e a diocese do bispo de Pernambuco restringe-se, portanto, actualmente á esphera da antiga capitania geral de igual nome, ás provincias de Rio Grande do Norte, Parahiba, Pernambuco e Alagoas.

De outras instituições geraes, temos que nos referir especialmente a duas.

Primeira: as missões estavam aqui, como em toda parte no "Estado Brasileiro" propriamente dicto, desde o principio, exclusivamente nas mãos dos jesuitas; sem dúvida elles tiveram que se conformar durante o dominio hollandez, com a concorrência dos missionarios calvinistas; todavia estes pouco successo obtiveram; e, depois da expulsão dos Hollandezes, de novo a Companhia de Jesús tomou a si o exclusivo cuidado das almas dos Indios, que conservou até ao desaparecimento dessa instituição.

Aqui nunca fôram de importancia as missões; logo os primeiros immigrantes e conquistadores fizeram grande mortandade entre a população primitiva; depois fôram ceifados muitos Indios pela guerra hollandeza, e muitos, como alliados dos exercitos combatentes, levados para outras regiões; ainda outras tribus, para escapar á sujeição ao homem branco, emigraram, transpondo as proximas montanhas limitrophes, para o Ceará, ou, ao longo do curso do São Francisco, para o interior; e assim é que dentro do trecho de costa que formava o elemento principal desta capitania geral, restou relativamente muito pouco da raça indigena. Tambem á expulsão dos jesuitas, em 3 de Setembro de 1759, existiam apenas sete missões; no interior da diocese de Pernambuco e actualmente, segundo o relatório official de 1885, existem aqui apenas 16 aldeamentos exclusivamente indios, sendo em Alagoas oito, com 4.500 almas, na Parahiba quatro com 250, e quatro no Rio Grande do Norte.

Os habitantes dos mesmos e, sobretudo, os Indios d'este grupo de Estados já desde muito deixaram os costumes de seus antepassados e mixturaram-se com a immigração europea; deu-se um caldeamento, no qual o sangue branco foi sempre preponderando e dahi a razão por que a composição

do povo, quanto a raças, é aqui essencialmente diversa da do antigo Estado do Maranhão.

Ao passo que alli, no Pará, Maranhão, Ceará, a grande massa das classes trabalhadoras descende de sangue indio ou meio indio, aqui ella provém, de preferencia, da raça africana; e em vez da "questão dos Indios", sobretudo em Pernambuco, apresenta-se a "questão dos negros".

De muito menor vulto é uma segunda circumstancia historica que devemos aqui referir, porque diz respeito egualmente ao conjuncto dêste grupo de Estados: tracta-se das medidas politico-commerciaes do marquez de Pombal. Tal qual fez no Estado do Maranhão, submetteu esse primeiro ministro tambem a capitania geral de Pernambuco, que até então era sómente sujeita ao monopolio da mãe-patria, ao monopolio de uma associação de commércio; a 30 de Julho de 1759 foi fundada por negociantes de Lisboa, Porto e Pernambuco a Companhia Geral de Pernambuco e Parahiba, com um capital inicial de 3.400 acções, cada uma a 400 mil réis, e a 13 de Agosto de 1759 concedeu á mesma o rei d. José Manuel a sancção régia. Durante dezto annos esta sociedade commercial monopolizou, em detrimento dos colonos, a importação e a exportação; finalmente, logo depois da demissão do marquez de Pombal, seu fundador (5 de Março de 1777), foi ella abolida e a capitania geral de Pernambuco reabriu, primeiro, o seu commércio a todos os negociantes da mãe-patria, em seguida, com todo o Brasil, foi franqueada ao commércio mundial, em 28 de Janeiro de 1808.

★ ★ ★

Voltemo-nos agora das notícias geraes para a historia particular de cada uma das regiões desta capitania geral, começando com a extrema norte, Rio Grande do Norte, que deve o seu nome ao "grande rio do Norte", Potengi, que o percorre em toda a sua extensão; tem 2.000 leguas quadradas de superficie e mais ou menos 190.000 habitantes.

Della pouca cousa ha para narrar, desde a expulsão dos Hollandezes. A princípio teve a provincia que servir duas vezes para elemento fundamental de uma formação feudal. Nos annos 1654-1656 fez o rei d. João IV doação da capital, Natal, com suas dependencias, a Manuel Jordão; porém, quando esse donatario aqui chegou para tomar posse,

naufragou a sua embarcação á entrada, no rio Potengi, elle proprio pereceu, e o seu feudo revertêu á corôa. Mais tarde elevou o rei d. Pedrô II esta mesma terra á categoria de condado, em favor de Lope Furtado de Mendonça (1689) (70); resta a saber, contudo, si com esse titulo, conde do Rio Grande do Norte, acaso estava ligado algum direito de posse, pois não se falou mais nisso. De facto, sempre o Rio Grande do Norte fez parte essencial, sempre foi territorio da capitania geral de Pernambuco; na sua capital, Natal, residia um sub-governador, o qual era responsavel perante o capitão-general; e a justiça, segundo uma ordenação régia de 12 de Dezembro de 1687 era administrada ao mesmo tempo pelo auditor-geral da cidade de Parahiba. Nisto sómente desde o principio d'este seculo se fez uma mudança. No anno de 1817, quando em Pernambuco estalou um movimento republicano, que durou alguns mezes, o então sub-governador do Rio Grande, José Ignacio Borges, aproveitou esta oportunidade para emancipar-se da auctoridade do capitão-general dalli. Elle adoptou todas as insignias de um governador com plenos poderes, e dahi em diante despachava os seus relatorios não mais de conformidade com as ordens, para Pernambuco, porém directamente para o ministerio do Reino. O govêrno de d. João VI consentiu tacitamente nessa usurpação, em parte por consideração pelo proprio Borges, tambem porque tinha toda a razão de querer enfraquecer o agitado Pernambuco, com um tal desmembramento.

Immediatamente se tomaram disposições para organizar o Rio Grande a todos os respeitos como provincia autonoma: um decreto de 18 de Março de 1818 retirou do auditor-geral da Parahiba o poder judiciario, que elle até aqui havia exercido sobre o Rio Grande, e estabeleceu em Natal um juiz proprio; segundo decreto, de 3 de Fevereiro de 1820, creou nesta mesma cidade uma alfandega e thesouraria proprias. Dahi em diante foi o Rio Grande do Norte uma provincia autonoma do reino, mais tarde do imperio do Brasil, e accompanhou todas as guerras de partidos e demoradas agitações, sem que nunca de qualquer fórma representasse papel importante.

---

(70) Em vez de *Lope*, fórma castelhana, preferida por Handermann, lêa-se *Lopo*, que assim se chamou o fidalgo, da familia Furtado de Mendonça, herdeiro do titulo de conde do Rio Grande, que fôra doado a Francisco Barreto, vencedor dos Guararapes.

No que diz respeito á natureza interna desta província; já se mencionou que aqui, como no Ceará, se extendem grandes areas ao longo da costa; mais para o interior eleva-se uma matta virgem baixa, que fornece o melhor pau-brasil, ao que se diz, e alterna-se aqui e alli com campos não muito férteis. A hydrographia é, em summa, muito melhor que a das vizinhas provincias do Norte, porque relativamente muitos rios percorrem o seu territorio; por outro lado; costuma o tempo das aguas dar muito pouca chuva, ás vezes nenhuma; assim é que o Rio Grande do Norte está exposto, tanto como o Ceará e Piauí, ás pavorosas sêccas que ameaçam com destruição toda a vida animal e vegetal. No interior a criação cavallar e bovina e a exploração das salinas, na costa consideravel pescaria, são as principaes indústrias da população; fóra isto, mórmente nas margens dos rios, explora-se á lavoura, que, além de produzir para o consumo local, fornece para exportação algum algodão e tabaco; a outra importante produção de assucar foi pouco a pouco escasseando muito, e os escravos, que assim se tornaram desnecessarios, foram vendidos para o Sul. Por este motivo hoje são relativamente poucos os negros no Rio Grande do Norte, e a provincia, em relação á mixtura de raças, fórma como que a transição natural entre ás suas vizinhas do Norte e do Sul:

\* \* \*

Parahibá, assim chamada do rio de igual nome, "rio mau", com 3.600 leguas quadradas de superficie, cêrca de 209.300 habitantes, era desde o princípio contada entre os territorios brasileiros mais importantes; mais ou menos em 1630, depois de quarenta annos de existencia da colonia, estavam alli em produção 20 engenhos de canna de assucar; porém as tempestades da invasão hollandeza e ainda mais as devastações durante o tempo da guerra da libertação tornaram a florescente região um deserto, de sorte que a colonização teve dahi em deante quasi que ser recommçada. Ella havia preferido especialmente um trecho da costa de largura variavel e as terras do Sul, onde o sólo é bom e regularmente regado, recompensando fartamente os esforços do lavrador.

Porém, mais para o interior, extendem-se do Rio Grande do Norte para baixo, na direcção de Pernambuco e Alagoas,



os contrafortes orientaes da serra Ibiapaba, formando planalto, e o terreno apresenta os mesmos caracteristicos do Rio Grande: muitas vezes o tempo das chuvas não traz uma gotta de agua; nos tempos recentes isso ainda é mais frequente do que antigamente, pelo facto de se haver pouco a pouco, ao progredir a lavoura, destruido uma grande parte do florestamento primitivo do planalto; especialmente ainda está fresca na lembrança a sêcca de dous annos, de 1846, nessas regiões.

Aqui no interior só dá rendimento a criação de gado, e de certo modo a cultura do algodoeiro, ao passo que nas fertéis costas produz em quantidade a canna de assucar; o assucar da Parahiba era antigamente afamado, pela sua excellencia, tanto que o conde Moritz de Nassau collocou seis pães de assucar no escudo de armas da capitania, e ainda actualmente se mantém como um dos artigos principaes de exportação, mas o algodão o vai deixando sempre mais para trás; na exportação de 1854-1855, o algodão figura já com 1.019 contos, o assucar só com 458, no total de 1.610 contos de réis.

Parahiba já no correr do seculo XVIII era, de nôvo, entre as provincias brasileiras, uma das mais abastadas e mais bem povoadas. Sómente a capital, de egual nome, ficava atrás do progresso geral; é verdade que por sua posição, não menos que por decreto real, era o porto principal e praça do commercio da provincia; porém faltavam aos cidadãos o espirito emprehendedor e os capitaes, para sustentar devidamente essa sua posição; assim os fazendeiros, apesar das repetidas prohibições, preferiam levar as suas mercadorias directamente aos grandes negociantes de Recife, onde elles contavam pela certa com a acceitação e pagamento.

Isto mudou sómente nos tempos modernos. No anno de 1814 estabeleceu-se na Parahiba uma firma de negociantes inglezes, Maclakan & Cia., a princípio vivamente hostilizada pela população; os mercieiros locais, os agentes e devedores dos negociantes de Recife, exigiam a expulsão da firma estrangeira, que ousava fazer-lhes concorrência, e, quando o governo provincial lhes indeferiu a pretensão, elles recorreram com as suas queixas directamente á côrte. Naturalmente debalde; Maclakan ficou imperturbado; tambem outros negociantes inglezes se estabeleceram, sem estôrvo; os seus exforços conseguiram então acabar com a antiga soberania commercial do Recife, e a Parahiba transformou-se dahi em

deante de uma pobre cidadezinha num importante porto de mar, de cerca de 15.000 habitantes.

Já antes desta emancipação commercial se havia realizado a emancipação política da provincia. Parahiba, a principio, sujeita inteiramente ás auctoridades de Pernambuco, obteve já no anno 1685 egualdade de direitos, um governador independente do capitão-general e, pelo decreto de 12 de Dezembro de 1687, foi alli mesmo tambem estabelecido um auditor-geral, para cuidar dos negocios da justiça.

Mais tarde, incorporou-a de nôvo o rei d. José Manuel, como districto, á capitania geral (29 de Dezembro de 1755); porém a justiça ficou autonoma, e tambem a independencia política foi restabelecida quarenta annos depois.

O principe regente d. João VI ordenou, por decreto do gabinete, de 17 de Janeiro de 1799, a sua definitiva separação de Pernambuco, e creou, ao mesmo tempo, uma especial administração aduaneira e de finanças para a Parahiba, que todavia, depois de demoradas hesitações, sómente em seguida á nova ordem régia, de 6 de Fevereiro de 1809, de facto se estabeleceu; e com isto entrou a Parahiba para a classe das provincias plenamente autonomas. Contudo, até á actualidade, ella ainda não se poudo inteiramente subtrahir á preponderante influencia da poderosa provincia vizinha, e todas as revoluções, que se declaravam em Pernambuco, logo attrahiam a Parahiba á sua esphera, ou pelo menos achavam alli algum écho.

★ ★ ★

A provincia de Pernambuco (ind. *Braço do mar*) (71), á qual agora chegamos, comprehende na sua actual extensão cerca de 7.200 leguas quadradas de superficie, com a somma de 950.000 habitantes.

---

(71) A etymologia de *Pernambuco* acha-se magistralmente exposta por Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pag. 256), pela fórma seguinte: — “Os Caetés da capitania de Duarte Coelho chamavam *Paranambuca*, ou *Paraná-buca*, ao porto onde está a cidade do Recife. Sabido que o nome *paraná* quer dizer *similhante ao mar*, claro é que o selvagem o applicava para designar o estuario ou lagamar interior, formado na foz dos rios Capibaribe e Beberibe, que é um espraído ou bacia *similhante ao mar*. O termo *buca* é o gerundio-supino de *pug*, que dá *puga* ou *puca*, cuja consoante inicial se abrandou em *b*, por effeito da nasalação precedente. *Puga*, *puca* ou *buca* significam: *arrombado*, *partido*, *arreventado*; *furo*, *buraco*, en-

Antigamente era muito maior, porque ella perdeu, além de suas dependencias, Rio Grande e Parahiba, outras terras (de que nos occuparemos mais tarde, detidamente), que lhe eram integrantes: toda a provincia de Alagôas e para o interior, no valle do rio São Francisco, uma extensa região, que passou á provincia da Bahia; sem embargo, ella conserva sempre, no que diz respeito á importancia e número de habitantes, um dos primeiros logares entre as provincias brasileiras, e sómente pelo Rio de Janeiro é superada em densidade de população.

Nenhuma outra provincia apresenta uma tão variada história especial de igual interesse geral, como Pernambuco. Desde o incio da colonização, notavel pela indústria, riqueza e magnificencia, attraheu, entre todas, a avidez de conquista dos Hollandezes, viu passar, como uma idade de ouro, o curto govêrno, pacífico, do conde Moritz de Nassau e depois, quasi que sómente por suas proprias fôrças, conseguiu emancipar de nôvo a sua nacionalidade primitiva do jugo estrangeiro. Depois disto, ainda passou por uma guerra de escravos, guerra civil, finalmente, no nosso seculo, foi a primeira a entrar nas fileiras em prôl da independencia nacional contra a mãe-patria, Portugal, em seguida contra o nôvo govêrno central brasileiro, em prôl da autonomia provincial; aqui, sobretudo, se pronunciaram abertamente as tendencias separatistas e republicanas, chegando á decisão pela fôrça.

No último decennio, desde que o espirito público foi pouco a pouco socegando, dedicou-se Pernambuco, com energia não menor, ao desenvolvimento de seus recursos naturaes; exforça-se elle por alcançar de nôvo a posição proeminente, que occupava outrôra entre as terras productivas de assucar, até que as ilhas das Indias Occidentaes obtiveram a supremacia.

Todavia, antes de passarmos á narração dêstes acontecimentos, lancemos os olhos para a terra e a gente, em parte porque com isto notavelmente se esclarecerá o curso historico

---

*trada. Paranã-buca, donde procede Pernambuco, quer, pois, dizer: furo do lagamar, entrada da bacia fluvial, applicado assim á aberta do recife, por onde o lagamar se communica com o mar. O nome Paranã-buca era muito commum na costa do norte, no trecho della tomado pelos recifes, e o sentido, que os Indios lhe davam, era o de furo, buraco, entrada, passagem naturalmente aberta na muralha do recife. Outros interpretam Paranã-buca como mar que arrebenta ou quebra-mar".*

dos factos, em parte porque especialmente a composição do povo, embora aqui pronunciada de modo particular, é, em geral, muito característica das provincias do meio (até São Paulo).

Pernambuco (com a sua natural annexa — Alagôas) divide-se, quanto á natureza do terreno, em tres partes.

Juncto á costa estende-se o abençoado trecho de terras, chamado das mattas, que começa na Parahiba, porém que mais para Sul mais largo e mais rico se vai tornando; é assim, principalmente na região das lagôas e pantanos (Alagôas) e na fôz do rio São Francisco, onde o sólo é fertilizado por inundações annuaes regulares; ahi se ostenta a mais opulenta vegetação tropical; por outro lado, reinam ahi, na verdade, como em todos os paizes pantanosos, febres de mau character e sabe-se como nos ultimos annos todo esse littoral tem sido flagellado pelo cholera e pela febre amarella, do modo mais terrivel.

Vivo contraste fórma o sertão, que se estende nas vertentes sul e oriental da serra Ibiapaba; alli acaba a matta virgem, que reveste as costas, e de nôvo se apresenta despido o planalto, com os seus campos pobres de agua, com as suas pavorosas sêccas, quasi que só proprios para creação de gado; por outro lado, o clima é muito mais saudavel.

Ao primeiro olhar, logo o viajante distingue, em todos estes grupos de Estados, o robusto sertanejo do fraco matuto da baixada das costas; ao passo que o sertanejo pernambucano, por sua vez, é superado em estatura e fôrça pela população de zonas mais elementes, como os habitantes de Minas Geraes e São Paulo.

Finalmente, possui ainda Pernambuco uma parte de terras no valle do rio São Francisco; e aproveitamos esta oppor-tunidade para registar já aqui algumas considerações geraes sôbre toda a bacia dêsse rio.

O São Francisco é o unico rio de primeira grandeza que desembocca na costa sul-americana entre o Amazonas e o Prata; e, quando se observa o seu longo, sinuoso curso (elle nasce no 20° latitude S., no coração de Minas Geraes, onde as suas nascentes são vizinhas das do Paraná), logo facilmente vem a idéa de colloca-lo ao lado dêstes dous grandes rios, como terceira arteria principal do Brasil.

Todavia, isto seria exaggerar muito a sua importancia; nem elle proprio, como via de communicacão, nem a região que elle drena, são dotados pela natureza de modo especialmente favoravel, nem parecem para o futuro destinados a grandes cousas.

Logo no camêço, a principal embocadura ao Norte é obstruida por consideravel banco de areia que, coberto por violenta mareta, raramente dá mais de 4-8 pés de agua navegavel; e as embocaduras secundarias apenas dão transitio, no tempo das aguas, a pequenas embarcações. O curso inferior é de pequena extensão e já é trancado em Vargem Redonda (provincia de Alagôas, mais ou menos em frente da fronteira oeste de Sergipe) pela cachoeira de Paulo Affonso; maravilhoso espectaculo da natureza, pois o rio, estrangulado, abre caminho em muitas milhas de extensão por uma série de rochas e precipita-se em grandes e pequenas cachoeiras, das quaes a mais consideravel se despenha da altura de 25 braças no abysmo; na distância de seis leguas ainda se avista a columna de vapor de agua, que se eleva da cachoeira. Logo se vê que trabalhos e que despesas colossaes exigiria uma efficaz regularização do rio, só neste trecho!

Ainda mais, a montante, na verdade não haveria grande cousa por fazer; o curso médio, que corre de Vargem Redonda até á povoação Barra (do Rio das Velhas), na provincia de Minas Geraes, numa extensão de 250 leguas, é pelo menos muito proprio para a navegacão de barcos grandes; e o curso superior apresenta os mesmos impedimentos que a maioria dos rios grandes. Porém o territorio, que banha principalmente o curso médio, absolutamente não apresenta condições de poder recompensar mais tarde, pela producção e exportação crescentes, as despesas para regularizar o curso do rio; ao contrário, do estreito valle do rio elevam-se de ambos os lados, a Oeste para as montanhas das fronteiras do Ceará, Piauí e Goiaz, a Leste para o planalto interior da Bahia, as já mencionadas esteppes nús e pobres de agua, que vimos em tantos logares do Norte do Brasil; sómente aqui o planalto já é atravessado por cadeias de collinas e pequenas montanhas, mais numerosas.

Todo o interior de Pernambuco, tal qual o da Bahia, é, portanto, pobre e sem futuro; muito tempo ficou inteiramente deshabitado, um campo livre, seguro, dos Indios, onde sómente uma vez ou outra apparecia um caçador de ouro ou de escravos ou um criminoso fugitivo; e, si bem que pouco a pouco uma pequena população alli fósse habitar, só difficilmente



se desenvolverá de modo importante. No valle do rio explora-se a pescaria e ha alguma lavoura; porém a indústria principal propriamente dicta é a creação de gado, e fóra isto fornece tambem o planalto, com a exploração de varias salinas e lagos de sal, artigo valioso de commercio, que é especialmente exportado para Minas Geraes.

E', portanto, uma região pastoril, com caracteristicos identicos aos das já mencionadas (do Piauí); apenas extensas fazendas, administradas pelo dono ou seu feitor, e alguns empregados; e si no Piauí, durante a segunda metade do seculo XVII, um só homem, o fundador Domingos Affonso, dominava sôbre 30 fazendas suas, tambem aqui, na bacia do rio São Francisco, não era facto excepcional reunir um só dono semelhantes colossaes propriedades de terras e rebanhos.

No seculo XVIII, possuiam duas familias ricas da cidade da Bahia, á margem direita do rio: a familia da Torre 80 leguas quadradas, os herdeiros de Antonio Guedes de Brito talvez umas 160.. Agora as propriedades ruraes estarão, em geral, mais subdivididas; não obstante, existem ainda actualmente propriedades immensas, onde o dono domina sôbre os seus escravos, seus campeiros e clientes, como um soberano, e a cidadezinha proxima, que elle estabelece para pousada e praça do commercio, está em sua absoluta dependencia.

Ainda no anno de 1841 aconteceu que dous principaes pastores dêste genero se combateram em guerra formal. Não distante da cidadezinha Pilão Arcado (provincia da Bahia, quasi que o unico povoado á margem esquerda do rio, que havia chegado a alguma importancia), travaram lucta duas familias poderosas, os Guerreiros e os Militões, e fizeram os seus campeiros montar a cavallo.

Militão obteve a vantagem; com 500 cavalleiros elle cercou os seus adversarios, e quando estes, depois de sangrento combate, romperam as fileiras inimigas, poz-se elle na perseguição dos fugitivos, devastou o seu dominio e incendiou todas as casas de morada. A chegada de uma auctoridade policial, accompanhada por um destaeamento de 120 soldados, pôz termo a essa hostilidade medieval; ella havia custado a vida de 200 homens.

Ainda mais triste exemplo dos costumes e estado de cultura dessas terras do interior, foi o que deu um facto que aconteceu pouco antes, nos annos de 1836-1838.

É' phenomeno geral que, quando, nos seculos anteriores, se extinguia uma familia reinante amada, o povo se recusava a crer esse facto e esperava saudoso a volta do soberano fallecido. Assim aconteceu em Portugal, quando o último rebeuto da velha casa real nacional de Borgonha, o rei d. Sebastião, foi encontrar a morte na batalha contra os Marroquinos, em 4 de Agosto de 1578; durante os seguintes decennios, quatro pretendentes apresentaram-se, reivindicando o seu nome e a sua corôa; elles tiveram que expiar a sua ousadia com a vida ou com o eterno carcere; não obstante, não queriam os Portuguezes convencer-se.

Desde então subsistiu em Portugal, e tambem no Brasil, uma seita, denominada sebastianista, com a crença de que o rei ausente, d. Sebastião, voltaria e restabeleceria o reino millenario; de tempos em tempos elles fortaleceram-se nessa loucura, com prophcias novas, supersticiosas; de tempos em tempos julgavam ver em personagens de destaque reencarnações do salvador almejado: assim d. João IV, o libertador (1640), e o marquez de Pombal (1750); porém, sempre descobriram haver-se enganado, e a seita dura até hoje.

Pois estes fanaticos representaram, nas solidões da bacia do rio São Francisco (72), um drama, que é digno de figurar ao

---

(72) Sobre o "sebastianismo" no Brasil, ha um estudo do illustre e probo investigador portuguez J. Lucio de Azevedo. Quanto ao horripilante episodio, comprovadamente vinculado ao "sebastianismo" e occorrido no interior de Pernambuco, a que se refere Handelmann, existe a excellente *Memória sobre a Pedra Bonita ou reino encantado na comarca de Villa Bella, provincia de Pernambuco* (Rio, 1875), deixada por Antonio Attico de Sousa Leite e reeditada em 1898 por seu digno filho Solidonio Leite, que lhe junctou rara e curiosa estampa da Pedra-Bonita, copiada da que pertence ao museu do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Do documento, inserto no fim da sobredicta memória, infere-se que os chefes fanaticos ou soberanos do tal "reino encantado" foram successivamente tres, de 1836 a 1838: João Antonio, João Ferreira (e não João Pereira, como escreve Handelmann) e Pedro Antonio. Infelizmente, ainda irromperam mais tarde, no Brasil, outras manifestações violentas de fanatismo, ligadas a outras causas: a dos *Muckers* (no Rio Grande do Sul) e a dos "Quebra-kilos" (em Pernambuco), nos últimos tempos do imperio; a de Canudos (sertão do Estado da Bahia) e a do Contestado (entre os Estados de Santa Catharina e Paraná), já sob a Republica. Com relação á primeira das acima citadas, existe o exhaustivo trabalho do padre jesuita Ambrosio Schupp, *"Die Mucker — Eine Episode aus der Geschichte der deutschen Kolonien von Rio Grande do Sul, Brasilien"* (2ª ed., Paderborn, 1906), o qual foi posto em vernaculo por Alfredo O. Pinto (Porto Alegre, s. d.). Essa revólta foi exclusivamente de colonos ale-

lado do Reino de Sion, dos Anabaptistas alemães, de Münster (1534-35). No anno de 1836 appareceu como propheta, nos arredores da cidadezinha de Flôres (provincia de Pernambuco), um sebastianista, João Antonio; annunciava que perto do lugar de sua habitação, Pedra Bonita, um reino de maravilhoso esplendor se havia transformado por um encantamento em duas altas rochas, e elle, João Antonio, estava fadado a quebrar o encanto; então appareceria d. Sebastião, com as insignias reaes, á frente do seu exército e recompensaria com riqueza e honras todos os seus partidarios.

---

mães (teve por chefes João Jorge Maurer e sua mulher Jacobina) e de fundo religioso. Estalou em 1873 e provocou verdadeiros combates, o último dos quaes foi a 2 de Agosto de 1874. Pela lei de 26 de Junho de 1862, foi officializado em todo o Brasil o systema metrico decimal; mas, durante dez annos, não foi cumprida essa lei, por falta da respectiva regulamentação, a qual só appareceu com o decreto de 11 de Dezembro de 1872. Não foi facil abolir os pesos e medidas que o nosso povo recebera da civilização portugueza. Basta dizer que, ainda hoje, sobrevive no interior do nosso palz a *arroba*, bem como é geralmente preferido o vetusto *alqueire* a um multiplo decimal do litro. Assim, não admira que em varias localidades sertanejas de Pernambuco, por volta de 1875, se houvesse insurgido contra a adopção obrigatoria dos novos pesos e medidas a plebe ignorante. Como fossem invadidas muitas casas commerciaes, donde os revoltosos arrebataram os litros, feitos de madeira, e os kilos, fundidos em chumbo, e amassassem taes pesos, rompendo aquellas medidas, ficaram sendo desde logo conhecidos pela denominação de "Quebra-kilos". Com a intervenção energica da policia provincial, foi promptamente jugulado o motim, que, felizmente, não se propagou a outras regiões. Dos nossos patricios, o primeiro que escreveu sobre os fanaticos do sertão da Bahia foi Affonso Arinos. Fel-o, porém, sob a forma de romance, com o título *Os jagunços* (São Paulo, 1898, 2 vols.) e sob o pseudonymo de *Olivio Barros*. No anno seguinte, appareceu *O rei dos jagunços — Chronica historica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos — Documentada e commentada por Manoel Benicio, ex-correspondente do "Jornal do Commercio" juncto ás forças legaes contra Antonio Conselheiro* (Rio, 1899). Mas o trabalho, a todos os aspectos admiravel, sobre o sangrento episodio, tragicamente encerrado a 5 de Outubro de 1897, depois de haver custado tantas vidas e tantos sacrificios á nação, é o de Euclides da Cunha, *Os sertões* (Campanha de Canudos) (Rio, 1901, com varias edições). Quanto aos fanaticos do territorio litigioso entre os Estados de Santa Catharina e Paraná, foram publicados alguns trabalhos historicos, dos quaes o mais completo, e devido a uma testemunha presencial e competente, é o de Herculano Teixeira d'Assumpção, *A campanha do Contestado* (Bello Horizonte, 1917-1918, 2 vols.), official do exercito, que alli serviu como ajudante de ordens do commandante da columna do sul.

Ao conselho de um missionario, elle cessou as suas prédicas, seguiu mais para o interior, e, desde então, nunca mais se soube noticia d'elle. Em compensação, appareceu um nôvo propheta, João Pereira, que se deu a reconhecer aos sebastianistas de Pedra Bonita como enviado de Antonio, e por elles foi aclamado rei e summo sacerdote; todos junctos seguiram os fanaticos para os rochedos encantados. E, alli chegando, declarou-lhes João Pereira que, para quebrar o encanto e participar das benções do reino millenario, eram necessarios sacrificios humanos; concitou os paes a lhe trazerem os seus filhos; dentro de poucos dias elles renasceriam para uma vida eterna.

Por incrível que pareça, os paes obedeceram: 25 creanças de peito e outras tantas mais crescidas, de ambos os sexos, fôram trazidas e todas derramaram o seu sangue sob o cutelo do sacrificador (4 de Maio de 1838 e seguintes); os seus corpos ficaram insepultos, á espera da resurreição.

Em seguida, declararam-se dissidencias entre os fanaticos; Pedro Antonio, ermão de João Antonio, desaparecido, assassinou João Antonio e coroou-se rei com a grinalda de flôres que elle retirou da cabeça do moribundo, em 17 de Maio; todavia, a sua soberania não durou muito. Já no dia seguinte o commandante militar de uma povoação vizinha, informado das atrocidades, acudiu rapido alli com um trôço de soldados contra os fanaticos; todos elles, homens, mulheres e creanças, corajosamente oppuzeram resistencia, ao passo que chamavam em soccorro, com canticos entoados em voz alta, o exército encantado, e sómente depois de violento combate elles se puzeram em debandada. A maioria escapou; tres homens, nove mulheres e 12 creanças fôram levados presos para Flôres, e 26 homens e tres mulheres ficaram mortos no campo de batalha; do lado dos soldados, fôram mortos cinco e outros tantos feridos, em 18 de Maio de 1838 (73).

Todavia, deixemos agora o interior e voltemos para a costa, porque sómente ella tem verdadeira importancia para a história. Tanto quanto pertence a Pernambuco, o fertil trecho de costa, já acima descripto, está elle bem e bastante

---

(73) Sobre um anterior levante de sebastianistas no interior da provincia de Pernambuco, em Novembro de 1820, na povoação de Bonito (?), não estamos tão bem informados; foi necessario dominá-lo pelas armas, pelo que aquella cidade foi prêsa das chammas e contaram-se entre mortos e feridos 178 victimas (*Nota do auctor*).



intensamente cultivado; ao contrário, Alagôas está em grande parte ainda coberta de matta virgem tropical; contudo, em ambos os Estados é a lavoura a principal indústria, sendo, além de um pouco de algodão, o assucar o principal artigo de commercio.

É um facto geralmente reconhecido que os diferentes productos, chamados coloniaes, exercem innegavel influência sôbre a organização social e indirectamente sôbre as condições politicas dos povos americanos. O cafeeiro é, por assim dizer, uma planta democratica, porque o seu cultivo pôde ser feito em pequena escala, na mais pequena plantação, e exige apenas custeio de pouca monta; elle actúa, portanto, no sentido de um parcellamento da propriedade rural, de uma média de bem-estar geral.

Por outro lado, o algodoeiro e a canna de assucar são essencialmente aristocraticos; uma fazenda, que queira fornecer o mercado com estas mercadorias em quantidade util e valiosa, faz para as primeiras installações despesas avultadas, e, para que o capital empregado dê os devidos juros, necessita o proprietario simultaneamente de uma grande extensão de terreno e de muitos braços para o trabalho.

Porteos são os que dispõem de meios bastantes para pagar as despesas que acarretam essas tres exigencias; assim, crêa-se uma aristocracia, que reúne nas suas mãos a maior parte dos bens de raiz e dos braços de trabalho, isto é, segundo as circunstâncias tradicionaes, o maior número de escravos. Isto se applica ao algodão, mórmente desde fins do seculo precedente, quando a manipulação dêsse artigo passou por uma importante mudança; quanto á canna de assucar, porém, sempre foi assim, de todos os tempos; por exemplo, em Haïti já existia, nos seculos XVII e XVIII, essa aristocracia ou, antes, plutocracia de plantadores de canna que, como "grandes fazendeiros" (*gros habitans*), superavam os "pequenos fazendeiros" (*petits habitans*). O mesmo aconteceu nas terras brasileiras da cultura do assucar.

"A posse de uma fazenda de canna com engenho e refinação — assim se exprimem quasi com as mesmas palavras dous escriptores, um dos quaes no princípio do seculo XVIII, o outro no princípio do seculo XIX, que observaram com os seus proprios olhos as circunstâncias alli vigentes — dá uma especie de nobreza entre os fazendeiros; só se fala com toda a consideração de um senhor de engenho, e vir a sê-lo é a ambição de todos. Um senhor de engenho é, em geral,



de forte corpulencia, o que significa que elle se alimenta bem e trabalha pouco; quando elle está no meio de seus subordinados, e mesmo entre seus eguaes, empertiga o peito, levanta alto a cabeça e fala forte, e com aquelle tom de voz arrogante, que indica o homem habituado a mandar sôbre grande número de escravos, feitores e empregados". E mais: "Quando aquelle que occupa tal posição é o que deve ser, isto é, um homem de fortuna, que sabe portar-se, pôde-se então considerar o título de senhor de engenho no Brasil tão alto como os titulos de nobreza dos grandes do reino de Portugal".

Feitas essas observações geraes, consideremos agora a hierarchia social como existe em Pernambuco, mais ou menos inalterada desde seculos. Em todas as provincias do meio do Brasil — Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, parte tambem de Minas Geraes, que todas originariamente assentavam, do mesmo modo, na producção de assucar, — a organização do povo, quando não tão vivamente characteristic, é, contudo, muito similhante.

Desta sorte, na culminancia da escala social estão os senhores de engenho, uma classe pouco numerosa, que representa quasi que toda a fortuna nacional; ella entefixa na sua mão a grande maioria da população escrava e, o que é mais importante, quasi que todo o sólo. Sômente alguns pequenos trechos pertencem, como bens em commum, ás cidades e povoações, ou tocaram como dote á igreja e instituições pias; toda a terra restante, contanto que fôsse boa e vantajosa para a lavoura, os fazendeiros apropriaram-se della, quer por doação regular ou por compra do herdeiro ou sesmaria, quer, porém, na maioria dos casos, por simples posse de longos annos. As fazendas são, portanto, de extensão incommensuravel; e, mesmo quando o fazendeiro possui alguns centos de escravos, não chega este número, nem de longe, para razoavel exploração do sólo; a agricultura é, portanto, simples cultura exhaustiva; sômente uma parte do sólo está ao mesmo tempo em cultivo; logo que se exgotta completamente, deixa-se a mesma inculta, de nôvo entregue ao matto, e em troca se faz nova roçada na matta virgem, para obter fertilidade exuberante.

Sem prejudicar de nenhum modo a sua exploração, poderia o grande possuidor de terras perfeitamente desfazer-se de uma parte de seus dominios superfluos, dividi-las em

lotes e vende-las; todavia, é para elle uma especie de ponto de honra não mutilar a sua propriedade, e é-lhe facil satisfazer esse seu capricho de soberania, pois as suas mattas virgens, si não lhe dão lucro, tambem nada lhe custam, isto é, um imposto territorial, como existe na maioria dos paizes, que pesa indistinctamente sôbre todas as terras de cultura de propriedade particular, quer cultivadas, quer incultas, falta aqui no Brasil até ao dia de hoje, e sómente elle poderia obrigar ao grande parcellamento das propriedades ruraes.

Em taes circunstâncias especiaes, formou-se uma categoria de homens livres pobres, que não deixa de ser característica; não são donos do torrão, nem ligados á gleba, são, de certo modo nomades da lavoura; porém, como elles em parte alguma acham terra livre para adquirir, são sempre forçados a se sujeitarem a qualquer grande fazendeiro, como trabalhadores da terra.

São, em primeiro logar, os “lavradores”, gente de trabalho, de alguns recursos, que possuem uma pequena boiada e alguns escravos, nem por isto deixando de pôr mãos á obra, elles proprios; estabelecem-se com a devida licença numa qualquer fazenda, alli fazem roçada e fornecem então, com a sua colheita de canna, o engenho e a refinação do dono da fazenda, pelo que recebem em troca a metade da producção; é, portanto, um systema de parceria. Estes lavradores constituem a parte mais activa da população branca do paiz e, ás vezes, elevam-se a consideravel bem-estar; porém a sua situação é sempre precaria, porque o fazendeiro quasi nunca faz um contracto regular de arrendamento e, portanto, a todo momento póde despedir da fazenda o seu meeiro, sem indemnização alguma; o lavrador é, assim, levado a fazer a cultura ainda em peores condições que o fazendeiro; elle roça não mais que o estricto necessario, não emprega dinheiro algum para melhorar o solo ou para cercar os campos e móra nos mais simples casebres. O que lhe sobra, emprega-o em escravos e animaes domesticos, porque só a estes é que póde carregar consigo, numa eventual emigração.

Vem depois uma segunda classe, a dos “moradores”, que formam o povo miudo propriamente dicto, na maioria mestiços de todas as raças, e na maior pobreza; com a permissão do fazendeiro, em tróca de uma contribuição insignificante, pódem construir em qualquer sitio, na matta, uma miseravel cabana e fazer uma pequena roçada; elles correspondem, segundo as nossas idéas europeas, á condição do colono e jor-

naleiro europeu, porém com uma differença essencial: o morador brasileiro é absolutamente indolente, mandrião, prefere ser pobre a entregar-se a algum exfôrço fatigante; quando cultivou o seu terreno e colheu bastante alimento, que lhe baste, talvez ainda uma pequena sóbra para comprar roupa, então elle passa o tempo restante na ociosidade, e, sendo minguido o seu quinhão, então recorre á colheita do dono da fazenda. Sem dúvida, compete ao proprietario das terras mandar embora, sem mais nem menos, esses "moradores"; porém quasi não ousa fazer uso dêsse seu direito, porque o expulso acharia, em qualquer parte, na matta virgem, um refúgio, e sempre haveria que temer a sua vingança; não eram cousa rara no Brasil os assassinios e incendios. Assim, são esses "moradores" — e elles constituem a grande maioria da população livre do paiz — uma verdadeira praga, da qual não se livra quasi nenhuma grande fazenda; equiparam-se aos "brancos pobres" dos Estados escravocratas norte-americanos; porém o "branco pobre" trabalharia, si não fosse a concorrência dos negros, si achasse trabalho; o "morador", ao contrário, tem aversão ao trabalho; é uma verdadeira reproducção do indigena, do qual se approxima pela indolencia e preguiçosa sobriedade, em barbárie espirital e de costumes; muitas vezes mesmo lhe é aparentado pelo sangue.

Assim, a composição do povo é, aqui em Pernambuco, muito semelhante á dos Estados escravocratas do Sul da União Norte-Americana; e, si possível, ainda mais accentuada; um pequeno número de grandes fazendeiros conserva, não sómente os escravos, mas tambem a população rural, em quasi completa sujeição. Sómente as cidades formam uma especie de contrapêso; porém, como a maioria destas é fraca e escassa, e vive quasi exclusivamente do negócio com as fazendas, não basta absolutamente para contrapôr-se á influência daquella classe dominadora. Portanto, os grandes possuidores de terras são em todo o desenvolvimento historico do paiz o elemento dominante, propriamente impulsor. Noutro tempo, na época aurea de Pernambuco (fins do seculo XVI e principio do XVII), essa aristocracia rural havia chegado a incrível riqueza e ostentava um esplendor sem medida.

"Quem não come em baixella de prata, passa por pobre; as mulheres consideram os vestidos de sêda e setim de pouco valor, si não são guarneccidos com os mais ricos bordados, e enfeitam-se de tantas joias, como si chovessem

pedras preciosas; os homens, por seu lado, acompanham todas as modas novas e usam ufanos punhaes e espadas cravejadas; nenhuma das caras iguarias de Portugal ou das ilhas podia faltar á sua mesa". Assim informava um contemporaneo da guerra hollandeza, frei Manuel do Salvador, e elle accrescentava: "Em summa, Pernambuco quasi não parece um paiz da terra; tanto quanto dependa da riqueza e da prodigalidade, parece a imagem do Paraíso".

O ideal do senhor de engenho daquella época temo-lo no "Governador da Liberdade", João Fernandes Vieira; elle tambem pela primeira vez demonstrou o que podia essa aristocracia rural, quando tivesse uma vontade politica, quando contasse com um chefe intelligente; e justamente não desapprovamos o govêrno portuguez, quando com desconfiada precaução recompensou o feliz revolucionario com um cargo que pôde ser considerado o mesmo que um destêrro; confiou-lhe o vice-reinado de Angola, na costa occidental da Africa.

O tempo da dominação hollandeza mudou muito as pessoas, mas nada nas condições; as profundas chagas feitas pela guerra fôram pouco a pouco cicatrizando; e si Pernambuco não readquiriu o antigo esplendor, pois agora as ilhas assucareiras das Indias Occidentaes começavam a fazer poderosa concorrência ao seu principal ramo de indústria, ainda conservava grande bem-estar, e não precisava ceder a precedência a nenhuma outra provincia brasileira.

Isto dava ao povo, e mórmente ás grandes familias, não pequeno sentimento de orgulho; além disso, accrescentavam-se as gloriosas recordações da guerra de libertação, a orgulhosa consciencia de haver por suas proprias fôrças reconquistado a terra, de novo restituindo a mesma á corôa de Portugal. Desenvolveu-se assim um arrogante espirito de independência; julgava-se poder exigir da corôa gratidão e especial deferência; consideravam-se as auctoridades portuguezas, e mais tarde a immigração portugueza, sómente como hóspedes tolerados, que os senhores naturaes da terra apenas admittiam a partilhar do seu goso; e si as pretensões desta ordem não encontravam attenção, já em tempos antigos a aristocracia de Pernambuco ameaçava separar-se, como em seguida veremos.

\*\*\*

Porém antes, ainda umas palavras sôbre a segunda parte do povo, a parte não livre, os escravos, cujo número

em Pernambuco e, sobretudo, nas provincias do meio (Bahia, Minas Geraes, Rio de Janeiro e São Paulo) sempre ainda equivale ao dos livres, e antigamente muito o superava.

A população escrava (como já se mencionou) foi recrutada de duas raças; parte indigenas, tantos quantos caíram na servidão dos colonos brancos pelo aprisionamento na guerra, pelo roubo de homens e pela compra; todavia, o número desses servos indios era precisamente nas provincias do meio muito escasso; e, além disso, nós já vimos (caps. III e VII) como depois de uma lucta bicentenaria por um principio, finalmente a lei de emancipação, de 6 de Junho de 1755, reconhecia a liberdade e egualdade de direitos dos habitantes primitivos, eximia-os completamente e sem excepção da escravidão. Para o futuro, devia sómente pesar a maldicção da escravidão humana sobre a raça africana; contudo, sem dúvida quando o sangue de outra raça, india ou européa, se mixturava com a africana, logo ficava o mestiço sob o jugo da escravidão; e, de facto, era cousa que vigorava em toda parte nos Estados escravocratas, assim tambem no Brasil, como tradição e lei: "o filho segue a condição da mãe". Portanto, quando agora nos referimos á população escrava do Brasil, visamos exclusivamente os negros e os mestiços de seu sangue.

A immigração da raça africana se fez, como se sabe, por meio de tráfico de escravos, que o Brasil logo no inicio da colonização attrahiu ás suas terras, e de anno para anno foi tomando maior incremento.

Alguns escriptores, por exemplo Thomaz de Mercado, em 1569, desde cedo profligaram incisiva e abertamente os abusos e barbaridades desse commercio de homens; porém essa instituição em si mesma e, sobretudo, o principio da escravidão negra vigora até aos tempos modernos, como cousa permittida e justa; e ao passo que, sobretudo a Companhia de Jesús, com tamanha animação e tão persistente energia combateu nas fileiras em pról da liberdade dos Indios, o negro não achou advogados (74).

---

(74) Sem dúvida foi algumas vezes, já no seculo XVII, atacado como principio o tráfico de escravos, como, por exemplo, o muito citado jesuita Antonio Vieira, num sermão, bradou:

"Nos outros paizes explora-se o commercio com aquillo que os homens semelam e colhem, com o que as mulheres fiam e tecem; porém, aqui, compra-se e vende-se o que os paes procream, o que



E os serviços do Africano, assim como estavam as circumstancias, eram de facto imprescindiveis; a immigração européa continuava sempre escassa, visto como a mãe-pátria, Portugal, e algum tempo a Hollanda, não dispunham no momento de muitos homens que pudessem ceder, e os proprios immigrants de todo não teriam sido aptos para se entregar ao pesado trabalho da agricultura no fertil trecho plano da costa das quentes provincias do meio; quando muito, os seus filhos, os creoulos, podiam impunemente expôr-se aos ardores do sol tropical; por outro lado, os Indios, quer fôsem escravos, quer livres, de aluguel, eram sempre maus trabalhadores, sem actividade continua, nem perseverança; e, contudo, era preciso continuar a exploração das fazendas, a produção do assucar, e, si possivel ainda, augmenta-la.

Assim ficava a introdução dos negros uma questão de vida ou de morte; e nós já vimos como a Hollanda e Portugal se guerreavam simultaneamente, não só no Brasil, como nas costas da Africa; apenas o conde Moritz de Nassau fir-

---

as mães nutrem ao seu seio. Oh ! commercio deshumano, no qual os homens são mercadorias ! Oh ! commercio diabolico, no qual o negociante obtém lucro com a alma de outrem e põe em jôgo a sua propria alma !”

Muito mais decisivamente ainda, declarou-se cem annos depois o escriptor padre Manuel Ribeiro Rocha, em 1758: “Todo este tráfico em Guiné, Angola e Cafraria”, disse elle, “é illegal e deveria ser condemnado, como crime, punivel de morte, contra o amor christão e o direito commum”. E o que é mais importante, ao mesmo tempo, elle insiste pela completa abolição do tráfico de negros e da escravidão, para cujo fim apresenta as seguintes propostas: “Visto que os escravos, mesmo os que fôram feitos prisioneiros pelos revêses da guerra, por direito natural são eguaes a seus senhores, devem todos, que se acham agora na escravidão, ser libertados logo assim que houverem servido ao seu senhor um tempo sufficiente para indemnização do dinheiro de compra, mais ou menos cinco annos; por outro lado, o commercio e roubo de homens na costa da Africa, não sendo de todo guerra honrosa, porém saque e roubo, deve ser condemnado pelas mesmas leis e castigado do mesmo modo como a pirataria”.

De nôvo, passados 50 annos, um padre brasileiro, José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, arvorou-se em demolidor dessas duas instituições; em parte sob a impressão dos acontecimentos da época em Haíti, escreveu elle a sua “Analyse do direito de commercio de escravos” (Lisbôa, 1808), para, como elle diz, “desmascarar os principios perniciosos de uma seita de philosophos e retirar a maçã da serpente infernal da bocca de seu rebanho”. Movimento verdadeiramente abolicionista, como nos Estados Unidos, ainda não houve no Brasil. (*Nota do auctor*).

mara o pé em Pernambuco, logo elle mandou tomar posse das feitorias de escravos em Angola, em 1637 e 1641; por outro lado, a reconquista dêsses logares, em 1648, se effectuou quasi só pela vontade e ás custas da provincia do Rio de Janeiro. Dahi em deante, progrediu sem estôrvo a introdução de negros, a princípio por via indirecta, passando por Lisbôa, mais tarde directamente da Africa, como monopolio da bandeira portugueza e provisoriamente tambem de companhias privilegiadas. Aconteceu o mesmo depois da declaração de independencia do Brasil, até ser, afinal, por uma lei de 4 de Setembro de 1850, definitivamente abolida essa importação (75).

Deve causar-nos pasmo que continuasse tanto tempo a introdução dos negros a ser uma necessidade para o Brasil, e que ainda actualmente muito se sinta a falta della, quando se sabe que nos Estados escravocratas norte-americanos, onde, entretanto, só cem annos mais tarde foi introduzido o primeiro negro, e com muito maior producção, lhes basta a procreação dos escravos dentro do paiz; todavia, a cousa se explica por uma economia mal entendida, que tambem era usada nas Antilhas e actualmente ainda o é em Cuba.

O fazendeiro brasileiro, como o das Indias Occidentaes, sempre preferiu comprar escravos em plena virilidade, dos quaes elle pôde obter immediata utilidade; mulheres eram menos procuradas e importadas em menor escala; dahi resultou na população escrava uma grande desproporção dos sexos, em consequencia do que a natural multiplicação não chegava para compensar as perdas naturaes. Dahi a premente necessidade de sempre novas introduções de negros

---

(75) O nome exacto do padre brasileiro, citado por Handelmann em nota, é José Joaquim da Cunha de Azeredo (não *Azevedo*) Coutinho. Nasceu em Campos, a 8 de Setembro de 1742 e falleceu em Lisboa, a 12 de Setembro de 1821. Foi bispo de Pernambuco e de varias dioceses lusitanas. A obra, a que se refere o historiador alemão, saiu primeiro com o titulo *Analyse sôbre a justiça do commercio do resgate dos escravos da costa da Africa* (Lisboa, 1796), foi depois vertida para o francez (Londres, 1808) e, mais tarde, ainda veio a lume com a denominação *Memória sôbre o commercio dos escravos, em que se pretende mostrar que este tráfego é para elles antes um bem, do que um mal* (Rio, 1838), conforme assevera Blake (*Diccionario bibliographico brasileiro*, vol. IV, pag. 477), o qual acrescenta que o referido trabalho "foi apresentado ao Congresso de Vienna, em 1822, pelos adversarios dos Ingleses abolicionistas do trafico, e os argumentos, ahi deduzidos, foram oppostos aos pretextos dos plenipotenciarios da Inglaterra".

africanos, “pretos brutos”, assim chamados em contraposição aos “pretos creoulos”, nascidos no paiz; e essa corrente contínua teve então uma grande influência sobre o character da população negra, por serem procedentes, em regra geral, sempre das mesmas feitorias portuguezas, portanto sempre dos mesmos grupos de povos da Africa (76).

(76) Depois de publicada a obra de Handelsmann, foi que se incrementou no Brasil o movimento em favor da abolição da escravidão. Eis como o barão do Rio Branco, em sua *História do Brasil* (nova edição, Rio, 1930), resume os factos principaes da agitada campanha, a partir do periodo da guerra contra o Paraguai, até á extincção definitiva (excluem-se as anotações do proprio auctor, por pouco adeantarem ao assumpto): — “A abolição da escravidão veio a ser uma das maiores preoccupações de d. Pedro II e dos homens politicos brasileiros, principalmente depois da luta sanguinosa de que foram theatro os Estados Unidos. Em 1866 (23 de Janeiro), o imperador acolheu favoravelmente um plano de abolição gradual, que lhe fôra apresentado por Pimenta Bueno, pouco depois visconde e marquez de São Vicente. Esse projecto, que respondia inteiramente ás vistas do imperador, foi estudado pelo Conselho de Estado (1867-1868), acceito com algumas modificações, mas adiado durante a guerra do Paraguai. Era para o Brasil uma questão melindrosa, porque todo o trabalho agrícola estava nas mãos dos escravos, que então formavam um quinto da população total do imperio. Em 1870, após o restabelecimento da paz, a camara nomeou, por proposta do deputado Teixeira Junior, depois visconde do Cruzeiro, uma comissão, na sua maioria composta de abolicionistas, que redigiu um projecto (15 de Agosto), identico ao systema proposto pelo marquez de São Vicente, então um dos chefes do partido conservador, e a quem tocara a honra da iniciativa dessa reforma. Suscitando-se, porém, divergencias entre os ministros, resignou o poder o gabinete Itaboraí, sendo convidado pelo imperador o marquez de São Vicente (29 de Setembro de 1870) para organizar o novo ministerio. Mas logo, antes da abertura das camaras, esse douto jurisconsulto e homem de Estado se retirou, deante dos ataques dos jornalistas da opposição. O visconde do Rio Branco formou o novo gabinete conservador (7 de Março de 1871), que, após uma luta parlamentar de cinco mezes, logrou, a despeito de numerosa opposição, fazer triumphar a primeira lei de emancipação gradual (28 de Setembro), no mesmo dia sanccionada pela princeza d. Isabel, como regente do imperio, durante a primeira viagem de d. Pedro II á Europa. Essa lei declarava livres, desde então, todos os nascituros de escravas no Brasil, facilitava as manumissões, e creava um fundo especial, destinado ao resgate annual de certo número de escravos. A discussão da reforma causou a scisão do partido conservador. Grande número de deputados e de senadores se separaram do gabinete e, dirigidos pelo antigo ministro Paulino de Sousa, continuaram a combatel-o até 1875. Por essa época, o visconde do Rio Branco deu a sua demissão, e o duque de Caxias formou novo ministerio (25 de Junho), que conseguiu restabelecer a união dos conservadores. Uma reforma eleitoral, vo-

Sendo assim, o negro do Brasil mantinha continuamente uma certa ligação com a patria africana; dahi a razão por que nem o nôvo meio, nem a cultura dos brancos, nem a mescla do sangue branco ou indio puderam affecta-lo de modo dominante, como aconteceu na America do

tada esse mesmo anno, mantendo a eleição de dois grãos, que existia desde a fundação do imperio, estabeleceu o voto incompleto, com o escrutinio de lista; mas a opposição liberal e grande número de conservadores, entre os quaes o barão de Cotegipe e o conselheiro Paulino de Sousa, reclamavam, havia algum tempo, a eleição directa. De 5 de Janeiro de 1878 a 20 de Agosto de 1885, o governo passou ás mãos dos liberaes. Seu primeiro ministerio, presidido pelo conselheiro Cansação de Sinimbu, tentou essa reforma, mas veio a cair ante a opposição dos conservadores no Senado. O successor, conselheiro Saraiva (28 de Março de 1880), com o apóio do barão de Cotegipe, já então chefe do Partido Conservador, conseguiu realizal-a, e a lei de 9 de Janeiro estabeleceu, enfim, o suffragio directo; e, para a eleição dos deputados, o escrutinio de districto. Ao tempo deste último ministerio, um grupo, a princípio pouco numeroso, formado de homens de todos os partidos, começou a agitar a opinião e a reclamar se fixasse uma data para a abolição total da escravatura. Compunha-se de alguns raros membros do parlamento, entre outros o deputado Joaquim Nabuco, e varios jornalistas, figurando na primeira linha os nomes de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. A agitação foi tomando vulto durante os ministerios Martinho de Campos (21 de Janeiro de 1882), Paranaçu (3 de Julho de 1882) e Lafayette Pereira (21 de Maio de 1883). Em 1884, as provincias do Ceará e Amazonas libertaram os seus escravos, e, no mesmo anno, o ministerio Dantas, de 6 de Junho, vivamente apoiado pelo imperador e abolicionistas, pediu ao parlamento a libertação dos escravos maiores de 60 annos. Uma colligação de alguns liberaes e quasi todos os deputados conservadores refugou essa proposta, por meio de moção contra o ministerio, e o imperador pronunciou a dissolução das camaras; mas as eleições geraes não mudaram apreciavelmente a força relativa dos partidos; e, reaberto o parlamento, o ministerio teve de soffrer nova derrota. Sem embargo, a discussão travada nas camaras e na imprensa havia dado grande impulso á idéa abolicionista. Organizou o novo ministerio liberal o conselheiro Saraiva (6 de Maio de 1885), que, com o concurso dos conservadores, fez triumphar, na camara, um projecto declarando livres os escravos de sessenta annos de idade, com a condição de servirem ainda tres annos aos seus senhores; fixava uma tarifa do valor do escravo, na razão inversa da idade; acrescia os fundos destinados ao resgate annual dos escravos e destinava certos impostos á vinda de emigração européa. Continuou-se no Senado a discussão dêsse projecto, sob a direcção já então de um ministerio conservador, organizado a 20 de Agosto pelo barão de Cotegipe, e a nova lei foi promulgada a 28 de Setembro de 1885. O número de escravos, que era de cerca de 1.800.000 em 1870, de 1.584.000 em 1873, de 1.050.000 em 1885, achava-se re-



Norte; foi necessario que se operasse primeiro uma especie de fusão.

Assim como o negro adoptava a lingua portugueza, tambem a enriquecia com grande número de palavras africanas; de par com um sem número de vocabulos de origem indiana, dão á lingua brasileira a sua feição característica. Além disso, apegaram-se os pretos com grande zelo ás exterioridades do culto catholico, porém desfigurando-as, ao seu modo; elles têm assim os seus sanctos e imagens de sanctos preferidos, que em grande parte são negros, como seus adoradores; por exemplo, Nossa Senhora da Conceição é a grande padroeira dos brancos e Nossa Senhora do Rosario é a grande padroeira dos negros; por outro lado, adoptaram os brancos dos pretos uma parte de suas superstições por fetiches de suas patrias, e a bruxaria africana, o feitiço, tem grande voga entre as populações incultas de todas as côres (77).

---

duzido, em 1888, a 743.419. Havia, além disso (Março de 1888), mais de 500.000 filhos de escravos, nascidos livres, em virtude da lei de 1871, e 18.946 sexagenarios que deviam ainda annos de servigo. Nesse mesmo anno, os senadores João Alfredo Corrêa de Oliveira e Antonio Prado, dous chefes conservadores, pronunciaram-se pela necessidade de nova lei, pondo-se este último á frente da propaganda na provincia de São Paulo. Grande número de lavradores, entre os quaes todos os membros da familia Prado, começaram a libertar os seus escravos, e esse movimento de generosidade passou a alastrar-se por todo o paiz. Em 10 de Março de 1888, tendo-se demittido o ministerio Cotegepe, encarregou a princeza regente de formar novo ministerio ao conselheiro Corrêa de Oliveira, e este homem de Estado chamou ao conselheiro Antonio Prado para gerir uma das pastas. Por fim, após quatro dias de discussão, as duas camaras votaram quasi unanimemente, no meio de enthusiasmo geral, a lei de 13 de Maio de 1888, que aboliu immediata e incondicionalmente a escravatura no Brasil".

(77) Aprecia Handelman, bem desenvolvidamente, o estudo de civilização dos africanos introduzidos em nosso paiz e a transformação por que passaram aqui, em contacto com a civilização luso-brasileira. Para que se possa completar, num ou noutro ponto, qualquer lacuna das noções por elle expostas, indicamos as seguintes fontes de informações, oriundas de pennas brasileiras: Pedro de Alcantara Lisboa, *Notes sur la race noire et sur la race mulâtre au Brésil* (in *Nouv. Ann. de Voyages*, V sér., vol. II, 1847); Carlos von Koseritz, *Estudos sobre a raça africana* (Porto Alegre, 1862); Nina Rodrigues, *L'animisme fétichiste des nègres de Bahia* (Bahia, 1900), *A Troya negra* (*Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, t. LXXV, p. 1ª, pags. 231-258), *Os mestiços brasileiros* (*Brasil Medico*, 1890, pags. 51 e segs.) e *A raça negra na America Portuguesa — Sobrevivencias totemicas: festas populares e folk-lore* (*Rev. do Brasil*, de São Paulo, ns. 79-80); Manuel Raymundo Querino, *A raça afri-*



Finalmente, os negros no Brasil não formam de modo algum uma tão promiscua e confusa massa de povo, sem diferenças, como na União Norte-Americana, onde quasi não podem ser classificados sinão pela mescla de sangue; aqui, ao contrario, ainda por muito tempo, podia-se distinguir, nas diversas provincias, de que feitoria, de que trecho da costa da Africa costumavam, de preferencia, obter os seus escravos; e, segundo a opinião de viajantes recentes, ao menos na vizinhança da Bahia, ainda este facto se dá até hoje, onde a maioria dos pretos pertence sempre á raça da Costa do Ouro, bem dotada, tanto no physico como na intelligencia.

Certamente foi sobretudo essa homogeneidade nacional que desenvolveu o forte espirito de associação, que caracteriza a população escrava brasileira, sem dúvida circunstância digna de reflexão para um Estado escravocrata; e já muitas vezes o seu perigo se patenteou abertamente em grandes levantes de escravos; em geral, porém, conseguiu aqui a raça branca dominadora obviar a esse perigo, já tolerando esse espirito de associação, lá consentindo em que, dentro de certos limites e fórmãs, abertamente se manifestasse.

No Haïti, onde, em eguaes circumstancias, existia semelhante tendencia associativa (na America do Norte existiam muito leves vestigios disso e conseguiu-se, ao que parece, supprimi-la quasi completamente, por meio de leis penaes),

---

*cana e os seus costumes na Bahia* (Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia, Bahia, 1917, pags. 617-675) e *O colono preto como factor da civilização brasileira* (Bahia, 1918). Ha, ainda, valiosas referencias ao elemento africano em relação com a civilização brasileira em: Silvio Romero, *História da literatura brasileira* (Rio, 1888), vol. I, pags. 90 e 102-111; F. J. de Santa-Anna Nery, *Folklore brésilien* (Paris, 1889), pags. 37-53; e Paulo Barreto, *As religiões no Rio* (Rio, 1906), pags. 1-57. Ainda ao aspecto sociologico, merece lido o trabalho de Odilon da Motta Portinho, *O elemento negro e sua influencia em nossa formação* (Rio, 1929). Releva notar que até hoje, aqui, na propria capital do paiz, ainda sobrevivem usanças e feitiçarias de origem africana, como o *candomblé* (v. M. R. Querino, primeira obra acima citada), o *cangerê* (reunião clandestina de pretos para prácticas rituaes) e a *macumba* (nome tambem dado ao *pango* ou *diamba* ou *macouha*, que representava para as ceremonias dos filhos do continente negro o mesmo que o *petum* (tabaco) para os nossos selvicolas. Esse entorpecente tem sido estudado pelos nossos scientistas, delle já cuidou até a nossa antiga legislação municipal e ainda o tomou recentemente Nobrega da Cunha para título de uma sua producção literaria.

reuniam-se os negros em noites escuras, pois que não lhes era permittido de outro modo, para celebrar o deus patrio Vaudoux, uma serpente do Congo, cujo culto secreto se realisava com orgias selvagens; e esse fetichismo, por mais zelosamente que os fazendeiros francezes o perseguissem, conservou-se até hoje, e tem representado papel importante, não só durante a revolução, como de então para cá, na história do Haíti.

Muito differente é no Brasil, onde os negros podem entregar-se a esses ajunctamentos á plena luz do dia. Começa por existirem, tanto entre os libertos como entre a população escrava, ermandades religiosas de assistencia mutua, que se congregam em tórno do altar de um sancto preferido, e costumam celebrar com grande pompa a festa de seu padroeiro. Fóra isto, usavam os negros, antigamente, em certas provincias e cidades, fazer uma festa annual para a escolha e coroação de um rei e de uma rainha do Congo, cabeças que, durante a festa, exerciam entre os escravos uma especie de chefia e até certo ponto eram reconhecidas pelas auctoridades. Assim tambem passaram ás rivalidades de partidos dos brancos, dividiram-se, como estes, em dous grandes partidos, cada um sob o seu chefe e seus anciãos, e, quando o povo brasileiro commemorava uma festa nacional, os escravos não ficavam atrás dos livres.

Os negros, por seu lado, tomam esta prática muito a sério e muitos escravos diligentes, que penosamente economizam o dinheiro para a sua alforria, não hesitam um momento em empregar uma parte do mesmo para obter maior influencia no seio de sua associação, alcançar talvez um cargo de honra; contudo, toda essa actividade associativa, política e religiosa, dos escravos não tem significação profunda, e, si não podemos negar-lhe que venha a ter alguma no futuro, em todo caso hoje em dia não se vislumbra que encerre algum perigo.

No que diz respeito á condição dos escravos, como já é de noção tradicional, elles são bens móveis do seu senhor, e a sua servidão se transmite de geração em geração, pelo facto de seguir o filho sempre a condição da mãe. Ao que se sabe, nunca existiu no Brasil um livro de leis propriamente dicto sobre escravos, um "codigo negro" (como nas colonias inglezas e francezas); em compensação, a legislação geral da mãe-patria, Portugal, as collecções de leis de dom Manuel o Venturoso (1521) e Philippe II (12 de Janeiro de

1603), também cogitavam das relações entre senhores e escravos, e o faziam inteiramente de uma forma correspondente ao estado de cultura da época.

Por um lado, sem dúvida, verificava-se em suas disposições uma severidade que, segundo o nosso modo de ver, já é crueldade, porém de nenhum modo visava só ao criminoso escravo. Por outro lado, nas leis portuguezas, que se referem tanto aos servos christãos como aos não christãos, não sómente aos escravos negros e indios, mas também aos servos de sangue mouro e portuguez, não existe o odioso character do código norte-americano sobre escravos; aqui não é uma raça que quer rebaixar de modo absoluto a outra e elevar-lhe insuperaveis barreiras, porém sómente uma classe que procura conservar a supremacia; entretanto, a ascensão de uma classe para outra é sempre relativamente mais facil, e não é possível existir jámais tão crassa differença entre as duas classes, como a que existe entre duas raças separadas, quaes duas castas.

Todavia, no esclavagismo de um paiz escassamente colonizado, a legislação não passa de simples theoria e sómente a prática resolve as cousas; temos, pois, que indagar como eram tractados os negros.

Nos tempos antigos eram todos os fazendeiros do Brasil mal afamados por sua desmedida crueldade; depois ficou ao menos essa exprobação aos habitantes do Maranhão e Pará; ser vendido para alli era para os escravos das provincias do Sul a mais efficaz ameaça, o mais severo castigo.

Inteiramente ou meio nús, mal ou insufficientemente alimentados, além disso sobrecarregados de trabalho, á minima falta tinham os escravos que contar com a mais rigorosa punição, tanto que Antonio Vieira, da Companhia de Jesús, comparava a vida dos escravos nas fazendas de assucar com a história da Paixão do Salvador; correntes, flagellação, ferimentos e escarneos, fome e fadigas, de dia e de noite, era essa a sua sorte, como outróra a vida de Jesús, e si tudo elles soffriam com paciencia, então era seu quinhão, como o tormento, o merecimento do martyrio.

"Não são sómente simples maus tractos — clamou o mesmo prégador, em outra occasião — porém os escravos são tyrannizados e martyrizados"; e para citar exemplo, "caldando cousas mais indignas", citou elle aquelle deshumano castigo de que primeiro se serviram os Espanhóes em Haíti, que consiste em surrar a chicotadas o servo até sangrar e

depois borrifar-lhe as costas feridas com gordura fervente ou chumbo derretido (seculo XVII).

Talvez actualmente aconteçam semelhantes barbaridades, quando a culpa de um escravo e a violencia de um senhor por igual chegam ao seu auge; contam-se do Brasil, tanto como da America do Norte, casos de ser até queimado vivo um negro; e, sobretudo, parece que eram de uso commum o chicote, a palmatoria e a vara, colleira e grilhões de ferro. "Um castigo leve — diz um dictado da terra — offende o negro, um castigo rigoroso o traz ao arrependimento". Contudo, em regra geral, já desde o seculo passado reivindicava o fazendeiro brasileiro a fama de tractar os seus escravos com mais brandura que ninguem, e a opinião pública adoptou esse conceito, si com justiça é o que resta saber, porém ao menos são allegadas boas razões.

Em todo o Brasil reina o bello costume de que, em qualquer logar, quando um escravo incorre num castigo, qualquer homem livre, seja um velho amigo da casa ou seja o primeiro que passa, póde arvorar-se em seu padrinho; e o seu pedido de perdão para o culpado quasi nunca é negado pelo senhor; elle seria acoimado de faltar ás boas maneiras, seria offender o amistoso padrinho.

Já se vê que o tractamento dos escravos varia segundo as condições, naturalmente; o escravo caseiro, que se occupa sómente com o leve trabalho pessoal de seus senhores, mas está exposto a todo momento, segundo o capricho, ora a um agrado amistoso, ora igualmente a um castigo por um motivo insignificante; o escravo do pequeno senhor, por exemplo, do lavrador, o qual compartilha, com o seu dono, dos trabalhos da roça, da habitação e da mesa, e, tal qual o escravo do Oriente, identifica-se inteiramente com a família; finalmente, o escravo da gleba, do fazendeiro, que mora longe da casa senhorial, nas suas choças, e que lida directamente apenas com o seu capataz e o administrador; tudo são outras tantas gradações diversas e nellas reina a maior variedade de tractamento.

O peor para os escravos era quando o senhor se ausentava e a propriedade era confiada a um inspector, sob condição de participar dos lucros, ou quando um especulador, com capitaes insufficientes, queria explorar uma fazenda ou propriedade afundada em dívidas, e destas não faltavam no Brasil, nem faltam; importava então a todo custo obter o mais alto rendimento; os negros eram sobrecarregados de trabalho ao extremo, ao mesmo tempo lhes reduzião o mais

possível o preciso para viver em alimento, habitação e roupa.

Por outro lado, a melhor de todas as sortes era nas grandes propriedades, que antigamente pertenciam ás ordens monasticas; nessas reinava uma muito suave fórma de servidão e os pretos tinham, até certo ponto, razão, quando se gabavam de ser servos, não dos monges, mas do claustro e do seu padroeiro; alli não se vendia ninguém; o trabalho era relativamente leve e, para o que dizia respeito ao bem-estar, tanto como á instrucção religiosa, cuidava-se com maximo zêlo.

Eguaeas condições se achavam nas propriedades de alguns grandes e ricos fazendeiros; assim como para elles era ponto de honra nunca parcellar a fazenda, assim tambem faziam questão de não vender um escravo; os escravos permaneciam então fixos ao sólo, onde haviam nascido, e, muitas vezes, era-lhes permittido de bom grado tomar um dos nomes de familia, de sorte que existia formalmente como que um laço de raça, tal qual existia nos *clans* escossezes entre o senhorio das terras e os seus camponios.

Finalmente, uma importante suavização do jugo, certamente pesado, era o bastante generalizado costume de ser possível aos escravos adquirirem bens particulares. Por um lado, aos domingos (quanto ás outras festas da igreja catholica, no que diz respeito aos escravos, parece que no Brasil se prescindia de muitas) fica o negro livre de todo o trabalho, e o que elle ganhar nesse dia é delle; tambem então em muitas fazendas nesse dia elle não é alimentado; velho costume brasileiro que na actualidade tem caído cada vez mais em desuso.

Por outro lado, um mais vasto campo abria-se para as actividades e espirito de especulação; pelo menos antigamente, em algumas fazendas, fornecia o senhor sómente roupa a seu escravo, porém alimentação não; para isso possuía cada familia, ao lado de sua choça, um pequeno campo e, além do domingo e dias sanctos, tambem tinha o sabbado para si; além disso, havia muitas horas livres, pois nas grandes fazendas o trabalho não era muito sobrecarregado e, a maior parte do tempo, a cada um era attribuida uma tarefa moderada. Ou, mórmente nas cidades, e nas suas vizinhanças, o negro aluga o seu tempo do seu senhor; elle então procura trabalho livre e sómente, sob pena de castigo, tem que entregar diariamente ou por semana uma determinada quantia; o que elle ganhar a mais lhe pertence.



Esta propriedade particular do escravo, embora não seja garantida pela lei, é protegida pelos costumes contra qualquer usurpação de seu senhor, e elle póde fazer do dinheiro o que lhe aprouver; em geral é dissipado em artigos de luxo inúteis, em bebidas e, sobretudo, no jogo, pelo qual todo Brasileiro, branco ou de côr, é apaixonado; porém muitos economizam também vintem por vintem, para comprar a sua alforria.

Com isto somos chegados á emancipação dos escravos. Neste sentido existem no Brasil principios muito liberaes. Aqui nunca aconteceu, como nos Estados escravocratas norte-americanos, immiscuir-se o poder do Estado, estorvando, fazendo depender a alforria de condições, difficultando-a pelas formalidades ou prohibindo-a inteiramente; a emancipação ficou sendo o que, segundo a natureza das cousas, devia ser, exclusivamente um negócio entre os senhores e os escravos; e, si nisto, não tanto pelas leis, como pelos costumes immemoriaes, se estabeleceram certas regras, estas eram inteiramente favoraveis á causa da liberdade.

Assim, era praxe dar alforria a uma escrava depois della haver creado dez filhos; era corrente entre os fazendeiros, como bôa obra, emancipar um certo número de escravos nas disposições testamentarias, em caso de morte; e muitos já lhes dispensavam o mesmo favor em vida, quando os escravos, por especiaes merecimentos, a isso tinham feito jús; especialmente isto acontecia com aquelles que se distinguiam nas lavras de ouro ou de diamantes por um valioso achado. Além disso, quando ao baptizado de um filho de escrava um assistente qualquer offerecia 20\$ para o resgate do neophito, o senhor se considerava obrigado a acceitar a offerta; e a este privilegio recorriam muitas vezes os homens livres, para obter a liberdade de seus filhos naturaes; frequentemente também costumavam os padrinhos de baptismo fazer o mesmo para os seus afilhados, e nessa esperança procuravam sempre as mães negras os seus compadres entre os vizinhos mais abastados. Finalmente, acontecia a miude o escravo resgatar-se a si mesmo, offerecendo dos seus haveres particulares ao seu senhor o dinheiro para a alforria, e, nestas circumstancias, recusar-lhe o resgate era tido como crueldade sem equal.

Taes eram as condições, segundo a narração de viajantes contemporaneos, nos tempos mais antigos e ainda no prin-

cípio dêste seculo; com pesar accrescentamos aqui que dahi em diante esses casos de emancipação se tornaram mais raros e mais difficeis.

Neste sentido ao menos a suppressão do tráfico de negros africanos repercutiu aqui, tanto como na America do Norte, de modo decididamente desfavoravel. Desde que a introdução regular foi estorvada e, por fim, cessou inteiramente, os preços subiram ao quadruplo; na mesma escala, portanto, se tornou mais difficil para o escravo ajunctar o dinheiro para a sua alforria; por outro lado, o senhor agora ha de reflectir cada vez mais, antes de deixar escapar das mãos tão preciosa mercadoria humana; e, assim, acontece actualmente, com crescente frequencia, recusar elle o dinheiro de resgate que lhe offerece o seu escravo para a propria alforria. Nem sempre sem castigo: viram-se exemplos de taes desgraçados que, vendo perdido o trabalho penoso de tantos annos, enganada a esperanza de uma vida inteira, se suicidavam e muitas vezes sómente depois de haverem satisfeito a sua vingança, trucidando o senhor deshumano.

Em parte com essas emancipações e em parte com os nascimentos, o número de negros livres augmentou consideravelmente no decurso dos seculos (78); e essa população negra livre, na qual se mixtura o sangue dos pretos e dos brancos, relativamente com pouco sangue indio, prevalece nas provincias centraes do Brasil sôbre os brancos puros, tanto como nas provincias do Norte, do antigo Estado do Maranhão, prevalecia a população livre de raça india ou meio sangue.

Tal qual esta última, tambem ella toma na ordem social a segunda categoria; ella constitue a grande massa da população, a classe do trabalho propriamente dicta; e taes familias de côr, que estão ainda na primeira geração de liberdade, que, portanto, depois de sua emancipação, começaram do nada, muito raras vezes se elevam a algum bem-estar, tanto mais que, como já se mencionou, era muito difficil,

---

(78) O verdadeiro distinctivo da liberdade no Brasil é o pé calçado; escravos e escravas, sobretudo aquelles que se entregam a trabalhos caseiros, embora vestidos caprichosamente pelos seus senhores, andam sempre descalços; o homem de côr, livre, ao contrario, nunca deixa de usar calçado. Com muita graça narra o viajante americano Kidder como lhe veio ao encontro, nas ruas de Maçayo (Alagôas), um negrinho inteiramente em trajo de Adão, entretanto, orgulhoso, ostentando aos pés um par de sapatos. (*Nota do auctor.*)

sobretudo para essa gente, adquirir um pedaço de terra proprio.

Tambem os seus descendentes ficam na maioria no mesmo nivel; porque, mesmo não sendo os mestiços em nada inferiores aos brancos, em dotes de intelligencia e habilidade (mormente os Mamelucos, de sangue branco e indio, são afamados por sua energia e constituem os heróes das lendas brasileiras), attribue-se-lhes, contudo, grande indolencia e sensualidade, attributos que, sem dúvida, não permitem actividade continuada, não favorecem o enriquecer. O viajante, portanto, só muito excepcionalmente acha um negro livre senhor de uma grande propriedade rural; frequentemente encontram-se mulatos como taes; porém, a elles pôde-se applicar especialmente o proverbio brasileiro allusivo á rapida mudança de posses: "O pae tasqueiro e taverneiro, o filho cavalleiro, o neto indigente".

Portanto, em regra geral, está a raça de côr, na escala de gradação social, abaixo dos brancos; della se recruta no interior a classe dos moradores e em parte a dos lavradores; na cidade, a dos operarios e mercieiros; ao passo que os jornaleiros são na maioria escravos; só raramente e em casos isolados alcança um homem de côr a categoria da aristocracia rural, ainda muito menos a dos negociantes (nos grandes portos conservam de todo tempo a preponderancia os residentes europeus, outróra sómente os Portuguezes, agora de todas as nações). Estas altas categorias, porém, não são proprias para inocular na sua arvore genealogica sangue de côr, isto é, não tomam facilmente para legítima esposa uma rapariga de côr; entretanto, nas relações sexuaes, dão decidida preferencia ás mulatas, como o adagio brasileiro diz sem rodeios: "As brancas são para casar, as mulatas para fornicar, as pretas para trabalhar".

As raparigas mulatas, cheias de paixão sensual e destituidas de toda fôrça moral, estão sempre promptas a acolher esses desejos illicitos; um sem número vivem como camaradas nas casas de rapazes solteiros e casados, até que uma rival mais feliz ou a esposa branca lhes faça ceder o logar. Naturalmente, os filhos destas relações não são considerados de igual condição, e, logo que é possivel, são afastados do lar paterno com um pequeno dote compensador; igualmente a mãe abandonada, que então é considerada viuva; e a maioria acaba achando um esposo entre a gente de sua côr.

Este generalizado concubinato serve para o effeito de introduzir sempre maior percentagem de sangue nôvo branco

na população de côr; não precisamos accrescentar que, por outro lado, isto é pernicioso para a moralidade de todo o povo brasileiro, assim como especialmente degradante (segundo o nosso modo de ver) para a raça de côr (79).

Uma especie de sujeição da raça de côr á raça branca existe, portanto, tambem no Brasil; porém — e isto é o contraste com o estado de cousas que subsiste, por exemplo, nos Estados Unidos da America do Norte—essa subordinação é simplesmente um aspecto de natureza social, não é instituição política; em regra geral, distinguem-se as pessoas pelas posses e pela posição, muito mais do que pela côr da pelle. O homem de côr, mórmente o negro livre, não importuna o seu semelhante branco de posição equivalente com a sua companhia, não entra na casa d'elle sem especial convite; porém “onde se reúne gente livre de diferentes côres, em logares públicos ou como hóspedes, sob o mesmo tecto, em toda parte

---

(79) No Brasil, sem dúvida, o caso é differente. “Os Brasileiros, mesmo as senhoras, nem têm fôrça moral para enxotar da sociedade uma mulher que se tornou prostituta. Até dona F., sendo madrinha de uma creança de pae incognito, se julga por isso obrigada a receber em sua casa a mãe, sua comadre” (Helmreichen). Ouçamos outro viajante: “O Brasileiro é em geral, tão pouco sério neste sentido, como no seu sentimento do direito; elle se permite tudo que possa obter, e é tão licencioso fóra de casa quanto é severo e desconfiado no seu lar. Nisso estão mais ou menos em pé de egualdade brancos, pretos e mulatos; qualquer um tranca em casa a sua mulher o melhor que pôde, e vai, com tanto maior tranquillidade, entregar-se ás suas proprias paixões; sabe-se até que muitos Brasileiros internam as suas mulheres, sem plausivel razão, durante annos, num claustro, simplesmente afim de viverem tanto mais a seu gôsto na sua casa com uma amante.

“A lei presta auxilio a este abuso; quem se quer livrar da propria esposa, vai á policia e faz leva-la ao convento pelos funcionarios, desde que pague o custo de suas despesas. Nenhuma opposição do lado da mulher ou de seus parentes é acatada pela auctoridade; faz-se o que o marido ordenou, a mulher entra irremediavelmente no claustro. Entretanto, vive o esposo com a sua concubina á vontade, manda-a embora quando está farto della, e manda então buscar a sua mulher ao convento, ou mesmo toma segunda amasia. A esposa obedece sem resistencia e exforça-se ainda por mostrar maior ternura, para não attrahir sôbre si o perigo que a ameaça.

“Essa conducta é, especialmente nas cidades grandes, muito commun e de todo não exaggeramos” (Burmeister).

Segundo a severa letra da lei, um tal internamento no claustro destina-se no Brasil, tanto como em outros paizes catholicos, somente a esposas infieis; porém as auctoridades se prestam aos abusos e injustiças. (*Nota do auctor.*)

tractam-se uns aos outros com igual consideração, e nunca um mulato pensa em se subordinar ao branco por sua livre vontade, nem procura o branco mostrar-se ostensivamente superior ao homem de côr. Sómente para com as altas autoridades e pessoas muito ricas se evidencia uma especie de devoção, mesmo da parte dos brancos". Assim descreve o viajante allemão Burmeister as condições actuaes; e assim sempre fôram; jámais houve aqui um contraste vivo de raças.

Devemos, em parte, attribuir este facto ao character nacional dos Portuguezes que, como todo latino, já são mais inclinados a se mixturar e se entender com a raça submettida, ao passo que, ao contrário, os germanos completamente a absorvem ou a supplantam; além disso, talvez influísse a circumstancia de que nos inicios da colonização, quando os imigrantes portuguezes formavam ainda exclusivamente o povo do Brasil, lhes faltava de todo o govêrno colonial local, o "self-government", como possuíam desde o princípio os imigrantes inglezes na America do Norte. Elles não podiam, portanto, como estes ultimos, por meio de leis para todos os tempos, reservar para a raça branca, isto é, para si, a exclusiva participação no Estado, o exclusivo direito ás honras e dignidades públicas; por outro lado, o govêrno da mãe-patria, Portugal, evitara intelligentemente tal exclusivismo, e como precisasse para o seu serviço de gente livre de todas as côres, assim recompensava o verdadeiro merito sem differença a côr da pelle.

Já mencionámos na história da guerra hollandeza, como os quatro mais notaveis chefes das tropas livres brasileiras fôram elevados á nobreza por cartas régias de mercê e revestidos com o habito da Ordem de Christo (1638), entre elles dous brancos, um Indio, Antonio Philippe Camarão, e um negro, Henrique Dias. A' memória deste último o govêrno portuguez prestou ainda honra especial, creando, na provincia de Pernambuco, dous regimentos de milicias com o seu nome, os "Velhos Henriques" e os "Novos Henriques", que subsistiram ao menos até ao fim da dominação colonial, talvez ainda até hoje: toda a gente nesses regimentos, desde o soldado razo ao official superior, devia ser de sangue negro puro; elles estavam em pé de perfeita egualdade com as outras unidades do Exército, nas quaes tanto serviam os brancos como os homens de côr; e tal organização militar dava aos negros livres daquelle paiz, ao mesmo tempo, uma



segurança material contra a possível velleidade de oppressão pelos concidadãos brancos.

Ainda melhor era a posição dos homens livres de côr; muitos classificavam-se de brancos e ninguém se incommodava em verificar si a côr de seu rosto os auctorizava a tanto; eram-lhes accessíveis os empregos municipaes e estaduaes e da egreja, sem estôrvo, e, sobretudo no interior, de facto estavam grande parte dos cargos públicos nas suas mãos. Sómente uma preterição feria a raça de côr, enquanto durou o govêrno colonial; porém neste ponto elles tinham por companheiros de infortunio os Brasileiros brancos; isto é, as mais altas dignidades eram então quasi que exclusivamente reservadas aos Portuguezes natos, e em geral os "filhos do Reino" olhavam de cima, com bastante soberba, para os naturaes da colonia, aos quaes eram realmente superiores de muito em cultura, indústria e desembaraço, e aos quaes faziam concorrência triumphante, não só nos cargos do Estado, porém ainda mais no commercio.

Precisamente esse estado de cousas deu mais tarde á revolução brasileira a sua feição particular; os brancos e os livres de côr reuniram-se instantaneamente contra os Portuguezes, de sorte que estes em pouco tempo fôram vencidos, expulsos, e com isto a parte mais importante, mais popular da Revolução ficava concluída. Também nas seguintes revoltas, quando o povo realmente tomava parte (na maioria das vezes elle fazia apenas o papel de côro), sempre o motivo era combater alguma influência portugueza, imaginaria ou verdadeira, além da arraigada inimizade que existia contra os ricos residentes portuguezes. E, como a guerra era feita em commum, também o resultado favorecia o conjuncto da população livre: a Constituição do Imperio tacitamente estabelece a egualdade de todas as raças, outorga a todos os cidadãos livres, sem distincção da côr da pelle, eguaes direitos politicos, e com isto sanciona a antiga tradição.

Não havia, assim, o minimo motivo de hostilidade entre ambas as raças livres; por mais violentos que fôsem os abalos que sacudiram o Brasil, sempre homens de todas as côres estavam em ambos os partidos; e fôsse qual fôsse o partido vencedor, dava-se aos collaboradores de côr a sua competente parte em honras e dignidades públicas, parte que sempre era, em todo caso, de preferencia proveitosa para os mulatos e mestiços; quando muito se encontram no interior negros de puro sangue nos cargos publicos,

Nem para o futuro não ha aqui a recear guerra de raças, porque justamente não ha nenhuma distincção legal, nenhuma opposição de raças.

Si o Brasil (exceptuando as tentativas provinciaes de autonomia e desunião) por ventura tem motivo de recear alguma cousa, será uma revolução puramente social, resultante dos contrastes sociaes realmente existentes, talvez algum dia uma guerra de escravos contra os livres, ou antes ainda uma guerra dos sem posses contra a pequena aristocracia dos possuidores de bens; e a maior guerra civil que o Imperio teve até agora de sustentar, o levante de 1835 no valle do Amazonas, tinha devéras esse caracteristico, por assim dizer uma feição communista (80).

---

(80) Descrevêmos anteriormente, no texto, as condições da raça negra como eram em geral no Brasil, embora com referencia mais especial a Pernambuco; aqui, devemos ainda accrescentar que, uma vez ao menos, se fez uma tentativa para estabelecer uma legislação odiosa e mesquinha, tal como a norte-americana; todavia, foi exclusivamente de character local.

Na provincia de Minas Geraes, no tempo em que as bateias de ouro estavam em plena florescencia e dando maior rendimento, uniu-se a população de côr, livre e não livre, numa conjuração, que visava a dar cabo de todos os concorrentes brancos, idéa que não nos deve surprehender, pois não assistimos em nossos dias como na California os cavadores de ouro de differentes nacionalidades feriam verdadeiros combates pela posse de velos especialmente lucrativos? Quinta-feira sancta de 1718, tal era o plano, deviam ser trucidados todos os brancos; todavia, descobriu-se ainda a tempo a conjura, e as auctoridades tomaram então medidas repressivas. Afim de manter os escravos na disciplina e apanhar de nôvo os fugitivos, foi organizada uma companhia regular de caçadores de escravos (ver no texto), 12 de Janeiro de 1719; por outro lado, os homens livres de côr soffreram diversas desvantagens legais. A ordenação de 27 de Janeiro de 1726 declarava que nenhum mulato, até á quarta geração, seria considerado apto para qualquer cargo municipal; egualmente o branco, que casasse com rapariga de côr; sómente os brancos que fôsem maridos ou viuvos de mulher branca podiam ser elegiveis — portanto, verifica-se nisso o desejo manifesto de estorvar a multiplicação da raça de côr. Segundo decreto, de 27 de Janeiro de 1728, ordenava que o regimento de milicias de côr, que existia até então, fôsse licenciado e repartido entre os regimentos brancos; nunca mais, dahi em diante, existiria especial organização militar de homens de côr; e esta prohibição foi ainda renovada numa terceira lei, de 13 de Janeiro de 1731.

Todavia, estes dispositivos não conseguiram jamais reconhecida validade nas outras provincias; tambem em Minas Geraes ficaram no esquecimento, logo que passou o perigo, e o costume antigo de nôvo vigorou. (*Nota do auctor.*)

Até aqui havemos considerado os negros e os mestiços de seu sangue na sua dupla situação, primeiramente como escravos, depois como livres; devemos agora ainda encarar uma terceira situação, intermediária, a de auto-emancipação pela fuga.

Escravos fugidos, houve-os naturalmente desde sempre; porém direito legal de liberdade não podia, nem pôde aqui ser alcançado pela fuga, porque não existe no Brasil em parte alguma "asilo" ou territorio livre. Ao contrário, desde o início firmou-se o princípio de que um escravo regularmente registado ficava segura posse de seu senhor para sempre, e, no caso de fugir e ser apanhado por terceiro, devia ser restituído ao dono, em troca de uma retribuição e indemnização das despesas; assim ordenava o decreto de 6 de Janeiro de 1574. Estas disposições legais com isto uniam toda a população livre contra os escravos fugidos; cada qual achava de seu interesse te-los sob vigilância: o fazendeiro rico, para dar escarmento a seus proprios escravos, o pobre "morador", porque tinha oportunidade para merecer uma avultada quantia pela captura. Contudo, não podia haver vigilância que bastasse num paiz meio selvagem, tão extenso, tanto mais porque lhe faltava a instituição complementar — a de passaporte (81).

Sabe-se que nos Estados escravocratas da America do Norte todo homem de côr era obrigado a trazer consigo, si livre, o certificado de sua liberdade, si escravo, logo que saia da fazenda a que pertencia, um passaporte de seu senhor; e todo branco tinha o direito, mesmo o dever, de pedir vista regulamentar dêsse documento; porém taes medidas de policia eram desconhecidas no Brasil e, com o estado atrasado da civilização, eram de facto impossiveis; a nobre arte da leitura e da escripta era mesmo entre os libertos muito rara; e assim uma pessoa, para reconhecer um escravo, tinha de se fiar exclusivamente na sua propria perspicacia. Nestas circumstancias variava a situação do escravo fugido, segundo as diversas classes.

---

(81) Actualmente, já existe o passaporte no Brasil, sem, contudo, servir, como na America do Norte, especialmente para caçada ao escravo. O viajante allemão Burmeister diz a este respeito: "No interior do paiz viaja qualquer branco sem passaporte, porém para os pretos é perigoso faze-lo; porque todo homem de côr, de aspecto pobre (livre ou não livre), que não possa apresentar provas de sua identidade, é considerado vagabundo, apanhado e é costume assentar-lhe praça de soldado. (*Nota do auctor.*)

Para o nacional de côr ou negro, creado nos costumes e lingua do paiz, a fuga estava relativamente segura, logo que elle dêsse as costas á sua terra; onde elle não era conhecido, bastava calçar-se e passava tão bem por um liberto ou nascido livre, como qualquer outro; esta classe de escravos fugidos passava, assim, tacitamente, ao meio da população livre; e, si ficavam perdidos para o seu senhor, em todo caso não constituíam um perigo para o paiz.

Outro caso era o do Africano, cujos modos ainda traíam o "preto bruto"; para onde quer que elle se voltasse, por toda parte pesava sôbre elle a suspeita de não ser livre, e assim elle preferia, mesmo depois de sua emancipação regular, permanecer no mesmo logar, no meio dos conhecidos. Identicamente os fugitivos desta categoria; na immediata vizinhança da sua antiga fazenda, onde elles conheciam todos os caminhos e atalhos nas mattas da montanha, é que procuravam um refugio; ora vagavam isolados, cada um com a sua familia; ora se reuniam diversos num grande grupo e fundavam no amago da matta uma aldeia em commum, em geral umas pobres choças de palha e de taipa, ao lado de uma roçada pequena para fazer plantação, o conjuncto defendido, ás vezes, por muralha tosca, para o caso de um imprevisto assalto; chamava-se a uma tal colonia de escravos fugidos um "quilombo", ou, em outros sitios, um "mocambo", ambos nomes provavelmente de origem africana.

Quilombos desta ordem existiram desde cedo, e certamente em todas as provincias do Brasil (o primeiro exemplo histórico conhecido foi na Bahia, em 1575, destruido pelo governador-geral dalli, Luis de Brito de Almeida), e eram em toda parte considerados uma muito desagradavel e temida vizinhança para o fazendeiro; porque não sómente os fugitivos, onde podiam, roubavam e damnificavam as plantações, mas tambem porque os seus proprios escravos se punham em relações com os quilombolas, lhes levavam o que elles precisavam e, afinal, cansados de trabalhar, se refugiavam tambem no quilombo.

Contra tão grave mal de nada podiam valer os esforços e valor do particular isolado; cumpria ao Estado intervir. E foi creada ainda no seculo XVII e principio do XVIII na maioria das provincias uma tropa especial de policia montada, que era exclusivamente destinada a percorrer os districtos meio selvagens, apanhar os escravos fugidos e dissolver a tempo qualquer ajuntamento dos mesmos. Chamavam-se a esses caçadores de escravos "capitães do matto",



ou, em outros lugares, "capitães do campo" (82), conforme a natureza do terreno; recrutavam-se exclusivamente entre os livres de cor e os negros creoulos; e finalmente, pelo decreto régio de 17 de Dezembro de 1722, foi-lhes dado um regulamento próprio, que detidamente determinava o seu serviço e recompensa para cada caso.

Era este um officio brutal, para o qual só se prestavam homens de grande força physica e genio destemido; armados até aos dentes, levando enormes cães de caça, esses matteiros embrenhavam-se na selva, sempre preparados para combate de vida e de morte. E elles tinham toda a razão para isso: si um destes caçadores de homens caía nas mãos da caça humana perseguida, a mais terrivel sorte o esperava: no minimo, amordaçavam-no com um pedaço de pão, amarravam-no a uma arvore, as mãos atrás das costas, e alli o deixavam morrer de inanição; do seu lado, os capitães do matto, onde encontravam resistencia e a venciam, não observavam moderação alguma e praticavam muito derramamento de sangue inutil, no seu próprio prejuizo material, porque por um preso se pagava maior gratificação que pela cabeça decepada de um escravo fugido. Na verdade, o governo procurou pôr termo a estas crueldades, com prohibições e ameaças; porém debalde, sempre essés sangrentos desmandos foram inseparaveis de tão deshumano officio.

Egualmente não se podiam remover os outros inconvenientes, menos graves, pois apenas prejudicavam a bolsa do fazendeiro. Muito caçador de escravos, afim de tornar mais rendoso e mais facil o seu officio, peitava um negro, para que elle fugisse de seu senhor e se apresentasse a elle caçador; outros agarravam qualquer escravo que encontrassem no caminho, ou mesmo no seu trabalho, e o encarceravam durante a noite; na manhã seguinte, conduziam elles então os suppostos fugitivos, homens e mulheres, as mãos amarradas atrás das costas, a seu senhor e exigiam a sua gratificação; ainda outros conservavam durante mezes, em sua casa, os fugitivos apanhados e obtinham lucros com o trabalho delles.

---

(82) Além dos *capitães-do-matto*, admittê também Handelmann os *capitães-do-campo*, destinados uns e outros á captura dos escravos fugidos. Ao sul do Brasil, pelo menos, só se vulgarizou a primeira das sobredictas expressões, a mais logica, sem duvida, porquanto na região do campo não era possível a existência de *quilombos*.



Apesar de tudo, em sùmma, a instituição dos capitães do matto foi absolutamente vantajosa; na verdade não se podiam extirpar por completo os quilombos o os escravos fugidos, porém estas evasões nunca chegaram a ter grande importancia, nem ameaçaram seriamente o effectivo de escravos dos Estados brasileiros.

\*\*\*

Todavia, com uma excepção — o retomemos agora de novo o fio de nossa história especial da provincia, que interrompemos — uma vez pelo metto chegou um quilombo a tão grandiosas dimensões, que talvez merecesse o nome de Estado Negro; e nessa perigosa grandeza sustentou-se mais de meio seculo. Isto foi no interior da capitania de Pernambuco, na sua região do Sul, dos "pântanos e lagoas", a actual provincia de Alagoas.

Sobre os inícios de formação desse Estado, as informações são muito superficiaes. Foi nos primeiros annos da invasão hollandeza em Pernambuco, 1630 e seguintes, quando então se evadiu um grande número de negros africanos da escravidão dos Portuguezes, não sabemos precisamente quando, nem como; todavia, a circumstancia de se haverem logo ajunctado e sujeitados a uma organização collectiva faz-nos suppôr que eram companheiros de tribu da costa de Angola ou pelo menos "malungos", isto é, companheiros de navio, que sempre conservavam uma grande solidariedade; talvez elles fizessem parte do carregamento de um navio negreiro portuguez que houvesse caído em poder de um corsário hollandez, e o commandante hollandez, para utilizar-se ulteriormente do barco apprehendido, tivesse desembarcado a carga de negros em terra, deixando-os entregues a si mesmos, como costumava muitas vezes acontecer. Fosse como fosse, o facto é que os fugitivos se lançaram nas mattas da costa, e nas vertentes orientaes da serra das Barrigas, um espigão da serra Ibiapaba, a Oeste das aldeias portuguezas de Porto Calvo e Anadia, fundaram um quilombo, que, por causa da grande quantidade de palmeiras dos arredores, recebeu o nome de Palmares.

Não lhes faltou affluencia; naquelles tempos tormentosos, em que tantas fazendas foram destruidas ou abandonadas per seus donos, eram facis as oportunidades de fuga para os escravos, e innumeròs se aproveitavam dellas;

muitos assentaram praça de soldado, sob as bandeiras holandezas ou portuguezas; a maioria, contudo, aggregava-se aos seus irmãos em Palmares; e, ao passo que esta aldeia se extendia consideravelmente, nasceu ao mesmo tempo em volta uma corôa de quilombos filiaes, que todos reconheciam a auctoridade da aldeia-mãe. Em breve tornou-se o joven Estado negro temido por todos os seus vizinhos; os seus chefes percorriam toda Alagôas até á costa e o rio São Francisco, e ao Norte até Pernambuco a dentro; toda fazenda situada um pouco retirada era atacada a ferro e fogo, todos os bens, escravos e rebanhos eram carregados, os homens brancos trucidados; porém as mulheres brancas e as moças seguiam amarradas, no regresso do triumphador ppreto, e eram dadas para mulheres ou escravas dos vencedores.

Taes depredações succediam-se sempre mais frequentemente e em escala crescente, sem que se tomasse uma medida séria para impedi-las; as duas potencias coloniaes em lucta — Holandezes e Portuguezes — tinham de sobra que fazer uma contra a outra. Sómente após a conclusão da trégua, poudo o conde Moritz de Nassau emprehender uma grande expedição contra Palmares (1642-43). Todavia, o resultado não foi completo nem duradouro, e as tempestades, que sobrevieram com a guerra da libertação pernambucana (1645-54), deram aos negros nova opportunidade e vagar para se refazerem da derrota, e conquistar novos despojos e novos alliados.

Em meados do seculo XVII, havia o Estado negro assim alcançado não pequeno grau de poder e florescimento; estava agora em condições de offerecer resistencia ás forças militares da capitania de Pernambuco; e de uma alliança de todos os Estados brasileiros vizinhos contra o commum inimigo, a princípio ninguém se lembrou.

Assim, não restava aos fazendeiros dos ameaçados districtos vizinhos outra alternativa sinão transigir com os temidos quilombolas; primeiramente, entabolaram negociações por meio de seus escravos, para libertar as suas mulheres e filhas, por pesadas quantias de resgate; compravam com presentes e contribuições forçadas a segurança de suas fazendas; e dahi se fôram então, pouco a pouco, apesar das mais severas prohibições, desenvolvendo regulares relações de commércio, permutando Palmares os seus productos da lavoura e fructos dos saques pelo necessario em mercadorias européas, especialmente armas e munições de guerra; e com isto cresceu o seu poder bellico.

A organização interna dos quilombos, tanto quanto podemos concluir pelas escassas notícias dos Portuguezes, faz inteiramente lembrar um Estado africano. A' testa estava um chefe eleito vitaliciamente, que, segundo parece, era revestido dos attributos da divindade (o seu nome *zombi* ou *zumbé* parece ao menos identico ao vocabulo angolense *Nzambi*, divindade) (83), e ao qual todo o povo obedecia cegamente; nunca a ambição de um revoltado ou de um conspirador perturbou a paz interior. Eram-lhe subordinados os chefes das diversas aldeias, que eram ao mesmo tempo chefes do exército e juizes; elles faziam a justiça segundo a tradição oral, pela qual a pena era de morte para os criminosos de adulterio, roubo e assassinio.

A religião consistia numa singular mixtura de elementos christãos e pagãos; a cruz e algumas fórmulas de oração da egreja catholica figuravam ao lado das ceremonias selvagens do fetichismo africano, que tinham um papel consideravel, e eram tidas em grande honra.

No ponto de vista religioso, achamos assim similhanças com as circumstancias actuaes do Estado negro de Haíti; porém, nos traços geraes, essas duas fórmulas de Estado são inteiramente differentes. Em Haíti lavrava uma guerra de raça, de vida e de morte, pela liberdade e soberania, e, si queremos resumir numa expressão a idéa primordial da mesma, encontramos-la no seu desejo de que a côr negra da pelle, até aqui signal de servidão, deveria ser de hoje em diante o signal da liberdade, a pelle branca o signal da subordinação.

Outro era o caso de Palmares: era uma colonia africana, que por casualidade surgira juncto da colonia européa; achava-se envolvida contra esta numa guerra legítima, porém absolutamente não havia a idéa da libertação de uma raça e sujeição da outra.

---

(83) Sôbre o voz *zombi* ou *zumbé*, assim diversamente graphada por Handelman (que, entretanto, lhe dá o acertado etymo angolense de *nzambi*), veja-se o parecer de Nina Rodrigues, em seu excellente e já citado trabalho sôbre *A Troya negra*, loc. cit., paginas 254-258). Aquella voz entrou extensamente em nosso lendario popular (v. Basilio de Magalhães, *O folk-lore no Brasil*, Rio, 1928, pags. 94-95), quer sob as fórmulas simples *zâmbi*, *zambi*, *zambê*, *zúmbi* e *zumbi*, quer ainda sob as compostas *tutú-zambê* e *zumbi-da-meia-noite*. Conforme se lê no *Ensaio de dicionario kimbúndu-portuguez* (Lisbôa, 1893), de Cordeiro da Matta, *zúmbi* (de *nzúmbi*) designa a divindade suprema, ao passo que *zúmbi* (de *nzúmbi*) tem os significados de "espectro, phantasma, duende, alma, espírito".

Ao contrário: os habitantes de Palmares conservavam também irmãos de raça na escravidão; negros e mulatos, quando numa sortida dos quilombolas lhes caíam ás mãos, eram repartidos entre os vencedores e permaneciam como seus escravos e da sua descendencia; sómente aquelle que, por sua livre vontade, se apresentava no quilombo, era acceito como cidadão. Por conseguinte, um livre, que voltasse para o seio dos Portuguezes, arriscava sua vida como um transfuga na guerra; ao contrário, o escravo, que fugisse e fôsse de nôvo apanhado, escapava, como entre os brancos, com uma surra de açoite.

A sua população, segundo os dados portuguezes, devia constar de umas 20.000 almas, das quaes mais da metade de homens capazes de trazer armas, e achava-se, portanto, muito densamente estabelecida no relativamente pequeno dominio; exploravam a lavoura; todavia, fiavam-se egualmente nas fructas da matta virgem, na caça e na pesca, e a principal indústria sempre foi o paubo e a guerra; as pequenas aldeias nunca se elevaram acima do nivel de simples quilombos; sómente Palmares, o lugar principal, tinha pretensões a importancia e era, tanto quanto permittiam os meios e o entendimento dos habitantes, embelezado e bem fortificado.

Apoiada numa rocha alta, isolada, que servia de atalaia, era esta povoação, numa legua em redor, circundada por uma forte paliçada de dupla fila cerrada, feita de gigantescos troncos de arvores; somente tres portas davam accesso para o interior, onde em caso de necessidade toda a população do Estado podia caber, e cada uma destas portas era protegida por um bastião, sobre o qual 200 combatentes podiam achar logar. Alli dentro serpeava, vindo das proximas montanhas, uma quantidade de pequenos riachos, que formavam no meio um grande viveiro rico de peixes; também muitos pequenos grupos de palmeiras haviam ficado de pé, e sob os mesmos haviam os habitantes construido as suas leves habitações, na maioria pequenas e singelas, como as cabanas de bambú dos seus irmãos de raça na costa da Africa. Sómente o palacio do zumbi era de grandes dimensões e servia certamente ao mesmo tempo de casa da camara e templo; só alli é que se ostentava uma especie de magnificencia barbara.

Nesse pé se manteve o Estado negro de Palmares até pelos fins da seculo XVII, sempre ganhando força e extensão, sempre crescendo o terror que o seu nome inspi-



rava; e de anno para anno recuavam atemorizados o povo e o governo de Pernambuco deante dos tremendos esforços que exigiria uma guerra contra o vizinho perigoso.

Finalmente, resolveu o capitão-mór Caetano de Mello de Castro (13 de Junho de 1696 a 5 de Março de 1699) emprehender a difficil tarefa. Para essa fim elle convocou todas as forças de seu governo e pediu a collaboração do vizinho governador-geral da Bahia, que lhe mandou em auxilio uma tropa de Paulistas, que então vagava nos sertões daquelle provincia.

O chefe dêsse bando, Domingos Jorge, quando recebeu a ordem de se reunir em Porto Calvo com as tropas pernambucanas, em vez do caminho costumado ao longo da costa, tomou pelo sertão de Alagôas, parte porque elle desejava de caminho conhecer por si mesmo o futuro theatro da guerra e mórmente observar a capital inimiga, parte porque á frente de uns mil homens, Paulistas e alliados indios, se julgava bastante forte para derrocar sósinho o Estado negro, e almejava não compartilhar com ninguem os louros da victória.

Sem encontrar em parte alguma séria resistencia, alcançou elle o districto de Palmares e estabeleceu o seu acampamento deante das portas da cidade, onde então se convenceu, *de visu*, da impossibilidade de um golpe de mão; os negros, por seu lado, contentaram-se em observar o inimigo que se approximava, e deixaram-no dous dias em paz na sua posição fortificada. Porém no terceiro dia, quando os Paulistas se haviam dispersado para saquear um bananal, aproveitaram-se os quilombolas do momento favoravel para uma sortida; e a tropa brasileira estaria perdida, si Domingos Jorge não houvesse aprendido, já desde muito, nas guerras de fronteira com os Indios, a reunir rapidamente a sua gente dispersada; todavia a victória tocou aos quilombolas. Depois de um combate sangrento, no qual entre ambos os partidos 800 homens fôram mortos ou feridos, tiveram os Paulistas que emprehender a retirada em boa ordem. Em Porto Calvo elles se encontraram com as forças pernambucanas, e o exército reunido, de uns 6.000 homens, poz-se então immediatamente em marcha contra Palmares.

Alli estavam preparados para a guerra; os chefes, avisados pelo ataque prematuro, haviam feito destruir todos os quilombos filiaes, todas as plantações, todos os pomares, numa vasta redondeza, e reuniram todas as forças no quilombo



capital; todavia, parece que elles não tentaram estorvar a marcha do inimigo; os tres capitães do exército brasileiro, Domingos Jorge, de São Paulo, Bernardo Vieira de Mello, de Pernambuco, e Sebastião Dias, de Alagôas, puderam, cada qual com a sua tropa, estabelecer-se e fortificar-se deante de uma das tres portas.

E deu-se comêço ao assalto simultaneamente por todos os tres lados; os Brasileiros procuraram romper a muralha da paliçada ou escala-la com as suas escadas, ao passo que lá de cima eram inundados de umá chuva de projectis, agua fervente e brandões accesos; dia após dia renovaram as tentativas, porém sempre rechassados com perdas; afinal mandaram os chefes uma mensagem a Olinda, para o capitão-general, em que diziam que, sem novos reforços e sobretudo sem artilharia de cerco, não se podia conquistar Palmares.

Entretanto, tornou-se a situação de ambos os partidos cada vez mais penosa; as munições de guerra e de bocca dos quilombolas estavam quasi que exgotadas; os sitiantes, de seu lado, soffriam as mais terriveis privações na região devastada, e já os negros começavam a ter esperanza de que o inimigo, acossado pela fome, se decidiria pela retirada.

Avistou-se, porém, um dia, da atalaia da cidade, uma comprida columna de gado e de carros abundantemente carregados, que foi acolhida no acampamento portuguez com maior jubilo; e então os sitiados perderam toda a esperanza; quando os Brasileiros, com renovada coragem, recommçaram o assalto, encontraram apenas fraca resistencia; dentro em breve foram deitadas abaixo as portas; e por todos os lados penetraram em multidão os vencedores, trucidando e incendiando, na desgraçada Palmares.

Agora estava tudo perdido; o *zumbi*, os seus capitães e mais bravos guerreiros retiraram-se para o seu penedo e morreram como homens livres, precipitando-se do cume no abysmo (84); o resto da população implorou perdão e offereceu as mãos ás algemas; todos, sem distincção de idade e sexo, fôram condemnados á escravidão; um quinto tocou á corôa, os restantes fôram repartidos entre os vencedores;

---

(84) Handermann, accéitou, sem maior exame, a tradição de que, vencidos nos Palmares, "o *zumbi*, os seus capitães e mais bravos guerreiros retiraram-se para o seu penedo e morreram como homens livres, precipitando-se do cume no abysmo". Essa lenda, que andou a lardear muitos escriptos em prosa e verso, de patricios nossos, foi totalmente desfeita pela publicação das seguintes cartas régias de d. Pedro II (v. P. Raphael M. Galanti, *Compendio de história do*

todavia, só se conservaram em Pernambuco mulheres e creanças; os homens válidos fôram, por precaução, vendidos para provincias distantes; a propria Palmares foi arrasada completamente.

Quando essa notícia chegou a Olinda, estava o capitão-general, Caetano de Mello de Castro, no poncto de se pôr em caminho do theatro da guerra, elle proprio, com uma tropa fresca de 2.000 homens e seis pesadas peças de artilharia; agora já não era mais necessario; todos se entregaram aos regosijos da victória, que teve a sua expressão religiosa numa procissão de acção de graças e numa festiva missa cantada na cathedral. Assim se extinguiu o Estado negro, o grande quilombo dos Palmares!

*Brasil, São Paulo, 1902, vol. III, pags. 44-45): — “Caetano de Mello de Castro, Amº etc. — Havendo visto a conta, q’ me destes da morte do negro Zombi, principal cabeça de todas as inquietações e movimentos das guerras dos Palmares, entregue por um mullato seu valido, debaixo da palavra, q’ se lhe deu em vosso nome de se lhe segurar a vida por recear ser punido pellos graves crimes q’ tinha cometido, entendendose que com esta empreza se acabará de todo com os Palmares. Me pareceo mandarvos agradecer por esta o bem com que neste particular e nos mais de meu servº vos tendes havido e na concideração da importancia deste negocio e de se poder por termo as hostilidades tão repetidas, quantas meus vassallos sentirão na extroção e violencia deste negro Zombi. Hey por bem de aprovar o perdão q’ se deu ao mullato q’ o entregou. — Escritta em Lixª a 25 de Agosto de 1696. — Rey”. — “Provedor da Fazenda da Capitania de Pernº. Amº etc. — Ao Capitão André Furtado de Mendonça, q’ o he de hua companhia de infantaria do Têrço dos Paulistas que assiste nos Parmares. Fui servido fazer mercê de cincuenta mil rs. neste Reyno de ajuda de custo para se aprestar para a viagem e se restituir a essa capitania na concideração de concorrer na sua pessoa haver morto e cortado a cabeça ao negro Zombi intitullado Rey dos Negros dos Palmares, o qual tinha sido com as suas hostilidades e extroções o mais sencível castigo para meus vassallos, e porq’ he justo se lhe restituia aos effeitos onde se tirarão que tem a applicação do provimento das monigoens q’ não sofrem se divertão para outra cousa que não seja este emprego em que conciste a defensa das conquistas. Me pareceo ordenarvos (como por esta o faço) mandeis estes cincuenta mil reis por letra segura para este Reyno dos effeitos que ahi houver mais promptos de minha fazenda. — Escritta em Lixª a 13 de Jan.º de 1698. — Rey”. Com relação a esse famoso quilombo dos Palmares, foram insertos vários trabalhos e documentos na *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.* (tomo XXII, pags. 303-330; t. XXXIX, pags. 293-322; t. XLVII, pags. 19-24), além do de Nina Rodrigues, já mencionado, sobre *A Troya negra*. Do mesmo assumpto ainda tractaram, com maior ou menor desenvolvimento, Brito Freire (*op. cit.*, liv. VII, n. 526), Rocha Pitta (*op. cit.*, liv. VIII, ns. 24-49), e J. B. Fernandes Gama, em suas *Memórias historicas da provincia de Pernambuco* (Recife, 1844-1848), vol. IV, pags. 28-48.*

Deveríamos lamentar-lhe a triste sorte, porém a sua destruição foi uma necessidade. Uma completa africanização da Alagoas, uma colônia africana de permissão aos Estados europeus escravocratas, era cousa que não podia de todo ser tolerada, sem fazer perigar seriamente a existência da colonização branca brasileira; o dever da própria conservação obrigava a exterminá-la; e deve-se attribuir, não ás pessoas, porém somente ás circumstancias existentes então, ao condemnável systema do tráfico de escravos e escravização dos negros, a culpa de tão grande tragedia.

★ ★ ★

O que temos que acrescentar, além disso, da história provincial de Pernambuco, tem a sua causa efficiente naquella arrogancia para com a corôa e o povo da mãe-patria, sentimento a que nos referimos anteriormente, como característico fundamental dessa provincia.

Era, por isso, muito delicada a posição do capitão-general; já o primeiro delles, o meritissimo André Vidal de Negreiros (1657-1661), tivera que haver-se com uma viva opposição; accusaram-no de absoluta tyrannia e chegaram mesmo, por esse motivo, a mandar contra elle queixa formal ao governador-geral da Bahia, provavelmente só porque elle exercia a justiça com mão forte e sem consideração de pessoas. Ainda foi peor com o terceiro capitão-general, Jeronymo de Mendonça Furtado (25 de Março de 1664 e seguintes); foi-lhe lançada a accusação de que sómente tinha em mira o seu interesse proprio e que procurava por todos os meios enriquecer, o que justamente não parece nada improvavel, pois que, segundo disse o muito afamado jesuita Antonio Vieira, no seu sermão sobre o "Bom Ladrão", o verbo "rapto" era nas colonias portuguezas "conjugado em todos os modos, em todos os tempos e em todas as pessoas".

Fôsse como fôsse, em todo caso o modo como se des-  
embarçaram de Mendonça Furtado foi ao menos um tanto singular.

Era cousa conhecida, e é o costume de muitos paizes catholicos, quando o sacramento da Eucharistia é levado a um moribundo, toda pessoa que passa pelo padre que leva a custodia lhe faz acompanhamento; assim tambem acontece no Brasil; e esse costume religioso ia servir aos planos dos descon-  
fidentes.

Um dia, associou-se uma multidão de conjurados importantes ao sequito do Sacramento, e encaminhou a procissão

no palacio do govêrno; o capitão-general, lembrando-se do dever de consciencia, saiu á rua e seguiu a hostia sagrada até á igreja, de onde havia vindo, e onde foi então de nôvo depositada solennemente (85). Porém, apenas elle saiu da igreja, viu-se cercado por todos os lados pelos conjurados, que, de espada em punho, venceram a sua escolta. "O povo — clamaram vozes — estava cansado de ser tyrannizado por elle, ainda mais rigorosamente do que antes pelos Hollandezes; elle morreria, si tentasse resistir". Mendonça submetteu-se á fôrça e entregou a sua espada ao juiz da cidade, André de Barros Rego, que, "em nome do rei, da nobreza e do povo de Pernambuco", o prendeu e o fez conduzir á prisão da cidade (9 de Março de 1666).

Por um pouco estas scenas domesticas iam dando pretexto para complicações internacionaes. No porto do Recife ancorava justamente então uma esquadra da Companhia Franceza das Indias Orientaes, que em caminho para Madagascar alli aportara a reabastecer-se, e havia sido acolhida por Furtado de Mendonça com muita hospitalidade; correu então logo o boato de que o capitão-general prêso havia sido apanhado em flagrante de ligações traidoras, queria passar para as mãos dos Francezes a cidade e provincia.

A plebe, que deu facilmente crédito a esses disparates, pegou em armas e caiu em cima dos Francezes que haviam descido á terra, e o convento dos capuchinhos, onde estes se refugiaram, foi logo cercado pela multidão de povo enfurecido; todavia, o govêrno provisório interveio rapido e energico, levantou o cerco aos sitiados e desculpou-se deante do almirante francez. Porém, o capitão-general ficou prêso e foi finalmente embarcado para Lisboa.

Por sua desgraça, justamente então o seu irmão mais velho, Francisco de Mendonça, se havia tornado effectivamente culpado de traição á patria, pois passara para os Espanhoes; assim, o govêrno portuguez o considerou cumplice delle e o condemnou, sem ouvir a sua justificação, a carcere perpétuo, numa fortaleza das Indias Orientaes; e a violenta

---

(85) João Ribeiro (*História do Brasil*, Rio, 1900, pag. 183), que leu com assignalado proveito o trabalho de Handelmann, ao tractar deste interessante caso do governador Jeronymo de Mendonça Furtado, dá a expressão popular por que é conhecida em nosso paiz a condução do sacramento da Eucharistia aos moribundos: — "Procissão do Nosso-Pae". Além dessa, existe ainda a denominação, menos vulgar, de *Viatico*.



sublevação dos Pernambucanos, si não foi expressamente aprovada, foi, contudo, tacitamente admittida.

★ ★ ★

Muito mais graves fôram os acontecimentos cincoenta annos depois, as hostilidades contra Recife; porque aqui se revelou pela primeira vez claramente a opposição entre Brasileiros e Portuguezes, entre a antiga aristocracia rural e os advenas europeus, em geral negociantes (eram chamados pela alcunha de "mascates", cuja significação está hoje esquecida), e se manifestou em lucta aberta.

E' sabido que, durante a guerra hollandeza, a antiga capital de Pernambuco, Olinda, foi, pôde-se dizer, inteiramente destruida, e Recife, antes uma simples cidadezinha de porto, assumiu esse posto. Na verdade, concluida a guerra, foi Olinda reconstruida, restabelecida nos seus antigos privilegios; de nôvo teve fóros de capital e desde 1676 tambem foi séde de bispado; porém nunca mais alcançou o antigo esplendor e riqueza, pois o commércio ficou em Recife, onde o porto offerecia maior commodidade á navegação, e assim esta joven, florescente praça de commércio, punha cada vez mais á sombra a vizinha que envelhecia.

Contudo, tinha ainda Olinda nome e direitos de cidade; Recife, ao contrário, era uma simples villa e em muitos pontos subordinada á jurisdicção de Olinda.

Nestas circumstâncias, desenvolveu-se entre as duas localidades uma rivalidade municipal; Olinda não podia esquecer que Recife, antes simplesmente seu porto, se tornara de todo independente della, e continuava a pugnar pela sua nominal precedencia; Recife, por seu lado, reivindicava a primazia, como convinha á sua actual importancia, ou, pelo menos, absoluta equivalencia em relação á sua rival mais velha. Além disso, intervinha um outro antagonismo, meio profissional, meio nacional. O commércio do Recife estava, sobretudo, nas mãos de firmas portuguezas recém-estabelecidas, que justamente haviam tomado o lugar dos Hollandezes e judeus expulsos; por outro lado, tinha em Olinda a aristocracia rural as suas casas de cidade, onde exercia em parte os direitos de cidadão e gosava de preponderante influência; esses grandes fazendeiros olhavam desdenhosos, com ciosa arrogancia, para a aristocracia do dinheiro dos "mascates", e excluam, por princípio, estes ultimos de todos os cargos electivos, municipaes e estaduaes.



Para pôr termo a tal menoscabo e abrir para si o caminho aos cargos publicos, requereram agora os habitantes de Recife, insistentes, a concessão dos fóros de cidade; muitas vezes foi o seu pedido indeferido, porém, finalmente, lograram deferimento pela côrte de Lisbôa; e o capitão-general Sebastião de Castro e Caldas (9 de Junho de 1707 e seguintes) recebeu, mais ou menos no anno 1710, ordem de organizar o Recife como cidade.

A nova cidade precisava agora tambem receber o seu proprio termo de jurisdicção territorial, e isto sem dúvida, dada a vizinhança entre ambos os logares, sómente se podia fazer á custa de Olinda; todavia, o capitão-general procedeu muito cautelosamente e deu a Recife sómente as tres freguezias, que já o conde Moritz de Nassau, com as suas pontes e edificios, lhe havia annexado, e que actualmente estão todas incluídas na cidade, isto é, a propria península, a ilha de Sancto Antonio e a terra firme fronteira, Bôa Vista. Além disso, impunha-se a solennidade de uma cerimonia; isto é, a concessão de direitos de cidade era feita, segundo o costume em Portugal, elevando-se na praça do mercado da nova cidade um pelourinho, em signal de alta jurisdicção e indicativo, até certo poncto, da hierarchia immediata á do Imperio (assim como as columnas de Rolando nas cidades do Norte da Allemanha, as Gog e Magog na Camara Municipal de Londres).

Olinda, porém, sentia-se tão gravemente offendida, e os espiritos alli estavam tão mal dispostos, que o capitão-general Castro não ousava fazer a cerimonia em dia claro; em segredo, no interior do forte do porto, mandou elle talhar as pedras necessarias e, durante a noite, edificar os pilares; á manhã seguinte foi então convocado o nôvo Conselho Municipal, que seguiu em procissão para a egreja matriz, a assistir á missa cantada; Recife ficava sendo cidade.

E' facil imaginar que nessas ceremonias festivas fal-taram os votos de felicidade da cidade vizinha; em vez disso, ao dia seguinte, dirigiu-se o Conselho Municipal de Olinda á ilha de Sancto Antonio, onde o capitão-general residia no antigo palacio do conde Moritz de Nassau, e apresentou formal protesto contra tudo que havia acontecido; mesmo um dos conselheiros declarou: "Si elle, o capitão-general, podia mandar levantar um pilar, elles podiam mandar pô-lo abaixo". Castro fez prender o atrevido orador, como tambem um outro que usou de linguagem não menos revoltosa — severidade que nas circunstâncias do momento era inteiramente

justa, porém causou muita indignação; tanto mais por pertencer um dos conselheiros encarcerados á poderosa família dos Bezerras.

E justamente com esta familia aconteceu logo depois outro atrito; dous dos seus membros foram presos por assassinio e compareceram a juizo. Os assassínios não eram, porém, raridade no Brasil de então, e o público, em geral, costumava não tanto censurar o culpado como se compadecer d'elle (como acontece actualmente perante o jury, taes queixas acabam em geral com a absolvição do réo); e agora, num caso destes, é que se queria julgar com toda a severidade da lei, e justamente contra dous dos homens mais importantes!

Toda a aristocracia rural se sentiu igualmente ferida; o seu descontentamento se manifestava cada vez mais alto em reuniões secretas ou públicas, e uma revolta parecia imminente, motivo por que o capitão-general preventivamente ordenou geral desarmamento. Porém esta medida era inexequivel; só produziu novos desgostos e apressou o rompimento, em vez de o impedir.

Poucos dias depois de dada a ordem, quando Sebastião de Castro dava o seu passeio habitual na ilha de Sancto Antonio, foi alvejado a tiro, pelas costas, de uma das casas; quatro balas acertaram, todavia não mortaes; os assassinos, de seu lado, embora disfarçados, foram reconhecidos e ao menos dous delles presos, um quando fazia visita de pesar ao ferido; também elles pertenciam a familias importantes.

Assim se complicavam cada vez mais as relações, e as cousas peoraram, porque também se declarou a discordia entre as altas auctoridades do Estado e da igreja. O bispo de Olinda, Manuel Alvares da Costa, deveria permanecer, de conformidade com o dever, juncto ao leito do governador enfermo, tanto mais porque, segundo a regra, lhe incumbia, no caso de morte, assumir a regencia provisoria; em vez disso, pôz-se a caminho nas costumadas viagens pastoraes, pela sua diocese, e levou no seu sequito um funcionario da justiça, que era accusado pelo menos de cumplicidade na tentativa de assassinio; Castro mandou tropas no encalço, para trazerem o suspeito, porém o bispo recusou entregá-lo e, com armas na mão, fez fugir os soldados.

Isto foi o signal para o levante geral; os grandes fazendeiros mobilizaram os seus camponios; a milicia associou-se a elles; as tropas regulares, depois de diversas escaramuças, foram desbaratadas e se retiraram para Recife, que em breve

era ameaçado de um verdadeiro cerco. Allí estava o capitão-general prêso a seu leito de enfêrmo, impossibilitado de fazer frente, elle proprio, aos revoltosos; a cidade, com os meios de então, difficilmente se sustentaria, e os auxilios, requisitados da Parahiba e da Bahia, não pôdiam chegar bem a tempo; por esse motivo, elle precisou entabolar negociações e offerecer liberdade a todos os prêsos, si depuzessem as armas e quizessem voltar á ordem. A resposta foi curta e terminante: "Os Pernambucanos — dizia ella — pôdiam elles proprios soltar os prêsos; elles vinham sómente buscar a sua cabeça e ainda mais algumas outras".

Nestas circunstâncias deu Sebastião de Castro e Caldas ouvidos a conselhos de amigos, verdadeiros ou falsos, que o advertiam de que á sua presença não pôdia servir para mais nada, sómente peorar o estado de cousas; elle embarcou num navio que ancorava no porto, com elle as pessoas máis ameaçadas, na maioria negociantes portuguezes ricos, e navegou no rumo da Bahia (7 de Novembro de 1710).

Immediatamente depois da fuga do capitão-general, Recife entregou-se aos revolucionarios, que agora eram em número de 20.000 homens; e dous dias depois fizeram a sua solenne entrada. Uma guarda avançada foi mandada adeante, afim de deitar abaixo os odiosos pilares, symbolo do direito de cidade; depois veio o grosso: á frente a imagem de Nossa Senhora, á qual seguiam os funcçionarios, os religiosos de todas as Ordens e côros de creanças, finalmente a gente armada, descalça e cantando melodias piedosas, como numa procissão.

Assim se dirigiram para a praça do mercado; allí saíu das fileiras um guerreiro armado e, de pé sobre os escombros das columnas do pelourinho, desafiou quemquer que quizesse sustentar ou defender o direito de Recife á fóros de cidade, para combate de vida ou de morte. Naturalmente ninguem se apresentou; e, com essa encenação medieval, julgaram os vencedores haver de novo degradado Recife, collocando-o de novo na sua posição inferior (9 de Novembro).

A não ser isso, a ordem não foi de outro modo perturbada; ao menos não houve abertas violencias, nem saque; todavia os ricos habitantes do Recife, que se haviam refugiado nos conventos, tiveram que fornecer munições de guerra, dinheiro e o mais que se exigiu delles; e com estes despojos regressaram então os revolucionarios ao seu quartel-general em Olinda, onde ainda novas tropas se junctaram a elles.

Agora importava instalar um nôvo governador no lugar do capitão-general fugitivo; e com esse fim se reuniram para deliberação o conselho da Camara, os grandes fazendeiros e os representantes das parochias, um irregular congresso, constituido por si mesmo, meio assemblêa de deputados, meio reunião popular, como na idade média.

Alli surgiram dous partidos: um, moderado, depois de haver satisfeito a sua vontade de humilhar o Recife, queria voltar á legalidade e, segundo a tradição e conforme expressamente mandava a ordem legal, entregar provisoriamente ás mãos do bispo as redeas do govêrno; ao contrário, o outro partido se manifestou num sentido decididamente revolucionario, com tendencias para instituições republicanas.

A ligação havida com a República das Sette Provincias Unidas não estava esquecida em Pernambuco; e, embora nunca houvesse sido estimado o govêrno hollandez e a sua volta jámais fôsse desejada, contudo as fórmãs do Estado hollandez, que se havia então aprendido a conhecer, achavam muitos adeptos; uma república aristocratica, como funcionava nos Paizes Baixos, devia ser necessariamente o ideal de uma aristocracia rural, porque uma tal fórma de govêrno lhe asseguraria a supremacia permanente, ao passo que a grande influência, de que gosava agora sob a monarchia, era apenas de facto, e tinha, além disso, poderoso contrapêso no poder absoluto do reino.

Existia, portanto, um partido republicano em Pernambuco ou, mais justamente, — com tendencias republicanas, — que comprehendia uma parte dos grandes fazendeiros; todavia elle se sentia em minoria; e, como até então se houvesse mantido inteiramente calado, tambem agora só cautelosamente se abalançava a emittir as suas opiniões.

Uma proposta directa para declaração de independencia e adopção da fórma de govêrno republicano parece que não se manifestou; porém apresentaram os republicanos a proposta de estabelecer um govêrno provisório de seis membros, nacionaes todos, que dirigiriam o leme do Estado, até que chegasse de Portugal o nôvo capitão-general nomeado; si este viesse revestido de plenos poderes para conceder amnistia ampla e attender a todas as exigencias que, além disso, o povo ainda fazia, então se submetteriam a elle e voltariam ás antigas relações com a mãe-patria; si, ao contrário, a corôa de Portugal negasse deferir as reclamações, então Pernambuco declararia a sua independencia e constituir-se-ia um govêrno republicano, como a Hollanda ou Veneza.



Foi esta certamente a primeira vez que se manifestou a idéa de uma independencia nacional sob fórma republicana na America do Sul; na verdade, sómente como possível eventualidade, e como tal ainda não encontrava positiva approvação; o partido realista moderado recusava empenhar-se em planos de tão alto vôo, e com forte maioria fez vencedora a sua proposição: que se confiaria ao bispo o govêrno interino, até á chegada do nôvo capitão-general.

Era, sem contestação, como que uma reentrada no dominio da lei; porém, ao mesmo tempo, tomaram-se outras resoluções que importavam em aproveitar possivelmente as conquistas da revolução e assegura-las. Escolheu-se um juiz do povo (auctoridade revolucionária que já vimos representar tão importante papel nas guerras internas do Maranhão, e que nós ainda encontraremos tambem em outros logares, onde se chegou a movimentos revolucionarios contra o dominio colonial portuguez). Além disso, todos aquelles que haviam acompanhado na fuga o capitão-general, e ainda diversas outras pessoas, fôram, sem mais processo, banidos de Pernambuco, e essa sentença da justiça do povo foi officialmente aprégoada com toques de trombeta; finalmente, todos os Portuguezes natos, que exerciam cargos na provincia, receberam a ordem de entregar nas mãos do Conselho Municipal de Olinda os seus mandatos e fôram demittidos do serviço; essas vagas repartiram-se entre os vencedores brasileiros.

E sómente então esses senhores de occasião mandaram uma commissão ao bispo de Pernambuco, Manuel Alvares da Costa, para convida-lo a assumir o govêrno provisório. Elle, embora, como parece, estivesse em completo accôrdo com a revolução realizada, havia-se, contudo, conservado afastado de toda participação nella; depois daquelle primeiro encontro hostil entre o seu sequiço e as tropas do capitão-general, havia elle continuado tranquillamente a sua ronda de visitação pastoral e estava agora na Parahiba, onde os delegados dos Pernambucanos o fôram buscar; o seu appêllo achou promptos ouvidos; immediatamente voltou o bispo com elles a Olinda, e a 15 de Novembro de 1710 assumia as rédeas do govêrno.

O primeiro uso que elle fez do seu poder foi proclamar amnistia completa a respeito de tudo que havia acontecido, ao passo que mandava ao mesmo tempo um relatorio á côrte de Lisboa, o qual, escripto sob as vistas dos principaes participantes, importava, naturalmente, em essencia, numa justificação da revolta.



A revolução, porém, não estava ainda finda; o partido republicano, embora não houvesse sido approved o seu programma, de todo não desistia dos seus propósitos; e agora se collocava á sua testa um dos homens mais distinctos da provincia, que até então havia ficado alheio a todos os acontecimentos. Foi elle Bernardo Vieira de Mello, ex-chefe das fôrças expedicionarias pernambucanas na guerra de extermínio contra os negros de Palmares e recompensado pelos serviços alli prestados com o commando de um regimento, ao mesmo tempo um dos maiores fazendeiros da região; elle podia contar incondicionalmente, tanto com os seus soldados, como com o numeroso pessoal da sua fazenda, e estava, além disso, tambem, em relações de parentesco ou de amizade com muitas das mais importantes familias.

Dispondo de taes recursos, gosava elle de grande influéncia e podia permittir-se muita cousa impunemente; justamente então elle fez julgar por um conselho de familia a sua nora em adeantado estado de gravidez, por suspeita de adulterio, e condemna-la á morte, e depois do seu parto executou-se a sentença, sem fazer de qualquer maneira segredo disso, e as auctoridades não ousaram impedir o assassinio, nem perseguir os assassinos; quanto mais não devia esperar tal homem representar papel proeminente numa ordem de cousas republicanas!

Elle assumiu, portanto, a chefia do partido republicano, ao passo que seu filho e seus alliados, cada um no seu círculo, trabalhavam para a mesma causa; dirigiu-se o proprio Bernardo Vieira para Recife, decidido a apoderar-se das fortalezas do porto e então impedir o desembarque do nôvo capitão-general, no caso em que este, como se previa, não trouxesse ampla amnistia e todas as possiveis concessões. Para esse fim levou elle um grande acompanhamento e fez uma parte do seu regimento tomar posição a certa distancia da cidade, pretextando que era para uma expedição contra um nôvo quilombo.

Ambas as mais altas auctoridades coloniaes, o bispo e o ouvidor, que agora de nôvo residiam no palacio do governo, na ilha de Sancto Antonio, receberam o poderoso hóspede, quando elle chegou ao Recife, com grandes honras, e concederam-lhe, na verdade, indirecta, mas não menor influéncia sôbre os negocios publicos; por outro lado, a população verdadeiramente leal conservou justa desconfiança; cuidadosamente vigiava todos os movimentos de Vieira.

Assim, o seu plano de tomar de surpresa ou fazer saltar aos ares o deposito de polvora da cidade foi descoberto a tempo e impedido; dupla guarda occupava esse importante posto; ao mesmo tempo, o bispo fez avisar ao perigoso hóspede que se retirasse sem demora do Recife. Porém Vieira não deu importancia a essa ordem; confiante no seu sequito fortemente armado, elle não se moveu e ficou esperando a chegada de seus alliados; e de facto o govêrno não ousou tomar outras medidas contra o desobediente.

Assim parecia não restar dúvida sôbre o resultado final de seus planos, o triumpho dos republicanos; eis que uma revolução militar transformou de repente todo o estado das cousas.

Desde que Vieira residia no Recife, havia-se formado uma decidida aversão entre a gente de sua comitiva, por um lado, e a guarnição da cidade, por outro lado, pois os primeiros, fiados no poderoso amparo do seu senhor, ostentavam não pouca arrogancia; afinal, chegou-se mesmo a vias de facto. Então exigiu Vieira, sem considerar si eram culpados ou innocentes, que os soldados que haviam attentado contra a sua gente fôsem castigados; o bispo, completamente atemorizado, consentiu nessa injusta exigencia, e, sem dar importancia á intercessão dos officiaes, ordenou que fôsem presos e deportados os implicados.

Estes haviam achado abrigo provisório no convento dos Carmelitas; eram oito a dez homens destemidos, e, quando souberam que a sua sorte estava resolvida, quizeram ao menos não cair sem vingança; resolveram aventurar por suas proprias mãos uma revolta contra o seu poderoso perseguidor, Vieira, o cabeça dos republicanos, portanto combater pela causa do reino. Dia claro, de espada na mão, deixaram elles o seu asylo de até então, marcharam para o quartel do tambor e obrigaram-no a rufar a generala; assim seguiram elles pelas ruas, aos brados de: "Viva o rei! Abaixo os traidores!"

Passo a passo ia engrossando cada vez mais a sua pequena tropa; os soldados da guarnição, as milicias, os pretos livres do regimento Henrique Dias, os indigenas confederados, todos que traziam armas, reuniram-se sob as bandeiras reaes; tambem a população civil não ficou atrás.

Dentro em breve havia a contra-revolução triumphado em todos os pontos da cidade; os republicanos fôram dis-

persos, o proprio Bernardo Vieira de Mello foi cercado na sua casa, prêso e lançado na prisão; o seu sequito, os seus alliados, procuraram a salvação na fuga.

No primeiro susto, tambem o bispo se julgou ameaçado e, durante o tiroteio, fugiu do palacio do govêrno e conservou-se escondido no convento dos jesuitas; todavia, os realistas victoriosos tractaram-no com toda a deferencia; a pedido delles, elle sancionou o encarceramento de Vieira e consentiu em continuar a governar como antes, ao passo que a um dos principaes chefes, João da Motta, era confiado o govêrno da cidade e o commando supremo militar; ao mesmo tempo, cuidou-se de pôr a cidade e os fortes do porto em estado de defesa.

Assim, achava-se Recife de nôvo em armas como campeão da ordem legal, em face do resto da provincia de Pernambuco, em principios de 1711. Immediatamente depois foi publicada uma proclamação, por ordem e em nome da guarnição, que definia em termos fortes os motivos de seu procedimento e a significação da contra-revolução: "Si os soldados — dizia-se nella — em Novembro último (1710) se submeteram e se uniram aos revoltosos, a culpa não era tanto delles como dos officiaes; agora elles haviam comprehendido o alcance do seu êrro, haviam-no reparado e queriam daqui em deante provar á mãe-patria e a todo o mundo que o rei de Portugal não tinha subditos mais fiéis"; "por direito — continuava a proclamação — ainda era o fugitivo Sebastião de Castro e Caldas capitão-general de Pernambuco; e Recife, apesar da humilhação soffrida, era ainda, sempre, uma cidade com plenos direitos".

O conselho municipal de Olinda e a aristocracia rural do interior viram com isto arrancados das suas mãos os fructos recém-obtidos com a victória, e está claro que não socegaram; assim de nôvo fôram os habitantes chamados ás armas e, pela segunda vez no espaço de um anno, os Pernambucanos ameaçaram Recife com um cerco formal. Desta vez a população e a guarnição se puzeram á espera dos proximos acontecimentos, de ânimo erguido e firme resolução; sem embargo, elles se assustaram seriamente, quando, alguns dias depois, correu o boato de que ambas as mais altas auctoridades coloniaes, o bispo e o ouvidor, haviam resolvido passar do Recife para o campo do inimigo em Olinda.

Em breve averiguou-se que isso era certo: apesar de todas as representações e rogos, persistiu o bispo no seu pro-

jecto e procurou justifica-lo mesmo, promettendo fazer todo o possivel para socegar os animos, actuar no sentido de uma reconciliação, e quanto antes estaria de volta. Ninguem poz estôrvo algum á saída de ambas as auctoridades; porém, logo que elles embarcaram, o commandante da cidade, João da Motta, formulou um protesto solenne em nome do rei e os responsabilizou a ambos por todas as desgraças que dahi resultassem para a cidade e os habitantes, em vidas, honra e propriedade: e fez-se de vela a embarcação.

Os motivos que determinaram o bispo a mudar de partido não são claros, como aliás desde o princípio todo o seu modo de proceder foi equívoco; evidentemente elle não queria desavir-se com nenhum dos partidos, e, quando se havia comprometido com um delles, logo procurava restabelecer-se no conceito do outro. Si desta vez elle temia os horrores de um cêrco, si realmente esperava conseguir reconciliação, isso é duvidoso; contudo, a palavra dada, de que voltaria ao Recife, elle não quiz ou não poudo cumpri-la.

Apenas havia chegado a Olinda, onde os cidadãos lhe deram as boas vindas com grande pompa, elle pediu por carta ao commandante do Recife lhe remeffesse todos os seus utensilios domesticos, pois ia demorar-se alguns mezes, ficaria até á festa de São João, em Olinda; e, decorrido esse prazo, elle passou abertamente para o partido dos Pernambucanos.

Justamente, no dia de São João (24 de Junho de 1711), apresentou-lhe o conselho municipal de Olinda uma mensagem, na qual lamentava a traiçoeira revolta da guarnição e população de Recife e rogava-lhe, como então substituto do capitão-general, mandasse retirar dalli os regimentos de milicia, principalmente os pretos Henriques; e, ao passo que faziam solennes protestos de fiel submissão á mãe-patria e á corôa de Portugal, declaravam ao mesmo tempo a firme resolução, si o Recife persistisse na sua obstinação e ainda pretendesse attribuir-se os fóros de cidade, de novamente fazer-lhe a guerra, com armas na mão.

O bispo conformou-se com essas pretenções e emittiu as ordens como os Pernambucanos as exigiam; ordens para as quaes elle naturalmente esperava tão pouca obediencia, como a que de facto achou.

Recife deu uma digna resposta negativa, o commandante da cidade e os outros chefes leaes fizeram redigir, por um tabellião, unha justificação fundamentada do seu modo de proceder, e este documento foi subscripto por todos, de pro-



prio punho; então, fizeram um juramento, com a mão sôbre o Evangelho, de que se sustentariam pelo rei nos postos que lhes haviam sido confiados, até á última gotta de sangue, e que jamais sem a sua ordem se entregariam.

Assim estalava de nôvo a guerra civil entre Recife por um lado, Olinda e a aristocracia provinciana de Pernambuco por outro lado. As tendencias republicanas, todavia, não se manifestaram mais; ambos os partidos faziam alarde de sua submissão á corôa de Portugal, combatiam sob as bandeiras reaes; e tiveram os Olindenses, a princípio, a vantagem de estarem de seu lado as auctoridades regulares provinciaes, o bispo e o ouvidor. Isso, contudo, não durou muito: o bispo, Manuel Alvares da Costa, a quem a causa afinal pareceu arriscada, resolveu opportunamente retirar-se, e depoz o seu poder temporal nas mãos do ouvidor, do general-chefe e do conselho municipal de Olinda.

Por outro lado, a cidade do Recife conseguiu formar aliança com João da Maia da Gama, governador da Parahiba, que lhe assegurou o seu apoio. Os pormenores da guerra são destituídos de interesse; basta notar que os Olindenses conservaram em campo aberto a supremacia; Recife ficou sitiada e privada de todo abastecimento de viveres pelo lado de terra; todavia esse bloqueio não tinha nenhuma especial consequencia, pois o mar continuava sempre aberto aos sitiados.

Passaram-se cêrca de tres mezes. Nisso, appareceu na costa uma esquadra portugueza, que trazia o recém-nomeado capitão-general, Felix José Machado de Mendonça Castro e Vasconcellos. A sua chegada foi saudada em Recife com júbilo; tambem Olinda não ousou oppôr qualquer resistencia e procurou justificar-se, levantando contra os adversarios toda especie de accusações infundadas.

Ambos os partidos mandaram commissões a bordo, para offerecer casa ao capitão-general; e assim elle poudé, sem obstaculos, realizar sua entrada solenne, primeiro em Recife, no dia seguinte em Olinda (10 de Outubro de 1711). Elle manejou a sua autoridade com energia e brandura, ao mesmo tempo. Uma nova tentativa de revolta foi logo abafada; toda a provincia pacificada; depois, fôram remettidos para Lisbôa os principaes culpados, para serem julgados, entre os quaes dous fôram condemnados á prisão perpétua numa fortaleza das Indias Orientaes; os restantes, depois de demorada prisão para investigações, puderam voltar á patria; somente o bispo



foi protegido por seu habito sacerdotal contra toda responsabilidade.

Com isto ficou terminada a revolução; o Recife manteve os seus fóros de cidade e valeu dahi em deante como verdadeira capital de Pernambuco, pelo facto de estabelecerem as auctoridades civis e ecclesiasticas as suas sédes normaes na ilha vizinha, de Santo Antonio; todavia, nos primeiros tempos, ainda tinha o capitão-general que residir, de conformidade com a lei, durante seis mezes em Olinda, até que essa prescripção foi caindo pouco a pouco em desuso, nos fins do seculo XVIII.

★ ★ ★

A revolução de 1710 e 1711 havia quasi que exgottado completamente todo o material revolucionario, todas as energias revolucionarias de Pernambuco; durante cem annos gosou a provincia do mais profundo socêgo, sem que, excepção feita da substituição normal de funcionarios civis e ecclesiasticos, occorresse facto algum digno de menção; todavia, o character da região se conservou o mesmo e successivamente sobrevieram novas causas, que encaminharam a segundo periodo revolucionario.

Por mais ciosamente que isolasse o govêrno portuguez ao Brasil de todo contacto estrangeiro, todavia não ficaram desconhecidas tambem aqui as grandes commoções que nos fins do seculo XVIII abalaram o mundo, as revoluções norte-americana e franceza não deixaram tambem de contaminar aqui a opinião pública; e, finalmente, a última até mesmo repercutiu directamente sobre o Brasil, por haver dado motivo á transmigração da familia real de Bragança e com isso á abertura dos portos brasileiros ao commercio mundial (28 de janeiro de 1808).

Com as novas idéas, que agora de todos os lados alli affluíam, começou para o Brasil uma nova ordem de cousas, e esta devia, como a todas as espheras, affectar a da situação politica. Até aqui acostumada ás rigidas fórmãs de um regime colonial absoluto, procurava agora a população familiarizar-se com as condições dos Estados modernos; a monarchia constitucional que, justamente então, iniciava a sua viagem redonda por toda a Europa, tambem aqui achou muitos adeptos; porém menor não era a sympathia que se deu ao estado de cousas norte-americanas; o Estado federativo parecia — e de facto elle o é — a mais adequada fórma

para um paiz, onde nas diversas provincias existia uma tão viva consciencia de autonomia historica; e a constituição republicana, certamente não a república democratica da Nova Inglaterra, porém a aristocracia dos Estados agricolas do Sul, foi considerada por um partido como necessaria e muito benvindo attributo do Estado federativo. Si, assim, a tendencia revolucionaria republicana ganhou novas forças, também ao mesmo tempo o antigo antagonismo entre Brasileiros e Portuguezes ainda mais se aggravou.

Simultaneamente com a transmigração da familia real e em seguimento, haviam immigrado Portuguezes em número desproporcionado, e agora, mais do que nunca, se apoderavam dos empregados publicos e do commercio e, além disso, como se dizia, eram sempre favorecidos de cima, o que a população nativa levava muito a mal. De mais a mais, houve especialmente para Pernambuco e Bahia ainda terceiro motivo: parece que ambas estas velhas gloriosas provincias se sentiram melindradas, por não haverem os Braganças estabelecido nellas a residencia da familia real, porém no Rio de Janeiro, e que dalli as governassem justamente do mesmo modo como antes de Lisboa; certamente, eram colonias de Portugal, e, como taes, se haviam deixado tractar por Portugal; porém ser colonia do Estado irmão mais moço, Rio de Janeiro, isso parecia intoleravel ao seu orgulho provincial.

A agitação dos espiritos foi sobretudo grave em Pernambuco. A princípio, como é dos costumes de latinos, manifestou-se em reuniões secretas e sob fórmulas da maçonaria; mas em breve houve demonstrações públicas; celebravam-se banquetes "brasileiros", nos quaes a bebida e comida consistiam somente de productos da terra; nos brindes se manifestava um odio arrogante contra o reino absoluto e contra os immigrants portuguezes, os "marinheiros", como agora eram chamados.

Estes factos tornaram-se do dominio público; os Portuguezes, que se sentiam seriamente ameaçados, reclamavam das auctoridades medidas energicas; todavia o então (desde 26 de Maio de 1804) capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, homem moderado, indulgente, parece não haver dado o devido valor á agitação, e não queria tractar a ninguem como criminoso, só por causa de discursos exaltados; contentou-se em publicar uma proclamação, na qual censurava as agitações do momento e exhortava á tranquillidade e á ordem (3 de Março de 1817). Contudo, poucos dias depois, já elle mudava o seu modo de pensar: si elle se

deixou levar pelo arrebatamento dos Portuguezes, si teve completas informações sôbre a verdadeira existencia de uma conjuração, o facto é que reuniu o seu conselho a 5 de Março, e alli foi resolvido prender 70 dos mais proeminentes membros do partido brasileiro nativista.

Na manhã seguinte, começaram as prisões no Recife (6 de Março); muitos se deixaram levar calmamente ao carcere; mas, quando chegou a vez de um official, José de Barros (86), enterrou elle no peito do general a espada que este lhe reclamava, e chamou á insurreição os soldados do seu quartel. Com o funesto brado: "Viva a patria! Morram os marinheiros!" saíram á rua as tropas nacionaes, o povo da cidade e do interior associou-se-lhes; depois de curto combate sangrento, dous bairros da cidade, Sancto Antonio e Bôa Vista, caíram no poder dos insurgentes. E agora se dirigiram estes contra a cidade velha, na península, o proprio quartelão do commercio.

Aqui, onde a população era constituida quasi toda de negociantes portuguezes, onde, portanto, tudo se tinha a recear da revolução, teria sido possivel uma reacção energica, uma contra-revolução victoriosa, si as auctoridades e os habitantes houvessem feito o seu dever; porém os cidadãos só cuidaram de pôr a salvamento nos navios os seus haveres, suas familias, e o capitão-general havia completamente perdido a cabeça; elle fugiu para a fortaleza do porto e ordenou sómente que fôsse destruida a ponte que ligava a península com a ilha de Sancto Antonio. Mas isto os revoltosos o impediram; sob a protecção de algumas pequenas peças de campanha, elles invadiram pela ponte a cidade velha; algumas horas depois, tambem Olinda adheriu a elles; e então se repetiram aqui, como alli, as mesmas scenas como antes em Sancto Antonio e Bôa Vista; por toda parte fôram os portuguezes sem piedade trucidados, saqueados os seus bens e haveres.

---

(86) O official, cujo nome vem incompleto, era o capitão José de Barros Lima, conhecido pela alcunha de "Leão Coroado", devida á sua impetuosa bravura. Em 1783, já era alferes. Tendo estudado mathematica em Lisboa, entrou alli, em 1801, no regimento de artilharia então organizado pelo brigadeiro portuguez Manuel Joaquim Barbosa (v. *Historia da revolução pernambucana de 1817 pelo doutor Francisco Muniz Tavares — Terceira edição commemorativa do 1º centenario — Revista e annotada por Oliveira Lima*, Recife, 1917, pags. 53 e 90). Esse general luso, disciplinador rigoroso e bravo (tomara parte na guerra do Roussillon) é que foi traspassado pela espada do valente e digno official brasileiro.

Finalmente, na manhã seguinte capitulou diante dos vencedores (7 de Março) a fortaleza do porto, onde o capitão-general com um punhado de tropas se havia refugiado; o proprio Montenegro foi sem tardar deportado para o Rio de Janeiro, os seus officiaes ficaram presos, e os soldados tiveram de entrar para as fileiras dos insurgentes.

Com isso ficavam postas de lado as auctoridades legaes, extincta a autoridade régia. No seu logar estabeleceu-se um governo provisorio, no qual cinco membros tinham assento e voto: o padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, o juriscônsulto José Luiz, dous officiaes — Manuel Corrêa d'Araujo e Domingos Theotônio — e um negociante Domingos José Martins; uns eram ambiciosos, outros eram honrados sonhadores, todos elles bem intencionados em promover o bem público e a sua causa, porém lhes faltou a visão clara, a energia implacavel, sem a qual nenhuma revolução pôde ser bem succedida de modo estavel.

Todo o movimento tomou com isso feição equivoca; não se podia desconhecer que, no fundo, se tinha em mira a república; os retratos do rei, as commendas e distinctivos honorificos, as armas reaes e bandeiras desappareceram, e em seu logar foi arvorada provisoriamente uma bandeira branca nacional; mesmo a linguagem do tracto commum tomou feição republicana; o costumado tractamento "Vossa Mercê" devia cessar, e em logar de "Senhor" devia dizer-se "Patriota"; apesar de tudo e apesar de todas as accusações, que em repetidas proclamações se faziam contra o velho regime portuguez e a dynastia real, o governo provisorio acanhôu-se em declarar publicamente a independencia de Pernambuco, a república; e assim se tornou impossivel um movimento verdadeiramente entusiastico.

Ainda foi peor que com egual dubiedade interviesses na questão social da escravidão; uma proclamação dizia: "O governo provisorio, por mais que isso contrarie os seus sentimentos e modo de pensar, por enquanto deseja nada mudar na situação dos negros escravos; não porque reconheça o direito dessa situação, porém simplesmente em consideração pela propriedade adquirida". Isto, naturalmente, não deu satisfação a nenhum dos partidos: os escravos ficaram indifferentes, visto que nada de bom se fazia por elles, os fazendeiros por seu lado ficaram prevenidos, e assim o movimento revolucionario não creou raizes profundas no interior da provincia. Si bem que de todos os lados, de Pernambuco, de Alagoas e mesmo da Parahiba e Rio Grande do



Norte, chegassem declarações de apóio, o fóco propriamente dicto da revolução sempre se circunscreveu ás duas cidades de Recife e Olinda e seus arredores.

Nestas circumstancias, teve o govêrno geral jogo relativamente facil. O conde dos Arcos, governante da vizinha Bahia, mobilizou tropas; tambem no Rio de Janeiro, aonde o proprio capitão-general expulso, Montenegro, havia levado a noticia de sua desgraça (25 de Março de 1817), foi logo apres-tada uma expedição, e ao general Luis do Rego Barreto foi confiado o commando militar, assim como ao mesmo tempo o govêrno de Pernambuco.

Assim que appareceram essas fôrças combatentes, o interior da provincia logo voltou á obediencia, e Recife viu-se ameaçada de um ataque por terra e por mar; o govêrno provisório procurou então tentar a sorte das armas: chamou ás armas os habitantes da vizinhança, formou-se um reforço de mil escravos, aos quaes se deu a liberdade, e com estas tropas, no todo uns 10 a 12.000 homens, marchou Domingos José Martins ao encontro do exército real, que, do seu lado, si tambem não estava precisamente em melhores condições, todavia superava as tropas do adversario, improvisadas.

A 15 de Maio de 1817 deu-se o encontro, a umas 10 legoas de Recife, num terreno que antes, no tempo da invasão hollandeza, havia sido theatro de batalhas mais gloriosas e mais sérias; esta vez foi apenas um simulacro de combate; não se chegou ao corpo a corpo; apenas trocados os primeiros tiros, a grande distância, os insurgentes debandaram. As tropas reaes, que avançaram lentamente, não acharam mais resistencia em parte alguma; a 17 de Maio estavam ellas diante das portas de Recife e em breve adejavam as bandeiras portuguezas de nôvo em todos os pontos (25 de Maio de 1817); estava acabada a revolução.

O castigo foi talvez justo, porém muito severo: não só os quatro membros do govêrno provisório (o padre João Ribeiro, quando viu tudo perdido, justicou-se a si mesmo), mas tambem todos os membros mais eminentes do partido nativista brasileiro fôram encarcerados, e os principaes culpados soffreram a pena última, uns no Recife, outros em Salvador (Bahia), em Julho de 1817; muitos outros definharam longos annos nas prisões de Estado da Bahia; as principaes cidades da provincia ficaram, finalmente, muito tempo submettidas aos rigores do estado de sitio, que, todavia, o capitão-general Luis do Rego Barreto fez o possivel por mitigar.



Além disto, foi a capitania-geral de Pernambuco mutilada no seu territorio: já se mencionou que justamente então perdeu ella a última das suas dependencias, o Rio Grande do Norte; porém, fóra essa, tambem perdeu partes integrantes do seu territorio: a comarca de Alagôas foi separada e por decreto real de 12 de Janeiro de 1818 elevada a provincia autonoma; finalmente, no interior, onde o dominio pernambucano antes chegava até aos limites de Minas Geraes, teve agora que ceder uma grande parte do valle do rio São Francisco á vizinha provincia da Bahia (3 de Junho de 1820); e com isto ficou Pernambuco reduzido ás suas actuaes relativamente estreitas fronteiras. Tão duramente expiou a provincia a sua tentativa de querer fazer a história do Brasil no seculo XIX, como antes no seculo XVII; este papel preponderante passara irrevogavelmente para outras provincias do Sul.

Durante as commoções dos annos seguintes, Pernambuco sempre ficou em segundo e terceiro plano. Primeiramente, quando a agitação para uma monarchia constitucional veio de Portugal e do Pará (Janeiro de 1821), e foi descendo por toda a costa brasileira, Pernambuco a principio calou-se, e somente adheriu, depois de se haver tambem declarado a capital, Rio de Janeiro, e de haver cedido o rei d. João VI (6 de Março). A 26 de Outubro de 1821 depoz o último capitão-general, Luis do Rego Barreto, o seu poder nas mãos de uma juncta provisoria que, depois de haver primeiramente procurado conservar posição autonoma, se submetteu ao governo do Rio de Janeiro (1º de Junho de 1822); e, quando alli foi proclamada a independencia nacional, o imperio do Brasil (7 de Setembro e 12 de Outubro de 1822), Pernambuco mudou de organização politica, sem que ahi em parte alguma houvesse conflicto digno de nota. Estava esta provincia exgottada até á última extremidade; todavia, o partido republicano não desanimara com isso, continuou sem cessar a sua opposição provincial contra o regime imperial, sobretudo pela imprensa, e em breve offereceu-se tambem uma oportunidade para novos movimentos.

★ ★ ★

Com a nova organização, um dos membros do partido republicano, Manuel de Carvalho Paes de Andrade (que já nos acontecimentos de 1817 se havia implicado, porém no momento da catastrophe se achava em comissão para com-

pra de material de guerra na America do Norte, de onde só depois da declaração da independencia brasileira voltou á patria), fôra eleito provisoriamente para presidente do governo provincial. O gabinete do Rio de Janeiro, informado das suas idéas, recusou-lhe a confirmação e mandou outro funcionario seguro para substitui-lo; tres vezes exigiu este último que o reconhecessem como presidente do governo e lhe permittissem o exercicio de suas funcções; tres vezes recebeu elle resposta negativa; finalmente, teve que retroceder, sem haver feito nada.

Em seguida, começou uma pequena esquadra imperial a bloquear a desobediente Recife (Janeiro de 1824); todavia, isto fez pouca impressão; o eleito do povo continuou no seu cargo. Na verdade, um batalhão da guarnição, amotinado por dous officiaes ambiciosos, tentou derruba-lo; a 20 de Março de 1824, foi Manuel de Carvalho assaltado de improviso. prêso e levado á fortaleza do porto, porém as tropas alli aquarteladas tomaram o seu partido, egualmente a maioria dos restantes soldados, toda a população da cidade, e dentro de poucas horas estava elle de nôvo em liberdade e reempossado na presidencia. O batalhão rebelde foi desterrado da provincia, para Barra Grande (provincia de Alagoas); tambem os navios do bloqueio se retiraram agora. Teve então Carvalho liberdade plena de acção; todavia, governou ainda provisoriamente em nome do imperador, como funcionario brasileiro; e, si em segredo elle fazia preparativos em terra e no mar, pareceriam plenamente justificados, pois a esse tempo Portugal ameaçava invadir o Brasil.

Justamente nesse tempo foi publicada uma proclamação do imperador d. Pedro I, na qual elle declarava abertamente que lhe seria impossivel, no caso de ataque dos Portuguezes, defender toda a costa, e confiava primeiramente aos Pernambucanos que cuidassem da sua propria defesa (11 de Junho).

Tal ordem excitou naturalmente ainda mais a agitação existente; surgiu a desconfiança si seria realmente bem intencionado d. Pedro I acêrca da independencia nacional; e a provincia, embora não sentisse receio, recebeu, entretanto, com indignação a notícia de que seria assim deixada em desamparo; si o imperio do Brasil não podia dispensar protecção alguma aos Pernambucanos, para que depender mais tempo do Rio de Janeiro?

Resolveram os republicanos utilizar esse estado de espirito para os seus fins, e Manuel de Carvalho cedeu a seus desejos; a 2 de Julho de 1824, publicou elle uma procla-

mação, na qual o imperador d. Pedro I era declarado traidor, pois que era seu intento entregar o Brasil ás mãos dos Portuguezes; ao mesmo tempo, nella eram convidadas todas as provincias do Norte a recusar a auctoridade imperial, o imperio do Brasil, e a se reunirem num Estado federativo republicano independente, sob a presidencia de Pernambuco: foi proclamada a "Confederação do Equador".

De facto, durante as seguintes semanas chegaram adhesões da Parahiba, do Rio Grande do Norte e até do Ceará, porém a cooperação se limitou a simples palavras e pequenas arruaças; tambem Alagoas e alguns districtos ruraes de Pernambuco pouco interesse demonstraram, e em breve o partido dos monarchistas tentou mesmo aberta contra-revolução.

Um membro da aristocracia rural pernambucana, que possuia extensas propriedades nas vizinhanças do Cabo de Sancto Agostinho, Barreto, elevado depois a marquez do Recife, arvorou a bandeira imperial, e em tôrno della se formaram os seus camponios, os soldados que haviam guardado fidelidade, e muitos voluntarios; e, si não podia fazer frente em campo aberto aos republicanos, superiores em fôrças, soube, todavia, defender-se com felicidade do bloqueio começado contra o seu campo, simultaneamente dos lados de terra e do mar.

Nesse interim, chegara a noticia dêsses acontecimentos ao Rio de Janeiro; o imperador declarou em estado de sitio a provincia separatista e mandou um destacamento de tropas regulares, sob o commando do general Francisco de Lima, para reduzi-la á obediencia, ao passo que ao mesmo tempo se fazia de véla para alli a esquadra brasileira.

O almirante da mesma, Thomas, lord Cochrane, marquez do Maranhão, enquanto estabelecia o bloqueio em Recife, procurou além disso entabolar negociações: em repetidas proclamações, convidava os Pernambucanos á submissão e offerecia-se então, como intermediario, para apresentar ao imperador as suas reclamações; porém essas offertas fôram tão infructiferas como as ameaças que as acompanhavam. Tambem a proposta de uma entrevista pessoal a bordo de navio de guerra francez, neutro, Manuel de Carvalho a rejeitou; em vez disso, procurou elle por meio de alliacimento attrahir o almirante para o seu lado; offereceu-lhe 400 contos, si elle arriasse a bandeira imperial e içasse a da Republica.

Naturalmente, romperam-se então todas as negociações; a frota preparou-se para o bombardeio; porém os navios maiores, por causa de seu calado, não podiam approximar-se á distancia de tiro; e as poucas bombas que uma pequena embarcação lançou sobre a cidade (28 de Agosto) fizeram tão poucos estragos, que se abandonou a tentativa. A decisão fez-se em terra: o general Francisco de Lima, depois de haver tomado pé em Alagôas, reuniu-se aos legalistas pernambucanos, sob as ordens de Barreto, e marchou então ao encontro dos republicanos, que, si eram superiores em número, todavia em armamento e disciplina estavam em inferioridade relativamente ás suas tropas; e, o que era peor, o modo de guarnecer, que seria mais adequado e que antigamente fôra empregado com tanto successo contra os Hollandezes, as guerrilhas em cada palmo de terreno, devido a indecisa attitude do povo, não podiam ser convenientemente applicadas.

Na verdade, fizeram-se muitas escaramuças em campo aberto, porém todas com pouca vantagem, e sempre acabavam com a derrota dos revolucionarios, de sorte que estes em breve debandaram quasi todos; já a 11 de Setembro de 1824, os bairros exteriores de Recife, Sancto Antonio e Bôa Vista, tambem a 17 de Setembro a cidade velha, se renderam ás tropas imperiaes; a Confederação do Equador fôra suffocada ao nascer.

Desta vez, o govêrno brasileiro victorioso procedeu com moderação; sómente tres condemnações á morte se executaram, todas as tres em personagens de pouca importancia (87); além disso, algumas centenas de prisioneiros de guerra fôram deportados para as provincias do Sul.

O principal culpado, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, escapou com felicidade; já no combate de 11 de Setembro, extraviado com um pequeno destacamento e cortada

---

(87) Referindo-se ao desfêcho da Confederação do Equador, affirma Handelmann que "somentes tres condemnações á morte se executaram, todas as tres em personagens de pouca importancia". O historiador alemão, por certo, não obteve informações fidedignas sobre aquella revolução de 1824. Das muitas condemnações á pena capital foram executadas pelo menos as dezeseis seguintes: tres no Rio de Janeiro, as de Joaquim da Silva Loureiro (pernambucano, commandante da escuna "Maria da Glória"), João Metrowich (maltez, commandante do brigue "Constituição ou Morte") e João Guilherme Ratcliffe (portuguez, immediato do referido brigue), a 15 de Março de 1825; oito em Pernambuco, as de fr. Joaquim do Amor Divino Caneca (13 de Janeiro de 1825), capitão Lasaro de Sousa Fontes e Antonio Macario de Moraes (3 de Fevereiro), major Agos-



a sua retirada, vira-se elle obrigado a tomar uma jangada, que o devia levar pela bahia intermediaria á cidade velha; porém, ao incessante fogo de ambos os lados, que se cruzava naquelle ponto, os remadores, aterrados, no meio do caminho recusaram-se a leva-lo adeante, e elle se viu então forçado a refugiar-se a bordo de um navio de guerra inglez, o qual lhe concedeu promptamente asylo; assim, aos ultimos combates, de 17 de Setembro, elle não estava mais presente.

Sem dúvida do lado brasileiro elle ainda foi perseguido; um destacamento de tropas dirigiu-se ás suas propriedades, situadas não distante da cidade, onde se julgava estivesse elle escondido; todavia, lá se encontrou somente a sua mãe, que na capella toda illuminada de sua casa rogava insistentemente a intercessão do céo, da Virgem Sanctissima, em favor dos planos de seu filho, agora frustados.

No navio inglez alcançou Manuel de Carvalho a Europa; e, quando, mais tarde, no tempo da regencia, elle regressou ao Brasil, ninguem se lembrou do seu passado; elle entrou, mesmo, como representante da provincia da Parahiba, no Senado do Imperio (11 de Janeiro de 1834), dignidade de que elle, tanto quanto sabemos, ainda está revestido.

\* \* \*

São estas as duas grandes revoluções historicas de Pernambuco, nos tempos modernos; quanto a movimentos revolucionarios que se deram além destes, fôram de pequena importancia e uma curta referencia a seu respeito bastará.

Primeiro, durante a noite de 1º de Fevereiro de 1829, foi a cidade do Recife de nôvo inquietada por uma revolução republicana. Uma tropa de 70 cavalleiros, que se haviam reunido fóra, invadiu o bairro de Sancto Antonio, pren-

---

tinho Bezerra Cavalcanti e Sousa (19 de Março), capitão Antonio do Monte Oliveira, tenente Nicolau Martins Pereira e o norte-americano James Heide Rodgers (12 de Abril) e Francisco Antonio Fragoso (19 de Maio); cinco no Ceará, as do coronel João de Andrade Pessoa, major Luis Ignacio de Azevedo, padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque e Mello (por alcunha o *Mororóq*, Francisco Miguel Pereira Ibiapina e Feliciano José da Silva Carapinima. Entre os vultos mais notaveis da mallograda Confederação do Equador, que escaparam pela fuga ao patibulo, contam-se: Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que se refugiou na Inglaterra; o coronel José de Barros Falcão de Lacerda, que se asyloou nos Estados Unidos; e o poeta dr. José da Natividade Saldanha, que falleceu em 1830, na capital da Venezuela.



deu as auctoridades dalli e proclamou um govêrno provisório, que então mandou intimar o Conselho Municipal a adherir; entretanto, nem este, nem a população civil, tinham o menor desejo, pelas experiencias passadas, de se implicarem de nôvo numa revolução, muito menos numa como esta, começada com tão insufficientes meios.

A guarnição e a policia não acharam, portanto, resistencia alguma, quando, na manhã seguinte, marcharam da cidade velha para Sancto Antonio; os rebeldes fugiram e dispersaram-se pelo interior, afim de se esconderem da perseguição da justiça. Assim se restabeleceu a tranquillidade.

No Rio de Janeiro, contudo, julgou o govêrno imperial, talvez enganado por noticias exaggeradas, que devia attribuir a esta revolta grande importancia, e a 17 de Fevereiro publicou dous decretos, que suspendiam para o territorio de Pernambuco o *habeas-corpus* e estabeleciam o tribunal militar; todavia, já a 27 de Abril de 1829 fôram revogados.

Mais tarde, no anno de 1831, logo depois da abdicção do imperador d. Pedro I, revoltou-se parte da guarnição pernambucana; cêrca de 1.000 soldados se apoderaram da capital e começaram o saque (14 de Septembro); todavia, nos dous dias seguintes, conseguiram as auctoridades, com o auxilio das tropas, que haviam permanecido fiéis, e dos cidadãos, restabelecer a ordem.

No anno seguinte (1832), começou nova revolução, que em breve se extendeu ao interior de Pernambuco, mórmente a Alagôas. Era dado como motivo da mesma o restabelecimento do imperador, que abdicara; todavia, isto servia apenas de pretextó; de facto, era a guerra do povo destituido de bens contra os que os possuiam, na qual, como sempre em taes circumstancias, eram de preferencia sacrificados os Portuguezes abastados. Passaram-se muitos annos, antes que cessassem completamente as scenas de roubo e assassinio; porém as grandes cidades, ao menos, fôram inteiramente poupadas, e um ataque dos rebeldes a Recife (Janeiro de 1835) foi repellido com felicidade.

Com isto se concluiu a época moderna de revoluções para Pernambuco; o Acto Addicional á Constituição do Imperio, que justamente então (12 de Agosto de 1834) se promulgava e que concedia a cada uma das provincias nos seus especiaes interesses um govêrno autonorno, quasi que repu-

blicano, correspondia em summa aos desejos da população de Pernambuco, satisfazia o seu orgulho provincial, e a provincia se conservou fiel dahi em deante ao imperio do Brasil.

Temos ainda apenas que notar dous pequenos movimentos do espirito revolucionario: primeiro, uma conjuração que foi a tempo descoberta e abafada (1842); depois, a revolta de 1848, que teve como causa, melhor como pretexto, a mudança então occorrida do ministerio do imperio, ou, segundo outra notícia, simples questão local; de facto, parece que o fito era simplesmente saquear o Recife; contudo, o chefe dos bandos amotinados caiu no primeiro combate, e assim passou felizmente esse perigo (88).

Desde então, Pernambuco se dedicou particularmente ao desenvolvimento dos seus recursos naturaes e com grande successo; segundo uma estatistica superficial, a producção annual do assucar deve ter subido de 1821 até 1854 ao sextuplo e no anno financeiro 1854-55 elevou-se a sua exportação a tres e meio milhões de arrobas (89).

Além disso, durante os ultimos tres annos tem sido a questão principal do dia o estabelecimento de uma estrada de ferro de comunicação com o interior; foi projectada uma linha ferrea que do Recife penetre em direcção sudoeste para o rio São Francisco e vá desembocar acima da cachoeira de Paulo Affonso, formando assim correspondencia directa com a navegação a vapor do curso médio do São Francisco.

Sem dúvida, actualmente e no futuro não se póde esperar muita producção e transporte de mercadorias dessa zona fluvial; todavia, a estrada de ferro cortará os fertes trechos de costa, a terra do assucar e do algodão; e assim encontrou esse projecto, principalmente entre os capitalistas inglezes, grande approvação, tanto mais que o poder central brasileiro dava uma garantia de 5 % de juros e o governo provincial uma garantia adicional de 2 %; ao que

---

(88) No anno financeiro 1854-55, o total da exportação de Pernambuco foi do valor de 9.372 contos, dos quaes 7.544 de assucar, e 741 contos de algodão. Do total da importação — 12.720 contos, a Inglaterra forneceu 7.878, a França 2.009, a America do Norte 784, e as cidades hanseticas 699 contos de réis (*Nota do auctor*).

(89) A primeira secção desta estrada de ferro foi entregue ao tráfego em Março de 1858 (*Nota do auctor*).

consta, fôram pedidas 60.000 acções, ao passo que sómente 48.000 eram offerecidas (90).

De outros grandes progressos materiaes para proximo futuro devemos todavia duvidar, pois Pernambuco participa do mal geral do Brasil — a falta de braços de trabalho.

Na verdade, a abolição do tráfico de escravos (4 de Setembro de 1850) parece que não foi tão rigorosamente sentida nesta velha provincia, de relativamente densa colonização, como em outras; porém, immediatamente depois, começou a lavrar a febre amarella, sobretudo no trecho da costa; a ella se junctou o cholera; e ambas estas epidemias fi-

---

(90) Si, como assevera Handermann, houve na provincia de Pernambuco, em 1842, alguma conjuração, "a tempo descoberta e abafada", não passou de platonica tentativa de adhesão dos liberaes dalli ao movimento que estalara em São Paulo e Minas Geraes. Attribue-se a circumstancia de não haver Pernambuco tomado parte na revolução paulisto-mineira de 1842 á influencia de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (depois visconde de Sepetiba), cuja influencia pessoal em nossa evolução política, de 1840 a 1848, conforme diz Joaquim Nabuco (*Um estadista do imperio*, vol. I, pagina 56), "constitue um dos enigmas da nossa história constitucional". Já antes, asseverara este mesmo auctor (pag. 49) o seguinte: — "O grupo liberal de Pernambuco procurava navegar nas aguas de Aureliano; toda a sua política, até á repentina viravolta de 1848, foi calculada, visando sempre as boas graças do imperador, que se suppunha identificado com Aureliano. A não ser isso, Pernambuco, onde estava o botão de descarga da bateria revolucionaria, não se teria conservado immovel e indifferente, quando o liberalismo de São Paulo e Minas Geraes, aproveitando a guerra civil do Rio Grande, tentou levantar o sul do imperio contra os septembristas resuscitados". Quanto á revólta de 1848, tambem o historiador alemão não dispoz de elementos fidedignos, tanto que nem sequer cita o nome de quem a chefio, o infeliz chefe liberal Joaquim Nunes Machado, e attribue á mesma, como único fto, o plano de saquear o Recife. A rebellião rebentou em Pernambuco, em consequência da subida dos conservadores ao poder, com o gabinete de 29 de Setembro de 1848, presidido pelo visconde (depois marquez) de Olinda. Como o mais vehemente órgão de imprensa dos liberaes, *A Voz do Brasil*, se editasse á rua da Praia, em Recife, tomou ella a denominação popular de "revolução praieira". Houve alguns combates, tendo sido decisivo o de 2 de Fevereiro de 1849, em que foi completamente batido o exército revolucionario, morrendo o seu chefe, Nunes Machado. Sobre aquella léva-de-broquéis, devem ser lidas principalmente as paginas que lhe consagrou Joaquim Nabuco (*op. cit.*, vol. I, pags. 92-111); mas ainda existem sobre ella trabalhos especiaes, como os de Jeronymo M. Figueira de Mello, *Chronica da rebellião praieira em 1848 e 1849* (Rio, 1850), de Urbano Sabino Pessoa de Mello, *Apreciação da revólta praieira de Pernambuco* (Rio, 1850), e do general Mello Rego, *Rebellião praieira — Pagina de occasião* (Rio, 1899).

zeram terríveis estragos entre a população de côr, livre ou escrava, as classes propriamente trabalhadoras. Assim também Pernambuco tem necessidade de encarar sériamente a questão da immigração.

Entretanto, neste ponto de vista, a perspectiva não é melhor que no valle do Amazonas; pois, precisamente no fertil trecho da costa, onde faltam os braços, o clima tropical como que impossibilita ao immigrante europeu todo o trabalho da lavoura e outros ao ar livre. Contudo, uma vez, no reinado de d. Pedro I, um certo número de soldados alemães, depois de haverem servido o seu tempo de contracto, alli fundaram uma colonia (1826); elles estabeleceram a sua séde algumas leguas a Oéste do Recife, na matta, onde ganhavam o seu misero sustento como carvoeiros; porém o viajante inglez Gardner, que visitou essa pequena colonia, Catacon ou Catuca, no anno 1837, já então prophe-tizava breve decadencia, e agora deve desde muito ter deixado completamente de existir!

★ ★ ★

Ao Sul de Pernambuco está a provincia de Alagôas, de 5.200 leguas quadradas de superficie, de 204.200 habitantes, mais ou menos; é o último membro do grupo de Estados pernambucanos. Sôbre esta, pouca cousa temos para accrescentar, pois as suas condições naturaes já fôram consideradas juntamente com as da sua vizinha ao Norte, e a sua história está igualmente em tão estreita connexão com o desenvolvimento historico de Pernambuco, que não se podia separa-la.

Lembramos, apenas, que, durante a invasão hollandeza, duas povoações daqui alcançaram glória particular: Porto Calvo, a patria do mulato Calabar e muito tempo disputadissimo posto de fronteira, e Penedo, no rio São Francisco, construida sôbre os escombros do forte Moritz, hollandez; e ainda mais, no sólo de Alagôas, dous dos mais importantes acontecimentos mais tarde se desenrolaram alli: — o Estado negro de Palmares, e, em tempo mais moderno, a revolução de 1832.

Primeiramente, comarca de Pernambuco, foi esse territorio elevado pelo rei d. João VI á categoria de provincia autonoma (12 de Janeiro de 1818); a princípio, era a capital a cidade de igual nome, Alagôas; todavia, no anno de 1839, foi transferida a séde das auctoridades para a me-

lhor situada cidadezinha de Maceió. Com isso se deram então alguns levantes, que mencionamos aqui resumidamente, para exemplo de como no Brasil se fazia uma revolução por simples motivos locais. Já desde muito tempo se cogitava da mudança de séde do govêrno, e os boatos naturalmente produzião muito azedume na velha capital Alagôas; quando, então, em Outubro, chegou do Rio de Janeiro a ordem de trasladar o thesouro provincial, provisoriamente, para Maceió, reuniu-se toda a população da cidade e dos arredores, instigada por alguns demagogos, que como premio da victória acenavam com o saque de Maceió; o presidente provincial foi prêso, recluso no seu palacio, e, por summário decreto do povo, foi condemnado á deportação para a Bahia. Apenas o navio que o levava havia alcançado o mar alto, então se submetteu a tripulação ás ordens de seu prisioneiro e virou de bordo; em vez de navegar para a Bahia, tomou rumo de Maceió, onde o presidente foi acolhido com regosijo e installou immediatamente o govêrno provincial; á sua requisição, vieram em soccorro de Pernambuco, duzentos soldados, e, assim que estes se apresentaram, debandaram os insurgentes, sem que uma gotta de sangue fôsse derramada. Maceió foi depois, por decreto da legislatura provincial (9 de Dezembro de 1839), confirmada na sua categoria de capital.

car; no mais, permanece todo o Estado muito atrasado no

Alagôas produz especialmente algodão e, além disso, assumo que diz respeito á cultura, e ao menos ha alguns decennios elle gosava da fama, nada invejavel, de ser alli a vida do homem tida em tão pouca conta, que os assassinios eram tão frequentes quanto nas brenhas do Maranhão e Pará, ou ainda mais.







## CAPITULO IX

### O govêrno geral da Bahia

(VICE-REINO)

O terceiro grupo de Estados brasileiros, o govêrno-geral da Bahia, temporariamente decorado com o título de vice-reino, comprehende uma região muito extensa, entre o rio São Francisco e o rio Mucuri, a qual actualmente se divide em duas provincias — Sergipe e Bahia; antigamente, como se sabe, existiam na mesma região quatro capitánias, sendo duas da corôa, Sergipe d'El-Rei e Bahia, e duas feudaes, Ilhéos e Porto Seguro.

Primeiramente, quanto a estas duas últimas, estava a capitania de Ilhéos, nos fins do século XVI, em posse do herdeiro de Lucas Giraldes, e, por compra, passou mais tarde para a familia do conde de Castro; finalmente, no anno 1761, vendeu o último govêrnador hereditario, Antonio de Castro, a capitania á corôa, pelo que o rei d. José Manoel lhe conferiu o condado de Resende e a dignidade de almirante hereditario dos mares lusitanos, com o soldo annual de 5.000 cruzados.

Já, uns pares de annos antes, se havia reunido o feudo de Porto Seguro aos bens da corôa, depois de haver alli dominado mais de 200 annos a familia dos duques de Aveiro, desde 1556. Como se sabe, tornou-se culpado de alta traição o chefe desta familia, José Mascarenhas, duque de Aveiro, por haver tomado parte na tentativa de assassinio de 3 de Setembro de 1758 contra o rei d. José Manuel, e por isso lhe fôram, por sentença de lei de 11 e 12 de Janeiro de 1759, tomados a vida, os bens e o feudo, assim tambem a capitania de Porto Seguro, visto que desde o principio, no

que diz respeito ás capitánias hereditarias brasileiras, conservava a corôa de Portugal para o caso de alta traição — e sómente esse — o direito de confiscação. Assim se extinguiram aqui os poderes feudaes; as capitánias de Porto Seguro e Ilhéos, sôbre as quaes até então o governador-geral da Bahia apenas havia exercido superintendencia, ficaram agora incorporadas inteiramente á provincia da Bahia e constituem, ainda na actualidade, cada uma apenas uma comarca, ao passo que, por outro lado, Sergipe, que, desde os principios coloniaes, era comarca da Bahia, foi recentemente separada e elevada a provincia autonoma (8 de Julho de 1820).

O governador-geral, que desde 1549 residia na cidade do Salvador, na bahia de Todos os Sanctos, exercia, como se sabe, primitivamente o poder supremo em toda a America do Sul portugueza e usava, por isso, o titulo de governador-geral do Brasil; porém, si conservou esse titulo, o seu poder foi, pouco a pouco, restringido para limites cada vez mais estreitos. Ao Norte, primeiro o Estado do Maranhão foi tornado independente delle e foi subordinado immediatamente ao gabinete de Lisboa (13 de Junho de 1621); mais tarde, egualmente a capitania geral de Pernambuco (a 22 de Março de 1657); e finalmente ao Sul foi creada a 17 de Setembro de 1658 a capitania geral do Rio de Janeiro, cujo territorio se extendia desde o limite sul da capitania de Porto Seguro até ás fronteiras dos Estados espanhóes do Prata.

A jurisdicção do governador-geral era, portanto, de facto limitada á região que já indicámos acima como govêrno geral da Bahia; fóra isto, conservava elle sôbre os capitães-generaes, aliás revestidos de eguaes direitos, uma precedencia nominal, certas honrarias; e, finalmente, o que era a unica superioridade material, possuia (até ao anno 1751) na sua capital o unico Tribunal de 2ª instancia, a Relação da Bahia, fundada a 7 de Março de 1609, restabelecida a 12 de Setembro de 1652.

Nestas circumstancias, sem dúvida as mudanças de govêrno e os nomes dos governadores-geraes do Brasil na Bahia não têm desde muito a mesma importancia historica como nos tempos antigos, quando era necessario citar cada um; sem embargo, queremos completar aqui a série, segundo a ordem chronologica. A Francisco Barreto de Meneses (18 de Junho de 1657 a 24 de Junho de 1663) succedeu Vasco de Mascarenhas, conde de Obidos, o segundo que usou o titulo de "vice-rei dos Estados do Brasil" (24 de Junho de 1663 a 13 de Junho de 1667); depois, Alexandre de Sousa Freire,

até 8 de Maio de 1671; Affonso Furtado de Mendonça Castro e Menezes, visconde de Barbacena, fallecido a 26 de Novembro de 1675, a quem substituiu uma regencia provisoria; em seguida, Roque da Costa Barreto, 15 de Março de 1678 a 3 de Maio de 1682; Antonio de Sousa de Meneses, até 4 de Junho de 1684; Antonio Luis de Sousa Telo de Meneses, marquez das Minas, até 4 de Julho de 1687; Mathias da Cunha, fallecido a 24 de Outubro de 1688), substituido por uma regencia provisoria; Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho (10 de Outubro de 1690 a 22 de Maio de 1694); João de Lancastre, até 3 de Junho de 1702; Rodrigo da Costa, até 8 de Setembro de 1705; Luiz Cesar de Menezes, até 3 de Maio de 1710; Lourenço de Almada, até 14 de Outubro de 1711; Pedro de Vasconcellos e Sousa, até 13 de Junho de 1714; Pedro Antonio de Noronha, conde de Villa Verde, terceiro vice-rei, até 21 de Agosto de 1718; Sancho de Faro e Sousa, conde de Vimieiro, fallecido a 13 de Outubro de 1719; depois de sua morte, de nôvo tomou as rédeas do govêrno uma regencia provisoria que constava, segundo o regulamento, do arcebispo, do juiz da Relação e do mais velho official superior.

Dahi em deante, o titulo de "vice-rei dos Estados do Brasil", que até então sómente alguns usavam como especial distincção, ficou para sempre ligado ao govêrno geral; assim se seguem o IV vice-rei, Vasco Fernandes Cesar de Menezes (23 de Novembro de 1720 a 11 de Maio de 1735), V, André de Mello e Castro, conde das Galvêas (16 de Novembro de 1749); VI, Luis Pedro Peregrino de Carvalho Menezes e Atahyde (até 7 de Agosto de 1755); VII, Marcos de Noronha, conde dos Arcos (23 de Dezembro de 1755 a 9 de Janeiro de 1760), e finalmente, VIII, Antonio de Almeida Soares e Portugal, marquez do Lavradio (fallecido a 4 de Julho de 1760).

Este foi o último vice-rei, que residiu em São Salvador; immediatamente depois de sua morte, resolveram o rei d. José Manuel e o seu grande ministro marquez de Pombal transferir o vice-reinado dos Estados do Brasil para o Rio de Janeiro, e esta provincia, os seus governadores, gosaram dahi em deante da precedencia, das honrarias que eram apanagio daquelle brilhante titulo; a Bahia passou para o segundo plano, e os seus governadores usaram dahi em deante o modesto nome de capitães-generaes da Bahia.

Mais feliz na hierarchia ecclesiastica, conservou até hoje a provincia a sua tradicional primazia. Como se sabe, a alta fundação, que havia sido eregida em São Salvador em 1551, comprehendia, a principio, toda a America do Sul portugueza, e o bispo dessa cidade, primitivamente, se chamava bispo do Brasil; porém, com o tempo, não podia continuar naturalmente uma diocese de tão enorme extensão, para cuidar convenientemente do interesse da egreja, da cura das almas da communidade.

Depois de um provisorio desmembramento no seculo XVI, o rei d. Pedro II e a curia romana no seculo XVII puzeram-se de accôrdo para uma definitiva fragmentação dessa diocese, e aproveitou-se o momento em que vagou o bispado do Salvador, quando, portanto, não havia que recear opposição dalli, para realizar a nova organização (1676-1677).

Inteiramente separado da egreja brasileira e subordinado ao arcebispado de Lisbôa, ficou o Estado do Maranhão com todo o conjuncto do interior das terras do Amazonas, e para essa circumscripção se creou primitivamente um só bispado, em São Luis do Maranhão (1677); depois, creou-se segundo, em Belém do Pará (1719); finalmente, por bulla de 6 de Dezembro de 1746, fôram fundadas em Goiaz, na provincia de igual nome, e em Cuiabá, na provincia de Matto Grosso, mais duas dioceses que, de resto, só a 3 de Novembro de 1827 receberam o completo título de bispados.

Até certo ponto em compensação por estas perdas, foi em 1676 annexado á Egreja brasileira o vice-reinado portuguez de Angola, na costa africana occidental, com seus dous bispados de São Thomé e São Paulo de Loanda; e este territorio foi mais tarde, desde a declaração de independencia, permutado pela curia papal contra o Estado do Maranhão e suas dependencias, de sorte que actualmente tambem as quatro fundações acima mencionadas, do Norte e Oêste, pertencem á provincia ecclesiastica do Brasil.

Porém, o primitivo tronco da egreja do Brasil foi constituido pelo proprio Estado brasileiro, e dentro dos limites deste foi assim organizada, por bulla de 16 de Novembro de 1676: á sua testa ficava o bispo de São Salvador, que assumiu agora a dignidade de arcebispo e metropolitano, e como tal devia exercer a superintendencia sôbre toda a provincia ecclesiastica; a sua particular diocese, por outro lado, era mais ou menos a actual, limitada á provincia da Bahia e Sergipe, ao passo que o restante do paiz era dividido entre dous novos



bispos; um delles, o bispo de Pernambuco, recebeu para diocese toda a região ao Norte do rio São Francisco; o outro, o bispo do Rio de Janeiro, toda a região do limite norte do Espírito Santo para o Sul.

Ambas estas altas fundações tiveram, pouco a pouco, que soffrer fragmentação. De Pernambuco foi desmembrado, nos tempos recentes, o bispado do Ceará, na provincia de igual nome; do Rio de Janeiro, reunido a partes da Bahia, formaram-se os bispados de São Paulo, na provincia de igual nome, e Mariana, na provincia de Minas Geraes, ambos por bulla de 6 de Dezembro de 1746; finalmente, nos ultimos annos tambem a alta fundação na cidade de Diamantina, em Minas Geraes, e São Pedro do Rio Grande do Sul, na provincia do mesmo nome.

O metropolitano do Brasil, arcebispo de São Salvador, tinha, portanto, á sua primeira enthronização, em 3 de Junho de 1677 (além dos dous africanos), apenas dous bispos suffraganeos; actualmente tem onze, que, historicamente, assim se succedem: Pernambuco e Rio de Janeiro (16 de Novembro de 1676); São Luis do Maranhão (1677); Belém (1719); São Paulo, Mariana, Goiaz e Cuiabá (6 de Dezembro de 1746); finalmente, as recentes creações de Ceará, cidade de Diamantina e São Pedro (1855).

No mais, a situação da igreja brasileira, especialmente no que diz respeito ás suas relações com o govêrno do Estado, não mudou, mas ficou tal qual a descrevêmos nas suas origens. Como os outros funcionarios, dependentes do Estado, e delle recebendo salario, sem recursos proprios, dignos de menção, nunca poudo exercer o clero secular, como corporação e no correr do tempo, grande influencia (91), ao

(91) "Nos tempos modernos (sob o govêrno constitucional), perderam os padres ainda mais de sua influencia, pelo facto de votarem nas eleições politicas e assumirem cargos politicos. Para que o clero subsista como uma corporação poderosa, como é do espirito da igreja catholica, a união e a disciplina são as primeiras condições; união e disciplina são, porém, impossiveis com o partidatismo politico; o parocho votava contra o seu bispo, o capellão contra o seu vigario.

"Actualmente uma grande parte do clero toma posição hostil contra a monarchia, ou pelo menos é favoravel á democracia; si fôsse uma corporação unida, seria sem dúvida favoravel á monarchia; como tal, não lhe seria difficil reconquistar grande parte da influencia perdida. Além disso, seria tambem de desejar que os vencimentos do clero (agora com os poucos vencimentos são os padres redu-

passo que, sem dúvida, alguns padres e príncipes da igreja tiveram grande prestígio passageiro, por suas individualidades.

Outro era o estado dos religiosos nos conventos que, si não eram em número excessivo, apresentavam a maior diversidade. Um bom número de Ordens, das mais differentes regras, se haviam estabelecido aqui; existiam muitos conventos de frades e de freiras; todavia, tudo isto, pelo que se deprehende em parte das actuaes circumstancias, em parte das noticias historicas, não foi tanto resultado do sentimento religioso do povo, mas foi trazido, para alli, da mãe patria. O Brasileiro, no seu clima tropical, pouco se presta ao modo de vida ascetico e severo; muito menos lhe convém o celibato; e, por mais que os padres seculares e frades façam voto de castidade, não o cumprem; ninguém nesta terra tem grande vontade de ser sacerdote. E quando realmente alguem, por especiaes condições, se sente attrahido pelo ascetismo, esse geralmente vira as costas para o mundo e prefere viver como eremita do christianismo primitivo na solidão da matta, em vez de procurar a paz no artificial isolamento do claustro.

---

zidos ao recurso das esportulas) fôsem fixados em mais solida base, afim de que o serviço ecclesiastico não caísse inteiramente nas mãos dos pardos e dos negros, o que terá que acontecer nas circumstancias actuaes" (Helmreichen).

No que diz respeito á moral, está o clero brasileiro num grau muito baixo; "contudo, por mais defeitos que tenha, não tem hypocrisia"; assim diz o viajante Saint-Hilaire e concordam observadores estrangeiros e nacionaes. Não é aqui logar opportuno para entrarmos em pormenores; de resto, já antes referimos um dos peores inconvenientes, de que o clero participa com os leigos, o concubinato generalizado.

Em relação a esse estado de cousas, foi muito natural e bem fundada a reacção que occorreu uns trinta annos atrás, no Brasil, na qual pessoas bem intencionadas manifestaram a convicção de que sómente seria possível uma reforma do clero, si se revogasse o celibato e se permittisse aos padres, mesmo se obrigassem a se casarem; um padre, Diogo Antonio Feijó, mais tarde (durante a minoridade do imperador d. Pedro II) regente do imperio (1835-37, fallecido em 1843), publicou uma "Demonstração da necessidade de ser revogado o celibato ecclesiastico"; e no parlamento brasileiro apresentou mesmo, a 24 de Outubro de 1827, a proposta para a abolição legal do celibato, que, todavia, foi rejeitada. Uma medida tão radical de reforma só seria exequivel, na verdade, com um completo schisma da Igreja Romana; e para tal não faltam no Brasil os ele-

Nestas circunstancias, os conventos de frades brasileiros recrutavam-sê em grande parte — na maior parte, deveríamos dizer — entre immigrants estrangeiros, na maioria religiosos de Ordens portuguezas e italianas; e actualmente, onde este affluxo cessou, desde muito elles estão quasi vazios; nos 72 que se conservaram ainda, existem sómente 471 religiosos (Relatorio official de 1856).

Essencialmente diversa era a situação dos conventos de freiras; eram propriamente meras instituições sociaes, resultantes da tendencia aristocratica, que tambem em muitos paizes protestantes dá motivo á subsistencia de especiaes conventos para jovens solteiras. Familias distinctas, não bastante ricas para dotarem as suas filhas de conformidade com a posição, porém vaidosas demais para as casarem abaixo de sua condição, costumavam e costumam resolver

mentos. Sob essas circunstancias, então, não restava sinão um severo manejo da disciplina, e para isto existem insuperaveis difficuldades, visto que, pela colossal vastidão das dioceses, os bispos sô raras vezes podemprehender as suas viagens pastoraes.

Não é melhor a situação quanto á cultura espiritual do sacerdocio; os existentes estabelecimentos de ensino não são satisfactorios, quer pelo número, quer pela qualidade. Em todo o imperio existem actualmente 11 seminarios episcopaes, sendo tres na diocese do Pará, dous na Bahia, e um em cada uma das dioceses de Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Cuiabá e Rio Grande do Sul; porém, entre esses seminarios, sómente um, denominado grande, na Bahia, se occupa exclusivamente de theologia e instrucção religiosa, ao passo que os outros tambem dispensam instrucção elementar ou preparatoria; no de Belém existe uma cadeira para o idioma dos Indios, unica em todo o imperio. De resto, recentemente, uma lei de 10 de Setembro de 1854, approvou a fundação de duas faculdades theologicas e, para o futuro, cada uma das altas fundações deve ter o seu proprio seminario ecclesiastico.

Está claro que, em taes circunstancias, toda a egreja brasileira está em profunda decadencia; isto resalta da narração de todos os viajantes; ninguem manifesta esta opinião de modo mais frisante que o padre alemão, professor dr. Wiedemann, fallecido parochio da colonia alemã de Petropolis.

“Sobretudo reflecta o immigrant catholic (assim refere elle):— para vir para o Brasil, terá que renunciar á sua fé catholica, aos seus sentimentos catholicos, ás suas sumptuosas ceremonias catholicas; terá que desistir dêsses bens e adoptar a ‘descrença brasileira, as superstições brasileiras e a comedia brasileira da immoralidade (imagine-se o que eram as procissões nocturnas no Rio de Janeiro). Quem suppuzer que o Brasil é um paiz catholico, esse que conserve essa opinião e seja bemaventurado com ella; porém, quem julgar que no Brasil a religião catholica está no maior rebaixamento possivel e estado de degeneração completa, este está com a verdadeira noção”. (*Nota do auctor*).

essa difficuldade fazendo a joven, na idade de casar, tomar o véo de freira; assim era costume em Portugal, e com os Portuguezes passou esse singular expediente para o Brasil.

A principio, quando era forte a corrente immigratoria de todas as classes, faltavam mulheres em toda parte, esse recurso talvez fôsse usado raramente, e as poucas filhas restantes eram devolvidas a Portugal para a reclusão do claustro; pouco a pouco, porém, quando a população foi ficando mais numerosa e estavel, tornou-se uma necessidade para o Brasil ter os seus proprios claustros de freiras, e assim foi requerida para a Bahia, em primeiro logar, a licença para tal fundação, cêrca do annó de 1675.

Os mais experimentados estadistas aconselharam indeferimento, pois seria êrro num paiz tão escassamente povoado estabelecer ainda impedimentos para o crescimento da população; porém o rei d. Pedro II deu o consentimento.

A 8 de Maio de 1677, quatro freiras do convento de Sancta Clara em Evora chegaram então á cidade de São Salvador, onde ellas fundaram e organizaram o primeiro convento de freiras brasileiras. Pouco a pouco, estabeleceram-se identicas instituições tambem em outras cidades, e tornou-se mais commodo esse recurso para os Brasileiros.

Brotou, porém, nesse campo um êrro prejudicial á collectividade. Com o crescente orgulho e riqueza da aristocracia rural, tornou-se questão de honra não recorrer ao claustro nacional; quem quizesse valer alguma cousa, devia mandar a sua filha para um convento portuguez e justamente daquelles onde se exigia um dote muito consideravel; assim é que se conta de um Bahiano que, dêssè modo, havia mandado para lá seis filhas, cada uma com um dote de 6.000 cruzados.

Sómente em meados do seculo XVIII ousou o marquez de Pombal, tão exclarecido quanto energico, oppôr-se a isso publicamente; por uma lei especial, prohibiu que qualquer joven Brasileira recebesse acolhimento em claustro portuguez, salvo si obtivesse e apresentasse especial permissão régia; esta prescrição, dada a disposição de espirito do gabinete de Lisboa de então, equivalia a uma formal prohibição; o antigo abuso desappareceu. Em geral tiveram que recorrer de nôvo aos conventos de freiras brasileiras; todavia, nos tempos modernos parece que tambem estes fôram pouco a pouco decaindo, pois actualmente sómente 12, com 206 freiras, são officialmente citados.

Todas essas Ordens e claustros, si bem que alguns temporariamente recebessem subvenção dos cofres do Estado, viviam, todavia, dos seus proprios recursos, que em parte lhes haviam sido attribuidos como dotação no momento da fundação, e muitas vezes eram representados em predios; a piedosa crença do povo, que julgava ganhar o céo com taes boas obras, augmentou consideravelmente pouco a pouco essas posses, por meio de esmolas, doações, e, ás vezes, legados testamentarios; occorre-nos á memória a herança colossal que o primeiro principe dos pastores do Piauí legou aos Jesuitas, realmente a maior jamais doada a uma Ordem ecclesiastica.

Assim estavam (em opposição com o clero secular), os conventos independentes da auctoridade civil; porém os seus moradores tinham o espirito voltado simplesmente para a vida contemplativa, ou occupado em actividades missionarias, e não pretendiam de nenhum modo exercer influencia politica.

Sómente uma Ordem faz excepção, a Companhia de Jesús, que se destacava entre todas pela riqueza, disciplina, intelligencia e experiencia do tracto do mundo, como tambem gozava das mais extensas relações e recursos na Europa, e foi de preferencia favorecida nos primeiros cem annos pela dynastia de Bragança. De facto, os Jesuitas representaram no desenvolvimento historico do Brasil papel importante, porém mais á fôrça do que por livre vontade. Por haverem desde o principio, e durante muito tempo, só elles tomado em mãos converter a raça dos Indios e procurado educar os Indios para serem cidadãos livres, com egualdade de direitos, como de um Estado christão europeu, fôram envolvidos numa renhida lucta de principios contra a aristocracia dos fazendeiros, que de seu lado queria reduzir á escravidão a população indigena.

Duzentos annos durou essa contenda, com alternadas vicissitudes, até que afinal triumphou a causa justa, o principio da humanidade, que os Jesuitas haviam formulado e defendido gloriosamente.

Todavia elles não desfructaram a sua victória; o mesmo estadista, marquez de Pombal, que assentou o definitivo reconhecimento da liberdade pessoal e da egualdade de direitos civis dos Indios (6 de Junho de 1755), immediatamente depois destroçou, em todas as partes do reino de Portugal, a



Companhia de Jesús, confiscou os seus bens, perseguiu e baniu os seus membros (3 de Setembro de 1759) (92).

Já descrevêmos a denominada "questão dos Índios" nos seus aspectos geraes, e depois acompanhámos o seu curso no interior do Estado do Maranhão, até ao fim (caps. III e VII), e mais adiante, na história provincial de São Paulo, teremos ainda uma vez que voltar ao assumpto; ao contrário, aqui na Bahia, nada temos que mencionar a respeito. Verdade é que foi justamente nestas provincias do centro, na Bahia e Pernambuco, entre os annos de 1550 e 1560, que em primeiro logar surgiu a questão; porém os fazendeiros daqui, porque recebiam da vizinha Africa um rapido e numerozo affluxo de negros, dispensavam mais facilmente os braços dos Índios, logo se retiraram da lucta, embora pouco a pouco.

Os Jesuitas tiveram assim liberdade de acção; fundaram aqui numerosas missões que, uma após outra, libertadas de sua tutela, fôram elevadas a aldeias e a cidades, de sorte que á quêda da Ordem em 1759, no interior da Bahia, apenas umas nove missões estavam em actividade. De então para cá, muita cousa, que elles crearam nesse campo, se transformou ou caiu em ruinas; porém, sempre ainda existem actualmente, como testemunho de sua antiga efficiencia, 31 aldeamentos de Índios civilizados na diocese da Bahia; o número de habitantes dos mesmos (assim como em geral a população indigena dessa região) diminuiu, todavia, muito, e conta apenas umas 5.000 almas (Relatorio official de 1855).

Entretanto, não devemos considerar as actividades da Companhia de Jesús sómente na sua feição gloriosa: tinha outra face, indigna e perniciosa. Aqui, na casa matriz da Ordem, no collegio de São Salvador, muita cousa se fez em pról da sciencia, do conhecimento do idioma dos Índios, não menos em favor da instrucção religiosa e elevação moral do povo; daqui partiu a maioria daquelles apostolos que saíram

---

(92) Cumpre que se esclareça, quanto a essa attitudo do governo portuguez contra os discipulos de Loyola, que a Sancta Sé veio em apôio de Pombal e do movimento que simultaneamente se estendera pelos paizes mais importantes da Europa no mesmo sentido, tanto que o papa Clemente XIV, pelo seu famoso breve "Dominus ac redemptor noster", de 21 de Julho de 1773, poz termo á existencia da Companhia de Jesús em todo o orbe catholico. Só a 7 de Agosto de 1814, pela bulla "Sollicitudo omnium ecclesiarum", de Pio VII, é que foi restabelecida livremente no mundo a poderosa associação religiosa, á qual, sem duvida, muito deve a civilização do Brasil.

a prégar o Evangelho e cohibir a selvageria da população indigena; finalmente, aqui terminaram uma vida cheia das mais beneficas actividades os dous ermãos da Ordem, que entre todos maior glória merecem, padre Manuel da Nobrega, provincial do Brasil (fallecido em 1570)<sup>1</sup>, e padre Antonio Vieira, superior do Maranhão (fallecido em 1696).

Porém, ao mesmo tempo, o collegio da Bahia, como nenhuma outra casa de Ordem religiosa, tornou-se para o Brasil um fóco das peores superstições, de feição puramente egoistica e que sómente tinham em mira elevar o prestigio da Companhia de Jesús.

Não lhes bastando o inexgottavel thesouro de sanctos, martyres e reliquias, que a egreja catholica romana recommenda á veneração dos crentes, elles procuraram enriquece-lo ainda mais, com idolos do proprio seio da sua companhia; as mais exaggeradas lendas fôram postas em circulação, para recommendar á sanctidade, ora um ermão da Ordem que morrera soffrendo o martyrio, ora outro de menos glória, mas que fallecera asceta.

E para isso se offereceram frequentes oportunidades; logo nos primeiros tempos, enriqueceu-se o calendario da Ordem com 52 martyres, pois na viagem da travessia de Portugal para aqui, doze jesuitas, no anno de 1550, quarenta no anno de 1569, caíram ás mãos de navios piratas de huguenotes francezes, que os trucidaram sem piedade; entre estes ultimos estava Ignacio de Azevêdo, cujas pretensas reliquias fôram expostas e veneradas na Bahia. Mais tarde, o Collegio do Rio de Janeiro fez ainda mais nesse sentido: alli morreram dous ermãos da Ordem em fama de sanctidade; o primeiro, José de Anchieta, que, na segunda metade do seculo XVI, como missionario, gloriosamente trabalhou, e do qual se contam milagres de toda especie; chamaram-lhe o "thaumaturgo do Nôvo Mundo, segundo Adão, mesmo vice-Christo".

Não menor fama mereceu o seu discipulo João de Almeida, de origem ingleza (o seu verdadeiro nome era John Martin), que, porém, já em creança havia sido levado para Portugal e depois no Brasil foi acolhido pelos jesuitas; durante 65 annos, "esse anglo, que se havia tornado anjo" (93),

---

(93) "*Hinc Anglus, hinc Angelus*", é o que esta escripto sob seu retrato, ao qual se acrescentou de um lado o mappa da Inglaterra, de outro lado o mappa do Brasil (*Nota do auctor*).

foi ornamento e honra de toda a Companhia; não que elle a tivesse verdadeiramente servido com obras missioneiras, ou de qualquer modo nos interesses da religião ou apenas aos da Ordem, porém o seu merecimento consistiu em viver num fanático ascetismo, em auto-flagellações incriveis, causando a todos os seus irmãos e a toda a população a mais profunda veneração; falleceu no Rio de Janeiro, na idade de 82 annos, a 24 de Setembro de 1653.

A sua morte foi chorada como desgraça nacional; ninguém faltou aos seus funeraes; disputavam as suas milagrosas reliquias e os que não conseguiram nada, recorreram a "audaz, mas piedoso" roubo, violando-lhe a sepultura e tomando-lhe o cabello da cabeça e a batina.

Tres decennios depois, os jesuitas de São Salvador, de seu lado, festejaram de novo um grande triumpho; no anno de 1686 foi o Brasil flagellado por uma peste que, vinda de Pernambuco, pouco a pouco foi descendo a costa e sobretudo assolou, terrivel, a Bahia. Debalde empregaram os medicos toda a sua sciencia para atalhar a peste; resolveram então as auctoridades recorrer á intercessão de um sancto, e a sua escolha recaiu num dos irmãos da Ordem dos jesuitas, o apostolo das Indias, São Francisco Xavier, cuja imagem foi immediatamente levada em procissão solenne pelas ruas (10 de Maio de 1686).

Pouco depois cessou a peste; o povo, agradecido, elegeu o sancto intercessor para padroeiro da cidade de São Salvador, escolha que a 3 de Março de 1687 foi ratificada por um documento escripto pelo proprio punho do rei; e dahi em diante, até ao anno de 1828, passou a ser annualmente celebrada esta escolha, a 10 de Maio, por uma solenne e magnifica procissão.

Taes factos collocaram naturalmente a Companhia de Jesús muito alto na opinião pública; por outro lado, não se pôde negar que haviam de influir menos vantajosamente na cultura da população. Porque então tambem as outras Ordens de frades, os padres seculares, enciumados com os louros dos jesuitas, cada uma no seu círculo exforçou-se por fazer igual cousa; assim favoreceram a tendencia para a superstição christã (ao passo que de seu lado os negros importavam as supersticiosas feitiçarias africanas); e desta arte a superstição, pouco a pouco, foi tomando taes raizes na massa do povo e na gente de baixa condição, invadindo e deturpando de tal modo a doutrina christã, que não só o

protestante mas tambem o catholico fervoroso de outros paizes com isso se escandalizavam.

Resta ainda, finalmente, mencionar uma instituição da igreja, que pesou duramente, tanto sobre Portugal, como sobre o Brasil:—a Inquisição. Na verdade, nunca teve o Brasil um tribunal desta especie, porque as tentativas dos reis de Espanha e Portugal, d. Philippe II e seus successores, para erigir um Tribunal de Inquisição em São Salvador, mallograram-se deante da exclarecida opposição do Conselho Municipal e dos cidadãos; todavia, o Sancto Officio de Lisboa extendia a sua jurisdicção sobre toda a America do Sul portugueza, e tinha por toda parte os seus commissarios, os seus espiões. A terrivel espada da Inquisição pairou sempre de preferencia sobre as cabeças de uma determinada classe de povo. Era a dos denominados “novos christãos”, os descendentes dos Judeus portuguezes, que outrora haviam sido obrigados ao baptismo, e que já desde algumas gerações practicavam as exterioridades do christianismo, porém, dizia-se, no seu íntimo, conservavam sempre predilecção pela religião dos seus antepassados, o judaismo.

Para muitos não era essa exprobração sem fundamento. Já narrámos como, durante a dominação holandeza em Pernambuco, proclamada a liberdade de crenças, os novos christãos voltaram em grande número para a synagoga; porém, em regra geral, tal imputação servia apenas de pretexto para o juiz inquisidor persegui-los, para a avidez de roubo de seus sequazes.

E justamente esta última representava maior papel, visto que uma não pequena parte dos negociantes brasileiros abastados era de “christãos novos”; assim, havia-se aqui, tal como além-mar, cuidadosamente tomado registo dessa raça amaldiçoada, em cujo seio se ia de tempos em tempos buscar uma vítima para o sacrificio.

Abstemo-nos inteiramente de considerar a feição deshumana dessas machinações e sómente chamamos a attenção para o facto de que deviam repercutir prejudicialmente sobre o progresso material do paiz. Desde que uma pessoa, por uma denúncia qualquer, estava exposta ao processo da Inquisição e com isso a uma rigorosa confiscação de todos os seus bens, naturalmente todos aquelles, que estavam em relações financeiras com ella, eram arrastados na ruina, tanto mais porque

ninguém ousava facilmente oppôr uma reclamação, por mínima que fôsse, contra a Inquisição.

Repercutia, por isso, frequentemente em vasto círculo a ruína de uma casa de commercio de christão novo; uma feita — isto aconteceu na primeira metade do seculo XVIII — quando muitos dos mais consideraveis negociantes do Rio de Janeiro caíram ás mãos do Sancto Officio, paralysoou-se o trabalho em tantas fazendas, que a producção e o commercio da provincia só muito tempo depois dêsses golpes se puderam reerguer.

Um dos maiores merecimentos do marquez de Pombal foi haver posto termo a esses abusos. Pelo decreto de 2 de Março de 1768, ordenou elle que se exhibissem, para serem destruidos, todos os registos de "christãos novos" e ameaçou com o mais severo castigo todo aquelle em cuja posse, depois, se achasse similhante documento; segunda lei, de 25 de Março de 1773, removeu as desvantagens legais que pesavam até então sobre a descendencia das victimas da Inquisição, e collocou os christãos novos em absoluta egualdade de direitos civis com os antigos christãos; uma accusação malevola de descendencia da raça judaica seria tractada como crime; além disso, foi de novo organizada, em outros regulamentos, e consideravelmente limitada, toda a actuação do Sancto Officio.

Embora, com isso, continuasse a existir a Inquisição, até principios do seculo XIX, todavia o seu poder e o seu funesto funcionamento ficavam cerceados, e estava removido de uma vez para sempre um dos peores obstaculos que estorvaram o progresso, tanto moral como espirital, do Brasil (94).

---

(94) Mencionemos já aqui, tambem, uma outra raça maldicta, cujos destrogos vieram ter ao Brasil:—os Ciganos. E' conhecida uma ordem do gabinete do rei d. João V (1718), na qual elle bania do reino de Portugal e condemnava á deportação para a Bahia diversas familias, "por seu mau e desagradavel comportamento"; ao mesmo tempo, prohibia-lhes continuar a falar alli a sua lingua particular ou transmitti-la a seus filhos—ordem que naturalmente não poudo ser executada, como aliás, tanto aqui quanto em qualquer outro logar, não se conseguiu obrigar essa raça errante a um modo de vida domiciliado, ou a uma fórma de Estado.

A principio, estabelecidos num arrabalde de São Salvador, os Ciganos multiplicaram-se em tal numero e tornaram-se tão aborrecidos para a gente do logar, que trinta annos depois fôram novamente expulsos da provincia, e dahi em diante elles se espalharam pouco a pouco por todo o Brasil (*Nota do auctor*).



Assim estava a situação, no que diz respeito ás instituições religiosas, as quaes, com séde central na Bahia, dalli attraíam ao dominio de suas actividades todo o Brasil.

Precisamos agora limitar de nôvo as vistas apenas a um mais reduzido campo, o territorio do antigo govêrno geral da Bahia; e consideraremos em primeiro logar a sua constituição natural.

A região ao Sul do rio São Francisco, no conjuncto, é de formação identica á que se estende ao Norte dêsse rio; aqui, como lá, encontramos uma fertil faixa de costa, primitivamente coberta de densa matta virgem, cortada por innumeros rios e riachos, por uma cadeia de outeiros, e que além disso vai ganhando sempre maior extensão, até afinal alargar-se sôbre quasi toda a provincia do Espirito Sancto. Eleva-se uma cadeia de montanhas, que acompanha em distância variavel a orla costeira, e, por fim, não longe da bahia do Rio de Janeiro, vem abeirar-se do mar; porém, estas montanhas da costa formam sómente o primeiro degrau para o planalto interior da Bahia, que por outro lado desce de nôvo, na direcção do Norte e na do Oéste, para o apertado valle do rio São Francisco, ao passo que na direcção do Sul vai subindo para o proprio coração de rocha do Brasil — o planalto de Minas Geraes.

Em regra geral, embora existam muitas pequenas distincções, adapta-se ao interior da Bahia a mesma descripção desfavoravel que retraçámos para o planalto norte-brasileiro, a bacia do rio São Francisco; são campos ralos, de pouca aguada, expostos ás sêccas, e unicamente proprios para criação de gado. Sómente alguns rios offerecem nas suas nascentes e nos seus valles terreno apropriado para a lavoura; esses rios tinham antigamente um maior attractivo, pelo facto de se haverem achado, durante o seculo XVII, de tempos a tempos, grãos de ouro no seu leito; estabeleceram-se bateias, que, porém, não tardaram a exgottar-se; todavia, sempre ellas deram logar á fundação de muitas povoações, entre as quaes citaremos apenas as duas maiores, Jacobina e Rio das Contas, ambas no interior da actual provincia da Bahia, porém separadas uma da outra por cincoenta leguas de terra plana, onde nem um só regato, um só poço, offerecem refrigerio ao viajante.

Deprehende-se naturalmente que este interior, exceptuando algumas guerras de Indios, não tem história; a sua população vive de preferencia da criação de gado, da ex-

ploração de barreiros salinos, e por toda parte está no mais baixo grau de cultura da vida pastoril.

O desenvolvimento historico propriamente dicto limita-se á orla da costa, sobretudo na immediata vizinhança da bahia de Todos os Sanctos; porém aqui, visto que as condições geraes e, o que não é menos importante, os artigos de commércio — canna de assucar e algodão — são os mesmos, a feição e composição do povo se tornaram identicas ás de Pernambuco, e podemos, portanto, reportar-nos á descripção alli feita.

\*\*\*

Consideremos agora as differentes partes do grupo dos Estados bahianos, e comecemos com a pequena provincia do norte — Sergipe — de 2.800 leguas quadradas de superficie, com uns 183.600 habitantes approximadamente.

Dahi pouco ha que relatar. Como se sabe, já havia começado a colonização dêsse territorio nos fins do seculo XVI; todavia, durante a guerra hollandeza caiu tudo mais ou menos em ruínas, e foi preciso depois recommençar do principio, no que, porém, os colonos repetidas vezes tiveram que soffrer, ora ataques dos Indios, ora perturbações internas.

Nos fins do seculo XVII rebentou até um sério movimento revolucionario, que dá claro testemunho do estado anarchico de então da provincia e da arrogancia da aristocracia dos possuidores de fazenda. Alguns grandes fazendeiros, que se julgaram offendidos, porque as auctoridades haviam encarcerado por crime alguns de seus trabalhadores da lavoura, reuniram-se para reacção collectiva; de mão armada, arrombaram a prisão, reforçaram o seu bando, recrutando numerosos deportados, e dominaram á vontade, sem se importarem com o descontentamento dos cidadãos pacatos, nem com a auctoridade dos representantes do poder constituido.

Por felicidade, esta quadra de anarchia não teve longa duração; do vizinho govêrno geral da Bahia foi mandado um magistrado, com um destacamento de soldados, que dentro de pouco tempo restabeleceu a ordem; todavia, não se quiz ou não se ousou empregar toda a severidade da lei contra os principaes culpados; como expiação por seu crime, foi-lhes ordenado sómente apprehender uma expedição contra uma tribu de Indios inimigos; e, como esta acabasse

pelo melhor, com isto a fundação portugueza firmou tambem a sua segurança externa, cêrca de 1696.

Dahi em deante quasi não succedeu um só facto de significação historica. A população conservou continuamente o seu character de violencia e anarchia, e muito tempo Sergipe (ao lado de Pará, Maranhão e Alagôas) foi tido como a quarta provincia brasileira, em frequencia dos crimes de ferimentos corporaes e assassinios. Tambem não se póde dizer que aqui floresça grande progresso material. Está Sergipe, antes, em todos os sentidos, no mesmo pé que Alagôas, e ambas, de população e colonização escassas, formam um territorio intermediario entre as florescentes provincias de Pernambuco e Bahia.

Finalmente, no que diz respeito á posição politica, desde o principio era Sergipe subordinada ao governador-geral da Bahia e governada como simples comarca; sómente o rei d. João VI a elevou á categoria de provincia autonoma, em 8 de Julho de 1820. Todavia, não se poude subtrahir á influencia das poderosas vizinhas, e, assim, durante o perigo revolucionario (1820-1840), todas as agitações da Bahia e tambem em parte as que se deram em Pernambuco, alli tiveram repercussão mais ou menos forte.

\* \* \*

A actual provincia da Bahia abrange, como já mencionámos, a totalidade restante do antigo govêrno geral do mesmo nome, as tres velhas capitancias da Bahia, Ilhéos e Porto Seguro, e, além disso, desde 3 de Junho de 1820, ainda uma consideravel porção do antigo territorio pernambucano á margem esquerda do rio São Francisco; ao todo, uma área de cêrca de 14.000 leguas quadradas, com a população de 1.000.000 de almas, approximadamente, das quaes, entretanto, a maior parte está estabelecida na pequena porção norte da faixa de costa, em tôrno da bahia de Todos os Santos.

E esta pequena parte ao Norte, a velha capitania da Bahia propriamente dicta, foi sobretudo o theatro da história da provincia; foi ella a mais meridional das regiões brasileiras que soffreram da parte dos Hollandezes, por diversas vezes, sério assalto, em 1624, 1638, 1647, e foi durante todo o tempo da invasão hollandeza o poncto central, o quartel-general da resistencia portugueza.

Taes circumstancias naturalmente impuzeram a capitania, principalmente á capital, grandes esforços e encargos; em com-

penção, fôram os prejuizos directos de guerra tanto menores; a producção de assucar continuou quasi sem estôrvo, e, finalmente, a fundação da Companhia de Commércio Luso-Brasileira, 1649-1721, trouxe grande vantagem para a cidade de São Salvador, pelo facto de ser elevada a principal emporio para todo o commercio com a mãe-patria. Assim, na terminação da guerra hollandeza, São Salvador, como as suas proximas vizinhanças, os arredores da Bahia, nada haviam perdido da antiga prosperidade, e podia, então, certamente ser considerada como a que dispunha de maior bem-estar e a mais povoada entre as provincias brasileiras, 1660.

Não eram tão boas as condições da região mais para o Sul, o extremo sul da capitania da Bahia, e as annexadas capitanias de Ilhéos e Porto Seguro. Aqui se havia sempre tido que sustentar penosas guerras contra os selvagens indigenas, os Aimorés (Botocudos), e a colonização portugueza, por mais que procurasse estender-se, era sempre repellido e restringida a poucos pontos da costa. Agora, estando o governador-geral occupado com a guerra em Pernambuco, tendo que deixar fóra de suas vistas, muito tempo, esta região, o estado de cousas ainda peorou; os Indios selvagens, reforçados pela reunião com tribus aparentadas, renovaram as suas depredações, e, embora os colonos brancos se defendessem muitas vezes com bravura e felicidade, a sua posição tornava-se de anno para anno mais insustentavel. A sua ruina parecia inevitavel, quando o govêrno, ainda a tempo, accudiu com o soccorro.

Era justamente o tempo em que habitantes da provincia de São Paulo, em grandes bandos armados, percorriam todo o sertão brasileiro e davam caça ás tribus indias não subjugadas (como já encontrámos expedição dèste genero em 1672 no Pará, em 1674 no Piahy). Com uma dessas bandeiras de Paulistas, sob a chefia de João Amaro, entrou em negociações o governador-geral da Bahia, e, como lhe garantissem uma recompensa de 8.000 cruzados, consentiu de boa vontade em levar soccorro aos colonos em apuros.

No anno de 1673 appareceu elle com a sua gente; as milicias do paiz se lhe associaram; e então elle percorreu durante muitos annos o interior bahiano em todas as direcções, até ao rio São Francisco, derrotando as tribus selvagens, destruindo os seus aldeamentos; milhares de Indios fôram trucidados, milhares vendidos como escravos no mercado de São Salvador; aquelles que escaparam da espada e da prisão mais se embrenharam nas selvas.

A expedição de João Amaro assegurou por muito tempo socêgo quasi total para estas regiões; todavia, a colonização não deu sensível passo para deante, pois faltavam os braços de lavoura, e da escassa immigração portugueza quasi não chegou nada a este territorio.

Para maior desgraça, recomeçou durante o seculo XVIII o antigo mal, a guerra contra os Indios; as tribus selvagens que João Amaro havia subjugado, no decurso de algumas gerações, recuperaram as fôrças e de nôvo irromperam devastadoras dos seus covis, cêrca do anno de 1730; por toda parte, ficaram os colonos em desvantagem; as colonias mais avançadas para o interior tiveram que ser completamente abandonadas, e mesmo na vizinhança das grandes fundações da costa o lavrador, enquanto cultivava o seu campo, não podia deixar de ter as armas á mão. Este estado de cousas continuou até voltarem as duas capitánias feudaes, Porto Seguro e Ilhéos, 1759 e 1761, de todo para o directo dominio da corôa e serem incorporadas na capitania geral (provincia) da Bahia; dahi em deante muito se fez para a sua segurança, ora combatendo contra os Indios pelas armas, ora procurando amansa-los por meio de missões e bons tractos. Contudo, conservaram-se diversas tribus, sobretudo os Aimorés, e mais para o Sul, os Puris, até hoje, na sua independencia selvagem, em toda a faixa de costa da metade sul da provincia da Bahia, ainda muito escassamente cultivada e povoada, quasi selva virgem.

Vida historicamente mais rica teve a pequena metade norte da provincia, a vizinhança da bahia de Todos os Sanctos; todavia, está a sua historia muito longe da pernambucana em interesse e variedade, e sómente poucos acontecimentos são de natureza a merecer menção minuciosa. Em primeirologar, os disturbios na capital, São Salvador, por 1682-1684. O então governador-geral, Antonio de Sousa de Meneses, era um velho official de merecimento e pessoalmente bem intencionado; porém, por desgraça, deixou-se levar completamente pelo commandante da cidade, o alcaide-mór Francisco Telles de Meneses, e este último usou a sua influente posição para abusos, extorsões e violencias de toda especie, de maneira que attrahiu sôbre si o rancor de toda a população. A vingança não tardou; Francisco Telles foi apunhalado na rua por um distincto Bahiano, que tinha para vingar uma antiga inimizade de familia e varias offensas; o assassino gabava-se do seu feito e, protegido



pelo povo, pôz-se a salvo no inviolavel asylo do convento dos Jesuitas. Com razão indignou-se ao mais alto ponto o governador-geral pelo assassinio de tão alto magistrado, seu favorito; porém deixou-se levar por sua cholera a praticar violencias, contrárias a toda a justiça.

Primeiramente, tiveram os Jesuitas que expiar por haverem ousado dar asylo a um assassino; o governador-geral desfechou contra alguns dos mais eminentes membros da Ordem as mais irreverentes offensas e mesmo accusou juncto da côrte toda a Companhia de Jesus como instigadora do plano do assassinio; além disso, mandou prender grande número de homens, em grande parte das principaes familias, e investidos em cargos públicos, e demittiu-os de suas dignidades, a pretexto de cumplicidade; sem cessar, faziam-se devassas e encarceramentos; tudo arbitrariamente, sem pretexto algum legal.

Então, os perseguidos e o Conselho Municipal, em ségrêdo, escolheram representantes para levar a Lisboa as queixas sôbre a intoleravel oppressão; o governador-geral teve disso noticia; mandou vigiar o porto, para impedir a partida dos enviados, o que, todavia, não conseguiu; e assim a frota, desta vez, levou para além-mar, segundo o trocadilho portuguez, "mais queixas que caixas".

Por felicidade, o ministerio portuguez deu ouvidos, embora só depois de demoradas deliberações, a essas reclamações, e mandou para substituir Antonio de Sousa nôvo governador-geral, o marquez das Minas, que, a 4 de Junho de 1684, entrou em função de seu cargo na Bahia; elle chegou ainda a tempo de prevenir uma explosão do geral descontentamento, que de outro modo se teria dado infallivelmente.

O govêrno do marquez das Minas, embora em geral benfazejo, 1684-1687, alcançou uma triste celebridade, porque justamente então, originária de Pernambuco, grassou uma peste que desceu por toda a costa brasileira e que sobretudo assolou terrivelmente a Bahia, até que, pela intercessão de São Francisco Xavier, se foi extinguindo pouco a pouco. O sancto foi nomeado, em recompensa por seu poderoso auxilio, padroeiro da cidade de São Salvador, em 3 de Março de 1687; não teve tão grande recompensa o governador-geral, embora elle, em todo caso, tivesse direitos á benemerencia, por verdadeiros serviços prestados; pois,

mesmo no auge da epidemia, correndo risco do contagio, alliviava os padecimentos dos doentes, com exhortações amistosas e esmolos, prestava as últimas honras aos defunctos; e, ao passo que, com esse exemplo de coragem, elle levantava o moral da população apavorada, preservou a cidade contra o terrivel espectaculo de scenas de desenfreado desespêro, que em similhantes circumstancias quasi sempre acontecem.

Seu successor, Mathias da Cunha, falleceu ao cabo de um anno de govêrno, antes de expirar o prazo de sua administração (24 de Outubro de 1688), e os seus ultimos momentos fôrão ainda amargurados por uma insurreição de soldados. A guarnição, já desde muito descontente, porque havia nove mezes não recebia o soldo, aproveitou-se da acephalia em que tudo ficou pela subita doença mortal do governador-geral, para com violencia nova apresentar as suas reclamações; reuniram-se e ameaçaram saquear a cidade, si até á noite não fôsem satisfeitos. Na verdade, o Conselho Municipal conseguiu o dinheiro no prazo indicado; porém com isto ainda não ficaram satisfeitos os soldados; exigiram, por escripto, uma amnistia por sua sedição, e o governador-geral, no seu leito de morte, ainda teve que satisfazer a essa pretensão e assignar o perdão; immediatamente depois elle expirou.

Um govêrno provisório tomou as rédeas do poder e no fim de dous annos as entregou ao novo governador nomeado, Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho, 1690-1694. Este teve de seu lado, embora não na sua immediata jurisdição, de combater numa das capitánias annexas, contra novas perturbações do socêgo publico.

Em Porto Seguro justamente então cinco homens de familias distinctas haviam-se reunido e ajunctado em tórno de si um forte bando de gente vil, com cujo auxilio elles, sem receo algum, tyrannizavam toda a região; nem as vidas nem as propriedades estavam seguras, a salvo de suas violencias. Para pôr termo a essa anarchia, despachou o governador-geral um funcionario da justiça, com sequito militar, que conseguiu effectivamente de noite apanhar de surpresa os principaes culpados; fôrão presos e levados á Bahia e alli decapitados por sentença judicial; os seus sequazes fugiram para as mattas, e a ordem do Estado ficou restabelecida.

Disturbios inteiramente identicos, que pouco tempo depois se deram, e fôrão reprimidos, em Sergipe, e do mesmo

modo fôram abafados pelas auctoridades de São Salvador, cêrca do anno de 1696, já fôram citados.

Mais sério foi o motim do anno de 1711-1712, na capital, São Salvador, o qual aconteceu exactamente numa occasião em que tambem estavam em apuros as duas outras grandes cidades do Brasil, parte por motivo de guerra civil, parte por ataque do estrangeiro. Recife estava então em lueta com a sua vizinha, Olinda, e os fazendeiros pernambucanos; Rio de Janeiro scabava de ser occupada por um flibusteiro francez, o almirante Du Gay Trouin, que a conservou até lhe ser paga uma alta quantia de resgate, Setembro-Novembro de 1711. Ambos os acontecimentos deram mediata causa aos disturbios da Bahia; o govêrno geral sentiu a necessidade de assegurar melhor a costa; resolveu, para esse fim, reforçar as fortalezas dos portos, estacionar uma esquadra de cruzadores ao longo da costa; e, para arranjar o dinheiro necessario a esses preparativos, o govêrno ordenou a cobrança de um imposto de 10 % sôbre o valor de todos os artigos de importação.

Este decreto produziu muito azedume em São Salvador, onde então estava concentrada a maior parte do commercio brasileiro; receava-se que o imposto extraordinario, uma vez cobrado, ficasse permanente; e, quando o governador-geral, Pedro de Vasconcellos e Sousa, immediatamente após a tomada de posse de seu cargo, 14 de Outubro de 1711, quiz pôr em execução o nôvo imposto, e ainda mais o preço do sal (o sal era no Brasil monopolio do govêrno) subiu de mais de metade, declarou-se então a revolta.

Realizou-se uma reunião popular tumultuosa e nella foi eleito um juiz do povo; os sinos tocaram a rebate, e dentro de pouco tempo foi o edificio do govêrno cercado de todos os lados pela populaça enfurecida, ao passo que uma deputação, com o juiz do povo á frente, penetrou no palacio e apresentou ao governador-geral as reclamações do povo: revogação do nôvo imposto de importação e restabelecimento do antigo preço do sal; enquanto ambos não fôsem concedidos, não se dispersaria a multidão. Pedro de Vasconcellos replicou que elle não tinha poder para satisfazer a esses desejos, pois em ambos os casos cumpria as ordens do rei; resposta que só serviu para excitar ainda mais a exasperação dos revolucionarios; então elles proprios obteriam o seu intento pela fôrça, gritaram elles.

E correram tumultuariamente á morada de Manuel Dias Filgueira, arrendatario do monopolio do sal; a sua casa foi tomada de assalto, os seus haveres saqueados ou de proposito destruidos; o mesmo aconteceu a segundo negociante portuguez; todavia, ambos escaparam incolumes com as suas familias.

Debalde se procurou acalmar o povo enfurecido, com o prestigio da crença religiosa; o arcebispo, á frente de seu clero e das ermandades, levou o Sanctissimo Sacramento em procissão pelas ruas da cidade, e, quando elle appareceu no theatro daquella pilhagem, o tumulto cessou; o povo prestou á hostia consagrada o costumado reverente respeito e acompanhou-a devotamente de volta á egreja, de onde havia saído; porém, apenas estava de nôvo a hostia no seu logar habitual, no altar, fôram logo em seguida de nôvo desembainhadas as espadas, o palacio do govêrno de nôvo cercado. Então não achou o governador-geral mais outra solução; todas as auctoridades, inclusive o seu antecessor no cargo, que ainda demorava em São Salvador, aconselharam-no a ceder, e assim se conformou elle; ambas as reclamações do povo fôram attendidas, tambem uma amnistia para tudo que havia acontecido no correr do dia foi expedida com todos as regras, por escripto. Sómente ahi — eram seis horas da tarde — emmudeceu o rebate dos sinos, que até então ininterruptamente havia resoado, e o povo se dispersou.

Porém, com isso não se sôcegou; aos demagogos havia agradado sobremodo a soberania licenciosa que elles haviam exercido durante o curto espaço de um dia, e assim, passadas apenas algumas semanas, convocaram de nôvo o povo com rebates de sinos; de nôvo, viu-se o governador-geral cercado; e elles exigiam desta vez que, sem demora, despachasse uma esquadra para levantar o cêrco do Rio de Janeiro. Debalde fez elle ver que para isso faltava dinheiró, material de guerra, em summa, tudo; os amotinadores não queriam saber de nada, e, finalmente, autorizaram-no, por decreto do povo, a applicar os dinheiros depositados nos conventos para fins religiosos; a quantia que elle necessitasse seria reposta por meio de uma contribuição extraordinaria, imposta de preferencia aos negociantes portuguezes. Vasconcellos viu-se obrigado a annuir; no dia immediato teve tambem o Conselho Municipal, apesar de todas as objecções, que se conformar com as ordens expressas do juiz do povo e sancionar o decreto do povo. Todavia, não chegou a ser executado, porque,



apenas se cuidava dos primeiros aprestos, chegou a noticia de que os Francezes haviam desoccupado o Rio de Janeiro (Novembro de 1711), e então não se tratou mais da questão.

Porém as consequências de ambas estas arruaças repercutiram durante muito tempo; o juiz do povo conservou o seu poder usurpado, e logo, assim que as auctoridades não se sujeitassem á sua vontade, aos "interesses do povo", ameaçava elle com o rebate dos sinos e com um levante, de sorte que as auctoridades regulares se viam a todo momento estorvadas nas suas funcções. Por este motivo, mandaram, ás caladas, queixas a Lisbôa; e dahí veio uma ordem do rei, que abolia desde logo e para sempre o juizado do povo, esse tribunal revolucionario; e tambem foi ordenada uma investigação acêrca das últimas perturbações da ordem, ao que os cabeças dos motins recorreram á fuga; os restantes fôram perdoados e a tranquillidade se restabeleceu (1712).

Durante o seculo XVIII, a história provincial da Bahia é muito pobre; uma sedição de soldados, a 10 de Maio de 1729; a transferencia do vice-reinado para o Rio de Janeiro, em 1763, pela qual a cidade de São Salvador, embora diminuida de categoria, quasi não soffreu prejuizo material; uma conjuração de escravos, que foi a tempo descoberta e dominada, em 1798; — fôram mais ou menos os unicos successos que temos para assignalar. Fóra isto, a colonização no sertão bahiano fez sempre novos progressos, sem que, contudo, estas colonias jámais alcançassem grande importancia.

Só o principio do seculo XIX trouxe diversas occorrencias importantes. Primeiro que tudo, a familia real de Bragança, quando emigrou das suas possessões europeas para as sul-americanas, desembarcou na bahia de Todos os Sanctos, a 22 de Janeiro de 1808, e por um momento teve São Salvador a esperanza de recuperar a sua antiga categoria de capital: a população offereceu construir á sua custa para os augustos hóspedes um condigno palacio, si elles alli quizessem ficar; todavia, foi a offerta declinada, e proseguiu a viagem para o Rio de Janeiro, em Fevereiro.

Entretanto, antes, assignou aqui em São Salvador o então principe-regente, depois rei dom João VI, o memoravel decreto pelo qual annullava o vigente monopolio da mãe-patria e abria os portos do Brasil a todas as nações amigas (28 de Janeiro de 1808).

Tambem foi em breve removida uma outra reliquia do antigo systema colonial de coacção; um documento do punho real, de 5 de Fevereiro de 1811, concedida licença para o es-



tabelecimento de uma typographia em São Salvador, concessão que Portugal durante tres seculos havia recusado ao seu Estado-filho. Assim, entrou, finalmente, a Bahia em relações regulares, tanto com a vida commercial, como com a intellectual, dos tempos modernos.

\* \* \*

Chegamos agora áquelles annos em que a revolução pernambucana de 1817 inaugurou a éra moderna da revolução brasileira; torna-se aqui necessario caracterizar, em resumo, qual era a situação política de então da Bahia.

Em geral, existiam aqui os mesmos elementos de antagonismo, a mesma agitação dos espiritos, que havia então em Pernambuco, e tambem aqui haviam crystallizado em sociedades secretas, em parte de character maçónico; todavia, ao que parece, a população bahiana nunca chegou a tão arrogante orgulho provincial como a da vizinha provincia ao Norte. Ademais, a administração da provincia estava justamente então, 1810-1817, nas mãos de um homem forte, Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, que, si por um lado mantinha um regime bastante severo, por outro lado procurava de todos os modos promover o desenvolvimento material e espiritual da Bahia, e especialmente numa occasião do maior perigo alcançou grande merecimento e gratidão geral.

Nos primeiros annos de seu governo, cêrca de 1813, reventara uma revolta de escravos, cuja origem, como acontecia sempre em taes casos, permaneceu obscura; todavia, as causas podem ter sido, de um lado, algumas severas medidas de policia, de outro lado, talvez, o se haver em implantado tambem entre a gente de côr o espirito de opposição e as idéas de liberdade, que a esse tempo eram objecto das discussões entre a população branca. Enfim, formou-se uma conjuração, e, pelo facto de serem os negros bahianos quasi sem excepção recrutados na Costa do Ouro africana, por isso muito unidos pelo laço estreito de nacionalidade, não se encontrou entre elles um só traidor, embora o plano contasse alguns milhares de participantes. Sempre se notaram alguns symptomas; observou-se como os negros, nas costumadas reuniões que aos domingos faziam, sob a presidencia do seu chefe escolhido, numa praça pública de São Salvador, matavam brancos em effigie; contudo, as autoridades não deram importancia a estas suppostas comedias, e assim as encontrou desprevenidas o motim que estalou.

Num momento dado, durante a noite, sublevaram-se, ao mesmo tempo, os negros em diversas fazendas da vizinhança e trucidaram todos os brancos que lhes caíram ás mãos; depois avançaram em bandos selvagens, bradando ameaças terríveis, contra a cidade, exigindo a liberdade para todos os escravos e proclamando o capitão-general, conde dos Arcos, rei dos negros livres.

Naturalmente não quiz este último saber da honra que lhe era destinada; elle ajunctou rapido o que existia á mão, em soldados e homens que pudessem usar armas, e, depois de um curto combate encarniçado, fôram os revoltosos vencidos e obrigados a entregar-se; um grande número delles pagou com a vida, muitos outros soffreram severos castigos corporaes; o tradicional direito de reunião dos pretos foi abolido e todos os seus movimentos passaram a ser vigiados dahi em diante com o maximo cuidado.

Deprehende-se dahi que, em taes circumstancias, a revolução pernambucana de 1817 não encontraria aqui repercussão alguma; a população, em geral, receiosa de novos levantes de escravos, conservou-se fiel ás auctoridades reaes, e o capitão-general, conde dos Arcos, obrou com a sua costumada energia; elle mandou prender, logo ao desembarque, um padre que, como emissario pernambucano, chegou á Bahia, e, sem mais, fez condemna-lo ao fuzilamento (95), por um conselho

---

(95) Handelmanm nem sequer dá o nome do emissario pernambucano da revolução de 1817, — que foi José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, o famoso "Padre Roma", — preso na Bahia, condemnado á pena capital e fuzilado alli, tudo no curto espaço de tres dias. Recolhidos á mesma cadeia da cidade do Salvador, por ordem do conde dos Arcos, tambem se encontravam alli, por occasião de ser executado o "Padre Roma", dous filhos d'este, José e Luiz. O primeiro delles, — depois historiador, polemista e militar que se bateu ás ordens de Bolívar, tendo retornado ao Brasil com o posto de general, — refere a lugubre scena, de que foi testemunha presencial, pela fórma seguinte (v. Alfredo de Carvalho, *Aventuras e aventuras no Brasil*, pags. 227-228): — "Meu pae foi preso ao anoitecer de 26 de Março; no dia seguinte, fizeram-se todas as perguntas do costume, confrontação de testemunhas, e nomeou-se a commissão militar que o devia julgar; no dia 28, foi condemnado á morte e passou para o Oratorio ás tres horas da tarde; foi fuzilado ás oito da manhã, no dia 29. No momento em que escrevo estas linhas, assalta-me todo o horror daquella tremenda noite, em que fui quasi companheiro da victima; era eu que parecia o condemnado, e não ella. Tenho visto morrer milhares de homens nos campos de batalha e muitos nos supplicios, mas nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da patria, tanta resignação, enfim; era meu pae quem me animava, porque eu parecia inconsolavel: uma mão de ferro me arrancava o coração; meu pranto e a minha dor commoviam a todos os que se achavam pre-

de guerra, ao passo que ao mesmo tempo mandava fazer aprestos militares em mar e em terra, auxiliado por donativos espontaneos; e este contingente bahiano agiu então de modo consideravel, em conjuncto com o do Rio de Janeiro, para a pacificação de Pernambuco, para a conquista de Recife.

Ainda no mesmo anno, o conde dos Arcos foi exonerado da Bahia; substituiu-o Francisco de Assis Mascarenhas, depois conde e marquez da Palma (26 de Janeiro de 1818), que durante tres annos governou a contento geral. Todavia, elle não logrou impedir o progresso das idéas revolucionarias; quando chegou a noticia da revolução portugueza de Agosto-Septembro de 1820, declarou-se tambem a Bahia, tal qual acontecera nas provincias do Norte, por uma carta constitucional monarchista (10 de Fevereiro de 1821); uma juncta provisoria collocou-se á testa do govêrno provincial, a

sentes; era mistér separar-me então, para dar allivio ás minhas lagrimas, e me conduziam a outra prisão, donde voltava depois, a poder das minhas supplicas, até que foi forçoso me arrancarem de seus braços para sempre. Uma circumstancia, mais que todas, vinha de quando em quando aggravar essa especie de martyrio, com que os algozes de meu pae queriam amargurar ainda mais os seus últimos momentos: meu irmão Luiz, moço de compleição debil e delicada, fôra preso em sua companhia e achava-se mettido em um dos immundos calabouços do Oratorio, chamados *segredos*. Nô em carne e extendido sôbre a lama, mais parecia um espectro do que ser vivente; coberto de lodo, faziam-n'o sair algumas vezes, para que meu pai o visse; nesse momento, terrivel para seu coração de pai, parecia commovido, beijava meu irmão, e, como para distrahir-se, dirigia a palavra a algum dos sacerdotes que o acompanhavam. Contudo, essa prova tremenda, de brutal ferocidade, não fez desmentir um só instante sua resignação, como philosopho, nem como christão. Chegando ao logar do supplicio, fez um pequeno discurso, allusivo á sua situação, e desculpando os soldados do officio de algozes; depois, pediu-lhes que atrassem com sangue-frio, para não martyrizal-o, e, levando ambas as mãos algemadas ao peito, fez dellas alvo de seus tiros. Durante o Conselho, protestou contra a sua competencia, defendeu-se sem inculpar ninguem, e negou-se a todas as suggestões, que lhe fizeram, para descobrir o objecto da sua missão; no Oratorio, ninguem lhe ouviu uma queixa contra pessoa alguma; e, no logar do supplicio, excedeu em longanimidade a todos que o precederam na mesma desgraçada sorte. Os bahianos viram como morre um homem livre; a lição devia ficar-lhes impressa". A execução do "Padre Roma" (assim chamado, por ter recebido as ordens sacras na capital dos Estados Pontificios, das mãos do então cardeal Chiaramonti, depois papa Pio VII) foi realizada no Campo da Polvora, e ao inesquecivel herôe-martyr da revolução de 1817 faz tambem extensa referência o padre Lino do Monte Carmelo Luna, em sua *Memória historica e biographica do clero pernambucano* (Recife, 1857).

cujas mãos Mascarenhas, o último dos capitães-generaes, entregou o seu poder; em seguida, embarcou elle para o Rio de Janeiro, depois de ainda haver recusado a offerecida presidencia da juncta.

O movimento revolucionario proseguiu então irresistivel, até finalmente chegar á declaração de independencia, á constituição do imperio do Brasil, e em tudo isto, como se sabe, a capital do imperio e a provincia do Rio de Janeiro deram o exemplo; a Bahia estava apenas em segundo plano; em compensação, foi esta provincia o unico theatro onde a bandeira da independencia do Brasil teve que sustentar sérios combates.

Na cidade de São Salvador existia, além de muitos regimentos brasileiros, tambem uma forte guarnição portugueza que, a principio, enquanto se tractava apenas de uma transformação constitucional dos reinos unidos de Portugal e Brasil, estava de mãos dadas com a gente do paiz, e obedecia de bom grado á juncta provisoria; porém, com o tempo, á medida que o movimento foi tomando feição mais nacional, a colonia cada vez mais dissentia da mãe-patria, então tambem aqui se pronunciou um forte dissidio nacional; houve varios attritos e finalmente formal combate de rua entre soldados brasileiros e portuguezes (Novembro de 1821).

Sem dúvida, soube o então commandante em chefe, Manuel Pedro de Freitas Guimarães, restabelecer, por sua moderação, provisoriamente a paz e a tranquillidade exteriores; porém, poucos mezes depois, foi esse official exonerado. E' que o gabinete de Lisboa resolveu, visto se tornar o movimento revolucionario no Brasil sempre mais ameaçador, visto o Rio de Janeiro e a maioria das provincias já haverem despedido as guarnições portuguezas e com isso haverem de facto entrado na posse da sua independencia, ao menos na Bahia conservar-se firmemente; para alli mandou todas as tropas disponiveis e o commando militar superior foi confiado ao coronel Ignacio Luis Madeira e Mello, homem conhecido por sua implacavel energia, e não menos por sua decisiva opposição ao desejo separatista brasileiro.

A 14 de Fevereiro de 1822, chegou o decreto em questão a São Salvador, e a 16 os regimentos portuguezes prestavam homenagem ao nôvo commandante-chefe; ao contrario, os Brasileiros recusaram reconhecê-lo, e, apoiados por uma fortaleza, ousaram offerecer resistencia á sua auctoridade. Dahi resultou combate sangrento; durante tres dias, 18, 19, 20 de



Fevereiro, pelejou-se com grande encarniçamento de ambos os lados; as obras avançadas, o forte, fôram expugnados, igualmente um convento de freiras da vizinhança, no qual os Brasileiros faziam a última resistencia, e onde então os Portuguezes, na embriaguez da cholera, tudo devastaram de modo terrivel (96); tambem nas ruas ainda se combateu algum tempo; triumpharam por fim as tropas européas por toda parte, e o general Madeira achou-se na posse incontestavel da cidade de São Salvador.

A victória custára caro e absolutamente não fôra completa; durante os combates uma grande parte dos cidadãos abandonaram a cidade, com os seus haveres; as povoações dos arredores declararam-se todas pela independencia brasileira e suspenderam todas as communicações com São Salvador; em breve ajunctaram-se a ellas os restantes da guarnição brasileira dispersada e, reforçados por numerosos voluntarios, estabeleceram um bloqueio irregular, de sorte que os Portuguezes, si não lhes chegasse o abastecimento de viveres pelo mar, só de armas na mão obtinham provisões de bocca.

A sua posição era, dest'arte, pouco vantajosa; e, além disso, a 15 de Junho, chegou a ordem do principe-regente d. Pedro, que lhes mandava regressassem immediatamente para Portugal; todavia, o general Madeira recusou-se a obedecer; elle estava firmemente resolvido a defender, até

---

(96) Depois de haver narrado o ataque das forças portuguezas, commandadas pelo general Madeira, a 19 de Fevereiro de 1822, contra a cidade do Salvador, e a victoria pelas mesmas alcançada, — eis como Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, em suas *Memórias historicas e politicas da provincia da Bahia* (Bahia, 1835-1852, 6 vols.), refere o lobrego episodio do convento da Lapa (vol. II, pag. 58): — “Entregou-se então a soldadesca portugueza a todos os excessos; roubarão o cofre daquelle 1º regimento, romperão os livros mestres, e as proprias bandeiras forão despedaçadas; o seu arrojo se estendeo ás casas particulares; muitas familias forão insultadas, e, violada a clausura do convento das religiosas da Lapa, depois de as cobrirem de improperios, assassinárão desapiedadamente com uma baionetada a respectiva abbadeça Joanna Angelica, ao tempo em que lhes abria a porta, que elles pretendião arrombar, não poupando até ao idoso e respeitavel capellão desse convento, Daniel da Silva Lisboa, que a couces de espingarda o deixárão por morto; e aterradas com taes violencias as mesmas religiosas, receando ainda a continuação de outras, sairão do seo convento, e se forão recolher ao do Desterro”. Conforme ainda o mesmo auctor (vol. cit., pags. 60-62), as freiras das Mercês, sentindo-se tambem sem segurança na sua casa propria, viram-se obrigadas a buscar asylo, pela mesma occasião, no convento da Soledade.



á última extremidade, o posto que lhe fôra confiado, e nesse proposito elle ainda mais se firmou com as novas ordens e novos reforços vindos de Lisboa.

Por outro lado, estabeleceu-se melhor ordem nos esforços dos patriotas bahianos, desde que o general Labatut (97), mandado do Rio de Janeiro, alli havia assumido o supremo commando; o bloqueio tornou-se assedio regular; sempre mais se apertava o circulo em tórno da cidade; e, quando os Portuguezes, a 7 de Novembro de 1822, fizeram mais uma tentativa de romper e atravessar as linhas inimigas, fôram elles repellidos, apesar de tres vezes se arremessarem em ataque impetuoso, e tiveram, depois de soffrer grandes perdas, que se recolher atrás dos muros da praça (98).

---

(97) Labatut (v. a biographia intitulada *O general Pedro Labatut*, Rio, 1905, escripta por João Brígido dos Santos) era mareselhez e servira a Napoleão até Waterloo. Vindo para a America, esteve primeiro na Colombia, donde se passou para o Brasil, ainda antes da conquista da nossa soberania politica, tendo-se fixado no Rio de Janeiro. Pedindo a d. Pedro I que o admittisse a ajudar o nosso paiz na guerra da independencia, foi incorporado no exercito brasileiro como general de brigada, seguindo immediatamente para a Bahia, no commando de forças destinadas á expulsão do general Madeira. Notabilizou-se alli pela victoria de Pirajá, bem como pela severidade da sua ferrea disciplina militar. Mais tarde, commandou no Ceará as tropas leaes na guerra de Pinto Madeira e depois esteve no Rio Grande do Sul em lucta contra os "Farrapos". Falleceu, na cidade do Salvador, a 24 de Setembro de 1849 e foi, a seu pedido, definitivamente sepultado em Pirajá. Homem de fôrmas agigantadas e de indole bravia, sôbre elle se espalharam, principalmente no interior da Bahia e no sertão do Ceará, muitas anedotas e muitas lendas. O escriptor acima citado deu assento á seguinte quadrinha, que diz ter sido descantada pela arraia miúda do Icó, quando alli militou o célebre general napoleonico (pag. 30), na qual deve estar faltando o vocativo "gente" no final do primeiro verso e a pronúncia de *Labatut* é, por fôrça da rima, *Labatú*:

"Fecha a porta,  
Lá vem Labatut,  
Com tropas de negros  
Parece urubú."

(98) Accioli, além de fazer ligeira referência, em nota, aos encontros de 7 e 19 de Setembro de 1822, aquelle no Engenho de São João e o outro no Cabrito, dá a seguinte noticia (*op. cit.*, vol. II, pags. 174-177) do combate de Pirajá, travado a 8 de Novembro daquelle mesmo anno, e que foi o mais sangrento e mais fecundo em resultados da guerra da independencia na Bahia: — "Antes de haver chegado do Rio de Janeiro o general Labatut, tinha marchado da villa de São Francisco o alferes Francisco de Faria Dutra, com 50 praças do 1º regimento de 1ª linha, e da Cachoeira

Assim, repetia-se aqui na Bahia o mesmo espectáculo que se vira duzentos annos antes, no tempo da occupação hol-landeza (1624-1625); todo o territorio interior estava nas mãos dos naturaes do paiz; elles conservavam bloqueados os estrangeiros, dentro dos muros da capital conquistada;

---

o coronel Rodrigo Antonio Falcão Brandão, com pouco maior número, dos emigrados de differentes corpos da capital, a fim de estabelecerem um ponto de apóio em Pirajá, e, tomando ambos as posições que acháram mais convenientes, passou o primeiro a occupar o sitio denominado *Coqueiro*, na eminencia cavalleira á ilha da Joanna, e o segundo o Cabrito; a necessidade de dominar estes pontos era incontestavel, e pouco depois augmentou-se aquella diminuta força com o batalhão da legião de caçadores, commandado pelo tenente ajudante Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, e o corpo de Henrique Dias, commandado pelo seu major Manoel Gonçalves da Silva, além de outras fracções de differentes corpos, e forão estes, reunidos aos que havião chegado com Labatut, os que sustentáram o ataque de 8 de Novembro, tão brilhante, e honroso ás armas Brasileiras. A mais regular organização das forças dissidentes, depois da vinda do general Labatut, e o receio de que essas forças fossem augmentando com as que chegassem de diversas partes do continente brasilico, que já havião reconhecido o governo do Rio de Janeiro, aterrão bastante o partido dominante da cidade, e Madeira, assulado por esse partido, depoz a apatia, em que até então existira, tentando com o maior segredo uma aggressão á força estacionada em Pirajá. Na madrugada do referido dia, desembarcaram nas praias de Itacarânhas e Plataforma 250 praças escolhidas da capital, e, ao momento em que, ao romper do dia, arrancavão para o centro, accomettia um consideravel número de outras por terra, pretendendo surpreenderem as differentes posições occupadas pelos Brasileiros; mas, descubertos pelas avançadas, do Coqueiro e Batefolha, na estrada de Pirajá, rompêram logo o fogo, que rapidamente se tornou geral, sem que nos primeiros impulsos se podesse conhecer a superioridade em qualquer dos partidos, por isso que ambos rivalisavão em valor. O ponto do Cabrito foi o principal alvo dos aggressores, e, accomettendo-o com o maior denodo, conseguiram o feliz resultado de sua superioridade, se immediatamente não acudisse alli o mencionado Argolo com o seu batalhão, pois, estendendo-o pelas collinas daquelle lugar, apoiou a pequena força, que nelle sustentava a mais renhida resistencia. Contudo, já passava de 5 horas de um fogo incessante, e os Lusitanos, avançando acceleradamente pela direcção de Itacarânhas, tractavão de cortar a retaguarda dos pontos occupados pelos nossos soldados: nesta contingência, vendo o major José de Barros Falcão, que dirigia a accção por nossa parte, ser impossivel sustentar-se por mais tempo, mandou tocar a retirada, afim de impedir o destrogo total de suas forças, carregadas por todos os lados pelo inimigo, que estreitava cada vez mais a sua linha; porém o corneta Luiz Lopes, Portuguez ao serviço do Brasil, invertendo o signal ordenado, tocou a avançar a cavallaria, e successivamente á degola, com um clarim do qual usava para os toques da ordenança de caçadores; persuadidos fal-

porém não conseguiam vence-los, nem pela espada, nem pela fome, enquanto ficasse aberta a comunicação pelo mar. Também desta vez foi uma esquadra que teve de fazer pender a balança para um dos lados: Thomas, lord Cochrane, que, desde 27 de Março de 1823, havia entrado para o serviço im-

---

samente os Lusitanos de haver cavallaria de reforço, de nada mais tractarão do que de fugir desordenadamente, augmentando essa confusão e desordem os soldados Pernambucanos, que, aproveitando-se do ensêjo avantajoso, lhes causarão um destroço consideravel, que bastante sensação fez na capital, onde logo foi sabido pelos que poderão evadir-se. De sorte que um puro accaso decidio de uma acção importante; mas, lástima é dize-lo, o sobredito corneta Lopes mendiga hoje o pão que o alimenta, ficando bem depressa no esquecimento a verdade de ser a elle que se deveo esse feliz resultado. Desenvolverão os Lusitanos, antes da sua debandada, a maior coragem e pericia de guerra, e, a não serem presa de semelhante engano, terião por certo a victória, visto que á superioridade do seu número accrescia o haverem-se apoderado das melhores posições. Distinguirão-se nesta acção os soldados da tropa expedicionaria de Pernambuco, e, entre os officiaes, o major da mesma provincia Joaquim José da Silva S. Tiago, o capitão ajudante de campo Antonio Henriques Tota e o tenente ajudante Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, sendo elevados ao posto immediato todos os officiaes incluídos na proposta do major José de Barros Falcão de Lacerda, por ordem do dia 15; alguns inferiores também tiveram accesso a officiaes; mas, cumprindo o general Labatut com os deveres de chefe, passou a demittir aos que, durante a mesma acção, se havião mostrado cobardes. Não se pôde exactamente conhecer a perda de ambas as partes, pois que Labatut, ao passo em que, na sua correspondência official, diz haver sómente tido cinco mortos e 11 feridos, eleva a dos Lusitanos ora a 200, ora a 300 mortos, número este por certo exagerado, porque consta, pelas melhores noticias, que da tropa da capital chegou o número de mortos a 80 e a pouco mais o dos feridos; mas entre a nossa perda foi summamente sensível a do capitão d'artilharia Cypriano Justino de Sequeira e a do tenente Pedro Jacome Ferreira, officiaes ambos dotados da mais decidida coragem". O barão do Rio Branco, em suas *Ephemerides brasileiras* (ed. de 1918, pags. 528-529), dá informações mais minudentes sobre as forças que se bateram em Pirajá. As portuguezas, commandadas pelo coronel João de Gouvêia Osorio, compunham-se dos batalhões 1º e 2º da legião constitucional lusitana, do 4º e 12º batalhões de infantaria e de um contingente de artilharia. As brasileiras eram ao todo 1.300 homens dos corpos seguintes: — batalhão de Pernambuco (major Joaquim José da Silva Santiago), a que estavam aggregados os milicianos do Penedo; um batalhão de milicianos da cidade do Rio de Janeiro (capitão Guilherme José Lisboa); a legião de caçadores da Bahia (tenente Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, depois general e barão de Cajuíba); o corpo de Henrique Dias (major Manuel Gonçalves da Silva); meia companhia do 1º regimento de infantaria da Bahia (alferes Francisco de Faria Dutra) e uma bateria de artilharia do Rio de Janeiro.

perial brasileiro, como almirante, foi, por isso, sem demora, mandado á Bahia, onde entrou em fins de Abril. Uma esquadra portugueza, superior em fôrças, que estacionava na Bahia, e com a qual lord Cochrane (seis grandes navios contra nove) se mediu em combate que ficou indeciso, 4 de Maio, em todo caso sempre protegeu a cidade e o porto contra ataque directo; porém ella não podia impedir que os rapidos veleiros brasileiros exercessem o mais rigoroso bloqueio.

Agora, cercados por todos os lados e privados de todo abastecimento de viveres, em breve ficaram os Portuguezes em São Salvador reduzidos ás mais extremas privações; primeiramente se viram forçados a mandar sair da cidade todas as mulheres, creanças e doentes, umas dez mil pessoas (10 de Maio); todavia, mesmo assim, pouco tempo duraram as provisões de bocca, e a fome com todos os seus horrores declarou-se alli.

O general Madeira já não podia mais illudir-se que combatia por uma causa perdida; a 21 de Junho elle convocou os seus officiaes para um conselho de guerra, e nelle se tomou a deliberação de evacuar a cidade da Bahia, dentro de 14 dias. Immediatamente fôrão tomadas as necessarias medidas; o exército, as provisões de guerra, os bens do govêrno, tudo que era de valor e que podia ser transportado, foi embarcado, e a 1º de Julho estava a esquadra portugueza, embarcações de guerra e cargueiros, prompta a fazer-se de véla; na noite seguinte, ella levantou ancora e navegou para a patria, para Portugal, perseguida pela pequena esquadra de lord Cochrane, que em caminho conseguiu ainda capturar uma grande parte dos navios-transportes. Porém o exército de terra bahiano, commandado pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva, entrou triumphante na cidade libertada de São Salvador e desfraldou alli a nova bandeira nacional brasileira; estava concluida com felicidade a guerra da Independencia (2 de Julho de 1823).

Dahi em deante, nos ultimos trinta annos, nenhum acontecimento de vulto se póde destacar na história provincial da Bahia. Verdade é que todas as revoluções que abalaram todo o imperio tambem alli acharam repercussão mais ou menos forte; todavia a Bahia nunca representou papel saliente; e si alli, por motivo de orgulho provincial, houve opposição contra o poder central do Rio de Janeiro, logo se apaziguou completamente com o Acto Adicional Consti-



tucional, de 12 de Agosto de 1834, que concedia certa autonomia a todas as provincias.

A maioria das perturbações da ordem nos tempos modernos fôram simplesmente de puro character provincial e sempre tiveram aqui (visto os demagogos se apoiarem de preferencia na população negra, e esta última sempre se conservar estreitamente solidaria) a feição de levante da plebe de côr, sem posses, contra os brancos.

A maior parte de taes revoltas. — Abril de 1828, Janeiro de 1835, etc., — fôram abafadas logo em sua origem, ou no nascedouro; sómente uma, que estalou a 7 de Novembro de 1837, alcançou maior importancia (99). Nessa occasião um bando de revolucionarios atacou de improviso a capital, São Salvador, e obteve, depois de curto combate, o predominio ao que as auctoridades, assim como a maioria dos cidadãos, procuraram a salvação na fuga.

O governo provincial tomou para sua séde provisoria a ilha de Itaparica, onde reuniu em tórno de si as

---

(99) Sôbre a revolução á qual se refere Handelmann, foram publicados na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* os trabalhos seguintes: — de Joaquim Pires Machado Portella, *A Sabinada na provincia da Bahia, em 1837* (t. XLV, p. 2ª, pags. 13 e segs.); de M. D. Moreira de Azevedo, *A Sabinada da Bahia, em 1837* (t. XLVII, p. 2ª, pags. 283 e segs.); e de A. V. Alves Sacramento Blake, *A revolução da Bahia de 7 de Novembro de 1837 e o dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira* (ts. XLVIII, p. 2ª, pags. 245 e segs.; L, p. 2ª, pags. 177 e segs.; e LX, p. 2ª, paginas 47 e segs.). Deportado para o nosso *far-west*, o cabecilha da revolta de 1837 falleceu em Matto Grosso, tendo sido sepultado na igreja da fazenda Jacutinga, ás margens do rio Paraguai, em 1847. Dalli, em data de 12 de Outubro de 1846, enviou elle para o Rio de Janeiro o seu derradeiro escripto, *Algumas noticias medicas e outras observações acerca da provincia de Matto Grosso*, o qual foi inserto no *Archivo Medico Brasileiro* (t. III, pags. 97, 121 e 169). Pouco antes do seu fallecimento, ensejou-se-lhe visitar alli, em Pilar, a Francis de Castelnau, que, em sua citada *Expédition* (t. III, pagina 78), assim curiosamente o pinta: — “Nous reçûmes à Pilar la visite d'un homme qui a acquis une certaine célébrité au Brésil: je veux parler du révolutionnaire Sabino, chef d'un complot dont le résultat fut la révolte de Bahia et l'établissement, pendant quelque temps, dans cette ville, d'un gouvernement républicain dont cet homme était l'âme. C'était un mulâtre fortement organisé, court, à grosse tête, portant sur le front une profonde cicatrice. Sabino s'était laissé égarer par une imagination brûlante; tout en lui dénonçait des penchans sanguinaires, et les grandes souffrances qu'il avait éprouvées, depuis qu'il était isolé, avaient porté son exaltation à un état voisin de la folie. Cet homme, qui est mort depuis peu de temps, n'était pas sans mérite: il avait une instruction remarquable et passait pour un très bon médecin; il avait même été professeur à la Faculté de Bahia”.



milicias do paiz e mandou vir tropas do Rio de Janeiro e de Pernambuco; com estes auxilios atacou os insurgentes, que durante muitos mezes oppuzeram resistencia efficaz; porém, afinal, triumphou a causa da ordem, e a 16 de Março de 1838 estava de nôvo São Salvador em poder das tropas e auctoridades imperiaes. Contudo, esta revolta foi um duro golpe para o bem-estar da cidade e de toda a provincia; suas tragicas consequencias só em muitos annos se eliminaram.

\* \* \*

Para concluir, deitemos ainda um olhar sôbre o estado da provincia da Bahia, no momento. E encaremos primeiramente a questão da immigração, visto que nos paizes novos é ella o indispensavel meio e ao mesmo tempo seguro estalão para o progresso da colonização.

Logo nos primeiros decennios do seculo XIX, havia o govêrno brasileiro procurado attrahir tambem para esta provincia immigrantes europeus, e especialmente para a faixa de costa ao Sul, deshabitada, das velhas capitancias de Porto Seguro e Ilhéos.

Assim, foi fundada em 1818, pelos empresarios Busch, Peycke e Freyreiss, uma colonia alemã — Leopoldina, á margem do rio Peruhipe, entre Villa Viçosa e Caravellas, que, si não tomou grande impulso, todavia se conserva até hoje, e no anno de 1851 comprehendia 43 fazendas de café, com 133 moradores livres e 1.243 escravos. Ella não pôde propriamente ser chamada uma colonia agricola européa, visto incumbirem-se dos trabalhos da lavoura quasi exclusivamente os escravos negros; e talvez justamente por esta circumstancia é que se tornou possivel a sua subsistencia, pois em resumo essas faixas de terra costeira ainda são quentes demais para uma vida de lavoura de immigrantes brancos.

Mais ou menos no mesmo tempo (1818), receberam dous especuladores, Peter Weyll e Saueraker, uma concessão de terras pouco distantes de São Jorge dos Ilhéos, para onde elles, quatro annos depois, levaram um certo número de colonos, na maioria Alemães (1822); eram ao todo 161 pessoas, uma parte dos quaes não destituídos de recursos, que agora caíam em plena tempestade da revolução brasileira, especialmente da guerra da independencia bahiana, e que assim fôram completamente estorvados, motivo por que na maioria se dispersaram por todos os lados. Aos poucos restantes concedeu

o imperador d. Pedro I recursos em dinheiro e mais auxílios, de sorte que á margem esquerda do riacho Cachoeira surgiu, de facto, uma pequena colonia, que se occupa especialmente com a cultura do cacau; todavia, sempre permaneceu de pouca monta e actualmente é povoada na maioria por brasileiros natos.

Finalmente, terceira tentativa se fez no anno de 1828, quando 222 Irlandezes que, em parte, até então estavam em serviço no exército brasileiro, se estabeleceram, por ordem do imperador d. Pedro I, na povoação Taperoa (100), a pouca distância de Boipeba; assim se originou a colonia Sancta Januaria, no Rio do Engenho, para cujo primeiro estabelecimento e seguintes necessidades não pequenas quantias fôram applicadas; todavia o plano falhou completamente; os Irlandezes, para cuja escolha não se havia tido nenhum cuidado, pouca vontade tinham de trabalhar, dispersaram-se pouco a pouco, e hoje só resta a recordação de toda essa colonia.

A mesma sorte tiveram mais duas colonias, cuja descripção em rigor não cabe aqui, pois eram simplesmente de character militar e povoadas por soldados que haviam concluido o seu tempo de serviço: uma dellas fundada no rio da Salsa, braço do rio Jequitinhonha (Belmonte), a 20 de Agosto de 1818, extinta pelo anno de 1827; a segunda fundada á margem Norte do rio Mucuri, em 28 de Novembro de 1845, extinta a 6 de Junho de 1849.

Foi isto tudo que se fez até hoje em materia de colonização na provincia da Bahia; e de facto a emigração européa sempre se absteve de estabelecer-se nestas costas. Em compensação, proporcionou o tráfico de escravos africanos, para o qual São Salvador servia de principal emporio, uma contínua introdução de negros, até que ultimamente a lei de 4 de Setembro de 1850 pôz termo á mesma.

Talvez dêste golpe tambem se tivesse podido refazer a provincia, de algum modo; porém, como se sabe, assolaram nestes ultimos annos, aquo como em toda parte, de modo terrivel, o cholera e a febre amarella, especialmente entre as classes do trabalho, a população escrava. Além disso, o com-

---

(100) É' *Taperoá* (e não *Taperoa*, como escreve Handelmann) o toponyma da colonia bahiana a que foram recolhidos, em 1828, por ordem de d. Pedro I, os Irlandezes que tomaram parte na sublevação de 10-11 de Junho daquelle anno, no Rio de Janeiro.

mércio interno de escravos tomou incremento desde a supressão do trafico da costa da Africa (101), e justamente nessa provincia retira cada vez mais os braços de trabalho; as provincias do Sul, mórmente o rico Rio de Janeiro, mandam aqui comprar negros para o seu serviço, ao que a Bahia, na verdade, procurou oppôr-se, decretando, por uma lei provincial, um imposto de exportação de 100\$ por escravo; porém, isto de nada serviu: só no anno de 1854 fôram levados para o Sul 1.835 escravos, dos quaes a maioria, 1.692, para o Rio de Janeiro.

Por esse facto se vê tambem a Bahia ameaçada de uma falta de braços, em proximo futuro, e é a queixa geral em todo o Brasil, á qual se tem procurado debalde remediar por engajamentos no continente europeu e aquisição de jornalheiros chinezes.

No mais, tem feito a Bahia prodigiosos progressos, desde o principio dêste seculo. A provincia conta agora 18 comarcas, 6 cidades, 57 villas e 137 freguezias, tendo de 900.000 a 1.100.000 almas, segundo as últimas estatisticas; dispõe de 99.519 guardas-nacionais válidos alistados e uma força policial de 603 homens, sem contar os 1.088 soldados regulares da guarnição e a equipagem de tres navios de guerra estacionados na sua costa; o número de Indios meio civilizados monta a 5.178.

A principal industria, como se sabe, é a producção de assucar, que occupa 1.651 fazendas e engenhos, dos quaes 144 movidos a vapor, 253 pela força hydraulica e 1.274 pela tracção animal; 48.000 a 50.000 trabalhadores, na maioria escravos; 44.000 bois e 17.000 a 18.000 cavallos trabalham nessas fazendas; e a receita média annual monta a tres ou quatro milhões de arrobas de assucar, 300.000 arrobas de rapadura e cinco milhões de canadas de melado. A expor-

---

(101) A lei de 4 de Septembro de 1850, tambem chamada "lei Euzebio de Queiroz", e que estabeleceu as mais rigorosas medidas destinadas á extincção do contrabando constantemente realizado pelos navios negreiros nas costas do Brasil, não poz termo, immediatamente, a essa illegal introducção de Africanos em nosso paiz, como assegura o historiador alemão. Conforme se lê na *Historia do Brasil* (ed. cit., pag. 124, nota) do barão do Rio Branco, as últimas levas de pretos, trazidas ás nossas plagas pela audacia dos negreiros, deram entrada aqui em 1856. Els a estatistica, inserta allí, dos Africanos introduzidos no Brasil depois da lei Euzebio de Queiroz: — De 1850 a 1851, 3.287; em 1852, 700; e de 1853 a 1856, 512.

tação para o exterior, para a qual também as provincias vizinhas de Sergipe e Alagôas forneceram a sua quota, talvez um terço, teve, na receita annual de 1º de Outubro de 1853 a 30 de Setembro de 1854, o valor de 10.431 contos, figurando só o assucar com 6.207 e o fumo com 1.757; além disso, foi exportado para outras provincias o valor de 1.393 contos de réis; por outro lado, a importação montou a 12.926 contos, na qual a Grã-Bretanha participou com 7.543, França, Portugal e as cidades hanseaticas cada um com cerca de 1.000 contos. No anno seguinte, 1854-1855, as condições foram as mesmas; porém o total da exportação subiu a 11.782 contos e o da importação foi de 12.693.

Pelo orçamento provincial para o anno de 1856, a receita foi estimada em 980 contos, a despesa em 947, dos quaes a policia absorve mais de um quinto, 195 contos, e o governo provincial, 156; além disso, applicam-se ás escholas públicas 141 contos, em obras públicas 180, e na subvenção á navegação, etc., 80 contos.

O que diz respeito a estes dois ultimos pontos, isto é, para facilitar o trafego interior e exterior, sobretudo desde o principio do seculo XIX, muito se tem feito. Já os ultimos governadores-geraes, o conde dos Arcos e o marquez da Palma (1810-1821), activamente construíram e projectaram pontes, estradas e canaes; o último tencionava mesmo tornar navegavel o rio Jequitinhonha (Belmonte), afim de dirigir d'este modo uma parte da exportação de Minas Geraes para as cidades da costa da antiga capitania de Porto Seguro plano esse que ainda actualmente preoccupa os estadistas bahianos.

Nos tempos recentes, foi projectada uma completa rede de estradas; quatro estradas reaes principaes devem ligar a costa com o rio São Francisco, sendo que uma dellas destinada para ferrovia; referimo-nos á projectada estrada de ferro da cidade da Bahia ao Joazeiro, para cujo capital empregado o governo central brasileiro se responsabiliza por um juro de 5 %, e a provincia por um juro adicional de 1 ½ %, e sobre cuja construcção, entre 19 de Dezembro de 1853 e 31 de Maio de 1854, se firmou contracto com o empreiteiro. É uma grandiosa empresa, que sobrecarrega a provincia com pesadas despesas, e por este motivo, mesmo alli, encontra viva opposição, como também ainda é incerta a sua realização. Por subscripção, em Londres, acaba de ser coberto o capital para a construcção.

Finalmente, duas linhas de vapores subvencionadas estabelecem communicações regulares entre as cidades da costa; uma dellas, Companhia Bonfim, limita as suas viagens principaes á proxima vizinhança da bahia de Todos os Santos, ao passo que a outra, a Companhia de Sancta Cruz, serve mensalmente toda a costa, ao Sul até Caravellas, ao Norte até Maceió (provincia de Alagôas).

Não se apresentam tão favoraveis as condições intellectuaes e moraes. Primeiramente, no que diz respeito á instrucção pública, existem na provincia da Bahia 200 escholas primarias, 18 secundarias, tendo 9.229 e 636 alumnos; 3.582 alumnos frequentam collegios particulares, portanto, no todo, uma frequencia escholar de perto de 13.500 alumnos, apenas 1  $\frac{1}{2}$  % do total da população, ao passo que, por exemplo, nos Estados americanos da Nova Inglaterra ascende esse número a 20 e 30 %.

O serviço ecclesiastico é imperfeito, visto não possuir a igreja independencia financeira, e as quantias que lhe outorga annualmente o orçamento não bastam; em muitas comarcas falta de todo a igreja parochial, em outras está em ruinas; o clero inferior leva, na maioria, vida nada exemplar e não pôde exercer, nem pelo ensinamento, nem pelo procedimento, influencia ennobrecedora sobre a vida do povo.

Tambem as fundações pias de tempos antigos, hospitaes, asylos de órphãos e casas de expostos, assim como institutos para arrependidas, ao todo uns 12, têm, em parte, que lutar com grandes difficuldades, visto que os seus proprios cursos, e as loterias annuaes estabelecidas para o seu beneficio, nem sempre cobrem as despesas, e muitas são sustentadas directamente por subsidios eventuaes dos cofres provinciaes.

A peor situação é, porém, a dos negocios da justiça. Na verdade, felizmente para a Bahia, passaram os tempos em que as auctoridades eram consideradas inimigas da liberdade do povo, e a tranquillidade pública não é mais perturbada; por outro lado, e segurança do individuo corre sempre risco, pois no anno de 1854, além de 27 suicidios, aconteceram 31 tentativas de assassinio e 94 assassinios, e, para essa tragica estatistica, concorreu a propria immediata vizinhança da Bahia, portanto a parte mais rica e florescente da provincia, com um muito consideravel contingente.



A natureza do paiz facilita aos criminosos fugirem ao castigo, e no interior, no valle do rio São Francisco, elles acham, sem difficuldade, um protector, entre os grandes fazendeiros que alli dominam como soberanos; assim, lamentava o relatorio official da provincia, em 1855, até aqui não lhe haver sido possivel prender o mal afamado José Joaquim de Almeida, que nas suas terras, na freguezia da Serrinha, tinha reunido um verdadeiro bando de foragidos da justiça e, com o auxilio delles, opprimia toda a redondeza !

E, quando um criminoso chega a ser apanhado, ainda o processo criminal, no qual os jurados lavram a sentença, lhes offerece muitas oportunidades de escapar; “em muitos logares, já se sabe antecipadamente qual o advogado que obtem sempre a absolvição do seu cliente; em outros logares é um poderoso senhor de terras que dicta a sua vontade ao juiz; finalmente, ainda em outras partes é o medo ao accusado e á sua parentella que afasta as testemunhas de accusação e que influencia a sentença do jury”.

Nessas circumstancias, no anno de 1854, dos 345 processos criminaes, 216 concluíram com a absolvição do accusado; “para que serve então apanhar o culpado e leva-lo ao tribunal da Justiça?”, assim falava o presidente provincial. “Não é nenhuma satira imaginada por mim, porém uma verdade, que o meu dever me obriga a denunciar”.

---

## CAPITULO X

### A capitania geral do Rio de Janeiro

Ao Sul do rio Mucuri (18°-30' de latitude sul), começa o quarto grupo de Estados brasileiros, a capitania geral, depois vice-reino, do Rio de Janeiro, que, a 17 de Setembro de 1658, portanto, mais ou menos ao mesmo tempo que a capitania geral de Pernambuco, foi emancipada da auctoridade do governador-geral na Bahia.

O capitão-general d'este novo territorio teve a sua sede na cidade de São Sebastião, situada na bahia do Rio de Janeiro, e dalli governava elle directamente a real capitania de igual nome e a já completamente incluída, antes capitania feudal, dos Campos dos Goitacazes (Parahiba do Sul ou São Thomé), ao passo que sobre os governos hereditarios de Espirito Sancto, São Vicente e Sancto Amaro, apenas exercia fiscalização. Todavia, logo houve uma mudança nessa situação, pois também aqui foram pouco a pouco extintos os poderes feudaes. Assim aconteceu com a capitania do Espirito Sancto: depois de haver ella ficado seculo e meio na familia do primitivo donatario, Vasco Fernandes Coutinho, um de seus descendentes, Antonio Luis da Camara Coutinho, vendeu-a, cerca do anno 1690, pela quantia de 40.000 cruzados, ao coronel Francisco Gil Araujo; mais tarde, ainda mudou de dono duas vezes, até que, finalmente, em 1717, o rei d. João V comprou por 40.000 cruzados o Espirito Sancto e incorporou o mesmo ás terras da corôa.

Por outro lado, formou-se um feudo novo em Campos dos Goitacazes; isto é, por um documento de 15 de Setembro de 1674, concedeu o rei d. Pedro II ao visconde de Asseca

um littoral de 20 leguas, portanto a maior parte da antiga capitania de São Thomé, sob o nome de capitania da Parahiba do Sul; e, de facto, foi com isto este donatario obrigado a fundar duas cidades, uma para porto e outra no interior das terras — condição que elle cumpriu de modo satisfactorio, com o estabelecimento ou antes o restabelecimento dos dous povoados, São João da Barra e São Salvador (Campos), ambas no rio Parahiba.

A familia do donatario, contudo, pouco gosou do seu nôvo dominio; os colonos, reunidos de muitas procedencias diversas, sem escolha, eram uma gente muito desassocegada e viviam em continuas rixas, ora com o clero, ora com a auctoridade; no anno de 1720 chegou mesmo o estado de cousas a uma formal revolução. Justamente a esse tempo, o clero, após longas altercações, havia excommungado os funcionarios civis; instigou então o povo, e este, guiado por Bartholomeu Bueno, sublevou-se; todos os magistrados fôram encarcerados e, como prisioneiros, deportados para o Rio de Janeiro; apenas por um triz a tal tractamento indigno escapou o logar-tenente do donatario, pela fuga. Immediatamente depois, mandou o capitão-general do Rio de Janeiro tropas contra os revoltosos, e Bartholomeu Bueno, com o seu bando, depois de haver tentado diversas vezes, sem resultado, a sorte das armas, foi durante tanto tempo perseguido, que evacuou a região.

Todavia, tambem depois de sua retirada e apesar de uma nova remessa de tropas, em 1728, a tranquillidade e a ordem não se restabeleceram de modo permanente. A auctoridade feudal era sempre desafiada publicamente; cêrca de 1740, o conselho municipal de São Salvador (Campos) mandou embora, sem mais, um official que, por patente do governador, vinha assumir o commando militar; oito annos depois, 1748, quando morreu o donatario, chegou mesmo a audacia ao poncto de se recusar reconhecimento ao proprio filho e herdeiro, e, sómente depois de formaes avisos ameaçadores do Rio de Janeiro, condescendeu o conselho municipal de São Salvador em prestar homenagem ao nôvo senhor da terra; porém, então, revoltou-se o povo, destituiu o complacente conselho municipal de suas funções e obstinou-se na opposição.

De todo modo, não se poude resistir ás fôrças reunidas do Rio de Janeiro e Espirito Sancto; já em Julho de 1748, estava São Salvador nas mãos das tropas do govêrno, e uma guarnição permanente assegurou dahi em deante a obe-

diencia da população; contudo, ficou bem evidente para todos que a fôrma de govêrno feudal já havia passado do tempo aqui. Concluiu-se então um ajuste entre o rei d. José Manuel e o donatario, visconde de Asseca, no qual este último, mediante uma renda annual de 3.000 cruzados, renunciava a todos os seus direitos de propriedade; extinguiu-se a capitania da Parahiba do Sul e foi incorporada á capitania do Espirito Sancto (1º de Junho de 1753). Assim ficou ella, então, durante oitenta annos, até que, no curso dos annos de 1832-33, o parlamento brasileiro, por differentes decretos, a separou e annexou á provincia do Rio de Janeiro, da qual fôrma actualmente uma comarca, sob o nome de Campos dos Goitacazes.

Finalmente, quanto aos dous últimos feudos, os mais meridionaes, São Vicente e Sancto Amaro, haviam sido concedidos, como se sabe, primitivamente, a dous irmãos, a Martim Affonso de Sousa e a Pero Lopes de Sousa, e se transmittiam hereditariamente na sua descendencia. Pelas singulares condições territoriaes da posse — cada uma das duas capitancias repartia-se em duas partes e as quatro eram contiguas e entremeadas; e quanto a uma demarcação de fronteiras, a sciencia de então não bastava — não faltavam motivos para attritos; todavia, durante o seculo XVI, tudo andou bem; ambas as familias governantes entenderam-se mesmo para uma administração em commum, em muitos sentidos centralizada; porém, com o tempo, os dous ramos, pouco a pouco, se fôram afastando cada vez mais um do outro, os laços de parentesco afrouxaram, começaram os conflictos e processos sobre questões de limites, que duraram muitos annos.

Simultaneamente, quando em principios do seculo XVII em ambas as familias se extinguiu a descendencia masculina directa, declarou-se entre o parentesco collateral uma contenda sobre os direitos do parente mais proximo; não por menorizamos aqui os resultados; basta mencionar que, cêrca de 1617 até 1621, fôram reconhecidos e sancionados os condes de Monsancto como legitimos herdeiros de Pero Lopes, em Sancto Amaro, os marquezes de Cascaes como legitimos herdeiros de Martim Affonso, em São Vicente; porém, os condes de Monsancto tomaram posse em primeiro lugar, e com toda a especie de artimanhas conseguiram deslocar os limites, de tal modo que as tres cidades, São Vicente,

Sanctos e São Paulo, fôram attrahidas para a capitania de Sancto Amaro; por outro lado, os loco-tenentes do marquez de Cascaes estabeleceram agora a sua séde mais para o Sul, na cidadezinha de Itanhaem, cêrca do anno de 1624.

Assim, dahi em deante, differenciam-se, segundo as novas capitaes, os feudos principaes de São Vicente (mais acertadamente Sancto Amaro e São Vicente) e Itanhaem. Com esses principios, naturalmente, as contendas entre ambos os vizinhos limitrophes nunca cessaram; porém, em breve, a questão se tornou mais complicada, pelo facto de entrar na liça nôvo candidato, o conde da Ilha do Principe, que se apoderou de ambas as povoações de Cananéa e Paranaguá, que faziam parte da capitania de Itanhaem (1653). E' verdade que tres annos depois, 1656, teve que se retirar dalli; entretanto, a sua influencia na côrte de Lisbôa era muito poderosa, e elle soube conseguir que os direitos de posse de ambas as familias Monsanto e Cascaes fôsem annullados, porém que fôsse adjudicada a elle, conde da Ilha do Principe, a herança total de ambos os ermãos Sousa (1679).

Em vez das duas capitaes, como até aqui, foi, ao mesmo tempo, elevada a cidade de São Paulo a séde do govêrno provincial, de ambas as capitancias. Sancto Amaro-São Vicente e Itanhaem reuniram-se numa só, que dahi em deante usou o nome da capital, São Paulo.

Póde-se logo imaginar que os donos desapossados, Monsanto e Cascaes, levantaram vivos protestos; de nôvo surgiu um processo, que durou trinta annos, e afinal se concluiu tomando o rei d. João V posse para si do objecto da contenda, a capitania de São Paulo, que reuniu ás terras da corôa; ao marquez de Cascaes, cujos direitos se provaram melhores e mais extensos, elle concedeu, além de algumas honrarias, uma indemnização de 40.000 cruzados (18 de Setembro de 1711); porém, os condes de Monsanto e os condes da Ilha do Principe tiveram as suas reclamações simplesmente recusadas.

Assim, todo o territorio ao Sul do rio Mucuri passou ao immediato dominio da corôa; porém, não ficou todo com a capitania do Rio de Janeiro; a jurisdicção seria demasiado extensa, e os descobrimentos de ouro, de então, no interior (provincia de Minas Geraes), que attrahiam de todos os lados



immigrantes e, na maioria, da espécie mais licenciosa, tornaram necessária uma severa fiscalização; o rei d. João V elevou, por isso, a capitania de São Paulo, com o interior rico em ouro, a capitania geral autonoma — São Paulo e Minas, (9 de Novembro de 1709).

A capitania geral do Rio de Janeiro ficou com isso limitada á actual provincia do mesmo nome e á vizinha Espirito Sancto; mais tarde, porém, foi-lhe annexada, por decreto real de 11 de Agosto de 1738, o extremo sul do Brasil, que hoje comprehende as provincias de São Pedro do Rio Grande do Sul e Sancta Catharina.

Além disso, tocar-lhe-ia em breve ainda uma grande distincção, passando o título e as honrarias de vice-reino, que até então pertenciam ao governador-geral da Bahia, para a sua capitania geral; e o primeiro vice-rei do Estado do Brasil, que residiu no Rio de Janeiro, foi o conde Antonio Alvares da Cunha, o IX, de 16 de Outubro de 1763 a 21 de Novembro de 1767; succedeu-lhe o X, Antonio Rollim de Moura, conde de Azambuja, até 4 de Novembro de 1769; em seguida o XI, Luis d'Almeida Portugal Soares Deça Alarcão Silva Mascarenhas, marquez do Lavradio, até 5 de Abril de 1779; o XII, Luis de Vasconcellos e Sousa, até 9 de Julho de 1790; o XIII, Luis de Castro, conde de Resende, até 14 de Outubro de 1801; o XIV, Fernando José de Portugal, conde e mais tarde marquez de Aguiar, até 21 de Agosto de 1806; finalmente, o XV, Marcos de Noronha, conde dos Arcos (102), que a 7 de Março de 1808 entregou o bastão do seu cargo ás

---

(102) Afim de rectificar alguns dos nomes citados por Handelman e preencher a lacuna de uma das datas, — eis, conforme a relação organizada por Varnhagen (*História geral do Brasil*, 1ª ed., vol. II, pag. 452), a lista completa dos vice-reis, que tiveram por séde o Rio de Janeiro, com os respectivos periodos de governo: — d. Antonio Alvares da Cunha, conde da Cunha, de 19 de Outubro de 1763 a 17 de Novembro de 1767; d. Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja, de 17 de Novembro de 1767 a 4 de Novembro de 1769; d. Luis de Almeida Portugal Soares de Eça Alarcão Mello Silva Mascarenhas, marquez do Lavradio, de 4 de Novembro de 1769 a 5 de Abril de 1779; d. Luis de Vasconcellos e Sousa, de 5 de Abril de 1779 a 9 de Junho de 1790; d. José de Castro, conde de Resende, de 9 de Junho de 1790 a 14 de Outubro de 1801; d. Fernando José de Portugal e Castro, conde e depois marquez de Aguiar, de 14 de Outubro de 1801 a 21 de Agosto de 1806; d. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, de 21 de Agosto de 1806 a 7 de Março de 1808.

mãos da rainha d. Maria e do principe-regente d. João VI; extinguiu-se o vice-reinado, quando um verdadeiro rei pisou o sólo brasileiro.

Immediatamente, em seguida, foi dividida tambem a capitania geral do Rio de Janeiro, fôram collocadas directamente sob o govêrno central, como havia sido disposto pelo decreto de 25 de Fevereiro de 1807, ambas as provincias de São Pedro e de Sancta Catharina; a mesma cousa aconteceu ao Espirito Sancto. Sómente ficou até certo poncto em commum a justiça, porque ainda actualmemente devem recorrer á Relação de Segunda Instancia, que foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, a 15 de Julho de 1751, quasi todas as provincias que a princípio pertenciam á jurisdição da capitania geral dêste mesmo nome.

Quanto ás condições da egreja, já havia sido estabelecida uma prelazia, por um breve papal, de 19 de Julho de 1575 e decreto real de 11 de Maio de 1577, na cidade do Rio de Janeiro; independente do bispo da Bahia, devia ella administrar as capitancias sul-brasileiras. Ella subsistiu cem annos; então foi o Rio de Janeiro elevado, pela bulla de 16 de Novembro de 1676, a diocese, cujo bispo devia ser suffraganeo do nôvo arcebispo da Bahia, e era essa diocese encarregada de toda a antiga esphera da capitania geral do Rio de Janeiro.

Todavia, fizeram-se depois importantes mudanças abi; por bulla papal, de 6 de Dezembro de 1746, tiveram as provincias de São Paulo e Minas Geraes cada uma o seu proprio bispo; egualmente, nos ultimos annos, a provincia do Rio Grande do Sul; de sorte que a diocese do bispo do Rio de Janeiro comprehende actualmemente só tres provincias: a de egual nome, a de Espirito Sancto e a de Sancta Catharina.

\* \* \*

Contemplemos agora as differentes provincias de nossa capitania geral. Primeiramente, a provincia do Espirito Sancto, limitada ao Norte pelo rio Mucuri, ao Sul pelo rio Itabapoana, que desembocca algumas leguas ao Norte do rio Parahiba do Sul, no oceano Atlantico; abrange ella uma área de 3.000 leguas quadradas, com mais ou menos 51.300 habitantes. Por conseguinte, si exceptuarmos o Alto Amazonas, é a mais escassamente povoada entre todas as regiões brasileiras; ella constitúe, com o territorio sul-bahiano, a

velha capitania de Porto Seguro e dos Ilhéos, o trecho de costa atlantica que, após 300 annos de colonização, é a que ainda mais atrasada permanece — uma região selvagem, pobremente cultivada, entre a bahia de Todos os Sanctos e a bahia do Rio de Janeiro.

E, entretanto, as condições naturaes, aqui, não são, em absoluto, desfavoraveis. Ao longo da praia do mar, que é acompanhada por ininterrupta série de escolhos chamados Abrolhos (em portuguez: "Abra os olhos"), continúa em consideravel largura a abençoada tira de costa que mencionámos em Pernambuco e Bahia como muito propria para o cultivo de productos coloniaes — assucar, algodão e café.

Seguindo para o interior, eleva-se o sólo pouco a pouco em lombadas baixas e vai sempre subindo para o planalto interior brasileiro de Minas Geraes; aqui não são mais as planicies desnudas e pobres de agua e de arvores, do planalto ao Norte, mas por toda parte rica vegetação tropical, e sólo regado e sulcado por numerosas caudaes encaichoeiradas.

Porém, justamente essas montanhas cobertas de mattas fôram grande impedimento á colonização, pois offereciam ao indigena seguro esconderijo, de onde elle se lançava em assaltos devastadores sôbre as colonias europeas, e onde rapidamente se refugiava, antes que os prejudicados se pudessem levantar em represalia.

Toda a história dessa região e especialmente da provincia do Espirito Sancto, visto ella (exceptuando um assalto de Hollandezes contra a cidade de Victória, 1625) não haver tomado parte alguma nos grandes acontecimentos historicos, limita-se ás alternativas de guerra com as tribus selvagens dos Aimorés (Botocudos), Puris e Goitacazes, que uma vez ou outra, depois de pesadas derrotas, se conservavam socegados mais tempo, ás vezes durante decennios, porém, logo que se restabeleciam ou se reforçavam com alianças novas, reencetavam as antigas guerras.

Contentamo-nos em aponctar o resultado: a colonização portugueza teve que limitar-se exclusivamente sempre á immediata proximidade do mar, e, como não recebesse auxilio, nem de immigração, nem outro qualquer, difficilmente tambem aqui ella se teria podido manter, si não lhe houvessem vindo em soccorro algumas numerosas tribus de Indios da costa.

Estes, convertidos pelos Jesuitas, na guerra contra as hordas selvagens das mattas das montanhas, puzeram-se ao lado dos brancos e acostumaram-se á vida de lavoura; elles

fundaram perto das primitivas povoações dos brancos, Espírito Sancto (Villa Velha), Victória, São Matheus, as aldeias de missão — Itapemirim, Reritigba ou Benevente, Almeida, etc., cujos inícios datam, na maioria, dos fins do século XVI, e que até a expulsão da Companhia de Jesús (3 de Setembro de 1759) alcançaram um considerável desenvolvimento e não pequeno grau de florescencia; contavam-se então mais ou menos uns 40.000 Indios civilizados, que viviam contiguos á população branca, mas, absolutamente, não mesclados á mesma; pelo contrário, era por lei prohibido aos brancos penetrar nas aldeias das missões, sem especial licença, e outra parede divisoria era mantida pelo facto de conservarem os jesuitas o uso da lingua primitiva dos Indios.

Com o tempo, tudo isso mudou, para desvantagem dos Indios; os novos regulamentos do marquez de Pombal, de 17 de Agosto de 1758, produziram aqui o mais prejudicial effeito, como, aliás, por toda parte; os Indios a principio sob a fiscalização de directores, depois entregues completamente a si mesmos, voltaram ao estado de selvageria e dispersaram-se, e assim subsiste actualmente aqui apenas um unico aldeamento, com 70 habitantes meio civilizados; todas as restantes povoações indias, inteiramente ou em grande parte, passaram ás mãos de colonos brancos, e tomaram logar entre as mais importantes cidadezinhas provinciaes.

Em logar do systema destruido, depois que o Espírito Sancto, no anno de 1809, obteve a sua completa autonomia provincial, recorreu-se a outros meios, para elevar de nôvo esta provincia abandonada. Primeiramente, procurou-se attrair para alli a immigração estrangeira. O govêrno do imperio mandou buscar aos Açores um certo número de colonos, cêrca de 50 familias, que, a 14 leguas ao Noroêste da capital, Victória, entre os rios Itaquari e Sancto Agostinho, então se estabeleceram na encosta da serra dos Aimorês; a fundação recebeu o nome de Vianna, nome do intendente-geral da policia, Paulo Fernando Vianna (103), que vivamente se interessou pelo plano e cooperou na sua realização (1812-1816).

---

(103) O intendente-geral da policia chamava-se Paulo Fernandes (é não *Fernândo*, como escreve Handelman) Viana. Era desembargador do paço e desempenhou aquelle cargo (no qual foi grandemente auxiliado pelo célebre major Vidigal) desde 1808 até 1821. Conforme



Contudo, a princípio foi duvidoso o éxito; o clima tropical, as insalubres emanações das baixadas vizinhas e os pesados trabalhos dos primeiros estabelecimentos caifaram muitas vidas de colonos; além do que Vianna, que devia servir como que de obra avançada para Victória, teve de soffrer repetidos ataques dos Botocudos selvagens, pelo que a maioria dos Açorianos tractou de fugir; porém, o govêrno mandou buscá-los de nôvo por soldados e deu ao povoado uma guarnição para sua defesa e vigilancia. Pouco a pouco, fôram melhorando as condições, e Vianna subsiste ainda, em geral cuidando da cultura do café, todavia sem grande importância, e sobretudo sem que o seu exemplo tenha exercido influência digna de nota para a immigração e a lavoura.

Sómente no anno de 1847 foi emprehendida segunda tentativa de colonização, fundando o então presidente provin-

---

se lê na *Abreviada demonstração dos trabalhos da policia em todo o tempo que a servio o desembargador do paço Paulo Fernandes Viana*, precioso documento autobiographico, que saíu na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (t. LV, p. 1<sup>a</sup>, pags. 373-380), narra elle proprio, pela fôrma seguinte, o que fez em prol da colonização do Brasil, especialmente quanto á fundação de Viana, no Espírito Sancto, á qual se referiu mais detidamente o historiador alemão: — “Por minhas instancias, projectei e consegui que das ilhas dos Açores se transportassem cazaes de ilhéos, que viessem augmentar a povoação branca deste paiz; e vieram com effeito muitos á custa das rendas da intendencia; pagaram de frete de 50\$ a 70\$ por cada cabeça, excepto das creanças de peito, arranjaram-se com mezadas por dous annos nesta provincia, na de São Paulo, Porto Seguro e capitania do Espírito Sancto; a todos se deram casas, terrenos, ferramentas, carros e bois, ou cavalgaduras, e ainda que em nenhuma parte prosperassem tanto como na capitania do Espírito Sancto pela inconstancia de seos genios e pouco amor ao trabalho, na capitania pelos cuidados do governador, que ali estava, o cápitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, se erigio com estes cazaes a linda povoação de Viana com cazas de telhas para cada um, egreja e capellão curado, que hoje está já com freguezia separada da Victoria, com congrua e cirurgião de ordenado pago pela mesma intendencia, que estão com seos títulos correntes de sesmaria, que já chegam a 54, e tem-se alli promovido entre si e com familias do paiz 18 cazamentos, e com estes e com os mais espalhados pelos outros lugares indicados, e mesmo nas vizinhanças desta côrte, se tem conseguido prosperarem em fructos e em população branca com muita vantagem deste paiz, antes mesmo, graças aos paternaes cuidados d’el-rei, que a tudo se provesse magnanimamente, acolhendo sempre bem os meos cuidados e incitando-os com a mais generosa approvação das despesas, que nisto se empregaram, e que todas lhe pareciam sempre pequenas para tamanho bem, que se conhecerá com o andar dos tempos, e que o Brazil terá ainda algum dia de reconhecer”.



cial, Luis Pedreira do Couto Ferraz, a colonia Sancta Izabel, nos arredores de Victória; primitivamente povoada com 176 immigrantes alemães, que receberam as suas terras em donativo, contava, no anno de 1850 apenas 164 habitantes, que fôram elevados, até 1856, a 225.

Além dessa, fôram projectadas mais duas colonias em tempos recentes: Rio Nôvo, custeada por uma companhia de colonização, constando de 20 leguas quadradas de terras, onde são offerecidos lotes por aforamento ao immigrante, e Sancta Maria, na margem do pequeno rio de igual nome, constando de quatro leguas quadradas, onde o proprio govêrno vende as terras para livre posse.

Todavia, todas estas cousas passam para segundo plano; o mais importante aspecto na história provincial moderna são os planos para a navegabilidade do rio Doce; e, para podermos apreciar esta obra, devemos lançar ainda um golpe de vista sôbre as condições geographicas.

Do nucleo de rocha do coração do Brasil, da provincia de Minas Geraes, despenham-se, em direcção ao mar, perpendiculares á costa, tres cursos de agua de ordem média: ao Norte, o rio Jequitinhonha (Belmonte), que desembocca a pouca distancia de Porto Seguro, provincia da Bahia (e já mencionámos que desde mais de 40 annos se pensa em tornar navegavel esse rio); depois, o rio Mucuri e o rio Doce, que ambos têm a sua embocadura em terras do Espirito Sancto. Todos estes rios, ao primeiro golpe de vista, parecem offerecer as naturaes vias de commércio entre o interior e a costa; porém, tal não se dá, pois sendo o seu curso relativamente curto, tanto maior é a sua quêda; em successivas cachoeiras fazem caminho pelos diversos degraus do planalto, e a grande quantidade de massa de alluvião, que as aguas bravias arrebatam consigo e depositam no curso inferior, tornam essa parte da costa sómente navegavel por embarcações de pequeno calado; para effectuar uma communicação fluvial, portanto, tem-se de contar com colossaes esforços e despesas.

O govêrno portuguez-brasileiro, enquanto persistia no velho cioso systema colonial, não queria outra cousa; afim de poder melhor fiscalizar a exportação, sobretudo de metaes e pedras preciosas de Minas Geraes, procurava concentrar a mesma, quanto possivel, no Rio de Janeiro; e, si o commercio feito alli com os portos do Espirito Sancto (respe-

ctivamente Porto Seguro), não era formalmente proibido, todavia nada se fazia para torna-lo possível, para facilitá-lo; deixaram-se os rios no seu estado natural e deixaram-se em paz as tribus selvagens, que tornavam pouco seguras as vizinhas montanhas cobertas de mattas.

Esse estado de cousas só mudou, quando, com a transference da familia de Bragança (1808), cessou o antigo constrangimento colonial; ambas as partes, o interior e a costa, desejavam ligar-se, e o govêrno, accedendo a estes desejos, resolveu construir uma estrada entre as cidades de Victória (Espírito Sancto) e Mariana (Minas Geraes), ao longo do rio Doce. Logo o primeiro governador provincial do Espírito Sancto, Antonio Pires da Silva Pontes Leme (1809 e seguintes), emprehendeu uma exploração dêsse rio e fundou, á margem sul do mesmo, a pouca distancia da fronteira de Minas Geraes, o Porto de Sousa, que, provido de uma guarnição militar, devia conter os selvagens Botocudos e assegurar o trafego; nesse mesmo tempo, cêrca de 1810, foi fundada segunda aldeia, no curso inferior do rio, Linhares, assim chamada em honra do ministro de Estado de então, conde de Linhares, a qual dahi em deante progrediu bastante e no anno de 1839 subiu á categoria de villa.

Tambem pelo outro lado, alguma cousa se fez; em Minas Geraes: no curso superior do rio Doce, cêrca do anno 1820 e seguintes, o Francez Guido Thomaz Marlière (104), como director geral, trabalhou com grande resultado para a civilização dos Indios; conseguiu por seu modo de proceder, intelligente e humanitario, pacificar diversas populações selva-

---

(104) A Afranio de Mello Franco é que se deve o excellente trabalho "Guido Thomaz Marlière — *(O apóstolo das selvas mineiras)*" (Bello Horizonte, 1914), biographia do benemerito francez que evangelizou os botocudos da região do rio Doce. Foi director-geral dos Indios na provincia de Minas Geraes, e a *Revista do Archivo Publico Mineiro* (t. X, fascs. III-IV, pags. 383-668) estampou todos os documentos da sua proficua actividade naquelle árduo cargo. Como se vê do *Cat. da Expos. de Hist. do Bras.* (Rio, 1881, vol. II, paginas 1.011 e 1.016), deixou elle: — *Vocabulario portuguez-botocudo*, manuscrito até agora existente na Bibliotheca Nacional; *Idiomas ou linguas dos Indios — Lingua botocuda e Vocabulário das tribus de botocudos, appellidados Krakmun, Pajaurum, e Naknenuk, habitantes nas vertentes do rio Doce e Gequitinhonha, provincia de Minas Geraes, imperio do Brazil*, publicados na *Abelha de Itaculumy*, ns. de 4 de Fevereiro e 28 de Abril a 27 de Maio de 1825.

gens, que até então haviam vivido na mais feroz inimizade com os brancos e entre si, e converte-las para a vida domiciliada, de sorte que nestas regiões de certo modo se assegurou a paz pública. O tráfico foi pouco a pouco attrahido para o nôvo caminho: todavia, pela condição do rio e como, demais, a travessia era sujeita a um imposto de fronteira provincial, elle ficou de pouca monta, razão pela qual se julgou conveniente chamar em auxilio o concurso do interesse estrangeiro.

O govêrno do imperio cedeu em 1824 a navegação do rio Doce e exploração das minas de ouro, e em todos os seus affluentes, a uma companhia anglo-brasileira, que de seu lado tambem não tirou proveito algum digno de nota e, depois de haver applicado alli inutilmente avultadas quantias, extinguiu-se ás galadas.

Sem embargo, formou-se dez annos depois segunda companhia anonyma de accionistas, a Companhia de Navegação a Vapor para o rio Doce, que obteve plenos poderes para tornar navegavel este rio, por arrebetamento das cachoeiras ou pelo estabelecimento de canaes de desvio; para esse fim lhe foi garantido por varios annos o monopolio da navegação entre o mar e a cidade de Mariana, e, além disso, em todos os pontos da margem que julgasse apropriados para fundação de colonia, doação de duas leguas quadradas de terra (1835).

No anno de 1839, começaram os trabalhos preparatorios, e, em 1841, poz-se em movimento o primeiro barco a vapor no rio Doce; porém, immediatamente depois, a empresa, com grande prejuizo dos accionistas interessados, acabou de modo lamentavel.

Esse duplo insuccesso de exploração estrangeira, sem dúvida alguma, deve ser imputado em parte ás intrigas e á má vontade da população brasileira, que no seu ciume via com maus olhos firmar-se uma potencia financeira estrangeira nesse districto supposto aurifero; porém, as razões principaes fôram, entretanto, os quasi insuperaveis obstaculos naturaes e, sobretudo, o clima insalubre do valle profundamente cavado. E' que o rio Doce e seus affluentes, quando crescem no tempo das aguas, transbordam por toda parte; e, como o seu curso passa em geral por entre densas mattas virgens, não pôde aqui o sol seccar a terra encharcada; assim se formam nas mattas extensos pantanaes, cujas exhalações mortiferas engendram as mais malignas febres; e

essas doenças não ameaçam sómente o immigrante estrangeiro, porém egualmente o colono indigena, mesmo no peor dos casos, o proprio viajante que alli transita tem por muito tempo que soffrer as suas consequencias. Em todo caso, pôde esse inconveniente, com o tempo, ser removido pelas roçadas; porém isso custará muitos sacrificios de vidas humanas, que o Brasil de facto não pôde fazer; e a Europa difficilmente o quererá fazer.

Nos tempos mais recentes, volveu-se a attenção pública de preferencia para o terceiro rio, o rio Mucuri, onde as condições para a navegação parecem mais favoraveis; no mais, porém, é o mesmo que no rio Doce.

Já desde annos havia pensado o govêrno brasileiro em estabelecer colonias, aproveitando os malfeitores condemnados das vizinhanças de Minas Geraes e Bahia, entre o Mucuri e o affluente Todos os Sanctos, em terras de Minas Geraes; todavia, nada deu esse plano; em compensação, actualmente a iniciativa particular tenta alli fundar uma colonia denominada *Saxonia*, povoada com immigrantes alemães. A cousa estava assim esboçada: a 19 de Outubro de 1847 foi sancionada, por decreto imperial, a Companhia Mucuri, que se encarregava de tornar navegavel o rio Mucuri, e por essa via estabelecer uma communicação regular entre o Rio de Janeiro e a cidade de Minas Novas ou Fanado (provincia de Minas Geraes); em troca, obtinha como privilegio durante quarenta annos o exclusivo transporte de todas as mercadorias nessas paragens, a um preço maximo fixo, cessão do imposto provincial de importação e o (monopolio?) commercio de vinho, sal, ferro, chumbo, aço, etc. Ao que se diz, a companhia já havia adquirido um vapor de mar, *Mucuri*, para a viagem do Rio de Janeiro até São José de Porto Alegre, na foz do Mucuri, e dous pequenos rebocadores para a navegação fluvial, e a communicação se inaugurou a 20 de Agosto de 1855.

Entretanto, parece que não se considera toda essa empresa como bastante rendosa, e, por isso, se quer annexar a ella um negocio de terras. Assim fôrão compradas no acima mencionado districto (provincia de Minas Geraes) 10 leguas quadradas de terras do Estado e no poncto central das mesmas, á margem do rio Todos os Sanctos, foi demarcada uma "cidade do amor fraternal", Philadelphia, pelo engenheiro alemão Robert Schlobach, a qual devia servir como estação

intermediaria entre Minas Novas e São José de Porto Alegre. Logo em seguida appareceu em Leipzig — como disse a crítica (105) brasileira, — uma publicação “espontanea, totalmente alemã”, que recommendava o mais calorosamente possível a empresa aos emigrantes alemães; ao passo que de um lado gabava, exaltava a segurança da Companhia Mucuri e ás favoraveis condições para compra de terras que se offereciam aos colonos, por outro lado dava da natureza do terreno e do clima as mais tranquillizadoras garantias (106).

Nós cremos e esperamos que o mencionado folheto não tenha tido nem venha a ter resultado digno de nota; “de mais a mais”, assim refere uma carta particular da Bahia, que temos presente, “quem não tiver medo das febres palustres e maleitas, das quaes morrem até os proprios soldados e engenheiros e seus auxiliares brasileiros, esse cuide de reconciliar-se com Deus”.

★ ★ ★

A vizinha do Espirito Sancto, ao Sul, a provincia do Rio de Janeiro, que desde 1832-33 tambem contém os Cam-

(105) “Totalmente alemã”, in o *Jornal do Commercio*, de 16 de Março de 1856, sobre o livro de C. F. Kotte: “Brasil e sua significação para a emigração alemã, com especial referencia á colonia Mucuri, na provincia de Minas Geraes”, Leipzig, 1855. (*Nota do auctor.*)

(106) Foi em 1847, com o opusculo *Condições para a incorporação de uma companhia de commercio e navegação do rio Mucuri*, que lançou Theophilo Ottoni a idéa da grandiosa empresa, a qual se organizou com o capital de 1.200:000\$000. Além dos relatórios annuaes, publicados desde 1852 até 1860, traçou o fundador da Companhia do Mucuri o historico do seu empreendimento num folheto, dado á estampa em 1856. Logo depois, endereçou a Joaquim Manuel de Macedo a *Noticia sobre a colonia e os selvagens do Mucuri*, a qual foi inserta na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. XXI, pags. 191-238 (com *separata* no mesmo anno de 1858); no anno seguinte, editou outro volumito, com o título *A colonização do Mucuri*; e, finalmente, em 1862, no trabalho denominado *Breve resposta*, explicou as razões do mallôgro da empresa e demonstrou a probidade com que a dirigiu. A 1 de Março de 1861, por contracto celebrado com Theophilo Ottoni (competentemente auctorizado pela assembléa geral de accionistas), encampou o govêrno imperial a Companhia do Mucuri, pela quantia de 900:000\$000. O activo da empresa, era, então, de 1.399:300\$417; e o seu passivo era de 1.589:019\$995. Da ousada iniciativa do insigne politico mineiro resultou a cidade que hoje se honra com o seu nome e que fôra por elle denominada “Philadelphia”.



pos de Goitacazes, é limitada em sua maior parte pelo curso principal do rio Parahiba (indio — “o rio claro”) (107) e alguns affluentes, e comprehende uma área de cerca de 1.352 leguas quadradas. Ella consiste, em grande parte, de um planalto médio, no qual as montanhas da costa, quasi a meia distancia entre o Parahiba e o mar, percorrem toda a provincia e de ambos os lados extendem as suas ramificações e declives; na proximidade de Cabo Frio, o planalto vem quasi á immediata vizinhança da costa. Assim, devemos considerar a parte norte da provincia, Campos de Goitacazes, como o último prolongamento da fertil baixada da costa, que começa mais ou menos juncto do rio Parahiba do Norte, vindo terminar aqui juncto do Parahiba do Sul.

Todavia, tambem o planalto primitivamente, e ainda hoje, em grande parte coberto de mattas, não é esteril, absolutamente; além de ser proprio para o cultivo das plantas alimenticias communs, presta-se especialmente para o caféeiro; e este último tornou-se aqui, como nos territorios vizinhos de igual formação — provincias de Minas Geraes, São Paulo, Paraná e Sancta Catharina — o principal artigo de commercio, de maneira que este grupo de provincias caféieras pôde ser equiparado ás provincias assucareiras do Norte tropical.

No capitulo oitavo caracterizámos o caféeiro como planta democratica, em contraste com os aristocraticos algodoeiro e canna de assucar; portanto, dever-se-ia esperar aqui uma composição social differente; contudo, não é esse o caso. Pois, assim como no Norte, tambem na costa sul a principio era o assucar propriamente a principal indústria, e, somente depois que por seu effeito se firmaram as condições das fazendas e da sociedade, é que surgiu a produção do café; só em 1770, sobretudo graças aos especiaes esforços do vice-rei marquez do Lavradio, se deu ao plantio do café maior

---

(107) Para que se comprehenda a razão deste novo significado, attribuido por Handelman ao toponymo *Paraiba*, é preciso que se recorra ao texto alemão. A' pag. 121, graphou elle *Parahyba* e deu-lhe interparentheticamente o etymo indigena “der böse Fluss”, isto é, “o rio mau”. Mas, á pag. 448, á qual corresponde a desta nota, adoptou outra fôrma graphica, *Paraiba*, dando-lhe novo sentido, “der klare Strom”, “o rio claro”. Ora, o vocabulo é o mesmo, e a sua exacta significação é a primeira acima indicada, “rio mau”, como se pôde ver no livro, já tantas vezes citado, de Theodoro Sampaio, *O tupi na geographia nacional*, pag. 254.

atenção; só desde 1820 é que figurou o café entre os artigos de exportação; e, embora dahi em diante, de anno para anno, elle sempre fôsse tomando a precedencia sôbre o assucar, não conseguiu até aqui modificar cousa alguma nas condições locais estabelecidas.

Encontra-se por isso aqui, no Rio de Janeiro, fundamentalmente a mesma composição de povo, como nas provincias do Norte (assucareiras): uma população escrava, que pelo menos faz contrapêso á população livre, e, por outro lado, entre os livres, em contraste com uma grande massa de povo destituido de recursos, uma pequena aristocracia de fazendeiros ruraes, que tem nas suas mãos mais ou menos todas as terras e, embora incapaz de só por si tirar proveito dellas, todavia, pelo seu cioso capricho de soberania, não quer abrir mão de cousa alguma. Daremos a este respeito apenas um exemplo mais frisante.

No início do seculo XIX, estava quasi todo o districto de Campos dos Goitacazes repartido entre quatro fazendeiros apenas, portanto cada um delles tinha de seu um territorio de colossal extensão; contava cada um delles com um grande número de arrendatarios, que annualmente pagavam modico imposto territorial e cujo contracto, em regra geral, só valia por quatro annos; contudo, raramente se negava prorrogação do mesino, e muitos sitios arrendados estavam já desde muitas gerações nas mãos da mesma familia. Si esse estado de cousas subsiste até ao tempo actual, é o que resta a saber; em todo caso, porém, o certo é que ainda é sempre muito difficil para o pequeno lavrador, é mesmo quasi impossivel adquirir a sua propriedade, como prova o seguinte facto (publicado no *Correio Mercantil* de 6 de Junho de 1854).

No anno de 1854 foi apresentado ao imperador d. Pedro II um ancião de mais de cem annos, Francisco Thomaz da Silva, filho de paes brancos, de Pirahi, na provincia do Rio de Janeiro, que havia reunido em tórno de si uma prole de filhos, netos e mais descendentes, num total de 263 pessoas; e, entre todos, nem um só delles, nem o avô nem o neto, jamais havia podido chamar seu um só palmo de terra que fôsse; sempre o trabalho de suas mãos havia beneficiado um extranho: o dono das terras. Como teria sido em tudo differente a sorte de uma tal familia nos Estados Unidos da America do Norte!

E' quanto basta dizer sôbre o desenvolvimento do povo no interior; voltemo-nos agora para a história exterior. A capitania do Rio de Janeiro havia tido durante os primeiros cem annos, com curtas interrupções, tres governadores de uma só familia, dos Corrêas de Sá: Salvador (1568-72, 1576-1598), seu filho Martim (1602-8, 1618-31), e seu neto Salvador (1637-42, 1658-62); e sob o govêrno delles rapidamente progrediu, tanto que por suas proprias forças o último referido Salvador poudo reunir um consideravel contingente de soldados e dinheiro para aquella expedição maritima que elle, no anno de 1648, emprehendeu para reconquistar as antigas colonias portuguezas na Africa.

O motivo dessa relativamente rapida florescencia em grande parte residia no negôcio de commissões e corretagem que os commerciantes das praças maritimas brasileiras, sobretudo as de Sanctos e São Sebastião, faziam com as colonias do Prata e, por intermedio dellas, ainda mais além, com o interior do Perú. A princípio severamente prohibido (1552), a corôa de Espanha, todo o tempo de seu dominio sôbre Portugal (1580-1640), tacitamente consentiu nesse tráfico; em seguida, depois da separação dos dous reinos, ella procurou na verdade supprimi-lo, e em quasi todos os tractados devia Portugal prometter a sua cooperação para esse fim, promessa que, contudo, por mutio tempo, não foi cumprida.

Porém, quanto era importante tal commercio, demonstra-o a seguinte noticia: no anno de 1693 sobreveio, afinal, uma paralysação dêsses negocios, pela acção conjuncta das duas corôas, e, então, só na cidade do Rio de Janeiro ficou retido em mercadorias um capital de 600.000 cruzados, sem contar as quantias menos avultadas, porém sempre importantes, nos outros portos sul-brasileiros. Dêsse golpe nunca mais se restabeleceu inteiramente aquelle commercio, e, si de facto não se extinguiu, todavia mudou de roteiro dahi em deante. E' que o gabinete de Lisboa, sobretudo desde fins do seculo XVII, quando, pelos descobrimentos de ouro em Minas Geraes, o territorio central do Brasil havia adquirido excepcional valor para a corôa de Portugal, julgou necessario supprimir alli, com o maximo rigor, todo o commercio estrangeiro; ao contrário, os portos mais importantes, do Sul, especialmente a recém-fundada colonia do Sacramento, portugueza (no actual Uruguay), de boa vontade fôram deixados abertos aos contrabandistas, e, assim, esta última povoação se tornou, em lugar do Rio de Janeiro, o principal emporio para o contrabando hispano-portuguez.

Porém, não foi menos ricamente indemnizado. o Rio de Janeiro dêsse pesado prejuizo; simultaneamente com o descobrimento do ouro, tambem se estendeu desde o início do século XVIII a colonização portugueza em Minas Geraes, Goiaz, Matto Grosso; e para esse immenso e rico territorio interior era a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, então, o mais importante, mesmo o quasi exclusivo porto e praça do commercio; uma nova inexgottavel fonte de bem-estar com isto se creava, a qual manou abundantissimamente, durante muitos annos seguidos, e tornou possivel a essa cidade, e a toda a provincia do Rio de Janeiro, tomar pouco a pouco a deanteira sôbre todas as outras provincias brasileiras.

Dêste modo, occupados desde o princípio em intensa actividade commercial, os "fluminenses" (108), assim se chamavam os habitantes do Rio de Janeiro, levaram em geral uma existencia tranquilla, regrada. Quando aqui a habitual ordem pública era de qualquer modo perturbada, em geral isso se dava por influencia de fóra, ou sendo a provincia atrahida a uma revolução das suas vizinhas, ou sendo chamada pelas auctoridades para supplantar tal sublevação.

A primeira categoria pertencem, em primeiro logar, ambas as perturbações da ordem occorridas durante o governo de Salvador Corrêa de Sá e Benevides: a revolta de 22 de Junho de 1640, em que os Jesuitas fôram assaltados, no seu collegio em São Sebastião do Rio de Janeiro pela população, e forçados a annuir a um accôrdo desvantajoso; e o levante de 8 de Novembro de 1660, etc., que visava até á deposição do mesmo capitão-general, e que foi abafado dentro de pouco tempo; ambos estes movimentos são, todavia, tão ligados á muito citada questão dos Indios, que mais minuciosamente delles tractaremos, quando estudarmos esta questão no Sul do Brasil.

---

(108) Aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro é dado hoje o nôme vulgar de "cariocas", applicando-se o locativo "fluminenses" aos naturaes do Estado do Rio de Janeiro. *Carioca*, conforme Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pag. 211), pôde significar "a casa do branco ou do europeu", como tambem "descendente do branco, procedente do europeu, o mestiço de procedencia do branco". Varnhagen (*História geral do Brasil*, vol. I da 4ª ed., pag. 98) presume que o arraial ou alojamento, estabelecido ás margens da bahia de Guanabara por Gonçalo Coelho em 1503, ficou situado "junto do riacho que dahi tomou o nome de *Carioca*". Assim, desse riacho a denominação se estendeu ao local pelo mesmo banhado, bem como aos arcos ou aqueducto, ao chafariz, ao logradouro publico e, finalmente, aos proprios habitantes da cidade.



Por outro lado, na segunda categoria, citamos os esforços dos capitães-generaes do Rio de Janeiro para manter de pé a ordem ameaçada, ao tempo do descobrimento do ouro, nas "minas geraes", mórmente as duas expedições que fôram emprehendidas para alli, nos annos 1708 e 1709; porém naturalmente estes successos só serão incluídos na história do descobrimento do ouro.

Muito mais importante e, de facto, o acontecimento de maior importancia na história do Rio de Janeiro, foi o duplo ataque dos Francezes á cidade de São Sebastião (1710 e 1711). Como se sabe, tambem a corôa de Portugal tomou temporariamente parte na guerra da successão espanhola (1701-1715) e ahi se achou no partido dos adversarios da França. Nada mais natural, portanto, do que haver occorrido que um dos muitos corsarios e commandantes de navios de guerra, que então percorriam o oceano, o capitão Duclerc, se dirigisse ao reino colonial portuguez no Sul da America, para ataca-lo e saquea-lo; e elle optou pela capital da antiga "França Antartica", Rio de Janeiro, que, no momento, como porto de exportação das terras interiores ricas de ouro, parecia prometter despojo especialmente farto. Ao cair da tarde de 16 de Agosto de 1710, appareceu a sua esquadra, forte de cinco velas, á entrada da bahia do Rio de Janeiro; no dia immediato tentou elle penetrar na mesma, porém as fortalezas á beira-mar o repelliram energicamente, e então elle navegou de nôvo para o alto mar (18 de Agosto).

No Rio de Janeiro acreditou-se com isso haver passado todo o perigo: entretanto, Duclerc absolutamente não havia abandonado o seu plano; elle tomou rumo do Sul, e, depois de duas tentativas de desembarque, frustradas deante da milicia por toda parte promptamente alarmada, conseguiu afinal tomar pé na costa, perto de Guaratiba, 12 leguas OSO da capital; alli fôram desembarcados mil soldados da marinha, dous negros aprisionados tiveram que servir de guias, e poz-se então Duclerc em marcha para São Sebastião. A sua caminhada durou septe dias, passando em parte por invios morros cobertos de mattas; contudo, nada se fez do lado dos Portuguezes para embargar-lhe o passo.

O capitão-general, Francisco de Castro de Moraes, á testa de alguns mil soldados e milicias da terra, resolveu esperar o inimigo no Rio de Janeiro, e tomou uma posição fortificada. Nem ainda quando finalmente chegaram á vista



os inimigos (18 de Setembro), elle não se mexeu; depois de have-los presenciado desbaratar os primeiros destacamentos avançados, deixou-lhes franca a entrada na cidade, e os Francezes, com rapidez inconsiderada, a invadiram. Em pequenos destacamentos, elles se dispersaram pelas ruas, ao passo que o corpo principal marchou a dar assalto ao palacio do govêrno; era como si revivesse nelles a temeridade petulante dos flibusteiros, que, no seculo precedente, sob as vistas do exército espanhol, superior de muito em número, haviam conquistado e saqueado ricas cidades. Porém, o resultado não foi tão feliz; no palacio do govêrno cincoenta jovens opuzeram uma efficaz resistencia aos atacantes; os cidadãos organizaram-se em grupos para defender os seus lares, ao que um religioso, Francisco de Meneses, gloriosamente, os incitava com palavras e com o exemplo; o capitão-general, de seu lado, destacou afinal tropas, que fôram ao encalço dos destacamentos dispersados do inimigo e os debandaram (109).

---

(109) Francisco de Castro Moraes já tinha estado, em 1700 e 1701, no govêrno interino da capitania do Rio de Janeiro, como substituto legal de Arthur de Sá e Meneses. De 1702 a 1707, capitaneou Pernambuco. Tomou posse de governador effectivo do Rio de Janeiro a 30 de Abril de 1710. Sobre a invasão dirigida por Duclerc, ha informações preciosas nas *Antiquallas e memorias do Rio de Janeiro*, de Vieira Fazenda, publicadas pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro (*Revista*, t. 86, pags. 19-22, e t. 89, pags. 225-240). Explica elle que "os estudantes dos *Pateos* do Collegio dos Jesuítas formavam uma companhia de infantaria de ordenança, commandada por um capitão, o qual em 1710 era Bento do Amaral, que exercia esse posto em razão de seus fôros de nobreza". Este e frei Francisco de Meneses, dois herôes da defesa do Rio de Janeiro contra os Francezes de Duclerc, já se haviam celebrizado um anno antes em Minas, na chamada "guerra dos emboabas". A *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. LXIX, p. 1<sup>a</sup>, pags. 55-75, inseriu a *Carta de fr. Francisco de Menezes para o duque de Cadaval, sobre a invasão de Duclerc (1710)*", a qual contém particularidades interessantes, já assignaladas por Vieira Fazenda. No combate de 19 de Setembro de 1710, entre os 70 mortos que tiveram as nossas tropas, figuraram seis estudantes (segundo a *Carta*, acima citada, de fr. Francisco de Meneses), dos quaes dá Rio Branco (*Ephemerides*, ed. de 1918, pag. 450) os nomes dos cinco seguintes: Pedro da Costa, Francisco Telles, Antonio Moreira, Francisco Pelleja (filho do desembargador Pelleja, que fôra ouvidor em São Paulo) e José Ferreira (filho do imaginario Francisco Ferreira). Bento do Amaral Coutinho (v. Rio Branco, *op. cit.*, pag. 459) morreu pelejando contra os Francezes de Duguay-Trouin, a 23 de Setembro de 1711, "perto da lagôa da Sentinella, no ponto de junção dos caminhos de Mata-Cavallos (hoje rua do Riachuelo) e de Capueraçu (na actual rua Conde d'Eu)".

Viu-se assim Duclerc, depois de encarniçados combates de rua, vencido por todos os lados; na verdade, elle julgava poder ainda exigir sua livre retirada, porém a proposta foi repellida, e, quando se ameaçou canhonear os prédios onde elle havia tomado posição, teve que se render á discreção. Com isto haviam os Brasileiros alcançado uma victória, porém pouco gloriosa; e ainda menos glorioso foi o tractamento que deram aos vencidos: durante o combate e depois d'elle, muito sangue se derramou inutilmente; o povo matava fugitivos e prisioneiros; dentre os feridos, muitos morreram, por lhes haverem faltado os devidos cuidados; o proprio Duclerc, a quem se havia concedido, sob solenne palavra de honra, a cidade por menagem, foi alguns mezes depois assassinado uma noite, sem que as auctoridades municipaes julgassem valer a pena ordenar uma investigação judicial.

O castigo para tudo isso não faltou. Apenas chegou á França a noticia do empreendimento de Duclerc e do seu lamentavel desfêcho, a opinião pública, unanime, exigiu desforra pela affronta soffrida.

Um dos mais experimentados navegantes, Du Gay Trouin, declarou-se prompto para tentar nôvo ataque ao Rio de Janeiro; seis particulares, a saber, cinco chefes de casas commerciaes em Saint-Malo (Bretanha) e um funcionario do thesouro real, puzeram á sua disposição, para esse fim, a quantia de 1.200.000 libras; tambem o govêrno sancionou a empresa e deu navios e tripulações; e, depois de se haver ás caladas, em differentes pontos da costa, providenciado sôbre os aprestos necessarios, reuniu-se a esquadra no porto de La Rochelle e dalli se fez de vela, a 9 de Junho de 1711.

A 27 de Agosto, havia a frota, que constava de quinze veleiros, alcançado a latitude da Bahia; e pensou então o almirante em primeiramente entrar neste porto e na cidade de São Salvador; porém o plano foi rejeitado pelo conselho de guerra reunido e a viagem continuou, e chegaram á entrada da bahia do Rio de Janeiro a 11 de Setembro.

Alli já se estava prevenido; justamente havia chegado de Lisboa a frota annual de commêrcio, que havia trazido os primeiros boatos, e immediatamente em seguida um veleiro rapido inglez trouxe a noticia formal da expedição franceza; entretanto, não se haviam feito os preparativos necessarios para a defesa, e, assim, conseguiram os Francezes, protegidos

por uma forte cerração matinal, entrar no porto; quando finalmente, ao meio dia, se dissipou o nevoeiro, já elles davam as costas para as fortalezas do porto e ancoravam defronte da cidade (12 de Setembro).

Agora, as auctoridades portuguezas perderam completamente a cabeça; á sua ordem fôram tocados para a praia e incendiados os navios de guerra e os de commércio parcialmente armados, que se achavam no porto; os canhões, na vizinha ilha das Cobras, fôram encravados, e depois abandonaram aos Francezes esta importante posição, que domina toda a cidade, quasi que sem resistencia (13 de Setembro).

Du Gay Trouin mandou logo estabelecer alli novas baterias, e sob a sua protecção desembarcou no dia immediato os seus soldados e marinheiros, ao todo uns 3.000 homens, com 24 peças de campanha.

O capitão-general Francisco de Castro de Moraes tinha em número de tropas decisiva superioridade sobre essas forças militares; todavia, do mesmo modo que no anno precedente e justamente na mesma posição fortificada, ficou elle tambem esta vez quieto, sem barrar os accessos da cidade; desta feita, porém, não conseguiu attrahir o inimigo á armadilha.

Os Francezes procederam com toda a ordem; depois de se haverem fortificado na costa, levantaram novas baterias para eventual bombardeio, e então mandou o almirante intimar o capitão-general para immediata rendição. "A cidade e a provincia — accrescentou elle — estavam nas suas mãos, toda resistencia seria baldada; contudo, não faria represalias, com egual crueldade, pelo que havia acontecido o anno precedente; o rei, seu senhor, o havia encarregado sómente de libertar os seus compatriotas prisioneiros e levantar na cidade um tributo, como expiação dos habitantes pelos crimes commettidos, e afim de cobrir as despesas desta segunda expedição franceza".

Quando o capitão-general, como era de esperar, deu resposta negativa a essa mensagem (19 de Setembro), começou no dia 20 o canhoneio contra as trincheiras portuguezas, como preparo do ataque geral, que estava marcado para o dia seguinte. Entretanto, já antes, na noite de 20-21 de Setembro, chegou o momento decisivo; um destacamento francez, que, sob a protecção da noite, se encaminhava para tomar a sua posição de assalto, foi descoberto pelos Portuguezes e violentamente atacado; os Francezes responderam logo com o

fogo de todos os seus canhões; toda a noite, durante a qual desabou uma pavorosa tempestade, lançavam seus brandões accesos no meio da cidade.

Tão dura provação não poudo supportar a coragem da população e da guarnição portugueza; tumultuosamente fugiram com os seus haveres para os arredores; tambem o capitão-general se retirou, depois de haver entregado ás chammas os armazens publicos. E, quando, então, na manhã seguinte, Du Gay Trouin se preparava para o assalto, eis que se lhe apresenta um compatriota, antigo ajudante do capitão Duclerc, com a notícia inesperada da victória; cheios de jubilo, entraram os Francezes na conquistada Rio de Janeiro e fôram alli acolhidos com votos de boas vindas pelos 500 compatriotas prisioneiros, que os receberam como libertadores (21 de Setembro de 1711).

A cidade de São Sebastião foi então entregue ao mais terrivel saque, sendo, porém, por gratidão, poupadas as casas daquelles cidadãos que haviam tractado com bondade os homens de Duclerc, durante o seu captiveiro; foi enorme o despojo e, como cada um tractava de arrecada-lo por si mesmo, em breve apresentava a cidade conquistada, com a soldadesca franceza, o espectaculo da mais selvagem confusão.

Debalde se exforçava Du Gay Trouin por manter a ordem; elle matou, com as proprias mãos, alguns recalcitrantes; mandou circular patrulhas, porém estas se dispersaram, para tomar parte no saque; e, houvesse o capitão-general portuguez, que dispunha de fôrças combatentes superiores de muito e ainda se achava ás portas, aproveitado este momento, elle teria podido recuperar com pouco trabalho a cidade perdida, teria desbaratado e esmagado o inimigo. Porém disso elle não cogitou; cêrca de uma legua de distancia, foi tomar posição entrincheirada, para onde mandou chamar as milicias das provincias vizinhas; por outro lado, voltaram os Francezes á ordem, pouco a pouco, e então tambem se lhes entregaram, á primeira intimação, as poderosas fortalezas do porto, de sorte que dominavam completamente a bahia do Rio de Janeiro.

Estavam aqui as cousas taes quaes no princípio da invasão hollandeza, na Bahia e Pernambuco (1624-25, 1630-32): cidade e porto estavam nas mãos de uma potencia estrangeira, que era cercada por todos os lados pelos nacionaes; entretanto, neste caso havia uma differença essencial: Du Gay Trouin não havia vindo para conquistar; elle não co-



gitava, de todo, de conservar o que havia ganho, sustentando um demorado cêrco, mas elle só fazia questão de uma cousa: obter alto resgate da cidade. Mandou elle, por isso, informar ao capitão-general que si, dentro em breve, não pagasse contribuição pesada pelas casas e restantes bens de raiz, elle arrazaria tudo, antes de embarcar; e, para mostrar que a ameaça era séria, começou logo com a destruição de umas casas de campo nos arredores. Isso sortiu effeito: o capitão-general offereceu um resgate de 600.000 cruzados, que o almirante francez a princípio recusou como insufficiente, esperando com ameaças novas extorquir maior quantia; contudo, depois de algumas negociações, finalmente se deu por satisfeito, e, por intermedio de alguns padres, jesuitas, foi ultimado um ajuste, em virtude do qual os Francezes, contra o pagamento da dicta quantia, promettiam poupar a cidade e evacua-la (10 de Outubro de 1711).

Justamente a tempo, pois ao cabo de alguns dias, chegou ao acampamento portuguez o capitão-general da vizinha provincia de São Paulo e Minas, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho; acompanhavam-no 1.500 cavalleiros e outros tantos homens a pé, e 6.000 negros armados estavam apenas a alguns dias de marcha. Antonio de Albuquerque era homem de resolução e de reconhecidos dotes militares, e na verdade para os Francezes os negocios estariam mal parados, si tivesse elle podido proceder á sua vontade; todavia, estava firmado o pacto; e, embora elle não approvasse a attitude medrosa do capitão-general do Rio de Janeiro, contudo não se sentiu auctorizado a quebrar a palavra dada, de um collega de eguaes direitos.

Assim foi o convenio por ambas as partes pontualmente executado; a 4 de Novembro de 1711 pagou-se a última quota; no mesmo dia, embarcaram e fizeram-se de vêla os Francezes, com todo o despojo que puderam transportar, depois de haver o almirante reunido e entregado todos os objectos roubados da egreja, á mão fiel da Companhia de Jesús. O sólo do Rio de Janeiro foi libertado dos invasores, e dahi em diante nunca mais foi profanado pelos pés de um inimigo estrangeiro.

Na verdade, o relativamente tão facil e tão brilhante successo de Du Gay Trouin (embora na viagem de regresso se perdessem diversos navios e com elles uma parte do despojo, ainda assim rendeu a expedição aos empresarios 92 % de lucro) convidou á imitação, e, de facto, aprestou-se na França no anno seguinte, por especulação particular, terceira



esquadra de flibusteiros, porém esta limitou as suas actividades a fazer prêsas no alto mar.

Por outro lado, os funcionarios portuguezes da corôa, que por sua pusillaniedade se tornaram culpados da desgraça do Rio de Janeiro, fôrão severamente castigados; á expressa vontade do conselho municipal do Rio de Janeiro, o capitão-general Francisco de Castro de Moraes depoz o seu cargo ás mãos de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, provisoriamente; porém, no anno seguinte, foi elle, á ordem do rei, chamado a apresentar-se á justiça e foi condemnado á destituição do seu cargo e á perpétua prisão numa fortaleza das Indias Orientaes; identicos castigos sofreram os chefes subordinados, mais ou menos culpados.

Depois dos annos 1710-11 (que, sobretudo, na história do Brasil do seculo XVIII, são de extraordinaria importancia, pois recáem nelles, contemporaneas da invasão franceza que acabamos de citar, em Pernambuco, a guerra contra o Recife, e na Bahia o levante em São Salvador), quasi nada digno de nota, para a história geral, se tem que destacar na história particular da provincia do Rio de Janeiro.

Em geral, si os governadores da corôa mereceram recordação, foi na maioria das vezes por sua collaboração na política exterior do Brasil (nas negociações sôbre limites hispano-portuguezes durante o seculo XVIII, das quaes nos occuparemos depois, na respectiva occasião) ou simplesmente por melhoramentos locaes, que para nós não têm interesse.

Mencionaremos apenas de passagem a gestão de trinta annos de Gomes Freire de Andrade, conde da Bobadella (26 de Julho de 1733 e seguintes), que durante todo o tempo governou, além da capitania geral do Rio de Janeiro, tambem a de Minas Geraes, e provisoriamente ainda a capitania geral de São Paulo, além de Goiaz e Matto Grosso, para o que elle se fazia substituir, ora aqui ora acolá, por um logar-tenente por elle mesmo nomeado; corôa e povo depositavam nelle a mais incondicional confiança, e tiveram motivos de sobra para se satisfazerem com o seu govêrno. O seu dominio era, de facto, um vice-reinado, pois comprehendia a maior parte de todo o Sul e Oêste do Brasil; todavia, Gomes Freire não teve o título de vice-rei; somente depois de sua morte (elle morreu em São Sebastião, a 1º de Janeiro de 1763), foi transferida a séde do vice-reinado da Bahia para o Rio de Janeiro, sem que, entretanto, algum dos seus successores jamais exercesse de facto uma tão extensa auctoridade.

Depois ainda sette vice-reis (IX-XV) residiram no Rio de Janeiro; foi o último o conde dos Arcos e a elle competiu dar as boas vindas á familia real de Bragança, quando ella fugiu de Portugal, e, depois de pequena demora na Bahia, a 7 de Março de 1808, desembarcou na bahia do Rio de Janeiro, afim de aqui estabelecer a séde de sua residencia.

A cidade de São Sebastião, a provincia do Rio de Janeiro tornaram-se com isso para o Brasil o que Lisboa e Portugal haviam sido, até aqui, o ponto central do governo, de onde irradiava e era guiado o desenvolvimento político geral; devemos, por isso, interromper agora a história provincial desta região, afim de que (na III secção) nos possa servir de arcabouço para a história geral do estado independente — reino e imperio — do Brasil.

Sómente um facto da história provincial moderna devemos e queremos separar e encaixar aqui, um golpe de vista sobre o mais recente desenvolvimento material e as condições de então do Rio de Janeiro.

Contemplando primeiramente o que ao tempo se chama colonização no Brasil, os esforços para attrahir alli imigrantes estrangeiros e concentra-los em pequenos nucleos isolados, veremos que já d. João VI havia começado: a 32 leguas a NE da capital, no Morro Queimado, elle mandou construir pequena casa de campo, para seu uso, e resolveu fundar proximo uma colonia suissa, que devia servir de modelo aos Brasileiros para a indústria de lacticinios, isto é, para o fabrico de manteiga e de queijo.

Nicolas Gachet, agente do cantão de Friburgo, encarregou-se, por ajuste de 16 de Maio de 1818, de mandar trazer os colonos, e assim fôram transportados para aqui, no anno de 1819, 1.682 Suissos, na maioria procedentes dos cantões de lingua franceza, á custa do governo; elles receberam terrenos gratuitos e durante os primeiros annos tambem algum auxilio em dinheiro; todavia, não teve o devido successo Nova Friburgo, como foi baptizada a colonia, por ordem real de 3 de Janeiro de 1820.

O sitio da fundação foi mal escolhido; toda a região em volta é arida, muito pedregosa, densamente coberta de mattas e tão accidentada, que poucos pontos se offerecem aptos para roçadas; e, para estabelecer campos de lavoura a pastagens, fôram necessarios os mais penosos esforços.

Muitos dos colonos suíços (645) em breve se aborreceram da empresa e se dispersaram por todos os lados; para substituí-los, foram mandados vir 342 Alemães, da região do Reno, que receberam passagem e terras gratuitas; porém, em seguida, não se lhes forneceu auxílio financeiro, e, assim, foi assegurada a existencia de Nova Friburgo; ella póde contar agora, com as povoações vizinhas filiaes, 1.500 a 1.600 almas. Porém os colonos por muito tempo passaram vida miseravel; mesmo actualmente só uma minoria gosa de solido bem-estar, e tambem para o futuro a perspectiva é pouco promissora: productos tropicaes não prosperam aqui, tão alto acima do nivel do mar; campos de lavoura e pastagens são raros, e pela falta de communicações se torna muito difficil a venda dos productos, de sorte que o logar provavelmente nunca conseguirá verdadeiro florescimento.

A glória unica de Nova Friburgo consiste no grande collegio alli fundado pelo alemão Johann Heinrich Freese e que desde muitos annos por elle é dirigido; é um instituto que se equipara aos melhores estabelecimentos de igual genero, publicos e particulares, no Brasil, e attrahe alumnos de toda a parte do imperio.

Desde a fundação de Nova Friburgo se passou um quarto de seculo antes que se formasse na provincia do Rio de Janeiro segunda colonia, e esta exclusivamente alemã. O que lhe deu origem foi o seguinte: no anno de 1843, a legislatura da provincia tomou a resolução de, afim de estabelecer melhores e mais seguras communicações com a região vizinha de Minas Geraes, construir algumas estradas e canaes; tractava-se, para isso, de mandar vir os necessarios trabalhadores, e com esse intento o presidente provincial, a 15 de Junho de 1844, assignou contracto com Eugenio Pisani, agente da firma Delrue e Cia., de Dunkerque, segundo o qual essa casa de negócio se compromettia a mandar, dentro de dezoito mezes., 600 familias para o Rio de Janeiro; de seu lado, prometteu o govêrno provincial indemnizar as despesas de viagem e pagar 245 francos por cabeça, a metade por creança. Delrue & Cia. começaram logo o seu recrutamento na Alemanha, mormente na região do Reno e do Mosella, no qual foi empregada toda a antiga arte enganadora de seducção do negociador de carne humana, e, apesar de repetidas advertencias, teve completo successo; dentro em breve foi arrebanhado o número exigido e ainda mais, e puzeram-se a caminho para o embarque em Dunkerque.

Não se pôde descrever o que elles soffreram nesse porto e na viagem do mar, por culpa do armador que, animado da mais vil cobiça, não providenciou para o necessario, faltando os devidos cuidados aos viajantes; depois, no proprio Brasil, a terra sonhada dos diamantes e palmeiras, esperava peor sorte aos immigrants (Julho de 1845). O governo provincial do Rio de Janeiro havia entrementes abandonado o projecto de construcção de estradas, sobretudo não pensava mais nos operarios encommendados, e para seu acolhimento nenhuma disposição tomou: de sorte que os desgraçados, ao desembarcar, se acharam completamente abandonados, ao meio de um povo estrangeiro, não acostumados ao clima tropical, entregues á mais cruel miseria, fôram victimados por uma epidemia, que, dentro de umas tres semanas, arrebatou uma sexta parte delles, 314 pessoas.

Então os negociantes alemães e o pessoal da legação alemã se apiedaram dêsses desgraçados parecentes; entre todos se salientou o imperador d. Pedro II nos soccorros efficazes concedidos aos recém-chegados; em parte pagou do seu bolso um consideravel número dos compromissos obrigatorios do contracto, e os mandou despachar para o Sul, para as colonias alemãs das provincias de Sancta Catharina e Rio Grande do Sul, onde no meio de parentes e compatriotas facilmente acharam emprego; outros se destinaram á fundação de mais algumas colonias alemãs; ainda outros fôram para o Espirito Sancto, onde fundaram a colonia de Sancta Isabel.

Além disso, para dar occupação aos restantes, o imperador retomou um plano longamente afagado e mandou construir, mais ou menos 15 leguas ao Norte da capital, na serra, á margem do correjo Secco, uma quinta de recreio, para residencia de verão; em tôrno fôram repartidas em aforamento as terras do governo provincial entre os colonos alemães, livres de taxas por 10 annos, depois sujeitas a modico imposto territorial. Assim nasceu a cidade de Petropolis, que no anno de 1850 contava 2.565 habitantes de raça alemã, entre elles 985 protestantes, e, segundo a narração de um viajante contemporaneo (Burmeister), já apresentava quasi que o aspecto elegante de uma estação balnearia européa; mas, para chegar a tanto, muito custou.

Quando os colonos chegaram ao sólo e territorio da actual Petropolis, existiam alli apenas cinco miseraveis choças de barro, cercadas por frondosa matta virgem, e a elles com-



petia agora o pesado trabalho das roçadas, quando já tinham que lutar contra a miseria, doenças e privações de toda especie; foi, além disso, a paz interior perturbada por odios de religião e machinações de proselytismo, a que desta vez deram início, segundo se diz, os protestantes, mas isso, graças ao bom senso da população alemã, não durou muito.

Mais séria era a opposição nacional, entre brasileiros e alemães, que já diversas vezes deu occasião para scenas tumultuarias. Juncto dos immigrants vivem, naturalmente, na cidade e vizinhança, tambem nacionaes, e á frente de todos estava o functionalismo brasileiro, de resto, não da melhor qualidade, que em geral pesava de modo particular sôbre os estrangeiros; os assim chamados directores da colonia que dispõem de auctoridade discrecionaria e illimitada, como parece, não souberam até agora obter a amizade e consideração dos Alemães, e frequentemente usavam de seu poder de modo interesseiro ou tyrannico, até mesmo o primeiro, major J. F. Köhler, embora sendo de nacionalidade alemã.

De mais a mais, declarou-se recentemente, Janeiro-Abril de 1855, entre o parochio catholico alemão, dr. Th. Wiedemann, e seu collega brasileiro uma rivalidade de jurisdicção, que, embora a razão estivesse sem dúvida do lado do primeiro, todavia terminou desfavoravel para elle, com a sua expulsão; foi então com isso abolido o parochio catholico alemão e sómente o evangelico alemão continúa a subsistir até hoje. Tambem para a organização de escholas alemãs nada se faz.

Aquella questão ecclesiastica isolada poderia, contudo, parecer insignificante; porém, pelo que as altas auctoridades civis e ecclesiasticas declararam ao parochio Wiedemann, é vontade do govêrno que dahi em diante se faça uma fusão em Petropolis, no sentido de tudo ser disposto de conformidade com os costumes brasileiros; não se pôde tolerar que se desenvolva no Estado segundo Estado; e por isso, elle, como campeão do germanismo, devia ser afastado, por perigoso para o Estado; isso merece especial consideração. E a isto accrescentaremos: pôde Petropolis chegar a feliz desenvolvimento, como cidade brasileira, porém, como colonia alemã, ella está em decadencia e não pôde exercer attracção alguma para a colonização alemã.

De outras empresas de colonização no interior da provincia do Rio de Janeiro, pouca cousa ha para relatar.



Por ocasião da fundação de Petropolis, recrutou o dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, naquella leva de imigrantes alemães, cerca de uns 140, que se encaminharam com elle para Macahé, na costa do mar, onde num profundo valle humido foi estabelecida uma colonia; oito mezes depois, 23 dêsse número haviam morrido e dos restantes nenhum mais prestava para o trabalho; quem ainda podia, fugiu.

Foi depois, em 1847, fundada a colonia Vallão dos Veados, pela "Companhia para combater o commercio dos escravos e promover a colonização", com auxilio do govêrno, e povoada com imigrantes de diversas nacionalidades — Belgas, Alemães, Francezes, Portuguezes; em 1850 contava 246 habitantes, e dahi em diante não terá augmentado o número, antes diminuido, visto que já então todos aquelles que tinham uma profissão se dispersaram pelos arredores.

Finalmente, subsistem ainda cinco colonias, que todas datam do anno de 1852: a do visconde de Baependi — Sancta Rosa, com 132 habitantes; a de N. A. N. Valle da Gama — Independencia, com 172; a de Braz Carneiro Bellens — Sancta Justa, com 155; a do marquez de Valença — Corôas, com 143, e a de José Cardoso de Meneses — Martim de Sá, com 67 habitantes; esta última, desde muito em completa decadencia (relatorio official de 1855); todas ellas se baseiam no systema de parceria, onde o colono tem que entregar, como pagamento, a metade de sua colheita (café) ao dono do terreno; e todos fôram recrutados na Alemanha (Holstein, Thuringia etc.).

Resumindo agora em poucas palavras o resultado total, vemos que, quanto á provincia do Rio de Janeiro, o accrescimento em lavradores colonos, vindos da Europa, até aqui tem sido de pouca monta; esse contingente é de muito inferior á corrente européa de negociantes, artistas e operarios profissionais, de capitaes, que ininterruptamente, desde que o Brasil foi aberto, em 28 de Janeiro de 1808, ao commercio mundial, affluiram aos grandes portos do Pará, Pernambuco, Bahia e, mais que todos, á cidade do Rio de Janeiro, proporcionando-lhes os melhoramentos materiaes modernos e ainda conservando sempre em mão a mais importante parte do seu commercio e industria.

Para a lavoura, ao contrário, foi de muito maior importancia a immigração africana, que o tráfico de escravos

forneçia; até aos tempos recentes, a par de Pernambuco e Bahia, o porto do Rio de Janeiro era a terceira praça para a introdução de Africanos; e, desde que foi definitivamente supprimido esse tráfico, pela lei de 4 de Setembro de 1850, a provincia do Rio de Janeiro recruta a sua população do trabalho por meio do commercio interno de escravos, comprando-os nas provincias do Norte. Contudo, com o augmento da produção, e depois da pavorosa devastação nos ultimos annos, occasionada pelo cholera e a febre amarella, não bastam os existentes braços de trabalho.

Imitou-se, então, o recurso não menos atroz, que os Ingleses fôram os primeiros a inventar, para substituir o tráfico de negros, a saber, o tracto de jornaleiros livres, da China ou da India, que, transportados gratis, depois (como antes os escravos brancos, Redemptioners, na America do Norte) eram vendidos aos fazendeiros, para determinado tempo de trabalho; a 9 de Fevereiro de 1855, alcançou a bahia do Rio de Janeiro uma nau mercante americana, que entregou, á consignação de Manuel de Almeida Cardoso, os primeiros 300 Chinezes; e a este carregamento dahi oem diante seguiram-se outros, de navios da mesma especie, endereçados para diferentes portos.

De resto, não era de todo a primeira vez que se apprehendia a entrada de immigrants chinezes no Rio de Janeiro; a proposito, devemos lembrar uma antiga tentativa singular de colonização, que occorreu no reinado de d. João VI: foi quando se tractou de, com elles, introduzir o cultivo do chá no Brasil (tal como a fundação da colonia suissa de Nova Friburgo devia apresentar ao povo brasileiro um modêlo de uma fazenda de lacticinios).

Cêrca do anno de 1817 occorreu á idéa do então ministro do imperio, conde de Linhares, o plano de mandar vir dous milhões de Chinezes e com o auxilio delles fundar uma produção de chá brasileiro (110), que deveria fazer concorrência

---

(110) Conforme consignou Freire Alemão, em sua memória *Quaes são as principaes plantas que hoje se acham acclimatadas no Brasil?*, inserta na "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras." (t. XIX, 2ª ed., pags. 539-578), Luiz Antonio de Castro do Rio Furtado de Mendonça, discipulo de Domingos Vandelli, sustentou em Coimbra, no anno de 1776, uma these, na qual preconizou se introduzisse no Brasil a planta do chá, e o seu referido mestre, em 1789, num trabalho apresentado á Academia Real das Sciencias de Lisbôa, accentuou as vantagens que resultariam do cultivo da *thea sinensis* em nossa patria. Mas as primeiras sementes do utilissimo arbusto só entraram aqui em

ao chá chinês. Effectivamente, fôram attrahidos do interior do Celeste Imperio, a verdadeira patria da arvore do chá, 400 a 500 immigrantes, sómente homens, e chegaram a salvamento; uma quantidade de casitas chinezas fôram construidas no dominio da corôa, Sancta Cruz, 12 leguas SO da capital, e a plantação de chá medrou bastante bem; todavia, a mercadoria não achava mercado.

Entretanto, morria o protector do empreendimento; os auxilios do govêrno fôram cada vez mais minguados e mais raros, e o povinho, desgostoso com o pouco compensador lucro e com o celibato, começou a dispersar-se. A maioria se entregou ao negocio de retalho: tomava a credito, de negociantes, mercadorias chinezas, afim de as vender nas ruas, até haver ajunctado o dinheiro para o regresso á patria; outros deixaram-se baptizar e casaram com raparigas do paiz, de sorte que, em poucos annos, dispersada toda a colonia chineza, deixou de existir. Não cremos que se possa offerecer melhor prognostico para uma immigração chineza moderna !

★ ★ ★

Volvamos agora um golpe de vista geral para o actual estado de cousas.

A provincia do Rio de Janeiro, que até então formava um todo, desde os annos de 1834-1835 foi-separada em duas

---

1812, graça ao chefe-de-divisão Luis de Abreu Vieira e Silva, que as obteve do seu particular amigo Rafael Bottado de Almeida, senador de Macau. Escrevendo no *Patriota*, do anno seguinte (1813), contou o sobredito official de marinha que as distribuira pelo tenente-general Nacion (então director da Fabrica de Polvora, installada no engenho da Lagôa de Socópenapan, depois chamada Rodrigo de Freitas, e annexo á qual creara o principe-regente o Real Horto, mais tarde Jardim Botanico, destinado á cultura das especiarias do Oriente), pelo deputado á Junta do Commercio José Caetano Gomes e por varios particulares, tendo tido occasião de ver arbustos, oriundos das mencionadas sementes, em casa do dr. Jacinto José da Silva Quintão. Oliveira Lima, em seu *Dom João VI no Brasil* (Rio, 1908), vol. I, pags. 203-204, confirma em parte, pela fórma seguinte, o que assevera Handelsmann quanto á colonia de Chins, destinada á cultura e preparação do chá no Rio de Janeiro: — “Novas culturas foram tentadas e novas plantas introduzidas, creando-se no Jardim Botanico da lagôa de Rodrigo de Freitas um viveiro, entre outras, das chamadas arvores de especiarias (canella, cravo, pimenta, noz-moscada etc.) e da planta do chá. Abrigava Linhares a esperanza de propagar esta última cultura quiçá ao poncto de supprir todo o mercado europeu, que recebia de muito mais longe o seu fornecimento. Sels mil pés estavam

partes. Quando, na occasião do Acto Addicional á Constituição do Imperio, 12 de Agosto de 1834, todas as provincias obtiveram uma certa autonomia e, por conseguinte, tambem o Rio de Janeiro tractou de se constituir, considerou o poder executivo do imperio brasileiro necessario reservar para si um territorio propriamente seu, que em todos os sentidos fôsse sujeito á sua immediata gestão (tal como o poder central dos Estados Unidos o possui no Districto Federal, em Columbia). Para esse fim foi a cidade de São Sebastião (Rio

plantados em 1817, que davam um producto forte, mas pouco aromatico, ainda grosseiro e com gosto de terra, no dizer de Spix e Martius. O plano não gorou, todavia, por imprestabilidade dos terrenos, antes por causa da subida dos salarios, determinada por tal ou qual animação industrial, e da morosidade dos centos de Chinezes importados, muito provavelmente dentre a ralé de Cantão, impondo-se assim o dilemma de sair o chá muito caro com o trabalho nacional, ou ser necessario fazer vir maior quantidade de Chins para fabrica-lo em proporção razoavel para o consumo local e estrangeiro. O que faltou, porém, sobretudo para que vingasse aquella cultura, foi a animação que lhe emprestavam os enthusiasmos de Linhares". Eram restantes desses asiaticos os tres Chins que Saint-Hilaire (*Voyage dans le district des diamans et dans le littoral du Brésil*, Paris, 1833, vol. I, pags. 362-364) refere ter encontrado, em 1818, entre Iguaba e a aldeia de São Pedro, no actual Estado do Rio de Janeiro. E daquella tentativa de Linhares sobrevive a denominação de "Morro do Chá", no antigo curato de Sancta Cruz, do hoje Districto Federal. Nomeado, em 1824, director do Jardim Botanico, fr. Leandro do Sacramento, que ainda achou alli "o china mestre do chá" e mudas aproveitaveis da *thea sinensis*, cogitou desde logo de desenvolver o plantio do precioso arbusto, para o que, no anno seguinte, publicou a sua *Memoria economica sôbre as plantações, cultura e preparação do chá* (Rio, 1825). Acompanhado de sementes da *thea sinensis*, foi aquelle folheto enviado immediatamente aos presidentes das provincias do imperio, aos quaes recommendou o govêrno central a incrementação da dita lavoura. Parece que em Minas Geraes e São Paulo foi que principalmente se attendeu a isso. A 2 de Setembro de 1825 foi inaugurado em Ouro-Preto, sob a direcção do competente naturalista padre dr. Joaquim Velloso de Miranda, um Jardim Botanico, que, durante certo periodo, chegou a produzir annualmente "de seis a oito arrobas de excellente chá" (Xavier da Veiga, *Ephemerides mineiras*, vol. III, pag. 319). E ainda se cultivava alli a *thea sinensis*, sendo exportado o producto com a denominação de "Chá do Thesoureiro". Na terra dos bandeirantes, conforme observaram Kidder e Fletcher (*Brasil and the Brazilians*, Philadelphia, 1857, pags. 418-422), plantou-se bastante a *thea sinensis*, tendo sido John Rudge um dos que mais se dedicaram a essa cultura, a qual se desenvolveu em São Bernardo e em outros pontos da provincia, nos meados do seculo XIX, bem como na propria capital, onde o nome de "Chá" se perpetuou num arrabalde e até no viaducto destinado a liga-lo ao centro urbano. Caldeleugh, em seu interessante livro *Travels in South America, during the years 1819-20-21* (Londres, 1825), cap. II, pags. 15-48, tracta de diversos productos do Brasil, descreve o nosso Jardim Botanico e faz referencia, especial ao chá, pouco antes vindo da China para a tentativa de ac-



de Janeiro) com os seus districtos, ao todo 16 freguezias, sendo oito na cidade e oito ruraes, separada da provincia do Rio de Janeiro e elevada a municipio independente (Municipio Neutro ou tambem Municipio da Côrte); como tal, tem o seu proprio conselho municipal, escolhido alli mesmo, e governo proprio em todos os sentidos, porém é directamente sujeito ás auctoridades do imperio, que alli têm a sua séde, como tambem por outro lado os estabelecimentos publicos e instituições desta cidade são custeados directamente pelo thesouro geral, pelo orçamento do Interior e da Justiça.

Todo o restante do territorio, por sua vez, ficou pertencendo á recém-constituída provincia do Rio de Janeiro, e o seu governo provincial (presidente e legislatura) tomou séde á margem fronteira da bahia do Rio de Janeiro, na velha villa de Praia Grande, que dahi em deante (6 de Março de 1835) era elevada a capital da provincia, e no anno seguinte, sob o nome de Niterói, recebeu os fóros de cidade (2 de Abril de 1836).

Assim existem, dentro do mesmo territorio, uma provincia e um municipio! Acêrca do número de almas de ambas as partes, possuímos minuciosas informações de tempos recentes, que em toda a estatística da população do Brasil maior credito merecem; damo-las a seguir, resumidas.

Primeiramente, o municipio, que no anno de 1838 apenas tinha 137.078 habitantes, contava, nos fins de 1849, 266.466 com 27.024 moradas, do que resulta para os annos intermediarios um accrescimo de 11.762 almas, na média; dêsse número total competem á cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro 36.330 estrangeiros brancos, domiciliados, 77.989 brancos nacionaes, 78.855 escravos e 10.732 livres de côr, ao todo 203.906 habitantes; nas freguezias ruraes, 1.594 brancos estrangeiros, 26.490 brancos nacionaes, 31.747 escravos e 2.629 livres de côr, ao todo 62.560. As informações sôbre a provincia são mais recentes, cêrca de fins de 1851, e dão 556.080 almas, das quaes 262.526 livres e 293.554 escravos. Existe, pois, entre as duas estatísticas

---

climação aqui. Não foi só da introdução da *thea sinensis* em nosso paiz que cogitou o benemerito Luis de Abreu Vieira e Silva. Tendo elle naufragado nos mares de Gôa, a bordo da fragata *Princesa do Brasil*, calu prisioneiro dos Francezes (Portugal estava em guerra com o imperio de Napoleão), que o enviaram para a ilha Maurícia; resgatado da prisão e estando para regressar á patria, teve a louvavel idéa de trazer do Jardim Real da dicta ilha sementes e mudas de noz-moscada, canforeira, abacateiro, saguzeiro, cravo-da-India, canelleira e arvore-do-carvão, especies que floresceram no Real Horto do Rio de Janeiro e algumas das quaes depois se disseminaram pelo Brasil.



um espaço de dous annos, e devemos, portanto, antes de as addicionar, junctar um accrescimo egual ao dobro da média annual no municipio; assim encontraremos nos fins do anno de 1851, para ambas as partes do territorio do Rio de Janeiro, um provavel total de 850.000 almas.

Não podemos, portanto, absolutamente, tanto mais por haverem, nesse espaço de tempo, grassado o cholera e a febre amarella, dar crédito á estatistica brasileira official, quando lhe aprouve estimar recentemente o número de habitantes em 1.200.000 (relatorio official de 1856); e este exemplo dá demonstração concludente da pouca fé que merece.

E' o café o principal ramo de indústria da provincia, como já se disse, e de facto só ella produz de muito a maior parte de todo o café brasileiro; no anno financeiro de 1854-55, em que o total de exportação dêste artigo montou a 13.027.523 arrobas, só do porto do Rio de Janeiro (que certamente tambem encaminha alguma cousa das provincias vizinhas) saíram 11.900.790 arrobas, e do vizinho porto de Sanctos (provincia de São Paulo) 846.184 arrobas, no valor de 44.471 e 2.960 contos, respectivamente. Ao contrario, a exportação do assucar, antigamente principal producção do Rio de Janeiro, é actualmente escassa e morta, quando muito, á 8ª ou 10ª parte das da Bahia e Pernambuco, apenas 400.000 arrobas.

Com uma tão importante e sempre crescente producção, gosa a provincia de muito alto bem-estar, e o seu orçamento excede de muito o das outras provincias; assim, por exemplo, no anno de 1855 obteve ella dos impostos provinciaes e municipaes uma receita total de 2.048 contos, ao passo que nesse mesmo anno a da Bahia só orçava em 919 contos e a de Pernambuco só em 844 contos.

E, assim como a provincia do Rio de Janeiro entre as provincias brasileiras, tem a primazia a cidade de egual nome entre portos e praças de commercio, não sómente do Brasil, porém de toda a America do Sul. Sem nos empenharmos nos pormenores das estatisticas do movimento commercial, citamos apenas que no anno financeiro de 1854-1855 a exportação do mesmo foi avaliada em 51.171 contos e a importação em 47.064 (111),

---

(111) Na importação do Rio de Janeiro figurava, em primeiro lugar, a Grã Bretanha, com 24.116 contos; depois a França, com 6.223; a America do Norte, com 3.671; os Estados Platinos, com 3.306; Portugal, com 3.133; as cidades hanseaticas, com 2.262; a Belgica, com 1.291; e o Chile, com 1.128 contos. (*Nota do auctor.*)

mais da metade do valor da importação e exportação de todo o Brasil (respectivamente, 90.570 e 84.780 contos); o movimento commercial aqui foi, portanto, cêrca do quadruplo do da Bahia e Pernambuco (com, respectivamente, 10 a 12.000 contos), cêrca de doze vezes o do Pará (com 3 a 4.000 contos). Além disso, afim de caracterizar a recente florescencia da vida commercial, aqui damos attenção sómente ao significativo accrescimento da arrecadação da alfandega: a do Rio de Janeiro cobrou, em 1845, em direitos de importação 8.043 contos, nos de exportação 1.747 contos; no anno de 1850, respectivamente, 9.195 e 2.889 contos; finalmente, no anno financeiro de 1854-55, respectivamente, 12.791 e 2.618 contos; ao passo que os tres seguintes grandes portos brasileiros (Pernambuco, com, respectivamente, 3.704 e 502 contos; Bahia, com 3.539 e 585 contos; Pará, com 1.103 e 202 contos) ficavam muito distanciados. Essa arrecadação da alfandega do Rio, no total de 15.409 contos, é mais da metade do conjunto da receita aduaneira do Brasil, que então montou a, respectivamente, 23.680 e 4.632 contos, e muito mais de uma terça parte de toda a receita do imperio, então de 35.595 contos.

Rio de Janeiro, ou, consoante o decreto de 9 de Janeiro de 1823, segundo o seu titulo official, “a muito fiel e heroica cidade de São Sebastião”, já é por conseguinte actualmente a mais valiosa joia da corôa imperial brasileira e, por sua feliz situação, como emporio de uma região colossal, ricamente dotada pela natureza, além disso, situada a meio caminho do commercio mundial para o Archipelago Indico e o Oceano Pacifico, ainda a espera no futuro o mais grandioso desenvolvimento; “todo o mundo civilizado teria de nôvo que voltar a barbária, antes que ella possa perder a sua categoria entre os mais consideraveis logares do globo terrestre” (Southey).

A velha cidade colonial, ainda bastante modesta no principio dêste seculo, mórmente dos ultimos dez annos para cá se tem então exforçado devêras por enfeitar-se magnificamente, como rainha do commercio, para o que os meios não lhe faltam, pois, além do proprio orçamento do municipio — 392 contos — costuma ultimamente tambem o govêrno do imperio (que pelo outro lado arrecada directamente aqui uma grande parte dos impostos municipaes) empregar annualmente, pelo proprio ministerio do Interior 250 contos, pelo da Justiça 700 contos, para a administração, para instituições públicas, construcções e melhoramentos. Assim se conseguirá muito, sem dúvida, dentro de pouco tempo, e com justo

orgulho mostram os Brasileiros a sua cidade imperial; porém, nós, de nosso lado, não devemos nunca perder de vista que a pulsação intensa de vida, a riqueza e magnificencia que o Rio de Janeiro apresenta (Bahia e Pernambuco em menor escala) não dão de todo a medida, antes formam contraste do estado material do resto do imperio.

Ó mesmo se pôde dizer de certo modo da vida intellectual do Rio de Janeiro. Já o grande número de estrangeiros, que aqui se domiciliaram de vez, fez que se tornasse possível e necessaria a instituição de bons collegios, sobretudo para as mais altas classes dos cidadãos; e isso havia de irradiar também além dos muros da cidade, de sorte que a instrucção pública nesta provincia é melhor, e maior é a frequencia das escholas do que em qualquer outra.

Aqui, onde, por um decreto real de 13 de Maio de 1808, foi creada a primeira imprensa brasileira, se tem desenvolvido desde então uma rica publicação de periodicos. Além disso, accumula-se no Rio de Janeiro, como capital do imperio, a maioria das instituições scientificas, um Instituto Historico e Geographico, fundado a 21 de Outubro de 1838, uma Bibliotheca Nacional, um Museu Nacional, um Jardim Botânico, etc., que todos, porém, pertencem não á cidade nem á provincia, mas a todo o imperio, e, por este motivo, quando mais adeante nos occuparmos do grau geral de cultura brasileira, de nôvo serão objecto de consideração.

Para concluir, ainda algumas palavras sôbre as vias de comunicação.

A cidade do Rio de Janeiro alcança, desde fins do século xvii, entre todos os portos brasileiros, o primeiro logar; a esphera do seu commercio comprehendia todo o Sul e Oêste do Imperio; e uma rêde de estradas de caravana e picadas, que se estendem até ás nascentes do Paraguai, na provincia de Matto Grosso, vêm todas ás suas portas, ao passo que por outro lado uma incipiente navegação costeira mantém commercio bastante insignificante com as demais cidades da costa. Todavia, era tudo summamente irregular e não podia mais bastar, quando a provincia e a cidade do Rio de Janeiro em 1808 se tornaram a séde do govêrno imperial e logo a seguir o centro e o poncto de partida de vida política movimentada.

Contudo, nos primeiros decennios nada de importancia se fez nessa materia; as condições, quando muito, melhoraram um pouco com a abertura de novas picadas, pelo

mesmo processo usual. Sómente no fim do quarto decennio dèste seculo se cuidou a sério do estabelecimento de um systema regular de communicações, e para elle devia o Rio de Janeiro, naturalmente, ser o poncto central; aqui, em São Sebastião, se assentou a séde do correio do imperio.

A bahia do Rio de Janeiro era o porto principal para ambas as linhas de vapores subvencionadas pelo thesouro do imperio, linhas que, em periodos regulares determinados, navegavam ao longo da costa oriental brasileira, sendo uma do Rio de Janeiro para o Norte, até Belém (Pará), a outra para o Sul, até Porto Alegre (Rio Grande do Sul); formaram-se depois muitas outras linhas menores, afim de manter o commercio entre os differentes pontos da bahia do Rio de Janeiro, entre si ou com os portos vizinhos, como Sanctos (São Paulo), por meio de vapores; nos ultimos tempos junctou-se á linha principal para o Norte, do Rio a Pará, a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas; e actualmente se cogita mesmo de fundar uma linha de vapores que, partindo do Rio de Janeiro, deve alcançar Cuiabá (Matto-Grosso), passando por Buenos Aires e Montevideo, e tomando pelo rio da Prata e Paraguai. Com isso, todos os caminhos por agua, abertos pela natureza, ficarão utilizados para via regular de communicação, ao passo que aquelles cursos de agua, que necessitam préviamente de forte auxilio da mão do homem, como o São Francisco, o Jequitinhonha, etc., ainda continuam inuteis.

Porém, por outro lado, permaneciam más as communicações por terra, e, si em algumas se fizeram muitos melhoramentos, em regra geral as viagens e transportes de mercadorias no interior são, ainda hoje, tão difficeis como ha cem annos atrás. Sómente desde um decennio se vê tambem neste sentido maior actividade: os govêrnos provinciaes, a cuja competencia pertence a construcção das estradas, pontes e canaes, procuram obrar tanto quanto os seus meios lhes permitem, e o poder central concede-lhes um auxilio annual, que a principio, em 1845 e seguintes, consistia em sómente 112 contos, nos ultimos annos, porém, subiu a 400 contos; recentemente, sobretudo as provincias de São Paulo e Bahia, projectaram extensas rédes de estradas, que devem abranger todo o territorio provincial; e, naturalmente, entre todas a mais rica provincia, Rio de Janeiro, tomou a deanteira com o bom exemplo.

Aqui tambem surgiu, então, outro movimento, cujo contagio com demasiada rapidez se extendeu ás outras provincias, que não dispunham de tão avultados recursos; queremos dizer,

a paixão pelas estradas de ferro. Antes de tudo, foi a vaidade nacional, o desejo de obter a primazia tambem a este respeito sôbre todos os outros Estados americanos, o movel que deu o impulso. Primeiro, começou-se com uma pequena ferro-via, que corria umas tres leguas alemãs, das portas do Rio de Janeiro a Mauá, na raiz da Serra da Estrêlla, sendo inaugurados solennemente os trabalhos a 29 de Agosto de 1852, e a 30 de Abril de 1854 entregue a linha ao tráfego; todavia, ella é destituida de importancia commercial, uma simples estrada de ferro de recreio, para facilitar as communicações entre a capital do imperio e a residencia estival do imperador — Petropolis (a colonia alemã).

Outra cousa foi a segunda ferro-via, de cuja construcção se cogitou logo a seguir; porque com esta é patente o proposito de realizar uma possivelmente rapida ligação entre todo o districto da producção do café e o seu porto. E' a denominada Estrada de Ferro D. Pedro II, que, partindo do Rio de Janeiro, segue para o interior, subindo a serra e tomando o valle do Parahiba do Sul, onde se separa em duas linhas ferreas, das quaes uma segue até á villa de Cachoeira, á margem do Parahiba porvincia de São Paulo; a outra desembocca em Porto Nôvo do Cunha, no Parahiba, alfandega de fronteira de Minas Geraes.

A 26 de Junho de 1852 foi este plano sancionado pelo imperador e pelo parlamento; o govêrno imperial prestou-se tambem a dar uma garantia de juros de 5 %, e a essa accrescentou o govêrno provincial do Rio de Janeiro mais uma garantia adicional de 2 % (13 de Outubro de 1854); todavia, ambas essas garantias, de accôrdo com as suas cláusulas vigentes, durarão apenas 33 annos, e não excederão do capital calculado para a construcção, 38.000 contos; tambem por outro lado os garantidores, si durante o dicto prazo os dividendos se elevarem a mais de 8 %, reclamam para si a metade do excedente; egualmente ha transporte gratuito, respectivamente reducção de preço, para remessas officiaes e passageiros do govêrno. Baseada nessas condições, formou-se no Rio de Janeiro, com auxilio de capitalistas inglezes, uma companhia para emprehender a construcção e exploração da projectada estrada de ferro; a 9 e 10 de Maio de 1855 fôram sancionados pelo imperador d. Pedro II os estatutos e o contracto em questão, e ainda no mesmo anno começaram as obras, pois a primeira secção, até ao rio Guandú, que será construida pelo Inglez Edward Price, deve, segundo o contracto, estar concluida a 9 de Agosto de 1857, e toda a estrada



de ferro a 9 de Agosto de 1866. Si será possível observar exactamente esses prazos, só o tempo nos dirá (112); á falta geral de braços para o trabalho no Brasil, e tanto mais por se haver convencionado a imposição de só empregar gente livre, nenhum escravo, terá, sem dúvida, a companhia que lutar com grandes difficuldades; contudo, aqui já se pôde antes esperar o feliz resultado, e sem dúvida alguma a provincia do Rio de Janeiro dentro em breve possuirá inteiramente a sua primeira grande ferrovia, ao passo que a realização das mesmas na Bahia e Pernambuco nos parece ao menos ainda muito problematica.

★ ★ ★

Passamos agora para as duas dependencias da antiga capitania do Rio de Janeiro, as duas provincias mais meridionaes do imperio do Brasil. Com isso chegamos a um territorio que, embora melhor se preste entre todas as terras do Brasil, por seu clima temperado, por toda a sua constituição natural, incondicionalmente melhor, para as colonias agricolas europeas, foi, não obstante, relativamente tarde povoado pela colonização portugueza; todavia, explica-se essa negligencia, quando nos lembramos de que no Brasil o colono na verdade não tencionava tanto cultivar plantas da zona temperada, porém muito antes preferia a cultura dos denominados "productos coloniaes", e estes, o assucar, o algodão, embora prosperem igualmente no trecho da costa de Sancta Catharina, não se desenvolvem com igual qualidade, como ao Norte, nas latitudes tropicaes.

Além disso, a posse de terras era aqui tambem contestada: segundo a linha divisoria de 7 de Junho de 1494, como podemos actualmente verificar, cabiam aos Portuguezes apenas as ilhas e uma estreita tira de costa de Sancta Catharina; porém, o interior desta provincia e toda a de São Pedro do Rio Grande do Sul eram possessão espanhola. Contudo, para o bem do Brasil, ainda não se havia sabido determinar com mathematica exactidão o meridiano divisorio; muito tempo ficou o territorio intermediario entre os extremos postos da fronteira, os portuguezes Cananéa e Paranaguá (São Paulo) e o espanhol Buenos Aires, sem ser tomado em consideração, nem reclamado; finalmente, foi o direito dos factos o que decidiu a tomada de posse e colonização portugueza, e

---

(112) A primeira secção foi inaugurada a 29 de Março de 1858. (Nota do auctor.)

este desenvolvimento foi ratificado em ultteriores tractados de limites.

A provincia de Sancta Catharina, com 2.200 leguas quadradas de superficie, é limitada a Oéste, em geral, por aquellas montanhas que formam o divisor de aguas das bacias do Prata e do Uruguai e Paraná; abrange a vertente do Atlantico oriental, que de um planalto de mediana elevação pouco a pouco vai descendo até á baixada da costa e, embora aqui e acolá interrompido com campos, todavia em geral é coberto de mattas virgens; além disso, pertencem-lhe muitas pequenas ilhas e duas grandes, São Francisco do Sul e Sancta Catharina, e de facto é esta última o verdadeiro territorio principal, o scenario de preferencia da história da provincia.

Primitivamente o territorio (ilha e costa) fazia parte da capitania hereditaria de Sancto Amaro (depois chamada São Vicente), e com esta reverteu (a 18 de Setembro de 1711) ao immediato dominio da corôa de Portugal. Todavia, no intervallo, no reinado de d. Philippe IV ou Affonso VI, esta região foi concedida em feudo intransferivel, como recompensa, por serviços prestados durante a invasão hollandeza, a Luis Barbalho Bezerra ou seu filho Agostinho. A 4 de Março de 1665 o donatario Agostinho prestou o juramento feudal ás mãos do então governador-geral da Bahia; porém, parece que elle nunca tomou realmente posse do dominio, pois dahi em diante não ha memória de actividades, nem de reivindicações da familia Bezerra.

A colonização por estes lados se estabeleceu em geral por si mesma, sem auxilio official algum. A princípio fôram naufragos, foragidos da justiça e traficantes de Indios, que aqui se domiciliaram, ora por pouco tempo, ora mais demoradamente, uma gente que de bôcca reconhecia a soberania portugueza, porém, de facto, pouco se importava com as auctoridades nem com a lei; tambem os contrabandistas e corsarios de nações extrangeiras, quando, como costumava acontecer, precisavam de um esconderijo, na ilha de Sancta Catharina achavam acolhimento amigo e todo o auxilio possivel.

Além dêsses, desde fins do seculo XVI vinham frequentemente missionarios jesuitas e cuidavam, ora com menor, ora com maior successo, de converter os indigenas; em 1624 foi mesmo erguida na ilha uma permanente casa de missão; porém, grandes resultados não alcançaram, porque o modo de vida anarchico dos colonos brancos perturbava

a acção efficaz dos sanctos padres, e os Indios, que se viam sem defesa contra a caçada ao escravo e sujeitos a toda sorte de oppressões, preferiram, finalmente, trocar as suas habitações da ilha pela matta virgem no continente.

Sómente em meados do seculo XVII se cuidou de fundar uma colonia verdadeiramente agricola, quando os Paulistas Francisco Dias Velho Monteiro e José Tinoco passaram para a ilha de Sancta Catharina com seus parentes e um certo número de Indios civilizados, alliados ou escravos, em 1651; durante alguns annos tudo andou bem; em seguida, porém, Monteiro, si por sua propria culpa ou não, não se sabe ao certo (dizem que elle havia assaltado e roubado um navio hollandez, que, carregado de thesouros, voltava do Perú e em caminho alli havia ancorado), brigou com os contrabandistas e corsarios e foi morto na contenda, ao que os seus companheiros, desanimados, voltaram á provincia de São Paulo, sua patria.

De nôvo a ilha, com isso, se tornou prêsa da antiga anarchia; por outro lado, surgiu nesse tempo, na terra firme da provincia, juncto da laguna Camacho, uma nova colonia, fundada, em 1654 ou 1656, pelo Paulista Domingos Peixoto de Brito, que dentro em breve cresceu, tornando-se uma povoação regular, a villa da Laguna; alli collocou então o capitão-general do Rio de Janeiro um logar-tenente, cuja tarefa consistia em vigiar a população da ilha e, tanto quanto possivel, impedir o commercio dos navegantes estrangeiros. Todavia, a princípio isto pouco adeantou; a antiga situação continuou sem modificação, tambem a colonização pouco progrediu, até que, finalmente, o govêrno se resolveu a intervir directamente com vigor.

Em primeiro logar, os capitães-generaes de São Paulo, a cuja jurisdicção, temporariamente, tambem o territorio de Sancta Catharina era sujeito, mandaram da sua provincia colonos para a ilha de igual nome; ao mesmo destino tambem chegaram, de 1723 em diante, por várias vezes, grandes levas de Açorianos e Madeirenses, que em consequencia de uma convocação régia se haviam resolvido a transmigrar, recebendo da corôa passagem gratuita e doação de terras.

Assim aconteceu que a ilha, onde, naturalmente, com o crescimento da população, se estabeleceu ordem pública regular, dentro em breve superou as velhas colonias vizinhas da terra firme, em número de habitantes e producção; de agora em diante era considerada o coração da nova provin-

cia; e a sua principal povoação, que tem o nome da igreja de Nossa Senhora do Destêrro, e já em 1726 recebia os fôros de villa e a 20 de Março de 1823 os da cidade, foi, desde 1739, em logar da villa de Laguna, a séde do govêrno provincial.

Tambem com o correr do tempo obteve a ilha de Sancta Catharina, em parte por dadiva da natureza, em parte pela boa vontade da corôa, muitos favores; ainda diversas vezes para alli immigraram, á custa do Estado, colonos dos Açores e da Madeira; outros lucros produziu a pesca da baleia (113), que, especialmente de 1765 a 1789, era feita nas aguas da vizinhança, com grande successo; por fim, foi-lhes destinado um beneficio certamente duvidoso.

Afim de assegurar á recém-florescente provincia um ininterrupto affluxo de novos braços de trabalho, resolveu o govêrno da mãe-patria dirigir dahi em deante exclusivamente para Sancta Catharina as levas de criminosos deportados, que até então eram divididos, primeiro por todo o Brasil e depois pelo Estado do Maranhão (30 de Junho de 1794). Assim se tornou essa provincia, na ordem chronologica dos logares de exilio luso-americanos, a terceira; todavia, felizmente, não por muito tempo. Já ao cabo de tres annos acharam as auctoridades que o clima da ilha era "saudeavel demais" para criminosos; um nôvo decreto, de 20 de Novembro de

---

(113) Parece que a pesca da baleia começou na Bahia, ao alvorecer do seculo XVII. Varnhagen, em sua *História geral do Brasil* (vol. II da 3ª ed., pags. 71-72), referindo-se ao governador Diogo Botelho, diz o seguinte: — "Em 1603, favoreceu a introdução da industria da pesca das baleias, á qual deu nesse anno principio na Bahia um biscainho chamado Pedro de Urecha, que trouxe para isso dous barcos e alguma gente da Biscaya. Esta industria desenvolveu-se de tal modo que, logo dahi a poucos annos, começou a arrematar-se o contracto della a seiscentos e setecentos mil réis por anno". F. Pyrard de Laval (v. *Viagem*, trad. de J. H. da Cunha Rivara, Nova-Gôa, 1862, vol. II, pags. 276-277), que esteve em nossa cidade do Salvador por 1610-1611, faz referencias á pesca da baleia alli, contando que na mesma se empregavam dous navios de Biscaya, "com alguns Biscainhos, que têm fama de ser os primeiros para esta sorte de pesca", accrescentando, ainda, que á mesma exploração se associara um Francez opulento, Julião Miguel, residente na então capital do Brasil. Pouco mais tarde, por 1639 ou 1644, tambem o govêrno da metropole autorizava a mesma industria no Rio de Janeiro, rendendo o respectivo contracto de 600\$ a 700\$000 annualmente. Vieira Fazenda (op. cit., *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. 88, pags. 392-402) colligiu informações curiosas sôbre a pesca da baleia, assim como sôbre os productos venaes da enorme cetaceo: azeite, barbatanas e bôrra (gala-gala), notando-se que esta, misturada com a cal, formava uma especie de cimento, imprescindivel á solidez dos grandes edificios. A *Revista do Instituto Historico e Geographico Bra-*

1797, ordenou por isso a transferencia dos condemnados para as regiões menos favorecidas do remoto Oéste, as actuaes provincias de Matto Grosso e Alto Amazonas; e assim ficou sendo, até que, com a declaração da independencia do Brasil, se extinguíu para sempre esta immigração portugueza forçada.

Estes fôram mais ou menos os principaes factos da história da colonização portugueza em Sancta Catharina; desistimos naturalmente de acompanhar o seu curso em pormenores e observamos apenas que ella tomou posse sómente das mais proximas vizinhanças da côsta do mar, e isto muito espaçadamente; a maior parte do "paraizo terrestre do Brasil", como os Sancta-Catharinenses com justo orgulho gostam de chamar a sua provincia, é ainda occupada por mattas virgens. Em compensação, os trechos de terras colonizadas acham-se, pelo estalão do Brasil, densamente povoados; desde os últimos cincoenta annos a população triplicou (1795 sómente 23.865 almas; 1818, 44.041; finalmente, 1840, 66.218, sendo 12.511 escravos) e deve actualmente contar mais de 80.000 habitantes; o mais nôvo relatorio official, para 1856, dá 109.400; é, em todo caso, muito exaggerado.

Por outro lado, a producção é ainda muito escassa; em geral, até hoje a população só cultiva para as proprias ne-

---

sileiro inseriu, ainda, interessante trabalho de Luis de França Almeida e Sá, com o título *Armações da pesca da baleia* (t. LXII, p. 2ª, pags. 186-192). Refere-se elle ás seguintes: — Armação de São-Domingos, em Niterói, fundada em 1782 e adjudicada á Fazenda Nacional em 1826; Armação da Bertioxa, em Sanctos, anterior a 1789 e adquirida pelo govêrno imperial em 1835; Armações da Piedade (fundada em 1746), de Itapocoróia, de Garopaba e de Lagoinha, em Sancta Catharina, avaliadas no anno de 1826 em 163:713\$980. Além dessas, houve ainda outras armações, que foram as seguintes: — Itaparica e Itapoan, na Bahía; Cabo Frio e Ilha Grande, no littoral do Rio de Janeiro; e ilha de São Sebastião, na costa paulista. Mon-senhor Pizarro e Araujo, em suas *Memórias historicas do Rio de Janeiro*, t. IX, pags. 289-296, enfeixou uma estimavel memória sobre a pesca das baleias no Brasil e especialmente sobre aquella industria em Sancta Catharina, da autoria de Jacinto Jorge dos Anjos Correia e escripta em 1820. Conta ahi este informante que cada baleia rendia então cerca de 1:000\$, pois dava, em média, 16 pipas de azeite e 14 a 16 arrobas de barbatanas. E, finalmente, conforme elle expõe, os últimos contractos foram os celebrados com Ignacio Pedro Quintella e sete negociantes de Lisboa (associados ao mesmo), a partir de 1 de Abril de 1765, até 1789, e com Joaquim Pedro Quintella e João Ferreira Solla, até 1801. Deram bastantes lucros, sobretudo os de 1765 a 1789, tendo havido annos em que se pescaram de 500 a 600 baleias.



cessidades e de preferencia plantas alimenticias indigenas e acclimadas, e com ellas, sobretudo com farinha de mandioca, Sancta Catharina tambem abastece as provincias vizinhas. Por outro lado, para o commercio de exportação, ella fornece relativamente pouco; durante o anno financeiro de 1854-55, fóra modica quantidade de arroz, matte (chá do Paraguai) e aguardente de canna, apenas 12.292  $\frac{1}{2}$  arrobas de café; todavia, promette este último consideravel progresso, e sem dúvida tornar-se-á no futuro um importante artigo de exportação; a canna de assucar, ao contrário, não dá muito bem neste clima temperado, e, si o cultivo da mesma, que já havia sido começado no seculo XVII, ainda continúa, é sómente em pequena escala e exclusivamente para o fabrico da aguardente.

Esta diversidade das condições agricolas, que podia ter influido aqui desde o princípio na região tardiamente colonizada, produziu um povoamento diverso do das partes do Norte do Brasil. Ao passo que nas provincias costeiras centraes, as actuaes ou antigas provincias assucareiras, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, os escravos e a população livre, mais ou menos, se equivaliam, a estatistica para 1840 diz-nos que em Sancta Catharina cêrca de um quinto sómente do total da população traz os grilhões da escravidão: portanto, os escravos não formam de todo aqui, como lá, a classe de trabalho exclusiva ou preponderante, e, pelo contrário, aqui, dadas as condições climatericas e outras, poder-se-ia prescindir de todo da sua cooperação.

No que diz respeito á escravidão, está actualmente Sancta Catharina, portanto, mais ou menos no mesmo poncto, como nos seculos precedentes, os actualmente Estados livres, porém naquelle tempo ainda escravocratas, da Nova Inglaterra e da Nova Hollanda; e, como então alli, temos aqui hoje um primeiro exemplo práctico, deante dos olhos, de um futuro movimento abolicionista.

Isto é, durante o decennio precedente, o presidente provincial Antero José Ferreira de Brito apresentou á legislatura o projecto de lançar á provincia um imposto de 40 mil réis sôbre cada negro que fôsse importado, e por outro lado conceder um premio de igual valor pela exportação de cada escravo. O projecto não encontrou no momento consideração alguma; todavia, parece que o seu objectivo será conseguido por outro caminho; por um lado, como se sabe, foi, entretanto, prohibida para todo o imperio do Brasil a importação de Africanos (4 de Septembro de 1850);

organizou-se, depois, um commercio interno de escravos, que compra negros por toda parte do imperio para os arredores do Rio de Janeiro; e assim, com provavel segurança, póde antecipar-se para Sancta Catharina um continuo de-crescimento, mesmo uma final extincção, dos seus escravos, de resto, de exiguo número.

Outro aspecto ethnographico: Pela natureza dos productos locais de commercio, as grandes fazendas não são de todo uma necessidade economica nacional, e o escasso número de escravos prova que sómente poucas existem; portanto, mesmo não deixando de haver alguns grandes possuidores de terras, falta aquella aristocracia rural (como repetidas vezes se mencionou), que nas provincias costeiras do centro accumula nas suas mãos todos os braços de trabalho e todo o sólo de valor, e conserva a restante parte do povo em contínua dependencia.

Assim, em Sancta Catharina, mesmo em pontos bem situados, e mesmo na costa da terra firme, existem ainda grandes trechos ferteis desoccupados e sem dono, dos quaes o govérno até hoje (assim, por exemplo, para o dote da princeza brasileira d. Francisca, ermã do imperador d. Pedro II, no seu casamento com o principe francez de Joinville, a 1º de Maio de 1843) ainda póde dispôr livremente. Por outro lado, nas partes de colonização antiga, na ilha de Sancta Catharina e nas cercanias de Laguna, a terra está muito retalhada; e, embora as porções isoladas sejam, com bôa administração, sempre bastante grandes para assegurar uma média de geral bem-estar, infelizmente não satisfazem, na actualidade, por fazer-se alli cultura exhaustiva, cousa geral no Brasil; sómente a muito rendosa pesca nas aguas proximas e a contínua, embora escassa, emigração para Oéste, para as selvas, de certo modo remedeiam esse inconveniente.

Devemos, finalmente, notar que aqui a mixtura das raças não é tão pronunciada como nas restantes partes do Brasil; aqui a raça africana sempre foi representada em escasso número; os indigenas, logo nos primeiros tempos, se retiraram ás profundezas das mattas virgens ou abandonaram de todo a provincia; e, como a maioria dos colonos açoreanos trouxe consigo mulheres e creanças, não houve occasião para grande número de casamentos de sangue mesclado. Ao passo que, por consequente, a população brasileira apresenta alhures um conjuncto variado, dos mais diversos matizes e cruzamentos, conservou em Sancta Catharina (e ao lado, na provincia

vizinha de São Pedro do Rio Grande do Sul) o sangue branco decisiva preponderancia, e a gente de côr, que nas outras provincias prevalecia por toda parte, aqui ficava mais para o segundo plano.

E' o que ha sôbre o desenvolvimento interno da provincia de Sancta Catharina; quanto á história exterior, pouco ha para relatar.

A provincia foi a princípio annexada á capitania geral do Rio de Janeiro; depois, a partir de 1709, á capitania geral de São Paulo, e, finalmente, desde 11 de Agosto de 1738, de nôvo annexada á capitania geral do Rio de Janeiro; porém, tinha o seu proprio sub-governador. Estes sub-governadores tentaram, como em toda parte, tambem aqui, emancipar-se dos seus immediatos superiores, para se collocarem em directa subordinação e directas relações com o gabinete de Lisboa; as rivalidades, que se manifestavam em toda sorte de questiunculas, tornaram-se particularmente violentas cêrca de 1750, até que, afinal, em 1760, a corôa tomou decidido partido pelo vice-rei do Rio de Janeiro e reconduziu o logar-tenente á categoria restricta de simples commandante militar. Sómente no que diz respeito á justiça, que era dispensada por um proprio ouvidor, com séde no Destêrro, conservou Sancta Catharina uma posição particular autonoma, e assim persistiu até fins do século.

Nesse interim, havendo, como se sabe, diversas vezes hostilidades pela posse da fôz do Prata, entre Portugal e Espanha, tambem esse territorio do Brasil (além de outros) foi tocado uma vez pelas fempesdades da guerra.

A 20 de Fevereiro de 1777 appareceu uma poderosa esquadra espanhola deante da ilha de Sancta Catharina, onde sómente lhe fizeram frente obras de defesa incompletas e uma guarnição fraca, e, ainda mais, as auctoridades portuguezas perderam completamente a cabeça; assim, os Espanhóes, na noite de 23 para 24 de Fevereiro, puderam effectuar desembarque, e já a 5 de Março obrigavam á capitulação incondicional. O então vice-rei de Buenos Aires, dom Pedro de Cevallos, que se achava em pessoa a bordo da esquadra triumphante, soube evidentemente dar o devido valor á excellencia dos portos e á grande importancia maritima da ilha, assim como á vizinha costa continental, e, segundo todas as apparencias, elle tencionava incorporar todo esse territorio

ao reino colonial do Prata, de modo permanente; elle exigiu nao sómente o juramento de fidelidade da ilha conquistada, em nome dos reis catholicos, seus senhores, como mandou com as mesmas pretensões um navio de guerra para Laguna, na terra firme de Sancta Catharina, onde foi tentado um desembarque, porém impedido por um punhado de soldados portuguezes (fins de Abril de 1777).

E, immediatamente depois, fez elle uma expedição militar espanhola contra a vizinha provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul. Todavía, os seus planos não acharam apoio algum em Madrid; no tractado de paz de 1.º de Outubro de 1777, a corôa de Espanha consentiu na restituição da ilha de Sancta Catharina, e essa restituição foi realizada a 30 de Julho de 1778.

Trinta annos depois, occorreu uma importante mudança na organização política da provincia: um decreto real, de 25 de Fevereiro de 1807, separava ambas as provincias do Sul do Brasil, Sancta Catharina e Rio Grande do Sul, do vice-reino do Rio de Janeiro, e estabelecia alli a capitania geral de São Pedro, á qual ficava subordinado o govêrno provincial de Sancta Catharina. Todavía, não chegou essa ordem á realização completa, pois, logo em seguida, depois da transmigração da familia real, em principios de 1808, foi ella alterada, ficando as duas provincias e os seus governadores com eguaes poderes e sob a directa e immediata auctoridade do poder central. Sómente em relação á justiça tinham que se sujeitar a uma fusão, em prejuizo de Sancta Catharina, pois o ouvidor commum a ambas estabeleceu séde em Porto Alegre (provincia de São Pedro). Era, portanto, apenas meio passo para a autonomia provincial; tornou-se esta completa, sómente quando o rei d. João VI restabeleceu a antiga ouvidoria no Destêrro, Sancta Catharina, a 12 de Fevereiro de 1821.

Nos movimentos do subsequente periodo das revoluções brasileiras, pouca parte tomou a provincia de Sancta Catharina; ella propria, fraca demais para por si mesma emprehender um levante, protegida pelo mar, pelas mattas virgens e desertos, quasi por toda parte, contra a influência de fóra, conservou a tranquillidade quasi que inalterada. Sómente uma vez, durante a guerra civil em São Pedro do Rio Grande do Sul (1836-1845), um bando de revoltosos, sob David Canabarro, penetrou até Laguna, apoderou-se desta

cidade e ameaçou com as suas embarcações a propria ilha (Julho de 1839); todavia, logo accudiram do Rio de Janeiro tropas e navios, em soccorro, e depois de um violento combate foi de nôvo içada a bandeira imperial na villa de Laguna (em 15 de Novembro de 1839) (114).

(114) Handelman deixou em olvido o nome de Garibaldi, que, entretanto, foi um dos herôes da tomada de Laguna, a 28 de Julho de 1839, e da rendição da dicta villa ás tropas legaes, em 15 de Novembro do mesmo anno. Eis como Rio Branco, em suas *Ephemerides brasileiras* (ed. de 1918, pags. 536-537), narra a última das referidas batalhas: — “Os revolucionarios riograndenses estavam senhores da villa da Laguna e seus arredores desde 23 de Julho. David Canavarro commandava as fôrças de terra (1.200 homens) e o capitão-tenente José Garibaldi era o chefe da esquadilha, guarnecida principalmente por Italianos. O forte da Barra tinha nove peças e era commandado pelo capitão Philippe Capote. A esquadilha, disposta em semi-circulo, perto do forte, compunha-se dos navios seguintes: escunas *Itaparica* (cinco peças, commandante João Henriques, dos arredores da Laguna, “Juan Henrique del paese de la Laguna”, diz Garibaldi), *Rio Pardo* ou *Libertadora* (um rodizio de nove, Garibaldi) e *Caçapava* (1 rodizio de 12, John Griggs), canhoneira *Lagunense* (1 rodizio de 6, Manuel Rodrigues), 5 navios guarnecidos de atiradores, palhaborde *Seival* (1 rodizio de 9, Lorenzo Valerigni) e lanchão *Sancta-Anna* (1 rodizio de 9, Ignacio Bilbáo). Canavarro evacuou a villa e passou-se para o Sul, ao saber que o tenente-coronel José Fernandes dos Sanctos Pereira avançava de Villa Nova com uma brigada (2º de infantaria, batalhão provisório de Pernambuco, batalhão da guarda-nacional da Serra, cavallaria da guarda-ancional de Imbaú e do Desterro e um contingente de artilharia). Essa columna entrou sem resistencia na villa, pelas cinco horas da tarde, quando terminava o combate naval. A's 4, o capitão de mar e guerra, depois almirante, Frederico Mariath, forçava a entrada da barra com os navios seguintes: canhoneira n. 14 (commandante Moreira da Silva, 2 boccas de fogo), lanchão n. 1 (commandante A. J. Pereira Leal, 2), lanchões ns. 2, 3 e 4 (cada um com uma bocca de fogo, commandantes Rodrigues da Costa, J. M. da Silveira e Bernardo de Sousa), canhoneira n. 6 (commandante Gama Rosa, 2), canhoneira n. 13 (commandante F. Pereira Pinto, depois barão de Ivinheima, 2), patacho *São José* (commandante J. de Jesús, 5), brigues-escunas *Eolo* (navio-chefe, commandante Paixão, 2) e *Cometa* (commandante Senna e Araujo, 6), escuna *Bella Americana* (commandante d'Houdain), patacho *Desterro* (commandante Marcos Evangelista, 2), canhoneira *Bellico* (commandante M. J. Vieira, 1) e canhoneira n. 16 (commandante João M. Wandenolk, 1). Ao todo, 14 navios, 31 boccas de fogo e 379 homens. O combate durou menos de uma hora e nelle pereceram todos os commandantes dos navios de Garibaldi, menos o seu chefe, que combateu, como sempre, intrepidmente. A *Caçapava* foi a pique; a *Lagunense*, o *Seival* e o *Sancta-Anna* foram tomados pela *Bella-Americana* e pelos lanchões ns. 1 e 3; a *Rio-Pardo* e a *Itaparica* foram incendiadas por Garibaldi. A perda dos vencedores foi de 17 mortos e 38 feridos, segundo a participação official de Mariath; mas elle proprio, em ar-



Para conclusão, ainda algumas palavras sobre a colonização moderna, que succede quasi logo á antiga.

A transmigração de subditos portuguezes, sobretudo dos Açores, ás expensas do Estado, continuou ainda no reinado de d. João VI, de tempos a tempos, e sob o mesmo rei começaram tambem os primeiros exforços para attraír a emigração européa em geral, especialmente a alemã. Contudo, sómente depois da declaração da independencia deram esses exforços fructos no Sul do Brasil.

No anno de 1829 fundou o imperador d. Pedro I, de frente da capital Destêrro, na terra firme da provincia de Sancta Catharina, cêrca de cinco léguas da costa, a colonia São Pedro de Alcantara, onde se estabeleceram 634 alemães, na maioria catholicos, da região do Rheno. Os inicios desta colonia fôram muito tristes; como era costume então, muito se promettera, jornaes e outros auxilios, e na verdade fôram applicados para isso 17:798\$000 no primeiro anno; porém, pela lei de 15 de Dezembro de 1830 (115), foi repentinamente prohibida qualquer despesa em favor da colonização estrangeira, e os pobres colonos, no meio dos pesados trabalhos das roçadas, ficaram entregues a si mesmos.

---

tigo publicado annos depois, deu algarismos muito maiores". Foi nessa expedição a Sancta Catharina que o bravo *condottiere* conheceu Anita, que foi a sua destemida e fiel companheira, tanto na America, quanto na Europa. Nas suas *Memorie* (Turim, 1907), conta Garibaldi quando e como se apaixonou pela nossa patricia (pags. 52-54), bem como a tomada da Laguna e a perda da mesma villa (pags. 57-61). O nome do heróe dos dous mundos sobrevive ainda no folk-lore brasileiro.

(115) Por diversas causas, — entre as quaes as idéas politicas dominantes do momento, por influxo do movimento popular de 1830 na França, — entendeu o govêrno de d. Pedro I de pôr termo ao alliciamento de colonos europeus e de proteger o trabalhador nacional. Dahi as medidas que foram tomadas naquello anno: a lei de 13 de Setembro, que estabeleceu nôrmas para a locação de serviços do trabalhador nacional; e a lei de 15 de Dezembro, especialmente mencionada por Handelsmann, a qual prohibiu toda e qualquer despêsa com a immigração estrangeira. Os pagamentos de subsidios ás colonias, então existentes no Brasil, haviam sido sustados desde Março, tendo ellas ficado, assim, entregues aos seus proprios recursos. Como, naquella época, não era possivel contar-se com a immigração espontanea, a corrente européa subvencionada cessou até 1835. Recomeçando em 1836, por haver-se convencido da necessidade della o govêrno imperial, deixou, contudo, de encaminhar-se, como anteriormente, para a provincia do Rio Grande do Sul, então conflagrada pela guerra dos "Farrapos", e buscou, de preferencia, São Paulo, Paraná e Sancta Catharina.

Além disso, aconteceu mais uma outra desgraça: o governo havia-lhes dado a posse de uma grande extensão de terras, com matas virgens; porém, sómente quando alli ficou feita a roçada, resultou de improviso que, ao menos numa parte das mesmas terras, cidadãos brasileiros natos possuíam mais antigos direitos de posse; começou um processo de longos annos, que finalmente se apaziguou por meio de accôrdo e compra por parte dos alemães. Nestas condições, muitos abandonaram a colonia e se estabeleceram noutros sitios; todavia, a maior parte trabalhou com coragem e perseverança, e venceu, felizmente, todos os obstáculos. A freguezia de São Pedro de Alcantara contava, segundo dados officiaes, no anno de 1850, uns 1.050 habitantes, e dispunha de importante lavoura, criação de gado e lacticínios.

Embora pouco haja para gabar nesta primeira tentativa, sempre devemos aponctar com elogio que Sancta Catharina, como nenhuma outra provincia, tomou a peito não sómente attrahir para alli a immigração estrangeira, porém offerecer-lhe, igualmente, garantias razoaveis.

Aqui foi o primeiro logar em que se publicou uma lei provincial de colonização, a de 15 de Julho de 1836, que definia de modo razoavel as relações entre os colonos de um lado, os empreiteiros da colonização e o govêrno, do outro lado. Além disso, para evitar acontecimentos semelhantes aos de São Pedro de Alcantara, um decreto, de 2 de Maio de 1837, ordenava que, quando na fundação de colonias pelo govêrno provincial acontecesse mais tarde achar-se lesada a propriedade particular inculta, devia o possuidor prejudicado reclamar, não do colono, porém do govêrno provincial, e esperar dêste último a indemnização.

Além disso, em consequencia dessas leis, onde quer que se requeressem terras para fins coloniaes, houve aqui muita liberalidade nas concessões; certamente sempre sob condição de immediato cultivo, porém esta cláusula foi pouco observada e pouco fiscalizada; e dêste modo caíram em mão morta provisoriamente, por desgraça, consideraveis porções de terras de valor, e ficou muito reduzido o dominio do Estado. Contudo, conseguiram-se muitos resultados, e a provincia conta diversas colonias estrangeiras que, na verdade, a princípio tiveram uma phase de provação, cheia de fadigas e confusão, em parte por culpa de uma

malvada burocracia; actualmente quasi todas se elevaram a permanente prosperidade.

Na ordem chronologica, ellas assim se succederam: primeiro, a colonia de Itajahi, povoada parte por immigrantes alemães, parte por Brasileiros natos; consiste propriamente de duas fundações, Itajahi Grande, que deve a sua origem já a d. Pedro I, e mais para o interior Itajahi-mirim, fundada em 1835-1836 pelo governo provincial, como posto avançado contra as tribus indias inimigas; sobretudo a última teve que soffrer a principio encarniçadas guerras, de sorte que os colonos fugiram, em bandos, da perigosa vizinhança e tiveram que ser reconduzidos e detidos por guardas; actualmente esta região é segura, e a colonia havia attingido a 347 habitantes, em 1850.

Depois, a colonia Nova Italia, ou d. Affonso, no rio Tejucas, fundada em 1836, pelos empreiteiros Demaria e Schuttel; foi em 1838 terrivelmente devastada por um furacão e tromba de agua; entretanto, restaurada, conta actualmente umas 200 almas. O mesmo empresario Schuttel projectou além disso segunda colonia, Leopoldina, na bacia do Tejucas, para onde fôram repetidas vezes levados colonos, por último, no anno de 1852; todavia, pelo facto de vagarem indios inimigos na vizinhança, elles tiveram que se retirar de nôvo.

A terceira, colonia Vargem (Varzea) Grande, fundada pelo governo provincial em 1837, fórma uma dependencia de São Pedro de Alcantara e foi em grande parte povoada com habitantes dalli; agora conta mais de 100 almas.

Em seguida, estabeleceu-se no rio Sahi uma colonia que se baseava nos principios do socialismo francez, sanccionada por uma lei do imperio, de 11 de Dezembro de 1841; fundada em comêço de 1842, com cêrca de 100 participantes, e em breve augmentada com mais reforços, estabeleceu-se alli, de inicio, uma grande actividade; contudo, como sóe acontecer com colonias desta ordem, não tardou a declarar-se descontentamento, e dentro em breve estava na mais completa desorganização o apenas começado estabelecimento.

A colonia Belgia, fundada em 1845, por Van Lede, Fontaine e Lebon, com 80 belgas, não demorou muito a extinguir-se, e dispersaram-se os habitantes, na maioria para as antigas colonias.

No anno de 1847 foi tambem encaminhada, por instigação do imperador d. Pedro II, uma parte da então immigração alemã (a Delrue), que se destinara ao Rio de Janeiro, para

Sancta Catharina e aqui estabelecida em duas colonias; uma dellas, Piedade, á qual tocou terreno esteril, arenoso, já está em decadencia; começando a princípio com 150 almas, contava em 1851 apenas 104 e em 1855 só 64 habitantes. A outra, D. Isabel, distando apenas cinco leguas da capital da provincia, tomou a princípio grande desenvolvimento; nos annos 1847-51, a sua população subiu de 307 para 412; contudo, segundo o relatorio official de 1855, havia decaido para 287; parece tambem haver aqui começado o periodo de dispersão, sem que esteja ameaçada de modo absoluto a existencia da colonia. Da Piedade ramificou-se em 1848 terceira colonia, Leopoldina, que, porém, conta apenas 40 almas.

Em todo caso, prometttem muito mais duas novas colonias alemãs; o systema sôbre o qual se baseiam (aqui cada um dos colonos teve que fazer as suas despesas de passagem e comprar a terra, ao passo que até então as recebiam de presente) lhes dá grande apêgo e, como em ambas estão á testa Alemães exclusivamente, fôram ellas poupadas de muitos inconvenientes, que outras tiveram que soffrer com uma directoria brasileira; referimo-nos ás colonias de Blumenau e D. Francisca. A primeira contava, logo em seguida á sua fundação (fins de 1850), 20 habitantes, porém, em fins de 1856, uns 468; chefe e fundador da mesma foi Hermann Blumenau, que, parte por compra, parte por doação, alcançou a posse de um territorio de cêrca de dez leguas quadradas, na bacia do rio Itaôahi.

Ainda em melhores condições está a colonia D. Francisca, na bacia do rio São Francisco do Sul; foi fundada pela Sociedade Hamburgueza de Colonização, de 1849, sob a presidencia do senador Chr. M. Schröder, que recebeu da proprietaria e de seu espôso, a princeza brasileira d. Francisca e o principe de Joinville, a concessão livre de despesas de uma parte, nove leguas quadradas, do dote em terras dessa princeza, em compensação, porém, obrigando-se a colonizar ás mesmas, no primeiro anno com 100, no segundo com 200 e nos tres seguintes com 400 colonos annualmente, de ambos os sexos e de qualquer idade, assim como lhes prestar provisoriamente todos os auxilios para a alimentação. Os avultados recursos da sociedade de accionistas permittiram-lhe cumprir estas promessas; a 7 de Maio de 1851 desembarcaram os primeiros colonos e fundaram o primeiro estabelecimento, Schrödersort, que depois se tornou cidade capital da colonia, Joinville; immigraram em 1851 uns 484 colonos Alemães, Suissos e Noruegueses; 409 em



1852; 124 em 1853; 495 em 1854, num toal de 1.512, dos quaes até fins de 1854 morreram 111 e 252 se retiraram; dahi em diante a affluencia completou o número convencionado de 1.500, e mesmo o superou; por outro lado, muitos se retiraram, de sorte que a colonia nos fins de 1856 só contava 1.428 habitantes, dos quaes 142 catholicos, 1.286 protestantes.

Desde o anno de 1853, D. Francisca é municipio autonomo; gosa de um bem-estar florescente e tem duas escholas que, como ambos os parochos, um protestante e um catholico, são sustentadas em commum pela colonia e pelo govêrno.

O successo feliz desta primeira tentativa animou a Sociedade Hamburgueza de Colonização e o associado principe de Joinville a novas empresas de colonização; infelizmente elles para isso fizeram contracto de subsidios, como aconteceu tambem com H. Blumenau, com o govêrno brasileiro, o que serviu sómente para deitar luz muito desfavoravel sobre toda a transacção; a saber, era-lhes concedida preferencia de compra das terras da vizinhança e, o que é o principal, uma quantia por cabeça, para cada immigrante — 30 mil réis para os de 10-45 annos, 20 mil réis para os de 5-10 annos — e em troca o emprehendedor obrigava-se a fazer estradas e outras construcções públicas, e de mais a mais o govêrno exercia interferencia.

Em conclusão, temos ainda para relatar que em todas as fundações coloniaes é expressamente prohibido ao emprehendedor, assim como aos colonos, todo emprêgo ou posse de escravos; assim, em todo o Brasil, foi aqui em Sancta Catharina, nas colonias de lingua alemã, a primeira região organizada com trabalho exclusivamente livre e como tal legalmente garantida.

★ ★ ★

A provincia de São Pedro ou, como é chamada habitualmente, Rio Grande do Sul, situada no extremo sul do imperio do Brasil, comprehende, segundo as mais novas avaliações, uma área de 8.230 leguas quadradas e uma população de 201.300 almas; deve-se, porém, notar que, do conjuncto dessa área, cêrca de um terço é coberto com lagôas e pantanos, ou é impróprio para o cultivo.

De mais a mais, são necessarias algumas palavras sobre a formação geographica do territorio. As montanhas da costa, que separam a Leste a provincia da de Sancta Catharina e



que podem ser consideradas última ramificação do nucleo de rocha do Brasil, extendem-se, na parte nordeste de São Pedro, em um planalto diversamente ramificado, a chamada Serra Geral; para Oeste, partem dalli, em todos as direcções, os primeiros veios da bacia fluvial do Prata e jazem as fertes regiões do Paraná e do Uruguai, que pertencem principalmente á provincia brasileira do Paraná e ás repúblicas da Confederação Argentina; todavia, tambem possui São Pedro uma importante parte dellas, que, porém, até hoje, pouco entram em consideração no ponto de vista de colonização e história provincial.

A parte de terra propriamente preponderante é o Sudeste, onde, em primeiro lugar, se estende, immediatamente ao sopé da Serra Geral, o largo valle do rio Jacuhi; este grande curso de agua, embora seja um simples rio costeiro para as communicações americanas, corre numa larga curva para Leste, recebendo de todos os lados innumerous affluentes, alguns dos quaes muito importantes, e, finalmente, lança-se, além da cidade de Porto Alegre, na Lagôa dos Patos (assim chamada por sua colossal abundancia de patos bravos).

Este é, certamente, o maior lago interior sul-americano, que, separado do Oceano apenas por uma estreita lingua de terra, se alonga em mais de quarenta leguas pela costa, e, com as terras ribeirinhas, em grande extensão pantanosas, abrange uma área de mais de cem leguas quadradas; além disso, para Nordeste se communica com uma serie de identicas lagunas, que se vão extendendo egualmente na proximidade da costa, até além dos limites da provincia de Sancta Catharina, á villa de Laguna e além; por outro lado, na direcção do Sul, a Lagôa dos Patos deita dous canaes naturais; um delles liga, a Sudoeste, um segundo menor systema de lagunas, que, tendo por centro a Lagôa-Mirim, chega, na sua extrema ramificação, além das fronteiras do Brasil, na região banhada pelo Uruguai; o outro canal natural, largo de cerca de uma legua e com duas leguas de comprimento, que corre na direcção sudoeste, leva as aguas da Lagôa dos Patos ao Oceano Atlantico, e os primeiros descobridores, em perdoavel engano, tomaram-no por embocadura de um rio e deram-lhe o nome de Rio Grande do Sul, nome que, apesar de rectificado o engano, continuou sendo, até actualmente, o do canal e de toda a região.

Tal conformação da costa maritima, com tão abundante riqueza de aguas interiores, embora aqui existam baixios e bancos de areia em grande número, offerece muitas van-

tagens á navegação costeira e do interior; porém as terras costeiras não são de grande valor; em parte pantanosas, em parte terreno arenoso pouco fértil, sobretudo no Norte, a produção das mesmas limita-se, em resumo, ao cultivo do arroz. Sómente um pouco para o interior mudam e melhoraram as condições; as terras da bacia do rio Jacuí, depois, do outro lado da montanha, as da bacia do Uruguai, são desde muito, com razão, famosas por sua insuperável abundância e, mesmo, até nos tempos recentes, por seu magnífico clima saudável, embora o cholera as tenha flagellado de modo terrível.

Nesta zona temperada, as plantas propriamente tropicaes, a canna de assucar, a banana e, mesmo, o caféeiro, não prosperaram bem; desenvolvem-se, porém, em opulenta exuberancia, o fumo e o algodão, e, ao lado da indigena mandioca, o milho, as fructas e cereaes europeus. Especialmente o trigo (116) já desde cêdo foi cultivado com grande resultado em São Pedro, e até 1780 a exportação desse cereal daqui para as provincias vizinhas era tão importante, que Portugal, que até então era unico fornecedor desse artigo, para as colonias brasileiras, se resentiu com a concorrência. Dous seculos antes, num caso identico, o gabinete de Lisboa prohibira completamente o cultivo da vinha em São Paulo; esta vez o modo de proceder foi mais brando, e contentou-se em prohibir sómente a exportação do trigo de São Pedro.

Todavia este golpe feriu bastante fundo; o cultivo recém-florescente do trigo caiu na mais completa decadencia; como se dizia, o proprio arado recaiu no exquecimento; e, embora desde alguns decennios o cultivo do trigo em São Pedro tomasse de nôvo activo impulso, recorre o Brasil actualmente, para a sua necessidade de farinha de trigo, de

---

(116) E' certo que o govêrno da metropole estimulou a plantação de trigo no Brasil, como tambem tentou a do linho no Rio Grande do Sul. Aquella foi a que mais floresceu na terra gaúcha, e, como ameaçasse prejudicar o commercio portuguez, foi vedada em 1780 a exportação do trigo sul riograndense. Em outros pontos do nosso paiz tambem se iniciou com bastante exito a cultura do trigo. Na terra paulista, o utilissimo cereal existia desde meados do seculo XVIII, porquanto, na *Relação da viagem, que fez o conde de Azambuja, d. Antonio Rolim, da cidade de São Paulo para a villa de Cuiabá em 1751* in "Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro", t. VII, 2ª ed., pag. 470), refere elle que, chegando a Pindamonhangaba, seis dias depois da partida, alli comeu "pão do mesmo trigo da terra, muito semelhante ao pão francez no gosto, no feitio e no amassado". No primeiro quartel do seculo XIX, como observou pes-

preferencia ao fornecimento estrangeiro, ao norte-americano.

Quanto ao que diz respeito á natureza do interior, consiste a provincia de São Pedro em partes quasi eguaes de mattas virgens e campinas, entremeadas de differentes modos; contudo, pôde-se em geral dizer que predominam as mattas virgens no planalto da Serra Geral e no valle do rio Jacuhi, os campos nas vertentes do rio Uruguai e do rio Paraná.

Os campos do Sul do Brasil, porém, differem muito, e com vantagem sua, dos seus irmãos do Norte, as steppes do Piauihi, Ceará, Bahia etc., pois que são aquecidos por um sol mais clemente, percorridos e banhados por innumerous rios e arroios; alli não se conhecem as terriveis sêccas, que no Norte, com demasiada frequencia, ameaçam de destruição toda a vida animal e vegetal; diversamente constituídos, ora em campinas onduladas, ora em planicie rasa, de leguas de extensão, ora interrompidos por collinas isoladas, por pequenas ilhas de bosques ou grandes mattas, apresentam em todas as suas alternativas uma vegetação viçosa; e, si não podem rivalizar, naturalmente, com a fertilidade assombrosa das roçadas da matta virgem, contudo recompensa a maioria dos seus terrenos o exfôrço do lavrador com abundantes colheitas. Todavia, isto é ainda questão do futuro; actualmente o lavrador, ainda com certo preconceito, se conserva esquivo, e os campos permanecem nas mãos dos primitivos tomadores de posse, os pastores, que aqui em São Pedro, e em algumas partes das provincias vizinhas de Paraná e São Paulo, obtêm

---

soalmente Saint-Hilaire (*Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*, Paris, 1830, t. I, pags. 217 e 448), ainda se cultivada o trigo na terra dos inconfidentes, em localidades não distantes da capital, Sancta Quiteria, Rio-Vermelho e Peçanha, embora a "ferrugem" já houvesse igualmente alli atacado as searas. No Rio Grande do Sul, foi a dita doença ("ferrugem" ou "alforra") que enfraqueceu os trigaes, — cuja produção vinha sempre em augmento, — forçando os productores a abandona-los. Aquella enfermidade appareceu alli em 1811, e, como os lavradores não conseguissem dar-lhe remedio, a cultura do trigo veio a extinguir-se em 1820. Só agora, um seculo depois, foi que ella resurgiu, sob os melhores auspicios, em todos os Estados do Brasil de zona temperada (Rio Grande do Sul, Sancta Catharina, Paraná e São Paulo), accusando as estatisticas os consideraveis incrementos que a referida produção vae tendo annualmente.

grandes lucros, assim como os dos paizes vizinhos de lingua espanhola, com a creação de cavallos, mulas e bois.

Antepõe-se, pois, a região pastoril do Sul brasileiro, em egualdade de condições, á do Norte, e até talvez lhe tenha primazia; pois aqui o gado tem sido flagellado por devastações, que, si não são peores, em todo caso têm sido mais duradouras do que as devastadoras sêccas. Póde ser exaggero o que se conta dos habitantes de São Pedro, de que em tempos mais antigos (seculo XVIII) consideravam comivel sómente a carne tenra das vitellas; que o viajante matava uma rez no campo para o almoço e seguia adeante, para repetir a mesma scena ao jantar e á ceia; em todo caso, naquelle tempo procurou o govêrno reprimir, com prohibições, essas maldosas devastações. Por outro lado, é cousa bastante conhecida que actualmente aqui, como no vizinho Uru-guai e Buenos Aires, innumeradas boiadas são annualmente mortas quasi que só pelo couro, ora mais, ora menos, não se considerando a quantidade de gado existente, mas considerando sómente a procura dos mercados europeus.

E com isto tocamos o contraste economico entre a região pastoril do Norte e a do Sul do Brasil; aquella, o Piauí e terras adjacentes, muito afastada da costa, conta, sobretudo, com o consumo de carne das provincias vizinhas, para as quaes transporta o seu gado em pé, ou em carne defumada ou sêcca, deixando a cargo dos compradores o cuidado de aproveitar os proprios restos da matança — couro, chifres, pêllo — para o commercio mundial.

Ao contrário, no Rio Grande do Sul, que, pelos seus proprios portos, está em immediata e activa communicação com o estrangeiro, justamente esses productos, por serem mais facilmente transportaveis e mais necessitados pela Europa, têm o valor principal, e a carne do gado abatido sempre é considerada cousa secundária. Dos productos de creação de gado por nós considerados secundarios, fornece São Pedro inextinguivel quantidade: no anno financeiro de 1854-55 fôram despachados 2.329 contos de couros seccos, 916 de couros salgados, 326 de crinas e cabellos, 79 de chifres, num total de 3.650 contos de réis (117); justamente naquella época

---

(117) A exportação total de São Pedro para o estrangeiro montava mesmo, então, a 3.978 contos; o total da importação a 3.595 contos, concorrendo a Inglaterra com 1.026, as cidades hanseaticas com 737, a America do Norte com 719 e Portugal com 271 contos. Assim, occupa o Rio Grande do Sul, pela grandeza do movimento commercial do Brasil, o quinto logar, isto é, fica depois de Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e logo antes do Maranhão.



a exportação total de taes artigos em todo o Brasil montava, respectivamente, a 3.493, 2.303, 434 e 104 contos de réis, sommando 6.334 contos; isto é, do total o Rio Grande do Sul havia realizado quatro septimos.

Dess'arte, entre as provincias brasileiras, esta do extremo Sul toma posição proeminente no que diz respeito aos productos do gado, assim como o Maranhão na producção do algodão, Pernambuco e Bahia na producção do assucar, e, finalmente, o Rio de Janeiro na producção do café.

Ainda algumas palavras acêrca da influência com que estas circumstâncias político-economicas operaram na constituição do povo. De um lado, as condições da lavoura facilitaram e tornaram possível a subdivisão das propriedades ruraes em muitas partes de tamanho razoavel; as grandes fazendas das provincias centraes, que, a par de pequena extensão de terras cultivadas, são rodeadas, em regra geral, de infinitos mattagaes, aqui no Rio Grande são a excepção, e recentemente os relatorios officiaes indicaram a existencia de consideraveis propriedades do Estado. Isto diz respeito principalmente á bacia do Jacuhi, que apresenta, assim, nesse sentido, bastante similhaça com as já citadas condições em Sancta Catharina.

Outra é a feição das zonas da criação de gado propriamente dicto; o grande creador de gado do Rio Grande do Sul, egualmente como o da região pastoril do Norte brasileiro, tem em sua posse colossaes territorios, de duas ou mais leguas quadradas, que, com poucos servos alugados ou escravos, elle administra; portanto, é uma situação do mais simples patriarchado.

Este estado de cousas no Norte, onde o clima e a natureza do terreno tornam impossivel a intensificação da lavoura e maior acrescimo da população, deve, sem dúvida, ser considerado como permanente para o futuro; no Sul, porém, essa situação deve ser transitoria. Já mencionámos que aqui grandes extensões de terreno, até então servindo apenas de pastagens, se deixariam transformar com vantagem em terra de lavoura; e, quando sómente, como se prevê, em proximo futuro uma ininterrupta corrente de immigração européa despejar um de seus potentes braços na bacia do Prata, então tambem os grandes fazendeiros acharão do seu interesse pôr mãos á obra para essa transformação.



Assim, algum dia o extremo Sul do Brasil, São Pedro, com as provincias vizinhas Paraná e Sancta Catharina, com o grupo de Estados do Prata de lingua espanhola, apresentarão um conjuncto de Estados de lavradores abastados, com trabalho livre, em contraposição aos Estados agricolas do centro e Norte do Brasil; tal qual actualmente os Estados livres da Nova Inglaterra e da Nova Hollanda se contrapõem aos Estados escravocratas do Sul da União Norte-americana!

Volvamo-nos agora, depois de havermos considerado o desenvolvimento interno, á história politica da provincia de São Pedro. Esta região ficou completamente fóra da esphera das formações feudaes, que a corôa de Portugal estabeleceu no seculo XVI e ainda no XVII; tambem o gabinete de Lisboa, embora desde 1680, com a fundação da colonia do Sacramento (Uruguai), já procurasse firmar o pé muito mais para o Sul, immediatamente á margem do Prata, não se preoccupou, a princípio, com a região de permeio; e, portanto, o Rio Grande do Sul, tal qual Sancta Catharina, ficou abandonado á iniciativa particular, durante muito tempo.

Em primeiro logar, conseguiram os negociantes de Sanctos (São Paulo) e do Rio estabelecer com as tribus indigenas da região um lucrativo commercio costeiro; depois tentaram os missionarios a sorte, e a elles seguiram-se alguns colonos, na maioria Paulistas, de modo que, já em 1680, nas terras de São Pedro estavam fundadas algumas pequenas povoações, das quaes se serviam tambem as provincias vizinhas, de tempos a tempos, como logar de exilio de menos graves criminosos e mulheres mal comportadas.

Depois, cêrca do anno de 1715, fôram por ordem superior despachadas duas expedições da villa de Laguna (Sancta Catharina), afim de procurar um caminho por terra para o Sul, até ao Prata; a primeira foi mal succedida, e os seus participantes caíram prisioneiros dos indios inimigos, conseguindo escapar só mais tarde; a segunda, ao contrário, alcançou com felicidade a margem da foz do Prata e tomou então o caminho de retôrno, para dar conta do succedido.

Em caminho, porém, tiveram encontro, não longe do chamado Rio Grande, com outra expedição, que, no mesmo proposito que elles, percorria o territorio; eram Indios civilizados, pertencentes ás missões dos jesuitas espanhóes, e que

dalli haviam sido mandados, afim de procurarem sitios apropriados para a fundação de outras missões; assim, encontravam-se alli os postos avançados da colonização luso-brasileira com a espanhola do Prata.

Porém não houve lucta; os Indios espanhóes seguiram os Portuguezes até á villa de Laguna e fôram pelas auctoridades dalli reenviados ás suas terras, com o protesto formal contra qualquer fundação espanhola nessas regiões.

Esta reclamação teve importantes consequencias: a Companhia de Jesús, que havia estabelecido, justamente então, nas terras de jurisdição espanhola, sob a mesma latitude, entre os rios Paraguai, Paraná e Uruguai, um grande círculo de missões, o denominado dominio jesuitico do Paraguai, e já havia transposto o Uruguai, não avançou mais para Léste a sua colonização. Porém a Companhia fundara, na margem esquerda do Uruguai (hoje brasileira), entre a confluência dos rios Piratini e Ijuhi, sette missões; provisoriamente ficaram na posse da Ordem e sob a soberania espanhola.

Este territorio denominado das "Septe Missões" (Reducções) teve, porém, que passar depois por muitas alternativas da sorte; cedido ao Brasil num tractado de 1750, de limites entre Espanha e Portugal, e, contra os rogos, contra a aberta resistencia dos Indios das missões, realmente entregue, já onze annos depois era restituído, num nôvo tractado, ao imperio colonial do Prata, em 1764; depois foi conquistado de nôvo pelos Brasileiros, em 1801; terceiro tractado de limites de 1819 ratificou definitivamente a sua nova conquista; e, dahi em deante, este districto, que ainda conserva o nome de "Missões", embora as proprias missões desde muito tenham desapparecido (com as cidades principaes de São Francisco de Borja e Uruguaiana), fórma parte integrante da provincia brasileira de São Pedro (118).

---

(118) As missões da margem oriental do Uruguai, ás quaes se refere Handelmann, comprehendiam os sette povos seguintes: — Sancto Angelo, fundado em 1707; São João Baptista, fundado em 1698; São Miguel, fundado em 1632 pelo jesuita Christovam de Mendonça; São Lourenço, fundado em 1691; São Luiz, fundado em 1632 e elevado á categoria de villa em 1817, com a denominação de São Luiz da Leal Bragança (sem que, entretanto, lograsse obter edilidade); São Nicolau, fundado em 1627; São Francisco de Borja, fundado em 1690, erigido á alçada de villa em 1834 e mais tarde á de cidade. Do povo de São Borja foram filiaes a villa de Itaquí e a cidade de Alegrete, da qual se desmembraram a freguezia de Sancta Anna do Uruguai, elevada a villa em 1846 com o nome de Uruguaiana, e a

Depois daquelles acontecimentos de 1715, que de certo modo podem ser considerados como primeira formal tomada de posse, decorreu muito tempo, antes que do lado dos Portuguezes se cuidasse de effectiva-la. A região do Rio Grande ficou provisoriamente simples terra avançada do imperio colonial brasileiro, que, sómente por causa de sua criação de gado, mais avultada de anno para anno, era tida em grande apreço; e todos os esforços do govêrno colonial se limitaram a differentes planos e tentativas para a construção de uma estrada de caravana entre essa região e os districtos auríferos do Norte, nas provincias de São Paulo e Minas Geraes, afim de que estas, contando até então sómente com a região pastoril do Norte brasileiro para as necessidades do seu abastecimento, também pudessem mandar vir do Sul carne e rebanhos.

Sómente em 1737 se pensou numa occupação militar e estabelecimento de fortificações; um official, José da Silva Paes, com um destacamento, appareceu a 19 de Fevereiro do dicto anno á foz do Rio Grande e fundou alli uma fortaleza bem defendida, assim como uma povoação, que dentro em breve, pela corrente immigratoria das provincias vizinhas e um certo número de colonos dos Açores, chegou a uma população consideravel; todavia, fôra mal escolhido o local, pelo que mais tarde, segundo um decreto real de 17 de Julho de 1747, foi a primitiva installação abandonada e uma legua adeante, a Noroéste, fundada uma nova. Originou-se, assim a mais antiga localidade costeira da provincia; primitivamente denominada, segundo o sancto padroeiro da egreja parochial, São Pedro, mudou esse nome, logo que recebeu os fôros de cidade em 1835, para o mesmo, do vizinho curso de agua, cidade do Rio Grande.

---

freguezia de Sancta Anna do Livramento, constituida villa em 1850. A nossa secular questão com a Republica Argentina, por causa de parte do territorio das Missões, foi resolvida pelo presidente dos Estados Unidos da America do Norte, Grover Cleveland, a 5 de Fevereiro de 1895. Reconheceu elle, na sua justa sentença, que os rios Pepirigaguá e Sancto Antonio eram os mesmos a que dera taes nomes a commissão mixta oriunda do tractado de Madrid, de 13 de Janeiro de 1750, e não os rios Chopim e Chapecó, como pretendia a Republica Argentina. A área integrada no territorio brasileiro, e cuja demarcação já se concluiu, é de 31.333 kilometros quadrados. Foi advogado do Brasil o barão do Rio Branco, cuja memória, então publicada, constitue um precioso repositório de dados e documentos de inestimavel valia para a geographia e a historia da nossa patria.

Ella é actualmente o primeiro porto da provincia, onde se concentra a maior parte do seu movimento commercial, e segue, na ordem de importancia das cidades commerciaes brasileiras, logo depois de Belém (Pará), posição que disputou com successo durante muito tempo, e, sendo-lhe accrescentada a vizinha cidadezinha de São José do Norte, que está apenas a duas leguas dalli, á beira-mar, quasi a egual.

Porém, o posto de capital da provincia, que originariamente ella preenchia, teve a cidade de Rio Grande desde muito que ceder em beneficio da sua rival mais nova: Porto Alegre, na foz do rio Jacuhi, na Lagôa dos Patos, fundada em 1743 e povoada com immigrants Açorianos, desde 1770 séde regular das auctoridades provinciaes, igualmente, pelo decreto de 14 de Novembro de 1825, reconhecida capital da provincia e revestida de fóros de cidade.

A ambas estas mais antigas cidades, que assignalam as duas extremidades, princípio e fim da Lagôa dos Patos, juntou-se primeiramente o forte e povoação do Rio Pardo, rio acima no Jacuhi (1751), sendo que a colonização regular portugueza permanecia estabelecida provisoriamente á margem dêsse rio e na costa maritima do Norte; só mais tarde, desde os ultimos decennios do seculo XVIII, surgiram povoações tambem no interior, entre as quaes principalmente a cidade de Pelotas alcançou certa notoriedade, por suas colossaes xarqueadas. Em substância, o proprio interior não está ainda de modo absoluto na posse incontestada da raça branca; até á actualidade se conservam na espessura das mattas virgens diversas tribus de Indios bravios, que se costuma chamar pelo nome geral de bugres.

São Pedro, como territorio de fronteira, teve que sustentar, durante o seculo XVIII e princípio do XIX, repetidas vezes, o pêso principal das guerras que, de um lado o imperio colonial luso-brasileiro, por outro lado o espanhol do Prata, fizeram um ao outro, por questão de limites, e pela posse da embocadura do Prata; egualmente nas guerras ulteriores, por eguaes motivos, entre o imperio do Brasil e os Estados Confederados do Prata. Tomam estas guerras, portanto, importancia capital na história da provincia; todavia, pertencem propriamente á historia do imperio, e depois, quando tractarmos da formação dos limites do imperio, teremos que voltar de nôvo a esta questão no conjuncto; aqui nos limitamos a citar apenas os mais importantes aconte-



cimentos, que exerceram immediata influencia na situação de São Pedro.

Primeiro, durante a curta guerra de 1762-63, soffreu a provincia uma invasão inimiga; uma tropa do exército espanhol transpoz a 19 de Março de 1763 a fronteira, juncto da Lagôa Mirim; apoderou-se, após curta resistencia, de dous pequenos fortes da fronteira, que acabavam de ser construidos a toda pressa, e marchou em seguida contra a povoação de São Pedro, no Rio Grande. Alli ninguem esperou que chegasse o invasor; á primeira notícia da approximação do inimigo vencedor, soldados e moradores fugiram, tambem as auctoridades se retiraram; e a praça deserta caíu ás mãos dos Espanhões (24 de Abril), que logo se fortificaram alli e avançaram postos seus e obras á esquerda e á direita da Lagôa dos Patos, na lingua de terra e na terra firme.

Para mais conquistas não lhes restou tempo, pois, immediatamente a seguir, veio de Lisbôa e Madrid a notícia da suspensão de hostilidades concluida nesse interim, depois o tractado de paz. As estipulações de 10 de Fevereiro de 1763 ordenavam então completo restabelecimento das condições anteriores de posse; todavia, o governador espanhol de Buenos Aires, d. Pedro de Cevallos, não estava nada inclinado a abrir mão da posição recém-conquistada no Rio Grande; elle recusou, sob diversos pretextos, a sua entrega; egualmente procederam os seus successores no cargo.

Assim, recommçaram em breve as hostilidades, nas quaes a sorte se mostrou favoravel aos Brasileiros; mas um ataque á cidade de São Pedro lhes falhou, em fins de Maio de 1767; porém destroçaram os postos avançados inimigos, de sorte que das suas conquistas não restou aos Espanhões si não a immediata vizinhança daquella cidadezinha, o pequeno trecho entre Rio Grande e o rio São Gonçalo; tambem uma expedição espanhola, dirigida mais tarde contra o forte Rio Pardo e, em seguida, contra Porto Alegre, falhou completamente no seu intento (principios de 1774).

Logo depois, os Brasileiros, de seu lado, tomaram a offensiva; um official alemão ao serviço de Portugal, o tenente-general Johann Heinrich Böhm, que alli chegou com tropas da Europa, tomou posição fortificada á margem norte do Rio Grande, em São José do Norte, na primavera de 1775, onde elle se fortificou e chamou a si as milicias da vizinhança; fronteiro a elle, á margem sul, a fortaleza espa-



nhola de São Pedro igualmente attrahiu reforços; finalmente, para ambos os lados chegaram também pequenas esquadras de soccorro, que a princípio se mediram, sem a cooperação das tropas de terra. Nesse encontro marítimo, os navios brasileiros tiveram desvantagem; porém, quando o general Böhm, immediatamente depois, mandou atacar com as forças de terra e do mar reunidas todos os pontos das fortificações espanholas, produziram então as suas intelligentes disposições o mais completo successo, e, depois de um combate encarniçado que durou dous dias (1º e 2 de Abril de 1776), caíu São Paulo em suas mãos, ao passo que os Espanhóes, deixando os seus doentes e a sua artilharia, perseguidos pelos vencedores, se retiraram para além das fronteiras, sobre Montevidéo.

Assim se libertou a provincia de São Pedro da occupação inimiga. Todavia, já o anno seguinte trouxe novos perigos; d. Pedro de Cevallos, vice-rei de Buenos Aires, appareceu então elle proprio com uma esquadra espanhola nas aguas sul-brasileiras, conquistou a ilha de Sancta Catharina (5 de Março de 1777), igualmente a colonia portugueza de Sacramento (no actual Uruguai), a 4 de Junho, e ameaçou então o Rio Grande do Sul com um novo ataque geral.

Sem dúvida teria sido uma encarniçada guerra, pois também o general Böhm havia tomado as suas disposições com a maior cautela; porém, quando os dous exercitos já estavam bastante perto um do outro, chegou a noticia da paz firmada no entretanto, a 1º de Outubro de 1777, e com isso as hostilidades, por esta vez, cessaram.

A seguinte guerra hispano-lusa (1801) deu oportunidade á provincia de São Pedro de alargar ao tamanho actual as suas fronteiras, até então um pouco mais estreitas; ella conquistou a Oeste o antigo districto espanhol das Sete Missões e ao Sul uma faixa de terra dominada até então por fortalezas espanholas; conquistas que, apesar da restituição estipulada na paz de 6 de Junho de 1801, conservou para si, e cuja posse foi ratificada por um tractado de limites com a cidade vizinha de Montevidéo (1819).

Immediatamente após esse effectivo engrandecimento e fixação dos limites exteriores, também a organização interna deu um grande passo para diante; a provincia do Rio Grande do Sul, que, segundo um decreto real de 11 de Agosto de 1738, era membro da capitania geral do Rio de Janeiro e,

sob a superintendencia do vice-rei dalli, era governada por commandantes militares ou sub-governadores, foi elevada, a 25 de Fevereiro de 1807, a capitania geral, independente de São Pedro (a princípio com a provincia de Sancta Catharina inclusive, depois sem a mesma).

A 9 de Outubro de 1807, tomou o primeiro capitão-general conta do seu cargo em Porto Alegre, e a elle succederam mais tres; depois da declaração de independencia do Brasil, presidentes provinciaes occuparam esse lugar, primeiro José Feliciano Fernandes Pinheiro (1823 e seguintes), notavel como participante na fundação da colonia alemã de São Leopoldo, perto de Porto Alegre, pelo que mais tarde teve o título nobiliarchico de "Visconde de São Leopoldo", e mais celebre como historiador da sua provincia.

No decurso dêste periodo (1811-1828), travaram-se novamente guerras entre o Brasil de um lado, os Estados espanhóes do Prata do outro, as mais das vezes para a posse de Montevideo; não as esmiuçaremos aqui, pois, si o Rio Grande do Sul sempre foi o ponto de partida das operações brasileiras, e teve que soffrer sobretudo o recrutamento e as requisições, todavia não foi elle propriamente o theatro das guerras, e as vicissitudes guerreiras de modo algum tocaram a provincia directamente. Porém certamente essas guerras exerceram forte influencia indirecta sobre o Rio Grande do Sul, já pelo conhecimento mais estreito que determinaram, já pela vizinhança das repúblicas do Prata de lingua espanhola; aquelle republicanismo não sazonado, aquelle espirito de desordem revolucionária, que alli todo homem emprehendedor é mormente todo soldado julgava meio licito e unico possivel de se guindar ás altas dignidades, implantou-se tambem aqui e achou muito echo.

★ ★ ★

"Desde o anno de 1828 (citamos as palavras do visconde de São Leopoldo) trevejavam revoluções no céu tão placido e puro da provincia; precursores do temporal que se armava, choviam chalaças e insultos contra o govêrno provincial e o do imperio. Individuos interesseiros, que escondiam sob a mascara de affectado provincialismo os seus propositos egoisticos e ambiciosos, aticavam o fogo revolucionário por meio de associações secretas; dêste genero

eram a sociedade "Continentino", em Porto Alegre, e a dos "Defensores da Liberdade e da Independencia", em Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo; e, como abertamente se contava, ellas tambem tinham relações e protectores no Rio de Janeiro".

Uma primeira revolta, em Porto Alegre (24 de Outubro de 1834), foi logo dominada pelas energicas disposições tomadas pelo então presidente José Mariani, como diziam os adversarios, "com o auxilio de mercenarios nacionaes e estrangeiros"; porém mal se fez uma investigação regular, e ainda menos se perseguiram os secretos ou declarados chefes dos amotinadores. Assim, o movimento foi lavrando cada vez mais e mais profundamente; "mesmo os proprios reconhecidos monarchistas diziam ás claras a sua opinião de que São Pedro, enquanto d. Pedro II estivesse em minoridade, devia conservar-se separado do imperio e recusar obediencia á Regencia".

O nôvo presidente provincial, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, embora natural do Rio Grande do Sul, não soube acalmar a tempestade; muitos erros e violações lhe fôram acprobrados, sobretudo, porém, parece que se lhe levou a mal o haver apresentado a proposta de um imposto territorial geral (dez mil réis por legua quadrada) e a criação de uma tropa de policia, um "corpo de janizaros". Faltava sómente um homem de algum prestígio que se collocasse á testa, e este se encontrou na pessoa do coronel Bento Gonçalves da Silva, que, "dando ouvidos ás justas queixas de seus concidadãos", entrou na capital com um regimento de cavallaria; a 20 de Setembro de 1835, fôram as auctoridades regulares destituidas, e estabelecido um govêrno provisório; cinco dias depois (25 de Setembro) appareceu o manifesto (redigido inteiramente no estilo dos pronunciamientos hispano-americanos), que procurava justificar esta revolução deante do povo da provincia e do povo de todo o imperio (119). Os cidadãos de Porto Alegre, porém, logo se cansaram, dentro de poucos mezes, dos embustes da re-

---

(119) Interessante é que nesse manifesto apenas de passagem é mencionada, entre os erros do govêrno provincial destituido, a impunidade com que elle permitia a "escandalosa importação de escravos"; isso indica que aqui, em contraste com as provincias propriamente agricolas do Brasil central, não tinham em geral nenhuma especial importancia o commercio de escravos e a escravidão. Sobre-

volução, prejudicial de todo modo ao commercio e aos costumes, e a 15 de Junho de 1836 a antiga ordem de cousas foi de nôvo restabelecida (pelo que recebeu, por decreto imperial de 19 de Outubro de 1841, o título honorifico de "fiel e heroica" cidade).

Em seguida, installou o govêrno provisório revolução-nário a sua séde mais ao Sul, na povoação de Piratinim, á margem do rio do mesmo nome, que desembocca no rio São Gonçalo, e alli proclamou, mais ou menos um anno depois, a república, abertamente separada do imperio (16 de Dezembro de 1837). Como se póde comprehender, entrementes rebentou por todos os lados da provincia a guerra civil; de um lado, o partido imperial dos legalistas, que foi repetidas vezes reforçado por tropas do Rio de Janeiro e São Paulo; de outro lado, os rebeldes republicanos, chamados *Farrapos*, por seus adversarios. Hostilizavam-se continuamente com alternados successos, sem que, entretanto, houvesse operações systematizadas; em geral, tractava-se só de atacar de surpresa e saquear as povoações e districtos em poder do inimigo, e logo se batia em retirada, de modo que raras vezes se travaram encontros regulares.

Sem nos alongarmos em particularidades, mencionaremos apenas que a guerra, a princípio travada com encarniçamento, não pequeno, foi pouco a pouco esfriando-se cada vez mais, e finalmente degenerou numa verdadeira guerra de compadres; "ambos os partidos procuravam polidamente evitar-se e não se perturbarem reciprocamente á hora do almoço e do jantar; sómente uma vez ou outra, para ao menos dar espectáculo, trocavam alguns tiros, tendo antes na maioria das vezes o cuidado de arrancar com os dentes as balas dos cartuchos; pois eram inteiramente bons amigos, que não queriam offender-se uns aos outros" (Blumenau).

Nestas circunstâncias, quando o imperador d. Pedro II, á declaração de sua maioridade, se mostrou ao mesmo tempo severo e clemente, a completa pacificação da provincia de São Pedro não foi nada difficil.

---

tudo foi muito util para a diminuição da escravatura a guerra civil que se seguiu; primeiramente, os revolucionarios, para preencherem as suas fileiras, offereciam a cada escravo dos legalistas, que se passasse para elles, liberdade e armamento; os legalistas, por seu lado, fizeram o mesmo, e por uma lei provincial foi cassado o direito de possuirem escravos os rebeldes. O número de escravos é, por este facto, hoje, em São Pedro, relativamente diminuto (*Nota do auctor*).

O general Luis Alves de Lima, barão, depois conde de Caxias, derrotou os insurgentes a 20 de Março de 1848; logo em seguida caiu o quartel-general republicano de Piratinim nas suas mãos; os chefes republicanos, segundo se diz, ganhos por meio de suborno, submeteram-se; e então, por um decreto imperial de 18 de Dezembro de 1844, foi proclamada a plena amnistia sem restricção, para todos os participantes da revolução. Poucos mezes depois se extinguiram os ultimos estertores revolucionarios, e a provincia, cujo bem-estar material fôra profundamente abalado durante a guerra civil de nove annos, começou de nôvo a gosar da paz interior, de próspero desenvolvimento.

Dahi em deante pouca cousa ha para notar na história da provincia, a não ser uma alteração na organização da egreja: São Pedro, que até então fazia parte da diocese do bispo do Rio de Janeiro, teve no anno de 1855 sua propria alta categoria ecclesiastica.

Finalmente, temos que citar ainda as colonias de lingua estrangeira, que desde a independencia brasileira surgiram no territorio de São Pedro. A mais antiga dellas — e tambem a mais importante e florescente em todo o Brasil — é a colonia alemã de São Leopoldo, situada no rio dos Sinos, um affluente do Jacuhi, algumas leguas ao Norte de Porto Alegre, fundada pelo imperador d. Pedro I, que lhe deu o nome pelo de sua esposa, Maria Leopoldiña, princeza austriaca.

Os primeiros immigrants vieram no anno de 1824, 26 familias e 17 pessoas isoladas, num total de 126 individuos; em 1825, seguiram-n-os 909; em 1826, mais 828; em 1827, 1.088; em 1828, 99 colonos; na anno seguinte, effectuou-se a mais forte entrada immigratoria, 1.689 colonos, parte dell'es vindos directamente da Alemanha, parte constando de soldados da (primeira) legião teuto-brasileira, aos quaes se dera baixa; em compensação, só vieram 117 em 1830. Com esses cessou a immigração transoceanica completamente; São Leopoldo, que contava então já 5.000 almas, limitou-se ao crescimento natural de população e á vinda de isolados compatriotas já domiciliados no Brasil; na patria alemã ficou a colonia completamente em exquecimento.

Por outro lado, perturbou-se tambem a situação brasileira; os colonos alemães, que, sob clima favoravel e em ter-



reno fértil, em breve haviam vencido com actividade animosa as primeiras difficuldades da fundação e brilhavam como exemplo de economia agricola no meio dos naturaes, enquanto governou d. Pedro I sempre gosaram de certa consideração e muitos favores; á sua abdicação, porém, isso cessou, e elles encontraram nas auctoridades brasileiras apenas indifferença e mesmo antipathia.

Ainda mais, rebentou então na provincia de São Pedro a guerra civil de nove annos (1835-1845), na qual fôram tambem envolvidos os Alemães. Sem dúvida em parte por propria culpa delles; pois a principio os chefes de ambos os partidos, tanto os legalistas como os republicanos, offereceram a neutralidade aos habitantes de São Leopoldo, visto elles, como extrangeiros, nada terem que ver na questão; porém tal posição neutra nas guerras civis era insustentavel internamente, nem seria respeitada pelos combatentes, e, assim, viram-se os Alemães pouco a pouco forçados a tomar partido.

A desgraça foi não permanecerem elles unidos e singularmente perfilou-se a maioria dos colonos protestantes, com o director da colonia á frente, juncto das bandeiras imperiaes; a grande maioria dos catholicos, porém, tomou o partido dos revolucionarios; e a estes se associaram tambem ambos os parochos protestantes; um delles, o pastor Klingelhofer, foi mais tarde morto em combate, egualmente o seu filho, o bravo Hermann (Germano), que até hoje é afamado, entre os seus partidarios, como o mais intrepido guerreiro da época da revolução.

Tambem aqui a guerra, a principio encarniçada, foi pouco a pouco perdendo o ardor, e já alguns annos antes da pacificação geral da provincia a paz interior estava restabelecida em São Leopoldo; em vidas humanas, pouco se havia perdido, todavia o bem-estar geral muito soffrêra, muitas familias se haviam retirado e não mais voltaram, de sorte que, durante todo o periodo, ficou estacionário o número da população: 1835, com 5.253 almas; 1844, com 5.238.

Então raiou tempo melhor; de nôvo floresceram a agricultura e a indústria; tambem da Alemanha vieram de nôvo immigrants: nos annos de 1844, 66; 1845, 87; 1846, 1.515 (em parte via Rio de Janeiro), e assim continuou, de sorte que no anno de 1850 a população da colonia era de 9.862 habitantes em 1.878 lares; até ao princípio de 1854, subiu a 11.172 almas, das quaes 6.508 protestantes e 4.664 catholicos, com 12 templos protestantes e 9 egrejas catholicas,

e com um número regular, todavia não sufficiente (24), de eschololas alemãs; a exportação annual, em parte de productos agricolas, em parte de industriaes, foi ultimamente orçada numa média de 500:000\$ e mais; os escravos eram em número de 200.

São Leopoldo já alcançou, portanto, grande importancia, e si, como se diz, o govêrno brasileiro despendeu de facto para as primeiras installações e auxilios á mesma 500:000\$, desde 1825 até 1832, difficilmente poderia essa quantia ter sido melhor empregada, porque aqui se apresenta a condição — e de certo modo unica — de poder exercer uma verdadeira força de attracção sôbre a emigração européa, e mórmente a alemã, de lavradores, dos quaes o Brasil, com o seu fraco povoamento, tão urgentemente necessita.

Nesse sentido foi a colonia tambem encarada na Alemanha; principalmente em contraste com a maioria das outras empresas de colonização, era São Leopoldo, em todas as recentes informações relativas ao assumpto, sempre e sempre recommendada como sítio do Brasil, onde o emigrante podia conservar a lingua e os costumes da sua patria, associando-se a uma grande communidade, onde encontraria mais facil trabalho e possibilidade de adquirir uma propriedade sua, e onde finalmente lhe são poupados a maioria dos inconvenientes muito conhecidos, a que está sujeito o colono nos paizes estrangeiros, especialmente sob o pessimo regime do funccionalismo dalli.

Porém essa não é a opinião das auctoridades brasileiras; “parece-me — assim se manifestou com franqueza digna de louvor o presidente, na sessão da Assembléa Provincial de 1 de Outubro de 1852 — não convir que a população estrangeira de São Leopoldo augmente ainda mais; precisamos de muitas colonias, mas não convém que sejam muito povoadas”. E, para completar, informa-nos o mais recente relatorio official que, “na vizinhança de São Leopoldo, não ha mais por toda parte terras disponiveis do Estado e para vender”.

Portanto, evidentemente não querem que São Leopoldo (com Porto Alegre) venha a ser o que podia ser (o mesmo que primitivamente foram, para a União Americana, Germantown com Philadelphia, e Nova York): o poncto de partida de onde a immigração alemã de lavradores livres podia irradiar para o coração do paiz. Ou, considerando de um poncto de vista mais acanhado: a inveja dos nati-

vistas brasileiros não deseja, e pretende impedir, onde possível, que esta colonia alemã activamente industriosa, que, comprehendendo apenas a vigesima parte do total da população, já concorre com o septimo da exportação total, venha a preponderar mais ainda, com maior affluência de trabalhadores alemães e elementos de cultura alemã.

Todavia, não era só isso; por outro lado, é evidente que era vista com maus olhos a pertinacia com que em São Leopoldo os colonos alemães se apegavam á lingua e aos costumes da sua patria, e que o govêrno provincial julgava obrigação de seu cargo proceder quanto antes no sentido de uma fusão, mesmo si fôsse necessario por meio coercitivo: não se queria consentir que ao lado de Brasileiros de lingua portugueza prosperassem e subsistissem teuto-brasileiros. "Ainda é de muito pouca monta a instrucção na lingua nacional — assim exprimia o acima citado relatorio de 1852; — em São Leopoldo, os colonos preferem (com razões de sobra) o ensino nos collegios particulares alemães. Si nós não prohibirmos a superabundancia (?) dessas escholas e não castigarmos com multas os paes das creanças, que as frequentam antes de lhes ter sido sufficientemente ensinado a ler e escrever o portuguez, os filhos dos colonos pouco frequentarão as nossas escholas e sempre permanecerão estrangeiros em nosso paiz".

Portanto, uma verdadeira perseguição contra a lingua materna alemã, o ensino escholar alemão; e nesta questão existia ao mesmo tempo inimizade religiosa para com os colonos protestantes, pois as escholas brasileiras nacionaes são todas catholicas. Além disso, para o mesmo fim e, sobretudo, para enfraquecer São Leopoldo, lançou-se mão das duas medidas coercitivas que no Brasil se applicavam em geral contra os municipios tidos em má conta: tambem alli foi tentado o recrutamento para o serviço regular de guerra e para a milicia.

Foi publicada uma ordem presidencial, datada de Porto Alegre (8 de Janeiro de 1850), que encarregou o assim chamado directorio das colonias estrangeiras de recrutar para a marinha de guerra rapazes de 10 a 16 annos, que não estejam inscriptos nas escholas nacionaes (portuguezas) ou que não sejam trabalhadores; outras noticias informam, além disso, que se exigiu da colonia, para a última guerra (1851-52), um alistamento de milicias, não obstante, pelo direito vigente de então e já segundo uma antiga lei portugueza (de

12 de Fevereiro de 1813), os colonos estrangeiros e os seus filhos serem isentos do serviço militar.

Teve, portanto, São Leopoldo, nos últimos tempos, que soffrer systematica oppressão; todavia, frustraram-se todas estas tentativas por esta vez; a colonia, forte em opulencia e número de habitantes, demonstrou tão resoluta opposição contra essas. pretensões, que as auctoridades julgaram de bom conselho desistir. E dahi em diante o govêrno provincial voltou atrás dessas tendencias ultranativistas, si bem que, por outro lado, ainda hesite em favorecer abertamente o crescimento natural de São Leopoldo. Tanto mais merece esta colonia a contínua attenção da mãe-patria, recommendendo a emigração alemã independente.

Das restantes colonias estrangeiras na provincia de São Pedro, apenas ha alguma cousa ou quasi nada especialmente agradável para relatar.

Mas ou menos ao tempo da de São Leopoldo, quasi na mesma latitude, porém mais a Léste, promoveu o imperador d. Pedro I a fundação de mais duas colonias agricolas, das quaes uma, a colonia das Tres Forquilhas, no arroio do mesmo nome, com immigrants alemães do Norte, protestantes; a outra, a colonia Torres, não distante da povoação costeira do mesmo nome, com Alemães catholicos, do Sul. Ambas dispõem de sólo fertil; contudo, em progresso e riqueza, ficam muito atrás de São Leopoldo. Ao passo que as vizinhanças da capital da provincia, Porto Alegre, garantiam a São Leopoldo lucrativa venda de seus productos, essas duas outras, por sua posição no interior deserto e por seu afastamento, ficaram excluidas de todos os grandes mercados; e, ao que parece, até aqui não se deu o minimo passo para lhes abrir as necessarias communicações pela construcção de estradas ruraes; nem ha um serviço de correio regular, tanto que o govêrno provincial recebe, muitas vezes com atraso de um anno, uma communicação official. O estado em que se acham ambas as colonias, das Tres Forquilhas e de Torres, as duas junctas com a população approximada de 1.000 almas, é, portanto, lastimavel; si os habitantes têm o necessario para a subsistencia, entretanto, pela impossibilidade de saída regular dos productos, falta-lhes o estímulo para incita-los a activos trabalhos de lavoura e industriaes; cortadas as colonias de toda communicação com a gente da provincia, e com a velha patria, ellas

permanecem como que enterradas no matto, devendo necessariamente degenerar espiritualmente.

São estas as tres mais antigas colonias estrangeiras, que todas devem a sua origem ao poder central brasileiro. Depois de mais de vinte annos, voltou então o govêrno provincial a sua attenção para a colonização de lingua estrangeira, mas, de proposito ou não, tomou por um caminho completamente errado.

Neste sentido, achava-se o Rio Grande do Sul em situação mais favoravel do que qualquer outra das provincias brasileiras; o que nenhuma outra possuia, contava ella com São Leopoldo: um poncto que, embora pequeno, já exercia, contudo, fôrça de attracção sôbre a immigração estrangeira, livre e independente, mormente a alemã; portanto, bastava abrir caminho para ahi e votar séria boa vontade para com o elemento alemão.

Teria sido melhor, si se houvessem ligado umas ás outras, por uma estrada real, as tres colonias alemãs existentes, com isso facilitando para Tres Forquilhas e Torres o accesso a Porto Alegre; além disso, si se houvessem, ao longo dessa estrada, posto á venda grupos de lotes, com intervallos adequados, o immigrante, que se estabelecesse alli, estaria de ambos os lados em contacto com os seus compatriotas, poderia numa emergencia encontrar conselho e auxilio, e dentro de alguns decennios todos esses pontos se teriam expandido num grande districto alemão.

Na verdade, mesmo assim existia um inconveniente, e é que toda essa região, ficando á orla da matta virgem, estava exposta a soffrer de tempos a tempos as correrias das tribus de Indios bravos do sertão, como aconteceu á colonia de São Leopoldo, que teve de sustentar a princípio muitos assaltos terribes; na verdade, esses perigos sempre os encontra o colono na maioria das terras novas, e uns poucos postos militares bem distribuidos os reduziriam de modo consideravel.

Mais ou menos é este o caminho que estava traçado ao govêrno provincial de São Pedro, pelo proprio interesse de sua provincia e pelo exemplo da America do Norte; porém não o tomou; animado pelo mesquinho nativismo brasileiro, não julgou de bom conselho o maior desenvolvimento de São Leopoldo em grande districto alemão.

Assim, o presidente da provincia, no anno de 1849, mandou estabelecer muito mais a Oéste, nas vizinhanças do rio Pardo, uma nova colonia, Sancta Cruz, para onde se procurou dirigir a emigração alemã; fôram despachados



agentes (Peter Kleudgen, em Hamburgo), que ao modo usual se exorçavam por seduzir os amantes de viagens; promettiam terras de graça, sob certas condições ambiguas, para os primeiros tempos subsidios, finalmente alguns reŕursos para a viagem além-mar.

Embora, por outro lado, se advertisse sôbre o pouco exacto cumprimento dessas promessas e a incerteza de toda empresa de colonização, parece que esses engajamentos sempre tiveram bastante successo; a população da nova fundação, que em fins de 1852 importava só em 254 almas, já (segundo o relatorio official) em 1855 montava a 891; Sancta Cruz já havia, portanto, superado de muito Tres Forquilhas e Torres e tomava, logo depois de São Leopoldo, o segundo logar. Contudo, é enorme a differença, pois ainda não venceu Sancta Cruz o primeiro severo estagio de provação, e, para mante-la na devida ordem, o govêrno da provincia teve de fornecer subsidios aos colonos, durante muito mais tempo do que havia sido promettido a princípio; causava, portanto, a fundação dessa colonia pesada despesa ao cofre provincial, ao passo que nas vizinhanças de São Leopoldo uma bem organizada venda de terrenos teria indubitavelmente trazido lucro.

Parece extraordinario que o govêrno provincial com isso se prejudicasse a si mesmo financeiramente, e é, entretanto, facilmente explicavel; a fundação de Sancta Cruz, ao passo que de um lado era destinada a desviar de São Leopoldo o affluxo de immigrants alemães, tinha por outro lado tambem uma significação militar: deveria servir, na vizinhança de Rio Pardo, de obra avançada contra os temidos assaltos das tribus de Indios bravos e manter livre a entrada do ainda inteiramente deserto valle superior do rio Jacuhi. Além disto, devia em 1852, na região das nascentes dêsse rio, na fortaleza em ruinas do Quartel do Pontão, ser estabelecida mais uma colonia militar contra os bugres inimigos, a ser guardada com os soldados licenciados da segunda legião teuto-brasileira.

Si este último estabelecimento chegou á realização, nada consta até agora; si se effectuar, porém (como um olhar ao mappa o demonstra), completar-se-á um círculo de colonias alemãs que incluem de todos os lados no seu perimetro, sem dúvida com muito vastos terrenos de intervallo, as mattas virgens da Serra Geral de São Pedro, a verdadeira morada das indomitas tribus de bugres: no extremo Léste, Torres, não distante dos limites de Sancta Catharina; mais

adeante, Tres Forquilhas, São Leopoldo; seguindo ao longo do curso inferior do Jacuhi, um trecho de territorio relativamente de mais densa população e de maior segurança, e, onde este termina, Sancta Cruz; finalmente, no extremo noroeste, a projectada colonia militar. Portanto, uma verdadeira fronteira militar alemã para protecção da população nacional brasileira; a emigração allemã, porém, comprehendeu a intenção e melindrou-se.

Além destas quatro colonias creadas pelas auctoridades, fôram fundadas mais tres de lingua estrangeira, por particulares, contudo com assistencia official, e baseiam-se todas sôbre o systema da compra e posse livre do sólo. Primeiro duas, no districto da cidade de Pelotas: Monte Bonito, fundada em Março de 1850 pelo coronel Thomaz José de Campos e povoada com immigrants alemães e irlandezes; e a colonia D. Pedro II, com immigrants sobretudo irlandezes, fundada em 1850 pela denominada Sociedade Auxiliaria da Colonização de Pelotas; ambas receberam do thesouro provincial quantias consideraveis para seu auxilio, eram estabelecidas em terrenos ferteis, na immediata vizinhança de uma importante cidade, de sorte que não podia faltar saída para a sua producção; todavia, depois de curto prazo, provavelmente por má administração, ellas desappareceram, e não fôram mais citadas nos relatorios officiaes de 1855.

Sómente a terceira colonia particular (alemã) subsistiu: Mundo Novo, fundada em 1851, na propriedade de igual nome de Tristão José Monteiro, algumas leguas a Nordeste de São Leopoldo; enterrada em plena matta virgem, tiveram os colonos que sustentar guerras encarniçadas com os Indios bravos; familias inteiras fôram trucidadas, as mulheres e creanças carregadas ao captiveiro; além disso, faltava a principio toda communicação com o Sul, pois a construcção de uma estrada carroçavel para São Leopoldo, necessaria antes de tudo mais, foi preterida pelo govêrno provincial; todavia Mundo Novo progrediu; em fins de 1852, contava uns 400 habitantes; em 1854, 579; e pouco a pouco sem dúvida se fundirá com São Leopoldo.

Desde o anno 1855 fôram ainda projectadas e iniciadas as seguintes colonias: a de igual nome, do dr. Barcellos, pouco distante de Sancta Cruz, no rio Pardo; a do nome de

H. da Silva Marcante (120), no rio Taquari; igualmente alli, as colonias Conventos e Lageados, em duas fazendas dos mesmos nomes, que pertenciam a um alemão, Claussen; mais, a colonia exclusivamente catholica de Sancta Maria da Soledade, no rio Cahi, de 16 leguas quadradas de extensão, fundada pelo Francez conde de Montravel, e auxiliada pelo govêrno brasileiro.

Como mostra um olhar lançado ao mappa, estão todos esses estabelecimentos situados á margem norte do rio Jacuhi e formarão uma série de estações entre Sancta Cruz e São Leopoldo, ao longo da orla da matta virgem.

Finalmente, á parte, no planalto de Tapes, um empreiteiro alemão, Jacob Rheinganz, comprou oito leguas quadradas para fundar uma colonia, e concedeu-lhe o govêrno a mesma subvenção que ao conde de Montravel.

Em conclusão, devemos ainda observar que, como em Sancta Catharina, tambem no Rio Grande do Sul, pela lei de 18 de Outubro de 1850, foi prohibida a importação de escravos nas novas colonias; si com essa medida se queria crear realmente um territorio livre, ou si, antes pelo contrario, o fundo da questão não seria o proposito pessoal de conservar o reduzido número de escravos exclusivamente para os Brasileiros natos, é o que ainda resta saber.

---

(120) *Marcante* é como está no texto original de Handelmann, pag. 507; mas, adeante, á pag. 616 do cap. XI, escreve *Mareante*. Diga-se, desde já, que, por causa do nome H. da Silva Mariante, o historiador alemão na tábua IV do cap. XI, só inscreve uma colonia, com o toponymo "Silva Mareante", quando a verdade é que, por influência da lei n. 304, de 30 de Novembro de 1854, que impulsionou no Rio Grande do Sul a iniciativa particular no tocante á colonização europêa, alli surgiu no mesmo anno a colonia "Silva", situada entre Conventos e a ilha de Taquari, apparecendo em 1855 ou 1856 as de nome "Mariante", no valle do Taquari, "Estrella" e "Maratá", esta última no valle do Caf, á margem do arroio Maratá. Tudo isso pôde ser verificado, quer no trabalho de Carl von Koseritz, "Rathschläge für Auswanderer nach Südbasilien" (Berlim, 1880), pag. 33, quer na recente monographia de F. de Leonardo Truda, *A colonização alemã no Rio Grande do Sul* (in *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul*, anno X, 2º trim., 1930), pag. 223.





## CAPITULO XI

### A capitania geral de São Paulo

Transpondo agora a fronteira norte da provincia de São Pedro, penetramos no territorio do quinto grupo de Estados brasileiros, o qual, nas suas fronteiras provisórias primitivas, muito supera em extensão a todos os outros, mesmo ao antigo Estado do Maranhão.

E' a capitania geral de São Paulo: formada da reunião dos antigos feudos hereditarios de São Vicente e Sancto Amaro, no principio do seculo XVIII retomados pela corôa de Portugal, foi immediatamente depois retirada da superintendencia que anteriormente exerciam sobre ella os capitães-generaes do Rio de Janeiro, e recebeu a 9 de Novembro de 1709 o seu proprio capitão-general, na capital de igual nome, São Paulo; ao mesmo tempo, ou mais tarde, fôrão-lhe annexadas todas as novas descobertas a Oéste e a Noroéste, de sorte que pouco a pouco, abrangendo todo o interior, rico em ouro, do antigo "Estado do Brasil", tocava no Norte o antigo "Estado do Maranhão" e a Oéste e Sul a America sul-americana espanhola.

Nesta incommensuravel extensão, ella não poude, naturalmente, manter-se, com o correr do tempo; um membro após o outro, quando alcançava maior número de habitantes e importancia propria, era separado: em primeiro logar, as terras das "minas geraes", a capitania geral de Minas Geraes (provincia), a 2 de Dezembro de 1720; depois, por decretos reaes de 8 de Novembro de 1744 e 9 de Maio de 1748, as capitánias geraes (provincias) de Goiaz e Matto Grosso. Com isso a capitania geral de São Paulo (provincia) ficava reduzida somente á terra entre o rio Paraná e o oceano



Atlantico, limitada ao Norte pelas provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes, ao Sul pelas provincias de Sancta Catharina e São Pedro; uma área de cêrca de 12.000 leguas quadradas.

Este territorio preenche, então, a lacuna, que saltámos, quando passámos da parte norte á parte sul da capitania geral do Rio de Janeiro, e o que temos a descrever da sua formação geographica prende-se immediatamente ao que alli dissemos. Tambem São Paulo consiste, na maior parte, de terras altas medianas, ligadas a Nordêste ao Rio de Janeiro, ao Sul com a Serra Geral de São Pedro e Sancta Catharina e ao Norte com o planalto montanhoso de Minas Geraes, o verdadeiro nucleo de rocha do Brasil. A vertente oriental dêsse planalto, a denominada Serra do Mar, é bastante ingreme e deixa, como no Rio de Janeiro, assim em São Paulo, apenas uma estreita baixada na costa, que sómente mais ao Sul, na altura de Sancta Catharina, vai ganhando largura; a Oêste e Sudoêste, ao contrário, o planalto faz declive para o curso do Paraná e lhe fornece, ao mesmo tempo, um sem número de grandes affluentes, cujos valles são na maioria bastante estreitos e profundamente talhados.

Quanto á feição do paiz, dominava em outros tempos, e ainda hoje ao Norte e Nordêste, a matta virgem, que se dirige ao longo das montanhas da costa ao Sul, na direcção de Sancta Catharina e São Pedro; comprehende-se que, passando a zona temperada, a matta perde logo em sua pujança tropical. Por outro lado, ás margens do Paraná e no curso inferior de seus affluentes, alargam-se extensos e ferteis campos, que, principalmente ao longo do rio Iguassú (Curi-tiba), os denominados Campos de Guarapuava, alcançam longe, ao seu curso médio e superior; justamente alli, no Iguassú, tambem vão morrer os extremos dos campos da Vaccaria, que, começando na encosta noroêste da Serra Geral de São Pedro, acompanham as nascentes e o curso do Uruguai; finalmente, no planalto de São Paulo são de eguaes condições os denominados Campos Geraes, que se estendem em volta da cidadezinha de Castro, na redondeza das nascentes do Paranapanema.

Por consequinte, encontramos no interior do territorio, entre Nordêste e Sudoêste, um vivo contraste, que, indicado pelas suas condições naturaes, foi respeitado pelo modo da colonização e, finalmente, confirmado pela separação politica.

A capitania geral de São Paulo (ou, lembrando nome mais antigo, as capitanias reunidas de São Vicente e de Sancto Amaro) é, como se sabe, a mais antiga de todas as regiões brasileiras; todavia se limitou aqui a colonização agrícola portugueza a uma região relativamente estreita, no extremo Nordéste, onde as velhas cidades de São Vicente, Sanctos e São Paulo estão situadas proximas umas das outras.

Reuniu-se alli uma população bastante densa, que cultivava, conjunctamente com as plantas alimenticias indigenas e europeas, o assucar, como artigo propriamente de commercio; na verdade, o clima do planalto já é temperado demais para essa cultura, dando sempre escassa producção; é suplantada nos tempos mais modernos, cada vez mais, pelo caféeiro; todavia ficou indelevel a impressão que exerceu o cultivo da canna de assucar na organização do povo e na condição dos bens de raiz; e as condições locais, sob esse aspecto (como as do Rio de Janeiro), correspondem ainda ás das provincias assucareiras do Norte.

Dêsse nucleo extenderam-se de preferencia para o Norte as actividades colonizadoras dos Paulistas; elles cooperaram a princípio muito na colonização do Rio de Janeiro; descobriram e em grande parte povoaram Minas Geraes, Goiaz e Matto Grosso; e tambem na história de outras provincias do Norte, Bahia, Pernambuco, Piaui, etc., repetidas vezes intervieram as suas audazes bandeiras, os seus caçadores de Indios e pesquisadores de ouro.

Menor attenção deram elles ao Sul: sómente ao longo da costa foi avançando uma série de colonias, que, pouco a pouco, penetraram em Sancta Catharina; ao contrário, o Sudoeste interior ficou por assim dizer inteiramente desconhecido, como por exemplo os campos de Guarapuava, cuja posse formal só foi tomada em 1770. Aqui se encontram, portanto, condições de todo primitivas; uma escassa população, com apenas poucos escravos, onde o sangue branco se conservou, portanto, bastante puro, cria nos campos os seus rebanhos, para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, e é relativamente muito mais dispersa do que nos districtos creadores de São Pedro, de sorte que aqui ainda restam muitos terrenos deoccupados, sem dono.

A mais densamente povoada é, em todo caso, a região dos proximos arredores da cidadezinha de Curitiba, nas nas-

centes do Iguassú; e alli a lavoura, practicada pelos campeiros apenas na medida que exige a sua necessidade, já é a indústria mais importante; todavia, a exploração das mattas vizinhas, que abundam em matte ou chá do Paraguai, tem uma grande importancia para a cidade. Este producto que, de resto, ainda não se nivela com a produção propriamente do Paraguai, é para a vizinha Paranaguá, o porto principal no Sul de nosso territorio, o artigo fundamental de commercio, tal como o café o é para o porto de mar de Sanctos, mais ao Norte (121).

\* \* \*

Entre estas duas regiões tão dissimilhantes, fez-se ultimamente a separação política; pela lei de 19 de Dezembro de 1853 foi elevada a metade Sudoeste da antiga capitania geral de São Paulo (provincia), com alguns districtos limitrophes da provincia de São Pedro, a provincia autonoma, que recebeu o nome de provincia do Paraná; constava a sua população de 72.400 habitantes. Ella se estende muito ao interior, entre os rios Paraná, Paranapanema e as nascentes do Uruguai, de sorte que contém todas as recém-mencionadas regiões de campos; por outro lado, ella dispõe apenas de uma diminuta extensão de costas, com a cidade maritima de Paranaguá; Curitiba tornou-se a capital da provincia.

Naturalmente, uma tão nova formação estadual não pôde ter história propria. O que acabamos de dizer sobre as suas condições geographicas é o sufficiente para indicar que a provincia do Paraná, nos seus caracteristicos, muito se assemilha com as provincias do Sul, de Sancta Catharina e de São Pedro; sem dúvida alguma, compartilhará tambem com estas, no futuro, do desenvolvimento político e social. Com razão pôde o Paraná, como já frequentemente tem succedido, ser recommendado como muito apropriado para acolher a colonização de lavradores europeus, Alemães, e, como aqui o que não falta são terrenos do Estado para vender,

---

(121) No anno financeiro de 1854-55, exportou Sanctos o valor total de 3.367 contos, de café 2.960; Paranaguá, um valor total de 811 contos, de matte 715; o matte era no total exportado no valor de 739 contos. A importação estrangeira é pequena em ambos esses portos, respectivamente, no valor de 372 e 364 contos; ella é realizada por intermedio do Rio de Janeiro (*Nota do auctor*).

depende do govêrno provincial procurar, por meio de convenientes regulamentos, em breve attrair franca e seriamente o affluxo de camponios livres.

Sem dúvida, está esta provincia por ora em desvantagem nesse sentido relativamente ás suas vizinhas do sul, pois aqui faltam quasi completamente os nucleos aos quaes os estrangeiros se poderiam aggremiar, como lhes seria para desejar, á vista do que eram então as condições geraes do Brasil. Existem somente tres colonias, de pouca importancia, de lingua estrangeira: Rio Negro, fundada pelo imperador d. Pedro I (1829), á margem de um tributario do Iguassú, de equal nome, com 350 habitantes, Alemães, protestantes, que até agora gosam, porém, somente do usufructo, não da posse, do sólo; a colonia de Teresa, franceza, fundada em 1846 pelo dr. J. M. Faivre, á margem do rio Ivahi, tem actualmente 170 habitantes, na maioria Brasileiros; e Superagui, finalmente, fundada em 1852 por Ch. Perret-Gentil, onde o possuidor do sólo, sob condições muito leoninas, pretende estabelecer os immigrantes como arrendatarios (com aforamento fixo annual e contracto por cinco annos), porém até agora pouco successo tem tido.

\* \* \*

A parte nordéste da antiga capitania geral, a actual provincia de São Paulo, prende a nossa attenção no mais alto grau; pois, embora a história do seu territorio não possa de todo rivalizar em diversidade e abundancia de acontecimentos notaveis com a de Pernambuco, por exemplo, todavia nenhuma outra das provincias brasileiras exerceu em tão largo círculo influencia na colonização das terras vizinhas, ora com acção fecunda, ora destruidora.

Já em outros pontos fôram detalhadamente citados os começos historicos de São Paulo; igualmente a cooperação dos Paulistas na primeira colonização do Rio de Janeiro, que em certa medida póde ser considerada como seu Estado-filho primogenito; finalmente, nos fins do seculo XVI, tivemos que partir o fio da história provincial, numa época em que a questão dos Indios estava na ordem do dia para a provincia.

Como se sabe, era objecto da contenda um principio, segundo o qual o clero e, sobretudo, a Companhia de Jesús,

combatiam pela liberdade e egualdade de direitos da raça humana dos Índios, ao passo que, por outro lado, os possuidores do sólo e fazendeiros, embaraçados pela falta de braços para o trabalho, reivindicavam como seu direito adquirir, por meio de presa de guerra, caçada ao homem e compra, a raça dos Índios em escravidão hereditária; e entre esses dous extremos o governo ficava indeciso, balançado de um lado para o outro, procurando, ora de um modo ora de outro, estabelecer uma accommodação.

Esta questão de Índios, que surgiu, em meados do seculo XVI (cop. III), interessou no principio todo o Brasil: todavia foi relegada para segundo plano nas provincias centraes, Pernambuco, Bahia, onde o tráfico de negros fornecia continuamente novos braços de trabalho. Só no extremo Norte e no extremo Sul essa questão tomou importancia histórica; e acolá, no Estado do Maranhão (cap. VII), já tivemos occasião de acompanhar até ao fim as suas vicissitudes; alli tambem expuzemos a série de providencias legislativas que deram logar á solução final. Aqui em São Paulo e nas regiões vizinhas, ao contrário, estas leis em pouco influíram; não o direito escripto, mas o direito de facto decidiu da questão.

No principio do seculo XVII, em São Paulo (então capitánias de São Vicente e de Sancto Amaro), os indigenas da costa estavam absorvidos por casamentos mixtos ou subjugados como escravos; egualmente no Rio de Janeiro. Não obstante, era sempre sensível a falta de trabalhadores, e dahi a razão por que se considerava unico recurso a captura ininterrupta de servos indios. Ora, ainda existiam nas vizinhanças alguns aldeamentos de Índios livres e mansos, sob a protecção dos jesuitas; estes fôram visados em primeiro logar: as auctoridades da Camara de São Paulo exigiram (15 de Agosto de 1611) que fôsse facultado aos fazendeiros tomar de aluguel trabalhadores entre esses Índios. Dahi sem dúvida ter-se-ia creado pouco a pouco um direito, e para os Índios uma obrigatoriedade, nesse serviço de aluguel; todavia os missionarios negaram o assentimento, e empregar violencia não ousaram aqui os fazendeiros, sob as vistas das auctoridades.

Por isso, tomava agora sempre maior incremento a costumada caçada ao homem; conduzidas por experimentados matteiros, embrenhavam-se as expedições pelo sertão a dentro, atacavam as aldêas de Índios a ferro e a fogo, e os que apanhavam, homens, mulheres e creanças, eram levados



amarrados, afim de serem vendidos, como escravos, nos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Assim continuou sem interrupção, apesar de todas as reclamações da Companhia de Jesús, apesar de repetidas leis e proibições; a caçada ao escravo tornou-se uma verdadeira profissão; e, si também muitos Paulistas succumbiam ás canseiras e privações das viagens ou nos combates, sempre se achavam novos participantes para taes expedições. Afinal as terras altas de São Paulo ficaram completamente desertas e os incansaveis caçadores de homens tinham que perseguir e acuar o selvagem na região do Paraná. Alli elles se encontraram de nôvo com os seus antagonistas por princípio, de cujo caminho elles se arredavam para as costas do Atlantico: os jesuitas, amigos dos Indios.

Foi assim. No fim do seculo XVI, quando a colonização brasileira em São Paulo ainda se limitava á costa e á orla do planalto, a colonização espanhola, que desde a foz do Prata rapidamente subira ao longo dos rios Paraguai e Paraná, havia já alcançado até mesmo as terras do interior dessa provincia; dentro da actual provincia do Paraná (os Espanhões deram então a essa região marginal do rio o nome de districto de Guaira), fôram construidas duas pequenas cidades espanholas, Ciudad Real de Guaira, na foz do rio Piquiri ou Itatim (1557), e Villa Rica, no rio Ivahí (1576). E, nos arredores dessas cidades, a Companhia de Jesús havia começado entre os Indios a mesma obra humanitaria da catechese e civilização, como no vizinho Paraguai e em tantas outras partes da America espanhola e portugueza; a sua mais antiga redução era Loreto, no curso superior do Parapanema, fundada em 1610; agora, em 1625, existiam mais de dez, com consideravel população, e sempre, cada vez mais numerosas, alli recorriam as tribus indias caçadas, em busca de acolhida.

Como se pôde imaginar, os Paulistas, que consideravam o Indio sua legítima prêsa, não ficaram satisfeitos por encontrarem, como na costa, também aqui ás margens do Paraná, estações jesuiticas que offereciam asylo aos indigenas e estorvavam as suas caçadas ao escravo. Si aquelles aldeamentos da costa, sob a protecção da propria bandeira portugueza e situadas numa região de caçada já exgottada, já contrariavam aos caçadores de homens, quanto mais estas reduções espanholas, que ameaçavam occupar e obstruir o sertão ainda rico em população indiana.

Varios attritos excitaram ainda mais o rancor, até que afinal em São Paulo se chegou á convicção de que, para manter a rendosa indústria da caçada ao escravo, para poder explora-la á maneira antiga, com successo, seria de absoluta necessidade romper e destruir a série de missões do Paraná. Dahi em diante, cada vez mais as expedições dos Paulistas fôram tomando feição bellica, e em breve chegou-se mesmo á guerra aberta.

Devemos a este respeito lembrar que, justamente então, os reis da casa de Habsburgo, Philippe II, III e IV, reuniam na sua cabeça as corôas de Espanha e Portugal. Esta guerra não incorria, portanto, em nenhuma sanção do direito internacional, nem offerecia pretexto qualquer para isso; as auctoridades de São Paulo conservaram-se alheias a toda participação; uma ordem real de 18 de Setembro de 1628 prohibia mesmo aos Paulistas, terminantemente, toda hostilidade contra as missões do Paraná e ameaçava com severo castigo os transgressores.

Tambem não podia ser questão de guerra nacional de limites, que, apesar da união hispano-portugueza, sempre poderia ter lugar; sem dúvida, esbarraram aqui no Paraná, pela primeira vez, os extremos pioneiros da colonização espanhola do Prata com os da luso-brasileira; e, como até aqui nada se havia feito para uma determinação das fronteiras, assim ambos podiam apresentar pretensão de posse; todavia não se tractava disso.

O ataque dos Paulistas visava exclusivamente aos jesuitas e aos seus pupillos indios, ao passo que as colonias puramente espanholas não fôram de todo molestadas, por enquanto; os colonos espanhóes de seu lado, não menos que os seus vizinhos brasileiros, cubiçando os escravos indios, não fizeram tambem o menor gesto para proteger as missões; mesmo secretamente talvez fizessem causa commum com os Paulistas.

Portanto, não temos aqui sinão uma guerra de caçadores de Indios contra os protectores de Indios, destituida de todo pretexto, toda desculpa e que em absoluto constitue uma das manchas mais negras da história do Brasil. Porém a sua importancia, as suas consequencias historicas fôram incalculaveis!

Si as reduções do Paraná não houvessem sido destruidas opportunamente, houvessem em vez disso tido tempo os jesuitas de levar mais adeante a sua série de missões por todos os lados, pelo sertão, teriam com isto posto um dique

a todo adeantamento da colonização lusitana, e, de todo o conjuncto da bacia do Prata, o Brasil não seria aquinhoado com nenhuma porção: em Goiaz e Matto Grosso, no interior de São Paulo e de São Pedro, dominaria actualmente a nacionalidade hispano-americana, não a brasileira.

A guerra de exterminio contra as reduções do Paraná consistiu numa série de expedições annuaes, que em São Paulo, mesmo sob as vistas das auctoridades, contudo sem participação qualquer dellas, eram preparadas inteiramente á custa de particulares; apresentava-se um chefe, ao qual se reunia quem quizesse, e, assim, dentro em breve se punha em campo, ora um bando expedicionario, ora diversos ao mesmo tempo.

Primeiramente, foi ameaçada, no anno de 1628, a missão de Encarnación; todavia não se chegou a formal ataque, e os Paulistas, depois de haverem apanhado nos arredores um certo número de Indios da missão, regressaram para casa. Porém no anno seguinte, 1629, mobilizaram-se 900 Paulistas e 2.000 Indios alliados, assim se conta, e assumiu o commando Antonio Raposo, um experimentado caçador de Indios. Os jesuitas no Paraná fôram desta vez avisados a tempo; o recém-nomeado governador espanhol do Paraguai, que justamente então passava por Sanctos e seguia por terra a tomar conta do seu cargo, havendo visto em São Paulo os preparativos militares, com os proprios olhos, informou-os do imminente perigo; porém aos seus rogos de lhes prestar auxilio militar, elle não deu ouvidos; tambem dos vizinhos espanhóes em Villa Rica e Ciudad Real nada elles puderam conseguir, e assim tiveram os missionarios que se preparar para o extremo.

Apenas chegados os Paulistas ás vizinhanças, logo procuraram e acharam um pretexto para contenda: um cacique Indio, que numa de suas correrias elles haviam apanhado, soltou-se dos seus grilhões e pediu protecção á missão de Sancto Antonio; exigiram os Paulistas a sua entrega; porém o superior, padre Mola, respondeu que não devia e não podia entregar para prêsa da escravidão um homem nascido livre, que estava sob a protecção do rei.

Nas circunstancias do momento, era grande ousadia; porém o padre Mola sabia muito bem o que fazia, e que a submissão covarde difficilmente lhe teria servido para alguma cousa; mal havia elle despedido os mensageiros com a resposta negativa, foi cuidar apressadamente de preparar

para a morte a sua communidade, cujas vidas não mais podia salvar; todos os recém-convertidos receberam o baptismo; depois esperaram com resignação piedosa o inimigo que se approximava. Na manhã seguinte, os Paulistas investiram á viva fôrça e penetraram na missão; as exhortações, os rogos e lagrimas do padre fôram desattendidos ou respondidos com descarada insolencia; em breve foi vencida a pouca resistencia que os Indios desarmados podiam prestar; só poucos conseguiram fugir; os restantes imploraram misericordia e consentiram que os manietassem; viu assim o padre Mola carregarem com mais de mil dos seus convertidos, ao passo que elle proprio, no meio dos corpos dos trucidados, ficava só na missão incendiada.

Egual sorte tiveram mais tres outras missões; então a rapacidade dos Paulistas se satisfiz por esta feita, e tractaram de tomar o caminho de regresso, levando atrás de si o longo sequito sinistro dos Indios amarrados, homens, mulheres e creanças, tangidos a chicote. Eram os prisioneiros no incio em número de cinco mil; porém a maioria succumbiu durante a marcha através as selvas, ás privações, padecimentos ou desgosto íntimo; quando os caçadores de homens, depois de nove mezes de ausencia, alcançaram São Paulo, só traziam 1.500 escravos ao mercado; todavia, vangloriavam-se de ainda não haver obtido tão rica prêsa como desta vez (1629-30).

Porém, logo nas suas pegadas seguiram os accusadores; dous jesuitas, Monsilla e Manceta (122), superiores de uma das

---

(122) Handelsmann grapha *Monsilha* e *Manceta* os cognomes dos dous jesuitas que, acompanhando os Indios das suas missões castelhanas, arrebanhados pelos bandeirantes de Antonio Raposo Tavares, em 1629-1630, chegaram a São Paulo e ao Rio de Janeiro e foram depois até á Bahia, sollicitando baldadamente providencias ás auctoridades portuguezas, então subordinadas á soberania de Espanha. Mais adiante, á pag. 553 da presente traducção, vem o nome *Francisco Dias Tanno* do outro ignaciano que se dirigiu a Roma, afim de pedir a intervenção de Urbano VIII contra os ataques que soffriam as reduções jesuiticas platinas por parte dos audazes sertanejos paulistas. No primeiro dos acima citados appellidos deve ter havido erro typographico, estando *Monstilla* em vez de *Monsilla*; quanto ao segundo, é *Mazeta*, em logar de *Manceta*; e o do terceiro é *Diaz Taño*. Basta ver, sobre esses nomes e o episodio a que os mesmos se vincularam, o que diz o conego J. P. Gay (*op. cit.*, paginas 170-182), que traduziu a noticia coetaneamente dada por Xarque, em sua hoje rarissima obra "Insignes misioneros de la Compañia de Jesús en la provincia del Paraguay" (Pamplona, 1887), da qual a nossa Bibliotheca Nacional possui o exemplar que pertenceu a Eduardo Prado.



missões destruídas, haviam seguido a rota das tropas expedicionárias dos Paulistas, a grande distancia, desde o Paraná até alli, e haviam prestado a muitos Indios, que inteiramente exaustos morriam de fome, os ultimos soccorros; finalmente, chegaram a São Paulo, contaram os horrores de que haviam sido testemunhas de vista, e reclamaram justiça.

Todavia as auctoridades, aqui e na vizinha Rio de Janeiro, estavam em connivencia demasiado estreita com os interesses da aristocracia rural para desapprovar o acontecido, sinão para salvar as apparencias; em ambos os logares fôram os sanctos padres entretidos com palavras bonitas, afinal aconselhados a levar as suas queixas ao governador-geral do Brasil. Elles viajaram para São Salvador, onde o governador-geral, conde de Miranda, ouviu, com interesse, as suas queixas e reclamações; porém elle estava no momento — depois da conquista de Recife pelos Hollandezes — occupado noutro sentido, muito occupado demais para poder prestar-lhes auxilio sério; e o que elles reclamavam, entrega dos Indios levados por violencia, era materialmente impossivel, depois de haverem estes sido espalhados, por compra ou permuta, em todos os sentidos na provincia; elle lhes deu, por este motivo, somente um commissario, que devia investigar o facto no local.

Disso pouco caso fizeram os Paulistas; apenas de nôvo em São Paulo, fôram ambos os jesuitas espanhóes logo lançados num carcere; o commissario, por seu lado, quando de conformidade com a sua incumbencia colhia informações, viu-se ameaçado de morte, e tractou de retirar-se quanto antes da provincia; somente ás reclamações de seus irmãos brasileiros da Ordem, fôram Monsilla e Manceta libertados do carcere e regressaram ao Paraguai espanhol, com o coração apertado, porém com a consciencia do dever plenamente cumprido.

O successo e a impunidade, que a sua primeira expedição depredatoria havia obtido, animou naturalmente os Paulistas para novas empresas deste genero: annualmente punha-se em campo, pelo menos, um bando armado em guerra; fôram destruídas muitas das reducções dos jesuitas espanhóes, e, dentro de poucos annos, estava a obra das missões, por assim dizer, exterminada no alto Paraná. Muitos milhares de Indios fôram arrastados ao captiveiro; outros desconfiaram dos missionarios, como si estes os houvessem reunido em grande multidão em tôrno da cruz somente para facilitar aos ladões de homens as suas capturas. E, de facto,



ao assalto de uma missão caíam nas mãos dos vencedores mais escravos do que antes em expedições durante annos; elles abandonaram, assim, as reduções e voltaram ao seu antigo modo de vida selvagem; os miseros restantes fôram reunidos pelos padres da Companhia de Jesús e levados, em peregrinação penosa e demorada, para o Sul, ao proprio territorio das missões, entre os rios Paraná e Uruguai (Entre Rios), ou para Oéste, ao Paraguai.

A região no Alto Paraná, a antiga provincia espanhola Guaira, ficou, portanto, completamente desoccupada pelos jesuitas espanhões e os seus pupillos Indios; apenas duas colonias exclusivamente espanholas alli ainda restavam, Ciudad Real de Guaira e Villa Rica; e agora tambem ellas entraram em discordia com os Paulistas.

O motivo era fóra de dúvida. Já vimos que os habitantes espanhões de ambas as cidades haviam permanecido completamente neutros; elles proprios, cubiçosos de escravos Indios, jamais haviam sido favoraveis aos missionarios; e, quando a desgraça feriu a estes, não só lhes recusaram qualquer auxilio, mas até se aproveitaram da oportunidade para seu interesse: repetidas vezes haviam apanhado para si os Indios dispersados das missões, que escapavam dos Paulistas; tornavam-n-os seus escravos, nem se dignavam de dar uma resposta ás queixas dos jesuitas.

Póde-se, portanto, imaginar que, uma vez o paiz desoccupado, elles passaram mais activamente á caçada da restante população indigena, e nisso se encontraram em conflicto com os Paulistas caçadores de homens; rebentou uma guerra pelo territorio, na qual os Espanhões foram derrotados; os Paulistas, inebriados pelo triumpho, conquistaram, saquearam e destruíram ambas as aldêas e apagaram assim os ultimos vestigios da colonização espanhola. Fôram dêste modo ganhas para o Brasil as selvas á margem esquerda do Alto Paraná, o interior das actuaes provincias de São Paulo e Paraná.

Todavia não ficaram satisfeitos com isto os Paulistas; a região de caçada recém-conquistada offerecia poucas prêsas humanas, e elles achavam mais commodo busca-las, aos bandos, nas reduções espanholas; por esta razão, seguiram no encalço da Companhia de Jesús e embrenharam-se pelo Paraná inferior, assim como na região das nascentes

do Uruguai, e alli destruíram muitas missões, apenas fundadas, de sorte que os superiores da obra das missões tiveram que pensar em preparar-se para séria resistencia; elles abandonaram, um após o outro, os seus postos avançados, aconchegaram as suas colonias umas ás outras, muniram os seus neophyts Indios com armas de fogo; então lhes foi possível, quando não sempre, todavia frequentemente, defender-se com successo contra os Brasileiros ladrões de homens. Porém, com a guerra contínua, mesmo quando lhes coubesse sempre o successo, nada podiam lucrar os missionarios; elles necessitavam e almejavam uma paz estavel para a sua obra de conversão e civilização, segurança de direito, e isso não podiam nem queriam proporcionar-lhes as auctoridades brasileiras.

Depois de repetidas e baldadas reclamações, feitas em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, resolveram os jesuitas, por esta razão, appellar directamente para a protecção do rei Philippe IV, que então governava os reinos unidos de Espanha e Portugal, e em seguida para a da Sancta Sé; dous irmãos da Ordem partiram de Buenos Aires, um, Ruiz de Montoya, para Madrid, o outro, Francisco Diaz Tanno, para Roma; e em ambos os logares alcançaram o que pediam.

O rei renovou todas as leis já existentes em favor dos Indios; approvou as medidas preventivas tomadas e collocou os membros das missões espanholas na bacia do Prata sob a immediata protecção da corôa da Espanha; ao mesmo tempo profligou as expedições depredatorias dos Paulistas, como contrárias a todas as leis divinas e humanas, ordenou a restituição de todos os escravos roubados e ameaçou, no caso de reincidencia, com um processo perante o Sancto Officio, com o castigo de alta traição. Por seu lado, o papa Urbano VIII ordenou que a bulla de 1539, que o seu antecessor Paulo III havia publicado em favor dos indigenas do Perú, tambem servisse para o bem dos Indios da bacia do Prata, e ordenou a publicação official da mesma, sem demora, no Brasil; esta bulla ameaçava com a excommunhão todo aquelle que matasse um Indio, ou o escravizasse ou vendesse (1638-39).

Munidos com estes documentos, embarcaram de nôvo os mensageiros e dirigiram-se primeiro a São Sebastião (Rio de Janeiro), onde o padre Tanno tractou logo de dar cumprimento á sua incumbencia; depois de haver obtido a licença do prelado diocesano, e de se haver entendido com os

ermãos da Ordem, brasileiros, foi lida solennemente a bulla papal aqui, na igreja do collegio dos jesuitas.

Porém, não se haviam calculado certo as consequencias; a aristocracia de fazendeiros do Rio de Janeiro estava em estreitas relações com a de São Paulo; o seu mercado de escravos era abastecido pela caçada ao homem dos Paulistas, e, em referencia á raça dos Indios, eram do mesmo ponto de vista; assim a noticia do que havia acontecido produziu o mais geral descontentamento. Com furioso vozerio, apinhou-se o povo tumultuariamente deante do collegio, arrombou as portas; e teriam tombado victimas do furor popular pelo menos os jesuitas estrangeiros, si o logar-tenente da corôa, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, não houvesse intervindo a tempo e não houvesse provisoriamente socegado a população enfurecida.

Por sua mediação foi então ajustado um accôrdo (22 de Julho de 1640), pelo qual a Companhia de Jesus devia desistir de toda publicação futura e execução da citada bulla no Brasil, de todos os direitos especiaes que a mesma lhe facultava, e devia prometter não armar demanda ou intentar processo por motivo da mesma contra os detentores de escravos; além disso, deviam os ermãos da Ordem prometter que de modo algum se immiscuiriam na economia das fazendas e no que dizia respeito a escravos particulares, nem proporcionarem asylo a qualquer um destes ultimos nos seus aldeamentos.

Assim, a victória que os jesuitas espanhões haviam obtido em Roma e Madrid inverteu-se em completa derrota aqui no Rio de Janeiro; elles haviam esperado que a bulla do papa lhes conseguisse a restituição dos neophytos raptados, ou pelo menos uma paz estavel para o futuro de suas missões; em vez disso, tinham que se retirar de mãos vazias, sem esperança alguma. E, ainda mais, viam o direito de protecção, exercido por seus ermãos brasileiros da Ordem sôbre a raça india, muitissimo diminuido, a situação dos Indios na costa do Atlantico extremamente peorada.

Assim aconteceu no Rio de Janeiro; ainda muito mais graves fôram os successos no proprio fôco da questão dos Indios. Quando em São Vicente e em São Paulo foi conhecida a bulla de Urbano VIII, toda a população se levantou como um só homem, e, depois de um pavoroso tumulto, no qual nem as vestimentas sacerdotaes garantiam

protecção, fôram em ambos os logares expulsos os jesuitas dos seus collegios e da provincia (13 de Julho de 1640).

O governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, encarregou-se tambem aqui da mediação, e a cidade de São Vicente concedeu, sob as mesmas condições que no Rio de Janeiro, a volta dos irmãos da Ordem expulsos; porém a cidade de São Paulo e os fazendeiros das terras altas se obstinaram na sua recusa, de sorte que afinal chegaram a formal rompimento com o logar-tenente da corôa.

No meio destas perturbações da ordem, chegou da mãe-patria a notícia da revolução de Lisbôa, de 1º de Dezembro de 1640, e da elevação do duque de Bragança ao throno; a 10 de Março de 1641, prestava o Rio de Janeiro juramento de fidelidade ao nôvo rei, d. João IV; egualmente o fizeram nas semanas proximas as cidades de São Vicente e de Sanctos; sómente São Paulo hesitou muito tempo e não deu consideração alguma ás ordens de Salvador Corrêa; até, a darmos credito a uma tradição da provincia, chegou-se aqui a pensar numa separação da mãe-patria, em deixar de fazer parte do imperio colonial brasileiro.

Parece que aqui não se tinha mais o sentimento de cohesão nacional, e a população havia de facto, no que diz respeito á nacionalidade, experimentado mais forte mixtura do que em qualquer uma das outras provincias suas ermãs; por um lado, no princípio, haviam os casamentos mixtos introduzido forte contingente de sangue indio; depois, antigamente, aventureiros de diferentes nações — sabemos ao menos de Inglezes e Francezes — alli immigraram, e mais tarde, quando, sob a dominação espanhola, uma lei prohibiu a entrada de estrangeiros no paiz, continuaram em todo caso a vir numerosos Espanhóes. Além disso, estavam os Paulistas desde muito emancipados das auctoridades, des-acostumados da obediencia; ao passo que o povo, apesar da ainda subsistente biseccão feudal, se mantinha unido pela proxima vizinhança e communhão de interesses e, assim, fazia frente como forte unidade, por seu lado as familias dos donatarios de São Vicente e de Sancto Amaro estavam continuamente em lucta umas com as outras, e os seus funcionarios estorvavam-se reciprocamente, de modo que ellas não podiam exercer influencia alguma; todo o poder estava com o povo ou, com maior verdade, nas mãos da aris-

tocracia de fazendeiros e das auctoridades municipaes e provinciaes, eleitas pela communitade.

Na verdade tinha o logar-tenente régio do feudo real do Rio de Janeiro um certo direito de superintendencia sôbre a provincia feudal vizinha; porém o seu poder raramente se exercia além da costa; serra acima, na cidade de São Paulo, só vigoravam as suas ordens, as suas leis, quando agradavam; o povo fazia o que bem lhe parecia (123); e acabamos de referir como, justamente então, entre Salvador Corrêa de Sá e os Paulistas se havia chegado a rompimento formal.

Não ha que admirar que nestas circumstancias a essa aristocracia de fazendeiros occurresse a idéa de que podia e devia desligar-se de toda dependencia, estabelecer em São Paulo um reino autonomo, isto é, naturalmente, uma república aristocratica com chefia monarchica.

Mirando a isso, tinha-se em vista para o throno um dos mais ricos fazendeiros, Amador Bueno Ribeiro, que, filho de um immigrante espanhol de Sevilha, descendia por sua mãe de uma das principaes familias portuguezas, e por seus nove filhos era aparentado com as mais poderosas familias de fazendeiros da provincia. A' frente de sua residencia, na cidade de São Paulo, reuniu-se o povaréo e em tumulto o acclamou rei; porém Amador Bucno não ousou segurar a offerecida corôa, ou percebeu, com correcto julgamento, as circumstancias e desdenhou o papel de um rei titere; respondeu então com o brado: "Viva o rei d. João IV!"; em seguida safou-se por uma porta dos fundos e refugiou-se num mosteiro beneditino, cujas portas se fecharam atrás d'elle; tambem alli o accompanhou o povo com acclamações turbulentas e não queria contentar-se com a sua obstinada recusa, até que afinal o abbade e os religiosos se puzeram de permeio; o mesmo fizeram o clero civil e a parte sensata da população, e, a seus conselhos, afinal, acalmou-se a multidão turbulenta; desistiu-se do plano, ainda não amadurecido, da formação de um Estado independente de São Paulo, e proclamou-se o duque de Bragança como rei d. João IV.

---

(123) Este estado de cousas evidentemente levou á erronea concepção, que se encontra em tantas obras historicas mais antigas, segundo a qual teria existido em São Paulo uma republica independente de Mamelucos (cruzamento de sangue branco e indio). (*Nota do auctor*).



O acto de submissão nada mudou nas condições internas de São Paulo; durante muitos annos existiu o govêrno independente ou, para dizer melhor, a anarchia, á maneira antiga.

Tanto depois, como antes, recusaram os Paulistas decisi-  
vamente conformar-se com as exigencias do logar-tenente da corôa no Rio de Janeiro e receber de nôvo os jesuitas, de sorte que Salvador Corrêa de Sá se poz formalmente em campo contra elles. Tomou pé firme em Sanctos; porém as communicacões dalli para as terras altas eram muito penosas (uma boa picada entre Sanctos e São Paulo só foi aberta no seculo XVIII, e uma estrada de rodagem só foi construida em 1840), e, como as diversas veredas eram bem fortificadas e vigiadas, elle não poudo seguir adeante. Salvador Corrêa entendeu-se então, para negociações, com os quarenta e oito homens que o povo de São Paulo havia escolhido para seus representantes e regentes; e as condições do ajuste que elle lhes propoz, e que depois fôram sancionadas por ambas as partes, não são lisonjeiras para a sua auctoridade, nem para a auctoridade régia.

Os Paulistas comprometteram-se sem dúvida a prestar, em geral, obediencia ao rei, sem resistencia; porém, no que diz respeito á questão dos Indios, elles faziam expressa excepção, e não queriam sujeitar-se ás leis e ordenações relativas a ella, sinão quando lhes conviessem; tambem o restabelecimento dos jesuitas no seu collegio em São Paulo foi denegado; por outro lado, devia o representante da corôa suspender as hostilidades e retroceder á séde do seu proprio govêrno no Rio de Janeiro.

Por consequencia, o partido dos detentores de escravos e caçadores de escravos em São Paulo havia obtido completa victória; havia-se livrado completamente da sua adversaria de principios, a Companhia de Jesús, e podia tranquillamente e á vontade proceder contra os Indios.

Na verdade era uma conquista provisoria, não definitiva, pois a decisão final dependia do rei, de Lisbôa; e para lá foi expedido sem demora o relatorio de Salvador Corrêa, ao passo que os Paulistas de seu lado, por intermedio de Amador Bueno e mais dous procuradores do povo, apresentaram uma defesa, na qual se suscitavam contra os missionarios expulsos as mais sérias accusações.

“São Paulo, com o seu fertil terreno de lavoura e a sua riqueza em thesouros mineraes de toda especie — assim dizia a exposição — podia tornar-se para a corôa de Por-

tugal um segundo Perú; mas, para isso, o trabalho, a escravização dos Indios eram imprescindíveis e, portanto, não devia o rei exigir, nem permittir a reintegração da Companhia de Jesús; pois, si os dignos padres regressassem e ao modo antigo excitassem com os seus sermões caridosos os Indios contra os brancos, os escravos contra os seus senhores, certamente em breve rebentaria aqui um levante geral da população indigena, como não se havia visto egual no Brasil, e a consequencia seria a completa devastação da provincia, a decadencia do Estado christão aqui fundado”) (124).

Similhantes exaggeros literarios deviam naturalmente errar o alvo em Lisboa, perante a sagacidade de homens bem informados e a estreita relação em que estava a Casa de Bragança com a Ordem dos Jesuitas; o rei d. João IV pediu o parecer do Conselho Ultramarino (3 de Outubro de 1643), e em consequencia decretou que os irmãos da Ordem expulsos fôsem restabelecidos no seu collegio em São Paulo e na posse de seus bens.

Não obstante, a isso recusaram-se os Paulistas ainda por muito tempo; a ordem real teve que ser novamente intimada em 1647, e, mesmo assim, ainda, se passaram seis annos, até que, finalmente, a 14 de Maio de 1653, se concluiu uma accommodação amigavel entre as auctoridades provinciaes e a Ordem. Os jesuitas puderam fazer a sua reentrada em São Paulo, porém a sua situação foi de constrangimento;

---

(124) A representação dos paulistas contra os jesuitas, em 1641, e que foi entregue a d. João IV por Luiz da Costa Cabral e Balthasar da Borba Gato, acha-se integralmente nos “Apontamentos” (vol. II, pags. 13-15) de Azevedo Marques. O trecho citado por Handelman diverge bastante do que vem no dito documento e é o seguinte: — “E assim, Rei e Senhor, si os ditos padres tornarem a estas Capitánias, e em particular a esta villa de S. Paulo, onde está o numero maior de gentio, de toda a verdade affirmamos a V. M. que estas Capitánias se acabarão e a christandade, que n’ella está dilatada, porque mais leve causa teve o dito gentio para se levantar em outras partes do que lhe fica sendo esta que, para o fazerem melhor os ditos padres aos Indios que encontram lá, secretamente os chamam e abraçam, dizendo-lhes: — *Meus filhos, andamos por amor de vós desterrados e fóra de nossas casas, porque esses mãos homens e hereges vos querem fazer captivos, o que não ha de ser assim, meus filhinhos.* E com estas palavras amorosas e encarecimentos, que para um barbaço, e para muitos que não têm uso da razão, menos é mistér para fazerem mil excessos; pelo que V. M. não permitta que os ditos reverendos padres voltem a perder seu Estado, que depende d’estas Capitánias, por serem mui ferteis e abundantes de todos os mantimentos e além d’elles damos por verídico a V. M. de que n’estas ditas Capitánias e sertão d’ellas ha muitos haveres e riquezas, prin-

a sua actividade se limitou dahi em diante aos poucos aldeamentos indios, ainda existentes na costa; por outro lado, não puderam mais exercer nenhuma influência sôbre a totalidade da população indigena, nem alliviar a dura sorte della.

Portanto, mais ou menos na mesma época em que a mesma guerra de principios ia accender-se no Estado do Maranhão, já estava resolvida a questão dos Indios no Suldo Brasil, e inteiramente com vantagem para o partido escravocratico. Contudo, a população branca ainda ficou muito tempo extremamente susceptivel em tudo que dizia respeito a este poncto, e ainda muitas vezes essa sensibilidade se desafogou turbulentamente, quando era présentida a menor idéa de abolicionismo.

★ ★ ★

Lembraremos primeiro os acontecimentos de 1660. Como se sabe, pelo decreto de 17 de Setembro de 1658, o feudo real do Rio de Janeiro foi elevado a capitania geral independente, e o direito de superintendencia, que ella até aqui havia exercido provisoriamente sôbre os feudos vizinhos, do Espirito Sancto e de São Paulo, foi-lhe attribuido em character permanente. Porém o primeiro capitão-general, que tomou assento em São Sebastião com tal plenitude de poderes, foi Salvador Corrêa de Sá e Bene-

cipalmente os metaes de ferro, cobre, salitre e calaim, e noticia de muita prata e minas de ouro que se tira em pó, esmeraldas e outras riquezas, que com facilidade descobriram os moradores para servir a V. M., por serem vistos e praticos no dito sertão; mas é necessario que V. M. se sirva mandar homens praticos que saibam fazer os ensaios e fundições de ditos metaes, como tambem fidalgo de sangue, christão e desinteressado, e verdadeiro no serviço de V. M., que nos governe e assista sem mover odio nem paixão e amizade, como a tem muito particular o governador Salvador Corrêa de Sá com os padres, e inimizado com os moradores desta Capitania, em razão de patrocinar e zelar tanto esta causa dos ditos padres, que por todos os meios lhes tem promettido e empenhado palavra de os metter outra vez n'esta Capitania, e com mais isenções o procura de novo fazer com os cargos de que V.M. lhe fez mercê, que vêm a ser todos os que trouxe o governador D. Francisco de Souza, que Deus tem, como a esta Camara nos avisou, si bem que ainda não vimos as provisões e ordens de V. M., de quem esperamos, para melhor se conseguir seu real serviço, lhe mande novo successor no tocante á administração das minas e descobrimentos d'ellas; porque, quanto mais V. M. fomentar esta materia, e der calor a ella com pessoa que anime aos moradores e os premeie e honre em nome de V. M., tanto de melhor terá o bom successo, que estamos ante-vendo, de que V. M. ha de achar n'este Estado outro Perú”.

vides, o mesmo que já antes (1638-1642) alli governara e que, durante os tumultos de então, se havia provado amigo ardente da Companhia de Jesús e da sua obra de missões. Por isso, foi acolhido em toda parte com a mais absoluta desconfiança, e especialmente em São Paulo; ainda peorou esse estado de cousas, quando elle deixou de dar parte official de sua nomeação ás auctoridades municipaes de São Vicente, para a tomada de posse de seu cargo, como era costume; os Paulistas declaravam francamente que, pelo facto da omissão dessa formalidade legal, elles não estavam obrigados á obediencia.

Aggravou-se ainda a situação; inventaram-se e espalharam-se boatos malevolos, de que elle queria romper com a corôa de Portugal, passar o paiz para as mãos dos Espanhóes; e, de uma feita, as auctoridades municipaes de São Vicente fôram francamente intimadas pelas de São Paulo a despachar uma ordem de prisão contra o capitão-general, porque elle estava a poncto de passar-se para os Espanhóes. Assim acontecia em São Paulo.

Tambem no Rio de Janeiro tinha Salvador Corrêa numerosos adversarios, e estes, enquanto elle estava emprehendendo uma viagem circular no Sul, aproveitaram-se da oportunidade para fazer um levante. Apoderaram-se da Camara Municipal (8 de Novembro de 1660), decretaram a deposição do capitão-general, e lançaram na prisão o seu substituto e outros funcionarios; aos seus partidarios foi facultado que saíssem do paiz dentro de dous dias; porém aquelle que, depois, ainda ordisse tramas em favor de Corrêa ou trocasse cartas com elle, seria prêso e deportado por dez annos para a Africa. Os cabeças do motim instituiram então um govêrno provisório e intimaram os Paulistas, seus vizinhos, a fazer com elles causa commum; na sua intimação, elles lembravam como Salvador Corrêa sempre havia sido amigo dos jesuitas, protector das missões, e avisavam que não se devia consentir que elle chegasse a subir até á cidade de São Paulo, pois elle era amado pelos Indios e, a um signal seu, muitos milhares de archeiros se reuniriam em tôrno d'elle.

Como era de esperar, teve esta carta o desejado effeito, e as auctoridades municipaes de São Paulo resolveram formalmente impedir a entrada do capitão-general na cidade, si fosse preciso usar mesmo da violencia.

A revolta ameaçava tomar proporções vastas, extendendo-se em largo círculo, e Salvador Corrêa, que se achava



com poucas tropas em Sanctos, não teve meios para resistencia; contudo, em breve elle restabeleceu completamente a ordem.

Já se vê que elle não se utilizou do poderoso meio que, segundo a carta do chefe dos revoltosos, estava ao seu dispôr; na verdade, elle sempre havia procurado fazer todo o possivel para proteger os Indios, porém provocar um levante de escravos, uma guerra de raças, para o restabelecimento de sua auctoridade, em tal não pensou elle um instante, nem homem sensato algum no seu logar o faria. Antes pelo contrário, limitou-se o capitão-general a usar sómente dos meios legaes e medidas conciliadoras; primeiro que tudo, elle exhortou os revoltosos do Rio de Janeiro ao restabelecimento da ordem e permittiu ao govêrno provisório continuasse a governar interinamente em seu nome; dirigiu-se depois a São Vicente, satisfez as formalidades legaes, fazendo registar pelas auctoridades municipaes a sua nomeação, e mandou uma duplicação do mesmo documento ao conselho municipal de São Paulo.

Esta attenção e toda a sua attitude tão moderada socegaram de certo modo os animos excitados, de sorte que os Paulistas não puzeram mais embaraço algum á continuação de sua viagem na provincia; e, como elle, pelo caminho, evitava toda intervenção na questão dos Indios e, por outro lado, dava todo o cuidado aos interesses materiaes do povo, principalmente aos meios de communição, dentro de pouco tempo se fez um completo revivramento na opinião pública: Salvador Corrêa, que até então era considerado com tão grande desconfiança, havia agora conquistado a geral estima; manifestaram o desejo de que para o futuro elle fixasse sua residencia permanente em São Paulo, e tendo recusado, como devia, foi-lhe mesmo offerecido restabelece-lo de nôvo á mão armada na sua capital, São Sebastião. De tal auxilio elle não precisou, todavia. Tambem no Rio de Janeiro se havia, entretanto, dissipado o fogo revolucionario; e, quando se soube que Salvador Corrêa ia regressar, o govêrno provisório entregou o poder ás mãos do seu filho, João Corrêa; cinco dias depois (16 de Abril de 1661), fez o proprio capitão-general a sua entrada solenne; os chefes dos revoltosos fôram despachados para Lisboa, para serem julgados e castigados, e em todo o Sul do Brasil de nôvo reinou a legalidade.

Dahi em deante perdeu toda significação historica, nestas latitudes, a questão dos Indios; os funcionarios da corôa



deixavam que se fizesse aquillo que elles não podiam impedir, e todas as leis, que dahi em diante se decretaram para proteger a raça dos Indios, fôram como letra morta.

Continuamente e sem estôrvo, proseguiram os Paulistas nas suas expedições ao sertão, que já tantas vezes temos mencionado, a caçada ao escravo era sempre o principal objecto; todavia, além disso, tambem tinham em mira ao mesmo tempo os metaes e pedras preciosas, como já desde cem annos corriam boatos seductores sôbre a riqueza mineral do Brasil, sem que até agora, apesar de todas as diligencias, se houvessem verificado em grande escala.

\*\*\*

Essas expedições ou bandeiras, durante todo o seculo XVII, e tambem mais adeante, fôram em São Paulo o mais importante elemento da vida do povo; nellas se consumia, por assim dizer, toda a fôrça desta provincia; por outro lado, ellas tambem fôram de grande importancia para o desenvolvimento geral do Brasil.

Não devemos, portanto, omittir a descripção mais devida de todo o seu modo de ser.

Logo que se tractava de uma empresa dêste genero, punha-se á sua frente um chefe, que, por sua fama de antigas façanhas, por experimentada proficiencia, parecesse apto para isso; elle cuidava do necessario custeio para acquisição de provisões de guerra. Si o seu nome gosava de boa reputação, não demorava muito reunirem-se em tórno d'elle mattheiros de officio, ayentureiros e desoccupados de toda especie; os participantes brancos levavam cada qual alguns escravos indios, e, quando se offerecia opportuniçade, se procurava tambem ganhar alliados entre as tribus amigas. Afinal, estando prompto o bando ou bandeira, como era a sua denominação portugueza, punha-se em marcha.

“Sem a menor bagagem e sem viveres, costumavam esses homens penetrar nas selvas; toda a sua vestimenta consistia num par de calças de algodão, uma camisa curta sobreposta, um cinturão de couro, além disso ás vezes um gibão de couro e polainas de couro muito altas; os pés estavam quasi sempre descalços; cobria-lhes a cabeça um alto chapéu de palha de abas largas, e traziam a tiracolo uma bolsa de couro, ao lado da pequena gamella e do chifre para beber; como arma, traziam uns espingardas, outros machados, cada

um, porém, uma grande faca, ao passo que os Indios do acompanhamento quasi sempre só levavam arcos e flechas. Assim marchava a bandeira, sustentando-se unicamente de caça, pesca, de frutos do matto e mel.

"A natureza aqui não deixa o homem soffrer fome, os campos e as mattas virgens lhe fornecem a subsistencia, e estas últimas, especialmente, em grande variedade. Todavia, quando a expedição devia durar alguns annos, levavam sementes, sobretudo milho e feijão, também instrumentos agricolas, afim de fazerem uma plantação no logar onde se demorassem mais tempo; quando assim acontecia em algum sitio, seguia-se para deante alegremente e voltava-se alli somente no tempo da colheita, afim de satisfazer a saudade dos alimentos habituaes" (Eschwege).

Quasi não precisamos dizer que os resultados dêsses empreendimentos eram os mais diversos; muitos traziam ricos despojos ao regressar, muitos apenas a vida, e grande número de bandeirantes não voltaram mais; morriam ás privações, ás canseiras das viagens, de doenças, ou na guerra com os Indios. Contudo, o exemplo dêsses não conseguia assustar ninguem; o incansavel andarilho das mattas, cortido do sol, apresentava-se como um ideal á phantasia da mocidade de São Paulo, ávida de aventuras, até que, nos fins do seculo XVII, ao descobrimento das minas geraes, a figura do minerador coroado de sucessos supprimiu pouco a pouco a dos antigos bandeirantes.

Não é o logar para acompanharmos todas essas expedições erradias; porém ao menos o rumo das mesmas, o seu desenvolvimento geographico devemos descrever em traços geraes.

Primeiramente, mantiveram-se os Paulistas ainda nas pegadas dos jesuitas espanhóes; como nuvens ameaçadoras de tempestade, fluctuavam as suas bandeiras, constantemente, em tórno das terras das missões, e desde a revolução de 1640, que, como se sabe, deu motivo a uma guerra de muitos annos entre Espanha e Portugal, não lhes faltou ao menos o pretexto internacional para as suas hostilidades. Por outro lado, da parte dos Espanhóes estava-se melhor armado; as denominadas Reducções de Entre Rios, densamente aconchegadas entre os rios Uruguai e Paraná, podiam com facilidade soccorrer-se mutuamente, e os Indios convertidos traziam armas de fogo. Além disso, o povo e as auctoridades do

imperio colonial espanhol do Prata, enquanto durou a união dos dous reinos, observaram as incursões dos Paulistas com certa indiferença; e difficilmente as ordens benevolas do rei Philippe IV alterariam esse estado de cousas; agora, depois da separação, as cousas mudaram; as aldêias de missões, por sua posição, serviam de certo modo como postos avarçados para as colonias de brancos, contra o assalto dos Portuguezes, e por esta razão recebiam promptamente auxilio, quando eram ameaçadas.

Nestas circustancias, a sorte abandonou as bandeiras paulistas; si, ainda assim, conseguiam alguma vez appropiar-se de manso e, por um assalto de surpresa, vencer uma redução, contudo no caminho de regresso era-lhes de nôvo tomada a prêsa, o rebanho de escravos; frequentemente caíam prisioneiros dos Espanhóes, e, amarrados com as suas proprias cordas, marchavam para Assumpção ou Buenos Aires, para alli receberem a sua sentença. o seu castigo.

Estas amargas experiencias serviam de escurmento; já no seguinte decennio se fôram tornando mais raras as incursões hostis contra as missões de Entre Rios, e, por assim dizer, quasi cessaram de todo; em troca, voltou-se o espirito emprehendedor, o gôsto dessas expedições, para Oêste e Norte.

Cêrca do anno 1650, já se ouvia falar de uma extraordinaria bandeira para essas regiões: Antonio Raposo (seria o mesmo que commandava no Paraná em 1629?) alcançou com 60 Paulistas e um bom número de Indios a provincia espanhola de Quito (na actual Republica do Equador); e, quando elles tiveram que retirar-se dalli, tomaram por um dos affluentes do Amazonas, depois esse mesmo rio principal, em jangadas construidas ás pressas; os sobreviventes alcançaram finalmente a aldêia de Gurupá, provincia do Pará. De nôvo, no anno de 1672, encontramos uma bandeira paulista no rio Tocantins, provincia do Pará, sob o commando de Manuel Paes de Araujo, que alli caçava escravos, de sorte que as tribus convertidas daquella região pediram auxilio e protecção ás auctoridades de Belém.

No anno seguinte, 1673, combateu João Amaro, com uma outra bandeira de Paulistas, os indigenas selvagens do interior da Bahia, e forneceu milhares de escravos para o mercado de São Salvador.

Terceira bandeira, sob a direcção de Domingos Jorge, encontrou-se em 1674 nas solidões de Piauí com a expedição de Domingos Affonso, procedente de Pernambuco, ajudou a este a conquistar o paiz, caçar os Indios bravos; em seguida, voltou para São Paulo, tocando por deante alguns centos de Indios manietados.

Mais adeante, em 1697, tomou parte uma bandeira paulista, sob a direcção de Domingos Jorge (o mesmo?), na guerra de destruição do Estado negro de Palmares, provincia de Alagoas, e enriqueceu-se desta vez com prêsas humanas negras.

Cêrca do mesmo anno (1696), ouviu-se falar, no longinquo Oéste, de outros Paulistas que, depois de haverem percorrido a região das nascentes do Paraguai, invadiram a provincia de Chiquitos (hoje pertencente á Republica da Bolivia), e alli ameaçaram de nôvo as aldêias de missões dos jesuitas, mesmo a cidade espanhola de Sancta Cruz de la Sierra; chegaram a renhida batalha, na qual a vanguarda da bandeira soffreu derrota e foi quasi toda aniquilada; todavia, não ousaram os Espanhóes aproveitar a sua victória, e a outra parte da bandeira de Paulistas, que estava bastante mais atrás do acampamento e guardava os Indios prisioneiros, umas 1.500 cabeças, pôde tranquillamente regressar a São Paulo.

Estes exemplos de especial relêvo mostram de sobra como as incursões e caçadas ao homem pelos Paulistas se estenderam em quasi todo o continente sul-americano, neste lado da cordilheira dos Andes; elles formaram de certo modo a moldura geographica, dentro da qual se enquadram os descobrimentos contemporaneos das provincias de Minas-Geraes, Goiaz e Matto Grosso, bem assim os successos obtidos alli pelos pesquisadores de ouro.

O descobrimento do ouro deu depois, por seu lado, nova direcção ao espirito emprehendedor dos Paulistas e limitou as suas expedições a mais estreito scenario; elles criam em geral mais lucrativa a cata do ouro do que a dos escravos, e, como o ouro era encontrado mais perto, derramou-se para alli, especialmente para as "minas geraes", toda a torrente dos corredores de mattas.

As incursões e longiquas caçadas ao homem fôram se tornando cada vez mais raras, desde o principio do seculo XVIII; e ficaram em paz e em plena liberdade os habitantes dos limites do imperio colonial espanhol do Perú e do Prata, assim como os Indios bravos e tribus convertidas pelos jesuitas espanhóes da bacia do Prata, que durante

tantos annos haviam tremido deante das contínuas aggressões dos Paulistas.

Cessaram as incursões dos Paulistas; elles, porém, deixaram atrás de si inapagavel rasto de devastação; em todo o sertão, no centro e Sul do Brasil, ficava reduzida, de modo terrivel, a população india primitiva; em muitos logares, completamente exterminada. Podem-se avaliar as perdas da raça india, nessas regiões, em muitas centenas de milhares; poucos, dêsse número, fôram os que morreram pela guerra, nas suas moradas patrias, ao passo que o restante foi expatriado em captiveiro, acorrentado e amarrado; mas, em caminho, a grande maioria dêstes succumbiu ás privações e doenças.

Sómente uma pequena parte, sempre ainda algumas centenas de milhares, alcançou os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, para ser vendida, e incorporou-se com a população escrava dessas provincias; mas esse accrescimento á população não era de vitalidade salutar; o Indio, creado na liberdade das selvas, não se accostumava ao jugo da servidão, em breve succumbia no trabalho incessante da lavoura ou das bateias de ouro, ao qual não estava habituado; de sorte que as contínuas caçadas ao homem sómente conseguiam manter o número primitivo existente da escravatura.

Quando ellas fôram pouco a pouco cessando, foi então preciso recorrer ao commércio de escravos africanos. Rio de Janeiro, que até aqui pequena parte tomava nelle, tornou-se (fim do seculo XVIII), tal como Bahia e Pernambuco, um porto igualmente importante para o tráfico de negros, e dalli se espalhou tambem para São Paulo e todos os seus Estados filiaes; e em tão grande quantidade, que, na população dêsses territorios (tanto como nos grupos de Estados de Bahia e Pernambuco), o sangue africano contrabalança perfeitamente o sangue europeu. O sangue indio, ao contrário, como que se apagou inteiramente na mixtura com ambos; sómente em pontos excepcionaes, onde o favoreceram especialmente as circumstancias, elle se conservou na original pureza. Lembramos em primeiro logar as pequenas tribus selvagens, que já tivemos occasião de mencionar em algumas provincias de ambos os grupos de Estados sul-brasileiros, os Puris e Botocudos, que predominavam nas montanhas cobertas de mattas do Espirito Sancto, os Bugres na Serra Geral de São Pêdro, que dalli vagavam pelas vizinhanças; outras tribus selvagens, de certa importancia e



número, teremos ainda que mencionar, sobretudo em Goiaz e Matto-Grosso.

Além disso, existem no Sul do Brasil, no dominio da antiga capitania geral do Rio de Janeiro e de São Pedro, ainda um pequeno número de Indios livres meio civilizados, restantes da obra das missões da Companhia de Jesús.

Vimos como a actividade desta Ordem, desde meados do seculo XVII, foi completamente paralyzada; ella conservava sem dúvida os poucos aldeamentos que ainda tinha em mão, porém não podia estender-se mais, e, onde quer que ella fizesse a menor menção de se desenvolver, logo se via violentamente guerreada; de uma feita, chegaram mesmo os Paulistas a ameaça-la de nova expulsão, e os jesuitas só escaparam capitulando humildemente (24 de Julho de 1687). Sómente na região mais ao Norte de ambos estes grupos de Estados, no Espirito Sancto, tinham esses missionarios plena liberdade de acção, e alli obtiveram tambem resultados consideraveis.

Na expulsão da Ordem (3 de Setembro de 1759), existiam em São Paulo seis aldêias de missões, no Rio de Janeiro e suas dependencias, cinco; além destas, fôram fundados alguns aldeamentos mais recentes, e adquiridas, em 1801, á margem esquerda do Uruguai (provincia de São Pedro), septe antigas missões espanholas, que então podiam contar uns 14.000 habitantes. De tudo isso, sob o govérno brasileiro, só subsistiu muito pouco: os Indios eram opprimidos pelos directores civis, roubados das suas propriedades particulares em favor dos brancos, e sentiram-se tão desgraçados, que muitos regressaram á vida selvagem de seus antepassados ou se dispersaram.

Em maior escala foi, porém, o descontentamento no territorio das Septe Missões; a população não podia absolutamente acostumar-se com a dominação brasileira, e, quando se offereceu, emfim, uma oportunidade favoravel, emigrou em massa, com todos os seus bens (1828). Assim, actualmente, no que diz respeito a aldeamentos de Indios meio civilizados, só existem: um no Espirito Sancto com 70 Indios, um em Minas Geraes com 1.000, dous em São Paulo com 500, um no Paraná com 441, e, finalmente, cinco em São Pedro com 1.200 (Relatorio official de 11 de Maio de 1855).

Esta é a final conclusão da questão dos Indios sul-brasileiros !

Chegamos agora ao segundo phenomeno, que, para a história de São Paulo e das outras regiões do Sudoeste do Brasil, é de não menor importancia: o descobrimento do ouro.

Sabe-se que, na época do descobrimento da America, toda a Europa ficou firmemente persuadida de que o nôvo continente de Oeste encerrava em todas as suas partes inexgotáveis thesouros mineraes; aonde quer que chegassem os descobridores europeus, tanto no extremo Norte como no extremo Sul, cuidaram primeiro que tudo de farejar jazidas de ouro e de pedras preciosas, e, em muitos logares, foram precisos muito tempo e muito amargo desengano, antes que se dissuadissem dessa preconcebida crença.

Assim tambem no Brasil. A corôa de Portugal desde logo reservou para si o quinto de todos os metaes e pedras preciosas que fôsses achados, e por sua vez cedeu um decimo dêsse quinto aos donatarios das capitancias brasileiras (1534); e impôz immediatamente ao primeiro governador-geral do imperio colonial (1549) a especial obrigação de procurar activamente minas.

E os colonos compartilhavam inteiramente da supposição e das esperanças do govêrno; por toda parte, quando, nas suas caçadas ao homem, avançavam longe pelo interior a dentro, logo tractavam de revolver a terra á cata de mineraes preciosos, e, ora daqui ora dalli, vinha á tona o boato de os haverem encontrado.

Assim aconteceu em primeiro logar, cêrca do anno de 1552, simultaneamente em São Paulo, Porto Seguro e Pernambuco. Em Porto Seguro, onde os Indios exhibiram algumas turmalinas, que, por causa de sua côr verde, fôram tomadas por verdadeiras esmeraldas, a notícia obteve o maior crédito, e dalli avançou então uma multidão de caçadores de pedras preciosas, conduzidos por Jorge Dias, até ao curso superior do rio São Francisco (provincia de Minas Geraes); porém, depois de andarem errantes dous annos, regressaram de mãos vazias (1553-1555). Sem embargo, um nôvo caçador de pedras preciosas, Sebastião Fernandes Tourinho, no seguinte decennio, enveredou no mesmo rumo, e egualmente andou vagando alguns annos no sertão de Minas Geraes; e apenas chegou este de volta a Porto Seguro, terceiro aventureiro, Antonio Dias Adorno, empreendeu a mesma viagem. Acompanhado por 150 Brasileiros e 400 escravos, elle seguiu, na ida, pelo curso do rio das Caravellas, acima; para a volta, porém, dividiu os seus

homens em dous bandos, dos quaes um se confiou ao rio Jequitinhonha (Belmonte), que o reconduziu a Porto Seguro; elle proprio, com o outro bando, seguiu para a Bahia, e, pouco tempo depois, ahi falleceu (princípio do anno 1583). Como o seu predecessor Tourinho, tambem Adorno trouxe pedras preciosas, que elles tomaram por esmeraldas e saphiras, e eram, como se verificou, turmalinas e amethystas de diminuto valor; e este triplice desengano pôz provisorio termo ás caçadas de pedras preciosas, nessas latitudes.

Em compensação, durante o seguinte decennio, houve noticia de ricas minas de prata, que um habitante da provincia da Bahia, Roberio Dias, teria descoberto; elle parecia a princípio disposto a mostrar as mesmas ao govêrno; quando, porém, não lhe foi concedida a recompensa que elle exigia, recusou-se a dar qualquer informação, e viu-se por este motivo ameaçado de penosa investigação, á qual escapou sómente por morte opportuna. Elle levou o seu segredo para o tumulo; de resto, é pouco provavel que esse segredo tivesse valor real, pois, até hoje em dia, os Brasileiros, por ignorancia, frequentemente tomam a pyrite sulfurea por minerio de prata; e quantas vezes a lenda tem descoberto minas de prata! Contudo, até hoje não se chegou a tomar conhecimento da existencia de uma unica (125).

Cs primeiros descobrimentos de real valor fôram feitos em terras da provincia de São Paulo. No logar onde actual-

---

(125) Handermann ainda attribue a Roberio Dias, com relação ás famosas minas de prata, o que na realidade se deveu a Belchior Dias Moreyra. — conforme Capistrano de Abreu foi o primeiro a evidenciar, quando estampou na *Rev. de Soc. de Geogr. de Lisboa no Brasil* (2ª série, 1885), n. I, pags. 12-22, e n. II, pags. 66-78, a carta de Pedro Barbosa Leal dirigida ao conde de Sabugosa em 22 de novembro de 1725. Calogeras, no seu monumental parecer sobre "As minas do Brasil e sua legislação" (Rio, 1905), vol. I, pags. 438-457, estudou detidamente *A chimera de Belchior Dias*, assim como os successos occorridos entre *D. Rodrigo de Castel-Blanco e o Moribéca*. Em sua *Expansão geographica do Brasil até fins do seculo XVII* (Rio, 1915, pags. 25-32), Basilio de Magalhães tambem se occupou documentadamente daquelle episodio. E, finalmente, na 3ª ed. integral da *História geral do Brasil* (Rio, 1930) de Varnhagen, Rodolfo Garcia reproduziu (pags. 79-97) o relato epistolar de Pedro Barbosa Leal, acompanhando-o de duas cartas de Belchior Dias Moreyra a que o mesmo se reportou. Esses elementos probantes deixam sufficientemente esclarecido o assumpto em questão, desfazendo o romance que se havia tecido em favor de Roberio Dias e pondo nos devidos termos o que se deve a Belchior Dias Moreyra.

mente existe a grande fundição de ferro de São João de Ipanema, perto de Sorocaba, no morro de Guarassoiava (Arassoiava, Birassoiava), cêrca de 1578 ou 1590, o Paulista Affonso Sardinha descobriu o primeiro minério de ferro e estabeleceu uma fundição com dous fornos (126); foi justamente elle quem achou na vizinha serra de Jaraguá o primeiro ouro. Porém, demasiada importancia se deu a estes descobrimentos; especialmente o então governador-geral, Francisco de Sousa, fundou as mais temerarias esperanças e applicou durante o seu govêrno de onze annos (1591-1602) grandes sommas para multiplas pesquisas, sendo na maioria improficuas; a instancias suas, foi elaborado umCodigo Mineiro para o Brasil, sancionado em Valladolid (15 de Agosto

---

(126) Em documentos existentes no Archivo Nacional (por exemplo, nas cartas régias de 8 de fevereiro de 1687 e 23 de outubro de 1692), assim como nos chronistas e genealogistas antigos (fr. Gaspar da Madre-de-Deus, Pedro Taques e outros), encontram-se diversas graphias do nome indigena dado ao morro das circunvizinhanças da actual Sorocaba, descoberto por Affonso Sardinha nos derradeiros annos do seculo XVI e onde o mesmo sertanista, além de outros metaes, encontrou e explorou o minereo de ferro. A graphia mais comprida acha-se na "Nobiliarquia paulistana" ((in *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, t. XXXV, p. 1<sup>a</sup>, 117) e é *Hybiracoyaba*, a qual, por apherese, produziu *Biracoyaba* e significa "a cobertura de madeira", como ensina Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pag. 205). Provavelmente, occorreu no longo vocabulo nova apherese da syllaba inicial, substituindo-se esta, compensativamente, pela vogal que reclamava a alliteração, do que resultou a fórma *Araçoyaba*, "esconderijo do sol", segundo Varnhagen (*História geral do Brasil*, 1<sup>a</sup> ed., vol. II, pag. 362), ou "morro do chapéu", consoante opina afinal Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pag. 202). O governador d. Francisco de Sousa, no ultimo anno do seculo XVI e ao alvorecer do seculo XVII, cogitou de desenvolver alli a industria siderurgica, devendo-se-lhe, portanto, o primeiro incremento regular da Fabrica de Ferro de São João de Ypanema, bem como a fundação de Sorocaba. O trabalho mais antigo sôbre a exploração do ferro naquella região paulista é a "Memoria historica sôbre a fundação da fabrica de São João de Ypanema na provincia de S. Paulo" (Lisbôa, 1822), de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, da qual, em 1858, tirou Frederico Augusto Pereira de Moraes (genro de Varnhagen) uma 2<sup>a</sup> edição, addicionando-lhe illustrações e documentos importantes. O depois visconde de Porto Seguro, logo que publicou a sua magnifica "Historia geral do Brasil" (Madrid, 1854-1857), na qual se declarou "natural de Sorocaba", e, como filho, que era, de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, um dos mais notaveis dirigentes da Real Fabrica de Ferro de São João de Ypanema, abriu no vol. II, pags. 357-372, sôbre o assumpto que lhe merecia tão especial interesse, o cap. "Minas de ferro — Varnhagen é o executor dos projectos d'el-rei", no qual deu a lume elementos curiosos, co-



de 1603) pelo rei Philippe III (127); finalmente, obteve mesmo da cõrtè que o sul do Brasil (São Paulo com Rio de Janeiro e Espirito Sancto) tivesse o seu proprio "Governo Geral e Inspectoria das Minas", sob cuja especial administração ficou separado do resto do Brasil, durante dez annos (1608-1617). Julgava Sousa haver descoberto em São Paulo um nôvo Perú; a sua firme crença contagiava aos outros, e passou despercebido o sábio dicto de Diogo de Meneses: "As verdadeiras minas do Brasil são o assucar e o pau-brasil". Tanto mais depressa sobreveio o desengano.

Possue São Paulo, de facto, um muito grande thesouro de minereo de ferro, porém esse pouco mereceu attenção. Já em 1630 deixaram de existir as fundições de Sardinha; foi depois restaurada a fabricação do ferro, cêrca do anno de 1766 ou 1770, e de nôvo em 1801; em ambas as vezes, todavia, sempre foi tosca e mal succedida a tentativa.

Desta arte, limitou-se durante os seculos XVII e XVIII toda a producção: onde se descobria minereo de ferro, em São Paulo, Minas Geraes, Goiaz, ferreiros e particulares colhiam o que necessitavam para seu uso e o fundiam e elaboravam nos seus fornos e forjas. Sómente cêrca do anno de 1810 começou, com o auxilio de mineiros alemães, uma verdadeira indústria do ferro, que, todavia, não obteve successos digno de nota; apenas uma unica usina de ferro, São João de Ipanema, perto de Sorocaba, trabalhando a

---

lhidos do archivo paterno. Além de muitas outras referencias, feitas por brasileiros e alienigenas, aquella nossa mais antiga e valiosa tentativa de industria siderurgica, deixou Leandro Dupré (*in* "Annaes da Eschola de Minas", vol. IV, 1885) a "Memoria sôbre a fabrica de ferro de S. João de Ypanema", tendo J. P. Calogeras escripto para a "Revista Brasileira" (Rio, vol. I, 1895) o excellente artigo "A fabrica de ferro de S. João de Ypanema" e para a "Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo" (vol. IX, 1904, pags. 20-100) a interessante monographia "O ferro — (Ensaio de historia industrial)". O que, porém, ainda existe de mais completo sôbre o historico e o futuro daquella exploração metallurgica é o exhaustivo e prohiboso trabalho que vem no vol. II (pags. 1-275 de "As minas do Brasil e sua legislação" do ultimo dos citados escriptores patricios.

(127) O Codigo Mineiro, de 15 de Agosto de 1603, ficou guardado na chancellaria portugueza em Lisboa durante quinze annos e só foi expedido a 30 de Janeiro de 1619; no proprio Brasil, só trinta e tres annos depois foi publicado, sendo que no Rio de Janeiro a 29 de Maio e em São Paulo a 9 de Outubro de 1652.

Toda a legislação mineira, sôbre a qual naturalmente não podemos pormenorizar, foi publicada por F. W. von Eschwege, natural de Hesce, engenheiro-chefe real e superintendente de minas, no seu livro *Pluto brasiliensis* (Nota do auctor).



princípio (1811-1821) com mineiros suecos, depois (1815-1821) reorganizada por Friedrich Varnhagen, de Hesse, alcançou maior vulto; pertence á corôa, porém até hoje muito mais lhe tem custado do que rendido, ao ponto que, ainda no anno de 1843, num relatorio official, o ministro perguntava ao parlamento si não seria mais conveniente deixar acabar de uma vez a tão dispendiosa empresa.

Outro era o caso das minas de ouro. Logo após o primeiro descobrimento feito por Sardinha, fôrão tomadas na maior consideração, mereceram o mais universal interesse, e, dentro de pouco tempo, lograram zelosos pesquisadores novos descobrimentos, situados na maioria nos proximos arredores da cidade de São Paulo, alguns poucos tambem na actual provincia do Paraná.

Essas bateias e lavras fôrão exploradas com incansavel diligencia durante todo o seculo XVII; ainda em 1682 e 1697, eram recommendados especialmente a inspecção e fomento pelos capitães-generaes do Rio de Janeiro; todavia, o rendimento, tanto quanto sabemos, nunca foi muito grande. Finalmente, quando nos fins do seculo XVII se descobriram outras minas mais ricas, a multidão dos pesquisadores de ouro voltou-se para estas; as bateias de São Paulo caíram no esquecimento, as casas de fundição de ouro pouco a pouco se foram acabando, e actualmente aqui mal se ouve falar de cata de ouro.

Si a riqueza de ouro de São Paulo não teve de si e para si grande importancia, sempre serviu, todavia, para sustentar no povo a idéa de novos descobrimentos, e o govêrno, que compartilhava dessas esperanças, estimulava sempre de nôvo o espirito emprehendedor; assim, um decreto real de 19 de Agosto de 1670 ordenou ao capitão-general de Pernambuco que prestasse, de todo modo, auxilio aos pesquisadores de ouro, e outro, de 18 de Março de 1694, dirigido ao governador-geral da Bahia, offerencia mesmo, como recompensa do successo, a perspectiva de carta de nobreza e uma das tres Ordens de Cavallaria.

Tambem o que nunca faltou no Brasil fôrão destemidos malteiros, que avançavam em todas as direcções pelo sertão; porém, de descobrimentos dignos de valor até hoje nada constou.

Conta-se em primeiro lugar, cêrca de meados do seculo XVII, de um aventureiro, Marcos de Azeredo (Azevedo), que

com um só companheiro partiu de Espirito Sancto ou Porto Seguro e, seguindo ao longo de um dos rios costeiros, provavelmente o rio Doce, penetrou na actual provincia de Minas Geraes; trouxeram dalli novamente suppostas esmeraldas e amostras de minerão de prata, porém não quizeram dar, pelo menos provisoriamente, esclarecimento algum sobre o lugar dêsses achados; em consequencia, mandou o governador-geral da Bahia prender a ambos, e, como elles se obstinassem, apesar disso, no silencio, permaneceram na prisão até á morte. Assim, não se poudo saber nada ao certo sobre a expedição dêsses aventureiros; todavia, em linhas geraes, conseguiu-se saber a direcção, assim como umas noticias superficiaes, e resolveu o govêrno para alli despachar uma expedição exploradora, cujo commando confiou ao coronel Agostinho Barbalho Bezerra, da Bahia. Porém os preparativos necessarios exigiram grande demora; além disso, entre o chefe nomeado da expedição e diversas auctoridades coloniaes, surgiram rivalidades sobre attribuições, e, antes que essas se houvessem resolvido, surprehendeu a morte ao coronel Bezerra, pelo que não se effectuou a pretendida expedição.

Então, um particular de fortuna, de São Paulo, tomou a causa em mão, e elle tornou-se o verdadeiro pesquisador e conquistador daquelle vasto planalto, que, por suas riquezas mineraes, até hoje tem o nome de Minas Geraes. Foi elle Fernando Diaz Paes Leme (128), experimentado, celebre batedor de mattas, já de idade<sup>1</sup> avançada, porém cheio de ânimo juvenil; elle já havia sido solicitado por uma carta régia, de 27 de Setembro de 1664, a prestar auxilio ao coronel Bezerra, para a projectada expedição; agora, morto Bezerra, elle offereceu-se para conduzir a empresa pessoalmente e por sua propria conta, deante do que o governador-geral do Brasil, a 30 de Abril de 1672, lhe outorgou o título e as prerogativas de “capitão-mór para pesquisar e descobrir as minas de esmeraldas”.

---

(128) Como se verifica pelos documentos e informações publicados por Pedro Taques na sua “Nobiliarchia paulistana” (vide “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.”, t. XXXV, p. 1<sup>a</sup>, pags. 95-132), o nome exacto do “caçador de esmeraldas” é *Fernão Dias Paes* e não *Fernando Dias Paes Leme*, como escreve Handelman. Os paes chamavam-se Pedro Dias Paes Leme e Maria Leitê. Ella, porém, herdou o nome do avô paterno, que era Fernão Dias Paes *tout court*, sem o *Leme* que lhe têm accrescentado alguns dos nossos historiographos e poetas.

No anno seguinte (1673), iniciou Fernando Dias, com sequito numeroso, a sua marcha para as selvas; de tempos a tempos fazia-se uma parada, semeava-se uma plantação, que ao mesmo tempo devia servir de estação intermediaria de communicação com a terra natal; depois de fadigas e perigos sem conta, chegaram á serra que se estende entre as nascentes do rio Doce e as do rio São Francisco, entre os Indios muito acertadamente denominada "região deserta", Hyvitujahy; hoje está alli mesmo situada a cidade do Sêrro. Aqui, estabeleceu Fernando Dias o seu primeiro quartel-general e permaneceu durante quatro annos, ao passo que pequenos bandos expedicionavam em todos os sentidos, afim de procurar no deserto esmeraldas e outras pedras preciosas; tanto quanto se sabe, ouro não se procurou, nem se achou durante toda a expedição.

Póde-se imaginar quantas difficuldades e privações passaram os aventureiros nesse genero de vida; de anno para anno, tornava-se mais penosa a sua situação, e, além disso, eram baldadas todas as suas investigações; assim, foi perdendo coragem a maioria; travaram-se discordias e altercações entre os companheiros; mesmo chegou a ser ameaçada por conspiradores a vida do chefe, que, com inflexibilidade ferrea repellia toda idéa de regressarem para os lares; e, finalmente, se afastou do acampamento uma grande parte, que se retirou para São Paulo.

Não obstante, perseverou animosamente Dias com os seus fiéis; elle mandou notícias para casa, á sua mulher, para que ella lhe remetesse tudo que elle precisava; logo que chegaram as provisões pedidas, elle seguiu adeante, através de terras dominadas por Indios inimigos, mais para Nordéste, para selvas que, mesmo hoje, mal são conhecidas. Assim, chegou a expedição finalmente á lagôa ou pantano que os indigenas chamavam então de Vepabussu (129), a "lagôa grande", e que em tempos mais recentes, pelo facto de não haver sido achada de nôvo, é designada pelo nome de Lagôa Encantada, ou

---

(129) Acham-se nesta pagina dois nomes da lingua tupi, graphados erroneamente por Handelman. O primeiro é *Hyvitujahy*, que elle assevera significar "região deserta" e que se applicou á localidade onde hoje se encontra a cidade do Serro, em Minas-Geraes. O certo, entretanto, é *Ibitiroy*, que quer dizer "o serro frio, a montanha fria", conforme explica Theodoro Sampaio (*op. cit.*, pag. 224). O segundo é *Vepabussu*, "a lagôa grande". A significação está certa, mas a graphia exacta é *Vupabussú*, como se lê nos bons chronistas e vem ainda no autor acima citado (pag. 283).

Dourada. Aqui, segundo a lenda, deviam existir em grande quantidade as preciosas pedras verdes e Dias resolveu fazer maior estadia; foi maior o descontentamento dos seus companheiros, pois a região ficava no meio da matta virgem e, no tempo das chuvas tropicaes, era pantanosa e insalubre, de sorte que em brève surgiram doenças mortaes. Supplicaram ao chefe que de nôvo levantasse acampamento e adiasse as investigações para tempo mais sêcco do anno; porém nem rogos nem ameaças puderam vergar a sua vontade de ferro; e quando, então, francamente a sublevação ameaçou declarar-se, mandou elle prender o seu proprio filho natural, que se havia associado aos descontentes, e fel-o enforcar na primeira arvore, para servir de escarmento aos outros. Isto produziu effeito; todos voltaram á obediencia, e Fernando Dias, debaixo de toda sorte de tormentos que o homem é capaz de supportar, proseguiu nas suas pesquisas, até que a sorte lhe satisfizes os desejos.

Achou o que procurava, aquellas pedras verdes, erradamente tomadas por esmeraldas, e, carregado até mais não poder, com a prêsa sem valor, tão caro comprada, encetou então a viagem de regresso a São Paulo. Porém não devia rever o patrio lar; exausto e enfraquecido pelos demasiados exforços, elle succumbiu já ás margens do rio das Velhas (Guaicuhi), na região das nascentes do rio São Francisco. O seu genro, Manuel Borba Gato, que, vindo de São Paulo, seguia nas pegadas do sogro, chegou ainda a tempo de dar ao moribundo o último adeus e receber das mãos d'elle tudo que trazia consigo, as pedras preciosas, polvora, chumbo e instrumentos de trabalho, cêrca do anno de 1680.

Manuel Borba Gato proseguiu, então, a obra de investigação e conquista, que Fernando Dias havia iniciado, e andou cruzando os districtos do Norte de Minas Geraes, a região das nascentes do rio São Francisco, em todas as direcções, ao passo que no mesmo tempo outras bandeiras paulistas erravam por outras partes da mesma provincia. Sôbre as expedições dêsses aventureiros todos, pouca cousa se veio a saber e ainda menos de valor para o interesse geral; mencionamos, por isso, sómente uma pequena bandeira que, sob o commando do inspector de então das bateias de São Paulo, Rodrigo de Castello Branco, se reuniu cêrca do anno de 1680 e enveredou pelo sertão. A intenção era procurar a expedição de Fernando Dias Paes Leme e reunir-se a ella, pois tambem devia Rodrigo entregar a

este uma carta régia (de 4 de Dezembro de 1677); todavia, não encontraram mais o velho chefe; já a meio caminho, numa das estações intermediarias que elle proprio havia estabelecido, receberam a noticia de sua morte. Rodrigo de Castello Branco arrecadou ahi tudo que havia em escriptos informativos, provisões e sobretudo o que existia em provas do achado de minereos; em seguida, ao que parece, regressou directamente para São Paulo e alli fez relação circunstanciada sobre a empresa e os meritos de Fernando Dias. Porém não se soffreu muito tempo em casa; já num dos annos seguintes partia elle de novo para o Norte e alcançava finalmente o rio das Velhas, a mesma região que Manuel Borba Gato já havia oito annos explorava (cêrca do anno de 1688).

No meio das selvas, toparam-se as duas bandeiras paulistas, e o encontro não foi absolutamente amigavel; Borba, do seu lado, via com maus olhos invadido pelos recém-chegados o campo de caçada, só seu até aqui; por outro lado, Rodrigo, como funcionario da corôa, exigia que o outro se lhe subordinasse e puzesse á sua disposição as suas provisões; uma pretensão, que o chefe independente da bandeira repelliu arrogante. Já se enfrentavam ambos os partidos, armados em guerra, quando Castello Branco mudou amigavelmente de attitude; todavia, uma ameaça, que lhe escapou impensadamente, de novo excitou os adversarios e lhe custou a vida; alguns servidores de Borba perfidamente o apunhalaram. Os seus subordinados, perdendo o chefe e ignorando qual a fôrça do inimigo, bateram em retirada, sem reacção, e espalharam-se em todas as direcções; e, segundo a lenda, a maioria fugiu para o Norte, onde, como primeiros colonos, se estabeleceram no curso do alto e do médio São Francisco, e lançaram os primeiros fundamentos da creação de gado, que ainda actualmente é, em todo o interior da Bahia e de Pernambuco, a principal indústria.

Assim, ficou Manuel Borba Gato senhor do seu velho dominio de caçada nas nascentes do rio São Francisco, e elle alli permaneceu ainda muitos annos, indifferente á sentença de proscricção que as auctoridades de São Paulo contra elle lavraram, por causa do assassinio, porém, ao mesmo tempo, desligado de toda relação com a terra patria e com o mundo civilizado. Sem interrupção, continuaram durante esse tempo as suas incursões em todos os sentidos; todavia, elle não se aventurou, do mesmo modo que antes o seu sogro, á pesquisa das suppostas esmeraldas, pois,



em geral, não se afastou das margens do rio das Velhas (Guaicuihi), provisoriamente.

E, então, conseguiu elle fazer aqui um descobrimento mais valioso, o do ouro; no logar onde hoje é a cidade de Sabará, e além, rio abaixo, Borba e os seus companheiros acharam e exploraram, pouco a pouco, uma série de bateias de ouro. Mais tarde, não mais se julgando aqui em segurança contra o barço da lei, fugiu além; fugiu além, para Léste, para o rio Doce, e viveu alli muitos annos, como hóspede altamente respeitado, no meio de uma tribu de Índios amigos. Assim viveu o ferreo corredor de mattas até fins do seculo XVII, ao todo uns 20 annos, sem interrupção, nas selvas (1680-1700); então, despertou nelle, finalmente, a saudade do patrio lar, e, por intermedio de seus parentes em São Paulo, fez sollicitar a revogação da proscricção pronunciada, a licença para regressar perdoado. O governo provincial concedeu-lhe a graça pedida, sob a condição de que elle fizesse declaração das muitas bateias que havia descoberto no rio das Velhas; e, como Manuel Borba Gato correspondesse a essa condição (130), com o maior contentamento das auctoridades, elle foi ainda recompensado com a patente de tenente-general (1701).

E alli, onde elle havia primeiro descoberto o ouro, na confluência do arroio Sabará-Bussú com o rio das Velhas, surgiram então duas colonias, que dentro em breve se fundiram numa só; assim, nasceu a povoação de Sabará, que, já no anno de 1711-12, era elevada a villa, mas só no anno de 1843 recebia os fóros de cidade.

Já desde muitos annos, antes de serem as minas de Sabará geralmente conhecidas, haviam sido descobertas al-

---

(130) A primeira patente, dada por Arthur de Sá e Meneses a Manuel Borba Gato (Arch. Nac., coll. *Governadores do Rio de Janeiro*, liv. VII, fls. 19 vo), foi a de tenente-general da jornada para o descobrimento da prata em Sabarabuassú (*sic*), a 15 de Outubro de 1698. Nella não se fala em perdão. E' certo que aquelle paulista, implicado no homicidio de d. Rodrigo de Castel-Blanco, mais tarde descobriu ouro em Sabará e o deu a manifesto ao sobredito governador da Repartição do Sul. Entretanto, em nenhum documento official da época se encontra qualquer referencia á circumstancia de haver sido elle indultado pelo rei de Portugal ou por algum governador do Brasil. Atribuindo a sobredicta patente a 1701, é provavel que Handelmanh haja colhido a informação no "Fundamento Historico" do poema "Villa Rica" de Claudio Manuel de Costa (Ouro-Preto, 1839). Ahi (pag. XXI da ed. de 1897) foi até ainda mais erroneamente affirmado ter sido Borba Gato premiado "com a patente de tenente-general de uma das praças do Rio de Janeiro"...

gumas outras, um pouco mais ao Sul. Cêrca do anno de 1693, havia avançado uma expedição paulista, sob o commando de Antonio Rodrigues Arzão, que, vindo da cidade de Taubaté (provincia de São Paulo), seguira rumo do Norte, pelas selvas, para as nascentes do rio Doce; depois de muito andar, navegaram por esse rio abaixo e assim alcançaram a capital da provincia do Espirito Sancto, Victória, onde entregaram ás auctoridades municipaes as primeiras provas da riqueza metallica de Minas Geraes. Eram tres oitavas de ouro; dêsse ouro fôram cunhadas duas medalhas, das quaes uma o governador do Espirito Sancto conservou, a outra deu a Antonio Rodrigues, que regressou com essa prova á sua cidade natal de Taubaté, onde em breve morreu. A obra do descobrimento, que elle começara, continuou-a o seu cunhado, Bartholomeu Bueno de Cerqueira; experimentado explorador de mattas (já em 1670 elle havia feito caçadas ao homem no interior da provincia de Goiaz), achou, logo que arvoreu a sua bandeira, numerosas adhesões; e já no anno seguinte (1694) marchou para Minas Geraes, onde estabeleceu o seu quartel general na vizinhança da actual cidade de Ouro Preto.

Procurou-se activamente pelo ouro; todavia, como falassem aos aventureiros os necessarios conhecimentos e adequados instrumentos, foi a princípio minguado o resultado; depois de largo prazo, haviam apenas lavado 12 oitavas de ouro, quando outra expedição de caçadores de escravos e de ouro, em marcha de regresso para os seus lares, passou por seu acampamento.

O chefe dessa bandeira, Salvador Fernandes Furtado, trocou por uma arma de fogo toda a provisão de ouro de Bueno e de seus companheiros; elle, por sua vez, deu o mesmo por duas escravas Indias a um de seus acompanhadores, Manuel Garcia Velho; e este, finalmente, passou por Taubaté, deixou que por suas labias lhe tomasse essas amostras de ouro um morador dessa cidade, Carlos Pedroso da Silveira. Pedroso, porém, apressou-se a seguir para o Rio de Janeiro, onde exhibiu o ouro ao capitão-general de então, Antonio Paes de Sande (1694), e, embora não reivindicasse abertamente a glória do descobrimento, todavia teve a recompensa da mesma: recebeu a patente de commandante da cidade de Taubaté, e ao mesmo tempo foi encarregado de ahí construir, para a commodidade dos pesquisadores de ouro, uma fundição pública, assim como tambem de cobrar o quinto que a corôa exigia de todos os metaes preciosos.

As distincções que couberam a Carlos Pedroso, e ainda mais o estabelecimento de uma fundição real em Taubaté, onde então e ainda hoje passa a principal estrada de São Paulo para a bacia do rio Doce e do São Francisco, provam a grande importancia que o govêrno colonial attribuia aos novos descobrimentos, que realmente elle cria na existencia da grande riqueza mineral; e essa crença, estas esperanças empolgaram celeres toda a população das provincias brasileiras do Sul.

Sobretudo o espirito emprehendedor dos Paulistas tomou com isso nôvo rumo; elles desistiam agora das suas caçadas ao homem, nas longinquas regiões, e marchavam em bandos vultosos para a recém-descoberta terra do ouro; tambem os seus vizinhos, os habitantes do Rio de Janeiro, já nos annos seguintes, construíram uma picada através das solidões cobertas de mattas das montanhas da costa e do valle do Parahiba; mesmo de provincias ainda mais remotas muitos aventureiros souberam achar o caminho para lá. Onde quer que apparecesse grão de ouro, nos rios e riachos, nos terrenos de alluvião das margens, nas encostas das montanhas, logo alli assentavam acampamento esses bandos errantes: os homens livres, os escravos indios e negros que elles haviam trazido, todos punham mãos á obra, para cavar o ouro e lava-lo; si não bastavam os braços, como acontecia em geral, logo se aprestava um bando e fazia prisioneiros entre as tribus de Indios habitantes da vizinhança, obtendo assim quantos escravos se necessitassem, até que tambem aqui se acabasse quasi toda a população indigena; então, era preciso resignar-se a comprar os escravos negros, mais caros, que os negociantes do Rio de Janeiro até aqui traziam.

Logo que se exgottava a primeira lavra, seguiam os garimpeiros adeante, afim de pesquisar nôvo sólo aurifero; porém, nos sitios de jazidas especialmente ricas, transformavam-se logo os seus acampamentos em colonias fixas, e estas, com o correr do tempo, se fôram elevando a villas ou cidades, de maior ou menor importancia.

Assim, surgiu primeiramente, das lavras á margem do rio do Carmo, uma povoação, que, a 8 de Abril de 1711, foi elevada a villa real; a 23 de Abril de 1745, já recebia os fóros de cidade e o nome de Mariana, que até hoje conservou; igualmente, na mesma época, das lavras da serra do Ouro Preto surgiu a Villa Rica (18 de Junho de 1711), ou, como se

chama desde 20 de Março de 1823, cidade imperial de Ouro Preto; depois, seguindo para o Norte, foi Sabará villa em 1711-12, cidade desde 1843; Caheté (Villa Nova da Rainha), villa desde 1714; a cidade do Sêro, antigamente villa do Príncipe, em 1714 revestida com os fóros de villa, em 1838 ou 39 com os de cidade; para o Sul — São João d'El-Rey, villa em 1713, cidade em 1843, e a colonia que, já como villa, ainda como cidade (desde 1839), continuou conservando sempre o nome primitivo de Campanha, etc.

Como mostra um olhar lançado ao mappa, todas essas antigas povoações se concentram num espaço relativamente apertado, em tórno da rocha central, da qual se ramifica, para o Norte, a cabeceira do rio São Francisco, a Leste a do rio Doce, ao Sudoeste a do Rio Grande (Paraná); foi aqui justamente o primeiro e primitivo ponto de reunião para a immigração estrangeira dos pesquisadores de ouro e a região em que a maioria das lavras foi achada e explorada.

Nas regiões vizinhas, e geralmente em todo o Brasil, costumava-se por isso designar essa região com o nome de "Minas Geraes", nome que foi tomando sempre maior extensão geographica, até finalmente abranger toda a actual provincia de Minas Geraes.

★ ★ ★

Ao passo que a immigração dos garimpeiros de ouro se apoderava do territorio das minas, o govêrno da corôa de Portugal tambem dalli não desviava as vistas; pelo seu direito, ella reivindicou para si o dominio supremo do sólo e das riquezas mineraes, deixando, porém, á indústria particular a exploração das mesmas. O systema que ella usava para isso é completamente differente do practicado hoje; na California e no continente australiano, o govêrno, como se sabe, por assim dizer, arrenda o terreno aurifero, parcellado, em troca de um tributo semanal ou mensal; em Minas Geraes, porém, o govêrno dava as terras de presente e reservava para si, então, do rendimento, o chamado quinto real, conforme havia sido de regra desde a fundação dos Estados brasileiros.

Uma tão pesada contribuição era naturalmente muito mal acolhida pelos mineiros; quem podia, procurava subtrahir-se; foi assim preciso, para forçar á obediencia, recorrer á ameaça de severos castigos: quem occultasse o seu ganho em ouro e defraudasse o quinto do thesouro — assim dispunha o primeiro decreto real, de 29 de Outubro de 1698,



— incorria na perda não só de todo o seu ouro, como ainda em multa do triplo do seu valor. Para a fiscalização, lançou-se mão, pouco a pouco, de um sem número de providências vexatorias e mesquinhas; Arthur de Sá e Meneses, capitão-general do Rio de Janeiro, que, como tal, exercia ao mesmo tempo essa fiscalização sobre São Paulo e suas dependencias, mandou, a 18 de Abril de 1701, estabelecer em redor do districto de minas, em todas as estradas circunvizinhas, ao Norte e ao Sul, registos, onde se devia pagar o quinto ou era preciso apresentar um certificado do pagamento já feito antes; todo viajante, sem distincção de posição nem de sexo, tinha que se sujeitar alli á mais severa investigação nas suas cargas e, talvez, tambem na sua pessoa. O governo central de Lisbôa fazia mais ainda, porque, para facilitar a acção do fisco, se empenhava em impedir e diminuir as estradas naturaes de communicacção do districto mineiro.

Todo o commércio das Minas Geraes devia dirigir-se para o Sul, ao Rio de Janeiro e a São Paulo; todavia, não era possivel observar com todo o rigor este plano, pois os mineiros, para o seu abastecimento em carnes, recorriam ao districto de pastagens do Norte, Bahia e Pernambuco; o regulamento geral das minas, de 19 de Abril de 1702, permittia, em virtude disso, que do Norte entrasse gado alli, porém nada mais; si um brasileiro do Norte tivesse que levar mercadorias de outra especie ás minas, devia dar uma volta por mar, passando pelo Rio de Janeiro.

Essa mesma lei de 19 de Abril de 1702 prohibia a residencia ou estada nas minas aos ourives e outros operarios que se dedicassem a fundir e elaborar o ouro; dava plenos poderes ás auctoridades de expulsar todas as pessoas não necessarias alli, porque essas só cuidavam de consumir os viveres e enganar no pagamento do quinto á corôa.

Assim é que, depois, em consequencia do decreto real de 9 de Junho de 1711, todos os frades, sem excepção, e todos os padres que não occupassem cargo de vigario, fôram expulsos; egualmente repetidas vezes foi prohibida a entrada a negociantes e taverneiros e outros taes; tudo medida de fiscalizacção, para cuja severa execução teria sido necessaria uma colossal fôrça de policia, que o govêrno colonial aqui não podia manter.

Tambem, por isso, não fôram nunca perfeitamente executadas; tanto depois, como antes, continuou o chamado contrabando do ouro (a saída do ouro que não havia pago o



quinto); porém o que se fazia, sempre bastava para causar aos mineiros os mais aborrecidos incommodos e estorvos sem conta. Por isso, desde logo votaram aversão a esse systema, e muitas vezes os cobradores do quinto real tiveram que lutar contra aberta resistência; até que afinal, a 7 de Dezembro de 1713, se effectuou um provisorio accôrdo entre o povo e o govêrno provincial, accôrdo que recebeu a sanção régia a 20 de Outubro de 1715.

Pelo mesmo cessaram de todo a contribuição do quinto e todas as limitações á exportação do ouro, e a corôa recebia em compensação uma indemnização conjuncta annual, a combinar; ás auctoridades municipaes dos districtos de minas ficavam responsáveis por essa indemnização, e, para que pudessem have-la, era-lhes facultado cobrar um imposto de entrada sobre todas as mercadorias importadas. Nestas circumstancias, pagaram as "minas geraes", nos annos de 1714-1718, 30 arrobas de ouro por anno; depois cederam o imposto de importação á corôa e pagaram, além disso, em 1719-1722, por anno, 25 arrobas, quantia que, nos dous annos de 1723-1724, foi elevada a 37 arrobas.

Este novo systema foi em absoluto mais vantajoso para o desenvolvimento interno e para o proprio bem-estar dos districtos mineiros; porém o rendimento financeiro, que elle produzia, não bastava para saciar a avidez da côrte de Lisboa por dinheiro; e, assim (assumpto a que voltaremos mais tarde), é que foi restabelecido, não sem luctas e canseiras, e com poucas alterações, o antigo systema, a contribuição do quinto real (1º de Fevereiro de 1725).

Ainda segunda série de disposições legaes merece a nossa attenção. Nos dias de hoje, nos descobrimentos de ouro da California e da Australia, souberam sem dúvida os govêrnos dêsses paizes apreciar e acautelar os lucros financeiros, que dahi resultavam para elles; porém, a seu ver, este não era o principal objectivo; muito maior importancia elles davam ao facto de que o ouro fôsse poderosa attracção para a immigração, de que dentro em pouco tempo elle chamasse para alli colonos de todas as partes do mundo, proporeionando, assim, ás terras até então desertas, com phantastica rapidez, uma consideravel população dotada de capacidade de trabalho, donde uma grande importancia para o commércio mundial; assim, tudo elles fizeram para tornar possível e fomentar a immigração e desenvolvimento do commercio.

Outra foi a conducta da corôa de Portugal, deante dos descobrimentos de ouro em Minas Geraes (1700); deu importancia sómente ao lado financeiro, deante do qual, como já vimos, todas as outras considerações tiveram que ceder, e, muito longe de usar do ouro como meio para promover a immigração européa, a colonização brasileira, parece que teria preferido occultar completamente da Europa a existencia das riquezas mineraes do Brasil.

Isto, porém, não foi possível, nem se poudes vedar aos proprios subditos a emigração para a terra do ouro; porém, no que dizia respeito ás nações estrangeiras, estabeleceu-se agora severo exclusivismo, qual até então a política colonial portugueza não conhecera.

Desde o princípio, embora sob muitas restricções, os estrangeiros podiam visitar o Brasil, estabelecer-se alli; e só em 1600, no tempo da dominação espanhola, haviam sido expressamente excluidos; todavia, desde 1640, haviam os reis da dynastia de Bragança restabelecido o antigo costume, e, mesmo, dado a alguns povos, por exemplo, Inglezes e Holandezes, um direito nessa materia. Agora, desde que o Brasil, pelos descobrimentos de ouro, havia subido de valor, era outra cousa; tractou-se de arredar todo contacto estrangeiro no districto das minas e em sua immediata vizinhança. Por este motivo, foi justamente nesse tempo rigorosamente supprimido o commercio que se fazia por terra entré o Rio de Janeiro e o Paraguai espanhol; não menos rigorosamente passaram a ser vigiados, dahi em deante, em São Sebastião e outros portos, os navios estrangeiros e negociantes, e obrigados a partir quanto antes. Ainda mais, uma ordenação régia de 25 de Fevereiro de 1711 mandava expulsar de Minas Geraes todos os estrangeiros, mesmo os que já houvessem adquirido a naturalização, o direito de cidadão portuguez; sómente Hollandezes e Inglezes podiam ser tolerados: excepção que difficilmente fôra feita, com intenção séria, nem tomada em consideração, na execução do decreto. Segunda ordenação, de 7 de Abril de 1713, era de teôr um pouco mais moderado: os estrangeiros, casados com Portuguezas e que dellas tivessem filhos, podiam permanecer, caso não explorassem algum commercio; porém, si fôssem negociantes, deviam ser arredados não só do districto das minas, mas de todo o Brasil, e deportados para Lisboa, com todos os seus bens, mulheres e filhos.

Este systema do exclusivismo foi-se aperfeiçoando sempre e também se extendeu ás outras regiões da Ame-

rica do Sul portugueza; sustentou-se, com zelosa severidade, durante cem annos (até 28 de Janeiro de 1808), de sorte que em todo esse tempo fôram excluidos o commercio mundial, a immigração estrangeira e mesmo todo o tracto estrangeiro com o Brasil inteiro.

Porém esta questão fica para mais tarde; continuemos agora no sólo de Minas Geraes. A sua tomada de posse pelos garimpeiros, os seus trabalhos, como dos seus acampamentos, pouco a pouco surgiram villas e cidades, são aspectos que já se mencionaram; muitos pormenores de seus variados successos do início serão ainda referidos, no correr da narração historica; por outro lado, podemos desistir de fazer uma descripção geral, pois identicas circumstancias se repetiram ha poucos annos na California e no continente Australiano, e em geral estão frescas na lembrança de todos (131).

Aqui, como lá, foi um louco atropello de gente, que affluia de todos os paizes da terra, homens das mais diversas condições e especies, attrahidos todos pelo mesmo iman. Do districto das minas, de São Paulo e Rio de Janeiro propagava-se cada vez mais essa febre amarella, a sede do ouro; da Bahia e de Pernambuco e ainda mais ao Norte, acorriam multidões de pesquisadores de ouro; não era só o homem de poucos recursos, esperançoso de melhorar a sua posição, até ricos fazendeiros deixavam as suas fazendas abandonadas e conduziam os seus escravos para as lavras; com equal intento, especuladores compravam negros na Bahia, de sorte que uma muito grande parte dos braços de trabalho fôram retirados das provincias do Norte, productoras de assucar; e não havia como substitui-los, pois que tambem os traficantes de escravos, por causa dos melhores preços, transportavam agora a sua mercadoria africana directamente ao Rio de Janeiro.

Por conseguinte, ao passo que em Minas Geraes floresciam as lavras, muitas fazendas de canna da Bahia e de Pernambuco entravam em decadencia, e a producção brasileira de assucar, que até então havia sido a mais importante e quasi exclusivamente abastecia os mercados europeus, era agora vencida pela das ilhas assucareiras das Indias Occidentaes.

---

(131) Cumpre ponderar-se, aqui, que Handelman se reporta á sua obra anterior, isto é, á "Historia dos Estados-Unidos Norte-Americanos", por elle proprio citada em começo desta consagrada ao Brasil.

Na verdade, procurou o governo oppôr-se a isso; a exportação de negros das fazendas para as minas foi prohibida, sob pena de confisco, e, para manter essa prohibição, estacionavam tropas nas estradas ruraes, e eram submettidos a severa investigação todos os navios que se faziam de vela dos portos do Norte para os do Rio de Janeiro e Sanctos; tudo baldado; os incansaveis especuladores sabiam burlar toda fiscalização, a corrente migratoria natural contornava as obstrucções artificiaes, e dentro em breve convenceram-se as auctoridades de que o melhor era deixar caminho livre á corrente. Desta arte as terras de lavoura da costa fôram despovoadas, em beneficio dos districtos das minas do sertão, porque, quantos iam para lá, não regressavam facilmente; e, até hoje, é justamente a actual provincia de Minas Geraes, entre todas as provincias brasileiras, a que conta maior população.

Tambem da Europa emigraram para aqui pesquisadores de ouro; todavia, quasi que exclusivamente Portuguezes, do Reino e das Ilhas; assim, não se verificou aqui, absolutamente, uma tão grande mixtura de raças, como, por exemplo, acontece actualmente na terra de ouro da California, pois a população que affluia ás minas geraes era, na sua totalidade, de origem portugueza. Attritos nacionalistas, como succederam na California entre os pesquisadores de ouro, não se deveriam esperar, por conseguinte, aqui; mas foi justamente o contrário: as differenças nas feições populares, que surgiram da grande dispersão geographica da raça lusitana, aqui se chocaram com muito mais frequencia e mais a sério, e as suas luctas alcançaram muito maior significação historica.

Logo a princípio encontramos um antagonismo vivamente pronunciado, de character municipal, entre os proprios Paulistas, habitantes da cidade de São Paulo e da villa de Taubaté; em geral, procuravam cautelosos desviar-se uns dos outros, mas, quando se encontravam, sempre era certa a dissidencia; e, ainda ha trinta annos, quando o viajante francez Saint-Hilaire visitou ambos os logares, encontrou entre os habitantes a memória da velha inimizade dos paes. Em breve, porém, essa rivalidade municipal cedeu logar a outra animosidade de provincias, entre Paulistas e não Paulistas.

Como se sabe, o districto de ouro de Minas Geraes foi descoberto e a princípio colonizado por São Paulo, e



politicamente era considerado dependencia desta provincia. Os Paulistas julgavam-se, portanto, verdadeiros donos da terra, e não viam com agrado que immigrants de outras provincias e mesmo de Portugal fôsem vindos para compartilhar da cata do seu ouro; elles chamavam a esses hóspedes indesejados "Forasteiros", ou pela alcunha injuriosa de "Emboabas" (de origem india, designação das aves de pés emplumados; nome dado aos estrangeiros, porque esses, em contraste com os Paulistas, descalços, costumavam usar botas e perneiras).

A posição dêsses extranhos foi, portanto, desde o princípio, muito constrangida; quaes intrusos sem direitos, eram tractados pelos Paulistas com arrogancia, prejudicados de todos os modos, e, como se achassem isolados, em pequeno número, deante dos poderosos adversarios, tinham que calar e soffrer. Porém, pouco a pouco, persistindo a immigração, alterou-se a proporção numerica: com o número foi crescendo tambem a coragem dos forasteiros; elles se congregaram em estreita união uns com os outros e se oppuzeram aos Paulistas, como segundo partido de equal força, e passaram a retribuir arrogancia com arrogancia, violencia com violencia.

Pela posse desta ou daquela lavra, para vingar a morte de partidarios, travavam-se combates, ora aqui, ora alli, de pequenos grupos isolados ou de verdadeiros bandos, e o braço da lei nem podia impedir isso, nem castigar os culpados; foi um tempo de geral anarchia, do qual até hoje lembram, como rigidos monumentos, nomes de nefasta memória; assim, por exemplo, rio das Mortes (132) e Capão da Traição, perto de São João del-Rey.

Estas circumstâncias fôram peorando de anno para anno e tomaram raizes cada vez mais fundas; cada vez mais se firmava a convicção, tanto num como noutro partido, de que na terra do ôuro não havia bastante espaço para ambos; e,

---

(132) O toponymio "Rio das Mortes" não procede da guerra dos *emboabas*, como affirma Handelman, repetindo a varios escriptores nossos. Como se pôde ver na collecção "Governadores do Rio de Janeiro", liv. VII, fls. 77 (*in Arch. Nat.*), já em 1701 fôra concedido a Thomé Portes del Rey, — taubateano e descobridor de ouro na região onde se fundaram os arraaes de que resultaram as actuaes cidades mineiras de São João del Rey e Tiradentes (outrora, São José del Rey, — o direito de passagem na caudal alli existente é já então conhecida pelo nome de "Rio das Mortes". Tal denominação, portanto, deve ter provindo de combate alli travado entre os selvagens da região e bandeirantes preadores de indios.



finalmente, estalou entre os partidos inimigos uma verdadeira guerra geral.

Cêrca de 1706-1707, começou cada um dos partidos, no districto em que o seu número já superava o do adversario, a opprimir completamente o outro; assim, os forasteiros nas minas do Norte, de Sabará, Caheté, etc., atacaram de surpresa os Paulistas, fizeram prisioneiros os seus mais importantes chefes, e escolheram então um de seu partido, que já se havia distinguido muitas vezes em combate, o Portuguez Manuel Nunes Vianna, para chefe, para governador das Minas Geraes.

Este, mesmo que elle quizesse, deante da excitação dos animos, não poderia ter recusado a eleição illegal; acceitou, pois, a offerecida dignidade e a sua auctoridade era em breve reconhecida por todos os forasteiros dos arredores, de sorte que elle dispunha de um exército consideravel, superior de muito ao dos Paulistas. Estes, de seu lado, haviam, entrementes, procedido de igual maneira, nas minas do Sul, São João del-Rey, Ouro Preto, etc., porém ainda não haviam subjugado completamente o partido adversario; justamente a tempo levou Nunes Vianna auxilio para Ouro Preto, aos seus partidarios em apuros, enquanto o seu logar-tenente, Bento do Amaral Coutinho, natural do Rio de Janeiro, corria a São João del-Rey e, alli, no rio das Mortes, restabelecia o predominio dos forasteiros.

Ainda em muitos outros pontos se deram combates e quasi em toda a parte venceram os forasteiros, infelizmente manchando tambem a maioria de seus triumphos com traição e effeldades sangüinarias; os Paulistas, por seu lado, conservaram-se apenas em poucos pontos e muitos fugiram completamente dos districtos das minas, para a sua terra.

Quando chegou ao Rio de Janeiro a noticia da guerra civil em Minas Geraes, o capitão-general dalli, Fernando Martim Mascarenhas, pois que, em virtude de seu cargo, exercia tambem auctoridade sobre São Paulo e o districto das Minas, cõsiderou de seu dever intervir immediatamente.

Em Julho de 1708, partiu acompanhado por pequena fôrça militar para alli, tomou primeiro posição fortificada no rio das Mortes e restabeleceu alli a ordem; sob a protecção da sua bandeira, reuniram-se tambem os Paulistas fugitivos, reclamaram o seu auxilio e apresentaram queixas contra os forasteiros, que procuravam faze-los passar como revoltosos contra a lei e contra o rei.

Pelo outro lado, no seio do partido vencedor, dos forasteiros, subiram então ao mais alto ponto a excitação e a desconfiança; contava-se que o capitão-general havia trazido carroças cheias de correntes, afim de conduzir dalli, como escravos das galés, as pessoas suspeitas; e tumultuariamente exigiu o povo dos mineiros que se fizesse frente a elle de armas na mão.

O governador eleito, Manuel Nunes Vianna, quizesse ou não quizesse, teve que obedecer á vontade do povo; sob pena de morte, elle convocou para a campanha todos os homens que pudessem manejar armas, acampou perto de Congonhas, oito leguas a Sudoeste de Ouro Preto, e esperou alli o capitão-general, que, depois de longa demora no rio das Mortes, finalmente se dispôz a avançar mais para o coração do districto das Minas.

Mascarenhas não esperava séria resistencia; o seu espanto e o seu terror não fôram pequenos, por conseguinte, quando deparou com um exército superior de muito em número, desenvolvido em perfeita ordem de batalha, e ouviu retumbar os clamores sediciosos; já elle se dava e a todo o seu sequito por perdidos. Porém Vianna, por sua influencia e seu bom senso, impediu o combate; elle proprio dirigiu-se ao acampamento do capitão-general, e, ao passo que o esclarecia sobre o verdadeiro estado de cousas, procurou desculpar a sua conducta e a de seus partidarios do melhor modo; protestou a inabalavel lealdade de todos para com o rei; ao mesmo tempo declarou francamente que, deante da attitude excitada dos mineiros, o capitão-general faria bem em retirar-se immediatamente, porque de outro modo seria para recear o peor. No pé em que estavam as cousas, Mascarenhas teve que se dar por satisfeito e ainda feliz em não ser estorvada a sua retirada; porém confiança plena elle não poudo ter nos protestos de Vianna; talvez tambem se sentisse pessoalmente offendido, e dahi o haver dado ouvidos ás insinuações dos Paulistas.

Apenas chegou elle, a salvamento, a São Paulo, logo pensou em segunda expedição de guerra; e desta vez deviam as tropas penetrar ao mesmo tempo de dous lados, as do Norte, pelo rio São Francisco acima, e as do Sul, no districto das Minas. Todavia, elle não teve tempo de realizar este plano, pois já nos mezes seguintes chegou ao Rio de Janeiro o seu successor nomeado, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em cujas mãos elle depôz o cargo, a 11 de Junho de 1709.

Entretanto, Manuel Nunes Vianna, ao passo que mantinha sempre contra os Paulistas o pé de guerra, por outro

lado restabelecia em Minas Geraes uma especie de ordem legal; affavel e generoso para com todos, ao mesmo tempo justiceiro e clemente, elle soube conquistar todos os corações, de sorte que as suas ordens eram obedecidas de boa vontade. Cessou de todo a infrene anarchia; em todas as repartições fôram collocados funcionarios ordeiros, e a justiça e administração retomaram andamento regular; ao mesmo tempo fez Vianna eleger representantes do povo, que levasssem á côrte do rei a vontade do mesmo e especialmente fôsssem sollicitar para o districto das Minas uma organização politica independente; para o custeio das despesas dessa delegação, condescendeu o povo em dar uma contribuição voluntaria.

Não está bem claro si Vianna era de facto animado de verdadeira lealdade, ou si nutria ambiciosas esperanças revolucionárias; em todo caso, ficou sempre crítico o estado das cousas. O districto das Minas protestou, sem dúvida, fidelidade á corôa; porém mantinha uma independencia de facto perante as auctoridades legaes e persistia em franco pé de guerra para com a vizinha região de São Paulo. Mesmo que o dictador fôsse honestamente intencionado, alli existiam elementos revolucionarios da peor especie: correu o boato de que num Conselho de Estado dos mineiros se propuzera que, durante oito a dez annos, o Estado se conservasse em completa independencia e não consentisse na vinda de mais ninguem para as lavras; depois, quando todos se houvessem enriquecido bastante, de nôvo se voltaria á obediencia á corôa, estipulando para isso plena amnistia; e, si esta fôsse recusada, sempre seria facil fugir para além das fronteiras, para o vizinho imperio colonial espanhol, levando todos os thesouros.

Além disso, rompia agora a discordia entre a gente mais moderada, os melhores elementos da população das minas; com insistencia accusavam o dictador de haver dado preferencia, na distribuição dos cargos, a Portuguezes natos, preferindo injustamente os Brasileiros, e, assim, o predominante partido dos forasteiros ameaçava scindir-se: á facção portugueza, sob o commando de Manuel Nunes Vianna, se oppôz uma de Brasileiros nativistas, a cuja frente se collocou um Bahiano rico, Sebastião Pereira de Aguilar.

Ficassem todos esses dissidios entregues a si mesmos, seria um nunca acabar; os tumulos revolucionarios e a guerra civil nunca teriam fim.

Por felicidade, o nôvo capitão-general, Antonio de Albuquerque, era um estadista tão habil quanto expedito, e não perdeu tempo para intervir. Depois de haver assumido, a 11 de Junho de 1709, as redeas do govêrno, demorou apenas algumas semanas no Rio de Janeiro; depois, a 20 de Julho, collocou em seu lugar um funcionario substituto e dirigiu-se ao fôco das perturbações, em primeiro logar a São Paulo. Aqui, justamente, então, a excitação havia chegado ao auge; os Paulistas, irritados com a perda das suas lavras, recriminados por suas mulheres por causa da derrota e fuga, ardiam pela desforra; numa reunião popular na camara municipal de São Paulo (22 de Agosto de 1709), resolveram fazer uma campanha formal contra o districto das Minas, “afim — como elles diziam — de restabelecer alli a paz e a obediencia e garantir para o rei o seu quinto”; por toda parte fôram recrutados homens, e foi escolhido Amador Bueno para o commando-chefe.

Antonio de Albuquerque não se envolveu nestes preparativos, nem se deteve em toma-los em consideração; apenas com pequeno sequito cavalgou para o Norte, afim de avisar os mineiros do perigo que os ameaçava; e, como a confiança gera a confiança, estes o acolheram amistosamente e não puzeram embaraço algum á continuação da sua viagem. Assim, chegou elle a Caheté, ao quartel-general da facção brasileira mais fraca, onde o seu chefe, Aguilar, contente por achar amparo numa auctoridade legal, com todo o respeito se dirigiu a seu encontro; em breve também sentiu Vianna que a sua posição se tornava insustentavel; dispôz-se á submissão, e o seu exemplo foi por toda parte imitado. Antonio de Albuquerque concedeu então a todos os participantes da rebelião amnistia plena; mesmo aos cabeças foi concedido recolherem-se sem estôrvo a seus lares ou seguirem além, para o sertão (133); as auctoridades legaes de nôvo assumiram os seus cargos. Assim, dentro de poucos mezes, estavam restabelecidas a ordem legal e a tranquillidade em toda Minas Geraes.

Com isso, todavia, não estava concluida a guerra civil, pois agora avançava do Sul o exército paulista, sob o com-

---

(133) Parece que a corôa não sancionou em todos os pontos esse acto de clemencia; ao menos, Manuel Nunes Vianna, que se havia retirado para o alto São Francisco, foi mais tarde encarcerado, afim de ser depois deportado para Lisboa; porém morreu em caminho, numa prisão da Bahia (*Nota do auctor*).



mando de Amador Bueno, para tirar desforra da affronta soffrida por parte dos Mineiros.

O capitão-general foi a seu encontro e os advertiu em favor da paz; porém as suas exhortações não encontraram ouvidos, e elle teve mesmo que recear que á fôrça o obrigassem a tomar parte na expedição; por esse motivo, elle tractou logo de fugir occultamente para a costa, onde embarcou num navio, de regresso á sua residencia no Rio de Janeiro.

Os Paulistas, porém, proseguiram na marcha, até alcançar os postos mais avançados dos inimigos, no rio das Mortes; travou-se alli encarnçada batalha, que durante muitos dias se renovava com redobrado furor; de ambos os lados combatia-se com bravura louca; os Mineiros, todavia, conservavam-se firmes, com felicidade, nas trincheiras, contrapondo-se á superioridade dos inimigos, e, quando do Norte acudiram os seus partidarios para levantar o cêreo, bateram em retirada os Paulistas e regressaram ás pressas ás suas terras. Logo depois, chegou alli, vindo do Rio de Janeiro, um destacamento de tropas leaes, que tomaram posição na propria região onde justamente se travara a guerra; ficava dêste modo protegida a fronteira sul do districto das Minas, punha-se um paradeiro a futuras incursões paulistas. Podiam os Paulistas entrar em paz na terra do ouro e tambem lhes seriam restituídas as lavras que illegalmente lhes haviam sido arrebatadas (30 de Maio de 1711); todavia, nunca mais alcançaram a antiga supremacia; antes, ao contrário, ainda durante muitos annos soffreram desconfianças e preterições por parte do povo e das auctoridades, como, por exemplo, um decreto real de 24 de Julho de 1711 expressamente ordenava que, para a guarnição militar do districto das Minas, nenhum Paulista devia alli figurar como official; só se podia fazer excepção, quando se tractasse de algum cuja obediencia e lealdade tivessem sido comprovadas. Sómente pouco a pouco o tempo aplainou os antigos antagonismos entre Paulistas e forasteiros, e todos os habitantes das Minas Geraes, de qualquer descendencia, fundiram-se numa nova população provincial, que continuou a usar o nome de Mineiros, por sua primitiva industria.

Na guerra, por causa das "minas geraes", patentearam-se extremamente aquella presumpção excessiva, aquelle liberrimo espirito de independencia sem lei, desenvolvidos entre os Paulistas, por uma liberdade municipal illimitada; porém



esta foi tambem a última vez. Attrahiram estes acontecimentos a attenção da côrte de Lisbôa; e, quanto maior importancia esta attribuia ás riquezas mineraes do districto das Minas, tanto mais se convencia de que era preciso modificar a situação; e resolveu estabelecer alli uma firme organização estadual, em lugar da anarchia de até então, para que não mais pudessem reproduzir-se semelhantes factos. Para esse fim (annullaram-se os direitos feudaes de posse), foi a região de São Paulo, com a sua dependencia, as Minas Geraes, elevada a uma capitania geral régia (9 de Novembro de 1709); um lugar-tenente da corôa foi installado aqui, na cidade de São Paulo, investido dos plenos poderes de um capitão-general, sómente subordinado á corôa. E foi desta dignidade encarregado pela primeira vez o até então capitão-general do Rio de Janeiro, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a 23 de Novembro, fazendo a sua entrada solenne na sua nova capital, São Paulo, a 18 de Junho de 1710.

Já conhecedor das condições do meio, desenvolveu elle immediatamente viva actividade organizadora; em todas as partes de seu govêrno elle emprehendeu as mudanças que a nova fórma politica impunha; porém sempre as suas diligencias visavam de preferencia ao districto das Minas. Porque, si alli estavam restabelecidas a paz e a auctoridade da corôa, contudo as difficuldades e embaraços que acarreta o estabelecimento de um nôvo Estado, sobretudo num paiz do ouro, não estavam absolutamente removidos; tanto Albuquerque, como os seus successores immediatos, Braz Balthazar da Silveira, 31 de Agosto de 1715 e seguintes, e Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, 14 de Septembro de 1717, etc., tiveram que lutar, sempre e sempre, contra o espirito anarchico e independente da população local.

Nenhuma classe deixou de incorrer em graves culpas; pois até padres e curas nomeados se puzeram á frente de arruaças locaes, de mão armada libertaram criminosos encarcerados, e offereceram resistencia ás ordens das auctoridades. Assim como essas auctoridades provinciaes estavam sempre promptas a subjugar pela fôrça essas perturbações da ordem, tambem a legislação se exforçou por debellar esses males pela raiz.

Já se disse como o govêrno se empenhava por arredar todos os elementos que pareciam perigosos á paz interna e, ainda mais, para as cobranças fiscaes: estrangeiros, monges e padres sem emprêgo, negociantes e estalajadeiros, etc., fôrão

expressamente desterrados do districto das Minas, e foi mesmo o governador investido de plenos poderes geraes para expulsar sem rodeios toda pessoa, cuja permanencia lhe parecesse inconveniente.

Outra série de leis combatia os tres vicios predilectos dos Mineiros: a mania de brigar, a bebedice e o jôgo; os jogos de dados e de asar fôram absolutamente prohibidos; foi limitado o número dos engenhos de aguardente; e, para reprimir a mania de brigar, fôram algumas armas de todo vedadas, reservado o uso das outras só ás classes melhores da população. Todas essas medidas policiaes não puderam, evidentemente, ser applicadas com rigor no paiz nôvo, e passaram-se ainda muitos decennios, antes que o espirito bravio da população se abrandasse e que razoavelmente se firmasse a ordem legal.

Não é aqui o logar de pormenorizar o desenvolvimento da nova capitania geral de São Paulo e Minas, ainda menos as perturbações de paz que teve que soffrer no comêço (134); todavia, ao menos mencionaremos uma série de acontecimentos, que todos se relacionam com a política financeira do govêrno. Já narrámos como a corôa, em começo, arrecadava, directamente das lavras, o quinto, a ella reservado, de todo o ouro descoberto, e como, para garantir toda a arrecadação contra qualquer fraude, havia sujeitado o districto das minas a um systema de fiscalização singularmente vexatorio; o povo exultou, portanto, quando o govêrno acceitou o offerecimento de uma indemnização global annua, e assim desistiu do quinto e de toda a fiscalização, desde 1714.

Por maior que fôsse o pagamento que agora de anno para anno se remetia para Portugal, todavia nunca se contentava com elle a corôa; resolveu esta, em breve, tornar ao systema antigo, pois esperava d'elle maior rendimento. Um decreto real, de 11 de Fevereiro de 1719, estabeleceu, assim,

---

(134) Entre os mais importantes, figura a ameaça havida de romper uma guerra de raças; a população de côr, livre ou escrava, reuniu-se em muitos districtos para uma conjuração contra os brancos; na quinta-feira sancta de 1718, deviam estes, todos, sem excepção, ser assassinados. Todavia, foi esse plano descoberto e abafado a tempo; deu motivo para justa desconfiança contra a raça de côr e deu ensejo para odiosa legislação local (já citámos este assumpto no capitulo oitavo) (*Nota do auctor*).

a antiga regulamentação da fiscalização e proibiu especialmente a exportação do ouro em pó, ao mesmo tempo dispôs o estabelecimento de uma ou mais fundições de ouro, onde os pesquisadores de ouro tinham que fazer a entrega de todo o minereo auferido, e onde, depois de retirado delle o quinto real, lhes era o seu ouro restituído em barras.

Póde-se imaginar que os Mineiros não ficaram nada satisfeitos com o restabelecimento do antigo odiado systema; mal foi espalhada a notícia e fôram feitos os preparativos para construcção das fundições, nos mais diversos pontos estalaram tumultos, maiores e menores, em geral reprimidos só com a força armada. Porém a agitação dos espiritos continuou e propagou-se sempre mais, até que chegou a formal rebellião.

A 28 de Junho de 1720, á meia noite, sublevaram-se os habitantes de Ouro Preto, e dirigiram-se primeiramente contra o juiz do districto, o qual, pela severa administração da justiça, havia creado muitos inimigos; por felicidade, elle estava justamente ausente, porém a sua casa foi assaltada e saqueada; depois mandaram os revoltosos aviso a Mariana, onde, na occasião, residia o capitão-general, exigindo que elle suspendesse a construcção das fundições e lhes concedesse amnistia plena. Naturalmente não quiz o logar-tenente da corôa, conde de Assumar, annuir, porém elle não tinha á mão tropas sufficientes e os acontecimentos de Ouro Preto encontravam no povo geral approvação; de sorte que teve em breve que condescender e como, de resto, a construcção das fundições estivesse pouco adeantada, elle fez saber aos revoltosos que provisoriamente, por um anno, ficaria ainda tudo como antes (1º de Julho).

Esta concessão excitou ainda mais a agitação e a coragem dos revoltosos; em ordem de combate avançaram sôbre Mariana, e viu-se então o capitão-general obrigado a conceder tudo que elles exigiam, além disso plena amnistia (10 de Julho de 1729), ao que regressaram triumphantes a Ouro Preto.

Todavia, pouco durou o regosijo; certamente quanto ao systema de finanças, ficou o accôrdo provisoriamente em vigor, e a fiscalização e as casas de fundição sómente entraram a funcionar a 1º de Fevereiro de 1725; porém, tanto mais depressa foi castigada a revolta; já nos primeiros dias mandou o conde Assumar secretamente soldados, que no silêncio da noite colheram de surpresa os cabeças dos revoltosos e os

levaram prêso; em seguida mandou conduzir, sob forte escolta, os prisioneiros ao Rio de Janeiro. Então muitos dos descontentes pegaram novamente em armas, para libertar os seus chefes traídos ou para os vingar; porém a maioria atemorizou-se, recuou deante de nova guerra civil.

Poude assim o capitão-general, cujas tropas haviam sido reforçadas, subjugar dentro de pouco tempo, com as armas, todas as convulsões revolucionárias; applicou-se a todos os culpados severa justiça, cuja impressão dolorosa ficou por muito tempo no espirito do povo e serviu effizantemente como exemplo de intimidação. Este acontecimento constituiu ao mesmo tempo um marco não pouco importante na história particular da capitania geral de São Paulo; pois á noticia das recentes occorrencias viu-se a corôa de Portugal levada a realizar immediatamente o plano, desde muito cogitado, de dar ao districto das Minas uma organização política separada, um govêrno provincial proprio.

Depois que já, a 21 de Fevereiro de 1720, determinara um decreto real a demarcação dos limites ao Norte e a Léste com as capitanias geraes do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, seguiu-se agora segundo decreto, de 2 de Dezembro de 1720, que retirava do ambito do capitão-general de São Paulo as "minas-geraes" e as constituiu em nova capitania geral de Minas Geraes, com egualdade de direitos. São Paulo já anticipadamente fôra indemnizado por essa grande perda territorial, pois os Paulistas haviam descoberto, nesse interim, na direcção de Oéste e Noroéste, mais duas terras ricas de ouro, e fundado alli dous novos Estados filiaes, as actuaes provincias de Goraz e Matto Grosso.

Porém os principios historicos dessas regiões não estão em tão estreita ligação com a história provincial de São Paulo como a de Minas Geraes e por esse motivo serão referidos sómente mais adeante; basta aqui mencionar que ambas, depois de haverem formado, durante alguns decennios, simples comarcas do govêrno da nossa capitania geral, no correr dos annos 1744-48, fôram della separadas e constituidas autonomas. Com isso ficou reconduzida a auctoridade dos capitães-generaes ao primitivo territorio, o das actuaes provincias de São Paulo e do Paraná. Como chefe ecclesiastico do mesmo territorio era installado justamente agora, pela bulla de 6 de dezembro de 1746, o bispo de São Paulo, e a alta fundação ecclesiastica, assim estabelecida (apesar da recente separação política de ambas estas regiões), tem conservado, desde então até á actualidade, a primitiva extensão de sua diocese.

A não ser isso, pouco ha para narrar da história provincial de São Paulo, no seculo XVIII. Em beneficio dos tres Estados filiaes havia-se exgottado a si mesma a provincia-mãe, por muitos annos, com a emigração de homens, braços de trabalho e capitaes; por causa das incessantes caçadas ao escravo e ao ouro, estavam as indústrias principaes, a lavoura e a criação de gado, desde muito tempo, descuradas e decaídas, de sorte que São Paulo entre as terras brasileiras tomava em população e bem-estar um dos logares mais baixos; era, como se exprimiu então um dos seus governadores, "uma bella sem dóte" (135), não tinha fôrças nem estímulos para novas grandes acções historicas.

Nestas circumstancias, tambem o govêrno da mãe-patria pouca attenção lhe prestou, provisoriamente. A princípio ainda se conservaram aqui capitães-generaes proprios, porém, depois, passou o govêrno temporariamente, 1733-34, em seguida de modo definitivo, 1748, a Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadella, que, já além da capitania geral do Rio de Janeiro, Minas Geraes, reunia nas suas mãos ainda mais Goiaz e Matto-Grosso; e, enquanto este viveu (falleceu em São Sebastião, a 1º de Janeiro de 1763), residia em São Paulo apenas um sub-governador, com poderes limitados. Sómente desde 23 de Junho de 1765, de nôvo assumiu as rédeas do govêrno provincial um capitão-general autonomo; o último era de ascendencia alemã — João Carlos Augusto de Oeynhausén (25 de Abril de 1819 e seguintes). Elle conquistou em alto grau a estima geral, de sorte que nos inicios da revolução brasileira, ao passo que quasi por toda parte o representante da Corôa teve que ceder logar ao govêrno do povo, aqui o voto popular chamou o até então capitão-general a ficar á testa da juncta provisoria (Junho de 1821); assim, a primeira transição do antigo para o nôvo systema em São Paulo se fez em paz.

Os acontecimentos que se deram dahi em deante, o importante papel que São Paulo representou na época da Revolução Brasileira, não os relataremos aqui; nos tempos recentes, a par da cidade e da provincia do Rio de Janeiro,

---

(135) A expressão verdadeira não é "uma bella sem dóte". Parece que foi Pizarro o primeiro a regista-la, conforme se vê em suas já citadas "Memorias historicas do Rio de Janeiro", vol. VIII, pag. 275; — "A capitania de São Paulo, dizia um dos seus governadores que soubera reconhecer a situação a que tinha chegado nessa época, é uma formosa sem dóte".



ambas as províncias de Minas Geraes e de São Paulo têm feito história para todo o Brasil, e assim a sua história particular pertence á história geral brasileira (secção III).

Sómente destacaremos aqui dous factos de especial importancia. Foi no sólo desta provincia, na planicie do Ipiranga, pouco distante da capital, São Paulo, que o então principe regente, depois imperador d. Pedro I, proclamou pela primeira vez a independencia nacional do Brasil, e onde o povo reunido em multidão fez unanime côro ao seu brado de: "Independencia ou Mortel" (7 de Setembro de 1822.)

Assim como esta occorrença assignalou o início, segundo facto marcou de certo modo o fim da época revolucionaria: alludimos á revolta de Maio de 1842, que estalou quasi ao mesmo tempo em São Paulo e Minas Geraes, porém ainda nesse mesmo anno foi com pouco exfôrço subjugada pelo general do imperio, barão de Caxias. Como castigo, a lei de 18 de Junho de 1842 retirou da provincia de São Paulo uma pequena parte do seu territorio, que annexou provisoriamente á provincia vizinha do Rio de Janeiro; todavia essa medida, já ao cabo de poucos annos, era annullada e o antigo limite nordeste foi restabelecido (1846-47). Por outro lado, porém, foi, como já se mencionou, recentemente feita a definitiva separação, pela lei de 19 de Dezembro de 1853, da parte sudoeste da provincia, e elevada a provincia autonoma do Paraná.

A provincia de São Paulo, na sua actual situação, conta 10 comarcas com 15 cidades e 41 districtos municipaes e uma população avaliada em 500.000 almas; todavia esse número é certamente exaggerado, pois um mappa estatistico de 1838 (que, portanto, incluía a actual provincia do Paraná) indicava sómente 326.902 almas. Nesse número estavam 172.879 brancos; 59.454 mulatos livres; 6.811 negros livres e 825 Indios civilizados; um total de 239.969 livres, accrescido de uma população escrava de 86.933 almas (dos quaes 14.722 mulatos e 72.211 negros); portanto, o sangue branco equilibra-se francamente com o de côr, e o número dos livres é quasi tres vezes maior que o dos escravos.

Sôbre o que diz respeito á producção e ao commércio, já nos referímos em outro logar; egualmente sôbre a composição social e a distribuição das propriedades territoriaes; aqui accrescentamos apenas, para completar, que em São Paulo, como em parte alguma, fôram as terras do Estado em pouco tempo desbaratadas e caíram nas mãos de uma pequena aristocracia de fazendeiros.

Isto aconteceu durante os annos de 1808 até 1821; o rei d. João VI, enquanto residiu no Rio de Janeiro, concedeu aos Portuguezes de sua comitiva, e em geral a quem-quer que as sollicitasse, com insensata liberalidade, as mais extensas sesmarias, sem se preoccupar si os beneficiados tinham ou não os meios para faze-las produzir; e os assim favorecidos recebiam as suas sesmarias em Minas Geraes, porém de preferencia em São Paulo, de sorte que naquelle tempó (1821) um viajante inglez, James Henderson, fez esta observação: "Em São Paulo não resta mais um só pedaço de terra do Estado, ao passo que, entretanto, nem uma trigesima parte daquella provincia é cultivada". Em relação a este último ponto, sem dúvida melhoraram um pouco as circumstancias desde então; a provincia de São Paulo tem feito muitos progressos materiaes, e, si está muito atrás da mais feliz vizinha, Rio de Janeiro, todavia procura quanto possivel alcança-la. Nestes ultimos annos, tem-se occupado o govêrno provincial de preferencia com a questão, tão importante quanto difficil, dos meios de communicacão; uma completa rêde de estradas foi projectada, e, afim de tornar possivel a sua construcção, fizeram-se aos seus empreiteiros tres concessões aventuradas, uma garantia de juros, peagem e monopolio do transporte de pessoas. E não era bastante: São Paulo quer tambem ter a sua estrada de ferro, da capital á pequena cidade de Jundiahi, distante 11 leguas portuguezas, a Nordêste; e a camara provincial já garantiu 2 % de juros a esta ferrovia, na esperanza de maior garantia por parte do govêrno central. O exito dêsses dispendiosos projectos ainda é incerto e com justa razão se tem dúvidas a respeito.

Para concluir, ainda algumas palavras sôbre a colonização estrangeira moderna. São Paulo, desde que o Brasil foi aberto ao commercio mundial, recebeu um número regular de immigrantes estrangeiros, mineiros alemães e suecos, aos quaes deve os principios da indústria do ferro, negociantes, operarios etc., das mais diversas nações; todavia, todos elles fundiram-se isolados no meio da população nacional. Por outro lado, quanto a colonias propriamente dictas, fundações exclusivamente agricolas de lingua estrangeira, até ao tempo mais recente, só existiam duas, de pequena importancia.

No anno de 1829, fez o imperador d. Pedro I localizar 39 familias alemãs em São Paulo, onde, a poucas leguas da capital, lhes concedeu terras de matta virgem; todavia, sómente as 17 familias mais pobres se utilizaram dêsse favor; as restantes, que dispunham ainda de alguns recursos, preferiram comprar terras roçadas que se offereciam não longe dalli, numa ex-missão de jesuitas, juncto da aldeia de Itapecirica. Assim surgiram as duas colonias vizinhas, as duas colonias ermãs, alemãs, de Sancto Amaro e Itapecirica, nas quaes a primeira tem maioria de protestantes, na outra prevalecem os catholicos; as duas junctas podem contar algumas centenas de almas e exploram já importante creação de gado, assim como a cultura de plantas alimenticias; por outro lado, não prosperam nas suas terras o assucar e o café.

A essas duas colonias mais antigas sómente nos ultimos annos se accrescentaram um grande número de novas, que todas se baseiam no mesmo systema characteristico, e que, portanto, devemos enfeixar numa apreciação geral, nas denominadas colónias de parceria ou meação.

A história de sua origem é a seguinte: já em outro logar mencionámos que, sobretudo nas provincias centraes do Norte do Brasil, nas terras propriamente assucareiras, existe uma classe especial na população rural, os denominados lavradores, gente livre, que, porém, pelo facto de estar nas mãos da aristocracia de fazendeiros todo o sólo, nunca podem chegar a possuir uma propriedade sua; portanto, sempre têm que se sujeitar a uma situação dependente do dono da fazenda; estabelecem-se, uma vez obtida a licença, fazem uma roça e depois entregam a metade da colheita ao dono das terras, ao passo que ficam com a outra metade como paga do seu trabalho; portanto, um systema de parceria, de resto, regulado simplesmente pelo costume; quasi nunca se firma contracto, e o fazendeiro póde de um momento para outro despedir os seus lavradores meeiros, ou póde o meeiro ir-se embora, levando os seus bens móveis.

Este systema foi, recentemente, por um rico fazendeiro da provincia de São Paulo, o senador Pereira de Campos Vergueiro, introduzido nas provincias centraes do Sul, provincias verdadeiramente cafeeiras; como aqui, porém, ainda não existissem dêsses lavradores, ou ao menos não em número bastante para producção crescente do café, foi preciso fazer importante modificação no sys-

tema; e esta se realizou, fazendo-se a fusão da velha instituição brasileira dos lavradores com a de contractados (escravos brancos), como era antes costume na America do Norte.

Assim se originou o systema moderno brasileiro de parceria: o fazendeiro manda recrutar á sua custa na Europa gente pobre desejosa de emigrar, e a traz para a sua fazenda, onde se contractam como meeiros, responsabilizando-se com a sua pessoa e seus trabalhos pelas despesas feitas, custeio da viagem, sustento dos primeiros tempos etc.; enquanto não pagam tudo, e com os juroz costumados do paiz, permanecem os parceristas como escravos do dono, como servos da gléba, prêsoz ao sólo; depois recuperam a liberdade e podem á vontade retirar-se ou, quando o queiram, entrar na situação de lavrador livre.

Nos contractos mais recentes se accrescentou uma cláusula digna de reflexão, pela qual as familias são solidarias: um por todos, todos por um, ficam responsaveis pelo total da dívida; assim póde acontecer, em casos de morte, accumular-se sôbre a cabeça de um unico sobrevivente uma tão grande dívida, que, durante a sua vida inteira, e mesmo depois d'elle os seus filhos, tenham que trabalhar para resgatar a dívida.

Finalmente, para complemento destas disposições, vigora a lei brasileira dos servidores domesticos, de 11 de Outubro de 1837, pela qual o empregado, que por justo motivo (por doença, embriaguez etc.) fôr despedido pelo seu patrão, deve pagar logo a sua dívida, do contrário, póde ser condemnado a trabalhos publicos, até pagamento da dívida, ou, no peor dos casos, a dous annos de prisão com trabalhos forçados. Este systema o senador Vergueiro o applicou primeiro em 1842, na sua fazenda Ibicaba, 30 leguas a N. O. de São Paulo, experimentando-o a princípio sobre 90 parceristas portuguezes, grande parte dos quaes se dispersaram, todavia, alguns mezes depois, por occasião de uma revolução provincial; nos fins de 1846 restavam sómente vinte delles, aos quaes se haviam reunido, nesse interim, duas familias alemãs e uma das Ilhas Canarias. Volveu então Vergueiro as suas vistas para a Alemanha, e os seus agentes conseguiram recrutar na Rhenania 400 homens, que chegaram em Junho de 1847 a Ibicaba e restabeleceram a colonia de parceria.

Dalli se disseram muitas cousas desfavoraveis; o govêrno do Imperio adeantava ao empregado as primeiras despesas da viagem, mais tarde concedeu-lhe o govêrno provincial con-

sideraveis auxilios, e, não obstante, elle fazia de nôvo os parceristas indemnizar tudo.

No contracto, em vez de repartir immediatamente a colheita, elle reservava exclusivamente para si a realização da venda no mercado, e só depois fazia as contas da metade da receita, de sorte que os meeiros nesse sentido ficavam inteiramente nas suas mãos; elle exigia mesmo a metade do producto dos mantimentos que elles cultivavam para vender; em referencia a possiveis divergencias, estava, finalmente, estipulado que seriam as mesmas, sem mais fórmula de processo nem appellação, apaziguadas por um árbitro, sem que sôbre a escolha dêsse árbitro houvesse alguma disposição preestabelecida.

Em summa, tudo parecia concertado para conservar os parceristas na mais incondicional dependencia e ganhar á sua custa o mais possivel; e com effeito muitos delles, como demonstravam as contas que se tornaram conhecidas, ficavam ainda mais profundamente enterrados nas dívidas, depois de muitos annos de serviço. Todavia, apesar de tudo, na colonia Senador Vergueiro parece haver sido em geral rendoso o trabalho, e de quantos parceristas se despedissem sempre acudiam substitutos sem falta, de sorte que a população foi crescendo de modo consideravel; começada com 426 almas, conta segundo os ultimos relatorios (1856) 812, sendo 216 de lingua portugueza, os mais Alemães ou Suissos. E o que é mais de alegrar é que dessa colonia de parceristas sem liberdade surgiu já, desde 1851, uma colonia de livres proprietarios de terras; vinte familias alemãs, depois de haverem amortizado a sua dívida, compraram terras e estabeleceram-se a pequena distancia da cidade de Campinas, numa colonia propria, a de Nova Campinas, onde agora cultivam por sua propria conta o cafeeiro. Isto, porém, não deixa de ser um exemplo quasi que isolado, pois no interior da provincia de São Paulo póde dizer-se que não ha terras sem dono, disponiveis, e a aristocracia dos fazendeiros não vende terreno algum, nem cede para aforamento; em regra geral, os parceristas que concluem o prazo do seu serviço, no caso de não possuirem meios para emigrar de nôvo (ao Paraná, Sancta Catharina, São Pedro), nunca poderão passar da condição incerta, pouco lucrativa, de lavradores ou jornaleiros.

São estes os principios historicos do systema de parceria. Não queremos de modo algum desconhecer que o pobre emigrante, embora, como já dissemos, só tendo muito duvi-



dosa perspectiva para o futuro, sempre pôde melhorar a sua situação material no presente. Isto no caso de entrar como parceristas de um fazendeiro, homem de bem, humanitário. Mas o character de um e de outro individuo é, afinal, cousa do acaso e sujeita á mudança; os males estão no proprio systema, e, por isso, esse é condemnavel por princípio. O parcerista tem que se entregar ao acaso, inteiramente, nas mãos de um desconhecido, cujo interesse natural é conservar o servo temporario por meio de contas enganadoras, quanto possivel, mesmo de preferencia, para sempre, na servidão.

Por mais que os contractos sejam razoaveis e garantidos pelas auctoridades, quem é que, numa terra meio selvagem, fiscalizará a execução dos mesmos em todas as suas cláusulas? E como se pôde suppor que um pobre estrangeiro, ignorante da lingua e dos costumes, possa obter justiça contra o poderoso e influente fazendeiro? E, de resto, a experiencia já condemnara systema identico: a instituição dos escravos brancos, que na America do Norte subsistiu muito tempo e que foi regulamentada por leis minuciosas, foi reconhecida alli, desde muito tempo, como indigna e inadmissivel, e, desde o princípio do seculo XIX, extincta pela legislação.

Todavia, dessas considerações não se cogitou no Brasil; abolia-se justamente então o tráfico de negros (lei de 4 de Setembro de 1850); cessava, portanto, a introdução continua de Africanos e, deante da produção crescente e procura de braços, via-se o paiz ameaçado pela dolorosa questão da falta de braços; offereceu-se então o systema de parceria e pareceu que se achava nos parceristas europeus, no proletariado alemão, uma compensação da falta dos negros.

Não nos deve, pois, causar espanto, nem devemos levar a mal, o haver este systema encontrado a approvação geral; como já se disse, os governos do imperio e provincial concederam de bôa vontade ao inventor Vergueiro e á sua colonia modêlo os mais sollicitos auxilios, e a aristrocacia de fazendeiros tractou de imitar o exemplo dado; por toda parte fôram projectadas colonias de parceria, e surgiu pouco a pouco um grande número dellas.

Só a provincia de São Paulo conta, segundo os mais recentes dados, 34 colonias, com 3.500 habitantes, dos quaes 2.120 Alemães ou Suissos, os mais de lingua portugueza; mais, no Rio de Janeiro, cinco com preponderancia de Alemães e duas no Maranhão, com população inteiramente portugueza.

Afim de recrutar gente para todas essas fundações colonias, numerosos agentes, que costumavam receber uma determinada quantia por cabeça de parcerista alistado, entraram em actividade, sobretudo na Alemanha, com incansavel diligencia, desde cêrca de 1851 até 1853; eram infatigaveis em elogios ao senador Vergueiro e á immigração por elle inventada, a chamada "immigração regular", que elles recomendavam particularmente como systema solido de emigração de pobres e como melhor meio de alliviarem as municipalidades do pêso dos pobres; assim tiveram a princípio não pequeno successo. Todavia, os inconvenientes do systema fôram apparecendo sempre mais claramente; não só conservavam os mais novos contractos de parceria todas as más estipulações dos primitivos, mas accrescentavam-se outras, especialmente a prohibição de todo commercio a exercer pelos parceristas, portanto o monopolio do fazendeiro; a redacção do contracto era em termos tão geraes e vagos, que deixava margem para as mais diversas interpretações; tambem em breve chegavam á Alemanha as mais tristes noticias, as mais amargas queixas das differentes colonias.

O zêlo pouco habil de agentes interesseiros ainda peorou o estado de cousas; elles alistavam, sem encomenda alguma, parceristas alemães, por meio de contractos, nos quaes o nome do fazendeiro e do local ficavam em branco, e estes contractos eram offerecidos á venda no Rio de Janeiro, pelos jornaes, sem escrupulo (Março de 1853); em summa, parecia que a venda de almas, o commercio de escravos brancos dos seculos XVII e XVIII, estivessem revivendo em plena florecencia!

Levantou-se na Alemanha então uma forte opposição contra todo systema de parceria; a Sociedade Central Berlimense de immigração e colonização alemã, sustentada pela maioria da melhor imprensa alemã e particulares ricos, desmascarou sem piedade os inconvenientes existentes e os perigos decorrentes dêsse princípio, e chamava incansavel a attenção do público, assim como a dos governos, sôbre os agentes empenhados no indigno commercio; debalde procuraram estes defender-se em jornaes pagos e por meio de brochuras; dentro de pouco tempo os contractos de parceria estavam condemnados pela opinião pública, em muitos logares intervieram as auctoridades contra a conclusão delles e com isso se interrompeu quasi completamente a corrente de parceristas alemães. Sómente da Suissa continuaram, porque alli muitas municipalidades procuravam dêsse modo livrar-se dos

seus mendigos, e, além disso, forçavam os immigrants moços e sadios a levar consigo parentes e amigos, velhos e doentes ou avessos ao trabalho, como pertencentes á familia. Finalmente, tambem aqui as queixas se fôram tornando mais insistentes; muitos cantões viram-se forçados a mandar um seu delegado proprio, dr. Heusser, a investigar as condições das parcerias (Novembro de 1856), e o seu relatorio concorda em tudo com as advertencias publicadas pela imprensa independente alemã.

"A tentativa feita do systema de parceria, — disse elle, — mallogrou-se de modo trágico, e, quanto ao motivo disso, verificámos tractar-se da falta de clareza e da elasticidade dos contractos, cobiça dos fazendeiros, porém egualmente preguiça, desmazêlo e incapacidade de trabalho dos colonos".

O rebate da má vontade européa não deixou de repercutir no Brasil: o govêrno do imperio retrahiu-se, por principio, do systema de parceria, recusou durante annos todo auxilio official a empresas dessa ordem. Todavia, parece que recentemente mudou de idéa e quer de nôvo conceder auxilio ao systema das parcerias, quando feitas sob certas condições.

Ao menos, a 21 de Agosto de 1856, propoz o ministerio ao parlamento um projecto de lei, que regula, em geral, as condições entre fazendeiros e parceristas, tracta da sua fiscalização regular e, finalmente, abre o caminho para tornarem-se os parceristas donos de terras, independentes; deverá o fazendeiro ser obrigado no futuro a vender a seus parceristas, que hajam concluido o prazo do serviço, pequenas porções de terras, e, isto não podendo ser (?), o proprio govêrno offerecerá á venda as dictas porções de terras na vizinhança da colonia de parceria.

Si tal lei chegará á realização, si poderá ser cumprida, é o que não se sabe, e parece muito duvidoso; porém, de todo modo, ella não removeria todos os inconvenientes, e difficilmente reconciliaria a opinião pública na Alemanha com o indigno systema. E' que as experiencias feitas fôram muito tristes: de muitas colonias de parceria chegaram noticias de attritos e de perturbações da ordem, e recentemente referiam os jornaes (Maio de 1857) que as auctoridades tiveram que intervir em duas dessas colonias, na comarca de Ubatuba, provincia de São Paulo. Manifestamente a culpa aqui foi sobretudo do dono da fazenda; o govêrno tomou-lhe os seus parceristas alemães e suissos e os transferiu para a recem-fundada colonia de Sancta Maria,

provincia do Espirito Sancto; todavia, investigação judicial parece que não houve; ao contrário, os fazendeiros receberam do thesouro o pagamento de todas as suas dividas, e assim certamente não fizeram mau negócio. Sem dúvida merece neste caso grande louvor o procedimento do governo imperial brasileiro, que apenas exigiu dos colonos o reembolso de uma parte das despesas; contudo, fica bem patente que, embora dando razão aos parceristas, não ousou responsabilizar o poderoso fazendeiro; e o que se depreheende de tudo isto só pôde tornar mais forte a nossa aversão contra o systema de parceria.

~ \* ~

A provincia vizinha ao Norte, filha da de São Paulo, a (capitania geral) de Minas Geraes, á qual passamos agora, abrange, segundo os dados communs, uma área de 15.000 leguas quadradas, e, por sua conformação, é um planalto de rica articulação montanhosa, que constitue para todo o continente brasileiro o proprio nucleo central de rocha. Mais ou menos no centro da região, e extendendo-se dalli para Oéste, na direcção de Goiaz, está o nó de todo o systema de montanhas brasileiras, do qual decorrem para todos os lados as cadeias de montanhas e planaltos, bem como os grandes rios: para Sudoéste o Paraná, para o Norte o Tocantins, para Nordéste, o São Francisco, e para Léste os rios costeiros Jequitinhonha, Mucuri e Doce.

Quanto á natureza do terreno, aqui alternam cadeias de montanhas desnudas e montanhas cobertas de mattas, mattas virgens impenetraveis, campinas ferteis e campos seccos de grama; todavia, em geral, se nota que na parte norte de Minas Geraes começam os campos, que, depois continuando ao longo do rio São Francisco, se dilatam pelo interior da Bahia e de Pernambuco; no mais dominava primitivamente a matta virgem por toda parte, e ainda prevalece, principalmente nas bordas da provincia, ao passo que ao contrário o centro, a parte do territorio primeiro colonizado, tem sido pouco a pouco fortemente desbastada, e aqui ou alli grandes trechos fôram mesmo completamente desflorestados. A vegetação aqui já é inteiramente tropical; todavia, o clima, graças ás grandes altitudes, é temperado.

Os principios historicos de Minas Geraes, até quando se separou de São Paulo e foi constituida propriamente como

capitania geral (2 de Dezembro de 1720), já os referimos. A' criação desta nova capitania, restringia-se a colonização, na sua quasi totalidade, ainda á parte sudéste da provincia, onde estavam as antigas cidades e villas de Mariana, Sabará, Serro, Ouro-Preto e outras, em proxima vizinhança. Dalli se fôram adeantando então os pesquisadores de ouro e os colonos, para todos os lados; assim surgiu, já em 1727, longe, a Nordéste, a colonia de Minas Novas (Fanado, villa desde 1730, cidade em 1840) que, a princípio comprehendida, com toda a comarca adjacente, no govêrno geral da Bahia, finalmente, pelo decreto de 10 de Maio de 1757, passou a pertencer á provincia de Minas Geraes; pelo outro lado, no distante Noroéste, fôram descobertos o rio Paracatú e as suas minas, (1744) e se originou alli a aldêia do mesmo nome (villa em 1798, cidade em 1840). Apesar de tudo, a grande maioria da população ficou concentrada na parte da provincia mais antigamente colonizada e se multiplicou tanto alli, que nos tempos actuaes a densidade de sua população só é superada pela da vizinhança immediata dos tres grandes portos de Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Nas restantes partes da provincia, ao contrário, espalhou-se a população em grupos pelo sertão, separados uns dos outros por grandes distâncias.

Sob o pallio de seus proprios capitães-generaes, — o primeiro, Lourenço de Almeida, 18 de Agosto de 1721 a 1º de Setembro de 1732; depois d'elle, André de Mello e Castro, conde das Galvêas; em seguida, Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadella (26 de Março de 1735), que administrou igualmente as capitancias geraes do Rio de Janeiro e de São Paulo, e fallecido a 1º de Janeiro de 1763, etc. (136), as terras incultas das Minas fôram adquirindo pouco a pouco, embora devagar, firme organização legal.

Na verdade, foi ainda por muito tempo, e, nas comarcas remotas, até recentemente, muitas vezes perturbada a paz por actos de violencia, disturbios locaes e mesmo por sangrentas guerras entre familias; porém, ao menos as revoltas geraes, que até então haviam ameaçado a propria existencia do Estado, agora tinham passado; e assim a história, durante

---

(136) Como se pôde ver em Varnhagen (*História geral do Brasil*, 1ª ed., vol. II, pag. 452), Gomes Freire de Andrada teve no Brasil dois periodos de governo: — o primeiro começou a 26 de junho de 1733 e o segundo a 28 de abril de 1759 ("veio do sul a tomar outra vez posse").



um seculo, pouco tem que relatar sôbre acontecimentos politicos.

Em compensação, o desenvolvimento material da provincia é de não pequeno interesse. Presta-se muito bem Minas Geraes, em quasi todas as suas partes, para a lavoura e para a creação de gado; porém, esses ramos de indústria, que, embora seguramente, só muito devagar dão bem-estar, acharam poucos adeptos, a princípio, entre os Mineiros. A principal indústria, preferida, capital, foi a exploração do ouro, na qual aliás não se fazia a regular extracção do modo dos mineiros, não se tractava de proseguimento de um veio no coração da terra; consistia o trabalho apenas em lavar a crosta da terra rica de ouro. Era, contudo, enorme o rendimento, e, por muito tempo, foi sempre crescendo, de sorte que o districto das minas tinha em riqueza e esplendor a palma sôbre todas as outras provincias do Brasil.

Aqui sempre acharam os traficantes de escravos o melhor mercado e o mais alto preço pela sua mercadoria humana; fôram importados tantos escravos negros, que, como a legislação provincial o indica, durante muito tempo se olhava com justa desconfiança para a sua preponderancia numerica; e ainda actualmente predomina alli na população o sangue africano, mestiços e negros, ao passo que os brancos constituem mais ou menos uma quarta parte della.

Aqui se erigiram, ao menos segundo o estalão brasileiro, bellas e solidas egrejas e outros edificios publicos, e todo o modo de vida dos Mineiros testemunhava grande magnificencia tosca. Nestas circumstancias, procurou a corôa cobrar imposto cada vez mais alto; desde 1º de Fevereiro de 1725, funccionavam, como se sabe, fundições, ás quaes todo o pó de ouro tinha que ser entregue para o derretimento, sendo então deduzido logo o quinto real; porém, isto não pareceu render bastante aos financeiros portuguezes, e, como se attribuisse a culpa do mal á exportação clandestina do ouro, ao chamado contrabando do ouro, recorreu-se ao alvitre de trocar por outro o systema de cobrança de impostos de até então.

Dahi em diante não se devia mais lançar o imposto sôbre o ouro extrahido, mas, sim, sôbre o número de cabeças dos escravos occupados na cata do ouro; e foi o capitão-general conde das Galvêas (1732) encarregado de consultar a opinião de homens experimentados a este respeito. Si já não era o quinto de todo bem acceito, devido á vexatoria fiscalização que comprehendia, mais decisivamente se oppunham os Mi-

neiros ao imposto por cabeça, que tocaria em igual medida ao pesquisador feliz ou infeliz; preferiam conservar o systema anterior, e o povo offereceu-se até, caso a deducção do quinto nas fundições não alcançasse a quantia de 100 arrobas de ouro annuaes, para accrescentar o que faltasse a essa enorme quantia; tão alta era a avaliação dos proprios jogadores do imposto (20 de Março de 1734)!

Porém o governo não acceitou essa offerta, e o capitão-general Gomes Freire de Andrada fez então executar, não sem descontentamento do povo, porém sem resistencia, o projectado imposto por cabeça e indústria, que vigorou desde 1º de Julho de 1735 até 31 de Julho de 1751, e de facto produziu um rendimento um pouco mais avultado, pois ao mesmo tempo cresceu a extracção geral do ouro, até chegar ao mais alto ponto no anno de 1750.

Segundo as listas dos contribuintes, estavam empenhados 80.000 homens, o terço de toda a população da provincia, na pesquisa do ouro, e só a fróta annual, que seguiu do Rio de Janeiro para Lisboa, em 1753, levou, segundo cálculo baixo, um total de 20 milhões de escudos para Portugal.

Naturalmente não podia continuar sempre assim; por mais que se adeantassem os Mineiros e pesquisassem em volta, a crosta aurifera na maioria dos logares se foi exgottando e, por isso, era abandonada uma lavra após outra, e uma comarca após outra creava fama de êmprobrecida; indevidamente, pois, em regra geral os veios principaes subterraneos estavam intactos, porque justamente os lavradores de ouro não suspeitavam da sua existencia, nem tinham sôbre tudo idéa de mineração regular. Para o seu trabalho, serviam-se de meios improprios, augmentavam o número de braços nas jazidas de ouro já lavadas, comprando sempre novos escravos, entretinham os seus credores com esperanças de bom lucro e arruinavam-se por fim completamente, pois esse lucro, como era natural, quasi nunca ou muito raramente apparecia, e, então, viam-se obrigados a abandonar a casa e a terra, vender as suas turmas de negros, minguados pelos duros trabalhos inuteis, e renunciar á indústria.

O número de garimpeiros, assim, diminuiu, a princípio lentamente, mais tarde com rapidez crescente; em 1812, eram ainda avaliados em 16.000 cabeças, em 1820, apenas em 6.000 a 8.000; na mesma proporção foi baixando a geral producção e com isso o lucro que a corôa dahi auferia.

Segundo uma lei de 3 de Dezembro de 1750, foi restabelecido, desde 1º de Agosto de 1751, o antigo systema de cobrança de impostos; as casas de fundição, onde era descontado

o quinto real, de nôvo vigoraram, e continuaram a sua actividade até á declaração da independência (fins de 1822); todavia, era estipulado pela corôa e promettido pelo povo que a receita annual nunca desceria a menos de 100 arrobas de ouro; quando não, o que faltasse devia ser pago de outro modo. Nesta avaliação ambas as partes enganaram-se grandemente; o rendimento do quinto real conservou-se ainda por um decennio no minimo estipulado; depois, foi caindo cada vez mais; e, si os Mineiros várias vezes accrescentavam o que faltava, contudo em geral não podiam faze-lo, de sorte que a dívida do restante era adiada de anno para anno, e afinal tinha que ser perdoada; finalmente, no anno 1808 a renda foi sómente de 30 arrobas para a corôa, em 1819 apenas sete arrobas de ouro, e as quatro grandes fundições pararam completamente.

Com isso a velha história da extracção, de ouro na provincia de Minas Geraes acabou de uma vez. Si quizermos agora saber qual o rendimento de ouro que esta provincia forneceu em conjuncto, durante cento e vinte annos de exploração, não será facil, já se vê.

O ouro entregue para o pagamento do imposto legal, o quinto real, em todo caso sempre dá um poncto de referencia; porém, sôbre o total de sua entrega não ha notícias absolutamente completas; na cobrança podiam ter-se dado muitas irregularidades e os systemas mudaram, como se sabe, repetidas vezes. Além disso, sempre uma certa porção de ouro saía sem pagar imposto, no denominado contrabando do ouro; de facto, nas alfandegas de fronteira exercia-se a mais severa e meticulosa fiscalização, da qual legalmente ninguem era isento, nem mesmo o capitão-general, porém os cobradores usavam em geral de bastante complacencia para com as pessoas de distincção e seu sequito ou para com amigos particulares e compadres; e os contrabandistas profissionaes recorriam sempre a novas artimanhas para illudir a vigilancia, ou sabiam afastar-se das estradas reaes e esgueirar-se pelos atalhos intransitaveis; todavia, não se deve, apesar de tudo, avaliar alto demais a importancia do ouro que saiu em contrabando.

Depois destas considerações preliminares, vejamos um extracto da tabella traçada por um dos primeiros conhecedores das condições dos metaes do Brasil, o real engenheiro portuguez, coronel W. L. von Eschwege, natural de Hesse, superintendente das minas de Minas Geraes (1810-21). Com approximada exactidão, é avaliada a receita do quinto real

na provincia de Minas Geraes, de 1700 a 1820, em 7.137 arrobas e 35 marcos; por conseguinte, montaria a extracção total a 35.687 arrobas e 47 marcos.

Além disso, entraram para a corôa, das outras provincias que extrahiam ouro, segundo calculo approximado:

|                                                    | Arrobas | Marcos |
|----------------------------------------------------|---------|--------|
| São Paulo — 1600-1820, 930 arrobas, portanto . .   | 4.650   |        |
| Goiáz — 1730-1820, 1.842 arrobas e 32 marcos . .   | 9.212   | 32     |
| Matto Grosso — 1720-1820, 621 arrobas e 32 marcos. | 3.107   | 32     |
| <hr/>                                              |         |        |
| Por conseguinte, montou o total do quinto real a   |         |        |
| 10.532 arrobas e 35 marcos, o total do ouro        |         |        |
| extrahido foi de . . . . .                         | 52.662  | 47     |
| Pelo contrabando saíram sem imposto, approx. . .   | 10.531  |        |
| De contrabando confiscado, talvez . . . . .        | 131     | 30     |
| Extrahido sob a administração real (nas Camaras    |         |        |
| diamantinas) talvez . . . . .                      | 27      |        |
| Pelo cambio do Banco Real, 1808-1820 talvez .      | 20      |        |
| <hr/>                                              |         |        |
| Somma de todo o ouro brasileiro extrahido.         | 63.377  | 13     |

o que, segundo a avaliação de Eschwege, representa um valor de 650 milhões de "thalers", approximadamente. Dêsse capital enorme, o quinto real, que seguia para a mãe patria — Portugal — e era desbaratado por uma administração financeira tão desatinada como esbanjadora, foi inteiramente perdido para Minas Geraes, para o Brasil; tambem o restante escoou-se, na maior parte, para fóra do paiz, sem deixar alli effeito proveitoso algum. Em vez de applicar o ouro facilmente ganho, para explorar e utilizar os outros thesouros mineraes então ainda escondidos, os ricos campos de pastagens e terras de lavoura, era elle dissipado geralmente em inuteis edificios magnificos e no grosseiro gôso da vida; e, si ainda em alguma cousa foi bem empregado, o foi na compra dos escravos negros, e isso mesmo de modo pouco proveitoso, pois o mineiro, tal como o fazendeiro no Brasil, em geral só comprava homens no vigor dos annos, e com isso renunciava desde logo á multiplicação natural da sua propriedade hu-

mana. Assim o ouro das “minas geraes” só enriqueceu os portos de mar, só aos negociantes estrangeiros e não aos filhos da terra!

\*\*\*

Ainda com segunda dadiva preciosa bafejou a natureza a provincia de Minas Geraes. Talvez a umas dez leguas ao Norte da cidade do Serro, levanta-se uma successão de montanhas das mais abruptas, rochas nuas, cinzentas, que encerram valles estreitos, arenosos e pedregosos; falta-lhes quasi completamente o revestimento de mattas, e tambem toda e qualquer vegetação, muito escassa, sómente se desenvolve, com frescura e abundancia, no tempo das aguas; tanto mais grandioso é o espectaculo das indomitas aguas das montanhas; de todos os lados jorram aguas para as profundezas e, pouco a pouco, se reúnem em arroios e desaguam, uma parte nas nascentes do rio Jequitinhonha, outra parte nos affluentes do rio das Velhas (São Francisco).

A natureza hostil de toda esta região não atemorizou os pesquisadores de ouro: elles começaram tambem aqui, ao modo usual, a lavar a areia do leito dos riachos e a terra alluvial, e com isso costumavam achar, além do ouro, de quando em quando, pedrinhas brilhantes, ás quaes de resto não ligavam grande importancia; sómente por causa de seu bello brilho eram apanhadas e em geral usadas como tentos de jogo.

Conta-se que foi Sebastião Leme do Prado o primeiro que mandou pedrinhas desta qualidade para Portugal (1725); com maior certeza, sabe-se que, cêrca do anno de 1728, por intermedio de outro Mineiro, Bernardino da Fonseca Lobo, alguns exemplares excepcionalmente bellos chegaram a Lisboa, e então fôram alli apreciados em seu pleno valor; o consul hollandez ou, segundo outros, um funcçionario portuguez, que havia servido muitos annos nas Indias Orientaes, declarou que eram diamantes preciosos.

Si em consequencia dêste facto, si por inspiração propria, nesta mesma época, todavia, tambem em Minas Geraes passou-se a dar attenção ás pedras até pouco antes desprezadas; a 22 de Julho de 1729 o capitão-general Lourenço de Almeida informou o rei a respeito e ordenou, a 2 de Dezembro, suspender-se provisoriamente a lavagem do ouro nos riachos que contivessem diamantes.

Contudo, apesar do zêlo demonstrado, não lhe foi poupada séria reprehensão, por haver-se descuidado tanto tempo



de tão importante descoberta, ao passo que, por outro lado, Fonseca Lobo, oficialmente reconhecido como o verdadeiro descobridor, recebeu mais tarde em recompensa um rendoso emprêgo vitalício na cidade do Serro (12 de Abril de 1734).

Por decreto de 8 de Fevereiro de 1730, reservava dahi em diante a corôa para si, tal qual com o ouro, a propriedade directa dos diamantes, porém a exploração ficava á disposição da indústria particular; como neste caso não se podia facilmente cobrar o quinto real, fôsse pelo número das pedras, tamanho ou pêso, estabeleceu-se, em vez disso, um imposto por cabeça sôbre cada pesquisador de diamantes e seus escravos, primeiro de cinco mil réis, porém já em 1731 de 20\$, em 1733 de 25\$ e mesmo de 1734 em diante subiu a 40\$; também os diamantes achados deviam ser transportados sómente nos navios reaes e pagar 1 % do seu valor como frete.

Finalmente, para a execução das leis e da ordem, nomeou a corôa, já a 30 de Outubro de 1733, um proprio intendente geral da comarca dos diamantes, o qual foi investido dos mais extensos plenos poderes. A essas disposições geraes fôram logo em seguida ajunctadas um sem número de leis isoladas de polícia, que se baseavam na experiencia antes adquirida nas comarcas das minas, e que no seu conjuncto tendiam a garantir os direitos uteis da corôa e a tranquillidade pública: quem clandestinamente, sem haver pago o imposto por cabeça, catasse diamantes, era ameaçado com altas multas ou mesmo com as galés; a compra e a venda das pedras preciosas eram completamente prohibidas fóra da comarca; o uso das armas de fogo era aqui severamente interdito; tavernas e lojas eram submettidas a rigorosa fiscalização e a um pesado imposto de industria; e aos vagabundos, mendigos e ás mulheres de vida desregrada não era absolutamente permittida a entrada etc.

Póde-se imaginar que esta legislação e a actividade, embora exforçada, dos funcçionarios, a princípio pouco resultado deram. Apenas se tornou conhecida a preciosa descoberta, invadiu uma irresistivel torrente humana — dizem, talvez com exaggero, que foram 40.000 almas — o districto dos diamantes, e renovaram-se aqui as mesmas scenas de anarchia selvagem, como alguns decennios antes nas lavras de ouro. Não sómente eram burladas as leis, mórmente as de impostos, muitos garimpavam clandestinamente, sem pagar o imposto por cabeça, e, quando funcçionarios ou patrulhas se approximavam delles, fugiam esses pesquisadores illegaes para as

mais escarpadas montanhas; dahi lhes veio o nome de "garimpeiros", trepadores (137).  
rimpeiros", trepadores.

Tambem brigavam entre si os lavadores de diamantes, muito frequentemente; e, si devemos crer na lenda local, um garimpo, por exemplo, tirou o seu nome de "Mata-mata" do grito de guerra de um dos partidos combatentes.

Com a grande affluencia de trabalhadores e a riqueza do sólo ainda intacta, foi a princípio muito grande a colheita.

---

(137) Sôbre a origem e significação de *garimpeiro*, parece que o primeiro a explical-as foi José Vieira Couto, em sua "Memoria sôbre as minas da capitania de Minas Geraes" (Rio, 1842), escripta em 1801. Ahi, á pag. 8, depois de consignar a vigilancia exercida no Districto Diamantino contra os *garimpeiros*, assim os define em nota: — "Nome com que se appellida neste paiz aos que mineram furtivamente as terras diamantinas, e que assim são chamados por viverem e andarem escondidos pelas grimpas das serras". Saint-Hilaire, em "Voyage dans le district des diamans et sur le littoral du Brésil" (vol. I, pag. 21), diz o mesmo que Vieira Couto, pela fórma seguinte: — "Lorsque les diamans étaient moins difficiles à extraire et plus abondans, il existait une espèce de contrebandiers qui, ordinairement réunis en troupes, se répandaient dans les lieux où ces précieuses pierres se trouvaient avec le plus d'abondance, et ils les cherchaient eux-mêmes. Quelques-uns d'entre eux, placés en sentinelle dans un endroit élevé, avertissaient les autres de l'approche des saldats, et la bande se retirait aussitôt dans les montagnes les plus escarpées. C'est là se qui fit donner à ces hommes aventureux le nom de *grimpeiros* (grimpeurs), d'où s'est formé par corruption le mot de *garimpeiros*, qui est resté. Depuis que les diamans sont devenus plus rares, et qu'il faut des travaux considérables pour les tirer du sein de la terre, à peine quelques nègres fugitifs vont en chercher encore sur le bord des ruisseaux. Mais s'il n'existe plus de *garimpeiros*, il y aura sans doute toujours des contrebandiers proprement dits (*contrebandistas*), ceux qui trafiquent des diamans volés par les esclaves dans les différents services". Como quer que seja, logo que se iniciou a exploração da riqueza diamantina de Minas Geraes, tambem começou a ser usada alli a denominação de *garimpo*, applicada á cata clandestina dos carbonos preciosos, e tal voz ainda sobrevive, como toponymo, na terra dos inconfidentes. O vocabulo *garimpeiro* foi aproveitado pela literatura romantica do Brasil, quer por Bernardo Guimarães (romance *O garimpeiro*, Rio, 1872), quer por A. Vaz Pinto Coelho da Cunha (drama *O garimpeiro*, Rio, 1880). Este último escriptor, em seu trabalho intitulado *Coração de Ferro* (Rio, 1878), vol. II, pag. 46, nota 14, menciona que os compradores de diamantes colhidos pelos *garimpeiros* e que revendiam as mesmas pedras a contrabandistas exportadores, eram chamados *pechilingueiros* ou *capangueiros*. Conforme se lê na *História geral do Brasil* (1ª ed., vol. II, pag. 267), tambem foram denominados *garimpeiros* os bandidos que assolaram os sertões do rio São Francisco, de 1787 a 1797, e parte dos quaes, sob a chefia de João Nunes Giraldes, tomou a alcunha de *vira-saias*.

portanto a exportação; uma vez, assim se diz, fôram levadas 80 libras de diamantes para Lisbôa, e o mercado com isso tão sobrecarregado se achou, que o preço das pedras preciosas baixou de tres quartos.

De resto, em breve se remediou de certo modo a esse inconveniente; um decreto real, de 30 de Outubro de 1733, ordenava uma demarcação e um severo fechamento do districto diamantino, e o capitão-general Gomes Freire de Andrada fez executar zelosamente essa ordem; tambem contra os garimpeiros illicitos usou de medidas tão severas, que a arriscada indústria, si não se extinguiu logo, de todo, todavia dahi em diante achou sómente poucos adeptos; ao mesmo tempo, foi-se elevando o imposto por cabeça sempre mais, até 230\$000; e, como nestas condições apenas poucos achavam vantagem, foi rareando o numero dos pesquisadores de diamantes, tão depressa como havia crescido.

O govêrno, com isso, recuperou plena liberdade; declarou a exploração do districto dos diamantes monopolio da corôa e arrendou-o primeiramente, por quatro annos, a partir de 1º de Janeiro de 1740, a um empreiteiro, João Fernandes de Oliveira, que de resto alli não devia empregar mais de 600 escravos e devia pagar annualmente por cabeça 230\$000, depois da renovação do contracto (1744 e seguintes) mesmo 270\$000, portanto no total, respectivamente, 138 e 162 contos. Porém, Oliveira não se importou com essa condição e, sob differentes pretextos, empregou de facto o dôbro de homens no districto dos diamantes, razão por que, a 1º de Janeiro de 1749, lhe foi tomado o arrendamento e passado a um Mineiro de Paracatú, Felisberto Caldeira Brant.

Todavia, com este correram as cousas ainda peores; embora elle tivesse permissão para explorar, fóra do districto dos diamantes de Minas Geraes, mais dous garimpos recém-descobertos na provincia de Goiaz, ficou devendo á corôa avultada quantia do arrendamento e de adeantamentos, e foi, finalmente, deportado para Lisbôa, afim de prestar contas, e lá morreu na prisão (138).

Reassumiui então Oliveira, em 1º de Janeiro de 1753, o arrendamento, a principio só; de 1759 em diante, em

---

(138) Felisberto Caldeira Brant não era de Paracatú, nem morreu na prisão, como affirma Handelman. Conforme se pôde ler no excellente estudo devido a Rodrigo Octavio, *Felisberto Caldeira — Chronica dos tempos coloniaes* (Rio, 1900), pags. 93 e 247-252, o infeliz contractador de diamantes nasceu em São João del Rey, nos primeiros annos de seculo XVIII, e, em consequencia do terremoto de

sociedade com muitos outros especuladores, e conservaram-no até 31 de Dezembro de 1771; porém na sua administração tantos abusos se deram, que a corôa resolveu, de 1º de Janeiro de 1772 em diante, tomar a seu cargo a exploração. Depois, sob o ministerio do famoso marquez de Pombal, recebeu o districto dos diamantes uma organização particular (Regulamentos de 2 de Agosto de 1771, 23 de Maio de 1772, e outros mais tarde); completamente independente e separado do govêrno provincial de Minas Geraes, o districto ficava sob a directa superintendencia da thesouraria real e de um directorio estabelecido em Lisboa. A' testa da administração local, que tinha séde na aldêa de Tijuco ou Tejuco (do indio "Tijuca", lama, atoleiro), fundada em 1730, ha vinte annos revestida com o nôme pomposo de cidade Diamantina), estava o intendente-geral, quasi sempre um jurista, que reunia na sua pessoa o poder administrativo, a policia, o commando militar e nas causas não demasiadamente complicadas exercia, sem appellação, competencia de juiz, em summa, exercia um govêrno quasi absoluto.

Era assistido por um fiscal-geral, o auditor, um administrador e inspector-geral, dous thesoureiros e um guarda-livros que, á ordem do intendente, de tempos em tempos, se reuniam para um conselho em commum, como "Juncta Real dos Diamantes"; na sessão principal annual, na qual era fixado o plano economico para o anno seguinte, taes os serviços (lavras) que se deviam encetar e explorar, tambem eram chamados a conselho os funcçionarios inferiores.

A administração empregava exclusivamente negros e nos primeiros tempos muitas vezes eram dois mil; depois, porém, quando o lucro foi minguando e dava, em vez de um saldo annual, um *deficit*, apenas 200. E' singular a falta de tino de não comprar o govêrno os seus proprios escravos e sim os alugar mediante jornal, parte dos moradores do districto, parte dos funcçionarios, e tambem pretos livres, que se offereciam; evidentemente, taes trabalhadores estavam muito mais

---

1 de Novembro de 1755, que, destruindo grande parte da capital portugueza, derribou tambem as paredes da prisão do Limoeiro, onde elle se encontrava recolhido desde 1753, apresentou-se immediatamente ao marquez de Pombal, que, admirado de tal proceder, lhe permittiu desde logo a liberdade e prometteu não mais procrastinar a revisão do seu já velho processo. Felisberto não chegou a ver proclamada a sua innocencia, porquanto morreu, tres mezes depois do terremoto de Lisboa, em Caldas da Rainha, aonde tinha ido, afim de tractar da saúde, arruinada pela longa prisão.



expostos ao subórno e inclinados a extravio do que os escravos do Estado, de uma vez empregados nisso.

Assim, nem a mais estricte vigilancia podia impedir que os trabalhadores levassem um sem número de pedras preciosas para os seus senhores ou as conservassem para si mesmos, afim de as vender aos contrabandistas; quando um tal extravio era descoberto, tanto mais severamente tinha que expiar o culpado, em geral com muitos annos de grilhões, ao passo que, por outro lado, o descobridor felizardo e honesto recebia uma recompensa proporcional; quando elle achava uma pedra de excepcional tamanho, de 17 ½ quilates e mais, logo recebia a alforria, comprada do seu senhor á custa pública, recebia roupa nova e era alistado no numero dos jornaleiros livres.

Fazia-se annualmente uma classificação dos diamantes achados, segundo o tamanho, em doze classes; eram bem acondicionados e transportados, sob escolta militar, ao Rio de Janeiro, de onde eram despachados para a thesouraria real. Por este modo, foi o districto dos diamantes explorado durante oitenta annos, até que se extinguiu o monopolio da corôa, á declaração da independencia e á nova organização constitucional; um decreto de 25 de Outubro de 1832, ao passo que supprimia a administração independente e as barreiras do districto, incorporou o mesmo de nôvo á provincia de Minas Geraes e permittiu novamente, como a princípio, a exploração dos diamantes á indústria particular, de sorte que dahi em diante qualquer um, mediante uma licença e pagamento de certos impostos, podia pesquisar e minerar. Porém com isto tornou a ser como a princípio e ainda peor. "De então para cá, — queixava-se o ministro das finanças, no anno de 1847, — os territorios diamantinos têm sido invadidos por todos os lados; milhões (?) de quilates foram encontrados e remettidos para o estrangeiro, sem renderem cousa alguma para o Thesouro Público, e uma nova lei de 24 de Setembro de 1845, que devia dar remédio ao mal, tornou-se impracticavel pela decidida aversão dos mineiros".

Dahi não se poder determinar o total da exploração, tanto dos tempos mais novos, como dos antigos; porém, quanto ao periodo intermediario da administração, quer feita directamente pela corôa, quer pelo arrendamento, um observador bem informado, o já mencionado inspector-chefe das minas, Eschwege, procurou fazer uma avaliação approximada. E, segundo elle, obteve-se de facto, de 1740 a 1822, um total de 2.783.691 ¾ de quilates de diamantes, que, ao preço médio,



valiam uns 37 a 40 milhões de "thalers", approximadamente; porém para a corôa rendeu todo o movimento uns 10 milhões de "thalers", tendo-se a observar que o mais importante lucro corresponde ao tempo dos contractos de arrendamento, ao passo que mais tarde, durante a administração real, é facto comprovado que, si não houve prejuizo, certamente foi nenhum o lucro.

Isto quanto á extracção legal; porém, fóra essa, durante todo o tempo do monopólio, sempre estiveram em actividade duas categorias de homens, que lesaram o lucro: de um lado, os pesquisadores de diamantes sem auctorização, os denominados garimpeiros; de outro lado, os contrabandistas, que compravam occultamente diamantes dos trabalhadores. A evasão illegal, accusada por estes defraudadores, póde ser avaliada, de 1740 a 1808, talvez em outro tanto do que passou durante o mesmo tempo pelas mãos da administração real; de 1808 em deante, quando o Brasil foi aberto ao commercio mundial e já offerecia, portanto, mais oportunidade para exportação clandestina, poderá ter saído pelo contrabando bem o dobro do que era levado pelo meio legal (139).

(139) Além do districto propriamente diamantino, encontraram-se essas pedras preciosas ainda em diferentes logares, onde aliás ficaram entregues á exploração de particulares, aos chamados garimpeiros. Só provisoriamente fôram estabelecidas algumas lavagens e administrações reaes nos mais importantes pontos dos achados; assim, na provincia de Minas Geraes, ás margens dos rios Abaete e Andaia, que, correndo de Oéste, desaguam nas proprias nascentes do rio São Francisco (1805-1808); na provincia de Goiaz, juncto do rio Claro e do rio dos Pilões, mananciaes do rio Araguaia, de nôvo abandonados em 1801; e na provincia de Matto Grosso, a Noroéste de Cuiabá, no logar onde ainda está a pequena villa de Diamantino, na junção do rio do Ouro e do dos Diamantes, abandonada em 1805; estes districtos diamantinos menores nunca alcançaram tão especial organização, tão rigoroso fechamento, como o antigamente afamado de Tijuco.

Sôbre a respectiva exploração quasi nada se sabe; sabemos apenas que do rio Abaete, em 1791, se retirou um brilhante excepcionalmente magnifico, do peso de 138  $\frac{1}{2}$  quilates, e chegou ao thesouro da corôa portugueza; todavia, parece que a maior abundancia se encontra em Matto Grosso.

Além dos diamantes, descobriram-se em diversas regiões do Brasil muitas outras pedras preciosas; a sua extracção ficou, desde o principio, entregue á indústria particular, e não tem interesse historico. Sómente a esmeralda, que foi a primeira que se julgou haver achado e muito tempo se procurou zelosamente, até aqui não appareceu. (*Nota do auctor*).

Grapha Handelman erradamente os nomes de dous affluentes do São Francisco, os quaes hoje tambem designam duas cidades mineiras: — *Abaete*, em vez de *Abeté*; e *Andaia*, em logar do *Yndoyá*. E, quanto ao que affirma elle com relação ás esmeraldas,

Contudo, fez o governo todo o possível para oppor-se a tal contrabando; cercou e sujeitou o districto dos diamantes com uma legislação de ferro, que, embora hoje posta de parte e esquecida, é, todavia, de interesse grande demais para darmos de dar relação circunstanciada a respeito.

As disposições de que lançou mão a corôa logo a princípio, para a protecção dos seus direitos e lucros e para a manutenção da tranquillidade pública, já foram mencionadas; a 30 de Outubro de 1733, já era feita uma severa delimitação do districto dos diamantes; nas entradas estabeleceram-se postos fiscaes e de sentinellas, e uma lei após outra renovada e aggravava os castigos contra garimpeiros e contrabandistas.

A profissão de garimpeiro foi então caindo em declínio, porque, em vista do grande perigo, em geral não dava lucro compensador; o contrabando, porém, era relativamente facil, em todo caso era mais facil transportar occul-

---

já não é exacto, porquanto, desde poucos annos atrás, começaram a ser encontradas, quer em Minas Geraes, quer em outros pontos do Brasil, as verdadeiras e tão procuradas pedras. Eis o que, a esse respeito, expõe Luis Caetano Ferraz, em seu *Compendio dos mineraes do Brasil* (Rio, 1929), pag. 137: — “Em 1922, achando-se o auctor deste livro em Bello Horizonte, lhe foram apresentados diversos fragmentos de uma pedra verde, transparente, que havia sido arrancada, a olho de enxada, de uma rocha dura, clara, em Sancta Anna dos Ferros (Estado de Minas Geraes). Procedeu elle á necessaria analyse e verificou serem fragmentos de uma legítima e bellissima esmeralda. Era, portanto, a primeira vez que em Minas se encontrava essa preciosa gemma. Diversas amostras foram posteriormente tiradas da mesma localidade, cujas jazidas acabam de ser vendidas, por preços elevados, a um syndicato. A sua rocha-matriz é um pegmatito. Na recente Exposição Internacional do Centenario da Independencia do Brasil (1922), na Capital Federal, estiveram expostas algumas amostras, sendo uma dellas (em nucleos de tamanhos e colorações variados), pesando 500 grammas, avaliada em cem contos de réis. Da mesma procedencia, figuraram tambem diversas pedras, já lapidadas, de uma côr perfeitamente igual ás mais puras gemmas de Muso. Em 1914, em Arassuahy (Minas Geraes), havia sido encontrado um bellissimo cristal hexagonal, pesando 38 quilates, bem formado e limpido, tendo, porém, uma côr esverdeada e não o caracteristico verde-esmeralda. Reconheceu-se ser uma notavel agua-marinha, tambem de valor elevado. No Estado da Bahia, têm sido encontradas legitimas esmeraldas em Bom Jesús dos Meiras. No Estado de Goiaz, no lugar denominado Lages, á cerca de seis leguas da capital, foram tambem encontradas diversas esmeraldas, em crystaes soltos, nas alluviões de um ribeirão. Consta igualmente a existencia de pedras semelhantes em Nova Aurora”. Por ahi se vê que só no seculo XX foi que se tornou realidade o que sonhara ter conseguido Fernão Dias Paes, quasi tres centurias antes.

tamente diamantes do que pó de ouro, pois nesse caso um grande valor só occupava pouco espaço e pequeno pêsso, e além disso representava colossal lucro, pois os operarios roubadores tinham que vender escondidamente e barato a sua presa. Era, portanto, o districto dos Diamantes continuamente infestação de contrabandistas, que sob todos os disfarces se insinuavam e eram sustentados e escondidos de todos os modos pelos negros, pelos estalajadeiros e negociantes, que em geral serviam de intermediarios.

Para reprimi-los, a corôa, quando tomou em suas mãos a exploração do monopolio dos diamantes, publicou uma série de disposições legaes (regulamento de 2 de agosto de 1771), que, provavelmente traçadas pelo proprio primeiro ministro marquez de Pombal, dão testemunho de sua energia, que não olhava a considerações e chegava mesmo a ser cruel. Não só aggravavam de nôvo os castigos contra os proprios contrabandistas, confisco de seus haveres e destêrro para a Africa occidental portugueza (Angola), tambem os seus usuaes cúmplices eram punidos; o negócio de vendedores a domicilio, explorado especialmente pelas negras, devia ser de todo prohibido, sómente o número estrictamente indispensavel de tendas e de tavernas seria consentido, os mais deviam ser immediatamente fechados. E isto não bastou: dahi em diante era preciso fechar completamente para o exterior o districto dos diamantes e diminuir no interior a população quanto possivel. Todos os moradores deviam registrar o seu nome e os seus escravos na Intendencia Geral, e, só depois de severa averiguação, si se julgava conveniente, eram inscriptos e recebiam o bilhete de residencia; porém aquelle, a quem fôsse recusada a inscripção, devia retirar-se do districto sem demora e tambem da região vizinha, e, no caso de contravenção, soffria seis mezes de prisão; á reincidencia, 10 annos de degredo para Angola; tambem devia pagar da sua bolsa a recompensa do denunciador. Igual gratificação de denúncia pagava o dono, quando se descobrisse algum escravo não inscripto, e o escravo soffria a pena de grilhões, a primeira vez por tres annos, a segunda por dez.

Ninguém, fôsse quem fôsse, podia entrar no districto sem especial licença do intendente-geral, e era preciso antes da entrada pedir essa licença por meio de um requerimento bem explicado e comprovado; si fôsse deferido, era marcado um prazo de residencia, que o viajante, sob pena de castigo, não podia ultrapassar; uma licença identica especial era preciso obter para a introducção de novos escravos.

Muito peor do que estas medidas de precaução era a fiscalização desconfiada da policia, a que eram sujeitos os residentes do districto. Não sómente os proprios funcionarios da administração dos diamantes, tambem os simples soldados e serventuarios da policia tinham auctoridade para, á minima suspeita, apprehender uma busca repentina e inesperada nas pessoas e nas casas; nem a posição social, nem privilegio algum protegiam contra isso. Com promessa de recompensa e de segredo, eram estimulados os delatores; finalmente, quando se verificava a suspeita de contrabando e era confirmada por duas testemunhas, não era necessario provar-se verdadeira culpa, porém o Intendente só pela suspeita podia expulsar do districto o accusado; este ficava ignorando o nome dos seus delatores, nem lhe era concedida justificação, nem appellação do julgamento.

São estes os principaes traços da legislação de ferro que pesou, durante todo o tempo do monopolio da corôa, no districto dos diamantes; já se mencionou que não conseguiu, apesar de tudo, supprimir o contrabando, porém punha toda a população, sem direitos, á mercê das auctoridades, e estas, sobretudo o intendente-geral, ficavam armadas de poder despótico, que demasiadas vezes era usado ao serviço do interesse pessoal e das paixões inferiores. "A uma simples conjectura, expulsar pessoas do districto para roubar-lhes as suas posses, era cousa commum. Encarcerar verdadeiros criminosos e por pouca cousa deixa-los morrer de modo lastimavel na prisão, não era cousa rara; manda-los espancar até á morte lenta, não era inaudito". (Eschwege).

Todo o commercio e movimento estavam paralyzados; não tendo um momento de segurança contra as vexações da policia e o exilio arbitrario, como podia alguém metter-se em empresas muito dispendiosas? E como podia alguém de fóra arriscar-se a fornecer a crédito? Quem dispunha de capital não sabia melhor emprega-lo do que na compra de escravos, para aluga-los á administração. Com isso paralyzavam-se todas as indústrias, toda a vida; como uma mumia no banquete dos vivos, estava entre as provincias brasileiras o districto das minas, visão phantastica para o observador estrangeiro, até que, finalmente, nos tempos modernos, se partiram os seus grilhões.

★ ★ ★

Tomemos agora de novo em consideração todo o territorio da provincia de Minas Geraes. Na descripção historica



da provincia foi, por último, mencionado que a ganancia do ouro ficou sendo, durante todo o seculo XVIII, a principal industria da população, e que foi, de decennio para decennio, sempre minguando o lucro; sempre em maior número abandonavam os mineiros a sua antiga profissão, depois de arruinados pela má administração e especulações erradas; retiravam-se do districto das minas e migravam para Oeste, afim de se estabelecerem no curso superior do rio São Francisco ou do Paraná, para começar a exploração da lavoura ou da criação de gado.

De mau grado via o governo a depreciação das lavras de ouro, e fazia tentativas para reergue-las; já a 29 de Fevereiro de 1752, era concedido ao minerador de ouro, que na sua empresa empregasse mais de 30 escravos, um privilegio, consistindo em que, numa acção por causa de dívidas, os instrumentos do seu trabalho e seus escravos eram protegidos contra o sequestro; e este privilegio estendeu-se, a 17 de Novembro de 1813, tambem aos pequenos lavradores de ouro com menos de trinta escravos.

Com isso se pretendia assegurar a subsistencia das lavras, o crédito dos mineiros; mas, como se deprehende, essa insensata medida teve um effeito exactamente opposto. Como muitos mineiros abusassem do privilegio, para descarada fraude, não tendo o credor meio algum contra elles, o crédito ficou em breve completamente destruido; nenhum capitalista, nenhum negociante dos portos do mar queriam mais emprestar dinheiro aos lavradores de ouro, e os trabalhos das minas receberam com isso o golpe decisivo.

Por outro lado, pôde-se imaginar que os arruinados lavradores de ouro, que recorriam á lavoura ou á criação do gado, não se entregavam com especial empenho nem successo ao novo ramo de industria; sobre isso era preciso passar primeiro uma geração.

Dêste modo, o bem-estar material de Minas Geraes retrogradava sempre; em vez da riqueza e esplendor de até aqui, vieram a miséria e a carestia em todos os sentidos; as magnificas egrejas, começadas nos primeiros tempos, ficaram por acabar, ou, quando promptas, davam nola ironia da decadencia da povoação; mesmo da capital da provincia, Villa Rica de Ouro Preto, diziam os seus cidadãos: agora com maior razão se deveria chamar Villa Pobre.

A tudo isto se veió junctar, nos fins do seculo XVIII, mais outro mal sobre a provincia: um processo de alta traição, no qual muitas das mais distinctas e abastadas familias fôram



envolvidas para a sua perdição. Estamos muito pouco satisfactoriamente informados sôbre as causas do mesmo, sôbre a denominada "Inconfidencia Mineira"; todavia, o certo é que, sob a administração do capitão-general visconde de Barbacena (1788 e seguintes), se propagou, em certos circulos da população, perigosa disposição dos espiritos, que em parte tinha a sua razão de ser em motivos de queixas locais; justamente, então, correu o boato de que o visconde de Barbacena ia cobrar, agora, de uma vez, o pagamento das rendas do quinto real, atrasado de muitos annos.

Além disso, surgiram, sem dúvida, tambem nessa época da guerra da Independencia Norte-Americana e preludios da Revolução Franceza, as idéas revolucionárias, que, apesar da distância, faziam caminho em Minas Geraes e arrebatavam algumas cabeças esquentadas. Especialmente um official da milicia provincial, Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado "Tiradentes", domiciliado em Ouro Preto, distinguio-se por sua imprudente exaltação, pronunciando continuamente discursos sediciosos; chegou mesmo ao poncto de, num banquete, fazer um brinde á Independencia de Minas Geraes e do Brasil, o que foi acolhido com approvação, com altas manifestações de júbilo por uma grande parte dos convivas .

Si a cousa ficou só nisso ou si se formou uma formal conspiração tendente á revolução aberta e declaração da independencia de Minas Geraes, sob fórmula republicana, é questão que deixaremos em dúvida; todavia, a conspiração não havia ainda feito grande progresso, pois, quando as autoridades fôram alertadas e intervieram, não encontraram, ao que parece, nenhuma prova demonstrativa, nem armas, nem correspondencia. Porém, a côrte de Lisboa considerou muito séria a questão; todos aquelles em que de qualquer modo recaiu suspeita, e que não recorreram á fuga immediata, fôram encarcerados; instituiu-se um tribunal especial e iniciou-se um processo de alta traição, que durou muitos annos, e, segundo o qual, se architectou um projecto circunstanciado, mas inteiramente obscuro, de revolução.

Finalmente, em 1792, se seguiu o julgamento, que condemnou á morte cinco dos mais gravemente accusados; contudo, a pena de morte só foi executada em Tiradentes; elle foi enforcado, depois esquartejado e os pedaços do cadaver expostos, a sua casa em Ouro Preto foi arrasada e no espaço vazio e salgado erigiu-se um marco infamante, que, sómente depois da declaração da independencia do Brasil, foi removido. Os restantes accusados fôram quasi todos condemnados á de-

portação perpétua ou temporaria para Angola (Africa Occidental Portuguesa) e seus bens confiscados; o mesmo se applicou áquelles que, pela rapida fuga para o matto, se haviam subtrahido á justiça (140).

(140) A sentença da alçada (in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. VIII, 2ª ed., pags. 348-350) condemnou á pena capital tanto a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, quanto aos seguintes seus companheiros de conjuração: — tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, José Alves Maciel, Ignacio José de Alvarenga, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antonio de Oliveira Lopes, Luis Vaz de Toledo Piza, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, José de Resende Costa, José de Resende Costa Filho e Domingos Vidal Barbosa. Só foi executada, entretanto, no primeiro, pois que, em virtude da carta de d. Maria I, appensa á dicta sentença, apenas o Tiradentes foi julgado indigno da real clemencia, commutando-se a pena de morte na de degredo perpétuo com relação a todos os outros inconfidentes acima referidos, pela fórmula seguinte: — Francisco de Paula Freire de Andrade, para as Pedras de Angoche; José Alves Maciel, para Massangano; Ignacio José de Alvarenga, para Dande; Luis Vaz de Toledo Piza, para Cambaba; Francisco Antonio de Oliveira Lopes, para Bihé; Domingos de Abreu Vieira, para Machimba; Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, para Catalá; José de Resende Costa, para Bissão; José de Resende Costa Filho, para Cabo Verde; e Domingos Vidal Barbosa, para a ilha de São Thiago. O degredo dos tres últimos desses réus foi declarado apenas pelo prazo de dez annos, o que constituiu uma como revisão da sentença que os havia condemnado á pena capital. Foram condemnados a degredo perpétuo pela alçada, que o commutou em temporario em razão da carta de clemencia, os conjurados seguintes: — Thomaz Antonio Gonzaga, para Moçambique, por dez annos; Vicente Vieira da Motta, para o rio de Senna, por dez annos; José Ayres Gomes, para Inhambana, por oito annos; João da Costa Rodrigues, para Mossevil, por dez annos; Antonio de Oliveira Lopes, para Macua, por dez annos; João Dias da Motta, para Cachéu, por dez annos; Fernando José Ribeiro, para Benguella, por dez annos; e Victoriano Gonçalves Veloso, para a Cabeceira Grande, por dez annos. O conego Luiz Vieira e os padres Manoel Rodrigues da Costa, José da Silva de Oliveira Rolim e Carlos Corrêa de Toledo foram julgados e condemnados em segredo de justiça, tendo tambem cumprido em Portugal a pena de exilio temporario. Sobre o poncto exacto em que se ergueu o patibulo do Tiradentes (a certidão fala vagamente em "Campo de São Domingos", que era de grande extensão), ha duas opiniões valiosas: Miguel Lemos, no opusculo *Determinação do logar em que foi supliciado o Tiradentes*, diz ter sido onde existia, em tempos recentes, a cocheira da Empreza Funeraria, entre as actuaes ruas Visconde do Rio Branco e Constituição; Vieira Fazenda, porém, em suas *Antiquallas e memórias do Rio de Janeiro* (in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. 95, pags. 422-426), sustenta que a força, da qual foi precipitado o cabeça da Inconfidencia Mineira, se levantou no poncto do Campo de São Domingos, então chamado Campo da Polé, mais perto da egreja da Lampadosa.

Assim perdeu a provincia grande número dos seus mais distinctos habitantes, ficaram arruinadas muitas das familias até então abastadas — nôvo elemento para peorar a geral decadencia, que então se aggravou nos decennios seguintes. Sômente cêrca do anno 1820, depois da declaração da independencia, começou para a provincia de Minas Geraes um periodo melhor, uma época ao mesmo tempo de florescencia material e da mais animada vida politica. Sôbre este último aspecto não nos deteremos aqui: as provincias de Minas Geraes, São Paulo e Rio de Janeiro formam o natural interior da cidade capital do imperio, que, nos tempos mais recentes, fez a história para todo o Brasil, e, assim como della recebiam as primeiras impressões, assim tambem reagiam, por sua vez, sôbre a mesma; a sua história só pôde, portanto, ser relatada em conjuncto (3ª secção).

Quanto ao moderno desenvolvimento material da provincia, a primitiva indústria principal, a extracção do ouro, passou completamente para o segundo plano. Muitos esforços fez o govêrno, attrahindo para alli engenheiros de minas e metallurgistas estrangeiros, scientificamente especializados, para resuscitar o antigo espirito minerador dos Mineiros; fôram projectados grandes aparelhamentos para extracção do ouro (12 de Agosto de 1817); tambem foi começada, ás custas do Estado, a exploração de outros metaes preciosos, assim um campo de fundição de chumbo no rio Abaeté e um campo de mineração de ferro no morro Gaspar Soares (Morro do Pilar, a meio caminho entre Abaeté e o Serro); todavia, tudo isso não deu resultado digno de nota, nem durou muito.

Mais tarde, depois de 1825, capitalistas estrangeiros, na maioria inglezes, com licença do govêrno, tomaram, de nôvo, em mão a indústria e começaram a exploração das minas, ao passo que os nacionaes, onde ainda continuavam a minerar, persistiam todos no antigo systema de lavar ouro. Todavia, a actual extracção está muito longe da importancia da antiga, pois, no anno financeiro 1854-55, o total da exportação do ouro do Brasil montou apenas a 256:000\$000, e a exportação de diamantes (excepcionalmente consideravel esta vez) a 3.737:000\$000.

De muito maior importancia que esses mineraes preciosos são em todo caso os productos da agricultura; ao passo que em tempos antigos, além das plantas alimenticias, quasi que só se cultivava a canna de assucar (para o fabrico da aguardente), agora se planta, á margem norte do Parahiha

do Sul, o cafeeiro e, mais para o Norte, no districto de Minas Novas, é cultivado com grande resultado o algodoeiro; e uma grande parte do algodão produzido é empregado no paiz, no fabrico de tecidos feitos á mão. Mais a Oéste equilibram-se a agricultura e a criação de gado, até que, finalmente, no valle do rio São Francisco, esta última domina exclusivamente.

Em população a provincia de Minas Geraes supera a todas as restantes provincias brasileiras; segundo o seu mais recente relatorio official, é de 1.300.000 almas, o que está, entretanto, certamente exaggerado. Devem figurar mais ou menos em partes eguaes os escravos e os livres, talvez um pouco maior a de livres; em todo caso, domina, no que diz respeito a raças mestiças, o sangue de côr dos mulatos. Enfim, no tocante á composição social e divisão das propriedades territoriaes, as condições são aqui semelhantes ás do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Para concluir, deve-se ainda notar que a provincia comprehende duas dioceses, sendo que a alta fundação episcopal de Mariana data de 6 de Dezembro de 1746 e a da cidade de Diamantina do anno de 1855.

★ ★ ★

Os dous mais novos Estados filiaes de São Paulo, que o rio Paraná separa do Estado paterno, as provincias de Goiaz e Matto Grosso (com a sua vizinha do Norte, o Alto Amazonas, e parte do Pará) constituem para o Brasil aquella parte a que na America do Norte se costuma chamar o "longinquo Oéste"; acham-se ainda quasi inteiramente no seu estado primitivo natural e no mais baixo grau de cultura das regiões do interior; e, portanto, por maior que seja o seu interesse para o naturalista, pouco material offerecem para o historiador, pois até hoje aqui não ha desenvolvimento historico.

O que temos para narrar a seu respeito limita-se quasi que exclusivamente a seu descobrimento e tomada de posse. Favorecidos, como Minas Geraes, em thesouros mineraes, a princípio ambos estes Estados exerceram grande fôrça de attracção; numerosos bandos de pesquisadores de ouro, nomades, espalharam-se alli; porém, pouco a pouco, cessou o movimento das lavagens de ouro, com isso tambem a immigração, porque sómente se baseava na excepçional attracção do ouro, não sôbre excesso de população das provincias costeiras; os



poucos pesquisadores de ouro, que alli ficaram domiciliados, não se relacionavam com o restante da população do Brasil: estabeleciam-se no interior em grupos isolados.

A provincia de Goiaz, assim chamada pelo nome de uma tribu dos seus habitantes, Indios primitivos, comprehende uma superficie de 25.000 leguas quadradas, com actualmente mais ou menos 180.000 almas, na maioria de côr, com sangue africano ou indio. Ella pertence, em toda a sua extensão, ás terras altas do interior brasileiro, e a sua feição é, por isso, inteiramente, a de uma altiplanicie, em parte coberta com mattas virgens, em parte com campos e esteppes. É atravessada por diversas cadeias de montanhas baixas, assim como pequenas serras a separam, a Léste, de Minas Geraes, Bahia, Piauí e Maranhão. Dous grandes rios têm as suas nascentes nas terras de Goiaz. O terço sul da provincia contém as nascentes mais septentrionaes do Paraná (Prata); porém em direcção norte se bifurcam os grandes rios formadores do Tocantins: o proprio Tocantins e o Araguaia, que finalmente se reúnem na fronteira norte num só rio, que desagua além, ao Norte, no golfo do Pará.

Foi Goiaz descoberta por uma das bandeiras de Paulistas que caçavam escravos indios em toda parte no sertão: não sabemos quando, todavia, antes de 1670, quem primeiro alli entrou foi Manuel Corrêa, vindo de São Paulo, e regressou com rica presa de homens. Nas suas pégadas seguiu, cerca do anno de 1680, um compatriota, Bartholomeu Bueno da Silva, que os Indios alcunharam de "velho diabo", Anhangüera; e dessa alcunha se mostrou digno, esta vez também, o experimentado caçador de homens: pela fôrça e pela astucia soube a tal ponto atemorizar os indigenas de Goiaz, que a elle se entregavam em grandes bandos e o seguiam para a escravidão em São Paulo.

Ambos estes aventureiros, Manuel Corrêa e Bueno da Silva, levaram consigo dessas expedições também algum ouro, parte em pó, parte em pepitas, com as quaes as Indias costumavam enfeitar-se; todavia, era tão pouco que não se deu maior importancia á cousa.

Sómente quarenta annos depois, quando no interior fôram descobertas as minas de Matto Grosso, de novo se deu attenção a essas amostras de ouro; o então capitão-general de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses (5 de Setembro de 1721 e seguintes), concitou a gente para uma pesquisa de minas nas terras de Goiaz; e o filho do segundo dos acima mencionados descobridores, o joven Bartholomeu Bueno da



Silva, Anhanguera, que havia acompanhado 'seu pae na viagem primitiva, como menino de doze annos, offereceu-se para conduzir a expedição.

Accompanhado por seu genro, João Leite da Silva Hortiz (143), dous religiosos e uns duzentos aventureiros, elle penetrou, cêrca do anno de 1722, em Goiaz, onde em breve descobriu muitos riachos e rios contendo areias auríferas; os homens queriam fazer pouso logo alli, porém o chefe recusou, obstinado, a requerida licença; elle queria primeiro investigar um districto onde antigamente havia estado com seu pae, e onde suppunha encontrar os mais ricos thesouros; todavia, as suas recordações se haviam quasi apagado no longo periodo decorrido, e, assim, durante muitos annos, andou errante a expedição, sem alcançar a almejada meta. Estas eternas caminhadas fatigaram e desanimaram pouco a pouco os aventureiros, ao passo que Bueno, com obstinação de ferro, persistia nos seus planos; produziram-se continuamente violentas altercações e, si os religiosos não prégassem a paz, ter-se-ia chegado mesmo ao derramamento de sangue. Finalmente, o bando dispersou-se por todos os lados; alguns delles construíram jangadas e navegaram pelo Tocantins abaixo, e fôram ter ao Pará; outros, isolados, caíram ás mãos dos selvagens; Bueno, afinal, com os poucos restantes dos seus fiéis, depois de tres annos de ausencia, alcançou, de nôvo, a cidade de São Paulo, sem resultado algum e de mãos vazias (1725).

Este infeliz desfêcho, contudo, não enfraqueceu a confiança pública no experimentado sertanista, nem a delle mesmo em si proprio; o capitão-general Meneses declarou-se prompto a conceder-lhe os meios para uma nova expedição, e, já no anno seguinte, 1726, Bueno se poz de novo em marcha para Goiaz, com um numeroso acompanhamento.

Desta vez foi elle melhor succedido; depois de uma penosa marcha de seis mezes, alcançou a região onde actualmentemente está Goiaz, capital da provincia; descobriu alli ricas lavras de ouro; em breve caíram em suas mãos alguns Indios de

---

(143) Handelsmann traduz a palavra *Anhanguera* por "diabo velho", o que não é totalmente errado, porque, na realidade, quer dizer "que foi o diabo e delle ainda resta alguma coisa"; mas a *Anhanguera*, segundo nos parece, convém mais a significação de "feiticeiro". Nesta mesma página, o historiador alemão grapha *João Leite da Silva Hortiz*, quando este ultimo cognome é geralmente escripto *Ortiz*. A primeira fôrma é, contudo, a etymologica, porquanto aquelle substantivo proprio vem de *Hortensius*.

idade avançada; que se lembravam ainda de seu pae, o Anhanguera, e souberam indicar o seu antigo acampamento, a pequena distancia; tambem se encontrou alli rico despojo, e em pouco tempo era tal a quantidade ajunctada, que a expedição poude regressar em triumpho a São Paulo, com duas arrobas de ouro.

Aqui havia, entretanto, tomado as rédeas do govêrno o nôvo capitão-general, Antonio da Silva Caldeira Pimentel (27 de agosto de 1727 e seguintes), que, de resto, mostrou não menor interesse pelo successo de Bueno que o seu predecessor; elle despachou logo em seguida tropas, afim de tomarem posse formal do territorio recém-descoberto, como dependencia de sua capitania, e alli manter a ordem; porém Bueno foi nomeado, primeiro provisoriamente, depois de modo definitivo, por um decreto real de 14 de Março de 1731, sub-governador de Goiaz, e revestiu-se dessa dignidade até á sua morte (falleceu a 19 de Setembro de 1740); além disso, elle recebeu ainda como recompensa alguns privilegios, cujo gôso se estendeu mais tarde, por uma carta real de mercê, de 18 de Maio de 1746, ainda a seu filho, neto e bisneto.

As minas de Goiaz tornaram-se então o alvo para onde corriam muitos aventureiros de genio andejo, e aqui acudiu a mesma onda de variegada gente, vinda de todas as partes do mundo, reproduzindo-se as mesmas scenas selvagens de anarchia illimitada, como pouco antes occorrêram em Minas Geraes; todavia, o espectaculo aqui não foi tão grandioso.

Assim como era menor a extracção das minas, tambem a immigração não foi tão numerosa, e vice-versa, e espalhou-se numa superficie ainda muito mais vasta, pois rio abaixo, ao longo do Tocantins e do Araguaia, sempre se fôram descobrindo novas lavras, logo exploradas.

Assim, aqui só houve perturbações locaes, que para a história não têm significação. Tambem as guerras contra os Indios, inevitaveis á tomada de posse do paiz, não tiveram grande importancia; apenas mencionamos que a raça de Indios de Goiaz, á qual deve a provincia o seu nome, foi quasi que exterminada, ao passo que um não pequeno número de outras tribus, em parte meio civilizadas e convertidas, em parte na primitiva selvageria, subsistem ainda e, ora amigaveis, ora hostis, mantêm com as colonias bra-sileiras relações de commércio de trocas.

Goiaz obteve muito cedo uma organização independente; constituido, havia apenas 20 annos, em comarca de São Paulo, foi, por decreto real de 8 de Novembro de 1744 e 9 de Maio

de 1748, elevado a capitania geral, e já no anno seguinte o primeiro capitão-general tomava as rédeas do governo provincial. Igual transformação se fez nas instituições ecclesiasticas; primitivamente, havia-se incluído Goiaz na diocese de Belém (Pará), mas, já a 6 de Dezembro de 1746, uma bulla papal estabeleceu aqui uma prelazia propria, que, em geral, era governada por bispos titulares, finalmente recebendo mesmo o titulo pleno de bispado (3 de Novembro de 1827).

Ambas as auctoridades superiores, civil e ecclesiastica, logo a principio estabeleceram a sua séde no territorio em que o velho Bueno havia armado o seu acampamento, no qual o Bueno mais nôvo havia fundado as primeiras bateias, e onde, desde então, existia uma aldêia, de Sancta Anna, que, a 11 de Fevereiro de 1736, recebeu os fóros de villa Boa de Goiaz, e obteve os de cidade (cidade de Goiaz) a 18 de Setembro de 1818. Ao que parece, para escolha do local só se tomou em consideração o sólo aurifero da vizinhança, pois, quanto ao mais, a cidade de Goiaz, sempre subsistindo como capital e ao mesmo tempo a unica cidade da provincia, se acha num districto pouco fertil e afastado de qualquer rio navegavel, o que muito difficultou o seu commércio e desenvolvimento.

Desde que Goiaz teve um govêrno proprio, cuidou-se naturalmente de estabelecer alli mais firme organização politica do que antes existia, e, sendo as auctoridades investidas de extraordinarios poderes e havendo recommendação da mais extrema severidade, conseguiu-se, pouco a pouco, remover dalli os peores abusos. Todavia, ficou ainda muito a desejar; pois, de um lado, com as grandes distâncias em que se espalhava a reduzida população, tornou-se impossivel ao braço da auctoridade attingir a todos os criminosos; por outro lado, não costumava a corôa dar especial attenção á escolha de funcionarios para essas provincias situadas tão distantes, quando, entretanto, justamente aqui se impunha a necessidade dos homens mais capazes. Não era melhor a situação quanto ao clero, que até cá chegava; eram tambem, em geral, pessoas de muito duvidoso valor, cujo exemplo só podia actuar desfavoravelmente sôbre a consciencia moral e religiosa dos leigos; além do mais, eram muito escassos os principios de instrucção pública, e só desde um decennio se tem tractado disso; assim, em moralidade e cultura, a população de Goiaz permaneceu no mais baixo grau.

No que, finalmente, diz respeito ao desenvolvimento material da provincia, esta tem não pequena semelhança com a de Minas Geraes. A principio, era muito grande a extracção do ouro e acudiam alli tantos immigrants (uma vez chegou o número de escravos, que trabalhavam nas bateias, a 34.500). que se declarou a fome; porém, pouco a pouco, embora as entranhas da terra escondessem ainda grandes thesouros em metaes, todavia a crosta se foi exgottando e então os trabalhos de mineração cessaram, e com elles cessou a immigração; a população diminuiu, pois muitos dos pesquisadores de ouro regressaram a seus antigos lares, e extinguiram-se os rebanhos de escravos, que não se tinham meios de renovar. Em vez do bem-estar de até então, estabeleceu-se a mais extrema miseria, da qual não se pôde ainda reerguer Goiaz.

Dahi em diante, dedicaram-se os habitantes, em geral, tambem á creação de gado ou á lavoura; mas, pela grande distância, é-lhes quasi impossivel vender os seus productos; com isso falta o melhor incitamento para activar a indústria e, com todo o trabalho, só se consegue arrastar uma vida miseravel.

Em summa, no interior do Brasil, em Goiaz (egualmente em Matto Grosso), achamo-nos em presença de uma triste condição de interior remoto; aqui não é só o caso do rapido estadio de transição, movimentado, como nos Estados Unidos da America do Norte, porém é uma situação inteiramente estavel, consolidada, e que só no remoto futuro nova corrente ininterrupta de immigração poderá remediar. Nestas circumstancias, falta á provincia de Goiaz evidentemente uma história propria; si alguma cousa a história provincial tem para narrar, são apenas guerras de Indios, por meio das quaes, segundo o velho processo, os prisioneiros ficavam sendo escravos; são, depois, expedições de pesquisadores de ouro, e são perturbações locais da ordem pública, que, nos tempos mais recentes, fôram, além disso, simples imitação dos disturbios das provincias vizinhas, por si mesmos destituídos de interesse. Contentamo-nos, pois, em destacar, destes factos todos, só um resumo dos acontecimentos que acompanharam a transformação moderna do governo provincial.

Quando, no anno de 1821, as provincias brasileiras, uma após outra, se declararam por uma organização constitucional e por toda parte se quebrava o poder do logar-tenente da corôa portugueza, tambem Goiaz não ficou atrás; o último

capitão-general teve que entregar o govêrno a uma juncta administrativa, e esta, por sua vez, cedeu-o logo depois a uma juncta provisoria, cujos membros, nomeados pelo príncipe-regente, mais tarde Pedro I, permaneceram mais de dous annos no cargo (10 de Abril de 1822 a 14 de Setembro de 1824). Dahi em diante, alli está á testa do govêrno, como nas outras provincias, um presidente nomeado pela corôa, assistido a principio por um Conselho Geral, porém desde 1835 por uma Camara Legislativa.

★ ★ ★

Ao largo da fronteira oêste de São Paulo e Goiaz, limitada ao Norte pelo Alto Amazonas e Pará, a Oêste e Sul pelos antigos Estados coloniaes espanhóes, estende-se a última e maior provincia do Brasil, Matto Grosso, comprehendendo cêrca de 60.000 leguas quadradas de área. O nome Matto Grosso define já de certo modo a feição preponderante da região; todavia, essa feição é só parcial, pois é claro que, na enormidade da sua extensão, o seu aspecto não pôde ser uniforme; uma rêde de cadeias de montanhas e de rios se estende alli, tecida, por um lado, pela penetração dos contrafortes do alto interior montanhoso brasileiro, por Léste e, doutro lado, pela dos declives da grande cordilheira dos Andes, por Oêste, e as suas vertentes despejam ao Sul, para o Prata, as aguas da bacia do Paraguai; e para o Norte estão as bacias dos afluentes do Amazonas, os rios Xingú, Tapajós e Madeira.

Todo esse territorio até agora está explorado e conhecido sómente nos seus contornos geraes, e, em grande parte, é ainda um Estado livre para as tribus selvagens de Indios, ao passo que a colonização brasileira se limita a alguns pontos espaçados, a algumas colonias agricolas ou postos militares; o total da população, dicta civilizada, consta apenas de 60.000 almas, segundo outras notícias ainda menos, na maioria de mestiços, nos quaes o sangue dos negros predomina sempre mais sôbre o dos brancos e dos Indios.

Os principios historicos da provincia de Matto Grosso têm mais ou menos a mesma antiguidade da história de Goiaz. Tambem aqui fôram as bandeiras paulistas as primeiras que nas caçadas aos Indios descobriram o territorio e o percorreram, e já no seculo XVII citam-se alguns nomes; contudo, para a colonização, o primeiro que alcançou importancia foi Paschoal Moreira Cabral, pelo facto de haver



elle, em 1718, achado ouro nas nascentes do Paraguai, na vizinhança do rio Cuiabá.

Dentro de pouco tempo, reuniu-se em torno delle um pequeno número de Paulistas aventureiros, que andavam errantes; diversas bateias fôram iniciadas, e todos os arredores de Cuiabá deram tão ricos resultados que, segundo se diz, no correr de poucos mezes se obtiveram algumas centenas de arrobas de ouro.

Immediatamente foi despachado um mensageiro, com a notícia desse importante descobrimento para São Paulo; todavia, pela grande distância, muito tempo elle gastou na viagem de ida e volta, e assim ficaram os pesquisadores de ouro de Cuiabá, por muitos annos, entregues a si mesmos, sómente de tempos a tempos reforçados pela chegada de sertanistas isolados.

E' facil imaginar que, nestas circumstancias, o estado de cousas fôsse um tanto selvagem; todavia, a falta de ordem não era tão grande alli, como em outros logares; os pesquisadores de ouro, um punhado apenas, cercados por todos os lados de tribus de Indios inimigos, sentiam a necessidade de, de certo modo, permanecer unidos; escolheram primeiro Paschoal Moreira Cabral para seu chefe, a 8 de Abril de 1719; a este succedeu mais tarde no cargo Fernando Dias Falcão, em 6 de Janeiro de 1721, e ambos estes chefes conseguiram em certa medida manter a tranquillidade e uma especie de ordem pública.

Nesse interim, havia chegado o mensageiro de Cuiabá a São Paulo, onde, com as suas narrações dos thesouros achados, estimulou ao mais alto grau a sede de ouro e amor de aventuras dos Paulistas; uma expedição após outra se poz em marcha para a nova terra do ouro, e, sob mil difficuldades, o seu pé abriu nas selvas a trilha, que depois continuou sendo a estrada usual de caravanas.

Primeiro, tomando pelo Tietê rio abaixo, entravam no rio principal, no Paraná, e dahi tomavam por um afluente occidental, o rio Pardo, que seguiam a montante, quasi até ás nascentes; agora as canôas eram transportadas, num trêcho de algumas leguas, até ás nascentes do Taquari, onde reembarcavam e iam alcançar o curso do Paraguai, e ainda tinham, finalmente, que subir a remo o São Lourenço e, por último, o rio Cuiabá; cansativa viagem, na qual soffriam as maiores privações e padecimentos, pois não só era preciso desviarem-se de innumeradas cascatas e corredeiras e, ás vezes, navegar contra a corrente de rios caudalosos, mas tambem

era preciso estar continuamente alerta contra a aggressão de inimigos; muitas tribus poderosas de Indios, entre as quaes os Caiapós, os Paiaгуás e os Guaicurús, tão dextros a cavallo como nas canôas, fôram as mais famosas, tornavam toda a região mal segura; diversas vezes elles atacaram e aprisionaram as caravanas no rio, com grandes flotilhas de canôas, como em 1725, quando, entre mais de trezentos viajantes, só tres pretos e dous brancos escaparam da carnificina; assim tambem, em 1730, quando caiu ás mãos dos selvagens vencedores um transporte de sessenta arrobas de ouro, que elles dissiparam no vizinho Paraguai espanhol; assim ainda aconteceu de nôvo em 1732, 1743 etc.

E, si os Paulistas, por seu lado, conseguiam inflingir sangrentas derrotas aos inimigos (1730, 1732, 1736 etc.), todavia não conseguiram nunca subjugar completamente esses povos selvagens, nem fôram de longa duração os ajustes de paz e de amizade que elles tractaram com alguns de seus caciques; mesmo pelo contrário, o govêrno brasileiro até hoje tem tido repetidamente que combater contra os indigenas, na região das nascentes do Paraguai.

Voltemos, porém, a Cuiabá. Por esse mesmo mencionado itinerario derramou-se, de 1721 em diante, uma corrente humana contínua de São Paulo para Cuiabá; a colonia ficou mais poderosa, cresceu a exploração das bateias; porém as condições interiores peoraram, pois, desde que o crescimento da população déra o sentimento de mais segurança contra os inimigos, cessou a antiga concordia.

Ao que parece, aqui tambem, como em Minas Geraes, se estabeleceu a rivalidade entre Paulistas e forasteiros, que dous homens influentes, os ermãos Lourenço e João Leme da Silva, naturaes de São Paulo, todo o possivel fizeram para atigar; sustentados por um partido numeroso, lançaram mão de toda especie de violencias; todavia, em breve veio de São Paulo um pequeno destacamento, que poz termo aos seus abusos; Lourenço tombou morto na peleja, João foi prêso e, mais tarde (1724), executado na Bahia.

Com isso a incipiente luta de partido foi abafada em germe, ao passo que, por outro lado, pequenas perturbações da ordem e arruaças locaes ainda occorreram por muito tempo, parte pelo genio inculto do povo, parte pelas extorsões violentas dos funcionarios.

Nesse interim, o capitão-general de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses, a cuja jurisdicção pertencia a nova terra

do ouro, tomou a peito a organização da mesma nos seus variados aspectos; finalmente, em obediência a uma ordem régia, poz-se elle proprio a caminho para lá, e alcançou Cuiabá a 15 de Novembro de 1726, tendo-se demorado mais de um anno. Nesse tempo, todo o districto de minas adjacente foi organizado em comarca, e foi designada uma povoação para ponto central da mesma, que já florescia na vizinhança de uma lavra excepcionalmente rica, descoberta em 1722 por Miguel Sutil, de Sorocaba (São Paulo); Meneses concedeu a esse lugar fóros de villa, com o nome de Villa Real de Bom Jesús de Cuiabá; actualmente, desde que, a 19 de Setembro de 1818, recebeu os fóros de cidade, é conhecido simplesmente por cidade de Cuiaba. (144).

A' comarca paulista de Cuiabá junctou-se em breve uma ermã-gemea, a comarca de Matto Grosso. Como os pesquisadores de ouro pouco a pouco se fôram espalhando além, pela região das nascentes do Paraguai, tambem alcançaram alguns delles, na direcção oeste, os vizinhos mananciaes do rio Madeira; e alli, á margem do rio Guaporé, dous irmãos, oriundos de Sorocaba (São Paulo), Fernando e Arthur Paes de Barros, descobriram em 1734 ricas lavras de ouro, que em breve receberam tão consideravel affluencia de povo, que aqui, nas selvas remotas, irrompeu a fome, e, antes que de Cuiabá chegassem os viveres, muitos morreram literalmente de fome.

Fundou-se então ás margens do rio Guaporé, no meio de contendias interiores e, ao mesmo tempo, de guerra contra tribus de Indios inimigos, uma série de colonias, entre as quaes uma em breve obteve a supremacia; por causa de sua bella situação, teve, a princípio, o nome de Pouso Alegre, depois de Villa Bella (19 de Março de 1752), nome que, desde 17 de Setembro de 1818, mudou para cidade de Matto Grosso; desde princípio, era tida como cidade principal do nôvo districto de minas e sua organização em comarca,

---

(144) Sobre os irmãos Lemes, a que ligeiramente se referiu Handelman na pagina anterior, assim como sobre os acontecimentos do nosso *far-west* naquella época, de que tracta aqui o historiador alemão, já foram publicados sobejos elementos dilucidativos, principalmente na collecção *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, nos *Annaes do Museu Paulista* e na *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*. Desses subsidios aproveitou-se, melhor que ninguem. Washington Luis Pereira de Sousa, em seu excellent trabalho *Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo Cesar de Meneses* (São Paulo, 1918).

com govêrno proprio, a corôa a ordenou a 21 de Agosto de 1747.

A comarca de Matto Grosso, naturalmente desde a sua fundação, entrou em estreitas relações com a sua vizinha Cuiabá; porém, nos annos seguintes, pelo espirito emprehendedor de alguns particulares, foi-lhe aberta segunda communição commercial, muito mais distante, a do Pará: Manuel Felix de Lima, natural de Portugal, e com elle diversos compatriotas e alguns Paulistas, formaram uma expedição, que podia contar, ao todo, com os negros e os Indios alliados, umas 40 pessoas; em 1742, navegaram pelo rio Guaporé, depois, descendo o rio Madeira, passaram pelos aldeamentos de indigenas, passaram pelas missões espanholas da margem occidental, onde os Jesuitas missionarios lhes deram as boas vindas e hospedaram amigavelmente os viajantes.

Assim chegou a expedição ao curso principal do Amazonas e, por elle, á cidade de Belém (provincia do Pará), de onde Manuel Felix de Lima se dirigiu a Lisbôa, para exigir a recompensa de seu descobrimento. Porém, um de seus companheiros, o Portuguez Joaquim Ferreira Chaves, tomando pelo Tocantins, através de Goiaz, via Cuiabá, regressa a Matto Grosso, para dar informação do que havia succedido. Na verdade, ouro elle não havia achado em caminho; não obstante, a noticia era de maximo interesse para os colonos de Matto Grosso. Visto serem tão demoradas e penosas as relações commerciaes, via Cuiabá, com São Paulo, pareceu-lhes desejavel entabolar um commercio de permutas com as vizinhas missões espanholas, o qual podia servir de auxilio mutuo; e, para esse fim, já nos annos seguintes, diversas expedições seguiram pelo rio Guaporé abaixo.

Todavia, o govêrno colonial espanhol em Sancta Cruz de la Sierra (Bolivia) se oppoz a essas tentativas; logo a principio, reprehendeu os Jesuitas pela acolhida amigavel que elles haviam proporcionado aos primeiros visitantes brasileiros e, quando agora continuavam a vir, as suas desconfianças cresceram ainda mais; no espirito antiquado da politica colonial exclusivista, todas as relações, pelo menos qualquer tracto commercial, fôrão prohibidas do modo mais stricto.

O dominio dos rios de fronteira, Guaporé e Madeira, não se poudé naturalmente impedir aos Brasileiros, por mais que se fizesse. E assim esses rios se tornaram importantes vias commerciaes; primeiro, no anno de 1749, foi tentada do Pará a viagem rio acima para Matto Grosso; de-

pois, a caravana annual seguia por esta via fluvial — uma viagem de 10 mezes; porém o transporte de mercadorias era, entretanto, por esta via, mais facil e menos dispendioso que de São Paulo.

Assim se fazia durante trinta annos, até que, cêrca de 1780, duas poderosas tribus de Indios da bacia do Amazonas, os selvagens Muras e Mundurucús, interromperam completamente por muitos annos esse tráfego, por suas continuas hostilidades (cap. VII). A antiga via fluvial do sul, e uma recentemente construida estrada, partindo do Rio de Janeiro, de nôvo obtiveram a preferencia, e são, até aos dias de hoje, para o commércio com Matto Grosso, quasi que as exclusivas vias de communicacão.

Quanto ao mais, na organização de ambos os districtos de minas, de Cuiabá e Matto Grosso, elles, a princípio, como já se disse, fôram independentes ùm do outro e subordinados ao capitão-general de São Paulo, como comarcas, ao passo que, por outro lado, em materia ecclesiastica, eram comprehendidos na diocese do bispado de Belém (Pará).

Todavia, isso acabou em breve: uma bulla da Sancta Sé, de 6 de Dezembro de 1846, reuniu ambos os territorios numa só diocese autonoma, que, a princípio governada por simples prelados e bispos titulares, desde 3 de Novembro de 1827 recebeu o título pleno de bispado.

O mesmo aconteceu no sentido politico, pois, por um decreto real, de 9 de Maio de 1748, ambas essas comarcas fundiram-se numa só provincia, independente de São Paulo, com o nome de capitania geral (provincia) de Matto Grosso. A auctoridade superior ecclesiastica estabeleceu sua séde, desde o principio, na cidade de Cuiabá; pelo contrário, o logar-tenente do rei deu a preferencia á cidade de Matto Grosso (Villa Bella), situada mais a Oéste, provavelmente por estar alli mais perto das fronteiras do imperio colonial espanhol; sómente no anno de 1820, trasladou-se o govêrno provincial civil para Cuiabá, a qual, desde então, reuniu em si todos os attributos de uma capital de provincia.

Da história da provincia de Matto Grosso, nestes ultimos cem annos, pouco ha para relatar. Mencionamos sómente que, sobretudo quando as corôas de Espanha e Portugal estavam em guerra uma com a outra, tambem ella teve repetidas vezes que sustentar pequenas luctas de fronteira com os vizinhos espanhóes da actual Bolivia e Para-



guai, como aconteceu nos annos de 1762-1763, 1777, 1801; e, de facto, centralizaram-se os combates, sobretudo, em ambas as fortalezas brasileiras de fronteira, a Oéste contra o forte do Principe da Beira, a princípio construido no sitio de uma missão espanhola abandonada, á margem do Guaporé, em 1760, reconstruida em 1776, e, ao Sul, contra o forte de Nova Coimbra, fundado em 1775, á margem do Paraguai. Porém, aqui, nas extremas fronteiras de ambos os imperios coloniaes, se dispunha, de ambos os lados, tanto para ataque como para defesa, sómente de mui escassos recursos; e si se conseguia, uma vez ou outra, algum pequeno successo, não era tomado em consideração nas negociações de paz, não tinha effeito duravel. Mais importantes fôram os acontecimentos do anno de 1825; então, durante a guerra da independencia hispano-americana, o governador de Matto Grosso, Manuel José Araujo e Silva, alli chamado por auctoridades de tendencias realistas, occupou a provincia de Chiquitos (pertencente á Bolivia) e reuniu-a ao Brasil, o que sem dúvida alguma, teria provocado uma guerra com a Bolivia, si o gabinete do Rio de Janeiro não houvesse desaprovado a conducta arbitraria do logar-tenente e ordenado a restituição de Chiquitos, em 6 de Agosto de 1825.

O desenvolvimento interior da provincia é de muito pouco interesse. Não repetiremos aqui o que já narrámos a proposito de Minas Geraes e Goiaz, isto é, como, com a gradual decadencia das lavras de ouro, tambem o bem-estar material de Matto Grosso decaiu, e a immigração, tão concorrida no primeiro decennio, cessou completamente. Na verdade, a corôa procurou, de certo modo, remediar a isso, pois decretou, a 20 de Novembro de 1797, que todos os criminosos, condemnados á deportação, deveriam ser conduzidos exclusivamente ao Matto Grosso e Alto Amazonas; porém, mesmo esse refôrço, de duvidoso valor, foi de pouca monta, e assim a população, desde um seculo, aqui antes se tem reduzido do que crescido.

Tambem não repetiremos o que já dissemos em Goiaz sôbre as condições de vida das selvas interiores, sôbre o geral atraso moral e intellectual, condições que, com algumas variantes, são as do quadro que esboçámos, em capítulo precedente, sôbre a terra e o povo do Amazonas.

Melhor do que todas estas descrições, um quadro vivo de história moderna caracteriza esse estado de cousas. O último capitão-general, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, era da peor de todas as es-

pecies, e havia sido nomeado para esse cargo só porque, na côrte, se desejava ficar livre de seu incessante e descarado peditorio; em caminho para lá, para assumir o governo, elle foi tudo devastando com o seu séquito, como si fôsses uma quadrilha de salteadores; lá chegando, não se comportou melhor, e assim foi elle, ao inicio da revolução brasileira, ignominiosamente enxotado (1821).

Matto Grosso, dahi em deante, reproduziu, em grandes e pequenas perturbações da ordem, os principaes acontecimentos da época da revolução brasileira; contudo, só uma dellas teve uma celebridade terrivel.

Sabe-se como, no Brasil, depois da abdicção do imperador d. Pedro I, de 7 de Abril de 1831, ainda por muito tempo se julgava dever recear o seu regresso e restauração á fôrça; o governo publicou, por esse motivo, ordens de se estar alerta nas provincias, e recommendou que especialmente se vigiassem estreitamente os Portuguezes natos, que, na opinião pública, eram designados como secretos partidarios de d. Pedro.

— “Então se formaram — citamos as notas do viajante alemão Helmreichen, — em Matto Grosso e, sobretudo, na capital, Cuiabá, dous clubs, um dos *Zelosos da Independencia*, sob a presidencia do deputado Manso, Setembro de 1833, o outro dos *Nacionaes*, sob a presidencia do bispo; a agitação crescia cada vez mais; de uma feita, despertado por um bando de noctivagos, appareceu o bispo a uma janella aberta, entre dous cirios, e bradou: “Viva o dia 7 de Abril! Morte aos restauradores!”

Nestas circunstâncias, tornava-se cada vez mais arriscada a posição dos Portuguezes residentes; suspeitos ao governo e á opinião pública, por motivos politicos, já eram, de resto, como detentores de todo o commercio, odiados pela população, por seu mercantilismo de judeus, invejados por sua riqueza.

Sem cessar, falava-se em trucidá-los, saqueá-los, enxotá-los; porém, em geral, os Portuguezes não acreditavam na realização de taes ameaças e descuidaram-se de tomar precauções; ainda mais se tranquillizaram, quando uma primeira arruaça popular, na aldêa de Pilar, a 18 de Maio de 1834, foi rapidamente reprimida pelas auctoridades do lugar. Porém, a 30 de Maio de 1834, estalou um sério motim popular na capital, Cuiabá.

Manso, um dos chefes do povo, não estava presente; o outro, o bispo, exforçou-se debalde por atalha-lo; elle implorava aos revolucionarios que se contentassem em

expulsar os Portuguezes residentes e que lhes concedessem o prazo de trinta dias para se retirarem. "Nem trinta horas", foi a resposta. O bispo retrahiu-se, e começou a carnificina. Nem um só Portuguez oppoz resistencia; nem os filhos delles, nascidos no Brasil, ousaram defender os seus paes, e mesmo dizem que muitos tambem puzeram mãos á obra; assim fôram todos, uns após outros, mortos a tiro, como cães. O objectivo principal de todo o morticínio era roubar; devem ter sido roubados de 300 a 400 contos de réis, e muitas pessoas, que saquearam então as casas dos assassinados, com as faces unctadas de preto, devem-se ter enriquecido com isso de tal modo, que, actualmente, são de posição importante.

A rapina e o assassinio duraram desde 30 de Maio até Agosto e Setembro a dentro, em toda a provincia; como digno de nota, deve-se mencionar que as auctoridades da villa de Diamantina, já em Agosto de 1834, tiveram a coragem de prender o assassino de um Portuguez. Porém, então, reuniram-se em tôrno das auctoridades todas as pessoas que possuíam bens, com o receio de que, depois dos Portuguezes, chegasse a sua vez; o levante foi dominado; e muitos dos culpados, isto é, dentre os mais pobres, ainda se achavam na prisão em 1847.

★ ★ ★

Temos concluido a nossa viagem circular através da história do continente brasileiro; percorrendo, uma após outra, cada uma das regiões, guiados pela história, achamo-nos no fim, novamente, deante da mesma situação de uma incipiente meia civilização, tal qual, a princípio, a encontrámos, e de caminho, ora subindo, ora descendo, tivemos ensejo de observar os mais variados graus de cultura.

Assim, o Brasil, no que diz respeito á riqueza e á diversidade do desenvolvimento histórico, póde confiante collocar-se como segundo imperio gigantesco do Nôvo Mundo, ao lado da União Norte-Americana, e obtém mesmo a superioridade, visto que aqui um povo trabalhou, quasi que sem auxílio estrangeiro algum, na obra da colonização!

Outra, na verdade, será a resposta, si indagarmos da qualidade da solidez da obra da colonização, criada aqui e lá. Não é aqui o logar de nos alongarmos em considerações desta ordem; todavia, apresentamos a chave da questão, comparando um com outro o andamento das cousas. A colonização anglo-germanica nos Estados Unidos foi inteiramente agricola; ao passo que mandava na vanguarda, como batedores,

o caçador, o mercador de pelles e de Indios, finalmente os colonos precursores, o grosso avançava em fileiras cerradas, da costa para o interior, desapiedados, como a fatalidade, calcando com pé de ferro tudo que lhe era extranho; pôde aqui ou alli a vanguarda precipitar-se inconsideradamente demais, pôde uma das alas da linha retardar-se; em conjuncto, o movimento da colonização caminhou sempre com bem organizada cohesão, em progresso ininterrupto, regular.

A colonização brasileira foi differente: tambem ella foi, a princípio, exclusivamente agricola, e limitou-se á costa; porém, logo que, depois de cento e cincoenta annos de guerra, se firmou victoriosa a posse da terra, ella se espalhou precipitadamente pelo interior do paiz; os negociantes de Indios, os creadores, os caçadores de escravos e os pesquisadores de outro espalharam-se por territorios enormes, e tanto se distanciaram dos agricultores, que estes se acharam impossibilitados de segui-los ou de preencher os espaços vazios.

Todo o corpo principal, o grosso da colonização se dispersou, por assim dizer, numa linha de batedores que, cada um por si proprio, em rapido avanço, alcançou o successo; porém agora ficaram como postos perdidos, sem connexão regular, esperando sómente do futuro, do progressivo augmento da população, o soccorro.

Em summa, bastam duas palavras para resumir toda a comparação: a colonização norte-americana é uma realidade; a brasileira, até aqui, apenas um esboço.

Quadro estatístico comparativo das províncias brasileiras



## TÁBOA

## Quadro estatístico comparativo das

| NOME                       | TAMANHO<br>EM LEGUAS<br>QUADRADAS | POPULAÇÃO | NUMERO<br>DE PAROCHIAS |
|----------------------------|-----------------------------------|-----------|------------------------|
| 1. Alto Amazonas . . . . . | 89.000                            | 42.600    | (*) 95                 |
| 2. Grão Pará . . . . .     |                                   | 207.400   |                        |
| 3. Maranhão . . . . .      | 8.000                             | 360.000   | (*) 65                 |
| 4. Piauí . . . . .         | 7.600                             | 150.400   |                        |
| 5. Ceará . . . . .         | 4.600                             | 385.300   | (*) 34                 |
| 6. Rio Grande do Norte . . | 2.000                             | 190.000   | (*) 130                |
| 7. Paraíba . . . . .       | 3.600                             | 209.300   |                        |
| 8. Pernambuco . . . . .    | 7.200                             | 950.000   |                        |
| 9. Alagoas . . . . .       | 5.200                             | 204.200   |                        |
| 10. Sergipe . . . . .      | 2.800                             | 183.600   | (*) 161                |
| 11. Bahia . . . . .        | 14.000                            | 1.109.000 |                        |
| 12. Espirito Santo . . . . | 3.000                             | 51.300    | (*) 158                |
| 13. Rio de Janeiro . . . . | 2.600                             | 1.200.000 |                        |
| 14. Sancta Catharina . . . | 2.200                             | 104.900   |                        |
| 15. São Pedro . . . . .    | 8.230                             | 201.300   | (*) 54                 |
| 16. Paraná . . . . .       | 12.000                            | 72.400    | (*) 143                |
| 17. São Paulo . . . . .    |                                   | 500.000   |                        |
| 18. Minas Geraes . . . . . | 15.000                            | 1.300.000 | (*) 181                |
| 19. Goiás . . . . .        | 25.000                            | 180.000   | (*) 49                 |
| 20. Matto-Grosso . . . . . | 60.000                            | 85.000    | (*) 16                 |
|                            | 272.030                           | 7.677.700 | (*) 1.086              |

(\*) Os asteriscos indicam as doze altas fundações ecclesiasticas brasileiras. Brasil", e deixamos por sua conta a exactidão ou inexactidão; as outras referem-se ao anno administrativo de 1º de Julho de 1854 até essa data em um quarto do número da população; assim como tambem a população total

1

## provincias brasileiras

| ARTIGOS DE COMMÉRCIO                                             | EXPORTAÇÃO                   | IMPORTAÇÃO | RECEITA DO ORÇAMENTO PROVINCIAL |
|------------------------------------------------------------------|------------------------------|------------|---------------------------------|
|                                                                  | Em contos de réis            |            | Em contos de réis               |
| Productos da matta virgem . . . . .                              | Passando pelo Pará . . . . . |            | 46                              |
| » » » » . . . . .                                                | 3.854                        | 4.298      | 607                             |
|                                                                  | 2.017                        | 2.620      | 323                             |
| { Algodão e productos da criação de gado . . . . .               | { 37                         | 62         | 193                             |
|                                                                  | 564                          | 843        | 183                             |
|                                                                  | 185                          |            | 89                              |
| { Algodão e assucar. . . . .                                     | 1.610                        | 47         | 182                             |
| { Assucar . . . . .                                              | 9.372                        | 12.720     | 844                             |
| { Algodão e assucar. . . . .                                     | 1.189                        | 26         | 356                             |
| { » » » . . . . .                                                | 360                          | 17         | 254                             |
| { Assucar . . . . .                                              | 11.782                       | 12.693     | 919                             |
|                                                                  |                              |            | 89                              |
| { Café . . . . .                                                 | 51.171                       | 47.064     | 2.440                           |
| { Farinha de mandioca e café. . . . .                            | 266                          | 53         | 134                             |
| Productos da criação de gado. . . . .                            | 3.978                        | 3.595      | 822                             |
| Matte. . . . .                                                   | 811                          | 364        | 182                             |
|                                                                  | 3.367                        | 372        | 566                             |
| { Café, productos da criação de gado, ouro e diamantes . . . . . | { passa pelo Rio de Janeiro  |            | { 694                           |
|                                                                  |                              |            | { 51                            |
|                                                                  |                              |            | { 41                            |
|                                                                  | 90.570                       | 84.780     | 8.906                           |

Os dados sobre a área são extrahidos do "Diccionario Geographico etc. do noticias são dos mais novos relatorios dos Ministerios, de Maio de 1856, e 1855; no mais (já diversas vezes o resalvamos) é prudente sempre reduzir de então vai difficilmente além de seis milhões de almas. (*Nota do autor*)

## TABOA II

Movimento do commercio brasileiro em o anno financeiro —  
1º de Julho de 1854 até 30 de Junho de 1855

## 1. VALOR (EM CONTOS)

|                              | EXPORTAÇÃO<br>PARA | IMPORTAÇÃO<br>DE |
|------------------------------|--------------------|------------------|
| Imperio Britannico . . . . . | 29.274             | 45.450           |
| Estados Unidos . . . . .     | 23.807             | 6.991            |
| França . . . . .             | 8.172              | 9.978            |
| Cidades Hanseaticas. . . . . | 6.675              | 4.884            |
| Portugal. . . . .            | 4.649              | 6 468            |
| Rio da Prata . . . . .       | 4.175              | 4.217            |
| Belgica . . . . .            | 2.783              | 1.671            |
| Suecia e Noruega. . . . .    | 2.509              | 379              |
| Austria . . . . .            | 1.624              | 260              |
| Dinamarca. . . . .           | 1.559              | 92               |
| Chile. . . . .               | 1.479              | 1.128            |
| Sardenha . . . . .           | 1.217              | 755              |
| Espanha. . . . .             | 877                | 1.230            |
| Outros paizes. . . . .       | —                  | —                |
|                              | 78.790             | 83.403           |

## 2. VALOR (EM CONTOS) DOS ARTIGOS DE COMMERCIO

|                          | EXPORTAÇÃO |                                            | IMPORTAÇÃO |
|--------------------------|------------|--------------------------------------------|------------|
| Café . . . . .           | 48.490     | Artigos de algodão . .                     | 25.756     |
| Assucar. . . . .         | 16.268     | » » lã . . . . .                           | 4.557      |
| Algodão . . . . .        | 4.662      | » » seda . . . . .                         | 2.423      |
| Couros seccos. . . . .   | 3.493      | » » linho . . . . .                        | 2.187      |
| » salgados . . . . .     | 2.303      | » » mixtas . . . . .                       | 2.815      |
| Diamantes . . . . .      | 3.737      | Moedas (numerario) .                       | 4.566      |
| Borracha . . . . .       | 2.830      | Farinha de trigo . . .                     | 4.173      |
| Fumo . . . . .           | 2.027      | Artigos de ferro . . .                     | 3.547      |
| Aguardente. . . . .      | 1.294      | Vinho . . . . .                            | 3.145      |
| Matte . . . . .          | 739        | Bacalhau, etc. . . . .                     | 2.245      |
| Madeira. . . . .         | 717        | Lavores de ouro e prata                    | 2.193      |
| Crina. . . . .           | 434        | Artigos de porcellana e<br>vidro . . . . . | 1.615      |
| Cacau . . . . .          | 418        | Carne . . . . .                            | 1.579      |
| Arroz . . . . .          | 332        | Carvão de pedra. . .                       | 1.550      |
| Ouro em pó e em barra    | 256        | Manteiga. . . . .                          | 1.347      |
| Castanhas . . . . .      | 220        | Chapéus. . . . .                           | 1.257      |
| Farinha de mandioca .    | 201        | Sal . . . . .                              | 1.111      |
| Outros artigos . . . . . | —          | Outros artigos. . . . .                    | —          |
|                          | 88.421     |                                            | 66.066     |

## TABOA III

Progresso do commercio brasileiro e da receita do Estado desde  
1º de Julho de 1836

| IMPORTANCIA<br>EM CONTOS (*) | EXPORTAÇÃO | IMPORTAÇÃO | DIREITOS<br>DE SAIDA | DIREITOS<br>DE ENTRADA | TOTAL<br>DA RECEITA |
|------------------------------|------------|------------|----------------------|------------------------|---------------------|
| 1836-37. . .                 | —          | —          | 2.268                | 7.926                  | 14.831              |
| 1837-38. . .                 | —          | —          | 2.335                | 7.109                  | 13.252              |
| 1838-39. . .                 | —          | —          | 2.884                | 9.989                  | 17.148              |
| 1839-40. . .                 | —          | —          | 3.095                | 10.993                 | 18.790              |
| 1840-41. . .                 | —          | —          | 2.958                | 12.095                 | 18.674              |
| 1841-42. . .                 | —          | —          | 2.813                | 11.992                 | 18.803              |
| 1842-43. . .                 | —          | —          | 2.856                | 11.136                 | 18.103              |
| 1843-44. . .                 | —          | —          | 3.126                | 12.523                 | 20.580              |
| 1844-45. . .                 | 47.054     | 57.228     | 3.476                | 14.818                 | 24.275              |
| 1845-46. . .                 | 53.630     | 52.193     | 4.129                | 15.837                 | 25.693              |
| 1846-47. . .                 | 52.449     | 55.740     | 3.936                | 16.511                 | 26.764              |
| 1847-48. . .                 | 57.926     | 47.350     | 4.118                | 14.219                 | 24.124              |
| 1848-49. . .                 | 56.290     | 51.570     | 3.834                | 15.455                 | 25.204              |
| 1849-50. . .                 | 55.032     | 59.165     | 3.815                | 17.429                 | 26.977              |
| 1850-51. . .                 | 67.788     | 76.919     | 4.718                | 20.506                 | 31.532              |
| 1851-52. . .                 | 66.640     | 92.830     | 4.538                | 24.840                 | 35.783              |
| 1852-53. . .                 | 73.645     | 87.336     | 4.982                | 24.758                 | 36.391              |
| 1853-54. . .                 | 76.842     | 84.863     | 3.833                | 23.527                 | 34.516              |
| 1854-55. . .                 | 90.570     | 84.780     | 4.455                | 23.648                 | 35.595              |

(\*) O conto (um milhão de réis ou 1.000 mil réis) pôde ter variado nesse período entre 800 ou 700 talers, moeda corrente. (*Nota do autor*)

## TABOA IV

Relação das colonias estrangeiras fundadas no Brasil,  
de 1812 a 1855

N. B.—As indicadas com asterisco são inteiramente ou em parte alemãs (suíças inclusive.)

| SYSTEMA<br>DE ACQUIÇÃO<br>DA TERRA     | NOME, ANNO E FUNDADOR                                                          | POPULAÇÃO                            |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| I — <i>Provincia do Alto Amazonas</i>  |                                                                                |                                      |
| ? . . . . .                            | 1 — <i>Mauá</i> , 1854, da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas . . .    | 100 habitantes.                      |
| II — <i>Provincia do Maranhão</i>      |                                                                                |                                      |
| Parceria . . . . .                     | 2 — <i>Santa Isabel</i> , 1852, de Torquato Coelho de Sousa . . . . .          | 61 habitantes.                       |
| ? . . . . .                            | 3 — <i>Arapapehi</i> , 1854, do Governo Provincial. . . . .                    | 216 habitantes.                      |
| Parceria . . . . .                     | 4 — <i>Sancta Teresa</i> , 1855 . . . . .                                      | 140 habitantes.                      |
| III — <i>Provincia de Pernambuco</i>   |                                                                                |                                      |
| ? . . . . .                            | 5 — <i>Catuca</i> , 1826, do Governo Central, Extincta.                        |                                      |
| IV — <i>Provincia da Bahia</i>         |                                                                                |                                      |
| Doação de terras . . . . .             | 6 — * <i>Leopoldina</i> , 1818, do Governo Central . . . . .                   | { 133 habitantes.<br>1.243 escravos. |
| Idem . . . . .                         | 7 — * <i>São Jorge dos Ilhéos</i> , 1818, do Governo Central . . . . .         |                                      |
| Idem . . . . .                         | 8 — <i>Sancta Januaria</i> , 1823, do Governo Central. Extincta. . . . .       | ?                                    |
| V — <i>Provincia do Espírito Santo</i> |                                                                                |                                      |
| Idem . . . . .                         | 9 — <i>Sancto Agostinho</i> (Viana), 1812, do Governo Central . . . . .        | ?                                    |
| Idem . . . . .                         | 10 — * <i>Santa Isabel</i> , 1847, do Governo Central . . . . .                | 225 habitantes.                      |
| Aforamento . . . . .                   | 11 — <i>Rio Novo</i> , 1855, de uma sociedade anonyma de colonização . . . . . | ?                                    |
| Compra de terras . . . . .             | 12 — * <i>Sancta Maria</i> , 1855, do Governo Provincial . . . . .             | ?                                    |



| SYSTEMA<br>DE AQUISIÇÃO<br>DA TERRA       | NOME, ANNO E FUNDADOR                                                                | POPULAÇÃO         |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| VI — <i>Provincia de Minas Geraes</i>     |                                                                                      |                   |
| Compra de terras.                         | 13 — * <i>Saxonia</i> , 1855, da Companhia de Navegação a Vapor do Mucuri . . .      | ?                 |
| VII — <i>Provincia do Rio de Janeiro</i>  |                                                                                      |                   |
| Doação de terras.                         | 14 — * <i>Nova Friburgo</i> , 1819, do Governo Central . . . . .                     | 1.600 habitante   |
| Aforamento . . .                          | 15 — * <i>Petropolis</i> , 1846, do Governo Provincial . . . . .                     | 5.257 habitantes. |
| ? . . . .                                 | 16 — * <i>Macahé</i> , 1846, do dr. Sat. de Sousa e Oliveira. Extincta.              |                   |
| Aforamento . . .                          | 17 — <i>Vallão dos Veados</i> , 1847, de uma Companhia de Colonização. . .           | 200 habitantes.   |
| Parceria . . . .                          | 18 — * <i>Santa Rosa</i> , 1852, do visconde de Baependy . . . . .                   | 132 habitantes.   |
| Idem . . . . .                            | 19 — * <i>Independencia</i> , 1852, de N. A. N. Valle da Gama. . . . .               | 172 habitantes.   |
| Idem . . . . .                            | 20 — * <i>Das Corôas</i> , 1852, do marquez de Valença . . . . .                     | 143 habitantes.   |
| Idem . . . . .                            | 21 — * <i>Santa Justa</i> , 1852, de Braz Carneiro Bellens . . . . .                 | 153 habitantes.   |
| Idem . . . . .                            | 22 — * <i>Martim de Sá</i> , 1852, de J. Cardoso de Meneses. Extincta.               |                   |
| VIII — <i>Provincia do Paraná</i>         |                                                                                      |                   |
| Usufructo do solo.                        | 23 — * <i>Rio Negro</i> , 1829, do Governo Central . . . . .                         | 350 habitantes.   |
| ? . . . .                                 | 24 — <i>Teresa</i> (1846), 1852, do dr. J. M. Faivre. . . . .                        | 170 habitantes.   |
| Parceria com arrendamento estipulado.     | 25 — <i>Superagui</i> , 1852, de Ch. Perrel Gentil. Promette pouco. . . .            | ?                 |
| IX — <i>Provincia de Sancta Catharina</i> |                                                                                      |                   |
| Doação de terras.                         | 26 — * <i>São Pedro de Alcantara</i> , 1829, do Governo Central . . . . .            | 1.050 habitantes. |
| Idem . . . . .                            | 27 — * <i>Itajahy Grande</i> , 1829, do Governo Central . . . . .                    | 350 habitantes.   |
| Idem . . . . .                            | 28 — * <i>Itajahy Pequeno</i> , 1835, do Governo Provincial. . . . .                 |                   |
| ? . . . .                                 | 29 — * <i>Nova Italia</i> ou <i>D. Affonso</i> , 1836, de Demaria e Schuttel . . . . | 200 habitantes.   |
| Doação de terras.                         | 30 — * <i>Vargem Grande</i> , 1837, do Governo Provincial. . . . .                   | 100 habitantes.   |

| SYSTEMA<br>DE AQUISIÇÃO<br>DA TERRA | NOME, ANNO E FUNDADOR                                                                                                                               | POPULAÇÃO                             |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| ? . . . . .                         | 31 — <i>Sahi</i> , 1842. Extincta.                                                                                                                  |                                       |
| ? . . . . .                         | 32 — <i>Belgia</i> , 1845, de Van Lede & C.<br>Extincta.                                                                                            |                                       |
| Doação de terras.                   | 33 — * <i>Piedade</i> , 1847, do Governo Cen-<br>tral. Em decadência . . . . .                                                                      | 64 habitantes.                        |
| Idem . . . . .                      | 34 — * <i>Sancta Isabel</i> , 1847, do Governo<br>Central . . . . .                                                                                 | 287 habitantes.                       |
| Compra ? . . . .                    | 35 — * <i>Leopoldina</i> , 1848 . . . . .                                                                                                           | 40 habitantes.                        |
| Compra. . . . .                     | 36 — * <i>Blumenau</i> , 1850, de H. Blumenau.                                                                                                      | 300 habitantes.                       |
| Compra. . . . .                     | 37 — * <i>Dona Francisca</i> , 1851, da Compa-<br>nhia Colonização Hamburgueza<br>(e agora sob a participação do<br>príncipe de Joinville). . . . . | 1.500 habitantes.                     |
| ? . . . . .                         | 38 — <i>Leopoldina</i> , de H. Schuttel. Repe-<br>tidas vezes começada e extincta.                                                                  |                                       |
| X — <i>Provincia de São Pedro</i>   |                                                                                                                                                     |                                       |
| Doação de terras.                   | 39 — * <i>São Leopoldo</i> , 1824, do Governo<br>Central . . . . .                                                                                  | } 200 escravos.<br>11.172 habitantes. |
| Idem . . . . .                      | 40 — * <i>Tres Forquilhas</i> , 1825, do Governo<br>Central . . . . .                                                                               |                                       |
| Idem . . . . .                      | 41 — * <i>Torres</i> , 1825, do Governo Central.                                                                                                    | 420 habitantes.                       |
| Doação e compra.                    | 42 — * <i>Sancta Cruz</i> , 1849, do Governo<br>Provincial . . . . .                                                                                | 891 habitantes.                       |
| ? . . . . .                         | 43 — <i>Monte Bonito</i> , 1850, de Th. J. de<br>Campos. Extincta.                                                                                  |                                       |
| ? . . . . .                         | 44 — <i>Pedro II</i> , de 1850, de uma socie-<br>dade de colonização, de Pelotas.<br>Extincta.                                                      |                                       |
| Compra . . . . .                    | 45 — * <i>Mundo Novo</i> , 1851, de Trist. José<br>Monteiro.                                                                                        | 579 habitantes.                       |
| Idem . . . . .                      | 46 — <i>Barcellos</i> , 1855, do dr. Barcellos . .                                                                                                  | ?                                     |
| Idem . . . . .                      | 47 — <i>Silva Mareante</i> , 1855, de Silva<br>Mareante. . . . .                                                                                    | ?                                     |
| Idem . . . . .                      | 48 e 49 — <i>Conventos e Lageado</i> , 1855, de<br>Von Claussen (?) . . . . .                                                                       | ?                                     |
| Idem . . . . .                      | 50 — <i>Sancta Maria da Soledade</i> , 1855, do<br>conde de Montravel . . . . .                                                                     | ?                                     |
| Idem . . . . .                      | 51 — <i>Tapes</i> , 1855, de Jakob Rheingantz.                                                                                                      | ?                                     |
| XI — <i>Provincia de São Paulo</i>  |                                                                                                                                                     |                                       |
| Doação de terras.                   | 52 — * <i>Sancto Amaro</i> , 1829, do Governo<br>Central . . . . .                                                                                  | } 200 habitantes.                     |
| Compra . . . . .                    | 53 — * <i>Itapecerica</i> , 1829 . . . . .                                                                                                          |                                       |

| SYSTEMA<br>DE AQUISIÇÃO<br>DA TERRA | NOME, ANNO E FUNDADOR                                                                                                 | POPULAÇÃO       |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| Parceria . . . .                    | 54 — * <i>Ibicaba</i> (1842), 1847, do senador Vergueiro — 596 Alemães e 216 Portuguezes . . . . .                    | 812 habitantes. |
| Compra . . . .                      | 55 — * <i>Nova Campinas</i> , 1851. . . . .                                                                           | ?               |
| Parceria . . . .                    | 56 — * <i>São Jeronymo e Sancta Barbara</i> , 1852, de F. A. de Sousa Queiroz — 205 Alemães e 27 Portuguezes. . . . . | 231 habitantes. |
| Idem . . . . .                      | 57 — * <i>São Lourenço</i> , 1852, de L. A. Sousa Barros — 287 Alemães, 26 Portuguezes . . . . .                      | 313 habitantes. |
| Idem . . . . .                      | 58 — * <i>Boa Vista</i> , 1852, de B. A. Camargo — 76 Alemães, 177 Portuguezes. . . . .                               | 233 habitantes. |
| Idem . . . . .                      | 59 — * <i>Biry</i> , 1852, de J. E. Pacheco Jordão — 87 Alemães, 43 Portuguezes . . . . .                             | 130 habitantes. |
| Idem . . . . .                      | 60 — * <i>Septe Quêdas</i> , 1852, de J. B. do Amaral — 39 Alemães, 32 Portuguezes . . . . .                          | 71 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 61 — * <i>Morro Azul</i> , 1852, de J. Fr. de Camargo — 35 Suíços, 77 Portuguezes . . . . .                           | 112 habitantes. |
| Idem . . . . .                      | 62 — <i>São Joaquim</i> , 1853, de J. B. de Sousa Telles. . . . .                                                     | 54 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 63 — * <i>Lagôa</i> , 1853, de A. Robillard — 55 Suíços, dous Portuguezes. . . . .                                    | 57 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 64 — * <i>São Joaquim</i> , 1853, de J. B. Queiroz Telles — 41 Alemães, septe Portuguezes. . . . .                    | 48 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 65 — * <i>Boa Vista</i> , 1853, de J. Leite de Moraes Cunha — 75 Alemães, 21 Portuguezes. . . . .                     | 96 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 66 — * <i>Angelica</i> , 1853, de Vergueiro & C., — 109 Suíços, septe Portuguezes. . . . .                            | 116 habitantes. |
| Idem . . . . .                      | 67 — * <i>Sancto Antonio</i> , 1854, de A. de Queiroz Telles — 63 Alemães, dous portuguezes. . . . .                  | 65 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 68 — * <i>São José</i> , 1854, de A. J. Pereira Guimarães — 42 Alemães, quatro Portuguezes. . . . .                   | 46 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 69 — <i>Sancto Antonio</i> , 1854, de Fr. de Souza Franco . . . . .                                                   | 44 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 70 — <i>Morro Grande</i> , 1854, de Sanctos Camargo. . . . .                                                          | 21 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 71 — <i>Corumbátahi</i> , 1854, de Carvalho Pinto . . . . .                                                           | 18 habitantes.  |
| Idem . . . . .                      | 72 — * <i>Morro Grande</i> , 1854, de J. E. d'Oliveira Queiroz — 34 Alemães, quatro Portuguezes . . . . .             | 38 habitantes.  |

| SYSTEMA<br>DE AQUISIÇÃO<br>DA TERRA | NOME, ANNO E FUNDADOR                                                                                                           | POPULAÇÃO           |
|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Parceria . . . . .                  | 73 — * <i>Canvitinga</i> , 1854, do dr. J. E. Pacheco Jordão — 75 Alemães, sept. Portuguezes. . . . .                           | 82 habitantes.      |
| Idem . . . . .                      | 74 — * <i>Tapera</i> , 1855, de F. A. Sousa Quiriz . . . . .                                                                    | 47 habitantes.      |
| Idem . . . . .                      | 75 — * <i>Florence</i> , 1855, de Hercules Florence . . . . .                                                                   | 37 habitantes.      |
| Idem . . . . .                      | 76 — * <i>Tapera</i> , 1855, de Maria Innocencia de Sousa. . . . .                                                              | 44 habitantes.      |
| Idem . . . . .                      | 77 — * <i>Colonia Suissa</i> , 1855, de Fluriano de Camargo Penteado . . . . .                                                  | 32 habitantes.      |
| Idem . . . . .                      | 78 — * <i>Velha</i> , 1855, de J. de Castro. . . . .                                                                            | 170 habitantes.     |
| Idem . . . . .                      | 79 — * <i>Getuba</i> , 1855, de M. J. Vieira Macedo . . . . .                                                                   | 32 habitantes.      |
| Idem . . . . .                      | 80 — * <i>Nova Germania</i> , 1855, de Karl Krüger . . . . .                                                                    | 90 habitantes.      |
| Idem . . . . .                      | 81 a 87 — Além destas, ainda ha mais sept. colonias, nas quaes, por assim dizer, quasi não existem Alemães nem Suissos. . . . . | 200-300 habitantes. |

---

## CAPITULO XII

### Formação historica das fronteiras

A segunda secção da nossa narração historica mencionou até aqui (caps. VII-XI) como a colonização brasileira se desenvolveu e espalhou de dentro para fóra; para complemento, vamos agora examinar os factores externos que lhe embargaram o passo e, pouco a pouco, consubstanciando o direito internacional, traçaram uma barreira em tórno della.

A formação historica das fronteiras do Brasil está, porém, em tão íntima relação com a história da guerra e da paz da mãe-patria portugueza, que, sómente tomando a esta em consideração, poncto por poncto, poderá ser narrada aquella; todavia, como aqui o nosso poncto de vista é inteiramente americano, teremos que nos contentar nesse sentido com as mais resumidas referencias.

O continente sul-americano fôra primitivamente (pelo tractado de Tordesillas, 7 de Junho de 1494, e por uma bulla da Sancta Sé romana, 24 de Janeiro de 1506), repartido exclusivamente entre as duas nações da peninsula ibérica; ao passo que a Portugal coube o Brasil, ficava a Espanha com todo o resto da America do Sul, isto é, a porção muito maior; em tórno de todo o Brasil creou-se um cordão de Estados coloniaes espanhóes; ao Sul e ao Sudoeste os Estados do Prata (vice-reino de Buenos Aires), a Oeste os Estados do Perú (vice-reino de Lima) e a Noroeste os Estados da Colombia (vice-reino de Sancta Fé de Bogotá). Sómente a região do Norte do Brasil, isto é, a Guiana, não foi possessão espanhola; outras nações européas procuraram e acharam alli uma arena para o seu espirito emprendedor e, depois de muitas e variadas vicissitudes do des-



tino, conseguiram finalmente tres dellas alli firmar o pé, e o direito internacional sancceionou, afinal, uma divisão em tres partes: a Guiana Franceza (Caienna); a Guiana Hollandeza (Surinam); e a Guiana Britannica.

Portanto, na determinação dos limites do Brasil, devemos ter em vista dous aspectos: os limites com a Guiana (147) e os com a America do Sul espanhola.

Comecemos com a primeira. Até ao anno de 1644, a colonização portugueza ao longo da costa oriental brasileira havia progredido ao Norte até mais ou menos ao Cabo Norte (provincia do Pará); havia, portanto, occupado ambas as margens, toda a região do delta do Amazonas; e na posse

---

(145) O nome Guiana é originariamente apenas uma noção geographica, e como tal era arbitrariamente applicado a toda a região entre os rios Amazonas e Orenoco; assim mencionam muitos geographos, ainda no principio do nosso seculo, além das Guianas franceza, hollandeza e ingleza, uma Guiana espanhola e uma Guiana portugueza (brasileira), das quaes a primeira fórma actualmente parte integrante da República de Venezuela e a outra faz parte das provincias do Pará e Alto Amazonas. E a essas cinco Guianas por pouco se accrescentou uma sexta, uma "Guiana Alemã" ou "India de Hanau"! Certamente não é aqui o logar para citar a história da Guiana; porém esse plano de colonização alemã é tão extranho e tão pouco conhecido na Alemanha, que nos será desculpado o permittirmo-nos inserir aqui duas palavras a respeito.

A 19 de Junho de 1669, encarregou Friedrich Casimir, conde de Hanau, Rheineck e Zweibrueck, etc., ao dr. H. Becher de negociar com a Companhia Hollandeza das Indias Occidentaes sôbre a cessão de um territorio para o estabelecimento de uma colonia alemã; a proposta foi bem acolhida, tanto mais porque a Companhia já estava então nos transes finaes; e a directoria da associação em Amsterdam (18 de Julho de 1669) passou um documento de doação, que foi ratificado pelos Estados Geraes, em Haya, a 24 de Julho, e pelo conde em Hanau a 22 de Agosto de 1669. Por essa doação, era cedido ao conde um trecho de terra na Guiana, com trinta leguas de extensão de costa e cem leguas pelo interior a dentro, trecho que elle a seu gosto podia escolher entre o Orenoco e o Amazonas; todavia, distante no minimo seis leguas hollandezas das outras colonias estabelecidas com o consentimento da Companhia; o territorio era cedido a elle e a seu irmão, como feudo hereditario, com plena soberania territorial e somente com a condição de, fazer o pagamento de cinco mil libras de assucar (100 ducados) em toda mudança de herdeiro, de 500 libras de assucar (10 ducados) a toda divisão em sub-feudos, tributo a prestar á Companhia como senhora soberana do feudo; além disso, toda a importação e exportação deviam passar pelos portos hollandezes, e o tráfico de escravos era monopolio da Companhia.

Eram garantidas aos colonos: liberdade de religião (todavia somente ás seitas que crêem em Deus, que levam vida honesta e não dão escandalo), isenção da obrigatoriedade de associação, de mo-

dêsse territorio se havia firmado triumphante, embora uma vez a Companhia das Indias Occidentaes Hollandezas, e de outras feitas diversos aventureiros das mais diversas nações, lh'o houvessem disputado. Agora, porém, ella mudava de direcção; em vez de proseguir pela costa, na direcção norte, tomava pela terra a dentro, no valle do Amazonas; e assim os Portuguezes, como os Espanhóes já desde muito o haviam feito, abandonaram a propria Guiana ao genio emprehendedor dos outros povos. Estes não tardaram muito; os Hollandezes, os Inglezes e os Francezes combateram pela posse do territorio sem dono, e, finalmente, conseguiram os Francezes estabelecer-se na porção mais proxima das fronteiras brasi-

nopolios, etc.; pagar um imposto geral de  $12 \frac{1}{2} \%$  annuaes sôbre a renda, contribuição da qual cabiam á Companhia  $5 \%$ , ao conde 5, aos sub-feudatarios  $2 \frac{1}{2} \%$ . Finalmente, promettia a Companhia defender a colonia no mar; em terra, devia ella faze-lo por si mesma, e o que pudesse conquistar conservaria para o seu proveito.

A razão dêsse emprehendimento era declaradamente "collocar em boa posição o paiz e o povo, em particular o condado de Hanau, pagar a sua dívida pública accumulada durante a guerra dos Trinta Annos, sem sobrecarregar os subditos, augmentar o erario do principado e, sem embargo, promover um abrigo para muitos milhares de habitantes, em apuros, da nação alemã".

Para a realização, contava-se, sobretudo, com a participação da pequena nobreza, dos filhos mais moços que se deviam alistar como sub-feudatarios, e dos camponezes como plantadores: "500 cabeças são sufficientes para começar"; além disso, tambem se contava com a participação da gente do commercio, pois para os primeiros seis annos seriam necessarios 50.000 talers por anno; e competia á alta direcção, á contadoria superior em Francfort sôbre o Meno, receber os dinheiros e pagar os juros; uma segunda contadoria, em Amsterdam, cuidaria do commercio; e terceira, na propria Guiana, encarregar-se-ia de todos os negocios locais.

Desde o inicio, porém, esse plano de colonização esbarrou contra viva opposição, do que o conde de Hanau muito se resentiu; mandou, por isso, publicar em Francfort sôbre o Meno, em 1669, um manifesto, no qual fazia descripções sedutoras, convidando toda a nação alemã para as "Indias de Hanau", ao passo que ao mesmo tempo os adversarios do plano eram fortemente atacados. E, de facto, a respeito dos "maliciosos trocistas e calumniadores malevolos", que, por direito, deviam pertencer á Casa dos Alienados ou de Correção, em Amsterdam, dizia: "No que se refere á sua altissima excellencia o conde de Hanau, esses taes canalhas são insignificantes demais para falar delle"; dos mandriões e irresolutos citava: "O rei David disse muito bem: "Fica no paiz e mantém-te honradamente"; porém elle não disse: "Fica em Veteravia e espera até que as laranjas cresçam nas macleiras". "Eia, pois, bravos Teutos, fazei que no futuro, no mappa, ao lado da Nova-Espanha, Nova-França, Nova-Inglaterra, tambem se ache a Nova-Alemanha!"

De resto, a cousa não foi adeante. (*Nota do auctor*).

leiras; na ilha de Caienna fundaram uma colonia (1664), a principio pertencente a uma Companhia de Commércio privilegiada, a Companhia das Indias Occidentaes Francezas, já, 10 annos depois, sob o dominio immediato da corôa de França (1674).

Entre Caienna e a colonia brasileira mais septentrional, no cabo Norte, ainda existia, sem dúvida, uma grande distância, e entre ambas as densas mattas virgens tropicaes formavam uma impenetravel barreira; sem embargo, o espirito emprehendedor dos negociantes francezes, a ambição dos estadistas francezes, dentro em pouco causaram um entrechoque.

Na foz do Amazonas surgiram navios mercantes francezes, aventuraram-se rio acima e mal deram attenção ás auctoridades portuguezas de Gurupá, que os mandavam embora; e longe, no interior do valle do Amazonas, os missionarios portuguezes encontravam-se com Francezes, que alli negociavam com os selvagens para a compra de escravos indios; de sorte que o então capitão-general do Pará, Gomes Freire de Andrada (1685-1687), julgou de necessidade fazer, por isso, reclamações juncto ao govêrno colonial de Caienna. Num documento official, elle declarou "que o territorio da foz, em ambas as margens, do rio Amazonas pertencia exclusivamente ao dominio portuguez, a navegação do rio só era permittida á bandeira portugueza e era prohibida aos Francezes"; e o gabinete de Lisboa não só approvou completamente essa declaração, como, para tornar effectiva a sua validez, ordenou logo o estabelecimento das necessarias fortificações das fronteiras e da costa.

Porém, os adversarios não se deixaram tão facilmente intimidar. No throno de França assentava-se então o rei Luís XIV, cuja ambição incommensuravel, não satisfeita com a primazia que havia conquistado na Europa, tambem sonhava alcançar na America uma posição de egual hegemonia; assim como elle havia fundado na America do Norte uma "Nova França", cujas arterias eram o Mississipi e o São Lourenço, projectava, como parece, tambem fundar na America do Sul uma França Antartica Equinoxial, que ao menos devia abranger a Guiana em toda a extensão desta noção geographica, e cujas arterias deviam ser o Orenoco e o Amazonas. Responderam então as auctoridades francezas de Caienna ás reclamações dos Portuguezes do Pará com eguaes reclamações; elles exigiam que os Brasileiros se retirassem da mar-

gem norte do Amazonas e considerassem o curso do rio principal como fronteira, assim como condomínio de ambos.

Depois de uma demorada troca de correspondência, chegou-se a franca hostilidade e apoderaram-se os Francezes do forte de fronteira Macapá, que os Brasileiros haviam levantado não longe do Cabo Norte; porém, ainda nesse mesmo anno, 1697, lhes foi de novo arrancada essa conquista. Então o rei Luiz XIV entabou directamente com a corte de Lisboa negociações para demarcação de fronteiras, segundo o seu interesse; o seu encarregado de negocios, a princípio, usou de linguagem soberba e ameaçadora, porém os Portuguezes lhe oppuzeram uma tenacidade irreductivel, e em breve se viu o rei de França, por causa das circunstâncias européas, forçado a moderar suas exigencias. Mesmo, em vias de reivindicar a rica herança da corôa espanhola para seu neto, Philippe de Anjou, seria pouco prudente malquistar-se com o paiz vizinho, Portugal; assim, renunciou Luiz XIV, no tractado provisório, de 4 de Março de 1700, a todas as suas pretensões sobre o forte de Macapá e ás terras da margem norte do Amazonas, e esta desistencia foi renovada no tractado de alliança, de 18 de Junho de 1701, a trôco do que a corôa de Portugal, por seu lado, reconhecia Philippe (V) de Anjou como rei de Espanha e lhe garantia a posse de todo o seu reino.

Todavia, todos esses ajustes dentro de pouco tempo fôrão annullados; achou em breve o gabinete de Lisboa do seu interesse abandonar a alliança com a França e passar para o lado da Triplice Alliança, Inglaterra, Paizes Baixos e Austria, a qual queria, em vez do principe francez, collocar no throno de Espanha um principe austriaco; para isso, estipulou e recebeu dessas tres potencias, entre outras condições, uma garantia para as suas possessões no Cabo Norte, ao Norte do Amazonas (16 de Maio de 1703).

Na guerra de successão espanhola, que então se desencadeou, Portugal pouca parte tomou, e o Brasil experimentou sómente pequena repercussão, com as piratarias dos corsarios capitão Dulec e almirante Du Guay Trouin, contra o Rio de Janeiro (1710-1711); tanto maiores fôrão as vantagens colhidas, quando, finalmente, a paz de Utrecht (11 de Abril de 1713) se firmou. Embora, com pesar, o rei Luiz XIV renunciasse aos seus grandiosos planos de colonização sul-americana, teve que approvar, apertado pela Inglaterra, todas as exigencias de Portugal, e mais outras ainda.

Assim, a França abriu mão formalmente de todas as suas pretensões á margem norte do Amazonas, ao Cabo Norte, em



favor de Portugal, e condescendeu em admitir o rio da cosia, situado muito ao Norte, o Pinzon ou Oiapoek, como fronteira sul da Caienna, limite norte do Brasil; ao mesmo tempo, para prevenir futuras contendas, renunciou a corôa franceza expressamente a todas as reivindicações sôbre a navegação do Amazonas e prometeu prohibir aos seus subditos todo tráfego para os portos vizinhos.

Na paz franco-lusitana de Utrecht, pela qual a Grã-Bretanha no mesmo dia assumiu especial garantia, teve o Brasil, até ao fim do seculo XVIII, a segura salvaguarda de direito internacional; mesmo quando entre ambas as corôas ainda muitas vezes se chegasse a séria discordia nos estipulados limites, com isso cousa alguma se mudou, e, por todo o tempo em que os reis da casa de Bourbon se sentaram no throno de França, o Oiapoek formou o limite entre o Brasil e a Guiana Franceza.

Só a Republica Franceza afagou de nôvo os planos de engrandecimento de Luiz XIV; depois da curta guerra do anno 1801, que ella fez, alliada com a Espanha, contra Portugal, a França obrigou na paz de Madrid (29 de Setembro de 1801) a extensão da Guiana Franceza para o Sul, até ao pequeno rio Carapanatuba; todavia, em breve se deu uma nova mudança, pelo facto de haver o Inglaterra estipulado, quando concluiu a paz com a República Franceza, em Amiens (27 de Março de 1802), em favor de Portugal, que dahi em diante, entre os rios Oiapoek e Carapanatuba, o rio Arauri, que desembocca na costa, formaria a fronteira entre o Brasil e Caienna.

Assim ficou, até que, poucos annos depois, as armas victoriosas do imperio francez atacaram de nôvo Portugal, e a casa real de Bragança se viu forçada a fugir de Lisbôa, transmigrando para o Brasil (27 de Novembro de 1807); com isso abandonava á França, como perdido, o seu paiz hereditario europeu; porém, em compensação, se indemnizou na America do Sul.

Uma esquadra anglo-lusitana unida fez-se de vela para atacar a colonia franceza vizinha; depois de curta resistencia, capitulou a capital, Caienna (12 de Janeiro de 1809), e submetteu-se inteiramente então a Guiana Franceza aos vencedores, que a incorporaram provisoriamente ao imperio brasileiro (146). Sômente na acta do Congresso de Vienna (9 de

---

(146) Em seu *Dom João VI no Brasil*, vol. I, pag. 444, assignala Oliveira Lima que a lembrança da expedição lusitana contra a Guiana Franceza foi attribuida a sir Sidney Smith, nas memórias



Junho de 1815) concordou o gabinete do Rio de Janeiro, depois de estar elle proprio desde muito novamente na posse de Portugal, com a restituição de Caienna á corôa da França; todavia, a effectiva restituição ainda foi differida para annos depois, por não se estar de accôrdo sôbre a linha da fronteira, até que, finalmente, uma convenção em Pariz (28 de Agosto de 1817) liquidou esta quesção. Por ella ficaram revigoradas as resoluções do tractado de Utrecht: juncto da costa fórma o curso do Oiapock (4° latitude septentrional) a fronteira norte do Brasil com a Guiana Franceza, ao passo que, por outro lado, os limites mais no interior estão apenas fixados por alto, e até actualmemente necessitam de mais estricta determinação (147).

O mesmo acontece nos limites norte do Brasil com as Guianas hollandeza e ingleza; todavia, a cousa não é de nenhuma importancia, pois se tracta justamente de um trecho de matta virgem tropical, que, nas condições da actual colo-

★ ★ ★

que delle publicaram. El assim explica (pags. 446-447) as razões daquella conquista: — “Occupando a Guiana, o a que, entretanto, visava a côrte do Rio de Janeiro era ter o que restituir na paz geral, que fatalmente devia rematar o periodo das guerras napoleonicas, e, em troca, uma troca que já seria substancial, alcançar o reconhecimento dos limites tradicionaes ao Norte do Brasil, a saber, a posse incontestada, consagrada pelo tractado de Utrecht, do territorio até ao rio de Vicente Pinzon, pois que a Inglaterra o cederá desde o Araguari, sem consentimento de Portugal, na paz de Amiens”. Nomeado para governar a Guiana Franceza, logo depois da sua conquista pelas armas lusas, João Severiano Maciel da Costa (mais tarde marquez de Queluz) tomou posse a 19 de Julho de 1810 e alli ficou até 21 de Novembro de 1817, isto é, até á entrega daquella possessão á França. São unanimes e justos os louvores tributados á administração honesta e fecunda que alli realizou o illustre brasileiro. Como na capital da Guiana Franceza existisse uma plantação de especiarias, denominada *La-Gabrielle* e onde se haviam acclimado diversos vegetaes uteis, oriundos do Oriente, — não se olvidou aquelle governador de enviar dalli para o Brasil (Pernambuco, Bahia e Rio) os exemplares que considerou mais preciosos. Foi assim que vieram dalli para o nosso paiz, trazidos pelo naturalista Germain, a canna de Caiena (vulgarmente chamada “canna caiana”), conhecida como a mais rica de assucar, e outras especies identicas ás que já haviam sido pouco antes introduzidas aqui por Luis de Abreu Vieira e Silva, isto é, a canforeira, o abacateiro, a moscadeira, a arvore do pão e consta até que a mangueira.

(147) A nossa velha questão de limites com a Guiana Franceza, — a chamada “questão do Amapá”, — a qual já tinha sido debatida nos congressos de Utrecht (1713) e de Viêna (1815), foi,

nização, permanecerá ainda durante seculos região despovoad, sem utilidade e sem valor para ambas as partes.

Muito mais variada e de muito maior interesse é a questão dos limites do Brasil com a America do Sul espanhola, porque neste caso não fôram sómente os gabinetes europeus que os determinaram, porém contribuiu, no minimo, com outro tanto, o proprio desenvolvimento das cousas americanas.

A princípio, pelo tractado de Tordesillas (7 de Junho de 1494), considerou-se como divisoria, por direito internacional, entre a colonização portugueza e a espanhola, uma linha a 370 leguas a Oéste do archipelago de Cabo Verde; esta linha, como podemos retracar agora, corresponde mais ou menos ao grau 31 de longitude oéste de Ferro, e toca, na America do Sul, primeiro não longe de Belém (Pará), por último em Laguna (Sancta Catharina); competia, portanto, aos Portuguezes apenas a menor porção oriental do Brasil de hoje. Contudo, dada a imperfeição dos conhecimentos geographicos e astronomicos de então, não se soube determinar tão estrictamente a linha divisoria; nem ninguém se deu ao trabalho nesse sentido; assim a divisão ficou, durante todo o seculo XVI, e ainda mais tempo, sem importância práctica alguma.

Ainda ficavam as colonias de ambas as partes separadas por vastas distancias; os Portuguezes limitavam-se á costa atlantica, desde Belém (Pará) até Paranaguá (Paraná); os Espanhóes ás costas do mar das Caraibas, do Oceano Pacifico, e na costa atlantica á margem sul do estuario do Prata, onde fundaram a cidade de Buenos Aires.

Assim, passaram-se muitos annos, até que os mais avançados postos da colonização brasileira e da espanhola do Prata se encontraram.

Foi na margem oriental do Paraná, no interior das actuaes provincias do Paraná e de São Paulo (1628 e seguintes), achando-se de um lado os Paulistas, nas caçadas

---

afinal, submettida ao arbitramento do presidente do Conselho Federal da Republica Helvetica e decidido a nosso favor, em 1 de Dezembro de 1901. O territorio litigioso abrangia 260.000 kilometros quadrados, dos quaes obteve a França apenas 5.000, ficando o restante integrado definitivamente no Brasil. Patrocinou os interesses da nossa patria, nessa importante lide, o barão do Rio Branco, cuja memoria, então publicada, representa mais uma contribuição magnifica para as nossas letras historicas.

de escravos indios, de outro os jesuitas espanhóes, que alli haviam vindo para converter os Indios. Como se travou a guerra e como ella se concluiu, já foi narrado noutro poncto (cap. XI); os jesuitas tiveram que recuar com seus neophyts Indios mais para o Sul, para a propria terra das Missões, entre os rios Paraná e Uruguai; e o curso superior do Paraná, com as margens de um e outro lado, tocou á colonização brasileira. E então, no decorrer dos seguintes decennios, esta espalhou com vertiginosa rapidez os seus batedores nas selvas do interior ainda sem dono; partindo de São Paulo, penetrou em Goiaz e Matto Grosso; do Pará seguiu pelo curso do Amazonas; e, si bem que ainda não começassem alli colonias em regra, sempre deixavam por toda parte, atrás de si, nas suas expedições, vestigios de tomada de posse brasileira.

Egual progresso se fez notar ao longo da costa do Atlantico, ao Sul; cêrca do anno 1654 ou 1656, foi fundada no extremo Sul da actual provincia de Sancta Catharina a villa de Laguna, e dalli vagavam os precursores, durante os seguintes decennios, já até São Pedro a dentro. Assim, as monstruosas distâncias primitivas fôram diminuindo cada vez mais; os dous imperios coloniaes se approximavam cada vez mais, e a questão de limites, até então abandonada por secundária, foi ganhando sempre maior importancia práctica. Si a sua decisão fôra até então inteiramente deixada ao curso natural da colonização de ambos os povos, agora passaram tambem a prestar-lhe attenção os estadistas de ambas as mães-patrias, os gabinetes de Madrid e de Lisbôa; e foi a corôa de Portugal a primeira que se resolveu a intervir activamente.

Em 1675, existia na costa do Atlantico, entre ambos os mais extremos postos de fronteira, a villa brasileira de Laguna (provincia de Sancta Catharina), e a cidade espanhola de Buenos Aires, um trecho de terras muito vasto, que até então, de facto, nenhuma das duas potencias concorrentes havia occupado, e sôbre cuja posse ainda nada se resolvera; abertamente não se discutia quem seria o dono, porém ás caladas cada qual estava persuadido de ter o melhor direito. A esse estado dubio o rei Pedro II, de Portugal, resolveu pôr termo; por um decreto de 12 de Novembro de 1678, elle ordenou a tomada de posse de toda a região neutra, e que se construísse á margem norte da foz do rio da Prata, defronte de Buenos Aires, uma fortificação permanente de fronteira, que garantisse a segurança da possessão recém-adquirida.

Da realização dessa ordem foi encarregado o recém-nomeado capitão-general do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, que estava justamente prestes a embarcar em Lishôa para o lugar de seu destino, e com esse fim lhe fôram entregues, para accompanha-lo, soldados e colonos de Portugal, e no Rio de Janeiro, onde tomou posse de seu cargo a 9 de Maio de 1679, mais outros colonos se alistaram; de sorte que, em Outubro do mesmo anno, a esquadra destinada á fundação da nova colonia fez-se de vela do porto do Rio de Janeiro.

Depois de alguma demora, ella alcançou, a 1º de Janeiro de 1680, a foz do Prata; o capitão-general Manuel Lobo, que estava elle proprio a bordo, escolheu para o sítio de sua colonia um trecho de terreno rio acima, num porto protegido pela pequena ilha de São Gabriel, e construiu alli uma ligeira fortificação, sob cuja protecção os colonos se estabeleceram; assim surgiu a "Nova Colonia do Sacramento", actual cidadezinha do Sacramento, á margem norte da foz do rio da Prata. Logo que chegou aos ouvidos do governador espanhol de Buenos Aires a noticia dessa fundação colonial dos Portuguezes (e, devido á proximidade, naturalmente não podia ficar ignorada muito tempo), considerou elle de seu dever oppor-se a essa usurpação de territorio; numa grande extensão em redor, elle chamou ás armas as milicias do paiz e os Indios aliados, e, á frente de fôrças militares superiores de muito, ordenou elle então ao capitão-general Manuel Lobo que se retirasse immediatamente do posto recém-occupado, da margem norte do rio da Prata.

A' sua recusa, Sacramento foi cercada, tomado de assalto o forte, depois de valorosa resistencia (6 de Agosto de 1680), e quem escapou da espada foi conduzido prêso a Buenos Aires, inclusive o capitão-general Manuel Lobo, que, já durante o cêrco, se achava muito doente, e morreu pouco depois, na prisão espanhola.

Póde-se imaginar a irritação com que foi recebida a noticia da derrota em Portugal; em termos ameaçadores, exigiu o rei d. Pedro II satisfação da Espanha, e o estado de cousas européas no momento deu á sua reclamação um excepcional pêso: já envolvida numa guerra com a França, a corôa de Espanha tinha interesse em conservar a amizade, ou, pelo menos, a neutralidade, do paiz vizinho. A côrte de Madrid, por isso, despachou immediatamente um enviado extraordinario a Lishôa, e este conseguiu, já a 7 de Maio de 1681, combinar um tractado provisório que, reservando

as antigas pretensões de ambas as corôas, todavia acalmava a excitação dos espiritos em Portugal com uma concessão provisória; o territorio em litigio, ou neutro, ao Norte da embocadura do rio da Prata, devia dahi em deante ser considerado livre, como antes, por ambas as nações, até que, em futuro accôrdo ou arbitramento, se julgasse sôbre essa posse; em compensação, seria a Colonia do Sacramento immediatamente restituida á corôa de Portugal e até ulterior solução ficaria nas suas mãos. E assim aconteceu; já no anno seguinte, por effeito, de um decreto real de 24 de Fevereiro de 1682, restabeleceu Francisco Naper de Alencastro a destruida Colonia do Sacramento, que dahi em deante foi governada por seus proprios commandantes militares, e em tudo mais ficava subordinada á superintendencia do capitão-general do Rio de Janeiro.

Era Sacramento um posto avançado inteiramente desgarrado na immediata vizinhança das colonias espanholas, por outro lado sem ligação alguma com a colonização regular brasileira, pois estava separado da mais proxima colonia, a villa de Laguna (Santa Catharina), por extenso territorio deserto e uma longa viagem de mar; portanto, tinha a colonia uma significação essencialmente militar, como barreira aos progressos da colonização espanhola ao Norte e como condominadora do rio da Prata.

A isso sobreveio segunda circumstancia; assim participante da soberania sôbre o Prata, tambem começa Sacramento em breve a compartilhar, com a cidade de Buenos Aires, do commercio dêsse estuario. Já frequentemente mencionámos que existia um não pouco importante tráfico entre quasi todas as colonias sul-brasileiras, de um lado, e, de outro lado, as colonias espanholas no Paraná, Paraguai e até o interior do Perú; um tal tráfego era sem dúvida inteiramente contrário aos principios da política colonial monopolizadora de então, porém, como era principalmente em beneficio dos Brasileiros — estes eram agentes e intermediarios, os Espanhóes eram os productores — assim a corôa de Portugal em geral aturava-o calada e não dava ouvidos ás contra-reclamações do govêrno espanhol.

Até então esse contrabando tinha como unicas praças de commercio os portos brasileiros de Sanctos e Rio de Janeiro; agora, abria-se nova praça para elle, em Sacramento, situado de modo mais conveniente, pois, em vez do estirado caminho de caravana por terra, favorecia-o a facil communição fluvial; por seu lado, tambem as auctoridades portu-



guezas tudo aqui fizeram para favorecer e instigar o comércio dos seus e dos subditos espanhóes. Assim, em breve adquiriu a Colonia do Sacramento não pequena importancia commercial; e ainda se tornou maior quando, ao descobrimento do ouro, cêrca do anno 1700, a corôa de Portugal julgou opportuno reprimir, com toda a severidade, o contrabando em Sanctos e Rio de Janeiro; e agora, então, todo o commercio dos contrabandistas na America do Sul, espanhola e portugueza, se concentrou em Sacramento.

Desde o principio mal vista, a colonia portugueza do Prata, pela crescente importancia, tornou-se ainda mais odiosa aos Espanhóes, e já se vê que certamente teria soffrido um nôvo ataque, si as circunstâncias européas não lhe proporcionassem especial protecção; a corôa de Espanha estava justamente então continuamente attribulada pela avidez de conquista de Luiz XIV da França, e não queria inimizar-se com Portugal; depois, quando a dynastia espanhola de Habsburgo se extinguiu e um neto de Luiz XIV, Philippe V de Anjou, tomou posse da rica herança, o reconhecimento de Portugal era-lhe de grande importancia, e elle pagou o preço exigido.

No tractado de 18 de Junho de 1701, Philippe V desistiu expressamente de todos os direitos que lhe pudessem competir, a elle e á corôa de Espanha, sôbre o territorio de Sacramento e das ilhas vizinhas de São Gabriel, e reconheceu definitivamente a posse alli da corôa de Portugal. Todavia, foi desobrigado de sua palavra muito em breve, visto que o gabinete vacillante de Lisboa desistiu da alliança justamente concluida, e preferiu entrar para a triplice alliança dos inimigos de Philippe V (16 de Maio de 1703); e então vibrou a Espanha logo o seu primeiro golpe contra Sacramento.

Aqui já desde muito as auctoridades vizinhas desabafavam o seu rancor em continuos attritos; logo que se soube da declaração de guerra das mães-patrias, prepararam-se para combater abertamente: o governador de Buenos Aires chamou a si, de todo o interior, até pela actual Bolivia a dentro, tropas e Indios alliados; o commandante de Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral, recebeu reforços do Rio de Janeiro; todavia, era o exército inimigo tão superior ao seu, que dentro de pouco tempo se achou cercado, bloqueado por mar e por terra. Na verdade, elle repelliu á viva fôrça, triumphante, todos os assaltos; porém, com o tempo, não era sustentavel a sua posição; escreveu, portanto, para o Rio de

Janeiro e Bahia, pedindo instrucções. Porém, alli não se podia tambem dispensar mais fôrça alguma; o governador-geral do Brasil contentou-se em mandar uma pequena flotilha, que forçou o bloqueio da esquadra espanhola e levou a Sebastião da Veiga a ordem de evacuar Sacramento. Elle obedeceu; tudo que era de valor, mesmo alguns pesados canhões, fôram embarcados, os predios da colonia entregues ás chammas; depois, elle proprio, com os soldados e colonos, passaram para bordo e abandonaram ao inimigo as ruinas da praça, que elle durante seis mezes havia gloriosamente defendido (Março de 1705).

A Espanha não se regosijou muito tempo da recente conquista; logo que, á conclusão da guerra de successão espanhola, começaram em Utrecht as negociações da paz, os embaixadores portuguezes aferraram-se obstinados á restituição de Sacramento, e, não satisfeitos com isso, exigiram a definitiva fixação das fronteiras sul do Brasil, de modo que, futuramente, a foz do rio da Prata e o leito do Uruguai formassem os limites.

Porém, não foi menor a obstinação dos Espanhóes; nem mesmo queriam restituir Sacramento, quando muito consentiriam noutra qualquer indemnização territorial; "tal compensação — opinava o seu embaixador, conde de Ossuna — seria facil de achar, desde que se considerasse o valor daquelle territorio; por outro lado, encontrar-se-iam sem dúvida difficuldades, si Portugal quizesse tambem exigir compensação pelo lucro que retirava do contrabando, contrário ao direito internacional".

Nestas condições, depois de haverem as outras potencias desde muito concluido a paz, as negociações luso-espanholas continuavam sempre pendentes, e diversas vezes estiveram a pique de um rompimento, até que, afinal, a palavra decisiva da Inglaterra e conselhos da França levaram a corôa espanhola a condescender. Na paz de Utrecht, a 6 de Fevereiro de 1715, ella restituiu Sacramento e renunciou incondicionalmente ao seu territorio, que, dahi em deante, devia para sempre pertencer por direito á corôa de Portugal; sómente para salvaguardar a honra, se accrescentou uma clausula, pela a qual a Espanha se reservava o direito de, dentro de dezoito mezes dessa troca de territorios, optar pela livre acceitação ou a recusa; todavia, não se fez uso algum de tal restricção.

Assim recebeu a Nova Colonia do Sacramento portugueza, finalmente, a definitiva sancção do direito interna-

cional; porém as suas condições com isso em nada mudaram, e, assim como havia sido sempre um pomo de discordia com os Espanhóes, ficou sempre sendo objecto de hostilidades. Apenas se haviam realizado as formalidades da entrega (5 de Novembro de 1716), logo começaram as auctoridades espanholas vizinhas a discutir sôbre a extensão do territorio cedido; ellas sustentavam que não pertencia á Colonia do Sacramento territorio além do que os canhões nas suas muralhas podiam dominar; o restante territorio, á margem norte do Prata, ao contrário, permanecia sob o dominio espanhol; e, para dar pêsso a essa argumentação, elles estabeleceram ao longo do pequeno rio San Juan, que se lança no rio da Prata algumas leguas a Noroéste de Sacramento, innumeros postos de cavallaria, que rigorosamente excluam os colonos portuguezes do uso das campinas á outra margem. Debalde formulou protesto o commandante portuguez; debalde reclamou o embaixador portuguez em Madrid, que, nos termos do tractado, não havia questão de "um territorio da Colonia", porém, sim, "do territorio e da colonia"; o gabinete de Madrid agarrou-se á interpretação contrária, e não deu a menor attenção ás repetidas queixas que, de anno em anno, se renovavam.

Com isso, cortava-se á colonização portugueza de Sacramento todo o passo adeante para Noroéste, á margem do Uruguai. Por outro lado, a Nordéste tinha ella campo livre, á vontade; alli existia um vasto espaço vazio por preencher, pois, ao longo de toda a costa atlantica, para cima, até á villa de Laguna (Sancta Catharina), não existia até então nem uma só colonia regular.

Pensou-se então em realizar uma ligação de taes fundações e para esse fim se teve em vista, primeiramente um sitio proximo, á margem norte da foz do rio da Prata, que, por sua situação especialmente favoravel para o commercio e a navegação, já desde muito havia attrahido a attenção dos Portuguezes, — o sitio onde actualmente está a cidade de Montevidéo. Já em Outubro de 1701 havia o gabinete de Lisboa pensado em occupar esse posto; todavia, foi o plano no momento abandonado (Março de 1702); agora era de nôvo tomado em consideração; uma carta do punho real ordenava ao capitão-general do Rio de Janeiro, Ayres de Saldanha de Albuquerque, tomasse as disposições necessarias, pelo que este despachou para a tomada de posse o coronel Manuel de Freitas da Fonseca, com um punhado de soldados.

A 27 de Novembro de 1723 chegaram elles a Montevideo; alli levantaram uma pequena bateria e começaram os preparativos para uma fundação colonial; porém não ficaram muito tempo sem ser estorvados.

Exactamente ao aportarem, ancorava no porto vizinho um navio espanhol, que fazia negócio com os Indios da costa, e que immediatamente partiu ás pressas para o outro lado, Buenos Aires, afim de dar notícia dêsse desembarque dos Portuguezes. Alguns dias depois, appareceu um destacamento de cavallaria espanhola, que estabeleceu acampamento na immediata vizinhança da recém-iniciada fundação, e seu commandante, por meio de uma carta, perguntou o que os Portuguezes tinham que fazer no dominio da corôa de Espanha; em breve acudiram de Buenos Aires e de longe, no interior, grandes tropas de soldados espanhóes e alliados Indios, e fizeram-se preparativos para formal bloqueio, por terra e por mar.

A posição do coronel portuguez era desesperadora; acompanhado por um punhado de soldados sómente, com as obras de fortificação ainda incompletas, insustentaveis, não podia, devido á grande distancia, esperar reforços do Rio de Janeiro, e a propria Sacramento era muito fracamente guarnecida, para que o commandante dalli pudesse destacar tropas; resistencia pelas armas não promettia, portanto, o menor successo e daria sómente o signal para novas hostilidades contra Sacramento.

Nestas circumstâncias, resolveu Manuel de Freitas retirar-se da praça apenas guarnecida; o mesmo navio de guerra, que o havia trazido para alli com os seus homens, os recebeu de nôvo e reconduziu ao Rio de Janeiro, onde o coronel teve que expiar com longo encarceramento o insuccesso, de que não era culpado (1724).

Este acontecimento foi de decisiva importancia: o governador espanhol de Buenos Aires, Bruno Mauricio de Zavala, teve com essa oportunidade occasião de conhecer e apreciar o territorio de Montevideo e suas diversas superioridades; mal os Portuguezes viraram as costas, tomou elle posse solenne da praça abandonada; fôram levantadas obras de fortificação, contractados colonos das ilhas Canarias, estabelecidos Indios christãos convertidos na vizinhança, e assim se elevou, onde pouco antes havia fluctuado a bandeira portugueza, uma cidade espanhola, Montevideo (1724-1726).

Assim, ficava a colonia portugueza do Sacramento cercada por ambos os lados pela colonização espanhola, ficava completamente isolada, e não se podia mais pensar no restabelecimento pacífico e tacito da conexão territorial com o Brasil propriamente dicto. Ambas as potencias concorrentes haviam agora erigido, á margem esquerda do Prata, no extremo sul do trecho de costas neutras ainda sem dono, os seus postos avançados, e sómente um grande facto historico, guerra ou tractado, podia resolver sôbre a posse dos mesmos.

A princípio, ficou intacto e inalterado este estado de cousas. Si bem que as duas corôas não estivessem nada satisfeitas com isso, tanto que a portugueza levantava incessantemente novos protestos, — de resto ainda existia entre ambas má disposição de animos, resultante da guerra de successão espanhola, — contudo, ninguém tinha tempo nem vontade de fazer guerra; pois, Portugal se sentia demasiado fraco, e a Espanha, justamente então, estava metida em complicações européas, uma após outra.

Assim floresceram em paz ambas as colonias vizinhas e inimigas, Sacramento e Montevidéo, uma ao lado da outra, ambas com consideravel commércio, lavoura e creação de gado.

Sómente no principio do anno de 1735, o longamente encoberto rancôr entre as côrtes de Madriid e de Lisboa estalou numa pequena contenda; a rapida intromissão mediadora da Inglaterra, França e dos Paizes-Baixos, sem dúvida, impediu então o rompimento de uma guerra na Europa; porém, por esse tempo, accendia-se na America do Sul uma guerra de fronteiras. O então governador de Buenos Aires, Miguel de Salcedo, logo que assumiu o cargo, demonstrou disposição hostil; si o seu antecessor havia caladamente observado como as colonias portuguezas se extendiam em volta do Sacramento, este queria de nôvo limitá-las á distância de tiro de canhão; apresentou reclamações contra o incremento contínuo do commércio de contrabando, etc., e, finalmente, notificou declaração de guerra.

A 29 de Julho de 1735 começaram as hostilidades no mar, com a captura de um navio mercante portuguez, que se havia justamente feito de vela do porto de Sacramento; alguns mezes depois (20 de Outubro), acercou-se Salcedo da Colonia, com todas as suas milicias; numa vasta circumferencia, os predios e as plantações fôram destruidos pelo incendio, os colonos presos e conduzidos ao territorio espanhol; depois, acampou o exército deante das muralhas da cidade e começou um cêrco em regra.



Felizmente, estava o commandante portuguez, Antonio Pedro de Vasconcellos, preparado para tal emergencia; ao passo que elle escrevia para o Rio de Janeiro, pedindo soccorro, armavam-se os moradores a toda a pressa, reforçavam-se as obras de defesa, e toda idéa de rendição era absolutamente repellida com energia; todavia, não se poudo impedir que os sitiantes se apoderassem da vizinha ilha de São Gabriel e dos arrabaldes da cidade e alli levantassem as suas baterias.

Durante doze dias proseguiu o bombardeio com violencia incessante, de 28 de Novembro a 9 de Dezembro; abriu-se brecha então, e os Espanhóes, depois de haverem, mais uma vez, em vão exigido a rendição, avançaram ao assalto (10 de Dezembro); porém, quando o bem assestado fogo da artilharia do forte destroçou as testas das columnas de assalto, refluiram os restantes, desanimados, para as suas trincheiras; e teve Salcedo que se contentar em reabrir o bombardeio destruidor, que, sem interrupção, continuou até Janeiro de 1736.

A praça havia soffrido terrivelmente e já contavam os sitiantes como certa a sua proxima quéda; eis que appareceram, na barra do rio da Prata, as flammulas portuguezas; eram seis navios de guerra, que traziam do Rio de Janeiro aos defensores de Sacramento os reforços pedidos; e, ao passo que estes, saudados com júbilo, ancoravam no porto, os Espanhóes encravavam as suas peças de cêrco, evacuavam as ilhas de São Gabriel, as trincheiras, e tomavam nova posição, algumas leguas distante dalli.

Salcedo, de resto, poudo sustentar por algum tempo uma especie de bloqueio incompleto, que os Portuguezes, apesar das diversas escaramuças, tiveram que supportar, até ficaram, finalmente, com a vinda de mais reforços, em situação de tomar offensiava efficaç.

A 4 de Outubro de 1736, atacaram de surpresa o acampamento espanhol á viva fôrça e destroçaram o corpo de bloqueio; alguns mezes depois (21 de Maio de 1737), tambem a esquadra espanhola de bloqueio soffreu derrota juncto da ilha Martin Garcia, pelo que se levantou completamente o cêrco de Sacramento e ficou garantida aos Portuguezes decisiva supremacia; contudo, não ousaram pagar na mesma moeda, investir a colonia espanhola vizinha, de Montevidéo. Foi, nesse interim, firmada uma tregua entre as corôas de Espanha e Portugal, em Pariz (16 de Março de 1737), a qual adiou a solução das divergencias sul-americanas sôbre li-

mites, até a um futuro ajuste de paz, e ordenou, até a esse prazo, a manutenção do estado de cousas de antes da guerra.

No mez seguinte, de Setembro, soube-se dêsse convenio no rio da Prata; cessaram as hostilidades. De nôvo poude então Sacramento volver aos seus trabalhos pacificos; em breve realcançaram a antiga importancia o contrabando e a creação de gado; sómente a lavoura, devido á devastação da guerra, não poude nunca mais restabelecer-se, e os campos, outrora florescentes, jazem em solidão até actualmente.

★ ★ ★

Enquanto a disputa a respeito de Sacramento e da margem norte do rio da Prata, durante sessenta annos, inquietou os gabinetes dos dous reinos e toda a diplomacia européa, com os seus altos clamores, ficando, entretanto, sem resultado algum digno de nota, obtinha a propria colonização brasileira, em outros logares, ás caladas, o maior successo e tomava aos Espanhóes as terras do coração da America do Sul.

Primeiramente: proseguindo da fóz do Amazonas, rio acima, já ella havia alcançado o curso superior dêsse rio, quando alli encontrou os primeiros precursores da colonização espanhola (cêrca de 1700). Foi um jesuita alemão, Samuel Fritz, membro da missão de Quito, auctor do primeiro mappa authenticco da bacia do Amazonas; estava elle justamente occupado nos trabalhos preparatorios para esse effeito, no levantamento do curso do rio, quando foi apanhado, como espião espanhol, pelo director da uma colonia avançada brasileira. Posto em liberdade ao cabo de dous annos de prisão, nos seus ultimos annos trabalhou com successo na conversão entre os Indios do Alto Amazonas e estabeleceu uma das tribus de Indios mais bravos em tôrno da cruz da sua missão, na região da actual aldeia de Olivença.

Depois de sua morte, ficaram as novas missões sob a direcção dos ermãos da Ordem de Christo, portanto, sob a soberania espanhola; porém, em breve, ellas fôram ultrapassadas pela colonização brasileira que avançava, e no anno de 1708, durante a guerra de successão espanhola, mandou o capitão-general do Pará avisar aos missionarios espanhóes que se retirassem do territorio brasileiro.

Já elles se preparavam para obedecer, quando lhes acouidiu um punhado de soldados espanhóes, que fizeram

recuar os postos avançados brasileiros e destruíram as vizinhas missões dos Carmelitas portugueses, na confluência do rio Negro; porém, quando chegou então, vindo apressadamente de Belém, um pequeno destacamento de tropas, elles não ousaram resistir; fugiram os soldados espanhóes e missionarios. Com isso, ficou quasi todo o territorio da actual provincia do Alto Amazonas para o Brasil.

Por outro lado: vinda de São Paulo, tomou a colonização brasileira primeiro posse de Minas Geraes (1700 e seguintes), depois de Goiaz e Cuiabá (1720 e seguintes); em 1734, já estavam os seus precursores em Matto Grosso; e a viagem fluvial de descobrimento de Manuel Felix de Lima, que em 1742, navegando de Matto Grosso, rio abaixo, pelo Guaporé e pelo Madeira, alcançou o rio Amazonas, demonstrou aos jesuitas espanhóes da missão do Perú, que o espirito emprehendedor brasileiro havia levantado tambem aqui uma barreira ao avanço da soberania espanhola.

Finalmente, tambem ao longo da costa do Atlantico, da villa de Laguna (Sancta Catharina), se havia feito progresso ao Sul; no territorio da actual provincia de São Pedro, eram sempre em maior número os precursores; já em 1715, as auctoridades de Laguna, deante dos jesuitas espanhóes das missões de Entre Rios, que já avançavam então para a margem oeste do Uruguai, reivindicavam formal direito de posse desse territorio; e, ainda, no anno de 1737, levantou-se no desaguadouro da lagôa dos Patos uma praça forte, a actual cidade do Rio Grande, que dahi em deante devia garantir o dominio brasileiro sôbre esse lago interior e sôbre toda a costa de São Pedro.

Era esta a situação de facto das possessões sul-americanas, cêrea do anno de 1750; em todos os pontos estavam, de um lado a colonização espanhola, de outro a portugueza, encostadas uma á outra; mais um passo que se desse adeante, devia resultar um conflicto geral. E tal parecia, de facto, inevitavel; em ambas as nações da península iberica, tanto no povo como no gabinete, predominavam, como já antes, a velha ambição e teimosia, que não permittiam deixar escapar o menor pedaço da terra americana que considerasse seu. Então, uma disposição de espirito amigavel, pessoal, entre as duas casas reaes, desviou provisoriamente um rompimento de hostilidades e mesmo se exforçou em remover futuros motivos de guerras, por uma pacifica demarcação de limites.

No throno de Espanha governava (1701-1746) o rei Philippe V, no de Portugal o rei d. João V (1706-1750); elles não haviam mantido muito boas relações de vizinhança, pois Philippe V não podia nunca olvidar que Portugal, durante a guerra de successão espanhola, havia passado para os seus inimigos; todavia, duplos laços matrimoniaes haviam apertado as relações entre ambas as familias, por haver d. João V casado o seu successor, d. José Manuel (1750-1777), com uma filha do rei espanhol, e d. Philippe V ao seu successor, d. Fernando VI (1746-1759), com uma princesa portugueza (19 de Janeiro de 1729).

Esses laços de parentesco não tiveram, enquanto viveu d. Philippe V, a minima influencia na politica; porém, depois de sua morte, tomaram significação desta especie; ambas as côrtes, de Lisboa e de Madrid, formaram uma estreita aliança de amizade; e, d'este modo, também fôram ao encontro uma da outra, conciliodaras, na questão de posse e de limites sul-americanos.

Entabularam-se secretamente negociações em Madrid, nas quaes o secretario de Estado, José de Carvajal Lencastre, defendia os interesses da Espanha, e o embaixador Thomaz da Silva Telles, visconde da Villa Nova de Cerveira, defendia os de Portugal; embora não pudesse ser de outro modo, todavia, com moderação digna de louvor, tomou-se por base do convenio o estado de posse effectivo do momento, e surgiu, assim, das deliberações, um tractado sôbre os limites de ambos os lados na America do Sul, concluido em Madrid (15 de Janeiro de 1750), ratificado em Lisboa (26 de Janeiro), e em Madrid (8 de Fevereiro de 1750).

Eram as disposições do tractado, em substancia, as seguintes: em primeiro logar, as desde muito antiquadas demarcações, à linha divisoria determinada no auto de doação papal e no tractado de Tordesillas (7 de Junho de 1494), fôram formalmente annulladas e, em compensação, acceitas as seguintes linhas limitrophes. Começa a linha no escoadouro da Lagôa dos Castelhanos (Laguna de Castillos, 34°20' de latitude sul), segue pelo cume da vizinha serra de Castilhos Grandes, passa pelas nascentes do rio Negro, affluente do Uruguai, até ás do Ibicuhí e por este rio até sua fôz no Uruguai; corre então ao longo do curso principal do Uruguai, até ao poncto onde recebe o Pepiri, vindo do Norte; depois vai subindo esse affluente até ás suas nascentes, e, proseguindo ao Norte, alcança as vizinhas nascentes de outro rio pequeno, que leva essa linha ao rio

Iguassú (Curitiba). Dahi em deante, a linha de fronteira desce primeiro pelo leito do Iguassú, mais além toma o do Paraná e, deste último, enfiando a Oéste, por um pequeno affluente, o Igurehí, accompanha-o até ás suas nascentes; das nascentes do Igurehí até ao rio Paraguai, em linha a mais proxima possivel de uma recta, segue o divisor de aguas, ou um rio situado a proposito, formando as fronteiras sul de Matto Grosso. Segue dahi o curso principal do Paraguai acima, até á embocadura do Jaurú; dahi vae em linha recta a Oéste em busca do Guaporé e, passando ao longo dêste pela confluência do rio Mamoré, entra no Madeira; tambem este fórma provisoriamente, com o seu leito, o limite, até a um poncto a meio caminho entre a sua origem (a junção dos rios Guaporé e Mamoré) e a sua fóz (no Amazonas). Do poncto último citado no Madeira, a linha de fronteira busca o rio Javari, depois segue por esse rio até á sua fóz e dahi o curso principal do Amazonas, de onde a linha se volve de nôvo para o Norte na fóz do Iapurá, e accompanha esse rio até ás suas nascentes; alcança, assim, o divisor das aguas entre as bacias do Amazonas e do Orenoco, e esta fórma, então, até pela Guiana a dentro, o limite político entre a America do Sul espanhola e a portugueza.

Si accompanharmos essa linha no mappa e nos lembrarmos de que, até ainda hoje (e quanto mais ha cem annos atrás!), os conhecimentos geographicos do interior sul-americano são muito incompletos, devemos tanto mais reconhecer que as fronteiras fôram relativamente traçadas com muito grande segurança e clareza; "era uma verdadeira linha régia e muito nitida, pois era traçada com cadeias de montanhas e rios caudalosos, que não são, nem uns nem outros, sujeitos a mudanças", como se manifestavá um contemporaneo. Porém, não obstante, deviam naturalmente sobrar motivos para equivocos, pois basta considerar que restava determinar exactamente de um lado os nomes dos rios, sobretudo no interior da região das nascentes; por outro lado, os cumes das elevações.

Quanto a outras mais determinações subsidiarias do tractado de limites de 15 de Janeiro de 1750, tendiam em geral a impedir quanto possivel contactos entre os subditos de ambos os lados. Para isso, era rigorosamente prohibido todo commercio, mesmo a simples visita, sem uma licença préviamente obtida, sob pena de arbitrario encarceramento; em ambos os lados, na vizinhança da linha de fronteira, não se podiam fundar colonias nem levantar obras



de fortificação; no mesmo sentido era limitada até a navegação dos rios.

Cada qual podia utilizar-se das aguas dentro do seu dominio, e, quando um rio formava a fronteira, eram livres a navegação e a pesca para ambas as partes; porém, nas rêdes dos grandes rios, em que cada um possuísse a sua porção, não se consentia absolutamente na navegação fluvial mutua: ao contrário, cada uma das corôas conservava o exclusivo dominio do rio que desaguasse no seu territorio. Assim, o uso exclusivo do Amazonas pelo Brasil, que já fôra reivindicado da França desde 1713, agora tambem lhe era reconhecido pela Espanha; em compensação, tinha que renunciar completamente em favor do vice-reino de Buenos Aires ao uso em commum do rio da Prata, e em favor do vice-reino espanhol de Sancta Fé de Bogotá (Colombia) ao uso em commum do Orenoco (148).

Finalmente, como de evidência, todas as fundações colonias que a Espanha possuia ao Norte e a Léste, Portugal ao Sul e Oéste da linha de demarcação convencionada, fôram cedidas; ao contrário, e, em consequencia, deviam occorrer as seguintes mudanças de posse, exceptuando algumas aldeias de missões de Indios, no remoto occidente: a nova Colonia do Sacramento, portugueza, passava ao vice-reino espanhol de Buenos Aires, ao passo que, por outro lado, o Brasil ficava com as Septe Reducções de Indios, que os Jesuitas da missão espanhola de Entre Rios haviam fundado á margem esquerda do rio Uruguai, no seu curso superior; de ambos esses logares podiam os habitantes retirar-se em liberdade, com todos os seus bens móveis, e vender as suas outras propriedades, quando possivel; tambem era assegurado o transporte dos bens do Estado; no mais, deviam ser entregues, todavia, esses logares em condição perfeita á sua nova soberania, dentro do prazo de um anno.

Em absoluto, este tractado de limites foi, no seu todo, razoavel e vantajoso para ambas as partes contractantes; con-

---

(148) Essa disposição de direito internacional, quanto ao Orenoco, que actualmente pertence á República de Venezuela, continuou inalterada até hoje; ao contrário, o rio da Prata, com todos os seus afluentes, foi aberto, após cem annos de interdicção, ao commercio mundial e a todos os pavilhões amigos; primeiro, por parte da Confederação Argentina (31 de Agosto de 1852), em seguida, com o assentimento de outros Estados marginaes. Finalmente, sobre o direito internacional na navegação do Amazonas, que o Brasil usou exclusivamente para si de 1713 a 1851, já relatámos noutro poncto (cap. VII). (*Nota do auctor*).

tudo, e talvez justamente por este motivo, não achou em nenhuma das partes a devida approvação; os Espanhóes julgavam-se de todo modo lesados, pelo facto de terem que renunciar a tão vastos direitos de posse, e, por outro lado, em Portugal lamentava-se, sobretudo, a perda de Sacramento e com ella a do tão rendoso commércio de contrabando do rio da Prata.

Todavia, ambos os govêrnos empenharam-se com seriedade na sua execução; e, de facto, encarregou o gabinete de Lisboa o capitão-general do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, da demarcação da fronteira noroeste do Brasil; o capitão-general do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, Gomes Freire de Andrada, ficou com a sudoeste; a esses encarregados associaram-se do lado espanhol dous outros commissarios de limites.

Já se vê que não accompanharemos esses funcionarios da corôa e os seus auxiliares subordinados, no traçar a linha de separação e levantar os marcos divisorios, em suas penosas peregrinações; de vagar, sob difficuldades de toda especie, ia progredindo o trabalho, quando, repentinamente, onde menos se esperava, o proseguimento esbarrou num decisivo obstaculo material.

Isso aconteceu no territorio denominado de Septe Missões, á margem esquerda do Uruguai (provincia de São Pedro), que, segundo o texto do tractado, devia ser entregue pelo govêrno espanhol ao portuguez.

Como já foi narrado (cap. X), os Jesuitas espanhóes da missão de Entre-Rios haviam começado, primeiro, uma colonização ecclesiastica nesse trecho de terras, entre os afluentes Piratini e Ijuhi; haviam fundado as Septe Missões e acostumado a população india primitiva a uma vida de lavoura e domiciliada; assim, estavam esses Indios christãos, Guaranis, por tradição de longa data e por innumerous serviços prestados mutuamente, ligados ao nome espanhol, ao passo que, por outro lado, profundamente se arraigava entre elles uma decidida inimizade nacional contra os Brasileiros, especialmente contra os Paulistas.

Em consideração dêsse sentimento de raizes historicas, tambem o tractado de limites havia previsto que aquella população de Indios não ficaria sob o dominio brasileiro, porém que se retiraria do trecho de terras cedido e passaria para a margem direita do Uruguai, no territorio espanhol; determinação sem dúvida bem intencionada, porém que tinha uma face muito cruel, pois significava enxotar

das suas lavouras e de seus patrios lares uma população inteiramente agrícola. Protestaram, portanto, os Jesuitas missionarios, juncto á còrte de Madrid, contra essa medida; representando que os seus pupillos Indios seriam contrários igualmente á emigração dos velhos lares, tanto como á subordinação ao nôvo govêrno brasileiro, supplicaram que fôsse annullado o artigo em questão do tractado de limites e que se conservassem sob a corôa espanhola as Septe Missões; porém não se lhes deu attenção, e elles tiveram então que fazer preparativos para a transmigração.

Quasi nos fins do anno de 1752, os primeiros bandos de Guaranis disseram adeus ás suas florescentes plantações e aldeias, e tomaram o triste caminho do exilio; porém não chegaram muito longe: si, por impulso proprio, nascido da saudade, muito justa, de seus lares, ou si instigados secretamente pela suggestão de seus confessores, o facto é que voltaram atrás, a meio caminho, e tomaram de nôvo posse das suas habitações recém-abandonadas. E, quando então a commissão de limites luso-hispanica se approximou de seu territorio, elles se oppuzeram francamente á entrada della e declararam abertamente que nunca se retirariam do territorio que Deus e os sanctos lhes haviam concedido em partilha, nem jámais se submetteriam á soberania dos Portuguezes; de facto, teve a commissão de limites que retroceder e suspender os seus trabalhos (principios de 1753).

Em consequencia dessa aberta resistencia, fôram os Guaranis das Septe Missões considerados rebeldes, tanto pelo govêrno colonial, em Buenos Aires, como pelo brasileiro; de ambos os lados marcharam tropas contra elles; todavia, os Indios, apesar de seu insufficiente armamento, oppuzeram valente e bem succedida resistencia, e concluiu-se a primeira campanha, sendo as tropas invasoras obrigadas a bater em retirada (trégua de 14 de Novembro de 1754).

Porém, passado um anno, ellas voltaram; o exército espanhol e o brasileiro, que da outra vez haviam operado separadamente, reuniram-se nas nascentes do rio Negro, em 16 de Janeiro de 1756, e á sua acção conjuncta, ao assalto em commum, não resistiram os pobres Indios; num encontro encarniçado, em 10 de Fevereiro, dispersou-se a sua fôrça principal; as trincheiras, que elles haviam levantado no caminho, fôram deitadas abaixo, e, já no mez de Maio, estavam as proprias aldeias das missões nas mãos das tropas hispano-brasileiras. Então a maioria dos Indios prestou obediencia e foi transportada á margem direita espanhola

do Uruguai; sómente uma pequena parte se obstinou na desobediencia e fugiu para o seguro abrigo da matta virgem, de onde continuamente perturbavam a plâncie com incur-sões depredatorias.

Estava removido o obstaculo; e a commissão luso-hispanica poude agora reencetar os seus trabalhos interrompidos, o que realmente fez, depois de algumas hesitações; porém, esse incidente, a denominada guerra das Septe Missões, desgostou da causa ambas as partes. Os Espanhóes lastimavam a perda, a devastação do antes tão florescente territorio das Missões; os Portuguezes não sentiam especial satisfação em aceitar, como indemnização pela importante Colonia do Sacramento, o territorio devastado, cuja posse pacífica era sempre perturbada pelas últimas convulsões da rebellião dos Indios, e, por isso, do seu lado, contrariamente ao tractado, protelavam de continuo a transmissão.

Na verdade, a commissão de limites de novo se reuniu; porém não trazia consigo a mesma boa vontade de antes, discutia com caprichosa teimosia sobre ninharias, e assim decorreram alguns annos, sem que se dêsse o menor passo digno de menção para a caracterização das fronteiras.

Entretanto, mudavam-se as condições europeas; o rei d. Fernando VI da Espanha e a sua esposa, portugueza, haviam morrido, e, com isso, desatava-se o laço de parentesco, que havia unido até então em estreita amizade as côrtes de Lisbôa e Madrid; o meio irmão e successor de Fernando, d. Carlos III (1759-1788), recomeçou a antiga política hostil de seu pae.

Nestas circunstâncias, não se podia mais pensar na execução amigavel do tractado de limites; sempre em maior número se accumulavam os malentendidos, as difficuldades, e, afinal, ambos os lados regosijaram-se em abandonar os trabalhos. A 12 de Fevereiro de 1761, uma convenção determinou annullar formalmente o tractado de limites de 13 de Janeiro de 1750, e restabelecer o estado de cousas existente antes; o territorio das Septe Missões voltou, portanto, para o dominio espanhol, e Portugal ficava de novo na posse legal da Colonia do Sacramento, de que ainda continuava a não abrir mão.

Agora começou entre ambos os reinos da peninsula ibérica um novo periodo de inimizade política, que já nos annos seguintes resultou em aberta hostilidade.



Pouco antes do fim da guerra dos Septe Annos, sollicitado pelas potencias bourbonicas, França e Espanha, á alliança contra a Inglaterra, recusou Portugal renunciar á neutralidade de até então; e immediatamente appareceram tropas espanholas nas suas fronteiras, e foi declarada a guerra (Maio até Junho de 1762). E, mal chegou a noticia dêste facto á America do Sul, accenderam-se tambem alli as hostilidades, como sempre primeiro na fôz do rio da Prata.

O governador espanhol de Buenos Aires, d. Pedro de Cevallos, havia presentido acertadamente o que estava para acontecer e já se havia preparado de antemão; immediatamente começou a atacar a Colonia do Sacramento, por terra e por mar, 1º de Outubro, e, por maior que fôsse a bravura com que a guarnição se defendeu, ao cabo de quatro semanas viu-se forçada a capitular, mediante concessão de honrosa retirada (30 de Outubro de 1762); na verdade, ainda acudiu do Rio de Janeiro uma esquadra luso-britannica reunida, que procurou retomar a praça recém-perdida, em 6 de Janeiro de 1763; todavia, ella teve que regressar, sem haver effectuado nada, depois de mal succedido combate contra as baterias espanholas da costa.

Apoiado na conquistada Sacramento e em Montevidéo, começou então Cevallos a operar no interior, rumo norte, e, a 19 de Março, transpoz o limite sul do Brasil; dous pequenos fortes de fronteira, que se haviam construido justamente a toda pressa na lagôa Mirim, oppuzeram apenas fraca resistencia; tambem na cidade do Rio Grande do Sul, soldados e habitantes tractaram de fugir, á primeira noticia de que se approximava o inimigo vencedor, superior de muito em número, e os Espanhóes puderam, sem recorrer ás armas, tomar posse da praça deserta, a 24 de abril. Dahi elles destacaram os seus postos avançados para o Norte, ao longo da Lagôa dos Patos; para mais conquistas, porém, não tiveram tempo, porque, immediatamente depois, chegou de Lisbôa e Madrid a noticia dos preliminares da paz, entretanto firmados, e depois a da conclusão da paz, em Pariz, a 10 de Fevereiro de 1763, pelo que o choque das armas cessou completamente nas costas do Atlantico.

Uma guerra de fronteiras, accesa ao mesmo tempo no remoto Oéste, pela conquista do forte do Principe da Beira, no rio Guaporé (provincia de Matto Grosso), em 1762-63, já havia antes terminado pelo exgottamento de ambos os partidos e a retirada do atacante espanhol.



Importava agora fazer executar as estipulações do tractado da paz; e estas ordenavam que as primitivas condições de posse, de conformidade com os existentes tractados, deviam ser de nôvo restabelecidas absolutamente inalteradas; tinham, pois, os Espanhóes, segundo o texto, que restituir todas as suas conquistas, tanto Sacramento, como Rio Grande do Sul; todavia, a isso não estavam dispostos Cevallos, nem seus successores no govêrno de Buenos Aires, nem o gabinete de Madrid.

Em todo caso, quanto a Sacramento não havia possibilidade de escapatória; a posse dessa colonia havia sido concedida repetidas vezes, expressamente na paz de Utrecht e em outras, á corôa de Portugal, e assim tiveram que se resignar os Espanhóes, depois de alguma hesitação, á restituição da praça (1º de Janeiro de 1764).

Porém, não eram tão claras as condições, segundo o direito internacional, no que se referia ao Rio Grande do Sul: devemos lembrar que no tempo da paz de Utrecht — e as condições de então de nôvo entravam em vigor á annullação do tractado de limites — toda a costa do mar, entre Sacramento e a villa de Laguna (provincia de Sancta Catharina), formava um dominio neutro, de facto ainda sem dono, sôbre o qual, tanto a corôa espanhóla, como a portugueza, julgavam ter o melhor direito; com essa base argumentavam então os Espanhóes: a tomada de posse, feita pelos Brasileiros, depois disso, era um facto, porém não baseado no direito, assim como tambem lhe faltava toda expressa sancção do direito internacional; perante a justiça, a cidade e territorio do Rio Grande do Sul competiam á corôa de Espanha; e, portanto, elles negavam-se em absoluto a fazer a restituição. Comprehende-se que o govêrno colonial brasileiro e o gabinete de Lisboa faziam ouvidos de mercador a essa argumentação dos Espanhóes; ambas as partes obstinavam-se nos seus suppostos direitos, e a consequencia foi que, apesar da conclusão da paz de Pariz, continuou nessas terras de fronteira sul-americanas (a actual provincia de São Pedro), sem interrupção, o estado de guerra.

De um lado, os Espanhóes, que tinham o seu quartel-general na cidade do Rio Grande, de outro os Brasileiros, firmados na cidade de Porto Alegre, faziam-se frente em pé de guerra, hostilizando-se em pequenos combates, nos quaes, embora não se conseguisse importante resultado, contudo os Brasileiros levavam vantagem; na verdade, um destes ultimos ataques á propria cidade do Rio Grande teve mau exito, em

fins de Maio de 1767; porém elles arrazaram os postos avançados inimigos por toda parte, de sorte que, de suas conquistas, só restou aos Espanhóes a proxima vizinhança daquelle pequena cidade, a costa meridional do Rio Grande do Sul; tambem, mais tarde, uma expedição dos Espanhóes, dirigida contra o forte do Rio Pardo, e depois talvez além contra Porto Alegre, fálhou completamente (princípio de 1774).

Depois de haver ficado esta pequena guerra inter-colonial inteiramente despercebida das mães-patrias, afinal, no correr do anno de 1774, ella attrahiu a attenção geral e deu occasião a longas discussões diplomaticas entre as côrtes de Lisboa e Madrid, nas quaes, em breve, tambem a Inglaterra e a França fôram envolvidas, como mediadoras. Os seus esforços reunidos lograram impedir um formal rompimento na Europa, uma formal declaração de guerra; porém, não puderam impedir que a guerra de além-mar, intercolonial, tomasse proporções cada vez maiores, pois, ora uma, ora outra das potencias combatentes, para alli despachava reforços.

Limitou-se primeiramente ao Rio Grande do Sul o theatro da guerra; um official alemão ao serviço de Portugal, o tenente-general Johann Heinrich Boehm, que havia vindo para cá com tropas da Europa, tomou posição bem fortificada á margem norte do canal, em São José do Norte (primavera de 1775), e para ahi convocou as milicias da vizinhança; frenteira a elle, á margem sul, a guarnição espanhola da cidade do Rio Grande tambem chamou a si tropas novas; finalmente, chegaram, ainda, para ambos os lados, pequenas esquadras auxiliares, que a princípio se mediram sem a cooperação das tropas de terra.

Nesse encontro maritimo ficaram os navios brasileiros em desvantagem; porém, quando o general Boehm mandou atacar em seguida, em todos os pontos, pelas fôrças reunidas de terra e de mar, as obras espanholas de defesa, elle conseguiu o mais completo successo, graças ás suas intelligentes disposições, e, ao cabo de dous dias de encarniçado combate (1º e 2 de Abril de 1776), caiu a cidade do Rio Grande em seu poder, ao passo que os Espanhóes se retiravam além-fronteira, sôbre Montevidéo, perseguidos pelos vencedores, abandonando os seus feridos e os seus canhões.

Conseguiram assim as armas portuguezas, como prescrevia a paz de Pariz, restabelecer inalteradas as condições de posse de antes da guerra; todo o Brasil, e, além disso, a Colonia do Sacramento, pertenciam de nôvo á corôa de Portugal. Porém, esse completo exito fez crescer ainda mais a

cholera dos Espanhóes; elles animaram-se a fazer grandes preparativos de guerra e despacharam um exército e uma esquadra, como não havia visto eguaes o Brasil, desde a invasão hollandeza, 19 navios de guerra e 96 transportes, com mais de 9.000 homens de desembarque, sob o commando-chefe de d. Pedro de Cevallos, encarregado, com esse commando militar, ao mesmo tempo, tambem do govêrno do vice-reino de Buenos Aires. Cevallos, já uma vez, quinze annos antes, havia sido revestido da mesma dignidade; havia então conquistado Sacramento e Rio Grande do Sul; adoptou de nôvo os mesmos planos e ainda os ampliou; tractava-se esta vez de conquistar todo o Sul do Brasil, as actuaes provincias de Sancta Catharina e de São Pedro, e de incorpora-lo ao reino colonial do Prata.

Assim, dirigiu-se primeiro contra a ilha de Sancta Catharina, onde a sua frota ancorou a 20 de Fevereiro de 1777; na noite de 23 para 24 de Fevereiro, foi realizado o desembarque, e já a 5 de Março conformaram-se as auctoridades portuguezas, civis e militares, em capitular, e em seguida o vice-rei, em nome do rei de Espanha, seu senhor, recebeu da população da ilha o juramento de submissão. Com a mesma intenção, mandou elle um navio de guerra á fronteira villa de Laguna, na terra firme de Sancta Catharina, onde procurou desembarcar; todavia, á chegada, opportunamente de um destacamento de soldados portuguezes, mallogrou-se a operação, em fins de Abril.

Entretanto, Cevallos, deixando uma pequena guarnição, já se havia feito de vela, primeiro para Buenos Aires, onde tomou posse do seu cargo; depois, rumou contra a Colonia de Sacramento, e já a 22 de Maio era essa praça cercada por terra e por mar. A resistencia da mesma era muito pequena; bem havia o commandante, Francisco José da Rocha, a tempo supplicado reforços do Rio de Janeiro, os quaes, de facto, fôram mandados; porém, em caminho, caíram em poder dos cruzadores espanhóes; de sorte que não se tinham bastantes viveres, nem munições de guerra.

Durante sómente oito dias, manteve-se um simulacro de resistencia; então teve a praça que se render á discreção, por não querer Cevallos admittir capitulação (4 de Junho de 1777); arrasaram então os vencedores completamente as obras de defesa, de resto abandonadas; todos os habitantes portuguezes, soldados e civis, fôram remettidos presos á margem oêste do rio da Prata, espalhados pelas colonias espanholas e forçados a se estabelecerem alli; sómente aos offi-

ciaes e aos poucos que puderam pagar o seu resgate foi dado se retirarem para o Rio de Janeiro. Assim, extinguiu-se até o nome portuguez da Nova Colonia do Sacramento!

Agora passou Cevallos a ameaçar tambem o Rio Grande do Sul, com um nôvo ataque geral, e, sem dúvida, ter-se-ia alli travado uma encarnizada guerra, pois o general Boehm havia tomado as suas disposições com grande cuidado; porém, quando os exercitos já se enfrentavam de perto, chegaram da Europa as notícias da paz, e as hostilidades cessaram por esta vez.

E' que em Portugal havia, entretanto, morrido o rei d. José Manuel, a 24 de Fevereiro de 1777, e sua herdeira, a rainha d. Maria I (com o rei consorte d. Pedro III) havia subido ao throno e prestou-se a maior condescendencia para com a Espanha; a seu pedido, dirigiu-se a rainha viuva, uma princeza espanhola, ella propria, á côrte de Madrid, ao seu ermão d. Carlos III, e alli, em grande parte, por sua pessoal influência, obteve uma accommodação amigavel das divergencias pendentes.

Certamente encontraram os seus esforços tambem poderoso auxilio nas condições geraes da política; pois justamente então (durante a guerra da independencia dos Estados Unidos da America do Norte) estavam as potencias bourbonicas, França e Espanha, ao poncto de se alliarem contra a Inglaterra, e a Espanha precisava, portanto, de apoiar-se na amizade ou, ao menos, na neutralidade de Portugal.

Então ambas as côrtes e seus negociadores, o ministro espanhol conde de Florida Blanca, e o embaixador portuguez Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, apresentaram-se um ao outro, com bastante moderação; declararam-se os Espanhões promptos a restituir a conquistada ilha de Sancta Catharina (o que se fez a 30 de Julho de 1778) e reconhecer como dependencia do Brasil o territorio até então contestado do Rio Grande do Sul; em troca, obtiveram a renúncia da conquistada Colonia do Sacramento e de algumas outras possessões portuguezas na Africa e na Australia; tambem Portugal annuiu ás pretensões espanholas, segundo as quaes ambas as potencias contractantes se deviam mutuamente auxiliar para garantir e defender as suas terras na America do Sul.

Sôbre essas bases, fôram firmados dous tractados, primeiro, um tractado de paz e limites, provisório, em Sancto Ildefonso, a 1º de Outubro de 1777, ao qual se seguiu em breve um tractado de amizade, garantia e commércio, em Madrid, a 11 de Março de 1778.



Não é necessario entrar aqui em pormenores sôbre as clausulas de ambos esses tractados; apenas mencionamos que pareceram aos Portuguezes muito desvantajosos e injustos, e pouca approvação acharam na opinião pública; porém o Brasil podia, em todo caso, contentar-se com isso, pois alcançava, finalmente, a definitiva fixação das suas fronteiras, pelo tractado preliminar de 1º de Outubro de 1777, que, si não era tão favoravel como o primeiro, de 1750, sempre era ainda bastante vantajoso.

A linha de limites com a America do Sul espanhola, dahi em diante, devia começar na fóz do arroio Chuhi (33°45' latitude sul), proseguir ao longo da lagôa Mirim, buscar as nascentes do rio Negro, e depois, quanto possivel, seguindo o divisor das aguas da bacia do Uruguai, tomar rumo para o poncto onde o pequeno rio Peperi desagua, vindo do Norte, no Uruguai; assim ficava a maior parte do valle occidental do Uruguai, e com isso o territorio das Septe Missões, sob a soberania espanhola. Da fóz do Peperi entrava em vigor a mesma linha fronteiriça, que havia sido convencionada no primeiro tractado de limites, de 13 de Janeiro de 1750. Acrescentava-se, porém, agora, nova clausula especial: nem todo o territorio ao Norte daquella linha de fronteira competia ao Brasil; porém, entre as possessões de ambas as nações, ficava de permeio um districto neutro, que nunca, sob pretexto algum, devia ser possuido nem colonizado; e este territorio comprehendia ambas as lagunas, Mangueira e Mirim, e a estreita faixa de terra entre ellas e o Oceano Atlantico, ao Norte até ao arroio Tahim (32°35' de latitude sul), e então, numa largura mais estrictamente a convencionar no terreno, se prolongava até á fóz do Pepiri, onde acabava; de conformidade com estas resoluções, deviam ser agora: São Miguel, o extremo poncto de limite espanhol, na costa; os extremos pontos da fronteira brasileira, São Gonçalo e Rio Grande. Finalmente, a maior parte das disposições subsidiarias do primeiro tractado de limites repetia-se neste segundo; assim, em particular, o Brasil devia renunciar á navegação no systema fluvial do rio da Prata.

Firmava-se, assim, entre as duas grandes potencias coloniaes da America do Sul, um accôrdo que, differente do primeiro tractado de limites, não era simplesmente provisório, porém verdadeiramente definitivo; as experiencias dos ultimos decennios já haviam de sóbra provado que não existiria nenhuma outra saída para as sempre ameaçadoras contendas, e ambas as partes firmaram-se immutaveis nas



bases estabelecidas, embora cada uma desejasse em muitos pontos cousa differente.

Porém, para effectuar essa concordia theorica, era necessaria uma effectiva caracterização das fronteiras, e, para isso, tinha-se que recommençar o serviço, pois o que da outra vez (1750-1760) se havia rigorosamente demarcado, o limite sul da actual provincia de São Pedro, ficou completamente annullado pelo nôvo tractado; impunha-se, portanto, ainda uma tarefa erigada das mais espinhosas difficuldades, e, desgraçadamente, para esse fim não se concorreu com especial empenho, nem bôa vontade.

Passaram-se muitos annos nos preparativos e nas deliberações provisórias sôbre o modo de executar o trabalho, até convirem em que todo o conjuncto da fronteira seria dividido em cinco secções e cada uma destas seria confiada a uma commissão mixta de limites, de representantes de ambas as partes; podia-se, assim, dar comêço aos trabalhos em cinco pontos ao mesmo tempo. Puzeram-se, afinal, mãos á obra, no correr do anno de 1784, e plantaram-se os primeiros marcos de pedra na costa: o espanhol, juncto do arroio Chuhi, a 11 de Março; o brasileiro, juncto do arroio Tahim (149), nas seguintes semanas.

O seguimento dos trabalhos foi continuamente estorvado por divergencias; para determinar quasi cada um dos pontos geographicos, discutia-se com tão teimosa pertinacia, como si se tractasse da mais rica provincia e não de selvas deshabitadas; e, ao passo que os commissarios disputavam, os commandantes das fronteiras empurravam, cada qual mais adeante, ás caladas, o seu posto de fronteira, a sua colonia, para garantir a maior porção possivel do territorio litigioso, o que exacerbava mais ainda a hostilidade mutua.

Nestas circumstancias, foi progredindo muito lentamente a demarcação das fronteiras e, muitas vezes, soffreu mesmo interrupção formal, de maior ou menor duração; passaram-se quinze annos e ainda se estava longe da conclusão; foi então que uma imprevista feição, que tomaram as cousas europeas, obrigou á completa suspensão dos trabalhos.

Sabe-se que, justamente a esse tempo, toda a Europa foi abalada pela guerra de gigantes, que, em resultado da Re-

---

(149) Esse arroio Tahim, duas vezes citado por Handelsmann, era pequenissimo curso de agua, existente no Rio Grande do Sul, e que já se extinguiu.

volução Franceza, se desencadeou entre a França e a Inglaterra. Não podia também escapar á tormenta a península ibérica; ambos os reinos tiveram que tomar partido, e Espanha se aliou á França; Portugal, segundo o antigo costume, á Inglaterra; acharam-se, com isso, de nôvo em posição hostil, e, por fim, chegaram á guerra franca.

No princípio do anno de 1801, declarou-se a guerra; tropas francezas e espanholas transpuzeram as fronteiras portuguezas; todavia, depois de curta campanha, pouco decisiva, concluiu a Espanha uma paz em separado, em Badajoz, a 6 de Junho de 1801, á qual se seguiu em breve a paz em separado dos Francezes, em Madrid, a 29 de Setembro de 1801.

Com esta guerra e tractado de paz, alcançou a Espanha na Europa uma pequena cessão de territorio (a cidade de Olivenza, com o municipio), porém muito maior foi o prejuizo territorial que soffreu na America do Sul.

Apenas alli chegou a noticia da declaração da guerra, imitaram os Estados coloniaes o exemplo das mães-patrias; uma esquadra espanhola penetrou, pelo Paraguai acima, em Matto Grosso, e bloqueou o forte brasileiro de fronteira, Nova Coimbra, em Setembro de 1801; encontrou, porém, tão decidida resistencia, que dentro em breve teve que resignar-se á retirada (150). Mais felizes fôram os Brasileiros,

---

(150) O ataque ao forte de Coimbra, em Matto Grosso, pelas forças do governador de Assumpção, d. Lazaro de Ribera Espinosa, começou a 16 de Setembro de 1801. Intimada ao commandante do mesmo a rendição em termos que lhe vaticinavam o último infortunio, pela superioridade dos aggressores, assim respondeu elle, altivamente e patrioticamente (o documento foi publicado por Estevam de Mendonça, em suas "Datas Mattogrossenses", Rio, 1919, vol. II, pags. 157-158): — "Forte de Coimbra, 17 de Setembro de 1801. — Tenho a honra de responder a V. Ex., categoricamente, que a desigualdade de forças foi sempre um elemento que muito animou os Portuguezes a não desamparar o seu posto e defende-lo até á ultima extremidade, a repellir o inimigo ou sepultar-se debaixo das ruínas do forte que lhes foi confiado. Nesta resolução está toda a gente deste presidio, que tem a distincta honra de ver em frente a excelsa pessoa de V. Ex., a quem Deus guarde. — *Ricardo Franco de Almeida Serra*". Assim, apesar de d. Lazaro dispor de mais de 600 homens e de canhões de calibre 4, 6 e 8, não passando de 110 praças toda a guarnição do forte mattogrossense, onde apenas havia uma peça de artilharia de calibre 1, — tiveram os espanhões que bater em retirada. Ricardo Franco, além de outras honrarias que recebeu, foi promovido a coronel. Era engenheiro militar e tinha vindo para o Brasil como membro da terceira commissão constituida para a demarcação dos limites oriundos do tra-

o exército estacionado na provincia de São Pedro marchou rapido para o Sul e apoderou-se da recém-estabelecida fortaleza espanhola de fronteira no rio Jaguarão, em Outubro de 1801; egual sorte tiveram as fracas trincheiras que os Espanhóes haviam recentemente levantado ao longo da fronteira oeste, no rio Pardo; assim, ficava livre o caminho aos vencedores, para o territorio das Septe Missões, no alto Uruguai, e, logo a seguir, poz-se em campo para alli uma guerrilha, sob o commando de José Borges do Canto.

Desta vez, o triumpho foi facil; os Indios Guaranis, que cincoenta annos antes se haviam opposto com tanta decisão contra a tomada de posse pelos Portuguezes, pensavam agora de outro modo; desde a suppressão da Ordem dos Jesuitas, collocados sob a administração civil, haviam em summo grau tomado conhecimento do lado sombrio da antes tão amada dominação espanhola e, por isso, encravavam com indifferença, mesmo com esperança, a mudança de senhor; assim, o commandante espanhol, que dispunha apenas de insufficientes fôrças combatentes, teve de capitular, e as Septe Missões (151) submetteram-se, uma após

ctado de 1777. Na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* foram estampados os seguintes trabalhos do illustre e bravo engenheiro militar: — *Memória ou informação dada ao governo sobre a capitania de Matto Grosso, em 31 de Janeiro de 1800* (t. II, 2ª ed., pags. 19-49); *Documento official sobre o rio Branco ou Parimé* (1781) (t. VI, pags. 84-90), de collaboração com o dr. Antonio Pires da Silva Pontes; *Descripção geographica da provincia de Matto Grosso* (1787) (t. VI, pags. 156-196); *Parecer sobre o aldeamento dos Indios Uaicurú e Guanás, com a descripção pção de seus usos, religião, estabilidade e costumes* (t. VII, pags. 204-218; e t. XIII, pags. 384-395); *Navegação do rio Tapajós para o Pará* (1799) (t. IX, pags. 1-16); *Reflexões sobre a capitania do Matto Grosso* (t. XII, pags. 377-399), de collaboração com o tenente-coronel Joaquim José Ferreira; e *Diario da diligencia do reconhecimento do rio Paraguai* (1786) (t. XX, pags. 293-329; e t. XXV, pags. 319-330).

(153) Sabe-se que, com o correr do tempo, tambem a dominação brasileira não agradou aos Indios das Septe Missões. No anno de 1828, durante a guerra de então, elles deixaram-se facilmente persuadir pelo general Fructuoso Ribeira, ao serviço da República do Uruguai, para emigrar do Brasil, e passaram com todas as suas posses para o territorio do Uruguai. Alli, elles fundaram o aldeamento de Bella Unión, que, poucos annos depois, calu em ruinas miseravelmente (Vide *Revue des Deux Mondes*, Pariz, 15 de Junho de 1834) (*Nota do auctor*).

Handelmann escreve *Fructuoso Ribeira*, quando o nome exacto do caudilho uruguaio é *Fructuoso Rivera*.

outra, á soberania brasileira (Agosto até Setembro de 1801). Na verdade, fizeram os Espanhóes, no correr dos seguintes mezes, repetidas e baldadas tentativas para rehavere aquelles postos e territorios perdidos; porém, ficaram continuamente em desvantagem, até que, em Dezembro de 1801, chegaram as noticias da paz.

Calou-se o estrepito das armas; começaram então, não menos ruidosas, as contendas diplomaticas; o tractado de paz de Badajoz não havia de todo tomado em consideração eventuaes mudanças de posse na America do Sul, subentendendo, portanto, a manutenção, eventualmente o restabelecimento das condições de posse anteriores; nessa conformidade, exigiram os Espanhóes que o Brasil restituísse aquelles districtos de fronteira, ao Sul e Oéste da provincia de São Pedro, que havia conquistado na última guerra; todavia, o gabinete de Lisboa rejeitou essa pretensão com igual firmeza.

Durante muitos annos, discutiu-se com a maior violencia sôbre este ponto; finalmente, cêrca do anno de 1805, já queria o vice-rei espanhol de Buenos Aires, marquez de Sobremonte, pegar em armas, e a côrte de Madrid approvava a sua resolução; eis que o ataque, que os Inglezes emprehenderam em 1806-1807, na fóz do rio da Prata, o occupou por outro lado, e o Brasil ficou provisoriamente na posse effectiva, tranquilla, do territorio em litigio.

E começou, então, aquelle periodo em que, sob a poderosa mão de Napoleão, ambos os velhos reinos da peninsula ibérica ruiam, e os seus imperios coloniaes de além-mar se viram levados a começar um desenvolvimento histórico independente; o imperio colonial portuguez, o Brasil, conservou com isso a sua unidade, ao passo que o espanhol se rompeu numa porção de fragmentos, que, depois de longas e difficultosas guerras, chegaram, finalmente, á fórma republicana de Estado independente e alcançaram reconhecimento internacional.

Não era o momento de reencetar a demarcação dos limites, interrompida desde 1801; e a cousa não era tambem de urgente importancia, pois, por quasi toda parte, ainda vastas solidões formavam a separação, e todos os vizinhos estavam occupados demais com as suas questões internas, para poderem volver a sua attenção para o exterior. De sorte que o Brasil deixou descansar muito tempo a questão

de limites; sómente no que dizia respeito ás conquistas de 1801, pareceu-lhe de importancia obter uma especie de reconhecimento do direito internacional; e foi o que conseguiu.

No anno de 1819, quando a cidade, de direito ainda espanhola, de Montevidéo, era occupada por tropas de pacificação brasileira, o ministerio brasileiro entabou por esse motivo negociações com o cabildo dalli, o qual, sem verdadeira auctorização, administrava com alçada superior toda a provincia de Montevidéo (Bahia Oriental); ambas as partes nomearam negociadores: o Brasil, ao conde de Figueira, capitão-general de São Pedro; Montevidéo, a d. Prudencio Murguindo (152). Estes dous fixaram a linha de fronteira entre o Oceano Atlantico e o rio Uruguai do modo seguinte: ella começa no desaguadouro da laguna de Castillos, segue o systema costeiro de pantanos e lagunas (de sorte que o velho marco de fronteira São Miguel fica fóra, para Montevidéo) e, pela curva da lagôa Mirim, toma pelo rio Jaguarão; deste último toma a Oéste, pelo divisor de aguas do rio Negro, e, ao longo da cadeia de collinas, até ás nascentes do Arapehi, ao qual ella accompanha até á sua fóz, no Uruguai.

Crescia-se, assim, uma nova fronteira com Montevidéo (Cisplatina ou Uruguai); com as outras Repúblicas da antiga America do Sul espanhola, a Confederação Argentina, Paraguai, Bolivia, Perú, Equador, Nova Granada e Venezuela, permaneciam em reconhecida validade os antigos limites, do tractado de 1º de Outubro de 1777; quando muito, soffreram algumas pequenas modificações, por fôrça de effectivas tomadas de posse.

★ ★ ★

---

(152) Antonio Pereira Pinto, em seus *Apointamentos para o direito internacional ou collecção completa dos tractados celebrados pelo Brasil com differentes nações estrangeiras* (Rio, 1864-1869, 4 vols.), traz na integra os documentos que dilucidam as negociações relativas á fixação da nossa fronteira com o Uruguai. Por meio delles, é facil rectificar alguns equivocos de Handelman. A cessão de territorio foi feita pelo cabildo de Montevidéo, a 15 de Janeiro de 1819, e acceita pelo barão (depois visconde) de Laguna, commandante das forças portuguezas, a 30 do dito mez e do mesmo anno. A demarcação é que foi concluida, a 3 de Novembro de 1819, por d. Prudencio Murguindo (não *Murguindo*, como escreve Handelman), representante do cabildo, e João Baptista Alves Porto, pelo conde da Figueira, governador do Rio Grande do Sul, e logo depois ratificada por este e pelo sobredito cabildo.



Assim, a formação historica dos limites do Brasil, de um lado com a Guiana, de outro com a America do Sul espanhola, completou-se, cêrca de 1817-1819; o que se fez dahi em deante para seu respectivo ajuste, quem sabe alterações, está intimamente ligado com o desenvolvimento da história moderna da diplomacia e política brasileiras, e para esse tocará especial menção mais adeante (III secção).

Contentamo-nos, aqui, com algumas referencias geraes. Sabe-se que o antigo territorio espanhol, ao Norte da fôz do rio da Prata, a denominada Banda Oriental ou provincia de Montevidéo, depois de haver soffrido por alguns annos do poderoso Estado vizinho pacificação e occupação militares, sujeitou-se á completa incorporação; segundo resolução do Conselho Municipal da capital, Montevidéo, em 19 de Junho de 1821, foi ella incorporada ao Brasil, como "Provincia Cisplatina", e, com isso, o limite sul do Brasil avançava até á fôz do rio da Prata e do Uruguai; desta arte, alcançava-se, finalmente, o que o gabinete de Lisboa já premeditara ao fundar a Colonia do Sacramento, em 1678, e o que justamente haviam exigido os seus embaixadores no Congresso de Paz de Utrecht, em 1713.

Todavia, não gosou o Brasil muito tempo dessa ampliação; a provincia recém-adquirida revoltou-se já ao cabo de quatro annos, achou auxilio dos Estados ermãos espanhóis do Rio da Prata, e, por fim, nos preliminares da paz, de 27 de Agosto de 1828, foi reconhecida como República independente do Uruguai.

Com isso, recolheu-se o Brasil ás antigas fronteiras, como as traçara a convenção de 1819; e, dentro dêsses limites, tem-se tambem conservado sem difficuldade, embora no correr dos mais proximos decennios a República do Uruguai procurasse, de uma feita, contestar a validade daquella convenção e reclamar para si os limites mais vantajosos de 1777.

No decurso do mesmo periodo, havia o governador brasileiro de Matto Grosso occupado e incorporado ao imperio, por sua propria iniciativa, a velha provincia espanhola de Chiquitos, que actualmente pertence á Bolivia (principios de 1825); porém, para evitar uma declaração de guerra pela Bolivia, o gabinete do Rio de Janeiro reprovou o funcionario arbitrario e ordenou a restituição (6 de Agosto de 1825), de sorte que tambem aqui foi restabelecido o antigo estado de cousas.

Nos tempos mais recentes, a diplomacia brasileira se tem exorçado em todos os sentidos para regularizar definitivamente os pontos ainda em litigio da linha de limites, por meio de tractados com os Estados vizinhos.

Simultaneamente visava ella a remover todos os obstaculos com que a velha politica colonial de Espanha e Portugal procurara estorvar a navegação fluvial internacional na America do Sul, e, neste sentido, arvorou ella o principio da plena reciprocidade: nas grandes rêdes fluviaes, do Orenoco, Amazonás, Prata, que banham diversos Estados, cada Estado marginal, que franqueie a sua parte aos restantes Estados ribeirinhos, disporá da livre navegação em toda a rêde fluvial.

Sobre estas bases, concluíram-se e fôram ratificados até aqui os seguintes tractados: com o Perú, 23 de Outubro de 1851; com o Uruguai, 22 de Abril de 1853; com a Confederação Argentina, 7 de Março de 1856; além dêsses, com o Paraguai, 6 de Abril de 1856, tractado que adiou por seis annos o ajuste das fronteiras.

Por outro lado, ainda falta a ratificação dos tractados com Venezuela, sobre os limites, 25 de Novembro de 1852, e sobre navegação, 25 de Janeiro de 1853; Nova Granada, sobre navegação, 14 de Junho de 1853, e sobre os limites, 25 de Julho de 1853. Quanto aos restantes Estados vizinhos, até aqui ainda não se firmou pacto algum definitivo de accôrdo (153).

Para conclusão, deitemos ainda um olhar sobre as ilhas do Oceano Atlantico, que pertencem ao Brasil. São ellas os

---

(153) Felizmente, não resta hoje questão alguma de limites a liquidar por parte do Brasil. As das Missões e do Amapá já foram objecto de notas anteriores. A da Guiana Ingleza, — na qual os interesses do Brasil tiveram por patrono Joaquim Nabuco, que escreveu longa, e admiravel memoria, acompanhada de grande numero de documentos, — foi decidida, a 6 de Junho de 1904, pelo rei da Italia, que dividiu o territorio pelas partes litigantes. A do Acre, com a Bolivia, terminou pelo tractado de Petropolis, a 17 de Novembro de 1905. Ajustaram-se accôrds definitivos: com o Equador, a 6 de Maio de 1904; e com a Guiana Hollandeza, a 5 de Maio de 1906. O tractado de condominio da Lagoa-Mirim e rio Jaguarão, com a Republica do Uruguai, firmou-se a 30 de Outubro de 1909. Como advogado do Brasil em duas das mais importantes lides e, depois, como ministro das Relações Exteriores desde 1906 até 1912, foi o barão de Rio-Branco quem solveu todos os litigios de fronteiras, que o Brasil trazia pendentes com grande numero de nações. De 1909 a 1911, concluiu e assignou 31 tractados e convenções, quasi todos concernentes á nossa linha divisoria. Assim, foi elle, incontestavelmente, o integrador do territorio pátrio.

dous grupos, Fernando de Noronha, 15° longitude oeste e 3°-50' latitude sul, e Trindade (Ascensão), 11° longitude oeste e 20°-30' latitude sul; cada um desses grupos comprehendendo algumas ilhotas, cercadas de rochas e recifes, que, de facto, só como porto de emergencia têm algum valor; de colonização propriamente dicta, não pôde ser questão, pois na reduzida superficie sómente a menor parte pôde ser verdadeiramente cultivavel e a provisão de agua é apenas sufficiente, tanto mais que, ás vezes, se passam annos, sem que uma gotta de chuva humedeça a tenue crosta da terra. Temos, portanto, sómente que citar a respeito algumas noticias historicas isoladas.

Foi a ilha de Fernando de Noronha descoberta no anno de 1503, e chamada a principio ilha de São João; no anno seguinte, em 24 de Janeiro de 1504, foi dada como feudo a um rico armador portuguez, Fernando de Noronha, até então empenhado em commerciar com as Indias Orientaes e Flandres, e que, agora, arrendava o monopolio do commercio costeiro do Brasil; dahi teve ella o seu nome actual. Ficou bem uns cem annos na posse da familia Noronha, que fez confirmar a carta de doação em 1522, 1559 e 1593, sem que, para effectiva colonização da ilha, cousa alguma houvesse feito; sómente se conta que no anno de 1602 um feitor do dono se estabeleceu alli com 13 escravos.

Depois, no anno de 1629, um commandante de navio da Companhia Hollandeza das Indias Occidentaes, Cornelis Jol, arvorou na ilha de Fernando de Noronha a bandeira hollandeza. Como se sabe, estava-se justamente em pé de guerra e pouco tempo antes se havia repellido, com successo, a primeira invasão hollandeza na Bahia; tanto mais depressa tractou o governador-geral do Brasil, Mathias de Albuquerque, de oppôr-se a essa nova usurpação; elle despachou, em fins de 1629, uma esquadra de sette navios de guerra, com mil homens, sob o commando de Ruy Calaza Borges, para Fernando de Noronha, e a pequena guarnição hollandeza cedeu ás forças superiores, sem resistencia.

Então ficou a ilha em inteiro abandono, durante uns cem annos; quando muito, um ou outro aventureiro se perdia por alli; parecia um dominio absolutamente sem dono. Resolveu então a Companhia Franceza das Indias Orientaes apoderar-se della; depois de se haver effectuado a tomada de posse com todas as formalidades e de se haver arvorado a bandeira franceza, fôram alli deixados 25 homens para guarnição e para cuidarem de uma feitoria, cêrca do anno 1737.

Porém, apenas chegou a noticia disso ao Brasil, o capitão-general de Pernambuco, Henrique Luiz Pereira Freire Tibau, aprestou uma forte esquadra para expulsar os intrusos; no anno de 1738, fez-se essa esquadra de vela, e dispersada, primeiro, por tempestade, reuniu-se de nôvo na altura da ilha, onde, com o casual encontro de um cruzador portuguez, recebeu ainda esse importante refôrço. A ella não puderam offerecer resistencia os Francezes; renderam-se á primeira intimação e fôram mandados embora em liberdade, depois de minuciosa averiguação (não faltou vontade, a principio, de tracta-los como piratas, pois Portugal e a França estavam então em paz).

E, para prevenir no futuro identicas occorrencias, o capitão-general de Pernambuco tractou agora de tomar posse effectiva da ilha; mandou alli levantar fortificações (1741); e dahi em diante sempre teve a ilha de Fernando de Noronha uma guarnição, que costumava ser annualmente revezada de Pernambuco; tambem servia de logar de degredo para crimes graves.

No que diz respeito ao grupo de ilhas da Trindade, não se pôde determinar exactamente a época do descobrimento, nem da tomada de posse; todavia, deve ter sido descoberto nos principios do seculo XVI, pois já nos mappas mais antigos o achamos com o nome de "Ascensão Menor", em correspondencia com a "Ascensão Maior", que é a actual ilha ingleza da Ascensão, 8° de latitude sul e 4° de longitude léste.

Trindade é deshabitada, e, só de quando em quando, em periodos mais demorados ou mais curtos, tem sido occupada por uma guarnição brasileira (154).

---

(154) O grupo insular da Trindade foi descoberto em 1501 por João da Nova e reconhecido, em 1503, por Affonso de Albuquerque. A ilha da Trindade foi occupada pela Inglaterra em 1700 (capitão Edmond Halley), mas abandonada depois de meados do seculo XVIII, por se haver mallogrado alli a tentativa de colonização britannica. O governo portuguez, que protestou contra essa invasão, uma vez recuperada a ilha, quiz transforma-la em presidio, nos fins da mesma centuria (1782 a 1783), mas a guarnição e colonos foram obrigados a retirar-se dalli em 1797, por falta absoluta de recursos (até de agua) a tirar daquella sólo arido. Tendo ficado completamente abandonada desde aquella data, apenas foi visitada por navegantes extrangeiros (Deveaux, Duperrey e Dumont d'Urville) e brasileiros (Diogo Jorge de Brito, em 1825; Manuel Maria de Bulhões Ribeiro, em 1846; Arthur Silveira da Motta, em 1871; e João Antonio Alves Nogueira, em 1873). Já sob a Republica, entendeu o governo da Grã-Bretanha de considerar as nossas ilhas da



Trindade e Martim Vaz como *res nullius*, e, por isso, incorporou-as em sua soberania, só as restituindo ao Brasil depois da intervenção de Portugal. Eis como vem esse facto referido por Clovis Bevilacqua e Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, em sua memória intitulada *Relações exteriores — Allianças, guerras e tractados — Limites do Brasil* (in *Livro do Centenario*, Rio, 1902, vol. III, pags. 63-64): — “Em Janeiro de 1895, a Inglaterra occupava clandestina, mas officialmente, as pequenas ilhas da Trindade e de Martim Vaz, incorporando-as ao territorio britannico. Quando se divulgou no Brasil, seis mezes depois, o facto da usurpação, foi grande a emoção, mixto de surpresa e indignação que se apoderou geralmente dos espiritos. O govêrno soube corresponder ao sentimento popular, protestando energicamente, em notas diplomaticas, nas quaes o direito do Brasil era evidenciado por documentos de todos os generos, officiaes, scientificos, de origem nacional e estrangeira, constantes dos proprios archivos britannicos, pois já no seculo passado uma tentativa semelhante se havia dado, insertos em tractados, publicados em livros classicos profusamente espalhados por toda parte. Muitos desses documentos não podiam, verosimilmente, ser ignorados por qualquer occidental de cultura mediana. Além disso, como observou o nosso ministro das Relações Exteriores, dr. Carlos de Carvalho, em nota ao sr. Constantino Phipps, “uma tal occupação ainda mais impressionou, por ter coincido com significativas provas de amizade que o Brasil dava á Inglaterra, quando esta, com os seus bons officios, promovia e conseguia o reatamento das suas relações diplomaticas com Portugal”. Deante das provas irrecusaveis do dominio brasileiro sobre as ilhas da Trindade e de Martim Vaz, propoz lord Salisbury que fosse a questão submettida a arbitramento, depois de ter insinuado que a Inglaterra devolveria as pequenas ilhas occupadas, si o govêrno brasileiro assegurasse a applicação dellas ao estabelecimento de linhas telegraphicas, que uma companhia ingleza pretendia explorar. Uma e outra propostas pareceram inacceptaveis aos depositarios do poder do Brasil, porque importavam ambas o reconhecimento de duvidas em relação a direito positivo e a factos averiguados. Lord Salisbury encolheu os hombros, dando a questão por finda, porém mantendo a occupação. Interveio nesse momento o govêrno portuguez, cujos bons officios foram acceitos pelo Brasil e pela Inglaterra, e perante esta expoz os fundamentos em que assentava o direito de plena soberania do Brasil sobre as ilhas disputadas. O govêrno britannico mostrou-se convencido e determinou que o navio *Baracouta*, o mesmo que levava a expedição de 1895, fosse proceder ás formalidades da remoção dos signaes da occupação (Agosto de 1896). Em Janeiro de 1897, foi o cruzador brasileiro *Benjamin Constant*, commandado pelo capitão de fragata Rodrigues Torres, levar á ilha da Trindade um marco de bronze, para assignalar o dominio do Brasil”. Sobre a curiosa lenda de haver grandes riquezas metallicas escondidas na ilha da Trindade (no Brasil, ainda não ha muitos annos, se organizaram, infructiferamente, para descobri-las, varias expedições particulares, algumas dirigidas pelo vigario de Aparecida, no Estado de São Paulo), é digno de leitura o trabalho de E. F. Knight, *The cruise of the “Alert”. The narrative of a search for treasure in the desert island of Trinidad* (Londres, 1904). Em sua *Bibliotheca exotico-brasileira* (Rio, 1930), vol. III, pags. 79-86, Alfredo de Carvalho dá optimo resumo do livro e das pesquisas de Knight.





**TERCEIRA SECÇÃO**

**A CONSTITUIÇÃO POLITICA DO BRASIL**



---

## CAPITULO XIII

### A colonia e o reino absoluto

Ficaram concluidas as duas primeiras secções de nossa narração historica; descreveu a primeira a lucta de um seculo e meio, na qual a nacionalidade portugueza conservou a posse do Brasil contra os mais diversos ataques (1500-1660); a segunda narrou como, pouco a pouco, se espalhou geographicamente a colonização brasileira, até cêrca de 1750, e como, nos cem annos dahi em deante, ella se foi desenvolvendo interiormente.

Passaremos agora para a nossa terceira secção, que essencialmente servirá de complemento necessario á segunda. Si essa assignalou o desenvolvimento do povo e do paiz, a presente secção vai occupar-se com o desenvolvimento da constituição política; vai explanar como um Estado colonial se transformou num reino autonomo e num imperio independente, como a monarchia absoluta se desenvolveu em constitucional e em federativa, e como, assim, se firmou na ordem.

Isto succedeu no decorrer dos annos de 1808 até 1844, e, para tanto (nós já o observámos diversas vezes), especialmente concorreram tres provincias, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Geraes, ao passo que as restantes só de quando em quando procuraram intervir; portanto, a nossa narração historica sómente de passagem deitará, ás vezes, um pouco de luz sôbre estas últimas; as tres provincias citadas, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, apresentam-se sempre, decididamente, no primeiro plano.

O Brasil foi, durante tres seculos, desde o seu descobrimento, uma colonia do reino de Portugal, e como tal foi

governado (1500-1807). O que isto significa é cousa em geral assás conhecida; uma colonia, naquella época, devia não sómente ser conservada em sujeição política, devia tambem — e era isto o principal — servir para enriquecer a mãe-patria, e deante dêste poncto de vista deviam recuar todas as considerações da justiça e da equidade; não satisfeita com as receitas directas que hauria dos impostos e contribuições do dominio, e com as quaes, já se vê, primeiro que tudo devia custear as despesas da administração, alcançava ella ainda rendimento indirecto, submettendo o Estado-filho ao duplo monopolio do commércio e da fabricação em favor da mãe-patria, para isso isolando-o de todo tráfico estrangeiro.

Assim fez Portugal com o Brasil. Muitos factos particulares, referentes a essa orientação, acham-se já espalhados na nossa narração precedente: tanto mais é opportuno aqui um resumo synoptico, um retrospecto historico nesse sentido.

Nos primeiros tempos da tomada de posse portugueza, immediatamente após o descobrimento, todo o Brasil era um dominio régio; a totalidade do commercio costeiro foi declarada monopolio da corôa e como tal arrendado, em primeiro logar, a um armador portuguez, Fernando de Noronha (24 de Janeiro de 1504). Quem ousasse fazer concorrência a esses monopolizadores era considerado fóra da lei e passivel dos mais severos castigos, fôsse elle portuguez ou estrangeiro.

Esse estado inicial de direito, que, de resto, nunca se podia executar estrictamente, deixou de existir logo que, com a criação das capitánias hereditarias portuguezas, começou a verdadeira colonização do Brasil (1532): a corôa renunciou ao seu monopolio; em compensação, reservou para si, como contribuição e imposto do patrimonio, os direitos aduaneiros de importação e exportação, o quinto de todos os metaes e pedras preciosas, finalmente, o dízimo de todos os productos; e estas tres fórmulas de impostos passaram, então, a ser todo o tempo a sua principal, mesmo quasi unica fonte de receita. Todavia, já podia isso parecer dura pressão de impostos numa terra nova; deve-se ponderar, entretanto, que o govêrno da mãe-patria dahi tinha que prover não só os gastos da administração civil da colonia, porém, contractualmente, tirava tambem do dízimo toda a dotação e manutenção da igreja catholica do Estado, e que o dicto quinto real, enquanto não se descobria metal precioso algum, portanto, durante os primeiros dous seculos,



nada rendeu. Além disso, havia as despesas da colonização das dictas capitánias reaes, as da defesa geral do paiz, sobretudo durante a demorada guerra hollandéza, o successivo resgate dos feudos etc.; e, assim, pôde-se certamente affirmar, de modo geral, que a princípio o Brasil consumia a maior parte da renda que pagava á corôa, e só muito pequena parte della podia tocar á mãe-patria. Sómente do princípio do seculo XVIII em diante mudaram as cousas; com o descobrimento da riqueza em ouro de Minas Geraes, Goiaz e Matto Grosso, o quinto real do ouro produzia vultosas quantias; de menór monta, todavia bastante grande, era o rendimento do quinto real dos diamantes, e depois o monopolio dos mesmos; entremettes, havia naturalmente subido muito a renda dos outros impostos, ao passo que agora, em plena paz, as despesas diminuiam. Assim, tornou-se o Brasil para a corôa de Portugal uma verdadeira mina de ouro; annualmente seguiam os avultados excedentes que, sobretudo durante a primeira metade do seculo XVIII, passaram em fabulosa cópia do thesouro brasileiro para a côrte de Lisbôa, onde eram esbanjados por uma administração financeira imprudente e perdularia.

Não só ficavam inteiramente perdidos para a colonia, tambem a mãe-patria delles não tirava verdadeira vantagem; eram applicados em ostentação pomposa, em edificios magnificos e outros emprehendimentos, que sómente lisonjeavam a ambição e o fausto da casa real, e para a verdadeira utilidade da nação nada restava.

Quando no reinado de d. João V fôra recolhida a mais rica mêsse de ouro do Brasil, estava Portugal em profunda miseria e na mais completa decadencia, e sómente depois dos maiores esforços conseguiu a mão de ferro do marquez de Pombal restituir-lhe uma pequena parte da sua antiga prosperidade.

Além dêsses rendimentos directos, ainda obtinha Portugal indirectos lucros de sua colonia, reservando para si certas vantagens commerciaes. Era então um habito geral; costumava-se mesmo reivindicar para a mãe-patria o exclusivo commércio com os seus Estados-filhos; Portugal era, portanto, relativamente liberal, quando, sob certas condições, tambem admittia nelle os estrangeiros.

Os forasteiros — assim dictavam os principios fundamentais dos primeiros tempos — podiam viajar no Brasil como negociantes, podiam mesmo, quando catholicos, estabe-

lecer-se alli; porém tinham que pagar 10 % do valor de suas mercadorias, como imposto extraordinario de entrada, e não podiam em circumstancia alguma, nem de sociedade com subditos portuguezes, negociar com os Indios.

Estas restricções, que punham o negociante estrangeiro em tão grande desvantagem, comparado ao nacional, deviam, naturalmente, operar como medida prohibitiva e quasi garantir todo o commercio brasileiro aos negociantes portuguezes; não obstante, alguns estrangeiros arriscavam a concorrência; soubemos de residentes italianos e espanhóes, e, além destes, de inglezes e francezes; e uma occasião estabeleceu-se mesmo um intercambio commercial directo entre as cidades de Sanctos (São Paulo) e Londres (1579), ao qual as complicações de guerra dos annos seguintes logo puzeram termo.

Porém, quando o Brasil ficou sob a dominação espanhola (1580), fôram aqui applicadas as normas mais severas da politica colonial espanhola; um decreto do rei d. Philippe II, cêrca de 1600, renovado em 1627, prohibia expressamente a todo extangeiro viajar e commerciar nas suas colonias, e mesmo os residentes já estabelecidos fôram expulsos em muitos logares, sem a menor contemplação, cêrca de 1607.

Sómente a dynastia real de Bragança, desde 1640, fez voltar o antigo costume, e, como estavam as condições europeas, teve mesmo que conceder a duas nações direito expresso de commerciar no Brasil. Nos tractados com a Inglaterra, de 10 de Julho de 1654 e 18 de Maio de 1661, e no da paz, em Haya, 6 de Agosto de 1661, foi concedido, de um lado aos Inglezes, de outro aos Hollandezes, negociarem no Brasil, exceptuando algumas mercadorias especificadas; todavia — e aqui está o principal — não directa, porém indirectamente; os seus navios não deviam seguir da patria directamente ao Brasil, nem regressar dalli directamente, porém deviam primeiro, no caminho de ida e no de volta, aportar em Portugal e alli pagar pela sua carga os regulamentares direitos de alfandega.

Uma restricção desta especie tirava naturalmente grande parte do valor do privilegio; a ser sempre preciso fazer uma tal volta, dêsse commercio pouco lucro se devia esperar; e não tinham absoluta necessidade do mesmo, pois cada uma de ambas essas potencias maritimas podia abastecer-se, nas suas proprias colonias, dos artigos coloniaes de que necessitassem.

Alguns espiritos emprehededores sempre se animaram a passar ao Brasil; no anno de 1699, por exemplo, o via-

jante Dampier encontrou na Bahia um negociante e consul inglez; porém, em geral, não fizeram uso algum dêsse direito contractual, nem a Inglaterra nem a Hollanda, e ficou á exclusiva disposição do commércio portuguez a navegação para o Brasil. E bem a podiam dispensar, porque os negociantes portuguezes não eram sinão os seus intermediarios; Portugal empobrecido, sob a dominação espanhola, e sem indústria alguma, tinha que comprar dêsses dous povos commerciantes as mercadorias fabricadas, que levava ao Brasil, sobretudo os artigos das fabricas inglezas em Lisbôa. e na maioria a crédito; assim, sem dúvida, o commércio para o Brasil era feito sob bandeira portugueza, porém quasi todo com dinheiro inglez e mercadorias inglezas; e, por outro lado, os productos, o ouro do Brasil, iam pelas mãos dos Portuguezes enriquecer a Inglaterra. Assim continuou durante os seculos XVII e XVIII, até que as providências do marquez de Pombal crearam de nôvo certa independencia para o commércio portuguez.

A navegação estrangeira e as viagens de estrangeiros para o Brasil, embora sancionadas por decretos, leis e costumes, caíram cada vez mais em declínio, durante o seculo XVII; sómente em rarissimas occasiões se perdia um estrangeiro nestas inhospitas plagas. Porém em breve ainda peoraram as cousas. Quando o Brasil, depois do descobrimento do ouro nos fins do seculo XVII, assumiu particular importancia para a mãe-patria, a côrte portugueza julgou necessario modificar as velhas maximas liberaes da sua política commercial colonial, no sentido de um completo e severo exclusivismo. Fez-se, primeiramente, empenho por manter os districtos das minas e sua immediata vizinhança isentos de todo contacto estrangeiro; um decreto real, de 25 de Fevereiro de 1711, ordenava expulsar das Minas Geraes todos os estrangeiros, mesmo quando elles já houvessem adquirido o direito de cidadania portugueza; sómente Inglezes e Hollandezes deviam ser tolerados, em consideração dos tractados subsistentes; excepção que difficilmente fôra feita a sério, nem se tomou em especial consideração na execução.

Um pouco mais suave foi o texto do segundo decreto, 7 de Abril de 1713: colono estrangeiro, que não fôsse negociante, si casado com Portugueza e que della tivesse filhos, podia permanecer; porém os estrangeiros residentes, negociantes, deviam ser afastados, não sómente do districto das minas, mas de todo o Brasil, deportados com todos os seus

bens, com mulher e filhos, para Lisboa. Sómente essas medidas não podiam, contudo, contribuir para esse fim, enquanto vigorassem os compromissos internacionaes de 1661, a respeito do commercio do Brasil; assim, os embaixadores portuguezes no Congresso da Paz, dessa mesma época, em Utrecht (1712 e seguintes), procuraram forçar a Inglaterra e a Hollanda á formal renúncia de seus direitos convencionados por tractado; mas a isso não conseguiu convence-las; mesmo a França, que, por causa de sua colonia, Caienna, tivera justamente então que renunciar formalmente á navegação do Amazonas e ao tráfico com o Pará e o Maranhão, mostrou tenções de obter o direito de frequentar os restantes portos brasileiros.

Em consequencia, ficou em inalterada validade o antigo direito; fez-se, apesar disso, a desejada mudança, de facto; aos direitos e reclamações dos Hollandezes oppôz-se pública resistencia; ao contrário, a Inglaterra pouca importancia deu á cousa, pois, indirectamente, tinha em suas mãos o commercio brasileiro; assim, poude Portugal proseguir, sem ser estorvado, no caminho adoptado.

Esse systema de severo exclusivismo contra todos os estrangeiros, que primeiro havia começado nos districtos das minas, foi se apurando sempre e extendendo tambem ás outras regiões da America do Sul portugueza; residentes estrangeiros e immigrants fôram afugentados e não mais admittidos; navios mercantes estrangeiros, quando surprehendidos em contrabando, eram confiscados, o navio e a carga, e mesmo as embarcações, ás quaes por causa de avarias soffridas não se pudesse negar acolhimento, tinham que se submeter á mais severa vigilancia e, logo que se concluiam os mais imprescindiveis reparos, deviam fazer-se de vela immediatamente.

Sómente subsistia o antigo habitual commercio de contrabando, explorado pelos colonos portuguezes, de um lado, e, por outro lado, pelos colonos espanhóes do Rio da Prata; porém, tambem, esse não devia mais tocar no Brasil propriamente dicto e tinha que substituir as suas tradicionaes praças de commercio, Sanctos e Rio de Janeiro, pela remota Colonia do Sacramento.

Dahi em diante, até ao fim da dominação colonial portugueza, ficou o Brasil completamente fechado ao commercio mundial, á immigração e mesmo á simples visita de estrangeiros, certamente, para grande infelicidade desta colonia! Porém, não devemos por isso julgar com demasiada seve-



ridade o procedimento do governo portuguez; pois elle não procedia peor do que era o costume geral então.

Todas as potencias européas usavam, naquella época, de um systema colonial mesquinho, interesseiro; ellas fechavam, por princípio, as suas possessões transatlânticas ao commercio estrangeiro; e, quando o toleravam (como a Inglaterra, na America do Norte) devéras, e á immigração estrangeira, ou mesmo a promoviam, era sempre considerado com suspeita o elemento popular estrangeiro. Justamente, então, a época era de pouca segurança de direito internacional; o direito legitimo de posse não valia nada; cada Estado tinha que vigiar as fronteiras de suas terras, quanto mais as de suas colonias de além-mar, com incansavel precaução, para que não acontecesse, quando menos esperasse, ser esbulhado por um assalto inimigo.

Ora, Portugal era, entre os Estados europeus, um dos mais fracos; já muitas vezes havia soffrido da avidez de rapina dos mais fortes; o seu imperio colonial das Indias Orientaes já estava até perdido, com excepção de alguns destroços; o proprio Brasil, quando era ainda simples paiz do assucar, havia corrido grande risco; quanto mais não se tinha que recear por elle, desde que se tornara uma mina de ouro! Não devemos, portanto, tomar a mal á côrte de Lisboa, que lançasse mão de medidas de precaução muito extensas e mesmo demasiado extensas, e que, durante todo o seculo XVIII, tractasse de conservar longe de todo contacto estrangeiro as suas terras coloniaes productoras de ouro, e procurasse occulta-las com impenetravel véu aos olhares cubiçosos do estrangeiro.

Por outro lado, não se justifica de modo algum que a corôa de Portugal, como aconteceu mais tarde, ainda levasse mais longe os manejos secretos e mesmo puzesse embaraços ao commercio de seus proprios subditos, ao commercio entre a mãe-patria e o Estado-filho. Dessa especie fôram, por exemplo, as leis de 20 de Março de 1730, 14 de Abril de 1732 e 20 de Fevereiro de 1733; não sómente reiteravam a prohibição a todo estrangeiro de entrar no Brasil, mas tambem os Portuguezes, só por nomeação régia ou com um passaporte do governo, podiam embarcar para alli; as mulheres, só accompanhando os maridos ou com uma licença especial do rei etc. Estrictamente, jámais fôram estas leis executadas; porém, sempre dão a medida de uma mesquinhez, a que não chegou a política colonial de nenhum outro povo.



Resumamos, numa palavra, o que até aqui ficou dicto: na sua totalidade, ficou o commercio brasileiro, continuamente, durante o periodo colonial, nas mãos dos negociantes portuguezes; sómente navios portuguezes podiam frequentar, ou frequentaram, os portos do Brasil, e, por outro lado, — o que, todavia, pouco entra em conta, pois, enquanto o Brasil foi colonia, nunca teve armadores, — os navios brasileiros só podiam destinar-se exclusivamente aos portos portuguezes.

Indaguemos, agora, como se fazia esse commercio. A princípio, logo após o descobrimento, no Brasil, durante curto periodo, vigorou o "monopolio da corôa" (1504-1532); mudou depois para mais suave fórma, o "monopolio da mãe-patria", de modo que qualquer cidadão portuguez podia alli commerciar; e, de facto, cada qual se fazia de vela e negociava por si mesmo e por sua propria conta, com o que a concorrência entre os negociantes favorecia os productores brasileiros. Assim, era o costume geral durante o seculo XVI; porém, no seculo XVII, modificou-se o systema de commerciar: por toda parte surgiram agora, segundo o exemplo hollandez, grandes companhias de commercio, nas quaes grande número de accionistas reuniam avultados capitães, para actividades em commum.

Estas poderosas companhias tinham as suas proprias possessões além-mar, as suas proprias esquadras de guerra, e podiam ser consideradas como potências maritimas e coloniaes. E' facto bem conhecido como uma dellas, a Companhia Hollandeza das Indias Occidentaes, durante trinta annos (1624-1654), combateu contra a corôa de Portugal pelo Brasil, e teve muito tempo em sua posse uma parte delle; ao mesmo tempo dominavam as suas frotas o Oceano Atlantico, e os navios mercantes portuguezes, que navegavam, cada um por si mesmo no seu roteiro, eram facil prêsa della; o commercio do Brasil parecia destinado á decadência.

Afim de conjurar esse perigo, foi necessario que Portugal recorresse ás mesmas armas que o inimigo, oppuzesse á potencia naval da Companhia uma esquadra igual; assim, fundou-se em Lisboa, a 8 de Março de 1649, uma Companhia Geral de Commercio, privilegiada, e a ella era concedido o exclusivo commercio com o Brasil; todo o tráfico para alli devia ser feito, dahi em diante, pela frota dessa companhia, que partia annualmente, ao passo que era estrictamente prohibida toda navegação isolada, por propria conta.

Como essa medida foi efficaz para a protecção e o restabelecimento do commercio portuguez, isso foi relatado no seu logar; as numerosas frotas annuaes, bem armadas, da nova companhia, resistiram a todos os ataques dos Holandezes; ellas restabeleceram as communicações regulares entre a mãe-patria e a colonia e uma dellas concorreu, decisivamente, como se sabe, para a final expulsão dos Holandezes de Pernambuco.

Porém, si para Portugal foi vantajosa a nova medida, por outro lado, trouxe consigo para o Brasil alguns inconvenientes; a colonia passava de uma fórma de monopolio mais suave para outra mais estricta, pois, em logar do "monopolio geral da mãe-patria", vigorava agora o "monopolio de uma companhia particular"; cessava com isso a concorrência dos diversos negociantes entre si, e o productor brasileiro se achava para com a gente do commercio portugueza constrangido á maior dependencia; não havia, por assim dizer, outro alvitre sinão vender á companhia. Os inconvenientes do systema logo se fizeram sentir; parece, entretanto, que, no fim de contas, a Companhia Geral de Commercio do Brasil operou com moderação e discernimento e tambem respeitou os interesses reciprocos.

Não foi tão feliz a sua ermã mais moça, a Companhia do Maranhão, fundada no anno de 1682, em Lisboa, e privilegiada com o exclusivo commercio das provincias brasileiras do Norte; em breve se tornou tão malquistada que, em São Luis do Maranhão, se chegou á formal revolução; e embora fôsse logo restabelecida a ordem, julgou o governo conveniente annullar o odioso monopolio, o privilegio da Companhia do Maranhão (1687).

Ao contrário, a Companhia Geral do Commercio do Brasil subsistiu em paz, mais de setenta annos, até que, a 1º de Fevereiro de 1721, tambem a carta de privilegio lhe foi cassada.

Com isso desapareceram os monopolios das companhias particulares e de novo vigorou o antigo monopolio da mãe-patria; de novo, como antes, qualquer Portuguez podia commerciar livremente com o Brasil. Sómente a fórma de manejar as transacções, como as companhias o haviam feito, ainda vigorou muito tempo depois da sua quêda; tanto como antes, ficou prohibida a navegação mercante isolada; quem queria ir ao Brasil tinha que se associar á grande frota que, annualmente, uma só vez, partia de Lisboa para alli. Comboiada por segura escolta, essa esquadra transpunha o

equador; então, dispersavam-se as differentes divisões em demanda do seu porto particular; Pará, Pernambuco, Bahia, Rio, e, assim que ahi chegavam, começava em toda parte a grande feira.

Já antecipadamente os negociantes dos portos, que, quasi exclusivamente, agiam como commissarios e intermediarios, haviam ajunctado os productos da terra; por esses productos elles trocavam, então, os artigos de importação européa, afim de os vender no interior. Ao cabo de algumas semanas, estavam concluidas as transacções, haviam os navios mercantes recebido a sua carga, e os navios reaes de comboio o imposto da corôa em ouro e pedras preciosas; de todos os lados, as unidades faziam rumo para a Bahia e dalli regressava a frota annual, reunida, para Lisboa.

Nesse estado de cousas, o ministerio do marquez de Pombal, empenhado em dar grande impulso ás actividades commerciaes de Portugal, interveio radicalmente. Por um lado, concedeu, pela lei de 10 de Setembro de 1765, mais liberdade de acção ao commercio brasileiro; a antiquada instituição da frota annual privilegiada, na qual, de resto, se haviam introduzido multiplos abusos e fraudes, foi agora supprimida, e, como nos tempos antigos, de nôvo qualquer navio mercante portuguez podia, desimpedido, navegar quando e para onde lhe aprouvesse. Porém, por outro lado, recorreu de nôvo Pombal, ao menos em algumas partes do Brasil, á rigorosa fórma do monopolio, ao "monopolio de companhias particulares".

A 6 de Junho de 1755, fundou-se em Lisboa uma Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, do mesmo modo, a 30 de Julho de 1759, uma Companhia Geral de Pernambuco e Parahiba, privilegiadas com o monopolio do commercio das referidas provincias. Isto se fez na exclusiva consideração da conveniencia de Portugal; já mencionámos que a gente do commercio portuguez caíra em quasi exclusiva dependencia da Inglaterra, e especialmente fazia o commercio do Brasil quasi só com mercadorias inglezas e dinheiro inglez; o marquez de Pombal tencionava agora, ao passo que englobava os pequenos capitaes portuguezes em unidades de maior vulto, emancipar a sua gente do jugo de até então, e isto elle conseguiu realizar até certo ponto; a indústria ingleza em Lisboa melindrou-se com a fundação das companhias e fez repetidas reclamações, contudo baldadas.

Porém, quanto á conveniencia do Brasil nessa medida, não foi tomada em consideração; e, assim, ao menos Pernambuco foi prejudicado com o monopolio da nova Companhia, ao passo que, por outro lado, agiu beneficentemente esse mesmo monopolio no Pará e Maranhão.

Immediatamente depois da quêda do marquez de Pombal, seu fundador, fôram ambas as companhias de commercio de nôvo abolidas (1777), e, dahi em diante, até ao fim do tempo colonial, ficou, como antigamenté, em todo o Brasil, o "monopolio da mãe-patria" em inalterada validade.

A par disso, no que diz respeito a alguns ramos particulares de commercio e indústria, ainda subsistia a fórma rigorosa do "monopolio da corôa"; reivindicava, assim, a corôa, desde 1740, a exclusiva exploração dos diamantes e o monopolio do commercio com essas pedras preciosas. De igual modo conservava ella, desde os primeiros tempos, o exclusivo direito de abastecer os Brasileiros com o sal portuguez e, de facto, costumava ser arrendado esse monopolio régio do sal a empresarios portuguezes.

Em todo caso, havia provincias que a natureza dotara com lagunas de sal e fontes de aguas salinas, cujo uso não se lhes podia prohibir; porém era severamente vedado a seus habitantes levar sal além de suas fronteiras, ás provincias vizinhas; assim, os territorios do Brasil, destituidos de sal, eram forçados a comprar o sal portuguez a preços exaggerados — um inconveniente ao qual só o commercio de contrabando de certo modo remediou, e que especialmente muito prejudicou á creação de gado, assim como não menos estorvou o desenvolvimento da pesca.

Mais tarde, foi tambem monopolizado pela corôa um importante ramo da pescaria brasileira. Já desde muito tempo era especialmente nas costas do Brasil explorada a pescaria não pouco consideravel da baleia; em primeiro lugar, parece que na Bahia; em seguida, estabeleceram-se pescarias tambem na bahia do Rio de Janeiro e em Sanctos (São Paulo), finalmente, na ilha e costas de Sancta Catharina, que dentro em breve excederam a todas as outras. A pesca era deixada primitivamente á exploração particular; porém, no tempo do ministerio Pombal, declarou a corôa que esta alta exploração do mar passava á sua soberania, e o monopolio da mesma foi concedido a arrendadores temporarios; assim, em primeiro lugar, a 1º de Abril de 1765, por doze annos; a esse arrendamento das pescarias foi associado, então, ao mesmo tempo, o monopolio do sal.



A principio faziam os arrendatarios bastante negócio; a pesca era muito productiva; por exemplo, uma vez, numa só estação de pesca da ilha de Sancta Catharina, fôram colhidas, no anno, 523 baleias; e, assim, rendeu-lhes o primeiro periodo de doze annos o lucro liquido de quatro milhões de cruzados. Com o tempo, reduziu-se a colheita de anno para anno, até que, afinal, não se achava mais candidato algum para contractar os dous monopolios reunidos; franqueou, então, o govêrno ambos, a pesca da baleia e o negócio do sal, de nôvo á concorrência de todos os subditos (4 de Abril de 1801).

Ao monopolio do commercio, que Portugal exercia sobre o Brasil, accrescia, como necessario complemento, o "monopolio de fabricação", ou, para nos exprimirmos mais exactamente, de certos ramos de producção. Para que não soffresse prejuizo algum o commercio de importação da mãe-patria, era preciso que a colonia não produzisse de todo ou produzisse o menos possivel dos artigos que aquella lhe podia ou queria fornecer.

Medidas prohibitivas desta ordem parece que desde o principio feriram certos ramos da agricultura brasileira. Conta-se, por exemplo, que, logo após o descobrimento do Brasil, fôram alli cultivadas as especiarias das Indias Orientaes, as quaes, porém, o govêrno portuguez mandou arrancar, e prohibir, sob pena de morte, a continuação do seu cultivo. Esta noticia é pouco fidedigna; de resto, si fôsse verdadeira, é que com essa providência se tinha em consideração mais a Europa do que o Brasil; o que se queria era impedir que a producção demasiadamente grande fizesse baixar o preço das taes especiarias no mercado europeu. Em breve, porém, se revelou o verdadeiro ciume da mãe-patria numa identica prohibição. Um dos principaes artigos de importação do commercio de Portugal era o vinho; havia sido então introduzida em São Paulo a videira, e desenvolveu-se tão esplendidamente, que esta provincia, em poucos decennios, não só produzia para o seu proprio gasto, como começava a abastecer as provincias ermãs do Norte. Para pôr termo a essa prejudicial concorrência, houve por bem o govêrno portuguez, nos fins do seculo XVI, supprimir de todo o cultivo da videira em São Paulo. De igual modo foi, segundo informações, tambem prohibido o cultivo da oliveira e da amoreira, afim de que só ao azeite portuguez e á sêda portugueza fôsse garantido o mercado brasileiro.



Com o tempo, demonstrou o pòvêrno da mãe-patria mais alguma moderação: concedeu a producção do sal para uso no paiz e prohibiu sómente a sua exportação para as terras vizinhas; de igual modo, ao trigo da provincia de São Pedro, cêrca de 1780, como elle fazia concorrência ao trigo proveniente de Portugal, fôram fechados os restantes mercados brasileiros.

Todas essas prohibições da producção, ou, pelo menos, da exportação interprovincial, referem-se sómente a productos da natureza; indústria não precisava Portugal defender, pois não possuia nenhuma, e no Brasil nesse sentido nenhuma tentativa se fazia. Por isso, si uma ou outra indústria era hostilizada por parte do govêrno, tractava-se não tanto de medida commercial, mas de policiamento.

Assim, por exemplo, quando, em 1715 e mais tarde, em Minas Geraes, as distillações de aguardente de canna fôram limitadas a determinado número, era o intento refrear com isso os excessos da bebedice; egualmente, foi alli mesmo, e em outras provincias de sólo aurifero, repetidas vezes prohibido rigorosamente (por último ainda a 30 de Julho de 1766) o officio de ourivesaria; isto se fez, porque os ourives costumavam fundir e trabalhar com o pó de ouro sem pagamento de imposto, lesando, dêste modo, as rendas reaes. A par disso, essas medidas de polficia, como se deprehende, sempre proporcionavam alguma vantagem aos operarios da mãe-patria. Monopolio regular de fabrico reivindicou Portugal, sómente quando o ministerio Pombal fez de nôvo reviver as suas indústrias; os representantes da corôa receberam, nessa época, instrucções para supprimir todas as indústrias incipientes no Brasil.

Particularmente a tecelagem a mão, que havia pouco se começava a exercer em Minas Geraes, não devia mais ser tolerada; depois, uma lei de 5 de Janeiro de 1785 concedeu, porém, ao menos a fabricação de um panno grosseiro de algodão para o vestuario dos escravos, ao passo que no mais foi rigorosamente prohibido o uso do tear; e, de facto, em cumprimento da lei, fôram ainda, no principio do seculo XIX, destruidos os teares na praça pública, e os seus donos deportados para Lisbôa, afim de soffrerem o castigo legal.

Dêste modo, foi creado o jugo da sujeição colonial, que Portugal impoz a seu Estado-filho sul-americano; certamente, um jugo pesado, e muitas vezes o Brasil supportou penosamente a sua compressão, porém não devemos accusar

a política colonial portugueza com exaggerado rigor. Comparemo-la, por exemplo, com a antiga ingleza; restricções inteiramente analogas do commercio e da industria, ainda muito mais severas, vigoraram como lei na America do Norte, até á declaração de sua independencia, e pesaram alli, sobre o povo, em extremo industrioso, adeantado, intellectual e materialmente, muito mais do que no Brasil, onde a população, em todos os sentidos muito mais atrasada, jazia em completa indolencia.

Aqui ainda não se havia desenvolvido, como lá, a industria; a gente do commercio, destituída de todo espirito de iniciativa, continuava sempre a fazer os usuaes negocios de simples commissão; até a industria principal, a lavoura, permanecia na mesma rotina; e, si alguma vez era accrescentado um novo artigo de commercio aos tradicionaes do Brasil, quasi sempre a iniciativa partia de cima.

Além disso, a importante contribuição para a corôa, o quinto real de todos os metaes preciosos, era cobrado tanto pela corôa de Portugal como pela corôa da Inglaterra (nos decretos de fundação de Virginia, Maryland). O facto dêsse tributo haver sido na America do Norte uma simples flôr de rhetorica, ao passo que o Brasil, por motivo do mesmo, avultadas quantias perdeu, foi motivado exclusivamente pelas condições naturaes, não pela vontade dos homens.

Finalmente, é verdade que a corôa da Inglaterra não impoz contribuição alguma directa ás suas colonias norte-americanas, porém, por outro lado, não pagava as despesas de administração do Estado nem as do culto, como acontecia por parte do governo portuguez no Brasil, mas as colonias inglezas tudo tinham que pagar, em particular, dos seus proprios recursos. Portanto, comparativamente, não havia exaggerada oppressão material, nem exploração do Brasil especialmente cubicosa; com justiça só se póde accusar o systema colonial portuguez por seu exclusivismo tacanho; porém a desconfiança, que o determinava, é erro desculpavel de fraco.

\*\*\*

Agora, volvamo-nos para a organização política do Brasil. Como se sabe, consistia o imperio colonial portuguez sul-americano em uma série de regiões, que primitivamente

eram parte colonias feudaes, parte colonias régias, porém pouco a pouco passaram, sem excepção, para a immediata soberania da corôa; excluindo-se algumas que se fundiram com as suas vizinhas, ao passo que outras se desmembraram, sempre conservaram as provincias separadamente a sua individualidade independente e a sua propria administração local.

A soberania sôbre essa série de Estados residia na corôa e no gabinete de Lisboa; todavia, tinha este creado, desde 1549, um órgão intermediario, uma auctoridade colonial central, o govêrno geral do Brasil, na Bahia, que exercia a superintendencia sôbre todas as provincias brasileiras e assegurava as relações officiaes com o govêrno da mãe-patria. Esse poder central da colonia subsistiu, consoante o seu nome, até ao fim da era colonial, 1549-1760 na Bahia, 1763-1807 no Rio de Janeiro, e de 1720 em diante usou mesmo permanentemente do título mais brilhante de vice-reino; porém a sua auctoridade soffreu sempre novas restricções: em primeiro lugar, perdeu sua acção sôbre o Norte do Brasil, o denominado Estado do Maranhão, que foi subordinado directamente ao gabinete de Lisboa (1621); e, si nominalmente lhe restava auctoridade sôbre as demais porções de terra, era só na apparencia, sem significação real.

Por último, desde meados do seculo XVIII, existiam no Brasil nove governos de primeira ordem, que eram completamente independentes uns dos outros e revestidos de eguaes direitos: o vice-reino dos Estados do Brasil ou capitania geral do Rio de Janeiro, além disso as capitánias geraes do Pará, do Maranhão, de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo, de Minas Geraes, de Goiaz, de Matto Grosso. Fóra esses, existiam ainda nove governos de segunda ordem, as capitánias do Rio Negro (Alto Amazonas), Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahiba, Sergipe, Espirito Sancto, Sancta Catharina e Rio Grande do Sul, cujos governadores eram por direito subordinados ao vizinho capitão-general, porém o laço dessa dependencia era frouxo e vacillante; muita vez se limitava apenas a fazer passar a correspondencia official e relatorios pelas mãos do capitão-general, e até dessa obrigação procuraram emancipar-se os governadores das capitánias, frequentemente com exito.

Recapitulemos o que se disse até aqui, num resumo: o imperio colonial brasileiro, no seu desenvolvimento final, era composto de um certo número de provincias, cada uma

das quaes sómente de direito se relacionava com a mãe-patria, ao passo que entre si não tinham ligação organica alguma, eram vizinhas entre si independentes. Os governadores provinciaes, só dependentes da côrte de Lisboa, comportavam-se uns para com os outros como principes soberanos, attentos a observar qualquer usurpação e a brigar, principalmente a respeito dos limites do territorio de sua administração, com uma violencia tal, como si fôsem potencias inimigas; na época do descobrimento do ouro, aconteceu um delles occupar militarmente um districto aurifero da fronteira e logo declarar ao seu vizinho que só cederia á força das armas. E as medidas desta ordem podiam sempre contar certo com o applauso das populações provinciaes locaes; a disseminação filiforme nas extensões gigantescas de terras, a immensa distância entre as differentes colonias haviam naturalmente determinado no povo um forte bairrismo, que se comprazia na mentalidade provincialistica; calando os ciumes mesquinhos e attritos, lembremos somente aquella guerra encarnçada que os Paulistas fizeram contra os denominados Emboabas, para a posse das Minas Geraes.

O imperio colonial do Brasil formava, portanto, apenas uma unidade geographica, porém não um corpo de Estado organizado; o seu centro político ficava além dos mares, em Lisboa, onde o principe herdeiro da corôa de Portugal, desde 27 de Outubro de 1645, usava o título de "Principe do Brasil", e onde tinha a sua séde o denominado "Conselho Ultramarino" (organizado a 14 de Junho de 1642), em outras palavras, o ministerio das colonias.

A fôrma do governo era a monarchia absoluta; sem duvida ainda vigorava reconhecidamente em Portugal uma constituição, na época em que começou a colonização, e as côrtes dos tres Estados sómente desde 1698 caíram em desuso; todavia, nada disso passou ás novas colonias sul-americanas.

Aos primeiros immigrants eram concedidos, além dos direitos de cidadania, somente as regalias municipaes que eram de uso na mãe-patria, portanto uma certa autonomia do governo e de administração dos municipios, reservando-se, porém, importante influência aos governadores (ou capitães-generaes), mórmente nas eleições.

E, si depois algumas provincias e cidades obtiveram ainda maiores privilegios, tambem estes não lhes davam quaesquer direitos politicos propriamente; por exemplo, o

grande privilegio da cidade do Porto, de 1º de Junho de 1490, transplantado primeiro ao Rio de Janeiro (10 de Fevereiro de 1642), depois ao Maranhão e Pará (20 de Julho de 1655), mais tarde á Bahia e a São Paulo, só dava protecção contra certo despotismo, eximindo o cidadão da tortura judicial, excepto em casos especiaes, assim como de prisão arbitrária, dispensando-o e aos seus servos do recrutamento e, finalmente, dando-lhe o direito de usar armas.

Tambem os privilegios das diversas classes eram inteiramente do dominio do direito privado, e um regime politico de classes privilegiadas, no sentido europeu de então, nunca existiu no Brasil. Em primeiro lugar, não existia nobreza; de facto immigraram muitos titulares portuguezes, muitos outros obtiveram, na verdade, privilegios pessoas de nobreza, por meio de carta de mercê ou por serviços publicos, e, além do mais, o desenvolvimento natural do paiz creou uma aristocracia detentora de terras, uma fidalguia de fazendeiros; porém, por outro lado, esses elementos jamais se associaram em corporação regular, nem era de uso o direito de primogenitura, de sorte que dahi não podia resultar uma classe de nobreza propriamente dicta.

O clero, por seu lado, era sem dúvida organizado em classe; porém, os sacerdotes seculares, sem bens proprios da egreja, nomeados e assalariados pelo Estado, eram inteiramente dependentes do poder civil, e as ordens claustraes, por mais importante que fôsse o papel desempenhado, sobretudo pela Companhia de Jesús, deviam, justamente pelo conjuncto da sua feição, conservar-se alheias a toda a vida politica propriamente dicta.

Assim faltava, pois, qualquer órgão legal e qualquer classe fechada, autonoma, que, em nome e por delegação do povo, se oppuzesse á corôa e aos seus funcionarios, e pudesse exercer alguma influencia sobre as suas determinações.

A participação do povo na vida do Estado só se podia manifestar de modo extraordinario, por meios fóra da lei, rebellando-se contra qualquer medida do govêrno, que desagradasse. E, para opposição dêste genero, serviam de órgãos as auctoridades eleitas dos municipios, principalmente nos grandes municipios das capitães de provincia; ahí o Conselho Municipal, a Camara, apoiada na massa do povo, occupava posição forte e respeitada, sobretudo nos tempos mais antigos; bastantes vezes citámos, na nossa narração, como as camaras municipaes, não só na ausencia ou no caso de morte do governador da corôa, assumiam as funcções de govêrno



provisorio da provincia, mas tambem como faziam opposição violenta aos governadores malquistos e mesmo depunham algum delles do seu cargo. A's vezes, tambem em casos taes, de geral descontentamento, era por demagogos arrancado o poder das mãos da camara; o povo revoltado elegia então o seu juiz do povo, procurador do povo, e, deante dessa auctoridade da revolução, todos tinham que se curvar.

Agitações desta ordem nunca duravam muito, de resto, e, em geral, não se extendiam além da immediata vizinhança da cidade; assim, eram quasi sempre supplantadas, sem especial exôrço, pelo govêrno, sem deixarem effeito duradouro atrás de si. E, desde cêrca do terceiro decennio do seculo XVIII, quasi não aconteceram mais taes tumultos locais; mesmo, as maiores municipalidades jaziam em completa apathia, vencidos o gôsto e fôrça para resistir.

O nome de juiz do povo, outrora tão temido, havia passado agora em muitos logares para um funcçionario subordinado do municipio, que, sem verdadeira significação, só representava papel nos prestitos festivos; as camaras limitavam-se a uma actividade exclusivamente municipal. De facto, ainda existia um funcçionario do povo, que dispunha de alguma influencia, o denominado juiz ordinario, leigo (correspondente ao actual juiz de paz), que, além de suas attribuições propriamente judiciais, presidia á camara e executava as suas decisões; elle era, como o conselho municipal, nomeado por eleição indirecta dos cidadãos, porém sob a influencia preponderante do govêrno, e elle se sentia, assim, inteiramente como funcçionario dêste último; dependente humilde para com os de cima, era não raro tyranno para com os de baixo.

Nestas condições, o poder dos funcçionarios da corôa não encontrava barreira alguma; e, como o capitão-general na provincia, assim procediam os funcçionarios inferiores, cada um na sua esphera, como despotas absolutos, com tanto maior desembaraço, quanto, em geral, reuniam na sua pessoa ao mesmo tempo auctoridade judicial, policial e administrativa; assim, na comarca o ouvidor, no termo o juiz de fôra (assim chamado porque nunca um nacional podia exercer este cargo), formado em direito.

Por esta fôrma, não cabia aos subditos nem o beneficio de uma fiscalização, como resultaria da concorrência hierarchica entre funcçionarios da justiça e da administração, uns sôbre os outros; e o cahos da legislação luso-brasileira, que,

desde a codificação de Philippe II (12 de Janeiro de 1603), outra não recebeu, o segredo dos debates judiciais e a resolução da sentença por juiz singular, tudo deixava excessiva margem para grandes injustiças.

Podia-se recorrer, sem dúvida, dos funcionarios subalternos para mais altos, até ao ministerio colonial, e, quanto á justiça, foi creada uma successão de instancias na magistratura: existia na Bahia uma Relação de 2ª instancia, fundada a 7 de Março de 1609, renovada a 12 de Setembro de 1652, e, desde 15 de Julho de 1751, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, para as provincias a Sudoeste, segunda Relação, de cuja decisão havia uma appellação facultativa para o Supremo Tribunal de Lisboa; porém, mesmo no interior de cada provincia, dadas as enormes distancias, era tão penoso e dispendioso para o cidadão procurar justiça, que elle, além disso, deante do duvidoso resultado, preferia soffrer a injustiça. E justamente esses inconvenientes, que opprimiam os cidadãos ordeiros, favoreciam o criminoso; a este era sempre facil acertar-se com o unico funcionario que reunia nas suas mãos todos os poderes, e, não o conseguindo, era-lhe muito facil na vasta extensão do paiz escapar pela fuga ao castigo; o Brasil carecia, portanto, em absoluto, da indispensavel segurança da justiça (155).

(155) Infelizmente, isso ainda nada melhorou até hoje: o culto do direito é ainda, sempre, defeituoso na sua organização, e desmoralizado, ao menos na sua execução para com os inferiores.

A' testa da justiça e no lugar do Supremo Tribunal de Lisboa, existia, desde a transmigração da Casa Real, um tribunal superior no Rio de Janeiro, a Casa de Supplicação, instituida por decreto real de 10 de Maio de 1808, supprimida pelo decreto das Côrtes de Lisboa, de 29 de Setembro de 1821, o que de resto não foi effectuado. De conformidade com o art. 163 da Constituição do Imperio, e pela lei de 18 de Setembro de 1828, foi esse tribunal reorganizado com o nome de Supremo Tribunal de Justiça, com 17 ministros.

Além dos dous mais antigos tribunaes de 2ª instancia acima mencionados, instituiu o rei d. João VI mais dous — a Relação de São Luiz do Maranhão, a 13 de Maio de 1812, e a de Recife (Pernambuco), a 6 de Fevereiro de 1821; e estes quatro são até actualmente os unicos, embora o art. 158 da Constituição previsse uma Relação para cada provincia; é evidente, portanto, que na maioria dos casos a appellação é de facto alli impossivel.

Nas provincias, cada comarca tem ainda o seu juiz de direito, cada municipio ou termo o seu juiz municipal (juiz policial), que em geral tambem tracta dos negocios do juiz de órphãos e, como tal, é curador dos direitos de órphãos e ausentes; para todos esses cargos se exige o grau jurídico de doutor e a nomeação é feita pelo

Na verdade era o resultado, em não pequena parte, das condições naturaes; porém, grande parte da culpa cabia também aos homens.

Certamente, houve muitos funcionarios honrados; porém, no seu conjuncto, o funcionalismo luso-brasileiro estava afundado em grande corrupção; descuidando-se dos deveres e da honra do seu cargo, só cogitava de enriquecer. E

---

governo. Finalmente, os juizes de paz, nos districtos ou freguezias, são eleitos por voto directo, do mesmo modo que os membros do Conselho Municipal, e por quatro annos; limita-se a sua competencia fundamentalmente a mediações e pequenos casos de policia, segundo os arts. 161 e 162 da Constituição e leis de 15 de Outubro de 1827 e 3 de Dezembro de 1841. Para a policia executiva, cada provincia tem o seu chefe de policia, auxiliado por funcionarios subalternos, os delegados e subdelegados (lei de 3 de Dezembro de 1841).

Ao passo que, nas causas civeis em primeira instancia, o juiz singular julga só, nas causas crimes é applicada, conforme prevê o art. 151 da Constituição, a cooperação dos jurados (Codigo Penal de 1830 e Regulamento Processual Criminal de 1833), sendo que se reúne o jury na capital da comarca, sob a presidencia do juiz de direito; os jurados devem saber ler e dispôr de certa renda; sómente com unanimidade absoluta no quesito principal, ou dous terços de maioria nos quesitos accessorios, podem pronunciar sentença de morte.

Tal é a actual organização da Justiça; vejamos como ella funciona. Todos os viajantes e observadores são unanimes a este respeito, que os juizes e funcionarios da policia, mórmente nas instancias inferiores e nos pontos distantes do paiz, são ainda tão accessíveis ao subórno e tão arbitrarios, quanto o eram os seus antecessores portuguezes; o direito não é sómente torcido, porém directamente vendido, e só em casos muito excepçionaes consegue justiça o pobre contra o rico, o estrangeiro contra o nacional.

Quem quizer investigar esses pormenores não terá difficuldade alguma em os achar; contentamo-nos em citar referencias feitas por alguns Alemães. "Não existe povo na terra tão inclinado a abusar do poder official, como o brasileiro. Quem tem dinheiro, tudo pôde permittir-se impunemente, isto é, fica impune por parte das auctoridades. Porém, em muitos casos, o culpado é ferido pela vingança particular, que, nas regiões remotas, degenera em formaes guerras de familia. A consequencia é a absoluta falta de segurança pessoal. Certamente, e embora possa parecer inverdade, no Brasil é menos arriscado matar alguém do que lhe dar uma bofetada. "Coitado de quem morre"! diz o rifão, para definir a situação: os mortos não se podem vingar, nem se queixar. Nestas circumstâncias, a adopção do jury foi uma verdadeira desgraça. Quem é que, nas condições sociaes existentes, pôde atrever-se a declarar culpado um assassino, e, com isto, incorrer no risco de ser a seguinte victima, que elle matará?" (Helmreich).

E' da mesma opinião Burmeister: "Considera-se por toda parte com olhos desconfiados a administração da justiça, e sabe-se que o

este alvo alcançava-se com tanto maior descaramento, quanto os cargos eram occupados na maioria (porque não podia ser adquirida no Brasil a cultura jurídica exigida para o serviço do Estado) por Portuguezes natos; estes, entretanto, não ligados á colonia nem á sua população por laço algum, nada tinham para tomar em consideração; só tractavam de fazer fortuna, afim de regressar á terra o mais depressa pos-

dinheiro e as relações de familias são as alavancas na decisão da sentença; ninguém ousaria contesta-lo; ninguém conhece um meio para reprimir esses abusos; o homem probo, que se atrevesse a votar diversamente da maioria corrompida, viveria como a coruja no meio das gralhas, e não tardaria a cair nalguma tocaia. Quem não foi condemnado é tido por completamente irreprehensivel, e qualquer é absolvido, desde que pague para a absolvição. Ainda mais communmente acontece deixar-se escapulir antes dos debates o criminoso, cuja culpabilidade é bem patente. Para tudo isso concorre especialmente a independencia dos processos judiciaes de cada uma das provincias; nenhum tribunal de uma póde julgar o criminoso de outra; todo ladrão, assassino ou velhaco, é livre no momento em que elle pisa o sólo de outra provincia, onde ainda não commetteu um delicto. Alguns temerarios desafiam francamente a lei; andam armados por toda parte e ameaçam de morte, a qualquer que ousar pôr-lhes a mão".

Como já se disse acima, no texto, todos esses males, em parte, resultam necessariamente das condições naturaes de um paiz ainda meio deserto; a maior parte da culpa cabe, todavia, aos homens; de um lado, á completa desmoralização do functionalismo, que tracta aos pobres com o maximo despotismo, como escravos, e aos ricos, que para isso pagam, com a maxima contemplação; por outro lado, á relaxação moral do povo que, embora lhe seja concedida tão consideravel participação na distribuição da justiça, não faz exfôrço algum para estabelecer uma ordem judicial organizada.

E' costume agora no Brasil, porém injustamente, accusar de toda culpa ao povo e sua participação na justiça; vejamos, por exemplo, como o presidente da Bahia se exprimiu sobre o jury, no seu Relatório á Legislatura provincial, de 1º de Março de 1855: "Um juiz encanece na prática de dirigir processos e julgar com acêrto e justiça, pensa e repensa no socêgo da noite e treme de commetter um engano, quando tem que pronunciar um julgamento sobre vida, liberdade e posses de seu proximo; um jurado, qualificado mais por seus haveres do que por seu entendimento recto e sua cultura, depois de ter ouvido discursos apaixonados, na maioria falsos e sophisticos, isola-se por alguns minutos para deliberar; elle é enternecido por lagrimas, influenciado por considerações pessoaes, e mesmo, quem sabe, estimulado pela fome. Eu reclamo, pois, a abolição do jury! Reclamo antes de tudo uma reforma e melhor qualificação dos jurados; si isso não bastar, então reclamo a abolição, pois as leis devem ser adaptadas aos costumes e ao grau de cultura dos povos; não quero instituições de luxo, nem as posso comprehender. Si o jury é em paizes constitucionaes uma garantia indispensavel, que subsista para os crimes politicos e da imprensa, porém não deve servir para proporcionar liberdade e impunidade aos assassinos, incendiarios e ladrões". (*Nota do auctor*)."



sível. Rapacidade e corruptibilidade eram no Brasil, por consequencia, o vicio geral do funcionalismo.

Já no princípio do século XVII, antes da invasão hollandeza, dizia o ermão Manuel do Salvador que “pesavam quatro caixas de assucar bastante para inclinar o fiel oscillante da justiça.. Uns cincoenta annos depois, depetia o famoso jesuita Antonio Vieira, no seu “Sermão do bom ladrão”, uma sentença do apostolo das Indias, São Francisco Xavier: “Nas Indias Portuguezas é o verbo *rapio* (roubar) conjugado em todos os modos”; e extendia o mesmo com franca referencia ao Brasil: “porém agora se usa da mesma conjugação tambem neste lado do Cabo da Boa Esperança, e não sómente em todos os modos, mas tambem em todos os tempos e pessoas”.

De nôvo, cem annos passados, exprime-se o vice-rei, marquez do Lavradio, nas suas instrucções ao seu successor (19 de Junho de 1779), sôbre as mesmas condições, do seguinte modo: “Em geral, quanto a minha experiencia alcança, os magistrados, que para aqui vêm, só pensam em acabar o tempo fixado do seu serviço, para poderem depois exigir promoção; e, durante a sua estada aqui, só têm uma unica preocupação: ajunctar o mais possivel, afim de levar, ao regresso, com que dar á sua familia boa vida. Nem um só fala do beneficio exercido por elle; porém todos lamentam a miseria e pobreza do territorio de sua jurisdicção, lástima produzida sómente pela insignificancia dos proventos do seu cargo. Como o seu ordenado é pequeno, elles procuram augmentar as esportulas, promovendo discordias e contendias; elles tornam os subditos turbulentos, impõem-lhes pesadas custas e os detêm fóra dos seus trabalhos, só para favorecerem o seu baixo interesse pessoal e os dos seus funcionarios subalternos. Perto de doze annos governei na America e nunca ouvi falar de um só juiz que houvesse procurado reconciliar os partidos litigantes; jámais encontrei alguma providência util, promovida por um magistrado”.

Está claro que, uma vez arraigado tal estado de corrupção official, não se remedeia depressa, nem facilmente. Muitas vezes, na verdade, funcionarios superiores, especialmente zelosos, procuraram fazer reformas, porém sempre sem duradouro resultado. E’ interessante o que a este respeito J. C. A. de Oyenhausen, que governou, como capitão-general, Matto-Grosso e São Paulo, referiu ao viajante francez Saint-Hilaire, cêrca de 1820.

“Existem, — disse elle, — nas funcções do cargo de um capitão-general, tres épochas: febre com delirio, febre sem



delirio e exgottamento. Um governador chega ao seu territorio, sem o conhecer; porém elle sabe que lhe confiaram a administração de um paiz, onde tudo é nôvo, onde tudo está por fazer; elle tem na mente a idéa de arrancar da barbárie um paiz colossal e tornar-se famoso por grandes obras. Cheio de planos de toda especie, chega elle; mas, após tomar conhecimento das localidades, elle percebe que as suas idéas, nascidas na Europa ou no Rio de Janeiro, não se adaptam ao interior do Brasil. Em breve cessa o delirio; elle modifica os seus planos, adapta-os melhor ao paiz e tracta então da realização; porém não havia contado com os obstaculos. Os homens e as circumstâncias contrapõem-lhe uma resistencia passiva, que é mais insuperavel do que a mais violenta opposição; elle cansa-se da causa e deixa-se cair na mesma apathia, em que estão afundadas todas as pessoas do seu círculo ! ”

Assim acontecia aos melhores capitães-generaes, que chegavam possuidos da melhor vontade e actividade; porém a grande maioria delles nem assim era; só vinha animada da mesma avidez que os funcçionarios inferiores, e trazia consigo tambem um bando de parasitas, que todos deviam ser nutridos pelo govêrno. O famoso Antonio Vieira, da Companhia de Jesús, compara, por isso, numa phantasia satirica, a transmigração de um capitão-general com a viagem de um tubarão que, aonde quer que se dirija, tem de levar consigo uma porção de sugadores; “sem dúvida — diz elle — aprendeu a pequena remora nos tempos modernos, o seu officio, dos taes parasitas”.

E, quanto á maneira pela qual se havia o representante da côroa, em plena posse do poder civil e militar, com a livre disposição do thesouro da provincia, da milicia e das tropas regulares, garantido, pela enorme distancia do soberano, contra qualquer responsabilidade, coisa é melhor de imaginar que de descrever; o seu despotismo assimilhava-se ao de sultões orientaes (156). Mesmo entre os capitães-generaes dignos de respeito, já se tornara pelo menos uma verdade, que, sem um certo despotismo exclarecido, sem o absoluto afastamento de toda a influencia popular, não se podia governar.

---

(156) Tambem na administração actual, mormente nas provincias remotas, parece que ainda se offerecem circumstancias identicas; a julgar pelo que se ouve no parlamento brasileiro, muitos presidentes provinciaes não são melhores que os velhos capitães-generaes. (*Nota do auctor*).

“Os primeiros habitantes do Brasil, — assim se exprimiu, mais ou menos, Oyenhausen, falando a Saint-Hilaire, — eram na maioria homens de baixa origem, acostumados á mais incondicional sujeição; elles transmittiram o servilismo aos seus descendentes, e este espirito ainda é alimentado pela contínua immigração de Portugal, que não é de melhor qualidade que a dos antepassados. Num superior, que se aproxima delles, julgam ver um homem que não sabe dignificar-se devidamente, e o desprezam”.

E o marquez de Lavradio, nas suas já mencionadas instrucções, diz: “Eu sempre fui fiel ao meu systema, de não tomar, em absoluto, conhecimento das murmurações do povo. Sempre procurei certificar-me si realmente elle era opprimido, mas sem que o deixasse perceber de todo; e, si descobria que tal era realmente o caso, procurava alterar o meu plano, de modo que não chamasse a attenção; apparentemente, porém, sempre eu sustentava inalteradas as minhas resoluções e fingia ignorar de todo a voz do povo”.

Como se sabe, no correr do seculo XVIII, existia tambem no continente europeu esse puro absolutismo, e nos paizes melhor governados era um despotismo exclarecido o systema geral do govêrno; contudo, já scintillavam através de todo o systema as fagulhas incendiárias do liberalismo e da consciencia nacional, que pela primeira vez irromperam em chammas claras na guerra da independencia norte-americana e depois na revolução franceza. Por ellas, porém, não fôram ainda tocados os Brasileiros; de um lado, dominados pela força do habito, de outro pela indolencia natural da gente do Sul, supportavam o pesado jugo com tranquilla resignação. Assim, não podia o elemento opposicionista do liberalismo desenvolver-se de dentro para fóra; e, para que não se infiltrasse do exterior, disso cuidou sollicito o govêrno portuguez: o systema prohibitivo colonial, cuja ciosa severidade já descrevêmos, não se limitava sómente ás pessoas estrangeiras, tambem visava ás idéas estrangeiras.

Já mesmo em Portugal reinava, nesse sentido, rigor exagerado; ler ou possuir escriptos prohibidos, era um crime, cujo castigo competia á Sancta Inquisição; e o que não era prohibido? Para imprimir novos livros, era preciso sollicitar tres licenças: a da censura real, a do bispo e a dos inquisidores, e a importação de livros estrangeiros era ainda mais difficultada; sómente o govêrno do marquez de Pombal creou algum allívio para essa situação, pois, pelas leis de 2 e 5

de Abril de 1768, estabeleceu um Collegio Real de Censura, de exclusiva competencia na materia, composto de theologos e juristas (157).

Muito peor era no Brasil: para aqui não se desgarrava quasi nunca um livro estrangeiro, e, durante tres seculos inteiros, o govêrno da mãe-patria nem ao menos concedeu á colonia a instituição de uma imprensa.

De instrucção pública nem se fale; fóra talvez alguns seminarios religiosos, não existia no Brasil nem um só estabelecimento de ensino superior, e quem quizesse adquirir cultura scientifica tinha que busca-la em Coimbra, a unica universidade em todo o reino portuguez; tractando-se de escholhas primárias, existia, quando muito, uma só nas cidades maiores; a gente do povo cifrava a sua instrucção exclusivamente ao ensino religioso dos padres, o qual, além disso, se limitava na maioria das vezes aos officios do culto e se entremeava das peores crendices.

Não existiam, portanto, nem os minimos principios de instrucção pública generalizada, ainda menos de illustração política; os mais simples conhecimentos elementares eram tão pouco espalhados, que, não raro, ricos fazendeiros do interior encarregavam seus amigos do littoral de lhes arranjar um genro que, em vez de quaesquer outros dotes, apenas soubesse ler e escrever (158).

(157) Como se pôde averiguar pela *História da censura intellectual em Portugal* (Coimbra, 1926, pags. 116-123 e 135), de J. T. da Silva Bastos, não houve duas leis, em 2 e 5 de Abril de 1768, estabelecendo um *Collegio Real de Censura*, conforme assevera Handelman. A 2 de Abril de 1768, apenas mandou o rei que se pronunciasse a Mesa do Desembargo do Pago sobre as medidas que se deveriam tomar contra a introdução de "livros perniciosos" em Portugal; e de 5 de Abril de 1768 é o decreto que creou a Real Mesa Censoria, composta de um presidente e de sete deputados ordinarios, além do pessoal da secretaria. Competia a esse tribunal a jurisdicção privativa sobre a approvação ou reprovação de tudo quanto fosse impresso ou reimpresso em Portugal e seus dominios.

(158) O estado de ignorancia é ainda hoje preponderante no Brasil, e, excluidos inteiramente os escravos, como já se vê, dous terços da população livre não sabem ler nem escrever; todavia, para isso concorre em maior parte a indolente indifferença do povo, ao passo que o govêrno, de seu lado, tomou louvavel iniciativa.

Primeiramente, depois da transmigração da Casa Real para o Rio de Janeiro, foi fundada, pelo decreto de 13 de Maio de 1808, a primeira Imprensa Real e surgiu o primeiro jornal, um órgão official da côrte; a segunda imprensa foi concedida, por decreto de 5 de Fevereiro de 1811, á cidade da Bahia; a terceira funcionou em Pernambuco, durante a revolução de 1817, porém dei-

Justamente essa geral ignorancia dava, a todo aquelle que dispuzesse de alguma cultura, tal preponderancia e tal influênciã, que toda a vizinhança se deixava facilmente levar e dominar por elle, como se poudo verificar em repetidas revoltas, não de character politico, simplesmente locaes. E

xou de existir com esta. Assim, ficaram aquellas duas primeiras imprensas as unicas até ao anno de 1821, quando a incipiente actividade da vida politica tambem trouxe consigo progresso para a imprensa; já em 1828 eram publicados 25 jornaes; agora se publicam uns 90 de toda especie, scientificos, politicos e literarios. Tambem começaram a tornar-se evidentes os incios de uma litteratura propriamente brasileira, independente da portugueza; porém não é aqui o logar para discorrer a este respeito.

Quanto á instrucção pública, o art. 179, §§ 31 e 32, da Constituição, assegurava á população os necessários institutos de ensino superior, e, além disso, instrucção elemental gratuita; todavia, agora, segundo as disposições do Acto Adicional de 1834, sómente os primeiros estão a cargo do govêrno do imperio, ao passo que as escholas populares estão aos cuidados dos govêrnos provinciaes.

Na verdade, com um zêlo digno de nota e grandes sacrificios, estabeleceu-se dahi em deante a instrucção elemental gratuita, que, porém, não podendo ser de outro modo nas circumstâncias naturaes, é bastante defeituosa e, ao que parece, é pouco utilizada pelo povo; segundo dados officiaes, existiam em 1854, em todo o imperio, 1.506 escholas primárias, com 61.700 alumnos, 20 lyceus e 148 escholas secundárias, com 3.713; finalmente, frequentavam 23.641 alumnos escholas particulares de toda especie. Além disso, existiam, quanto a institutos superiores (fôra 11 seminarios ecclesiasticos), duas Faculdades de Direito, em Recife e São Paulo, creadas pela lei de 11 de Agosto de 1827, com 584 estudantes; duas Faculdades de Medicina, na Bahia e Rio de Janeiro, organizadas pela lei de 3 de Outubro de 1832, com 572 estudantes; ainda no Rio de Janeiro, uma Academia de Medicina, uma Eschola de Commércio, com 27 estudantes, uma Eschola de Bellas Artes, com 60, e o collegio d. Pedro II, com 137 alumnos.

Sommamos, portanto (em 1854), uma frequencia escholar de 90.000 alumnos para uma população livre de tres milhões de almas, isto é, 3 % (nos Estados Unidos da America do Norte, a frequencia é de 20 %: segundo o recenseamento de 1850, quatro milhões em vinte milhões de habitantes).

Uma universidade, na accepção alemã, não possui ainda o Brasil, embora tenha sido diversas vezes objecto de cogitação fundar uma tal no Rio de Janeiro, já em 1823 e mais tarde conservar-se o systema de faculdades separadas, e, ultimamente, pela lei de 10 de Setembro de 1854, foi providenciada a fundação de duas faculdades de theologia catholica.

O que mais se aproxima da concepção europêa de Academia de Sciencias é o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, a 21 de Outubro de 1838, sob a immediata protecção do Imperador d. Pedro II, e que, em 1854, contava 54 socios effectivos, 101 honorarios e 438 correspondentes. (*Nota do auctor*).



para esse mal não sabia o marquez de Lavradio, por exemplo, de outro remedio, sinão o seguinte:

“Devia-se impedir de todo modo que se estabelecessem alli advogados, letrados e outros de espirito irrequieto; pois o povo, em geral mal educado, logo que é adulado e instigado ao atrevimento, por esses perturbadores da ordem, exquece os seus deveres e se põe sob as bandeiras delles”.

Tinha disso experiencia, continuava elle, porém havia atalhado as machinações com um meio efficaz, pois, á primeira agitação, prendia aquelles agentes perturbadores, e conservava-os na mais rigorosa prisão; e, quando, finalmente, os soltava, dava-lhes a entender que dahi em deante seriam responsabilizados por qualquer perturbação da ordem. E este foi em absoluto um dos mais bem intencionados e mais exclarecidos capitães-generaes, que, por seu govêrno do Rio de Janeiro, grangeou incontestavel benemerencia! (159).

\*\*\*

Comprehende-se que, apesar de tudo, o nôvo espirito da época não podia ser reprimido inteiramente; os grandes acontecimentos que abalaram o mundo, como a guerra la independenciã norte-americana e a revolução franceza, deviam despertar a attenção tambem no Brasil; e, embora, em geral, não fôssem devidamente comprehendidos, todavia delles resultou a primeira sementeira de fórmulas e pensamentos liberaes, que a principio, de resto, não ameaçava de perigo

---

(159) Sob a Republica, foi, não ha muito, constituida a Universidade do Rio de Janeiro, composta da faculdade official de Medicina e das faculdades, particulares de Direito fundidas numa só, assim como da Escola Polytechnica (antiga Escola Central). Existem tambem universidades no Estado do Paraná e no Estado de Minas Geraes. O Estado de São Paulo mantém todas as faculdades necessarias á organização de uma universidade. E' raro o Estado que não conte algum curso superior. Assim, o ensino mais alto, no Brasil, está convenientemente desenvolvido e hoje quasi exclusivamente entregue ás unidades federativas, sujeito, contudo, á fiscalização da União. Os proprios estabelecimentos de ensino superior, creados e mantidos pelo govêrno central, estão sendo encaminhados para o regimen de uma definitiva autonomia administrativa e economica. Em taes condições, não tem mais razão de ser tudo quanto affirma o historiador alemão quanto á instrucção superior em nossa patria.



algun o existente systema de govérno. Limitadas a certos círculos de classes mais illustradas, taes idéas de um liberalismo indistincto, de todo, não tinham as qualidades necessarias para accionar um movimento; quando muito se manifestavam, ás vezes, em palavras altisonantes: mencionamos, apenas, a denominada Inconfidencia Mineira (anno de 1790), segundo parece, uma simples declamação feita a uma mesa bem provida, que sómente se assignalou com significação política pelo circunstanciado processo de alta traição.

Por este lado, não havia, portanto, muita cousa para temer, a princípio; existia, contudo, no Brasil, já desde antigamente, segunda circunstância, que poderia suscitar grandes difficuldades. Ouçamos como o marquez do Lavradio instrue a este respeito o seu successor: "Os traços geraes do character dos habitantes destas regiões americanas, tanto quanto eu os conheço, são — indolencia, humildade e obediencia. Elles são moderados nos seus habitos, todavia possuem ao mesmo tempo muita vaidade e soberba; mas estes defeitos facilmente se refreiam. São robustos, sabem trabalhar e obedecem ás ordens recebidas; porém, quando não accionados pelas ordens, ficam de bôa vontade, e frequentemente, em completa ociosidade, até caírem na mais profunda miseria. Em si e por si, são, portanto, esses homens faceis de governar. Contudo, muitas vezes elles se tornam ingovernaveis e suscitam muitos disturbios, por causa dos Europeus (isto é, os Portuguezes), que aqui estão estabelecidos. Muitos dêstes ultimos são naturaes da provincia do Minho, gente ardorosa, desassocegada e pouco segura, que, embora na patria tanto se adeantassem na agricultura, aqui, neste sentido, para nada prestam; antes, parecem tão ignorantes na lavoura, como a gente do paiz. Apenas chegam aqui, associam-se aos seus compatriotas, que já se apoderaram de todo o manejo do commercio; elles o monopolizam (pequeno commercio e de commissões) e não admittem um nacional nas suas casas, nem como escrevente, afim de que mais tarde elle não venha a ser também commerciante. Como, esses residentes constituem exclusivamente a classe commercial, os pobres nacionaes são de tal modo recalçados para situação subalterna, que recorrem a excessos, tão contrarios ao seu genio". (160).

---

(160) Acha-se na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo IV (Rio, 1842). pags. 409-486, *O relatorio do*

Portanto, existia no Brasil uma viva opposição entre os descendentes dos antigos immigrants, os Brasileiros propriamente dictos, e os immigrants mais recentes, os "Portuguezes de Portugal", ou "filhos do reino", como gostavam

---

*marquez de Lavradio*, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o succedeu no vice-reinado", do qual extrahiu Handelman alguns trechos. Afim de rectificar certos enganos da trasladação alemã, e tambem por se tratar de um extracto curioso, eis, na integra, a parte citada pelo dito auctor: — "O caracter d'alguns Americanos destas partes da America, que eu conheço, é de um espirito muito preguiçoso: muito humildes e obedientes, vivem com muita sobriedade, ao mesmo passo que tem grande vaidade e elevação; porém estes mesmos fumos se lhes abatem com muita facilidade; são robustos, podem com todo o trabalho, e fazem tudo aquillo que lhes mandam; porém se não ha cuidado em manda-los, elles por natureza ficarão sempre em inacção, ainda á ponto de se verem reduzidos á maior indigência. Estes mesmos individuos, que por si sós são facilimos de governar, se vem a fazer difficultosos, e ás vezes dão trabalho e algum cuidado por causa dos Europeos, que aqui vem ter os seus estabelecimentos, e muito mais por serem a maior parte d'estas gentes naturaes da Provincia do Minho, gentes de muita viveza, de um espirito muito inquieto, e de pouca ou nenhuma sinceridade, sendo para notar que podendo adiantar-se muito estes povos na sua lavoura e industria com o trato daquellas gentes, que na sua Provincia são os mais industriosos, e que procuram tirar da terra todas as utilidades que lhes são possiveis, n'este ponto em nada tem adiantado os povos, porque logo que aqui chegam não cuidam em nenhuma outra cousa que em se fazerem senhores do commercio que aqui ha, não admittirem filho nenhum da terra a caixeiros, por d'onde possam algum dia serem negociantes; e pelo que toca á lavoura se mostram tão ignorantes como os mesmos do paiz: e como aquelles homens abrangem em si tudo o que é commercio, os miseraveis filhos do paiz lhes são de tal fórma subordinados pela dependencia que tem d'elles, que se sujeitam muitas vezes a commeter alguns excessos suggeridos por aquelles, contra os seus naturaes sentimentos; porém aquelles mesmos homens, como são gentes sem principio, e quasi todos com uns nascimentos muito ordinarios, nunca as suas intrigas e inquietações tem tal força, que possa ser difficultoso ou de maior cuidado ao Vice-rei do Estado o reduzir cada um a satisfazer as suas obrigações, e a obedecerem ao que se lhes determina. E' verdade que se empregam muito na murmuração, inventam muitas imposturas e falsidades; porém tudo isso são tentativas a que os conduz a fraqueza do seu espirito, para verem se podem por este modo conseguirem que com o receio de se darem attenção áquelles dictérios, se afrouxe quem os governa nas resoluções que tem tomado, ou que escandalizado daquellas vozes passe ao excesso de algum procedimento extraordinario, que d'elle resulte alguma novidade, de que elles possam tirar o partido que desejam. Em tendo a pessoa que os governa um coração superior a estas ridicularias, e conservando-se constante no systema que tiver formado, elles vem finalmente a desenganarem-se: assim antes como depois obedecem com mais ou menos satisfação sua".

de os chamar os Portuguezes residentes. Eram os primeiros inteiramente da lavoura, os outros essencialmente commerciantes; elles haviam açambareado todo o commercio pequeno e de commissões, e, como eram superiores aos filhos do paiz em cultura geral, em habilidade, em actividade, tornava-se quasi impossivel a um negociante nacional prosperar ao lado delles, tanto mais porque os Portuguezes residentes continuavam unanimes a fazer-lhe opposição. Assim, os immigrants portuguezes geralmente alcançavam em breve grande bem-estar e attrahiam sôbre si o odio e a inveja dos Brasileiros; a gente pobre considerava-os a sangue-suga estrangeira (como antes o povo europeu considerava os Judeus); a aristocracia dos fazendeiros, pelo menos, não perdoava que a nova aristocracia do dinheiro se quizesse fazer valer, equiparar-se a ella.

E, além disso, o que, sem dúvida, muito menos entrava em conta: tanto quanto o commercio, monopolizavam os Portuguezes natos egualmente os serviços do Estado e tinham quasi todos os cargos officiaes nas suas mãos; na verdade, não podiam, afinal, os Brasileiros queixar-se por essa preterição, pois, para o serviço do Estado, se exigia o diploma de jurisprudencia, e esse não o possuia nenhum delles, visto só poder ser adquirido na universidade, em Portugal; porém, por outro lado, vendo como esses funcionarios consideravam o seu cargo sómente como mina de ouro, e depois regressavam a Portugal com o roubo, então devia naturalmente crescer justa indignação contra elles.

Desenvolveram-se dêste modo os incios do estremeecimento nacional entre os ramos da mesma raça, o velho portuguez-europeu e o portuguez-brasileiro. Certamente, eram sómente preludios; todavia, essas opposições já se haviam combatido no anno de 1710, na lucta, de armas na mão, dos Pernambucanos contra os denominados Mascates, do Recife; e, si esses sentimentos haviam adormecido na apathia geral, contudo mais força tinham ganho nesse somno do que perdido; continuamente, trahiram-se por pequenas convulsões. E ainda iam, de facto, representar importante papel. (161).

★ ★ ★

---

(161) Já repetidamente chamámos a attenção, na Segunda Secção, quando tractámos das provincias individualmente, sôbre essa opposição, e aponctámos como, especialmente nas provincias afastadas, ella deu a todos os movimentos revolucionarios modernos uma feição especifica. (*Nota do auctor*).

Tal era o estado de cousas no Brasil, em princípios do seculo XIX; em conjuncto, um estado de tranquillidade apathica; e, si, sob o véo da mesma, se escondia algum elemento perigoso, todavia não era de esperar, por ora, qualquer mudança de dentro para fóra. Foi, então, dado do exterior o impulso.

Basta-nos aqui lembrar, com algumas palavras, como da conflagração da revolução franceza se accendeu uma guerra de gigantes, que durou vinte annos, entre a Inglaterra e a França, e como as chammas devastadoras se transmittiram gradualmente aos restantes membros do systema de Estados europeus-americanos. Tambem Portugal foi envolvido nas mesmas; apertado pela côrte de Londres, alliada, elle associou-se logo á primeira colligação contra a República Franceza (1793); retirou-se, porém, da guerra, já em 1795, sem formal conclusão da paz e, depois, foi ainda uma vez, de passagem, no anno de 1801, implicado na mesma, conseguindo, afinal, com muitos trabalhos e sacrificios, conservar, de um lado, a velha alliança de amizade com a Inglaterra, e, de outro, a paz e neutralidade com a França.

Porém tal posição dubia tornou-se insustentavel, quando o imperador Napoleão, de 1806 em diante, estabeleceu o seu systema de bloqueio continental. Portugal tinha então que optar irrevogavelmente; e, como elle ainda continuasse a vacillar, indeciso, entre um e outro, achou-se, afinal, ameaçado, de um lado por uma esquadra ingleza de bloqueio, e de outro por exército francez de occupação, que transpunha as suas fronteiras.

Todavia, continuava sempre a côrte de Lisboa a hesitar, até que, afinal, a folha official do imperio francez, o *Moniteur*, de 13 de Novembro de 1807, em palavras séccas, declarava que a casa de Bragança havia incorrido na perda de seu throno. A 25 de Novembro, chegou esta noticia aterradora a Lisboa; o exército francez de occupação estava agora a poucas horas de distância, a resistencia pelas armas era impossivel. Assim não restava escolha: chegava o momento em que a casa real de Bragança tinha que pensar no testamento político de seu antepassado d. João IV, e obedecer-lhe.

Numa proclamação de 27 de Novembro, o principe regente d. João VI, que governava em nome de sua mãe demente, d. Maria I, despedia-se dos seus subditos europeus e participava a sua resolução de retirar-se para o Brasil, Rio de Janeiro, até ao restabelecimento da paz mundial. A esquadra



portugueza, tudo quanto se achava em condições de navegar, oito navios de linha, quatro fragatas, doze brigues, ancorava no Tejo, prompta para levar a casa real e o seu numeroso sequito civil e militar; muitos navios mercantes e cargueiros se ajunctaram á esquadra. As ancoras fôram levantadas a 29 de Novembro de 1807, e a poderosa frota de emigração, a primeira que conduzia um rei ao Nôvo Mundo, singrou através da esquadra ingleza de bloqueio, saudada e comboiada por esta, respeitosamente, até fóra, em pleno Oceano Atlantico; no dia immediato, faziam os Francezes a sua entrada em Lisbôa (30 de Novembro): estava Portugal completamente perdido.

O tempo e os ventos não favoreceram a transmigração da familia principesca fugitiva; uma tempestade dispersou a esquadra, e a parte mais importante da mesma se viu forçada a arribar primeiro á bahia de Todos os Santos; foi alli, pois, que tambem o principe regente, com toda a familia real, pisou primeiro o sólo do Brasil (21 de Janeiro de 1808).

Por um momento, a velha cidade de Salvador teve a esperanza de recuperar agora a antiga posição de capital do Brasil, que desde quarenta annos havia perdido; os cidadãos receberam os augustos hospedes com illimitado regosijo e offereceram, si quizessem alli permanecer, construir á sua custa um palacio condigno; porém o principe regente declinou dêsse offerecimento, e, depois de curto repouso, embarcou de nôvo, proseguindo para o Rio de Janeiro, onde elle entrou a 7 de Março de 1808. Póde-se imaginar que a recepção aqui, na séde régia, recém-escolhida, São Sebastião, não foi menos pomposa, recebendo as boas vindas do conde dos Arcos, o 15º e último vice-rei do Estado do Brasil, que nas suas mãos depositou o bastão do poder; viu-se o monarcha portuguez, quando pôz o pé em terra, saudado pela população com acclamações de júbilo, tão vivas quanto sinceras; um solemne *Te-Deum* foi celebrado na cathedral e, durante nove dias, a illuminação festiva da cidade renovou-se todas as noites.

Estava, portanto, o Brasil, pela marcha historica dos acontecimentos, separado da mãe-patria, Portugal, e tornava-se, com a transmigração da casa real para o Rio de Janeiro, um reino autonomo; era evidente que, dahi em deante, havia de cessar naturalmente a oppressão colonial, á qual elle estivera submettido em favor de Portugal.



E assim foi: numa carta régia do proprio punho, que o principe regente, durante o seu repouso na Bahia (28 de Janeiro de 1808), dirigiu ao capitão-general dalli, conde da Ponte, havia por bem, em consideração ás circumstâncias sobrevindas, que provisoriamente todos os portos do Brasil ficariam abertos, para importação e exportação, aos navios de todas as nações que se achassem em paz e amizade com a sua corôa; tinham, em geral, as mercadorias estrangeiras, porém, que pagar 24 % de direitos de entrada, e os productos do paiz os já usuaes direitos provinciaes de exportação, ao passo que, relativamente á exportação e importação de certos artigos, eram tomadas disposições especiaes; todas as leis, decretos e outras instrucções, que até então haviam prohibido nos Estados do Brasil o mutuo commércio e navegação entre subditos e estrangeiros, deviam ser dahi em diante suspensos e não mais vigorar.

Em breve, seguiu-se a este um segundo decreto, talvez de não menor importancia: no Rio de Janeiro, a 1º de Abril de 1808, revogava o principe regente todas as leis prohibitivas que até então haviam reprimido a actividade industrial de seus subditos brasileiros, e dava-lhes incondicional liberdade para toda especie de industrias e fabricações.

Com isso era abolido o antigo duplo monopolio da mãe-patria, que annullava completamente o commércio e a indústria; livremente podia agora o Brasileiro usar de suas mãos, e o tráfico internacional que, até então, passava indifferente ao largo da America do Sul, ia incluir na sua esphera de acção a costa, tanto tempo fechada, e, com o vivificante sôpro de sua incessante actividade, despertava o somno. (162).

---

(162) Apreciámos devidamente, no texto acima, a significação fundamental dessas leis emancipadoras, das quaes data o principio de nova época para a história do Brasil; aqui vem a proposito acrescentar algumas observações sobre a efficacia práctica das mesmas. Em primeiro lugar, a carta régia de 28 de Janeiro de 1808 abriu sem dúvida os portos e a costa francamente ao commércio do mundo, sem excepção; porém, ainda annos depois, procurava o governo, no que diz respeito ao interior, conservar de pé o antigo systema prohibitivo contra os estrangeiros; e, si, por exemplo, permittiu aos academicos bavaros Spix e Martius (1817-1820) viajar por terra, do Rio de Janeiro até ao fim do valle do Amazonas, foi sómente em consideração ás especiaes recommendações que traziam e expressamente qualificada como prova de uma "mercê sem exemplo e sem seguimento". Esse estado de desconfiança já declina nos annos seguintes, sob o imperador d. Pedro I, e o viajante extran-

Todavia, todas essas tão beneficicas innovações para o Brasil, conforme o decreto de 28 de Janeiro de 1808 expressamente declarava, eram a princípio simplesmente de character provisório; fôram feitas quando e porque o imperio colonial ficava, de facto, separado da sua mãe-patria. Porém, essa separação effectiva durou apenas pouco tempo; ainda no mesmo anno, entrava de nôvo a dynastia de Bragança, pelos successos das armas luso-britannicas, na posse de Portugal (capitulação de Cintra, a 30 de Agosto de 1808), e na paz geral, em Pariz, a 30 de Maio de 1814, era a mesma definitivamente reconhecida.

geiro, uma vez munido de seu passaporte, pôde viajar desembaraçado por toda parte, nos dominios do imperio; nas auctoridades não encontrará facilmente entraves, e na hospitalidade do povo achará muito auxilio. Por outro lado, nega-se ainda sempre o Brasil a franquear o seu grande systema fluvial a todas as nações do mundo, para a navegação e o commercio, embora não possa com as proprias fôrças utiliza-lo; somos certamente auctorizados a reconhecer nessa resistencia os ultimos restos do antigo exclusivismo desconfiado, ao qual recorreram os Portuguezes no tempo da pouca segurança internacional do direito, e ao qual os Brasileiros, conscientes da propria fraqueza, não podiam renunciar deante de possível rapacidade dos estrangeiros.

Além disso: quanto ao desenvolvimento do commercio brasileiro, a carta régia de 28 de Janeiro de 1808, completada pelo decreto de 18 de Junho de 1814, franqueava-o certamente a todas as nações e bandeiras; a consequencia dessas leis foi, entretanto, a princípio estabelecer-se, em logar do legítimo monopolio da mãe-patria portugueza, o monopolio, de facto, da bandeira ingleza. Era isso em parte devido ás circumstâncias geraes; a Inglaterra superava de muito em commercio e indústria a todos os outros Estados europeus; já desde muito ella tomava, de modo indirecto, grande participação no commercio brasileiro, pois, si era feito sob pavilhão portuguez, em geral era com dinheiro inglez e com mercadorias inglezas que elle se fazia; de sorte que havia creado aqui muitas relações. A tudo mais accrescia que a Inglaterra, durante a guerra de então, sustentava o incondicional dominio dos mares, e, pelo bloqueio do continente europeu, mantinha arredados quasi todos os outros concorrentes; favorecida por todas essas circumstâncias, lançou-se essa nação, então, desde 1808, com tal energia no mercado brasileiro, que muito em breve o dominava completamente. Na verdade, quiz o govêrno assegurar uma certa preferencia á bandeira e á industria nacional, determinando, com o decreto de 11 de Junho de 1808, que as mercadorias portuguezas em navios portuguezes só pagariam 16 % de direitos de entrada; mas em breve tudo mudou, e mesmo foi invertido. E' que a Inglaterra havia, nos primeiros tempos, augmentado a sua importação, no Brasil, de modo tão imprudentemente improductivo, que as mercadorias inglezas caíram aqui á metade do prego, ao passo que, com a formidável procura de carga de retôrno, os productos brasileiros subiram ao dôbro; assim, soffreram os negociantes inglezes o mais sério pre-

A família real, fugitiva da pátria, teria, portanto, podido regressar a Lisboa e de novo rebaixar o Brasil, inteiramente ou em parte, á antiga dependencia colonial. Tal, porém, não aconteceu; dom João VI preferiu permanecer no Rio de Janeiro, ao passo que se fazia substituir em Lisboa por uma regencia, e, muito ao invés de revogar o que estava feito, completava elle agora a iniciada emancipação politica de suas possessões sul-americanas.

Um decreto de 18 de Junho de 1814 ordenava que dahi em diante, depois de restabelecida a paz mundial, os portos

---

juízo (tal como actualmente na California e Australia). Embora isso fôsse então o bem merecido castigo da propria falta de tino, interveio o gabinete de Londres em favor de seus subditos, e obrigou a corte do Rio de Janeiro a acceitar um tractado de commercio (19 de Fevereiro de 1810), por quinze annos, dando preferencia á bandeira ingleza até sobre a nacional; isto é, a Inglaterra pagaria doravante sómente 15 % de direitos de entrada. Em consequencia desse tractado e de mais outros decretos, de 28 de Janeiro de 1809, 13 de Maio, 18 de Outubro de 1810, etc., apresentava a tarifa da alfandega brasileira as seguintes disposições: mercadorias estrangeiras, que já houvessem pago direitos em Portugal, e productos da maioria das colonias portuguezas, tinham entrada inteiramente livre; mercadorias inglezas sob bandeira ingleza e mercadorias inglezas sob bandeira portugueza, pagavam 15 %; mercadorias portuguezas sob bandeira portugueza, em geral, 16 %; porém todas as outras mercadorias em navios de nações amigas pagavam 24 % do seu valor, como direito de entrada.

Difficilmente se pôde imaginar mais completo monopolio do que este que a Inglaterra conseguiu no Brasil com taes favores, e teve quinze annos para crear raizes firmes.

Sómente depois da declaração de independencia isso mudou um pouco; na verdade, teve o Brasil que renovar, a 17 de Agosto de 1827, o antigo tractado de commercio com a Inglaterra, por quinze annos; porém a mesma concessão dos 15 % de direitos de entrada era agora extendida ás seguintes nações mais favorecidas: a Portugal, pelo tractado de 29 de Agosto de 1825; á França, 8 de Janeiro de 1826; á Austria, 16 de Junho de 1827; á Prussia, 9 de Julho de 1827; ás Cidades Hanseaticas, 17 de Novembro de 1827; á Dinamarca, 26 de Abril de 1828; aos Estados Unidos, 12 de Dezembro de 1828; á Hollanda, 20 de Dezembro de 1828; á Belgica, 22 de Setembro de 1834. Finalmente, quando expirou o prazo de todos esses tractados, adoptou o Brasil, como já uma lei de 30 de Novembro de 1841 havia previsto, uma tarifa geral, de 12 de Agosto de 1844, que entrou em vigor a 11 de Novembro do mesmo anno, a qual impunha, em geral, um tributo de 30 % de entrada para a importação extrangeira, ao passo que a contribuição sobre certos artigos subiria até 60 % e sobre outros desceria até 2 % de seu valor.

Com isso, no que diz respeito aos direitos de entrada, todas as bandeiras da terra estavam de novo inteiramente equiparadas, como sempre haviam estado, no tocante aos impostos de expor-

luso-brasileiros deviam ser abertos a todas as nações sem excepção, e outro de 11 de Agosto de 1815 revogava a última medida prohibitiva contra as indústrias, pelo que dahi em diante tambem era permittida no Brasil a profissão de ourives, desde cincoenta annos vedada. Dahi em diante subsistiram, apenas, ainda a extracção dos diamantes, até ao anno de 1832, e a do pau-brasil, como monopolio extraordinario do govêrno.

E, além disso, ainda no mesmo anno de 1815, com a carta de lei de 16 de Dezembro, levantou e equiparou d. João VI as últimas differenças de direito público entre os seus reinos de aquém e de além-mar.

“Faço saber aos que a presente carta de lei virem, que, tendo constantemente em meu real animo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados, que a Providencia divina

---

tação; estes montavam (segundo a lei de 31 de Outubro de 1835 e outras) a 7 % para a maioria dos productos brasileiros, os mais importantes, para outras, desde 1/2 até 17 % do seu valor. Esta nova legislação do commercio, por meio de tractados e decretos, annullou, sem dúbida, o antigo monopolio convencionado da Inglaterra e tambem tornou possivel ás outras nações negociarem com o Brasil; porém, apesar de tudo, a Inglaterra sempre conservou decidida preponderancia, pois que continuou a encarregar-se de mais da metade da importação e de quasi de um terço da exportação.

Os decretos de 1º de Abril de 1808 e 11 de Agosto de 1815, os quaes franquearam a exploração de toda especie de indústrias, ficaram até aqui sem o minimo effeito. Em alguns ramos, na verdade, o govêrno tomou a frente com o seu exemplo, como seja com a fundação de uma indústria nacional do ferro, na qual empregou muito dinheiro e exforços; porém o minguaudo resultado, que colheu, não convidou ninguem á imitação. Não está ainda o Brasil em condições para a actividade industrial; a sua escassa população e os seus capitaes podem ser mais vantajosamente applicados em tornar productivo o seu sólo inculto e na lavoura; e, assim, aqui só podem crear raizes, além dos officios manuaes, os ramos de industria que se relacionam intimamente com a lavoura; em todos os demais artigos, ainda muito tempo ficará dependente da importação estrangeira. Não obstante, traduzia-se já na tarifa de 1844 uma tendencia para o proteccionismo. Certamente essa tarifa foi, em geral, sómente inspirada nas necessidades financeiras, visto que, á falta de outras fontes de recursos, os direitos da alfandega são os que, quasi só, devem cobrir as despesas do Estado; assim achamos expresso o pensamento e provado pelos factos: “Tracta-se de proteger os capitaes nacionaes, que se têm dedicado á industria, e convidar outros a igual applicação”. Até aqui consiste, porém, a indústria nacional, que se procura, dêste modo, artificialmente crear, em embryões quasi que insignificantes, e já basta o exame das listas officiaes da importação e exportação para characterizar o Brasil como um Estado inteiramente agricola. (Comparar estas notas com as tabellas II e III, fim do cap. XI). (*Nota do auctor*).



confiou ao meu soberano regime; e, dando, ao mesmo tempo, a importancia devida á vastidão e localidade dos meus domínios da America, á cópia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que elles em si contém; e, outrossim, reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fiéis vassallos, em geral, uma perfeita união e identidade entre os meus reinos de Portugal e dos Algarves, e os meus domínios do Brasil, erigindo estes áquella graduação e categoria política, que pelos sobredictos predicados lhes deve competir, e na qual os dictos meus domínios já fôram considerados pelos plenipotenciarios das potencias que formaram o Congresso de Vienna, assim no tractado de alliança concluido aos 8 de Abril do corrente anno, como no tractado final do mesmo Congresso: sou, portanto, servido e me apraz ordenar o seguinte:

I) Que, desde a publicação desta carta de lei, o Estado do Brasil seja elevado á dignidade, preeminencia e denominação de Reino do Brasil.

II. Que os meus Reinos de Portugal, Algarves e Brasil formem dora em diante um só e unico reino, debaixo do título de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves" (163).

Esta carta foi dada no palacio do Rio de Janeiro e assignada pelo principe regente e seu ministro marquez de Aguiar.

Em segunda lei, de 13 de Maio de 1816, João VI, agora rei pela morte de sua mãe, deu ao nôvo Reino do Brasil armas proprias, e as reuniu com as armas de ambos os mais antigos reinos num escudo unico, de sorte que as armas dos

---

(163) Sobre a elevação do Brasil á categoria de reino (unido ao de Portugal e Algarves), traz Oliveira Lima, em seu *Dom João VI no Brasil*, vol. I, pags. 519-554, todo um extenso e dilucidativo capitulo. A lei de 16 de dezembro de 1815 encontra-se em todas as boas collectaneas luso-brasileiras (v. J. P. de F. Nabuco Araujo, *Legislação brasileira*, tomo I, pag. 167) e é do teor seguinte (reproduz-se aqui por que não vem integralmente na versão de Handelmann): — "Dom João, por graça de Deos, Principe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem, que tendo constantemente em meu real animo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados que a providência divina confiou ao meu soberano regimen; e dando ao mesmo tempo a importancia devida á vastidão e localidade dos meus domínios da America, á cópia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que elles em si contém; e outrossim, reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fiéis vassallos em geral huma perfeita união e identidade entre os meus Reinos de Portugal e dos Algarves, e os meus domínios do Brasil, erigindo estes áquella graduação e cathegoria política que pelos so-



Reinos Unidos tinham o seguinte brasão: em campo azul uma esphera armillar dourada, que era coberta com a corôa real, e acima desta o antigo brasão portuguez, com as cinco quas de Portugal e as septe torres de Algarves.

Terceira lei, finalmente, de 9 de Janeiro de 1817, revogou o antigo título do herdeiro do throno portuguez, "Príncipe do Brasil", que caducara, e estabeleceu que, para o futuro, o successor do throno devia usar o nome de Príncipe Real dos Reinos Unidos.

★ ★ ★

Com isso ficava inteiramente sepultado o velho passado colonial; entre Portugal e Brasil não podia dahi em diante ser mais questão das relações de Estado-filho com a mãe-patria: agora eram dous reinos irmãos com egualdade de direitos!

Ao mesmo tempo, foi o Brasil reorganizado interiormente; até aqui, enquanto o ponto central do Estado era no exterior, em Lisbôa, apenas havia unidade geographica, formada de provincias estranhas entre si; agora porém fundiam-se estas provincias numa unidade política e achava-se o ponto central natural do Estado na propria capital do paiz, Rio de Janeiro, onde residiam o rei, a côrte e o gabinete. Em summa, estava consummada a organização política do Brasil como reino autonomo, e a ligação política existente com Portugal não significava mais que uma união pessoal indissolúvel, sob um monarcha absoluto.

---

breditos predcados lhes deve competir, e na qual os dictos meus domínios já forão considerados pelos Plenipotenciarios das potencias que formárão o Congresso de Vienna, assim no tractado de alliança concluido aos 8 de Abril do corrente anno, como no tractado final do mesmo Congresso: sou por tanto servido e me praz ordenar o seguinte: 1º) Que desde a publicação desta carta de lei o Estado do Brazil seja elevado á dignidade, preeminencia e denominação de Reino do Brazil. 2º) Que os meus Reinos de Portugal, Algarves e Brazil formem de ora em diante hum só e unico Reino debaixo do título de Reino Unido de Portugal e do Brazil e Algarves. 3º) Que aos titulos inherentes á Corôa de Portugal, e de que até agora hei feito uso, se substitua em todos os diplomas, cartas de leis, alvarás, provisões e actos publicos o novo titulo de Principe Regente do Reino Unido de Portugal e do Brazil e Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa, de Guiné e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. E esta se cumprirá como nella se contém. Pelo que mando, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 16 de Dezembro de 1815. — PRINCIPE com guarda. — *Marquez de Aguiar*. — Com os registros competentes".

Além das providencias que acabamos de relatar, de significação historica extraordinaria, trouxeram a transmigração da familia real portugueza e a emancipação politica do Brasil ainda muitas importantes innovações; em todos os ramos de serviços do Estado houve creações novas e ampliações do que existia; instituições de toda especie, que até então faltavam ao paiz, fôram adoptadas; mencionamos aqui sómente a primeira imprensa real e a primeira fabrica de polvora, ambas organizadas a 13 de Maio de 1808, e o Banco Nacional do Brasil, a 12 de Outubro de 1808, todos no Rio de Janeiro; tambem alli a Academia Militar, a 4 de Dezembro de 1810, a Bibliotheca Nacional, inaugurada em 1814, e outros estabelecimentos de ensino etc.; finalmente, procurou o govêrno estimular de muitos modos tambem a navegação, o commércio e a indústria, e, antes de tudo, a agricultura e colonização do paiz.

Temos que desistir de fazer aqui enumeração minuciosa; o que aconteceu, nesse sentido, já foi citado no lugar competente, na história individual da colonização das provincias (secção II); todavia, podemos, em geral, notar que os resultados fôram, em todos os sentidos, mediocres, como não podia ser de outro modo com os meios existentes; num imperio tão colossal não se podia num momento crear nada de especial. Sem embargo, fez-se muito alarde com o que se emprehendeu, como si se houvessem alcançado as maiores cousas.

“O govêrno de então, — assim informa o coronel engenheiro real portuguez e superintendente das minas W. L. von Eschwege, que, de 1810 a 1821, funccionou no Brasil, e as suas definições podem applicar-se a tempos posteriores, — facilmente tomava o feitio do Brasileiro, o modo de falar em hyperbole; tudo no Brasil devia ser grande, a natureza devia ser differente, mais gigantesca e mais maravilhosa do que nos outros paizes. Fabricas, estradas de arte, navegabilidade dos rios, civilização dos Indios, tudo, segundo os relatorios, surgia num instante, era obra de um momento; devia-se pasmar ao ler nos jornaes os passos gigantescos da civilização. Por exemplo, num relatorio do intendente da policia do Rio de Janeiro lia-se: “A grande estrada para Minas Geraes, passando por São João del-Rey, está concluida e é tão excellente, que cinco séges podem passar alinhadas a galope”. Por ahi dever-se-ia crer maravilhas da magnifica estrada; porém, dous annos depois dêsses toques de trombeta, tive eu a infeliz idéa de viajar

por essa nova estrada, e encontrei nada mais do que um caminho largo, aberto através do matto, e este já havia crescido de nôvo, e só com grande difficuldade se podia passar a cavallo.

“Tambem outro pomposo relatorio do governador provincial do Espirito Sancto informou certa vez que elle havia inaugurado a communicacão e commercio com a provincia de Minas, graças á regulacão do leito do rio Doce para a navegacão, e que as mercadorias vinham de lá directamente por agua. Esse relatorio, traduzido para a linguagem da verdade, reduzia-se ao seguinte: havia o governador a custo arranjado homens e canôas, carregado estas últimas com sal, havia navegado com infinito exfôrço rio acima, vinte e tres vezes havia tido necessidade de descarregar as canôas, puxando-as por terra e á carga, para transpôr as cachoeiras, havia soffrido ataques dos Botocudos bravios e, afinal, chegado com grande difficuldade a Minas, onde elle havia vendido o sal, recebido como frete de retôrno algum algodão, e com as mesmas indiziveis canseiras havia regressado, de sorte que depois ninguem mais quiz metter-se em semelhante empresa. E a isto se chamava inauguração da navegacão e commercio directo com a provincia de Minas.

“E mais: — 200 Indios da tribu dos Puris, attrahidos por meio da fôrça e de astucia para fóra da matta, fôram levados para Villa Rica de Ouro Preto (provincia de Minas Geraes) e depois repartidos como gado entre aquelles que os desejassem para o serviço como escravos, separando com isso os filhos dos paes; a esse facto chamava-se nos relatorios: “haver civilizado 200 Puris”. Note bem: ao cabo de um anno, dèsses duzentos só restavam poucas creanças, e os outros haviam na maioria succumbido aos maus tractos.

Muitos exemplos dèsses poderíamos citar; mas, para honra do govêrno, quero crer que elle proprio não dava crédito a taes relatorios, e supponho que secretamente se dêra a entender aos governadores provinciaes e outros funcçionarios que, por motivos politicos, o rei e os seus ministros apreciavam esses exaggeros; e dahi não haveria que admirar si, por fim, todos os interessados chegavam a acreditar no que diziam. Devo admittir que havia nisso o dedo da política, tanto a do Estado, como a particular; pois, quando, ao cabo da minha viagem ao rio Doce, apresentei o meu relatorio a respeito do que lá havia visto e aprendido, com o que destruia todos os anteriores relatorios mentirosos sôbre a navegabilidade do rio, sôbre o progresso das estradas e

sobre a civilização dos Índios, o governador provincial irritou-se com as minhas verdades, informou ao ministro, e este me escreveu, por seu proprio punho, que eu não precisava mandar-lhe os meus interessantes relatorios, pois pelo governador já havia sido scientificado do assumpto!"

Vê-se, portanto, que a monarchia absoluta, procurando intervir directamente de modo vivificante no desenvolvimento brasileiro, experimentava os mesmos entraves, quaes antes os soffreram os seus representantes, revestidos com o mesmo poder absoluto; por toda parte, a sua actividade encontrava nas condições naturaes do paiz, na indolencia da população e sobretudo na inexactidão do functionalismo, obstaculo insuperavel; e si, de facto, conseguiu, chamando em seu auxilio o tráfico mundial, insufflar vida nova nas regiões da costa, no interior continuavam, todavia, inteiramente inalteradas as antigas condições.

Isso quanto á administração interna do rei d. João VI; Volvamos-nos agora ao outro ramo de sua acção de govêrno.

A sua política exterior sempre teve em essencia feição européa e deixa-se guiar fundamentalmente pelas especiaes conveniencias portuguezas; porém, accessoriamente, viu-se elle, pelo andamento das cousas, collocado na conjunctura, e de certo modo forçado a retomar os planos de engrandecimento sul-americano de seus antepassados, que pretendiam levar as fronteiras do Sul do Brasil até á foz do Prata.

Sabe-se que o imperador francez Napoleão, immediatamente depois de haver expulsado a casa real portugueza, tambem obrigou os Bourbons espanhóes á renúncia e elevou ao throno vago da Espanha e Indias um de seus irmãos (Maio-Junho de 1808); e que as consequencias dessa mudança nos thronos não se estenderam menos a todo o imperio colonial hispano-americano; quasi instantaneamente se desmembrou este, e cada uma das colonias hesitou, umas mais, outras menos, si deviam içar outra vez a bandeira do antigo rei ou arvorar a do nôvo, ou declarar a sua independencia. Deante dêsses acontecimentos, não podia ficar de todo indifferente o gabinete do Rio de Janeiro; embora a maioria das colonias espanholas estivessem muito afastadas, todavia o grupo do Rio da Prata, o vice-reino de Buenos Aires, confinava estreitamente com o Brasil, e o que alli acontecia poderia acaso repercutir tambem aqui; de sorte que elle se via coagido, pela preocupação de sua propria segurança, a

acautelar-se dêste lado, quanto possível, contra um desenvolvimento revolucionário republicano.

E, para uma intervenção nesse sentido, achou-se um pretexto no parentesco proximo entre os Braganças e os Bourbons espanhóis. Tinha d. João VI por espôsa a filha mais velha do rei abdicado Carlos IV, a infanta Carlota Joaquina, e mesmo o filho do ermão desta última, o infante d. Pedro Carlos, achava-se aqui na sua côrte; de sorte que se reuniam no Rio de Janeiro (depois da renúncia de Carlos IV e de seus filhos) os herdeiros legítimos mais directos da corôa espanhola. Assim, pois, intimou d. João VI, logo que recebeu notícia dos acontecimentos na Espanha, o vice-rei e o magistrado de Buenos Aires a que se collocassem sob sua protecção e govêrno, pelo facto da derrocada da velha monarchia espanhola; todavia recebeu peremptoria resposta negativa, e com ella se tranqüillizou, tanto mais que as populações das provincias do Prata provisoriamente ainda conservavam de pé a bandeira realista dos Bourbons espanhóis.

Porém, em breve se tornou crítica a situação: constituiu-se em Buenos Aires um govêrno provisório que, embora logo reconhecesse como soberano o rei d. Fernando VII de Espanha (prisioneiro em França), todavia reclamava do govêrno provisório da mãe-patria plena liberdade (Maio de 1810); com isso, ficava dado o primeiro passo para a completa declaração de independencia. E assim o comprehendeu a côrte brasileira e tomou providencias; o infante d. Pedro Carlos publicou um manifesto aos seus fiéis vassallos da corôa espanhola; e d. Carlota Joaquina, na sua qualidade de princeza espanhola, pediu com todas as formalidades o auxilio de seu espôso, para a manutenção dos direitos hereditarios dos Bourbons nas colonias espanholas, e d. João VI deu-lhe resposta favoravel (19 de Agosto de 1810).

Já elle havia reunido no limite sul de seu reino, na provincia de São Pedro, um corpo de observação, de 4.000 homens; agora, no correr do anno seguinte, fez o mesmo penetrar na chamada Banda Oriental, onde o velho general espanhol Elío ainda se sustentava com felicidade na cidade de Montevidéo, contra os independentes de Buenos Aires.

Collocaram-se os Brasileiros, como tropas alliadas e pacificadoras, ao lado dêsse official; contudo, recordando a antiga ambição brasileira de annexação da terra, não podia Elío, com razão, confiar inteiramente nesses protestos; preferiu concluir com Buenos Aires um ajuste (20 de Outubro de 1811), no qual, entre outras cousas, foi estipulado que tanto as tro-



pas argentinas como as brasileiras deviam retirar-se do territorio de Montevideo e deixa-lo entregue a si mesmo.

Na verdade, os Brasileiros, a principio, não queriam ouvir falar em semelhante cláusula; porém, em breve, se viram constrangidos, pela intervenção conciliadora da Inglaterra, a ceder e assignar um armistício com os Independentes (2 de Junho de 1812), pelo qual tiveram que regressar para além das fronteiras de São Pedro.

Ficou então a Banda Oriental entregue a si mesma, primeiramente sob a administração do general Elío, depois do seu successor Vigodet; porém, já ao cabo de um anno, os independentes do Prata renovaram o ataque e obrigaram finalmente á capitulação o commandante espanhol (20 de Junho de 1814), passando a cidade e provincia de Montevideo a constituir um Estado independente, sob um chefe natural do paiz, José Artigas; assim, surgiu, na immediata vizinhança da fronteira do Brasil, uma pequena república inteiramente independente.

Então o gabinete do Rio de Janeiro resolveu de novo fazer a pacificação e occupação, e pretextos não faltaram; por um lado, havia Artigas em diversas invasões inquietado as fronteiras da provincia de São Pedro; por outro lado, na Europa tardava, sempre obstinado, o rei restabelecido no throno, d. Fernando VII de Espanha, a cumprir a estipulada restituição de uma antiga parte do territorio portuguez (a cidade de Olivença com o municipio); declarou o rei d. João VI que ia, por isso, tomar posse provisoria da Banda Oriental, para cuidar da propria segurança e como penhor contra a Espanha. Dous exercitos brasileiros puzeram-se em marcha, dos quaes um pelo caminho de terra transpoz as fronteiras do Sul, o outro por mar entrou na foz do Prata, a 23 de Outubro de 1816, e desembarcou perto de Maldonado; depois de alguns combates, fizeram ambos a junção e, em seguida, apoiados por uma esquadra, passaram a sitiar a cidade de Montevideo. A 20 de Janeiro de 1817, capitulou esta cidade e collocou-se sob a protecção da corôa de Portugal-Brasil; o mesmo aconteceu em breve com as outras restantes praças da costa, ao passo que no interior Artigas ainda se manteve muitos annos e, com alternativas da sorte, fez guerrilhas, ao mesmo tempo contra o Brasil e Buenos Aires, até que, no principio de 1820, completamente batido, pro-

curou asylo no Paraguai (163). Assim acabou submettida a Banda Oriental.

A nova região conquistada ficou, de resto, ainda por muito tempo, numa posição mal definida de direito público. De um lado, continuava o gabinete do Rio de Janeiro a reconhecer de nome os direitos de posse da corôa de Espanha, e queria dar á sua tomada de posse sómente o cunho de pacificação militar, tanto que o general Lecor, visconde da Laguna, commandante das tropas de occupação, devia abster-se de qualquer intromissão nos negocios internos. Mas, por outro lado, consentia-se que o cabildo de Montevidéo, composto de homens inteiramente dedicados, assumisse sem auctorização alguma o poder supremo sôbre toda a Banda Oriental; e tractava-se, de facto, com o mesmo, como com um govêrno independente; assim, por exemplo, quanto á definição dos limites de ambos os lados (1819).

Ao mesmo tempo, procurava-se de todo modo obter partidarios no paiz, e, para esse fim, tomava-se a liberdade de vender por vil preço os dominios do Estado, ainda rico em terras públicas; quem passasse do partido de Artigas para as bandeiras brasileiras podia tomar terras onde as quizesse; o mesmo era concedido aos soldados e subditos brasileiros (e dêsse tempo até á actualidade ficaram algumas mil leguas quadradas do sólo da Banda Oriental não mãos de proprietarios brasileiros) (164).

Aonde, com isso, se queria chegar, não havia quem duvidasse, e assim ambos os govêrnos, que se julgavam com di-

---

(163) Sôbre Artigas, o intrepido e activo herôe uruguaio, que falleceu em 1850, nos arredores da capital paraguaia, e cujo nome ficou perpetuado numa das cidades do seu Estado natal, acabam de ser publicados, tres volumes de uma obra monumental, escripta especialmente para o 2º Congresso organizado pela Junta de História Nacional de Montevidéo. Intitula-se "*Artigas — 1784-1850*", e é da auctoria de Setembrino E. Pereda.

(164) Como se pôde verificar pelos documentos officiaes, tanto do Brasil, quanto do Uruguai, e ainda por obras relativas aos dous paizes, — na vizinha Republica Oriental fixou-se, na primeira metade do seculo XIX, consideravel população de procedencia brasileira, que adquiriu e explorou alli uma vasta região. Em 1864, a isso se referiu o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, quando, em nota dirigida ao nosso govêrno, allegou existir alli, naquella época, "uma população brasileira, rica e prospera, de mais de 40.000 almas, senhora de uma immensa zona do paiz". Ainda presentemente, ha no Uruguai grandes estancias pertencentes a patricios nossos, sobretudo a naturaes do Rio Grande do Sul. Isso compelliu a vizinha Republica a tomar medidas em favor da naciona-

reitos sôbre a margem norte do Prata, tanto o real espanhol em Madrid, como o republicano em Buenos Aires, formularam protestos contra a maior demora da occupação; todavia, as suas reclamações não fôram tomadas em consideração; indifferentes continuaram os Brasileiros as suas machinações, até afinal se julgarem em posição de retirar de todo a máscara, tanto tempo conservada.

Abertamente declarou então o commandante Lecor a já desde muito alimentada cobiça de annexação, e o dedicado Conselho Municipal de Montevidéo prestou-se de boa vontade como instrumento, resolvendo numa sessão solenne a união política da antiga Banda Oriental espanhola com o reino do Brasil (19 de Julho de 1821).

A legitimidade dessa decisão era, certamente, bastante duvidosa; porque, mesmo que se quizesse, com base no princípio da soberania popular, abstrahir dos direitos de posse da corôa espanhola, não estava de todo auctorizado o Conselho Municipal da capital, Montevidéo, a decidir sôbre a sorte de todo o paiz; por tal escrupulo, entretanto, não se deixou o gabinêto do Rio de Janeiro estorvar; de boa vontade acceitou a offerecida união, e a Banda Oriental foi incorporada, com o nome de "Provincia Cisplatina", no reino do Brasil, nome aquelle que parecia trair ainda a cobiça sobre outras terras, do outro lado do Prata.

Assim, finalmente, se realizava no govêrno do rei dom João VI o a que muitos de seus antepassados haviam aspirado e tentado: o Brasil extendia-se até á fôz do rio da Prata (165).

★ ★ ★

De importancia não menor que as precedentes disposições do govêrno no interior e no exterior, era a mudança da atmosphera política do Brasil, que se effectuou durante a estadia do rei d. João VI. Já narrámos antes como, no princípio do seculo XIX, a população brasileira estava submersa na mais profunda apathia política e, ainda, como apenas ha-

---

lização da fronteira, assim como para a assimilação da colonia de origem brasileira. Taes providencias produziram resultado, e, hoje, é força reconhecermos que, longe de ser, como outrora, o Brasil quem exerce influencia na assimilação fronteiriça, é antes elle quem a recebe do Uruguaí.

(165) Na região norte havia o rei d. João VI conquistado durante a guerra geral, a Guiana franceza (1809); porém a restituiu, já em 1817. (*Nota do auctor*).

via sido tocada pelo sôpro das novas idéas liberaes do tempo. Habituada á mais incondicional obediencia, não podia imaginar para si outra fórma de Estado.

Agora, as cousas haviam mudado; os acontecimentos que abalaram o mundo e que por fim obrigaram á transmigração da casa real, á emancipação commercial e politica da colonia de até então, afinal o tráfico mundial que continuamente desembarcava nas costas novos homens e novas idéas, — tudo isso despertara os Brasileiros da sua modorra; surgiram os inicios de vida política que, naturalmente, a princípio ficaram limitados ás grandes cidades dos portos, e mesmo ahi aos circulos mais cultos. Todavía, o espirito nôvo não era, em geral, hostil á monarchia, nem ao rei; todas essas beneficas reformas eram devidas á livre mercê do monarcha, e lhe eram em geral recompensas pela mais viva gratidão.

Demais, o rei n. João VI se havia tornado pessoalmente popular; pois, não sendo dotado de grandes talentos; fanatico, e pouco instruido, era elle bem intencionado, bondoso e sobretudo generoso, tanto quanto os seus meios permittiam, mormente com titulos, ordens honorificas e doações de terras (tanto que no espaço de poucos annos elle dissipou quasi completamente os dominios publicos de tres provincias, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Geraes). Porém, essa affeição á pessoa não podia, por outro lado, proteger o systema do rei contra os ataques. Apesar das multiplas innovações beneficas, de facto, permanecia d. João VI inalteradamente fiel aos principios e fórmas do reino absoluto, e na constituição e administração internas deixara tudo como dantes; continuavam a dominar nas provincias os governadores com poder incondicional e não eram bastante fiscalizados, embora o fossem mais do que antes.

Não podiam mais estar de accôrdo por muito tempo, de um lado este antiquado absolutismo do govêrno, de outro o nôvo espirito político, que se despertava no povo, o qual procurava os seus ideaes nas monarchias constitucionaes da Europa ou mesmo nas condições constitucionaes da America do Norte. O jugo que antes, pelo velho hábito, se julgava leve, começava agora a pesar de modo insupportavel; e assim despontou, primeiro nas grandes cidades dos portos do Brasil, uma perigosa fermentação, que se manifestava, a princípio, como era da indole dos povos latinos, escondidamente, em sociedades secretas e sob formalidades maçonicas, e, por fim, surgia á luz, pouco a pouco, publicamente.

Estes principios de opposição tomavam, porém, ao mesmo tempo, feição especial americana anti-portugueza.

Já referimos como, desde muito tempo, se havia formado uma viva hostilidade nacional entre os descendentes da mais antiga immigração, os Brasileiros propriamente dictos e os immigrantes mais recentes, os "filhos do reino" ou "Portuguezes de Portugal"; estes ultimos, superiores em geral aos seus concidadãos americanos, em cultura scientifica, em actividade e habilidade, costumavam monopolizar os cargos do Estado, tanto como o commercio, e eram, por isso, olhados com antipathia por todas as classes da população, pelos illustrados e pelos ignorantes, pela aristocracia rica dos fazendeiros e pela gente pobre.

Agora, isso ainda mais se accentuara, porque a immigração portugueza ultimamente ia crescendo: a guerra, que estorvava em Portugal o commercio e a industria, havia induzido muitos Portuguezes a procurarem a sorte no Brasil; a familia real, quando transmigrou, trouxe consigo não só um desproporcionado número de cortezãos e funcionarios, tambem arrastou atrás de si uma turba de aventureiros pobres, que agora reclamavam, allegando a sua lealdade, uma compensação; superavam assim os Portuguezes, mais do que nunca, aos Brasileiros, no commercio e nos cargos publicos.

Tambem isso agora se sentia mais do que antes; assim como, desde sempre, o commercio exercera grande fôrça de attracção sobre os Brasileiros, tambem agora o serviço público entrava a seduzi-los; contrahiam o contagio da caçada ao emprego público, á qual assistiam diariamente, e usavam, na caçada ás collocações, titulos e dignidades, a mesma insistencia descarada daquelles que lhes davam o exemplo (166).

---

(166) Vejamos como um observador contemporaneo, ... L. von Eschwege, se exprime sobre essa caçada aos empregos publicos; embora a sua narração seja um tanto maldosa, não se póde, entretanto, duvidar de sua veracidade, e, com pequenas modificações, ella se adapta tambem aos tempos mais modernos:

"O maior empecilho para uma regular exploração das minas é o character nacional dos Brasileiros, herdado dos Portuguezes, com falta de inclinação para se dedicarem e sacrificarem exclusivamente a um ramo de sciencia, a uma profissão especial. Sómente os juristas e os ecclesiasticos seguem uma carreira, porque nas mesmas podem ter esperanças de tudo conseguir. Todos, tanto o clero, como os militares e os civis, tractam de arranjar occupações accessorias, que lhes promettam maior ganho, sejam ellas as mais heterogeneas e das quaes nada entendam. O militar não se envergonha de sollicitar uma collocação na música do palacio; um amanuense não se ar-



si não eram servidos, queixavam-se, não menos patheticos, da immerecida preferição. E inteiramente injustas não eram essas queixas; já antes mencionámos que os negociantes portuguezes procuraram amparar-se mutuamente contra todos os concorrentes brasileiros; como se pôde comprehender, o mesmo faziam os funcionarios portuguezes, e elles haviam occupado primeiro toda a escala hierarchica do serviço público, formavam o immediato circulo do rei. Assim crescia cada vez mais a geral aversão de todas as classes contra os Portuguezes e uma grande parte recaía sôbre o governo, que, como se affirmava, favorecia os "filhos do reino", de modo injusto, em detrimento dos nacionaes.

A fermentação opposicionista, que foi surgindo de ambos esses elementos, tomou especial feição americana, chegou a seu auge, naturalmente, nas grandes cidades brasileiras da costa.

Menos forte no Rio de Janeiro, onde a presença do rei e as multiplas vantagens decorrentes da sua posição de capital do paiz reconciliavam muitos com as existentes circunstâncias, tomava na Bahia e Pernambuco feição muito mais pronunciada, porque alli, além dos dous elementos citados de descontentamento, appareceu um terceiro.

E' que estas duas provincias ricas e de antigo renome se sentiam não pouco maguadas e feridas no seu orgulho

---

receia de pedir um cargo de governador; um simples applicador de ventosas e de sanguesugas pretende o posto de cirurgião-mór do reino; o jurista tem em mira ser ministro de Estado, o ecclesiastico ser commissario do exército; mesmo os empregados das lojas de commercio almejam altos cargos do Estado. O alferes de linha sôbe aos pulos a major e a coronel na milicia, e cogita, depois, em voltar para a tropa de linha com essa graduação. O funcionario público se exforça por obter collocação de engenheiro e o mais talentoso engenheiro militar abandona a sua carreira, para occupar o cargo de arrecadador de direitos da alfandega. O official de marinha aspira a transferir-se para a cavallaria; religiosos de alta graduação vestem o uniforme de chefe da esquadra. Occupar cinco a seis cargos ao mesmo tempo e não exercer nenhum, é cousa nada rara; mesmo nenhum emprego é considerado sujo demais, contanto que seja garantido o lucro, para que não se empenhem por obte-lo as pessoas de mais alta qualidade.

"Tal modo de pensar é o geral; ninguém procura seguir o curso natural da carreira iniciada, porém cada qual almeja alcançar aos saltos os altos postos e cargos rendosos; e não raro o conseguem; pois os exemplos citados se apresentam continuamente".

As revoluções dos tempos modernos e as alternativas partidarias de um governo parlamentar não se prestavam naturalmente, de modo especial, a melhorar esse estado de cousas. (*Nota do auctor*).

provincial, por haver o rei, quando escolheu a sua capital brasileira, dado preferencia á ermã mais nova, o Rio de Janeiro; e expandiam-se em altas vozes: que, na verdade, haviam sido colonia de Portugal, porém não queriam ser tratadas como colonia do Rio de Janeiro.

A Bahia, por seu lado, tendo passado justamente antes por um levante de escravos de curta duração, porém muito sério, em 1813, estava sob a vigilancia de um capitão-general sollicito e muito energico, o conde dos Arcos; por outro lado, em Pernambuco estava o bastão do poder em mãos fracas, e a crescente riqueza, que o excepcionalmente favoravel tráfico commercial do momento proporcionava, fazia, sem dúvida, crescer de modo muito notavel o sentimento, já forte, de dignidade propria da população.

Assim, foi aqui que em primeiro logar o fermento da opposição se manifestou em acção; a 6 de Março de 1817, declarou-se na cidade de Recife terrivel revolta, na qual os Portuguezes residentes fôram saqueados e assassinados, os funcionarios reaes expulsos; estabeleceu-se um govêrno provisório, que agiu inteiramente ao modo da primeira revolução franceza e mesmo pensou em declarar a independencia de Pernambuco; porém a tanto não chegou; usou de meias medidas, que não podiam enthusiasmar ninguem, e, como se manifestasse a idéa de fazer a abolição, isso arrefeceu a aristocracia de fazendeiros, detentores de escravos.

Assim o incendio revolucionario logo se apagou; com pouco trabalho, poude o conde dos Arcos acautelar a Bahia contra essas perturbações da ordem, e em breve mesmo marchar com um exército contra os rebeldes.

Quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia dos acontecimentos do Recife (25 de Março), não se ouviu uma só manifestação de approvação, nem de desculpa; unanime, reuniu-se a população da capital em tórno do rei, forneceu dinheiro e voluntarios, e, em breve, estava equipada uma expedição, que, de conjuncto com o contingente bahiano, extinguiu completamente a revolta de Pernambuco, a 25 de Maio de 1817; por toda parte fluctuavam de nôvo as bandeiras reaes.

Estava assim submettido Pernambuco e foi duramente castigado; porém com isso não se acabou absolutamente a opposição nacional liberal.

E uma nova disposição do govêrno real contribuiu não pouco para faze-la crescer ainda mais. Até aqui, o serviço de guarnição das praças no Brasil era provido exclusivamente por tropas nacionaes e milicias brasileiras; porém á

noticia dos acontecimentos em Pernambuco, resolveu o gabinete do Rio de Janeiro chamar para reforço uma parte do exercito nacional portuguez, que, em vista da paz geral, podia ser dispensada em Portugal; e essa medida se executou, não obstante em breve houvesse cessado a sua razão de ser: a 18 de Outubro de 1817, chegaram ao Rio de Janeiro cinco batalhões portuguezes, dos quaes fôram destacados um para Pernambuco e um para a Bahia, ficando os outros tres, com alguma artilharia, no Rio.

Por toda parte, então, onde essas tropas, denominadas "a Divisão Auxiliar", aquartelavam, occorreram em breve entre ellas e as tropas nacionaes attritos violentos, o que já em parte podia ser attribuido ao geral antagonismo nacionalista existente; todavia, a culpa principal recaía na presumpção militar dos Portuguezes, que, orgulhosos de sua melhor eschola e equipamento e da glória de suas armas, ganha na guerra contra os Francezes, olhavam com desdem para os Brasileiros e quasi não os queriam considerar como camaradas; mesmo essa presumpção chegou a tal ponto, que o general portuguez Vicente Antonio de Oliveira apresentou formalmente uma proposta á côrte, para que, por lei, a graducção dos Brasileiros fôsse limitada ao posto de capitão e que se reservassem todos os postos de officiaes superiores aos Portuguezes natos.

Em parte alguma eram essas relações tão pouco amigaveis como no Rio de Janeiro, onde as tropas, de ambos os lados em maior número, se enfrentavam, e onde de contínuo se provocavam reciprocamente com alcunhas. Vangloriavam-se os Portuguezes de serem os "Heroes de Talavera" (Nova Castella), por sua participação naquella batalha; tambem os Brasileiros queriam ser chamados "Pernambucanos", porque haviam auxiliado a abafar a revolução de Pernambuco; ainda mais usualmente eram os Portuguezes, por causa de seu modo pesado de andar, chamados "pés de chumbo", contra o que os Brasileiros, de andar saltitante, eram escarnecidos com a alcunha de "pés de cabra" ou, como mulatos, com a de "cabrada".

Rixas e altercações eram da ordem do dia. Uma vez, quando se faziam manobras com combate simulado, queriam os Brasileiros carregar as suas armas com balas e pedras, ao passo que os Portuguezes estavam de seu lado resolvidos a atacar ao primeiro choque com as baionetas; por felicidade, a cousa foi ainda a tempo descoberta e foi suspensa a manobra.

Está claro que, nessas contendas entre militares, o povo brasileiro se collocava no partido das tropas nacionaes; encarava-se em geral, tanto a divisão de soccorros portugueza como a burocracia portugueza, como um resto do antigo constrangimento colonial, em contradicção com a emancipação política do reino do Brasil, e que por isso devia acabar.

★ ★ ★

Até aqui se haviam desenvolvido os acontecimentos no Brasil por si mesmos; nisto, a sua vida política recebeu de Portugal nôvo embate. Sabe-se que, no momento, governava alli, em lugar do rei d. João VI, um substituto de origem ingleza, o marechal de Beresford, e que, em parte as condições proprias, e em parte os acontecimentos na vizinha Espanha, deram motivo para um rompimento revolucionario.

A 24 de Agosto de 1820, revoltaram-se no Porto o povo e o exército, e exigiram uma nova organização constitucional do Estado; o mesmo aconteceu em Lisbôa (15 de Setembro), e o exemplo das duas cidades principaes produziu acção decisiva em todo o paiz; o substituto real, quando elle regressou do Rio, onde estivera ausente em visita, foi obrigado a immediatamente voltar, ao passo que, no seu lugar, "uma juncta provisoria" tomou as rédeas do govêrno e immediatamente, sem prévio consentimento do rei, convocou as côrtes (desde o anno de 1698 não mais se reuniam) para uma sessão extraordinaria.

A 17 de Outubro, chegou ao Rio de Janeiro a primeira noticia dos acontecimentos do Porto, e produziu em todo o Brasil não pequena commoção; ainda se tornou maior, quando se soube do completo exito da revolução portugueza e da convocação das côrtes constituintes; então, uma após outra, as grandes cidades maritimas declararam a sua adhesão ao que havia acontecido em Portugal.

Primeiro Belém (Pará), a 1º de Janeiro de 1821; depois Bahia, onde o povo e as tropas de guarnição, tanto brasileiras como portuguezas, exquecendo no enthusiasmo do momento os antigos dissidios, forçaram unanimes o recalcitrante capitão-general, conde da Palma, a demittir-se, e uma juncta provisoria assumiu o govêrno provincial (10 de Fevereiro de 1821); por outro lado, Pernambuco, que acabava de ser humilhado, onde, além disso, o povo e o exército ainda se appunham hostis, retrahiu-se por emquanto.

Porém a decisão devia de facto ser dada na capital do paiz, no Rio de Janeiro. Aqui o rei d. João VI não chegava com o seu gabinete a uma resolução firme; á primeira noticia, elle publicou um manifesto aos Portuguezes (27 de Outubro de 1820), no qual declarava illegal a convocação feita das côrtes constituintes, porém promettia a sua propria ida para lá ou de um de seus principes; em segundo manifesto, datado de 18 de Fevereiro, publicado a 21, condescendia com as côrtes (entretanto já reunidas em Lisbôa) e promettia para alli delegar o seu herdeiro da corôa, d. Pedro, com plenos poderes, afim de que elle se entendesse com as côrtes a respeito da Constituição a formular; e tambem, assim que a Constituição portugueza ficasse prompta, seria extensiva ao Brasil, tanto quanto ella pudesse ser applicada aqui nas condições actuaes.

Até então se mantivera tudo tranquillo no Rio; porém tambem aqui irrompiam agora as paixões revolucionárias. No mesmo dia em que foi annunciado o segundo manifesto, chegava a noticia dos acontecimentos da Bahia; o proprio manifesto não apaziguava de todo, e especialmente irritava a cláusula adicional, na qual, como costuma acontecer nos tempos agitados, uns julgavam reconhecer esta, outros aquella reserva suspeitosa.

Assim, lavrava grande agitação na cidade toda; civis e militares, todos eram unanimes nesse poncto: o rei tinha que condescender incondicionalmentê; e estes ultimos, sobretudo as tropas da divisão auxiliar portugueza, ciosas da glória e das recompensas que os seus companheiros estavam ganhando na patria, demonstravam o maior zêlo; dest'arte, aqui no Rio (tanto como na Bahia), Brasileiros e Portuguezes se puzeram de accôrdo facilmente, para fazerem em common a revolução.

Na manhã de 26 de Fevereiro de 1821, avançaram os batalhões portuguezes com suas peças de artilharia para o largo do Rocio, praça pública da cidade, onde está o theatro; ao mesmo tempo, reuniram-se no edificio do theatro bom número de cidadãos, combinados com os militares; e aqui dentro, tanto como lá fóra, foi tomada a resolução de que a cláusula offensiva do consentimento do rei devia ser retirada e a Constituição portugeza, tal qual as côrtes resolvessem, devia ser tambem extensiva ao Brasil, na sua fórmula inalterada.

Deante dessa declaração unanime da vontade dos cidadãos e dos soldados, estava o govêrno desarmado; logo



que a notícia do que acontecia na cidade chegou á vizinha quinta de recreio, São Christovam, onde justamente a côrte estava residindo então, comprehendeu o rei que não lhe restava outro alvitre sinão condescender, e outorgou, sem demora, plenos poderes a seu filho mais velho, o principe herdeiro d. Pedro, para acalmar a revolução incipiente, pela incondicional acceitação de todas as exigencias apresentadas. Com a maior diligencia, accompanhado por seu ermão mais moço Miguel, correu o principe herdeiro para a cidade, e, acolhido com calorosas acclamações, entrou no theatro, onde fez chamar á sua presença os oradores do povo, reunido em volta, e os membros do Conselho Municipal.

As exigencias que estes apresentavam eram, em parte, tão duras quanto disparatadas: elles exigiam não só que o rei promettesse solennemente o seu consentimento e cooperação á nova ordem constitucional em elaboração para os Reinos Unidos, e que a extendesse egualmente, e sob a sua fôrma inalterada, ao Brasil, tal qual em Portugal; mas tambem que o rei de antemão confirmasse com o seu juramento a Constituição, como as côrtes a determinassem — até agora ainda não estava assignado um só paragrapho; finalmente, como garantia para a mudança do systema político, tambem se exigia modificação no ministerio, no sentido liberal. Todavia, não era occasião para discutir nem regatear; assim d. Pedro concedeu tudo sem condições e sem restricções e mesmo immediatamente organizou elle proprio uma nova lista ministerial; em seguida, accompanhado pelos porta-vozes da revolução, appareceu d. Pedro á sacada do theatro, e, depois de haver repetido, num curto discurso, ao povo compacto na rua, a promessa dada no seu nome e no de seu real pae, elle annunciou os nomes dos novos ministros escolhidos, que fôrão recebidos com clamores de júbilo.

Com isso se atalhava a violencia da revolução; para a completa pacificação da capital, faltava apenas a expressa sanção do rei, e encarregou-se de obtê-la o proprio d. Pedro; dentro de uma hora elle corria a toda brida a São Christovam e trazia consigo a exigida ordem, na qual d. João VI confirmava com a sua propria assignatura tudo que havia succedido; da sacada do theatro foi este decreto participado á multidão em expectativa, e o povo correspondeu com applausos ruidosos, aos quaes se accrescentaram os tiros de canhão das fortalezas do porto e os repiques de sinos de todas as egrejas.

Apresentou-se algumas horas depois o príncipe, acompanhado pelos ministros recém-nomeados, de novo, na sacada do theatro, e, perante o ajuntamento do povo, elle jurou em nome de seu real pae e sobre o evangelho fidelidade á futura Constituição dos Reinos Unidos. O mesmo fizeram os ministros — espectaculo solenne, que não deixou de alcançar o seu objectivo, sem, entretanto, satisfazer inteiramente ás esperanças geraes; pois, no meio das manifestações de júbilo, se ouviram vozes que exigiam a presença pessoal do rei e prestação de juramento por elle proprio.

Tambem esse desejo foi contentado; de novo correu dom Pedro a São Christovam e instigou seu pae a mostrar-se ao povo; na verdade, d. João VI negou-se a principio; habituado ao severo isolamento monarchico, pouco lhe podiam agradar as tumultuarias ovações da sua capital revolucio-nada; todavia, resolveu ceder aos rogos de seu filho e ao medo deante das eventuaes consequencias de uma recusa; e, assim, se poz em marcha o sequito real para a cidade.

Alli elle foi acolhido com estrondoso enthusiasmo, que causou ao velho rei mais medo do que alegria; conta-se mesmo que elle teve um desmaio, quando a população negra e de côr desatrelou os cavallos do seu carro; assim, arrastado por mão dos escravos, saudado jubilosamente pela aglomeração compacta do povo, acompanhado por seu filho, que, a cavallo, a espada desembainhada, commandava as tropas, percorreu o rei d. João as ruas do Rio, dirigiu-se ao palacio real; e alli, na sacada, elle renovou e reforçou o juramento, que já d. Pedro havia prestado no seu nome, pela futura constituição da monarchia.

Só então se entregou o povo immoderadamente ás mais extravagantes manifestações de regosijo, como só se pôde imaginar de um povo sulino, de sangue ardente; festas públicas de todo genero fôram preparadas para solennizar o inicio da nova era política, e nove noites seguidas resplandeceu a cidade toda com iluminação geral. E a notícia do que havia acontecido no Rio se espalhou longe, por toda parte foi proclamada com festejos extraordinarios a nova organização constitucional do reino; primeiramente em Pernambuco (6 de Março), depois em Montevidéo, por parte da guarnição brasileira (20 de Março de 1821), e em seguida nas cidades do interior.

Assim, o Brasil inteiro se associava á revolução portugueza.

Nesse interim, no proprio Portugal haviam as cousas progredido; as côrtes constituintes haviam-se reunido em Lisboa (26 de Janeiro de 1821), e immediatamente depois publicavam um manifesto, no qual eram enumeradas as reclamações principaes da nação portugueza; entre essas, porém, se salientava a queixa sôbre a residencia continuada da côrte real fóra do paiz, no Rio de Janeiro, ao passo que, além disso, com amargura não menor se mencionava a emancipação do Brasil da antiga sujeição colonial, e a isso se imputava a presente decadencia material de Portugal, de seu comércio e de sua indústria.

Este documento, que revelava a mais amarga inveja do velho reino de Portugal contra o reino e povo ermão de além-mar, appareceu poucos dias depois dos acontecimentos do Rio de Janeiro, que acabamos de narrar; naturalmente devia logo, pela linguagem e pelo teôr, deixar suspeita parte da população brasileira de vistas mais largas. Porém muito maior embaraço causou á côrte, tanto mais que esta era agora formalmente convidada a regressar para Lisboa.

O rei d. João VI, de seu lado, pouca vontade tinha de emprehender segunda travessia de mar e transmigrar; de preferencia, como a princípio tencionava, elle mandaria para lá o seu herdeiro da corôa; tambem não se podia prever como os Brasileiros receberiam o regresso do rei; por outro lado, entretanto, uma resposta negativa iria ferir profundamente os Portuguezes, e como as côrtes, de resto, estavam reunidas em Lisboa, era aconselhavel que o rei entrasse em tracto pessoal com ellas.

Foi assim resolvido no gabinete o regresso da familia real e da côrte para o paiz de origem na Europa.

Um decreto de 7 de Março de 1821 annunciou essa resolução ao povo, ao mesmo tempo que declarava que, até se completar e executar a nova organização constitucional do Estado, o herdeiro da corôa, principe d. Pedro, ficaria como representante do rei no Brasil. Segundo decreto do mesmo dia, regulamentando um processo de eleição indirecta, determinava a realização immediata da eleição de deputados em todas as provincias brasileiras, afim de que os representantes do povo, quanto antes, seguissem o rei na sua travessia, e pudessem tomar assento nas côrtes constituintes.

Pôde-se imaginar que ambas estas publicações não fôram acolhidas com grande satisfacção pela população do Rio de Janeiro; possivelmente teria o rei d. João VI esperado,

ou desejado mesmo, uma manifestação pública contra a viagem, resolvida quasi a contragosto; porém, tal não aconteceu. Toda a actividade logo se exgottou nas assembléas e luctas eleitoraes do início, que, como por toda parte, onde se fazem pela primeira vez eleições, fôram acompanhadas pelas maiores e mais desmedidas agitações.

Porém, em breve tambem os preparativos que se faziam para a mudança da casa real distrahiram a attenção pública, tanto mais por tomar essa transmigração as mais avultadas proporções. Pois não sómente a côrte e uma grande parte do alto functionalismo, tambem innumerous negociantes e capitalistas portuguezes que, deante do exemplo da America Espanhola, não podiam confiar no que estava para acontecer, se preparavam para acompanhar o rei e liquidavam seus haveres, o que produziu, em consequencia, uma crise geral monetaria.

Além disso, grandes quantias fôram retiradas do Banco Nacional, cujo crédito já estava abalado demais, pela má administração, e cujos capitaes estavam exgottados por demasiados emprestimos ao govêrno (como de facto poucos mezes depois, 28 de Julho de 1821, teve que suspender os pagamentos). Finalmente, espalhou-se mesmo a notícia de que todo o numerario existente no thesouro do Estado seria transportado para Portugal, sem consideração das necessidades financeiras.

Tudo isso foi excitando a agitação no Rio de Janeiro ao mais alto poncto; e como, além disso, se manifestava em voz alta a exacerbação dos nacionaes pela imminente retirada de homens e capitaes, assim se despertou de nôvo o antigo antagonismo nacionalista, que, durante a revolta, feita de commum accôrdo, havia adormecido um momento, porém já despertara com o manifesto das côrtes, e com as luctas eleitoraes recuperava a sua primitiva acrimonia.

A imprevidencia do govêrno deu mesmo a essa opposição uma oportunidade para fazer explosão. E' que o rei d. João queria obter antecipadamente, para a regencia que tencionava deixar sob a presidencia do principe herdeiro, um testemunho da approvação pública, e para esse fim convocara os eleitores da capital, para uma reunião extraordinaria, onde lhes seria apresentada a lista dos ministros designados; não é improvavel tambem que elle pensasse em provocar, nessa opporrtunidade, uma manifestação que lhe offerecesse um pretexto para renunciar á já resolvida viagem.

De conformidade com a convocação, reuniram-se, á tarde de 21 de Abril de 1821, na praça do Commércio, os eleitores, aos quaes se ajunctaram muitos dos mais considerados cidadãos, e receberam a competente participação official; todavia, em breve a assembléa exorbitou do que era seu objecto; tudo que havia occupado a opinião pública nos ultimos tempos, mesmo a futura forma da Constituição, foi trazido á discussão, e os debates tomaram feição tão violenta, que não foi mais possivel ao presidente da assembléa manter a ordem.

Então, depois que, uma após outra, se fôram retirando as pessoas circunspectas, começou a assembléa a arrogar-se fóros de covenção nacional; resolveu, entre outras cousas, o desembarque do thesouro do Estado e mandou ordem aos commandantes das fortalezas do porto que detivessem por enquanto a esquadra real, prompta para fazer-se de vela; finalmente, houve vozes mesmo que propuzeram que, visto os trabalhos da constituição portugueza estarem ainda demorados, provisoriamente e já se adoptasse a constituição espanhola, de 1812 — esse ideal de todas as nações latinas do Sul — e exigisse do rei a sua sanção.

Tambem isso obteve approvação unanime; immediatamente — era perto da meia-noite — poz-se em caminho uma deputação para o palacio, afim de communicar ao rei os desejos da assembléa, e, depois de curto espaço de tempo, retrocedeu com completo successo; d. João VI, colhido de surpresa e atemorizado, approvou a constituição espanhola e prometeu tudo que elles exigiam. Então o júbilo rompeu todos os limites e a cidade toda vibrou com a mais alta excitação. Tambem os batalhões portuguezes, quando ouviram o rumor, abandonaram os seus quartéis e dirigiram-se ao largo do Rocio, onde a divisão auxiliar ficou unida, provisoriamente em silenciosa expectativa.

Desta vez, em que os brasileiros seguiram o seu proprio caminho, não se podia contar, como na recente revolta, com a sympathia dos soldados portuguezes; isto bem reconheciam os eleitores reunidos na praça do Commércio, porém não se julgaram tambem em perigo, tanto mais porque o commandante da cidade, chamado á pressa, dera as mais tranquillizadoras seguranças sôbre a disposição de animo das tropas; e, assim, continuaram os debates, com inalterada animação.

Foi então, ao romper do dia, inesperadamente, cercado o edificio da praça do Commércio por uma companhia de caçadores portuguezes; uma salva de mosquetes despeda-



çou as vidraças; logo depois, os soldados invadiram de baioneta calada a sala; e, no tumulto que se seguiu, fôram mortas tres pessôas, feridas mais de vinte; foi aprisionado um bom número, as restantes fugiram e dispersou-se o ajuntamento.

Nunca foi bem exclarecido si, nesta occasião, as tropas portuguezas agiram por sua propria conta, ao simples commando dos seus officiaes, si á ordem superior e de quem; sómente o rei foi, na opinião pública, considerado isento de toda cumplicidade. Todavia, pouco importava, afinal, apurar o caso, pois contra o facto, em si, não ha muita objecção que oppôr. Dissolver á mão armada um simples ajuntamento de cidadãos, que, sem auctoridade, se arrogava attribuições de poder legislativo e direitos de govérno, estava certo, embora fôsse lastimavel não ter sido essa medida precedida de uma intimação para dispersar pacificamente, e que a execução, pela hostilidade da soldadesca, tomasse feição tão sanguinaria.

Mais extraordinaria foi, em todo caso, a excessivamente depressiva impressão que este acontecimento, afinal de pouca importancia, produziu nos Brasileiros; talvez nada enchesse tanto as medidas da alienação nacionalista contra os Portuguezes como essa noite de matança na praça do Commércio, cuja narrativa, ampliada de diversos modos se espalhou então por todas as provincias. Como perdurou essa impressão, prova a circunstância de nunca mais ter servido para reuniões de negociantes o bello edificio da praça do Commércio, recém-construido, havia um anno (inaugurado a 13 de Maio de 1820), e dahi em diante ficou sempre deserto.

E então, nos primeiros dias, o curso, ainda pouco antes tão impetuoso, da vida política, como por encantamento se havia congelado; nenhuma palavra se proferiu, nem um gesto se fez, quando no dia immediato, 22 de Abril de 1821, o rei d. João retirou todas as concessões da noite antecedente, revogou a constituição espanhola, ao passo que ao mesmo tempo num outro decreto nomeava principe regente e governador geral do Reino do Brasil, com os mais extensos poderes, ao principe herdeiro d. Pedro, com a assistencia de um ministerio, cuja alma era o conde dos Arcos, antes (1806-1808) vice-rei do Rio de Janeiro, depois, até 1818, capitão-general da Bahia.

Sem estôrvo, sob extranho silêncio geral, proseguiram os preparativos para a partida do rei, e na tarde de 24 de Abril dirigiu-se elle para bordo do navio de guerra que tinha o seu nome; duas fragatas e nove grandes transportes receberam o seu sequito official e voluntario, alguns milha-

res de pessoas; então, na madrugada de 26 de Abril, levantou âncora a frota real, saudada pelas salvas das fortalezas do porto, e tomou rumo do alto mar. Assim, a família real de Bragança, de regresso á patria de origem, confiava-se, pela segunda vez, ás ondas do oceano Atlantico, ao passo que deixava no Brasil um ramo que aqui tomaria raizes, e, mais tarde, tambem ainda faria sombra a Portugal.

Que a cousa se fizesse com tanta felicidade, não se ousara esperar. O velho rei andava, pelos ultimos acontecimentos, mormente nos ultimos dias, profundamente abalado e desanimado; elle tivera que optar entre ambas as suas capitães, entre ambas as suas corôas, e, ao passo que seguia para Lisbôa a firmar uma dellas na cabeça, julgava irremediavelmente perdida a outra. Elle tivera ainda justamente o tempo de sentir os ciumes e o antagonismo nacionalista entre ambos os seus povos, de aquém e de além-mar, a opposição, profundamente cortante, entre a cobiça das côrtes portuguezas e a opinião pública do Brasil; além disso, elle via como, em toda a America do Sul espanhola, já desde mais de dez annos, lastrava a guerra pela liberdade e independencia nacional.

Na verdade, deviam occorrer-lhe dúvidas, si o joven principe inexperiente, a quem elle tivera que confiar o leme do Estado, estaria na altura de conjurar todos esses perigos, e sustentar por seu lado no Brasil a bandeira dos Reinos Lusitanos Unidos.

“Pedro — assim falou elle a seu filho e herdeiro, quando chegou a hora da despedida, — bem antevejo que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal. Nesse caso, si não me puderes conservar a corôa, guarda-a para ti e não a deixes cair em mãos de aventureiros !” (168).

---

(168) No livro devido a Eugène de Monglave. *Correspondance de don Pèdre Premier, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roi de Portugal, don Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil* (Paris, 1827), pags. 197-198, vem a seguinte relação do episodio, feita pelo proprio principe, na carta que endereçou ao pae em 19 de Junho de 1822: — “Je me rappelle encore et je me rappellerai toujours ce que Votre Majesté me dit dans son appartement, deux jours avant son depart: — *Pedro, si le Brésil doit se séparer du Portugal, que ce soit plutôt pour toi, qui sauras me respecter, que pour quelqu'un de ces aventuriers*”.





## CAPITULO XIV

### A independencia nacional

"Já podeis, da patria filhos,  
Ver contente a Mãe gentil;  
Já raiou a Liberdade  
No horizonte do Brasil.  
Brava gente brasileira,  
Longe vá temor servil!  
Ou ficar a Patria livre,  
Ou morrer pelo Brasil!"

(Do Hymno Nacional Brasileiro.)

Os acontecimentos dos ultimos mezes haviam abalado e transformado tão completamente a disposição constitucional interna dos reinos unidos de Portugal e Brasil, que, antes de proseguirmos na nossa narração historica, se torna absolutamente necessario recordarmos o estado actual das cousas politicas.

Um rapido golpe de vista bastará.

O antigo absolutismo pesava desde seculos sobre todo o desenvolvimento do Estado, pelo que tudo, até nos mais extremos ramos da administração, estava intimamente impregnado pela revolução, que irrompia repentinamente; e sobre os seus destroços devia surgir uma nova ordem constitucional de cousas, que tornasse possivel ao povo tomar realmente parte nas mais diversas espheras da vida do Estado.

Similhante missão não se resolve facilmente, nem depressa, pois para a sua resolução era ao mesmo tempo necessaria uma regeneração do povo; de um lado, tanto como do

outro do Atlantico, foi preciso que primeiro, durante annos, se travassem duros combates, antes que se firmassem seguros alicerces, e, para a geral satisfação, nada mais que as fórmulas externas da nova Constituição; porém, sob essa estrutura, escondia-se ainda, especialmente nos circulos inferiores da vida do Estado, o antigo systema inalterado.

“No Brasil continuava apenas o velho regime portuguez”.

A princípio, de facto, deu-se sómente pouca attenção, no lado brasileiro, á parte liberal da nova organização do Estado; é que o antagonismo nacionalista, que lavrava entre ambos os povos irmãos, de aquém e de além-mar, a relegava ao segundo plano. Antes de tudo importava, pois, a posição política de ambas essas partes do reino, uma para com a outra.

Desde a repatriação de d. João VI, estavam de nôvo reunidas em Lisbôa as culminancias do govêrno do Estado, alli residia o soberano commum de ambos, a quem, todavia, no momento, restava apenas uma sombra de auctoridade; pois o verdadeiro poder havia sido assumido pelo segundo factor da soberania do Estado, as Côrtes Constituintes. Nessa assembléa, porém, embora nella tivessem assento e deliberassem tambem deputados brasileiros, eram em decisiva maioria os Portuguezes natos: 130 contra 70, número, de resto, nunca completo.

Assim, Portugal, sob a bandeira da nova ordem constitucional, recuperara a soberania legal e effectiva sôbre a velha terra colonial, que havia perdido nos ultimos tempos do absolutismo. E as côrtes estavam decididamente inclinadas, como já traduzia seu primeiro manifesto, a explorar essa soberania especialmente em proveito de sua patria europeá, e julgavam-se tanto mais habilitadas para tal usurpação, quanto contavam no Brasil com alliados aparentados e de igual opinião, inclusive nas tropas da denominada Divisão Auxiliar, não menos entre os innumerados Portuguezes residentes.

Por outro lado, o Brasil, embora sujeito á auctoridade suprema do rei commum e das côrtes communs, de facto meramente portuguezas, aliás, estava por direito completamente equiparado á velha mãe-patria, Portugal, como reino independente, e possuia a sua propria organização autonoma; as suas provincias heterogeneas, que no tempo colonial formavam uma simples unidade geographica, tornavam-se agora uma unidade política e



começavam pouco a pouco a sentir-se como taes, não obstante ainda ás vezes desunidas pelo espirito cioso local, vivamente accentuado; embora não sem resistencia, mais ou menos todas consideravam capital do paiz o Rio de Janeiro, onde as auctoridades supremas da justiça e da administração tinham séde, e onde então o herdeiro da corôa tinha a sua côrte, como regente.

Está claro que, nestas circunstâncias, não podiam os Brasileiros de mais a mais sujeitar-se á cobiça dos Portuguezes, que afinal tendiam para a "recolonização" do seu paiz; menos que tudo, porém, o Rio de Janeiro, que com tal mudança mais tinha a perder, isto é, a sua posição preeminente de capital. Logo que as côrtes avançassem nesse sentido, rebentaria, como era facil de prever, a mais viva opposição, mórmente no Rio de Janeiro, e esse espirito de resistencia, com a antiga aversão contra os Portuguezes, com o exemplo da America do Sul espanhola, devia inflammar-se cada vez mais violentamente; estava-se, pois, em vespas de uma guerra, na qual os Brasileiros tinham que enfrentar, em primeira mão, o já mencionado partido portuguez no proprio paiz, isto é, os residentes portuguezes, os funcionarios e as tropas da denominada Divisão Auxiliar; em segunda mão, todas as forças militares de Portugal; e o resultado de tal guerra poderia sómente ser a completa sujeição do Brasil ou o completo desatamento de todo laço com Portugal.

Si, porventura, havia alguém no Brasil, si um homem existia que tivesse o maior interesse em impedir que a taes extremos se chegasse, era o então principe regente dom Pedro. Pois a elle, como principe herdeiro, cabia a successão em ambas as partes dos Reinos Unidos Lusitanos, de aquém e além-oceano, e a elle interessava, mais que a ninguém, que nenhum dos dous se perdesse para a dynastia de Bragança; assim, era elle o mediador nato no conflicto em perspectiva.

E representar tal papel era-lhe grandemente facilitado pelo facto de ser considerado meio compatriota pelos Brasileiros; nascido em Lisbôa, a 12 de Outubro de 1798, havia já com seus paes transmigrado para o Rio de Janeiro, na idade de oito annos; pelo seu casamento com a archiduchessa Leopoldina da Austria, realizado em Vienna a 13 de Maio, no Rio a 5 de Novembro de 1817, aqui se havia tornado espôso e pae; além disso, por uma certa opposição contra os

conselheiros de seu pae, como é o costume dos herdeiros de corôa, já desde muito havia ganho não pequena popularidade, porém, sobretudo, recentemente, por sua conducta durante a revolta de 26 de Fevereiro de 1821; e agora, como príncipe regente do Brasil, estava collocado numa posição que, si de um lado o obrigava a cumprir as ordens das auctoridades superiores do reino, do rei e das côrtes, egualmente ella o auctorizava a apresentar-se como representante e defensor do Brasil.

Si tal papel de mediador seria efficaz, si com o tempo seria sustentavel, entre as paixões de ambos os lados, era o que restava saber; porém, em todo caso, devia augmentar ainda as sympathias que d. Pedro já havia conquistado no Rio e no Brasil; e nessa affeição pessoal do povo residia, sem dúvida, um contrapêso monarchico contra as tendências republicanas, que ameaçavam propagar-se da vizinha America Espanhola para cá.

★ ★ ★

Voltemos agora para a nossa narração historica. Ao tempo do regresso do rei para Lisbôa (26 de Abril de 1821), ainda continuava a alastrar-se pelo interior do Brasil a revolução portugueza, sem que fôsse estorvada em parte alguma no seu curso regular, por opposição legal das auctoridades; quasi que em todas as provincias os capitães-generaes do rei, espontaneamente ou forçados, depuzeram o seu cargo, e no seu lugar estabeleceram-se junctas provisorias, compostas dos homens mais eminentes do movimento, sem distincção, Portuguezes ou Brasileiros.

Por outro lado, nos portos, onde o mesmo já havia acontecido antes, conservou-se tudo provisoriamente tranquillo; sobretudo no Rio de Janeiro subsistiam sempre, em consequencia dos acontecimentos de 21 de Abril, o geral desalento e a paralysação da vida política; mesmo as importantes noticias, que em breve chegaram de Lisbôa, pouca impressão produziram.

E' que nessa cidade haviam as côrtes, a 9 de Março, estabelecido as trinta e sete proposições fundamentaes da Constituição portugueza, e a 29 de Março as confirmaram solennemente, com juramento, e as expediram, para egual formalidade, a todas as partes do Reino Unido. Aconteceu, porém, que a redacção dêsses principios fundamentaes se consummara ainda antes que os deputados brasileiros houvessem chegado a Lisbôa; além disso, no artigo 21 do proprio

documento, estava determinado que as leis das côrtes, para os paizes annexos, teriam sómente validade, depois que os seus proprios representantes as houvessem approvado; achou-se, portanto, o principe regente d. Pedro auctorizado a adiar a exigida prestação de juramento, e aproveitou-se mesmo do motivo para dirigir uma carta do proprio punho ás côrtes, na qual lhes recommendava insistentemente que, para os novas resoluções, esperassem a cooperação dos deputados brasileiros.

A população nacional do Rio de Janeiro parece que a tudo assistia indifferente; ao contrário, entre os do partido portuguez causou grande escandalo essa primeira desobediencia ás ordens das côrtes; especialmente nos quarteis da Divisão Auxiliar começou surda fermentação, atizada por officiaes ambiciosos, que finalmente se manifestaram em franca rebeldia. Pela manhã de 5 de Junho, concentraram-se os batalhões portuguezes, novamente, na praça do Theatro (largo do Rocio) e exigiram, com gritos sediciosos, o immediato juramento; toda a cidade ficou em agitação; o proprio principe regente, chamado ás pressas da sua quinta de São Christovam, appareceu em breve no meio dos sediciosos e prometeu satisfazer ás suas exigencias; todavia, accrescentou elle, o desejo do exército não podia decidir só elle, era preciso em primeiro logar tomar conhecimento da vontade do povo.

Para este fim, fôram immediatamente convocados os eleitores da cidade para uma assembléa extraordinaria no edificio do theatro; e, quando estes, como não podia ser de outro modo, declararam a sua approvação, prestou d. Pedro, e com elle todos os presentes, o juramento aos artigos fundamenteaes da Constituição.

Muitas outras concessões fôram ainda exigidas e obtidas pelos sediciosos triumphantes; os prisioneiros pelos acontecimentos de 21 de Abril fôram libertados; e teve o principe regente que se conformar com a destituição do seu mais distincto conselheiro, o conde dos Arcos, a cujas tendencias absolutistas se attribuia a culpa da demora da prestação do juramento, e manda-lo para Lisbôa, a responder por isso. Teve o principe até que admittir que se associasse a elle e a seus ministros uma commissão militar, para a fiscalização das tropas, e, para a administração civil, uma juncta, a cujos conselhos se devia sujeitar, e, por seu lado, ellas se responsabilizavam perante as côrtes.

Todavia, estas duas auctoridades revolucionárias nunca chegaram a possuir qualquer poder; agora, a commissão militar extinguiu-se em breve por si mesma, por dissolução

espontanea, e a juncta ficou completamente á sombra, ao lado do conselho de ministros, de sorte que d. Pedro conservou de facto o pleno poder executivo, embora sempre coagido pelas tropas sediciosas.

Póde-se imaginar que estes acontecimentos da capital não deixaram de ter consequencia alhures, e que, assim como antes se fizera para a futura Constituição em geral, agora se procedeu, ora aqui, ora alli, á confirmação, por juramento, dos artigos fundamentaes da Constituição.

De muito maior importancia foi, todavia, o nôvo abalo que de Lisboa recebeu a vida politica das diversas provincias. Na capital portugueza haviam as côrtes, ao tempo em que apenas o rei partia do Rio, a 24 de Abril, publicado um decreto que attingia da maneira mais sensivel ás condições brasileiras; por esse acto não só se permittiam as juntas provisórias de cada provincia, mas mesmo exigia-se dellas, que doravante, sem tramitar pelo govêrno central do Rio de Janeiro (a regencia), entrassem directamente em ligação official com o poder supremo em Lisboa. Isto significava evidentemente romper a organização do poder centralizado, a unidade politica do Brasil, como se havia formado recentemente, e restabelecer o antigo estado de cousas dos tempos coloniaes, em que as diversas provincias, completamente extranhas entre si, se relacionavam simplesmente com a mãe-patria; é que então se esperava subjuga-las mais facilmente, sendo isoladas.

Para o successo dêsse plano, contavam as côrtes com o espirito local vivamente pronunciado, com o ciume inter-provincial que formava tão importante traço do character nacional brasileiro. E não se enganavam inteiramente; não só porque o partido portuguez, que prégava por toda parte incondicional obediencia ás côrtes, zelosamente apoiou essa medida, tambem porque em não pequena parte da população nacional essa lei achava viva approvação, por lisonjear o seu particularismo e ciume contra o Rio de Janeiro.

Assim foi sobretudo na velha cidade da Bahia; alli a juncta provisoria, na qual de resto predominava o elemento portuguez, immediatamente se conformou com a ordem recebida de Lisboa, e, não satisfeita com isso, apressou-se a declarar abertamente á regencia do Rio o seu desligamento; não se podia — assim referia um documento official de 20 de Junho — reconhecer de modo algum a regencia, visto

a mesma haver sido estabelecida pela exclusiva auctoridade do rei, sem cooperação das côrtes.

O mesmo aconteceu na cidade de São Luis do Maranhão; tambem alli a juncta se desligou formalmente da auctoridade do principe regente e entrou em relações directas com Lisboa.

Porém, em ambos estes logares, não teve esse passo approvação unanime, nem ao menos na cidade, quanto mais no interior. Tambem o exemplo da Bahia não produziu effeito alhures. Em Pernambuco conservava-se ainda o régio capitão-general, si bem que em contínua lucta contra revoltas locaes e sedições militares, e elle não se achava disposto, nem obrigado, a tomar partido na questão pendente entre o principe herdeiro da corôa e as côrtes.

As junctas provisórias das provincias vizinhas mais fracas abstinham-se ao menos de declarar-se abertamente, embora tacitamente cessassem toda a correspondencia com o Rio, ou em geral a correspondencia official, afim de governarem em liberdade.

Todavia, fôsse como fôsse, já pela attitude tomada pela Bahia, estava o Norte do Brasil de facto sem relações com o Rio de Janeiro, e subtrahido á auctoridade do principe regente.

Outro aspecto tomaram as cousas nas regiões do Sul. Em Villa-Rica de Ouro-Preto, capital de Minas Geraes, agitaram-se tambem as ambições particularistas; porém, esta provincia, apesar do número superior de sua população, já por causa de sua posição mediterranea, dependia de suas vizinhas, Rio de Janeiro e São Paulo; e a primeira destas provincias mantinha-se fiel, está claro, a d. Pedro. E a mesma attitude havia resolvido São Paulo; alli havia até então continuado a governar tranquillamente o real capitão-general conde de Oyenhausen, que gosava de geral consideração e affecto; sómente quando os Paulistas, influenciados pelas notícias que chegavam do Rio, tomaram parte na prestação de juramento aos artigos fundamentaes da Constituição, consideraram elles necessario estabelecer o govêrno provincial nos moldes modernos e nomear uma juncta (fins de Junho).

A presidencia da mesma foi dada ao proprio capitão-general resignatario; porém, a influencia preponderante era do vice-presidente José Bonifacio de Andrada e Silva, Paulista de nascimento, que havia feito longos annos de estudos e viagens na Europa, algum tempo havia mesmo occupado



em Portugal o cargo publico de lente, e agora se salientava na sua patria por sua alta illustração, e não menos por suas vastas relações de familia (um de seus irmãos, Martim Francisco, foi eleito secretario da juncta; outro, Antonio Carlos, para deputado ás côrtes por São Paulo). A elle, principalmente, se deve ter a juncta resolvido continuar de accôrdo com o Rio de Janeiro e sustentar a auctoridade do principe regente, e haver despachado uma deputação propria á capital, afim de communicar a d. Pedro essa resolução.

O exemplo de São Paulo teve ao menos por effeito moderar os propositos dos movimentos particularistas de Minas Geraes, ao passo que sôbre as provincias menores do Sul a sua influencia foi absolutamente decisiva. Mesmo além da fronteira sul, em Montevidéo, foi justamente então resolvida (19 de Julho) a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, e reconhecida a auctoridade do principe regente por parte dos funcçionarios e do general Lecór, que alli commandava.

Assim, fôra de nôvo fortalecida a posição official de d. Pedro no sul do Brasil e isso pela manifestação espontanea do povo, apesar da resolução contrária das côrtes; todavia, essa posição não era nada agradável.

Mesmo aquellas junctas provinciaes que se haviam submettido á regencia, primeira de todas a de São Paulo, pretendiam pelo menos administração financeira separada e recusavam toda contribuição de dinheiro; o Banco Nacional, ao qual então d. Pedro recorreu, teve em breve de seu lado que suspender os pagamentos (28 de Julho), e assim se viu o principe nos mais extremos apuros de numerario, pelo que muito se resentiu o serviço público; sobretudo a attitude das tropas portuguezas da Divisão Auxiliar tornou-se mais insegura, desde que se atrasou o pagamento do soldo; ficaram mais atrevidas em practicar frequentes desordens e com isso provocavam os cidadãos brasileiros.

Por outro lado, naturalmente tomou d. Pedro muito a mal haver-se subtrahido á sua auctoridade todo o Norte do Brasil, á instigação das côrtes; queria-se, assim, consoante elle officialmente escreveu ao pae, degrada-lo a uma posição indigna de sua condição, a simples capitão-general de provincia; e o seu descontentamento encontrou vivo echo no Rio, tanto mais que esta cidade via igualmente ameaçada a sua supremacia, pelo curso dos acontecimentos.

De seu lado as côrtes, sem se deixarem demover pelos queixosos relatorios do regente, iam sem consideração alguma cada vez mais procedendo contra a independencia brasileira; haviam, na verdade, numa proclamação de 13 de Julho, feito as mais bemsoantes promessas a seus irmãos de além-mar, "o ramo sul-americano da grande familia portugueza"; doravante os interesses de ambos os paizes não serão mais separados, e os Portuguezes não se considerariam livres, si os Brasileiros não compartilhassem da sua liberdade; porém nos debates revelava-se cada vez mais claramente que essa unidade de interesses tendia para o restabelecimento da completa submissão e incorporação do Brasil ao conjuncto do Estado portuguez, e os deputados brasileiros debalde se esforçavam por garantir á sua patria uma posição particular, até certo ponto independente.

Todas essas circunstâncias concorreram, em primeiro logar nos grandes portos do Brasil, para fazer crescer cada vez mais a effervescencia política; mesmo nos logares onde as juntas se haviam declarado incondicionalmente a favor das côrtes, como na Bahia, o partido nacionalista salientava-se sempre mais abertamente; ainda de modo mais decisivo nas provincias do Sul; já se ousava sem reserva manifestar desconfiança contra as côrtes constituintes, falava-se da necessidade de uma representação nacional propria; mesmo de tempos em tempos a idéa de independencia nacional se manifestava em voz alta.

★ ★ ★

Foi no dia 4 de Outubro que ás esquinas das ruas do Rio de Janeiro se affixaram cartazes, nos quaes se instava com d. Pedro: "que não devia esperar, até (pela morte de seu pae) ser d. Pedro IV (de Portugal); elle devia já proclamar-se Pedro I (do Brasil)"; ao mesmo tempo, espalhava-se o boato de que um bando de conjurados estava prestes a arvorar a bandeira da independencia; alguns mesmo já diziam saber que o principe regente, no seu resentimento contra as côrtes, não era infenso ao plano e que elle havia conferenciado secretamente com os cabeças da conspiração.

O que havia de verdadeiro em tudo isso é o que resta saber; do lado brasileiro, affirmou-se, mais tarde, que toda a demonstração fôra feita de proposito pelos Portuguezes residentes e soldados; o certo é que o corpo de officiaes da Divisão Auxiliar se serviu do pretexto para dirigir ao prin-

cipe regente uma energica representação, na qual exigia delle que fizesse declaração pública de manutenção da unidade do reino e contra as velleidades de independencia dos Brasileiros.

Não tardou d. Pedro a dar satisfacção a essas exigencias; immediatamente publicou uma proclamação ao povo do Rio de Janeiro, na qual elle reprovava o excesso commettido, e prevenia contra a alliciação de certos demagogos sem consciencia; "elle proprio — accrescenta — protestava que jamais quebraria o juramento dado ao rei e á Constituição, antes preferia morrer por elles, e tinha a certeza do apoio das tropas e de todos os homens fiéis aos principios constitucionaes".

E, numa carta, que, ainda no mesmo dia, escreveu ao seu real pae, exprimiu-se elle não menos categoricamente, renovando mesmo o seu juramento de fidelidade "a vossa magestade, á Nação e á Constituição Portuguesa" (4 de Outubro).

Não vemos nenhum motivo para duvidar de que o principe regente fôsse realmente sincero nessa declaração; mais do que qualquer outro, devia sem dúvida o herdeiro do throno empenhar-se por manter a unidade do reino, ou mesmo a união pessoal de ambas as terras da corôa. Tambem parece que no Brasil se comprehendeu dêsse modo a proclamação, e de nôvo cessaram os pruridos de independencia; porém a fermentação continuava a sua obra, que não mais podia ser detida.

Por toda parte, tambem nas provincias do Norte, oppunha-se o partido nacionalista ao portuguez, com sempre maior hostilidade.

Na Bahia, chegou-se mesmo a combate de ruas entre os batalhões portuguezes e brasileiros, e só com difficuldade conseguiu o general commandante restabelecer a paz (Novembro).

Em Pernambuco, teve o capitão-general que se resignar á demissão (26 de Outubro) e o govêrno ficou em mãos de uma juncta provisoria, que, de seu lado, sem o declarar francamente, de facto não queria absolutamente saber, nem do principe regente do Rio, nem das côrtes em Lisboa; todavia, consentiu que o batalhão portuguez da guarnição, nos ultimos tempos alvo de viva animosidade e sitiado formalmente no seu quartel, fôsse substituido por outro, procedente de Portugal.

No Rio de Janeiro, e em geral naquellas provincias onde a auctoridade do principe-regente era reconhecida, não occorreu nenhuma perturbação séria da ordem; porém o estado de cousas em conjunto era tão crítico, que d. Pedro julgou necessario ainda uma vez exhortar as côrtes a usarem de prudencia e moderação.

“Estimarei que o soberano Congresso, — assim escrevia elle, numa carta official de 9 de Novembro, ao seu real pae, immediatamente depois que o influente deputado por São Paulo, Antonio Carlos de Andrada, de passagem, estivera em audiencia com elle, — que com tanta sabedoria trabalha na nossa legislação constitucional, não se deixe iludir por cartas particulares, a respeito do estado dos espiritos aqui; e eu o aconselharia a que, antes de resolver com referencia a esta parte do Reino Unido, espere a chegada e a collaboração dos deputados americanos. O Brasil já foi por demasiado tempo colonia; elle reclama agora, pelos seus representantes, uma inteira equiparação” (9 de Novembro).

★ ★ ★

Entretanto, já havia acontecido o irremediavel.

As côrtes, depois de romperem pelo decreto de 24 de Abril a unidade política e a organização política autonoma do Brasil, depois de haverem por segundo decreto, de 28 de Julho, incorporado as tropas nacionaes brasileiras ao exército portuguez, agora, com uma série de novas resoluções, acabavam de destruir todas aquellas instituições que ainda faziam lembrar que o Brasil havia sido durante algum tempo um reino independente e equiparado a Portugal, como paiz irmão, com os mesmos direitos.

Um decreto provisorio, de 29 de Setembro, aniquilava todo o aparelhamento do poder central do Brasil; as altas auctoridades administrativas, o Supremo Tribunal, etc., que desde 1808 funcionavam no Rio, finalmente a regencia que o rei havia deixado á sua partida, tudo foi supprimido. Como já havia acontecido nas restantes provincias, era agora estabelecida tambem no Rio de Janeiro, para a administração dessa provincia, uma juncta, e todos esses governos provinciaes deviam de nôvo, como antes, entender-se directamente com o gabinete de Lisboa; egualmente nas cousas da justiça, os processos das instancias deviam passar ao Supremo Tribunal portuguez. Segundo decreto da mesma data dispensava, consequentemente, o principe regente das obri-

gações de seu cargo e o convidava a, dentro de determinado prazo, voltar para Portugal, via Inglaterra, França e Espanha.

Com isso era, sem mais nem menos, de nôvo restabelecida aqui legalmente a antiga constituição colonial, como subsistira antes de 1808; sómente com a unica variante de que agora nas provincias, em lugar do capitão-general nomeado pelo rei, tinha em mão as rédeas do govêrno uma comissão de cidadãos eleitos, uma juncta provisoria.

E todas essas resoluções profundamente modificadoras fôram tomadas com uma desconsideração sem exemplo, antes ainda de haver tomado assento nó Congresso a maioria dos deputados brasileiros, e sob o quasi unanime protesto dos poucos que já estavam presentes.

Tambem quanto á impressão que essas medidas produziam no Brasil, as côrtes parece que não se illudiram, pois logo a seguir tomaram disposições que pareciam preparativos para uma guerra imminente: o decreto de 1º de Outubro auctorizava o govêrno a nomear um commandante militar para cada provincia brasileira, o qual seria completamente independente da juncta local; e, além disso, foi resolvido, a 18 de Outubro, que, para reforçar a Divisão Auxiliar, sem demora se fizessem novas remessas de tropas para Pernambuco e Rio de Janeiro, como pouco antes se fizera para a Bahia. Portanto, julgavam as côrtes portuguezas poder, com a fôrça das armas, facilmente segurar o seu immenso imperio colonial sul-americano; era como si lhe transmittisse o contagio da cegueira incuravel o paiz seu vizinho, Espanha, que já desde dez annos perdia, uma após outra, as suas possessões americanas, na verdade com honra, porém por sua propria tolice.

Vejamos agora as consequencias que essa cegueira produziu no Brasil. Na tarde de 9 de Dezembro, chegaram ao Rio de Janeiro as resoluções das côrtes de Septembro a Outubro; no dia immediato, escrevia o principe regente a seu pae que estava prompto a obedecer e já se empenhava nas disposições para estabelecer uma juncta e para a sua propria partida; a mesma affirmação elle repetia ainda em tres cartas seguintes, de 14, 15 e 30 de Dezembro; porém já nesta elle accrescentava, que lhe seria "sobremaneira sensivel si, como era de temer, fôsse obrigado a não dar o exacto cumprimento a todas as ordens".

Desta vez, certamente, elle não devia ser muito sincero nos seus protestos de lealdade, pois, como estavam as cousas



e lembrando-se das palavras de seu pae á despedida, elle não deveria obedecer á ordem das côrtes; para consigo mesmo e para com a familia, elle tinha a obrigação de ficar.

A sua presença constituia ainda o último laço, que, si não mais prendia todas as provincias, todavia sempre unia as do Sul; si elle partisse, tambem estas se desaggregariam e o reino do Brasil então — e para sempre — se desmembraria, tal qual a America do Sul espanhola, num sem numero de pequenas porções, cada uma das quaes tomaria a sua propria direcção. Si algumas dessas porções — entre outras, não restava dúvida, que muitas, como Rio e São Paulo, immediatamente proclamariam a sua independencia — reconhecessem ainda a soberania portugueza, com o tempo todas certamente se sublevariam contra as velleidades de recolonização das côrtes; e então rebentaria por toda parte uma guerra feroz de independencia, que durante annos exterminaria as proprias fôrças e não menos as de Portugal, porém, segundo todas as possibilidades, acabaria pela geral separação.

Portanto, um completo desmembramento do proprio Brasil e a sua perda para a Casa de Bragança eram a perspectiva, caso elle partisse. Ao contrário, si ficasse o principe regente, todos esses perigos eram, ao menos no momento, obviados; as provincias do Sul permaneceriam unidas, e as já dispersadas do Norte adquiririam um ponto central, em tôrno do qual se poderiam de novo congregar; as côrtes, por seu lado, podiam voltar á moderação e porventura achar uma solução razoavel, talvez a da união pessoal, que impedisse a completa separação de ambos os reinos irmãos.

Nestas circunstâncias, não precisou d. Pedro muito tempo para resolver-se; porém, considerando as então omnipotentes côrtes, que no caso de aberta resistencia poderiam mesmo cassar os seus direitos hereditarios ao throno, devia elle naturalmente querer guardar as apparencias de obediencia; e era-lhe facil isso; bastava deixar que o povo brasileiro o forçasse.

Logo que fôram conhecidas as resoluções das côrtes, produziu-se surda fermentação geral no Rio de Janeiro, que, segundo todas as apparencias, ia perder irremediavelmente a sua preeminencia de capital. Ouviam-se nas ruas palavras sediciosas: “Si o objecto da Constituição é só fazer-nos mal, leve o diabo a Constituição!” E não somente os nacionaes, tambem (o que, parece, absolutamente não entrou nos cal-

culos das côrtes) uma parte do proprio partido portuguez, aquella porção de funcionarios que, á dissolução das auctoridades centraes, iam ficar sem emprêgo e sem pão, os negociantes residentes, que, no caso da partida do principe, receavam immediata declaração de independencia, revolução e guerra, todos esses eram agora os mais zelosos propugnadores da causa brasileira e declaravam unanimes que d. Pedro devia ficar.

No mesmo sentido se exprimia a imprensa diaria, que só agora (desde a revogação da censura; até então existia sómente um jornal official da côrte) surgia do nada. Igualmente innumerados pamphletos; e entre esses produziu especialmente a mais profunda impressão o de Francisco de França Miranda, "O Despertador Brasiliense", pois qualificava a legislação das côrtes de medida "illegal, injuriosa, e impolitica. Illegal, porque fôï decretada sem a cooperação dos nossos representantes, e, consequentemente, sem a manifestação geral da nação. Injuriosa, porque mostra o desdém com que o Congresso dispõe da nossa existencia, como si nós fossemos um punhado de escravos miseraveis, sujeitos ao capricho e abandonados á discreção dos seus senhores, e não um reino alliado mais poderoso, e tendo mais recursos do que o proprio Portugal. Impolitica, porque é precisamente no momento em que se escolhe para nos encher de desgostos, para tomar aos olhos do mundo inteiro a nossa separação necessaria e legitima".

Além disso, foi posta em circulação e dentro em breve assignada por mais de 8.000 cidadãos do Rio de Janeiro uma representação ao presidente do Senado da cidade, na qual sollicitavam e o encarregavam, como seu legitimo representante, de protestar juncto ao principe regente contra o cumprimento dos irritantes decretos das côrtes. Tambem esse documento, datado de 29 de Dezembro, usava de termos decisivos, mesmo ameaçadores: "Nunca — declarava elle — dará o povo do Rio de Janeiro o seu assentimento á partida do principe regente", e, lembrando as palavras antigas de um escriptor francez, Du Pradt: "Si algum dia o soberano estabelecido no Brasil voltar para Portugal, deixará após si a independencia". E acrescentava o manifesto: — "O navio que reconduzir sua alteza real apparecerá sobre o Tejo com o pavilhão da independencia do Brasil".

Já antes e com maior energia manifestara a provincia de São Paulo a sua opinião. Assim que alli chegaram ambos os decretos, com o "Diario Official", do Rio, de 11 de

Dezembro, convocou José Bonifácio de Andrada os seus collegas da juncta provisoria para uma assembléa extraordinaria; eram 11 horas da noite, quando elles se reuniram. Ainda na mesma noite, depois de Andrada convencer com palavras calorosas e firmes todos os presentes, foi resolvida e assignada uma representação endereçada a d. Pedro, na qual o govêrno provincial de São Paulo exprimia a mais profunda indignação sôbre o que acabava de acontecer, sôbre a descarada irreverencia com que as côrtes haviam ousado offender, por um lado, ao principe “que querem fazer viajar, como um pupillo, rodeado de aios, aspias e bedéis”, por outro lado ao povo brasileiro.

“Como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, — dizia o memoravel officio, datado de 24 de Dezembro (169), — ousam já legislar sôbre os interesses mais sagrados de cada provincia e de um reino inteiro? Como ousam desmembra-lo em porções desatadas, isoladas, sem lhe deixarem um centro commum de fôrça e de união? Como ousam roubar a vossa alteza a logar-tenencia que seu augusto pae e nosso rei lhe concedera? Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paço e Mesa da Consciencia e Ordens, Conselho da Fazenda, Juncta do Commércio, Casa da Supplicação e tantos outros estabelecimentos novos, que já promet-tiam futuras prosperidades? Para onde recorrerão os povos desgraçados, a bem de seus interesses economicos e judiciais? Irão agora, depois de acostumados por doze annos a recursos promptos, soffrer outra vez, como vis colonos, as delongas e trapaças dos tribunaes de Lisbôa? Quem crerá, depois de tantas palavras meigas, mas dolosas, em reciprocas egualdades e em felicidades futuras?!

“Sim, augusto senhor, é impossivel que os habitantes do Brasil, que fôrem honrados e se prezarem de ser homens, e mórmente os Paulistas, possam jamais consentir em taes abusos e despotismos; sim, augusto senhor, vossa alteza real deve ficar no Brasil, quaesquer que sejam os projectos das côrtes constituintes, não só para o nosso bem-estar, mas

---

(169) A “Representação” da Juncta de São-Paulo, dactada de 24 de Dezembro de 1821, acha-se integralmente na *História dos principaes successos politicos do imperio do Brasil* (Rio, 1826-1830, vol. II, appendice), de José da Silva Lisbôa, visconde de Cairú. Foi redigida por José Bonifácio, então vice-presidente da referida Juncta, da qual era presidente João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg (depois visconde e marquez de Aracati).

até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal. Si vossa alteza real estiver, o que não é crível, pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de Setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, terá sempre de responder, perante o céu, do rio de sangue que decerto vai correr pelo Brasil com a sua ausência; pois os seus povos, quaes tigres raivosos, acordarão de certo do somno amodorrado, em que o velho despotismo os tinha sepultado, e em que a astúcia de um nôvo machiavelismo constitucional os pretende agora conservar”.

Além do governo provincial, também dirigiram representações ao príncipe regente, de um lado o Senado da Câmara Municipal (31 de Dezembro de 1821), de outro lado o bispo, o capítulo e o clero de São Paulo (1º de Janeiro de 1822), os quaes, sob differentes fórmulas, repetiam as mesmas idéas.

E, em completo accôrdo com a disposição de São Paulo, estava a agitação que, então, no princípio do anno de 1822, também fazia vibrar os espiritos além do rio Parahiba, na provincia de Minas Geraes.

Entretanto, não perdia d. Pedro de vista, naturalmente, a crescente agitação; porém se conservava tranquillo, e proseguia francamente nos preparativos de sua viagem. Sómente quando lhe chegaram ás mãos as primeiras manifestações da vontade nacional, o manifesto do governo de São Paulo (2 de Janeiro de 1822), elle não hesitou mais e escreveu a seu pae: “Parece-me impossivel cumprir ambos os decretos das côrtes, porque a opinião pública é toda contra elles por toda parte, e ninguem pôde contrariar essa rainha do mundo”.

Todavia, antes de declarar abertamente a sua resolução, esperou ainda a extrema pressão da opinião pública.

Foi ao meio-dia de 9 de Janeiro, quando as auctoridades municipaes da capital Rio de Janeiro se acharam no palacio real em audiencia, supplicada e concedida poucas horas antes; havia-se reunido a ellas um cidadão de São Pedro (Rio Grande do Sul), que se apresentava como representante de sua provincia (170); era orador o presidente do Senado da Ca-

---

(170) O representante do Rio Grande do Sul, que tomou parte no movimento de 9 de Janeiro de 1822, e cujo nome não é citado por Handelman, chamava-se Manuel Carneiro da Silva Fontoura (v. Pereira da Silva, *História da fundação do imperio brasileiro*, Rio, 1877, vol. II, pag. 375).

mara, José Clemente Pereira. “A saída de vossa alteza real dos Estados do Brasil, — assim começou elle o seu discurso ao principe regente, — será o decreto fatal que sancione a independencia deste reino! Exige, portanto, a salvação da patria que vossa alteza real suspenda a sua ida, até nova determinação do soberano congresso. Tal é, senhor, a importante verdade que o Senado da Camara desta cidade, impellido pela vontade do povo que representa, tem a honra de vir apresentar á mui alta consideração de vossa alteza real.”

Em minuciosa exposição, continuou o orador a descrever o estado das cousas brasileiras: São Paulo e São Pedro compartilhavam o modo de pensar da capital, e já estava a caminho uma deputação para fazer eguaes representações; ainda mais agitado era o Estado de Minas Geraes, e todo o Norte do Brasil já estava em plena dissolução; por toda parte se faziam sentir aspirações particularistas ou mesmo republicanas, o partido da independencia levantava a cabeça; aonde se chegaria, si o filho do rei, o último poneto central de unidade, o derradeiro esteio da ordem monarchica e da união com Portugal se retirasse do paiz? Ficasse o principe no Brasil, até dar tempo a que o soberano congresso fôsse informado; as côrtes podiam estar illudidas, parte pela attitude de muitas junctas provinciaes, parte por manifestações particulares; pois até houve quem daqui tivesse requerido que o principe regente fôsse chamado do Brasil; porém, agora, não podiam desconhecer certamente a repercussão na opinião, e a retirada do funesto decreto contentará os desejos do Brasil. Competia a d. Pedro proporcionar ás côrtes o prazo necessario para reconsiderarem; elle devia ficar, “sinão seria immediata a separação e inevitavel a anarchia”.

Não teriam sido necessarias palavras tão energicas; d. Pedro estava desde muito resolvido. “Como é, — respondeu elle, — para o bem de todos e felicidade geral da nação; estou prompto; diga ao povo que fico!”

“O presidente do Senado, — informou o proprio d. Pedro a seu pae sôbre os acontecimentos, — assim o fez, e o povo correspondeu com immensos vivas, cordialmente dados a vossa magestade, a mim e á união do Brasil a Portugal, e á Constituição; depois de tudo socegado, da mesma janella em que estive para receber os vivas, disse ao povo: “Agora só tenho a recommendar-vos união e tranquillidade”.



E assim findou o memoravel acto do grande drama brasileiro.

★ ★ ★

Não ficou só nisso; ao regosijo geral havia de mixturar-se uma dissonancia.

Não precisamos lembrar que existia no Rio de Janeiro um forte partido portuguez; a grande maioria dêsses residentes estrangeiros, tantos quantos pertenciam á classe dos civis, certamente não estavam menós satisfeitos que os Brasileiros com a resolução do principe, de ficar, pois não se podiam illudir que de outro modo não se evitaria o perigo da immediata separação e da guerra civil; contudo, havia naturalmente tambem entre elles cabeças esquentadas, que sustentavam o principio da incondicional obediencia ás côrtes.

Peor que tudo era a disposição de espirito entre as tropas da Divisão Auxiliar portugueza. Está claro que entre ellas, por effeito dos acontecimentos do anno anterior, os laços da disciplina deviam estar muito frouxos; por toda parte, nas agitações de 26 de Fevereiro, 5 de Junho, 4 de Outubro, ellas haviam representado o papel principal, com armas na mão haviam extorquido concessões do govêrno, ao passo que os seus companheiros brasileiros e cidadãos haviam ficado apenas em segundo plano: assim, ellas se julgavam os “verdadeiros representantes do povo”, e tomaram muito a mal o facto de fazerem agora os civis uma não menos importante revolução, por sua propria conta.

Além disso, intervinham o antagonismo nacionalista, as insinuações dos officiaes ultra-portuguezes e dos residentes; em summa, os soldados se amotinaram com desenfreadas arruaças, começaram a perturbar a ordem da cidade com o seu comportamento tumultuario e clamores sediciosos; o principe, diziam elles, devia obedecer á ordem recebida; a cabrada, elles a manteriam em ordem.

E, para tornar a cousa ainda mais grave, pediu demissão o general commandante da Divisão, descontente com o que havia acontecido, e por não querer tomar parte na responsabilidade; conta-se mesmo que manifestou nos quartéis o seu descontentamento, sem reservas. Isto foi o signal para aberta amotinação; a 11 de Janeiro de 1822, pouco antes da meia-noite, pegaram em armas os batalhões portuguezes e tomaram posição no morro do Castello, de onde, com os seus canhões, dominavam uma grande parte da cidade.

Porém, com a rapidez do raio, espalhou-se a notícia dêsse motim; e, ao amanhecer o dia, estavam tambem reunidas em armas no Campo de Sant'Anna as tropas naciaes e as milicias da capital. Enfrentavam-se assim ambos os partidos em pé de guerra e estava imminente encarniçado combate, cujo resultado poderia ser duvidoso, pois, sendo os Brasileiros superiores em número, eram-no os Portuguezes em experiencia da guerra. Todavia, tal extremidade foi evitada pela intervenção de d. Pedro. Parece que as tropas auxiliares haviam contado atemorizar com a sua sublevação, ao mesmo tempo que á cidade, ao principe, e obter immediato triumpho, como nas occasiões precedentes; porém, como assim não succedesse, o general e o corpo de officiaes recusaram, assustados talvez deante da responsabilidade de um levante completamente mallogrado e da guerra civil; e, depois de algumas negociações, voltaram os batalhões portuguezes á obediencia, sob a condição de não serem desarmados.

Porém, essa submissão chegou tarde demais para fazer esquecer o que havia acontecido; a hostilidade contra os soldados portuguezes chegou agora ao mais alto grau, e, sem o mais sério perigo para a paz pública, não se lhes podia permitir o regresso aos quartéis, a continuação de sua estada na cidade.

D. Pedro, por isso, para tranquillizar o povo, ordenou immediatamente á Divisão Auxiliar que saísse da cidade e fôsse acampar á outra margem da bahia do Rio de Janeiro, na Praia Grande (Niterói), onde devia permanecer, até que se concluíssem os preparativos para o seu embarque e repatriação; ella obedeceu e tomou no mesmo dia a posição indicada.

Ao mesmo tempo, cuidou o principe regente de garantir a cidade contra possível volta e ataque repentino: ás embarcações de guerra, ancoradas no porto, elle recommendou a mais severa vigilancia; tambem, no lado de terra, a meio caminho entre o acampamento portuguez e as portas da cidade, mandou elle estabelecer as tropas provinciaes e a milicia; e finalmente, ainda a 12 de Janeiro, sollicitou dos governos provinciaes de São Paulo e Minas Geraes reforços armados.

De facto, era o estado de cousas muito crítico; a Divisão Auxiliar, no primeiro momento de contrição, havia condescendido com a transferencia para a Praia Grande; porém, apenas alli chegou, de nôvo reapareceu o espirito de insub-

ordinação, mais aggravado ainda pela indignação por haverem cedido deante das tão menosprezadas tropas nacionaes. As ordens do principe regente e do seu ministro da guerra fôram publicamente desrespeitadas, e, por fim, quando estavam promptas as embarcações para recebe-los, negaram-se os Portuguezes, sob diversos pretextos, a ir para bordo; correu o boato de que elles queriam ficar até á chegada do destacamento de tropas que se esperava de Lisbôa e então, reunidos a estas, tirarem vingança da vergonha soffrida.

Póde-se imaginar que impressão isso produziu no Rio de Janeiro; do seu lado, era impossivel a d. Pedro soffrer que uma tropa de soldados offerecesse resistencia dêsse modo á sua auctoridade e fizesse perigar todo o resultado de seus exforços, para a manutenção da paz e união do reino; assim, resolveu obrigar os amotinadores a partirem, si fôsse preciso com emprego de fôrça.

Depois de lhes haver repetido, a 30 de Janeiro e numa proclamação de 1º de Fevereiro, a ordem de embarque, foi prohibida, com o maximo rigor, qualquer communicacão ou fornecimento de viveres ao acampamento portuguez (2 de Fevereiro); ameaçada assim de morrer de fome, prometeu a Divisão Auxiliar obedecer, com a condição de lhe ser concedido o adeantamento de tres mezes de soldo, por despedida. Porém, agora continuando, apesar de tudo, a demora, foi dom Pedro para bordo de uma fragata ancorada no porto, de onde mandou chamar a officialidade e declarou-lhe que, si ao romper do sol no dia seguinte, não começassem a embarcar, como elle determinara, não lhes daria quartel, abriria as hostilidades por terra e por mar (9 de Fevereiro). Isto produziu effeito; no dia 10, ao romper do dia, elles começaram a embarcar, como havia sido ordenado, e a 15 de Fevereiro de 1822 saiu barra a fóra a esquadra de transportes, que levava a Divisão Auxiliar do Rio de Janeiro.

★ ★ ★

D. Pedro não poderia ter procedido de outro modo; elle tivera que sacrificar a rebelde Divisão Auxiliar, para manter o bom entendimento com a população brasileira, e, por elle proprio, diligenciar tão sollicito no afastamento della, conseguiu firmar ainda mais a sua popularidade; porém com isso abria mão do contrapêso contra a pressão que de outro lado era exercida sobre elle, e agora não lhe restava mais

outro alvitre, não associar-se francamente ao movimento nacional.

Já elle havia antecipado essa necessidade, chamando, a 16 de Janeiro de 1822, o mais eminente personagem do partido nacional, José Bonifacio de Andrada, de São Paulo, para o seu ministerio, e confiando-lhe as pastas do interior, da justiça e dos estrangeiros; alguns mezes depois, tambem o irmão delle, Martim Francisco, assumiu o cargo de ministro da fazenda; e a influência conjuncta desses dous irmãos, que já se baseava nas provincias vizinhas na sua posição pessoal, porém alcançava ainda muito mais longe pôr sua íntima ligação com sociedades políticas secretas, dominou completamente o gabinete de d. Pedro e a subsequente marcha dos acontecimentos.

Tal era o estado das cousas no Rio de Janeiro; com o apoio das duas provincias vizinhas, adquiriram base mais consideravel. Ainda quando se tractava de afastar a Divisão Auxiliar, apresentaram-se duas deputações, a primeira de São Paulo, tendo José Bonifacio de Andrada como chefe (26 de Janeiro), de sorte que elle poudé logo assumir o cargo que lhe era confiado no ministerio; a segunda, vinda de Minas Geraes, da qual era chefe o vice-presidente da juncta provincial, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos (15 de Fevereiro de 1822); ambas essas deputações traziam representações escriptas e deviam protestar contra a partida de dom Pedro; protestos que, ao saberem da resolução de ficar, mudaram-se em alegre applauso.

Todavia, não era tudo; retendo dêsse modo o principe regente, como chefe commum, de direito, de todas as provincias brasileiras, exprimiam ambas essas representações claramente a idéa de que importava collocar juncto dêsse poncto central monarchico da unidade brasileira uma representação popular, afim de, por um lado, estabelecer entre as diversas provincias mais ligação e interesse mutuo, por outro lado adquirir mais força perante Portugal.

A deputação paulista lembrou a creação de uma juncta de deputados provinciaes; a de Minas Geraes referia-se mesmo a côrtes constituintes. A cousa era arriscada; constituir por sua propria auctoridade uma tal representação brasileira, seria attribuir-se as mais altas prerogativas de soberania; e, mais que tudo, mais do que mesmo a última consummada desobediencia, as côrtes de Lisbôa haviam de melindrar-se, quando se ameaçasse de oppôr-lhes a concorrência

de uma assembléa nacional; Andrada, de quem provavelmente primeiro partiu essa idéa e a quem competia agora, como ministro recém-nomeado, realiza-la, julgou por isso mais aconselhavel proceder com prudencia e dar á nova representação popular a simples fórma de um Conselho de Estado.

Um decreto do principe regente, tambem firmado por Andrada, que foi publicado no dia immediato ao da partida da Divisão Auxiliar (16 de Fevereiro de 1822), installava um Conselho de Procuradores Geraes das provincias do Brasil, com precedencia sôbre todas as outras corporações públicas. Nesse conselho, devia representar-se cada uma das provincias, conforme o tamanho e importancia, por um, dous, ou tres procuradores geraes, que eram eleitos, segundo o modo estabelecido para as eleições de deputados, e por outro lado, no caso de não desempenharem devidamente as suas obrigações, poderiam ser exonerados de seus cargos e substituidos, por decisão dos seus circulos eleitoraes; além disso, eram concedidos aos ministros voto e assento nesse conselho, assim como era reservada ao principe regente a presidencia, bem como a convocação.

Finalmente, quanto ás suas attribuições, eram ellas bastante limitadas: os procuradores deviam dar seu conselho, mas somente quando pedido, sôbre os mais importantes negocios do Estado, especialmente nos planos de reformas, bem como "propôr, discutir e deliberar sôbre os negocios mais interessantes das suas provincias, formando projectos peculiares e accommodados ás suas localidades e urgencias".

Recommendava-se a todas as auctoridades provinciaes providenciassem para que fôsses immediatamente verificadas as necessarias eleições, e, logo que estivessem reunidos os procuradores, pelo menos de tres provincias, deveria entrar o conselho no exercicio de suas funcções.

Todavia, para isso, ainda havia vagar; pois nas provincias do Norte, onde mesmo era contestada a auctoridade do principe regente, o decreto não chegou á execução; e nas provincias do Sul, Minas Geraes, São Paulo e São Pedro, as eleições demoraram mezes, de sorte que os procuradores geraes eleitos pelo Rio de Janeiro debalde esperaram pela chegada de outros collegas. Somente da longinqua Montevidéu chegou um deputado, porém, só de passagem, pois elle havia sido eleito para tomar assento nas côrtes de Lisboa;



deixou-se elle, entretanto, facilmente convencer, para, em vez disso, ficar no Rio e apresentar-se mesmo como procurador geral de sua patria, a recém-adquirida provincia brasileira Cisplatina (princípio de Março de 1822).

Num dos dias seguintes (9 de Março), appareceu á barra do Rio de Janeiro a esquadra portugueza, cuja vinda estava desde muito annunciada e esperada; conduzia a divisão de tropas que devia servir para reforçar ou para substituir a Divisão Auxiliar, consoante a resolução das côrtes.

Depois do que havia acontecido recentemente, o govêrno de d. Pedro, mesmo que o quizesse, não poderia, sem correr o maior risco, receber uma nova guarnição portugueza no Rio, tanto menos porque era de suppôr que desta vez houvessem sido dadas ao commandante superior portuguez instrucções de completa independencia perante as auctoridades brasileiras.

Mandou-se, por isso, logo ordem á esquadra de fundear fóra da barra; sómente fôram chamados á terra ambos os commandantes superiores, o da frota e o das tropas de desembarque; o proprio d. Pedro declarou-lhes que, antes de tudo, elles deviam prometter por escripto incondicional obediencia a elle principe regente, não obstante quaesquer instrucções contrárias que tivessem, e os officiaes, que não cusavam offender o principe herdeiro da corôa, conformaram-se com essa exigencia.

No dia immediato, entraram os navios e ancoraram sob os canhões das fortalezas, todavia somente para curta demora necessaria; não se permittiu desembarque, ao passo que os officiaes portuguezes não tiveram remédio sinão consentir em que se recrutassem entre as suas tropas soldados para os regimentos brasileiros.

Depois de haverem por este modo seiscentos homens trocado o serviço portuguez pelo brasileiro, e por outro lado haverem se abastecido os navios de viveres e agua, teve a esquadra que levantar ferros e voltar para Portugal (24 de Março).

★ ★ ★

Durante esses successos no Rio de Janeiro e nas provincias do Sul de igual politica, era tambem o Brasil central e do Norte theatro de importantes acontecimentos.

Sabe-se que todas essas provincias, da Bahia para cima, franca ou tacitamente repelliam a auctoridade do principe regente; a ordem para seu regresso, dada pelas côrtes, a sua resolução de ficar, e a instituição de um nôvo ministerio, bem como de um conselho de procuradores geraes, nada de tudo isso impressionou aqui directamente, embora a notícia dos factos, ao se espalhar ao longe, pouco a pouco, contribuisse grandemente para promover e fortalecer o movimento nacional brasileiro, que por toda parte se patenteava.

Nas provincias do Norte, a tranquillidade, de resto, não havia sido ainda sériamente perturbada: os elementos brasileiros e os portuguezes, nas junctas dos govêrnos e no povo, conviviam, si não amigavelmente, ao menos em paz, e a execução de muitos dos decretos das côrtes não esbarrava em obstaculo algum; assim se installaram num e noutro poncto, sem difficuldade, os novos commandantes militares, somente responsaveis perante o ministerio de Lisbôa, mesmo pequenas guarnições portuguezas.

Outro era o caso nas provincias centraes, onde, em ambos os portos, Pernambuco e Bahia, o antagonismo nacionalista já estava em maxima tensão, e, de facto, tambem alli a hostilidade visava, sobretudo, ás tropas da guarnição portugueza, com as quaes já no fim do anno precedente se haviam dado sangrentos attritos e combates de rua.

Agora, rebentava na Bahia formal guerra civil. Foi que, a 14 de Fevereiro, havia alli chegado um decreto de Lisbôa que, pela preterição do geralmente estimado então commandante, investia no commando supremo a um official mais moço, o general Madeira; porém este, por sua energia sem contemplações e seu modo de pensar ultra-portuguez, era tão malquisto, quanto temido. Por isso, quando elle quiz assumir o commando e os batalhões portuguezes se reuniram em tôrno de sua bandeira, as tropas brasileiras francamente lhe recusaram a obediencia (16 de Fevereiro).

Isso deu logar a combate encarniçado nas ruas, que durou tres dias, 18, 19 e 20 de Fevereiro; afinal, tiveram as tropas nacionaes, completamente vencidas, que se retirar da cidade de Salvador.

Ficava, agora, o general Madeira senhor absoluto na cidade, e, si elle não julgou, em todo caso julgaram os residentes portuguezes e as côrtes de Lisbôa que isso fôsse uma grande vantagem, cheia de consequencias; porém, em breve se desenganaram; elles iam aprender, como o haviam

aprendido em seculo anterior os Hollandezes, que, num paiz meio selvagem como o Brasil, a posse de uma capital e de um porto era cousa pouco decisiva. Pois, o resto das tropas nacionaes dispersadas reuniu-se de nôvo, dentro de algumas semanas; acudiu em grande número em tôrno dellas a milicia, inflammada pelo odio antigo e recente; e assim acampava, em breve, juncto das muralhas de São Salvador, um corpo de assedio brasileiro, que, fraco demais para fazer perigar a cidade, era todavia bastante forte para cortar-lhe toda communicação com o interior.

Assim, o triumpho, que os Portuguezes haviam alcançado na cidade, proporcionou ao partido nacional completo predominio no interior da Bahia. E, o que era mais importante, os chefes dêsse partido comprehendiam agora, uma vez que se achavam empenhados em guerra aberta, a necessidade de procurar um apoio qualquer; e onde melhor poderiam acha-lo do que no Rio de Janeiro?

Assim, tractaram de entrar alli em ligação, e por esse meio facilitaram pouco a pouco ao govêrno de d. Pedro extender a sua auctoridade tambem sôbre a provincia da Bahia.

Na vizinha provincia de Pernambuco correram as cousas mais pacificamente. Aqui era a tropa portugueza de guarnição muito mais fraca, apenas um batalhão, e não podia offerecer resistencia á aversão unanime do povo e do exército; ante as representações da juncta do govêrno, havia a guarnição, depois de algumas negociações, embarcado voluntariamente para Portugal; e, pouco depois, tambem aqui, como havia acontecido no Rio de Janeiro, se conseguiram repatriar amigavelmente as tropas que appareceram no porto para substituir a guarnição (Março).

Com isso, estava Pernambuco definitivamente livre da occupação estrangeira, não havia perigo algum imminente a recear. Nestas circumstâncias, como se pôde imaginar, estava o govêrno provincial tanto menos inclinado a renunciar á sua situação independente, a qual havia até então conservado, em face dos govêrnos de Lisbôa e do Rio de Janeiro. Todavia, ao mesmo tempo a Bahia dava um exemplo de advertencia sôbre os perigos da desunião, e secretamente actuavam diversos agentes do govêrno de d. Pedro, com incansavel zêlo; de sorte que resultou na opinião pública um completo reviramento contra essas veleidades particularistas.

A 1º de Junho de 1822, declararam-se povo e soldados e, obrigados por estes, tambem a juncta provincial, em favor

da adhesão ao Rio de Janeiro; solennemente se proclamou a autoridade do principe regente; e o exemplo de Pernambuco, pelas seguintes semanas, repercutiu nas pequenas provincias da Parahiba, Rio Grande do Norte, e mesmo até no Ceará.

★ ★ ★

Lancemos agora um olhar para Lisbôa, onde ainda continuavam os deputados portuguezes e brasileiros, nas sessões das côrtes, a occupar-se, uns e outros, especialmente com as deliberações sôbre a futura Constituição dos Reinos Unidos. Está claro que nessa occasião os deputados brasileiros procuravam ardorosamente assegurar o bem de sua propria Patria, e não cessavam de chamar a attenção para a ameaçadora disposição dos espiritos alli; porém só encontravam ouvidos surdos. Si bem que, desde o decreto provisorio de 29 de Setembro de 1821, nada de definitivo ficara resolvido, contudo repetiam-se continuamente, na tribuna e nos relatorios das commissões, os propositos de recolonização.

Sómente em Março de 1822, ás notícias do que havia acontecido no Rio e na Bahia, ficou um tanto cautelosa a maioria portugueza. Não só se assentou então em prolongar provisoriamente a estada do principe regente no Brasil, em prorogar o mandato das auctoridades centraes alli em função, como tambem se começou a considerar si não seria aconselhavel, por occasião da nova organização política definitiva, estabelecer alli uma regencia, como poder central. Todavia, contra isso se levantaram muitas vozes, que queriam a união directa das differentes provincias com Lisbôa.

E, quando afinal se puzeram de accôrdo, foi quanto possivel reduzida nos respectivos paragraphos a auctoridade da futura regencia brasileira; tambem ella não devia ter o concurso de assembléa alguma nacional, de nenhum órgão legislativo; porém as côrtes de Lisbôa, portanto uma maioria absolutamente portugueza, reservavam-se tambem para o futuro o exclusivo direito de dar leis ao Brasil. Pequenas concessões desta ordem, como as que se fôram dando no correr do verão de 1822 (até 23 de Setembro), quando os trabalhos da Constituição do Reino Unido se completaram, ainda um anno antes poderiam ter servido para socegar o Brasil; agora, quando alli a torrente da opinião pública impellia para a organização política completamente independente, em todo caso conservando a união pessoal

portugueza, já chegavam muito tarde demais; e as notícias que vinham, no tocante ás negociações e resoluções, só serviam para ainda mais irritar os patriotas brasileiros de sangue esquentado.

E ainda mais contribuíram igualmente nesse sentido algumas outras medidas.

Primeiro que tudo, tomou-se muito a mal, quando, em vista das hostilidades que começavam, o gabinete de Lisboa prohibiu com o maximo rigor a exportação de armas e munições para o Brasil, e disso notificou officialmente a todos os portos amigos da Europa (Fevereiro até Março de 1822); via-se nisso, como exprimiu o teor de um manifesto no Rio, "o préludio de uma declaração de guerra, motivada por nossa resistencia contra o systema da recolonização".

Não menor desgosto produziu o haver-se discutido nas côrtes a respeito de entabolar negociações com a Espanha sobre a troca da Provincia Cisplatina (Banda Oriental) pela velha cidade portugueza de Olivença. Na verdade, era a idéa muito natural, pois, como se sabe, havia d. João VI, no seu tempo, de certo modo conservado a Banda Oriental como senhor por Olivença, que os Espanhóes occupavam obstinados, apesar da estipulada restituição; porém, aos Brasileiros pareceu como si a tenção fôsse mutilar o corpo do seu imperio e enfraquece-lo.

E a isso accrescentaram-se outros boatos mais desastrosos; falava-se no Rio de Janeiro que as côrtes e o gabinete de Lisboa negociavam com a corôa da França sobre cooperação armada, para supplantar uma eventual revolução brasileira, e, como preço de tal serviço, haviam offerecido uma cessão parcial da Guiana Brasileira (provincia do Pará); identicas negociações estavam tambem em andamento com a Inglaterra, e a esta potencia, pelo mesmo serviço, promettiam-se a prorogação e ampliação do vantajoso tractado de commercio de 1810.

Sob a impressão de taes boatos e notícias, chegou ao seu auge no Rio de Janeiro a irritação longamente alimentada contra as côrtes de Lisboa; agora não se queria mais ouvir falar nellas, não se admittia mais que tivessem auctoridade sobre o Brasil, e sempre mais alto se exigia uma assembléa representativa propriamente nacional.

Além disso, retumbava a cidade de preparativos de guerra; precisamente agora, os acontecimentos da Bahia haviam produzido a mais profunda impressão; era preciso soccorrer os patriotas bahianos contra os tyrannos extran-



geiros, e a esse respeito eram todos unanimes; e, enquanto o govêrno fazia os preparativos para uma expedição, voluntarios sem conta acudiam ás bandeiras.

No meio dessa agitação, havia o principe regente provisoriamente saído da sua capital, pois acontecimentos suspeitos haviam-no chamado á vizinha provincia de Minas Geraes. A juncta provincial dalli, como já se mencionou, logo depois de installada, tinha revelado certas ambições particularistas, porém, em breve, ao exemplo de São Paulo, de nôvo se havia chegado para a regencia do Rio, e ainda recentemente mandára saudar d. Pedro por uma deputação (15 de Fevereiro); agora, entretanto, voltavam-lhe as antigas veleidades e comportava-se como inteiramente independente.

A' primeira noticia dêsses factos, havia seguido o principe regente para Minas Geraes, afim de firmar alli a sua auctoridade (25 de Março); só, sem acompanhamento militar, elle transpôz os limites, e, por demonstrar dêsse modo tão generosa confiança, conquistou os corações dos Mineiros; a revolta calou-se deante do júbilo com que o povo saudou o principe; sem encontrar opposição em parte alguma, elle chegou, a 9 de Abril, á capital da provincia, Villa Rica de Ouro-Preto, e fez alli estabelecer um nôvo govêrno provincial, seguro, em lugar do existente de até então, govêrno que lhe garantiu dahi em deante a adhesão dessa importante provincia.

★ ★ ★

A 25 de Abril, regressou d. Pedro ao Rio de Janeiro, onde encontrou tudo na maior agitação e viu que a fôrça premente das circumstâncias lhe traçava decisivo modo de conducta. Ao passo que de um lado fazia zelosas diligencias para activar os preparativos de soccorro á Bahia, escrevia ao mesmo tempo para Lisbôa, ao seu augusto pae, em 28 de Abril, recommendando com termos fortes as actuaes exigencias do povo: "Peço a vossa magestade que mande apresentar esta ás côrtes geraes, para que ellas saibam que a opinião brasileira, e a de todo homem sensato que deseje a segurança e integridade da monarchia, é que haja aqui côrtes geraes do Brasil, com attribuições legislativas, e, assim, ou as côrtes geraes do Reino Unido em Lisbôa

nos concedem de bom grado, as nossas particulares, ou, então, eu mesmo as convoco”.

De facto, pôde ser que d. Pedro assim resolvesse, como se pôde deprehender das expressões dessa carta; talvez também fôsse propensão de seu ministro Andrada dar ás côrtes de Lisboa um prazo para resolverem; o povo do Rio de Janeiro era, porém, de outra opinião; e, antes mesmo que essa carta pudesse ter chegado a Portugal, já havia o povo conseguido o seu intento, sem tumultos, por meio de simples manifesto e discursos, não tendo o govêrno de d. Pedro nem poder nem vontade para offerecer-lhe resistencia.

Primeiramente, quando, a 13 de Maio, dia do anniversario do reinante d. João VI, o principe regente recebia, em nome de seu augusto pae, os cumprimentos de praxe, appareceu tambem o senado da cidade na audiencia, e, apresentando-se como órgão da capital e da provincia de igual nome e de todo o reino do Brasil, traduziu o desejo de que, em consideração aos imminentes perigos, dos quaes eram prenuncios os successos na Bahia e a prohibição de importação de armas, se dignasse d. Pedro, para proclamar a sua firme resolução e para socêgar os animos em geral, assumir o título de “protector e defensor perpétuo do Brasil”.

“O titulo que este povo leal e generoso me offerece — foi este o teor da propria resposta de d. Pedro, segundo elle mesmo a registou — honra-me sobremaneira e enche-me de orgulho; contudo, não o posso acceitar dêsse modo. O Brasil não precisa da protecção de ninguem; elle mesmo se protege. Porém, acceito o título de “defensor perpétuo”, e juro provar-me digno d'elle, enquanto correr uma gotta de sangue nas minhas veias”.

Incontinenti foi redigida e publicada a declaração; de igual modo foi publicado segundo documento, no qual assignaram as auctoridades civis e militares da cidade, declarando o seu reconhecimento e homenagem; e os numerosos votos de felicitações, que em breve começaram a chegar, de perto e de longe, provaram que o nôvo título havia causado em geral boa impressão.

De importancia ainda maior foi a occorrença de 23 de Maio. Apresentou-se, de novo, o senado da cidade do Rio de Janeiro em palacio, para entregar ao principe regente, em solenne audiencia, um manifesto que nas últimas semanas

havia circulado na capital e estava coberto de numerosas assignaturas.

Tal qual todas as outras actas da época, usava também esta, datada de 20 de Maio, de linguagem tão empolada quanto energica, e manifestava-se não sómente em nome da capital, onde havia sido redigida, porém, ao mesmo tempo, em nome daquellas provincias todas que reconheciam a auctoridade de d. Pedro — conforme os seus termos, em nome das “Provincias Colligadas”, Rio de Janeiro, São Paulo, São Pedro e Cisplatina.

Depois de uma longa enumeração de todas as queixas, eram nella renegados formalmente o Congresso dos Reinos Unidos e as côrtes de Lisbôa, porque faltaram, de muitos modos, para com o Brasil e toda a nação, contra os principios da moral, da egualdade, da natureza, da politica e da razão, e declarava que o soberano Reino do Brasil queria cassar as suas delegações de plenos poderes da sua soberania.

“O Brasil deseja conservar a união com Portugal, sujeito a um rei commum a ambos; porém, o espaço immenso que os separa, a diversidade de elementos e interesses de ambos os povos tornam impossivel doravante um congresso legislativo em commum, porque o mesmo lançaria o germe da morte na felicidade do Brasil”. Por isso,urgia que o principe regente convocasse immediatamente ao Rio de Janeiro uma “assembléa geral” de deputados de todas as provincias brasileiras, para que esta exercesse o poder legislativo para o Brasil e resolvesse sôbre as justas condições e as fórmias sob as quaes o Brasil deveria permanecer unido a Portugal.

“O Brasil, no meio das nações independentes — assim concluia o manifesto, referindo-se ás colonias espanholas separadas — não póde conservar-se colonialmente sujeito a uma nação remota e pequena, sem fôrças para defende-lo, e ainda menos para conquista-lo. As nações do universo têm sôbre nós e sôbre ti os olhos, principe; de ti depende que appareçamos deante dellas como rebeldes, ou como homens livres e dignos de o ser”.

“Tu já conheces os bens e os males que te esperam e á tua posteridade... Queres ou não queres? Resolve, senhor!”

E no mesmo sentido foi o discurso com que o presidente do conselho municipal entregou esse manifesto; principalmente, elle repetiu com mais fôrça o que já mezes antes as deputações de São Paulo e Minas Geraes haviam significado: “Como remédio unico, a convocação de uma assembléa

geral era imprescindível, para restabelecer e fortalecer a unidade do Brasil, a união de todas as provincias; só ella podia manter a união com Portugal”.

Portanto, uma simples união pessoal com Portugal, e uma regencia propria, uma assembléa legislativa constituinte, eram esses os principios basicos do programma politico para o Brasil, como agora o Rio de Janeiro definitivamente o formulava.

Si elle era pouco do agrado do povo portuguez, em todo caso os interesses dynasticos da casa de Bragança ficavam garantidos, e d. Pedro, já desde muito, sem dúvida, devia ter-se habituado a essas idéas. Assim respondeu elle ao conselho municipal: “Fico sciente da vontade do povo do Rio, e, tão depressa saiba a das mais provincias, ou pelas camaras ou pelos procuradores geraes, então immediatamente me conformarei com o voto dos povos dêste grande, fertil e riquissimo reino”.

★ ★ ★

Certamente era muito justa tal cláusula, porém executá-la á letra seria demorado e em parte impossivel; difficilmente, tambem, esperaria o Rio de Janeiro tanto tempo. Foi preciso, por esse motivo, contentar-se com um simples subterfugio: um decreto do principe regente, de 1º de Junho, convocava para uma sessão no dia seguinte todos os procuradores geraes já eleitos, e presentes no Rio de Janeiro. De facto, pelo texto do decreto instituidor, de 16 de Fevereiro, era necessario que estivessem reunidos, pelo menos, os procuradores de tres provincias, para que o conselho entrasse no exercicio de suas funcções, e estavam presentes, além de ambos os procuradores geraes do proprio Rio de Janeiro, apenas um, duvidosamente auctorizado, o de Montevidéo; todavia, a urgencia das circumstancias desculpava essa deficiencia; e, assim, constituiu-se o Congresso Nacional, a 2 de Junho, com os tres procuradores geraes e os ministros, sob a presidencia do proprio d. Pedro.

Depois de haverem todos jurado fidelidade á religião catholica romana, á casa real de Bragança e ao principe regente, e em seguida prestado o compromisso de sustentar a soberania e integridade do Brasil, abriu d. Pedro a sessão com um discurso no qual elle saudava os deputados presentes e requeria o seu conselho, em relação á situação politica.

No dia seguinte, na segunda sessão, recebeu como resposta uma representação dos procuradores geraes, na qual estes se associavam sem reservas aos desejos do povo do Rio de Janeiro, e propunham a immediata convocação de uma assembléa geral. E, logo em seguida “á representação dos procuradores geraes de algumas provincias do Brasil e de differentes camaras e povo de outras”, — que assim resumia o proprio decreto, — foi ainda avisado no mesmo dia, 3 de Junho de 1822, pelo ministro de Estado José Bonifacio de Andrada, deixando para ulterior regulamentação os pormenores a respeito das eleições e outros, — convocava-se uma “assembléa geral constituinte e legislativa”, composta dos deputados das provincias do Brasil, e essa assembléa, conforme se propuzera, seria revestida com a parte de soberania que compete ao povo dêste continente, e incumbir-lhe-ia determinar os principios sôbre os quaes se haveria de fundar, de um lado, a independencia do Brasil, e, de outro, a tão desejavel união com os mais ramos da grande familia portugueza.

Póde-se imaginar o júbilo com que foi acolhido esse decreto; voltou de nôvo o Senado da Camara, para exprimir, com superabundancia de palavras, os seus agradecimentos; o povo e as tropas da capital renovaram o juramento de fidelidade ao principe; mesmo se chegou a falar em acclama-lo “rei do Brasil”, e a seu pae, o rei d. João — “imperador dos Reinos Unidos de Portugal, Brasil e Algarves”; e o proprio d. Pedro, quando a 19 de Junho informava a seu pae, declarava-se prompto, naturalmente de preferencia com sua licença, a acceitar esse titulo.

Egualmente nessa mesma carta de 19 de Junho de 1822, declara decisivamente, no seu nome e no do Brasil, que não obedecerá ás côrtes de Lisbôa: “O Brasil, senhor, ama a vossa magestade, — diz elle, — reconhece-o e sempre o reconheceu como seu rei; foi sectario das maldictas côrtes, por desgraça ou felicidade (problema difficil de decidir-se); hoje, não só as abomina e detesta, mas não lhes obedece, nem lhes obedecerá mais, nem eu consentiria em tal, o que não é preciso, porque de todo não querem sinão as leis de sua assembléa geral constituinte e legislativa”.

Resta saber si nestas duras palavras, — e não são as mais duras de que elle se serviu contra as côrtes, — d. Pedro, o principe educado no absolutismo, não expandiu o mesmo odio que animava outros membros da casa de Bragança, e que no anno seguinte motivou a contra-revolução portugueza.



Em todo caso, com estas palavras elle exprimia os sentimentos do Rio de Janeiro e de todo o partido nacional brasileiro; era uma declaração de independencia do Brasil, não do rei, porém das côrtes e do povo portuguez.

★ ★ ★

Até aqui haviam as cousas sido bem succedidas, quando o govêrno de d. Pedro, cujo influxo e actividade se haviam limitado até então sómente ás provincias do Sul, começou a tomar em séria consideração tambem as provincias ao Norte. Si d. Pedro rompera com as côrtes, que então eram ainda todo-poderosas, com isso compromettendo a sua posição de principe herdeiro presumptivo, a sua herança de Portugal, interessava-lhe tanto mais assegurar para si todo o Brasil; importava, portanto, reunir em tórno de sua bandeira as provincias dispersas, afastar do paiz os elementos ameaçadores nacionaes portuguezes.

Já desde algum tempo se haviam entabolado, para esse fim, relações, primeiramente com as provincias centraes, e justamente então chegava a notícia de um importante exito: a 1.º de Junho havia Pernambuco reconhecido, por uma resolução do govêrno, do povo e do exército, a auctoridade de d. Pedro, e estava a caminho uma deputação, para trazer ao Rio a sua homenagem.

Tambem os Bahianos almejavam associar-se ás provincias colligadas do Sul; porém, elles vinham supplicando soccorro, pois a sua capital e porto estavam nas mãos do general portuguez Madeira e do partido ultra-portuguez; e, si bem que tivessem estabelecido cerco contra Salvador, sentiam-se impotentes por suas proprias fôrças a leva-lo avante com successo.

D. Pedro não tardou a tomar medidas em seu favor: a 15 de Junho expediu, como herdeiro presumptivo da corôa e principe regente, uma carta régia ao general Madeira, na qual elle lhe ordenava que embarcasse immediatamente com todas as tropas portuguezas para fóra da Bahia, para a Europa; elle proprio ficaria responsavel perante seu augusto pae por essa medida indispensavel ao interesse da tranquillidade do Brasil. Segunda carta do mesmo dia ordenava á juncta provisoria do govêrno que preparasse as necessarias embarcações, sobretudo favorecesse e apressasse de todo modo o regresso de Madeira.

E, dous dias depois, a 17 de Junho, foi publicada uma proclamação, na qual o principe regente convidava os seus

"amigos Bahianos" a associarem-se lealmente ás provincias colligadas e demonstrarem a velha intrepidez brasileira. E' possivel que esse appêllo cooperasse de modo importante para estimular o corpo de bloqueio do Salvador e abafar os ultimos pruridos particularistas; tanto menor impressão produziu a carta régia; o general Madeira, apoiado nas instrucções que havia recebido, negou-se francamente a obedecer: elle devia conservar a Bahia, e havia de fazê-lo, até nova ordem de Lisboa.

E, mais ou menos ao mesmo tempo que essa repulsa, chegava ao Rio de Janeiro a noticia de que as côrtes de Lisboa, em extremo irritadas, haviam resolvido e preparado novas remessas de tropas. Então, chegavam as cousas ao extremo: d. Pedro, como principe regente e defensor do Brasil, considerando que seu augusto pae, d. João VI, estava prisioneiro, sem vontade propria, nas mãos das côrtes, declarou francamente ao govêrno de Lisboa que lhe recusava obediencia e que ficavam rotas as relações officiaes; fazia-o agora, não mais numa simples carta particular, como a 19 de Junho, porém em dous documentos officiaes, ambos de 1º de Agosto; e, ao passo que num e noutro manifestava a sua vontade de manter de pé, não sómente no momento, a amizade e as relações commerciaes entre Brasil e Portugal, mas, igualmente para assegurar os vinculos políticos de união pessoal, elle declarava, de modo mais decisivo e energico, que estava preparado para a defesa, e resolvido a não mais aturar soldados portuguezes no sólo brasileiro.

São estas, em summa, as idéas mestras em ambos esses documentos de 1º de Agosto de 1822; entretanto, por sua decisiva importancia, havemos de examinar cada um de per si. O primeiro delles, um decreto dirigido a todas as auctoridades civis e militares, ordenava que se tractasse immediatamente de fortificar todos os portos brasileiros e de exercer nelles a mais estricta vigilancia; tropas portuguezas, que chegassem, deveriam ser impedidas de desembarcar, e, logo que se lhes fornecessem todos os mantimentos, deveriam dar volta; no caso de não quererem as dictas tropas obedecer a estas ordens, e que ousassem desembarcar, devoriam ser rechassadas com armas na mão, por todas as fôrças e meios; si, apesar de todos esses exfôrços, não se lograsse exito, ficava recommendado aquelle systema barbaro de guerra, que nos paizes semi-selvagens nunca falha: os habitantes, que se retirassem de seus domicilios, levando para

o interior todos os seus teres e haveres, todos os mantimentos e boiadas, e de lá fizessem inexorável guerra de guerrilhas contra os invasores, até os aniquilar.

O segundo documento era um "Manifesto aos Povos do Brasil", assignado por d. Pedro e redigido por um dos procuradores geraes do Rio de Janeiro, Joaquim Gonçalves Ledo.

"Está acabado o tempo de enganar os homens". Com estas palavras, emprestadas de uma proclamação do tempo da Revolução franceza, começa o extenso documento: "Os govêrnos, que ainda querem fundar o seu poder sôbre a pretendida ignorancia dos povos ou sôbre antigos erros e abusos, têm de ver o colosso de sua grandeza tombar da fragil base sôbre que se erguera outr'ora. Foi por assim o não pensarem que as côrtes de Lisbôa forçaram as provincias do Sul do Brasil a sacudir o jugo que lhes preparavam; foi por assim pensar que eu agora (o principe regente) já vejo reunido todo o Brasil em tôrno de mim, requerendo-me a defesa de seus direitos e a manutenção da sua liberdade e independencia. Cumpre, portanto, ó Brasileiros, que eu vos diga a verdade: ouvi-me, pois!"

Em longas phrases proseguia o manifesto, recapitulando as agitações de até então, dizendo os erros commettidos por Portugal e as côrtes, o que se havia conseguido á custa de exforços, para depois descrever com as mais brilhantes côres a nova éra, que a abertura das assembléas geraes constituintes iniciaria para o Brasil.

"Accordemos, pois, generosos habitantes dêste vasto e poderoso imperio! Está dado o grande passo da vossa independencia e felicidade, ha tanto tempo preconizadas pelos grandes publicistas da Europa. Já sois um povo soberano, já entrastes na grande sociedade das nações independentes, a que tinheis todo o direito. E a vossa augusta assembléa, com mão segura, fundará a nova organização do Estado".

"Não temaes as nações estrangeiras: a Europa, que reconheceu a independencia dos Estados Unidos da America e que ficou neutra na lucta das colonias espanholas, não pôde deixar de reconhecer a do Brasil, que com tanta justiça e tantos meios e recursos procura tambem entrar na grande família das nações".

"Que vos resta, pois, Brasileiros? Resta-vos reunir-vos todos em interesses, em amor, em esperanças".

"Não se ouça, pois, entre vós outro grito que não seja "união". Do Amazonas ao Prata não retumbe outro écho que não seja "independencia". Formem todas as nossas

provincias o feixe mysterioso que nenhuma fôrça pôde quebrar. Desappareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer provincia ou de qualquer cidade! Deixae, ó Brasileiros, que obscuros blasphemadores soltem contra vós, contra mim, injurias, calumnias e baldões; deixae que digam que attentamos contra Portugal; deixae que clamem que nos rebellamos contra o nosso rei; elle sabe que o amamos como a um rei cidadão! Deixae que vozeiem, querendo persuadir o mundo de que quebramos todos os laços de união com os nossos ermãos da Europa; não, nós queremos firmar em bases solidas essa união!"

E, na conclusão do manifesto, dirigia-se d. Pedro a cada uma das provincias: aos Bahianos, a quem assegura o seu compadecimento e auxilio e estimula-os a combater sem treguas contra as tropas portuguezas, "esses monstros que se sustentam do vosso sangue"; aos Mineiros e Pernambucanos, para quem appella, afim de voarem em soccorro da Bahia; finalmente, aos habitantes do Norte, Ceará, Maranhão e Pará, a quem elle convida a adherirem ás provincias colligadas. "Brasileiros em geral! reunamo-nos! Sou vosso compatriota, sou vosso defensor; a minha felicidade reside na vossa felicidade; é minha glória reger um povo brioso e livre. Dae-me o exemplo das vossas virtudes e da vossa união. Serei digno de vós!"

Assim concluia o manifesto aos povos do Brasil (1º de Agosto de 1822). Alguns dias depois, 6 de Agosto, publicou d. Pedro segundo manifesto, a todos os govêrnos e nações amigas, no qual lhes dava parte circunstanciada e justificativa de tudo que havia acontecido até então, e do actual rompimento de relações officiaes entre o Reino do Brasil e o govêrno do momento em Lisbôa — "o proprio rei era prisioneiro de uma facção"; convidava-os ao mesmo tempo a continuarem "as mesmas relações de mutuo interesse e amizade", e travarem relações diplomaticas directamente com o govêrno do Rio de Janeiro; os seus diplomatas, "os seus sabios, os seus artistas, os seus emprehendedores, os seus colonos", seriam todos benvindos, com antes, no Brasil. Nos pormenores, não offerece o manifesto nada de especial interesse; sómente para recapitular a situação política do momento e o poncto de vista do govêrno de d. Pedro, mencionamos que o principe regente, nesse documento, assim como nos outros, certamente declarava a firme resolução de manter a autonomia política e independencia do Brasil,

cujos direitos e futura constituição elle promettia defender até á última extremidade, porém, "sob a reserva de justa e razoavel união com as restantes partes da Monarchia Lusitana, sob um só rei".

Ao mesmo tempo que esses manifestos, que deviam informar o povo e o mundo todo do nôvo programma político, publicou o govêrno, num decreto de 3 de Agosto, o regulamento das eleições e outras disposições relativas á convocação do primeiro congresso, decretada a 3 de Junho, de sorte que os trabalhos das eleições pudessem começar seriamente dahi em deante.

Tambem a expedição em soccorro dos patriotas ba-hianos, contra o general Madeira, a qual se aprestava havia tanto tempo, finalmente se fizera de vela.

Todavia, primeiro que tudo reclamavam a attenção do govêrno os acontecimentos de São Paulo, onde justamente então se haviam declarado sérias dissensões no seio do partido nacional e no da propria juncta provincial. O proprio d. Pedro partiu para alli (14 de Agosto), afim de conservar a paz interior, o que elle conseguiu sem grandes esforços, com a sua mediação pessoal, depois do que demorou em São Paulo algumas semanas, parte na capital, parte em viagens.

★ ★ ★

O tempo dessa sua estada alli trouxe nôvo successo decisivo para a causa da independencia brasileira. O poncto de vista, que o govêrno de d. Pedro havia tomado nessa questão, si não era propriamente dubio, todavia era artificial demais, para poder contar com a geral approvação. O povo não comprehendia a phrase do rei prisioneiro, que, portanto, não compartilhava da culpa das côrtes portuguezas, nem podia conceber como seria conciliavel a independencia com a subsistencia da união pessoal; taes theoremas e dubiedades não podiam de modo algum enthusiasmar as massas; e os patriotas exaltados instavam que se acabasse de uma vez com isso, que, assim como se havia rompido com as côrtes, se rompesse com o rei de Portugal e que se proclamasse completa separação da monarchia lusitana.

Necessariamente d. Pedro havia de resistir "a tal extremidade; não só porque, com similhante modo de proceder, elle assumia a culpa, ou pelo menos as apparencias de rebelião contra o seu augusto pae, mas tambem porque elle, o legitimo herdeiro dos Reinos Unidos, com isso perdia a sua porção eu-



ropéa. Todavia, a sua posição não era de molde a que elle pudesse manifestar a sua vontade propria perante a pressão da opinião pública; já que se havia adeantado tanto, não podia, não devia deixar perder-se todo o exfôrço de até então, devia tambem dar o último passo; assim, durante a sua estada em São Paulo, ás representações, sobretudo da camara municipal e de outros homens influentes, havia-se elle resolvido a romper de modo mais decisivo do que até então, irrevogavelmente, com Portugal.

Isso aconteceu a 7 de Setembro de 1822, na planície do Ipiranga, que, regada pelo riacho do mesmo nome, se estende não longe da cidade de São Paulo; alli foi que d. Pedro soitou o brado — “Independencia ou Morte”, ao qual se juntaram jubilosas as acclamações innumeras do pôvo, que accudia em massa compacta; immediatamente, elle arrancou o tope portuguez que trazia, que com elle os Brasileiros ainda sempre usavam e, em troca, atou ao braço uma fita verde, na qual, em cercadura de um triangulo de ouro, estavam como lemma as palavras acima citadas. Todo esse acontecimento não teve feição propriamente official, porém a de inspiração do momento; contudo, elle deu á causa nacional um lemma e uma insignia, e, por isso, festeja o Brasil, desde então, o dia 7 de Setembro como anniversario, a planície do Ipiranga como berço da independencia nacional (171).

A 15 de Setembro, regressou d. Pedro de São Paulo para o Rio, onde, nessa mesma noite, appareceu no theatro com a nova insignia, e repetiu o brado de guerra, de — Independencia ou Morte! Aqui se desenrolaram, então, nos dias seguintes, as últimas scenas do drama da separação do Brasil. De accôrdo com o govêrno, o Senado da Camara tomou a iniciativa, a 21 de Setembro, e um manifesto do Senado, assignado pelo presidente José Clemente Pereira, annunciava aos cidadãos e aos soldados da capital: “manifestamente era vontade e desejo unanime da nação, acclamar s. a. real o principe regente “imperador constitucional do Brasil”; era, porém, desejavel que essa elevação ao throno não parecesse, por passos precipitados de uma cidade ou provincia, méra medida de partido, porém, que se fizesse de modo normal e com solennidades condignas, afim de se apre-

---

(171) Não encontrei, em parte alguma, descripção minuciosa do acontecimento: tambem a principio não se lhe ligou tanta importancia como depois; porém, datava-se a independencia do Brasil ou do dia do manifesto de 1º de Agosto, ou da elevação ao throno do imperador d. Pedro (12 de Outubro). (*Nota do auctor*).

sentar ao mundo todo como expressão da vontade nacional brasileira. Por esse motivo, assim dizia em conclusão, "havia o Senado encaminhado as disposições necessárias, afim de que a aclamação de sua alteza real se effectuasse não sómente na capital, mas tambem nas outras cidades do Brasil, a 12 de Outubro, dia de seu anniversario natalicio, para o que o Senado tinha fundadas esperanças".

No mesmo dia, publicou o govêrno, por seu lado, um importante decreto, assignado por José Bonifacio de Andrada, que serviu de certo modo como complemento do manifesto do Senado; com elle se visava a quebrar qualquer possivel resistencia dos Portuguezes residentes á imminente organização nacional do Brasil.

Toda a gente, dispunha elle, não só Brasileiros, mas tambem Portuguezes, usará, como signal de adhesão á causa nacional, como distinctivo, aquella faixa verde e dourada no braço esquerdo; quem, porém, não quizer, deverá pedir seu passaporte e sair do paiz dentro de quatro mezes, si residente no interior, dentro de dous mezes, si nas cidades maritimas. Finalmente, todo aquelle que atacasse a sagrada causa do Brasil, quer oralmente, quer por escripto, seria punido com todas as penas de alta traição.

Como o Senado da capital o previra, assim aconteceu; de todas as auctoridades municipaes das vizinhas provincias do Sul, com as quaes elle entrara em entendimento, chegavam respostas de assentimento; e assim ficou marcada na sessão de 10 de Outubro a proclamação do imperio definitivamente para o dia 12.

★ ★ ★

Na manhã desse dia, dirigiu-se ao palacio o presidente do Senado, Pereira, com uma deputação, afim de dar parte ao principe regente da vontade da nação e sauda-lo como o primeiro "imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil".

Em poucas palavras, prometteu d. Pedro, por estar convencido de ser a vontade geral, acceitar o título offerecido e a nova corôa imperial do Brasil; certamente pesarosa e mais profundamente ainda, sentiu a sua esposa, a archiduqueza austriaca, a significação do momento, em que um ramo da casa de Bragança se arrancava do tronco paterno, tomava raizes no solo vulcanico da America, momento em que um filho de rei deixava collocar á sua cabeça, pelo favor do povo,

a corôa hereditaria, que pertencia a seu pae, e com isso, embora só apparentemente, oppunha-se perante o mundo inteiro aos principios tradicionaes do antigo direito de principes, da moderna legitimidade. Porém tinha que ser; não sómente o interesse da familia exigia a conservação, a todo preço, do bello patrimonio; recusar a corôa significava tambem entregar o Brasil a todos os horrores da guerra civil e da desorganização; e, deante de tão poderosas considerações, desappareciam naturalmente os escrúpulos sôbre questão de principios.

Mesmo o mais immediato detentor do direito, o augusto pae, embora tendo que renegar o nôvo imperador durante algum tempo perante o mundo, secretamente não podia sinão approvar o procedimento do filho; tanto que nas suas palavras de despedida havia, com exacta visão, desde muito antevisto o que ia acontecer.

A propria cerimonia da elevação ao throno e prestação de juramento de fidelidade realizou-se logo depois no campo de Sanct'Anna, uma extensa praça da capital, que depois trocou o seu velho nome pelo de Campo da Acclamação (Campo de Sanct'Anna, mais tarde, em 1831, mais uma vez mudado para Campo da Honra). Perante as auctoridades, as tropas e uma multidão de povo, repetiu d. Pedro, publicamente, que acceitava a corôa e prometeu igualmente sancionar e fazer vigorar a futura Constituição, como a projectasse a recentemente convocada Assembléa Constituinte, caso ella fôsse digna delle proprio e do Brasil.

Correspondeu-lhe o brado de júbilo do povo, ao qual se mixturaram os repiques dos sinos e o ribombar dos canhões, e dirigiu-se então o cortejo festivo para a capella imperial, afim de solennizar com um *Te Deum* a elevação do Brasil e da nova dynastia imperial. Depois, desenrolaram-se os mais variados festejos; as ruas resplandesceram com fogos de artificio e luminárias, e passaram-se muitos dias, antes que a nova cidade imperial americana, São Sebastião do Rio de Janeiro, cansada do tumulto dos regosijos, voltasse á tranquillidade dos trabalhos da vida diaria.

De modo identico, embora com menos esplendor, foi o acontecimento festejado a 12 de Outubro de 1822, nas cidades do interior da provincia do Rio de Janeiro, egualmente em São Paulo, Minas Geraes, Sancta Catharina e São Pedro. Pouco a pouco, no correr dos seguintes mezes, prestaram juramento (menos a cidade da Bahia, dominada pelos Portuguezes) todas as provincias do Norte, até o Ceará. Finalmente, a 21 de

Janeiro de 1823 (172), arvorou o proprio Piauí a nova bandeira imperial e submetteu-se á auctoridade do imperador d. Pedro I, depois de haver, por sua proprias fôrças, expulsado as tropas da guarnição portugueza.

Logo um dos primeiros cuidados do joven imperador, depois de sua ascensão ao throno, foi dar ao nôvo imperio as insignias do costume. O tope nacional já existia, aquelle braçal verde com triangulo de ouro e a legenda — *Independencia ou morte!* e ficou em uso até obter de Portugal a independencia brasileira o reconhecimento de direito internacional, sendo então substituido por um simples tope auri-verde, sem as palavras altisonantes.

Escudo de armas e bandeiras fôram estabelecidos ainda no correr de Outubro de 1822; o escudo de armas era assim organizado: em campo verde, uma esphera armillar de ouro,

---

(172) Como se pôde ler no trabalho de Abdias Neves, *A guerra do Fidié* (Piauí, 1907), pag. 279, a capitulação, que poz termo á campanha da independencia no Piauí, foi firmada a 31 de Julho (e não a 21 de Janeiro, como affirma Handelman) de 1823, Eis como Rio Branco, em suas *Ephemerides brasileiras* (Rio, 1918), pag. 371, narra a chamada "capitulação de Caxias": — "No dia 17 de Abril, entra nessa villa (Caxias) o governador das armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, com as tropas que se haviam batido em Genipapo (13 de Março). A sua vanguarda havia occupado Caxias no dia 8. Essas fôrças constavam de 1.200 homens, pela maior parte milicianos. Fidié fortificou-se no morro de Taboca, onde foi sitiado e hostilizado por milicianos e voluntarios do Ceará, Piauí e Maranhão, sob o commando do tenente-coronel João da Costa Alecrim. Em meados de Julho (não em Maio), chegou o "exército auxiliador do Ceará, Piauí e Pernambuco", e, com esse refôrço, ficou elevado o número dos sitiados a 8.000 (e não 18.000). O capitão-mór José Pereira Filgueiras, Sergipano domiciliado no Ceará, era o commandante em chefe, com o título de general, mas fazia parte de uma chamada "Juncta da Delegação Expedicionaria", a qual se compunha delle como presidente, do brigadeiro Manuel de Sousa Martins (depois visconde de Parnahiba), presidente do governo provisório do Piauí, e dos tenentes-coroneis Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, que pouco depois começou a assignar-se Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, delegado da Juncta do Governo do Ceará, Joaquim de Sousa Martins, commandante das armas do Piauí, e Luis Pedro de Mello Cesar, commandante das tropas pernambucanas. Com as deserções de milicianos brasileiros, ficou Fidié reduzido a uns 700 homens. Não podendo prolongar a resistencia, entregou elle o commando ao tenente-coronel Luiz Manuel de Mesquita, no dia 27. A capitulação foi assignada no dia 31, tendo sido rejeitadas na vespera as condições propostas pelos sitiados. A guarnição saiu das trincheiras no dia 1 de Agosto e depoz as armas. Ficaram no poder do exército brasileiro vinte e tantas peças e cinco bandeiras".

dividida em quatro partes por uma cruz de prata, da Ordem de Christo, circulada a mesma esphera por uma orla azul com 19 estréllas de prata, como symbolo das 19 provincias de então: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahiba, Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Bahia, Minas Geraes, Goiaz, Matto Grosso, Espirito Sancto, Rio de Janeiro, São Paulo, Sancta Catharina, São Pedro e Cisplatina (173); e, firmada a corôa real diamantina sôbre o escudo, cujos lados são abraçados por dous ramos de plantas de café e tabaco. como emblemas da sua riqueza commercial e das tendencias pacíficas do nôvo imperio. A bandeira é verde, com um quadrilatero rhomboidal côr de ouro, e traz no centro dêste o escudo das armas do Brasil.

Consideremos agora as relações do nôvo imperio do Brasil com o reino ermão de até então, a mãe-patria portugueza. A 23 de Outubro de 1823, remetteu d. Pedro a seu augusto pae, d. João VI, a notificação official da sua elevação ao throno, uma simples carta official de serviço, na qual, quanto aos acontecimentos, se reportava aos jornaes, que remettia juncto.

Mais importante era uma proclamação annexa, do imperador ao povo portuguez, datada de 24 de Outubro. Minuciosamente, esse documento recapitulava, ainda uma vez, como as côrtes de Lisbôa, sem consideração, haviam demonstrado o propósito e a vontade de rebaixar de nôvo á posição de colonia o reino ermão de além-mar, revestido de eguaes direitos, e, como o rei de ambos, a quem haviam retirado todo o poder e conservavam em duro captiweiro, não se achava em condições de defender os direitos do Brasil; "em tão críticas circumstâncias — considera a proclamação — o heroico povo do Brasil, vendo fechados todos os meios de conciliação, usou de um direito, que ninguem lhe póde contestar, acclamando-o, no dia 12 de Outubro, seu imperador constitucional, e proclamando sua independencia".

"Tal é a situação do Brasil: si, desde o dia 12 de Outubro, elle não é mais parte integrante da antiga monarchia

(173) Dessas estréllas, a da Cisplatina (hoje república do Uruguai) desapareceu a 27 de agosto de 1828; em troca, accresceram outras duas, a do Alto Amazonas, em 5 de Setembro de 1850, e a do Paraná, em 19 de Dezembro de 1853. (Nota do auctor).



portugueza, todavia nada se oppõe á continuação de suas antigas relações de amizade e de commércio, contanto que de Portugal se não enviem tropas a invadir qualquer provincia dêste imperio. Portuguezes: eu offereço o prazo de quatro mezes para a vossa decisão; decidi e escolhei: ou a continuação de uma amizade fundada nos dictames da justiça e da magnanimidade, nos laços de sangue, e em reciprocos interesses; ou a guerra mais violenta, que só poderá acabar com o reconhecimento da independencia do Brasil ou com a ruina de ambos os Estados”.

Não era de esperar que o poder político dominante em Lisboa escolhesse nessa alternativa o alvitre da paz; pois, ao mesmo tempo em que o Brasil se separava inteiramente, tambem no seio das côrtes dos Reinos Unidos Lusitanos se fazia o completo rompimento entre Portuguezes e Brasileiros.

Já antes havíamos mencionado que os deputados brasileiros representavam, nas deliberações sôbre a Constituição, apenas triste papel; ainda mais insustentavel se tornou a sua posição, quando chegaram do Brasil noticias, cada vez mais críticas, da elevação de d. Pedro a defensor, da convocação da Assembléa Constituinte etc.

Então, não guardou mais reservas a irritação da maioria portugueza, e, com desmedida paixão, as côrtes publicaram o decreto de 19 de Setembro de 1822. O teor do mesmo consistia em diversos assumptos: primeiramente, annullava o decreto de d. Pedro, de 3 de Junho, sôbre a convocação do Congresso Brasileiro, como illegal, e mandava processar publicamente os ministros que o haviam assignado; a mesma providencia era lançada contra a juncta provincial de São Paulo, porque ella havia dado o primeiro exemplo da desobediencia; depois retirava ao principe herdeiro regente os direitos da regencia brasileira e ordenava-lhe que regressasse a Portugal, no prazo de um mez, sob pena de perda dos seus direitos de successão, sob pena de responder por alta traição; dahi em diante nenhum commandante militar lhe devia obedecer, nem o govérno de então do Rio de Janeiro; finalmente, era intimada a auctoridade executiva de Lisboa a tudo empenhar por fazer vigorar essas resoluções.

Está claro que os deputados brasileiros não podiam nem queriam approvar similhante decreto; e, ainda mais, chegaram os dias (22, 23 de Setembro), em que deviam confirmar com a sua assignatura, á guisa de juramento, a concluida constituição dos Reinos Unidos, que, na sua opinião, lesava o direito e o bem do Brasil. Não era facil se furtarem a

essa necessidade, pois os passaportes, pedidos para regressarem eram negados ou retardados, e assim o documento official da Constituição portugueza em commum (Lisbôa, 1822) apresentou, de facto, 36 assignaturas de deputados brasileiros; dêsses, eram oito de Pernambuco, cinco da Bahia e Rio, quatro do Ceará, tres do Pará e Alagôas, dous de Piauí e Parahiba, finalmente um de Maranhão, Goiaz, São Paulo e Sancta Catharina. Porém diversos dos deputados haviam conseguido pôr-se a salvo secretamente; e septe dêsses, entre elles os dous mais famosos de São Paulo, Antonio Carlos de Andrada e Diogo Antonio Feijó (depois regente do imperio), publicaram do porto inglez de Falmouth uma carta aberta, na qual explicavam e justificavam a sua saída secreta das côrtes, a 22 de Outubro de 1822, documento que em outras circumstâncias teria sido certamente de maxima importancia, mas agora, deante da independencia brasileira, perdia toda a significação.

Depois de taes acontecimentos, não era de esperar que Portugal acceitasse a offerecida mão de amizade do Brasil independente; embora se dissolvessem agora as côrtes constituintes (4 de Novembro), todavia as novas côrtes legislativas, que se reuniram a 1º de Dezembro de 1822, compunham-se em grande parte dos mesmos elementos, e não se podia esperar delles sinão sentimentos igualmente hostis; certamente haviam de cogitar da reconquista. E, para tal empresa, ainda possuia o proprio govêrno de Lisbôa no Brasil importantes pontos de apoio militares. Nas cidades maritimas do Norte e provincias de Pará e Maranhão acantonavam ainda guarnições portuguezas, que, embora fracas, bastavam, entretanto, para garantir a obediencia, ao menos da população dos portos, e a supremacia do elemento portuguez no seio das junctas governativas.

Na cidade da Bahia continuava sempre a sustentar-se o general Madeira, com um consideravel número de tropas; na verdade, elle procurara debalde romper a linha de cêrco brasileira, em 7 de Novembro de 1822; porém as suas trincheiras eram solidas, e, enquanto o mar e o porto estivessem abertos para a bandeira portugueza, elle não precisava preoccupar-se com o provimento do necessario.

Finalmente, tambem no extremo Sul, em Montevidéo, havia recentemente occorrido uma revolução no sentido favoravel a Portugal. Aconteceu assim. Ainda existia na pro-

vincia Cisplatina recém-annexada consideravel exército de occupação, constando em parte de tropas brasileiras, em parte de nacionaes portuguezas; mas, como essas tropas estacionassem separadas, as portuguezas de preferencia nas cidades da costa, as brasileiras no interior, haviam-se dêsse modo evitado até aqui os costumados attritos nacionalistas; todo o exército de occupação e tambem, sob a sua pressão, a população de lingua espanhola, haviam conservado uma attitude uniforme no actual movimento revolucionario, a qual foi, segundo o exemplo do general Lecór, que commandava a Provincia Cisplatina (como muitas vezes temos relatado), continuar a reconhecer a auctoridade de d. Pedro, como principe regente. Agora, porém, havia d. Pedro proclamado o Brasil independente e a si proprio imperador.

Quando a noticia disso chegou ao quartel-general em Montevidéo, resolveu o general Lecór, e com elle o Senado da cidade, arvorar a nova bandeira do imperio e arriar a portugueza. Mas isso encontrou decisiva reprobção da guarnição, que constava alli exclusivamente de batalhões portuguezes; debalde percorreu o general, a cavallo, as suas fileiras, procurando persuadi-los; afinal, para não ser prêso como traidor, teve que fugir, á noite, da cidade, com algumas centenas de fiéis; e a guarnição escolheu o general Alvaro da Costa de Sousa Macedo para seu commandante e renovou o juramento de fidelidade ás côrtes portuguezas, ao governo de Lisboa.

Ao contrário, no interior, entre as tropas brasileiras nacionaes, a declaração da independencia encontrou a mais calorosa approvação; todas se reuniram em tórno de Lecór fugitivo, e com esse seu auxilio este general, em breve, até principios do anno seguinte, 1823, obrigou á submissão as pequenas cidades da costa, como Maldonado, Sacramento, guarnecidas por um punhado de soldados portuguezes. Sómente para assaltar Montevidéo as suas fôrças não bastavam: teve que se contentar em cortar-lhe as communicações com o interior, por meio de uma forte linha de cêrco, de sorte que ella ficou inteiramente reduzida ao reabastecimento por mar.

Portanto, Montevidéo, Bahia, Maranhão e Pará eram os pontos militares de apoio, que Portugal ainda possuia no Brasil; além disso, uma invasão portugueza podia contar, quasi por toda parte, com o auxilio dos numerosos Portuguezes residentes; estes, porém, eram na maioria gente pouco

bellicosa, funcionarios ou negociantes, e para a guerra podiam offerecer apenas sua sympathia ou pouca cousa mais.

★ ★ ★

Desta arte, era a situação externa do nôvo regime imperial no Rio de Janeiro ainda e sempre muito difficil, além do que se oppunha a elle, dentro da propria capital, uma facção contrária. A ansia da caçada dos emprêgos, que nos ultimos annos havia tambem contagiado aos Brasileiros, tomava agora naturalmente grande desenvolvimento, quando, para organização do nôvo Estado, tantos novos cargos estavam para ser distribuidos, tantos funcionarios antigos exonerados por livre vontade ou forçados tinham que ser substituidos; assim tambem as iniciadas eleições para a Assembléa Constituinte punham em evidência um sem número de Jovens políticos presumidos: era impossivel ao govêrno satisfazer a todos.

O ministerio Andrada, que, em nome do imperador, exercia auctoridade incondicional, pouco prazer achava em tal opposição; contra alguns desaffectedos fôram tomadas medidas sem qualquer consideração; um jornalista da opposição foi expulso do paiz sem processo, pela policia, cousa que não concordava de todo com os principios liberaes, que estavam na ordem do dia, e de modo algum contribuia para apaziguar os animos.

Em vez de se consolidarem, em breve viram-se os Andradas seriamente ameaçados na sua posição.

Já mencionámos que a influência dos dous irmãos, abstrahindo das suas eminentes individualidades, se apoiava em grande parte na maçonaria brasileira, de feição inteiramente política; agora, os invejosos rivaes conseguiram minar esse fundamento do seu poderio. Eram principalmente dous homens, ambos do Rio de Janeiro, que nos recentes acontecimentos haviam representado os mais importantes papeis ao lado dos Andradas de São Paulo, e agora se julgavam egualmente com direito á supremacia ministerial: o procurador geral Léo e o presidente do senado da cidade, Pereira.

Contra a vontade do ministerio, souberam obter nas lojas maçonicas da capital resoluções calculadas para lisonjear o imperador (tambem iniciado); e d. Pedro, que já devia estar cansado da dependencia aos seus conselheiros de até aqui, parece haver acolhido muito favoravelmente os novos

candidatos á sua preferencia, pelo que os Andradas, depois de alguns attritos, se despediram, a 25 de Outubro de 1822.

Porém, agora se verificou que a sua popularidade era ainda preponderante; o estado dos espiritos na capital tornou-se tão tenso, que o imperador julgou prudente chamar de nôvo ambos os ermãos para o gabinete; ao encontro do mais velho, José Bonifacio, foi elle proprio, em pomposo prestito, e celebrou publicamente na rua, deante do povo, uma especie de reconciliação, 30 de Outubro (174).

---

(174) Handelmann leu, provavelmente, esse episodio na já citada obra (que elle menciona em sua *Bibliographia*) de H. de Monglave, *Correspondance de don Pèdre Premier*, pags. 71-75. As causas do dicto acontecimento, entretanto, acham-se expostas mais desenvolvidamente nas *Anotações de A. M. V. de Drummond á sua biographia* (Rio, 1890), pags. 51-52: — "José Bonifacio andava bem informado dos passos que davão os anarchistas da Praça do Commercio á sombra da maçonaria; nada ignorava, porque, seja dito, havia traidores graduados que revelavão tudo, até aquillo mesmo em que apparentemente tomavão parte. José Bonifacio tinha, pois, em sua mão o fio dos segredos dos seus adversarios. Veio a saber que o principe, no seu entusiasmo pela maçonaria, acceitára a condição de assignar tres folhas de papel em branco e as entregou a Lêdo, José Clemente e Nobrega. Guardou disso segredo, como de tudo o mais que era concernente á sua eleição clandestina de Grão-Mestre. Já se vê que o principe estava naquella occasião subjugado pelos homens que lhe estorquião tres assignaturas em branco e pelo ridiculo entusiasmo de ser o Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira. José Bonifacio, sciente de tudo isto, teve com o imperador uma explicação franca no dia 26 de Outubro e concluiu pedindo a sua demissão. Martim Francisco fez outro tanto. O imperador hesitou primeiro e acabou por confessar que havia dado tres assignaturas em branco ás pessoas acima indicadas. Reconheceu que eram judiciosas as reflexões de José Bonifacio, que havia errado, commettido grande falta, mas entrava em duvida acerca dos meios de re-haver as tres assignaturas em branco que tão inconsideradamente havia prestado. "Não ha senão um meio, respondeu José Bonifacio. Mande V. Magestade chamar á sua presença esses tres individuos e ordene-lhes que entreguem logo as tres assignaturas em branco nas mãos de V. M. Se elles não obedecerem, mande-os recolher á fortaleza da Lage, e manifeste ao paiz as causas deste seu procedimento. Desembaraçado de tão affrontosa tutela, poderá então governar livremente e nomear ministros que bem possam servir ao paiz e a V. M., porque, quanto a mim e a meu irmão, tendo sido encetada (*encerrada*?) a confiança reciproca que existia, já nada podemos fazer. Nós nos retiramos, mas salve V. M. a sua dignidade, a sua dynastia e a integridade do Brasil, compromettidas com taes manejos". José Bonifacio deixou o principe sob a dolorosa impressão destas palavras, que, se não são as mesmas que o venerando ancião proferio, dão pelo menos o sentido dellas, e retirou-se declarando que já não era ministro. E para que a sua presença não servisse de motivo para perturbar a ordem pública, visto que a cidade, desde logo que soube que José Bonifacio havia dado a sua de-



Póde-se imaginar quaes fôram os sacrificios: Léo Pereira e, além destes, alguns particularmente desaffectedos, fôram, sem fórma alguma de processo, exilados; diversos dos

missão, se mostrara alvorogada, largou a sua casa do Rocio e foi immediatamente habitar uma pequena casa no caminho velho de Botafogo. O imperador sahio do lethargo em que jazia e passou de repente para aquelle estado de actividade, que tantas vezes o distinguio em crises perigosas. No dia seguinte, 27, mandou chamar a São Christovão a José Clemente, Léo e Nobrega, os quaes correrão apressurados ao chamado, julgando que era para formarem o novo ministerio. A illusão durou pouco tempo. O imperador lhes fallou duramente e ordenou a restituição das assignaturas em branco, em falta do que irião dali mesmo para a fortaleza da Lage e a nação seria informada das causas da prisão. Os homens obedecerão e o imperador os deixou livres para irem elles mesmos buscar as assignaturas em questão. Segundo minha lembrança, foi nesse mesmo dia 27, e em seguida a esse acto, que o imperador, como Grão-Mestre, mandou cessar os trabalhos e fechar as lojas maçônicas. José Bonifacio não se encontrou mais com o imperador. Desejava que S. Magestade sahisse honrosamente do embaraço em que se achava, mas não queria voltar ao ministerio. De 26 á noite até 30, ao meio-dia, fui eu o intermediario da correspondencia verbal que houve entre o imperador e José Bonifacio; posso, portanto, afirmar que a vontade de José Bonifacio era que o imperador sahisse dignamente do embaraço em que se achava, nomeasse um ministerio de bons brasileiros, e não se deixasse mais illudir fosse por quem fosse. O imperador, porém, insistia em que José Bonifacio e seu irmão voltassem ao ministerio. O imperador conhecia bem o character firme de José Bonifacio, mas sabia ao mesmo tempo que o venerando ancião era por extremo sensivel ás demonstrações de affecto popular. Preparou elle mesmo essa demonstração e não lhe custou muito, porque essa era a vontade quasi unanime dos habitantes do Rio de Janeiro. José Mariano de Azeredo Coutinho tomou a presidencia do senado da camara municipal, e esta corporação em nome do seu municipio pediu por uma representação a reintegração dos dous irmãos, José Bonifacio e Martim Francisco, ao ministerio. José Clemente, quando soube que o senado da camara estava reunido a deliberar sob a presidencia de José Mariano, correu aos paços do Conselho e dahi foi expulso com insultos pelo povo. Se homens bons não se houvessem intromettido, teria elle sido naquella occasião victima do furor popular. Ficou quite com algumas pedradas na carruagem e com os apodos de traidor que contra elle vociferava o povo. O conselho de procuradores de provincia, o clero e outros corpos do Estado fizeram eguaes representações. O povo se poz em marcha para o caminho velho de Botafogo, onde se achava José Bonifacio. O movimento era grande. Todas as classes de cidadãos tomáráo parte. O imperador saiu de São Christovão erão 4 horas da tarde e veio ao Rocio, onde morava José Bonifacio, e não o achando quasi que foi levado pela multidão para o lado do Cattete. Ao chegar á Gloria, encontrou-se com José Bonifacio, que vinha trazido pelo povo. O joven imperador e o velho ministro ambos se abraçãõ e ambos derramárão lagrimas de ternura. Vierão ao Rocio, e do balcão da casa de José Bonifacio, este e o imperador fallárão ao povo. Dali foi S. Magestade para o theatro, onde o enthusiasmo público foi extraordinario".

mais influentes maçons foram envolvidos em processos, as lojas fôram fechadas; e no seu logar surgiu uma nova sociedade secreta, o "Apostolado", que, organizada segundo as idéas dos Andradas, devia ser inteiramente instrumento deiles; assim, mantinham-se os ermãos mais firmes do que nunca e para o momento eram elles os homens que convinham.

Passou-se o mez de Novembro no Rio de Janeiro, sem que occorresse cousa alguma de importancia; os preparativos para a coroação do joven par imperial, a qual se realizou com o maximo esplendor, a 1º de Dezembro de 1822 (no 182º anniversario da elevação ao throno da dynastia de Bragança), absorvia todas as atenções; a torrencial chuva, que não cessou o dia inteiro — estava-se no tempo das aguas — não conseguiu interromper as solennidades, nem amortecer a alegria popular, e os festejos continuaram diversos dias.

Em recordação, creou o imperador, no dia da coroação, a primeira ordem honorifica nacional brasileira — a Ordem do Cruzeiro — e conferiu, durante as seguintes semanas, honrarias diversas, como, por exemplo, foi agraciada a capital do imperio, São Sebastião do Rio de Janeiro, com o título de "muito fiel e heroica cidade"; tambem circundou o seu throno com uma guarda de honra, cujos membros, escolhidos das familias mais distinctas, sobretudo da capital, deviam obrigar-se por juramento á incondicional obediencia a sua magestade, medidas essas que, conforme a opinião dos criticos, tiveram muitos louvores e ainda mais censuras.

★ ★ ★

Immediatamente depois da coroação, deante das noticias que chegavam de Lisbôa e por informações prestadas por deputados brasileiros, que pouco a pouco regressavam das côrtes, tomou o gabinete do Rio de Janeiro attitude decisiivamente hostile contra Portugal.

Sendo necessario preparar-se para uma guerra fraticida, ordenava um decreto, de 11 de Dezembro de 1822, o sequestro provisorio de todos os bens existentes dos Portuguezes no Brasil, e lançava embargo sôbre todas as embarcações destinadas a Portugal; segundo decreto, de 10 de Janeiro de 1823, dispunha sôbre a concessão de cartas de côrso e permittia a todos os subditos e estrangeiros, sob a bandeira brasileira, o apresiar, afundar, incendiar, destruir navios portuguezes; terceiro decreto, de 2 de Fevereiro, ordenava a todos os Brasileiros, que se achassem em

sólo inimigo portuguez, regressassem no prazo de seis mezes, para defender a Patria, quando não, ficariam sendo Portuguezes e os seus bens seriam sequestrados. Ao mesmo tempo, faziam-se aprestos em terra e no mar; falou-se em elevar o exército a 20.000 homens de linha e 40.000 de milicias, e proporcionalmente a marinha, para cujo refôrço foi aberta uma subscrição pública voluntaria, e com o maximo exito.

Como, porém, as proprias fôrças pareciam não bastar em toda parte, procurou-se ao mesmo tempo angariar auxílio estrangeiro; a 8 de Janeiro, foi determinado que se angariasse pessoal para um batalhão estrangeiro na capital; um emissario, que, como agente diplomatico, foi para Londres, foi auctorizado a recrutar marinheiros inglezes. Finalmente, o govêrno do imperio entabou negociações com um dêsses audazes aventureiros que percorriam os mares sul-americanos, sob as mais differentes bandeiras, lord Cochrane, nesse momento almirante da República do Chile, e conseguiu obter para o serviço do Brasil esse homem do mar, tão destemido, quanto experimentado; a 21 de Março, entrou elle no porto do Rio de Janeiro, onde içou a sua bandeira de almirante no navio de linha "D. Pedro I" e reuniu sob seu commando todo o conjuncto da esquadra brasileira. (No VII capítulo, ha uma referencia a seu respeito).

Julgou então o govêrno brasileiro chegado o momento de proceder offensivamente contra os pontos militares de apoio, que Portugal ainda possuia no paiz; o primeiro assalto devia visar ao ponto mais importante, a cidade de São Salvador; a 29 de Março de 1823, a bahia de Todos os Santos foi declarada bloqueada; a 3 de Abril, fez-se de vela lord Cochrane, para dar execução a esse decreto.

Dentro de São Salvador e em tôrno, estava, entretanto, tudo como antes; embora cortada toda a communicação com o interior, por uma forte linha de cêrco, conservava-se o general Madeira dentro das muralhas e reabastecia-se de viveres pelo mar; e estacionava então no porto uma esquadra portugueza, contando, além de outras, nove grandes embarcações. Viu-se assim lord Cochrane, quando, a 4 de Maio, entrou na Bahia, deante do inimigo superior, pois elle dispunha apenas de seis navios grandes; e si, não obstante, immediatamente passou a dar ataque, teve logo que interrompe-lo, com resultado duvidoso. Num ataque directo á cidade, pelo lado do mar, numa cooperação immediata com as tropas brasileiras de cêrco, não se podia pensar; con-

tentou-se lord Cochrane, pois, em mandar de volta os navios pouco prestaveis, e equipar os outros com gente escolhida, na maioria marinheiros inglezes, e cruzar deante da Bahia; ao passo que elle, com os seus rapidos veleiros, evitava habilmente os grandes navios portuguezes, que diversas vezes tentaram rechassa-lo, foi continuando sempre a manter cerrado bloqueio. Isto produziu effeito; cercados por ambos os lados, privados de todo aprovisionamento de viveres, acharam-se em breve os Portuguezes em Salvador na mais extrema penuria; pouco adeantou o general Madeira, fazendo sair da cidade mulheres, creanças e doentes, umas dez mil pessoas, a 10 de Maio; um mez depois, estava a cidade completamente reduzida á fome; e não restava outro alvitre, si não a retirada voluntaria.

Assim, após um conselho de guerra, resolveu o general-chefe do exército embarcar a tropa, as provisões de guerra, os bens do govérno e, além disso, todos os Portuguezes residentes, que desejassem retirar-se com as suas posses. Na noite de 1 para 2 de Julho, fôram as ancoras levantadas, e a esquadra portugueza tomou rumo da patria, para Lisboa, perseguida pelos cruzadores de lord Cochrane, que, em caminho, lhe colheram ainda muitos transportes; e a cidade de São Salvador foi occupada pelas tropas brasileiras e rendeu homenagem ao imperador.

Depois dêste primeiro successo, alcançou lord Cochrane mais outro: quando elle perseguia a esquadra portugueza, numa prêsa caíram-lhe ás mãos officios, cujo teor dizia que uma parte das tropas retiradas da Bahia era destinada a reforçar a guarnição portugueza do Maranhão; immediatamente resolveu elle, embora sem ordem especial, antecipar-se e reconquistar para a corôa brasileira tambem ambas as provincias do Norte, Pará e Maranhão.

Rumando para o Norte, chegou elle a São Luiz do Maranhão em 27 de Agosto; alli haviam, de facto, chegado, justamente antes d'elle, alguns navios portuguezes; todavia, apesar dêsse reforço, a juncta provisoria não ousou offerrecer resistencia, tambem a guarnição ficou satisfeita por lhe ser concedida retirada livre; e poudé assim lord Cochrane, sem combater, tomar posse da cidade para o imperador d. Pedro I, além de todos os navios portuguezes ancorados no porto.

Daqui elle destacou um só navio de guerra, sob as ordens do commandante Greenfell, mais além para o Norte; e, logo que este appareceu com a bandeira brasileira á embocca-



dura do Amazonas, declarando-se vanguarda da grande esquadra, também as auctoridades da capital e do porto de Belém (Pará) concordaram em submeter-se espontaneamente (Septembro).

Assim bastou a simples presença de lord Cochrane para romper a auctoridade da corôa de Portugal, nas duas últimas provincias que ainda lhe eram fiéis; serviço enorme, pelo qual o imperador d. Pedro o recompensou com o título de marquez do Maranhão, quando elle, a 9 de Novembro de 1823, entrou de novo, triumphante, na bahia do Rio de Janeiro.

Certamente não estava por inteiro completada a submissão do Norte do Brasil; conservava-se ainda no interior da provincia do Maranhão, aquartelado em Caxias, um pequeno destacamento do exercito portuguez, o qual se defendia com successo contra as milicias provinciaes do Maranhão, Piaui e Ceará, que o apertavam de todos os lados; todavia, desde que os portos estavam todos em mãos brasileiras, a sua situação era desesperadora; e, depois de haver sustentado mais um anno a gloriosa resistencia, consentiu em retirar-se, mediante capitulação honrosa, a 12 de Agosto de 1824. Essas fôram as tropas portuguezas, que por mais tempo se conservaram no Brasil, pois pouco antes se haviam também retirado os ultimos companheiros, os de Montevidéo.

Como se sabe, desde principios de 1823, estava o general Alvaro da Costa, com as tropas nacionaes portuguezas, sitiado nessa cidade, sob o cerco do corpo brasileiro, do general Lecór; a sua situação era de certo modo toleravel, pois o cerco por terra não era muito apertado e o lado do mar estava inteiramente aberto; faltava-lhe, porém, muita cousa, sabretudo dinheiro, para saldar os sempre crescentes atrasos do soldo. E, como de Portugal nada vinha para soccorre-los, e, ao contrário, chegava a noticia de que por toda parte se retiravam as tropas portuguezas, da Bahia, Maranhão, Pará, comprehendeu o general da Costa que estava combatendo por uma causa perdida; pelo fim do anno, elle tractou com o general Lecór uma capitulação, para a qual estipulava pagamento do soldo atrasado e livre regresso a Portugal; e, em consequencia dêsse ajuste, ficaram de novo os Brasileiros com a cidade de Montevidéo, sem combate, a 2 de Março de 1824.

\* \* \*

Estavá o Brasil limpo de tropas inimigas. O facto de have-lo conseguido com tanta facilidade e de não se fazer



nada em Portugal para soccorrer ou libertar os fiéis defensores da bandeira portugueza, explica-se pelas circunstâncias internas do momento em Portugal, onde, justamente na primeira metade do anno de 1823, o povo e a côrte estavam ás voltas com uma reacção absolutista; a 3 de Junho fôrã, como se sabe, dissolvidas as côrtes, foi suspensa a constituição liberal do anno antecedente, e restabelecida a illimitada auctoridade da monarchia.

Certamente, a princípio isso nada influíu nas relações com o Brasil: os novos poderes absolutos do Estado pareciam tão pouco inclinados a reconhecer a independencia do Brasil, quanto os liberaes derribados; ainda em Setembro, referia-se o *Diario da Côrte*, de Lisboa, á perda da Bahia, como acontecimento lastimavel, e o general Madeira, de regresso, foi, embora só pela fórma, submettido a tribunal de guerra; e os consules portuguezes tiveram repetidamente que notificar officialmente aos mercados financeiros estrangeiros que qualquer eventual emprestimo, feito ao govêrno do Rio de Janeiro de então, nunca seria reconhecido por parte do legítimo rei de Portugal-Brasil.

De resto, podia ser que em Lisboa se esperasse que os Brasileiros, depois da dissolução das côrtes, sobre as quaes recaía o maior pêso da sua má vontade, se inclinassem antes para uma reconciliação; nesse sentido, talvez contassem com a cooperação de d. Pedro; assim, depois da dissolução das côrtes, o gabinete de Lisboa havia feito sobrestar a remessa de tropas, e em seu lugar apenas despachava alguns mediadores.

Porém, nesse cálculo se enganava absolutamente; o rompimento se consummava e era irrevogavel; o povo brasileiro, na sua maioria, e nos circulos propriamente preponderantes, não queria mais saber de govêrno portuguez; o proprio d. Pedro não estava bastante firme, para que pudesse ousar medidas reconciliadoras; de nada teriam servido á causa e, segundo todas as probabilidades, lhe custariam a corôa.

O modo pelo qual elle acolheu os mediadores portuguezes prova que isto elle soube ajuizar correctamente. Quando o primeiro delles, o marechal Luis Paulino de Oliveira Pinto da França, chegou, a 7 de Setembro, á bahia do Rio de Janeiro, e se fez annunciar por meio de uma bandeira de parlamentar, foi elle categoricamente interrogado si estava investido de plenos poderes para reconhecer a independencia brasileira, como base e condição preliminar de qualquer negociação; e, como elle tivesse que negar, vedaram as auctori-

dades do porto toda communição com o navio parlamentarino inimigo; ninguem da equipagem devia desembarcar em terra; todavia ao commissionado Pinto da França — porém, só a elle — por estar gravemente doente, foi concedida hospedagem no Rio de Janeiro, onde elle poucos dias depois falleceu.

Ainda peor aconteceu ao segundo enviado, o conde do Rio Maior, que chegou a 16 de Setembro; o seu navio, uma fragata portugueza, havia entrado directamente no porto do Rio de Janeiro sem bandeira parlamentarina; em consequencia do que foi declarado bôa prêsa e entregue ao tribunal do almirantado brasileiro para a sentença; e, além disso, porque elle egualmente teve que responder pela negativa á mesma questão preliminar, foi-lhe recusada qualquer negociação. Mesmo d. Pedro foi tão longe no seu — disfarçado — zêlo, que chegou a recusar as cartas particulares de seus augustos parentes, porque, no endereço, faltava o devido título imperial; secretamente, todavia, segundo se diz, elle conferenciou com o conde do Rio Maior.

Fôsse como fôsse, teve em todo caso o negociador portuguez que se retirar sem resposta official, e tomou um simples paquete de carreira para a viagem de regresso a Lisboa, onde entrou a 19 de Dezembro de 1823. Alli, o seu relatório produziu naturalmente muito mau sangue; porém, nesse interim, havia passado a opporrtunidade, estavam perdidos todos os pontos de apoio militares no Brasil; e agora, para de nôvo se tomar pé alli, impunham-se os maiores esforços de guerra; para isso, porém, difficilmente bastariam os recursos de Portugal, dado o seu exgottamento financeiro e as circumstancias críticas do proprio paiz, e, mais do que ninguem, o brando rei d. João VI não estava disposto á guerra contra o Brasil, contra o seu filho.

Finalmente, contribuiu sobremodo em todo caso a attitudo que tomou a Inglaterra, sob o ministerio Canning, relativamente aos assumptos americanos, para impedir uma declaração de guerra. Esse Estado commerciante, que nos recém-nascidos Estados transatlanticos livres, de lingua portugueza e espanhola, tinha os seus melhores freguezes, e que, por isso, era francamente contrário ao restabelecimento da antiga coacção colonial, assim como a uma guerra de longa duração, constrangia as obstinadas mães-patrias para a paz e a condescendencia. Numa missiva de 30 de Janeiro de 1824, endereçada ao encarregado de negocios britannico em Madrid e destinada á communição á côrte espanhola, traduziu Canning, em primeiro logar, expressamente a sua inten-

ção: "O reconhecimento dos Estados americanos, que, consoante o direito internacional, de facto já estão independentes, não podia mais ser adiado". Assim era o teor das suas palavras; e essa opinião de uma potencia, embora enviada directamente á côrte de Madrid, produziu a mais viva repercussão em Lisboa, onde desde sempre era suprema a influência ingleza. Dahi em diante, o govêrno portuguez poudo ainda ter falado de remessa de uma expedição de guerra para o Brasil, porém difficilmente o fez a sério; e em breve reclamou mesmo os bons officios da Grã-Bretanha, em Março de 1824, para exigir do Brasil suspensão das hostilidades contra navios e subditos portuguezes, a restituição das propriedades portuguezas confiscadas e, sobretudo, dissuadi-lo, com urgencia, de possiveis ataques ás outras colonias fiéis a Portugal — visavam-se mórmente as feitorias africanas de escravos.

De boa vontade acceitou a incumbencia o govêrno inglez, e o seu consul geral no Rio de Janeiro teve que advogar vivamente estas exigencias, a trôco do que, por seu lado, dava, embora de modo indirecto, seguranças tranquillizadoras. Na verdade, official e definitivamente nada se podia basear nisso, nem mesmo uma trégua; porém, esse comêço de intervenção ingleza bastou completamente para moderar as hostilidades. Realmente, o govêrno brasileiro ainda foi, de quando em quando, inquietado com boatos alarmantes e explodia então em discursos da mais violenta emphase; assim, uma proclamação de 10 de Junho de 1824 ainda alludia a uma imminente expedição militar de Portugal contra o imperio, e promettia que o imperador sairia a campo, a desembainhar a espada á frente das bravas phalanges brasileiras, pela liberdade do Brasil, e que suas esquadras levariam o pendão nacional até mesmo á fôz do Tejo. Porém prevalecia já a esperança de conclusão amigavel; fôram delegados commissarios a Londres, afim de se entabolarem possiveis negociações com Portugal, e evitou-se qualquer movimento de offensiva que pudesse irritar o adversario.

E, quanto aos interesses e ás propriedades dos particulares portuguezes, sempre se usou da maxima moderação; os tribunaes brasileiros de prêsas eram de tal clemencia e bondade, que á gente do mar, por outro lado, interessada, pareciam mesmo injustiça; muitos officiaes e marinheiros estrangeiros, frustradas as suas esperanças de rica prêsa em dinheiro, abandonavam aborrecidos o serviço da marinha brasileira; os outros murmuravam abertamente, e, mais que todos, lord Cochrane, que, de seu lado, como almirante, era inte-

ressado nas maiores quantias, e ainda mais porque elle ficava de permeio ao tribunal de prêsas e o govêrno, de um lado, e os seus subordinados, de outro lado. Veremos adeante como elle próprio se compensou.

\*\*\*

No seguimento das relações estrangeiras e de guerra, adeantámo-nos muito sôbre a marcha do desenvolvimento interno do Brasil; e precisamos, por isso, reencetar a narração dêste em principios do anno de 1823.

No correr dos primeiros mezes, fôram chegando, um a um, das diversas provincias, os deputados eleitos para a Assembléa Geral Constituinte, e até Maio estavam 52 delles reunidos no Rio de Janeiro.

Naturalmente, como em casos identicos de uma primeira tentativa parlamentar, não podia deixar de ser um ajuntamento de mui variados elementos, homens das mais diversas classes e sentimentos; todavia, logo se perfilaram, com clareza relativa, em dous partidos differentes.

De um lado, o partido do govêrno, tambem chamado absolutista ou portuguez, constando na maioria de funcçionarios portuguezes natos ou educados em Portugal, que, por livre vontade, haviam assegurado e salvado a sua situação, em abraçando a causa nacional, e agora utilizavam para a sua elição a poderosa influência que tal posição official lhes emprestava; não se podia esperar delles que se entusiasmassem pelas idéas liberaes, pois eram creados no costume do despotismo para com os de baixo, e do servilismo para com os de cima.

Por outro lado, os patriotas, entre os quaes jovens letrados, sem cargo público, e sacerdotes seculares do grau inferior, representavam papel principal; haviam-se verdadeiramente entusiasmado pela causa da independencia e liberdade do povo, e os seus discursos eloquentes e calorosos deviam arrebatâr a parte indolente, irresoluta da assembléa, e a massa do povo, mais depressa do que as palavras cautelosas e sem vida dos adversarios; porém, os proprios chefes estavam ainda imbuidos do estilo e das tendencias da Revolução Franceza; e não tinham de todo apprehendido claramente as condições polîticas do Brasil.

Deante dêsses dous partidos apresentava-se o terceiro factor, o detentor do poder executivo, o ministerio Andrada, o ministro do interior e estrangeiros, José Bonifacio, e o mi-



nistro das finanças, Martim Francisco, ambos tambem deputados; e tinham no terceiro ermão, Antonio Carlos, antes membro das côrtes de Lisbôa, agora egualmente eleito para a assembléa geral, um advogado tão sollicito, quanto talentoso.

Já vimos, antes, que os Andradas amavam governar e que, onde se tractava de garantir o poder, não recuavam deante de arbitrariedades illegaes; por esse motivo, elles não desejavam naturalmente restringir demais as prerogativas da corôa, na constituição que se elaborava; e, para todos os seus desejos e empenhos, elles tinham no partido do govérno docil instrumento, como já possuíam outro na dedicada sociedade secreta do Apostolado. Porém, está claro, não se podiam repellir inteiramente as exaltadas pretensões dos patriotas, sem excitar perigosamente o povo ainda sempre agitado, mórmente nas cidades grandes dos portos; era preciso, portanto, fundamentalmente, prevér um accôrdo quanto possivel favoravel.

Nesse sentido era traçada a fala do throno, com que o imperador Pedro I, entre grandes solennidades religiosas e militares, abriu a 3 de Maio de 1823 a sessão da primeira Assembléa Geral Constituinte. Depois de haver mais uma vez narrado minuciosamente a história da declaração da independencia e, em seguida, relatado tudo que o seu govérno até então se havia esforçado por fazer e realizado, dirigiu o imperador aos deputados reunidos as seguintes palavras de advertencia:

“Como imperador constitucional, e mui especialmente como defensor perpétuo dêste imperio, disse ao povo no dia 1º de Dezembro do anno proximo passado, em que fui corôado e sagrado, *que com a minha espada defenderia a patria, a nação e a constituição, si fôsse digna do Brasil e de mim.*

«Ratifico hoje mui solennemente perante vós esta promessa, e espero que me ajudeis a desempenha-la, fazendo uma constituição sábia, justa, adequada e executavel, dictada pela razão e não pelo capricho, que tenha em vista sómente a felicidade geral, que nunca póde ser grande, sem que esta constituição tenha bases solidas, bases que a sabedoria dos seculos tenha mostrado que são as verdadeiras para darem uma justa liberdade aos povos e toda a fôrça necessaria ao poder executivo.

«Todas as constituições, que, á maneira das de 1791 e 92, têm estabelecido suas bases e se têm querido organizar, a experiencia nos tem mostrado que são totalmente *theori-*



*cas e metaphysicas, e por isso inexequiveis*; assim o provam a França, a Espanha e ultimamente Portugal. Ellas não têm feito, como deviam, a felicidade geral, mas, sim, depois de uma licenciosa liberdade, vemos que em uns paizes já appareceu, e em outros não tarda que appareça, o despotismo de um, depois de ter sido exercitado por muitos, sendo consequencia necessaria ficarem os povos reduzidos á triste situação de presenciarem e padecerem todos os horrores da anarchia.

«Longe de nós tão melancolicas recordações! Vós não ignoraes, e eu estou certo que a firmeza nos verdadeiros principios constitucionaes, que têm sido sanccionados pela experiencia, caracteriza cada um dos deputados, que compõem esta illustre assembléa; espero que a constituição que fizerdes mereça a minha imperial acceitação, seja tão sábia e tão justa, quanto apropriada á localidade e civilização do povo brasileiro; desta arte, será admirada igualmente por todas as nações, e até os nossos inimigos reconhecerão a santidade e sabedoria de seus principios”.

Como se póde deprehender, não encontrou a fala do throno approvação geral; muito longe disso; mórmente os patriotas, cheios da idéa da soberania nacional, tomaram muito a mal o imperador e o seu gabinete reservarem para si o direito de ratificar ou rejeitar os trabalhos da constituição, ao passo que o govêrno antecedente do rei d. João VI se havia de antemão submettido ás decisões de uma assembléa constituinte e havia ratificado com juramento prévio a Constituição ainda por ser elaborada.

Logo aos primeiros debates, quando se tractou de dar resposta á fala do throno, evidenciou-se a má vontade; “a assembléa se persuade — observou um — não poder deixar de fazer uma constituição digna do imperador e do Brasil”; “seria melhor pedir logo ao imperador as suas condições”, propoz outrem; e terceiro, ao passo que manifestava a sua persuasão de que certamente o imperador ratificaria a constituição apresentada, deixava em seguida perceber que, no caso contrário, tinha sua magestade a liberdade de seguir a sua consciencia e depôr a corôa.

Contra taes tendencias levantaram-se os Andradas, para defenderem em diversos discursos as palavras de d. Pedro e combater as aspirações democratico-republicanas; minuciosamente expoz o ministro José Bonifacio a situação das Americas, antes espanholas, hoje republicanas, que agora, já

desde quatorze annos, gemiam sob a calamidade de continua guerra civil; elle assignalou os padecimentos da França durante a grande Revolução, e os recentes tumultos na Espanha e Portugal, e concluiu com as seguintes palavras: "Mas protesto, á face da assembléa e á face do povo, que não concorrerei para a formação de uma constituição demagogica, mas sim monarchica, e que serei o primeiro a dar ao imperador o que realmente lhe pertence".

Isto produziu effeito; na verdade, levantaram-se ainda varios oradores da opposição; porém, em conclusão, o discurso em resposta á fala do throno, como o ministerio o desejava, foi approvado pela maioria; e esse discurso glorificava as palavras da fala do throno, manifestando a esperança de que se obteria "uma constituição digna do Brasil, digna do imperador, e digna de nós".

Este primeiro triumpho parlamentar, como era de esperar, muito firmou provisoriamente a situação do ministerio; os Andradas sentiram-se poderosos como nunca, e continuaram a governar á moda antiga; nem mesmo descontinuaram as prisões arbitrárias. Com isso, porém, crescia o rancor dos patriotas, já descontentes com a derrota; e, quanto ao partido do governo, elle sustentava, por princípio, as propostas do ministerio; porém, nem a pessoa dos ministros, nem a sua política exterior, que tornava irremediavel o rompimento com Portugal, podia achar muito apoio entre esses homens, Portuguezes natos ou formados em Portugal. Si, a principio, nada de excepcional aconteceu — aguardava-se a chegada dos deputados retardatarios, e tomava-se o tempo nos trabalhos preparatorios das commissões para a obra da constituição, — todavia mais cedo ou mais tarde havia de dar-se grave rompimento entre o ministério e a assembléa, e os Andradas estavam certamente prevenidos nesse sentido; elles pretendiam, — assim corria a versão, — tentar a sorte com uma dissolução e nova eleição, si necessario fôsse. Porém, a cousa succedeu mais rapida e diversa do que elles pensavam.

A 20 de Junho, um membro da opposição apresentou um projecto de lei, cujo teor era: "Devia o governo ter a liberdade de expulsar do paiz qualquer Portuguez nato, á simples suspeita de sentimentos hostis"; projecto que, como se vê, tinha sua razão de ser na antipathia nacional e na attitude duvidosa de tantos Portuguezes residentes; e pelo menos um dos Andradas, Antonio Carlos, resolveu adoptar e defender

o projecto. Evidentemente elle não considerou que com tal proceeder fazia perigar a posição official de seus irmãos; um projecto de lei, como o apresentado, que arriscava á exoneração do cargo e expulsão tantos de seus membros portuguezes natos, devia naturalmente inquietar e ferir o partido do govêrno; e assim esse partido retirou o apoio concedido até então ao ministerio e entrou em accôrdo com a opposição, pelo que perdeu o govêrno a maioria parlamentar; dahi devia então resultar ou a dissolução do parlamento ou a demissão dos ministros.

Competia a d. Pedro optar, e, como se pôde imaginar, elle devia ser vivamente assediado por ambos os partidos.

De facto, elle poudé adiar ainda algumas semanas a decisão, estando no momento doente de cama, sériamente ferido por uma quêda de cavallo (30 de Junho); porém, afinal, elle proprio havia de regosijar-se por poder ver-se livre da aborrecida tutela dos seus todo-poderosos ministros, acceitou immediatamente, após o seu restabelecimento, a demissão apresentada por ambos os Andradas, 17 de Julho de 1823.

No dia immediato, publicou-se uma proclamação, na qual o imperador negava ter conhecimento e responsabilidade nas arbitrariedades até então practicadas, e, para o futuro, promettia a segurança legal das pessoas e da propriedade.

A quêda do ministerio Andrada, a que o povo desta vez assistiu indifferente, mudou fundamentalmente a constelação política no Rio de Janeiro. O imperador estava dora-vante resolvido a governar por si proprio, e escolheu para seus ministros, nas fileiras do partido do govêrno, dous homens não inteiramente malquistos sem passado politico nem influencia, — o do interior, José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquez de Caravellas, e o da fazenda, Manuel Jacintho Nogueira da Gama, depois marquez de Baependi; homens que, como conselheiros bem intencionados, estariam bem nesse logar, porém que eram os menos adequados para conjurar as tempestades de uma assembléa parlamentar.

E, além disso, o nôvo govêrno imprevidentemente não tomou na devida consideração as antipathias nacionaes dos Brasileiros; em vez da excessiva hostilidade contra Portuguezes e os que favoreciam os Portuguezes, a qual no periodo dos Andradas estava na ordem do dia, os actuaes ministros mostraram-se exageradamente conciliadores. Não sómente fôram suspensas todas as perseguições aos suspeitos inimigos da independencia; o tribunal de prêsas (como já mencioná-

mos) usava da maior clemencia contra as propriedades de Portuguezes; por um decreto de 2 de Agosto, foi até o commando da Bahia auctorizado a recrutar para o serviço do Brasil todos os prisioneiros de guerra portuguezes, que dezessem permanecer no paiz; tudo medidas, especialmente a última, que deram ensejo para as mais violentas discussões, na imprensa e na camara.

Por outro lado, os Andradas, embora desalojados de seus cargos, ainda eram, por seus dotes de espirito e por suas extensas relações, muito poderosos; e, além disso, elles fundaram agora, sob nomes extranhos, um jornal para a sua propria política, o *Tamoyo* (segundo o nome de uma tribu india extincta), que, com linguagem audaciosa e idéas liberaes, favorecia as paixões do momento, e em breve obteve grande influencia no seio da população da capital.

Ao passo que elles procuravam assim obter de nôvo um forte apoio na política, demonstravam ao mesmo tempo que não haviam nem exquecido nem perdoado a sua quêda no parlamento, onde elles agora se associaram aos patriotas; eram incessantemente os mais severos e incansaveis adversarios dos seus successores nos cargos, e o seu jornal pululava de odiosas accusações e enchia-se de enfeitadas comparações entre a administração actual e a precedente (a sua propria); via-se, porém, agora, em particular, como na opposição elles pensavam sôbre o govêrno parlamentar e constitucional de modo diverso que não no seu tempo de ministerio.

Si os ministros actuaes houvessem sómente sabido dirigir com ordem o seu proprio partido e tractar intelligente-mente os adversarios, com certeza teriam obtido segura maioria; mas não eram capazes disso. Assim, já nas primeiras semanas chegaram as cousas a conflicto, embora não importante.

E' que, desde algum tempo, se tractava, nos trabalhos preparatorios para a constituição, da questão de decisiva importancia, a saber si competia ou não ao imperador oppôr véto absoluto contra as resoluções da assembléa constituinte; questão essa que, como já se mencionou, havia sido levantada primeiro na fala do throno do imperador. Os animos haviam-se esquentado de certo modo com isso, e não sómente na capital, porém mesmo em diversas provincias, como, por exemplo, na cidade de Porto Alegre (provincia de São Pedro), onde auctoridades, guarnição e cidadãos reuniram-se em comicio popular e declararam-se solennemente

contra o veto absoluto. Também no parlamento, não sem a cooperação dos Andradas, predominaram no fim as tendências democraticas, e foi resolvido, a 29 de Julho, que os decretos da assembléa geral deveriam ter fôrça de lei, mesmo quando o imperador lhes negasse sanctão.

Porém d. Pedro não se deixou facilmente desalojar do seu poncto de vista, que, a princípio, com a cooperação dos Andradas, havia adoptado; a essa decisão elle respondeu com uma proclamação ao povo (9 de Agosto de 1823), na qual, referindo-se aos acontecimentos de Porto Alegre e de outros logares, fazia accusações ás tendencias democraticas em geral e designava o pensamento da democracia no immenso Brasil como absurdo; certamente elle não queria attribuições alheias, mas também não deixaria jámais usurpar as que de direito lhe deviam competir.

Tiveram primeiramente ambos os partidos que se contentar com essas declarações provisórias, sem se precipitar por uma decisão; de resto, obstinaram-se na sua opinião; e o projecto de constituição para o imperio do Brasil, como a 30 de Agosto resultou da deliberação de uma commissão de cinco membros (entre elles dous Andradas, José Bonifacio e Antonio Carlos), foi apresentado á assembléa geral e concedia ao imperador apenas o veto suspensivo com a duração de duas sessões, o qual, á reitteração da mesma decisão do parlamento, perdia a sua fôrça á terceira sessão.

Todavia, adiou-se novamente para mais tarde o ameaçador conflicto, por haverem chegado no momento os mediadores portuguezes, pois, enquanto estes permaneciam na bahia do Rio de Janeiro (até principios de Outubro), absorviam quasi exclusivamente a attenção de todos os circulos. Porém, quando elles partiram, tornaram-se as relações entre ambos os factores da soberania do Estado cada vez mais hostis; ao passo que a assembléa geral, de seu lado, deliberava sôbre o projecto da constituição e o acceitava a bem dizer tal qual, continuavam os opposicionistas, e, mais que todos, os Andradas, incansaveis a criticar, em todas as opporrtunidades, a conducta do govêrno, e nisso demonstravam sempre maior empenho em exorbitar da funcção legislativa, para usurpar attribuições do poder executivo.

Os ministros, de bôa vontade ter-se-iam demittido, deante dessas aggressões; porém o imperador sustentava-os no seu cargo; não desejava absolutamente ceder mais nada, pois por um lado a opposição facciosa dos seus ex-conselheiros, os Andradas, o havia irritado ao mais alto poncto; por outro



lado, parece que nelle falava o sangue imperioso de seus augustos antepassados, mórmente desde as últimas notícias de Portugal.

Acolá, além-mar, a reacção absolutista havia, sem dar golpe, conseguido deitar abaixo uma constituição e uma assembléa parlamentares, e elle aqui havia de se deixar estorvar por um parlamento ou melhor por alguns deputados, havia de deixar que um par de ministros demittidos lhe dictassem leis? Si elles tinham os meios para atacar, a tribuna e a imprensa, elle tinha o meio para a resistencia; continuava a desfructar grande popularidade no seio da população da capital; havia conquistado a affeição das tropas nacionaes, reforçadas pelos soldados e officiaes portuguezes, angariados entre os que haviam querido ficar aqui, entre os prisioneiros da Bahia, e em parte reorganizadas com esses elementos, já pelo facto de se lhes pagar punctualmente o soldo, cousa pouco usual, já por demonstrar o imperador vivo interesse pelos negocios militares; e, além de tudo mais, não havia dúvida que mesmo a maioria dos representantes do povo, aquelles antigos funcionarios experimentados, quando vissem o govérno seriamente resolvido, logo voltariam á submissão.

★ ★ ★

Tal era o aspecto da situação, quando um incidente inesperado produziu o completo rompimento.

Uma folha diaria, a *Sentinella*, publicou uma nota que se exprimia de modo offensivo sôbre os elementos portuguezes incorporados nas tropas nacionaes. Como auctor dêste artigo, a voz pública designava um pharmaceutico, David Pamplona, açoriano de nascença, e isso deu occasião a que dous officiaes de artilharia, Portuguezes natos, procurassem o desgraçado na sua casa e o maltractassem terrivelmente, — acção de defesa propria, da maxima brutalidade, que em outras circunstâncias teria incorrido na reprovação geral, porém agora era uma questão de partido.

Os militares approvaram em geral o modo de proceder dos companheiros; a polícia recusou-se a intervir; tomou então a assembléa geral com tanto maior zêlo em consideração a queixa apresentada pelo seviciado, e, não contente com haver o relator requerido a immediata instauração de uma pesquisa judicial, propoz Antonio Carlos de Andrada que, no caso de serem os accusados julgados culpados, fôsem expulsos do imperio por lei especial.

A imprensa opposicionista, mórmente o *Tamoyo*, exgottava-se em declamações contra os mercenarios estrangeiros, mesmo culpava o govérno de secreta cumplicidade no que havia acontecido e exhortava-o a abandonar o caminho que estava tomando, hostil ao povo; chegava a lembrar ao imperador o destino de Carlos I, da Inglaterra, e de outros reis desthronados. Palavras identicas soaram na tribuna; sobretudo a 10 de Novembro fôram tão violentos os debates, e a participação da compacta assistencia manifestou-se de modo tão tumultuoso, que o presidente julgou necessario levantar logo a sessão; em summa, a assembléa geral parecia transformada num comicio.

Porém agora estava o imperador tambem resolvido a reagir; ainda no mesmo dia, elle reuniu um conselho de ministros, no qual, ao que se sabe, elle exprimiu a opinião de que, ou o parlamento se conformava por livre vontade em expulsar os Andradas e outros oradores opposicionistas de seu seio, ou seria preciso proceder á sua completa dissolução.

Fôsse como fôsse, recusaram-se, entretanto, os ministros a concordar com as medidas propostas e apresentaram todos, menos um, as suas demissões, que fôram acceitas.

Sómente o ministro da marinha, Francisco Villela Barbosa, se conservou no cargo e cuidou dos negocios das outras pastas, até que de nôvo as assumissem homens igualmente monarchistas, porém de character mais resolutivo; tiveram assim as pastas: a da fazenda, João Severiano Maciel da Costa, mais tarde marquez de Queluz; a da justiça, Clemente Ferreira França; e a dos estrangeiros, Luis José de Carvalho e Mello.

E agora era a lucta decisiva contra a assembléa geral. Ainda á tarde de 10 de Novembro, um coronel, que era da confiança do imperador, conduziu o seu regimento, talvez sem a ordem expressa deste último, porém não sem que elle o soubesse, á quinta de sua residencia, em São Christovam; em breve, seguiram-se a este as restantes tropas da guarnição do Rio de Janeiro; e, assim, cercado pelas fôrças do Exército, á manhã seguinte, 11 de Novembro, mandava o imperador uma mensagem á assembléa geral, nestes termos: "Os officiaes da guarnição tinham ido queixar-se dos insultos que têm soffrido na sua honra e mórmente a falta do alto decóro que é devido á sua augusta pessoa, sendo origem de tudo certos redactores de periodicos e de seu incendiario partido". Por ultimo, s. m. esperava que a "Assembléa haja

de tomar em consideração esse objecto, dando as providencias que tanto importam á tranquillidade pública”.

Não é preciso descrever o alvoroço que produziram a marcha das tropas para São Cristovam e essa mensagem imperial, na capital e mórmente na assembléa; na verdade, deviam agora empallidecer o antigo partido do govérno, todos os deputados moderados, á imminencia do perigo; porém, ainda no momento, os Andradas, com a sua linguagem resoluta, arrastaram consigo a maioria, para gaudio do povo agglomerado nas galerias, que approvava com ruidosos applausos, e, por proposta de Antonio Carlos, foi resolvido que a assembléa ficasse em sessão permanente, por estar em perigo.

Então, depois de longos e tumultuosos debates sôbre a resposta á mensagem imperial, declarou a assembléa que, pelos meios regulares, nada havia chegado aos seus ouvidos a respeito de queixas dos officiaes; era, portanto, preciso pedir os devidos esclarecimentos ao govérno, e estaria então prompta a cooperar de boa vontade em todas as convenientes medidas para esse fim.

Tarde, na noite de 11, foi despachada essa resposta para São Christovam, onde chegou a 12 de Novembro, a 1 hora da madrugada; porém os deputados permaneceram toda a noite, a “noite da agonia”, como mais tarde foi chamada, reunidos na sala das sessões, á espera dos acontecimentos. Já a maioria considerava perdida a sua causa e dispunha-se ao martyrio político; os sacerdotes presentes ouviram-se em confissão, uns aos outros; porém os chefes da opposição contavam, ainda e sempre, com o apoio do povo; e, assim, cêdo, de manhã, foi apresentado e discutido um segundo decreto, pelo qual os Portuguezes e estrangeiros, em serviço nas tropas nacionaes, deviam ser retirados da capital, no espaço maximo de seis horas.

Logo em seguida, chegou segunda mensagem imperial, que designava o *Tamoyo* e a *Sentinella* como as folhas offensivas, e os tres Andradas, mórmente, como causadores das aggressões. Porém, mesmo assim, não queria a assembléa conformar-se com a incondicional submissão no momento; o nôvo officio do govérno foi, em regra, á commissão especial, para ser relatado; officiou-se ao ministro do interior para comparecer á assembléa, afim de dar explicações complementares sôbre a presença das tropas em São Christovam, sôbre as tenções do govérno.

Compareceu o ministro, e os esclarecimentos que elle deu fôram, na verdade, insufficientes, em geral; porém

uma cousa elle exprimiu claramente: as tropas estavam em perfeita harmonia e não se dispersariam, enquanto a assembléa não annuisse aos seus desejos. Com isso se dava ao parlamento a última alternativa.

E, então, assim que o ministro virou as costas, accenderam-se violentos debates; os antigos adversarios dos Andradas, até então sopitados pela preponderancia parlamentar destes últimos, levantavam agora a cabeça, para censurar acremente a opposição facciosa de até então; os mais moderados aconselhavam a paz e a tolerancia; os Andradas, porém, conservavam a sua attitudo indomita. Embora o mais velho, José Bonifacio, extenuado pela sessão nocturna, deixasse a sala, os outros dous permaneceram tranquillamente nos seus logares, e ninguem, nem mesmo o mais acirrado adversario, ousou, deante delles, propôr a retirada dos tres, o recurso para reconciliação, ao qual a mensagem imperial havia bastante claramente alludido. Assim se passaram as horas do meio do dia.

Entretanto, havia d. Pedro passado em São Christovam revista ás tropas reunidas, que o acolheram com tumultuosos vivas; elle as pôz em marcha contra a capital, e estabeleceu no campo de Sancta Anna o grosso, cujo commando elle tomou pessoalmente, ao passo que um destacamento seguiu, com algumas peças, contra a sala de sessões da assembléa.

Si, esta, mórmente a opposição, havia contado com o auxilio do povo, via-se agora desenganada; mão nenhuma se mexeu para deter as tropas que se approximavam; as galerias do público, pouco antes tão apinhadas, esvaziaram-se. Um official penetrou na sala das sessões e leu em voz alta o decreto imperial da dissolução, no qual se verberava a assembléa, que havia quebrado o seu juramento de defender a integridade e independencia do imperio e a dynastia de d. Pedro. Quiz o presidente mandar protocollar esse decreto, mas nem isso lhe foi concedido; teve, sem mais nem menos, que se retirar da sala, com todos os deputados. E, quando elles saíam, apoderaram-se os soldados de Antonio Carlos e Martim Francisco, além de alguns de seus partidarios; José Bonifacio e outros já haviam sido apriisionados nas suas casas; immediatamente fôram todos esses oradores da opposição conduzindos a um navio(175) que estava

---

(175) Chamava-se "Luconia" o navio que transportou os Andradas e outros politicos, seus amigos, para o exílio, a que foram

prompto para fazer-se de vela para a França, e sem mais processo fôram expulsos do paiz. E o imperador fez a sua entrada triumphante na capital, e o povo, leviano, acclamou o vencedor, como pouco antes havia acclamado os vencidos.

A assembléa geral estava dispersada, os irmãos Andradas banidos, a imprensa da opposição destruida; nenhum entrave tolhia mais a omnipotencia imperial; e a tudo isso havia assistido a capital, calada ou approvando.

Porém d. Pedro, por mais que lisonjeasse o seu orgulho a reconquista do poder supremo, não podia ignorar que o Rio de Janeiro não era o Brasil, e que não se devia atrever abertamente a uma reacção absolutista. As diversas provincias e os seus funcionarios, embora em nome submissos ao imperio, conservavam sempre uma grande autonomia; tractava-se de saber como ellas acolheriam os acontecimentos de 12 de Novembro, e, para isso, tornava-se necessario apresentar o succedido com a melhor feição possível.

Para que ninguem se julgasse offendido, foi publicado, já a 13 de Novembro, um decreto que exclarecia a censura de perjurio lançada no decreto de dissolução: declarava que isso não se entendia com os dignos, honestos representantes, que sempre tiveram em vista o bem do Brasil, porém sómente com aquella facção, que anhelava pelos horrores da anarchia, para poder saciar sua sêde de vinganças.

E a esse decreto acompanhava uma proclamação ao povo, concitando-o á união e á confiança, ao mesmo tempo que se empenhava por justificar o succedido.

“A salvação da patria, — assim dizia ella,—que me está confiada, como defensor perpetuo do Brasil, e que é a suprema lei, assim o exige”. “Si a assembléa não fôsse dissolvida, seria destruida a nossa sancta religião, e as nossas vestes seriam tinctas em sangue”. “As prisões agora feitas serão pelos inimigos do imperio consideradas despoticas? Não são. Vós vêdes que são medidas de policia, proprias para evitar a anarchia, e poupar as vidas dêsses desgra-

---

então condemnados por d. Pedro I. Commandava-o um Portuguez, de cognome Barbosa, tendo por immediato outro Lusitano, José Joaquim Raposo. Conforme longamente refere A. de M. Vasconcellos de Drummond (*op. cit.*, pags. 99-109), parece que Barbosa havia secretamente combinado com os chefes do partido anti-andradino no Brasil empregar todos os meios para que aquella embarcação, em tão mau estado que levou tres mezes para chegar em frente á foz do Tejo, caísse em poder das auctoridades lusas. Afinal, aquelle barco aportou a Vigo, e, depois de longas negociações com o governo espanhol, permittiu este que os desterrados seguissem para a França.



çados, para que possam gosar ainda tranquillamente dellas, e nós de socêgo. Suas familias serão protegidas pelo governo”.

★ ★ ★

No mesmo sentido, embora com outras palavras, exprimia-se um manifesto imperial, datado de 16 de Novembro; e todos esses documentos repetiam a promessa, já feita no decreto de dissolução: o imperador ia já convocar outra assembléa, á qual elle submetteria o projecto de constituição, que em breve havia de apresentar.

De facto, já a 26 de Novembro se reunia uma comissão, composta de seis ministros (do interior, do exterior, da justiça, das finanças, da guerra e da marinha), e quatro conselheiros de Estado, que, sob a immediata presidência de d. Pedro, devia tractar da elaboração da nova constituição; e, dentro de poucas semanas, a 11 de Dezembro de 1823, havia realizado a sua tarefa.

No essencial, foi tomado por base o projecto da comissão de constituição da assembléa, de 30 de Agosto, comparando-o com a constituição franceza de 1781, a portugueza de 1822 e outras do mesmo periodo; e, além disso, exerceram decisiva influencia, especialmente, os escriptos do politico francez Benjamin Constant.

Mais adeante (recorrendo ás ultteriores leis complementares da organização), voltaremos mais detidamente aos trabalhos da elaboração da constituição brasileira; aqui nos contentaremos com uma simples noticia de seu teor e com uma rapida comparação entre a constituição de 11 de Dezembro e o mais antigo esboço, de 30 de Agosto.

Respiram egualmente ambas o mesmo espirito liberal; a constituição declara expressamente que todos os poderes são emanações e delegações da nação e estabelece o imperador e a assembléa geral ambos como representantes equivalentes da nação; além disso, enumera, no seu artigo final (179), uma série de direitos inviolaveis, que seriam garantidos a todos os cidadãos.

Uniformes, dispunham ambas sôbre o direito eleitoral, bastante amplo, limitado por um recenseamento, e que seria exercido de modo indirecto; dividiam ambas a assembléa geral em duas camaras, a de deputados, eleitos por quatro annos, e a de senadores, eleitos vitalicios em listas triplices, sôbre as quaes o imperador escolhia o terço; e determinavam

que as camaras se reunissem todos os annos em Maio, por quatro mezes; tambem o simples véto suspensivo do imperador, em duas sessões, que perdia o direito na terceira, passou sem ser alterado do projecto para a constituição.

Além disso, a constituição garantia (em vista do sentimento de autonomia provincial tão vivo por toda parte, e a exemplo da constituição dos Paizes Baixos) a cada uma das provincias, para seus particulares interesses, uma assembléa representativa propria, o chamado Conselho Geral, cujos membros, 21 no Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Geraes, São Paulo e São Pedro, e, nas outras, 13, deviam ser eleitos de igual modo, como os deputados do imperio; porém as suas attribuições eram simplesmente consultivas, as suas resoluções só teriam fôrça de lei depois de sancionadas pelo parlamento e pelo imperador; ao mesmo tempo, mudou-se o antigo título de capitão-general pelo novo nome de presidente.

Uniformes, garantiam ambas, projecto e constituição, a independencia da justiça, a inamovibilidade do juiz, a não ser por sentença de direito, e a cooperação do povo no julgamento, por meio de jurados.

Finalmente, ambas definiam expressamente, como é aliás intuitivo, mas era de excepcional importancia deante dos acontecimentos dos últimos tempos e das agitações na vizinha America ex-espanhola, que o exército era por essencia obrigado á obediencia e não podia nunca ter reuniões deliberativas.

A par dessas coincidencias, existiam, certamente, algumas divergencias, em geral sem significação digna de nota; sómente duas pareciam de maior importancia práctica, uma mórmente, em vista dos tempos mais proximos, enquanto não estivessem organizadas as relações de direito internacional, e as particulares de direito de principe, com Portugal, o reino irmão de antes.

O imperador d. Pedro era, como se sabe, igualmente herdeiro presumptivo da corôa do reino de Portugal; em referencia a isto, o projecto de 30 de Agosto era claro e simples: quando um herdeiro (ou herdeira) ou detentor da corôa brasileira obtiver direitos a uma corôa estrangeira, não poderá possuir ambas, porém terá que optar, por uma ou outra, disposição que, certamente, correspondia, como nenhuma outra, aos votos geraes do povo. Todavia, foi supprimida na constituição de 11 de Dezembro: esta última prohibia, sómente no art. 1º, laço algum de união ou federação que se oppuzesse

á independência brasileira, e, no art. 104, estabelecia que o imperador não poderia sair do imperio sem o consentimento da assembléa geral, e, si o fizesse, se entenderia que abdicava a corôa. Era manifesto que d. Pedro desejava conservar, para alguma eventualidade favorável, uma escapatória para a união pessoal luso-brasileira.

A segunda divergencia era de interesse mais permanente. Na fórmula usual, havia o projecto de 30 de Agosto discriminado os tres conhecidos poderes, o executivo, o legislativo e o judiciario; a estes accrescentava agora a constituição, segundo a theoria de Benjamin Constant, ainda um quarto poder, o moderador, que ella designava como a chave de toda a organização do Estado; os poderes executivo e moderador competiam ao imperador; porém não lhe eram com isso concedidos absolutamente direitos mais extensos, extraordinarios; antes, ao contrário, o que se incluía na esphera do poder moderador, — o direito de perdão, a sanção das leis, convocação extraordinaria, prorrogação e dissolução do parlamento, nomeação e demissão de ministros, escolha de senadores nas listas triplices, suspensão provisoria dos juizes nos casos de denúncia judicial, — eram todas sómente faculdades que se costumavam incluir nas attribuições do poder executivo.

Extraordinaria era só a fórmula pela qual essas faculdades deviam ser exercidas; a constituição dizia expressamente que o imperador exercia o seu poder executivo por meio de seus ministros de Estado responsaveis, e que nenhum acto do poder executivo teria execução, sem ser referendado ou assignado por um delles (arts. 102 e 132); em relação, porém, ao poder moderador, não havia tal exigencia; antes, ao contrário, significava de modo terminante que essa attribuição competia exclusivamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, e que o imperador não era sujeito a responsabilidade alguma (artigos 98 e 99). Portanto, para as enumeradas attribuições, na totalidade as mais importantes da vida interna do Estado, a cooperação franca do ministerio responsavel não era directamente excluida, contudo tambem não era necessaria; os ministros podiam ahí declinar de toda responsabilidade, e o parlamento não tinha ninguem a quem porventura pûdesse chamar á responsabilidade; porém o imperador constitucional estava, em relação a ambos os lados, o ministerio e o parlamento, como autocrata irresponsavel.

Que fôsse o intento de d. Pedro fazer o mais extenso uso dessa posição independente, por elle creada para si

mesmo, comprehende-se logo; outra questão era si essa posição intencionalmente ambigua, entre o governo absoluto e o constitucional, podia com o tempo ser sustentada.

A constituição estava elaborada; agora, tractava-se de submette-la, conforme a promessa, á opinião de uma nova assembléa nacional; todavia, d. Pedro, acabando justamente de soffrer a tempestade das agitações parlamentares, tinha pouco desejo de manter essa promessa. Para esse fim, escolheu uma outra escapatoria, que não devia lisonjear menos, e até mais, a tão altamente apregoada soberania do povo e que, contudo, era muito menos perigosa; tal qual o costume na república norte-americana, a nova constituição seria submettida ao povo para a votação directa, e, para esse fim, fôram despachadas cópias a todas as auctoridades municipaes das differentes provincias.

O que significam taes votações, perante uma forte burocracia organizada, nós na Europa temos experiencia bastante disso; basta-nos, portanto, sómente lembrar que tambem no Brasil governava um grupo de funcionarios poderosos e muitas vezes mesmo despoticos, e depreheende-se que, mórmente nas municipalidades do interior, toda a cousa não passaria de uma farça. E, mesmo sem uma tal coacção de cima, não poderia ser de outro modo; ainda tolhido, na infancia da sua cultura política, crescendo sob o açoute ferreo do despotismo e agora atordoado pelas palavras altisonantes do liberalismo, estava o povo brasileiro, menos que todos, preparado para dar a sua opinião sobre a obra de uma constituição.

Em geral, foi acceita sem verificação, com indifferença ou com approvação; alguns levantaram tambem abertamente objecções, que, entretanto, quasi uniformemente, visavam tanto aos pontos importantes como aos sem importancia; assim, por exemplo, a estabelecida perpetuidade dos senadores, porque punha limites á concorrência qu, mais precisamente, á ambição e mania dos titulos, foi tão combatida, e com equal violencia, como o poder moderador.

De resto, não se esperou no Rio de Janeiro pelo completo resultado e possiveis emendas da votação geral; depois que o senado e os habitantes da cidade, a 9 de Janeiro de 1824, e mais os das provincias vizinhas mais proximas, em summa, aquillo que o decreto imperial de 11 de Março designava como a "maioria do povo brasileiro", se declarou, approvando a constituição, prestou d. Pedro, a 25 de Março de

1824, o juramento á mesma, com grande pompa e manifestações de júbilo do povo; com elle, juraram a sua esposa, a imperatriz, o bispo e o senado da camara da cidade; e, segundo o uso do paiz, seguiram-se a esses actos solennes os mais variados festejos, que occuparam o espaço de muitos dias.

Estava prompta a Constituição Brasileira, essencialmente na capital e com a cooperação, na verdade um tanto vacillante, do povo; as provincias haviam-se em geral calado a respeito e, mesmo quando, aqui ou alli, occorreram manifestações isoladas, dellas não se aproveitaram os partidos para fazer sériamente perigar a paz pública e a integridade do imperio.

Póde-se explicar essa indifferença ou submissão tacita das provincias, em parte, pelas relações com o estrangeiro; de quando em quando, ainda era preciso combater contra os restos das tropas portuguezas de guarnição, ou eram sobressaltadas pelos boatos continuos de nova imminente invasão portugueza, deante do que cada qual queria evitar tanto mais o perigo do isolamento ou mesmo de uma guerra civil; além disso, estavam as junctas, eleitas pelo povo, que por toda parte ainda governavam (os novos presidentes provinciaes, nomeados pelo govêrno, só fôram installados no correr dos annos de 1824-25), muito occupadas com as questões particulares de sua propria provincia, que tinham para o povo muito maior interesse do que os acontecimentos do Rio de Janeiro.

De resto, não havia dúvida, apesar de tudo, de que o texto da nova constituição e, ainda mais, o modo como a mesma se havia organizado, haviam produzido um grande número de descontentes, e muitos symptomas disso se manifestavam. Assim, correu mais tarde o boato de que no proprio Rio de Janeiro, na época da dissolução do parlamento, um certo número de moços exaltados havia tramado uma cõspiração para assassinar o imperador, e a essa conjura se attribuiu o incendio do theatro, no dia em que ahi se effectuou a prestação de juramento do imperador; no tumulto, devia ser d. Pedro apunhalado, cousa que, entretanto, se mallogrou.

Da Bahia e outros logares chegaram manifestos que exprimiam o pesar pela dissolução á viva-fôrça e davam a entender que, para o futuro, era necessario um govêrno rigorosamente constitucional.



Mais alarmante, finalmente, foi o aspecto que tomaram as cousas em Pernambuco.

Já tivemos que mencionar várias vezes como em todo o Brasil estava espalhado um partido, não muito forte, que, em vez da constituição monarchica constitucional da Europa, havia tomado para seu ideal político a república federativa da America do Norte; em parte alguma era esse partido tão numeroso quanto em Pernambuco, e sabe-se como já no anno de 1817 se ensaiou alli um levante republicano, que terminou com ignominiosa derrota e duro castigo.

Exgottada por esses esforços de então, representou a provincia, durante a emancipação nacional, apenas papel secundario. Sustentou-se alli muito tempo um capitão-general portuguez, e, si a juncta provisoria, que lhe succedeu, procurou conservar-se algum tempo independente, tanto do Rio de Janeiro como de Lisboa, não conseguiu, porém, estender a sua influencia além dos limites de sua provincia, e em breve tambem teve ella que reconhecer a auctoridade de d. Pedro (1º de Junho de 1822).

Não estava, entretanto, com isso dominada toda a tendencia opposicionista de Pernambuco; revigoravam-na, por um lado, o ciúme provincial contra a dominação do Rio de Janeiro, por outro lado, a confiança em si mesmo do partido republicano, e, mesmo no seio da juncta governativa, pouco a pouco prevaleciam de novo essas tendencias. A' frente da mesma fôra collocado, no correr de 1823, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, conhecido membro do partido republicano, que já havia tomado parte nos acontecimentos de 1817; e, por causa disso, declarou-se franca divergencia com o gabinete imperial.

Do Rio havia sido mandado um funcionario de confiança, que devia substituir esse homem suspeito e assumir as suas funcções; porém o povo de Pernambuco não quiz admittir tal substituição, e tres grandes reuniões consecutivas do povo recusaram reconhecer essa nomeação imperial, de sorte que o enviado teve que voltar ao Rio de Janeiro, sem haver nada conseguido. Despachou, então, o govêrno de d. Pedro uma pequena esquadra para bloquear a desobediente Recife (Janeiro de 1824); todavia, isso produziu pouca impressão; Manuel de Carvalho, o eleito do povo, ficou em seu posto, e, si alguns officiaes ambiciosos tentaram derriba-lo (20 de Março), conseguindo com o auxilio de um batalhão dedicado leva-lo prêso a uma fortaleza do porto, elle foi de novo posto em liberdade já nessa mesma tarde e reconduzido á

plena posse do poder. Provisoriamente, Manuel de Carvalho, de resto, continuou a governar em nome de d. Pedro, como funcionario do imperio; sómente na occasião propicia elle descobriu á luz toda a amplidão dos seus planos.

Já foi mencionado como d. Pedro, enganado pelos boatos, publicou, a 10 de Junho de 1824, um manifesto em-polado, no qual se referia á imminencia de uma invasão portugueza e á heroica resistencia triumphante que ella en-contraria. No dia immediato, 11 de Junho, seguiu-se a este o decreto, um tanto tímido, visando ao govêrno de Pernambuco, no qual o imperador declarava que lhe seria impossivel proteger toda a costa brasileira e que, por isso, competia ás provincias defenderem-se a si mesmas.

Tal mensagem devia naturalmente produzir a peor im-pressão em Pernambuco; mais do que nunca se generalizou a dúvida, si, de mais a mais, d. Pedro era sincero quanto á independencia nacional; todavia, si não se podia contar com protecção alguma da corôa imperial, para que, então, con-tinuar dependente ?

Resolveram os republicanos utilizar para os seus fins essa disposição dos espiritos, e Manuel de Carvalho cedeu aos seus votos; a 2 de Julho de 1824, publicou uma proclamação, na qual o imperador d. Pedro era declarado traidor, pois que o seu proposito era entregar o Brasil ás mãos dos Portuguezes; ao mesmo tempo, eram convocadas todas as provincias do Norte a desconhecer a auctoridade imperial e reunir-se, sob a presidencia de Pernambuco, num estado federativo repu-blicano independente, que se devia chamar "Confederação do Equador".

De facto, chegaram, no correr das seguintes semanas, adhesões da Parahiba, do Rio Grande do Norte, mesmo do Ceará; porém, a sua cooperação limitou-se a simples pa-lavras e pequenos tumultos; tambem Alagôas e os districtos do interior de Pernambuco demonstraram pouco interesse e, em breve, o partido dos monarchistas atreveu-se mesmo a fazer franca contra-revolução. Um membro da aristocracia pernambucana de fazendeiros, Barreto, depois marquez do Recife, que possuia extensas propriedades no Cabo de Sancto Agostinho, desfraldou a bandeira imperial, e em tórno della se perfilaram numerosos voluntarios; na verdade, não se atreveu a fazer frente, em campo aberto, aos republicanos, em número bastante superior; todavia, defendeu-se com suc-cesso contra o bloqueio que elles começaram a fazer ao seu acampamento, por terra e por mar.

Entretanto, chegava ao Rio de Janeiro a notícia desses acontecimentos, quando justamente tambem se havia recebido a consoladora certeza de que nada havia de real na recuada invasão; assim, podia-se, sem temor, volver todas as forças para subjugar a revolta. O imperador declarou a provincia desmembrada em estado de sitio; a esquadra de guerra, sob o commando do almirante lord Cochrane, fez-se de vela para alli (1º de Agosto); sob a sua escolta, navegou o general Francisco de Lima e Silva, com um destacamento do exército, que desembarcou nas costas de Alagôas, afim de fazer junção com as forças de Barreto.

Mais ou menos em meados de Agosto, appareceu lord Cochrane com as suas flammulas deante do Recife e estebeleceu o bloqueio; porém, antes de chegar ao extremo, elle convidou os Pernambucanos, em repetidas proclamações, á submissão e offereceu-se mesmo como mediador, para apresentar as suas queixas ao imperador; mas esses offerecimentos fôram tão infructiferos como as ameaças que os acompanhavam. Tambem a proposta de um encontro pessoal a bordo de um navio de guerra francez neutro, rejeitou-a Manuel de Carvalho; em vez disso, elle procurou attrahir o almirante para o seu partido, pelo subôrno; offereceu-lhe 400 contos, si elle quizesse arriar a bandeira imperial, e içar a da republica.

Naturalmente, romperam-se, então, todas as negociações; a esquadra preparou-se para o bombardeio; todavia, os maiores navios não podiam, por causa de seu calado, approximar-se a alcance de tiro, e as poucas bombas que uma pequena embarcação de guerra lançou á cidade (28 de Agosto) tão pouco damno causaram, que se renunciou á tentativa. A questão se decidiu em terra; o general Lima, depois de reunir-se a Barreto, marchou ao encontro dos republicanos, bateu-os e dispersou-os em diversas escaramuças, apesar da sua superioridade numérica; já a 11 de Setembro de 1824, estavam os bairros mais exteriores da cidade de Recife nas suas mãos, e a 17 foi tambem conquistado o último reducto dos revoltosos, foi a velha cidade dos recifes tomada á viva força; toda Pernambuco obedeceu de nôvo á auctoridade imperial.

O govêrno brasileiro, triumphante, usou da sua victória com doçura; o cabeça da revolta, Manuel de Carvalho, já a 11 de Setembro, quando, derrotado no combate, se havia, extraviado, conseguiu refugiar-se a bordo de uma nau de guerra ingleza e nella chegou a salvamento á Europa;

fôram sđmente executadas (conforme a sentença do Tribunal do Rio de Janeiro, de 12 de Março de 1825) tres condemnações á morte, todas tres personagens de pouco destaque (176); além disso, fôram deportadas algumas centenas de prisioneiros de guerra para as provincias do Sul. Assim terminou, depois de curta e apagada existencia, a "Confederação do Equador".

Seguiu-se um epilogo singular; e, com elle, o mais glorioso e bem succedido combatente pela causa da independencia e integridade do imperio retirou-se do scenario da história do Brasil.

Já se disse em que pé estava o almirante Thomas, lord Cochrane, marquez do Maranhão, para com o govêrno imperial; desde que elle, depois de seu primeiro cruzeiro ao longo da costa, chegou de regresso ao Rio de Janeiro (9 de Novembro de 1823), havia, em seu nome e no de seus subordinados, feito reclamações quasi incessantes sđbre a pretensa injustiça do tribunal de prêsas, sem que fôsem, de qualquer maneira, tomadas em consideração pelo ministerio ou que resultasse auctorização para receber o dinheiro de prêsas e atrasos de soldo.

Muitos officiaes e marinheiros abandonaram, por esse motivo, descontentes, o serviço; o proprio lord Cochrane ficou com o seu navio-almirante inactivo na bahia do Rio de Janeiro; e, segundo parece, havia elle francamente recusado (fins de 1823) a cooperação pedida para o bloqueio de Montevidéo, cidade que ainda estava, então, nas mãos dos Portu-

---

(176) Já evidenciámos, em nota anterior, o engano de Handelmann, quanto ao número de victimas da Confederação do Equador. O historiador allemão parece ter tido apenas noticia da sentença do tribunal do Rio de Janeiro, que, a 12 de Março de 1825, condemnou á morte Joaquim da Silva Loureiro, João Metrowich e João Guilherme Ratcliffe, executados tres dias depois. Houve, porém, outras sentenças, as das commissões militares de Recife e Fortaleza, em consequencia das quaes foram realizadas mais treze execuções. E' injustiça denominar "personagem de pouco destaque" a fr. Joaquim do Amor Divino Caneca, cuja bella cultura litteraria se evidenciou no ensino, no pulpito e no jornalismo politico. Basta ler as suas *Obras*, publicadas no Recife (por auctorização da assembléa provincial), em 1875, por A. J. de Mello. Quanto a Manuel de Carvalho Paes de Andrade, regressou ao Brasil depois da abdicção de d. Pedro I e em 1834 já estava na camara vitalicia do imperio. Falleceu em 1855, como senador, tendo recebido outras graças e provas de confiança de d. Pedro II.

guezes. Exqueceu-se isso, e Montevidéo foi, sem o seu auxílio, de novo conquistada pela capitulação; do seu lado, porém, continuou o governo a não fazer nada para satisfazer as queixas do almirante, até que, ao estalar a revolução em Pernambuco, os seus serviços se tornaram de novo indispensáveis.

Então, foi-lhe paga uma prestação de 200 contos, por conta, mediante a qual os marujos puderam ser satisfeitos, em parte; e, em seguida, como já mencionámos, lord Cochrane fez-se de vela, a 1º de Agosto de 1824, para Pernambuco, onde, de resto, não teve ensejo de obter grandes resultados; á conclusão da lucta, elle nem sequer estava presente, pois o seu navio-almirante perdeu a ancora no porto de Recife, e elle, já desde princípio de Setembro, tivera que arribar á Bahia. Sómente a 29 de Setembro regressou elle a Pernambuco e seguiu então para o Norte, ao longo da costa; passou deante das provincias de Parahiba, Rio Grande do Norte e Ceará, onde a sua simples presença bastou para abafar as fracas agitações revolucionárias, últimas fagulhas do incendio que foi a Confederação do Equador.

Finalmente, a 9 de Novembro de 1824, chegou elle ao Maranhão, e tambem alli, onde se digladiavam dous partidos, que se accusavam mutuamente de tendencias republicanas, restabeleceu com facilidade a paz. Porém esta última provincia teve que pagar caro por semelhante beneficio; lord Cochrane, cansado das eternas reclamações infructíferas juncto do ministerio, resolveu fazer-se pagar por moto-proprio, e, para isso, offereceu-se-lhe aqui a melhor oportunidade.

Num memorial, elle explicou ao governo da provincia que, á sua primeira vinda (Agosto de 1823), elle havia expulsado as auctoridades e tropas portuguezas, pelo que competiam a elle a á esquadra, segundo os usos da guerra, como legítimo despojo, todas as propriedades do governo portuguez de então; elle as havia deixado á provincia, mas agora exigia o pagamento das mesmas; todavia, não reclamava todo o valor dellas, pois, em consideração á pobreza do paiz, se contentaria com 160 contos. A juncta, como era de esperar, oppôz-se, a princípio, a tão insustentavel argumentação; entretanto, havia lord Cochrane afastado o seu presidente, substituindo-o por um homem que lhe era devotado, e elle insistiu tão obstinadamente no que desejava, que a juncta, afinal, julgou prudente ceder; foi encarregada do pagamento da quantia a alfandega de São Luis do Maranhão. Até ser feito o pagamento, demorou, então, lord Cochrane nessa ca-



pital e porto, e, sob o nome do docil presidente provincial, Manuel Telles da Silva Lobo, governou sem restrições.

Um jornalista, João Antonio Garcia de Abranches, que no seu jornal, *O Censor*, ousou criticar o modo de proceder do almirante (elle designava-o, embora duramente demais, como pirata e ladrão); foi, sem outra fórma de processo, banido do Maranhão por um simples decreto. Um funcionario imperial, Pedro José da Costa Barros, que havia vindo, em Fevereiro de 1825, do Rio de Janeiro para alli, afim de assumir o governo da provincia, teve quasi a mesma sorte; lord Cochrane, quando percebeu que esse recém-chegado não estava disposto a approvar o que havia acontecido, recusou-lhe em absoluto o seu reconhecimento; e, como Barros procurasse pela força tomar posse, mandou prende-lo como conspirador e deporta-lo para o Pará (10 a 12 de Março).

Finalmente, foi-lhe entregue toda a quantia; lord Cochrane pagou-se a si mesmo e aos marinheiros; então, mandou a esquadra de regresso ao Rio de Janeiro, sob o commando do commodoro Jewett, ao passo que elle proprio se fazia de vela, na fragata *Piranga*, para a Inglaterra (20 de Maio de 1825).

Elle havia promettido, outrora, servir ao Brasil, até ser reconhecida a sua independencia; para satisfazer a essa promessa, deixou elle ainda alguns mezes o seu pavilhão-almirante desfraldado a bordo da *Piranga*, até se effectuar a accommodação com Portugal; já se vê que, depois do que havia acontecido, no Rio de Janeiro ninguem mais desejava recorrer aos seus serviços. O governo imperial indignou-se ao mais alto grau; mas, visto reconhecer que tambem não deixava de ser culpado, evitou manifestar francamente a reprovação, e a folha official, o *Diario Fluminense*, contentou-se em reproduzir simplesmente as noticias do Maranhão; além disso, como era de esperar, Lobo foi logo exonerado do cargo e Barros foi installado como presidente provincial; tambem, num decreto de 3 de Setembro de 1825, foi severamente censurado o banimento de Abranches, como injusto, arbitrario e inconstitucional.

Na propria provincia do Maranhão, parece que, de resto, não se compartilhava dessa indignação; em vista do espirito de autonomia e dos ciumes provinciaes, afinal, era indifferente ao povo que o dinheiro da caixa da sua alfandega corresse para o bolso de lord Cochrane ou para o thesouro do imperio, no Rio de Janeiro; e, quando, algum tempo depois, fôram ordenadas as eleições para o parlamento, foi

justamente a creatura de lord Cochrane, Silva Lobo, do número dos candidatos triumphantes.

\*\*\*

Volvamos agora um olhar retrospectivo para as condições geraes de todo o imperio.

No interior, a victória sôbre a revolução republicana em Pernambuco não pouco contribuiu para firmar a posição do imperador e do ministerio; na verdade, aconteciam, ora aqui, ora alli, perturbações da ordem local (assim, por exemplo, na Bahia revoltou-se, a 25 de Outubro de 1824, um batalhão e assassinou o governador-militar, todavia logo elle foi forçado a submeter-se e, como castigo, foi transferido para o limite sul do imperio, a Cisplatina); por outro lado, levantes propriamente politicos, que ameaçassem a fórma monarchica do Estado ou a unidade do imperio, não eram de facto para reccar; o desfêcho da revolução republicana descoroçoara por toda parte taes velleidades.

Ao contrário, começava mesmo uma reacção que tendia á revogação da constituição e restabelecimento da soberania absoluta, e nella collaboravam, em parte os antigos Portuguezes, creados nas tradições do absolutismo, em parte inspidos aduladores, que cobiçavam empregos e favores. De diversas provincias chegavam officios que exprimiam e recommendavam, mais ou menos abertamente, essas idéas; entre todas se destacava a de Montevidéo (7 de Dezembro de 1824), com uma representação que era officialmente assignada pela totalidade do conselho municipal; uma da Bahia, etc.; e um funcionario zeloso demais, Chichorro, juiz de Taubaté (provincia de São Paulo), chegou mesmo ao poncto de proclamar d. Pedro, em tres povoações, imperador absoluto.

Demonstrações desta ordem não deixavam de encontrar na côrte acceitação favoravel, e muitos daquelles que mais vivamente tomaram parte nessas manifestações fôram nos annos seguintes contemplados com cargos, cartas laudatorias, ordens honorificas, titulos (sobretudo os titulos de nobreza, todavia sem dotação, fôram conferidos então em grande número); porém possuia d. Pedro bastante bom senso, para não se deixar guiar por essas seductoras bajulações; julgou mesmo necessario reprova-las publicamente; numa proclamação de 13 de Maio de 1825, elle affirmou que: "não querendo nem devendo desviar-se da firme resolução

de manter a observancia da constituição por elle solenemente jurada e por todos os povos do Brasil, houve por bem declarar que só quer e ha de governar com aquelle sagrado codigo”.

Esta franca declaração e renovada garantia á constituição talvez não fossem inteiramente do gôsto do imperador, nem de sua livre vontade; é possível que as relações ainda não regularizadas com Portugal e as já iniciadas dissensões diplomaticas com os Estados da Confederação do Prata o houvessem induzido a tanta moderação na sua política interna; e, de facto, no meio de tantas complicações com o exterior, teria sido duplamente inoportuno de nôvo derribar o estado de legalidade apenas creado, não sem o emprêgo da fôrça. Além do que, si puzesse formalmente abaixo a constituição outorgada, isso não lhe concederia poder mais illimitado do que o que elle já possuia, sem dúvida.

Desde os acontecimentos de 12 de Novembro de 1823, era protelada continuamente, de anno para anno, a prometida convocação para uma nova “assembléa geral”; a imprensa estava supplantada, e, a não serem os jornaes officiaes, apenas uma vez ou outra alguma folha diaria ousava articular timida palavra; nas provincias, pouco a pouco as junctas autonomas cediam deante dos novos presidentes provinciaes que, nomeados pelo imperador, eram tambem inteiramente dependentes delle; por outro lado, porém, não se effectuava ainda a formação dos conselhos geraes constitucionaes; o ministerio, finalmente, não dispunha de fôrça particular, nem de autonomia, era propriamente nada mais que servo da vontade imperial.

Podia d. Pedro ser, então, considerado inteiramente autocrata. Deve-se confessar que nessa posição não lhe faltava zêlo, nem boa vontade; porém elle não havia sido preparado para uma tal tarefa; a sua actuação, em vez de creadora e ordeira, desperdiçava-se irregular em verdadeiras bagatelas.

E, ainda mais, demasiadamente susceptivel ás lisonjas e ás boas graças femininas, concedeu elle em breve a certas personagens indevida influênciã na administração pública; assim, primeira de todas, a sua amante declarada, d. Domitilla de Castro e Mello, marquiza de Sanctos (177), natural

---

(177) Sôbre a influencia exercida pela famosa barregã de dom Pedro I no espirito dêste e nos acontecimentos politicos do primeiro reinado, cumpre que se leia,—além do que vem em varios outros trabalhos, como as já citadas *Annotações* de A. de M. V. de Drum-

de São Paulo, cujo filho (fallecido pouco depois de nascido) foi elevado a duque de São Paulo e cuja filha foi agraciada com o título de duquesa de Goiaz; e também o seu secretário particular, Francisco Gomes da Silva, Portuguez nato, que na bocca do povo era designado pela alcunha de "Chalça", um biltre.

Póde-se crer que tal modo de proceder da côrte causava muito descontentamento; não menos o amor á magnificencia, que de dia a dia d. Pedro mais evidenciava, e para o qual as finanças do Estado não estavam nada em condições, provocavam muito justa reprovação.

Em geral, continuava, porém, sempre, especialmente na capital, a popularidade que o imperador havia conquistado nos primeiros annos, e consolidado por sua adhesão á causa nacional da independencia.

Assim estavam as cousas no interior; quanto aos negocios exteriores do imperio, chamam a nossa attenção sobretudo as relações do Brasil com Portugal.

Vimos como, desde a primavera de 1824, o govêrno inglez (ministerio Canning) havia intervindo como mediador entre a mãe-patria e o Estado-filho rebelde, e não sómente impedira o temeroso estalar de uma guerra, porém havia mesmo estabelecido treguas, embora de facto apenas provisórias (cap. VIII). As duas potencias belligerantes concordaram em mandar a Londres commissarios, para tractarem das negociações de paz; e ahí, no ministerio de negocios estrangeiros, já a 12 de Julho de 1824 se effectuava, sob a presidencia de Canning, a primeira conferencia entre os plenipotenciarios do imperador do Brasil e os do rei de Portugal. Todavia, pouco successo promettiam as negociações; passaram-se cinco conferencias, sem que se chegasse a um accôrdo sôbre as bases de um ajuste; pois do lado dos Portuguezes exigia-se e apresentava-se sempre obstinadamente a proposta de restabelecer a união sob a soberania de dom João VI, ao passo que os Brasileiros insistiam simplesmente no reconhecimento de sua independencia.

Para promover o adeantamento da causa, voltou-se Canning directamente á côrte de Lisboa; elle fez ver alli como

---

mond e a *História da independencia*, de Porto Seguro, — o grande e completo estudo de Alberto Rangel, *D. Pedro I e a marquezia de Santos* — *A' vista de cartas intimas e de outros documentos públicos e particulares* (Rio, 1916).

um maior prolongamento da situação duvidosa de então e mesmo o reencetar as hostilidades fariam perigar a posição de d. Pedro e a estabilidade da ordem monarchica no Brasil; facilmente, poderia o joven imperio desmembrar-se num grande número de pequenas repúblicas, si Portugal hesitasse ainda em se conformar com o inevitavel.

Mas tambem essa advertencia ficou, a princípio, sem resultado; na verdade, pedia agora o rei d. João o parecer de seu Conselho de Estado, e este o deu aconselhando o reconhecimento nominal da independencia do Brasil; accrescentava-se, contudo, a clausula de que Brasil e Portugal doravante manteriam um exército e diplomacia em commum, e que ao lado de d. Pedro seria tambem reconhecido o rei dom João, como primeiro co-imperador. Isso não podia de todo ser considerado condescendencia, nem podiam os plenipotenciarios brasileiros em Londres consentir em taes cláusulas. Por outro lado, um agente secreto, que o gabinete de Lisboa mandou ao Rio de Janeiro para directa negociação, foi alli prêso, desattendido e despachado de volta ao seu paiz.

Sôbre isso passou o anno de 1824; o seguinte, 1825, inaugurou-o Canning, como se sabe, com a sua celebre nota de 1º de Janeiro, na qual elle annunciava a todas as potencias europeas que a Grã-Bretanha, sem mais esperar a resolução da Espanha, reconhecia como convencionalmente independente a parte do antigo imperio colonial espanhol que se achava de facto na posse da independencia, primeiramente as repúblicas de Colombia, Mexico e Buenos Aires, e, por motivo dêsse reconhecimento, ia entabolar com as mesmas tractados de commercio.

Essa declaração não fazia directa referencia á questão luso-brasileira; serviu, todavia, á côrte de Lisboa de espelho avisador do que a esperava, si continuasse na obstinação. E Canning não perdeu tempo para mais instiga-la á decisão; depois de já haver o seu embaixador trabalhado nesse sentido, despachou elle, em Março de 1825, mais um enviado extraordinario a Lisboa, sir Charles Stuart, que levava da parte do governo inglez novas advertencias e propostas e, além disso, estava encarregado de promover logo, pessoalmente, no Rio de Janeiro, as possiveis preliminares de paz, que em Lisboa tivessem acceitação.

E os conselhos da Inglaterra eram agora tambem zelosamente apoiados por outra grande potencia europeia; si foi a intervenção diplomatica de Canning em Vienna, ou si foi simplesmente a relação de parentesco entre a casa imperial



austriaca e a brasileira, o que fez o imperador Francisco José I, da Austria, não dar attenção ás origens revolucionarias do imperio sul-americano e admitti-lo como excepção aos principios de legitimidade então muito em moda, o certo é que elle intercedeu decisivamente em favor de seu genro, d. Pedro, e tanto o seu gabinete como o seu enviado em Lisboa apoiaram a mediação ingleza.

Não pequena era a pressão diplomatica que, desta arte, soffria a côrte portugueza; contudo, não se pôde, por outro lado, deixar de reconhecer que os mediadôres usaram de maxima consideração pela dignidade da corôa de Portugal e pelos interesses dynasticos da casa de Bragança.

As propostas de Canning, como as apresentava em Lisboa sir Charles Stuart, diziam que a independencia do Brasil devia ser franca e simplesmente reconhecida; porém, quanto á fôrma desse reconhecimento, em vez da ratificação por um pacto de direito internacional entre ambas as partes, podia ser feito por simples outorga de uma dellas: por meio de uma carta régia, na qual o rei d. João concedesse, sob certas condições, a independencia ao Brasil, a corôa de imperador a d. Pedro. Era na verdade um expediente extranho, porém muito ao sabor daquella época, como havia justamente sido de facto empregado para a accommodação entre a França e o Haïti (na carta régia do rei Carlos X, de 17 de Abril de 1825).

E, além disso, si pelo reconhecimento era preciso romper no momento a união pessoal entre os dous reinos da casa de Bragança, podia-se deixar, entretanto, aberta uma possibilidade de reatamento; para esse fim, poderia o rei d. João confirmar na mesma carta régia o imperador do Brasil nos seus direitos de nascimento e de successão e reconhece-lo como principe herdeiro de Portugal.

Finalmente, quanto ás condições, dizia o documento que o rei d. João podia reservar para si todos os seus titulos (tambem o do Brasil) e estipular uma indemnização pelos seus dominios; fóra isto, poderia estipular um tractado de commercio com Portugal, com os direitos de nação mais favorecida; e promettia o govêrno britannico, com rara magnanimidade, não ser contrário a esse tractado, embora pretendesse derivar dos tractados de paz de 1810 direitos contrarios.

Certamente não eram inadmissiveis essas propostas de ajuste; todavia, em Lisboa, se sentia demasiado penosamente a perda do Brasil, para com isso se ficar contente. Em prin-

cópia, concedia-se agora o simples reconhecimento de completa independência; porém, quanto á forma e ás condições. apresentou o ministerio propostas mais amplas, a saber: o rei d. João VI, por sua propria auctoridade, assumiria o título de imperador do Brasil, rei de Portugal etc., e, então, por meio de uma carta régia, outorgaria o título imperial a seu filho d. Pedro e conceder-lhe-ia igualmente a immediata soberania sobre o Brasil, assim como o direito de futura successão em Portugal (178). Por outro lado, devia o Brasil, além de um tractado de commércio favoravel, restituir todas as propriedades portuguezas confiscadas ou embargadas e assumir uma parte proporcional da divida de Estado portugueza.

Si já ninguem se illudia que o projecto de tractado inglez muitos empecilhos encontraria no Brasil, quanto mais não devia ser o caso das proposições portuguezas, mórmente nos pontos em que exigiam o título imperial para o rei d. João e um encargo nas dividas portuguezas; por isso, exforçou-se de todo modo sir Charles Stuart por promover uma modificação das mesmas; porém foi mal succedido, e, como em Lisbôa não se pudesse chegar a accôrdo sobre as bases fundamentaes, tambem se abandonou o recurso proposto, da carta régia de outorga. Em compensação, o rei d. João, instado cada vez mais fortemente, deixou-se por fim demover, dando uma especie de plenos poderes ao

---

(178) Devia parecer extranho que, tanto do lado do govêrno inglez, como do govêrno portuguez, tamanho zêlo se desenvolvesse para assegurar ao imperador d. Pedro, como filho primogenito do rei dom João VI, a successão ao throno de Portugal, pelo direito público e internacional. E, todavia, era um tal alvitre muito arriscado; que o renovamento da união de ambas as corôas sobre uma cabeça seria decididamente impopular no Brasil, já era cousa bem conhecida, pelas experiencias dos ultimos annos, pelo que, na final conclusão do tractado, o proprio d. Pedro teve o bom senso de desviar qualquer determinação allusiva a isso; não deixava tambem o plano de peccar contra as leis de Portugal, pois, pelo antigo direito, nunca um estrangeiro poderia subir ao throno de Portugal, e patentemente, ao collocar na cabeça a corôa do Brasil, havia d. Pedro perdido o direito de cidadão portuguez.

Por outro lado, como se sabe, existia segundo filho do rei dom João VI, cuja successão assegurada podia evitar em Portugal todos esses inconvenientes. Basta, porém, lembrar, a esse respeito, que esse segundo filho, d. Miguel, como cabeça da revolução ultra-absolutista de 30 de Abril a 9 de Maio de 1824, havia tentado derribar o seu pae do throno, e, por esse motivo, vivia provisoriamente ao exilio. (*Nota do auctor*).

enviado britannico, para ajustar a causa definitivamente, pelo que este embarcou para o Rio de Janeiro num navio de guerra britannico, que estava prompto, á sua espera, na fóz do Tejo (24 de Maio de 1825).

A 18 de Julho, chegou sir Charles Stuart á capital brasileira, onde o imperador d. Pedro o acolheu com a maior distincção e, logo a seguir, fez entabolar as negociações pelos seus ministros do exterior e da marinha, Luis José de Carvalho e Mello e Francisco Villela Barbosa, aos quaes elle associou, como terceiro, o conselheiro de Estado, barão de Sancto Amaro. Sir Charles Stuart, para isso, tomou como ponto de partida, abertamente, as propostas da mediação britannica e as exigencias apresentadas em último logar por Portugal, as quaes, como era de esperar, encontraram muita opposição da parte do Brasil; resistia-se especialmente em conceder o título de imperador ao rei d. João e as indemnizações exigidas.

Contudo, como, sob a pressão da mediação britannica, a causa tinha que ser logo liquidada, achou-se um recurso, e já, a 29 de Agosto de 1825, foi assignado na cidade do Rio de Janeiro o definitivo tractado de paz entre Portugal e Brasil, pelos negociadores de ambas as partes. Quasi que o mais importante nesse tractado é a introdução, porque nella está explanada a tão longamente debatida fórma do ajuste.

"S. M. F., tendo constantemente no seu Real Animo os mais vivos desejos de restabelecer a Paz, Amizade e bôa harmonia entre os Povos irmãos, que os vinculos mais sagrados devem conciliar, e unir em perpétua alliança; para conseguir tão importantes fins, promover a prosperidade geral, e assegurar a existencia política, e os destinos futuros de Portugal, assim como os do Brasil; e, querendo de uma vez remover todos os obstaculos que possam impedir a dicta Alliança, Concordia e Felicidade de um e outro Estado, por seu Diploma de 15 de Maio de 1825, reconheceu o Brasil na categoria de Imperio Independente (179), e separado dos Reinos de Portugal e Algarves, e a seu sôbre todos muito Amado e Prezado Filho d. Pedro por Imperador, cedendo

---

(179) O que quer dizer esse diploma de 15 de Maio de 1825, si se refere aos plenos poderes (instrucções) de sir Charles Stuart, não o pude apurar; em parte alguma, nas collecções de documentos, foi possível encontra-lo. (*Nota do auctor*).

Acha-se em A. Pereira Pinto, *op. cit.*, I, 330.

e transferindo de Sua livre Vontade a Soberania do dicto Imperio ao Mesmo Seu Filho, e Seus Legitimos Successores, e tomando sómente, e reservando para a Sua Pessoa, o mesmo título". Assim dizia a introdução; por conseguinte, ao passo que mencionava o reconhecimento, conservava até certo ponto a feição de uma carta régia de concessão, embora sob a mais moderada forma.

Porém, segue-se uma formal justificação; pois, proseguia explicando como ambos os soberanos, de Portugal e do Brasil, para acabar com difficuldades decorrentes da separação dos dous Estados, haviam accedido a mediação do rei da Grã Bretanha e Irlanda e nomeado plenipotenciarios que se puzeram de accordo. E seguiam-se, então, as estipulações do tractado de paz, em 11 artigos. No primeiro, affirmava-se de novo que o rei d. João reconhecia a independencia do Brasil e a d. Pedro I como imperador, e declinava da soberania sobre o imperio, reservando, contudo, para a sua pessoa, o título imperial; e a esta última reserva do título dava o imperador d. Pedro, no segundo artigo, o seu assentimento; promettia, além disso, no terceiro, não aceitar quaesquer propostas de colonias portuguezas para se unirem ao imperio do Brasil.

O art. 4º promettia para o futuro paz, alliança e amizade entre o imperio do Brasil e os reinos de Portugal e Algarves, com total exquecimento das desavenças passadas entre os povos respectivos; o 5º, que todos os subditos de ambas as nações, brasileira e portugueza, seriam tractados, nos respectivos Estados, como os de nação mais favorecida e amiga; e esta disposição era completada no art. 10º, segundo o qual pagavam em ambas as nações, reciprocamente, todas as mercadorias 15 % de direitos de consumo provisoriamente (com o que seria Portugal no Brasil equiparado á nação britannica, até então a mais favorecida). Os restantes artigos referiam-se a mutuas reivindicações, e, de facto, determinava o art. 6º que todos os bens de raiz ou móveis, sequestrados ou confiscados, pertencentes aos subditos de ambos os soberanos, seriam logo restituídos reciprocamente, ou indemnizados os proprietarios; o mesmo dispunha o art. 7º, referente a embarcações e cargas apresadas; ao passo que o art. 8º ordenava o estabelecimento de uma commissão, nomeada por ambos os governos, composta de Brasileiros e Portuguezes em número igual, sob a presidencia de um delegado britannico, para a breve decisão dessa questão. E, como até aqui, a respeito de propriedades particulares,



o art. 9º exigia também a equiparação das reclamações financeiras de ambos os Estados, reciprocamente, a qual devia ser feita com a restituição dos objectos reclamados, ou com uma indemnização do seu justo valor; e, para o ajuste dessa equiparação, ambas as partes concordaram em fazer uma convenção especial.

Essa prevista convenção especial foi redigida e assignada ainda no mesmo dia em que o tractado de paz (29 de Agosto de 1825); nella funcionaram os mesmos personagens, com a unica excepção de que, em vez do barão de Sancto Amaro, outro conselheiro de Estado, o barão de Sancta Martha (180), tomou parte como terceiro negociador brasileiro. Nesse documento, promette o Brasil, em vista das reclamações apresentadas por ambas as partes, pagar ao governo portuguez dous milhões de libras esterlinas; e effectuar-se-ia o pagamento, assumindo o thesouro do Brasil a responsabilidade do emprestimo portuguez (1.400.000 libras), feito em Outubro de 1823, em Londres; o restante, porém, a pagar á vista, no prazo de um anno depois da ratificação (181).

Em compensação, ficavam extinctas todas as mais reclamações reciprocas, como sem valor; sómente as reclamações sobre despesas militares e de transportes eram exceptuadas e passavam ao exame da commissão mixta luso-brasileira, de conformidade com o teor do art. 8º do tractado de paz.

O art. 11 (de conclusão) determinava que a troca das ratificações se faria dentro do espaço de cinco mezes, no

---

(180) Ha equivoco de Handelman, quanto á sua asserção de ter sido substituido o barão de Sancto-Amaro pelo barão de Sancta-Martha, para negociar a convenção adicional ao tractado de 29 de Agosto de 1825. Os dous pactos foram firmados no mesmo dia e pelos mesmos plenipotenciarios, isto é, por sir Charles Stuart, como representante de Portugal, e por Luis José de Carvalho e Mello, barão de Sancto Amaro e Francisco Villela Barbosa, como representantes do Brasil, qual se vê nos *Apontamentos para o direito internacional* (vol. I, pags. 321-327 e 339-341) de A. Pereira Pinto. Nem siquer havia, então, esse título de barão de Sancta-Martha, que conforme se lê no "Archivo nobiliarchico brasileiro" (Lausanne, 1918), dos barões de Vasconcellos (pag. 424), foi creado a 20 de Agosto de 1889, para galardoar os serviços do vice-almirante Luis Maria Piquet, fallecido em 1904.

(181) O rei d. João VI cobrou apenas, ainda, 250.000 libras esterlinas; as restantes 350.000, fôram por herança transmittidas a d. Pedro e a sua filha, d. Maria II, rainha de Portugal. (*Nota do auctor*).



maximo, em Lisboa, e o mesmo se dispunha a respeito da convenção; todavia, foi desempenhada em tempo muito mais curto essa formalidade.

O imperador d. Pedro ratificou immediatamente após a assignatura, e, como se conta, foi bastante docil ás exhortações de sir Charles Stuart em alterar a sua fórmula constitucional, porque poderia irritar; em vez de "pela graça de Deus e unanime aclamação dos Povos, Imperador etc.", devia agora assignar: "pela Constituição do Imperio etc.". Foi o documento despachado, então, para bordo de um navio de guerra inglez, o *Spartiat*, com destino a Londres, afim de ser dalli em seguida remettido para Lisboa. Porém d. Pedro, a 7 de Setembro de 1825, no terceiro anniversario da declaração da independencia, annunciou, da saccada do palacio da cidade, ao povo agglomerado em massa, que a independencia nacional havia doravante recebido a sancção do direito internacional, e, para celebrar o feliz acontecimento, mandava cantar um *Te-Deum* na sua capella da côrte, sem contar mais outras solennidades.

A noticia do tractado de paz foi recebida, tanto na capital como nas provincias do Brasil, sem dúvida, com quasi geral satisfacção, tanto mais porque a princípio o governo guardou segredo sobre a convenção e a indemnização em dinheiro; si no tractado algumas flôres de rhetorica offenderam as susceptibilidades dos patriotas exaltados (182), elles apenas se manifestaram em palavreado, e a questão principal, o reconhecimento da independencia, estava alcançada. Por outro lado, em Portugal, o tractado encontrou menos favoravel acceitação; a classe de commerciantes, mórmente, não estava nada satisfeita com as cláusulas estipuladas, da

---

(182) Mercê da publicação das *Cartas andradinas* (Rio, 1890) pela nossa Bibliotheca Nacional, conhece-se o juízo, então intimamente externado por José Bonifacio de Andrada e Silva a A. de M. Vasconcellos de Drummond, em missiva de 14 de Novembro de 1825, sobre o tractado de 29 de agosto do mesmo anno, em que foi reconhecida a independencia do Brasil. Eil-o (pags. 11-12): — "Emfim, poz o ovo a grã pata e velu a lume o decantado Tractado, que sahiu melhor do que esperava; — ao menos temos Independencia reconhecida, bem que a soberania nacional recebeu um coice na bocca do estomago, de que não sei se morrerá, ou se se restabelecerá com o tempo; tudo depende da conducta futura dos Tatambas. Que galantaria jocosa de conservar João Burro o título nominal de imperador, e ainda mais de convir nisso o P. malasartes! Mas, com esta farça o astuto Canning escamotou o reconhecimento a Vienna e Paris...".

equiparação com os povos mais favorecidos, visto esperarem obter para Portugal uma posição de preferencia e exclusivamente favorecida, e, também, o governo, embora em sua consideração se usasse de toda a possível deferencia, mostrava-se maguado sobre muitas fórmulas e fórmulas; sem embargo, d. João VI, agora "Imperador e Rei", quasi immediatamente depois de receber o tractado (sem dúvida sob circunstâncias inteiramente especiaes, que citaremos depois), assignou a ratificação do mesmo (15 de Novembro de 1825).

Com isso entrou o Brasil, como membro autonomo equiparado, no grande concerto de nações europeu-americanas; visto se haver amigavelmente ajustado com a mãe-patria e obtido o seu reconhecimento, não havia mais razão para que qualquer Estado hesitasse, e, por conseguinte, dentro em breve se realizaram satisfactoriamente as formalidades do reconhecimento por todos os lados, e começaram as reciprocas relações diplomaticas. Não tardou que se estabelecessem mais estreitas relações internacionaes, pela celebração de diversos tractados.

Primeiro com a Inglaterra: sir Charles Stuart, que, durante a sua permanencia no Rio de Janeiro, sempre egualmente se apresentava no duplo cargo de plenipotenciario portuguez e inglez, aproveitou-se da oportunidade para, logo a seguir á conclusão do tractado de paz, ajustar pela Inglaterra dous tractados com o governo brasileiro, um tractado de commércio e outro para a suppressão do tráfico de escravos, ambos a 18 de Outubro de 1825, e, pouco tempo depois, publicados no *Diario Official* do Rio de Janeiro; todavia, da parte do governo inglez, foi negada a ratificação a ambos esses tractados, em parte porque sir Charles Stuart não estava empossado de plenos poderes para isso, em parte porque algumas das estipulações causaram desgosto; e, sómente nos dous annos seguintes, é que fôram assignados outros, em substituição: uma convenção para abolição do tráfico de escravos, no Rio de Janeiro (23 de Novembro de 1826), e um tractado de amizade e de commércio, no mesmo lugar, a 17 de Agosto de 1827.

Nesse interim, e, depois, fôram ainda firmados tractados de amizade, de navegação e de commércio: com a França, no Rio de Janeiro, a 8 de Janeiro de 1826, além de um artigo adicional, de 7 de Junho de 1826; com a Austria, em Vienna, a 17 de Junho de 1827; com a Prussia, no Rio, a 9 de Julho de 1827, além de uma cláusula adicional de 18 de Abril de 1828; egualmente no Rio, com

as Cidades Hanseaticas, a 17 de Novembro de 1827; com a Dinamarca, a 26 de Abril de 1828; com os Estados Unidos da America do Norte, a 12 de Dezembro de 1828; com os Paizes Baixos, a 20 de Dezembro de 1828 (e Belgica, a 22 de Setembro de 1834); assim, todos esses paizes, com a concessão de reciprocidade, obtinham para si, no Brasil, os direitos de nação mais favorecida.

---

## CAPITULO XV

### Continuação e terminação da éra da revolução

A 7 de Setembro de 1825, quando o povo recebeu jubiloso da bocca de seu imperador a notícia de que a independencia, reivindicada pelo Brasil, já desde tres annos, estava doravante definitivamente assegurada, poderia um observador imaginar que, mesmo no caso em que se fizessem ainda sentir as consequencias do passado, todavia estava encerrado, pelo menos, o periodo propriamente das tempestades políticas. O imperio estava assegurado no exterior e em paz; no interior, nas antigas provincias brasileiras, reinava a mais completa tranquillidade, mal se ouvia alguma palavra de opposição.

Na verdade, devia-se attribuir essa tranquillidade, em grande parte, á poderosa pressão do machinismo do governo; contudo, a este respeito, estavam os Brasileiros desde sempre muito habituados. Mesmo as velleidades constitucionaes pareciam esquecidas; ainda, sempre, não se falava de nova convocação de um parlamento do imperio; e, sem embargo, apesar de todas as deficiencias, continuava popular a figura cavalheiresca e juvenil do imperador. Desta arte, parecia o Brasil caminhar para um desenvolvimento pacífico.

Porém. quanto seria enganadora tal esperança! Sómente um instante durou a bonança; recomeçaram logo a soprar os mais terriveis vendavaes, e passaram ainda quasi vinte annos, antes que o desgraçado paiz voltasse á completa calma.

A continuação da éra revolucionária divide-se, naturalmente, em dous periodos. O primeiro, que se conclue com a abdicação do imperador d. Pedro, é cheio de guerras e

complicações no exterior, ao passo que no interior as luctas se limitam em geral ao terreno parlamentar. Outra cousa foi o segundo periodo: o Brasil, ahi, retrahiu-se inteiramente sôbre si mesmo, e as regencias, que em nome do menino imperador empunhavam o leme do Estado, se abstiveram de toda complicação com o exterior; entretanto, estalou, ora aqui, ora alli, uma série de revoltas locaes, e no parlamento disputavam os partidos a posse do poder, até que finalmente, antes do prazo legal, a regencia foi completamente extincta e o joven imperador assumiu a soberania; porém, mesmo assim, ainda se passaram annos, antes que a lucta dos partidos se habituasse ás regras da moderação e cessassem as convulsões revolucionárias, nos ultimos recantos do imperio.

Ainda não chegou o tempo em que — ao menos aqui no continente europeu — se possa escrever uma satisfactoria história dessa quadra da revolução brasileira. O material de documentação que existe, mórmente no que respeita ao segundo periodo, é escasso, disperso e, apenas, em parte accessivel, e, assim, nos resta, como mais importante fonte, porém por si mesma de todo insufficiente, a litteratura de viagens; ao passo que algumas partes, que, por espectaculosas catastrophes, ou outro motivo qualquer, despertaram na Europa especial interesse, são relativamente bem exclarecidas, o resto jaz na mais profunda obscuridade.

Apesar de todos esses inconvenientes, consideramos necessario incluir tambem, no ambito da nossa narração historica, toda esse era, que, sómente com a sua terminação, remata uma época; porém devemos observar preliminarmente que, apenas no tocante ao primeiro periodo, podemos continuar a narração pelo mesmo molde até aqui por nós usado; ao contrário, no segundo periodo, o da regencia, teremos que nos contentar em desenvolver o fio historico por uma successão de curtas noticias.



---

## I — A quédia do Imperador

O imperio do Brasil não gosou muito tempo da paz inalterada, que o final ajuste com a mãe-patria, Portugal, parecia prometter; ainda enquanto estavam pendentes as negociações nesse sentido, já em dous lados differentes appareciam germes de outras complicações externas.

Primeiramente, no remoto Oéste; alli, o presidente da provincia de Matto-Grosso, Manuel José Araujo e Silva, ao que parece, por sua propria conta, havia-se aproveitado da oppor-tunidade que offerecia a continuação da guerra civil e de independencia das vizinhas provincias do Alto-Perú (Bolívia), para estender os limites de seu govêrno. Convidado por alguns partidarios dos Espanhóes, que não se conformavam com a nova ordem republicana de cousas, Araujo deixou-se induzir a occupar militarmente o territorio de fronteira, Chiquitos, ex-espanhol, nos principios de 1825, e fez então, em fins de Abril, ao general-chefe do exército libertador do Alto-Perú, general Sucre, a participação official de que Chiquitos, em seguida a uma convenção honrosa e de conformidade com a vontade do povo, ficava incorporado ao imperio do Brasil; qualquer ataque feito a essa provincia, doravante sob a protecção do sceptro imperial, seria repellido pela fôrça das armas e elle saberia vinga-lo com a completa destruição da cidade de Santa Cruz de la Sierra (a cidade boliviana mais proxima).

Não era o general Sucre homem para deixar-se atemorizar por semelhantes fanfarronadas altisonantes; do seu quartel-general, em Chiquisaqua (11 de Maio), respondeu elle á “arrogante e desaforada” nota do presidente provincial, com uma mensagem escripta, na qual declarava traição a rendição effectuada de Chiquitos, e a sua tomada de posse pelo Brasil, offensa escandalosa ao direito internacional; tambem pagava

na mesma moeda as ameaças; ao mesmo tempo, recebeu o commandante boliviano de Sancta Cruz de la Sierra reforços, com a ordem de retomar o territorio de Chiquitos, por bem ou por mal.

A notícia dêsses acontecimentos chegou ao Rio de Janeiro no mez de Julho, justamente na occasião em que o plenipotenciario inglez, sir Charles Stuart, alli ainda demorava, e, assim, este fez valer a sua mediação influente tambem neste caso. O proprio gabinete imperial reconheceu que esta complicação no remoto occidente não podia redundar em vantagem para o Brasil, pois, no caso de guerra, ter-se-ia que combater não sómente com a Bolivia (Alto-Perú), porém egualmente com o Perú e a Colombia, tres repúblicas que se achavam intimamente ligadas, si não por tractados, todavia pela pessoa do libertador em commum, Bolívar.

Em consequencia, foi publicada, a 6 de Agosto de 1825, uma declaração do ministro do exterior, Luis José de Carvalho e Mello, com a rubrica imperial, na qual o imperador reprovava em extremo o zêlo illicito com que havia procedido o presidente provincial de Matto-Grosso, e declarava expressamente: "que não queria e não se envolveria, de modo algum, na guerra de independencia da velha America Espanhola; assim como já havia sido despachada a ordem para Matto-Grosso de fazer retirar immediatamente as tropas brasileiras de Chiquitos" (183).

---

(183) Ha varios enganos de Handelmann (que tambem escreve *Chiquisagua*, em vez de *Chuquisaca*) quanto ao caso de Chiquitos. O capitão Manuel José de Araujo e Silva não era presidente da provincia de Matto Grosso e, sim, vereador municipal de Cuiabá. Em começos de 1825, estava aquella circumscripção política entregue a um govêrno provisorio, composto de Manuel Velloso Rebello Vasconcellos (commandante das armas), João Paes de Azevedo e Manuel Bento de Lima. O primeiro presidente que teve Matto-Grosso, José Saturnino da Costa Pereira, só tomou posse do cargo a 10 de Setembro de 1825. Aquelle govêrno provisorio foi que d. Sebastian Ramos, chefe de Chiquitos, enviou d. José Maria de Velasco a offerecer a incorporação daquelle territorio no Brasil. Em seu hoje raro opusculo *Política tradicional — Intervenção do Brasil no Rio da Prata* (Rio, 1871), A. Pereira Pinto não só deu noticia da *Anexação da provincia boliviana de Chiquitos ao Brasil, em 1825* (pags. 21-28), como tambem foi o primeiro que estampou em obra não official os respectivos documentos (pags. 47-59). Como se tracta de um episodio pouco ou mal conhecido, convém reproduzirmos aqui os preciosos elementos que o esclarecem. Eis a acta da incorporação: — "Sessão extraordinária — Aos 13 dias do mez de Abril de 1825, nesta capital de Matto Grosso, em o palacio das ses-

Teria sido uma felicidade, si d. Pedro tambem para um outro lado se houvesse portado com a mesma condescendencia justa e razoavel. Na verdade, não recaía sôbre elle a primeira culpa, nem siquer no tempo de seu govêrno, todavia elle tomou-a sôbre si com plena consciencia e ainda mais peorou a causa, por despertar-se nelle a vaidosa ambição de entrelaçar os louros sempre virentes de imperador na sua régia corôa de ouro.

sões do govêrno provisório e legal da provincia aonde se reuniram os deputados do mesmo govêrno com o senado da camara, e auctoridades civis, e militares, clero, e mais nobreza convocados para effeito de se deliberar sôbre as proposições politicas, e propostas pelo capitão D. José Maria de Velasco, ajudante de ordens do governador de Chiquitos d. Sebastião Ramos, em qualidade de seu plenipotenciario, como se verificou dos poderes, que apresentou para isso outorgados, e mais officios respectivos, que offereceu transmitidos pelo dicto governador, em consequencia dos quaes, e dos artigos capitulares, que ao diante se seguem, foi por elle emissario representado todos os motivos que objectavam as circumstancias, que obrigaram aquelle referido governador e mais auctoridades da sobredicta provincia a proclamar a Sua Magestade Imperial, debaixo de cujos estandartes pertendiam de ora em diante submeter-se como seus fieis vassallos, ficando assim livres do jugo dos demagogos, e revolucionarios, que só se dirigem a derribar o throno do seu soberano, e os altares de sua sancta religião; pelo que não podendo elles mais sustentar os direitos, que lhe foram confiados do seu legítimo Rei e Senhor D. Fernando Setimo, procuraram os auspícios de Sua Magestade Imperial, no emquanto que seu mesmo Soberano não reconquistasse as suas Americas; cuja proposição, e artigos são os seguintes: Don José Maria de Velasco, hidalgo caballeiro, capitán de los exercitos de su Magestad Catholica, ajudante de órdenes del gobierno politico y militar de la provincia de Chiquitos, secretario de el y emisario plenipotenciario del Sñr gobernador de ella capitán Don Sebastian Ramos por S. M. C. (que Dios guarde) cerca de la Ilma y Exma junta provisoria del gobierno y capitania general de esta limitrofe provincia del Imperio del Brasil. Teniendo el citado Sñr gobernador noticias positibas de la infame entrega que el virey D. José de Lacerna, y sus generales han echo de los exercitos, armas, parques, y provincias htã (*hasta*) el desagadero a los gefes rebolucionarios de Colombia Simon Bolivar, y Antonio José de Sucre bajo una vil capitulación en los campos de Ayacucho contra los sagrados derechos de S. M. C. y honor de sus armas, y que por esta rason la division del mando del general Aguilera ha proclamado la independencia en Cochabamba prendiendo a su general, cuja causa han seguido las ciudades de Valle Grande y Santa Cruz debilitandose por ello el exercito real del cargo del Sñr general Olaneta acantonado en Potosi, y timiendo que sea disuelto ha revuelto dhtõ (*dicho*) Sñr gobernador para el ultimo caso proponer a S. Ex. por mi conduto bajo los plenos poderes que entregue los articulos que siguen, antes que sucumbir, e entregar la provincia de su

Sabe-se como o governo de d. João VI, de Portugal e Brasil, desde mais ou menos 1810, havia de nôvo adoptado e levado avante com successo os antigos planos de engrandecimento dos antepassados: a margem norte do rio da Prata, a antiga Banda Oriental espanhola, com a capital Montevideo, foi em 1817 occupada militarmente por um exército brasileiro, e, desde 1821, por effeito de um acto de duvidosa validade e sob repetidos protestos, tanto da corôa de Es-

mando a un poder revolucionario demagogo, inimigo del throno, y el altar. 1º) La provincia de Chiquitos se entregará bajo la protección de S. M. I. Mtã que ebaquada la America Española, ô reino del Perú del poder revolucionario commandado por los sediciosos Simon Bolivar y Antonio José de Sucre sea reconquistada por las armas de S. M. C., y reclamada por dito Soberano, ô por algun general a su real nombre. 2º) Seran conserbados sus estatutos politicos, y ecclesiasticos, y leyes fundamentales de ella como las exenciones que gosan por privilegios los empleados y naturales. 3º) El armamento, municiones, caballerias, y demás perteneces a las guarniciones della será entregado, y depositado para devolverlo siempre que fuere reclamado por los gefes de S. Magestad Catholica como asi mismo los efectos, y ganados de ambas clases que de los almasenes, y campos se puedan trasladar incluyendo-se en esto la plata, y enseres de las santas iglecias de los pueblos. 4º) Los empleados politicos, y ecclesiasticos seran conserbados con los sueldos, y sinodos que hasta aqui han sido designados, y han gosado, satisfaciendo-se-los en efectos producciones de la provincia annualmente sus haveres como ha sido de costumbre. 5º) Las producciones, usofructos y demas que rinde de sus temporalidades la referida provincia, manufacturas, y adelantamientos seran considerados del erario de Su Magestad Imperial. 6º) Al Señor gobernador, oficiales militares, y tropa de las guarniciones se le señalará cuartel en lugar proporcionado distante de esta ciudad y se les subministrará sus ordenados para la decente manutencion de sus personas, incluyendo-se en esto los empleados civiles, ecclesiasticos, y familias de naturales que voluntariamente quieran trasladar-se a esta. 7º) Los mencionados en el capitulo anterior poderan libremente restituir-se a la referida provincia quando tengan por conveniente, menos al territorio occupado por los revolucionarios. 8º) Siempre que el Señor gobernador quiera ir en persona con alguno oficial, o mandar a la peninsula algunos de ellos con el objecto de dar parte a Su Magestad Catholica de los motivos que lo impelieron a dar este paso se les franqueará auxilio e libre pasaporte con recomendaciones a Su Magestad Imperial para que sean trasladados a qualquier de los puentes para que ebaguen su comicion. 9º) Los archivos seran conserbados y entregados bajo formal inventario com asi mismo las hierramientas, muebles, y utensilios de los pueblos. 10º) Toda interpretacion de los anteriores articulos siempre se hará en favor de las partes entregantes. Fecho en este Palacio de gobierno, capital de Mato-Grosso en 28 dias del mez de Março de 1825. — *José Maria de Velasco*. Os quaes artigos, e mais officios occurrentes a tão importante objecto, foram lidos, e declarados a todos os circumstantes, que presentes se acha-



panha como do governo republicano de Buenos Aires, foi ella incorporada ao imperio do Brasil.

A Banda Oriental ou Provincia Cisplatina, como agora ella era chamada, achou-se logo contagiada pela guerra da independencia brasileira, por surgirem desavenças entre os dous destacamentos do exercito de occupação; isto é, ao passo que as tropas nacionaes brasileiras se declararam pela independencia e pelo imperador d. Pedro, queriam os soldados portuguezes manter de pé a bandeira real de Portugal, e, de

---

vam, para que cada um delles dêsse liberalmente o seu parecer com attenção ao bem que pudesse resultar ao Imperio do Brasil, á Sua Magestade Imperial, e a esta provincia; cujo beneficio, sendo bem conhecido no estado de sua situação, e localidade na consideração de que reunida aquella provincia a esta, fica ella de uma vez defendida de toda e qualquer invasão de inimigos, que possam intentar, não só contra esta provincia, como os mais Estados deste Imperio pelo propugnaculo, que se difficulta aos invasores, não tendo estes mais que uma só entrada mui facilmente defendida, o que não seria facil naquella extensão de limites, entre esta, e aquella provincia: Ouvidos os pareceres de todos os congregados, foram elles de commum consenso, que a sobredicta Provincia fosse já 'acceita em nome de Sua Magestade Imperial, visto que as circumstancias exigiam promptissima providencia, e que não havia tempo de esperar as resoluções do mesmo Augustó Senhor, a quem desde já se dava parte, para que determinasse o que fosse servido a similhante objecto, e que para se tomar conta della, este governo tomasse as medidas necessarias, e annuindo elles (a) todos os pareceres, á excepção do doutor ouvidor Manoel Antonio Galvão, sargento-mór Bernardo Lopes da Cunha, e o capitão José Francisco da Cruz, que foram de opinião contraria para que tal se não praticasse, sem que primeiro esperasse as determinações imperiaes; porém reconhecendo-se o perigo, e que para o evitar, não admittia demora, e sendo unanime o desejo, e boa vontade de todos os mais concurrentes, convieram que o Exmo. governo, attendendo ás positivas circumstancias, que obrigariam em pequeno espaço de tempo a perda total desta provincia, caso se não lançasse mão do que a sorte felizmente offerecia, houvesse de determinar quanto lhe parecesse justo: por cujo motivo ordenou ao Illm. deputado commandante das armas desta capital Manoel Velloso Rebello e Vasconcellos, que pondo em practica o seu costumado zelo, e actividade pelo bem do imperial serviço apromptasse a tropa, e todos os mais uteis necessarios para a expedição, que deve marchar a tomar a referida posse em nome de Sua Magestade Imperial, de quem espera o mesmo governo resolva como for do seu imperial agrado. E por ser tudo conforme ao que se resolveu, se lavrou este termo, que assignaram.

— Manoel do Espirito Santo, official-maior da secretaria do governo, fazendo vezes de secretario, o escrevi. Declarou neste mesmo acto o Illm. capitão-mór João Paes de Azevedo, elevado do seu patriotismo, e adhesão ao amor e causa do Brasil e do nosso Soberano Imperador para gloria da nação, e interesse desta provincia que offerecia, á custa de sua pessoa e bens, manter qualquer des-



facto, conservaram-se dentro das muralhas de Montevideo mais de um anno, até que afinal, sob capitulação, foi essa cidade entregue ao general brasileiro Lecór (2 de Março de 1824). Antes dêsse desfêcho, quando ainda durava a guerra, algo importante aconteceu relativamente á situação de direito internacional do Estado da Cisplatina.

Como acabamos de lembrar, baseava-se a primeira annexação ao reino Portugal-Brasil num acto de duvidosa validade legal, uma resolução tomada a 19 de Julho de 1821, pelo senado

---

pesa, que se faça necessaria para o bom exito, segurança, e progresso desta interessante convicção, até que seja ou não approvada por Sua Magestade Imperial. E para assim constar se lavrou esta declaração, que assignaram. Manoel do Espirito Santo, official-maior da secretaria do govêrno, servindo de secretario, o escrevi.

— *Manoel Velloso Rebello Vasconcellos*, deputado commandante d'armas. — *João Paes de Azevedo*, deputado do governo. — *Manoel Bento de Lima*, deputado do governo. — *José Maria de Velasco*, emissario plenipotenciario. — *Manoel Antonio Galvão*, ouvidor da comarca. — *Ignacio de Bastos Ferreira*, juiz pela ordenação. — O capitão *Manoel José de Araujo e Silva*, vereador do senado da camara. — O tenente *José de Souza Guimarães*, vereador do senado da camara. — O alferes *Francisco Xavier de Almeida Freitas*, procurador do senado da camara. — *Manoel Theodoro Tavares da Silva*, escrivão do senado da camara. — *José Antonio de Assumpção Baptista*, vigario da vara. — O padre *Antonio Luiz da Cunha dos Santos*. — *Bernardo Lopes da Cunha*, sargento-mór de milicias. — *Antonio de Azevedo*, provedor da fazenda publica. — *Manoel Fernandes Machado*, capitão ajudante de ordens. — *Pedro Gomes de Assumpção*, capitão. — *José Mourão de Miranda*, capitão da oitava. — *José Francisco da Cruz*, capitão agregado de milicias. — *Gabriel José da Fonseca*, capitão. — *José Martins Fernandes*, tenente de milicias. — O tenente *Verissimo José de Souza Guimarães*, inspector da musica. — *Antonio José de Barros*, cirurgião militar. — *José Manoel Alves Ferreira*, alferes. — *Eusebio Luiz de Brito*, segundo tenente de milicias. — *José da Silva Terra*, sargento. — *André Rodrigues*, forriel. — *João Antonio da Silva Freire*, sargento. — *Luiz Antonio da Cunha Ponte*, sargento. — *Antonio Rodrigues da Costa*, sargento. — *Jeronimo Leão de Carvalho*, sargento. — *João José Baptista*, forriel. — *Antonio Pereira de Borba*, forriel. — *Joaquim de Araujo Lobo*, porta-estandarte. — *Antonio José Cardoso*, porta-bandeira. — *Custodio José Barbosa*, cabo de primeira linha. — *Francisco Antonio Barbosa*, cabo. — *Innocencio Dias Corrêa*, cabo. — *Bernardo Ramos*, cabo. — *Custodio Rodrigues Montemor*, cabo. — *Antonio Benedicto do Amaral*, cabo. — *Domingos Marcello Pinto*, cabo. — *Manoel Pedro de Abreu*, cabo. — *Manoel Teixeira Ribeiro*. — Está conforme. — *Manoel do Espirito Santo*. — Realizada, assim, a annexação, foi confiada ao capitão Manuel José de Araujo e Silva uma pequena força provincial, que, a 24 de Abril, occupava a povoação de Santa-Ana, séde do departamento de Chiquitos, e allí acclamava solennemente o govêrno de d. Pedro I. O dicto ca-

da cidade de Montevidéo, que então, sem legitimidade bastante, se arvorara em representante de toda a provincia; tanto mais importante parecia, agora, quando se tractava de saber si a provincia devia ou não adherir ao imperio do Brasil, ter para isso uma garantia em regra. Para esse fim, o general brasileiro, quando ainda mantinha sitiadas as tropas portuguezas na cidade de Montevidéo, convidou todas as cidades e villas, e aos proprietarios ruraes, no interior da provincia, a declararem por escripto a sua adhesão ao imperio do

---

pitão apressou-se a communicar esse facto ao general Sucre, em nota de 26 de Abril. Foi a seguinte a resposta que recebeu: — “Ejército Libertador — Cuartel Jeneral en Chuquisaca á 11 de Mayo de 1825. — Al Señor D. Manuel José de Arauzo, comandante en jefe de las tropas del Brasil en las fronteras de Chiquitos. — La nota que V. S. se sirve dirigirme el 26 de Abril, acaba de llegar á mis manos. El comandante Ramos, gobernador de Chiquitos, no solo carecia de facultades para ninguna negociacion con V. S., sino que no tenia ninguna credencial para entrar en relaciones con un gobierno extranjero. La entrega que ha hecho de la Provincia de Chiquitos á V. S., es una traicion y una perfidia; y V. S. ha cometido una agresion injusta en ocuparla. La provincia de Chiquitos, perteneciente a estos territorios, y puesta ya bajo las armas libertadoras, no puede recibir otras autoridades que las que se le destinen por su legitimo gobierno. No puedo persuadirme que V. S. tenga ordenes del gobierno del Brasil para la invasion que nos ha hecho; y la conducta de V. S. marchando a mano armada á posesionarse de un modo usurpador de esa parte de nuestro pais, sin haber precedido una notificaci6n de guerra ni explicacion alguna, es la violacion mas escandalosa del derecho de gentes, y de las leyes de las naciones, y un ultraje que no sufiremos tranquilamente. Nuestro gobierno desea el mantenimiento de la paz y la mas estrecha amistad entre los gobiernos americanos; pero no teme de nadie la guerra: poco ha que acaba de humillar diezyocho mil soldados de sus mas orgullosos enemigos, y sus ejércitos están dispuestos para hacerse respetar y castigar a los injustos. Prevengo pues al Señor comandante jeneral a Santa Cruz que si V. S. no desocupa en el acto la Provincia de Chiquitos, marche contra V. S. y no se contente con libertar nuestras fronteras, sino que penetre al territorio que se nos declara enemigo, llevando la desolaci6n, la muerte y el espanto para vengar nuestra patria y corresponder á la insolente nota y á la atroz guerra con que V. S. lo ha amenazado. Reservo entretanto el derecho para elevar los reclamos sobre este suceso al gobierno supremo del Brasil. Dios guarde á V. S. — *Antonio José de Sucre.*” — Por seu lado, o govêrno provisorio de Matto-Grosso, em officios de 15 e 30 de Abril de 1825, participou ao ministerio de d. Pedro I a incorporação que acceitara, pintando-a com as mais bellas cores. Compreendeu o monarcha a inconveniencia e os perigos daquelle inconsiderado acto e reprovou-o terminantemente, qual se vê do seguinte documento: — “Foi presente a S. M. o Imperador o officio do govêrno provisorio da provincia de Matto Grosso, em data de 15 de Abril do corrente anno, trans-

Brasil e á sua constituição; e, em consequencia, chegaram adhesões numerosas, ficando, todavia, duvidoso si realmente eram de livre vontade ou si seriam antes nascidas da pressão da occupação militar.

Em todo caso, onde essa pressão não se fazia sentir, na cidade de Montevideó, o teor das declarações dos habitantes foi

---

mittindo varios documentos, dos quaes se mostra que, havendo as tropas independentes do Perú se apoderado de Sancta Cruz de la Sierra, e intimado ao governador de Chiquitos, d. Sebastião Ramos, fiel a el-rei de Hespanha, para unir-se ao estandarte dos liberaes, este recusára faze-lo, e preferira procurar a protecção das bandeiras imperiaes, officiando para este fim ao govêrno de Matto Grosso, e delegando-lhe o seu ajudante de ordens, d. José Maria de Velasco, o qual fizera ao mesmo govêrno, em virtude dos poderes que levava, a proposição de reunir a provincia de Chiquitos ao imperio do Brasil, debaixo dos principios constantes do respectivo acto, que fôra accedido pelo referido govêrno de Matto Grosso, reunidas, e ouvidas as auctoridades principaes da provincia. E, supposto o govêrno entendesse por esta fôrma melhor acautelar a defesa da capital de Matto Grosso, caso viesse a ser atacada, no que convieram todas as auctoridades presentes, que tinham conhecimento da fronteira, e bem assim, levadas por um zelo menos reflectido, pensassem fazer serviço a S. M. Imperial, e ao imperio, com a acquisição do territorio limítrophe, além do fim de apoiarem por esse meio os esforços dos realistas na America; todavia, devêra occorrer ao govêrno provisório que, não sendo o particular interesse de uma nação motivo sufficiente, e honesto para engrandecer-se, mórmente á custa da fidelidade de povos, que neste caso só fazem della o sacrificio na presença de calamidades, que, por serem no momento graves, nem por isso deixarão de ser transitorias, e que sendo, além disto, muito incompetente o govêrno para dar um juizo práctico sobre as questões que dividem os realistas, e liberaes da America hespanhola, não devêrã passar ao excesso de deliberar, e resolver sobre taes medidas, para que não fôra auctorizado como, e por quem cumpria. Mandã S. M. o imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, extranhar ao govêrno a deliberação que tomara, não só de aceitar a reunião da provincia de Chiquitos, como de fazer sair tropa brasileira dos limites do imperio para a proteger, tanto mais que, ainda quando S. M. imperial não fôra consultado previamente, como convinha jamais dar o seu imperial assenso a esta medida, por ser opposta aos generosos, e liberaes principios em que o mesmo augusto senhor firma a politica de seu gabinete, e a sua intenção de não intervir na contenda actual dos habitantes da America Hespanhola, entre si, com a metropole, como, aliás, é conforme ao direito público das nações civilisadas. — Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1825. — *Lutz José de Carvalho e Mello.*” Proseguindo nessa elevada politica, d. Peãro I enviou um plenipotenciario, o conselheiro Theodoro José Biancardi, ao Congresso Americano, convocado em 1826 por Bolívar, e, ainda antes de 1828, reconheceu a independencia da Bolivia, conforme o general Sucre communicou ao corpo legislativo, em sua mensagem daquelle anno.

inteiramente diverso; a 20 de Outubro de 1823, publicou-se alli solenne protesto, no qual os signatarios declaravam nulla e de nenhum effeito a união da Cisplatina com o Brasil, effectuada em 1821, pois resultara de medidas coercitivas; e exprimiam a firme resolução de não quererem jámais pertencer a outra nação, a não ser de povo da mesma origem, de lingua espanhola, dos Estados Confederados do Rio da Prata, e nessa conformidade appellavam para a protecção do govêrno de Buenos Aires.

Esse appêllo não resoou em vão; ao contrário, o govêrno de Buenos Aires, ainda no mesmo anno de 1823, renovou os protestos contra a tomada de posse de Montevidéo pelo Brasil e reivindicou a restituição da Banda Oriental, como parte integrante do ex-Vice-reino espanhol de Buenos Aires.

A isso não deu o gabinete do Rio de Janeiro attenção alguma; com base nas adhesões recebidas, foi, ao contrário, lavrado um documento de Confederação, segundo o qual a Cisplatina, conservando uma sombra de autonomia nacional e com algumas garantias para as tradicionaes particularidades do Estado, se incorporava ao imperio do Brasil.

Tambem, como já se mencionou, as tropas nacionaes brasileiras, a 2 de Março de 1824, sem mais resistencia, tomaram posse da cidade de Montevidéo, e, por exigencia do commandante general Lecór, promptificou-se então o cabildo á prestação de juramento á Constituição Brasileira, resalvando, contudo, as disposições citadas na carta da incorporação (10 de Maio).

Mesmo as corporações officiaes do paiz, dominadas por meio de ameaças e do subórno, promoveram em breve mais accentuada adhesão: os eleitores, quando convocados no seguinte mez de Outubro, para elegerem deputados á Assembléa Legislativa, declararam nessa occasião, por acta pública, que os habitantes da Cisplatina renunciavam ás reservas feitas pela Confederação e que desejavam ser equalados, a todos os respeitoes, com as outras provincias do Brasil. Contudo, em breve o govêrno percebia haver com isso ultrapassado o alvo; e assim aquella declaração foi modificada e completada numa representação do cabildo de Montevidéo (7 de Dezembro de 1824), na qual, ao passo que assegurava ao imperador a sua inteira dedicação, por outro lado desaconselhava qualquer innovação nos antigos costumes e usos; e, logo em seguida, accrescentava o pedido: "que aprouvesse ao imperador governar a provincia Cisplatina segundo o modo antigo e deixar



de parte todos os obstaculos que estorvassem o andamento da administração", — alludindo á constituição.

Já se mencionou que d. Pedro deu a essa proposta, assim como á idéntica de diversas provincias brasileiras, resposta negativa (13 de Maio de 1825), porém que não menos recompensou de muitos modos esses requerentes. Chegaram as provas dessa mercê especialmente em grande número a Montevidéo; justamente acabava o imperador de fazer presente do seu retrato ao cabildo da cidade e este o collocara na sala de sessões, com grande solennidade; agora elle conferia a todos os membros do cabildo, sem excepção, a commenda e o hábito da Ordem de Christo, e ao governador civil e militar, o general Lecór, o título de visconde de Laguna.

Estava a Cisplatina apparentemente pacificada e garantida á corôa do Brasil; havia o nôvo govêrno alliado a si, ao menos ao que parecia, por meio de cargos, títulos e ordens honorificas, os homens mais eminentes do paiz, e continuamente elle se empenhava, mórmente por meio de doação de terras do Estado, em augmentar o número de seus partidarios; demais, além dos regimentos provinciaes recrutados no paiz, ficou ainda uma divisão de tropas nacionaes brasileiras, por precaução.

Tambem em parte alguma do paiz se denunciava o minimo indicio de opposição; apesar de tudo, porém, não podia haver dúvida de que ainda a maioria da população era hostil ao dominio brasileiro, como estrangeiro que era, e teria preferido adherir aos Estados Confederados do Prata, ao govêrno de Buenos Aires; pois a Cisplatina era de origem e lingua espanholas, portanto de intimo parentesco com elles, ao passo que do Brasil era separada pela lingua, pelos costumes e pela memória de longa inimizade nacional.

A este respeito, tambem no Rio de Janeiro ninguem tinha illusões; estava-se, não obstante, firmemente resolvido a conservar a provincia illegalmente conquistada e annexada; tambem não se receava perigo algum de momento. Não tinham os descontentes, no proprio paiz, chefe algum eminente; e que do exterior se fizesse qualquer movimento sério para a sua libertação, era cousa duvidosa.

Na verdade, renovou o govêrno de Buenos Aires, no correr do anno de 1824, as suas reclamações, e ambas as partes chegaram á troca de palavras asperas; ao passo que d. Pedro proclamava: "Havia-se agora declarado a Cisplatina, por



livre vontade, a favor da incorporação, e não se daria mais consideração alguma ás representações estrangeiras"; por outro lado, Juan Gregorio de las Heras, presidente dos Estados Confederados do Prata, manifestava-se, em sessão do Congresso, sôbre essa incorporação, como: "usurpação mal encoberta por meio de desleal estratagema e sob apparencia de legalidade". Não se ignorava, contudo, que o mais influente membro do conselho de ministros argentino, Bernardino Rivadavia, era contrário ás complicações da guerra, recomendava condescendencia para com o vizinho imperio; e não parecia improvavel que o seu conselho fizesse pender a balança.

\* \* \*

Eis que o gesto subito de um só desfez todos os calculos. Juan Antonio Lavalleja, natural de Montevideo, desde muito demonstrava franca aversão contra o dominio estrangeiro dos Brasileiros e, por isso, por simples suspeita, fôra pelo general Lecór despachado ao Rio de Janeiro para investigação; em breve, porém, posto em liberdade, retirou-se furtivamente para Buenos Aires, abandonando os seus bens ao sequestro. Alli elle vivera, como muitos de igual pensar, em grande retrahimento, mantendo, todavia, com a Cisplatina continuas communicações. Agora, pareceu-lhe chegada a hora de proceder.

Embarcou apenas com 32 companheiros no porto de Buenos Aires, desembarcou ao fim de curta viagem a pequena distancia de Sacramento (19 de Abril de 1825), e, depois de alli montar a cavallo, com a sua gente, seguiu para o interior, para a bacia do rio Negro, directamente á villa Durazno, onde acantonava um regimento de cavallaria de naturaes do paiz, sob o commando de Fructuoso Rivera, nascido no Estado argentino de Córdoba.

Não ficou bem esclarecida a conducta dêste official, que até então havia gosado do mais alto prestigio e confiança do govêrno brasileiro, tanto que lhe estava confiado o supremo commando militar em todo o interior da provincia; por um lado conta-se, e por outro lado nega-se, que desde começo elle estivera em entendimento e troca de cartas com Lavalleja; fôsse como fôsse, elle tomava disposições para dar caça áquelle corpo de voluntarios, que ia sempre engrossando; porém nisso não se sabe ao certo, si propositadamente, si por traição de seu ajudante, caiu numa emboscada, e cercado por todos os lados teve que optar entre a morte e a adhesão

a Lavalleja: escolheu o último alvitre; com elle, o seu regimento (27 de Abril). Unidos, arvoraram então ambos os auzes capitães de cavallaria a bandeira da independencia, juncto á qual acudiram em bandos os gaúchos campineiros, a cavallo, das planicies do Prata; passaram tambem os regimentos de nacionaes, em grande parte, para elles, ao passo que os destacamentos brasileiros, isolados no interior, fôram facilmente derrotados ou aprisionados.

Assim, com excepção das grandes villas e da região da costa, estava em breve toda a provincia livre do dominio estrangeiro; já a 14 de Junho poudo ser constituido na villa de Florida um govêrno provisorio, que logo convocou os deputados do povo para uma assembléa constituinte; e, apenas esta se abriu, em 20 de Agosto, declarou-se a Banda Oriental independente de Portugal e do Brasil, e resolveu que o paiz, adoptando a fórma de govêrno republicano, passaria a fazer parte dos Estados Confederados do Rio da Prata (25 e 26 de Agosto de 1825).

O rapido successo que obtiveram as armas de Lavalleja produziu, como se póde imaginar, por toda parte, a maior surpresa. Em Montevidéo, o commandante brasileiro, general Lecór, ficou completamente desnortado; elle conhecia a supremacia natural dos cavalleiros argentinos, e as suas tropas brasileiras estavam muito enfraquecidas por innumeradas deserções; tambem em grande parte não as podia dispensar do serviço de guarnição; teve elle, portanto, que assistir, sem poder reagir, á perda do interior do paiz e ficar restringido á posse de Montevidéo e das restantes praças costeiras, em parte fortificadas.

Por outro lado, em Buenos Aires, a opinião pública acclamava com o mais vivo applauso o que acontecera na Cisplatina, e si, a princípio, o govêrno se absteve de qualquer participação, contudo muitos particulares porfiaram em auxiliar a causa dos patriotas, com donativos espontaneos de dinheiro e material de guerra, ou apresentando-se pessoalmente.

No Rio de Janeiro, não se julgou, a princípio, tão grave a revolta, como as notícias descreviam; todavia, poz-se logo em campo uma parte da milicia provincial de São Pedro, ao passo que era despachado um destacamento de tropas regulares, embarcado do Rio para Montevidéo. O almirante Rodrigo Lobo devia comboiar com a sua esquadra esse transporte, e, além disso, recebeu elle o encargo de ir a Buenos Aires e exigir do govêrno dalli a manutenção da mais severa

neutralidade, a retirada dos seus subditos da Cisplatina, etc., sob ameaça de bloqueio da foz do Rio da Prata, no caso contrário.

O almirante Lobo desempenhou esse encargo, não sem uma certa soberba, pelo que as relações, de resto já muito tensas, ainda pioraram.

A presidencia da Republica Argentina conservou-se de facto moderada e deu uma resposta terminante, porém não descortez; não lhe foi possível, contudo, quando pouco a pouco fôram chegando as notícias favoráveis da Cisplatina e afinal a da decisão de annexar-se á Confederação, atalhar a geral excitação do povo; um bando de desatinados offendeu o encarregado de negocios brasileiro e quebrou-lhe as janellas a pedradas; e o Congresso Geral Argentino, em sessão, resolveu acceitar a proposta da Cisplatina e decretou a sua entrada na Confederação (25 de Outubro de 1825).

E, em consequencia, o ministerio do exterior deu parte numa nota official ao gabinete brasileiro: "Que, de conformidade com os desejos da Banda Oriental, ella doravante fazia parte, de nôvo, dos Estados Confederados do Rio da Prata, aos quaes por direito pertencia; que o govêrno da Confederação tinha, portanto, que cuidar da defesa e segurança dessa provincia e devia, com todos os meios ao seu alcance, promover a retirada das tropas brasileiras do seu territorio".

Equivalia isso a uma declaração de guerra; e conjunctamente chegava dupla notícia má; ambos os chefes da insurreição cisplatina haviam obtido, cada um no seu posto, decisivo triumpho. No Rincón de las Gallinas, na confluência do rio Negro com o Uruguay, havia Rivera dispersado dous regimentos de cavallaria brasileira, que tentavam envolve-lo e aprisiona-lo; fe-lo com um destacamento de cavallaria de sómente metade da fôrça e aprisionou maior número de contrários que o número de sua gente (24 de Setembro); e Lavalleja atropellou e dispersou completamente na planicie de Sarandi, nas cabeceiras do São José, a cavallaria provincial de São Pedro, sob o commando de um celebre partidario, que lhe veio ao encontro na plena certeza da victória (12 de Outubro) (184).

---

(184) Handelsmann não menciona o nome do militar brasileiro derrotado em Sarandi e que foi Bento Manuel Ribeiro, paulista, natural de Sorocaba, mas desde joven ao serviço do Rio Grande do

Completamente desanimados, os restos da cavallaria brasileira procuraram refugio no interior da provincia de São Pedro, cujas fronteiras deixaram abertas, e dentro dos muros de Montevidéo; mas ficava todo o interior da Cisplatina na posse incontestavel dos patriotas. Até fins do anno de 1825, apoderaram-se tambem estes ultimos de Maldonado e de outras praças da costa, mesmo das antigas fortalezas de fronteira, São Miguel e Sancta Teresa, ao passo que, sem infantaria e sem canhões de sitio, só puderam fazer uma especie de bloqueio irregular contra as importantes cidades de Montevidéo e Sacramento, que serviam aos Brasileiros como principaes praças de armas.

Seria ainda tempo, nessa occasião, para prudente condescendencia e para conclusão de uma paz não deshonrosa; seguindo o bom senso, não devia a corôa do Brasil, já tão rica em territorio, fazer questão de um accrescimento de dominio, o qual era preciso sempre e sempre conquistar-se com as armas; e o tom de desafio da nota argentina não devia ser considerado offensivo, pois que se sabia de sobra que esse governo não desejava menos a paz e estaria disposto a admittir eventual proposta de accommodação.

---

Sul, onde desempenhou salientissimo papel, principalmente durante a guerra dos "Farrapos". Eis como Rio Branco, em suas *Ephemerides brasileiras* (Rio, 1918), pags. 485-486, descreve a batalha de Sarandi: — "Bento Manuel, marchando de Montevidéo com 1.150 homens de cavallaria de linha e de milicias, incluso o reforço que alli recebera, fez junção nas immediações de Minas com o coronel Bento Gonçalves da Silva, que commandava 354 milicianos, e seguiu rapidamente em procura do general Lavalleja, chefe da revolução oriental. Na manhã de 12 de Outubro, atravessou o arroio do Castro, affluente do Ji, e foi encontrar o inimigo no lugar denominado Orqueta de Sarandi, cabeceiras do arroio Sarandi, tributario da margem esquerda do Castro. O general Fructuoso Rivera já se tinha reunido a Lavalleja, de sorte que os Orientaes puderam apresentar 2.600 homens de cavallaria, alguns atiradores a pé e uma peça. Bento Manuel, orgulhoso com as passadas victorias, mudou de cavallo e lançou-se á carga com 1.411 homens, todos de cavallaria (São Leopoldo enganou-se, dizendo que tinhamos infantaria). Os esquadrões de linha, commandados pelo coronel Alencastre, romperam o centro do inimigo (coronel Manuel Oribe) e dispersaram a sua reserva (coronel Leonardo Olivera), mas a nossa direita (coronel Bento Gonçalves) foi rechassada pelo general Rivera, e a esquerda, atacada tambem de frente e flanco por forças superiores, ficou derrotada. No Passo de Sarandi, Bento Manuel sustentou-se duas horas, até que se lhe reuniram Bento Gonçalves e muitos dos dispersos, e com 550 homens fizeram esses dous chefes a sua retirada, pelo Passo de Polanco do rio Ji, para Sancta-Anna do Livramento. Com

Todavia, d. Pedro, fiel ás antigas tradições da política sul-americana de sua dynastia, insistiu em conservar a fronteira sul do Rio da Prata, uma vez alcançada, e preferiu a guerra; a 10 de Dezembro, fez-se no Rio de Janeiro a declaração de guerra contra os Estados Confederados do Rio da Prata, e, a 21 de Dezembro de 1825, annunciou o almirante Lobo o bloqueio da foz do Prata, ao que o govérno de Buenos Aires, de seu lado, respondeu, a 3 de Janeiro de 1826, com uma deciação de guerra.

A guerra que com isso se desencadeou restringiu-se, durante todo o anno de 1826, a mui pequenas proporções. Em terra, permaneceu tudo na mesma; ao passo que os Brasileiros, reforçados pela remessa de novas tropas, dispuzeram ao longo da fronteira sul do imperio uma especie de cordão de postos e conservaram-se em Sacramento e Montevidéo, os patriotas se mantiveram senhores do interior, e os seus audazes cavalleiros faziam correrias até juncto das muralhas das praças fortes em mãos do inimigo; e contava-se então, como cousa singular, o incidente de haverem uma vez os gaúchos lançado

---

elles seguiram o tenente-coronel Bonfacio Isas Calderón e os majores Philippe Nery de Oliveira e Albano de Oliveira Bueno. Alencastre, cercado pelo inimigo, capitulou, depois de tres horas de combate, ficando prisioneiro, com 36 officiaes e uns 400 soldados. No dia seguinte, ainda os Orientaes fizeram alguns prisioneiros no Perdido (major Oliveira e 125 homens) e no Maciel (tenente-coronel Pedro Pinto e um soldado). Ao todo, ficaram prisioneiros 575 homens (entre elles 25 officiaes e 133 feridos), e, como em differentes direcções se puderam salvar 730 homens, segue-se que os nossos mortos não deviam ter chegado a 200 (segundo a parte official de Lavalleja, foram 572). Os Orientaes tiveram 35 mortos e 90 feridos. Este combate e a surpresa do Rincón no dia 24 de Septembro obrigaram o coronel Abreu (barão do Serro Largo), que estava em Mercedes, a retroceder para a fronteira do Rio Grande do Sul, ficando os revolucionarios orientaes de posse de todo o territorio de sua patria, menos as duas praças de Montevidéo e da Colonia. Entre os officiaes prisioneiros, figuravam um coronel (Joaquim Antonio de Alencastre, de 1ª linha), tres tenentes-coroneis (Pedro Pinto de Araujo Corrêa, de 1ª, João Marques da Silva Prates e Manuel Soares da Silva, de milicias) e dous majores (Theodoro Burlamaqui, de 1ª linha, e Antonio José de Oliveira). Nunca, em combate algum, nem antes, nem depois dêste, soffrêmos tão grande perda em prisioneiros. Em 5 de Março do anno seguinte, todos os officiaes superiores aqui mencionados, menos o major Oliveira, libertaram-se no rio Paraná, assim como muitos capitães, subalternos, cadetes e soldados, revoltando-se contra a escolta que os conduzia, em um barco, para Sancta-Fé".



o laço sôbre a sentinella brasileira á porta de Montevidéo, capturando-a.

Alguma cousa mais aconteceu do lado do mar. O almirante Lobo, depois de haver declarado o bloqueio, tomou posição defronte da cidade de Buenos Aires e apoderou-se da ilha de Martim Garcia, onde elle mandou levantar umas fortificações; porém não ficou alli muito tempo, sem ser inquietado. A toda pressa, o govêrno de Buenos Aires armou em guerra alguns navios, e o commando dessa esquadra, de resto inferior em todos os sentidos á brasileira, sómente mais bem tripulados e de menor calado, que melhor se prestavam para navegação do rio, foi dado a um emprehendedor homem do mar, Inglez, o almirante William Brown. Este último tractou de atacar logo o inimigo, e, si não obteve successo algum em combate (9 de Fevereiro), todavia, com continuos assaltos de surpresa e habéis manobras, conseguiu que o almirante brasileiro abandonasse de nôvo a ilha Martim Garcia e fôsse deitar ancora além, rio abaixo, — operação por causa da qual o almirante Lobo, ainda nesse verão, foi exonerado e submetido a conselho de guerra, sendo, porém, absolvido.

Brown tinha agora maior liberdade de acção e aproveitou-se disso para inquietar ora Sacramento, ora a propria Montevidéo, pelo lado do mar, ou colhendo pequenos navios brasileiros; nos assaltos nocturnos, elle aventurou-se tambem a atacar navios de guerra superiores de muito, até que, numa dessas occasiões, perdeu o seu proprio navio almirante (29 de Julho de 1826), e, dahi em deante, teve que se limitar mais á defensiva. Só então o bloqueio da foz do Prata se tornou effectivo e o commércio de Buenos Aires interrompeu-se quasi completamente, e os navios brasileiros de bloqueio faziam muitas prêsas valiosas.

Do seu lado, porém, soffreu tambem a marinha mercante brasileira não pequeno prejuizo; pois, desde o princípio da guerra, havia o govêrno de Buenos Aires offerecido carta de corso a toda gente, pelo que aventureiros de todas as nações, especialmente norte-americanos, avidos de prêsas, dellas se utilizavam, e então, com atrevimento sem exemplo, desfraldavam a bandeira argentina de corsarios até dentro do porto do Rio de Janeiro.

Nesse interim, havia o Brasil incorrido, por outro lado, em complicação politica com Portugal. Já acima se mencio-

nou (cap. XIV) que o gabinete de Lisboa, durante as negociações sobre o ajuste com o Brasil, sempre quiz incluir nas propostas e estipulações um artigo que assegurasse ao imperador d. Pedro, como filho primogenito do rei d. João VI, de Portugal, a successão ao throno; tambem a potencia mediadora, a Inglaterra, era a favor dessa disposição; todavia, d. Pedro, que bem conhecia a aversão dos Brasileiros a uma nova reunião de ambas as corôas, conseguiu que no tractado de paz não houvesse nenhuma allusão a essa successão.

Para preencher essa lacuna, publicou o rei d. João VI, no mesmo dia em que effectuou a ratificação, 15 de Novembro de 1825, uma carta de lei, na qual reconhecia d. Pedro herdeiro de todos os seus reinos e como principe herdeiro de Portugal. Porém não fez só isso; a lei, facto inteiramente singular, devia ainda evidentemente ter por objectivo dar publicamente satisfação plena á dignidade da corôa portugueza e aos principios de legitimidade, porquanto haviam sido offendidos pela independencia do Brasil.

Por isso, a lei recapitulava em substância o teor e, sobre tudo, a introdução do tractado de paz, e citava-o expressamente, porém dava á questão uma apparencia como si não fôsse de facto inteiramente historica e de tractado, mas apenas dada por espontanea resolução e outorga; em conclusão, declarava que o rei d. João tomava para si, por toda a vida, o título de imperador do Brasil, e reconhecia o seu amado filho d. Pedro principe herdeiro de Portugal, na sua qualidade de imperador do Brasil; do reconhecimento da independencia do Brasil, declarada expressamente no tractado, não se dizia aqui uma palavra.

Isso devia naturalmente maguar muito ao Brasil; não só o gabinete do Rio de Janeiro apresentou protestos em Lisboa; tambem o povo, ainda mais excitado pelos boatos exaggerados sobre o teor dessa lei, irritou-se e em diversos logares chegou mesmo a tumultos, aproveitados para desabafar o seu antigo rancor contra os Portuguezes residentes.

Peores fôram as circunstâncias na Bahia; alli retumbou de novo o brado sinistro: "Morte aos Portuguezes!". E as auctoridades locais viram-se na impossibilidade de manter a ordem, de sorte que o imperador achou aconselhavel conjurar a tempestade com a sua presença pessoal. Acompanhado por sua esposa, elle partiu a 3 de Fevereiro de 1826 do Rio de Janeiro, e desembarcou a 15 na Bahia, onde o par imperial foi recebido com o maximo carinho; elle demorou

alli algumas semanas, e, durante esse tempo, conseguiu, com os seus esforços pessoais, além das providências do governo provincial, socegar completamente os animos.

Em fins de Março, poz-se em caminho de regresso, e a 1º de Abril entrou de nôvo d. Pedro no Rio de Janeiro, onde, nesse interim, embora a tranquillidade não houvesse sido perturbada, entretanto estivera seriamente ameaçada.

E' que um immigrante francez, Pierre Chapuis, aqui havia publicado um folheto, *Consideração sôbre o tractado de independencia e a Carta de Lei*, e nelle expunha a incompatibilidade dos pontos de vista de um e outro dêsses documentos, pelo que enumerava, num tom mais provocador que persuasivo, os perigos sem conta, possiveis e impossiveis, que se poderiam originar para o Brasil dessa desegualdade e a decorrente falta de clareza para a posição politica do imperio.

Póde-se imaginar que esse escripto, que tractava o assumpto do dia com tal sem-cerimonia, teve tanto maior repercussão, porque nos ultimos tempos era ensossa e timorata a imprensa diaria politica. O ministerio, que governava na ausencia do imperador, ficou perplexo e preocupado, deante de tal linguagem, desde muito desusada, tanto mais porque não atinava como proceder com o atrevido extrangeiro, que em poucos dias se tornara o personagem mais conhecido da capital.

Tentou-se, a princípio, combate-lo com as suas proprias armas; a folha official, *Diario Fluminense*, atacou Chapuis com violencia, como anarchista que, expulso de todos os paizes extrangeiros (redactor de jornaes liberaes, de facto elle havia sido, em reacção, desterrado tanto de Madrid como de Lisboa), agora queria infeccionar o Brasil com os seus escriptos incendiarios; e um religioso, frei Sampaio, teve queprehender uma officiosa refutação do folheto; porém, com isso, tornou-se o mesmo ainda mais conhecido.

Assumiu então Chapuis a redacção de um jornal, o *Verdadeiro Liberal*, afim de se defender a si mesmo e discutir, sem poupar, todas as medidas do govêrno, enquanto que elle, deante dos avisos e ameaças, se firmava no direito fundamental de liberdade de imprensa, garantido pela constituição do imperio. Porém elle ia em breve aprender que isso no Brasil é apenas letra morta; poucos dias depois do regresso do par imperial, da Bahia, elle foi prêso, encarcerado e embarcado á fôrça num navio, que levou barra fóra o recalcitrante.

Esta occorrença, embora as deportações políticas dêste genero já se dessem frequentemente, talvez tivesse provocado grande escandalo, si já nos dias seguintes não fôsse posto á sombra, por um acontecimento de muito maior importancia. A 24 de Abril chegou de Lisboa a noticia da morte do rei d. João VI, occorrida a 10 de Março de 1826, e que a regencia instituida por seu fallecimento, segundo a lei recentemente decretada, havia proclamado o imperador dom Pedro I, do Brasil, rei de Portugal, com o nome de Pedro IV. Assim aconteceu, de facto, o que tantas vezes já se havia previsto: a nova reunião de ambas as corôas da Casa de Bragança numa só cabeça, e d. Pedro tinha agora que determinar, por livre vontade, como seriam as relações entre ambos os reinos!

Já se disse que a constituição outorgada ao Brasil prohibia de modo bastante obscuro qualquer federação ou união que se oppuzesse á independencia do imperio, e que qualquer ausencia do imperador fóra do imperio, sem prévio consentimento do parlamento, seria considerada abdicacão voluntaria; deixava, na verdade, aberta uma escapatoria para a união pessoal; todavia ninguem tinha dúvida de que tal cousa era decididamente impopular no Brasil; e tão pouco se deixaria o Brasil governar de Lisboa, como Portugal se deixaria governar do Rio de Janeiro. Tinha, pois, d. Pedro que optar, e elle preferiu conservar a sua corôa de imperador.

“No Brasil quero ficar, — conta-se que elle dissera, — pois é a minha obra!” — phrase soberba, sôbre cuja veracidade não queremos discutir. Porém, tractava-se de occupar tambem o throno portuguez. Si o imperador abdicasse, pertencia este, pelo direito de hereditariedade, em primeiro lugar, a seu filho unico, d. Pedro, nascido a 2 de Dezembro de 1825; todavia, este era principe herdeiro do Brasil e aqui destinado para a successão; o direito passava, então, á séguinte filha mais velha, d. Maria da Glória, nascida a 4 de Abril de 1819. Essa dupla transferencia e, ainda mais, passando da linha masculina para a feminina, dava ainda mais que pensar, pois já o proprio direito de d. Pedro, segundo a lei antiga de Portugal, podia ser de muitos modos contestado; e, como se sabe, havia um pretendente em d. Miguel, irmão do imperador, exilado no momento em Vienna, que podia atirar na balança o seu direito, em contraposição a esses direitos duvidosos. Portanto, para que a joven princeza pudesse occupar em paz o throno que lhe

era destinado, occorria associar esses direitos contrarios, e isso se faria por uma alliança matrimonial entre d. Miguel e d. Maria; de todo modo, já desde o nascimento de dona Maria, havia-se falado em tal casamento, como eram mais que habituaes na Casa de Bragança esses casamentos entre tio e sobrinha, e podia-se simplesmente examinar de nôvo esse plano.

Attendendo a estas considerações e a conselho do embaixador inglez, sir Charles Stuart, a successão ao throno portuguez foi assim determinada: d. Pedro (IV) assumia a dignidade e o título de rei de Portugal, e, como tal, concedia ao reino uma constituição modelada sôbre a do Brasil, assim como confirmava a regencia installada provisoriamente e concedia amnistia política; depois renunciava, pela lei de 2 de Maio de 1826, á corôa, em favor de sua filha, d. Maria (II), ao que accrescentava, todavia, a dupla condição, que a sua abdicação e renúncia não entrariam em vigor, nem a joven rainha se mudaria para Portugal, sinão quando se houvesse jurado formalmente a nova constituição no reino e quando o projectado noivado e casamento entre d. Maria e d. Miguel se houvessem realizado. Com isso, pareciam harmonizadas as questões em todos os sentidos e podia-se, além do mais, contar com alguma certeza com o auxilio da Inglaterra, para o cumprimento dos planejados arranjos, podia-se encarar cheio de esperança a completa solução do caso.

Em todo caso, renunciando assim d. Pedro abertamente á união pessoal e, no que dizia respeito ás relações com Portugal, doravante apresentando-se no character de rei, de facto fazendo-o sómente como tutor e protector de sua filha, tranquillizava o zêlo nacional brasileiro.

E era isso tanto mais para desejar, porque o govêrno imperial tinha, justamente agora, que fazer frente á assembléa nacional.

O orçamento militar, cada vez mais sobrecarregado pela guerra argentina, além disso os compromissos financeiros assumidos em consequencia do ajuste com Portugal, o que tudo com o tempo não se podia saldar com os recursos habituaes, levaram o imperador a conformar-se com a desagradavel necessidade de, finalmente, convocar a tão promettida e sempre de nôvo adiada primeira assembléa geral ordinaria.



A 6 de Maio de 1826, elle proprio a abriu com a fala do throno, que dava especial relêvo ao glorioso reconhecimento da independencia, á sua propria renúncia ao throno de Portugal, e á guerra declarada na Cisplatina; em seguida, tractaram as duas camaras da assembléa geral, os senadores e os deputados, de dar início aos seus trabalhos.

Sem acompanharmos a legislatura nas particularidades, notemos apenas que, em geral, a attitudo dêsse parlamento foi muito docil; os membros, já eleitos no anno de 1824, portanto, sob influência e pressão do govêrno então vencedor contra a assembléa constituinte e da revolta de Pernambuco, eram inteiramente moderados e não se sentiam bem seguros nas suas curues. Assim, só uma vez se manifestou uma verdadeira opposição, quando se chegou a discutir sôbre a administração financeira bastante descuidada nos ultimos annos, finalmente, desvendando-se, então, o ainda guardado segredo de Estado da indemnização a Portugal; a camara dos deputados exigiu então tomar conhecimento de todos os tractados e sobretudo de toda a política exterior do govêrno; contudo, parece que se illudiu essa exigencia, pois o imperador aproveitou-se do prazo legal de quatro mezes, fixado pela constituição, para encerrar a 6 de Setembro a legislatura.

Antes, a 2 de Agosto de 1826, teve logar na assembléa, de conformidade com a constituição, o solenne reconhecimento de d. Pedro, então com oito mezes de idade, herdeiro do throno. A não ser isso, além das deliberações sôbre diversas leis organicas, nada de especial aconteceu, nem siquer se tractou de remediar o aperto financeiro; não obstante, exprimiu o imperador, na fala de encerramento, o seu pleno contentamento com os trabalhos e com a attitudo dessa legislatura, ao passo que, ao mesmo tempo, recommendava aos deputados que exhortassem os concidadãos nas suas provincias á obediencia ao govêrno, pois quem obedece ao govêrno, tambem obedece á lei. Assim, havia o forte govêrno monarchico de d. Pedro sustentado com felicidade a prova da primeira assembléa parlamentar, e evidentemente estava resolvido a perseverar no caminho trilhado.

Volveu-se então a attenção do govêrno, de nôvo, em primeiro logar, para a guerra na fronteira sul, que, naturalmente, desejava concluir com glória o mais breve possivel.

Para esse fim, durante todo o verão, proseguiram os preparativos, sem interrupção e, sobretudo, por haver o parlamento provisoriamente dado a sua expressa auctorição, foi empreendido o mais extenso recrutamento, mesmo nas mais remotas provincias do Norte, onde apenas se havia ouvido falar na guerra, e nas quaes não se tinha o minimo interesse a esse respeito; tambem, dos batalhões estrangeiros, que desde 1823 se haviam pouco a pouco angariado na Europa, sobretudo na Alemanha, e que até aqui aquartelavam na maioria no Rio de Janeiro, fôram mandados alguns para o theatro da guerra.

Além do mais, houve uma alteração no commando; o general Lecór, cuja lentidão demasiadamente cautelosa lhe havia desde muito attrahido censura e ridiculo, foi exonerado, e, no seu lugar, foi nomeado, por especial mercê imperial, Felisberto Caldeira Brant, marquez de Barbacena, que, como diplomata e financeiro, não deixava de ter merecimento, porém soldado só havia sido de nome até então; entretanto, o verdadeiro commando-chefe, os louros da victória, queria d. Pedro reserva-los para si mesmo. Assim, saiu elle barra fóra, a 24 de Novembro de 1826, do porto do Rio de Janeiro, e, depois de curta demora em São Paulo e Sancta Catharina, alcançou por terra a cidade de Porto Alegre, de onde elle, numa proclamação de 20 de Dezembro, intimou os habitantes da provincia revoltada de Cisplatina a voltarem ao seu dever; e tencionava proseguir viagem, pela cidade do Rio Grande do Sul, para Montevidéo, quando alli o alcançaram importantes noticias, que lhe perturbaram os planos bellicosos e o fizeram emprehender o regresso.

E' que, no Rio de Janeiro, havia, entretanto, fallecido, a 11 de Dezembro, a sua espôsa, a imperatriz Leopoldina, em consequencia de um mau successo, e a morte dessa senhora, que, embora destituida de altos dotes pessoaes, era, porém, pela bondade do coração, geralmente venerada, havia alli causado, por circunstâncias accessorias, a mais profunda impressão.

A situação conjugal entre ambos os esposos, já desde muito tempo, era perturbada do modo mais doloroso pelas relações do imperador com a marquez de Sanctos; com indignação, presenciava a orgulhosa filha da dynastia imperial austriaca como uma aventureira vulgar não sómente lhe roubava o coração do marido, mas tambem a offuscava completamente em influência politica; e, quando

d. Pedro se permittiu mesmo em tornar demasiado pública, nos ultimos tempos, a sua ligação illegítima, a poneto de elevar a filha illegítima Isabel Maria de Alcantara Brasileira, nascida a 24 de Maio de 1824, á categoria de duquesa de Goiaz, por decreto de 4 de Julho de 1826, sentiu-se a imperatriz tão maguada, que, segundo um boato que correu na época, manifestou francamente o desejo de voltar para o seio da sua augusta familia.

A opinião pública do Brasil de então, sendo o concubinato mais que usual, não censurava muito severamente a immoralidade do imperador, revelada nesse caso e em outros; em maior reprovação incorria, quando exquecia do decóro na presença de sua espôsa, e a sujeitava a humilhações. Sobretudo, o sentimento geral mostrou-se offendido pelo que havia acontecido no leito de morte da imperatriz, quando a marquez de Sanctos, na arrogancia de seu poder e da sua posição na côrte, tentou introduzir-se na camara da moribunda, apesar da explicita recusa desta, e sómente a interposição pessoal de um ministro a afastou quasi á fôrça.

Depois disso, nada mais podia haver de inacreditavel ou impossivel; um boato falava em envenenamento; outro accusava o imperador da morte, porque elle havia maltratado a sua espôsa em estado avançado de gravidez; e todas estas notícias desgraçadas eram espalhadas com incansavel zêlo pelos curiosos e descontentes, o que causou á popularidade de d. Pedro o primeiro incuravel ferimento. Mesmo por um momento, os mais exaltados entre os descontentes machinaram planos violentos e pensaram em enterrar o imperio no funeral da imperatriz; conta-se que no Rio de Janeiro se esperava que os soldados alemães dos batalhões estrangeiros, sem dúvida pouco satisfeitos com a sua sorte, indignados com o supposto assassinio de sua imperial compatricia, na furia de vingança se revoltassem, e que algumas centenas de Brasileiros conjurados lhes offerecessem o seu concurso para um levante em commum; todavia, as tropas não vacillaram na fidelidade e tudo passou-se tranquillamente.

Sem embargo, comprehende-se que d. Pedro, quando recebeu no Rio Grande do Sul a noticia da morte, julgasse nestas circumstâncias necessario o seu immediato regresso, tanto mais porque tambem o chamavam as cartas da sua amante, que exigia reparação pela repulsa soffrida.

Ao cabo de curta travessia, entrou elle, a 15 de Janeiro de 1827, de regresso, no Rio de Janeiro; e, com incrível desvairamento, fez elle tudo que parecia confirmar mais ou menos os funestos boatos; não sómente o ministro da marinha, marquez de Paranaguá, que pessoalmente havia afastado a amante da camara da imperatriz moribunda, tambem todos os seus collegas, á excepção de um, viram-se forçados, deante do ostensivo desfavor com que fôram tractados, a apresentar sua demissão, ao que as pastas vagas fôram logo occupadas por alguns dos membros do Conselho de Estado. Todavia, essa mudança não teve importancia alguma politica, uma simples substituição de pessoas, e os novos ministros, como os que saíam, não eram mais do que simples servos da vontade imperial.

A guerra no Sul, onde, desde o regresso de d. Pedro, commandava só, como chefe supremo, o marquez de Barbacena, seguia, entretanto, o seu curso. Na verdade, foi posto ao lado do inexperiente commandante um soldado provado, o general Braun, de origem alemã, o qual muito tempo estivera ao serviço da Inglaterra e no de Portugal; todavia, este, tambem persuadido da superioridade das armas brasileiras, insistiu por uma prompta decisão. Teve, assim, o exército em operações, que pouco a pouco se havia reunido nas fronteiras sul da provincia de São Pedro, a ordem de invadir a Cisplatina. E o inimigo não se fez esperar. Em meados do anno de 1826, um exército argentino, sob o commando do general Alvear, transpuzera o rio da Prata, reunira-se aos patriotas cisplatinos de Lavalleja e ficara durante algum tempo de observação deante das guarnições brasileiras de Montevidéo e Sacramento; entretanto, estas ficaram tranquilladas atrás das muralhas; e, por outro lado, os meios para o assalto não bastavam.

Resolveu então o general Alvear marchar ao encontro do exército de operações brasileiro; em principios de Novembro, pôz-se em marcha pelo rio Negro acima, e, depois de haver alcançado as suas cabeceiras, em Janeiro de 1827, achou-se em breve deante do inimigo. Depois de uma série de differentes operações, de marchas e contramarchas, finalmente, a 20 de Fevereiro, na planicie juncto de Ituzaingo (ou, como tambem se chama, no Passo do Rosario), se chegou á batalha em campo aberto, na qual o general Alvear, sobretudo pela superioridade de sua cavallaria, ob-

teve completa vitória (185); o exército brasileiro, batido e desalentado, por felicidade quasi não perseguido, procurou refugio no outro lado do rio Jacuhi. Com isso, ficou a maior parte do interior da provincia de São Pedro, — a cidade do Rio Grande havia sido, justamente a tempo, occupada por uma guarnição brasileira, — entregue ao vencedor, cujos bandos de cavalleiros, que a sulcavam, dalli arrebanhavam innumeras cavalhadas e boiadas, como bôa prêsa.

Tambem no mar estavam os Argentinos provisoriamente com vantagem. Enquanto o almirante brasileiro Rodrigo

---

185) Não é verdade que o exército brasileiro tenha sido derrotado em Ituzáingo, conforme assevera Handermann. Sobre a batalha de 20 de Fevereiro de 1827, — além do depoimento do marquez de Barbacena (in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. XLIX, pags. 289-554), — ha varios trabalhos, dentre os quaes alguns devidos recentemente a escriptores brasileiros, quaes os de José Carlos de Macedo Soares, *Os falsos trophéus de Ituzáingo* (São Paulo, 1920), e do general Tasso Fragoso, *A batalha do Passo do Rosario* (Rio, 1922), que provocou polemica com o secretario perpétuo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Max Fleiuss. Trouxe novos esclarecimentos áquelle tão debatido feito de armas a publicação da memória do brigadeiro Luis Manuel de Lima e Silva, *Annaes do exercito brasileiro sobre a guerra com a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata, e campanhas dos annos de 1825 a 1828* (Rio, 1926). Mas ao nosso intento nada mais é preciso do que reproduzir a parte final da longa e completa noticia da batalha, dada pelo barão do Rio Branco, em suas *Ephemerides brasileiras* (Rio, 1918), pags. 123-133, e que é a seguinte: — “A's 2 horas da tarde, não havia mais que oito ou 12 cartuchos por patrona ou cofre de artilharia, e os dous exércitos continuavam immoveis, cada um na posição que occupava ao começar a batalha. O marquez de Barbacena fez soar então o toque de retirada. “O inimigo, apesar de ter quasi o dôbro das nossas forças, não nos levou fóra do campo de batalha, sinão porque nos faltaram as munições...” (informações, de 29 de outubro de 1874, do general E. L. Mallet ao visconde do Rio-Branco, mss.). — “Marchou então o exército com a direita em frente, já reduzido a cerca de 4.700 praças, segundo a minha lembrança, repellindo atiradores e cargas de cavallaria com verdadeira disciplina, sangue-frio não vulgar e valor, poupando as munições, não dando tiro sem emprêgo; e, porque os cavallos e parelhas, e mesmo a tropa carecia de algum repouso, fez alto; puzeram-se as competentes linhas de atiradores onde convinha, tiraram-se os freios aos cavallos e muares, para pastarem sobre os cabrestos, e, passadas mais de duas horas, continuou a marcha, deixando o inimigo, mal que anoiteceu, de acompanhar o exército imperial” (general Elisário Brito, *A batalha do campo do Rosario*, mss.). — “Esta retirada foi executada á custa de muitos esforços, na maior ordem, mostrando os soldados grande serenidade e sangue-frio, como eu nunca esperava ver no Brasil; e, si o exército de Buenos-Aíres era muito superior em patriotismo, tactica, organização e força numerica, nós não nos mostrámos in-



Pinto Guedes, barão do Rio da Prata, com os seus grandes navios, conservava bloqueada a fóz do Prata, havia o almirante argentino Brown, do seu lado, conseguido capturar uma esquadra de 19 pequenas embarcações de guerra, que haviam ousado subir pelo rio Uruguai, conquistando-as e destruindo-as, com excepção de tres (10 de Fevereiro). Não menos, quando os Brasileiros tentaram entrar no rio Negro da Patagonia e capturar os navios corsarios argentinos, que costumavam refugiar-se alli, perderam com isso quatro navios de guerra e diversas centenas de prisioneiros (28 de Fevereiro). Por outro lado, o almirante Brown, quando

feriores na brilhante disposição da nossa retirada, para o que muito concorreu á calma e inexcedível coragem do general em chefe" (Seweloh, *Erinnerungen*, 3ª pag. do fol. 16). "O inimigo incendiou o campo por onde tínhamos de marchar. Uma forte columna de cavallaria veio cortar-nos o passo, e uma voz forte e sonóra, á sua frente, gritou: *Viva la patria!* Este brado foi logo respondido com o grito geral de *Viva o imperador!*, e com um marche-marche tão cheio de furor que o inimigo deu costas e foi buscar longe o abrigo de outras forças" (barão de Caçapava, mss. citado). O exército brasileiro acampou, á meia-noite, no Paço do Caciqui, conduzindo toda a sua artilharia, menos uma peça, que foi abandonada durante a marcha por ter as rodas quebradas; no dia seguinte (21), proseguiu a retirada para o Passo de São Lourenço, no Jacuhi, onde chegou a 2 de Março, ficando em São Sepé parte da cavallaria, com o general Barreto. O exército argentino não incommodou essa retirada e na mesma tarde de 20 contramarchou, indo acampar no Passo do Rosario, onde deixara suas bagagens; apenas o general Lavalleja, com 2.000 homens de cavallaria, acompanhou de longe o nosso exército, até ás 6 e  $\frac{1}{2}$  da tarde, sem disparar um tiro. O boletim n. 5, de Alvear, diz que "una gran parte de la caballería siguió en persecución del enemigo hasta media noche" e que "el resto del ejército acampó sobre unas isletas inmediatas á Caciquey". O general Luiz Manuel de Lima e Silva (*Campanhas de 1825 a 1828*, mss.), por informações de moradores do Passo do Rosario, desmente essas inexactidões do boletim; porém ha testemunho mais insuspeito ainda, o do general argentino Paz, que, em carta de 26 de maio de 1828, escreveu o seguinte: "Me llené de un profundo pesar, cuando la tarde de la batalla contramarchamos al Paso del Rosario y permanecemos la mayor parte del 21... El 22 á media noche llegamos á Caciquey" (*Papeles varios sobre Buenos-Aires*, vol. de 1811-1835, n. 78, na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro). O exército argentino entrou em S. Gabriel no dia 26 e ahi descansou tres dias. No 1º de março começou a sua retirada para Corrales, territorio da actual Republica do Uruguai. A nossa perda na batalha, segundo a relação official, foi de 172 mortos (general barão de Serro-Largo; majores Severino de Abreu, commandante do 24º de cavallaria, e Bento José Galamba, fiscal do 4º de caçadores; quatro capitães, tres tenentes, um ajudante, tres alferes, um cirurgião e 157 inferiores e soldados, 91 feridos, que acompanharam o exército em sua retirada (general Gustavo Brown, levemente; tenentes-coroneis La-

tentou, a 9 de Abril, romper a linha de bloqueio e alcançar o mar alto, soffreu a perda de ambos os seus maiores navios de guerra, prejuizo que, certamente, deante das vantagens recém-obtidas, ficava compensado, porém que os meios limitados da república não permittiram substituir facilmente.

O poder central dos Estados Confederados do Prata, além disso, ainda agitado e perturbado pela guerra de partidos no interior, havia, por esse motivo, resolvido no momento recorrer a negociações, e o presidente Bernardino

---

menha Lins, commandante do 18º de caçadores, Freire de Andrade, do 4º, e Albano de Oliveira Bueno, de milicias; tres capitães, tres tenentes, um ajudante, tres alferes e 77 inferiores e soldados) e 74 prisioneiros, quasi todos feridos (dous cirurgiões-móres, um capitão de artilharia, um primeiro-tenente de artilharia, um alferes de cavallaria e 69 inferiores e soldados). Total: 347 homens. Mas, como nesses algarismos não se comprehende a perda que tiveram o corpo de voluntarios, o 24º e o 39º de milicias e a guarda da bagagem, pôde-se calcular que houve uns 200 mortos, 150 prisioneiros ou feridos deixados no campo, 91 feridos que acompanharam o exército e 800 dispersos ou extraviados, entre os quaes os doentes que estavam no hospital. Com os extraviados, tivemos fóra de combate 1.300 homens, pois o exército se retirou com 4.700 combatentes. O exército argentino propriamente dicto teve 147 mortos (general Brandzen, tenente-coronel Bezares, 16 capitães e subalternos) e 231 feridos (23 officiaes, entre os quaes o coronel Olavarría e outro chefe); a cavallaria oriental teve 64 mortos (nove officiaes, sendo um delles o major Berro) e 100 feridos (10 officiaes, entrando nesse número o coronel Leonardo Olivera e o tenente-coronel Adriano Medina). Total: 211 mortos (um general, dous chefes e 24 outros officiaes) e 331 feridos (quatro chefes e 29 capitães e subalternos), ou sejam 542 homens fóra de combate. Tanto o officio dirigido por Alvear ao ministro da Guerra, como o boletim n. 5, assignado pelo seu chefe do estado-maior, dizem que foram tomadas aos Brasileiros duas bandeiras e 10 peças de artilharia. Durante a batalha, apenas os cinco batalhões de caçadores levaram suas bandeiras, e nenhuma dellas se perdeu: os quadros da nossa infantaria repelleram todas as cargas do inimigo. Os corpos de cavallaria, porém, entraram em combate sem os seus estandartes, depositados em São Gabriel na bagagem, e foi em alguma das carretas da retaguarda que o inimigo encontrou as duas insignias, a que se referem os citados documentos. Quanto á artilharia, a declaração dos dous generaes foi uma inqualificavel invenção. Todos os officios escriptos pelos generaes e chefes brasileiros logo depois da batalha, todas as descrições escriptas mais tarde por Brasileiros (generaes L. M. de Lima e Silva, barão de Caçapava, Elisário Brito e Emilio Mallet, in mss. da nossa coll.) e por officiaes estrangeiros ao nosso serviço, são accordes em declarar que apenas abandonámos na retirada *uma peça*, que não podia ser conduzida. Como o testemunho dos officiaes estrangeiros, que estiveram na batalha, será considerado mais imparcial e verídico, transcreveremos aqui o que elles dizem

Rivadavia mandou, a 19 de Abril, o ministro Manuel José Garcia á côrte do Rio de Janeiro. Nas suas instrucções, era este diplomata empossado de plenos poderes, para, no caso de que não conseguisse a união primitivamente exigida da Cisplatina com a República Argentina, propôr e acceitar uma solução intermediaria, que seria a elevação da Cisplatina a Estado independente, em relação a ambos os lados (brasileiro e argentino).

Como, todavia, os negociadores brasileiros, — o ministro do interior, visconde de São Leopoldo, do exterior,

sôbre esta questão da artilharia. O capitão Seweloh (depois coronel) affirma que apenas uma peça foi abandonada: — “Encravámos e abandonámos *uma peça*, cujas rodas se quebraram”. E, tractando da marcha do dia 21, accrescenta: — “Os 11 canhões eram puxados pelos restos do 24º de cavallaria, por meio de laços, para ajudar as mulas” (*Erinnerungen*, mss. já citado, pags. 3ª do fol. 16 e 1ª do fol. 21; deste mss. foi publicada uma traducção no t. XXXVII da *Revista do Instituto*, mas sem as numerosas plantas do original que possuímos). O auctor anonymo das *Beiträge zur Geschichte des Kriegs zwischen Brasilien und Buenos Ayres in den Jahren 1825-1828 von einem Augenzeugen* (attribue-se este trabalho ao capitão barão Carl de Leenhof) analysa a parte official do general argentino: — “Alvear diz na sua participação muito laconica de 21 de Fevereiro: O exército republicano encontrou-se com o imperial no campo de Ituzaingo; este último teria 8.500 homens e combateu por seis horas; deixou no campo de batalha 1.200 cadaveres e 10 canhões; a nossa perda não chega a 400 homens. E’ possível que 1.200 mortos e feridos tenham ficado no campo de batalha, mas não 1.200 mortos sómente, e naquelle número de mortos e feridos devem estar comprehendidas as perdas dos dous exercitos... Quanto aos 10 canhões tomados, este algarismo resulta de algum engano de copista, ou de um desses erros intencionaes dos que, redigindo boletins, não consideram caso de consciencia um zero de mais ou de menos, pois, na verdade, apenas *uma peça* não poude seguir a retirada, pelo mau estado do seu reparo; não foi, portanto, tomada pelo inimigo, mas caiu em seu poder” (pag. 234, *in fine*). O tenente Carl Seidler (*Zehn Jahre in Brasilien*, pag. 154 do vol. I) diz: — “...Os soldados, ainda que mortos de cansaço, puxavam 11 canhões... Apenas *um canhão*, cujas rodas se quebraram, caiu em poder do inimigo. Este foi o seu unico trophéo da jornada...” Porém ha documento ainda mais importante e decisivo. E’ uma carta autographa do general Lavalleja, datada de 26 de Março, na qual se lê o trecho seguinte: — “...Dije en mi anterior que se habian tomado al enemigo cinco piezas de artillería, pero esta noticia fué por la relación que me hizo el general al día siguiente de la acción (no mesmo dia 21, annunciava ao seu govêrno a tomada de 10 peças e a Lavalleja a tomada de 5). Es verdad que nosotros en varias cargas dejamos á nuestra retaguardia piezas de artillería, pero probablemente deben haberlas vuelto a tomar los enemigos, pues no aparece más que una.” (*Memória de la expedición del general Lavalleja...*, autographos da coll. Angelis, in Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro).

marquez de Queluz, e o da marinha, marquez de Maceió, não quizessem ouvir falar em tal, Garcia, desde sempre decididamente contrário á guerra, deixou-se facilmente induzir a exorbitar das suas instrucções; e, numa convenção preliminar, assignada no Rio de Janeiro, a 24 de Maio, em nome da República Argentina, cedeu formalmente a provincia Cisplatina ao Brasil, todavia sob certas condições, especialmente tendentes a assegurar á provincia uma situação particular, correspondente aos seus característicos nacionaes; assim, com um traço de penna, se abria mão de todo o objectivo da guerra de tantos annos! Póde-se imaginar como o povo da Confederação Argentina, ainda extasiado com as recentes noticias de victória, acolheu esse tractado ignominioso; sobretudo, na capital Buenos Aires, deram-se violentas scenas, não só contra o "traidor" Garcia, mas também a suspeita do conluio visava, na verdade injustamente, ao presidente da Confederação, Rivadavia, tanto que este último julgou necessario demittir-se do seu alto cargo; todavia, antes disso, numa nota endereçada á côrte brasileira, em nome dos Estados Confederados do Práta, elle negou a ratificação ao tractado concluido por Garcia (25 de Junho de 1827). Continuou, portanto, o estado de guerra inalterado, si bem que as armas provisoriamente descansassem, por serem os mezes de chuva.

Entretanto, representava-se no Rio de Janeiro o espectáculo da segunda assembléa ordinaria (3 de Maio a 16 de Novembro de 1827). Aberta com a fala do throno, que prégava de nôvo a obediencia para com o govêrno, mostrou essa assembléa, em geral, quasi a mesma docilidade da sua antecessora; ella deu o seu assentimento ao tractado, que havia sido concluido com a Inglaterra, para a suppressão do tráfico de escravos africanos; concedeu ao imperador definitivo augmento da sua lista civil, que, a princípio, no início da regencia, fôra fixada em 144 contos, mais tarde em 200, e, enfim, na legislatura precedente, em 400 contos, e, agora, passava a 1.000; concedeu o pagamento das dividas da finada imperatriz; também fôram approvadas as propostas governamentais para unificação da dívida pública. Em compensação, oppôz-se a camara dos deputados ao augmento dos impostos, por meio do accrescimo das tarifas da alfandega ou outra qualquer, e não quiz também saber de augmentar o orçamento anterior, que fixava em 30.000 homens o effectivo do exército regular; uma emenda do



senado, que recommendava esse augmento, segundo a vontade do governo, devendo obter-se por nôvo recrutamento de batalhões estrangeiros, foi decisivamente rejeitada.

Sobretudo, evidenciava-se, nessa occasião, que a guerra pela posse da Cisplatina era inteiramente impopular e que, particularmente, as provincias do Norte estavam cansadas de sacrificar mais dinheiro e homens para esses planos de conquistas remotas. Tambem a tentativa feita pelo imperador para redespertar, por seu proprio exemplo, ao menos na capital, o enthusiasmo e espontanea dedicacão pela guerra, não teve exito algum; isto é, em Outubro elle offereceu da sua lista civil a quota de um mez para as despesas da guerra e prometteu, até ao fim das operações, applicar a metade da mesma como emprestimo sem juros para os mesmos fins; porém, a não ser a marquezia de Sanctos, que, de seu lado, offereceu 1:000\$ de presente e 40\$ mensaes como emprestimo sem juros, e alguns bajuladores, elle quasi não achou imitadores; e, por isso, tanto mais opportuno achou manifestar, na sua fala do throno, por occasião do encerramento da legislatura, a esperança de paz para breve.

No mais, da história dessa segunda assembléa ordinaria ainda se pôde sobrelevar que, em remate, apresentou uma lei sôbre a fundação e dotação de duas faculdades de direito, em São Paulo e em Pernambuco, e outra sôbre eleição e attribuições dos juizes de paz; e que um deputado, o padre Diogo Antonio Feijó, apresentou a sua celebre proposta sôbre abolição do celibato do clero catholico, sem, contudo, poder fazer valer a sua opinião.

Finalmente, poucos dias depois dêsse encerramento (20 de Novembro de 1827), fez-se nova mudança completa de ministerio, nascida inteiramente da propria vontade do imperador e motivada pela sua observação de que o ministerio, apesar da docilidade da assembléa, se havia mostrado incapaz de dominar os debates.

Nos limites sul, durante os mezes de chuva, os exercitos inimigos, entretanto, haviam conservado bastante distancia um do outro; em ambos os lados havia-se dado uma mudança do commando superior, sendo do lado dos Argentinos exonerado o general Alvear e substituido por Lavalleja, e do lado brasileiro o chefe do exército, marquez de Barbacena, regressava ao Rio de Janeiro, e o general Brown ficava interinamente como seu successor.



E os novos commandantes prepararam-se ambos para tomar a offensiva; enquanto Lavalleya mudava o seu quartel general para Serro Largo, afim de operar dalli contra a cidade de Rio Grande, fez Brown adeantar as suas tropas ao longo das lagôas, até á margem do rio Jaguarão, e estabeleceu o seu quartel general em Serrito; dalli, devia-se então effectuar a entrada na Cisplatina.

Todavia, ainda antes que Brown pudesse emprehender tão grandes operações, chegou, em Janeiro de 1828, o general Lecór, visconde da Laguna, que, em logar do marquez de Barbacena, era despachado para commandar de nôvo o exército do Sul; voltou Brown com isso á posição subordinada de chefe do estado maior; a offensiva por elle planejada foi abandonada, apesar de todas as suas representações, e, em vez disso, resolveu-se Lecór, segundo o seu antigo costume, a uma lenta defensiva, cautelosa.

Assim, o interior da provincia de São Pedro tambem, durante esta campanha, ficou, pela maior parte, nas mãos do inimigo; sem estôrvo, podia este continuar as suas correrias; e desta vez não se limitaram sómente a roubar o gado, até mesmo uma população inteira foi conduzida para fóra do Brasil. Isto é, o general Fructuoso Rivera, que operava independente, á frente de um corpo irregular, a Oéste, conseguiu convencer que emigrassem os Indios civilizados (Guaranis), das antigas Septe Missões espanholas, do Alto Uruguai, que não podiam achar-se satisfeitos sob o dominio brasileiro, e sob a sua chefia conduziu então todo o povo, com todos os bens, para a Banda Oriental.

Por outro lado, os planos de Lavalleya contra a cidade de Rio Grande mallograram-se; bem elle fez, com infinitas canseiras, trazer do rio Uruguai diversas pequenas embarcações a remo, que então navegavam na Lagôa Mirim e na Lagôa dos Patos e alli combateram com successo contra as canhoneiras brasileiras, e já ia elle embarcar tropas e adeantar-se, quando o general Brown, que observava esses movimentos, marchou rapido para a frente, como para atacar o quartel general inimigo; com isso, Lavalleya viu-se obrigado a fazer voltar os seus corpos destacados (meados de Abril de 1828). Um encontro, que se feriu nessa occasião, foi o unico de vulto e, ao mesmo tempo, o último da campanha, pois os boatos de imminente tregua e paz, e o tempo das chuvas, que ia começar, punham termos á continuação das operações.

Na outra parte do theatro da guerra, nada egualmente havia acontecido; as guarnições brasileiras de Montevideo e

Sacramento e os corpos de observação argentinos defrontavam-se tranquillamente. Também a guerra no mar não apresentou facto algum digno de menção, pois, desde as últimas perdas, ficou o almirante Brown inteiramente impossibilitado de fazer frente á esquadra brasileira de bloqueio, e teve que se contentar em despachar avulsas as suas poucas embarcações em guerra de corso, a qual do lado argentino continuou incessante, com tanto atrevimento, quanto proveito.

Estava a guerra nesse pé; uma decisão da mesma pelas armas não era de esperar, desde que de ambos os lados, como até aqui, se continuasse na defensiva e na guerrilha; tão pouco se contava com amigavel solução, pois o imperador d. Pedro, sempre recusando o meio termo, proposto pelo lado argentino, de constituir-se em Estado independente a Banda Oriental, insistia em submeter-la de nôvo; a guerra, portanto, poderia continuar ainda muito tempo do mesmo modo, e, provavelmente, só a completa ruina financeira de ambos os lados, cousa que sem dúvida não parecia nada remota, lhe poria termo, si não sobreviesse ainda um nôvo facto.

E' evidente que, tanto a guerra argentina de corso, como o bloqueio brasileiro da fóz do Prata, causavam ao commercio mundial e á navegação de todas as nações muitos estorvos e prejuizos, e que, por esse motivo, essa guerra sul-americana era por toda parte vista com maus olhos; entretanto, guerra de corso e bloqueio eram, segundo o direito internacional daquella época, um meio legal de guerra, e contra isso nada se podia objectar. Porém, podiam-se arguir os modos e meios como o Brasil exercia o bloqueio!

Sabe-se como, nesse sentido (até que recentemente, no congresso de paz de Pariz de 1856, fôsem fixadas as bases geraes do direito internacional), duas doutrinas reivindicavam a validade: a do bloqueio moderado, que pretendia garantir ás bandeiras neutras certos direitos em tempo de guerra, propugnada, á excepção da Inglaterra, por quasi todas as nações de navegação maritima, á frente dellas a França, Russia, America do Norte; e a do bloqueio rigoroso, doutrina ingleza, que concedia á potencia maritima preponderante (isto é, a ella propria) quasi illimitado despotismo.

O Brasil, na occasião superior no mar, quiz então fazer valer para si a práctica mais severa, mais favoravel no momento, isto é, sobretudo quanto a dous ponctos; por um

lado, exigia que as bandeiras neutras respeitassem não sómente o seu bloqueio effectivo, porém, também, o simplesmente declarado; e, por outro lado, em vez de dar primeiro aviso aos navios que navegassem para entrar num porto bloqueado e exigir que retrocedessem, os cruzadores brasileiros eram auctorizados a apresa-los, sem mais nem menos. Similhante práctica permittiu-se a si mesma a toda poderosa Inglaterra, durante as guerras contra Napoleão, também sómente sob repetidos protestos; porém, que uma potencia maritima tão fraca como o Brasil não o faria impunemente, devia te-lo imaginado o gabinete do Rio de Janeiro.

Por esse motivo, não tardaram complicações diplomaticas, primeiramente com os Estados Unidos, em consequencia do que o encarregado de negocios exigiu os seus passaportes, a 8 de Março de 1827, e retirou-se do Rio de Janeiro; todavia, logo fôram obviadas todas as más consequencias, porquanto o govêrno brasileiro, do seu lado, despachou sem demora um plenipotenciario, com propostas de accomodação, ao gabinete de Washington e, com isso, ao menos conseguiu provisoriamente o immediato restabelecimento das relações diplomaticas e a nomeação de nôvo encarregado de negocios no Rio. Porém, agora começaram a França e a Inglaterra a junctar as suas reclamações ás da União Norte-Americana, e exigiam restituição ou indemnização por seus navios illegalmente apresados (186).

A França, que sempre havia sido uma campeã do direito dos neutros, mostrou maior decisão no caso, e, quando as negociações se protelaram de mais, penetrou, em plena ordem de batalha, uma esquadra franceza, sob o commando do almirante Roussin, no porto do Rio de Janeiro, a 6 de Julho de 1828, ancorou frente á cidade e obteve, com ameaças de recorrer á violencia, completa satisfacção.

A Inglaterra, de seu lado, já em consideração á sua propria conducta em identicos casos, usou apparentemente de grande moderação; porém, á socapa e officiosamente, instava vivamente, com grande empenho, pela terminação completa da guerra, e offereceu para isso a sua mediação; e o imperador d. Pedro a admittiu, embora contrariado, e

---

(186) Sôbre os incidentes diplomaticos, oriundos do bloqueio do rio da Prata pela esquadra brasileira e das presas por esta effectuadas, durante a guerra de 1825-1828, — cumpre que se leiam as exactas informações e preciosas observações de A. Pereira Pinto, nos seus *Apontamentos para o direito internacional*, vol. II, pags. 365-374 e 386-390.

sómente sob reserva, já nos primeiros mezes do anno de 1828. Não lhe restava, de facto, outro alvitre; a guerra era impopular no paiz e, no exterior, ameaçava ainda determinar maiores enredos e reclamações de indemnização; além disso, estavam exgottadas as finanças, o exército minguido e desmoralizado.

Assim, iniciaram-se então no Rio de Janeiro novas negociações de paz; porém, essas certamente teriam sido infructíferas também, si, no decurso das mesmas, dous acontecimentos imprevisos não houvessem curvado a obstinação do imperador e desviado para outro lado a sua attenção e gôsto de empresas.

★ ★ ★

Um dêsses dous acontecimentos foi o levante dos batalhões estrangeiros.

Já no correr da narração se disse que, a 8 de Janeiro de 1823, havia sido decretado o recrutamento do primeiro dêsses batalhões estrangeiros e que, dahi em deante, havia subido a quatro o número dos mesmos, por meio de novos alistamentos no estrangeiro; aqui cabe pormenorizar toda essa medida, também no sentido de sua correlação com o alliciamento da immigração estrangeira.

Enquanto o Brasil esteve sujeito á política monopolizadora colonial de Portugal, como se sabe, vigorava um systema de severo exclusivismo contra todo contacto estrangeiro; apenas, si um forasteiro podia alli desembarcar, muito menos podia pensar em residencia demorada ou mesmo em estabelecer-se.

Sómente desde a transmigração da casa de Bragança e da emancipação política do Brasil, começou-se a adopção, nesse sentido, de outros principios; comprehendia-se que a população de raça portugueza, tão escassa, não bastava para povoar e cultivar o tão extenso imperio deserto, e resolveu-se, portanto, chamar em auxilio a emigração estrangeira, sobretudo a alemã, tão numerosa.

Para esse fim, fez o govêrno de d. João VI primeiramente ensaios, fundando, em 1818-19, a colonia suissa de Nova-Friburgo, provincia do Rio de Janeiro, e as colonias alemãs de Leopoldina e de São Jorge dos Ilhéos, provincia da Bahia, e para isso proporcionando aos colonos doação das terras e, a comêço, também auxilio de dinheiro. Seguiu-se, depois, a 16 de Março de 1820, uma lei que convidava espe-

cialmente a immigração alemã para o Brasil e promettia a todo immigrante catholico uma doação de terras; as despesas de viagem do mar ficavam, de resto, a cargo de cada um. Esta lei não teve effeito sensível em parte alguma; o povo brasileiro, pelo systema prohibitivo de tanto tempo, acostumara-se a uma especie de temor e aversão contra todo estrangeiro, e, por isso, reprovou em absoluto o decreto. "Si o govêrno queria doar terras, — commentava o povo em geral, — havia Brasileiros bastantes que as tomariam; não se precisava para isso dos estrangeiros!" Assim nos informa um viajante contemporaneo (Henderson).

Por outro lado, no exterior, não achou a lei de 16 de Março a devida consideração; ainda menos podiam aquelles primeiros grupos coloniaes servir de centros de attracção, pois que, sob a peor das administrações, elles, durante muito tempo, oscillaram entre a vida e a morte; assim, a emigração alemã persistiu em passar de largo pelo Brasil.

Durante as tempestades que precederam a declaração de independencia, a este respeito nada mais aconteceu; os planos para attrahir a immigração estrangeira jaziam esquecidos, até que d. Pedro I e o ministerio Andrada de nôvo os tomaram em mão.

E, agora, não se tractava mais de simples colonos estrangeiros, mas de mandar vir tambem soldados do estrangeiro; isto é, o govêrno imperial desejava, sobretudo, fortalecer e multiplicar aquelle primeiro batalhão estrangeiro, creado a 8 de Janeiro de 1823, já porque considerava essas tropas estrangeiras o mais seguro baluarte do throno contra velleidades revolucionárias, já porque se tomava em consideração a geral aversão do povo pelo serviço das armas, e, de todo modo, ao effectivo muito diminuto do exército brasileiro era desejavel, sob o poncto de vista militar, reforça-lo por meio de estrangeiros e, ao mesmo tempo, de batalhões-modêlos.

Para alcançar esse duplo fin, precisava-se tanto mais de recorrer a medidas extraordinarias, quanto até aqui nada se havia conseguido com o recurso da simples immigração espontanea; por esse motivo, recorreu-se ao emprêgo de extraordinarios estimulantes e a um systema formal de agenciamento.

Na Alemanha, foi encarregado da superintendencia dêsse recrutamento um aventureiro de passado duvidoso, o dr. von Schaeffer, que se dizia major da guarda de honra imperial e



cavalleiro da Ordem de Christo, e que, enquanto os seus agentes exploravam o paiz, tinha a sua séde regular em Hamburgo e arredores, porque justamente a foz do Elba era designada para o embarque dos emigrantes.

As instrucções confiadas a esses recrutadores nunca foram conhecidas integralmente; porém o certo é que, em todo caso, elles estavam auctorizados a conceder passagem gratuita a todo aquelle que desejasse emigrar, viajando nos navios de colonos despachados ás expensas do govêrno, sendo permittido, a todo aquelle que quizesse, pagar, elle proprio, a sua passagem; tambem parece que usavam prometter, além das vantagens concedidas por lei e costume aos colonos, doação de terras e auxilios de dinheiro para os primeiros tempos, isenção de impostos por muitos annos, etc.

Nenhum regulamento assim explicito existia para o recrutamento de soldados, tambem nem sequer se determinava alguma cousa sobre a duração do alistamento; todavia, essa lacuna era facilmente preenchida pelas promessas liberaes dos agentes, que, sobretudo, a modo de verdadeiros negociadores de almas, faziam as mais seductoras descripções do imperio sul-americano, «onde se deixavam ficar arrobas de ouro, afim de poder carregar sómente diamantes», e que com isso achavam tanto maior número de credulos, quanto ainda era desconhecido então o Brasil. Além disso, os agentes, — sem dúvida não sem especial licença, — para completar a carga dos seus navios-transportes, entravam em tracto especialmente com os govêrnos de alguns pequenos Estados alemães e tomavam os inquilinos das prisões e das casas dos pobres, que de seu lado tinham que se sujeitar, meio voluntarios, meio forçados, e emigrar.

Desde meados do anno de 1824, zarpou transporte após transporte para o Rio de Janeiro, levando colonos e soldados, todos animados das mais exaggeradas esperanças. Tanto mais amargo foi o desengano que alli os esperava. Não é preciso demonstrar que os agentes, por sua propria auctoridade, haviam feito promessas que o govêrno não podia cumprir, nem precisava cumprir; porém é igualmente patente que o govêrno, de seu lado, menosprezava toda justiça e equidade.

O imperador já então tinha mais a peito a organização e augmento do corpo de estrangeiros; assim, os contractos não garantiam nada; que este ou aquelle emigrante expressamente estipulasse a sua qualidade de colono, não era tomado em consideração; todos, sem excepção, que haviam vindo á custa do govêrno, tinham que jurar bandeira, ao

menos os que eram aptos; e sómente os incapazes e os paes de familia, assim como os que haviam pago a propria passagem, ficavam isentos e podiam ser colonos.

Sôbre a sorte dêstes ultimos, cujo número foi crescendo com os que se tornaram incapazes para o serviço militar e os de tempo de serviço concluido, não precisamos insistir de nôvo, pois já na segunda secção descrevêmos minuciosamente as colonias alemãs fundadas sob o govêrno de d. Pedro I, cada uma no respectivo logar; aqui nos occuparemos sómente dos soldados.

O corpo estrangeiro, que tomou feição decididamente alemã, em vez de cosmopolita, como era a principio, forneceu, além de um destacamento de lanceiros, pessoal para quatro batalhões de infantaria, que na organização do exército brasileiro figuravam como 2º e 3º batalhões de granadeiros e 27º e 28º de caçadores.

Do número dêsses, o 27º batalhão de caçadores e os lanceiros a cavallo haviam seguido, desde Novembro de 1826, para o theatro da guerra (provincia de São Pedro), e lá permaneceram até á definitiva conclusão da paz; porém os granadeiros aquartelavam, desde a sua fundação, continuamente no Rio de Janeiro, e para ahi voltou tambem, nos primeiros mezes do anno de 1828, o 28º de caçadores; o denominado "Batalhão do Diabo", que estivera destacado, desde Março de 1825 em Pernambuco.

O pessoal de que se compunham todos esses batalhões era, como se deprehende do que acima se disse, muito heterogeneo, e uma grande parte fazia o serviço forçado e de má vontade; além disso, o serviço era penoso, e, com o clima quente duplamente insupportavel para os habitantes do frio Norte, o aquartelamento em barracas e fortalezas do porto, a alimentação e o soldo eram absolutamente deficientes, e, segundo o antigo regulamento portuguez, o castigo corporal era da ordem do dia; e, além de tudo, nem siquer havia a perspectiva da exclusão, pois não fôra estipulado prazo de serviço, e, segundo se conta, á pergunta que fez ao imperador um soldado alemão, o ermão de leite da imperatriz Leopoldina: — "Quanto tempo tenho então que servir?" — elle respondeu: — "Tanto tempo quanto me aprouver e você puder carregar os seus ossos".

Tudo isso, todavia, de certo modo se supportaria com uma administração severamente justa do serviço; porém, dada a constituição do corpo de officiaes, com tal cousa não se podia contar. Na formação do mesmo, o proprio imperador

e as auctoridades militares usavam de arbitrariedade e capricho; ao passo que, frequentemente, eram recusados officiaes europeus practicos, ou admittidos com rebaixamento de posto, por outro lado eram rapidamente promovidos aventureiros, que agradavam por seu aspecto, sob a farda vistosa, ou que se recommendavam por seu miseravel servilismo, sem consideração pelos conhecimentos militares ou passado moralizado; além disso, acceitava-se gente das mais diversas nacionalidades, de sorte que, entre os officiaes em conjunto, não se podia desenvolver o espirito de corpo, nem podiam elles angariar dedicação e influencia entre os subordinados. E, ainda mais, foi aggregado a cada um dos batalhões estrangeiros um major brasileiro, que apenas deixava para o verdadeiro commandante pouco mais que o titulo e as honras do cargo; além do que não foram nomeados justamente os melhores, pois em geral as auctoridades não compartilhavam então de todo o interesse pessoal de dom Pedro pelo corpo estrangeiro.

Póde-se, pois, imaginar, nessas circumstâncias, qual era a feição interna dos batalhões estrangeiros; faltando o respeito e a affeição, os soldados só podiam ser contidos na ordem pelo medo, e castigava-se tanto mais e mais frequente e violentamente, quanto um ou outro official entendia supplantar pela força o mau humor resultante de sua propria injustiça ou do extremamente frequente extravio do soldo. O desespero apoderou-se da soldadesca; suicidios e deserções tornaram-se cada vez mais frequentes, ou os desgraçados procuravam na bebida e nas extravagancias o esquecimento de seus males.

Em summa, embora exteriormente elles se mostrassem com brilho, e pelo garbo da attitude e instrucção militar fôsem superiores de muito ás tropas nacionaes, eram os batalhões estrangeiros, internamente, em absoluto desmoralizados e desorganizados.

Por outro lado, no que dizia respeito á sua posição no paiz, elles eram inteiramente impopulares. Já se disse ha pouco como os Brasileiros, depois da longa interdicção, agora, ao acudirem os elementos estrangeiros, não estavam nada satisfeitos; não queriam saber de colonos estrangeiros, muito menos de soldados estrangeiros. As tropas nacionaes encravam com ciume e odio aquelles cuja superioridade militar tinham que reconhecer; e, si já anteriormente não haviam podido viver em harmonia com os companheiros portuguezes da denominada Divisão Auxiliar, não admira

que agora com os Alemães se dessem attritos e rixas, deante do que naturalmente a população se punha do lado dos seus concidadãos.

Os liberaes consideravam as tropas estrangeiras apenas um instrumento e um meio de defesa da tyrannia; e, si era exacto o boato de que nos funeraes da imperatriz Leopoldina os conspiradores esperaram debalde o concurso dos Alemães, isso devia tanto mais arraiga-los em tal opinião; a idéa de nôvo accrescimo dos mesmos, como propoz o senado na sessão de 1827, encontrou, pois, na camara dos deputados, a mais decidida opposição. Finalmente, accrescentou-se duplo motivo para peorar a posição dêsses mercenarios extrangeiros.

Era facto conhecido como os agentes, para arranjàrem homens, haviam esvaziado as prisões, aqui e alli, na Europa; dahi a razão por que se julgava que todos os immigrants estrangeiros fôsem vagabundos e galés, e repetidamente se renovava a queixa de que o govêrno infeccionava o paiz com tal canalha (187). E o systema e meios com que os recrutados eram trazidos para aqui, em grandes transportes, com que essa mercadoria humana era desembarcada e depois levada a deposito, tudo tinha tanta similhaça com os analogos factos, então em plena florescencia, do costumeo tráfico de negros, que em breve esses recém-chegados eram na bocca do povo chamados de "escravos brancos" e, mesmo depois, com os seus uniformes garbosos, eram expostos ao escarneio e motejo da população branca e de côr.

---

(187) Vejamos como uma testemunha da época, o coronel e superintendente das minas von Eschwege, se manifesta neste sentido: — "Exprobação desta ordem, — diz elle em seu *Pluto Brasiliensis*, pag. 177, — seria justa, si pronunciada em qualquer parte da Europa civilizada; porém o Brasileiro, que assim fala, não sabe que na Europa culta os crimes de pouca monta, que no Brasil se commettem diariamente e não são punidos, lá são castigados com severa condemnação, e que uma grande parte da escoria européa merece ser considerada a pardos Brasileiros de bem; tambem posso dar ao auctor do artigo do *Diario da Bahia*, de 4 de Março de 1828, o consôlo de que o peor dos colonos engajados é ainda, cento por cento, melhor que o peor Brasileiro. Pois os criminosos do Brasil seriam infallivelmente condemnados á morte ou galés perpétuas pela severa justiça do Norte da Europa; ao passo que aquelles que nessa especie são recrutados pelos agentes alliciadores de colonos, saem da prisão, porque são culpados de crimes insignificantes, commettidos mais pela miseria e por fraqueza. Demais, essa escoria não poderia exercer nenhum influxo pernicioso sôbre a moralidade, pois esta se acha no Brasil num grau tão baixo, que mais não pôde afundar". (*Nota do auctor*).

A medida do descontentamento estava cheia; faltava apenas uma gotta e transbordaria.

No anno de 1827, havia o imperador d. Pedro despatchado para a Irlanda o coronel Cotter, do 3º batalhão (extrangeiro) de granadeiros, Irlandez nato, afim de recrutar, do mesmo modo que o major von Schaeffer; e este imitou em absoluto o seu modêlo, pois a todos os desejosos de emigrar, que se deixavam engajar como colonos, — de alistamento militar não se mencionava palavra, — prometteu viagem gratis de mar, doação de terras etc., além de salario avultado; assim obteve elle numerosa affluência e em breve poudo conduzir ao Rio de Janeiro alguns mil Irlandezes (Janeiro de 1828). Com elles aconteceu o mesmo que com os Alemães; sem consideração pelos contractos e promessas, e sem attenção ás suas recusas, quizeram forçar todos os homens aptos a se alistarem para o serviço militar; todavia, fôram elles mais felizes, porque neste poncto o representante de seu paiz, o encarregado de negocios sir Robert Gordon, intercedeu em favor delles, e significou ao govêrno brasileiro que, si os homens não queriam empenhar-se por sua livre vontade para o serviço militar, não se podia forçar-los a isso.

Foi, portanto, preciso recorrer á persuasão; quanto aos mais obstinados, deixou-se que se fôsem embora, outros se estabeleceram na colonia Sancta Januaria, na provincia da Bahia, ainda outros ficaram provisoriamente no deposito; finalmente, conseguiu-se que uma pequena parte, 300 a 400 homens, entrasse para o corpo extrangeiro, promettendo-se-lhes o dôbro do soldo dos Alemães, ração dobrada e isenção do castigo de açoites; sob essas condições, fôram elles incorporados no batalhão do coronel Cotter, 3º de granadeiros.

O facto de se collocar, com isso, gente das mais diversas nacionalidades, e com tão differentes direitos, no mesmo serviço, nas mesmas fileiras, poz naturalmente termo a toda a regularidade da ordem; o mau humor dos Alemães, que se viam tão ignominiosamente preteridos, chegou ao extremo; todavia, tambem os Irlandezes, quando conheceram a vida sob as bandeiras brasileiras, arreponderam-se da sua resolução e compartilharam do geral descontentamento.

A 9 de Junho de 1828, deu-se a irrupção. Nesse dia, depois da parada, devia ser executada (fóra da cidade, não longe de São Christovão), no quartel do 2º batalhão de granadeiros, uma das costumadas applicações de castigo cor-



poral, havendo sido condemnado pelo major Drago, Brasileiro, aggregado, a 25 chibatadas, um granadeiro, em vista de uma parte dada pelo official de ronda; granadeiros do 2º e 3º batalhões, Alemães e Irlandezes, achavam-se presentes em grande número, como espectadores.

O delinquente foi trazido e ordenou-se-lhe despisse a farda; porém elle se recusou resolutamente a isso em voz alta, declarando que era injusto o castigo arbitrado, e que elle exigia um conselho de guerra. Irritado ao mais alto ponto com essa resistencia, mandou o major amarrar o prêso e, em vez das 25 chibatadas, infligir-lhe 125; ordem que foi acolhida pela multidão, alli reunida, com altas murmurações. E justamente, nesse momento critico, appareceu um capitão-engenheiro, de quem aquelle delinquente era bagageiro, a rogar ao major que relevasse do castigo o seu soldado. Esta coincidencia deu coragem á multidão amotinada; chegaram-se os homens, como por curiosidade, cada vez mais perto do major Drago, que agora cedia á súplica, porém tarde demais. Retumbou o brado: "Morra o cão portuguez!" Por um triz escapuliu Drago, refugiando-se no seu quarto e dalli pulando á rua pela janella; a sêde de vingança saciou-se nos objectos particulares do chefe odiado; mesmo o seu proprio cavallo foi retirado da baia e enxotado a cutiladah para a baía proxima.

Todo o 2º batalhão declarou-se então em plena revolta; na verdade, o coronel dell'Hoste, de origem italiana, homem de bem, porém enfraquecido pela idade, tentou restabelecer bondosamente a ordem, mas os seus exforços fôram inuteis. Afinal, viu-se mesmo obrigado a conduzir á tarde o batalhão á quinta imperial de São Christovam, onde os revoltosos chamaram arrogantes o imperador, a exigirem severo castigo para o major, alistamento por escripto por tres annos, e soldo e tratamento igual aos dos Irlandezes.

Intimidado, prometeu o imperador tudo que elles exigiam; o major Drago foi prêso, para a sua propria segurança; disparando salvas de alegria, as balas sibilando nas ameias do palacio, voltou o batalhão, que se julgava apaziguado, para o seu quartel, á noite. Todavia, na manhã seguinte (10 de Junho), repetiu-se a sedição; primeiro, foi aggreddido o ajudante do batalhão, que se salvou a custo; depois, volveram-se contra um capitão, encarregado do rancho do batalhão, e que nessa funcção havia practicado graves desvios de dinheiro; já ferido na vespéra por uma pedrada e doente, de cama, foi assassinado

com inaudita crueldade. Fugiram então os officiaes que puderam; porém, o coronel, que ficou com alguns fiéis e aconselhou instantemente que não practicassem mais maldades, foi escarnecido e obrigado a tomar parte na refeição e bebedeira dos revoltosos. Em seguida, espalhou-se uma parte dos soldados embriagados pelas vizinhanças, para saquear as lojas e assustar os transeuntes com tiros de festim ou de bala, pelo que em breve, num e noutro ponto, as cousas chegaram a conflicto sangrento.

Tudo isso o governo e as auctoridades militares e civis deixaram passar todo o dia, sem fazer a menor tentativa para restabelecer a ordem; talvez esperassem que a chamma da revolta, não estimulada pela resistencia, se extinguisse por si mesma, tranquillamente; porém, em vez disso, propagou-se mais adeante.

Ainda á noite de 10 de Junho, declarou-se levante no forte da Praia Vermelha, onde estava o 28º batalhão de caçadores; tambem ahi se volveu a sanha contra o major aggregado ao batalhão, o Italiano Thiola, que, por não menores fraudes, assim como pela cruel severidade, se havia tornado odiado; elle foi literalmente feito em pedaços, o cadaver mutilado, atirado deante de sua esposa desmaiada. Durante esse tumulto, fugiram os restantes officiaes, abandonando o forte aos rebeldes.

E, na manhã seguinte (11 de Junho), tambem se dispoz á revolta o último, o 3º batalhão de granadeiros (irlandez-alemão), que estava aquartelado na propria cidade, na proximidade do campo de Sancta-Anna. Muito assustado, havia o commando pago aos Alemães dêsse batalhão o soldo atrasado; elles festejaram com os companheiros Irlandezes o recebimento do dinheiro, e, quando o vinho e a cachaça haviam subido á cabeça de todos, alguns amotinadores os incitaram a tirar desforra dos Brasileiros; os officiaes fugiram e o quartel, que formava um quadrado, fechado de todos os lados, foi logo preparado para a defesa.

Sómente então, e depois de serem repellidos com escarneo os officiaes mandados para negociar e rechaçados a tiros, o governo tomou a resolução de empregar a fôrça, e o general conde do Rio Pardo recebeu a ordem de marchar com as tropas nacionaes contra os sediciosos; a marcha das tropas, o rodar da artilharia, as ordenanças a correrem em todas as direcções, só então inteiraram os habitantes do Rio de Janeiro do perigo que os ameaçava. E, de facto, si as tropas nacionaes eram superiores de muito em número e podiam, em caso

de necessidade, contar com o auxilio da milicia, mesmo o de toda a população, contudo poderia ser, a princípio, incerto o resultado, devido á superior capacidade e bravura dos batalhões estrangeiros, si estes tivessem tido sómente um chefe em regra e si houvessem resolvido rapida e energica acção de conjuncto.

Por felicidade, ambas essas condições faltaram: sem estôrvo, ponde o conde do Rio Pardo collocar os destacamentos, cortando o caminho, de um lado ao 2º de granadeiros, de outro ao 28º de caçadores, para o campo de Sancta-Anna, que, situado no meio, teria sido o poncto natural de concentração; e tambem não fizeram tentativa alguma de ambos esses lados para romper essa barragem e para effectuar a reunião de todos os tres batalhões revoltados. Assim, primeiramente, só se teve que lidar com o 3º batalhão de granadeiros, em frente de cujo quartel as forças principaes brasileiras tomaram posição, com cavallaria e artilharia, no campo de Sanct'Anna.

Alli já se havia começado uma especie de combate irregular: os Irlandezes e Alemães, que saíam em bandos desordenados do seu quartel, trocavam balazios e pedradas com a gente de côr, agglomerada em grande número na praça; depois, ao passo que em rapido assalto debandaram os adversarios, penetraram nas ruas vizinhas, onde em cego furor homicida tudo mataram, e literalmente não pouparam nem mesmo a creança no berço. Desesperados, os moradores defenderam-se, armaram os seus escravos negros, e começou então um combate ou antes um massacre, cuja sanha passou além de todas as raias; não se dava quartel e, como cannibaes, os negros dilaceravam os cadaveres de seus adversarios.

Dêsse modo, já o combate fluctuava muitas horas indeciso, quando, finalmente, as tropas nacionaes brasileiras intervieram; primeiramente, tentou-se uma carga de cavallaria; todavia os Irlandezes a receberam com tão forte saraiuada de pedras, que foi rechaçada em fuga precipitada; em seguida, appellou-se para o tiroteio de fuzilaria, porém tambem este pouca impressão fez; somente quando os repetidos disparos de lanternetas bateram as suas fileiras, é que os amotinados começaram a ceder e retrocederam para o seu quartel, de cujas janellas sustentaram, ainda por muito tempo, incessante tiroteio.

Sôbre isso caiu a noite; e com ella chegou o boato de que ambos os outros batalhões revoltosos se haviam resolvido á offensiva e que especialmente o 2º de granadeiros

tencionava, durante a noite, apoderar-se do palacio de São Christovam, da artilharia alli existente e da pessoa do imperador, e em seguida avançar para o campo de Sanct'Anna.

Duvidando das proprias forças, pediu então o governo brasileiro o auxilio dos almirantes inglez e francez, ancorados na bahia do Rio de Janeiro, que desembarcaram logo, nessa mesma noite, cêrca de mil marinheiros. Ao amanhecer do dia (12 de Junho), chegaram elles a São Christovam, em defesa do imperador; e, quando dalli os Francezes marcharam contra o 2º de granadeiros, este batalhão se rendeu, finalmente dissuadido, depondo as armas, após curta negociação.

Egualmente o 3º batalhão, que não poderia mais ter-se sustentado por muito tempo no seu quartel.

Por outro lado, ao 28º de caçadores, que no forte da Praia Vermelha podia facilmente defender-se, não se tentou desarma-lo, tanto menos porque á possivel resistencia elle encontraria, da parte dos Irlandezes alli estacionados, prompto auxilio; contentou-se o governo em prender alguns que eram cabeças; e estes fôram levados presos ao porto, conjuntamente com os granadeiros desarmados. Alli fôram os Irlandezes, os alistados e os que ainda se achavam no deposito, ao todo uns 1.400, entregues ao secretário da legação ingleza, para repatriação, e no seguinte dia (3 de Julho de 1828) de nôvo embarcados para a Irlanda; os Alemães, porém, que se tencionava reorganizar, fôram encarcerados provisoriamente em navios-prisões e submettidos á investigação de conselho de guerra. Esta investigação, com espanto dos juizes, revelou que não houvera combinação tramada, nem prévias tendencias revolucionarias; unanimes declaram aquellas centenas de homens que o levante se originara exclusivamente do estado de desespero em que elles se achavam; de sorte que os officiaes brasileiros, encarregados do tribunal de guerra, exclamaram admirados:

— “Esta gente não sabe armar intrigas!”

Afinal, foi condemnado á morte e fuzilado um granadeiro do 2º batalhão (von Steinhausen, natural da Baviera, ou de Brunswick? e enterrado no cemiterio protestante inglez da Gambôa); 30 ou 40 outros fôram condemnados a cadeia perpétua; porém os restantes, considerando-se bastante castigo o encarceramento para investigação, fôram destacados provisoriamente fóra do Rio, para ulterior reorganização. E, si ainda depois, nos batalhões estrangeiros reorganizados, perduraram muitos dos lastimaveis inconvenientes, sempre ao



menos elles haviam, com o levante, alcançado agora, conforme a promessa, a concessão de prazo de alistamento por escripto, tanto que já agora, ou no anno seguinte (1829), muitos soldados puderam partir para as colonias alemãs das provincias do Sul, onde eram admittidos como colonos.

★ ★ ★

Com o levante dos batalhões estrangeiros, o imperador d. Pedro perdeu, ao menos no momento, uma arma com a qual elle mais contava, e com mais firme confiança, no interior e no exterior; e este acontecimento que, portanto, diminuia de modo extraordinario a sua fôrça militar, inclinou-o mais depressa a dar ouvidos aos conselhos das potencias maritimas e a tractar da paz com a República Argentina. Accresceu, porém, como já se expoz, mais um segundo motivo.

Já se disse como d. Pedro esperava resolver a contentô geral a questão da successão do throno portuguez (depois de sua abdicção, 2 de Maio de 1826) pelo casamento de sua filha, a rainha d. Maria II, com seu ermão, o infante dom Miguel, além da outorga de uma constituição liberal; e a princípio parecia, de facto, que tudo ia segundo os desejos.

A 31 de Julho de 1826 e dias seguintes, em Lisboa, prestaram juramento á nova constituição outorgada a regencia e todas as altas auctoridades; tambem d. Miguel, em Vienna (4 de Outubro de 1826), consentiu em prestar igual juramento, e logo em seguida foi sollicitada da curia papal a necessaria dispensa para o casamento planejado; tambem já se aprestou um navio de linha, que devia trazer ao Rio de Janeiro o noivo, para os esponsaes.

Todavia, as cousas tomaram em breve outra feição. D. Miguel pouco desejo tinha, na verdade, de restringir-se á posição impotente de rei-consorte, numa monarchia constitucional, e preferia, antes, fazer valer as suas pretensões, certamente duvidosas, que, entretanto, a princípio reprimiu, deixando a iniciativa a seus partidarios. Rebentou, assim, em Portugal (outomno de 1826), uma revolução que combatia como nulos os direitos hereditarios de d. Pedro e a sua abdicção em favor de sua filha, e declarava d. Miguel rei absoluto; e, sómente ao cabo de alguns mezes, com o auxilio militar da Inglaterra, conseguiu a regencia, que governava em nome de d. Pedro (IV), subjugar essa sublevação (Fevereiro de 1827).



A primeira tentativa havia-se, portanto, mallogrado; porém os partidarios de d. Miguel tanto menos desanimavam, quanto, por outro lado, no seio da regencia e de seu partido, existia muita discordia. O proprio d. Miguel, enfim, dava agora, sempre mais claramente, a entender que não estava disposto para a viagem preliminar de esponsaes ao Rio de Janeiro, porém que queria ir directamente a Portugal e alli, como noivo da rainha (d. Maria II) e como príncipe regente, assumir o govêrno; e a côrte de Vienna, onde elle ainda sempre residia, parecia favorecer essa resolução.

Não era de esperar que a actual regencia pudesse oppôr-se, si d. Miguel realizasse os seus projectos; d. Pedro, de seu lado, não podia nem devia abandonar o Brasil, e difficilmente serviria de alguma cousa que elle mandasse sua filha menor, a rainha, para subir de facto ao throno; assim, não lhe restava sinão fazer boa cara ao mau jôgo e demonstrar ao ermão uma confiança que elle não alimentava, e que d. Miguel não merecia.

Pelo decreto de 3 de Julho de 1827, passou o imperador d. Pedro, como rei de Portugal, ao infante d. Miguel todos os poderes reaes constitucionaes, afim de que elle governasse Portugal, de accôrdo com a constituição outorgada; d. Miguel acceitou esse encargo, partiu de Vienna a 5 de Dezembro de 1827 e dali seguiu viagem, passando por Londres, para Lisbôa, onde entrou a 22 de Fevereiro de 1828, e, logo a 26 do mesmo mez, deante dos Estados reunidos, prestou juramento á constituição.

Porém, immediatamente depois, as tropas auxiliares inglezas, que haviam collaborado, desde um anno antes, para subjugar a revolta absolutista, fôram mandadas embora; absolutistas conhecidos fôram collocados á frente dos negocios, fôram dissolvidas as côrtes, em 13 de Março, e apresentadas para assignatura, na camara municipal de Lisbôa e noutros logares, petições que exigiam que d. Miguel assumisse a acutoridade absoluta de rei, assim como tambem o conselho municipal de Lisbôa teve que se prestar a propôr que o mesmo collocasse formalmente a corôa na cabeça (25 de Abril).

Esta proposta foi certamente rejeitada como illicita; porém, alguns dias depois (3 de Maio), convocou d. Miguel os Estados do reino, afim de que elles resolvessem o que de direito sôbre a questão da successão do throno, e as côrtes não deviam, como a constituição de d. Pedro prescrevia, reunir-se em duas camaras, mas em tres curias, segundo a fórma

antiquada e extinta dos congressos portuguezes medievae dos tres estados (as chamadas côrtes de Lamego). Por esse decreto de convocação, foi então posto publicamente em dúvida, logo a seguir, o direito de d. Pedro e de sua filha, a rainha d. Maria II, ao throno, e rôta a constituição, que reconhecidamente vigorava, outorgada por d. Pedro!

Naturalmente, os encarregados de negocios de d. Pedro, os diplomatas brasileiros em Vienna e Londres, apresentaram protestos contra tal attentado (24 de Maio); porém isso não foi tomado em consideração; a 23 de Junho, reuniram-se em Lisboa os tres estados do reino, e, como não se podia esperar outra cousa, reconheceram d. Miguel como unico legítimo rei (25 de Junho), pelo que este immediatamente assumiu a corôa e o título de rei de Portugal (30 de Junho).

Na verdade, essa usurpação encontrou opposição no proprio paiz; já desde 16 de Maio, a segunda cidade do reino, Porto, sua população e guarnição, se haviam declarado pela manutenção da constituição e dos legítimos direitos de dom Pedro, e tambem em seu nome empossara uma regencia; porém a sorte das armas lhe foi contrária, e, a 3 de Julho de 1828, entrou o exército absolutista triumphante no Porto.

Todo Portugal obedecia dahi em deante ao usurpador, ao rei absoluto d. Miguel, que, com crueldade consummada, perseguia sem treguas todo partidario importante de seu ermão, que não se tivesse a tempo refugiado fóra do paiz.

Entretanto, no Rio de Janeiro, como se póde imaginar, accompanhava-se com a maxima attenção a situação portugueza, desde mezes, e sobretudo o imperador dedicava pessoalmente interesse tão incessante e indisfarçado, que os mais zelosos Brasileiros nacionaes, para os quaes qualquer complicação de negocios portuguezes era um horror, ficaram com isso extremamente inquietos; começaram até a correr boatos de que d. Pedro queria seguir para Portugal, para pessoalmente tomar posse.

Uma delegação do senado da camara do Rio de Janeiro tomou, por esse motivo, a liberdade de indagar a respeito (1º de Março de 1828), pelo que o imperador naturalmente não poude deixar de desmentir tal plano; mesmo para melhor tranquillizar os animos excitados, declarou elle num decreto, de 3 de Março, que doravante elle dava por satisfeitas todas as condições basicas e, para isso, não mais condicionalmente (como dous annos antes), porém incondicional e definitivamente, renunciava á corôa de Portugal; dahi em deante, Portugal seria governado sómente em nome de sua filha, a

rainha d. Maria II, e, desde então, elle não mais assignou, como era seu costume até ahi, os documentos relativos a Portugal com o seu nome, como Pedro IV.

Desta arte, o imperador fôra levado a desistir, perante o mundo inteiro, de intervir directa e pessoalmente nos negocios de Portugal; como, porém, as notícias vindas de lá se fôram tornando cada vez mais graves, e como, afim de frustrar os intentos de d. Miguel, alguma cousa era preciso fazer, resolveu elle mandar sua propria filha para a Europa e collocar-la sob a protecção do avô, o imperador da Austria.

A 5 de Julho, encetou a viagem a joven rainha de Portugal, accompanhada pelo marquez de Barbacena, além do sequito e guarda de corpo, numa fragata brasileira; seguiu-a de perto uma proclamação, datada de 25 de Julho de 1828, na qual o imperador, como pae e tutor, concitava todos os leaes Portuguezes a pegarem em armas por sua filha, a sua legítima rainha, e pela constituição; por outro lado, poupavam-se, todavia, nesse documento, o nome e a reputação de d. Miguel, apresentando-se as circunstâncias como si elle tivesse sido forçado, por fanatico levante de partido, ao duplo perjurio e á usurpação. Si d. Pedro esperava, realmente, com essa ficção e com a intervenção da Austria, obter, de facto, uma especie de accommodação com d. Miguel, é o que resta saber: o mais provavel, em todo caso, é que elle já não se illudia que, sem o apoio armado seu, do lado brasileiro, sua filha nunca chegaria á verdadeira posse do throno de Portugal.

E justamente essa perspectiva devia torna-lo tanto mais inclinado a acabar com a guerra contra a Argentina.

Por isso, as negociações da paz, iniciadas nos primeiros mezes do anno no Rio de Janeiro, sob a mediação ingleza, chegaram pouco a pouco á conclusão, e a 27 de Agosto de 1828 assignaram, de um lado os negociadores argentinos, general Juan Ramon Balcarce e Tomás Guido, pelo outro lado o ministro brasileiro do exterior, marquez de Aracaty, o do interior José Clemente Pereira, e o da guerra Joaquim Oliveira Alvares, o tractado "preliminar" de paz.

Nelle, o Brasil renunciava á posse da provincia Cisplatina ou Montevidéo, assim como tambem os Estados Confederados do Prata renunciavam a todas as eventuaes pretensões de posse, e ambos reconheciam essa provincia como Estado independente, que podia, segundo o seu livre alvitre, constituir-se independente; tambem se compromettiam, pro-

visoriamente, durante cinco annos, a garantir a sua segurança e paz internas contra qualquer perturbação da paz interna, assim como no exterior proteger a sua integridade e independencia. Seguiam-se determinações de differentes generos, sobre a retirada das tropas de ambos os lados, suspensão das hostilidades etc.; digno de nota, todavia, é sómente o artigo que estipulava que, immediatamente após a ratificação desse tractado de paz "preliminar", se devia iniciar o *definitivo*, sob mediação da Inglaterra; e que, porém, si este, por motivo de desaccordo, se mallograsse, não recommeariam as hostilidades entre os governos do Rio de Janeiro e de Buenos-Aires, em caso algum, antes do prazo de cinco annos, — cláusula que claramente deixava aberta uma perspectiva para poder ser reencetado o plano ambicioso de d. Pedro em tempo futuro opportuno, e ella poderia servir como desculpa para tal.

Em todo caso, essa eventualidade estava muito longe; por ora, o tractado provisorio recebeu a exigida sanção de ambas as partes, e fôram trocadas as ratificações a 4 de Outubro de 1828 na cidade de Montevidéo, pelo que a esquadra brasileira, segundo o tractado, dentro de 48 horas levantou o bloqueio da foz do Prata. Tambem as tropas brasileiras de terra se retiraram, no prazo estabelecido, da sua última praça de armas na Banda Oriental, cidade de Montevidéo (23 de Abril de 1829); e a até então Provincia Cisplatina se constituia doravante como "Republica do Uruguai".

Concluira-se a guerra; ambas as partes, depois de haverem consumido, durante annos, homens e dinheiro, para sustentar a sua vontade, tinham, finalmente, acabado por accommodar-se, com um ajuste, pelo qual o objecto da cobiça de ambos os lados de futuro não caberia a ninguem; e, ao passo que os Argentinos ao menos obtinham dessa guerra a glória das armas, os Brasileiros não contavam sinão derrotas no seu haver.

Não era nenhuma desgraça para o paiz; era em todo caso para d. Pedro uma felicidade, do momento que lhe havia sido vedado conquistar para si louros de imperador, que tambem nenhum de seus generaes os alcançasse, porque facilmente um delles se poderia apresentar como um rival no govêrno. Sôbre o Brasil raiaria então uma éra de revoluções militares, como as que flagellavam os Estados da America espanhola, nos quaes cada soldado considerava a sua espada o sceptro do poder e não hesitava em destroçar todo o Estado, afim de obter para si mesmo uma alta posição; porém agora,

derrotado no exterior e pouco considerado no interior, o exército brasileiro não podia aspirar a representar papel algum perante as auctoridades civis e a população civil.

Em compensação, por outro lado, a guerra havia deixado remanescer um resultado que, para a tranquillidade do imperio e do throno do imperador, era muito eivado de perigo. Já se disse repetidamente que toda a guerra pela conquista de Montevidéo nunca havia sido uma causa nacional, porém causa exclusiva da política da dynastia e do gabinete; quando muito, a provincia extrema sul, de São Pedro, podia tomar algum interesse nella, e mesmo este logo deixou de existir, quando a guerra lavrou no seu proprio territorio e a sua principal riqueza, os rebanhos, eram enxotados pelos bandos inimigos.

As restantes provincias consideravam com má vontade o sempre renovado e cada vez mais severo recrutamento; e, si já era, sem dúvida, motivo de geral aversão o serviço de muitos annos no exército regular, agora, que os recrutas eram despachados immediatamente para distantes campos de batalhas, numa causa extranha, se tornava amplamente odioso; sómente pela fôrça e por estratagemas, conseguia-se preencher as fileiras, e o recrutamento tomava com isso a feição de verdadeira caçada ao homem.

Finalmente, na capital, onde se concentrava ao menos uma especie de sentimento nacional colectivo, as opiniões vacillavam; estava-se descontente com a propria guerra, não menos com a paz pouco gloriosa. A geral má vontade voltou-se, porém, contra o imperador, que, depois de haver prolongado a guerra por sua obstinação, agora, entretanto, condescendia em faze-la cessar, afinal sómente em consideração á situação de Portugal, para ter a mão livre militarmente nas complicações dêsse lado, como parecia. Assim, soffreu a popularidade de d. Pedro, outrora tão grande, agora já vacillante, um nóvo abalo, do qual nunca mais se restabeleceu.

Desta mesma época data tambem a resurreição de decisiva e energica opposição.

Já vimos como, depois da dissolução, pela fôrça, da assembléa constituinte e da suppressão, ao mesmo tempo, das folhas diarias da opposição, o govêrno de d. Pedro, durante muitos annos, dominou absoluto sobre o Brasil, sem que uma só voz de protesto se elevasse.



Na verdade, fôra convocada de nôvo, em 1826, uma assembléa geral, e a segunda funcionou em 1827; porém claramente ambas ainda se sentiam sem segurança e só timidamente ousavam apresentar-se. Ainda mais: quanto á imprensa, só existiam jornaes ministeriaes, nenhum independente, e a unica tentativa do Francês Chapuis, de fundar de nôvo um dêsses, immediatamente se mallogrou, por um acto violento da policia. Agora as cousas mudaram.

Logo que, na segunda assembléa regular, em meados de 1827, de nôvo se indicaram principios de opposição parlamentar, tambem nos fins do mesmo anno appareceram ensaios de imprensa independente; nas differentes provincias, appareceram jornaes independentes, em grande parte creados por parlamentares ou por seus partidarios politicos, os quaes entraram pouco a pouco a discutir os assumptos externos e internos do imperio e as medidas do govêrno, com linguagem cada vez mais livre e em parte num tom francamente de opposição.

Em geral, a maioria dessas folhas, fôra a sua linguagem atrevida, nada tinham de notavel, e eram no restante tão banaes e insignificantes como os jornaes officiaes; somente um unico alcançou maior e verdadeira significação historica, a *Aurora Fluminense*, fundada no Rio de Janeiro (Dezembro de 1827) por Evaristo Ferreira da Veiga, escriptor de talentos excepcionaes que, embora severo e incansavel observador e crítico do govêrno imperial, todavia sempre usava linguagem de fôrma artistica literaria, assim como politicamente digna, e defendia invariavelmente, para a direita e para a esquerda, os fundamentos monarchico-constitucionaes do Estado. A *Aurora* teve em absoluto a maior diffusão; porém não menos tiveram as outras folhas o seu público, e estas últimas, de seu lado, concorreram não pouco para vulgarizar as fórmulas incomprehendidas do liberalismo, e, mesmo, adeantando-se mais, as tendencias republicanas e federalistas, em círculo cada vez mais dilatado; è com isso despertaram ao mesmo tempo de nôvo o espirito de opposição e a desconfiança hostil ao govêrno, a qual naturalmente culminava nos grandes portos e capitaes de provincias.

Deveria causar assombro que similhante imprensa pudesse agora estabelecer-se, quando o govêrno nos annos passados costumava sempre suffocar ao nascimento, por meio de arbitrariedades policiaes, os jornaes hostis; ainda agora procediam os presidentes de algumas provincias, como por exemplo no Maranhão, de igual modo; ao contrário, na capital,

a pressão policial, que antes pesava sobre a imprensa, estava manifestamente paralyzada; a razão por que, não se pôde determinar; talvez que, no anno de 1828, o imperador, deante das diversas difficuldades interiores e exteriores, já houvesse perdido a sua antiga confiança em si mesmo; talvez elle hesitasse em adoptar de novo o velho systema do despotismo, justamente agora, quando em nome de sua filha elle se apresentava em Portugal como defensor da monarchia constitucional, e quando os jornaes officiosos do Rio de Janeiro tractavam diariamente desse assumpto, accentuando largamente as superioridades de um regime monarchico-constitucional.

O anno de 1828 trouxe novas forças, tanto á imprensa como ao parlamento. A terceira assembléa regular, que funcionou de 3 de Maio a 20 de Setembro e, portanto, assistiu ao levante dos batalhões estrangeiros, á partida da rainha de Portugal, á visita bellicosa do almirante francez Roussin na bahia do Rio de Janeiro, á paz feita com a República Argentina por mediação diplomatica da Inglaterra, viu muitas vezes o govêrno imperial em embaraço, para que ainda se deixasse por elle atemorizar.

Como se vangloriava agora a opposição de haver sempre desaconselhado o recrutamento no estrangeiro, e concitava á firmeza contra o modo indevidamente violento das reclamações apresentadas pela França! Ambas estas cousas sem dúvida não tiveram directo exito, pois, como já se disse, logo d. Pedro entrou em ajuste com o almirante francez, e os batalhões estrangeiros fôram reorganizados. Tambem as censuras á administração de finanças e advertencias para economia, embora justificadas pelas circunstâncias, tiveram o mesmo resultado inefficaz, e alguns, sobretudo o ministro da guerra, quando lhe quizeram reduzir o orçamento militar, oppuzeram-se com indissimulada arrogancia aos deputados; em compensação, estes últimos insistiram por seu lado na economia, e fôram baldados todos os esforços para conseguir um crédito extraordinario, facto que o proprio imperador, na fala do throno, do encerramento, tomou a mal.

Outras creações legislativas dessa sessão merecem menção especial: uma lei, finalmente, para a installação dos denominados conselhos geraes nas provincias; outra, sobre a reforma da constituição municipal; e terceira sobre a equiparação de todas as nações relativamente ao imposto de importação (15 % do valor).

Um projecto de lei sôbre a abolição do direito de primogenitura e de morgadio, desta vez, só passou na camara dos deputados e foi rejeitado na sessão do anno seguinte no senado; portanto, não chegou a alcançar validade, de facto; sempre foi, entretanto, um signal dos tempos e das tendencias democraticas dominantes.

Como já se disse, costumava d. Pedro "ser" prodigo na concessão de títulos de nobreza brasileiros (até fins de 1829, existiam 28 marquezes, 8 condes, 16 viscondes e 21 barões), e, como elle não podia accrescentar doações nem privilegios politicos a esses titulos, eram, em todo caso, o meio mais economico de recompensar serviços; todavia, isso suscitava muita indignação, particularmente por se suspeitar que o imperador quizesse transformar o senado electivo em camara dos pares hereditarios, devendo a nova aristocracia servir de material para esse fim. A intenção da opposição, apresentando o projecto de lei referente ao morgadio, patentemente visava a contrariar semelhantes planos do imperador e tornar impossivel a criação de nobreza hereditaria no Brasil.

Si desta vez já o imperador e a assembléa geral se separaram descontentes, na sessão do anno seguinte ainda seria peor. E' que, no intervallo, as complicações portuguezas, com indignação de todos os patriotas brasileiros, implicaram mais estreitamente a política exterior do Brasil.

Quando a filha de d. Pedro, a rainha d. Maria II, depois de muito demorada viagem de mar, chegou a Gibraltar, a 2 de Setembro de 1828, e o seu guia, o marquez de Barbacena, verificou alli pelos jornaes a attitudo dubia com que a Austria considerava a usurpação de d. Miguel, tomou o marquez a resolução de conduzir a joven soberana para Londres, em vez de Vienna, e colloca-la sob a protecção da corôa da Inglaterra.

Assim o fez; a 24 de Setembro, desembarcou d. Maria em Falmouth e foi alli, assim como na côrte de Windsor, acolhida com todas as honras, como rainha reinante. Porém o marquez de Barbacena e o embaixador brasileiro em Londres, visconde de Itabaiana, tiraram uma conclusão errada, quando disso deprehenderam que o govêrno inglez estivesse inclinado a apoiar energicamente a joven rainha; ao contrário, quando elles sollicitaram tal soccorro, na base insufficiente de antigos tractados anglo-lusos, e se declararam com plenos poderes para ajustar em nome do Brasil um

convenio com a Inglaterra, no qual ambas as partes combinaram precisamente o auxilio por prestar á rainha Maria, soffreram então decisiva recusa. O governo inglez (ministerio Wellington) declarou o proposito de observar a mais estricta neutralidade, como o havia feito antes á desintelligencia, na casa de Bragança, entre d. João VI e d. Pedro, por occasião da independencia do Brasil, tambem agora, na actual, entre d. Pedro e d. Miguel.

E quanto essa resolução era séria e inabalavel em absoluto, ambos os diplomatas brasileiros iam em breve conhece-lo.

Quando d. Miguel triumphou em Portugal e agora perseguia do modo mais desapiedado os partidarios de dom Pedro e da constituição, aquelles que se julgavam em perigo e puderam escapar tractaram de procurar a salvação na fuga, entre esses os destroços do exército constitucional do Porto, officiaes, soldados e voluntarios; dirigiu-se a maioria delles para a Inglaterra e se reuniu alli, no porto de Plymouth, onde tambem o ex-general-chefe constitucional estabeleceu residencia; era como si um exército constitucional portuguez acampasse no solo inglez.

Exigiu agora o governo inglez que essas tropas, em número de 3.000 homens, se dissolvessem e espalhassem pelo interior do paiz ou que se retirassem das costas inglezas; e o marquez de Barbacena, por sua parte, declarou-se prompto a facilitar este último alvitre.

Si todo o Portugal, inclusive as ilhas portuguezas, se haviam submettido á usurpação de d. Miguel, uma ilha do grupo dos Açores, Terceira, ainda se contrapunha ao seu poder; alli dominava um governo provisório, em nome da rainha d. Maria II, e sob a constituição de d. Pedro; porém, continuamente ameaçada pelas forças superiores, pedia angustiosamente soccorro; e o marquez de Barbacena, para lh'o dar, queria agora fazer transportar esse exército portuguez de Plymouth á ilha Terceira. Todavia, quando elle notificou essa sua tenção ao gabinete de Londres, recusou este último o seu consentimento.

"A Inglaterra não é uma fortaleza, nem um arsenal, de onde toda gente, quando e para onde entenda, possa levar a guerra contra a sua patria, e ninguem, seja qual fôr o seu character, póde preparar nos seus portos expedições para guerras no exterior".

Porém, não se deixou Barbacena dissuadir de seus planos por essa cortante declaração; os preparativos começados pro-



seguiram sempre, e sómente agora, em vez de expedição para a Terceira, ostensivamente se falava da intencionada transmigração dos fugitivos para o Brasil; e, afim de ter mais dinheiro á disposição para esse fim, o visconde de Itabaiana suspendeu, sob pretexto insufficiente, o pagamento da prestação devida do empréstimo luso-inglez, pelo qual respondia o Brasil.

Finalmente, ficaram promptos quatro navios e fizeram-se a vela, rumo ao Brasil, como constava; porém, de facto, para a Terceira; todavia, descobriu o gabinete de Londres o plano, e determinou á esquadra ingleza, estacionada nos Açores, que impedisse alli o desembarque das tropas, empregando a violencia, si preciso fôsse. E, de facto, quando tal tentativa se fez, a 16 de Janeiro de 1829, uma fragata ingleza fez, a bala, os botes retrocederem aos navios, de sorte que não restou a esses outro alvitre sinão regressarem á Inglaterra; e o gabinete de Londres apressou-se, então, em protestar, no Rio de Janeiro, contra a offensa feita ás leis de neutralidade ingleza, e, como satisfação, foi immediatamente exonerado o ministro, visconde de Itabaiana.

Póde-se imaginar como a notícia destes acontecimentos foi recebida pelos patriotas e como fôram os commentarios da imprensa independente. "Quem auctorizou este diplomata, — perguntava a *Aurora Fluminense*, — a suspender o pagamento da prestação de um empréstimo? Não podemos ser agora accusados de devedores fraudulentos, desde que estavamos compromettidos a pagar o empréstimo? Com que auctoridade o nosso agente diplomatico equipou embarcações para a Terceira, com armas, munições e dinheiro, expondo, por essa hostilidade contra uma nação amiga, o nosso pavilhão a uma vergonha? E, mais: como podia elle atrever-se a annunciar que era o Brasil o destino daquellas tropas, quando, pela constituição, é uma das attribuições exclusivas da assembléa geral o permittir ou negar entrada no imperio a tropas estrangeiras?"

E perguntas dessa especie eram mais que justificadas: não se podia, de facto, admittir que ambos os diplomatas em Londres houvessem, por seu proprio alvitre, tomado tão importantes resoluções; si haviam tido plenos poderes do imperador, então era patente que d. Pedro, embora, segundo a sua promessa, não saísse pessoalmente do imperio, todavia, estava resolvido, com armas na mão, a collocar sua filha no throno de Portugal, portanto a desperdiçar as reduzidas fôrças brasileiras de nôvo numa guerra extran-



geira; e outros boatos, como, por exemplo, que diversas fragatas brasileiras eram aprestadas para levantar o cerco da ilha Terceira, pareciam confirmar essas supposições.

Tal idéa foi, porém, rejeitada pelos patriotas com indignação. "Depois de havermos pago 20 milhões de cruzados para a paz, vamos novamente, sem motivo de força maior, começar nova guerra, e guerra de invasão, guerra de conquista, além-mar?" — perguntava a *Aurora*; e, doutra feita, respondendo ás patheticas tiradas dos diários officiaes, perguntava-se porque o Brasil havia de fazer o papel de D. Quixote, a apresentar-se no exterior como campeão da fórmula constitucional de governo, quando essa fórmula ainda não tinha creado raizes firmes na patria?

Todavia, era d. Pedro demasiado cavalheiresco e arrebatado, e estava offendido demais no seu amor paternal e orgulho de principe, para tomar em consideração taes advertencias e ficar inerte deante da usurpação de d. Miguel; e a sua resolução de tomar parte nas complicações de Portugal ia amadurecendo sempre mais, tanto que declarou, a 31 de Dezembro de 1828, a uma deputação portugueza, que jámais elle tractaria accôrdo com o usurpador.

Primeiramente, importava offerecer abrigo no Brasil aos refugiados constitucionaes que, depois do acontecido, não podiam demorar na Inglaterra; porém, estando aquelles refugiados em armas e sob organização militar, impunha-se pedir a prévia auctorização da assembléa geral; e, assim, viu-se d. Pedro induzido a convocar o congresso, extraordinariamente, para 1º de Abril, o que fez no correr do mez de Fevereiro.

Durante esse mesmo mez, incorreu o governo de dom Pedro em grave erro. Na noite de 1º de Fevereiro, irrompeu no Recife (Pernambuco) uma revolta republicana, que, todavia, foi logo facilmente suffocada pelas auctoridades, pois aos chefes do movimento faltou o esperado apoio da população. Contudo, pareceram graves as primeiras notícias, e era particularmente duvidoso si tudo estaria mesmo realmente acabado, como de facto estava; em todo caso, suspendeu o ministerio, por decreto de 17 de Fevereiro, as garantias constitucionaes de liberdade pessoal, para a provincia de Pernambuco; contra isso nada havia que objectar do ponto de vista da constituição; mas, na mesma data, publicou-se segundo decreto, creando para Pernambuco uma commissão militar com plenos poderes para julgar sem

appellação todos aquelles que fôsem presos de armas na mão. Si tal medida era ou não constitucional, era cousa discutivel; sem dúvida, era odiosa e, como se póde imaginar, na imprensa independente e nos circulos da opposição fez desencadear uma tempestade de indignação.

Nestas circumstâncias, começou a 2 de Abril a sessão extraordinaria do parlamento, e devia occupar-se, de preferencia, como a fala do throno explicava, com dous assumptos.

Um delles era a imminente chegada dos constitucionaes portuguezes. A maioria não queria saber, absolutamente, dessa transmigração de um exército portuguez, e os mais eminentes oradores da opposição censuraram, sobretudo, do modo mais violento, a attitude que o govêrno até aqui mantivera na questão portugueza, de sorte que os ministros não souberam defender-se de outro modo, sinão declinando de toda responsabilidade pelo que havia acontecido; ambos os diplomatas em Londres, asseguravam elles, haviam procedido inteiramente segundo o seu proprio alvitre, e já esse seu procedimento havia sido officialmente desapproved; desculpa inepta, que pouca fé mereceu, todavia pôz no momento térmo aos debates.

Não se tomou, portanto, decisão alguma nessa questão; e, no correr dos mezes seguintes, appellou-se para um expediente: consentir que viessem para aqui os fugitivos portuguezes, não como soldados, porém como particulares; desta maneira não haveria impedimento algum legal ao seu desembarque. A princípio, a esse respeito surgiram discursos violentos e boatos malignos; como, porém, o govêrno não tomasse conhecimento official da presença dos fugitivos e estes, por seu lado, avisados da geral aversão, se mostrassem muito cautelosos, reconciliou-se, assim, em breve, a opinião pública com os novos hóspedes, votados ao infortunio, e a bondade do Brasileiro tornou possível a muitos o encetarem outro genero de vida na nova patria.

O segundo assumpto, de que se devia occupar a sessão extraordinaria, era a triste condição das finanças do imperio; e, não sem amargura, referiu o imperador, na fala do throno, que era já a quarta vez que elle até então havia debalde reclamado do parlamento auxilio e collaboração nesse sentido; todavia, não fez impressão alguma com isso, e, como o plano financeiro que o ministerio apresentava tivesse suas difficuldades, ficou a questão ainda desta vez sem solução.

A 3 de Maio de 1829, encerrou-se a sessão extraordinária, e no mesmo dia foi aberta a quarta assembléa geral ordinaria pelo imperador, com uma fala do throno, na qual, entre outros assumptos, declarou, relativamente ás complicações de Portugal, que se achava na resolução de não firmar accommodação alguma com o usurpador; porém não comprometteria, por isso, a tranquillidade e os interesses do Brasil; além disso, lembrava de nôvo o remédio á crise das finanças e externava, finalmente, o desejo de que se puzesse um paradeiro legal ao abuso da liberdade de imprensa.

Naturalmente não estavam os deputados dispostos a tomar em consideração esse desejo, e, em vez disso, inseriram mesmo, no discurso em resposta, uma glorificação da liberdade da imprensa; tanto mais zelosamente se aproveitaram da occasião offerecida para chamar o ministerio á responsabilidade.

Já se disse como ambos os decretos de 17 de Fevereiro, que, entretanto, já a 27 de Abril eram revogados, podiam, no poncto de vista do direito constitucional, ser contestados; agora, nomeava a camara uma commissão para examina-los, e, a 29 de Maio, deu esta o seu parecer, que approvava o decreto a respeito da suspensão do *habeas-corpus*, e, ao contrário, considerava inconstitucional a criação de uma commissão militar e, portanto, se devia accusar judicialmente o ministro da guerra, responsavel, que havia assignado o mesmo. Segunda commissão foi encarregada de redigir a accusação; todavia, conseguiu ainda o ministerio, após uma série de violentos debates e envidando todas as suas fôrças, que se passasse á ordem do dia, por uma pequena maioria de sete votos (18 de Junho).

Com isso, caía a accusação; porém, em toda a discussão trahiui-se á saciedade o espirito de opposição e de eauctoridade, proprio da camara dos deputados. E o mesmo aconteceu tanto nos diversos discursos, como na discussão sôbre o estado das finanças.

Ninguem podia illudir-se que este era muito triste; a declaração de independencia, a guerra, ainda mais a administração leviana e desordenada, haviam sobrecarregado o Brasil com uma grande dívida externa e interna, e sempre era preciso fazer novos emprestimos, em condições desvantajosas, para o pagamento de juros.

Ouro e prata haviam quasi completamente desaparecido da circulação; mesmo nas grandes cidades commer-

ciaes, não se viam sinão cobre e papel-moeda cada vez mais desvalorizado. E, em contraste da miseria pública, corria um perfido boato de que, no thesouro particular do imperador, dos sobejos da lista civil e despesas domesticas, se amontoavam, sempre mais, brilhantes, barras de ouro e de prata.

A tarefa seria agora dupla, quando este assumpto fôsse tomado em consideração; tractava-se, de um lado, de pôr ordem nas finanças e crear garantias para pagar a dívida, e, para esse fim, tinha a camara em vista, além dos domínios do Estado, também as propriedades dos conventos, o que podia, afinal, convir ao govêrno.

Em segundo logar, tractava-se de harmonizar a receita com a despesa. Porém, sôbre os meios para isso, sempre existia discordia: o govêrno queria novos impostos, a camara instava pela economia, e a esse princípio ella ficou fiel, também desta vez; na deliberação sôbre o orçamento para os proximos 18 mezes, diminuíram-se de tal maneira as primitivas estimativas, que, em vez do *deficit* de 7.000 contos, resultava um saldo de 3.000 contos; e, quando os ministros qualificaram de illusorios esses calculos, e declararam impossiveis as pretendidas reduções nas fôrças de terra e mar, ao menos na proporção adoptada, tiveram que ouvir palavras desabridas.

Tambem resolveram os deputados começar por casa as economias, a reduzir o seu subsidio; porém essa resolução, que, segundo a constituição, teria effeito reflexo sôbre o subsidio dos senadores (pois os senadores deviam receber quantia igual á dos deputados e mais metade), foi rejeitada por quasi unanimidade no senado.

Com essas deliberações e debates, foi passando o prazo legal da sessão, e ainda nada se havia decidido sôbre o orçamento; foi então apresentada na camara a proposta para pedir-se prorogação, afim de poderem concluir as deliberações; todavia, a opposição não deixou passar a indicação, além de que o chefe do Estado, certamente, estava informado do estado dos trabalhos. E, de seu lado, não estava d. Pedro nada disposto a proroga-la espontaneamente; a tencionada accusação ao ministro, a sovinaria em materia de finanças, os diversos doestos pessoas, haviam-no irritado em extremo, e elle regosijava-se em poder mandar embora, sem contemplação, os insubordinados.

Para o dia determinado, 3 de Septembro de 1829, foi marcado o encerramento das camaras; esperava-se, geral-



mente, uma fala do thono energica e violenta; em vez disso, pronunciou o imperador apenas as curtas palavras: "Augustos e dignissimos senhores representantes da Nação Brasileira! Está encerrada a sessão!"

Dêsse modo, despediu-se d. Pedro, no fim do periodo de quatro annos de legislatura, da "primeira assembléa geral", que havia sido eleita no seu tempo, sob pressão bastante forte do regime absoluto de facto.

Si essa despedida não havia de produzir, em geral, mau sangue; si dahi em diante não seria ainda mais difficil a accommodação com a "segunda assembléa", novamente eleita, é o que não se indagava. Para o momento, pelo menos, o govérno gosava de socêgo e, como o orçamento havia ficado sem solução, tambem podia usar de plena liberdade.

E antolhavam-se ao proprio imperador, além do mais, uma série de dias festivos. E' que elle havia feito regressar sua filha, a rainha d. Maria II, de Portugal, a qual, diante da attitude do ministerio Wellington, não teria mais vantagem em residir em Londres; e devia ser o marquez de Barbacena de nôvo o seu acompanhador; ao mesmo tempo, era elle encarregado da honra de conduzir uma noiva para d. Pedro, a joven e bella princeza Amelia de Leuchtenberg, filha do ex-vice-rei da Italia, Eugenio de Beauharnais.

A 16 de Outubro, entrou no porto do Rio de Janeiro a fragata brasileira, que trazia ambas as illustres damas, e, no dia seguinte, realizou-se o consórcio, que foi solennizado com grande pompa, distribuição de ordens honorificas e titulos (188), e mesmo creação de nova ordem, — a Ordem da Rosa.

Um incidente doloroso, infelizmente, perturbou, em breve, a lua de mel; num passeio de carro, quando d. Pedro, segundo o seu costume, o governava, os cavallos dispararam, virou o carro, e todos que estavam dentro, a imperatriz e seu ermão, o duque de Leuchtenberg, e a rainha de Portugal receberam mais ou menos contusões na quéda; mais que

---

(188) O duque Augusto de Leuchtenberg, que accompanhara na viagem de noivado sua ermã ao Brasil, recebeu nessa occasião o título brasileiro de duque de Sancta Cruz, extinto com a morte do portador (28 de Março de 1835).

De um *memorandum* posterior do marquez de Barbacena, tivemos noticia de que, antes da escolha recair na princeza de Leuchtenberg, o imperial pedido de casamento já havia falhado juncto de seis princezas auropéas. (*Nota do auctor*).



todos soffreu o imperador, que na violencia do choque teve algumas costellas partidas e ficou por essa razão prêso na cama durante algumas semanas (Dezembro de 1829 até Janeiro de 1830).

Todavia, não socegou a politica nesse periodo.

Primeiramente, no que diz respeito aos acontecimentos de Portugal, teve a rainha d. Maria II a sua propria côrte, como uma rainha reinante, e, como tal, recebia os diplomatas estrangeiros em traje de grande gala, — tudo com o fim de mostrar que o seu imperial pae se conservava firme, immutavel, na resolução de manter o direito de sua filha ao throno. Ao mesmo tempo, segundo o seu dever de tutor, estabeleceu d. Pedro uma regencia de tres membros, que, em nome da legítima rainha de Portugal, devia governar e administrar as suas posses; e essa regencia foi formalmente installada na ilha Terceira, unico poncto onde a bandeira de d. Maria fluctuava e offerecia resistencia triumphante ao usurpador (20 de Março de 1830).

Ainda mais importantes eram as proprias circunstâncias no Brasil. O Marquez de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, desde sempre havia sido um favorito especial de d. Pedro; a princípio agente financial e diplomatico, e sómente de nome soldado e official, havia sido collocado, pelo favor do imperador, como general á testa de um exército (fins de 1826); não podendo nessa carreira ganhar louros, e havendo renunciado ao cargo, recebeu de novo a honrosa incumbencia de acompanhar a rainha de Portugal para a Europa (meados de 1828).

Tambem nesse mandato elle não conseguiu nada especial; tanto mais feliz, porém, havia elle sido como angariador de noiva; e assim se explica, porque, havendo elle trazido a seu imperial senhor a joven e amavel princeza, estava mais do que nunca em alto favor.

Disso se aproveitou elle para içar-se no leme do Estado. O ministerio de então, particularmente o ministro do interior, José Clemente Pereira, ainda mais de origem portugueza, havia perdido toda a popularidade na lucta parlamentar do anno anterior; Barbacena chamou, por isso, a attenção do imperador, com respeito á proxima sessão da assembléa geral, que seria aconselhavel demittir o mesmo ministerio e collocar Brasileiros natos no seu lugar, que, mais facilmente, poderiam contar com a popularidade.

Deixou-se d. Pedro persuadir e, assim, formou-se, em Dezembro de 1829, novo gabinete, com o marquez de Barbacena para a fazenda, o marquez de Caravellas para o interior e Miguel Calmon du Pin e Almeida, até então ministro da fazenda, para as relações exteriores.

Immediatamente depois, logrou Barbacena segundo triumpho, desmontando o mais perigoso rival no favor do imperador. O secretario particular do imperador, Francisco Gomes da Silva (Chalça), Portuguez nato, havia, como já se disse, desde annos conquistado e exercido influência fóra do commum sobre o seu senhor; sobretudo relativamente á successão do throno portuguez, havia o seu conselho feito pender a balança; ao menos, accusava-se em geral o dicto "gabinete secreto da quinta de São Christovam" de toda a culpa nas complicações portuguezas.

Os ministerios de até então tinham tido que se sujeitar, quizessem ou não quizessem, a essa secreta influência e, por outro lado, desculpavam-se com ella; Barbacena não queria isso; ambos os favoritos, um em segredo, o outro publicamente no gabinete, não podiam e não deviam subsistir um ao lado do outro; durante algum tempo, trabalharam um contra o outro; porém, afinal, na esperança de fortalecer de novo a sua popularidade vacillante, resolveu o imperador sacrificar Silva e afastou-o de modo honroso, por meio de uma commissão diplomatica.

Si essas medidas eram calculadas especialmente para a capital e para as provincias vizinhas, onde de mais perto se prestava attenção aos personagens da côrte e do conselho imperial, fez-se tambem alguma cousa no sentido de attrahir os liberaes e descontentes das provincias mais afastadas para a nova administração.

Na Bahia, justamente agora, o presidente provincial, visconde de Camamú, que, chamado a prestar contas no Rio de Janeiro, por causa das reiteradas queixas contra elle no ministerio anterior, fóra reconduzido e condecorado com título de nobreza, tombara em sacrificio de vingança politica; foi morto por um tiro em plena rua (28 de Fevereiro de 1830), e o assassino escapou impune; não se podia fazer de outro modo, sinão preencher a vaga com um nome popular.

Em Pernambuco, havia-se fundado, no anno anterior, para fazer frente aos opposicionistas, um forte club monarchico, o *Columnas do Throno*, o qual era accusado de idéas absolutistas; o ministerio aproveitou-se desta oportunidade

para testemunhar o seu modo de pensar liberal-constitucional, renegando decisivamente esse club e as suas tendências, e ameaçando-o, mesmo, com accusação pública.

Sob esses auspícios, defrontou o ministerio Barbacena a quinta assembléa geral ordinaria, que no dia regimental, 3 de Maio de 1830, foi aberta pelo proprio imperador. Tinha-se desta vez, no principio do segundo periodo de legislatura, ao lado dos senadores vitalicios, uma camara de deputados recém-eleita, na maioria os mesmos da precedente legislatura, mas tambem muitos novos provinciaes, que haviam sido eleitos, de um lado, sob a lucta das autoridades, da imprensa independente e, de outro, pelo movimento de clubs de opposição, e, por via de regra, traziam consigo muitos preconceitos contra os manejos da capital, em geral.

Em summa, a opposição crescera em número e, além disso, em audacia; aos seus oradores principaes da precedente legislatura, Bernardo Pereira de Vasconcellos, padre Diogo Feijo e outros, juntava-se desta vez o redactor da *Aurora Fluminense*, Evaristo Ferreira da Veiga; e dos tres notaveis irmãos Andradas, que, nos annos de 1828-1829, um após outro, haviam regressado do exilio (depois de uma especie de reconciliação apparente com d. Pedro) e voltado á sua provincia natal de São Paulo, ao menos um delles, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, antigamente ministro da fazenda, havia entrado de nôvo na camara dos deputados.

Assim, logo a principio se reconhecia que nem o ministerio, nem o proprio imperador, podiam contar com especial acolhimento ou deferencia. A fala do throno havia desta vez repetido a declaração, já feita no anno precedente, segundo a qual o imperdor não pretendia jámais tractar accordo com o usurpador do throno de Portugal, promettia não comprometter os interesses do Brasil com directa intervenção nos negocios portuguezes; a moção da resposta applaudiu essa promessa, ao passo que accrescentava maliciosa: uma tal intervenção seria certamente, — fôsse qual fôsse o resultado, — prejudicial á tranquillidade do imperio e contrária ao direito internacional. E, quanto á demissão de ministros, a camara dos deputados rendia graças pela destituição de um ministerio “que havia perdido a confiança pública pelas contínuas violações da constituição e das leis, e pelo temor suscitado de que voltasse o absolutismo”, — censura que d. Pedro podia attribuir-se a si mesmo.

A fala do throno referia-se á necessidade de tomar medidas para a reorganização vigorosa e regular do exército e da marinha, sendo que a propria situação geographica do imperio impunha a conservação das fôrças, tanto de mar como de terra; a moção de resposta opinou que “as reformas deviam ser compatíveis com a posição geographica, com o estado actual de paz, e, sobretudo, com as instituições existentes”. A fala do throno referia-se á necessidade de reprimir, por meios legaes, o abuso da liberdade da imprensa; a moção de resposta encorajava o imperador a que diligenciasse por supplantar as facções exaltadas, que agitavam o Brasil, quer para a anarchia, quer para o despotismo, assegurando-lhe para isso “a cordial cooperação da casa”.

Imperador e assembléa não queriam comprehender-se um ao outro, e assim nunca se chegava a um resultado. Nem sequer foi o orçamento resolvido; debalde exforçou-se Barbacena por fazer passar as suas propostas; a camara dos deputados riscou-lhe 4.000 contos, reduziu a fôrça da marinha de 7.000 a 1.500; o exército, de 25.000 a 12.000 homens, e, além disso, insistiu pelo licenciamento de todos os mercenarios estrangeiros e pela dissolução dos batalhões estrangeiros, com o que o marquez de Barbacena não se podia conformar.

Antes de se tomar resolução definitiva da questão, finalizou-se o prazo da sessão, marcado por lei (3 de Setembro).

Desta vez, não julgou o imperador prudente, como na vez precedente, continuar a governar de nôvo sem orçamento votado; ao passo que elle no dia marcado encerrou a assembléa e fez aos deputados censuras moderadas e justas por sua lentidão, declarou ao mesmo tempo a resolução de convocar immediatamente uma sessão extraordinaria. E ella abriu-se a 8 de Setembro de 1830, pelo que essa (segunda extraordinaria) assembléa geral foi encarregada especialmente de tomar como objecto dos trabalhos o orçamento, a proposta de um código criminal, e providenciar a respeito da crescente penuria do meio circulante e das finanças, — tudo providências cuja decisão immediata as circumstâncias criticas do Estado reclamavam imperiosas.

Essa convocação extraordinaria immediata, pelo facto de provar que o imperador, ao menos no momento, desistia das idéas antigas de autoeracia absoluta, e que preferia entrar em accôrdo, portanto seria capaz de ceder ainda mais, havia naturalmente ainda mais concorrido para animar a camara dos deputados na sua independencia e no seu espirito de opposição.

Para peorar ainda a situação, um navio trouxe, justamente então (14 de Setembro), a notícia da Revolução de Julho na França, como em Pariz o povo havia derribado em tres dias o velho throno dos Bourbons, e como a camara havia outorgado ao duque de Orléans a corôa caída.

Isto incendiou como faísca electrica; por toda parte, nas grandes cidades, aonde chegou a notícia, no Rio, Bahia, Pernambuco, São Paulo etc., foi festejada com luminarias e outros fogos de artificio; os liberaes e opposicionistas, cobrando nôvo alento, não observavam mais reserva alguma nos discursos e escriptos; e mesmo os grupos extremistas, que sonhavam com os moldes norte-americanos como ideal político, os republicanos e federalistas, que até então não haviam ousado fazer propaganda pública, logo fundaram na imprensa órgãos seus.

Naturalmente, tambem a camara dos deputados fez correspondente mudança de frente, mais para a esquerda; sentia-se, nas discussões e nas resoluções, que a camara creava um ambiente em que não mais se considerava o govêrno factor necessario e com direitos na vida do Estado, porém como incondicional inimigo do povo, que se devia por todos os meios amordaçar e cercear. Promettia, em todo caso, ser de violentos debates a sessão extraordinaria recem-aberta; e agora d. Pedro ainda transformou um de seus mais zelosos auxiliares de até então em adversario acirrado.

Não importa o motivo determinante, o facto é que o até então muito favorecido ministro marquez de Barbacena havia incorrido em desagrado, e um decreto imperial de 30 de Setembro exonerava-o do seu cargo, dando como motivo da exoneração "que, convindo liquidar quanto antes a dívida de Portugal, e sendo necessario, para esse fim, tomarem-se primeiramente as contas das despesas feitas pelo marquez durante a sua commissão á Europa, como acompanhador da rainha d. Maria II de Portugal e especialmente encarregado do pedido de casamento do imperador, não convinha que isso se fizesse exercendo o marquez o cargo de ministro da fazenda, portanto sendo juiz na propria causa".

E' pouco provavel que esse fôsse o verdadeiro motivo; pois as despesas eram sómente de character particular, do imperador privadamente (como tutor da filha e como noivo), não do thesouro do Estado, e tambem já tinha o marquez em mãos recibos, perfeitamente em regra, do imperador, de sorte



que não podia propriamente ser questão de nova verificação. Fôsse como fôsse, sentiu-se Barbacena profundamente offendido, e como, além disso, o texto do decreto pouco habilmente redigido parecia lançar sobre elle uma luz dubia, assim aproveitou elle a occasião para publicar, a 18 de Outubro, uma justificação, que além de tractar da questão principal, revelava ao mesmo tempo muitos picantes segredinhos, que até então haviam ficado sob o sigillo imposto pelo cargo.

Certamente, essa brochura mais prejudicou ao prestigio do imperador do que todas as satiras e caricaturas que appareciam em grande numero nessa mesma epocha; e era somente a primeira vingança de Barbacena; dahi em diante, — assim narram observadores contemporaneos, — elle não poupou dinheiro nem outros meios para agular a agitação na capital, e com isso representou, embora sempre nos bastidores, um papel não pouco importante nos acontecimentos que sobrevieram.

Quanto ás discussões na assembléa extraordinaria, das tres materias submettidas ficou pendente a das finanças; nenhum dos differentes projectos para nôvo Banco do Brasil, que devia substituir o antigo Banco, o qual desde 1821 ficara insolvel, e afinal fôra extincto em 1829, encontrou a approvação necessaria; e, no referente á crise financeira e de numerario e correspondente depreciação do papel-moeda, foi negado francamente o apoio pedido pelo govêrno: “Conquanto

---

(189) Affirmou categoricamente o visconde de Porto Seguro, em sua História da independencia do Brasil (Rio, 1917), pag. 341, que o marquez de Barbacena se enriqueceu “á custa da nação”. Contra o activo politico do primeiro imperio tambem se manifestou o conselheiro Francisco Gomes da Silva (o famoso “Chalaga”), em suas *Memórias offerecidas á nação brasileira* (Londres, 1831), caps. V, VI e VII. O marquez de Barbacena, que anteriormente já havia feito estampar as “Contas da receita e despeza que ha feito a Legação do Brasil em Londres, por conta do govêrno imperial, desde 1824 até 30 de Junho de 1826” (Londres, 1826) e que tambem dera a lume a *Deferza dos negociadores do emprestimo brasileiro em Londres, contra as invectivas do parecer da commissão da Camara dos Deputados sobre o relatorio do ministro da Fazenda* (Rio, 1826), defendeu-se num folheto intitulado *Officio* (Rio, 1829), no qual visou igualmente a attingir á camarilha secreta, que, segundo affirmava elle, o perseguia juncto a d. Pedro I. Mas somente em 1831-1832 é que foi publicada a *Conta geral da caixa de Londres, desde a sua installação no anno de 1824 até ao fim de 1830*, collectanea em que se encontram as *Contas* prestadas pelo marquez de Barbacena, o *Officio* dêste e as impugnações que lhe fizeram Antonio José da Silva e Joaquim Teixeira de Macedo.

a commissão, — dizia o relatorio, — estivesse longe de considerar o actual estado de finanças como irremediavel, mediante conscienciosa gestão governamental e com o auxilio de algum sacrificio da parte da nação, todavia, devia-se hesitar em exigir um tal sacrificio, pois era de recear que os fundos que se creassem fôsssem desviados do seu verdadeiro objecto e applicados em prejuizo do povo”.

Portanto, francamente um voto de desconfiança contra o govêrno imperial em geral, que, ao mesmo tempo, nessa occasião, como em muitas outras, por antigas e novas culpas, foi acremente censurado.

Calando as muitas violações da constituição, que occorreram indiscutivelmente e bastantes vezes, falava-se na camara (com analogia aos acontecimentos em França), de que tambem aqui existira um plano formal para substituir o systema constitucional; e entre a gente do povo achou credulidade esse tolo boato, segundo o qual se tinha realmente tractado alliança entre o imperador e o rei Carlos X, que a revolução de Julho havia derribado; porém a chegada de armamento para dez mil praças, encommendado havia mais de um anno, casualmente entrando agora, em Outubro, da Europa, devia dar apparencia de verdade a essas invençicones.

Do mesmo modo fôram tractadas as outras duas questões apresentadas para a discussão. Em primeiro logar, o codigo criminal: neste sentido quizeram copiar as instituições liberaes de outras nações altamente civilizadas (jury, *habeas corpus*, etc.) e accentuaram as tendencias humanitarias do espirito da época, num tal grau, que não estava adequado ás circumstâncias naturaes e estado de civilização do Brasil, e ainda fôram exaggeradas; assim, por exemplo, foi a pena de morte conservada sómente para os cabeças de insurreições de escravos, e para assassinio premeditado com circumstâncias aggravantes; nos demais casos, foi completamente abolida; as medidas contra os crimes politicos eram de tal moderação, que deixavam as auctoridades quasi desarmadas deante dos desordeiros.

Os crimes de revolta, de rebellião e de conspiração eram definidos de modo pouco satisfactorio e duvidoso; sob o nome de rebellião, por exemplo, devia ser comprehendida uma reunião de ao menos 20.000 individuos para atacar a independencia, a inviolabilidade e a dignidade da nação; e só se cogitava do castigo dos cabeças, não dos participantes, e a pena capital e a de galés não deviam, sobretudo, ser applicadas

nos crimes politicos. Em summa, o codigo criminal, como resultava dos debates da camara dos deputados, era inteiramente incompativel com a conservação da ordem do Estado! Finalmente, quanto ao orçamento, persistia a camara dos deputados, agora, nas mesmas economias, como na ultima assembléa ordinaria, porquanto exigia sobretudo o licenciamento dos mercenarios estrangeiros, dissolução dos batalhões estrangeiros, diminuição dos effectivos na marinha è no exército; o senado quiz adoptar o meio termo, e propoz, nas suas emendas ao orçamento, que ao menos se augmentassem 2.000 soldados e 1.000 marinheiros sôbre a proposta da camara, porém sem resultado.

O artigo 61 da constituição outorgada determinava a reunião das duas camaras em conjuncto, nos casos de divergencia de opinião entre ellas; agora exigiu a camara dos deputados essa reunião (9 de Novembro), e, embora o senado resistisse durante alguns dias, não ousou, deante da exaltação dos espiritos na capital, que acclamava jubilosa a audaz opposição, negar-se finalmente.

Assim, pois, foi aberta a sessão, a 17 de Novembro, no Paço do Senado, e todo o tempo, quatro dias, o povo comprimiu-se em multidão compacta em tórno da sala das sessões, animando com applausos aos deputados da opposição, porém insultando os mais eminentes senadores. Intimidaram-se tanto, que um unico dessa corporação, o visconde de Cairú, conhecido como escriptor politico legalista, ousou sustentar a sua opinião com eloquencia e coragem; porém a sua voz foi abafada, caíram as emendas, e o orçamento ficou como os deputados o haviam proposto.

Agora se tractava sómente de saber ainda como o imperador se comportaria deante dessas resoluções do parlamento; certamente, jámais houvera em Estado constitucional mais e mais justificados motivos para applicação do vétó; todavia, como parece, tal qual o senado, estava o imperador atemorizado com a attitude da população da capital e não ousou fazer uso da sua prerogativa.

Elle sancionou o orçamento e o codigo criminal, e, pelo decreto de 24 de Novembro, ordenou a dissolução dos batalhões estrangeiros; depois, a 3 de Dezembro de 1830, encerrou a assembléa extraordinaria, agradecendo a solução de duas questões, ao passo que lamentava não se haver tido occasião de solucionar a terceira, a financeira, e manifestava a esperanza de que na futura assembléa ordinaria tambem esta fôsse tomada em competente consideração.

“Que differença, — exclamavam agora os jornaes da opposição, e com razão, — entre esta e a linguagem laconica e insultante que os indignos conselheiros do throno dictaram no encerramento da assembléa de 1829!”

De facto, não podia ser mais accentuado o contraste entre a attitude actual de d. Pedro e a de antes; durante muitos annos, elle havia governado como autocrata, á sombra da constituição outorgada, sem parlamento, e depois havia tractado tambem as primeiras assembléas desdenhosamente, ao passo que agora se submettia, sem oppor nem sombra de resistencia. Era evidente que uma tão repentina mudança de idéa não podia ser natural nem séria; não podemos duvidar de que d. Pedro se curvava de má vontade ao jugo, na esperança de breve reacção, que de qualquer modo havia de vir, pois, no pé em que estavam as relações públicas entre os dous poderes, era impossivel continuarem; no momento, elle cedia, para socegar os animos e para evitar rompimento ostensivo com as camaras, com a população da capital.

Porém, por outro lado, a opposição interpretou a cousa dêsse mesmo modo; não acreditava numa mudança séria de idéas do imperador, e, assim, sua condescendencia não lhe mereceu agradecimentos nem lucro algum; ao contrário, as concessões do momento fôram consideradas como simulacros, atrás dos quaes sempre ainda espreitavam planos para inutilizar a constituição.

Não é nada improvavel que, á vista do recente conflicto com as camaras, os mais antigos servidores e conselheiros da côrte, que haviam sido educados nas tradições absolutistas, recommendassem particularmente, como unico remedio, o restabelecimento do absolutismo, e que o imperador, com o espirito exacerbado, ouvisse de bom grado taes conselhos; porém entre a idéa e a execução é grande a distância; e, mórmente agora, justamente quando d. Pedro, com a dissolução dos batalhões estrangeiros (190), se havia despo-

---

(190) Não discutiremos si a dissolução dos batalhões estrangeiros foi ou não da parte de d. Pedro um erro funesto; concentrados no Rio, certamente elles teriam bastado para supplantar uma possivel revolta; porém de modo algum bastariam para manter em sujeição todo o imperio ou mesmo sómente todas as grandes cidades. Queremos, apenas, fazer lembrar como a dissolução e o licenciamento dos soldados estrangeiros se fizeram do modo mais desconsiderado, com o menoscabo de todo o direito bem adquirido. Para os soldados podia

jado da mais segura das suas armas, era duplamente impossível um golpe de Estado. Todavia, não queria ou não podia a apaixonada opposição fazer taes prudentes calculos, e continuou a atizar com sinistros boatos a irritação, na capital e nas provincias.

Muitas circunstâncias casuaes os favoreceram; assim, em Outubro, como já se disse, a chegada de 10.000 armamentos da Europa. Depois, na noite de 20 de Novembro, foi assassinado traiçoeiramente em São Paulo o redactor de uma folha da opposição, o medico italiano Badaró, sendo os assassinos soldados alemães licenciados; naturalmente lançou-se a culpa sôbre o govêrno: era dêsse modo, falava-se, que elle se livrava dos patriotas, por meio de venaes mercenarios!

E, dahi em deante, como si quizesse tirar vingança da morte do collega, contra o govêrno a linguagem dos jornaes da opposição não guardou mais pêas, não sómente com os mais indignos ataques pessoaes contra o imperador, mas até atacando a unidade do systema monarchico. Uns combatiam o véto suspensivo ou outras disposições da constituição; outras folhas mais avançadas, como o *Republicano* e a *Luz*

ser bom, sem dúvida, libertarem-se do pesado e, ainda em geral, forçado serviço militar, e agora poderem, á vontade, seguir a sua profissão, ou, como lavradores, junctarem-se ás colonias alemãs; porém o caso era differente quanto aos officiaes,—e existiam mais de cem delles, inclusive o marechal de campo Braun,—que haviam adoptado o officio da guerra para sua profissão, e agora eram des-tituídos dos seus cargos, garantidos por patente imperial. Pelo direito, podiam elles reivindicar soldo ou pensão vitalicia; mas ninguém pensou em tal, nem tampouco em lhes conceder uma compensação qualquer dêsse genero; mesmo na Camara dos Deputados elevou-se uma voz, lembrando que os officiaes licenciados poderiam pagar a sua viagem para a patria com trabalho no navio, “pois na Alemanha o povo estava habituado ao trabalho”. Todavia, sempre se concedeu, afinal, a todos os officiaes “que haviam sido alistados pelo govêrno”, um anno de soldo, como gratificação. Porém esta clausula foi interpretada de tal modo, que sómente eram comprehendidos aquelles cujos contractos haviam sido firmados na Europa pelos recrutadores, não aquelles que haviam vindo para aqui por sua propria iniciativa e conta, e se haviam apresentado ao serviço militar; assim, uma grande parte delles foi privada mesmo daquelle mesquinho premio, e assim ficou, apesar de todas as reclamações e requerimentos.

Ao passo que o govêrno brasileiro, de seu lado, se tornava culpado de uma tal perfidia, não ousava naturalmente, por outro lado, confiar nos ludibriados; receava que estes se oppuzessem, com armas na mão, á ordem de dissolução. E, ao que parece, algumas cabeças esquentadas pensaram mesmo em tal. O batalhão 28º de



*Brasileira*, propugnavam por uma transformação do imperio, segundo o exemplo norte-americano, no sentido de um Estado federativo; o *Tribuno* queria mesmo acabar de uma vez com a monarchia hereditaria e estabelecer em seu lugar um govêrno electivo. E tudo se fazia impunemente, pois, quando uma vez um dos mais violentos vociferadores foi, pelo ministerio, entregue á justiça, o jury o absolveu por unanimidade.

Portanto, de um lado, o receio de um golpe de Estado, vindo de cima, e, de outro, as tendencias destructivas dos exaltados, que, com linguagem provocadora, conclamavam pelas forças diabolicas das paixões populares: de todos os modos, parecia ameaçada a ordem do Estado.

Os verdadeiros moderados, que, apegados á base da constituição, se queriam restringir á simples opposição parlamentar, sentiam sob os seus pés vacillar o sólo; tinham agora que se deixar estigmatizar pelos exaltados como fracos, traidores, egoistas, numa palavra, *unitarios*, e então começaram de seu lado a resistir á corrente. “Quando um povo, — prégava a *Aurora*, — geme nas cadeias de leis

---

caçadores (alemão) aquartelava então no Rio, não longe do centro, na segura fortaleza da Praia Vermelha, e falou-se alli em conservar o forte como penhor; todavia, acceitaram os soldados de boa vontade o licenciamento offerecido; e, entre os officiaes, poucos tiveram disposição para semelhante violencia, que, no fim de contas, só poderia acabar em rendição pela fome e aniquilamento; assim, fez-se a dissolução em socêgo. Mais perigosa poder-se-ia ter tornado a cousa na ilha de Sancta Catharina, onde então estavam concentrados os restantes batalhões estrangeiros; pois alli alguns imaginaram o plano de marchar por terra para a colonia alemã de São Leopoldo, e, depois de se reunirem aos colonos alemães, conquistarem a cidade capital da provincia de São Pedro, Porto Alegre, — plano muito facilmente executavel, desde que um chefe com capacidades se puzesse á sua frente. Mas não existia tal chefe e o govêrno, avisado por delatores, procedeu com grande cautela; ao passo que os soldados eram licenciados em turmas, dava-se aos officiaes esperança de outro emprego e continuava-se pagando-lhes o soldo, até poder despacha-los sem perigo; de resto, não se ousou chamar a contas, em Sancta Catharina, nenhum dos suspeitados conspiradores.

Em compensação, o capitão Kerst, do Corpo de Engenheiros, antes ajudante do general Braun, e mais dous officiaes, que, longe das tropas, se achavam em Porto Alegre e evidentemente nada podiam saber dos taes planos, fôram presos por simples denúncia, levados sob rigorosa prisão ao Rio de Janeiro, e alli submettidos a demorado processo de alta traição, que terminou com a sua completa absolvição.

oppressivas, e que não offerecem meio por onde a illustração se derrame, então todos os esforços são racionais, todas as imprudencias permittidas; mas, logo que ha representação do paiz, representação especial das provincias, imprensa livre, garantias do cidadão, para que é necessario apressar aquillo que ha de vir tranquillamente, sem violencia, si acaso a força das cousas o exige? Para que é querer que a mudança se opere entre perigos, no meio do frenesi dos partidos, que talvez se veja frustrada pela mesma acceleração dos que a pretendem, quando o tempo, o derramamento das luzes politicas a trariam, caso fôsse necessaria?"

Taes advertencias não ficaram inteiramente sem resultado, sobremodo pelo facto de embarçarem de certa forma a propagação das idéas federalistas. Para idéas desta ordem não era, de mais a mais, o Rio de Janeiro sólo favoravel, pois o successo das mesmas, si não levasse o Brasil directamente a esphacelar-se todo, contudo devia prejudicar a hegemonia da capital do Estado; a tentativa de organizar aqui um partido federalista regular, com distinctivo (um tope nacional de formato especial), tambem falhou, depois que os primeiros, que exhibiram os topes federalistas, soffreram maus tractos nas ruas.

E, nas provincias, cujo amor proprio essas idéas tinham de preferencia em mira, esse movimento ainda não estava felizmente tão espalhado; só as vizinhas, Minas Geraes e São Paulo, compartilhavam de certo modo da agitação da capital; mas as grandes provincias do centro e do Norte estavam relativamente tranquillias. Assim, nessas commoções populares, não representou o federalismo, ao menos nos annos mais proximos, papel decisivo.

Enquanto todas essas questões eram discutidas nas conversações e na imprensa, continuamente, d. Pedro se havia ausentado do Rio de Janeiro por algumas semanas. As experiencias dos ultimos mezes haviam-no convencido de que aqui, pouco a pouco, os ultimos restos da sua antiga popularidade estavam perdidos; não sómente a gente de condição mais alta, porém, egualmente, a população mestiça e negra acclamavam com júbilo a audaz opposição, ao passo que, por outro lado, ao seu cumprimento amistoso e da augusta imperatriz não correspondiam, sinão raramente, os vivas ruidosos; e até o anniversario natalicio do herdeiro do

throno (2 de Dezembro) foi perturbado por brados sediciosos.

Assim, tomou elle o pretexto das perturbações locaes da ordem, havidas na vizinha provincia de Minas Geraes, para resolver viagem até lá; provavelmente, esperava que agora se renovasse o triumpho que, nove annos antes (1822), havia sido a sua viagem, e tal cousa não deixaria de ter repercussão na capital.

A 30 de Dezembro de 1830, accompanhado de sua esposa, do ministro do interior (e antes deputado por Minas), José Antonio da Silva Maia, além de numeroso e brilhante sequito, partiu da Quinta Imperial de São Christovam, no Rio, e seguiu directamente para Ouro Preto, a capital da provincia, onde ficou até fins de Fevereiro de 1831. Porém, desenganou-se das suas esperanças de recepção entusiastica ou mesmo cordial; a opposição dispunha, aqui e nas proximas vizinhanças, de relações extensas demais, e, como, do seu lado, o imperador não condescendeu em deixar vir a seu encontro os deputados da opposição da provincia, assim elles empregaram exforços para faze-lo desgostar-se da sua viagem. Si não faltaram os discursos e boas vindas officiaes, o proprio povo não tomou parte alguma; nas mesmas cidades e villas, onde todos os joelhos se haviam curvado deante do imperador, na precedente viagem, e onde, ainda poucos annos antes, o seu nome não era pronunciado sem reverencia, agora, sob os seus olhos, celebravam-se exequias funebres em honra do jornalista assassinado Badaró; e fôram baldados todos os exforços feitos para assegurar a reeleição do ministro Maia, que, entretanto, por causa de sua nomeação, teve que submeter-se a essa prova.

Afinal, tentou d. Pedro appellar directamente para o povo; publicou em Ouro Preto, a 22 de Fevereiro de 1831, uma proclamação, primeiro aos Mineiros, porém depois endereçada a todos os Brasileiros, na qual elle, não como imperador, mas como amigo sincero, prevenia contra um partido desmoralizador, partido que, nos seus jornaes desenfreados, ousava atacar não sómente a sua sagrada e inviolavel pessoa, mas também a organização do Estado, confirmada por sagrado juramento, concitando ao federalismo; e tudo isso sómente com vistas interesseiras, afim de representar no Brasil scenas de horror, cobrindo-o de lucto, com o intento de empolgar empregos e saciar as suas vinganças e paixões particulares. Não devia o povo deixar-se illudir

por essas perniciosas requestas. "Ajuda-me, — exclama elle em conclusão, — a sustentar a constituição tal qual existe, e nós jurámos! Conto convosco. Contae commigo!"

Já se vê, entretanto, que de uma proclamação desta ordem não era de esperar, de modo algum, subito reviramento na opinião pública, apaixonadamente excitada. Porém os proprios adversarios viram nisso uma provocação, uma tentativa para intimidar, e redobram os seus ataques; tambem os moderados, como os collaboradores da *Aurora Fluminense*, que recentemente haviam aconselhado moderação e legalidade agora, que o imperador, como parecia, manifestava de nôvo a antiga inflexibilidade e não queria saber de concessão alguma, começaram a calar e deixaram seguir a corrente.

Assim, o regresso da caravana imperial passou indifferente e egualmente sem regosijos, como a viagem de ida; d. Pedro não se podia mais illudir que tinha deante de si tempos difficeis; que, privado de todas as armas, do forte exército e da popularidade, em proximo futuro ver-se-ia ao desamparo, entregue sem defesa ao bel-prazer de uma opposição encarnçada, — situação sem dignidade, que não convinha absolutamente ao seu espirito arrogante.

E, quando, então, se considera quanto o affligiam preoccupações de familia, — a filha rainha, de cujo throno um perverso usurpador se havia apoderado, e que elle não podia, não devia auxiliar, — póde-se facilmente dar crédito áquella versão de haver d. Pedro, já agora na viagem, falado que estava cansado de governar o Brasil e que abdicaria em favor do filho, plano talvez ainda não assentado, porém que a pressão dos vindouros acontecimentos muito breve amadureceu para a realização.

A 11 de Março de 1831, entrou de nôvo d. Pedro na sua residencia da Quinta de São Christovam, no Rio de Janeiro, e a sua chegada foi, na capital, o signal para uma série de arruaças.

Logo á primeira noite, uns tantos cidadãos conservadores, para festejarem o regresso do imperador, illuminaram as suas casas; além disso, fizeram arder fogueiras festivas nas ruas principaes, e bandas de musica tocaram alegres retretas. Isto causou naturalmente grande irritação ao partido exaltado da opposição; bandos de jovens partidarios extremados percorreram as ruas, para perturbar os festejos,

dando vivas tumultuarios á constituição, á assembléa geral, ao imperador "enquanto constitucional", e acharam na população negra e mestiça fartos auxiliares de boa vontade.

O mesmo aconteceu á noite seguinte; porém, á terceira noite (13 de Março), que devia ser a última das festividades, chegou-se a extremas violencias. Os exaltados apagaram várias fogueiras, mas fôram, por isso, valentemente surrados pelos conservadores, que então, por sua vez, na embriaguez do triumpho, se tornaram culpados de identicos excessos; aos brados retumbantes de: "Viva o imperador!", "Morrão os deputados republicanos!" etc., percorreram as ruas e insultaram as casas que não haviam posto luminarias, assim, especialmente, a redacção da *Aurora Fluminense*; porém a policia e as patrulhas militares guardaram louvavel neutralidade em todos estes tumultos.

Deve-se ter em conta que, nesses festejos, excluindo as pessoas directamente dependentes da côrte, de preferencia tomaram parte justamente os Portuguezes natos e naturalizados, pelo menos a opposição assim o affirmava; por isso, esse escandalo de rua tomou feição politico-nacionalista. A aversão da plebe indolente brasileira contra o immigrante portuguez industrioso e, portanto, abastado, é facto bem conhecido; agora eram estes ultimos, além do mais, taxados de inimigos da independencia e incondicionaes partidarios de d. Pedro, alcunhados de *Pedristas*, e, ao mesmo tempo, se repetia a velha queixa dos caçadores de empregos desapontados: o proprio imperador "é filho do reino", e sempre deu preferencia aos estrangeiros.

Por toda parte era procurado e usado o laço nacional brasileiro, que desde annos jazia exquecido; e, no silêncio da noite, echoou a algazarra dos bandos de bebedos: "Viva a Independencia Americana! Morte aos *Pedristas*!", e muitas violencias, muitas vinganças particulares, cobriram-se com o manto de partidarismo politico.

Finalmente, tambem os membros da opposição parlamentar, quantos estavam presentes na capital, resolveram fazer demonstração pública; 23 deputados e um senador, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, reuniram-se na residencia do padre e deputado por Minas Geraes; José Custodio Dias, e alli realizaram um conselho, onde, entre outros assumptos, segundo consta, se falou em immediata revolta contra o regime imperial. Contava-se, sobretudo, com o corpo de officiaes de artilharia e com muitos officiaes superiores ambiciosos, que desde muito apparentavam



um certo descontentamento opposicionista; todavia, a attitudé dos batalhões da guarnição, embora esses não deixassem de estar tocados pela geral exaltação e agitação, ainda era, em todo caso, duvidosa, e, por isso, resolveu-se não chegar a essa extremidade. Em vez disso, foi assignada uma representação ao imperador, a qual, escripta pelo redactor da *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga, expunha os acontecimentos dos ultimos dias, no sentido acima citado, e nos mais vigorosos termos exigia o immediato castigo dos Portuguezes, que haviam insultado e maltractado os nacionaes, e não menos severo castigo para as auctoridades visivelmente conniventes com aquelles perturbadores da ordem.

“Esses individuos sediciosos, — dizia a representação, — á sombra do augusto nome de vossa magestade imperial e constitucional, continuam na execução de seus planos tenebrosos; os ultrajes crescem, a nacionalidade soffre, e nenhum povo tolera, sem resistir, que o estrangeiro venha impôr-lhe, no seu proprio paiz, um jugo ignominioso...” “Não é possível calcular até onde chegarão os seus resultados, si acaso o govêrno não cohibir desde já semelhantes desordens, si não tomar medidas para que a affronta feita á nação seja quanto antes reparada. Esperamos, confiados na sabedoria e patriotismo de vossa magestade, a despeito dos traidores que possam rodear o throno de vossa magestade... As circunstâncias são as mais urgentes, e a menor demora pôde, em taes casos, ser funestissima. A confiança que convinha ter no govêrno está quasi toda perdida, e, si porventura ficarem impunes os attentados, importarão numa declaração de guerra ao povo brasileiro, de que lhe cumpre vingar elle mesmo, por todos os meios, a sua honra e brio, tão indignamente maculados”. “Esta linguagem, — assim concluia a representação, — é franca e leal: ouça-a vossa magestade, persuadido de que não são os aduladores que salvam os imperios, e sim aquelles que têm bastante fôrça de alma para dizerem aos príncipes a verdade, ainda que não os lisonjêe. A ordem pública, a tranquillidade do Estado, o throno mesmo, tudo está ameaçado, si a nossa representação não fôr attendida, e os seus votos completamente satisfeitos”.

Entretanto, o imperador, depois de haver demorado alguns dias em São Christovam, no mais completo retrahimento, fez afinal, a 17 de Março, a sua entrada solenne no Rio de Janeiro; espectaculo pomposo, acolhido com bastante

indifferença; sómente um incidente desagradavel (isto é, no exaggero do servilismo, haviam alguns conservadores, — Portuguezes, ao que consta, — maltractado de facto um moço brasileiro, que se havia salientado com o brado de: "Viva o imperador enquanto constitucional!"), produziu muita irritação nas rodas da opposição.

Dous dias depois, foi entregue ao imperador a representação, acima citada, dos 24 membros da camara e, ao mesmo tempo, publicada. A linguagem da mesma era francamente, como já se viu, calculada para instigar as paixões revolucionárias das massas, sobretudo nas provincias, onde não se tinha uma idéa dos tumultos acontecidos nas ruas da capital; de modo algum, porém, se adequava ao verdadeiro estado das cousas, em relação á pessoa do imperador, e os signatarios deveriam mesmo esperar uma repulsa. Todavia, ao que parece, tomou d. Pedro em acertada conta as circunstancias e consentiu em meia concessão; conservando entre os seus ministros sómente o dos estrangeiros, Francisco Carneiro de Campos, e o da fazenda, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, nomeou para o interior o visconde de Goiana, para a justiça Manuel José de Sousa França, para a guerra o tenente-general José Manuel de Moraes, e José Manuel de Almeida para a marinha, de sorte que o Conselho de Ministros consistia agora exclusivamente de Brasileiros natos.

Esse era, porém, o seu unico predicado, pois elles não eram de partido algum, nem pela sua personalidade estavam á altura das circunstancias críticas. Com o perdão de alguns officiaes brasileiros compromettidos nas desordens de 13 de Março e com um officio ao marquez de Sabugal, ministro plenipotenciario da rainha d. Maria II, de Portugal, no Rio, reclamando a sua intervenção para conter todos os perturbadores da ordem do lado dos Portuguezes residentes, sem o que o govêrno se veria constrangido a recorrer a medidas rigorosas, que as circunstancias tornassem necessarias, — procurou-se conquistar as boas graças da população da capital; porém nada de sério se fez para restabelecer a ordem ou para a manutenção da paz pública.

Tanto mais activa se mostrou a opposição.

Naturalmente é impossivel que a história accompanhe as suas secretas intrigas nos minimos pormenores; porém o certo é que, por esse tempo, as reuniões e conselhos dos deputados da opposição e dos seus amigos partidarios tomaram o vulto de uma formal conspiração. As grandezas

parlamentares mais salientes, — Vasconcellos, Feijó e os de tempo mais antigo, os Andradas, — estavam, então, ausentes da capital, nos círculos eleitoraes de suas terras, e, portanto, não participaram de todo dêsse movimento; apresentava-se agora como chefe o senador Vergueiro, que, embora Portuguez de nascimento, gosava singularmente da mais inteira confiança, mesmo dos mais enfurecidos Brasileiros, e, a par delle, Evaristo da Veiga, que, exacerbado pelos recentes acontecimentos, abandonou todos aquelles conselhos de legalidade, que elle havia prégado na sua *Aurora*.

Por outro lado, o marquez de Barbacena recusou o convite, que lhe foi feito, de tomar parté directamente; porém não deixou de prestar aos conjurados a sua approvação e o seu apoio secreto; como se conta, elle mandou dizer-lhes abertamente que considerava a revolução uma necessidade e que sabia que d. Pedro facilmente seria levado a abdicar. Ainda menos reserva demonstraram outros, officiaes e funcionarios, em parte homens que tudo deviam á pessoal munificencia do imperador, honrarias, cargos e dignidades, e que agora, para mais alto subirem, recorriam á ignominia da traição.

Em summa, póde-se affirmar, sem fazer injustiça, que, si existiam entre os conjurados muitos homens levados pelo patriotismo puro e desinteressado, embora tambem muitas vezes mal guiados, preponderavam na maioria as paixões baixas, a cobiça, a ambição ou a sêde de vingança. E, por outro lado, não trepidavam em recorrer a qualquer meio, para conseguirem os seus fins; não se poupou o dinheiro; escriptos provocadores e boatos diffamatorios alimentavam continuamente a geral excitação; organizaram-se os descontentes, ao modo tradicional, em associações secretas; assim como nas praças públicas se prégava ao povo, nos proprios quartéis, repetidas vezes, prégavam-se aos soldados doutrinas políticas extravagantes, acolhidas com exaltado júbilo, sem que os officiaes, conjurados ou mesmo só atemorizados, tomassem medidas contra isso; assim, foram minadas a disciplina e a fidelidade da guarnição.

Finalmente, quanto aos planos dos conjurados, sabemos a respeito, pelos observadores contemporaneos, que para a intencionada mudança de govêrno não se queria a violencia de um levante, porém uma revolução parlamentar; assim é que se pretendia propôr formalmente na sessão extraordinaria, convocada para Abril, a abdicção do imperador, e julgava-se que, por meio de pressão de fóra, do auxilio da população e

da soldadesca, a maioria seria certamente a favor da proposta. O que viria depois, si monarchia, si república, a esse respeito não se estava, a princípio, de accôrdo; todavia, foi resolvida, afinal, a conservação da monarchia, tanto mais porque, com a menoridade do herdeiro do throno e consequente estabelecimento da regencia, toda a questão ficava provisoriamente, por assim dizer, aberta.

Póde-se imaginar que as machinações dos conjurados, os seus planos, não podiam de todo ser ignorados, pelo menos, da policia da côrte e do imperador; porém não tinham energia bastante, nem bastante coragem para romper com um rapido golpe a trama; talvez tambem, por causa das circunstâncias do Brasil, se receasse uma prisão geral dos principaes suspeitos, todos homens de alta influencia.

Mesmo no caso de que fôsse bem succedido, sem resistencia, na capital, os seus amigos nas provincias se serviriam dêsse pretexto para revoltas e, em vez da cobra, cuja cabeça se esmagasse, surgiria a hydra de muitas cabeças da revolução.

O proprio d. Pedro condescendia com a politica tacanha de seu ministerio, que, longe de usar de energia, se exforçava dia a dia por manter a população da capital de bom humor; assim, por exemplo, no anniversario do juramento á constituição (25 de Março), compareceu de repente o imperador, sem ser esperado, nem convidado, ao *Te-Deum* que a opposição fez cantar nesse dia, e, quando saudaram o imperador, de nôvo, com vivas "enquanto constitucional", aproveitou-se elle da occasião para assegurar: "*Sou e sempre fui constitucional*", protesto que aos ouvintes pareceu resultante da perturbação do momento, não espontanea resolução seriamente encarada, e, portanto, não podia encontrar crença, nem grato acolhimento.

Dêsse modo, arrastaram-se ainda algumas semanas; a côrte, a opposição, a capital inteira, todas em feliz excitação, sem que de um e de outro lado acontecesse algo de serio, até que, finalmente, o imperador deu nôvo e decisivo impulso.

Na manhã de 6 de Abril de 1831, espalhou-se no Rio de Janeiro, com a rapidez do raio, a noticia de que no gabinete imperial havia sido feita completa mudança de pessoal; todos os ministros de então haviam sido exonerados, e, em seu lugar, fôram confiadas as pastas: do interior, ao marquez de Inhambupe; dos estrangeiros, ao marquez de Aracati; da justiça, ao visconde de Alcantara; da fazenda, ao marquez

de Baependi; da marinha, ao marquez de Paranaguá; e da guerra, ao conde de Lages; — todos homens que já antes haviam empunhado o leme do Estado, durante o tempo do governo pessoal de d. Pedro, portanto conhecidos como simples servos da vontade imperial e em parte desacreditados por causa de suas tendencias absolutistas.

Que planos afagava o imperador com essa mudança de ministerio? Si elle, com um decisivo golpe, pretendia anticipar-se aos seus adversarios, ou si sómente contava intimidá-los com tal demonstração da sua renascida fôrça de vontade, é o que não se póde affirmar com certeza.

Em todo caso, conta-se que o ministro da guerra recém-nomeado mandou informar-se incontinenti, em todos os quartéis, si se podia contar com a fidelidade das tropas, e que os officiaes lhe responderam que com a sua fidelidade pessoal se podia contar, mas que não respondiam pela dos soldados; conta-se igualmente que foi dada a ordem de prisão contra todos os mais notaveis membros da opposição.

De resto, fôsse o que fôsse, sempre esses boatos encontravam prompto acolhimento na capital; aqui, considerava-se a mudança de ministerio apenas o signal para um golpe de Estado. Resolveu a opposição reagir promptamente, embora o seu plano não estivesse ainda bem amadurecido, embora, principalmente, não estivesse nada certa do concurso dos militares; os seus oradores populares, os seus agitadores percorriam as ruas, e logo, ainda na mesma tarde, o povo aos magotes agglomerou-se no Campo de Sancta-Anna (tambem chamado Campo da Acclamação ou Campo da Honra), e alli, induzido por audazes demagogos, exigia aos brados a demissão dos novos ministros e restabelecimento do antigo Conselho de Ministros.

Si nesse momento, quando o fiel da balança ainda vacillava, houvesse d. Pedro reunido rapido as tropas e se houvesse collocado á frente dellas, difficilmente ellas teriam ousado recusar-se á obediencia, difficilmente o povo teria esperado por sua approximação, e talvez toda a agitação da capital se tivesse dissipado; porém aconteceu desta vez como, annos antes, á revolta dos batalhões estrangeiros: deu-se tempo para a revolução tomar fôrça e espalhar-se.

. Quanto mais o governo hesitava, tanto mais continuava em liberdade a inutil gritaria sediciosa, tanto mais crescia o ajuntamento do povo no Campo de Sancta-Anna, e, ainda mais, quando nessa tarde se evidenciou uma nova prova de fraqueza, uma proclamação imperial, que, contra-



firmada por todos os ministros, assegurava as tenções constitucionaes, promettia um govêrno rigorosamente constitucional; mal acabava a leitura do documento pelo juiz de paz, foi-lhe arrancado das mãos e calcado aos pés.

Com isso, o vozerio se tornou cada vez mais alto, a agglomeração de povo cresceu e já começavam a mixturar-se ao povo tumultuario tambem cidadãos de mais alta categoria e soldados.

Finalmente, ás 6 horas da tarde, uma deputação de tres juizes de paz dirigiu-se ao paço de São Christovam, pediu e obteve audiencia, e exigiu, em nome do povo reunido, que o ministerio anterior fôsse de nôvo chamado ao leme do Estado, "porque elle tinha a confiança do povo"; porém a essa exigencia negou-se o imperador decisivamente, com as palavras textuaes que, dizem, elle pronunciou na occasião: "Tudo farei para o povo; mas nada pelo povo"

Não se pôde descrever o delirante vozerio com que foi acolhido tal recado no Campo de Sancta-Anna; agora, o que até então havia sido um simples ajuntamento, tomou de facto o character de revolução, e tambem a soldadesca, que se conservara até então de parte, rompeu os laços da disciplina.

Fôram tres irmãos os que principalmente conquistaram, nessa occasião, uma triste celebridade, por sua traição; assim como os tres Andradas haviam sido os principaes factores para a elevação de d. Pedro, esses tres Limas podem ser considerados os factores principaes para a sua quéda. O mais velho, Francisco de Lima e Silva, que já em 1824 havia commandado o exército contra a revolução pernambucana, era agora commandante da praça do Rio de Janeiro; o segundo, José Joaquim de Lima e Silva, que já em 1822-23, na libertação da Bahia, exercia um commando, era ajudante-general do imperador; e o terceiro, Manuel da Fonseca Lima e Silva, commandava o "Batalhão do Imperador", que aquartelava, como guarda de corpo, na immediata vizinhança da quinta imperial. Todos os tres, desde muito dá alta confiança e graça do imperador, affectavam nos ultimos tempos ciumes e descontentamento de favoritos amimados, e, afinal, entabularam alliança com os conjurados, que abriam novas perspectivas para a sua ambição. Que sonhos de alto vôo alimentavam, não se sabe; em todo caso, corre o boato, verdadeiro ou não, de que elles chegaram mesmo a pensar na corôa para a sua familia. Agora, dava Francisco o signal á guarnição para a insurreição; as tropas de todas as armas puzeram-se em marcha

para o Campo de Sancta-Anna e reuniram-se aos populares, e estes forneceram-se de armas nos quartéis e arsenaes; e, quando a notícia dêsses factos chegou a São Christovam, tambem o "Batalhão do Imperador" abandonou o seu posto, para associar-se á sedição; a elle seguiu-se a guarda de honra, corpó privilegiado, sem soldo, recrutado nas melhores familias da capital e destinado ao serviço pessoal da casa imperial.

A' meia-noite, estava a quinta imperial sem guarda e sem defesa, ao passò que lá, no Campo de Sancta-Anna, o general Lima revistava tropas e povo e depois despachava um de seus ajudantes, Miguel de Frias Vasconcellos, para informar-se do imperador sôbre a sua definitiva resolução.

Nesse momento, quando toda a armadura do poderio se desmoronava, quando seus-intimos, a sua casa, estavam em plena confusão e sobresalto, conservou d. Pedro uma tranquillidade de espirito, que chegava a ser indifferença. Mesmo a noticia da deserção da sua guarda de pessôa não o abalou: "Fez bem — disse elle; — que se vão reunir aos seus camaradas no campo; não desejo que alguém se sacrifique por mim".

Toda a possibilidade de resistencia estava perdida; tractava-se de conjurar a tempestade pela condescendencia; todavia, não queria o imperador sujeitar-se a fazer a vontade do povo e reintegrar o ministerio demittido nessa manhã; antes preferia um ministerio declaradamente da opposição, e, para esse fim, despachou o intendente-geral da policia da cidade, Caetano Maria Lopes Gama, ao senador Vergueiro, para pedir o seu conselho e cooperação.

Apenas este se puzera a caminho, entrou na quinta o ajudante de Lima; elle instou por uma decisão immediata, pois, si hesitasse mais tempo, o povo talvez commettesse excessos, julgando assassinado ou prêso o seu emissario. Repliquou o imperador: "Certamente não nomearei o ministerio que querem; a minha honra e a constituição m'o não permitem: prefiro abdicar ou morrer a fazer uma tal nomeação". E, quando o ajudante quiz partir sem demora, rogou-lhe d. Pedro que esperasse uma resposta decisiva, pois elle proprio contava com o resultado do recado mandado por Lopes Gama.

Entretanto, ia passando o tempo, e não apparecia por parte dêste, nem do senador Vergueiro, uma resposta; era como si a opposição negasse os seus serviços, e, então, não havia mais recurso, sinão se submeter á vontade da capital

ou realizar o alvitre, que já muitas vezes lhe occorrêra secretamente: abdicar a corôa.

Escolheu d. Pedro este último; foi a 7 de Abril de 1831, ás duas horas da madrugada; aproximou-se elle da secretária, sem deliberar com os seus ministros, nem mesmo chama-los, e escreveu com mão firme a sua abdicção, nos termos seguintes: "Usando do direito que a constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado filho, o sr. d. Pedro de Alcantara".

Entregou logo o documento ao ajudante, accrescentando:

— "Aqui está a minha abdicção; desejo que sejam felizes! Retiro-me para a Europa, e deixo um paiz que tanto amei, e ainda amo".

Nesse poncto, a emoção embargou-lhe a voz, e elle retirou-se apressadamente para os aposentos da imperatriz.

E, enquanto partia a toda a brida o ajudante com a importante noticia para o Campo de Sancta-Anna, o imperador desthronado tomava as suas disposições para a viagem; em poucas horas, pôz em ordem os seus negocios domesticos, fez embarcar as suas posses particulares e bagagem. Os seus quatro filhos mais moços, da imperatriz Leopoldina, que formavam, então, de ora em diante, a dynastia imperial do Brasil, o imperador d. Pedro II, que ainda não tinha seis annos, nascido a 2 de Dezembro de 1825, e tres princezas (191), ficaram confiados aos cuidados e á protecção do povo brasileiro; e foi o último gesto de d. Pedro nomear o homem que antes elle não podia amar, por seu espirito inflexivel, dominador, mas que havia aprendido a acatar por causa do seu desinteresse e honradez immaculada, como nenhum outro, José Bonifacio de Andrada, para tutor dos órphãos menores.

Elle proprio, com a espôsa, a imperatriz d. Amelia, além disso sua filha mais velha, a rainha d. Maria II de Portugal, uma ermã expuria, casada, a marquezia e seu marido, o Portuguez marquez de Loulé, aos quaes elle havia con-

(191) 1) D. Januaria, nascida a 11 de Março de 1822, casada a 28 de Abril de 1844 com o príncipe Luis, da Sicilia, conde de Aquila.

2) Paula Mariana, nascida a 15 de Fevereiro de 1823, fallecida a 16 de Janeiro de 1833.

3) Francisca, nascida a 2 de Agosto de 1824, casada a 1º de Abril de 1843 com o príncipe francez François d'Orléans, príncipe de Joinville. (*Nota do auctor*).

cedido hospedagem, por causa das perseguições de seu ermão, o usurpador d. Miguel, dirigiram-se para bordo de um navio inglez de linha, ancorado na bahia do Rio, o *Warspite*, a procurar asylo, promptamente concedido.

Alli elle recebeu, nessa tarde, os diplomatas estrangeiros acreditados no Rio, que todos (sómente os ministros dos Estados-Unidos da America do Norte e da República de Colombia se eximiram e essa attitude, "genuinamente americana", mereceu-lhes, a ambas as partes, do nôvo govêrno brasileiro especial gratidão) fôram prestar-lhe homenagens na última audiência concedida, na qual elle lhe deu a segurança de que a sua abdicação provinha de espontanea vontade e era seriamente intencionada.

D. Pedro, que dahi em deante se chamou simplesmente "duque de Bragança", nunca mais pisou o sólo brasileiro; mesmo a offerta do govêrno do Brasil, que lhe queria fornecer um navio para transporta-lo á Europa, elle recusou, pois os preparativos necessarios exigiriam dispendio de tempo e dinheiro; preferiu requerer os serviços amigaveis dos almirantes das estações navaes ingleza e franceza, e esses puzeram á disposição d'elle e de sua casa a fragata ingleza *Volage*, e para a rainha de Portugal e mais o seu sequito a fragata franceza *Seine*.

Quatro dias duraram os preparativos necessarios; então levantaram ferros ambos os navios e os illustres emigrantes começaram a sua viagem de regresso ás patrias europeas (13 de Abril de 1831).

Assim, deixou d. Pedro o paiz que lhe devia a sua independencia nacional, o decreto da sua constituição, e onde, embora muito houvesse peccado, todavia egualmente muito se havia peccado contra elle.

Elle ia elevar ao throno de Portugal, que lhe pertencia, a sua filha, a rainha d. Maria II, tarefa que durante annos occupou todos os seus pensamentos, todas as suas fôrças, e que elle, afinal, levou a feliz termo; porém no Brasil o seu nome ficou subsistindo e foi ainda muito tempo um pretexto e um subterfugio de que se serviram os partidos, as revoltas provinciaes e locaes; porém, para o govêrno, foi um espantallo, até que o imperador exilado se reuniu aos seus antepassados (fallecido em Lisboa, a 24 de Setembro de 1834).

\*\*\*

Ainda o navio que acolhera d. Pedro demorava na bahia do Rio, já se installava na cidade o govêrno do seu

filho menor, o segundo imperador do Brasil. Na madrugada de 7 de Abril de 1831, levou o ajudante Miguel de Frias Vasconcellos o decreto imperial de abdicação ao Campo de Sancta-Anna; e, fôsem quaes fôsem as tenções de alguns ambiciosos cabeças, essa notícia foi acolhida pelo povo e exército, alli agglomerados, com acclamações tumultuarias de júbilo e vivas igualmente retumbantes ao imperador dom Pedro II.

Dirigiu-se o povo a São Christovão, para trazer o imperial menino em triumpho á cidade, e a cerimonia de sua elevação ao throno e acclamação foi solennizada com todas as praxes, no meio de geraes regosijos, infelizmente num poneto ou noutro perturbados por violencias contra alguns Portuguezes residentes.

No paço do Senado reuniram-se, entretanto, todos os senadores e deputados presentes no Rio, para uma sessão extraordinaria, e, a seu convite, reassumiram os ministros, demittidos no dia antecedente, a direcção dos negocios do Estado (á excepção do ministro da fazenda, Cavalcanti de Albuquerque, substituido pelo senador José Ignacio Borges).

Ao mesmo tempo, instituia-se uma regencia provisoria, que devia funcionar como tal em nome do imperador de menor idade, até que, na fórma da constituição, a assembléa geral nomeasse uma regencia permanente; e fôram escolhidos para membros dessa regencia provisoria o senador Vergueiro, o marquez de Caravellas e, finalmente, o general Francisco de Lima e Silva, que então entregou o commando da cidade a seu ermão mais moço, José Joaquim.

No dia seguinte (8 de Abril de 1831), realizou-se uma segunda sessão extraordinaria dos membros presentes da assembléa; resultou uma proclamação, redigida por Evaristo Ferreira da Veiga, assignada pelo bispo do Rio de Janeiro, como presidente, e Luis Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque, como secretario da assembléa, documento que devia servir para informar as provincias dos acontecimentos dos ultimos dias.

— “Brasileiros! — assim começava — um acontecimento extraordinario veio surprehender todos os calculos da humana prudencia: uma revolução gloriosa foi operada pelos exforços e patriotica união do Povo e da Tropa do Rio de Janeiro, sem que fôsse derramada uma só gotta de sangue; successo ainda não visto até hoje, e que deve honrar a vossa moderação, energia, e o estado de civilização a que haveis chegado.



"Um príncipe mal aconselhado, trazido ao precipício por paixões violentas, e desgraçados prejuízos anti-nacionais, cedeu á força da Opinião Pública, tão briosamente declarada, e reconheceu que não podia ser mais o imperador dos Brasileiros...

"D. Pedro I abdicou em seu filho, hoje senhor dom Pedro II, imperador constitucional do Brasil...

"No dia 7 de Abril começou a nossa existencia nacional; o Brasil será dos Brasileiros, e livre.

"Já temos uma Patria; temos um monarcha, symbolo de nossa união e da integridade do imperio, que, educado entre nós, recebe quasi no berço as primeiras lições da liberdade americana, e aprende a amar o Brasil que o viu nascer; a funebre perspectiva da anarchia e da dissolução das provincias, que se apresentava aos nossos olhos, desappareceu de um golpe, e foi substituida pela de um futuro mais risonho...

"Cumpre que uma victória tão bella não seja maculada; que prosigaes em mostrar-vos dignos de vós mesmos, dignos da liberdade, que rejeita todos os excessos, e á qual só aprezam as paixões elevadas e nobres.

"Brasileiros! A vossa conducta tem sido superior a todo elogio: essa facção detestavel, que ousou insultar-nos em nossos lares, veja na moderação, que guardamos depois da victória, mais uma prova de nossa força. Os Brasileiros adoptivos (Portuguezes residentes), que se têm querido desvairar com suggestões perfidas, reconheçam que não é sêde de vingança, e, sim, o amor da liberdade, que nos armou; convençam-se de que a sua tranquillidade, pessoas, propriedades, tudo será respeitado, uma vez que obedeçam ás leis da nação magnanima, a que ora pertencem.

"Os Brasileiros abominam a tyrannia, têm horror ao jugo estrangeiro; mas não é de sua intenção fazer pesar mão de ferro sôbre os vencidos, valer-se do triumpho para satisfazer paixões rancorosas. Têm muita nobreza de alma, para que isso possa reccar-se delles. Quanto aos traidores que possam apparecer no meio de nós, a Justiça, a Lei, e sómente ellas, devem puni-los segundo os seus crimes".

Desgraçadamente, essas advertencias desvaneceram-se, quasi baldadas, no atordoamento das apaixonadas agitações.

Já se referiu como, mesmo no Rio de Janeiro, as demonstrações de regosijo, que acompanharam a elevação de d. Pedro II ao throno, fôram perturbadas por brutalidades contra alguns Portuguezes residentes; durante várias se-

manas, repetiram-se semelhantes excessos, especialmente o socêgo da noite era perturbado por bandos barulhentos de populares, que vagavam pelas ruas, sem que a polícia lograsse reprimir essas desordens. O estado de animo de toda a cidade parecia tão suspeito, que o corpo diplomatico reclamou, na possivel emergencia, a protecção das frotas franceza e ingleza, estacionadas no porto, para os seus respectivos contrterraneos em terra; e os almirantes, deferindo a estas representações, não sómente suspenderam todas as excursões tencionadas, porém mesmo despacharam rápidos veleiros para fazer que todos os cruzadores destacados voltassem ás suas esquadras.

A mesma feição tomaram as cousas nas provincias, quando alli em geral se teve conhecimento da proclamação de Março e dos acontecimentos de Abril; quasi por toda parte, especialmente na Bahia, Pernambuco e Maranhão, houve perturbação da ordem, todavia sem character verdadeiramente politico, e de pequena duração, apenas se manifestando mais uma vez a antiga aversão nacional do povo contra os Portuguezes residentes abastados, a qual se expandiu com o assassinio e o saque.

Fôram estas as primeiras experiencias do decennio, todo de ferozes luctas parlamentares e revoltas provinciaes e regionaes, que o desgraçado Brasil teve em breve que atravessar sob a regencia.



## II — O periodo da regencia

Si, nas paginas seguintes, incluimos tambem na orbita de nossas considerações o periodo da regencia, periodo tão moderno da história brasileira, não pretendemos, nem nos é possivel, fazer a respeito uma narração concatenada e acabada; o nosso proposito é, apenas, para tornar possivel um golpe de vista histórico, apresentar em ligação as mais importantes datas.

Primeiro que tudo, quanto á feição geral de todo esse periodo, já o designámos nos preliminares dêste capitulo como uma quadra de desenfreadas luctas parlamentares e de perturbações provinciaes regionaes; e, ao primeiro relancear de olhos, pôde parecer que todos esses acontecimentos não tivessem estreita ligação entre si, como si a vida historica do Brasil, na diversidade de seus aspectos, agora livre de toda pressão de cima, se dispersasse completamente.

Todavia, reconhece-se o fio vermelho que percorre todo o emmaranhado, sem dúvida nem sempre inteiramente claro, frequentemente muito escuro; pois, de um lado, accrescem nas differentes provincias os mais diversos factores regionaes, e, por outro lado, dada a vasta extensão dô imperio, a falta de facil communicação, quando começava um acontecimento a repercurtir no extremo Norte, no extremo Occidente, já havia exgottado de todo o seu effeito aqui no centro e no Sul.

E esse fio vermelho é a lucta entre os dous partidos: o da centralização e o da descentralização, dous partidos que, deante de todo o desenvolvimento e da formação historico-geographica do Brasil, eram ambos naturaes, assim como justificados, — lucta que se concentrou na assembléa geral no Rio de Janeiro, porém depois se declarou tambem, sob

diversas fórmãs, nas diferentes provincias, e que, embora já fôsse felizmente resolvida, em princípio, por meio do acto adicional á constituição, de 12 de Agosto de 1834, precisou, todavia, de quasi um decennio, para apaziguar-se completamente.

A organização dos partidos, por occasião da abdicção de d. Pedro I, era mais ou menos a seguinte: o a que até então se costumava chamar partido portuguez ou partido absolutista, — constando, na maioria, de antigos funcionarios, muitos dos quaes Portuguezes natos, creados nas tradições do absolutismo, que nellas perseveravam rigorosamente e, além disso, ligados ao imperador pór pessoal affeição, — estava de facto alquebrado, sobretudo porque já começava a fazer-se sentir uma radical mudança da mentalidade no sentido brasileiro nativista; e si, dahi em deante, ainda se fazia muitas vezes em tramas subversivos dos chamados *Pedristas*, sobretudo em favor da reenthronização do imperador exilado, todavia nos circulos bem informados ninguem lhes dava seriamente crédito.

Não restava a esses homens isolados do passado outro alvitre, sinão se associarem ao partido conservador, que ao menos queria manter immutavel a existente situação politica, com a minima alteração possivel; e, com isto, desfez-se o partido denominado da restauração ou, como se costumava chamar-lhe, o partido *Caramuru*, pelo nome de seu órgão principal.

Fazia frente a esse partido a antiga opposição, que, com a abdicção de d. Pedro I, alcançara o triumpho, o poderio. Como se sabe, esse partido queria fazer reformas diversas na constituição existente, e para ella apresentava-se a constituição dos Estados Unidos da America do Norte como modelo preferido; portanto, uma refórma no sentido democratico e federalista; no seio dêsse partido, porém, scindiam-se os *moderados* dos *exaltados*, principalmente porque estes ultimos demonstravam tendencias para forçar a mudança de regime e adoptar a organização republicana, ao passo que os *moderados*, cujo órgão dirigente continuou sempre sendo a *Aurora Fluminense*, queriam a conservação do governo monarchico e as reformas por via constitucional.

Embora hostilizados da direita e da esquerda, conservaram estes ultimos em geral o predominio; e assim como elles, por um lado, determinaram legalmente a descentralização e autonomia das provincias, foi por outro lado com o seu auxilio que o governo do paiz conseguiu evitar



o perigo ameaçador da completa desagregação e conservar a unidade do imperio.

Feitas estas observações geraes de introdução, volvamo-nos directamente á propria questão.

A regencia provisoria de tres membros (marquez de Caravellas, senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e general Francisco de Lima e Silva), que a 7 de Abril de 1831 assumira as redeas do govêrno, abriu no dia proprio, 3 de Maio, a sexta assembléa geral ordinaria; e esta elegeu então, a 17 de Junho, a regencia permanente, egualmente de tres membros, que fôram, além do mesmo general Lima, José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz; ao mesmo tempo, foi confirmado no seu cargo o tutor da familia imperial, nomeado pelo imperador quando da abdicação, José Bonifacio de Andrada, pois que não se reconhecêra a validade dessa nomeação.

Com isso, ficava restabelecido um govêrno regular; todavia, a princípio, elle não estava bastante seguro, nem da sua propria capital, ainda sempre febrilmente agitada, como, por exemplo, logo a 14 de Julho e nos dous dias seguintes, foi a tranquillidade seriamente perturbada por um conflicto entre a guarda nacional recém-constituída e a tropa de linha, e, de nôvo, a 7 de Outubro, pela sedição dos soldados e presos na ilha das Cobras, situada na bahia do Rio de Janeiro, que, todavia, a guarda nacional subjogou promptamente, com o sacrificio sómente de uma vida.

Nisto, surgiu a discordia nos proprios circulos do govêrno. Parecia como si o espirito dominador dos irmãos Andradas, que agora novamente tomavam parte saliente em todas as actividades parlamentares, soffresse impaciente o não terem tambem agora, como haviam tido dez annos atrás, o principal papel no Estado; na verdade, o mais velho era tutor do imperador; o segundo, Martim Francisco, occupou pouco tempo, de 17 de Junho até 16 de Julho de 1831, o cargo de ministro da fazenda; e o terceiro, Antonio Carlos, na sexta assembléa, foi presidente da Camara dos Deputados; porém, em summa, elles fôram em todo caso eclipsados, o seu nome foi offuscado pelo esplendor ascendente da familia Lima. Começaram elles então, — ou pelo menos disso fôram accusados, — a intrigar contra a regencia, e dizem que especialmente José Bonifacio deu occasião a que irrompesse uma nova revolta no Rio de Janeiro, a 3 de Abril de 1832.

Um bando de soldados e vadios, sob a chefia de um official alemão licenciado, Hoiser (barão von Bülow?), levantou no campo de Sancta-Anna o funesto brado de: "Abaixo a regencia!"; foi, porém, dispersado, depois de uma troca de algumas salvas com a guarda permanente e a guarda nacional (192).

Perante a sessão da septima assembléa ordinaria, Julho de 1832, o então ministro da justiça, Diogo Antonio Feijó, accusou José Bonifacio publicamente de cumplicidade nessa revolta, e a Camara dos Deputados resolveu, sem mais investigação, a exoneração d'elle; resolução que, todavia, não chegou a ser realizada, porque o senado recusou o necessario assentimento.

Ferido com isso, offereceu á regencia a sua demissão, porém deixou-se facilmente convencer para continuar no cargo; e assim subsistiram brigas e ciumes entre os re-

---

(192) *Hoiser* é como grapha *Handelmann* o cognome de seu patricio, que elle proprio põe em dúvida, mediante significativo poncto de interrogação, tivesse sido "barão von Bülow". Graças, principalmente, ás informações de *Karl Seidler*, em sua *Brasilien's Krieg und Revolutionsgeschichte seit dem Jahre 1825 bis auf unsere Zeit* (Leipzig, 1837), poude Alfredo de Carvalho (*Aventuras e aventureiros no Brasil*, pags. 260-265) expor o que de mais importante colligiu sobre aquella tão interessante personagem, ainda mal definida pelos nossos historiographos. Chamava-se Augusto Hugo Hosier e nascera no Hannover de familia modesta, nunca tendo sido barão de cousa alguma. Serviu na Espanha, como official da guarda de Fernando VII, na primeira decada do seculo XIX, e da península iberica, por motivo de um crime de natureza militar, fugiu para Buenos Aires, onde logo se intrometteu nas agitações politicas, tendo chegado ao poncto de só escapar á morte com a condição de retirar-se para sempre daquelle paiz. Vindo para a capital do Brasil, logo após a independencia, aqui se entregou em comêço á actividade jornalistica e, por meio de seus artigos em louvor de d. Pedro I, logrou alistar-se em nosso exército, onde foi tenente-ajudante do 27º batalhão de caçadores. Eis como o descreve então *Karl Seidler* (a traducção é de Alfredo de Carvalho): — "Homem extremamente talentoso, Hosier era tambem um embusteiro sem rival; fazia-se comprehender em todas as linguas europeas, em nenhuma das quaes, porém, attingira á mestria; apesar das melenas vermelhas e do physico pouco attractante, possuia o dom de conquistar geraes sympathias; sabia jactar-se a proposito e mentia mais do que Münckausen; manejava habilmente a penna e alugava-se sem escrúpulos a quem o pagasse bem. Emfim, era precisamente o instrumento de que, na occasião, necessitava José Bonifacio, para abater o crescente prestigio de Lima e Silva". Agora, fale o escriptor pernambucano, acima citado, sobre o mais que fez no Brasil e alhures o irrequieto aventureiro:—

gentes, de um lado, e o tutor do imperador, do outro lado, ao modo de até então. Finalmente, foi vencido José Bonifácio; a 15 de Dezembro de 1833, foi exonerado do cargo (falleceu no Rio a 5 de Abril de 1838) e a tutoria da familia imperial entregue ao Marquez de Itanhaen, — medida que firmou sobre o poder da regencia, embora tambem conservassem os Andradas grande prestigio na assembléa.

O anno de 1833 é tambem de importancia, pois justamente então o medo das velleidades de restauração de d. Pedro I estava no auge. Já alguns levantes regionaes (o mais importante delles, a guerra denominada dos Cabanos, em Alagôas e Pernambuco, 1832, que se prolongou pelos annos seguintes), embora originados por outros motivos, quaes fôsem queixas e dissidios de partidos, tudo de character local, traziam pelo me-

---

"Na manhã de 17 de Abril de 1832, appareceram reunidos no paço de São Christovam cerca de 250 homens, entre os quaes figuravam principalmente criados da casa imperial, guardas-nacionais de varias freguezias, alguns extrangeiros e officiaes brasileiros; esta força, arrastando duas peças de artilharia da Quinta da Boa Vista, marchou sobre a cidade, guiada pelo barão de Bülow. Traziam os sediciosos, como distinctivo, um laço vermelho ao peito, e, chegando ao Rocio da Cidade-Nova, hoje Praça Onze de Junho, romperam em vivas a d. Pedro I, clamando: *Abaixo a Regencia!* Para resistir-lhes, fizera o govêrno concentrar no quartel do Campo da Acclamação a tropa de linha, a guarda-nacional e o corpo de cavallaria de Minas; não ousando arrostar estas forças, os revoltosos retrocederam e foram postar-se no caminho de São Christovam, juncto a uma chacara alli existente. Afim de cortar a retirada aos facciosos, teve ordem de marchar um batalhão da guarda-nacional; pela rua do Aterrado avançaram a cavallaria de Minas, a de permanentes e a da guarda-nacional, que, reunidas áquelle batalhão, deram sobre o inimigo. Sustentou a cavallaria o primeiro choque. Dispararam os rebeldes a artilharia, resistindo ao embate da carga. Nesta conjunctura, o major Luiz Alves de Lima e Silva fez recuar a cavallaria, mandou avançar o batalhão da guarda-nacional e romper fogo de fuzilaria. Poucos minutos durou a refrega. Os sediciosos, desbaratados, dispersaram-se em apressada fuga, protegidos pelas trevas da noite, que vinha caíndo; muitos foram presos e cerca de 20 ficaram no campo da acção, mortos ou feridos. Foi ainda menor o prejuizo da força legal, que teve apenas alguns feridos, um dos quaes, o capitão Peçanha, veio a fallecer depois. Terminado o rapido combate, narra um contemporaneo, marchou a tropa victoriosa até ao paço imperial da cidade, ao som de vivas ao Imperador e á Regencia, e, com entusiasticas acclamações, saudou ao joven imperante, que occupava uma das janellas do palacio. Apressou-se o govêrno em publicar uma proclamação, louvando a victoria dos "verdadeiros cidadãos", e o ministro da Justiça, o padre Diogo Antonio Feijó, officiou aos presidentes das provincias, relatando o movimento e ta-

nos nas suas bandeiras o nome do illustre exilado; e, agora, a 7 de Junho de 1833, o ministro dos estrangeiros, Bento da Silva Lisboa, ao receber os avisos dos seus agentes acreditados na Europa sôbre planos de restauração e de conjuras, recentemente descobertos, teve que dar parte official á assembléa, ao que sem dúvida accrescentou que pouca importancia ligava aos factos.

Tomou-se, todavia, a cousa muito a sério, e em consequencia fôram interrompidas de modo bastante descortez as relações diplomaticas com Portugal (sómente realtadas depois

---

xando a Bülow de "infame aventureiro, mendigo, foragido e criminoso". Este fôra preso em uma chacara a que se refugiara, em São Christovam. Levado ao jury, em 1833, verificou-se que procurara tambem alliciar patrulhas de cavallaria, para com ellas engrossar as fileiras revoltosas. Incumbiu-se o réu da propria defesa, lendo uma extensa apologia, em que aprêgoava os seus títulos e serviços prestados ao Brasil, documento, talvez, ainda existente no Archivo Militar, do Rio de Janeiro. Condemnado a dez annos de prisão com trabalhos, alcançou, porém, em 1834, ver esta pena commutada na de banimento para fóra do imperio". Cumpre-nos consignar que o barão do Rio Branco, em suas *Ephemerides brasileiras* (Rio, 1918), pag. 242, dando noticia dessa sedição acaudilhada por "Hoiser, barão de Bülow", assevera que a força ao mando dêste era de uns 500 homens. Vejamos, entretanto, o resto da agitada vida do aventureiro hannoveriano, ainda conforme o que delle descobriu Alfredo de Carvalho: "Durante os vinte annos seguintes, a personalidade do pretenso barão de Bülow permanece envolta nas sombras do desconhecido, ignorando-se a que paragens o conduziu então o seu genio errante. Mas, em 1856, volta a apparecer á tona dos acontecimentos, figurando em posição conspicua nos fastos revolucionarios da America Central. A atormentada existencia politica das cinco republicas chegara então, mais uma vez, ao paroxysmo da anarchia; a frequencia dos *pronunciamentos* e a facilidade com que os seus promotores galgavam o poder, moveram a ambição de um aventureiro norte-americano a renovar as proesas lendarias dos conquistadores do seculo XVI. William Walker, advogado e jornalista em Nova Orléans, depois mineiro na California, á frente apenas de 55 homens valentes e bem armados, invadiu, em Maio de 1855, a republica de Nicaragua, bateu em varias escaramuças as indisciplinadas e escassas forças locais e fez-se eleger á presidencia. Os chefes do partido nacionalista, lo-grando refugiar-se em Costa Rica, determinaram o govêrno deste paiz a declarar guerra ao invasor, e, em Fevereiro de 1856, o barão de Bülow, commandando em chefe a alguns mil homens, penetrava no territorio de Nicaragua; a 20 de Maio, ganhava sôbre o caudilho Schlessinger a batalha de Santa Rosa, desbaratando completamente os flibusteiros, sôbre os quaes alcançou ainda outras vantagens, obrigando-os, por fim, a abandonar o sólo conquistado. Com esta brilhante phase, encerra-se a carreira conhecida do pseudo-barão de Bülow, que, já avançado em idade, provavelmente terminou em Costa Rica a sua attribulada existencia de *condottiere* tardio, consumida em estereis tentativas para obter glória e fortuna".



da morte de d. Pedro) e a Camara deliberou tambem acêrca de medidas leaes e outras providências de precaução, e em todas as provincias publicou-se a ordem de estar alerta, e, sobretudo, de não perder de vista os Portuguezes residentes. E este aviso deu motivo, por sua vez, a muitas perturbações de ordem, regionaes, ou lhes deu, pelo menos, a mais decidida feição de hostilidade contra os Portuguezes; lembramos aqui sómente a matança geral de Portuguezes numa revolta em Matto Grosso (Maio a Setembro de 1834).

Aliás, não teria sido necessario tal incitamento; como antes, em differentes épochas e logares, e ultimamente, ainda em 1831, tambem de novo no anno antecedente, a 17 de Abril de 1833, deram-se semelhantes scenas de assassinios e roubo contra os Portuguezes, em Belém (Pará)!

O anno de 1834 foi o da reforma constitucional do Brasil. A Camara dos Deputados, por determinação de uma lei de 13 de Outubro de 1832, devidamente auctorizada a fazer a reforma da constituição, encarregou uma commissão de elaborar o projecto respectivo; e esse projecto, que resultou no sentido moderado federalista, rejeitado um contra-projecto (193) mais tendente á centralização, recebeu a approvação

---

(193) O contra-projecto, redigido apenas em esboço, comprehendendo dez breves artigos, que foi apresentado em 22 de Julho de 1834 ao parlamento, coincidia plenamente com a noção triumphante, quanto á abolição do Conselho de Estado; porém, quanto a ambas as outras reformas, divergia do seguinte modo.

Primeiro: os conselhos geraes das provincias deviam, taes quaes, transformar-se em assembléas legislativas provinciaes, e ás suas attribuições accrescentar-se-ia a da criação de impostos para fins provinciaes; todavia, as suas decisões deviam depender da sancção do imperador (poder moderador) e tambem deviam, como as leis do imperio, ser publicadas em nome do imperador; além disso, na administração das finanças da provincia, devia tambem o parlamento exercer, ao lado da assembléa provincial, uma especie de fiscalização, sem que, todavia, esse projecto exprimisse bem claramente quaes eram as relações mutuas.

Segundo: o regente devia ser eleito para o periodo da legislatura (quatro annos) e isso no parlamento e pela maioria absoluta das provincias, tendo cada provincia só um voto (portanto, como nos Estados Unidos, para a eventual eleição presidencial pela casa dos representantes); do mesmo modo o vice-regente.

Na falta de ambos, devia a assembléa eleger um regente interino, e, até á sua nomeação, o presidente do Senado ou o presidente da Camara dos Deputados ou tambem o presidente do Senado da Camara Municipal, devia guiar o leme do Estado. (*Nota do auctor*).



da Camara (4 de Agosto de 1834), pelo que foi o mesmo sancionado, a 12 de Agosto, pela regencia, e publicado como lei do imperio.

Esta reformã, denominada geralmente *Acto Addicional* á Constituição do Imperio (Lei da Reforma Constitucional), trouxe tres mudanças. Primeiro, os artigos 1 a 25 diziam respeito á nova organização das representações provinciaes; em vez dos conselhos geraes, de até então, simplesmente consultivos, cujas decisões, só depois da sancção do parlamento e do imperador, tinham fôrça de lei, estabeleceram-se dora em diante, em cada provincia, assembléas legislativas, ás quaes, dentro dos limites das attribuições que lhes eram conferidas, cabia o direito de resolverem por si mesmas livremente sobre as questões puramente provinciaes e cujas resoluções precisavam simplesmente da sancção do presidente provincial; sómente em conflictos sobre attribuições e usurpações, reservava-se o governo imperial, isto é, o imperador e a assembléa nacional, o direito de intervir. E estas assembléas legislativas provinciaes deviam constar, nas cinco provincias mais populosas, Rio, Bahia, Pernambuco, Minas Geraes, São Paulo, provisoriamente de 36 membros; no Pará, Maranhão, Ceará, Parahiba, Alagôas e São Pedro, de 28; e de 20 membros em todas as outras provincias; eram todos eleitos por dous annos, e constituíam só uma camara; contudo, podia o governo imperial decretar, a pedido da assembléa legislativa local, a criação de segunda camara para qualquer provincia, devendo esta ter maior duração do que a primeira (até aqui não se applicou).

De um modo geral, portanto, com isso recebia cada provincia, para o seu governo regional e administração, em relação ao governo imperial brasileiro, ao gabinete imperial do Rio de Janeiro, uma autonomia e independencia semelhantes ás de que gosavam os Estados da União Norte-Americana em relação ao poder central (o gabinete de Washington), — modelo que, aliás, os auctores dessa lei de reforma tinham tido em mira; quanto a particularidades, voltaremos ao assumpto na apreciação geral sôbre as condições da constituição brasileira.

A segunda parte do *Acto Addicional*, artigos 26 a 31, era no momento de importancia ainda maior que a primeira, pelo facto de impor uma alteração na regencia. Segundo a constituição (artigo 123), á falta de principe com os requisitos exigidos, devia governar uma regencia, composta de tres membros eleitos pela assembléa geral, conforme existia

desde 1834; haviam-se, porém, verificado já os inconvenientes de uma tal auctoridade de muitas cabeças, e foi então determinado que dora em diante subsistiria um só regente. Sobre a duração do cargo e modo de eleição, fôram adoptados, quasi sem alteração, os preceitos da constituição da Confederação Norte Americana, no que diz respeito ao presidente.

Essa eleição seria feita pelos eleitores da respectiva legislatura, — e em todas as partes do paiz, no mesmo dia, — os quaes, reunidos nos seus collegios, votariam por escrutinio secreto em dous cidadãos, dos quaes um não nascido na provincia a que pertencessem os collegios, e nenhum delles seria cidadão naturalizado, sómente elegiveis brasileiros natos. Apurados os votos, e verificada a votação, devia-se lavrar uma acta em tres vias e envia-las, uma á camara municipal a que pertencesse o collegio, a segunda ao govêrno central, por intermedio do presidente da provincia, e a terceira directamente ao presidente do senado.

Este último, recebidas as actas de todos os collegios, abria-las-ia em sessão conjuncta, de ambas as camaras reunidas, e faria contar os votos; o cidadão, que obtivesse o maior numero dêstes, seria o regente (portanto, simples maioria); porém, si houvesse empate de dous ou mais cidadãos, entre elles decidiria a sorte.

O regente ficaria no cargo sómente quatro annos, e, então, far-se-ia nova eleição, não havendo nenhum impedimento a uma possivel reeleição.

A' falta ou impedimento do regente, governará provisoriamente o ministro do imperio, e, na falta deste, o ministro da justiça; todavia, por esta vez, como era natural, foi conservada a actual regencia, até que fosse eleito e empossado o primeiro regente, de conformidade com a nova prescripção.

Finalmente, em terceiro logar: o artigo 32 do acto adicional supprimia o Conselho de Estado, de dez membros vitalicios, nomeados pelo imperador (collegio que, entretanto, mais tarde foi restabelecido).

E' isso o que diz respeito ao texto da reforma da constituição, realizada pela camara dos deputados de 1834 e que, por causa das innumeradas affinidades com a fórma republicana, foi acolhida com grandes manifestações de jubilo pela imprensa e pela população da capital e tambem em geral nas provincias. De todo não achou approvação unanime no senado, onde o velho elemento conservador era mais fortemente representado, nem na regencia, na qual, mais que todos,

Lima via de má vontade encurtar-se desse modo o seu mandato; e é pouco provavel que fôsse sincera a regencia, quando, á sancção do Acto, exprimiu a esperança de que “esta reforma sem dúvida promoveria a concordia, a felicidade e futura grandeza do imperio”.

E, de facto, por esse lado se procurou embaraçar de muitos modos a execução da nova lei, especialmente nó que dizia respeito á organização da regencia; depois de chegadas já todas as actas da eleição, ainda adiou o senado, durante mezes, a verificação dos votos, até, em vez disso, pediu a co-operação da camara dos deputados, para eleger, pelo systema antigo, nôvo membro da regencia trina actual, em substituição de João Braulio Muniz, que, entretanto, havia morrido. E a camara dos deputados declarou-se prompta para isso, caso o senado assumisse toda a responsabilidade de semelhante quebra da lei e declarasse publicamente que a apuração dos votos era de todo impraticavel, — responsabilidade gravissima, da qual o senado, todavia, recuou.

Procedeu-se então á apuração dos votos e resultou a victoria do padre Diogo Antonio Feijó, bispo de Mariana (provincia de Minas Geraes), outrora deputado por São Paulo, depois durante algum tempo (1832) ministro da justiça e desde 1833 membro do senado pelo Rio de Janeiro, com uma maioria de 575 votos sôbre o seu concorrente mais votado, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti, de Pernambuco; foi Feijó, portanto, installado como unico regente do imperio, a 12 de Outubro de 1835.

Homem, sem dúvida, de grande energia e rigida inflexibilidade de espirito, desenvolveu Feijó, apesar da insufficiencia dos meios que a parcimonia da assembléa lhe concedia, em todos os sentidos, viva operosidade, embora nem sempre bem succedida; em breve, porém, tocou-lhe a mesma sorte dos governantes brasileiros seus antecessores: perdeu a popularidade, das fileiras da opposição parlamentar, para ministro do impôr a sua vontade, porém, orgulhoso demais para ceder, preferiu, como antes dom Pedro, demittir-se, e, a 19 de Setembro de 1837 apresentou a sua demissão.

No dia anterior, 18 de Setembro, havia elle nomeado, das fileiras da opposição parlamentar, para ministro do imperio, a Pedro de Araujo Lima, de Pernambuco (mais tarde marquez de Olinda), que, segundo a letra da lei, assumiu a regencia interina; e este, em resultado da nova eleição e apuração de votos, foi installado regente effectivo, em Outubro de 1838, com a determinação de que o seu mandato

se estenderia até a maioria constitucional do joven imperador, portanto até 2 de Dezembro de 1843.

O periodo de ambos esses regentes unicos foi perturbado, do mesmo modo que o de seus predecessores, por muitas revoltas nas provincias; entretanto, aquella esperanza de que a reforma federalista da legislação (de 1834) promoveria a concordia do imperio, começou em breve, de certo modo ao menos, a realizar-se.

Até alli, fóra a capital, onde, desde 1833, não mais se deu perturbação séria da ordem, haviam estreitado a sua adhesão ao governo imperial sómente as provincias vizinhas: — a de igual nome, Minas Geraes e São Paulo. E bem merece ser lembrado de passagem, a este respeito, que, immediatamente depois da abdicação de d. Pedro I, entrou no Rio de Janeiro um esquadrão de São Paulo, de cavalleiros voluntarios, equipados á sua custa, para sustentar o direito do throno do imperador menino ao throno (Abril de 1831); igualmente que, estalando, a 24 de Março de 1833, na capital de Minas Geraes, Ouro Preto, uma revolução que terminou com a destituição e encarceramento do presidente provincial e alguns outros funcionarios odiados, allegou-se que, em consideração ao sentimento inteiramente monarchico do povo, isso se fizera, porque aquelles homens haviam querido expulsar do throno o joven monarcha e proclamar a Republica.

Tambem as grandes provincias centraes, cujo orgulho arrogante havia até então ameaçado tantas vezes com a separação, agora, pouco a pouco, melhor se iam adaptando com a união ao imperio; parece mesmo que a reforma da constituição, concedendo-lhes governo autonomo, quasi republicano, para os seus negocios regionaes lhes dava satisfacção plena ao sentimento da propria dignidade.

A provincia de Pernambuco, antes tão irrequieta, não demonstrou dahi em deante mais nenhuma agitação revolucionaria, digna de menção; e, si na Bahia uns exaltados promotores de desordens conseguiram um levante revolucionario, procuraram e acharam exclusivamente apoio na população de côr, e, embora a revolução se apoderasse da capital da provincia (Novembro de 1837 até Março de 1838), fóra de seus muros ella não conseguiu propagar-se.

Revoluções verdadeiramente perigosas, embora impotentes para derribar o imperio, porém que ameaçaram mutilar o seu conjuncto geographico, são as occurridas então nos extremos confins do imperio. Assim, a guerra civil no

Pará, a qual, a 7 de Janeiro de 1835, começou com uma sedição militar e morticínio de funcionarios e Portuguezes residentes, porém depois, quando os cabeças chamaram a população india ás armas, tomou feição de formal guerra de raças; foi proclamada a separação do imperio, todavia provisoria, até á maioridade do joven imperador; conseguiu, porém, a regencia, já a 13 de julho de 1836, submeter a capital, Belém, e, até fins de 1837, todas as povoações mais importantes ao longo do Amazonas; e, cerca de 1839, extinguiram-se tambem alli as ultimas convulsões revolucionarias.

Menos feliz foi a regencia na provincia de São Pedro; alli, depois de uma primeira sedição mallograda (Outubro de 1834) deu-se segunda revolta, bem succedida, a 20 de Setembro de 1835, e, si a capital da provincia, Porto Alegre, já a 15 de Julho de 1836, voltava ao dever, estabeleceram, porém, os rebeldes, na villa de Piratinim, um govêrno provisorio, declararam mesmo afinal a completa separação do imperio, a república, em 16 de Dezembro de 1837, e continuou a sedição, a guerra civil, com alternativas de successo, apesar de todos os exforços da regencia.

De resto, eram de nôvo reclamadas no Norte as suas reduzidas fôrças militares por uma nova revolução: foi a denominada guerra dos Bemtevis, na provincia do Maranhão, e que começou com o saque da pequena cidade de Caxias (Julho de 1839), e depois se espalhou longe pelo interior. Por felicidade, a navegação a vapor, costeira, justamente então organizada, permittiu á regencia conseguir que ella não se propagasse na costa e nos portos, por meio de rapida remessa de tropas, e a revolta com isso se foi restringindo, e, já no correr do anno seguinte, 1840, era subjugada pelo general Luiz Alves de Lima, mais tarde barão, visconde e conde de Caxias.

Assim, pois, apparece pela primeira vez, nesta occasião, o factor que agora e no futuro se apresentará de incalculavel importancia para manter a união do imperio: a regular navegação a vapor, costeira.

Ao passo que até aqui, pelas difficuldades de communicações por terra e pelos mais diversos obstaculos naturaes, que se oppunham, durante certas estações do anno, á communicação pelo mar (ventos e correntes maritimas etc.), as revoltas regionaes tinham tempo de propagar-se e tomar alento, antes que o govêrno do imperio tivesse mesmo conhecimento do facto; elle ficava agora em posição de marchar com pequeno exército, quasi num momento, contra a



perturbação da ordem; e com isso conservou-se a integridade do imperio mais fortemente do que antes.

Entretanto, havia-se tambem formado, pouco a pouco, uma poderosa opposição parlamentar contra o regente Pedro de Araujo Lima, na qual se salientavam ambos os irmãos Andradas sobreviventes, de seu lado cubiçosos de empunhar de nôvo o leme do Estado.

Não satisfeita a opposição com censurar do modo mais violento as acções do regente, sobretudo a mal succedida guerra em São Pedro, atacava de um modo geral toda a situação do regente; especialmente o privilegio monarchico da irresponsabilidade, que a constituição assegurava á regencia e que a reforma da constituição lhe deixara, era agora apresentado como perigoso, tanto para a liberdade do povo, como para a segurança do throno, e soffreu na imprensa e no parlamento incessantes ataques.

O unico recurso, — assim argumentava a opposição, já desde alguns annos, — era, logo que fosse possível, declarar, antes do tempo legal, a maioridade do imperador e investi-lo pessoalmente no govêrno; no qual caso elles naturalmente alimentavam em seu intimo a esperança de alcançar o poder no ministerio. Finalmente (Julho de 1840), esta opposição julgou-se bastante forte para apresentar uma correspondente moção, para a declaração anticipada da maioridade de d. Pedro II, na camara dos deputados, moção contrária á constituição, e que, por esse motivo, soffreu vivos protestos da parte do govêrno e do partido conservador, tanto que, a principio, quasi não se lhe augurava exito. Todavia, os audazes e calorosos discursos de justificação da moção, o seu ataque pessoal e a accusação contra o regente, accenderam as paixões do povo da capital, sequioso de novidades; e, quando, a 21 de Julho, no meio dos debates, um membro da opposição, Navarro, de Matto Grosso, deu um viva á “maioridade de sua magestade imperial”, apoiaram-no com vivas os ouvintes nas galerias e o povo na rua, reunido junto da casa da assembléa, com altas e incessantes manifestações de jubilo, e propagou-se essa scena da incipiente revolução parlamentar pelas ruas do Rio de Janeiro.

Apesar de envidarem todas as suas forças, não puderam os conservadores por mais tempo conter a torrente, e a camara dos deputados nomeou uma commissão para dar formalmente o parecer sôbre a moção.

Toda a noite permaneceram ambos os partidos em grande excitação e actividade: de um lado, o regente, com os seus ministros e amigos, por outro lado, as facções parlamentares e clubes politicos, reuniam-se em consultas e conferencias; tambem a commissão cuidou dos seus trabalhos, mas, na manhã seguinte (22 de Julho), quando a camara dos deputados de novo se reuniu, deante da sala apinhada de povo, o parecer ainda não estava concluido.

Prescindiu a opposição tambem dessa formalidade; Navarro, accoimando a demora, da parte da commissão, de propositada e traiçoeira, insistiu em que se declarasse immediatamente, sem mais formalidades, a maioridade do imperador. Com isso, accendeu-se novo debate feroz, tumultuario, no qual a voz do presidente e os seus chamados á ordem do dia foram infructiferos. Subitamente, appareceu uma mensagem do regente: era um decreto que adia as camaras por quatro mezes, até ao proximo 20 de Novembro.

No meio de silencio absoluto, foi lida essa mensagem; porém, em seguida, recomeçou o tumulto, com redobrado furor. Enquanto o povo das galerias e da rua dava vivas freneticos de applausos, os oradores da opposição protestavam com vehemencia contra essa tresloucada violencia, como elles diziam; quando o presidente quiz pôr em prática o adiamento, viu-se impedido de faze-lo.

Finalmente, tomou Antonio Carlos de Andrada a palavra e conclamou todos os amigos da patria a que o acompanhassem ao palacio do senado; seguiram-no os seus partidarios e uma multidão incontavel de povo, que a cada passo ia engrossando mais, enquanto, por outro lado, nem a policia, nem o exercito, appareciam nas ruas.

Chegados ao paço do senado, reuniram-se as duas camaras numa sessão conjuncta e elegeram uma deputação, que, tendo como orador Antonio Carlos, se dirigiu á quinta imperial, afim de saudar o imperador e pedir o seu consentimento para a declaração de maioridade; voltou em breve e informou que sua magestade, em consideração ao estado de cousas, havia concordado em assumir elle proprio o governo, e ordenára ao regente a retirada da ordem de adiamento.

Não é preciso descrever com que manifestações de jubilo este facil e rapido triumpho do poder legislativo sobre o poder executivo foi acolhido na cidade e na assembléa; e, inebriados do triumpho, nem quizeram acceitar a ultima

concessão, a retractação do ex-regente, como já lhe chamavam; declarou o presidente do senado, o marquez de Paranaguá, que nenhuma das duas camaras funcionaria, porém ambas unidas formariam uma assembléa nacional soberana, que representaria a nação inteira e em cujo nome desejaria e exigiria a maioridade do seu imperador.

Ao mesmo tempo, foi resolvido que a assembléa se declarasse em sessão permanente e continuasse reunida, até que o imperador se apresentasse no seu seio, para prestar o juramento constitucional. E, de conformidade com essa resolução, permaneceram os membros, deputados e senadores, toda a noite na sala das sessões, ao passo que fóra, na rua, ficavam, para a sua protecção, um destacamento de guardas nacionaes, os alumnos da escola militar e innumerous bandos de populares. Na manhã seguinte (23 de Julho de 1840), cêrca das dez horas, o presidente do senado declarou solennemente, em nome e delegação da representação nacional, que d. Pedro II, imperador constitucional e perpetuo defensor do Brasil, entrava desde esse momento em maioridade e no pleno exercicio das suas prerogativas constitucionaes; á tarde, perto das quatro horas, dirigiu-se o joven monarcha, accompanhado por sua augusta ermã e o seu tutor, saudado em caminho por incessantes acclamações delirantes, mesmo ao interior do paço do senado, e prestou alli, na presença da assembléa ordinaria reunida em sessão plena de ambas as camaras do parlamento, assim como do corpo diplomatico, conforme tudo era de lei, o juramento constitucional.

Uma proclamação, redigida por Antonio Carlos de Andrada, adoptada pela assembléa, annunciou, logo em seguida, ao povo brasileiro, o importante acontecimento: e, assim como a capital, durante muitos dias, se entregou a abundantes manifestações de jubilo, tambem nas provincias a noticia foi, por toda parte, acolhida com approvação e solennizada com festejos de toda especie; em breve, de todos os lados chegaram, de longe e de perto, deputações e mensagens, á capital, para exprimir ao throno as suas felicitações e esperanças.

Desta arte, teve fim a regencia, e começou o govêrno do segundo imperador do Brasil; todavia os primeiros annos dêsse nôvo periodo conservaram no essencial o character do anterior.

Em primeiro lugar, como não podia ser de outro modo, os chefes do denominado partido liberal, isto é, da opposição triumphante, empunharam o leme do Estado; primeiro que todos, ambos, os Andradas (Antonio Carlos como ministro do imperio, Martim Francisco como ministro da fazenda (24 de Julho de 1840); contudo, não se puderam conservar muito tempo no poder, e já, a 23 de Março de 1841, tiveram que cede-lo de novo a seus adversarios de outros tempos, os chamados conservadores, sob cuja administração foi logo solennizada, com grande pompa, a 18 de Julho de 1841, a coroação de d. Pedro II.

Além disso, sob esse mesmo governo se realizaram especialmente duas medidas, ambas destinadas a fortalecer o governo: a lei de 23 de Novembro de 1841, que determinou o restabelecimento do Conselho de Estado, abolido pela reforma de 1834, e que logo foi creado com doze membros vitalicios ordinarios, entre elles o ex-regente, Pedro de Araujo Lima, e alguns de seus mais eminentes conselheiros; e uma reforma da legislação criminal de 1829, que a desembaraçou das excentricidades mais perigosas para o Estado (194).

Contudo, não se julgou esse ministerio em condições de oppor-se á assembléa geral do anno seguinte; as novas eleições, justamente realizadas para o começo do quinto periodo

---

(194) A "reforma da legislação criminal de 1829, que a desembaraçou das excentricidades mais perigosas para o Estado", a que se refere Handelman, foi a lei de 3 de Dezembro de 1841, que reformou o processo criminal de 29 de Novembro de 1832. A dicta lei e a de 23 de Novembro do mesmo anno, que creou o Conselho de Estado, deram causa á revolução de 1842, nas provincias de São Paulo e Minas Geraes. Veja-se o que diz sobre aquellas medidas legislativas o conego José Antonio Marinho, em sua *História do movimento politico, que no anno de 1842 teve logar na provincia de Minas Geraes* (Rio, 1844), vol. I, pag. 46. Justiniano José da Rocha, em *Ação, reacção, transacção* (Rio, 1855), pag. 5, descriminando as phases da evolução politica do imperio brasileiro até á época em que publicou aquelle indeslembravel trabalho, definiu a de 1840 a 1852 como sendo "o dominio do principio monarchico, reagindo contra a obra social do dominio democratico, que não sabe defender-se sinão pela violencia, e é esmagado". E Nabuco, em *Um estadista do imperio*, vol. I, pag. 58, falando das sobredictas leis de 1841, affirma que ellas "reconstituíram as bases da auctoridade no paiz"; e accrescenta: "Durante quarenta annos, a lei de 3 de Dezembro manterá a solidez do imperio, que acabou, pôde-se dizer, com ella, ao passo que o Conselho de Estado, em todo esse periodo, foi o crisol dos nossos estadistas e a arca das tradições do governo".

de legislatura, apesar do emprêgo de todos os meios do governo, haviam resultado com preponderante maioria no sentido opposicionista. Resolveram então os ministros tentar a dissolução e nova eleição; a camara dos deputados, que se reuniu provisoriamente a 25 de abril de 1842 (alguns dias antes da abertura legal da sessão), para examinar os diplomas, foi dissolvida a 1º de Maio, sem ter chegado mesmo a ser aberta formalmente com uma fala do throno, e foi logo em seguida convocada nova eleição.

Em consequencia, a opposição levantou a bandeira da revolta, não contra o imperador, porém contra o ministerio.

O primeiro rompimento deu-se em Sorocaba (provincia de São Paulo), a 14 de Maio; mais ou menos ao mesmo tempo, deu-se outro na provincia de Minas Geraes; tambem mais para o Norte, em Pernambuco e Ceará, declararam-se agitações revolucionarias identicas; e mesmo nas ruas da capital, Rio de Janeiro, encontrou-se, a 17 de Junho, affixada uma proclamação, que convocava o povo a libertar o monarcha da tyrannia de seus conselheiros.

Não obstante, triumphou em breve o ministerio, em todos os pontos, sem que as cousas chegassem propriamente á guerra. Merece sómente menção o pequeno combate em Sancta Luzia (Minas Geraes), onde o general do imperio, Luiz Alves de Lima, barão de Caxias, subjugou os revoltosos (a 20 de Agosto de 1842) (195). Dessa povoação tomou desde então o partido dos chamados "liberaes" a alcunha de "os Sancta

---

(195) Dous engenheiros europeus prestaram serviços, um á legalidade, o outro á revolução, na batalha de 20 de Agosto de 1842, em Sancta Luzia. O primeiro foi Henrique Guilherme Fernando Halfeld (nascido em Hannover, Allemanha, a 23 de Fevereiro de 1797 e fallecido em Juiz de Fôra a 22 de Novembro de 1875), que, naturalizado em 1840, foi engenheiro-chefe da provincia de Minas-Geraes e em 1842 serviu como capitão de artilharia nas tropas sob o commando de Caxias; é d'elle a planta do arraial de Sancta Luzia, com a indicação dos postos occupados pelo exército legal e pelos rebeldes, a qual vem appensa á *História da revolução de Minas Geraes em 1842* (Rio, 1843; e Ouro Preto, 1844), de Bernardo Xavier Pinto, de Sousa. O outro, Francisco Wisner von Morgenstern, austro-hungaro, foi quem levantou para os liberaes revolucionarios as trincheiras de Sancta Luzia, onde caíu prisioneiro do exército victorioso. Em 1858 ou 1859, seguiu para o Paraguai, onde serviu sob os dous López. Foi um dos que prepararam as trincheiras de Lomas-Valentinas, onde, pela segunda vez, foi aprisionado pelo duque de Caxias. Faz-lhe larga referencia o barão Homem de Mello, no seu escripto intitulado *Viagem ao Paraguai, em 1869* (in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. XXXVI, p. 2ª, pags. 32-33).



Luzia", ao passo que os denominados conservadores adoptaram a de "saquaremas", de uma outra povoação da mesma provincia (196).

Procederam-se então ás novas eleições por toda parte, sem mais perturbações da ordem; nôvo parlamento extraordinario reuniu-se a 1º de Janeiro de 1843; e dahi em diante, embora não se calasse de modo algum a lucta dos partidos, limitou-se ao campo de batalha parlamentar.

Sómente no extremo Sul do imperio, na provincia de São Pedro, ardeu ainda mais tempo a chamma da revolução regional, accessa desde 1835, até que o general barão de Caxias, o vencedor das revoluções provinciaes de Maranhão, São Paulo e Minas Geraes, no correr dos annos 1843-1844, também aqui alcançou a victoria para a causa da ordem; então um decreto imperial, de 18 de Dezembro de 1844, concedeu

---

(196) Parece que as primeiras denominações vulgares, que tiveram no Brasil os dous partidos monarchicos definitivamente organizados no periodo regencial, foram as de: *chimango*, dada ao liberal; e *cascudo*, dada ao conservador. A primeira é o nome de uma ave de rapina, *ibicter chimango*, commum no Rio Grande do Sul, onde surgiu a applicação insultuosa, dada pelos conservadores aos seus adversarios políticos. A segunda é de comprehensão intuitiva e constituiu revide dos liberaes aos seus antagonistas. Depois da revolução de 1842, os liberaes também foram chamados de *luzias* (não de *Sancta Luzia*, como diz Handermann), assim como, pela mesma epocha, receberam os conservadores outro epitheto popular, o de *saquaremas*, porque em Saquarema, localidade da terra fluminense (e não mineira, como affirma o historiador alemão), tiveram elles então um invencível baluarte político. Houve, além disso, muitas alcunhas regionaes, dadas pelos conservadores aos seus opposicionistas, como também por estes áquelles. Assim é que, em Sancta Catharina, os liberaes foram chamados *christãos* e os conservadores *judeus*; em São Paulo, os liberaes eram *farrapos* ou *farroupilhas* (allusão á guerra civil do Rio Grande do Sul) e os conservadores *cascudos* ou *saquaremas*; na Bahia, os liberaes eram *raposas* e os conservadores *perús*; em Sergipe, os liberaes eram *rapinas* e os conservadores *camondongos*; no Ceará, os liberaes eram *chimangos* e os conservadores *carangueijos*; no Maranhão, os liberaes eram *bemtevis* e os conservadores *cabanos*; na Paraíba, os liberaes eram *baetas* e os conservadores *rasgados*; em Pernambuco, finalmente, os liberaes eram *prateiros* e os conservadores *guabirús*, porque o organo de publicidade daquelles se editava á rua da Praia, em Recife, e elles ferretaram os seus adversarios com o nome de *guabirú*, de uma especie de ratazana, o *mus tectorum*.

generosamente amnistia plena, sem excepção, para todos os delictos politicos.

E, desde então, não mais perigaram a paz interior, a estabilidade geographica, a organização monarchica constitucional do Brasil; terminara a éra revolucionaria, e para o tão experimentado imperio começava um nôvo periodo de salutar desenvolvimento pacifico.

### *III — O estabelecimento da organização constitucional*

Está alcançada a méta de nossa narração historica; acompanhámos o desenvolvimento politico do Brasil através das tempestades da revolução, até ao momento em que elle toma de novo uma feição normal constante; porém seria incompleto o nosso relato, si agora não demorassemos ainda um momento, para abranger, em um relance de olhos, o resultado de todo o processo dêsse desenvolvimento.

Os mais importantes actos e decretos, pelos quaes se traduziu esse resultado, vimo-los surgir pouco a pouco e de caminho os analysámos; assim a constituição, de 25 de Março de 1824, o acto adicional, — lei da reforma constitucional,— de 12 de Agosto de 1834, e a lei relativa ao restabelecimento do Conselho de Estado, de 23 de Novembro de 1841, ás quaes se accrescentaram as leis eleitoraes de 19 de Agosto de 1846 e de 19 de Setembro de 1855, e a authentica interpretação de algumas disposições do acto adicional, pela lei de 12 de Maio de 1840; agora, tractaremos, portanto, sómente de apresentar todo o organismo do Estado, claramente, nos seus grandes traços caracteristicos, tal qual o moldou essa legislação.

A vida do Estado do Brasil baseia-se, em theoria, sôbre os mais largos principios da soberania do povo; “todos os poderes do imperio são emanações do poder da nação; o imperador e a assembléa geral são seus representantes”, assim prescrevem os arts. 11 e 12 da constituição.

Além disso, enumera a mesma, no seu artigo final (179), uma série de direitos fundamentaes, concedidos a todos os cidadãos: egualdade perante a lei; egualdade de direitos para admissão nos cargos publicos; extincção de todos os privilegios e immunidades; direito de associação de classes e de officios; liberdade de culto; instrucção primaria gratuita; garantia da pessoa contra prisão arbitraria e liberdade mediante fiança; direito illimitado de sair do imperio; garantia da casa contra arbitraria perturbação e busca; ga-

rantia do domicilio contra confiscação de bens; inviolabilidade do segredo da correspondencia; liberdade de imprensa, liberdade de petição e liberdade para comícios publicos; abolição das torturas, de todos os castigos cruéis, assim como de quaesquer prejuizos legaes para a familia de um criminoso; garantia para a independencia do poder judiciario; garantia contra a instauração ou intervenção de tribunal extraordinario ou não preexistente, assim como contra leis retroactivas; liberdade de profissão e protecção para a propriedade das invenções; finalmente, entre direitos fundamentaes não usuaes, garantia para a divida pública, para os institutos de assistencia pública, para a responsabilidade dos empregos publicos, e para as recompensas no serviço público, quer a civis, quer a militares.

De sorte que, por esse lado, a constituição brasileira satisfaz ás mais avançadas aspirações do liberalismo; por outro lado, ao contrário, ella não garante participação prática geral na vida do Estado, embora, pelo que acima foi dicto, se devesse esperal-o. O direito de voto, que é unicamente exercido aqui de modo indirecto, não é geral para todos, e se exerce assim: nas assembléas primarias, nas freguezias se elegem os eleitores; estes, de novo reunidos nos seus collegios, votam nos deputados para a assembléa geral e a assembléa provincial, senadores, juizes de paz. membros do conselho municipal, em casos extraordinarios tambem para os regentes.

Já se comprehende, por si mesmo, que os escravos, sendo objectos de posse, não pertencendo ao gremio da nação, são excluidos; são egualmente justificados os requisitos geraes: pleno gozo dos direitos civis, idade de 25 annos completos (porém basta a idade de 21 para os casados, os diplomados, os padres seculares e os funcçionarios), independencia civil, pelo que, por destituidos desta, carecem de aptidão eleitoral os frades, os criados de aluguel e filhos ainda residentes na casa paterna, no caso de não serem funcçionarios.

Porém, além disso, intervinha o censo: para poder ser eleitor (eventualmente conselheiro municipal), era preciso provar que o candidato dispunha de bens de raiz, capital, indústria, commercio ou ordenado, equivalentes a uma renda annual de 100\$, prata, ou 200\$, papel, de então (cêrca de 160 thalers); e, para ser elegivel, ainda se exigia mais do que para ser eleitor (possivelmente juiz de paz): 200\$, de prata, ou 400\$, valor commum (320 thalers); para deputado provincial e geral: 400\$, prata, ou 800\$, valor commum

(640 thalers); finalmente, para ser eleito senador, além da idade de 40 annos, exigia-se que gosasse da renda annual de 800\$, prata, ou 1:600\$ do valor commum (1.280 thalers), tudo quantias que, na verdade, aos nossos olhos, parecem insignificantes, porém, sobretudo no interior do Brasil, já eram consideraveis e, portanto, acarretavam a exclusão de muitos.

Finalmente, eram em absoluto excluidos da elegibilidade os libertos e os cidadãos immigrados naturalizados, assim como os acatholicos, embora de resto elegiveis, não podiam ser eleitos, ao menos para deputados (e senadores?). A isso accrescenta ainda, a mais, a nova lei eleitoral, para melhor garantia da liberdade da eleição, que os funcionarios publicos de qualquer categoria não podem egualmente ser elegiveis para representantes do povo, no districto em que exercem a sua função e auctoridade.

A estes direitos correspondem naturalmente deveres, além dos geraes da obediencia civil constitucional, pagamento de imposto e obrigação do serviço militar, que competem egualmente a todos os Brasileiros. "Ninguém", diz o art. 179 da constituição, entre os direitos fundamentais, "será isento de contribuir para as despesas do Estado, em proporção com os seus haveres"; e no art. 145: "Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independencia e a integridade do imperio, e defende-lo de seus inimigos externos ou internos".

Desses deveres, porém, pouco entra em conta o do imposto; a administração brasileira das finanças adopta o principio geral americano, satisfazendo ao que necessita pela acção de um alto systema de impostos (imposto de exportação de 5 % para a maioria e os mais importantes artigos, fóra outros em que varia entre  $\frac{1}{2}$  e 17 %; imposto de importação, na maioria e os mais importantes artigos 36 %, fóra outros entre 2 % e 60 % do valor); assim, no anno financeiro, desde 1º de Julho de 1854 até á mesma data em 1855, o imposto de importação montou a 23.648 contos, o de exportação a 4.455, numa receita total de 35.595 contos; e, tambem do restante, ainda uma não pequena parte é cobrada por modo indirecto, de sorte que os diversos impostos directos não têm importancia digna de menção.

Muito mais importante é a obrigação do serviço militar. Segundo a lei de 18 de Agosto de 1831, são obrigados a

entrar para a milícia (Guarda Nacional) todos os cidadãos entre 18 e 60 annos, que possuam renda de 200\$, nas grandes cidades marítimas (Rio, Bahia, Pernambuco e Maranhão), e de 100\$, nos outros logares do imperio, e pertencem até aos 50 annos á primeira conscripção, depois, á reserva; os officiaes subalternos até capitão são eleitos pelas praças; o commandante do batalhão (tenente-coronel) e o seu major assistente, além do alferes, são eleitos pelos outros officiaes, ao passo que é reservado ao govêrno nomear os commandantes das legiões (coronel e major assistente).

Para a marinha de guerra, como no Brasil falta uma regular marinha de commercio e, portanto, não existem marinheiros, era costume antigo recrutar á fôrça Indios, de preferencia do valle do Amazonas; aquelles que se dirigiam incautos ás cidades marítimas, eram logo agarrados e incorporados; resultou, porém, dahi que as tribus do sertão interromperam mais e mais o commercio com a costa, e, deante das queixas que por esse motivo levantaram os residentes, condescendeu o govêrno em pôr termo radicalmente a esses abusos; pela lei de 24 de Setembro de 1847, foi adoptado para a esquadra o systema do voluntariado com premio em dinheiro, o que não impedia, contudo, que de tempos a tempos, quando este não era sufficiente, se recorresse de nôvo ao recrutamento forçado.

Finalmente, no que entende com o recrutamento para o exercito regular, é elle regulado pela ordenação de 10 de Julho de 1822, e leis de 29 de Agosto de 1837, 6 de Abril de 1841, 27 de Junho de 1848, 18 de Agosto e 14 de Dezembro de 1852; admite-se a substituição, porém, não o resgate em dinheiro; sujeitos a elle eram todos os cidadãos solteiros, de 18 até 35 annos, exceptuados todos os chefes de familia, estudantes, administradores de grandes fazendas, caixeiros de grandes casas de negocio, conductores de caravanas e de rebanhos, marinheiros e pescadores; diversos artifices e operarios de fabrica, desde que apresentassem attestado de boa conducta, finalmente, funcionarios e padres consagrados.

Com essa superabundancia de excepções e, além disso, a geral repugnancia do Brasileiro pelo serviço militar, torna-se muito difficil, naturalmente, attingir ao número de recrutas exigido, e o recrutamento toma por esse facto a feição de formal caçada ao homem (como tambem no Brasil se costuma designa-la), pelo que as auctoridades subalternas se aproveitam muitas vezes da oportunidade



para satisfazerem os seus odios particulares, o desejo de vingança e cobiça, lesando a lei.

Já nos tempos coloniaes se fazia assim; quando em qualquer lugar tinha que haver recrutamento, era como si elle estivesse em pé de guerra civil; e no nôvo systema constitucional isso ainda peorou.

Nas luctas de partidos politicos, que se deviam resolver pelas urnas eleitoraes, um ou outro partido, o que estivesse ao leme do Estado, servia-se, por um lado, do recrutamento, e, por outro, do corpo de milicias, como meio para influenciar as eleições e perseguir os seus adversarios. Como a milicia, quando em actividade sob as armas, não pôde exercer o direito de voto, acontecia que, onde fôsse duvidoso o pleito, de um momento para o outro, nos districtos da opposição, era convocada a milicia e se punha em marcha, sem outro motivo. E ainda mais: como era competencia do govêrno distribuir entre as provincias o número de recrutas necessarios, podia tal provincia ou communidade, onde maior houvesse sido a votação de opposicionistas, contar pela certa que no futuro proximo recrutamento seria excepcionalmente contemplada.

Sómente, desde a lei de 1848, foi estabelecida uma norma fixa, isto é, o número de deputados de cada provincia serve de base para fixar o número de recrutas que a mesma deve fornecer. Na conjunctura, porém, eram postas de parte todas as ordens e considerações legaes; os desaffectedos mais salientes, fôssem isentos pela lei, tivessem incapacidade para o serviço, eram alistados pela violencia e arrastados para o deposito, quando acaso não alcançavam comprar a compaixão dos officiaes recrutadores. Na verdade, costumavam as mais altas auctoridades negar frequentemente approvação a essas violencias e soltar as victimas; porém, que por isso fôsse castigado o funcionario subalterno zeloso demais, era cousa que só no mais raro dos casos acontecia. Dêsse modo, era annullada a liberdade do voto, a fundamental garantia da segurança pessoal era menosprezada!

Sómente nos tempos mais recentes se deu um passo para melhora nesse sentido; a lei eleitoral de 1855 retirou a elegibilidade dos funcionarios publicos no seu districto, e parece que nas eleições do anno seguinte se empregaram, com bastante severidade, as disposições legaes, mesmo as antigas, que prohibem e castigam toda intervenção indebita na eleição.

Certamente tambem isto não remediará de todo o mal; onde é que a liberdade do voto é completamente garantida contra os abusos dos detentores do poder? Não nas monarchias européas, nem nas repúblicas americanas. Neste sentido, resta, portanto, ainda muito a desejar tambem no Brasil; para isso, porém, torna-se tanto mais urgente uma energica reforma das leis sôbre a obrigação do serviço militar.

Eis o que ha sôbre os cidadãos do Estado; volvamo-nos agora para a organização do Estado e seus órgãos.

★ ★ ★

Por fôrça do systema da colonização, pelo desenvolvimento historico e, finalmente, pela legislação constitucional, tomou o Brasil o character de monarchia federativa, e a vida do Estado pulsa, portanto, em duplo circulo, no govêrno provincial e no do imperio.

Inteiramente como na União Norte-Americana, as funcções de cada um dos Estados e as da federação procedem e se completam umas ao lado das outras. Todavia, com uma distincção historica: na America do Norte, a plena soberania de cada um dos Estados foi a origem, e sómente pela renuncia, que fizeram de certos direitos, é que o Estado federativo foi dotado de poderes; no Brasil, ao contrário, o govêrno do imperio comprehendia primitivamente tudo na sua exclusiva esphera (primeiro, o soberano absoluto, depois, desde a nova ordem constitucional, o mesmo com a cooperação da assembléa geral), e sómente mais tarde é que passaram especialmente ás provincias certas competencias para sua plena autonomia. Portanto, não póde de todo existir nas provincias do Brasil a phantasia de recuperar a primitiva soberania plena de cada Estado, como aconteceu uma vez na America do Norte (secessão e decretos de nullificação da Carolina do Sul, 1832); aqui, um tal proposito só poderia ser considerado, em face do direito público, como alta traição e rebeldia.

Primeiramente, quanto á organização do govêrno provincial, á testa de cada provincia (segundo o art. 165 da constituição) está um presidente, nomeado pelo imperador, que o poderá exonerar, logo que convenha ao serviço do Estado. As attribuições do mesmo, que fôram determinadas pelo acto addicional de 12 de Agosto de 1834 e a lei de 3 de Outubro de 1834, comprehendem, além da cooperação

constitucional na legislação provincial, todo o govêrno e a administração da provincia, e, para determinados ramos dos mesmos, são-lhe associados um commandante militar e um chefe de policia, todos com os seus funcionarios subalternos (não falando dos outros funcionarios, que attendem aos ramos em commum da administração de todo o imperio).

A par dêsse órgão executivo está a representação popular da provincia. Primitivamente, segundo a constituição (arts. 71-89), constava esta de um conselho geral, que todos os annos funcionava em dous, ou quando muito, tres mezes de sessão; os membros do mesmo eram eleitos por voto indirecto, por quatro annos, e os conselhos geraes das provincias mais importantes, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Geraes, São Paulo e São Pedro, constavam de 21 membros, e os das outra de 13 membros; a provincia do Rio de Janeiro, como séde da assembléa geral, não tinha conselho geral. Finalmente, as attribuições desses conselhos, limitadas aos especiaes interesses da provincia, eram simplesmente consultivas, e as suas resoluções sómente adquiriam fôrça de lei pela sancção da auctoridade do imperador (imperador e assembléa geral).

Em lugar dêsses conselhos geraes consultivos, installou a reforma da constituição de 1834 assembléas provinciaes legislativas, que todos os annos se reúnem em sessão durante dous mezes, podendo ser prorogada.

E' da competencia do presidente provincial convocar essa assembléa, prolongar o prazo e adia-la; si, porém, elle se descuidar da convocação para o termo legal, será a mesma feita pelo conselho municipal da capital da provincia.

Os deputados provinciaes são eleitos por voto indirecto por dous annos e funcionam numa camara unica; de resto, quando a legislatura de uma provincia o desejar, póde ser decretada pela auctoridade do imperio a installação de segunda camara, com maior periodo eleitoral, o que, porém, até agora, não aconteceu em parte alguma.

Os deputados provinciaes são inviolaveis no exercicio de suas funcções; elles percebem uma diaria, como subsidio pecunario, e também, quando moram fóra do lugar, uma indemnização para despesas de viagem; por outro lado, quando fôrem empregados públicos, não podem, durante as sessões, exercer o seu emprego, nem receber o ordenado, podendo, porém, optar entre o ordenado do emprego e o subsidio.

O seu número varia por provincia; primitivamente (segundo o acto adicional de 1834), no Rio, Bahia, Pernambuco, Minas Geraes e São Paulo, 36 em cada uma; no Pará, Maranhão, Ceará, Parahiba, Alagôas e São Pedro, 28 em cada uma, e, nas outras, 20; agora, depois da lei eleitoral de 1855, na Bahia 42, em Minas Geraes 40, em Pernambuco 39, em São Paulo 36, no Rio de Janeiro 5 para cada districto, no Ceará 32, em São Pedro, Alagôas, Parahiba, Maranhão e Pará 30 cada uma, em Sergipe e Piauí 24; em Goiaz, Rio Grande do Norte e Matto Grosso 22 cada uma, e no Alto Amazonas, Espirito Sancto, Paraná e Sancta Catharina 20 cada uma.

Pelo acto adicional de 1834 e pela authentica interpretação de 12 de Maio de 1840, foi determinado que a essas assembléas compete legislar:

1°. Sobre a divisão civil, judiciaria e ecclesiastica da respectiva provincia, e mesmo sobre a mudança da sua capital para logar que mais convenha.

2°. Sobre instrucção pública elementar e estabelecimentos proprios para promove-la (as escolas superiores ficam a cargo da auctoridade do imperio).

3°. Sobre desapropriação por utilidade municipal ou provincial.

4°. Sobre policia e economia municipal, porém sómente precedendo propostas das camaras municipaes.

5°. Sobre fixação das despesas municipaes e provinciaes e os impostos para fazer-lhes frente, contanto que estes não prejudiquem os impostos geraes do Estadô (os conselhos municipaes podem propor os impostos dos seus municipios; os mesmos fazem proposta sobre as despesas municipaes, mas o presidente da provincia é quem propõe as despesas provinciaes).

6°. Sobre repartição da contribuição directa pelos districtos da provincia; e sobre a fiscalização do emprego das rendas públicas (provinciaes e municipaes) e das contas da sua receita e despesa.

7°. Sobre criação, supressão, investidura e ordenados dos empregos municipaes e provinciaes.

Entram ahi todos os empregos municipaes e provinciaes, mas exceptuados os do presidente provincial, dos bispos, dos membros dos tribunaes de 2ª e 3ª instancias, dos empregados no ensino superior (faculdades e academias), finalmente dos funcionarios das finanças, guerra e marinha do imperio.

De resto, essa attribuição limita-se ao número de empregos municipaes e provinciaes, sem alteração de sua natureza e funções, quando fôrem estabelecidas por leis geraes do imperio, relativas a objectos sôbre os quaes não podem legislar as referidas assembléas.

8°. Sôbre obras públicas, estradas e navegação interior das respectivas provincias, que não pertençam á administração geral do Estado.

9°. Sôbre construcção de casas de prisão, trabalho e correcção, e sua administração e organização.

10. Sôbre institutos de beneficencia, conventos e quaesquer associações politicas e religiosas.

11. Sôbre os casos e a fôrma por que podem os presidentes das provincias nomear, suspender e mesmo demittir os empregados provinciaes.

Esta determinação comprehende naturalmente os empregados provinciaes, cuja esphera de actividade tracta de materias incluídas na competencia da legislação provincial, e de modo algum os empregados do imperio, investidos á vista de decretos imperiaes e pela administração geral.

Além disso, ainda compete ás assembléas legislativas provinciaes:

12. Organizar os regimentos internos, segundo as bases prescriptas.

13. Fixar, sôbre proposta do presidente da provincia, a fôrça policial respectiva.

14. Auctorizar as camaras municipaes e o govêrno provincial a contrahir empréstimos, caso necessarios para occorrer ás suas respectivas despesas.

15. Regular a administração dos bens provinciaes.

16. Promover, em commum com o poder central, a organização da estatística da provincia, a catechese e civilização dos indigenas e o estabelecimento de colonias.

17. Decidir, quando tiver sido pronunciado o presidente da provincia, ou quem suas vezes fizer, si o processo deve continuar, e si elle deve ou não ser suspenso do exercicio de suas funções, no caso em que pelas leis é admittida a suspensão.

18. Decretar a suspensão e ainda mesmo a demissão de magistrados (exceptuados os membros de tribunaes superiores), contra quem houver queixa de responsabilidade, sendo préviamente ouvidos e dando-se-lhes logar á defesa.

19. Conjunctamente com o govêrno geral, e por iniciativa propria, nos casos e na fôrma pela constituição pre-



vistos, suspender a liberdade individual (declarar estado de sitio).

20. Velar pela guarda da constituição e das leis na sua provincia, e representar ao govêrno central contra as leis de outras provincias, que offenderem os seus direitos.

Qualquer outro acto legislativo, fóra dos casos expressamente citados, sobretudo qualquer intromissão na legislação dos impostos, é vedado ás legislaturas provinciaes. Por outro lado, podem deliberar sôbre propostas e representações concernentes a outros assumptos, e remette-las ao govêrno geral para decisão, contanto que as mesmas não offendam o geral interesse da nação, nem o especial interesse de outras provincias, nem a exclusiva esphera de attribuições da camara dos deputados da assembléa geral.

Os decretos e leis, conforme os ponctos ns. 4, 5, 6 e 7, tanto quanto relativos ás questões municipaes, e ns. 12, 17, 18 e 20, têm fôrça de lei, desde a resolução da legislatura provincial.

Quanto aos outros assumptos, é indispensavel a sancção do presidente provincial, que, no prazo de dez dias, deve ser dada ou negada; quando não, dever-se-á considerar como dada, e a legislatura publicará a propria lei. Quando o presidente sanciona a resolução, compete-lhe tambem a publicação, assignando a fórmula com o seu punho e sôbre o sello do imperio.

Por outro lado, recusando o presidente a sancção, faz voltar o projecto á assembléa legislativa, com a exposição das razões contrárias; é o mesmo submettido, então, a nova discussão, e, só se obtiver maioria de 2/3, será adoptado. Então, caso o presidente tenha negado a sancção sómente porque considerava a lei contrária aos interesses da provincia, tem que sujeitar-se, sancionar e publicar, ou a publicação é feita pela propria legislatura.

Porém, quando o presidente negar a sancção, por entender que o projecto offende os direitos de outra provincia ou os tractados com o estrangeiro, ficará a lei, apesar da maioria de 2/3, suspensa temporariamente e será levada, junctamente com as razões contrárias, ao govêrno geral (imperador e parlamento), para a decisão definitiva.

Tambem, sem ser nesse caso, o poder legislativo geral tem o direito de revogar leis provinciaes que offendam a constituição, os impostos geraes, os direitos de outras provincias ou tractados com o estrangeiro.

Além da representação conjuncta da provincia na legislatura, as cidades e villas, segundo os arts. 167-169 da constituição e lei de 1º de Outubro de 1828, têm tambem o seu órgão nas camaras municipaes, que consistem, sem contar um secretário pago, de nove membros nas cidades e de sete nas villas; são estes eleitos pelo processo commum e por quatro annos, e aquelle que obtiver a maioria dos votos é o presidente.

Estas corporações, além de eventual sessão extraordinaria, dão quatro sessões ordinarias por anno, de tres em tres mezes cada uma e de duração de seis dias, ao menos; as suas faculdades são apenas administrativas, pois lhes competem a administração e policiamento das povoações e arredores; e ellas nomeam, para attender aos negocios, os seus proprios funcionarios municipaes, pelo prazo de quatro annos.

★ ★ ★

Passemos agora para o govêrno geral do imperio.

A constituição brasileira baseia-se sôbre a theoria constitucional commum da divisão de poderes, sendo que aqui, segundo a doutrina de Benjamin Constant, se accrescenta aos tres poderes usuaes mais um quarto, o poder moderador.

Os poderes moderador e executivo repousam nas mãos do chefe do Estado, o legislativo compete á assembléa geral (parlamento), sujeito á sancção do chefe do Estado, e, tambem em nome dêste, exerce o poder judiciario a magistratura independente.

O chefe do Estado usa o título de "imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil" (magestade imperial), e essa dignidade é hereditaria na dynastia de dom Pedro I, nos ramos masculino e feminino, segundo a ordem regular de primogenitura e da representação; si, porém, se extinguir essa descendencia, deve a assembléa geral escolher, durante o govêrno do último descendente, a nova dynastia; no caso da menoridade do imperador (até completar dezoito annos), ou no caso de por al occorrer impedimento physico ou moral para elle governar por si mesmo, o parlamento nomeará uma regencia soberana; e essa compete ao mais proximo parente do imperador, segundo a ordem da successão do throno, e que deve ser maior de 25 annos; o verdadeiro successor, "principe imperial", póde, entretanto, quando já houver chegado á idade de 18 annos, assumir o govêrno por seu pae (ou mãe), como regente.

Não havendo, porém, parente algum do imperador que reúna em si as condições exigidas, prevê a constituição, para o caso, uma regencia de tres membros; entretanto, o Acto Adicional de 1834 determinou, em vez disso, que um só regente governará, o qual, do mesmo modo como o presidente dos Estados Unidos da America do Norte, será eleito pelos eleitores do imperio, em escrutinio secreto e sómente pelo prazo de quatro annos. Até á eleição, assim como no impedimento ou falta do regente, assume provisoriamente o cargo o ministro do interior, ou, por elle, o ministro da justiça.

A pessoa do imperador é inviolavel e sagrada; elle (e egualmente o regente que governa em seu lugar) não é absolutamente responsavel. Antes de assumir o govêrno, deve prestar, nas mãos do presidente do senado, o juramento de manter a religião catholica, apostolica, romana, a integridade e indivisibilidade do imperio e de observar e fazer observar a constituição politica da nação brasileira e mais leis do imperio, e provêr ao bem geral do Brasil, quanto nelle couber. Tambem não pôde sair do imperio sem auctorização do parlamento, e, si o fizer, entender-se-á que abdicou a corôa.

As attribuições do imperador comprehendem os usuaes plenos poderes constitucionaes, sendo que figuram como do poder moderador: o direito de perdão, a sancção das leis, a convocação extraordinaria, prorogação e dissolução do parlamento, nomeação e demissão dos ministros, a escolha dos senadores na lista eleitoral, a suspensão provisoria dos magistrados, no caso de accusação judicial; e como do poder executivo: a convocação ordinaria da assembléa geral, o provimento dos cargos do serviço do Estado e da Egreja, o direito das negociações politicas com as nações extrangeiras, das alianças e tractados, da guerra e da paz, assim como tambem de conceder o "placitum regium" aos decretos apostolicos e breves, o direito de conceder cartas de naturalização, titulos, ordens e honras, applicação das leis e manejo das finanças, assim como prover, sobretudo, de todo modo, á segurança interna e externa do Estado.

Depois dos mais diversos debates theoricos na imprensa e na assembléa geral, formou-se a tradição de que esses poderes ambos devem ser exercidos pelo imperador, com a cooperação e assignatura dos ministros responsaveis. Todavia, não foi essa a idéa primitiva; segundo determina expressamente a constituição, nos actos do poder executivo

exige-se para a sua validade a conjuncta assignatura de um ministro responsavel; porém o poder moderador era exercido exclusivamente pelo imperador, apenas depois de consultar a respeito o seu Conselho de Estado.

Já dissemos a seu tempo, na nossa narração historica, que planos teria provavelmente o creador da constituição, d. Pedro I, com essa distincção theorica; elle não os conseguiu realizar, e difficilmente um seu successor os retomará dêsse modo.

As duas corporações, que o imperador tem á mão, no exercicio de suas prerogativas, são, como já se disse, o Ministerio do Estado e o Conselho de Estado.

O primeiro consta de seis membros: o ministro do interior (ou do imperio), que, além da propria administração central, tambem superintende os negocios das communicações, da instrucção (superior) e das obras publicas; o ministro da justiça, a cujas attribuições tambem pertencem os negocios ecclesiasticos e a Guarda Nacional; o ministro das relações exteriores; os da marinha, da guerra e da fazenda (197). Os ministros de Estado são responsabilizados por traição, por desvio dos dinheiros publicos, por subórno e extorsão, por abuso do poder, por menosprêzo das leis, por qualquer delicto contra a liberdade, segurança e propriedade dos cidadãos, finalmente, por qualquer dissipação dos bens do Estado.

O Conselho de Estado, estabelecido pela constituição, abolido pelo Acto Addicional, e restabelecido pela lei de 23 de Novembro de 1841, contava, segundo a antiga organização, 10 membros; agora consta de 12 ordinarios (pagos)

---

(197) Até 1860, as pastas ministeriaes eram as seis seguintes: Imperio, Justiça, Extrangeiros, Fazendas Guerra e Marinha. O ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas foi creado pela lei n. 1.067, de 28 de Julho de 1860, e a respectiva secretaria se installou a 11 de Margo de 1861, embora desde 2 do mesmo mez estivesse nomeado ministro o almirante Joaquim José Ignacio (depois barão e visconde de Inhaúma), que não chegou a ficar dous mezes no exercicio da pasta, pois que foi substituido, a 21 de Abril, pelo senador Manuel Felizardo de Sousa e Mello. Fica, assim, desfeito o engano de Handelmann, quanto á denominação de uma das pastas, não tendo elle podido incluir nellas a da Agricultura, por ter sido esta creada depois da publicação da sua *Geschichte von Brasilien*. A presidencia do conselho de ministros foi instituida pelo decreto n. 523, de 20 de Julho de 1847. Manuel Alves Branco (depois visconde de Caravellas), chefe do gabinete de 22 de Maio de 1847, foi, assim, o primeiro que exerceu a presidencia do conselho de ministros.

e 12 membros extraordinarios (não pagos), que são todos nomeados vitalícios e inamovíveis, todavia podendo ser dispensados pelo imperador, por tempo indeterminado. O filho primogenito do imperador e herdeiro presumptivo do throno, logo que completar 18 annos, é, por direito, membro do Conselho de Estado; os outros principes nelle figuram sómente pela convocação imperial, mas nesse caso não são incluídos no número prescripto. Na sessão plena do Conselho de Estado, o imperador tem a presidencia; nas sessões das diferentes secções, que, segundo o regulamento de 5 de Fevereiro de 1842, são quatro (para os negocios interiores, para a justiça e relações exteriores, para as finanças, para a guerra e marinha), preside o ministro a cuja esphera de negocios pertença o assumpto a tractar.

O Conselho de Estado delibera sobre todos os actos do poder moderador, sobre negociações, tractados e declaração de guerra, sobre questões de prêsas e indemnizações, sobre conflictos de attribuições de auctoridades administrativas entre si e com a justiça, sobre abusos da auctoridade ecclesiastica, sobre as exigidas instrucções para a execução das leis e propostas a apresentar á assembléa geral; além disso, tem que examinar os actos legislativos das legislaturas provinciaes, nas dúvidas occorrentes sobre sua conformidade com a Constituição. Tambem os conselheiros de Estado são, assim como os ministros, responsaveis por seus pareceres; uns e outros podem ser denunciados pela camara dos deputados, e, então, julgados pelo senado.

Os advenas, mesmo quando cidadãos naturalizados, não podem chegar a ministro de Estado, nem ao cargo de regente.

O parlamento ou, como realmente se chama, a assembléa geral, que exerce o poder legislativo com a sancção do imperador, reúne-se (exceptuadas as sessões extraordinarias), todos os annos, a 3 de Maio, para sessão ordinaria que, não havendo dissolução nem prorrogação, dura quatro mezes; os seus debates são publicos, a não ser em casos excepçionaes. Consta a mesma assembléa de duas camaras, a do senado, cujos membros são vitalícios, e a dos deputados, cujos membros têm o mandato de quatro annos; uns e outros são eleitos por voto indirecto de suas circunscripções eleitoraes, todavia com a differença de que quem obtem a maioria de votos é logo feito deputado, ao passo que, na eleição para senador, a circunscripção eleitoral propõe para cada vaga tres candidatos, e fica ao alvitre do imperador nomear um senador dessa lista triplice.



Tanto os senadores como os deputados recebem um subsídio, que, no fim de cada periodo de legislatura, é fixado para o periodo seguinte, e o dos senadores importa em mais metade do que o dos deputados; deputados e senadores são inviolaveis nas suas funcções, e, excepto no caso de flagrante delicto, só podem ser processados mediante permissão da sua respectiva camara; tambem é prohibido ao govêrno, sem similhante permissão, empregar, no intervallo da sessões, um senador ou deputado para serviço fóra do imperio. O exercicio de qualquer emprêgo, á excepção dos de conselheiro de Estado e ministro de Estado, é incompativel com as funcções de deputado ou de senador e, durante estas, cessa aquelle; á nomeação de um dos dous citados cargos, o deputado tem que submeter-se á nova eleição, o que não acontece com o senador.

Finalmente, quanto ao número de membros da assembléa geral, tem sido de quando em quando regulado, de accôrdo com a estatistica da população, e serve de base a determinação de que cada provincia dá um número de senadores egual á metade de seus respectivos deputados, e, sendo impar o número de deputados da provincia, o número le senadores deve ser de metade do número immediatamente menor; todavia, tem que eleger ao menos um.

Além disso, tambem podem os principes da casa imperial, logo que completam 25 annos, tomar, por direito, assento no senado.

Segundo determinação da mais recente lei sôbre as eleições (a de 1855), conta hoje o senado 58 membros e a camara dos deputados 117, dando a provincia do Alto Amazonas um senador e um deputado; Pará, um senador e tres deputados; Maranhão, tres senadores e seis deputados; Piaui, um senador e tres deputados; Ceará, quatro senadores e oito deputados; Rio Grande do Norte, um senador e dous deputados; Parahiba, dous senadores e cinco deputados; Pernambuco, seis senadores e 13 deputados; Alagoas, dous senadores e cinco deputados; Sergipe, dous senadores e quatro deputados; Bahia, sete senadores e 14 deputados; Espirito Sancto, um senador e um deputado; Rio de Janeiro, seis senadores e 12 deputados; Minas Geraes, 10 senadores e 20 deputados; São Paulo, quatro senadores e nove deputados; Paraná, um senador e um deputado; Goiaz, um senador e dous deputados; Matto-Grosso, um senador e dous deputados; Sancta Catharina, um senador e um deputado; São Pedro, tres senadores e cinco deputados.

As attribuições da assembléa geral, limitadas no ambito dos direitos concedidos ás legislaturas provinciaes, são as communs constitucionaes, competindo a iniciativa, em regra geral, egualmente a cada uma das camaras. Todavia, é privativa da camara dos deputados a iniciativa sôbre impostos, sôbre recrutamentos e sôbre escolha de nova dynastia no caso da extincção da imperante; além disso, compete-lhe, no caso de morte do imperador, o exame da administração passada e reparação dos abusos nella introduzidos, tambem a discussão das propostas feitas pelo poder executivo, e, finalmente, decretar a accusação dos ministros de Estado e conselheiros de Estado.

Por seu lado, o senado é exclusivamente competente para conhecer da responsabilidade funccional dos ministros de Estado e conselheiros de Estado, e os delictos individuaes commettidos pelos membros da familia imperial, ministro de Estado, conselheiros de Estado e senadores, assim como dos deputados durante o periodo da legislatura; além disso, convocar a assembléa, caso o imperador não o tenha feito até dous mezes depois da data que a Constituição determina.

Para eventuaes conflictos no seio da assembléa geral, a constituição prevê o seguinte recurso: si uma das camaras recusa um projecto ou o emenda, e a outra camara julgar preferivel o projecto na fórma primitiva, poderá, por uma deputação de tres membros, mandar propôr a reunião das duas camaras e então, em sessão conjuncta, se procederá á discussão e resolução.

Taes sessões em commum se fazem sempre na camara do senado e sob a mesma presidencia dêste; effectuam-se á abertura de cada sessão pelo imperador, á prestação de juramento do imperador quando de sua ascensão ao throno, ao reconhecimento do herdeiro do throno logo após o seu nascimento, e, finalmente, ao receber o juramento que o herdeiro presumptivo ao throno tem que prestar, logo que houver completado 14 annos, sôbre a manutenção da religião catholica e da constituição.

A sancção aos decretos da assembléa geral, que são apresentados por uma deputação de septe membros, compete ao imperador, e elle póde da-la ou nega-la; si não o fizer dentro de um mez, será como si negasse.

São as seguintes as fórmulas usuaes: para sancção — “O imperador sanciona”; á recusa — “O imperador considerará o projecto de lei, para a seu tempo resolver”. Todavia, esse véto tem effeito somente suspensivo; si o mesmo pro-

jecto de lei fôr approved em tres legislaturas consecutivas, portanto sempre com um intervallo de quatro annos, mesmo sem a sancção expressa, terá vigor de lei. Póde-se imaginar que esse processo demorado até hoje nunca foi applicado.

O poder judiciario é confiado a uma magistratura, á qual a constituição garante plena independencia. Todos os juristas funcionarios da justiça são nomeados vitalicios pelo imperador, e só por sentença podem perder o seu logar; o govêrno só póde suspende-los por accusação judicial, ou manda-los de uns para outros logares, pelo tempo e maneira que a lei determinar. O último élo da corrente da magistratura, os juizes de paz, são eleitos pelo povo, de modo indirecto, por quatro annos; além disso, garante-se ao povo directa collaboração, por meio de jurados, tanto nas causas civis como criminaes, o que até aqui, todavia, só foi realizado nas últimas.

No que diz respeito á organização dos negocios de justiça, a sua constituição e seus defeitos, já os examinámos detidamente noutro poncto, o referente ás antigas condições coloniaes (cap. XIII); apenas repetimos aqui que, exceptuando os tribunaes de primeira instancia, deve existir, segundo a constituição, em cada provincia, um tribunal de segunda instancia, mas que até hoje, em todo o imperio, só existem quatro.

A' frente está um Supremo Tribunal de Justiça, que, além de sua prerogativa de côrte suprema, de cassação, julga igualmente, em primeira e segunda instancia, os delictos e erros de officio, que commettem os seus ministros, os dos Tribunaes das Relações, os empregados no corpo diplomatico e os presidentes das provincias; e, finalmente, decide sobre os conflictos de jurisdicção e competencia dos tribunaes de segunda instancia.

Repetimos, além disso, que se impõe uma energica reforma da magistratura na sua organização e seu exercicio, como uma das mais urgentes necessidades do imperio.

Para terminar, devemos ainda lembrar que Brasil reconhece, do modo mais solenne, uma religião do Estado. Diz o art. 5º da constituição: "A religião catholica apostolica romana continuará a ser a religião do imperio"; e a sua manutenção é ainda assegurada no juramento que prestam sobre a constituição o imperador, o regente, o herdeiro successor do throno, os conselheiros de Estado e outros.

Por outro lado, garante a constituição, entre os direitos fundamentaes, a liberdade de religião; e está no mesmo citado artigo 5º: "Todas as outras religiões serão permittidas, em culto domestico ou particular, ou em casas para isso destinadas, todavia sem fórma alguma exterior de templo (isto é, sem torres e sem sinos)".

Sempre são, portanto, certas limitações, e, além disso, uma outra disposição exclue os acatholicos da elegibilidade na representação nacional.

Os governos do imperio e das provincias, sem duvida, costumam, nos tempos recentes, demonstrar, em absoluto, a mais larga tolerancia, tanto que muitas vezes têm proporcionado auxilios para a construcção de egrejas e escolas protestantes, e a egreja official, que é incondicionalmente sujeita ao poder do Estado, não tem a possibilidade de lhe oppor uma intolerancia activa; todavia, estas duas garantias negativas não bastam, e, para a conveniencia da immigração, impõe-se, como altamente desejavel e tambem o exige o interesse do Brasil, que as limitações e prejuizos de direitos dos acatholicos sejam definitivamente abolidos por lei.

Seria não menos conveniente, que, numa revisão das leis ainda remanescentes do tempo antigo portuguez, fôsem revogadas as disposições que, si não annullam de facto, põem em dúvida a validade e a efficiencia legal dos actos da egreja acatholica (como, por exemplo, o casamento); o mais simples recurso talvez fôsse a instituição legal do casamento civil e do registo civil. Só então ficará garantido com segurança e completamente practicado o princípio de liberdade de religião.



## CONSIDERAÇÕES FINAES

### O Brasil e a immigração

Comparado aos tres continentes do chamado Velho Mundo, inextinguivel matriz de povos vibrantes de vitalidade, fórma vivo contraste, como se sabe, o Nôvo Mundo, a America; a sua raça autochtone, a raça india, em geral, mostra pequena capacidade vital, e já se vai extinguindo em muitos logares; e, assim como no sólo da America foi a immigração estrangeira que veio despertar a vida historica, assim ella fica sendo contínua necessidade para os seus paizes, afim de que a vida historica e o desenvolvimento espiritual e material prosigam sempre, como até aqui.

Essa necessidade é commum a todos os paizes americanos; comprehende-se, todavia, que, segundo as condições da população já existente e o estado de civilização attingido, ella se faz mais ou menos sentir em cada uma dellas; porém entre os paizes, onde em maior escala essa necessidade existe e onde a todos os espiritos esclarecidos ella se faz mais profundamente sentir, o Brasil está actualmente em primeiro logar.

Nesse gigantesco imperio, como já vimos na nossa peregrinação por todas as suas provincias (secção II), a colonização está até aqui apenas esboçada; a sua propria população, entretanto, é de todo insufficiente para preencher as lacunas existentes e entreligar com os laços da civilização os grupos dispersos; somente com o ininterrupto affluxo de auxilio estrangeiro tornar-se-á isso possivel, no correr dos seculos.

Portanto, póde aqui caber mais uma vista de olhos retrospectiva, para ver qual a posição assumida pelo Bra-



sil, particularmente desde a sua independência, em face do problema geral da emigração.

Exceptuando uma pouco proveitosa tentativa de attrahir para aqui tambem a raça asiatica, — referimo-nos á colonia chinesa de plantadores de chá, na fazenda imperial de Sancta Cruz (1817), a qual já mencionámos na história provincial do Rio de Janeiro (cap. X), havia o Brasil gosado, até ao anno de 1850, da vantagem de uma dupla corrente immigratória: primeiro, a immigração livre européa, e, depois, a africana, proporcionada pelo tráfico dos escravos negros. Dados estatísticos rigorosos, ou mesmo estimativas quaesquer de alguma segurança, sôbre uma e outra, não os possuímos; uma cousa, porém, é fóra de dúvida, e é que o número de escravos negros introduzidos superou de muito a immigração branca; si uma se conta por centenas de milhares, a outra conta-se por milhões.

E' que a introdução de negros estava intimamente ligada com as condições economicas do Brasil. Vimos, no correr de nossas considerações (sobretudo no cap. VIII), como o principal ramo de indústria, a lavoura, se baseava absolutamente no braço do escravo; por outro lado, como o fazendeiro brasileiro, similhantemente ao das Antilhas, costumava, de preferencia, desde sempre, manter e comprar escravos na plenitude da virilidade, muito menos mulheres; por isso, não bastava a procreação dos escravos no paiz para preencher as baixas naturaes; e, para manter a producção no pé em que estava, ou para faze-la progredir, era preciso um incessante affluxo do exterior para preencher as lacunas.

Isto nos explica porque o Brasil, depois que o tráfico dos negros já fôra desde muito condemnado pela opinião pública do mundo inteiro, só elle ainda mantinha e tolerava, além das Antilhas Espanholas, esse abuso, mesmo em franco menosprêzo, tanto dos tractados estrangeiros, como das proprias leis do paiz. (\*)

---

(\*) Vêr um artigo anonymo, publicado na revista parisiense *La Revue des Deux Mondes*, de 1º de Agosto de 1846, sôbre este estado de cousas (*La question des sucres en Angleterre et la traite au Brésil*), do qual aqui citamos só os mais importantes dados. Como se sabe, a Inglaterra, desde que, pelo decreto do parlamento, de 25 de Março de 1809, aboliu o tráfico de escravos africanos para os seus subditos e colonias, instou, com incansavel zêlo, ante as outras po-

Nominalmente e por lei, estava o tráfico de escravos, já desde 13 de Março de 1830, abolido e prohibido; porém, ainda perdurou sob as vistas das auctoridades brasileiras mais de vinte annos, sem impedimento, até que, enfim, a 4 de Setembro de 1850, se seguiu nova e definitiva prohibição. Esta lei comparava a introdução de escravos ao crime de pirataria e punia o transgressor com a perda do navio, do carregamento, mais uma multa de quatro contos (3.200 thalers) e 4 até 12 annos de exilio; por tentativa e cumplicidade, a punição variava conforme as circunstâncias; a mesma lei prescrevia, ainda, que todos os negros, apanhados nessas occasiões, seriam libertados e reconduzidos á Africa, á custa do govêrno, porém, até ao momento de seu reembarque, seriam

tencias, para adoptarem egual medida, e exerceu um severo policiamento dos mares contra os navios negreiros; certamente um exôrço humanitario, que, porém, para citar as palavras de lord Palmerston, como toda virtude, trazia em si mesmo a sua recompensa, pois elle concorreu, de modo importante, para o progresso do commercio e da marinha britannica, assim como para a consolidação do predomínio da Inglaterra nos mares. Tambem Portugal, a esse tempo, durante as guerras napoleonicas, inteiramente dependente da alliança ingleza, viu-se forçado, contra a vontade, a tomar por esse caminho; já pelo tractado de amizade e de commercio, de 19 de Fevereiro de 1810, art. 10. obrigava-se elle a condemnar por principio o tráfico de escravos e limitar a prática do mesmo ás latitudes ao Sul do equador; e nos mesmos principios se basearam as outras convensões de 22 de Janeiro de 1815 e 28 de Julho de 1817, com o artigo addicional de 11 de Setembro de 1817, onde já era prevista a completa extincção do tráfico de negros por parte de Portugal; no último tractado, tambem era estipulado o mutuo direito de investigação, o estabelecimento de commissões mixtas para julgamento sobre presas, etc. Todas essas obrigações internacionaes passaram para o Brasil com a declaração da independencia, e, embora contrariado, teve o gabinete do Rio de Janeiro que se sujeitar ao expresso reconhecimento das cláusulas acima citadas, em convenção de 23 de Novembro de 1826, e, além disso, tambem á concessão de que, tres annos depois da ratificação, seria abolido, em absoluto, o tráfico de escravos africanos no Brasil e equiparado á pirataria.

A ratificação effectuou-se a 13 de Março de 1827, e, em consequencia, ficava prohibido desde 13 de Março de 1830 o tráfico de escravos; outro decreto brasileiro imperial, de 7 de Novembro de 1831, impunha castigo aos transgressores dessa prohibição e declarava livres os negros introduzidos por contrabando; finalmente, terceiro decreto, de 12 de Abril de 1832, ordenava as necessarias buscas e pesquisas para execução obrigatoria dessas leis.

Porém o gabinete de Londres, apesar de todas as reclamações, não conseguia que o tráfico dos escravos, como estava estipulado, fôsse equiparado ao crime da pirataria; ainda menos queria o govêrno brasileiro, apesar de repetidas propostas da Inglaterra, adhe-

empregados como trabalhadores, sob as vistas do governo. Applicada sériamente e com severidade, esta lei veio pôr termo ao tráfico de escravos africanos e á introdução de negros; e, si, por causa da grande extensão de costas do imperio, não se poudo impedir que, aqui, ou acolá, um contrabandista alguma vez lançasse em terra a sua carga de homens, isto em conjuncto não entrava em conta; o regular affluxo da immigração africana para o Brasil cessou para sempre.

E' bem de imaginar que repercussão isso devia produzir sôbre todas as condições economicas do paiz. Em

rir a ultteriores convenções, visando a um melhor policiamento do mar contra os navios negreiros; mesmo as leis de 1830-1832 ficaram, de facto, letra morta. A consequencia foi que, por um lado, os Brasileiros, certos da connivencia, mesmo da protecção do seu governo, estimulavam ou promoviam com todo o zêlo o tráfico de escravos; por outro lado, os cruzadores inglezes, irritados por essas violações do direito e abusos, além disso instigados por seu interesse proprio (elles recebiam, como se sabe, parte nas prêsas), procediam com tanto maior prepotencia e ultrapassavam as suas instrucções, sem dúbida já muito severas. Isso deu pretexto para sempre renovados attritos, reclamações e contra-reclamações; uma das duas commissões mixtas para julgamento de prêsas, a da Serra Leôa (Africa), dissolveu-se por discordia, de sorte que sômente funcionava ainda a do Rio de Janeiro; e os incidentes diplomaticos nunca mais acabavam.

Toda a controversia foi ainda mais envenenada por uma circunstância sobrevida. Quando, no anno de 1844, findava o prazo dos velhos tractados de commércio, que garantiam á Inglaterra uma posição especial de preferencia, e esta desejava a renovação dos mesmos, exigiu o Brasil, em compensação, concessões correspondentes: e, como o gabinete de Londres rejeitasse, em absoluto, essa justa exigencia, foi instituida no Brasil, a 4 de Novembro de 1844, uma tarifa aduaneira geral, que equiparava todas as bandeiras do mundo. Era um rompimento de facto, embora não formal; de um lado, a Inglaterra, no seu zêlo humanitario pela abolição do tráfico de escravos, não queria mais respeitar nenhuma limitação de direito internacional, porém, igualmente, o Brasil não ficou atrás em desassombro, e, a 12 de Março de 1845, o gabinete do Rio communicou ao enviado inglez que "no dia seguinte, isto é, a 13 de Março de 1845, expirava o prazo dos tractados referentes ás medidas communs para suppressão do tráfico de escravos, e que com isso cessavam os correspondentes direitos mutuos de buscas e outros que taes". Isso não quiz admittir o ministerio inglez; em todos os casos, argumentava o mesmo, ficava prohibido para o Brasil o tráfico de escravos, ficavam de pé as determinações da convenção de 1826, pelas quaes o tráfico de escravos seria equiparado á pirataria; e, para a execução dessas estipulações, apresentou lord Aberdeen ao parlamento um projecto de lei (o denominado Bill Aberdeen), que, a 8 de Agosto de 1845, recebeu sancção de lei. Em virtude delle, eram os cruzadores inglezes auctori-

contraste com a procura e producção de artigos brasileiros, até aqui continuamente crescentes, tornou-se dahi em diante impossivel completar ou mesmo reforçar o conjuncto da massa de escravos, que naturalmente foi minguando, nas proporções já referidas; em breve tornar-se-ia sensível a diminuição dos braços de trabalho, e essa baixa ainda foi consideravelmente accelerada e aggravada pela terrível devastação que, no correr dos últimos annos, o cholera e a febre amarella causaram ao longo de todo o littoral brasileiro; como é natural, essa diminuição continuará a produzir-se uniformemente nos proximos decennios.

Poder-se-ia suppôr que, para sanar similhante mal, se acharia remedio no proprio paiz, ao menos parcialmente.

---

zados a perseguir toda embarcação suspeita de traficante de escravos, não sómente no alto mar, mas também nas costas, nos rios e nos portos brasileiros, e, quando houvesse necessidade, procurar mesmo escravos desembarcados em terra firme, e os traficantes brasileiros, que fôsem presos, deviam ser julgados, como piratas, perante os tribunaes do almirantado inglez.

Na verdade, o Brasil durante muitos annos havia fugido aos compromissos do tractado; porém o que a Inglaterra ousava com essa lei era evidentemente uma clamorosa violação do direito internacional, e o governo brasileiro estava no seu pleno direito, quando levantou os mais solennes protestos contra isso (22 de Outubro de 1845).

Resultados practicos também não teve o Bill Aberdeen, tanto menos porque a magistratura ingleza não se quiz prestar a dar a sua approvação aos argumentos do gabinete de Londres; e o tráfico de escravos continuou do mesmo modo no Brasil, até que, finalmente, na sessão de 1850, devido em parte á influencia pessoal do imperador d. Pedro II, foi adoptada a pretendida lei, que poz termo final ao mesmo.

O Bill Aberdeen socegou dahi em diante, sem, todavia, ser formalmente revogado; ao contrário, continuou a Inglaterra a considerar-se, autorizada a exercer severa vigilancia; e, quando, ha pouco tempo, um contrabandista desembarcou alguns centos de escravos na costa de Pernambuco, de resto todos encontrados pelas auctoridades e libertados, o encarregado dos negocios inglezes no Rio aproveitou-se da oportunidade para dar novo exemplo da brutalidade que caracteriza a politica de lord Palmerston contra os fracos; numa insolente nota, de 7 de Março de 1856, elle ameaçava francamente pôr de novo em vigor o decreto do parlamento de 1845.

A resposta do gabinete brasileiro foi perfeitamente digna; "Esta tão injusta quanto aspera ameaça, — exprimia elle, — pôde na verdade fazer lembrar de novo que a Inglaterra é uma nação mais poderosa que o Brasil, e patentear que ella não teria escrupulo algum em servir-se da sua superioridade; porém não logra ella dissimular a arbitrariedade de tal procedimento, nem abalar a tranquillã confiança que ao governo imperial inspira a consciencia de sua dignidade e de seus direitos". (*Nota do auctor*).



Como se sabe, a população livre, mesmo o homem de condição commum, tem sido até aqui completamente indolente, preguiçoso e avêso a todo exfôrço physico; agora, despondendo a penuria e, á falta de trabalhadores, elevando-se o salario consideravelmente, poder-se-ia ser levado a admittir que sobreviria uma alteração a esse respeito.

“Isso teria alguma razão de ser, sob outras condições; sómente quem conhece a frugalidade e as extremamente poucas necessidades a que o homem do povo, sob um tão abençoado pedaço de céu, sem o mais leve exfôrço, satisfaz, pôde tambem comprehender a inconsistencia de tal hypothese. Porque o homem livre havia de sujeitar-se a serviço de extranho, no qual se veria obrigado a trabalhar o anno inteiro, num paiz como o Brasil, onde qualquer um obtém terras para cultivar e onde lhe basta trabalhar apenas quatro semanas durante o anno, para ter o que comer á vontade, o anno inteiro, e ainda mais ficando senhor de si mesmo? Tambem maiores lucros não tentam ao trabalho, pois o Brasileiro livre prefere viver pobre e independente, e mesmo prefere tal vida á riqueza, si, para alcança-la, tiver que trabalhar. Deve-se, portanto, admittir absolutamente, sem contestação, que a existente geração de homens livres nunca se sujeitará áquelles trabalhos exforçados, que eram executados pelos escravos!” Assim já julgava, ha trinta annos, um dos melhores conhecedores das condições do Brasil, o intendente-chefe das minas, von Eschwege, tractando da eventualidade da abolição do tráfico de escravos (*Pluto Brasiliensis*, pag. 597); e que se verifica a verdade desse seu julgamento, agora, quando essé facto aconteceu, prova-o o brado angustioso do pedido de braços estrangeiros, que a imprensa brasileira incessantemente ergue nos ultimos annos; no proprio paiz não se achou, na verdade, a minima reparação para as baixas occorridas.

Na verdade, as mais ricas provincias centraes, entre Bahia e São Paulo, sabiam e sabem de certo modo prover-se; compram os escravos das provincias do Norte, mais pobres; até a Bahia já se sentiu fôrçada, afim de difficultar a saída de escravos para o Sul, a decretar leis provinciaes, taxando a saída de escravos com um imposto de 100\$ por cabeça!

Assim é que vemos aqui um phenomeno contrário á lei natural, no facto de que o tráfico interno de escravos, em vez de desloca-los, como seria natural e como se dá na America do Norte, da zona temperada para a quente, aqui faz o inverso; o escravo negro é retirado da zona tropical, que, segundo pa-



rece, sem elle não póde prosperar, e é levado para onde o trabalho livre do branco mais facilmente poderia substituí-lo. E, assim como é contrário á natureza, egualmente é prejudicial á collectividade, no mais alto grau, esse movimento do mercado interno de escravos; por um lado, avulta com isso, como se comprehende, de modo extraordinario, a natural diminuição dos braços de trabalho nas provincias do Norte, accelerando assim a decadencia da lavoura das mesmas; por outro lado, com o tempo, tambem para as provincias centraes esse auxilio difficilmente bastará, pois, pouco a pouco, á procura demasiado grande, o preço dêsses escravos tem que subir muito acima do verdadeiro valor.

Portanto, todo esse processo não vem a ser sinão a provisoria manutenção do bem-estar de algumas provincias, baseada sôbre a ruina tanto mais rapida de outras (199).

O verdadeiro remedio para as desvantagens que acarretou e acarreta, para o systema das grandes plantações, para a lavoura do Brasil, a cessação da introducção do africano, só póde vir de fóra, e para esse fim já fôram, pelo lado brasileiro, experimentados dous caminhos. Primeiro, a immigração européa, denominada immigração "regular", isto é, a introducção de "parceristas" europeus, particularmente alemães e suissos. Já citámos a origem e manejo dêsse systema, chamado de parceria, ao tractarmos da provincia onde de preferencia foi applicado (na história da provincia de São Paulo, cap. XI), e, portanto, podemos poupar-nos aqui á repetição das considerações alli feitas; baste uma observação: depois de violenta lucta sôbre questão de principios, por palavras e por escriptos, que aqui e além-mar produziram muito mau sangue, e da experiencia práctica durante annos, o systema foi por ambas as partes condemnado e abandonado; elle não trouxe vantagem digna de menção e difficilmente ainda poderá trazer alguma.

---

(199) Ha outro poncto digno de reflexão, que assignalaremos apenas de passagem. Os grandes fazendeiros, que sómente trabalham para a exportação, agora compram, cada vez mais, todos os escravos que podem, para compensar a diminuição de braços; com isso, porém, desapparecem os pequenos possuidores de escravos, que antes costumavam fornecer os generos alimenticios de primeira necessidade. E já os preços dos principaes mantimentos se elevam desproporcionadamente, e a carestia ameaça augmentar sempre mais, o que naturalmente causa sérios cuidados á população das cidades, e, principalmente, ás classes inferiores, e facilmente dará motivo a perturbações da ordem. (*Nota do auctor*).

Sobre o segundo recurso, com o qual até aqui se fizeram igualmente ensaios no Brasil, não podemos ainda pronunciar tal sentença definitiva; referimo-nos á immigração "regular" de trabalhadores asiaticos (coolies). Sabe-se como esse systema foi inventado nas colonias britannicas das zonas quentes.

Quando alli, depois da abolição da escravidão africana, se sentiu egual falta de braços de trabalho, como a que actualmente experimenta o imperio sul-americano, mandaram-se vir, para substitui-los, trabalhadores das Indias Orientaes ou Chins, que, por contracto, se obrigavam ao serviço da lavoura por determinado número de annos, e, á expiração do prazo, podiam tomar a occupação que lhes aprouvesse ou voltar á patria.

Desenvolveu-se dahi em-deante um regular affluxo de trabalhadores asiaticos, que apresentou todos os inconvenientes e barbaridades do anterior tráfico africano de escravos negros, e mesmo mais alguns, — pois, naturalmente, o patrão do navio e o fazendeiro melhor tractamento davam ao negro, que para toda a vida ficava sendo valiosa propriedade, do que ao "coolie", que se empenhava sómente temporariamente; e, todavia, a Grã-Bretanha, tão humanitaria para com os escravos negros, tolerava esse tráfico de escravos amarellos, mesmo o favorecia com a sua bandeira e os seus capitães.

Ultimamente, encetou tambem o Brasil essa introdução de asiaticos, pois desde 1855 fôram trazidos ao Rio de Janeiro, Bahia etc. uns tantos navios com carregamentos de Chins; entretanto, as grandes distâncias tornam tão avultado o frete, que é de duvidar tenha bom exito a experiencia. E, além disso, parece-nos, em todo caso, pelos menos aventurado introduzir no paiz, em tão grande número, tal elemento de população asiatica.

Certamente, si fôr bem succedida a introdução de "coolies", e si a ella accrescentar em seguida uma immigração chinesa livre, á sua propria custa, como a que agora se dirige á California e ás ilhas dos mares do Sul, seria remediada a falta de braços e a producção poderia crescer de modo gigantesco; porém, no futuro, ultteriores inconvenientes não superarão esse proveito?

Por todo parte onde, nos tempos recentes, a raça européa e a chinesa se encontraram e firmaram o pé, em sólo americano e australiano, dentro em breve chegaram a uma concorrência hostil e attritos graves. O Chim não é nenhum Africano submisso; ao passo que este último, todo

rude e impellido pelo instincto de imitação, procura apropriar-se dos usos e costumes europeus, o Chim, possuidor de alta civilização propria, oppõe-se obstinado á civilização européa e não se adapta a assimilação alguma; além disso, elle de muito supera em actividade e frugalidade ao creoulo de sangue europeu e africano. Não se poudé ainda, em parte alguma, conseguir vencer essa rígida, indomita peculiaridade, essa incansavel concorrência; pois até a California já teve que tractar de defender-se contra a continuação da immigração chinesa, por meio de imposto de entrada no seu territorio, e mesmo nas ilhas inglezas dos mares do Sul se levantaram queixas de que não se sabe mais si são colonia ingleza ou chinesa!

Como será então no Brasil? A população das provincias tropicaes do Norte, reduzida em número e indolente, estará em condições de sustentar essa concorrência? E, o que ainda é mais importante, será capaz de conservar o predominio, quando uma corrente incessante de immigração chinesa se derramar alli?

Que resta, então, como unico recurso recommendavel para o Brasil? A immigração européa livre e voluntaria (espontanea), um ininterrupto affluxo de lavradores, como o que agora, anno após anno, vai rolando para a America do Norte. Tal immigração, ainda não a obteve o Brasil; sómente a entrada de negociantes, artistas e operarios estrangeiros, assim como de capitaes estrangeiros, póde ser considerada espontanea, e tem sido da maxima importancia para o desenvolvimento do imperio; porém, quanto a lavradores estrangeiros, a immigração sempre tem sido artificialmente obtida e sempre deu pouco resultado e pouco successo.

\* \* \*

Durante a nossa peregrinação historico-geographica (secção II), sempre examinámos em cada uma das provincias as colonias agricolas de lingua estrangeira, alli fundadas, e a sorte que tiveram; consideremos agora mais uma vez, em conjuncto, o andamento dessa "colonização" (como se costuma chamar-lhe no Brasil).

Promovida foi a mesma pela iniciativa do govêrno; á instigação do rei d. João VI, foi, em 1812, occupada, em primeiro lugar, a colonia de Sancto Agostinho (Vianna), Espirito Sancto, com Açorianos; depois, em 1818, a Colonia

Leopoldina e a de São Jorge dos Ilhéos, provincia da Bahia, com Alemães; e, em 1819, Nova Friburgo, provincia do Rio de Janeiro, com colonos Alemães e Suissos, todos introduzidos á custa do govêrno e contemplados com doação de terras.

Em seguida, foi publicada, a 16 de Março de 1820, uma lei especial, que convidava mórmente a emigração alemã para o Brasil, e promettia a cada immigrante catholico um presente de terras; os cuidados e despesas da viagem ficavam, de resto, a cargo de cada um.

Nem aquelles primeiros grupos coloniaes, que durante muito tempo oscillaram entre a vida e a morte, sob a peor das administrações, nem esta lei, puderam produzir em parte alguma qualquer fôrça de attracção; si o govêrno do imperador d. Pedro I quiz ter immigrantes, teve que recomêçar nova iniciativa; e, como se sabê, associou o engajamento de colonos na Alemanha e na Irlanda com o de soldados, e, nisso, os seus agentes e funcionarios se tornaram culpados dos peores abusos. A sorte e dissolução da primeira Legião Extrangeira de então (alemã), 1824-1830, já fôram objecto de nossa narração (cap. XV).

Quanto ás colonias agricolas, recapitulemos sómente que, pela iniciativa de d. Pedro, se formaram (além das extinctas colonias de Catuca, provincia de Pernambuco, e São Januario, provincia da Bahia): as colonias alemãs de Sancto Amaro e Itapekerica, provincia de São Paulo, 1829; Rio Negro, provincia do Paraná, 1829; São Pedro de Alcantara e Itajaí, provincia de Sancta Catharina, 1829; São Leopoldo, Tres Forquilhas e Torres, provincia de São Pedro, 1824-25; quasi todas baseadas em doação de terras e durante alguns annos soccorridas com dinheiro pelo thesouro do imperio; não obstante, esteve a sua existencia muito tempo vacillante, e as experiencias feitas não eram, em geral, de natureza que pudessem induzir a emigração alemã á imitação. Como era natural, cessou toda a immigração instantaneamente, logo que uma lei, de 15 de Dezembro de 1830, prohibiu quaesquer despesas com a colonização extrangeira, e o govêrno do imperio, por conseguinte, se retrahiu de qualquer cooperação directa.

Com isso, terminou o primeiro periodo da colonização (extrangeira); o govêrno do imperio, que até então havia directamente promovido e dirigido a immigração, abandonou a iniciativa e contentou-se dahi em deante em intervir de tempos em tempos, auxiliando e estimulando; sómente ainda em dous casos, quando foi questão de engajamentos mi-

litares, o governo agiu directamente. O primeiro delles foi sob a regencia (1837), no engajamento de 800 mercenarios alemães, que eram destinados a servir contra os rebeldes da provincia do Pará; já narrámos a lamentavel sorte desta pequena tropa (cap. VIII); o outro caso, mais recente (1851), foi o do recrutamento da segunda legião teuto-brasileira, sobre cujo destino não entraremos aqui em minudencias; como se sabe, tambem ella teve lastimoso fim.

O segundo periodo da colonização começa com o anno de 1834, quando a lei da reforma da constituição, o denominado Acto Adicional, entregou á discreção dos governos provinciaes "promover e estimular, em collaboração com o poder central, o estabelecimento de colonias (de lingua estrangeira)".

E foi Sancta Catharina a primeira provincia que se utilizou dêsse direito; já em 1835, o governo provincial alli estabeleceu a primeira colonia, em Itajahí-Mirim, e, a 15 de Julho de 1836, elle publicava uma lei provincial de colonização e, depois, o decreto complementar de 2 de Maio de 1837; similhantemente aconteceu, no correr dos mais proximos decennios, em outras provincias.

Como no periodo precedente, tambem neste ainda a immigração era inteiramente artificial; a princípio, os governos provinciaes tomavam á sua conta a iniciativa; angariavam e em parte tambem transportavam o immigrante e davam para o estabelecimento das colonias agricolas o sólo gratuitamente; em breve acharam auxiliares nesse empenho, emprehedores particulares, nacionaes e estrangeiros, isolados e em sociedade, que tomavam a peito fundar, por sua propria conta, grupos coloniaes, e para isso apenas pediam e obtinham algum auxílio do governo.

Assim, no espaço de vinte annos, ainda surgiram muitas colonias, parte baseadas sobre doação, sobre compra de terras ou aforamento, parte sobre o systema de parceria; não repetiremos aqui os seus nomes. Apenas notamos de passagem que, na generalidade, tambem nessas colonias se apresentaram os mesmos inconvenientes observados no primeiro periodo de colonização: muito era promettido e pouco cumprido, e as canseiras, que são inevitaveis numa fundação em paiz selvagem, augmentaram de modo extraordinario pela má administração e penosa tutoria das auctoridades, assim como por muitos attritos com a população nacional.

E, agora, qual o resultado total, depois de perto de quarenta annos de trabalhos de colonização?



No anno de 1855, existiam em todo o Brasil cêrca de 80 colonias de immigrados agricultores, cuja totalidade de população pôde sommar apenas umas 40.000 almas; portanto, mais ou menos o mesmo que costuma emigrar para os Estados Unidos num só trimestre! (Veja-se tabua IV, sôbre colonias).

Até aqui poderia ser isso indifferente, enquanto o bem-estar economico do Brasil era essencialmente baseado na introdução de Africanos; agora não mais, desde que cessou esse tráfico, e importa obter um equivalente para a falta de braços.

Como já se disse, em vez da immigração artificial e fraca, deveria affluir ao paiz uma corrente espontanea e forte, ininterrupta, de agricultores, sem o que pouco a pouco soffrerá a producção, — portanto a exportação e todo o bem-estar nacional, grande decrescimento —, durante os proximos decennios.

Observemos, entretanto, que isso não se deve entender como podendo ou devendo tal introdução compensar exacta e immediatamente a introdução suspensa de Africanos.

Absolutamente, não; já pelas condições naturaes e climatericas, ficam impostos determinados limites á immigração de agricultores europeus; melhor se prestam para recebe-los, incontestavelmente, as provincias do Sul, São Pedro, Sancta Catharina, Paraná; além disso, as terras altas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraes e Espirito Sancto; esse limite norte, elles não o deverão ultrapassar, assim como, quanto possivel, convirá que se afastem tambem, sobretudo, das terras de alluvião da costa atlantica e dos valles profundamente cortados pelos rios tributarios do Atlantico, onde nos ultimos annos o cholera e a febre amarella fizeram o seu terrivel cortejo triumphal.

Portanto: a parte norte do Imperio, as provincias do assucar (Bahia, Pernambuco etc.), e do algodão (Maranhão etc.), não se prestam propriamente para a immigração européa; nem, egualmente, a não ser em certa medida, as provincias centraes do Sul, as terras do café (Rio de Janeiro, Minas Geraes, São Paulo), e as provincias do Sul, onde já os cereaes americano-europeus prevalecem.

Uma immigração espontanea de lavradores não se poderá facilmente conjugar com o systema das lavouras aqui em uso. O lavrador europeu, conforme já declaravam no

anno de 1723 os camponezes alemães no Estado de Nova York, "não emigra para a America a fazer serviço fôrçado de lavoura", nem tenciona a Alemanha de hoje, dado o sentimento nacional de seus direitos, consentir em tal emigração ou anima-la; uma tentativa dêste genero, como o systema de parceria, já se mallogrou, como antes mencionámos. Ao contrário, o Europeu, o lavrador Alemão, quando transpõe o oceano, quer ser o que era no seu paiz ou o que debalde procurou ser: senhor livre no seu proprio pedaço de terra.

Portanto, para que uma immigração espontanea afflúa para a metade sul do Brasil, ache campo fertil para as suas actividades, necessario é que se proceda a uma radical mudança no systema de administração, como condição preliminar; e, como consequencia, em logar do systema de plantação em fazenda, deve-se pouco a pouco adoptar o da pequena lavoura; em vez do fazendeiro, o lavrador; em vez do trabalho do escravo, o do braço livre.

Já dissemos que uma tal mudança é possivel, deante das condições naturaes e climatericas; tambem as condições economicas não apresentam difficuldade alguma; assim como o cultivo dos cereaes, do fumo etc., tambem o do café dá lucro, com o trabalho livre e explorado em pequenas propriedades; lembramos a este respeito o facto conhecido, que se deu na ilha de Haíti, quando alli a revolução acarretou a abolição da escravatura e o desmembramento das fazendas: o assucar e o algodão decaíram, sem dúvida; a producção do café, porém, tornou-se mais geral.

Mudança como a que acima suggerimos é, portanto, muito possivel na metade sul do Brasil; essa região de modo algum soffreria prejuizo; por outro lado, porém, surgiria com isso consideravel proveito para a metade norte, pois esta, que, segundo a experiencia ensina, não póde dispensar o trabalho do escravo negro no cultivo dos seus principaes productos (assucar e algodão), receberia então os escravos tornados dispensaveis no Sul. Assim, verificar-se-ia no Brasil a mesma divisão do interior da União Norte-Americana, a divisão em aggrupamento triplice: — de Estados de lavoura livre, de Estados de lavoura mixta creadores de escravos, e de Estados plantadores que necessitam dos escravos; porém, o tráfico interno de escravos deixaria o seu caminho contrário á natureza, no qual elle actualmente se acha, e voltaria ao caminho natural, fazendo passar os negros das zonas temperadas do Sul para as quentes do Norte.

Portanto, uma transformação economica no Sul do Brasil, a substituição da exploração de fazendas pela propria pequena lavoura, é a condição para que uma immigração voluntaria (espontanea) de lavradores europeus possa propagar-se alli (e com isso indirectamente se remediaria a falta de braços das provincias do Norte). E que é que se fez até aqui para promover e dar comêço a tal estado de cousas, primeiro, da parte da população, e segundo, da parte do govêrno ?

Quanto á primeira parte dessa pergunta, poderemos em geral, sem escrúpulos, responder: até aqui a classe detentora de terras, a aristocracia de fazendeiros (as outras classes da população não entram aqui em conta), não tem sido nada inclinada a uma mudança dessa especie.

Recapitulemos ainda uma vez as condições das propriedades ruraes.

Excluindo mais ou menos as tres provincias do extremo Sul, por toda parte, nas provincias costeiras do Brasil, a porção mais valiosa e mais bem situada, o sólo rebeirinho do mar e dos rios navegaveis, está nas mãos de um número relativamente pequeno de proprietarios de terras (fazendeiros), parte em virtude de normal doação do govêrno e dos antigos donatarios e representantes da corôa (sesmaria), parte em virtude de simples occupação desde longos annos; ao que se sabe, devem existir em todo o imperio, uns 160.000 donos de terras, ou, segundo outra avaliação, apenas 40.000. Cada uma das propriedades é, portanto, de immensa extensão; o possuidor jámais está em condições de tornar a mesma toda ella productiva; elle contenta-se a cada momento em cultivar sómente um recanto do sólo, por systema de cultura exhaustiva. Não obstante, nunca lhe passa pela mente abrir mão de qualquer parte do seu inutil e deserto territorio, vender qualquer parcella para posse livre ou parceria; é para elle questão de honra ou de vaidade não mutilar a sua fazenda. Assim foi desde o tempo antigo; e a história tambem nos mostrou como por toda parte se creou, fazendo frente a essa pequena aristocracia rural, a multidão de gente do povo, sem eira nem beira. Assim ficou até recentemente.

Já o viajante inglez Henderson, cêrca de 1820, escreveu: "E' uma grande desgraça para o Brasil estarem extensões enormes de territorio nas mãos de proprietarios que não possuem bastante fortuna, nem mesmo para poderem cultivar a centesima parte dellas, e que, não obstante, se agarram tenazmente á sua propriedade, na esperanza de que, ao con-

tinuo desenvolvimento do paiz, a mesma se valorize cada dia mais.

“Quando realmente se querem desfazer de uma parte, é sómente por aforamento, e sob toda sorte de condições, e especialmente sob reserva de onerosa preferencia de compra, de modo que o comprador fica a todos os respeitos dependente e atado.

“Onde, porém, tal costume prevalece, devem os extranhos, que tenham desejo de applicar dinheiro e trabalho no cultivo da terra, desanimar completamente!”

E tambem as condições dos tempos mais recentes nada mudaram; no extremo Sul, na provincia de São Pedro, temos visto alguns fazendeiros parcellarem os seus latifundios e venderem essas parcellas para livre posse; foi, dêsse modo, que se constituíram então a colonia Mundo Nôvo (1851) e outras; porém, mais para o Norte, nas provincias propriamente cafeeiras, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraes, não se verificou até hoje um só exemplo dêsses; aqui, em geral, se tracta de conservar integra a grande propriedade, com o trabalho dos negros ou de parceristas europeus.

Entre tantos contractos de meio-arrendamento, que se firmaram nos ultimos annos, em nenhum delles o proprietario das terras se quiz prender, com a cláusula de cessão de uma só pollegada de sólo a seus parceristas, por meio de venda ou aforamento, á expiração do prazo.

Aqui não se pensa, portanto, em promover uma mudança economica, qual a que acima mencionámos como necessaria para todo o imperio; só no extremo Sul talvez ella se faça, pouco a pouco, por si mesma; porém, só isso pouco adeantaria para o todo, pois alli, nas provincias de Paraná, Sancta Catharina, São Pedro, o número de escravos é pequeno e já, de resto, em certa proporção, concorrem em partes eguaes os escravos e o trabalho livre; portanto, a mudança, mesmo feita inteiramente só alli, não daria sobras de braços dignas de menção para o Norte necessitado.

Compete ao govêrno central, deante da passividade e indifferença da classe possuidora de terras, a iniciativa nesse campo. Si observarmos a sua acção nos ultimos annos, verificaremos que, na prática, ella foi diversa e sem rigorosa continuidade; foi sustentado provisoriamente com o dinheiro do Estado, além de muitas fundações coloniaes baseadas na compra de terras, tambem o systema de meio arrendamento e de tráfico de “coolies”, o que se explica e desculpa pela necessidade do momento. Felizmente, porém,



o governo imperial se firma, por princípio, na opinião de que sómente a colonização e immigração de proprietarios livres, — portanto, immigração espontanea, como tambem nós a entendemos, — merecem promovidas e pôdem trazer a salvação. Tambem, já desde muito tempo, o governo tem pensado em facilitar os caminhos para tal. Contudo, muitos obstaculos se têm opposto, sendo o mais importante a falta de uma legislação de terras bem organizada.

Si um governo quer de facto e precisa chamar uma immigração de lavradores a seu paiz, naturalmente tem que tomar providencias para vir a seu encontro, afim de tornar possivel a cada um obter depressa, facil e razoavelmente, campo para a sua actividade; ou, para empregarmos as proprias palavras do relatorio official de 11 de Maio de 1855: "A medição e demarcação de pequenos lotes de terras ao alcance de mediocres fortunas, situados em pontos convenientes, e expostos á venda, de maneira que o immigrante possa contar obte-los logo após a sua chegada, ou logo que lh'o permittam seus recursos, si não são por si sós a condição exclusiva da immigração (espontanea), são, sem dúvida, a mais poderosa alavanca para fomenta-la". Isto se comprova desde decennios na União Norte-Americana, e, sem dúvida, ella deve justamente a seu bem organizado systema de parcellamento e á venda de terras públicas a incessante corrente immigratoria que se derrama alli.

No Brasil, até aos tempos recentes, não existia nada parecido, nem era possivel, pois o systema da propriedade territorial estava em completa balburdia e quasi que em parte alguma se podia ter completa segurança, si o sólo era já posse particular, ou ainda sem dono, portanto propriedade pública. De facto, desde os principios da colonização, e, mais tarde, em repetidas occasiões, procurou o governo obviar a tal anarchia; já um decreto, de 17 de Dezembro de 1548, ordenava que as sesmarias fôsem regularmente registadas, confirmadas e medidas pelas auctoridades competentes, e outros decretos analogos seguiram-se de tempos em tempos; tambem foi legalmente estabelecido que, si, dentro do prazo determinado, em geral dentro de cinco annos, ao menos uma parte da sesmaria não fôsse cultivada, a doação era cassada e devia voltar a terra á posse do Estado; porém, todas essas instrucções pouca observancia tiveram; e a simples posse de facto escapava a toda fiscalização.

Assim resultou, no correr dos seculos, a mais inextricavel confusão; aconteceu doar-se o mesmo pedaço de terra, todo



inteiro, ou parte delle, a dous ou mais; litigios por causa de questões de divisa estavam na ordem do dia, e, ainda actualmente, dão esses litigios, em muitos logares, motivo á metade das inimizades de familias e assassinios. Egualmente, quando o govêrno queria dispôr de qualquer terreno deserto ou já havia disposto delle desde annos, então surgia, de improviso, um particular, que provava mais antigos direitos de posse; relembramos sómente o que se deu na colonia alemã de São Pedro de Alcantara, onde o imperador d. Pedro I doou aos colonos mattas virgens, e onde estes tiveram depois que comprar as mesmas terras dos particulares possuidores legaes, afim de se pouparem a interminavel processo.

Tal falta de segurança do direito de posse da terra, que já para o nacional traz tantos inconvenientes, não podia deixar de desanimar completamente a immigração espontanea; era, portanto, problema fundamental remediar a isso. E com isso se occupou, então, o govêrno imperial, já desde o princípio do precedente decennio; e, no anno de 1843, o deputado, mais tarde ministro e conselheiro de Estado, Joaquim José Rodrigues Torres, apresentou um projecto de lei á assembléa geral, relativo á separação dos dominios do Estado (terras devolutas) do sólo que se achava na posse de particulares, assim como á sua medição e venda parcellada.

Esse projecto, entretanto, encontrou viva e demorada opposição, que provavelmente, por um lado, se fundava no receio da aristocracia de fazendeiros de perder uma parte de suas posses não muito bem adquiridas, por outro lado, porém, haveria ainda segunda circunstância. Já se disse como, pela experiencia, a producção do café póde muito bem ser explorada com trabalho livre e em pequenas propriedades; o pequeno sitiante, lavrador de café, seria, pois, temivel concorrente para o grande plantador de café; e a aristocracia de fazendeiros, sobretudo das provincias cafeeiras, era decididamente contrária a toda essa medida que, afinal, tendia a promover a formação de tal classe de pequenos proprietarios ruraes. Assim, a lei sôbre terras devolutas só passou depois de annos de luctas parlamentares e foi, a 18 de Setembro de 1850, sanccionada pelo imperador (mais ou menos ao mesmo tempo que a lei tocante á definitiva abolição do tráfico dos negros).

Mesmo assim, ficou essa lei, ainda durante annos, letra morta; a influência entorpecente da aristocracia de fazendeiros fazia-se valer de nóvo, e, depois de grandes delongas,

conseguiu a mesma fazer passar um regulamento para execução daquella lei, de 30 de Janeiro de 1854, que enfraquecia, de modo importante, as determinações da lei de 1850. Em seguida, foi instituída uma Repartição Geral de Terras Públicas e, além disso, fôram creadas delegações dessa repartição e iniciadas, em diversos pontos, medições de terras públicas, primeiro nas provincias de Alto-Amazonas, Pará, Maranhão, e, depois, também em São Pedro, Sancta Catharina e São Paulo.

Sem entrar em pormenores sôbre o teor dessas medidas legislativas, precisamos, contudo, pôr em relêvo um resumo de seus traços fundamentaes.

Primeiro, no que diz respeito ao systema territorial futuro, medição e venda de terras devolutas, foi adoptado inteiramente o modêlo norte-americano. Sem falar em uma faixa de terra de 10 leguas de largura, ao longo das fronteiras do imperio, onde fica ao alvitre do govêrno doar terras (talvez para estabelecer fronteira militar?), de futuro só pôdem ser adquiridas terras do Estado mediante compra, sendo que a venda, nas zonas medidas, deve ser effectuada pelas competentes auctoridades em hasta pública ou livremente.

Para o futuro, todo comprador (bem como, em geral, todo proprietario) de terras terá que obter título authentic de posse, passado pelas auctoridades provinciaes, sem o qual não as poderá hypothecar, nem de modo algum alienar. O preço minimo varia, segundo a qualidade e situação das terras, entre  $\frac{1}{2}$ , 1,  $1\frac{1}{2}$  e 2 réis por braça quadrada: como unidade de medição e venda foi estabelecida uma área de 500 braças em quadrado (6 pés ou  $8\frac{1}{2}$  pollegadas prussianas), portanto 250.000 braças quadradas ou cêrca de 226 geiras; todavia, poder-se-á ceder a metade ou a quarta parte de tal lote. Portanto, para obter-se, dêste modo, a menor propriedade possivel ( $\frac{1}{4}$  de lote de terras do Estado), pagará cada um, segundo a qualidade, 31  $\frac{1}{4}$ , 62  $\frac{1}{2}$ , 93  $\frac{3}{4}$ , ou 125 mil réis, ao que se accrescentarão pela escriptura, além do sello e esportula, 9 mil réis (respectivamente o total de 32, 57, 82 ou 107 thalers, padrão prussiano, ao passo que na America do Norte custa o menor lote,  $\frac{1}{10}$  de secção ou 40 acres, ao preço minimo fixado, além da escriptura, esportula etc., 54 dollars ou 75  $\frac{1}{2}$  thalers; além disso, o lote no Brasil é um pouco maior que o norte-americano).

Todavia, essas disposições sómente terão importancia práctica, quando as terras públicas fôrem demarcadas, medidas e assim ficarem disponiveis; para o momento é, portanto, muito mais importante a segunda categoria de prescripções contidas naquellas mesmas leis, que dizem respeito á separação dos dominios do Estado e sua delimitação com o dominio particular.

Neste sentido, foi estabelecido, para garantia e fixação dos direitos de propriedades particulares, o seguinte: todo possuidor de terras, que tiver titulo legitimo da aquisição do seu dominio, acha-se garantido, sem nova medição nem nôvo titulo, podendo, contudo, si o proprietario o preferir, requerer a medição e demarcação de sua propriedade e receber, consequentemente, nôvo titulo de propriedade das terras.

Além disso, os possuidores de sesmaria, que não cumpriram a clausula da doação, portanto, por direito, perderam o seu titulo, poderão, contudo, conserva-lo, e sómente serão obrigados a fazer a revalidação do seu titulo em prazo determinado.

Finalmente, aquelles que tiverem adquirido posse das terras por occupação effectiva, devem fazer legitima-las, e não só lhes será confirmada a posse do terreno que tiverem cultivado ou estiverem occupando com criação de gado, mas, ainda, lhes será doado gratuitamente outro tanto de terreno devoluto contiguo, contanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a uma sesmaria, igual ás últimas concedidas nos arredores.

Como se vê, não se podia ter imaginado processo mais favoravel para a influente aristocracia de fazendeiros.

"Apesar dessa excellente (desmedida) liberalidade", assim refere um escripto officioso do anno de 1854, "para com todos os posseiros e sesmeiros, ainda, em diversas zonas saudaveis, restam extensos e ferteis territorios, situados á margem de excellentes rios navegaveis e de portos de mar ou bastante proximos, que pertencem ao Estado, como propriedade pública". ("Considerações sôbre as Leis de Repartição de Terras", Rio de Janeiro).

Sómente o resultado das medições agora iniciadas decidirá definitivamente da exactidão ou inexactidão dessa suposição, sôbre o que, porém, muitos annos ainda podem passar; por enquanto, todavia, os conhecedores das circunstancias do Brasil põem em dúvida essa affirmacão ou, no que diz respeito ás provincias costeiras da zona temperada,

só lhe reconhecem validade com certas restricções. No extremo Sul (São Pedro, Sancta Catharina e Paraná), certamente já se encontraram muitos trechos de terras do Estado bem situadas, e, sem dúvida, ainda muitas dessas haverá; porém, quanto ás provincias cafeeiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraes, sobretudo o valle do Parahiba), deve-se pôr em dúvida que exista por alli alguma parcella de terras públicas digna de menção; alli, provavelmente, a nova lei e a medição só servirão para confirmar e completar o dominio exclusivo da aristocracia de fazendeiros sobre as terras.

Assim, pôde-se dizer que a nova legislação não conseguiu tornar possível, para toda a metade Sul do Brasil, a immigração européa e dar começo alli á mudança economica (na medida desejada), necessaria para todo o imperio.

Tambem, por isso, ao que consta, no Rio de Janeiro se cuida de uma medida complementar, medida que já desde mais de um decennio tem sido por todos os lados repetidamente aconselhada, porém ainda sempre sem ser adoptada; referimo-nos á applicação de um imposto territorial, que taxaria sem distincção todas as terras de posse particular, tanto as cultivadas, como as incultas.

Sómente tal imposto, variando de taxa, segundo as diversas regiões do paiz, poderia dar um sufficiente contrapêso ao insensato e irreductivel apêgo com que a aristocracia de fazendeiros tem em mão a sua superabundancia de terras.

Desde que o fazendeiro tenha que pagar imposto por sua propriedade inculta, que, agora, si nada lhe rende, tambem nada lhe custa, então certamente elle de prompto se prestará a vender o que não póde elle proprio com vantagem administrar, ou o deixará cair em devolução ao Estado; e, reduzido a menor territorio, elle mudará pouco a pouco o systema actual de cultura exhaustiva por um systema de exploração agricola racional.

E extensões gigantescas, que agora são verdadeiramente de mão morta para o possuidor, e para todo o mundo jazem inuteis, estarão promptas, então, para receber uma immigração espontanea européa, para o estabelecimento de uma numerosa classe de pequenos lavradores. E a mencionada mudança economica do Sul, que deve fornecer ao Norte exgottado a sua sobra de braços africanos, se realizará então pouco a pouco.

Só o tempo nos dirá si o govêrno não considera necessario e aconselhavel estimular uma tal mudança com outra medida complementar, — queremos dizer, dar principio á extincção da escravatura, primeiramente nas tres ou quatro provincias mais meridionaes, com a permissão de vender os escravos para o Norte.

★ ★ ★

Até aqui nos temos sempre collocado, sobretudo, no ponto de vista economico do Brasil; demonstrámos que uma immigração européa, espontanea e numerosa, de lavradores, é uma incontestavel necessidade para este paiz; mostrámos como o seu govêrno está actualmente occupado em dispôr as condições preliminares para essa immigração, estabelecendo uma legislação de terras bem organizada. Passemos agora para o outro lado, e perguntemos que outras garantias o immigrante deve exigir, o que neste sentido a legislação brasileira tem assegurado, e o que ainda lhe falta assegurar.

O emigrante, quando sae da terra natal, para procurar uma nova patria além-oceano, naturalmente tem em vista, em primeiro lugar, a fundação de nova existencia material segura e, si possivel, em melhores condições; ao lavrador deve-se, portanto, proporcionar a possibilidade de obter um terreno, sem demora, facilmente e com pouco dispendio; isso acontecerá no Brasil, logo que se completar a iniciada instituição de uma legislação de propriedade territorial bem organizada.

Além disso, deve o immigrante naturalmente desejar que a plena posse dos direitos de cidadão, a que elle renunciou ao expatriar-se, seja recobrada na nova patria, o mais depressa possivel, pela naturalização.

Neste sentido, providenciou em primeiro lugar a lei de naturalização, de 23 de Outubro de 1832. Excluindo algumas facilidades em beneficio de algumas categorias de pessoas (o casado com Brasileira, o filho adoptivo de Brasileiro, o ex-mercenario do exercito brasileiro, o admittido ao magisterio, o inventor, etc.), as condições geraes para a naturalização são as seguintes: ter 21 annos de idade, achar-se no goso dos direitos civis, como cidadão, no paiz de onde veio, salvo si os houver perdido por motivos exclusivamente politicos, ser possuidor de bens de raiz no Brasil ou nelle ter parte em fundos de algum estabelecimento industrial, ou exercer alguma profissão honrada, finalmente



ter declarado na camara do municipio de sua residencia seus principios religiosos, sua naturalidade e que pretende fixar seu domicilio no Brasil; logo que tiver residido por espaço de quatro annos consecutivos no paiz, recebe a sua carta de naturalização, pagando a quantia de 12\$800, pelo registo, á auctoridade municipal da camara mais proxima; nessa occasião, presta juramento (ou promessa) de obediencia e fidelidade á constituição e ás leis do paiz, bem como que reconhece o Brasil por sua patria, daquelle dia em diante.

O filho de cidadão naturalizado, nascido antes da naturalização de seu pae, uma vez maior de 21 annos, obterá carta de naturalização, unicamente declarando que quer ser cidadão Brasileiro e provando que tem um meio honesto de subsistencia.

As determinações dessa lei têm validade até actual-mente; apenas o decreto de 30 de Agosto de 1843 reduziu o prazo de naturalização de quatro annos para dous. Além disso, fôram concedidas, entretanto, exclusivamente aos colonos da lavoura, excepçionaes facilidades, pelo artigo 17 da lei sôbre terras devolutas, de 18 de Setembro de 1853 e 16 de Junho de 1855; os lavradores, que adquiriram de 1853 e 16 de Junho de 1855; os lavradores, que adquiriram e colonizem terras, podem, já ao cabo de dous annos, ou mais cedo ainda, si o govêrno concordar, conseguir, mediante simples pedido, a sua naturalização, e, além disso, ficam isentos do recrutamento para o exercito e do serviço de guerra; contudo, não são dispensados de servir na milicia do seu logar de residencia. A isso se accrescentou a concessão de naturalização immediata e gratuita a todos os colonos estrangeiros estabelecidos no dominio do imperio até Junho de 1855, á simples declaração, desde que o queiram (assim como o mesmo fôra concedido já antes, pela lei de 3 de Setembro de 1846, ás colonias de São Leopoldo e São Pedro de Alcantara etc., e, pela lei de 31 de Janeiro de 1850, á colonia de Petropolis e a todas as colonias fundadas em Sancta Catharina).

No sentido da rapidez e das condições de naturalização, a legislação brasileira satisfaz, portanto, a todas as pretenções razoaveis (200); todavia, resta uma grande lacuna.

---

(200) Na práctica, porém, as cousas não se apresentam tão boas. "Mesmo os direitos assim mutilados, como os que concede a naturalização, não se alcançam sinão por uma série de formalidades im-

E' que a naturalização não concede plenos direitos de cidadão: segundo dispõe a constituição, o advena naturalizado é para sempre excluído (além dos cargos de regente e de ministro de Estado) da elegibilidade para a camara dos deputados do imperio.

Por um lado, esta cláusula póde ser considerada sem importancia; póde-se objectar que ella attinge sómente a uma geração de immigrants, a primeira, e tambem que, por exemplo, na America do Norte, sómente no mais raro dos casos, um immigrant alcançou, de facto, fazer parte da representação nacional; porém, a cousa é inteiramente diversa. Não ser eleito, póde ser indifferente á maioria ou mesmo desejavel, mas não ser elegivel é offensivo; e o Brasil, si quer contar com uma immigração espontanea, deve tractar quanto antes de remover esses odiosos restos da antiga desconfiança dos Portuguezes contra os estrangeiros. Sómente o cargo de regente pódem continuar excluídos, para o futuro, tambem os cidadãos naturalizados.

Devem egualmente ser abolidas as medidas legaes que fazem depender em parte da fé catholica o pleno gôso dos direitos de cidadão. Já dissemos que, segundo a constituição, no Brasil os acatholicos são excluídos da elegibilidade para deputados e são prohibidas as fórmulas exteriores da egreja, torres e sinos, nas casas de Deus dos acatholicos, e que a legislação vigente nega, ou pelo menos contesta, a validade de actos religiosos acatholicos, mórmente os casamentos.

No antigo exclusivo catholicismo do povo brasileiro, isso poderia não ter importancia, nem ser irritante; porém, em attenção á almejada immigração, não têm mais cabimento tão intolerantes leis. A raça de lingua alemã, da Alemanha, Suissa etc., que fornece de facto a grande maioria da immigração européa, e que o Brasil de preferencia procura attrair, professa, approximadamente em eguaes partes, o rito catholico e o evangelico; na patria, essa raça sustentou uma guerra de seculos, para obter a paridade legal de ambas essas religiões, e aprendeu a respeita-la, e não poderá sentir-se disposta a reviver ainda, seja onde fôr, semelhantes luctas; antes, um paiz, que se quer offerecer como nova patria, deve tractar de promover, sinão a plena liberdade de culto, ao menos a equiparação legal de ambas as confissões principaes.

precisas e complicadas e mediante custas desproporcionaes (cerca de 100\$000)". (*Rozwadowsky: O governo e a colonização*. Rio de Janeiro, 1857). Taes queixas são ao menos dignas de attenção. (*Nota do auctor*).

E satisfazer essa exigencia não será tambem para o Brasil grande difficuldade, pois alli, como se sabe, o govêrno é em geral tolerante, a egreja catholica pouco forte e o povo refractario a excessos de zêlo.

E mais: considerando que o Brasil só pôde receber a principal corrente immigratoria de uma raça de lingua alemã, será necessario e conveniente ainda outra concessão de character nacional.

A raça de lingua alemã, forte em número e em energia interior, não é daquellas que facilmente se deixam absorver e assimilar; mesmo abandonando a sua terra natal, e transferindo francamente para a nova patria o seu amor patrio, as suas inclinações, de modo algum deseja incorporar-se sem mais nem menos ao povo ao qual se ajuncta, porém quer conservar, guardar a sua nacionalidade alemã, a sua lingua e os seus costumes.

E, de que ella possue a fôrça e pertinacia necessarias para tal, tem-se a demonstração na America do Norte, onde, em meio da população ingleza preponderante, não sómente centenas de milhares de immigrados, porém até milhões de filhos de Alemães, nascidos lá, conservam os seus characteristics nacionaes e os propagam de geração em geração, apesar da hostilidade do especifico inglezismo, o nativismo inglez.

Si o Brasil quer receber, de facto, uma immigração alemã, deve contar com o mesmo phenomeno, a formação de uma raça teuto-brasileira. Parece, entretanto, que o orgulho nacional brasileiro, ou, antes, o antigo exclusivismo portuguez, se arrepia contra tal perspectiva; já narrámos (cap. X) como recentemente se revelou, no modo de porceder das auctoridades provinciaes e municipaes para com ambas as grandes colonias alemãs de São Leopoldo e Petropolis, o desejo de fundir rapidamente e á fôrça o elemento alemão com o brasileiro, como declararam abertamente ao pastor protestante alemão Wiedemann, em Petropolis: "E' a vontade do govêrno que dora em diante se faça a fusão e tudo se organize de conformidade com os costumes brasileiros".

De taes velleidades nativistas terão os Brasileiros que desistir certamente, e, afim de conjurar a desconfiança que de nôvo se desperta, terão mesmo, ao contrario, que dar garantias de estarem resolvidos a acatar e proteger a nacionalidade alemã do immigrado; terão, para esse fim, que facilitar o mais possivel aos immigrantes o estabelecimento de communas proprias independentes, e, em vez de lhes dar a

tutela de directores, deixar-lhes a administração propria, por funcionarios por elles mesmos eleitos.

Nesse campo, aqui se offerece, de resto, a oportunidade para o imperio sul-americano de levar vantagem sobre a União-Americana, creando um contrapêso, um motivo de preferencia aos olhos dos Alemães, pois que, aliás, no tocante á immigração européa, o Brasil está em tão grande desvantagem; só lembramos o preconceito já creado, a travessia mais demorada e dispendiosa, e, finalmente, a pertinacia com que os Alemães perseveraram na corrente para a America do Norte. Para isso, torna-se, porém, necessario fazer concessões extensas e generosas.

De nosso lado, estamos muito longe de planos idealistas exaggerados, e concordamos plenamente em que o govêrno brasileiro, tampouco o norte-americano, não possa estar disposto a admittir a formação de uma nacionalidade estrangeira no seu territorio, um Estado no Estado; uma nova Alemanha, uma provincia exclusivamente alemã, com autonomia provincial e govêrno proprio, é tão impossivel aqui, como lá. Mas, por outro lado, os govêrnos do imperio e provinciaes poderiam muito bem promover a formação de districtos com preponderancia de Alemães; bastaria, então, estabelecer os nucleos coloniaes aqui e acolá, de modo que, pouco a pouco, crescendo, elles se ligassem, e promover esse processo o mais possivel pela construcção de hõas estradas de communicacão, como já aponctámos, por exemplo, na provincia de São Paulo; uma grande zona alemã, nessas condições, exerceria uma força de attracção fóra do commum para a immigração espontanea.

E julgamos que tal cousa não acarretaria inconveniente algum politico; tem-no demonstrado de sobra o exemplo da Hungria, Russia e America do Norte, com a experiencia de seculos; ainda em parte alguma esses territorios, com raça alemã preponderante, nada ficaram a dever, em lealdade e amor da patria, aos povos ermãos de outra lingua, nem se manifestaram hostis, quando não provocados e offendidos.

Além disso, o que restaria para o govêrno do imperio e o provincial fazerem, seria promover para aquellas regiões, onde se cogita, sobretudo, de uma immigração alemã, a equiparação legal da lingua alemã. A lingua official ficaria sendo, sem dúvida, a portugueza; porém, por exemplo, as leis deveriam ser publicadas com a traducção alemã official ao lado do texto portuguez, o uso da lingua alemã deveria ser admittido na eschola, na egreja e no tribunal, assim como

em todas as transacções commerciaes particulares. Tambem seria para desejar, e de resultado benefico, providenciar-se para a instrucção pública alemã e a instituição do ensino da lingua alemã nas escholas públicas brasileiras, tanto como o da portugueza nas escholas alemãs. Por esse meio, approximando ambas as nacionalidades, facilitar-se-iam necessariamente as relações mutuas da amizade, favorecendo muito, afinal, a fusão para unidade da nova raça.

Portanto, em resumo, repetindo o que se disse até aqui: um acolhimento mais franco da parte dos Brasileiros, mais tolerancia no sentido politico, religioso e nacional, seria desejavel e necessario; o que restaria ainda a desejar, no interesse da immigração, não é menos do interesse do proprio povo brasileiro.

Já demasiadas vezes tivemos que repisar que no Brasil faltam as necessarias garantias para a segurança pessoal. Em certo grau, sem dúvida, a culpa disso está nas condições naturaes; em parte alguma, em regiões meio selvagens, povoadas por gente em parte apenas meio civilizada (inclusive na America do Norte), o braço de auctoridade chega para garantir por todos os logares a paz e a ordem e proteger o cidadão pacato contra as violencias dos perturbadores da ordem; os individuos isolados têm que se defender sempre mais duas circumstâncias especiaes. Primeiro, pela legislação terá que se conformar com esta desvantagem, deante dos muitos proveitos que offerece em outros sentidos uma terra nova.

Porém, esse mal geral é ainda peorado no Brasil por mais duas circumstâncias especiaes. Primeiro, pela legislação sôbre o serviço militar; como está traçada e como é posta em prática, já o vimos (cap. XV), e não deve, portanto, causar espanto a ninguem, si o emigrante, só por esse motivo, desanima de estabelecer-se e naturalizar-se no Brasil. Certamente, da parte do Brasil recorreu-se a um expediente, limitando o colono lavrador a servir na milicia, isentando-o do recrutamento para o exército; todavia, só isso não pôde bastar; tambem a perspectiva de que já os filhos serão sujeitos a tal caçada ao homem, deve causar horror ao immigrante.

E, assim como já esse é um dever para com o proprio povo, sobretudo no que diz respeito á immigração, torna-se premente necessidade submeter toda a legislação, referente ao serviço militar obrigatorio, a uma radical reforma.



A segunda das mencionadas circumstancias é a triste condição dos negocios da justiça, que nós egualmente já commentámos antes detidamente (cap. XIII).

Tambem neste sentido, pelos dous motivos, torna-se necessario remediar sem demora e energicamente; não se podendo cohibir de vez os abusos na applicação da justiça, ao menos deveria o govêrno reformar a organização dos negocios da justiça, especialmente dando cumprimento á disposição da constituição, que concede a cada provincia uma côrte de appellação.

★ ★ ★

Quanto temos aponctado, refere-se a concessões e reformas que são necessarias, por um lado, para defender os interesses e, por outro, para attrahir uma immigração essencialmente agricola que, transpondo os mares, renuncia definitivamente á velha patria, para crear raizes na nova.

Existe, porém, ainda uma segunda especie de immigração: referimo-nos á corrente de commerciantes, capitalistas e industriaes que, ou desde logo pretendem regressar para o futuro á velha patria com o seu ganho, ou cuja resolução fica, entretanto, dependente de futuras circumstâncias; em summa, a immigração de residentes estrangeiros.

Em princípio, e em regra geral, esta segunda immigração não é absolutamente tão importante para um Estado, como a primeira, e não póde exigir eguaes favores; tambem a este respeito vemos que, nos velhos Estados europeus, esses residentes estão em geral sujeitos a uma legislação diversa, para o beneficio dos cidadãos (nascidos no paiz ou naturalizados), e que muitas pêas são impostas ás suas actividades. O mesmo acontece no Brasil; os residentes (já se vêem excluidos dos privilegios de cidadão, por outro lado isentos do serviço militar no exército e na milicia) são sujeitos de muitos modos a mais altos impostos, e alguns ramos de indústria lhes são mesmo inteiramente vedados, como, por exemplo, a navegação costeira, e outros concedidos só condicionalmente.

Como já se disse, por princípio e pelo costume geral, nada se póde objectar contra esse systema; porém, no poncto de vista práctico, devemos duvidar de que elle seja conveniente para o Brasil. Nos velhos Estados europeus, onde em regra todos os ramos da economia nacional estão

mais que repletos, o residente estrangeiro pôde ser considerado como concorrente, que se deve cercear; porém, não num paiz como o Brasil, onde o residente, ao contrário, vem preencher as profissões de actividade nacional, para as quaes o proprio povo não tem ainda o preparo, nem o capital, nem os braços, onde, portanto, o residente vem constituir-se membro necessario, imprescindivel, no conjuncto da economia nacional.

Certamente, pôde-se ainda objectar que, pelo facto do residente regressar mais tarde á patria, o seu ganho fica perdido para o paiz; porém exquece-se, então, de que, sempre, em todo caso, a sua actividade e o seu capital produziram e deixaram em determinados circulos fructuosos effeitos.

Certamente os paizes novos, no primeiro grau do desenvolvimento cultural, e que são exclusivamente agricolas, lucraram mais quando o estrangeiro tem a mesma liberdade de acção que o nacional.

De mais a mais, toda questão referente a estrangeiros perderia practicamente uma grande parte de sua significação, si o governo brasileiro procedesse á reforma da legislação sobre o serviço militar (de resto, tão indispensavel); é facto sobejamente conhecido que uma grande parte dos residentes não se fazem naturalizar e preferem soffrer todas as desvantagens legais, sómente para se livrarem do insupportavel peso do serviço na milicia e dos horrores do recrutamento.

Abstrahindo das considerações precedentes, deve o Brasil, em todo caso, abolir um duplo inconveniente para a immigração de residentes estrangeiros.

Primeiro, a abolição do systema de naturalização fôrçada. E' que sómente os filhos de residentes e de immigrados, que antes da transmigração dos paes nasceram no estrangeiro, têm, segundo o art. 3º da lei de naturalização de 1832, o direito de opção: ao attingir á idade de 21 annos, têm que declarar si querem adoptar a nacionalidade brasileira ou si preferem a de seu nascimento, e si querem ser dahi em deante cidadãos ou residentes.

Não assim os nascidos no Brasil, depois de transmigrados os paes. Determina o art. 6º, § 1º, da constituição, que "são cidadãos brasileiros os que no Brasil tiverem nascido, ainda que o pae seja estrangeiro, uma vez que este não esteja a serviço de sua nação"; e esta disposição foi ultimamente exclarecida pela authentica interpretação de 14 de

Agosto de 1846, no sentido de que a taes filhos não é facultativo virem a ser cidadãos, si o quizerem, porém que sem mais formalidades o são, têm que ser,—princípio que desde então se tem conservado em vigor invariavelmente, apesar de repetidas reclamações (e apesar do bom exemplo que deu o Estado vizinho do Brasil, a Confederação Argentina, pois recentemente determinou deixar aos filhos de paes estrangeiros, nascidos no paiz, a opção entre a nacionalidade do paiz de nascimento e a paterna); nem precisamos acrescentar que essa naturalização fôrçada dos filhos, na maioria das vezes contraria o intento dos resistentes, pois estes não cuidavam de todo fundar no Brasil um lar e uma familia; e que, não menos para os proprios interessados em geral, essa imposição é um pêso vexatorio, pois o que lucra com a naturalização em vantagens civis, sobretudo, ao negociante não parece compensação bastante para o serviço na milicia e para o recrutamento, ao qual elles ficam sujeitos.

Com esta objecção da naturalização fôrçada relaciona-se intimamente a segunda, que diz respeito á administração do patrimonio de residentes estrangeiros. Ainda subsiste no Brasil, do tempo colonial portuguez, uma auctoridade especial, o denominado “juiz de órphãos, de ausentes e fallecidos”, em cujas attribuições incidem as cousas concernentes a heranças; acontece, porém, que a experiencia feita ensina que a administração dêsses magistrados não tem sido ordeira, honesta e desinteressada, como serfa para desejar. Tanto mais têm exigido os governos estrangeiros, nos casos em que a morte de um de seus subditos acarreta negocios de herança, a intervenção dos seus respectivos consules, como naturaes curadores do acervo e dos sobreviventes, para agir ao lado do juiz de órphãos; isso era habitualmente estipulado nos antigos tractados de commércio e de amizade e, tambem depois da expiração do termo, foi de nôvo expressamente concedido pelo govêrno do Brasil, após alguma hesitação, pela lei de 8 de Novembro de 1851. Porém, sómente para o caso em que os herdeiros de um residente estrangeiro sejam estrangeiros, não nascidos no paiz; si, ao contrário, os mesmos estão sujeitos a naturalização fôrçada, fica rigorosamente excluida toda intervenção dos funcçionarios do consulado.

Estes dous ponctos, a naturalização fôrçada e a administração das heranças, causam a mais desagradavel impressão desde annos, sobretudo á gente do commércio, e têm dado motivo continuamente ás mais vivas reclamações diplomaticas.

“Uma remodelação das leis em questão, em sentido mais liberal, seria prudente e sábia. Si, com um systema mais benevolo e liberal, tambem muitos abusos cessariam, em todo caso o proprio Brasil, em summa, lucraria com isso” (Reybaud).

Assim, indicamos as reformas e as concessões que, segundo a opinião concorde de todos os julgadores competentes na materia, devem necessariamente ser instituidas, si o Brasil quer vêr crescer a corrente de immigração européa espontanea, tal qual lhe é indispensavel.

O tempo urge; a immigração não é para o Brasil simples necessidade para o futuro, para maior desenvolvimento da colonização e civilização, mas tambem uma exigencia do presente, para a manutenção do estado actual economico e político e do bem-estar nacional. E, já por essa razão, ainda que contra muitas dessas reformas continuem a fazer-se valer preconceitos arraigados e teimosos, difficilmente elles poderão oppôr efficaz resistencia á vontade sincera e á iniciativa energica do govérno imperial, ao qual não faltará o apoio de todos os exclarecidos amigos da patria.

Porém na Europa e, sobretudo, na Alemanha, quando se comprovar a firmeza dessa vontade, demonstrada por factos authenticos, cederá logo, pouco a pouco, e sem tardar, o preconceito contra o Brasil, de que elle proprio tem culpa, para dar logar a uma amistosa benevolencia.

Certamente, — não se deve exquece-lo, — o Brasil, mesmo assim, ficará, no princípio, em inferioridade, comparado aos Estados Unidos da America do Norte, para onde a immigração alemã, attrahida por mil laços de familia, persiste de vez com o seu tradicional afinco; com o tempo, todavia, isso poder-se-á ir egualando, e uma corrente forte, magnifica, de immigração européa accorderá para a vida, e fecundará então os thesouros adormecidos, primeiramente no Sul, indirectamente, porém, os de todo o conjuncto do Brasil.

---

## TÁBUA DOS GOVERNANTES DO BRASIL

### I — Dynastia de Borgonha; reis de Portugal e Algarves

1° — D. Manuel, o Venturoso, † 13 de Dezembro de 1521; 2° — D. João III, † 10 de Junho de 1557; 3° — D. Sebastião, † 4 de Agosto de 1578; 4° — D. Henrique, † 31 de Janeiro de 1580.

### II — Dynastia de Habsburgo; reis de Espanha e Portugal

5° — D. Philippe II, † 13 de Setembro de 1598; 6° — D. Philippe III, † 31 de Março de 1621; 7° — D. Philippe IV, desthronado a 1° de Dezembro de 1640.

### III — Dynastia de Bragança

*Os principes herdeiros de Portugal, principes do Brasil*  
27 de Outubro de 1645-9 de Janeiro de 1817.

a) Reis de Portugal e Algarves: 8° — D. João IV, † 6 de Novembro de 1656; 9° — D. Affonso VI, deposto a 23 de Novembro de 1667; 10° — D. Pedro II, † 9 de Dezembro de 1706; 11° — D. João V, † 31 de Julho de 1750; 12° — dom José Manuel, † 24 de Fevereiro de 1777; 13° — D. Maria I (com o rei-consorte d. Pedro III), transmigrada para o Brasil a 29 de Novembro de 1807.

*O Brasil Reino, 16 de Dezembro de 1815.*

b) Reis dos Reinos Unidos de Portugal, Brasil e Algarves: 13° — D. Maria I, † 16 de Março de 1816; 14° — Dom



João VI, príncipe regente desde 1799, regressou a Portugal a 26 de Abril de 1821, † 10 de Março de 1826.

**Declaração da Independência do Brasil, 7 de Setembro  
de 1822**

*Brasil Imperio, 12 de Outubro de 1822*

c) Imperadores do Brasil: 15° — D. Pedro I, regente desde 1821, abdicou a 7 de Abril de 1831, † 24 de Setembro de 1834; 16° — D. Pedro II, maior desde 23 de Julho de 1840.



---

INDICE

---





# INDICE

DO

TOMO 108 — VOLUME 162 (2º DE 1930)

|                                                                      | Pags. |
|----------------------------------------------------------------------|-------|
| Da direcção da <i>Revista</i> .                                      |       |
| Dedicatoria, pag. 7 a.....                                           | 10    |
| Prefacio, pag. I a.....                                              | XII   |
| Introducção — Gottfried Heinrich Handelmann, pa-<br>gina XIII a..... | XX    |
| Para esclarecimento sôbre as moedas referidas....                    | XXI   |
| Bibliographia, pag. XXIII a.....                                     | LIV   |
| Historia do Brasil, pag. 11 a.....                                   | 14    |

## Primeira secção — Lucta pela posse do Brasil

|                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| Capitulo I — O descobrimento .....                                       | 15  |
| Capitulo II — Os principados feudaes portuguezes....                     | 47  |
| Capitulo III — A corôa de Portugal e a primeira guerra<br>franceza ..... | 93  |
| Capitulo IV — A dominação espanhola e a segunda<br>guerra franceza ..... | 137 |
| Capitulo V — Os Hollandezes no Brasil.....                               | 169 |
| Capitulo VI — A insurreição pernambucana.....                            | 219 |

## Segunda secção — A colonização do Brasil

|                                                                             | Pags. |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------|
| Capitulo VII — O Estado do Maranhão.....                                    | 265   |
| Capitulo VIII — A capitania geral de Pernambuco....                         | 345   |
| Capitulo IX — O govêrno geral da Bahia (vice-reiño).                        | 423   |
| Capitulo X — A capitania geral do Rio de Janeiro...                         | 463   |
| Capitulo XI — A capitania geral de São Paulo.....                           | 541   |
| Annexos — Quadros estatísticos e relação das colonias<br>extrangeiras ..... | 641   |
| Capitulo XII — Formação historica das fronteiras...                         | 651   |

## Terceira secção — A Constituição politica do Brasil

|                                                                     |      |
|---------------------------------------------------------------------|------|
| Capitulo XIII — A colonia e o reino absoluto.....                   | 695  |
| Capitulo XIV — A independencia nacional.....                        | 755  |
| Capitulo XV — Continuação e terminação da éra da<br>revolução ..... | 845  |
| I) A quéda do imperador.                                            |      |
| II) O periodo da Regencia.                                          |      |
| III) O estabelecimento da constituição.                             |      |
| Considerações finaes — O Brasil e a immigração.....                 | 971  |
| Tábua dos governantes do Brasil...../.....                          | 1001 |









